



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 166ª SESSÃO À 170ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 43
26 SET. A 30 SET

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2005

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO	Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT-MT)
2º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
3º Senador	ALVARO DIAS (PSDB-PR)
4º Senador	AELTON FREITAS (PL-MG)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P-SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	GOIÁS	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	S/ Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Apoio à caminhada dos prefeitos, prevista para o dia 27 de setembro de 2005, em Brasília. Senadora Serys Slhessarenko.	30	Municípios de 22,5% para 23,5%. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Leonel Pavan.	109
Considerações sobre as dificuldades por que passam os prefeitos no Brasil. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Mão Santa.	31	Alerta ao Governo no que concerne à insatisfação dos prefeitos ante a redução gradual dos repasses de recursos da União para os Municípios. Senador Mão Santa.	121
Comentários acerca da presidência de S. Exa. na subcomissão voltada para os Municípios, em articulação com a Confederação Nacional dos Municípios, presidida por Paulo Ziulkoski. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Garibaldi Alves Filho.	32	Comentários acerca da participação dos Municípios no bolo tributário. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Amir Lando.....	122
Protesto pela redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Antônio Carlos Valadares.	46	Saudação aos prefeitos presentes em Brasília e apoio às suas reivindicações. Senador Papaléo Paes.....	124
Comentários acerca da redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Ney Suassuna.	47	Manifestação sobre as reivindicações dos prefeitos que se encontram nas dependências do Senado Federal e apelo no sentido do cumprimento do compromisso que foi feito com os mesmos e não foi cumprido. Senador Osmar Dias.	128
Comentários acerca da redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Romeu Tuma.	47	Comentários acerca das reivindicações dos prefeitos sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Mão Santa.	129
Comentários acerca da redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Ramez Tebet.	48	Apelo ao Governo Federal no sentido de que ouça a voz de mais de 5.000 prefeitos do Brasil que, acompanhados de vereadores, clamam pelo cumprimento da palavra que lhes foi dada no tocante aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Ramez Tebet.	130
Discute o posicionamento de S. Exa. em relação à redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Leomar Quintanilha.	51	Comentários sobre o repasse de verbas para os Municípios. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Sérgio Cabral.	131
Protesto contra a redução pela União, sem aviso prévio, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Ramez Tebet.	52	Comentários sobre o repasse de verbas para os Municípios. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Mão Santa.	132
Importância do papel do município como alicerce da democracia. Senador Alvaro Dias.	109	Considerações acerca da mobilização dos prefeitos, principalmente pelo aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios. Senadora Serys Slhessarenko.	139
Comentários a respeito do Projeto de Lei que propõe o aumento no Fundo de Participação dos		Comentários acerca da utilização dos recursos públicos pelos Prefeitos. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senadora Ana Júlia Carepa.	140

	Pág.		Pág.
Apoio à pauta de reivindicação do Movimento Municipalista Brasileiro e saudação a todos os prefeitos que se encontram na Capital Federal. Senador Flexa Ribeiro.	143	Considerações acerca dos resultados obtidos pela movimentação municipalista dos prefeitos que vieram, de todo o país, para trazer seus pleitos e reivindicações até Brasília. Senador Garibaldi Alves Filho.	348
Comentários sobre o comprometimento das receitas líquidas estaduais e municipais com o pagamento de juros e serviços da dívida externa brasileira. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senadora Heloísa Helena.	144	Considerações a respeito das reivindicações dos prefeitos de todo o País, que vieram a Brasília em 27 de setembro de 2005. Senador Teotônio Vilela Filho.	381
Comentários acerca da dependência dos Municípios Brasileiros em relação à União. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tasso Jereissati.	146	A falência dos municípios, em razão de leis inaceitáveis. Senadora Íris de Araújo.	384
Comentários aos pronunciamentos proferidos em 27 de setembro de 2005, acerca das reivindicações da marcha dos prefeitos. Senador Leonel Pavan.	148	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Apoio às reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília. Senadora Heloísa Helena.	156	Solicita à mesa que se coloque na pauta o requerimento de auditoria do Tribunal de Contas da União no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Senador Alvaro Dias.	395
Comentários às reivindicações dos prefeitos municipais. Senador Ney Suassuna.	163	AGÊNCIA REGULADORA	
Apoio às reivindicações dos prefeitos. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	164	A questão das agências reguladoras, o desprezo com que são tratadas pelo Governo com relação à indicação de seus dirigentes e a exigência de apuração de denúncias sobre evento da Agência Nacional do Petróleo, ANP. Senador José Jorge. .	306
Críticas ao contingenciamento de recursos que atingiu as Prefeituras. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senadora Ana Júlia Carepa.	165	ARTIGO DE IMPRENSA	
Comentários acerca da crise que passam os Municípios Brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Romeu Tuma.	166	Transcrição do artigo intitulado “Contradições”, de autoria do ex-Ministro Jarbas Passarinho, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 30 de agosto de 2005. Senador Sérgio Guerra.	54
Incidente ocorrido, em 27 de setembro de 2005, entre prefeitos de Goiás e a Segurança do Senado. Senador Demóstenes Torres.	296	Transcrição de matéria intitulada “As piores desculpas do mensalão”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 14 de agosto de 2005. Senador Sérgio Guerra.	54
Comentários acerca das reivindicações dos prefeitos. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Mão Santa.	297	Transcrição de matéria intitulada “Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 19 de setembro de 2005. Senador Sérgio Guerra.	54
Reflexões acerca das reivindicações dos prefeitos que vieram a Brasília no dia 27 de setembro de 2005. Senadora Ideli Salvatti.	327	Transcrição de matéria intitulada “Publicitário paga R\$ 4 mi de IR e se livra de processo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	59
Considerações acerca das reivindicações dos prefeitos que vieram a Brasília em 27 de setembro de 2005. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa.	329	Transcrição da entrevista concedida pelo ex-prefeito de São Bernardo, Tito Costa, ao jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 18 de setembro de 2005. Senador Leonel Pavan.	60
Manifestação de solidariedade às reivindicações dos prefeitos de todo o País, que vieram a Brasília, em 27 de setembro de 2005. Senador Efraim Morais.	339	Transcrição de matéria intitulada “Jovens lideram taxa de desemprego”, publicada no jornal	
Boas vindas aos prefeitos de todos os Estados do Brasil, que se encontram em Brasília em busca de uma solução para suas reivindicações e considerações sobre questões fundamentais de responsabilidade das prefeituras. Senadora Ana Júlia Carepa.	341		

Pág.	Pág.		
<p><i>Correio Braziliense</i>, edição de 20 de setembro de 2005. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “São todos responsáveis”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 20 de setembro de 2005. Senador João Batista Motta.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Mudanças só no papel”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i>, edição de 18 de setembro de 2005. Senador Alvaro Dias. ...</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Que se abra o mistério da esfinge”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i>, edição de 18 de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Em dívida com a reforma agrária”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i>, edição de 18 de setembro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Transcrição de entrevista da Senadora Heloísa Helena concedida ao jornal <i>Correio Braziliense</i> em 25 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio..</p> <p>Transcrição de artigo intitulado “Por que não mais PT?”, de autoria de Plínio de Arruda Sampaio, publicado no jornal <i>Folha de São Paulo</i>, edição de 27 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio..</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Marta explica uso de jatinho e viagens”, publicada pelo jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, em sua edição de 19 de setembro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “A decepção da militância”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i>, edição de 18 de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “Gabeira e os outros”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> em sua edição de 21 de setembro de 2005. Senador Alvaro Dias.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Esqueçam da gente”, publicada na revista <i>Época</i> em sua edição de 19 de setembro de 2005. Senador Leonel Pavan.....</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “O resumo da ópera”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> em sua edição de 7 de setembro de 2005. Senador Sérgio Guerra.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Lula promete mais R\$ 1 bilhão e cargos para eleger Aldo”, publicada no jornal <i>O Estado de São Paulo</i>, em 28 de setembro de 2005 e registro de matéria intitulada “Governo apressa megaprojeto de satélites que custará US\$ 1,5 Bi”, de autoria do jornalista</p>	<p>61</p> <p>62</p> <p>63</p> <p>65</p> <p>66</p> <p>166</p> <p>166</p> <p>180</p> <p>182</p> <p>183</p> <p>184</p> <p>188</p>	<p>Ethevaldo Siqueira, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, em 28 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “O humor de Lula Figueiredo”, de autoria do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal <i>O Globo</i>, edição de 21 de setembro de 2005. Senador Teotonio Vilela Filho.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Brasil crescerá menos que o mundo, diz FMI”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 22 de setembro de 2005. Senadora Lúcia Vânia.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Procurador quer punição para mau uso de fundo”, do jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 26 de setembro de 2005. Senador Leonel Pavan.....</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Crise faz desabar confiança no presidente, mostra pesquisa”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> do dia 14 de setembro de 2005. Senador João Batista Motta.....</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Orçamento não prevê gastos com equipe de transição de governo”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> do dia 21 de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Dinheiro sob o guardanapo”, publicada na revista <i>Época</i> do dia 19 de setembro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Protesto pela exclusão do artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, intitulado “Raça segundo São João”, que seria publicado na <i>Mídia Impressa</i>, edição de 29 de setembro de 2005. Senador José Agripino.....</p> <p>Considerações em relação ao protesto pela exclusão do artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, intitulado “Raça segundo São João”, que seria publicado na <i>Mídia Impressa</i> de 29 de setembro de 2005. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Marco Maciel.</p> <p>Considerações acerca das matérias excluídas do jornal <i>Mídia Impressa</i>. Aparte ao Senador José Agripino. Senadora Heloísa Helena.</p> <p>Transcrição do artigo intitulado “A China e a diplomacia brasileira”, de autoria do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i>, do dia 21 de setembro de 2005. Senador Teotonio Vilela Filho.....</p> <p>Transcrição do artigo publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, de 26 de setembro de 2005, intitulado “O PT e a imprensa”, de autoria do professor Carlos Alberto Di Franco. Senador Flexa Ribeiro.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006”,</p>	<p>329</p> <p>349</p> <p>351</p> <p>352</p> <p>353</p> <p>354</p> <p>355</p> <p>412</p> <p>414</p> <p>414</p> <p>455</p> <p>457</p>

	Pág.		Pág.
publicada pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em 23 de setembro de 2005. Senadora Lúcia Vânia.....	458	ao Requerimento nº 399, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	79
Transcrição da matéria intitulada “Mensalão é comparado a Watergate”, publicada no jornal <i>Valor Econômico</i> , em 28 de setembro de 2005. Senador João Batista Motta.	460	Aviso de Ministro de Estado nº 162, de 20 de setembro de 2005, do Ministro das Comunicações, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2005, do Senador José Jorge.	79
Transcrição da matéria intitulada “PT terá nova debandada antes mesmo do 2º turno”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , em 26 de setembro de 2005. Senador Alvaro Dias.	461	Aviso de Ministro de Estado nº 163, de 20 de setembro de 2005, do Ministro das Comunicações, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 682, de 2005, do Senador José Jorge.	79
Transcrição do artigo intitulado “Precisa-se de gerentes”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 28 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	462	Aviso de Ministro de Estado nº 216, de 16 de setembro de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 720, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	79
Transcrição do artigo intitulado “Desculpas não bastam”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 27 de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ...	463	Aviso de Ministro de Estado nº 217, de 16 de setembro de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 624, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	79
Transcrição de matéria intitulada “Em carta a alunos, Chauí explica seu silêncio”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2005. Senador Leonel Pavan.	547	Aviso de Ministro de Estado nº 219, de 16 de setembro de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 648, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho.	79
Transcrição de matéria intitulada “Ex-tesoureira de prefeitura petista é presa”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 21 de setembro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.	550	Aviso de Ministro de Estado nº 220, de 16 de setembro de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 637, de 2005, do Senador José Jorge.	79
Transcrição do artigo intitulado “O escândalo Interbrazil”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 16 de setembro de 2005. Senador João Batista Motta.	552	Aviso de Ministro de Estado nº 366, de 19 de setembro de 2005, do Ministro da Fazenda, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 781, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	79
Transcrição do editorial intitulado “Cabresto vermelho”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.	554	Aviso de Ministro de Estado nº 368, de 19 de setembro de 2005, do Ministro da Fazenda, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 717, de 2005, do Senador José Jorge. .	79
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		Aviso de Ministro de Estado nº 931, de 16 de setembro de 2005, do Ministro da Saúde, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 416, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	80
Notícias divulgadas pela imprensa que questionam a atuação de S. Exa. e do Senador Mão Santa no Senado Federal. Senador Heráclito Fortes.....	404	Aviso de Ministro de Estado nº 932, de 16 de setembro de 2005, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 476, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	80
AVISO		Aviso de Ministro de Estado nº 933, de 16 de setembro de 2005, do Ministro da Saúde, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 779, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	80
Aviso de Ministro de Estado nº 27, de 16 de setembro de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, que encaminha resposta ao Requerimento nº 394, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	79	Aviso de Ministro de Estado nº 934, de 16 de setembro de 2005, do Ministro da Saúde, que enca-	

		V
Pág.		Pág.
	minha informações em resposta ao Requerimento nº 440, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
80	Aviso de Ministro de Estado nº 979, de 16 de setembro de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 429, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
80	Aviso de Ministro de Estado nº 980, de 16 de setembro de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 427, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
80	Aviso de Ministro de Estado nº 60, de 21 de setembro de 2005, do Ministro do Turismo, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 408, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
368	Aviso de Ministro de Estado nº 169, de 22 de setembro de 2005, do Ministro das Comunicações, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 412, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
368	Aviso de Ministro de Estado nº 218, de 16 de setembro de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 785, de 2005, do Senador José Jorge.	
368	Aviso de Ministro de Estado nº 221, de 19 de setembro de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 595, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.	
368	Aviso de Ministro de Estado nº 367, de 19 de setembro de 2005, do Ministro da Fazenda, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 713, de 2005, do Senador Tasso Jereissati.	
369	Aviso de Ministro de Estado nº 558, de 8 de setembro de 2005, do Ministro do Controle e da Transparência, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 400, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
369	Aviso de Ministro de Estado nº 981, de 19 de setembro de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 606, de 2005, do Senador Alvaro Dias.	
369	Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil nº 69, de 20 de setembro de 2005, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 1.407, de 2004, do Senador César Borges.	
369	Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil nº 71, de 21 de setembro de 2005, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 657, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	
	Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil nº 73, de 21 de setembro de 2005, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 159, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	369
	Aviso da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, nº 180 de 2005, de 23 de setembro de 2005, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 694, de 2005, do Senador José Jorge.	515
	BAHIA	
	Questionamentos a respeito do tratamento de descaso que é dado pelo Governo ao Estado da Bahia. Senador César Borges.	308
	BIOGRAFIA	
	Comentários acerca da publicação da autobiografia completa do jornalista Samuel Wainer. Senador Demóstenes Torres.	345
	CASSAÇÃO	
	Protesto pela cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Senador Cristovam Buarque. ..	41
	Considerações à cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Antônio Carlos Valadares.	42
	Considerações à cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Ramez Tebet.	43
	Solidariedade ao Senador João Capiberibe pela decisão da Justiça na cassação de seu mandato parlamentar. Senador Garibaldi Alves Filho.	44
	Solicitação à Mesa de ampla defesa no processo de cassação do Senador João Capiberibe pelo Tribunal Superior Eleitoral. Senador Antônio Carlos Valadares.	46
	Protesto pela decisão do Tribunal Superior Tribunal sobre a cassação do Senador João Capiberibe. Senador João Batista Motta.	49
	COMÉRCIO EXTERIOR	
	A falta de acatamento, pelos Estados Unidos, de determinação imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), no tocante à retirada	

	Pág.		Pág.
de subsídios dos produtores de algodão. Senador Gilberto Goellner.....	385	Considerações à Senadora Heloísa Helena acerca do episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	361
CORRUPÇÃO		Considerações acerca do episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2005. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senadora Heloísa Helena.	364
Ratificação da necessidade do aprofundamento na investigação das denúncias de irregularidades ocorridas no Governo Lula. Senador José Agripino.	36	Comentários a respeito das investigações da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Virgílio. Senador José Agripino.	366
Comentários acerca da diferença no procedimento dos governos do Acre e do Piauí com referência às denúncias de irregularidades ocorridas no Governo Lula. Senador Heráclito Fortes.	536	Considerações acerca do andamento das investigações da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Agripino.	396
Comentários acerca da origem dos recursos nos esquemas de corrupção. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Alvaro Dias.....	546	Comentários acerca do depoimento do Senhor Maurício Marinho à CPMI dos Correios. Senador Alvaro Dias.	403
(CPI)		Comentários acerca dos trabalhos desenvolvidos pela CPMI dos Correios. Senador Alvaro Dias.....	541
Considerações acerca das investigações que suscitam provas a respeito da origem do dinheiro que abasteceu o chamado “valerioduto”. Senadora Ideli Salvatti.	10	Considerações acerca das atividades desenvolvidas pela CPMI dos Correios. Senador Delcídio Amaral.	544
Questionamentos acerca do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti acerca das investigações que levam à origem do dinheiro que abasteceu o chamado “valerioduto”. Senador Antonio Carlos Magalhães.	33	Comentários acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas CPMI's e a importância do posicionamento da sociedade no acompanhamento dessas atividades. Senadora Heloísa Helena.	546
Comentários acerca do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti acerca das investigações que levam à origem do dinheiro que abasteceu o chamado “valerioduto”. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Agripino.	33	CRISE POLÍTICA	
Comentários acerca da necessidade de CPI especial para Santo André. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antonio Carlos Magalhães.	37	Apresenta críticas às declarações do Presidente Lula a respeito da crise política no País, e cita Afonso Arinos de Melo Franco. Senador Alvaro Dias.	23
Considerações a respeito da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Tião Viana.	39	Participação de S. Exa. em eventos em São Paulo para debate sobre os reflexos econômicos da atual crise política, motivada pelas denúncias de corrupção. Senador José Agripino.	36
Comentários concernentes à instalação de CPI Especial para apurar caso de manipulação de resultados no futebol brasileiro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Romeu Tuma.	363	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Considerações acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas atuais Comissões Parlamentares de Inquérito. Senador Heráclito Fortes.	536	Posicionamento contrário ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Senador César Borges.	157
(CPMI)		Entraves históricos que amarram o desenvolvimento de Roraima. Senador Romero Jucá.	189
Comentários ao episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2005, envolvendo a Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes.	173	Comentários a respeito da greve de fome do bispo Frei Luiz Flávio Cappio, da cidade de Barra, na Bahia, a fim de impedir a transposição do Rio São Francisco. Senador Antonio Carlos Magalhães. ...	310
		O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e a instalação da refinaria de petró-	

	Pág.		Pág.
leo no Porto de Suape, em Pernambuco. Senador José Jorge.	500	Críticas ao Ministro da Educação pela recusa em dialogar com os professores grevistas das universidades federais. Senador Arthur Virgílio. ...	320
Considerações a respeito da instalação da refinaria da Petrobrás. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Rodolpho Tourinho.	502	Comentários acerca da matéria do jornal <i>O Globo</i> , que mostra estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, acerca dos gastos de uma família brasileira com a educação. Senador Cristovam Buarque.	347
Considerações a respeito da instalação da refinaria da Petrobrás. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Sibá Machado.	502	Comentários a respeito do registro da criação de dois cursos de Mestrado na Universidade Federal de Roraima. Senador Romero Jucá.	406
Considerações acerca da transposição do Rio São Francisco. Senador Rodolpho Tourinho. .	503	Agradecimento aos Parlamentares que cooperaram para que a Universidade Federal de Roraima pudesse abrir os seus cursos de Mestrado. Senador Augusto Botelho.	407
Considerações acerca da greve de fome realizada pelo Frei Luiz Flávio, bispo da cidade de Barra, na Bahia, para impedir a transposição do Rio São Francisco. Senadora Heloísa Helena.	539		
Considerações acerca da transposição do Rio São Francisco. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Rodolpho Tourinho.	540	ELEIÇÃO	
Leitura de carta da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil endereçada ao Presidente da República, a respeito da greve de fome realizada pelo Frei Luiz Flavio de Cappio, bispo da cidade de Barra, na Bahia. Senadora Heloísa Helena.	546	Considerações a respeito da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Arthur Virgílio.	313
DIREITOS HUMANOS		Considerações a respeito da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Jefferson Péres.	315
Considerações acerca da problemática do Trabalho Infantil. Senador Augusto Botelho.	357	Considerações a respeito da votação para a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados. Senadora Ideli Salvatti.	327
DISCRIMINAÇÃO RACIAL		Considerações acerca do resultado do primeiro turno nas eleições para Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Pedro Simon.	336
Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho, que é o relator do projeto sobre o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado, em 29 de setembro de 2005, na Comissão de Assuntos Sociais. Senador Paulo Paim.	386	Considerações a respeito da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Efraim Morais.	339
Registro da aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, do Estatuto da Igualdade Racial, de projeto que institui o Estatuto da Igualdade Racial. Senador Rodolpho Tourinho.	390	Reflexões acerca das eleições para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e a repercussão na mídia. Senador José Agripino.	394
Considerações acerca da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Paulo Paim.	391	Considerações acerca da repercussão na imprensa do ocorrido durante as eleições para a Presidência da Câmara dos Deputados. Senador José Jorge.	397
EDUCAÇÃO		Comentários acerca da eleição para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados. Senador Alvaro Dias.	403
Consolidação, nos municípios de Sinop e Rondonópolis, do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko. .	30	Eleição do Deputado Aldo Rabelo para a Presidência da Câmara dos Deputados. Senador Sibá Machado.	516
Considerações a respeito da falta de liberação de verbas destinadas ao Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/AM. Senador Arthur Virgílio.	309	ESPORTE	
		Manifestação referente ao escândalo da arbitragem no futebol. Senador Papaléo Paes.	124

VIII

	Pág.		Pág.
Comentários a respeito do escândalo da arbitragem no futebol. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Leonel Pavan.	126	Homenagem ao Dia do Idoso. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Leonel Pavan.	118
EXPORTAÇÃO		Homenagem aos setenta anos de fundação da Rádio Tupi, emissora que já nasceu pujante, graças ao visionário Assis Chateaubriand. Senador Marcelo Crivella.	126
Comentários concernentes ao programa de carcinicultura implantado no Piauí, que trata da exportação de camarão. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa.	5	Homenagem aos cinquenta e dois anos de fundação da TV Record. Senador Marcelo Crivella.	126
GOVERNO ESTADUAL		Homenagem aos setenta anos de fundação da Rádio Tupi e aos cinquenta e dois anos da TV Record. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Edison Lobão.	127
Comentários acerca de nota técnica que trata de obras inacabadas no Estado do Acre. Senador Sibá Machado.	530	Homenagem aos cinquenta e dois anos de fundação da TV Record. Aparte ao Senador Marcelo Crivella. Senador Ramez Tebet.	128
GOVERNO FEDERAL		Homenagem ao Presidente da Comissão de Turismo e ao Ministro do Turismo, no transcurso do Dia Mundial do Turismo. Senador Leonel Pavan. .	148
Reflexões acerca da democracia no Brasil atual e críticas ao Presidente Lula. Senador Mão Santa.	7	Comemoração, em 27 de setembro de 2005, do Dia do Idoso. Senador Leomar Quintanilha.	175
Críticas ao Governo pelo uso de verbas orçamentárias para negociar apoio político, com vistas à eleição do Presidente da Câmara dos Deputados. Senador José Jorge.	120	Homenagem ao aniversário de 50 anos da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares. Senador Efraim Morais.	339
Críticas ao Governo do Presidente Lula sobre a não distribuição de recursos para os Municípios. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Leonel Pavan.	122	Homenagens ao Dia Nacional do Idoso. Senador Flexa Ribeiro.	355
Manifestação de tristeza ante a grave crise que assola o país, após 1000 dias de Governo Lula. Senador Jefferson Péres.	315	Homenagens ao Dia Nacional do Idoso. Senador Romero Jucá.	406
Considerações a respeito do governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Jefferson Péres. Senador Mão Santa.	315	Homenagens ao Dia Nacional do Idoso. Senador Paulo Paim.	505
Considerações concernentes ao desempenho do Governo Lula. Senador Arthur Virgílio.	361	Homenagens ao Dia Nacional do Vereador. Senador Rodolpho Tourinho.	515
Considerações a respeito das relações do Governo Federal com o Congresso Nacional. Senadora Heloísa Helena.	392	Homenagem ao centenário do nascimento de Amaral Peixoto. Senador Flexa Ribeiro.	550
Manifestação de repúdio à postura do Presidente Lula, o qual patrocinou candidatura na Câmara dos Deputados, de forma a interferir indevidamente no Poder Legislativo. Senador Alvaro Dias.	464	HOMENAGEM PÓSTUMA	
Paralisação de obras iniciadas no Governo FHC. Senador Teotônio Vilela Filho.	496	Encaminha à votação o Requerimento nº 1.058, de 2005, que solicita homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Senadora Ideli Salvatti.	9
HOMENAGEM		Homenagem de Pesar pelo falecimento de Apolônio de Carvalho. Senador Roberto Saturnino.	49
Homenagem à TV Senado pelo brilhante trabalho realizado no documentário “Missões Jesuítas: Os Guerreiros da Fé”. Senador Paulo Paim. .	117	Homenagem de Pesar pelo assassinato do ex-Prefeito de Domingos Mourão - Piauí, Aluiz Viana. Senador Heráclito Fortes.	50
		Homenagem de Pesar pelo falecimento do humorista Ronald Golias. Senador Marcelo Crivella.	126

Pág.	Pág.
Homenagem de Pesar pelo falecimento da Senhora Regina Fonseca Micheleti, esposa do Prefeito de Londrina, Paraná. Senador Flávio Arns. ..	179
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Senador Roberto Saturnino.	224
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Senador Renan Calheiros.	228
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Senador Arthur Virgílio. ..	229
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Senador José Sarney.	300
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Roberto Saturnino.	302
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Jefferson Péres.	303
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Aparte ao Senador José Sarney. Senador Mão Santa.	304
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Senador Arthur Virgílio.	317
Homenagem de Pesar ao jornalista Samuel Wainer. Senador Demóstenes Torres.	345
Encaminha à votação o Requerimento nº 1.077, de 2005, que trata de Homenagem de Pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, ocorrido em 29 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Marco Maciel.	418
MEDIDA PROVISÓRIA	
Críticas à Medida Provisória nº 252, de 2005. Senador João Batista Motta.	158
Satisfação em razão do Presidente Renan Calheiros incluir uma solução para as dívidas das prefeituras com o INSS, na chamada "MP do Bem". Senadora Lúcia Vânia.....	319
Defesa da votação da Medida Provisória 254, de 2005, em 5 de outubro de 2005. Senador Romero Jucá.	525
MENSAGEM	
Mensagem nº 230, de 2005 (nº 603/2005, na origem), de 19 de setembro de 2005, que restitui autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de dezenove mi-	179
lhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.177, de 19 de setembro de 2005.	74
Mensagem nº 231, de 2005, (nº 618/2005, na origem), de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, que submete à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.	74
MINAS GERAIS	
Comentários acerca do tratamento de descaso que é dado pelo Governo ao Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador César Borges. Senador Eduardo Azeredo.	309
MOVIMENTO TRABALHISTA	
Considerações concernentes à greve das universidades e elogios à postura adotada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Senador Eduardo Siqueira Campos.	132
Comentários acerca do diálogo entre o Ministério da Educação e liderança do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Cristovam Buarque.	133
Comentários acerca do diálogo entre o Ministério da Educação e liderança do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senadora Heloísa Helena.	133
Paralisação dos servidores das universidades federais. Senador Paulo Paim.	505
Transcrição de carta da ANDES, Comando de Greve do Setor da Educação Federal. Senador Paulo Paim.	505
(OAB)	
Comunicação a respeito da aprovação do Projeto de Lei 149, de 2003, de autoria de S. Exa., que foi transformado na Lei 11.179/05, que altera o Estatuto da Advocacia da OAB. Senador Papaléo Paes.....	124

	Pág.		Pág.
OFÍCIO			
Ofício de Ministro de Estado nº 97, de 19 de setembro de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 697, de 2005, do Senador José Jorge.	79	Ofício de Ministro de Estado nº 100, de 19 de setembro de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 693, de 2005, do Senador José Jorge.	368
Ofício de Ministro de Estado nº 175, de 15 de setembro de 2005, do Ministro do Esporte, que encaminha resposta ao Requerimento nº 718, de 2005, do Senador José Jorge.	79	Ofício de Ministro de Estado nº 807 de 2005, de 20 de setembro de 2005, do Ministro da Ciência e Tecnologia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 411, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	368
Ofício de Ministro de Estado nº 408, de 19 de setembro de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 413, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	79	Ofício de Ministro de Estado nº 808, de 20 de setembro de 2005, do Ministro da Ciência e Tecnologia, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 683, de 2005, do Senador José Jorge.	368
Ofício de Ministro de Estado nº 409, de 19 de setembro de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 666, de 2005, do Senador Eduardo Azeredo.	79	Ofício de Ministro de Estado nº 23.967, de 12 de setembro de 2005, do Ministro do Controle e da Transparência, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 1.511, de 2004, do Senador Heráclito Fortes.....	368
Ofício de Ministro de Estado nº 1.946, de 19 de setembro de 2005, do Ministro do Trabalho e Emprego, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 721, de 2005, do Senador José Jorge.	79	Ofício do Advogado-Geral da União nº 269, de 8 de setembro de 2005, do Advogado-Geral da União, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 401, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	369
Ofício de Ministro de Estado nº 1.947, de 19 de setembro de 2005, do Ministro do Trabalho e Emprego, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 699, de 2005, do Senador José Jorge.	79	Ofício de Ministro de Estado nº 101, de 23 de setembro de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 324, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	515
Ofício de Ministro de Estado nº 7 e 98, de 20 e 19 de setembro de 2005, respectivamente, do Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministro-Chefe da Secretária-Geral da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 402, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	368	Ofício de Ministro de Estado nº 106, de 23 de setembro de 2005, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 611, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior.	515
Ofício de Ministro de Estado nº 21, de 20 de setembro de 2005, do Secretário de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 701, de 2005, do Senador José Jorge.....	368	Ofício de Ministro de Estado, nº 108, de 23 de setembro de 2005, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 566, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.	515
Ofício de Ministro de Estado nº 96, de 19 de setembro de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao requerimento nº 397, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	368	Ofício de Ministro de Estado, nº 759 e 772, de 16 e 26 de setembro de 2005, respectivamente, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 403, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	515
Ofício de Ministro de Estado nº 99, de 19 de setembro de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que encaminha informações em resposta ao Requerimento nº 404, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.	368	ORÇAMENTO	
		Custo da ponte que liga o Brasil ao Peru, segundo análise realizada pelo Tribunal de Contas da União. Senador Alvaro Dias.	541

PARECER

Parecer nº 1.769, de 2005, que dá redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. Senador José Jorge. 86

Parecer nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento do Senado Federal nº 823, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de consternação pela tragédia, ocorrida há 60 anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. Senador Cristovam Buarque. 285

Parecer nº 1.771, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2005 (nº 1.023/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior paz a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002. Senador Pedro Simon. 285

Parecer nº 1.772, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005 (nº 1.298/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Parte do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002. Senador Eduardo Suplicy. 287

Parecer nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residências para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. Senador Eduardo Suplicy. 288

Parecer nº 1.774, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004 (nº 3.070 de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo. 375

Parecer nº 1.775, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2005 (nº 1.404 de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco. Senador Marco Maciel. .. 466

Parecer nº 1.776, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2005 (nº 1.540 de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira... 470

Parecer nº 1.777, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2005 (nº 1.574 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizeses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma. 474

Parecer nº 1.778, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2005 (nº 163 de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan. 477

Parecer nº 1.779, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2005 (nº 1.122 de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma..... 481

Parecer nº 1.780, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2005 (nº 1.592 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade

	Pág.		Pág.
de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão. Senador Edison Lobão.	485	tas públicas. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senadora Heloísa Helena.	411
Parecer n° 1.781, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 409, de 2005 (n° 1.618 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná. Senador Flavio Arns.	488	Comentários a respeito do projeto sobre gestão de florestas públicas. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Augusto Botelho.	411
Parecer n° 1.782, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 410, de 2005 (n° 1.680 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma. ...	492	Comentários acerca do projeto sobre gestão de florestas públicas. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador José Agripino.	411
PEQUENA EMPRESA		O aprimoramento dos serviços de prevenção de incêndios e de combate ao fogo, como prioridade efetiva e inadiável dos dirigentes. Senador Valmir Amaral.	453
Registro de participação no almoço em reunião, patrocinado pela Federação das Indústrias de Goiás, destinado à apresentação do anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae. Senadora Lúcia Vânia.	415	POLÍTICA DE TRANSPORTES	
POLÍTICA		Comentários acerca da importância do bloco econômico que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico pelo Corredor Viário Interoceânico. Senador Valdir Raupp. .	27
Necessidade de se repensar as práticas políticas no Brasil. Senadora Íris de Araújo.	498	Comentários acerca da importância do bloco econômico que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico pelo Corredor Viário Interoceânico. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa.	28
POLÍTICA AGRÍCOLA		Consternação pela deterioração das rodovias brasileiras. Senador João Batista Motta.	49
Comentários acerca da necessidade de que o Governo apresse a votação de matérias visando o saneamento da economia para o Setor do Agro-negócio. Senador Osmar Dias.	25	A situação em que se encontra a malha rodoviária federal e, em especial, as estradas de Minas Gerais, quanto à conservação, sinalização e condições de segurança das estradas. Senador Aelton Freitas.	142
POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE		Reivindicação de recursos federais para recuperação das rodovias do Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	145
Justificativas aos Projetos de Lei que tratam de preservação da natureza. Senador Papaléo Paes. ..	4	POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA	
Debate acerca da problemática do desmatamento do Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Silhessarenko.	30	Considerações acerca da crise que abala a economia brasileira. Senador Osmar Dias.	25
Comentários acerca da problemática do desmatamento na Região Norte do País. Aparte à Senadora Serys Silhessarenko. Senador Valdir Raupp.	30	Comemoração pela melhoria dos indicadores econômicos do País. Senadora Ideli Salvatti.	110
Considerações acerca do projeto sobre gestão de florestas públicas. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	407	Alerta à taxa de juros perversa que arrasa a economia do País. Senador José Agripino.	320
Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior em relação ao projeto de gestão de flores-		Considerações a respeito do crescimento da taxa Selic. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador José Jorge.	504
		Queda na competitividade do Brasil, conforme ranking divulgado pelo Fórum Econômico Mundial. Senador Alvaro Dias.	527
		POLÍTICA ENERGÉTICA	
		Possibilidade de privatização da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, CTE-EP. Senador Eduardo Suplicy.	317

	Pág.	XIII	Pág.
POLÍTICA INDIGENISTA			
Denúncias de violência na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em razão da demarcação da terra. Senador Augusto Botelho.	398	A importância do programa Bolsa Família. Senadora Ana Júlia Carepa.....	341
POLÍTICA MINERAL			
Importância da diversificação nas atividades de exploração de minérios, especialmente o níquel, pela Companhia Vale do Rio Doce, sediada no Estado do Pará. Senador Luiz Otávio.	67	POLÍTICA SOCIOECONÔMICA	
		Considerações a respeito da necessidade de transição, após mil dias do Governo Lula, a fim de que a economia seja dinamizada a partir da educação, do social, e da igualdade. Senador Cristovam Buarque.	138
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
Questionamentos sobre a visita ao Estado do Acre, feita pelo Deputado Roberto Freire e os Governadores Blairo Maggi e Ivo Cassol. Senador Sibá Machado.	305	PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
Registro da filiação de cinco novos integrantes ao P-SOL. Senadora Heloísa Helena.	392	Considerações a respeito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à capital do Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Magalhães.	33
Saudação aos cinco parlamentares que se filiaram ao P-SOL. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	407	Conferência realizada na Associação Comercial, em Maceió, no Estado do Alagoas, com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Senador Teotonio Vilela Filho.....	496
Comentários às críticas do Senador Jorge Bornhausen a respeito do PT. Senador Sibá Machado.	516	Ações desenvolvidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em Alagoas. Senador Teotonio Vilela Filho.	496
Eleição para a executiva do PT. Senador Sibá Machado.....	516	Comentários ao discurso do Presidente Lula em homenagem ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Senador Alvaro Dias.	541
POLÍTICA SANITÁRIA			
Destaque para o Projeto que o Governador Paulo Hartung está desenvolvendo no Estado do Espírito Santo, intitulado “Águas Limpas”, que objetiva ampliar o serviço de coleta e tratamento de esgoto e a ampliação do sistema de distribuição de águas. Senador João Batista Motta.	315	PREVIDÊNCIA SOCIAL	
POLÍTICA SOCIAL			
Comentários acerca da questão da desigualdade social no Brasil, a partir de trechos de entrevista do colombiano Guillermo Perry, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina. Senador Garibaldi Alves Filho.	44	Comentários acerca da visita de S. Exa. a repartições públicas no Estado da Paraíba destinadas ao INSS. Senador Ney Suassuna.	35
Reflexão a respeito da ética, transparência e direitos humanos. Senador Flávio Arns.	179	PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Reflexão acerca do estudo publicado pelo Banco Mundial a respeito da desigualdade social. Senadora Lúcia Vânia.	189	Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2005 (nº 1.650/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Nova Esperança de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.	230
		Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2005 (nº 1.657/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ICSC-MI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.....	233
		Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2005 (nº 1.658/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Organizações So de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.....	236

	Pág.		Pág.
Projeto de Decreto Legislativo nº 424, de 2005 (nº 1.664/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.	242	a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.	270
Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2005 (nº 1.673/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radio Club FM de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Nova Aurora, Estado do Paraná.....	247	Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2005 (nº 1.748/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.	273
Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2005 (nº 1.678/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.	250	Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2005 (nº 1.752/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.	276
Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2005 (nº 1.679/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General, Estado do Rio Grande do Sul.	252	Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2005 (nº 1.753/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaí, Estado do Paraná.	279
Projeto de Decreto Legislativo nº 428, de 2005 (nº 1.688/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.	255	Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2005 (nº 1.754/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Itagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagi, Estado da Bahia.	282
Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2005 (nº 1.689/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.....	258	PROJETO DE LEI DO SENADO	
Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2005 (nº 1.693/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Comunitária “Educar” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.	261	Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2005, Complementar, que acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade. Senador Paulo Paim.	80
Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2005 (nº 1.744/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Magia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.	265	Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, que acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade. Senador Paim Paulo.	83
Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2005 (nº 1.745/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informática		Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2005, que dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Senador Pedro Simon.	289
		Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2005, que dá nova redação ao § 6º do art. 180, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Senador Pedro Simon.	291
		Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2005, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. Senador Pedro Simon.	291

Pág.		Pág.
	Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. Senador Sérgio Zambiasi.	369
	Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2005, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas. Senador Paulo Paim.	370
	Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2005, que altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Senadora Lúcia Vânia.	371
	Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2005, que acrescenta o art. 207-A ao Código Penal, com vistas a criminalizar a contratação de menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre. Senadora Lúcia Vânia.	373
	Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2005, que altera a Lei nº 6.681, de 16 de agosto de 1979, para submeter o profissional de saúde militar, no exercício dessa profissão, à jurisdição do respectivo conselho regional de fiscalização, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho.	514
	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
	Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Senador Osmar Dias.	1
	Proposta de Emenda à Constituição nº 51 de 2005, que convoca Assembléia Nacional Constituinte. Senador Demóstenes Torres.	378
	Comentários a respeito da Proposta de Emenda Constitucional de autoria de S. Exa. e outros Senadores, que propõe a redução do recesso parlamentar. Senador Ramez Tebet.	382
	REFORMA AGRÁRIA	
	Cobrança de liberação de recursos para a reforma agrária. Senadora Ana Júlia Carepa.	176
	REFORMA ELEITORAL	
	Manifestação de apoio à proposta de reforma eleitoral. Senador Roberto Saturnino.	224
	Reflexões concernentes à reforma eleitoral em curso e reclamação pela falta de atenção com a reforma eleitoral. Senador Antônio Carlos Valadares.	298
	Manifestação acerca da necessidade da aprovação do projeto sobre a reforma eleitoral. Senador Pedro Simon.	447
	Comentários a respeito da Proposta de Emenda Constitucional que trata da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Marco Maciel.	449
	Considerações acerca do projeto que trata da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Renan Calheiros.	449
	Considerações a respeito do projeto que trata da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Amir Lando.	452
	Manifestação de apoio ao pronunciamento do Senador Pedro Simon a respeito da necessidade de uma reforma eleitoral. Senador Garibaldi Alves Filho.	453
	Considerações a respeito da reforma eleitoral. Senadora Íris de Araújo.	498
	Comentários acerca da aprovação da reforma eleitoral. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Paulo Paim.	499
	Comentários acerca da aprovação da reforma eleitoral. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Sibá Machado.	500
	Considerações acerca da reforma política e a reforma eleitoral. Senador Sibá Machado.	516
	Considerações acerca da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição que trata da legislação eleitoral. Senador Romero Jucá.	525
	REFORMA POLÍTICA	
	Comentários acerca da reforma política em curso. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Sibá Machado.	299
	REQUERIMENTO	
	Requerimento nº 1.058, de 2005, que solicita, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Senadora Ideli Salvatti.	9
	Requerimento nº 1.059, de 2005, que solicita, nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de comissão especial para definir procedimentos relativos à perda de mandato de senadores da República. Senador Cristovam Buarque.	53

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.060, de 2005, que solicita, nos termos do inciso II, “a”, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano de Chefes de Estado e de Governo, com início da programação no dia 29 de setembro e término no dia 2 de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha. Comunica também a ausência do País, no período de 28 de setembro a 6 de outubro de 2005. Senador Leonel Pavan.	104	Requerimento nº 1.066, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apontado em 9º numa lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, em pesquisa mundial, levantada na Inglaterra, pela revista “Prospect”, e nos Estados Unidos, pela revista “Foreign Policy”. Senador Arthur Virgílio.	106
Requerimento nº 1.061, de 2005, que solicita Voto de Pesar pelo falecimento do economista José Lopes de Oliveira, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio.	104	Requerimento nº 1.067, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista e humorista Ronald Golias, pioneiro da televisão brasileira, ocorrido no dia 26 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	107
Requerimento nº 1.062, de 2005, que solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso IV, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social pedido das informações disponíveis na Secretária da Previdência Complementar sobre a denúncia de que os Fundos de Pensão Previ, Petros e Funcef cujos patrocinadores são empresas estatais, teriam assinado contrato de “put” com o Citigroup em condições desfavoráveis aos referidos fundos, mediante qual teriam se comprometidos a comprar a participação acionária do Citigroup na empresa Brasiletelecom S.A. Senador Luiz Otávio.	105	Requerimento nº 1.068, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET/AM, pelo seu 96º Aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.	107
Requerimento nº 1.063, de 2005, que requer informação ao Ministro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acerca de apreensões dos produtos brasileiros de algodão diante de entendimentos do Governo Brasileiro, conforme denúncia, de prováveis compensações do Brasil aos EUA no contencioso da Organização Mundial do Comércio, OMC. Senador Arthur Virgílio.	105	Requerimento nº 1.069, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do advogado José Martins Pinheiro Neto, um dos pioneiros da Advocacia no Brasil. Senador Arthur Virgílio.	107
Requerimento nº 1.064, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo – CELSP, entidade mantenedora da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, em face da comemoração neste ano de 2005 do seu centenário de fundação. Senador Sérgio Zambiasi.....	106	Requerimento nº 1.070, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pelo lançamento do filme Vlado – Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no período da ditadura militar. Senador Arthur Virgílio.	107
Requerimento nº 1.065, de 2005, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, pela sua destacada atuação especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde completou recentemente 33 anos de presença marcante. Senador Sérgio Zambiasi.	106	Requerimento nº 1.071, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao criador do Ultimate Fighting Championship, Rórion Cracie, premiado com a Medalha de Honra ao Mérito, que lhe foi outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Califórnia. Senador Arthur Virgílio.	294
		Requerimento nº 1.072, de 2005, que requer Voto de Aplauso à TV Record, de São Paulo, pelo transcurso de seu 52º aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio.	294
		Requerimento nº 1.073, de 2005, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Ronald Golias, em 27 de setembro de 2005, de infecção generalizada, e apresentação de condôlências a sua esposa Lúcia Golias e à filha Paula Golias. Senador Eduardo Suplicy.	295
		Requerimento nº 1.074, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a revogação do visto de permanência nos EUA do Senhor Antônio Celso Cipriani e sobre as providências que estão sendo tomadas por parte do Itamaraty. Senador Almeida Lima.	296
		Requerimento nº 1.075, de 2005, que solicita licença para desempenhar a missão de compor	

	Pág.		Pág.
a delegação do Parlatino na 113ª Assembléia da União Interparlamentar, a realizar-se entre os dias 17 e 19 de outubro de 2005, em Genebra, Suíça; comunica também sua ausência no período 14 a 24 de outubro de 2005. Senador Mão Santa.....	349	Exaltação ao Senado Federal e apelo no sentido de que se empenhe para solucionar os problemas que estão acontecendo no País. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	310
Requerimento nº 1.076, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Adamor Guedes, Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assinado no dia 28 de setembro de 2005. Senador Arthur Virgílio.	374	Solicita à Mesa que envie questão de ordem, de sua autoria, ao Presidente eleito na Câmara dos Deputados, na qual pede que torne sem efeito a renúncia dos Deputados Federais. Senador Antonio Carlos Magalhães.....	403
Requerimento nº 1.077, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, ocorrido no dia 29 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro. Senadora Heloísa Helena.	417	(TCU)	
Requerimento nº 1.078, de 2005, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento de uma das ialorixás mais importantes da religião afrobrasileira, Olga Francisca Régis, ou Mãe Olga do Alaketu. Senador Rodolpho Tourinho.	513	Pedido de publicação oficial de expediente do TCU, dirigido ao Presidente do Senado, acerca de irregularidades em 84 obras públicas. Senador Antonio Carlos Magalhães.	395
SAÚDE		Considerações a respeito do pedido de publicação oficial de expediente do TCU, dirigido ao Presidente do Senado, acerca de irregularidades em 84 obras públicas. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Heráclito Fortes.	397
Considerações acerca da votação na Câmara dos Deputados do chamado "Projeto da Saúde". Senador Garibaldi Alves Filho.	348	Comentários acerca da relação de obras irregulares enviada pelo TCU ao Congresso Nacional. Senador Romero Jucá.	406
Realização de audiência pública em Camaquã, no Rio Grande do Sul, acerca da Convenção-Quadro Controle de Uso do Tabaco. Senador Paulo Paim.....	386	Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União acerca de obras públicas inacabadas. Senador Alvaro Dias.	527
SEGURANÇA PÚBLICA		Considerações a respeito da fiscalização feita pelo Tribunal de Contas da União no Acre. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Sibá Machado.	528
Manifestação em favor do desarmamento no Brasil, que será avaliado por meio do referendo de 23 de outubro de 2005. Senador Eduardo Suplicy.	123	Considerações acerca das decisões do Tribunal de Contas da União com referência ao Estado do Acre. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Sibá Machado.	536
Considerações concernentes ao assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Senadora Ana Júlia Carepa.....	176	Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União a respeito das obras públicas inacabadas. Senador Sibá Machado.	544
SENADO FEDERAL		TELECOMUNICAÇÃO	
Solicita à Mesa a reiteração dos dezesseis requerimentos de informações endereçadas aos Ministros de Estado. Senador Arthur Virgílio.	307	Registro de Moção da Radiodifusão Catarinense, que reivindica alterações na atual legislação a respeito das campanhas eleitorais. Senador Leonel Pavan.	148

Ata da 166ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Antonio Carlos Valadares e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado ao art. 159 da Constituição Federal o seguinte inciso IV:

“Art. 159.
.....

IV – dez por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dez por cento ao Fundo de Participação dos Municípios calculados sobre o produto da arrecadação das seguintes receitas:

a) da contribuição social sobre a receita ou o faturamento a que se refere o art. 195, I, **b**;

b) da contribuição social sobre o lucro a que alude o art. 195, I, **c**;

c) da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, nos termos dos arts. 74, 84 e 90;

d) de toda e qualquer contribuição social ou de intervenção no domínio econômico criada a partir do ano de 2005.

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente.

Justificação

O sistema constitucional tributário brasileiro é absolutamente rígido, pois discrimina de modo taxativo as competências impositivas de cada esfera de governo. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm definidas as espécies tributárias que cada qual pode instituir para garantir o seu autogoverno.

Na repartição dessas competências, observa-se nítida vantagem da União sobre os Estados e destes para com os Municípios, tanto que, para minimizar tais disparidades, criaram-se mecanismos de transferência do produto da arrecadação de determinados tributos, como, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios.

Mas, além desse desequilíbrio estabelecido pela Carta de 1988, o constituinte derivado vem instituindo em favor da União, ao longo do tempo, contribuições, com o intuito de evitar a transferência de receita para as demais unidades políticas, como ocorreu com a CPMF.

Ao lado disso, as alíquotas das contribuições sociais previstas no texto original da Constituição – contribuição social sobre o lucro e a contribuição sobre o faturamento e a receita – sofreram sensíveis elevações ao passo que os impostos que compõem a base de cálculo dos fundos de participação têm recebido constantes e indiscriminadas isenções.

Tais alterações fizeram com que, entre 1996 e 2004, a arrecadação das duas contribuições citadas se elevasse em termos nominais em 307%, ao passo que a arrecadação do imposto de renda se elevasse, no mesmo período em apenas 187%, conforme gráfico anexo.

No tópico Receitas Administradas pela SRF – Período: 1994 a 2001 (www.receita.fazenda.gov.br), encontra-se a Análise do Comportamento da Arrecadação dos Principais Impostos/Contribuições, onde se constata que,

do total da arrecadação, em 1994, 43,33% correspondem ao produto da arrecadação das contribuições, passando esse percentual, em 2001, para 48,48%.

Esses dados só confirmam as assertivas supramencionadas, pois as contribuições, além de concorrerem com quase 50% da recita total, tendem a crescer ao longo do tempo.

Merece destaque, ainda, o fato de que tais contribuições têm o mesmo fato gerador do imposto de renda, distinguindo-se deste exclusivamente pelo fato de que sua arrecadação está vinculada à seguridade social.

Todavia, desde 1994, por meio de cinco emendas constitucionais propostas pelo Poder Executivo, 20% da arrecadação de todas as contribuições têm sido desvinculados da seguridade social – primeiramente, pelo chamado Fundo Social de Emergência, depois pelo Fundo de Estabilização Fiscal (ambos estabelecendo a desafetação por meio do art. 72 do ADCT) e, por fim, por meio da DRU (Desvinculação das Receitas da União).

No conceito de seguridade social encontram-se as ações de saúde, assistência e previdência.

Se esta última é, como se costuma divulgar, deficitária; observado todavia o inteiro orçamento corrente da seguridade social observa-se que o mesmo não ocorre nos atuais dias. Conforme o gráfico anexo, as receitas correntes da seguridade social alcançaram em tomo de 212 bilhões de reais (dados calculados em setembro de 2004 com estimativa para o total do ano), ao passo as receitas alcançaram, pelo mesmo método, o total em torno de 242 bilhões de reais.

Talvez por isso mesmo é que o Executivo propôs e obteve a aprovação das emendas constitucionais que desvincularam recursos da seguridade social – pois assim o fazendo, não deixou de alcançar superávit corrente neste orçamento.

Não custa lembrar que o art. 157, II prevê que pertencem aos Estados 20% da arrecadação dos impostos que viessem e vierem a ser criados.

Ora, a desvinculação de recursos para o orçamento fiscal oriundos de contribuições que deveriam estar integralmente destinadas à seguridade social conduz a três forçosas conclusões:

a) que a seguridade social possui receitas além de suas necessidades, dentro do contexto de políticas adotadas pelo Executivo, ao passo que o orçamento fiscal é carente de recursos à frente de suas receitas;

b) que, já as contribuições (social sobre o lucro e Cofins) têm fatos geradores idênticos aos do imposto de renda, deveria o Executivo ter elevado as alíquotas do imposto de renda e não daquelas contribuições; e

c) se parte dos valores arrecadados a título de contribuições foram desvinculados da

seguridade social, esta mesma parte perderam a natureza jurídica de contribuições e pois são imposto de renda, devendo assim se submeter ao regime de distribuição deste imposto.

O mesmo raciocínio vale para a CPMF: inicialmente era ela um imposto – IPMF; quando de sua primeira prorrogação, decidiu-se transformá-la em contribuição porque, assim, vinculando-se a receita à seguridade social, conseguir-se-ia fugir dos efeitos do art. 157, II, que determina a distribuição de 20% da arrecadação entre os Estados e do Distrito Federal.

Ora, se o vínculo à seguridade social é que determina o caráter de contribuição e se o fato gerador é efetivamente de imposto, obviamente, não se poderia admitir desvinculação da receita à seguridade social senão com o efeito de se considerar alterada a natureza jurídica do tributo para imposto, devendo, portanto, se submeter aos efeitos da distribuição prevista na ordem constitucional.

Portanto, a presente proposta visa a remediar as injustiças e injuridicidades decorrentes das citadas práticas legislativas que vêm paulatinamente fortalecendo a União do ponto de vista do incremento de suas receitas, em detrimento dos Estados e Municípios limitados às receitas de seus impostos e às transferências constitucionais.

Essas injustiças se acentuam também em razão do fato de que os encargos dos Estados e Municípios têm aumentado consideravelmente em face das demandas por equipamentos sociais e pelo crescimento constante da prestação de serviços públicos indispensáveis a uma salutar qualidade de vida da população.

Cabe acrescentar, ainda, que esta proposta segue os mesmos moldes das Emendas Constitucionais nºs 27, de 2000; 42, de 2003; e 44, de 2004.

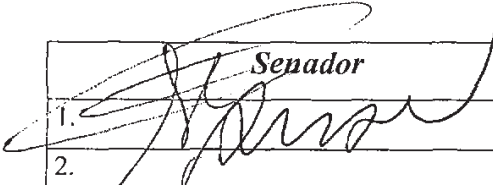

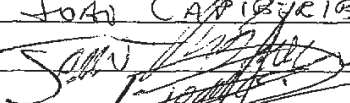


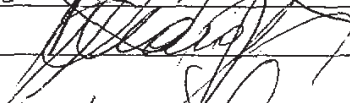
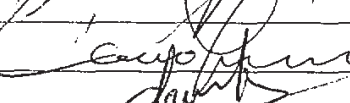
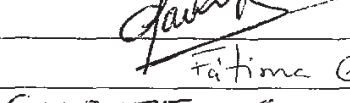
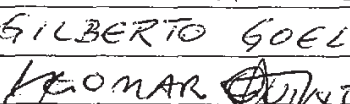
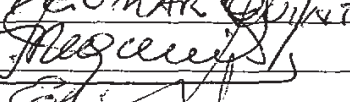
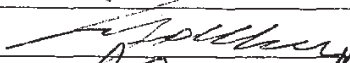
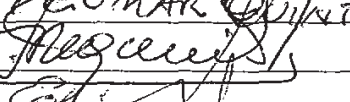
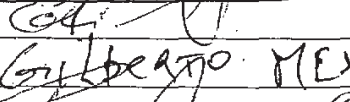
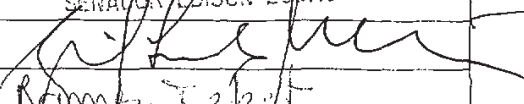
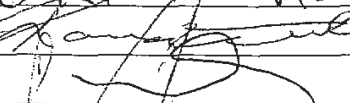
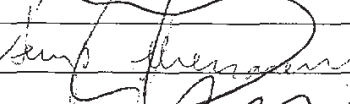
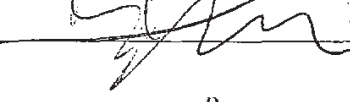

Finalmente, a vigência dos efeitos financeiros é protraída a 1º de janeiro do ano subsequente ao da publicação, para não interferir na programação orçamentária em curso.



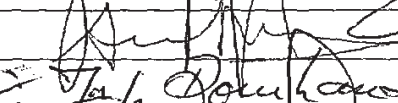
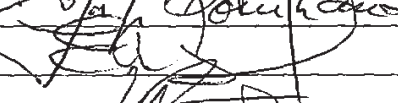

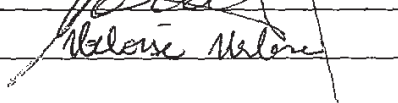


Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares para a aprovação desta proposta que, estamos certos, muito contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes brasileiros.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2005 – **Osmar Dias**, Senador.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2005

Acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.

Senador	Assinaturas
1. 	
2.	
3. JOÃO CARIBURIBE	 APOIAMENT
4. 	
5. 	EDSON TOREI
6. 	JOSÉ AGRIPINO
7. 	ALVARO ZEPEDA
8. 	JOÃO JERONIMO
9. 	TARSO FERREISSARTI
10. 	JUIZ OMAR
11. Tatiana Cleide	DESAR
12. GILBERTO GOELLNER	
13. ROMAR QUINTANILHA	Christomir
14. 	Reginaldo Pereira
15. 	SENADOR EDISON LOBÃO
16. GILBERTO MESTRINHO	
17. 	Rogério T. de A.
18. 	Heráclito F. de S.
19. 	SERYS SHESSARENKO
20. 	SILVANO SOUSA

21. 	Roberto SALVEMINI
22. 	Jefferson PERES
23. 	JOSÉ JORGE
24. 	Sergio QUEIROZ
25. 	Jorge BOUHAUSEN
26. 	Eduardo Siqueira Campos
27. 	WOLFRAM GRUN
28. 	Paula Helena
29. Helene Helene	HELOISA HELENA
30.	

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO VI

Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário Nacional

SECÃO VI

Da Repartição das Receitas Tributárias

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo.

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2005 (nº 392/2003, na Casa de origem), que denomina *Rodovia Alfeo Almeida Velozo o trecho da rodovia BR-376 entre o entroncamento com a rodovia BR-163 e a cidade de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Mão Santa.

S. Exª dispõe de até 15 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos os brasileiros, reconhecido no art. 225 da Constituição Federal.

Trata-se, o meio ambiente, de bem de uso comum do povo, por ser essencial à qualidade de vida. Por isso, os elaboradores da Carta Magna, no § 1º desse mesmo artigo, decidiram incumbir o Poder Público, em co-responsabilidade com a coletividade, de uma série de obrigações para a proteção da natureza. Essas obrigações incluem a preservação e a restauração dos processos ecológicos essenciais, com o manejo responsável de espécies e ecossistemas; a preservação

da diversidade e da integridade do patrimônio genético; a definição de espaços territoriais a serem protegidos como reserva ambiental; a exigência de estudo de impacto ambiental prévio à autorização de qualquer atividade ou obra potencialmente causadora de degradação; o controle da produção, da comercialização e do emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a saúde e para o ambiente; a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a proteção de fauna e flora nativas.

Para o cumprimento dessas determinações constitucionais, uma das principais obrigações do Poder Público está no inciso III: a definição dos parques nacionais. A questão dessas áreas de proteção é tratada também por alguns diplomas legais infraconstitucionais, como a Lei nº 9.605, de 1998, ou Lei de Crimes Ambientais, e a Lei nº 9.985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza dividiu as unidades de conservação em dois grupos: primeiro, as Unidades de Proteção Integral, que têm por objetivo manter os ecossistemas livres de quaisquer alterações causadas por interferência humana, admitindo somente o uso indireto de seus recursos naturais. Segundo: as Unidades de Uso Sustentável, nas quais se permite a exploração do ambiente, mas de maneira a garantir a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

Cada Unidade de Proteção Integral, de acordo com o art. 8º da Lei nº 9.985, pertence a uma dessas cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. É da proteção aos parques nacionais, dedicados à preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, objeto do art. 11 dessa lei, que desejo tratar nos dois projetos de lei do Senado Federal que já apresentei ao escrutínio dos meus ilustres Pares.

Os parques nacionais são de posse e domínio público, devendo ser desapropriadas as áreas particulares porventura incluídas dentro dos seus domínios a partir da data da sua criação. Tanto a visitação quanto a pesquisa científica nessas áreas estão sujeitas à regulamentação. Isso significa que pouquíssimas atividades econômicas podem ser realizadas dentro das áreas dos parques nacionais, o que implica – é razoável pensar – uma perda econômica potencial para Municípios e Estados que possuam grande parte dos seus territórios definida como integrante dessas áreas de proteção integral. Afinal de contas, as terras des-

tinadas à preservação ambiental poderiam, não fora essa reserva legal, ser utilizadas para a agricultura, para assentamento urbano ou para a instalação de indústrias, havendo, portanto, um custo de oportunidade para a comunidade mais próxima, ainda que em troca de benefício claro para toda a Nação.

Ora, Sr^s e Srs. Senadores, parece-me haver aí uma lacuna: a legislação que trata dos parques nacionais não prevê qualquer tipo de compensação para as unidades federadas que os abriguem.

Senador Mão Santa, aqui, quero fazer um registro sobre o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque no Estado do Amapá. Quando foi decretada como área de preservação uma grande área do nosso Estado, o Governo Federal se comprometeu a dar a compensação devida aos Municípios que estão englobados nessa grande área de preservação. E, até hoje, desde o ano de 2002, não temos nenhuma recompensa que foi prometida pelo Governo Federal e que é merecida pelos Municípios que estão contidos nessa área de preservação. Aguardamos que o Governo Lula lembre-se do compromisso que tem com o Amapá e que ainda não cumpriu.

Embora o meio ambiente possua valor econômico, por desempenhar funções imprescindíveis à vida humana, não é possível determinar, para esse valor, um preço de mercado. O mercado é mecanismo insuficiente para isso. Por esse motivo, é defensável, em princípio, o conceito de fazer a sociedade indenizar os entes federados que sacrificam parte de seu potencial econômico produtivo por conter área de preservação natural.

É claro que existem benefícios econômicos resultantes da existência de um parque nacional. O afluxo turístico é o mais notável desses benefícios, quando se trata de um parque nacional encontrar-se em região de acesso relativamente fácil e em região de nível de renda mais elevado, como é o caso de alguns parques das Regiões Sul e Sudeste.

No entanto, a situação das regiões mais pobres, quando nelas se estabelecem parques nacionais, é bem diferente. O exemplo que me ocorre é o do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá. O Município de Pedra Branca do Amapari, que abrange parte da área do Parque, apresentava, no ano de 2000, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,625, muito inferior aos 0,766 da média do País e até mesmo abaixo da média dos Municípios amapaenses, que é de 0,753. Além de pobre, o Município localiza-se a enorme distância de regiões de maior renda.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a é médico e, portanto, profundo conhecedor dos ensinamentos de Biologia, desde a nossa geração,

quando estudávamos os princípios dessa matéria no livro de Waldemiro Potsch, no curso científico. Depois, galgamos a posição de médico. É lamentável a ignorância audaciosa. Ó, Professor Cristovam Buarque, esse negócio de telefone, na sua vida... O seu horóscopo não vai com o telefone. Professor Cristovam Buarque, é a ignorância. Eles não quiseram um mestre no PT. Essa ecologia deve vir do filósofo Sófocles, que disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Eles não entendem isso. É uma pena, é uma lástima eles não entenderem isso. De pouco estudo, afastaram o único que lhes poderia ensinar no PT, que era o Professor Cristovam Buarque. Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Papaléo, as muitas exigências do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama se dão por ignorância ou por incompetência. Quando governei o Piauí, deixei um programa de carcinicultura, com técnicos do Equador, que é o maior pólo de exportação de camarão para o mundo. Deu uma praga lá, e os técnicos vieram se aportar no Nordeste, que tem condições climáticas e geográficas muito semelhantes. Então, deixei o delta do Piauí produzindo 1.260 toneladas. Hoje, devido à exigência, à ignorância e à incompetência do PT, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama e do Governo, essa produção baixou para 500 toneladas de camarão, que é riqueza e emprego para o homem em uma região pobre. V. Ex^a traz à luz uma reflexão dos técnicos dedicados ao meio ambiente: bastaria que se iniciassem os estudantes em Sófocles, que advertia que o homem é a mais importante peça da natureza.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Sua interferência é importante porque faz com que eu possa substanciar, ainda mais, o pronunciamento que faço.

Tendo em vista essa questão, apresentei a esta Casa uma proposição legislativa visando a alterar a Lei nº 7.797, que instituiu o Fundo Nacional do Meio Ambiente, no sentido de conceder prioridade, na aplicação de recursos desse Fundo, a Municípios que possuam mais de 25% de suas áreas dentro de parques nacionais e que estejam localizados nas Regiões mais pobres do País: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desse modo, estaríamos cumprindo o duplo objetivo de recompensar os Municípios que perdem parte de sua área produtiva por conta da criação de parques nacionais, sem favorecer aqueles que podem tornar a existência dos próprios parques uma fonte substancial de renda.

Porém, a destinação prioritária dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente a esses Municípios, embora relevante, precisa ser complementada, a meu ver, por outra medida. É que o próprio Fundo poderia ser

reforçado se todos os valores provenientes de sanções penais e administrativas derivadas de atividades lesivas ao meio ambiente, já definidas na Lei nº 9.605, fossem destinados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Surpreendentemente, não é o que ocorre. O dinheiro das multas por infração ambiental destina-se também a fundos estaduais e municipais de meio ambiente e, o que é mais estranho, ao Fundo Naval, que foi criado em 1932, com a finalidade legítima, mas alheia à questão ambiental, de renovação da frota da Marinha de Guerra.

Então, veja só, Senador Mão Santa, os recursos das multas que seriam destinados ao meio ambiente ainda estão sendo desviados, embora de maneira legal, para a renovação de frota da Marinha de Guerra do Brasil.

Se o Fundo Naval figura aí meio como corpo estranho, e não imagino grande oposição à sua retirada, até porque conta com outras fontes de recursos, poder-se-ia argüir, contra minha proposta, o problema resultante das perdas para os fundos ambientais estaduais e municipais. É, de fato, uma questão que pode ser examinada e discutida.

Senador Mão Santa, essa destinação ao Fundo Naval poderia plenamente ser retirada, deixando todos esses recursos para o meio ambiente, para a preservação e a conservação do meio ambiente.

Entendo, porém, que a destinação dos recursos dessas multas ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, em conjunto com a prioridade concedida ao investimento nos Municípios mais pobres hospedeiros de parques nacionais, mais que compensa a perda provocada pela alteração dos fundos estaduais e municipais, que nem sempre existem.

Um meio ambiente saudável é essencial para a vida humana. O sacrifício econômico que a criação e a manutenção de parques nacionais pode representar para os Municípios mais pobres deve, porém, ser mitigado por medidas compensatórias por parte da União. Esse, Sr. Presidente, é o objetivo das proposições que encaminhei para análise do Congresso Nacional.

Agradeço, Sr. Presidente, pela tolerância, e digo que essa questão de meio ambiente em nosso País, que vem evoluindo bastante, precisa da atenção do Ministério do Meio Ambiente, em especial aos projetos que entram nesta Casa, a fim de serem analisados com muito cuidado e visão para que aquela Pasta continue agindo da maneira correta que todos nós conhecemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti. V. Ex^a está com a palavra como oradora regularmente inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Não. Há um requerimento que foi entregue à Mesa, que eu gostaria fosse registrado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Assim que chegar, a Mesa fará a leitura. Ele está em fase de registro burocrático.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Parece-me que houve um...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Isso. Houve um equívoco. O Senador Mão Santa estaria no lugar do Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso, para que eu possa terminar a minha linha de intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mão Santa, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana; Sr^{as} e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pela televisão, ou acompanham pela Rádio AM e FM do Senado; Professor Cristovam Buarque, tem aquela música “Quando entrar setembro”, mas setembro chegou e veio com muita confusão e tempestade para o Brasil. Realmente, temos de agradecer a Deus, Senador Papaléo, porque aqui não temos aqueles vulcões, aqueles terremotos, aquelas tempestades e furacões que assolam o mundo. Mas, Senador Cristovam, a nossa democracia está doente, podre, e V. Ex^a, o mestre, sabe muito bem que, desde os primórdios da civilização, um filósofo disse que o homem é um animal sociável. O homem é um animal político, Senador Papaléo. Aristóteles disse: o homem é um animal político. Desde então, o mundo vem-se conscientizando, estudando, e a própria universidade da vida, Senador Alvaro Dias, fez com que o animal político procurasse o melhor regime.

O primeiro adotado por este mundo de Deus tinha de ter uma inspiração divina. Não era assim, Professor Cristovam? Buscavam-na nos reis. Os reis seriam deuses na terra, enquanto Deus seria um rei no céu. Então, esse homem tinha poderes divinos, que se resumem, Tião Viana, naquela frase do mais iluminado de todos eles – V. Ex^a conhece Versailles, não é? Que beleza! –, Luís XIV, que disse, Alvaro Dias: “*L’État c’est moi*”. Traduzindo: “Eu sou tudo, o Estado sou eu”. Mas, no *L’État c’est moi*, o povo sofria, era desprezado, era esquecido.

Era bom mesmo para quem estava em Versailles, Tião – eu fui lá ver, era bom –, na Corte, quem estava ao lado do rei. Até o bufão, que era o palhaço do rei, tinha mordomia e tal, mas o povo estava desencantado.

Então, Senador Alvaro Dias, esse povo decepcionado vai às ruas e dá um grito. Esse grito, nós repetimos, todos nós que defendemos o melhor Governo: liberdade, igualdade e fraternidade! Esse é o grito do povo, o povo nas ruas. Como Ulysses disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. Então, a voz foi essa. E derrubaram todos os reis – ficaram apenas uns, como simbolismo. Então, em busca de outra forma de governo, apareceu este, nascido do povo, que Abraão Lincoln definiu inteligentemente: governo do povo, pelo povo e para o povo. Nasceu aí a democracia, que, quer dizer, é do povo. Foi o povo que a fez, que foi às ruas.

Evidentemente, não é fácil; é complicado. Para os ingleses, penso que pelo temperamento e civilização, não houve sobressaltos. Deixaram até uma rainha simbólica. Na França, houve muitos sobressaltos. Teve a guilhotina, onde rolaram as cabeças até dos criadores – Danton, Robespierre e muitos outros.

Depois, voltou um misto, com um homem de muita coragem, muita iluminação: Napoleão Bonaparte, a quem o mundo reverencia não pelas vitórias de guerra, mas porque instituiu o primeiro Código Civil. E Napoleão Bonaparte deu um grande ensinamento. Ó, Lula, sei que é complicada a vida do francês, a vida militar, de estadista, mas aprenda pelo menos esta, Lula. Napoleão Bonaparte, Senador Alvaro Dias, atentai bem, disse assim: “A maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual não está preparado”. Ô baixinho danado!

Não ouviste este ensinamento do Napoleão Bonaparte, não é Lula? “A maior desgraça de um homem é exercer um cargo para o qual ele não está preparado.”

Mas, ele tinha visto isso, Professor Cristovam Buarque, porque Sócrates, que era tido como sábio, Senador Alvaro Dias, disse que só tinha um bem, um grande bem: o saber; e só tinha um grande mal: a ignorância.

Atentai bem, brasileiros e brasileiras: tem-se que estudar mesmo, tem-se que se preparar. Temos exemplos aí. Um quadro vale por dez mil palavras. Estão aí o “Lulinha, paz e amor” e o “Severininho do meu Nordeste”.

Maquiavel, Senadores Alvaro Dias e Tião Viana, já dizia: “tem que ter *fortuna*” – *fortuna* é sorte –, “mas tem que ter *virtù*” – virtudes. Se você tem fortuna e não tem sorte, é como o caboclo diz: passa o cavalo selado e você monta e cai. E está caindo um toda hora.

Então, foi o grande quadro para a nossa mocidade estudiosa, nossa mocidade que ouviu Rui Barbosa em seu último discurso, Senador Alvaro Dias, “Oração aos moços”, paraninfo, velhinho. É hoje um livro de todos os jovens. Ele dizia: estudai, trabalhai, lutai e acreditai que o amanhã, com certeza, vai ser mais lindo.

O nosso Presidente, em um momento infeliz, disse que era chato ler livro; que era chato ler. Não, é fundamental, necessário; sem o saber, não vai.

Fortuna e virtù. Mas a democracia está aí, Senador Cristovam Buarque, e está doente. Senador Tião Viana, V. Ex^a, que conhece doenças infecto-contagiosas e é professor, sabe que a doença dela não é aguda, mas crônica, como a lepra, a tuberculose, a osteomielite crônica. Não é como uma urgência em apendicite – caso em que o cirurgião opera e, em três minutos, o homem está curado – ou como uma hérnia estrangulada.

Agora, essa democracia foi melhorada pelo sábio Montesquieu, que criou entre elas três Poderes: o Poder Executivo, que é o Lula, o Poder Legislativo, de que somos o ápice, e o Poder Judiciário. Eles devem equilibrar-se; um deve frear, controlar o outro.

Aliás, os três não são Poderes, no meu entendimento, embora o fossem no de Montesquieu. Penso que poder é o povo. O povo é o poder. O povo é que paga a conta. Entendo serem eles, Senador Alvaro Dias, instrumentos da democracia. Mas esses instrumentos ou Poderes estão podres, doentes, e a doença é crônica, demora a ser curada. Não vai ser ligeiro, não. Agora, são todos os três. Não pense, Senador Tião Viana, que se trata apenas do Legislativo. O Legislativo está “na cara”, porque somos mais abertos, mais vulneráveis. Nós discutimos aqui, logo alguém contradiz o que foi dito, diz que não é, e tal. Há esse debate, essa transparência. O Legislativo não está pior, não.

O Executivo está pior. Está podre, mas porque é blindado pelo dinheiro do povo em suas mãos. E ele dispõe da mídia, das televisões, dos jornais, da imprensa.

E o Judiciário? É aquele a que se refere Maquiavel, quando diz: procure ser amado ou temido. Não sendo possível ser amado, seja temido. Aí ele pressiona.

Oh, Senador Tião Viana, atentai bem: o Presidente do Judiciário precisa defender-se disto: “A fraude de Nelson Jobim”. Antes de morrer, Brizola, o maior estadista deste País, o mais puro gaúcho... E V. Ex^a escolheu um grande Partido. Aliás, mulher só tenho uma, a Adalgisa, mas Partido tenho o PMDB e uma amante – o PDT é uma amante perigosa minha. Eu convivo com ele ao longo da vida. Aliás, recebi Brizola na minha cidade como Prefeito.

Então, Brizola, antes de morrer, nos tijolaços: “A fraude de Nelson Jobim”. Publica a **Folha de S. Paulo**: “Jobim deve afastar candidatura, diz manifesto.” Sesenta juízes do seu Estado firmam o manifesto. O Supremo deve ser exemplo.

Então, tudo é nosso, tudo é pátria, a democracia é nossa, ó povo! Quem não tem culpa é só o povo, que paga a conta. O poder é o povo, que merece respeito. A democracia é dele. Não é do Lulinha, não é nossa, nem do Judiciário: é do povo. Foi o povo que, com sua coragem

e bravura, foi às ruas e, gritando liberdade, igualdade e fraternidade, derrubou todos os reis do mundo.

Nesse processo demorado – ele não vai ser ligeiro –, temos de implantar aqui, em cada um de nós, virtudes: ética, vergonha na cara, decência. Temos de começar por nós.

Senador Tião, V. Ex^a é religioso. Qual é a religião de V. Ex^a? Católico. Pois seja qual for, tudo é bem-vindo, tudo nos leva a Deus. Está lá escrito que a quem muito é dado muito é cobrado. E foi dado muito a nós. Nós temos muitos privilégios. Senadores, pais da Pátria, salário muito bom. O Judiciário, também. É magnífico e causa até injustiça social, salarial. Temos de ser muito cobrados. A quem muito é dado muito é cobrado. Portanto, tem de ser cobrado mais de nós. Temos de purificar-nos, de purgar-nos. Somos o contrapoder e temos de frear os outros.

Mitterrand, que sofreu de um câncer durante 14 anos e escreveu um livro com um colega que ganhou o Prêmio Nobel, desabafou, afirmando que queria deixar uma mensagem aos novos governantes: fortaleçam os outros contrapoderes. Um deve respeitar, fortalecer e não desmoralizar o outro, como tentaram fazer com o Legislativo. Somos um contrapoder para frear.

Se está assim o País, não é a mentira que nos vai levar a lugar nenhum, Senador Alvaro Dias. Aliás, meu pai nos ensinava que quem mente rouba. Como dizia Goebbels – cujo similar esteve aqui, Duda Mendonça –, uma mentira repetida poder-se-á transformar em verdade. Não! Se o País está com suas instituições, seus instrumentos ou Poderes doentes, cronicamente doentes, é mentira dizer que nós vemos.

Um dos homens que melhor entende e um dos mais libertários da imprensa hoje, como foi Machado de Assis, Castro Alves, Carlos Lacerda e Rui Barbosa, é Sebastião Nery. Senador Alvaro Dias, Sebastião Nery era um animal político e iluminado, ninguém foi eleito mais do que ele. Foi eleito em três Estados diferentes; parece-me que na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Ninguém sabe mais sobre história política do que Sebastião Nery. Escreveu um livro sobre folclore. Quem quiser saber como Collor venceu as eleições deve lê-lo; ninguém conta melhor do que ele. Possui uma coluna.

Como um País... tudo é mentira. Este País nunca esteve tão ruim. Está doente, com osteomielite crônica. Ulysses dizia, Senador Alvaro Dias, que a corrupção é o cupim da democracia. Nunca houve tanto cupim neste País, nunca houve tanta corrupção. O País está doente. Que negócio é esse de dizer que vamos bem? Sebastião Nery foi o maior.

Falarei do Brasil e de Botswana É um artigo de hoje.

Nestes tempos de copas e olimpíadas, o Brasil é imbatível em miséria e desigualdade

social, e falta uma mínima distribuição de renda. O último relatório do Bird (Banco Mundial) traz o criminoso placar. Piores do que o Brasil só a Namíbia, Botswana, República...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, um minutinho, com a bondade e a grandeza do Acre e de V. Ex^a, que é do tamanho do Brasil, maior do que o Acre.

...Botswana, República Centro Africana e Suazilândia, que quase ninguém sabe onde ficam, só que é na África.

Melhores do que o Brasil, para suprema vergonha nossa, o Zimbábue, Gâmbia, Malawi, Zâmbia, Lesoto, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Equador e o resto da humanidade. E o mais grave: depois de três anos do governo Lula, que só ganhou porque jurou começar a mudar isso, nada melhorou. E piorou.

É o Banco Mundial quem diz por que está cada dia pior. (sic)

O Banco Mundial não deveria nem fazer parte das nossas palavras, porque ele é culpado disso, mas essa é a denúncia de Sebastião Nery e esse é o Brasil.

Senador Alvaro Dias, cristão que sou, como o Presidente Tião Viana acabou de se declarar católico, temos a crença e a esperança no livro de Deus, que diz: “depois da tempestade vem a bonança”. Depois desses tsunamis de corrupção e de falta de vergonha no Brasil, sem dúvida alguma, acreditando no povo, o povo que foi às ruas no passado, o povo cuja voz rouca Ulysses dizia para ouvirmos, haveremos de construir neste País uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Muito obrigado, grande Líder do PT do Acre, Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.058, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores;

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;.
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2005.

– **Ideli Salvatti – Roberto Saturnino.**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento.

Concedo a palavra, para encaminhar o requerimento, à autora do requerimento, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Apolônio de Carvalho faleceu neste final de semana, aos 93 anos de idade, uma vida absolutamente dedicada às causas da justiça, da liberdade e da igualdade.

Apolônio de Carvalho combateu o fascismo na guerra civil espanhola. Foi um dos brasileiros que se deslocou à Espanha para combater o início de todo o processo de fascismo. Foi também herói da resistência francesa contra o nazismo, reconhecido por aquele país por sua dedicação durante o período em que compartilhou das lutas do povo francês contra o domínio nazista na França.

Foi também um lutador destemido pela democracia no Brasil. Ao longo de seus mais de 90 anos de vida, sempre esteve à frente das principais lutas democráticas e de todas as causas vinculadas à justiça e à igualdade.

Por isso, peço o registro da nota de pesar pelo falecimento de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do PT, que, desde o primeiro momento da criação do nosso Partido, batalhou por todas as idéias que moveram a criação do PT, defendendo-as.

Ainda na quarta-feira passada, teve a oportunidade de conversar por telefone com o Presidente Lula, muito animado com a possibilidade de sair do hospital e ainda contribuir para a defesa das questões centrais que moveram sua vida: igualdade, justiça e liberdade. Entretanto, infelizmente, a doença levou Apolônio, que, sob meu ponto de vista, era um cidadão do mundo, e não apenas do Brasil, porque se dedicou à luta pela igualdade, justiça e liberdade em toda parte. Guardiã da liberdade e da justiça, era um cidadão, com todas as letras maiúsculas, que a vida dá como testemunho no seu nome.

Solicito, pois, o registro, nos Anais do Senado, da nota de pesar pelo falecimento de Apolônio de Carvalho e a aprovação do requerimento de homenagem.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, § 1º, inciso II, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Nota de pesar pelo falecimento de Apolônio de Carvalho”.

23/09/2005 - PT de luto pela morte de Apolonio de Carvalho

Em nota assinada pelo presidente Tarso Genro, o PT manifestou agora à noite seu pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho, fundador do partido e combatente sem fronteiras pela justiça e pela igualdade. Leia abaixo a íntegra da nota.

Nota de pesar pelo falecimento de Apolonio de Carvalho

O Partido dos Trabalhadores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de seu fundador e militante de primeira linha Apolonio de Carvalho, ocorrido nesta sexta-feira (23), no Rio de Janeiro.

Apolonio combateu o fascismo na guerra civil espanhola, foi herói da resistência contra o nazismo, na França, e lutador destemido pela democracia no Brasil. Defendeu, ao longo de sua vida exemplar, todas as causas que se vinculam à justiça e à igualdade. Trabalhou sempre pela construção do Partido dos Trabalhadores.

Para nós, honrar a memória de Apolonio de Carvalho é prosseguir na luta pela transformação social e pela consolidação de um projeto democrático e socialista para o nosso país.

É também prosseguir na luta pela consolidação de um partido que saiba construir um projeto democrático de nação e afirmar, no plano social, político e econômico, os direitos das classes trabalhadoras e de todo o povo brasileiro.

Tarso Genro

Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores

Leia também:

Morre Apolonio de Carvalho

Democrata, comunista, internacionalista, petista

A vida e a luta do fundador do PT Apolonio de Carvalho

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Não havendo mais quem queira encaminhar, encerro o encaminhamento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a Mesa encaminhará o voto de pesar solicitado e se associa a V. Ex^a na justa homenagem e reconhecimento a Apolonio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Antes de conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Tião Viana, peço minha inscrição como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a terá a palavra após a Senadora Ideli Salvatti, Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há mais de três meses, estamos cumprindo a tarefa de investigação, principalmente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, na qual temos atuado com mais intensidade, como outros parlamentares desta Casa e que se encontram inclusive no plenário. E temos sido cobrados sistematicamente pela opinião pública e pela imprensa para buscar a origem do dinheiro, a sempre lembrada questão do corruptor: a serviço de quem e sobre qual interesse estava montado o sistema corruptor que envolveu personalidades e agentes públicos? É o famoso debate da origem do dinheiro do

“valerioduto”, e já foram relacionadas várias hipóteses, como o dinheiro público, os contratos públicos – que isso abasteceu o “valerioduto”. Ou então se levantou a hipótese de que desvio de aplicações dos fundos de pensão poderia ter abastecido o “valerioduto”. Depois, com o depoimento do Duda Mendonça, a possibilidade de existência de contas no exterior. E, depois de mais de três meses, não foi possível provar nenhuma dessas teses; não temos provas efetivas e concretas da origem do dinheiro que abasteceu o “valerioduto”.

Aliás, **O Globo** de hoje atribui ao Deputado Gustavo Fruet, sub-relator da movimentação financeira, uma frase: “Valerioduto não deixa rastros”. Ou seja, apesar dos três meses de investigação, não se consegue provar a origem do dinheiro, sua vinculação, nem a ligação entre a saída e a entrada de dinheiro. Então, não sou eu quem estou afirmando nada; é o próprio subrelator que, em reportagem bastante extensa, apresenta toda a dificuldade de se chegar efetivamente à origem do dinheiro pelo rastreamento.

A Sra. Kátia Rabello prestou depoimento à CPMI dos Correios como presidente do Banco Rural e, na semana passada, prestou depoimento no Conselho de Ética da Câmara, onde levantou uma questão que talvez possa ser uma tese que nos permita entender a lógica do dinheiro. A Sra. Kátia Rabello diz: “Valério era um facilitador”, ou seja, era uma pessoa que se apresentava como alguém que poderia intermediar, agendar, agenciar, interceder em favor de, aquilo que conhecemos tradicionalmente como lobista. Ela levanta essa tese na reportagem que peço seja registrada na íntegra, da colunista Tereza Cruvinel, de **O Globo**, da sexta-feira, que faz este raciocínio de que o Sr. Marcos Valério operava na lógica dos empréstimos. Vejam que ele não fez empréstimo somente para o PT; já em 1998, fez empréstimos para as campanhas de Minas Gerais, do PSDB e PFL, e começam a aparecer hipóteses de novos empréstimos de Marcos Valério já no ano de 2000, também sem garantia real, sem pagamento. Note-se que o empréstimo de 1998, de quase R\$10 milhões, não chegou a ser pago. Em 2003, havia um débito de R\$14 milhões, e foram pagos tão-somente R\$2 milhões para o banco. Então, esta maneira de operar (via empréstimos) – que já é mais antiga, já é a maneira, o **modus operandi** do Sr. Marcos Valério – poderia ser em troca não de pagamento do empréstimo, mas exatamente do pagamento... Seria a forma de pagar as tais das intermediações do Sr. Marcos Valério.

Então, quero fazer aqui o registro desta nova hipótese, que está sendo levantada, porque, nessa

investigação que estamos mergulhados é muito importante trabalharmos com todas as hipóteses, inclusive esta de o Sr. Marcos Valério ser, efetivamente, o intermediador ou alguém que tenta intermediar, até porque, em algumas intervenções, como foi o caso, ele buscou intervir naquela questão da liquidação, no Banco Central, do Banco Mercantil de Pernambuco. E foi barrado! Aquilo não aconteceu. Mas, talvez, aquilo tivesse sido a moeda de troca para os acertos do Sr. Marcos Valério, como já o fez em outras coisas.

Nessa hipótese de lobista, de aproveitador de oportunidades, de oportunista de plantão que é o Sr. Marcos Valério, como aparece em várias colunas, em declarações e em depoimentos, considero que seria muito importante trabalharmos nessa lógica de investigação, até pela categórica afirmação do sub-Relator, Deputado Gustavo Fruet, de que está muito difícil se encontrar naquelas linhas de investigação: recurso público, aplicação dos fundos de pensão, contas no exterior, ou qualquer tipo de procedimento, como vinha sendo investigado e até agora nada se comprovou.

Aliás, no depoimento do Sr. Daniel Dantas, com as ligações diretas e indiretas que tem do Sr. Marcos Valério com o Sr. Daniel Dantas, aparecem fortemente esses indícios de o Marcos Valério ser efetivamente um dos operadores das oportunidades para o Sr. Daniel Dantas. E aí eu volto à colunista Tereza Cruvinel no domingo, quando ela levanta, já fruto do depoimento do Daniel Dantas na CPI tanto dos Correios quanto da Compra de Votos e Mensalão, a necessidade de se aprofundar a investigação da questão da privatização das empresas de telefonia do nosso País. E ela, inclusive, sugere na sua coluna – e é algo que já vem sendo ventilado dentro do Congresso Nacional – que, da mesma forma que foi dado o tratamento à CPI da investigação do IRB, para não se criar mais uma CPI, foi transformada numa sub-Relatoria da CPMI dos Correios, talvez uma das alternativas para que possamos aprofundar toda essa investigação de vinculação Daniel Dantas com o Marcos Valério, como um operador de oportunidades para o Sr. Daniel Dantas, isso oriundo das conseqüências da privatização das empresas de telefonia, que pudéssemos adotar algo assemelhado. Ou seja, transformar a CPI da privatização das empresas de telefonia, que foi encabeçada pelo Deputado Daniel Almeida, do PCdoB, numa sub-Relatoria na CPI dos Correios.

Então, estaremos fazendo esse debate ao longo da semana, em decorrência, já, do depoimento da se-

mana passada, juntamente com aquela discussão que busquei focar naquele dia, na quarta-feira, da necessidade, da importância de trabalharmos na lógica de que a melhor contribuição às investigações do papel do Sr. Daniel Dantas, em todos esses processos, ao longo das últimas décadas da sua atuação, é efetivamente, Senador Tião Viana, quebrarmos, definitivamente, o sigilo bancário daquele disco rígido que foi apreendido na investigação da Kroll e que está, por ordem judicial, impossibilitado de ser auditado, como também a quebra do sigilo dos investidores lá do Opportunity Fund, na Ilhas Cayman.

Penso que devemos trabalhar esta discussão ao longo da semana, na reunião administrativa que teremos na CPI dos Correios.

Mas, nos últimos dias, houve mais um escândalo no nosso País, infelizmente mais um, e não poderia deixar de fazer o registro, inclusive fazer um apelo a V. Ex^a, Senador Tião Viana, que é o titular da CPI dos Bingos, não é?

A novidade dos últimos dias foi exatamente a prisão do empresário de Bingos, Nagib Fayad, envolvido na manipulação de resultado de jogos do campeonato brasileiro, incluindo o campeonato paulista, a Taça Libertadores – não sou muito adepta do futebol, assim, se eu estiver falando alguma bobagem, que me corrijam.

Circulando em Santa Catarina este final de semana, até porque um time de Santa Catarina foi profundamente prejudicado nessa maracutaia dos resultados dos jogos, as pessoas me perguntaram: mas e aí, a CPI dos Bingos não vai investigar esse escândalo? Isso porque a CPI dos Bingos tem investigado coisas que não têm nada a ver com bingo nem com jogo.

E nesse caso, onde está configurada a ligação muito estreita, porque além de ser empresário de bingo, a manipulação dos jogos, a maracutaia se dava em dois *sites* da Internet – um em São Paulo e outro no Rio – de apostas clandestinas, manipulando resultado dos jogos para beneficiar os apostadores feitos nesses *sites* clandestinos.

Portanto, entendo que é muito importante que a CPI dos Bingos se manifeste, fazendo a investigação desse que é indiscutivelmente, e infelizmente, mais um dos escândalos que estão aí e que exige da CPI dos Bingos, do meu ponto de vista, a convocação e a investigação, porque está tudo muito claro e interligado.

Há um artigo do Sérgio da Costa Ramos, que é um jornalista do meu Estado, em que ele diz que precisa ser investigado, sim, com profundidade, porque

aquele desabafo de todo torcedor quando vai a um jogo e até a forma de desabafar chamando o juiz de ladrão eram hipóteses. Aquele juiz, em um momento de ter de decidir se houve o impedimento ou não, se ocorreu o pênalti ou não, se o gol foi válido ou não, toda aquela decisão momentânea podia ser apenas um discernimento errôneo. No entanto, depois do que aconteceu, das fitas, das gravações de como se operava a manipulação, a atuação dos juizes no sentido de prejudicar e de conformar o resultado, de trabalhar na lógica de o resultado ser aquele conveniente para beneficiar as apostas no *site* clandestino de jogo, “juiz ladrão” passou a ter outra conotação, porque agora é fato consumado e comprovado.

Assim, esperamos efetivamente que a CPI dos Bingos consiga fazer a investigação, inclusive com a correlação que entendemos ter na sua magnitude pelos procedimentos dessa verdadeira quadrilha que estava atuando na arbitragem, no jogo clandestino e com casas de bingo.

Portanto, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer esses registros e pedir que V. Ex^a, que está atuando com muita sobriedade e responsabilidade na CPI dos Bingos, possa trazer esse assunto à baila. E que não pare nenhuma dúvida, Senador, que estou trazendo esse assunto por conta de entender como relevante e importante pela vinculação com o jogo clandestino e que ninguém me acuse de estar defendendo o Figueirense, que foi garfado – o Figueirense é o time da minha ilha, juntamente com o Avaí. Enfim, que ninguém me acuse de eu estar fazendo isso em defesa do Figueira, porque foi visivelmente garfado – e tenho também aqui as fitas que registram, na íntegra, a conversa do Edílson com o Fayad combinando como iam prejudicar o Figueira no jogo com o Vasco.

Era isso, Sr. Presidente, que queria deixar aqui registrado e agradecer a gentileza da concessão de um tempinho a mais.

Muito obrigada.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º do Regimento Interno.)*

Matérias referidas:

“Jogo Sujo: **Veja** revela o maior escândalo já visto no futebol brasileiro (revista **Veja**)”;

“Pista para o Valerioduto”, **O Globo** – Tereza Cruvinel”.

Especial

O Gaeco (Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo) e a Polícia Federal estão a ponto de dismantelar uma quadrilha montada com o objetivo de manipular resultados de partidas de futebol do Campeonato Brasileiro e do Paulista. Ela envolve um grupo de empresários, donos de bingos em São Paulo e Piracicaba (no interior paulista) e o árbitro Edilson Pereira de Carvalho, um dos dez juizes brasileiros pertencentes aos quadros da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que reúne a elite da arbitragem mundial. Com os resultados acertados com o juiz, a quadrilha lucrava em apostas milionárias em sites de jogatina na internet. É o maior golpe na paixão dos brasileiros pelo futebol e um escândalo de repercussão internacional.

Gravações telefônicas mostram que Edilson, em conluio com os empresários, "vendeu" e, em outras oportunidades tentou "vender" os resultados de muitas das 25 partidas que apitou desde janeiro deste ano nos que são alguns dos mais importantes torneios do futebol mundial, entre eles as copas Libertadores e Sul-Americana. Com base nos resultados combinados com o juiz, os empresários faziam apostas milionárias em dois sites de futebol na internet que oferecem loterias eletrônicas. A existência e o funcionamento desses sites no Brasil são proibidos e as apostas ocorrem de forma clandestina. O Gaeco já sabe que pelo menos mais um árbitro — Paulo José Danelon, ligado à Federação Paulista de Futebol e que apitou no Campeonato Paulista — fazia parte da quadrilha. Dois bandeiras, da mesma federação, também estão sendo investigados sob suspeita de participação no esquema. A quadrilha, segundo o Gaeco, teria lucrado com as fraudes mais de 1 milhão de reais nos últimos seis meses.

As investigações sobre a máfia do apito tiveram origem em uma apuração jornalística iniciada por VEJA em abril deste ano. Informado sobre o trabalho, o Gaeco obteve autorização judicial para monitorar as ligações telefônicas da quadrilha com ajuda da Polícia Federal. Os diálogos, gravados desde agosto deste ano, revelaram a existência de uma trama destinada a encher os bolsos de um grupo de apostadores a custa da boa-fé de milhares de torcedores que, ao adquirir ingressos para um espetáculo esportivo, se tornaram figurantes involuntários de uma fraude. Nela, a principal autoridade no campo, em vez de garantir a justiça do resultado e fazer com que o melhor time vença, dedicava-se a ajeitar o re-

**VEJA REVELA O MAIOR
ESCANDALO JÁ VISTO
NO FUTEBOL
BRASILEIRO: EM
CONLUIO COM
EMPRESARIOS, DOIS
JUIZES — UM DELES
ARBITRO DA FIFA —
FRAUDAVAM
RESULTADOS DE
PARTIDAS PARA
LUCRAR COM APOSTAS**

André Rizek e Thais Oyama

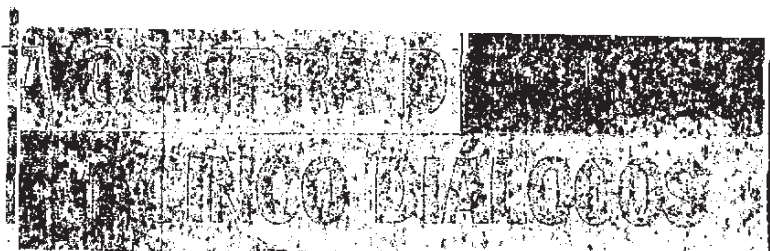
JOGO SUJO

sultado da partida de acordo com seus interesses financeiros e os da quadrilha. Um juiz pode interferir decisivamente no resultado de um jogo. Ele pode forjar pênaltis, expulsar jogadores injustamente, validar gols ilegais e anular gols legítimos. Edilson Pereira de Carvalho e seus asseclas faziam essas tramóias, maculando a alegria de milhões de brasileiros, em troca de propinas que variavam entre 10 000 e 15 000 reais por partida.

Os juizes do esquema agiam da seguinte maneira: assim que eram escalados para um jogo (a escolha se dá por sorteio), comunicavam o fato ao empresário Nagib Fayad, de Piracicaba. Conhecido piloto de kart na cidade, ele é apontado pela investigação como um dos cabeças da máfia do apito. Avisado sobre a escalção do juiz comprado, Fayad ligava para os seus sócios — três donos de casas de bingo de São Paulo cujos nomes permanecem sob sigilo —, a fim de combinar o placar e o valor da aposta. Em seguida, Fayad registrava o palpite em dois sites de apostas: o Aebet e o Futbet. Ambos são clandestinos. Como se sabe, a lei brasileira proíbe jogos de azar.

Segundo as investigações, o Aebet, embora registre sede em Montreal, no Canadá, funciona, na realidade, no Rio de Janeiro. É aberto a qualquer internauta e recebe apostas para jogos de futebol ao redor do mundo, com versões em português, inglês e espanhol. Para apostar nele, basta preencher um cadastro e escolher a forma de pagamento das apostas: depósito bancário ou cartão de crédito. Quando o apostador ganha, seu dinheiro é depositado na conta bancária que ele usou para se registrar. O site aceita palpites também para corridas de Fórmula 1, lutas de boxe e jogos de basquete no Brasil e em outros países. O Futbet é um site fechado. Seu domínio está registrado em nome da empresa BR Ltda, de São Paulo, mas o Gaeco já sabe que seu verdadeiro proprietário mora em Piracicaba — a mesma cidade de Fayad. Os sites, pelo que se apurou até agora, não teriam participação no esquema.

O lucro da máfia do apito variava de acordo com o jogo em questão. Tanto o site Aebet quanto o Futbet estabelecem o valor do prêmio a ser pago aos apostadores (via depósito bancário) de acordo com a lógica das bolsas de aposta convencionais: se um time é considerado favorito em uma determinada partida, mais pessoas apostarão nele. E o prêmio, portanto, será menor — no caso dos sites usados pe-



As conversas abaixo foram gravadas pela Polícia Federal entre os dias 6 e 8 de agosto. Nelas, o empresário Nagib Fayad, um de seus sócios em São Paulo e o juiz Edilson Pereira de Carvalho combinam a "compra" da partida entre o Vasco e o Figueirense, realizada no Rio no dia 7. O grupo aposta no site Aebet 150 000 reais na vitória do Vasco e combina pagar 15 000 reais a Edilson para que ele garanta o resultado. O juiz cumpre o combinado. Depois do jogo, Fayad diz que o site não aceitou a aposta do grupo, mas que irá pagar ao juiz mesmo assim.

USE O CARA RECLAMAR,
METO PRA FALAR

Na véspera do jogo, Fayad liga para Edilson e reclama que o árbitro falhou nos últimos jogos (entre eles, Juventude 1 x 4 Figueirense e Santos 4 x 2 Corinthians). Edilson se defende, culpando a boa performance do atacante Edmundo, do Figueirense, na partida contra o Juventude. O árbitro tenta animar o empresário a dar seguimento ao esquema:

Edilson: Amanhã eu faço Vasco e Figueirense.

Fayad: Qualquer coisa eu ligo pra ocê. Tô desanimado.

Edilson: O Figueirense joga sem cinco titulares. E o Vasco tem de ganhar de qualquer jeito (...). Vou marcar falta no meio-de-campo. Se o cara reclamar, meto pra fora (...). Não joga Edmundo, Cléber, Bilú e Axel (do Figueirense) (...)

Fayad: É brincadeira. Faz o seguinte: deixa eu ligar pra ocê até meia-noite, deixa que eu vou ver o que fazer.

Edilson: Tá jóia, o que você quiser. Pode jogar até os carros que você tem que amanhã eu saio de escolta (do jogo) do Figueirense.

Fayad: Não, beleza.

Edilson: Pode jogar até os seus carros pra gente tirar um pouco a diferença, pra mim e pra você, alguma coisa. Porque num jogo que você jogar forte, você recupera alguma coisa, né?

Fayad: Não tá fácil. Agora complicou um pouco, mas tem de buscar devagar agora.

Edilson: Sim, devagar. Mas se você quiser jogar o que você quiser amanhã, pra você recuperar uma boa parte... Vê o limite que você pode jogar e me-

te ferro, que eu meto ferro dentro de campo. Que eu tô invocado e você também, né?

“EU NÃO TENHO DINHEIRO PARA O
PORTUENSA ESTE JORNAL”

O jogo ainda não aconteceu. Fayad acerta com seus sócios uma aposta de 150 000 reais na vitória do Vasco. O sócio reclama com Fayad por estar dando dinheiro a "esse juiz f.d.p., depois de tudo o que aconteceu" (o não-cumprimento dos resultados em partidas acertadas anteriormente). Fayad, no entanto, convence o sócio a dar "outra chance" ao árbitro. Em seguida, liga novamente para Edilson:

Fayad: Edilson? Giba. Olha só: vamos fazer, então. Tem 15 000.

Edilson: Tá certo, tá certo. Tem uma outra coisa. Conversei com o bandeira*, chamei ele, pra garantir, e tem uns trocados pro bandeira também... Pediu 5 000.

Fayad: Cinco mil?! Dá 2 000.

Edilson: Eu disse que dava por 3 000... Mas vou falar 2 000, então.

Fayad: Então, tá fechado.

Edilson: Dá 17 000, então.

Fayad: Isso.

Edilson: Você quer que eu te ligue? Quando for 10, 10 e pouco, eu posso te ligar.

Fayad: Não precisa, não, tudo certo. Hoje é minha vida que está em jogo, cê tá entendendo? Vai dar tudo certo?

Edilson: Pode ter certeza... Se Deus quiser, Giba.

(Em seguida, as escutas policiais flagram conversa entre Fayad e um de seus sócios em que o empresário "superfatura" o suborno pago a Edilson. Diz que o juiz pede "30 000 reais" para vender a partida)

"JÁ EXPULSA DOIS, JÁ DÁ O PÊNALTÍ"

No dia do jogo, pela manhã, o empresário Fayad e o juiz Edilson voltam a conversar:

Fayad: Mas, fio, qual a certeza que ocê dá pra mim hoje?

Edilson: Máxima, né?

Fayad: Qual a certeza? Você dá essa certeza?

Edilson: Hoje vou falar uma coisa pra você, pra nós dois: pelo amor de Deus, viu, meu amigo que precisa e ainda perdeu.

Fayad: Pelo amor de Deus, minha vida que tá em jogo!

Edilson: A nossa.

Fayad: Então, tá bom, beijoca.

Edilson: Pode crer, meu amigo.

Fayad: Pelo amor de Deus. Olha, lembra bem disso: já expulsa dois, já dá o pênalti, pelo amor de Deus. Pelo amor de

Deus mesmo!

Edilson: Já vai tomando o seu uísque, já.

Fayad: Um abraço, beijoca.

Edilson: Fica com Deus.

PÊNALTÍ "ESCADALOSO"

Durante o jogo, Fayad liga para um de seus sócios em São Paulo e comemora, eufórico:

Fayad: Oi, você está vendo?

Sócio: Não.

Fayad: Já tá 1 a 0. Diz que o pênalti foi escandaloso.

"ELLES ESTÃO DESCONFIADOS"

No dia seguinte à vitória do Vasco, Fayad liga para Edilson para dizer que o site não aceitou a aposta do grupo, mas garante que pagará ao juiz pelo "trabalho". Fayad diz que os proprietários do site já estão desconfiados de Edilson. O juiz tenta sugerir alternativas para prosseguir no esquema:

Edilson: Mas e se for outra pessoa apostar, então?

Fayad: Não dá. Não abrem a aposta, entendeu? Achei que era porque o Figueirense estava com muitos reservas, e nesse caso eles não aceitam mesmo. Mas é isso: nos três últimos jogos que ocê apitou, apostamos pesado. Tão desconfiados mesmo... Vamos ter de dar um jeito. Eu tentei te ligar.

Edilson: Tinha uma ligação lá, eu vi.

Bom, a gente se fala para ver como é que fica.

Fayad: Mas ocê fica tranqüilo que comigo ocê não vai perder, fica tranqüilo.

Edilson: Então, tá bom. A gente se fala.

* Os dois bandeiras que auxiliaram o juiz Edilson na partida foram Márcio Luiz Augusto e Francisco Rubens Feitosa, ambos de São Paulo

lo esquema, em torno de uma vez e meia o valor bancado pelo apostador. Já por um palpite numa equipe com menos chances de vitória, o Aebet e o Futbet pagavam até mais de seis vezes o valor apostado. A tática da quadrilha era apostar quantias vultosas — entre 150 000 e 200 000 reais —, na maioria das vezes em times tidos como favoritos. "Dessa forma, caberia aos árbitros do esquema apenas garantir que não haveria as chamadas 'zebras'", explica o promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro, do Gaeco. A desfaçatez da quadrilha era tamanha que, em um dos diálogos gravados pela polícia (veja trechos na pág. 74), Edilson garante a Fayad que ele pode "jogar até os carros" que tem na vitória do Vasco, que enfrentou o Figueirense na 18ª rodada do Campeonato Brasileiro. "Vê o limite que você pode jogar e mete ferro, que eu meto ferro dentro de campo", diz Edilson. O árbitro promete que irá fazer o resultado combinado "henf que tenha de sair do estádio sob escolta".

As escutas telefônicas mostram que, em algumas partidas, como aquela em que o Figueirense venceu o Juventude por 4 a 1, no último mês de julho, o juiz Edilson não conseguiu produzir o resultado combinado com seus cúmplices. Em uma das conversas captadas pela PF, o árbitro Edilson lembra ao empresário Fayad que tentou favorecer o Juventude com um pênalti mas "eles erraram". Na partida, o árbitro marcou um pênalti a favor do Juventude. A bola chutada pelo atacante Zé Carlos foi defendida pelo goleiro do Figueirense.

As gravações da polícia indicam ainda que a ação da quadrilha despertou a aten-

ção de pessoas fora do âmbito da investigação. Pelo menos um dos dois sites usados pela quadrilha, o Aebet, vinha recusando apostas em jogos apitados pelo juiz Edilson. Duas das partidas que ele arbitrou na 21ª e na 24ª rodadas do Campeonato Brasileiro (Internacional x Coritiba e São Paulo x Corinthians) permaneceram fechadas para apostas no site. Foram os únicos jogos não liberados para palpite entre as 22 partidas das duas rodadas.

A interdição não passou despercebida pela quadrilha. Em um dos diálogos captados pela investigação, Fayad diz a Edilson que eles terão de "dar um jeito", já que, como o grupo apostou "pesado nos últimos três jogos" apitados pelo juiz, "eles (os proprietários do site) estão desconfiados". O Gaeco e a PF já sabem que Edilson foi apresentado à máfia do apito por outro árbitro, Paulo José Danelon, que já atuava no esquema antes dele. Esse segundo árbitro apita atualmente na segunda divisão do Campeonato Brasileiro. Mora em Piracicaba e era secretário da Faculdade de Odontologia da Unicamp, até ser demitido no início deste mês por justa causa. Como Edilson e Fayad, ele poderá ter a prisão decretada ainda nesta semana.

O artigo 275 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva determina que as partidas cujos resultados sofram alteração em consequência de má-fé do árbitro deverão ser anuladas. Nesse caso, o Campeonato Brasileiro — que vinha registrando aumento de público e uma das maiores médias de gols de toda a sua história — sofreria uma mudança na sua tabela de classificação. Se as partidas apitadas por Edilson forem anuladas, confor-

me determina o Código, o Internacional perderia a liderança isolada e Vasco e Cruzeiro ficariam mais perto da zona de rebaixamento para a segunda divisão (veja quadro na pág. 80). O resultado do Campeonato Paulista, encerrado no último mês de abril, também teria de ser alterado no que diz respeito à relação dos times rebaixados à segunda divisão: União Barbarense, União São João, Atlético Sorocaba e Inter de Limeira. As revelações sobre as fraudes cometidas pelos árbitros Edilson e Danelon neste torneio, no entanto, não tirariam o título do São Paulo. O time venceu o campeonato com uma vantagem de oito pontos sobre o segundo colocado, o Corinthians. Mesmo a anulação das partidas apitadas pelos árbitros flagrados vendendo sua honra e seus apitos não reverteria essa situação.

Edilson sempre gozou de boa reputação como árbitro. Ultimamente, porém,

O CASO TOTONERO

O maior escândalo de corrupção no futebol explodiu em 1980, na Itália. Conhecido como Caso Totonero, ele chocou o mundo e, claro, os italianos — tão ou mais aficionados do esporte do que os brasileiros. As investigações concluíram que uma máfia de apostadores havia aliado atletas, juizes e dirigentes para fabricar resultados dos jogos que compunham os cartões da Totonero. Loteria esportiva clandestina, ela movimentava centenas de milhares de dólares por semana e tinha mais de 3 000 agentes es-

vinha chamando atenção mais por suas atitudes controversas. No início do mês, durante uma partida entre Corinthians e São Paulo, ele foi acusado de ter xingado o zagueiro Sebá e o atacante Tevez, ambos argentinos, de "gringos de m...". O Corinthians entrou com uma ação contra ele no Superior Tribunal de Justiça Desportiva. O julgamento será realizado na semana que vem. Em 2003, o árbitro havia sido acusado de apresentar à Federação Paulista um falso diploma de conclusão do 2º grau — a instrução mínima exigida para os juizes brasileiros. O caso morreu. Não chegou sequer a ser investigado pela Federação.

Quarenta e três anos, casado, pai de uma filha e morador de um condomínio fechado de padrão classe média em Jacareí (interior de São Paulo), Edilson é um lateral-esquerdo frustrado. Na juventude, tentou ser jogador de futebol. Fez testes no São José, mas nunca conseguiu ser contratado. Tornou-se árbitro em 1991.

Em 1994, apitou seu primeiro jogo profissional, no Campeonato Paulista. Em 1999, indicado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entrou para os quadros da Fifa, conquistando a graduação máxima para um juiz. Os árbitros da Fifa — que, no Brasil, ganham 2 500 reais por jogo apitado — são os únicos aptos a trabalhar em competições internacionais, como a Copa do Mundo. Edilson nunca participou de nenhuma, mas arbitrou partidas importantes da Copa Libertadores (o mais relevante torneio sul-americano de clubes). Ele foi o juiz dos dois jogos da semifinal de 2000, entre Palmeiras e Corinthians, considerados embates históricos na história dos dois tradicionais clubes. Fora do campo, Edilson (também) é comerciante — tem uma frota de carros de aluguel e uma pequena fábrica de brinquedos.

Religioso, Edilson costuma cumprir um ritual antes do início de cada jogo que apita: levanta seus cartões amarelos

e vermelhos — personalizados com a inscrição "Deus é Fiel" — e reza no centro do gramado. Agora, não adianta rezar: ele deverá ser indiciado pelos crimes contra a economia popular, de estelionato e formação de quadrilha. Afirma Roberto Porto, promotor do Gaeco: "As vítimas dele e do seu bando são, além dos próprios sites de aposta, os torcedores que pagaram ingresso no estádio para assistir a uma enganação".

Em janeiro deste ano, um escândalo semelhante ao da máfia do apito brasileira explodiu na Alemanha. O árbitro Robert Hoyzer foi preso sob acusação de manipular cinco resultados de jogos da segunda e terceira divisões e da Copa da Alemanha, todos em 2004. Investigações do Ministério Público daquele país concluíram que o juiz foi aliciado por uma gangue de apostadores — supostamente originária da Croácia e, a exemplo da máfia brasileira, ligada a loterias eletrônicas clandestinas da Europa. Hoyzer admitiu o crime, foi afastado definitivamente do futebol e agora responde a um processo que pode lhe render até dez anos de cadeia. Por determinação da Justiça, o Hamburgo, um dos times elimina-

palhados pelo país encarregados de recolher os palpites. O atacante Paolo Rossi, então com 23 anos e tido como o melhor jogador italiano, foi apontado como um dos participantes do esquema, ao lado de mais 37 denunciados. Ele foi absolvido pela Justiça comum e suspenso por 23 meses pela Justiça Desportiva italiana.

O escândalo se tornou público graças à revelação de um bookmaker, chamado Alvaro Trínca, que se sentiu traído

por atletas (alguns acertos de jogos, segundo ele, não estavam sendo respeitados) e contou tudo à polícia. Num mesmo dia, treze jogadores foram presos em estádios italianos. Além de Rossi, foram detidos atletas da seleção como Enrico Albertosi, Bruno Giordano e Giuseppe Savoldi. O envolvimento de dirigentes e jogadores do Milan e da Lazio fez com

que os dois times acabassem rebaixados para a segunda divisão. Assim como Rossi, a maioria dos jogadores denunciados passou por um curto período de detenção e sofreu punições no âmbito da Justiça Desportiva — que, em alguns casos, significou o afastamento definitivo do futebol. O atacante Rossi, depois de cumprir a suspensão, voltou a jogar às vésperas da Copa do Mundo de 1982. Desacreditado no torneio, foi o autor dos três gols da Itália que eliminaram o Brasil de Sócrates e Zico na famosa derrota por 3 a 2, no Estádio Sarriá.

dos da Copa da Alemanha por causa da arbitragem fraudulenta de Hoyzer, foi indenizado pela federação alemã. Outros países, como Finlândia, Cingapura e Vietnã, também tiveram seu futebol recentemente conturbado por denúncias de compra de resultados. O aumento da manipulação das partidas por apostadores de loterias eletrônicas — assim como o da lavagem de dinheiro de clubes por parte de investidores do Leste Europeu — está hoje entre as principais preocupações da Fifa. Em um Congresso realizado no início do mês, em Zurique, na Suíça, a entidade criou um grupo de trabalho para estudar meios de combater os dois problemas. O grupo é presidido pelo brasileiro Ricardo Teixeira, presidente da CBF.

As loterias esportivas eletrônicas existem há pelo menos dez anos na internet — substituíram bolsas de aposta clandestinas, como a italiana Totonero, que, nos anos 80, foi pivô do maior escândalo de corrupção do futebol mundial (veja *boxe na pág. 76*). Por meio desse novo sistema, internautas vietnamitas hoje podem apostar em jogos do Campeonato Brasileiro, italianos podem dar palpites em partidas de torneios israelenses, e assim por diante. Atualmente, o principal domicílio das loterias eletrônicas é a Inglaterra. Lá, a prática é permitida por lei e virou mania entre a população. VEJA apurou que a quadrilha do apito se preparava para lucrar em euros apostando no LiveScore, um dos mais famosos sites ingleses.

Pode-se dizer a favor da profissão de árbitro de futebol que o fato de apenas Edilson Pereira de Carvalho e Paulo José Danelon terem sido pegos diretamente pela investigação é uma prova de que os demais são corretos. Sim. Mas a descoberta da ação da máfia do apito é um duro golpe contra a credibilidade de toda a arbitragem brasileira. Ela lança uma sombra de desconfiança sobre os gramados dos estádios nacionais. Em quase todas as rodadas dos campeonatos, erros graves cometidos por juízes

APITO SOB SUSPEITA

Como foram os jogos apitados pelo juiz Edilson Pereira de Carvalho no Campeonato Brasileiro

8 de maio

VASCO 3 X 1 BOTAFOGO

O gol do Botafogo aconteceu graças a um pênalti que o próprio juiz Edilson Pereira de Carvalho, em conversa com a reportagem de VEJA, admitiu não ter existido. O pênalti foi marcado aos 19 minutos do segundo tempo. O Gaeco tem informações de que a partida foi vendida.

2 de julho

PONTE PRETA 1 X 0 SÃO PAULO

Edilson acertou em um lance polêmico: um pênalti para o São Paulo, dado no final do jogo e defendido pelo goleiro da Ponte Preta. Observadores afirmam que o pênalti foi legítimo.

16 de julho

PARANÁ 1 X 2 CRUZEIRO

Não houve lances polêmicos.

24 de julho

JUVENTUDE 1 X 4 FIGUEIRENSE

As escutas feitas pela polícia mostram Edilson explicando aos chefes por que não conseguiu produzir o resultado acertado entre eles. Diz que o jogador Edmundo, do Figueirense, acabou com o jogo. Edmundo fez três gols. O juiz culpou ainda o Juventude por ter perdido um pênalti marcado por ele e destinado a favorecer o time.

31 de julho

SANTOS 4 X 2 CORINTHIANS

Conversas captadas pela polícia depois do jogo mostram o empresário Fayad cobrando Edilson pela derrota do Corinthians, time no qual havia apostado. O juiz tentou se explicar dizendo que o Santos jogou muito melhor e que ele não pôde fazer nada. Prometeu se recuperar no jogo seguinte, nem que saísse do estádio.

costumam virar tema de intermináveis discussões nas mesas-redondas de domingo. Até o momento, no entanto, acreditava-se que isso ocorria apenas por deficiência técnica dos árbitros. Mas, a partir das revelações contidas nesta reportagem, os torcedores têm o direito de achar

7 de agosto
VASCO 2 X 1 FIGUEIRENSE

Edilson cumpriu a promessa de garantir a vitória do Vasco. Prejudicou o Figueirense ao deixar de marcar dois pênaltis a favor do time. Gravações telefônicas flagram o juiz dizendo ao empresário Fayad que ele teve de colocar um auxiliar no esquema. Os dois bandeiras que participaram do jogo serão olvidos pelo Gaeco.

14 de agosto
JUVENTUDE 2 X 0 FLUMINENSE

Observadores afirmaram que o juiz prejudicou o Fluminense ao marcar um pênalti que não teria existido. Durante a partida, Edilson também expulsou um jogador do time.

7 de setembro
SÃO PAULO 3 X 2 CORINTHIANS

As 10h44 da véspera da partida, Edilson disparou um torpedo de seu celular para o aparelho de Fayad avisando que apitaria o jogo. A partida foi decidida com um pênalti duvidoso para o São Paulo. O Corinthians acusou o árbitro de ter ofendido seus jogadores. Novamente, o site Aebet não permitiu apostas para a partida.

10 de agosto
CRUZEIRO 4 X 1 BOTAFOGO

A arbitragem foi duramente criticada nessa partida. Edilson inventou a marcação de várias faltas que deveriam ser apitadas em favor do Botafogo e anulou um gol do time, considerado legítimo, feito aos 53 minutos do primeiro tempo.

21 de agosto
INTERNACIONAL 3 X 2 CORINTHA

Escutas mostram Fayad dizendo aos sócios que não conseguiu fazer aposta no site Aebet. O empresário comenta que os proprietários do site estavam desconfiados da existência do esquema e, por isso, vetaram apostas para a partida. O jogo não teve polêmica de arbitragem.

10 de setembro
FLUMINENSE 3 X 0 BRASILIENSE

De novo, na véspera da partida, às 17h25, Edilson disparou um torpedo para Fayad, comunicando ao empresário que estaria no jogo: "Fluminense x Brasiliense. Um abraço". Dessa vez, o site Aebet abriu apostas. A vitória do Fluminense pagou 1,37 real para cada real apostado. A polícia ainda investiga se houve negociação da partida.

que os erros podem estar a serviço de uma quadrilha de espertalhões. Um gol legítimo anulado ou um pênalti escandaloso não marcado podem decidir uma partida ou um campeonato. Como saber se o espetáculo não foi manipulado pelo árbitro em troca de dinheiro? Como saber se a alegria de uns torcedores e as frustrações de outros foram decididas pela qualidade e pelo empenho dos jogadores em uma disputa leal dentro do campo — ou foram apenas fruto da ganância de meia dúzia de apostadores? Como saber?

Os sites Aebet e Futbet, usados pela máfia do apito, existem desde 2002. Há

quase uma década é também possível fazer apostas de jogos dos campeonatos brasileiros em sites internacionais, como o LiveScore. O fato de o Aebet já ter recusado apostas em jogos apitados por Edilson não indica apenas que seus proprietários já vinham desconfiando da atuação do juiz: sugere também que eles têm alguma experiência com esse tipo de fraude. Nada garante, portanto, que não haja outros Fayads e Edilsons operando há anos no futebol nacional — e fazendo de bobos os torcedores brasileiros.

O único escândalo já registrado no futebol do país que pode se assemelhar ao agora revelado por VEJA foi o que ficou conhecido como o da "máfia da loteria esportiva". Em 1982, a revista *Placar* denunciou a existência de um esquema — envolvendo, além de juizes, jogadores, dirigentes e jornalistas —

destinado a manipular os resultados da loteria esportiva. Vinte pessoas foram indiciadas em inquérito policial — comandado, na ocasião, pelo atual diretor da Polícia Federal, delegado Paulo Lacerda. No processo que se seguiu ao inquérito, porém, ninguém foi condenado. No caso da máfia do apito, dada a veemência das provas colhidas até agora, é provável que o resultado seja diferente. A revelação de mais um escândalo de corrupção é salutar no seu efeito depurador. Mas a decepção que ela representa para os milhões de brasileiros apaixonados pelo esporte — bem como o prejuízo que deverá causar à imagem do futebol brasileiro no exterior — é imensurável. O Brasil — do mensalão, do vale-roduto e dos dólares na cueca — não merecia mais essa. ■

MUDANÇA NA CLASSIFICAÇÃO

Saiba como está hoje a tabela do Campeonato Brasileiro e como ela ficaria no caso de anulação das partidas apitadas pelo juiz Edilson Pereira de Carvalho

COMO ESTÁ (27ª rodada)

		PONTOS	JOGOS
1º	Internacional	50	27
2º	Goiás	47	27
3º	Corinthians	47	27
4º	Fluminense	47	27
5º	Santos	47	27
6º	Palmeiras	42	27
7º	Ponte Preta	41	27
8º	Paraná	41	27
9º	Botafogo-RJ	40	27
10º	Fortaleza	39	27
11º	São Paulo	37	27
12º	Cruzeiro	37	27
13º	Juventude	37	27
14º	Coritiba	35	27
15º	Atlético-PR	33	27
16º	Vasco	33	27
17º	São Caetano	32	27
18º	Flamengo	31	27
19º	Atlético-MG	29	27
20º	Brasiliense-DF	28	27
21º	Figueirense	26	27
22º	Paysandu-PA	23	27

COMO FICARIA

		PONTOS	JOGOS
1º	Internacional	47	26
2º	Corinthians	47	25
3º	Goiás	47	27
4º	Fluminense	44	25
5º	Santos	44	26
6º	Palmeiras	42	27
7º	Paraná	41	27
8º	Fortaleza	39	27
9º	Ponte Preta	38	26
10º	Botafogo-RJ	37	25
11º	Coritiba	35	26
12º	São Paulo	34	25
13º	Juventude	34	25
14º	Atlético-PR	33	27
15º	São Caetano	32	27
16º	Cruzeiro	31	25
17º	Flamengo	31	27
18º	Vasco	30	25
19º	Atlético-MG	29	27
20º	Brasiliense-DF	28	26
21º	Figueirense	23	25
22º	Paysandu-PA	23	26

* Equipes que, com a anulação dos jogos apitados por Edilson, ficariam com um número de partidas menor do que o dos concorrentes e seriam obrigadas a disputar novamente os jogos cancelados

PANORAMA POLÍTICO

TEREZA CRUVINEL • de Brasília

Pista para o valerioduto

• Em seu depoimento de ontem no Conselho de Ética da Câmara, a presidente do Banco Rural, Kátia Rabelo, deixou novamente várias pistas, tal como fizera ao falar à CPI dos Correios, sobre uma das hipóteses para a origem dos recursos que abasteceram o valerioduto. Nas duas ocasiões, entretanto, os parlamentares não se interessaram por esta linha alternativa de investigação.

Continuam perseguindo duas outras possibilidades, como a existência de contas do PT no exterior e a ocorrência de aplicações irregulares dos fundos de pensão no Banco Rural. Mas pelo menos o deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), sub-relator de movimentações financeiras da CPI dos Correios, admitiu que passará a investigar também esta outra versão, muito corrente entre políticos e empresários de Minas.

Ontem Kátia afirmou que Marcos Valério era um "facilitador" de negócios para o banco no governo, valendo-se de suas boas ligações com o PT. Negou, entretanto, que o Rural tenha recebido qualquer benefício. Caberia aos deputados pelo menos perguntar o que então ele facilitou ou tentou facilitar.

O que ela disse combina bem com a tal versão. Diz ela que Valério tinha um acordo com o Banco Rural para conseguir junto ao governo, com a ajuda de seus novos amigos petistas, o levantamento da intervenção do Banco Central no Banco

Mercantil de Pernambuco, cujo espólio foi adquirido pelo Banco Rural (que era detentor de 20%). Ganharia por isso uma comissão de intermediação do negócio da ordem R\$ 250 milhões, da qual destinaria uma parte ao PT. Ou seja, com uma só operação, lastreada no tráfico de influência, ficaria rico e resolveria os problemas do PT. O Banco Rural teria feito "adiantamentos" desta comissão dando-lhes a forma de empréstimos. Daí as garantias precárias e a tolerância com a inadimplência. O grosso do dinheiro viria depois mas o negócio não saiu. A Fazenda e o Banco Central nunca o autorizaram.

Uma tal operação, entretanto, jamais poderia ser bancada por Delúbio. Seria preciso a anuência do então ministro José Dirceu e a boa vontade de Palocci. Ontem Kátia afirmou que a diretoria do Rural teve encontros com Dirceu mediados por Valério e que ela e outro diretor tiveram com ele um jantar, em 6 de agosto de 2004, em Belo Horizonte, sem a presença de Valério. Neste encontro, teriam

tratado da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco. Quando depôs no Conselho de Ética, Dirceu disse a mesma coisa. Negou ter tratado de empréstimos com os diretores do Rural afirmando que a conversa foi sobre o destino do Banco Mercantil de Pernambuco. Kátia ontem sustentou a versão dos empréstimos e refutou a hipótese de o Rural ter sido beneficiado por aplicações dos fundos de pensão. Assegurou que elas sofreram até uma ligeira queda em relação ao governo passado.

Duas perguntas esta história suscita. Primeiro, se a história procede, por que Delúbio e Valério não deram logo esta explicação? Para o PT teria sido melhor mas não para Dirceu. Quiseram poupá-lo e não puderam mais sair da versão dos empréstimos.

A outra pergunta é: por que a CPI sempre descarta esta hipótese, que esclareceria a origem de pelo menos boa parte do dinheiro? Além disso, ela alcançaria a ponta que está passando impune, o Banco Rural. Esta versão, entretanto, não interessa à oposição, mais interessada em golpear o PT, acusando-o de patrocinar um colossal desvio de dinheiro público.

Mas diz agora o deputado Gustavo Fruet:

— De fato temos deixado esta hipótese em segundo plano mas eu estou empenhado em investigá-la. Há muitos elementos que a tornam plausível. O problema é que o Banco Central se negou sempre a confirmar que tenha recebido pressões, do Delúbio ou do Dirceu, para facilitar a entrega do Banco Mercantil de Pernambuco ao Rural. Se o Banco Central não colabora, fica difícil, embora eu tenha informação de que as pressões ocorreram.

CRISE POLÍTICA

2006 embola tudo na Câmara

Com medo da derrota, PT lança Aldo para substituir Severino, mas já são quase dez candidatos

Ilmar Franco

BRASÍLIA

Um dia depois de o PT apresentar seu nome para concorrer à presidência da Câmara, o líder do governo, Arlindo Chinaglia (PT-SP), abriu mão da candidatura e anunciou que seu partido, o PSB e o PCdoB estavam lançando outro candidato: o deputado e ex-ministro da Coordenação Política Aldo Rebelo (PCdoB-SP). A reviravolta ocorreu depois de 24 horas de negociações e só foi anunciada ontem à noite. A mudança foi forçada pela avaliação comum dos aliados e do Planalto de que as resistências a um candidato petista poderiam possibilitar a vitória de um nome da oposição. Menos de 24 horas depois da renúncia de Severino Cavalcanti ao cargo, já eram pelo menos nove os candidatos. Partidos governistas e de oposição estão de olho nas eleições de 2006, numa disputa acirrada que dificulta o consenso e tumultua a sucessão de Severino.

Contando com o apoio da ala governista do PMDB e do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), Aldo vai agora atrás do apoio de PP, PL, PTB e PMDB, todos com candidatos já lançados formal ou informalmente. Ele já tem apoios de líderes desses partidos — do líder do PL, Sandro Mabel (GO), do vice-líder do PP, Agnaldo Muniz (RO) e do líder do PMDB, Wilson Santiago (PB) — mas precisa conquis-

tar suas bancadas.

— O partido mostrou despreendimento. Demonstrou que obter a maioria e vencer as eleições tem importância estratégica — avaliou Fontana.

O próprio Chinaglia, que era o preferido do PP e do PL, foi quem estimulou o debate sobre a candidatura, sob o argumento de que o governo não poderia sofrer uma derrota.

— Retirei minha candidatura e o nosso candidato será o Aldo Rebelo. Tínhamos que tomar decisões rápidas para conseguir eleger o presidente da Câmara. E como líder do governo minha obrigação maior é com a condução do processo — afirmou.

Presidente participa das articulações

• O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner, participaram da articulação para a troca da candidatura governista à presidência da Câmara. A todos os políticos com os quais conversou desde quarta-feira, Lula repetiu que a base aliada unida em torno de um candidato era a maneira mais segura de evitar que a oposição conquiste o comando da Casa.

Chinaglia quis insistir na candidatura, mas Lula disse que o PT, pivô da atual crise política, não tinha como impor nomes e corria risco de derrota. E que queria que ele permanecesse na liderança do governo.

Antes mesmo de o nome de Aldo ser oficializado, o líder do PTB, José Múcio (PE), foi consultado e afirmou que o partido poderia rediscutir a candidatura de Luiz Antônio Fleury (PTB-SP) em favor de um não-petista. O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), consultou os líderes do PDT, do PPS e do PV, que adiaram a tomada de posição, mas adiantaram que teriam dificuldades para apoiar qualquer governista e não apenas os petistas.

— O importante é buscar alguém que unifique mais a base aliada e atraia os partidos não alinhados com a candidatura de Thomaz Nonô (PFL-AL) — afirmou Casagrande.

— Um candidato com o rótulo palaciano não terá apoio do nosso bloco — disse o líder do PDT, Severiano Alves (BA).

O deputado Beto Albuquerque (PSB-RS) ontem mesmo disse que retiraria seu nome. O líder do PMDB, Wilson Santiago, ficou de conversar com o presidente do PMDB, Michel Temer (SP), e a bancada. No PP persiste a incerteza. O corregedor da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), pôs sua candidatura na rua apesar de no dia anterior seu partido ter apresentado o nome do ex-ministro e deputado Francisco Dorneles (PP-RJ).

— Eu não serei nunca o dissenso.

Minha candidatura procura o consenso e o entendimento entre os partidos. Dentro de um consenso mínimo eu dispufo a eleição. Sou indicado pela

Figueirense pretende uma nova disputa com o Vasco

O Figueirense pretende solicitar a realização de uma nova partida com o Vasco, com a conseqüente anulação do jogo do dia 7 de agosto, em São Januário (RJ). O jogo original é considerado um dos ícones do esquema de manipulação de resultados. Em uma conversa telefônica (veja a gravação na íntegra no quadro ao lado), o árbitro paulista Edilson Pereira de Carvalho admite o favorecimento aos vencedores.

O presidente do Figueira, Norton Boppré, revelou ontem, em entrevista coletiva, que o clube vai lutar para ser compensado pelos prejuízos causados na fraude, mas não defende intervenção extra no campeonato.

— O Figueirense é favorável à revisão dos jogos em que foi prejudicado, principalmente aquele com o Vasco. Temos um encaminhamento nesse sentido com Luiz Zveiter. Mas não somos favoráveis à virada de mesa. Vamos buscar nossa colocação dentro de campo.

A diretoria alvinegra se reuniu em pelo menos duas ocasiões no fim de semana para avaliar os rumos do episódio. Uma no sábado de manhã e outra ontem à tarde, antes da vitória sobre o Atlético-PR. O clube garante que a revelação do esquema não chegou a ser considerada uma surpresa.

— Já desconfiávamos há um bom tempo. Havia algo estranho, neste ano, em relação aos outros campeonatos, por conta dos sucessivos erros de arbitragem — afirmou Boppré.

O presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim Peixoto Filho, atestou informando que esteve no Rio de Janeiro, em julho, levando as suspeitas do Figueirense à direção da CBF, tendo citado o próprio nome de Edilson Pereira de Carvalho na ocasião.

Conversa gravada pela Polícia Federal entre os dias 6 e 8 de agosto, nas quais Edilson Pereira de Carvalho e o empresário Nagib Fayad combinam o resultado do jogo entre Vasco e Figueirense — no qual os cariocas venceram por 2 a 1.

Edilson — Amanhã eu faço Vasco e Figueirense.
Fayad — Qualquer coisa eu ligo pra você. Tô desanimado.

Edilson — O Figueirense joga sem cinco titulares. E o Vasco tem de ganhar de qualquer jeito (...). Vou marcar falta no meio-campo. Se o cara reclamar, meto pra fora (...). Não joga Edmundo, Cléber, Bilu e Axel (do Figueirense) (...).

Fayad — É brincadeira. Faz o seguinte: deixa eu jogar pra você até a meia-noite, deixa que eu vou ver o que fazer.
Edilson — Tá jóia, o que você quiser. Pode jogar até os carros que você tem que amanhã eu saio de escolta (do jogo) do Figueirense.
Fayad — Não, beleza.
Edilson — Pode jogar até os seus carros pra gente tirar um pouco da diferença, pra mim e pra você, alguma coisa. Porque num jogo que você jogar forte, você recupera alguma coisa, né?
Fayad — (...)
Edilson — Sim, devagar. Mas se você quiser jogar o que você quiser, amanhã, pra você recuperar uma boa parte... Vê o limite que você pode jogar e mete ferro, que eu meto ferro dentro de campo. Que eu tô invocado e você também, né?

20 mil horas de gravação

Edilson (da Fifa), confessou ter manipulado resultados em três campeonatos este ano: Paulista, Brasileiro e Libertadores.

A Polícia Federal tem certeza do envolvimento.

— Temos 20 mil horas de escuta gravadas. Não há

dúvidas de que o Edilson fraudava resultados. Ele admitiu isso — disse o promotor Roberto Porto.

Edilson foi preso na madrugada de sábado, em Jacareí (SP). Chegou algemado à PF, e disse que a sua mulher e sua filha receberam ameaças de morte.

Porto contou que o árbitro não negou as acusações após ouvir trechos das gravações.

— Ele aparece acertando preços no vestiário, antes de iniciar seu trabalho.

A PF aposta no depoimento de Nagib, também detido na PF de São Paulo.

Seu interrogatório será às 14h de hoje. Espera-se que ele conte tudo o que sabe e o que tramou. A PF acredita que Nagib possa entregar nomes de mais envolvidos. O delegado da PF Victor Hugo Rodrigues Alves revelou que está só no começo do combate à máfia do apito.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, que será atendida na forma do Regimento, Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Alvaro Dias; a seguir, Senador Osmar Dias como Líder.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores: “O homem deixa de ser quem é para transformar-se naquilo de que os outros homens precisam.” (Afonso Arinos de Melo Franco, 1905.)

Infelizmente, a grandeza dessa metamorfose nem sempre se opera. Não acontece agora, lamentavelmente, com o Presidente da República deste País, que, no último final de semana, afirmou que a crise política é só barulho. Olha, realmente, tem razão o Presidente Lula. E que barulho é essa crise política! Tentar desqualificar esse escândalo de corrupção, o maior da nossa história, é certamente uma tarefa das mais difíceis para o Presidente Lula.

Aliás, o desencanto com o Presidente extrapola as fronteiras do nosso País e atinge, por exemplo, o escritor nicaraguense Sérgio Ramirez*, vice-presidente daquele país durante a Revolução Sandinista, que se disse desencantado com Lula. Ao lançar o seu último livro em Bogotá, esse escritor nicaraguense declarou: “Para aqueles que acreditam, como eu, que a Esquerda poderia levantar novas bandeiras, entre elas a da transparência, saber que há evidências no Brasil, sob um Governo de Esquerda, de atos vergonhosos cometidos, depõe contra a Esquerda e enfraquece a imagem que os cidadãos deveriam ter dela.”

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é a indignação da Oposição que pode alterar a realidade dos fatos. Há uma repercussão internacional, talvez sem precedentes, relativamente à crise política que atinge o Brasil. E o Presidente da República menosprezar a dimensão dessa crise é temerário.

Sr. Presidente, as investigações de várias CPIs nos levam a concluir que existiu, realmente, um projeto de poder de longo prazo, arquitetado por alguns líderes do Partido dos Trabalhadores, fazendo com que o fim justificasse os meios e que se procedesse de forma a corromper a administração pública da maneira visível e escrachada mesmo, como se viu durante as investigações. Um projeto de poder que admitiu essa captação de recursos da forma mais escabrosa possível e imaginável. É evidente que são recursos públicos utilizados de maneira significativa, oriundos dos mais diversos setores da administração pública.

Há aqueles que haverão de indagar: “Onde estão as provas?” Provas existem, há réus confessos nessa história e aqueles que, comprovadamente, já participaram dessa rede organizada de corrupção – é bom repetir sempre –, que estabeleceu um relacionamento promíscuo entre o Poder Executivo, parte do Legislativo, partidos políticos e políticos, obviamente, ensejando esse momento de julgamento político em fase de execução na Câmara dos Deputados, inicialmente pelo Conselho de Ética, cumprindo prazos regimentais, oferecendo ampla oportunidade de defesa a todos os denunciados pela CPI dos Correios e do Mensalão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é bom destacar que uma rede organizada, complexa e sofisticada de corrupção, se idealizou, se implantou e se operacionalizou durante algum tempo, até que o escândalo explodisse em função daquela conhecida gravação que apanhou em flagrante o Sr. Maurício Marinho recebendo R\$3 mil.

Eu gostaria de, mais uma vez, destacar que é convicção pessoal, que nos leva, inclusive, a insistir junto aos membros da CPMI, especialmente ao Presidente Delcídio Amaral e o Relator, Deputado Osmar Serraglio, para que se efetive, realmente, a contratação de auditorias independentes e autorizadas, para comprovar tecnicamente a origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção. E os procedimentos administrativos estão sendo adotados para a contratação dessas auditorias, porque, ao final, se isso não ocorrer e se não buscarmos contar com o laudo técnico que comprove a origem dos recursos, haverão de discutir sempre a interpretação dos fatos. Alguns afirmando: “Há origem de recursos públicos comprovadamente”; e outros afirmarão: “Não temos provas materiais para afirmar, de forma cabal, que os recursos são de natureza pública.”

Por isso a insistência com a qualificação técnica da investigação por meio de auditorias competentes, autorizadas, que possam conferir laudo técnico, que tenha valor de prova junto ao Poder Judiciário, inclusive.

As duas vertentes fundamentais nesse esquema de corrupção: a vertente eleitoral, com o patrocínio de campanhas eleitorais, de políticos e Partidos da Base aliada, especialmente nas eleições municipais de 2004, com origem nas eleições de 2002, do Presidente Lula, já que as denúncias, sobretudo na CPI dos Bingos, dão conta de que há financiamento da campanha do Presidente Lula com recursos oriundos da área de jogos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Há a confissão de Duda Mendonça de que parte dos débitos contraídos com ele e sua agência de publicidade, pela candidatura do Presidente Lula, foram saldados

depois da posse do Presidente em conta bancária na Flórida ou em conta bancária em paraíso fiscal, com recursos certamente escusos, porque movimentados de forma ilegal, consubstanciando evasão de divisas e crimes contra a ordem tributária nacional e o sistema financeiro no nosso País.

Portanto, no princípio, o abastecimento do Caixa Dois da campanha do Presidente da República. Quanto a isso, há confissão e provas, basta que se investigue a movimentação dos recursos no Exterior, passando por várias contas bancárias identificadas e apresentadas à CPI espontaneamente pelo publicitário Duda Mendonça.

As providências já adotadas levarão tempo, porque percorrem os caminhos burocráticos, envolvendo um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, acordo de cooperação recíproca, que permite a investigação de movimentação financeira supostamente ilícita, partindo, evidentemente, da provocação da autoridade competente responsável. É por essa razão que os procedimentos adotados foram aqueles possibilitados pela legislação, mas é preciso, preliminarmente, adiantar que o resultado desse tipo de investigação leva tempo. Concluiremos os trabalhos da CPI antes que se chegue ao término dessas investigações no exterior.

Portanto, Senador Mão Santa, essa Comissão Parlamentar de Inquérito não terá condições de oferecer solução ao final dos seus trabalhos para a elucidação dessa movimentação financeira, significativa em valores, efetuada no exterior, com passagem por várias agências bancárias na Flórida, em Nova Iorque e em paraísos fiscais.

Posteriormente, durante a campanha eleitoral de 2004, envolvendo as prefeituras municipais, também houve prática confessada de corrupção. O Tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares, confessou ao Ministério Público, à Polícia Federal e às CPIs do Congresso Nacional que repassou recursos ao PT e a partidos aliados durante a referida campanha. E o Presidente Lula afirma que é só barulho! Que não existe prova de nada, que ninguém pode ser indiciado, que ninguém pode ser responsabilizado civil e criminalmente. Imaginem as senhoras e os senhores se existissem provas! É uma vertente apenas.

A outra vertente diz respeito à corrupção na Câmara dos Deputados. Até aqui, felizmente, não há apontamento de que isso ocorreu no Senado Federal, mas já há comprovação – e é por essa razão que 18 Parlamentares foram denunciados por duas CPMIs – do pagamento de propina para a obtenção de apoio na Câmara dos Deputados.

Não há como negar a evidência desses fatos e não há como admitir um Presidente da República afirmar tratar-se apenas de barulho. Mesmo que o pronunciamento do Presidente da República se dê em palanque eleitoral, armado na periferia do País, não é justo admitir que quem exerce o cargo mais importante do País possa descer a esse patamar para fazer afirmativas estapafúrdias como essa.

Sr. Presidente, é evidente que o setor privado participou dessa relação espúria entre o que é o público e o que é privado. A confusão entre o que é privado e o que é público veio desde a campanha eleitoral do Presidente Lula. Especialmente, visualizou-se essa confusão na posse do Presidente, quando as festividades de posse foram organizadas pelo Partido, e não pelo Cerimonial da Presidência da República...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... quando as despesas dessas festividades foram efetuadas por Marcos Valério, por meio do PT, e não do Poder Público. É evidente que, a partir daquele momento, o Sr. Marcos Valério resolvia dificuldades para conseguir facilidades e começava a plantar os seus tentáculos em todas as áreas da administração pública federal, para fazer valer a sua influência nefasta e operar esse esquema de corrupção ora desmontado pelas investigações.

Antes de prosseguir, concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, primeiramente, queremos cumprimentá-lo pela maneira obstinada com que vem exercendo o seu mandato. V. Ex^a resgatou, com sua inteligência, naquele tempo em que não se acreditava mais em CPI, a CPI da Terra, que estava sob sua liderança e que era a única que funcionava. Agora, surgiram outras. Entendo que o PT se equivocou. Esse rolo que está aí é o que eles entendem por PPP, Parcerias Público-Privadas. Misturaram o que era de responsabilidade do Governo com o que era de responsabilidade do Partido, e está aí esse rolo todo que a sua CPI está esclarecendo ao Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

É preciso acreditar, por exemplo, na veracidade de que todos os recursos utilizados nesse esquema de corrupção, com o qual se adquiriram consciências na Câmara dos Deputados e conquistaram o apoio nas campanhas eleitorais, tenham tido origem nos empréstimos efetuados, pelas agências de dois bancos, ao PT e ao Sr. Marcos Valério, que os teria transferido ao Sr. Delúbio Soares, que os teria repassado...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

...a Lideranças políticas, a partidos políticos, supostamente para alimentar os caixas de campanhas eleitorais. Acreditar nisso seria como acreditar no impossível, na fantasia! São operações – até o próprio Vice-Presidente da República afirmou taxativamente não acreditar na existência desses empréstimos – contábeis, destinadas a promover a lavagem do dinheiro público, subtraído de forma desonesta para alimentar esse projeto de poder de longo prazo, arquitetado por alguns visionários.

Portanto, Sr. Presidente, viemos à tribuna repetir as razões da nossa convicção – não é essa a primeira vez que nos pronunciamos sobre esse modelo de corrupção instalado no Brasil – exatamente em resposta às afirmações do Presidente da República, nessa sua vã tentativa de convencer o País de que o que existe é apenas barulho e invenção dos oposicionistas e das elites, conforme o Presidente se acostumou a afirmar nos seus últimos pronunciamentos.

Na verdade, o que há é um enorme escândalo de corrupção; é uma rede sistêmica e organizada de corrupção, com muita complexidade e sofisticação, que dificulta as investigações, a apuração dos fatos e, sobretudo, a identificação da origem dos recursos utilizados nesse esquema.

É evidente que, mais uma vez, é preciso afirmar ao Presidente Lula:

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agora, concluindo, Sr. Presidente. O grande corruptor é realmente o Poder Executivo, que, por meio de ilustres integrantes seus, arquitetou esse modelo de corrupção, financiou-a e designou os seus operadores principais, provocando essa grande indignação nacional.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Convido a assomar à tribuna o Senador Osmar Dias, do Estado do Paraná, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sei se o Presidente Lula, o Ministro Palocci e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, acreditam que a população vai comer juros e superávit primário, ou se, realmente, as viagens do Presidente Lula e a ausência total de diálogo do Go-

verno com a sociedade os estão levando a um equívoco muito grave.

Todas as manchetes dos jornais de hoje são estarrecedoras no que se refere à crise que abala a economia brasileira.

Não quero falar sobre mensalão, propinas pagas e corrupção, porque para isso existem as CPIs, que estão investigando o assunto. Temos a obrigação de nos comportar, no Senado e no Congresso Nacional, com maturidade e equilíbrio suficientes para promover a investigação do jeito que deve ser feita: tecnicamente, buscando os responsáveis pela crise. Até penso que deveríamos ver o Congresso Nacional acelerando esse processo para que a situação incômoda que vive o Governo e a indignação da sociedade possam ter um final que seja pelo menos aceitável para a população: os responsáveis punidos e o País continuando a sua vida e o seu curso. No entanto, não sei se porque se enrolou tanto na crise ou se por estar tão pressionado e “esnucado” por ela, o Governo não consegue sequer enxergar a realidade que vive o País.

O PIB do agronegócio, pela primeira vez desde 1997, cai neste ano – e não cai pouco: em relação ao ano passado, cerca de 10%. Isso não acontece apenas em função da estiagem, mas da política econômica que está levando a uma transferência, nunca jamais vista, de dinheiro do setor produtivo para os bancos. Os lucros bancários, no primeiro semestre deste ano, chegaram a R\$12 bilhões, contando-se apenas os principais bancos do Brasil. Enquanto isso, agricultores e fornecedores de equipamentos estão quebrando, e já começam a vender equipamentos e tratores, adquiridos durante um período que foi considerado muito bom para a agricultura e para o agricultor brasileiro, para pagar dívidas, porque não conseguirão sobreviver se não o fizerem.

Se o PIB decresceu, o emprego desabou. A geração de empregos na agricultura representou, em 2003 – portanto, no primeiro ano do Governo Lula –, 38% de todos os empregos gerados no Brasil; em 2004, 22%; e, neste ano, fechará em 20%. Há uma redução de 19% na criação de postos de trabalho na agricultura num período curtíssimo, que foi exatamente o que coincidiu com o período do Governo Lula, o que mostra o seu total desrespeito para com um setor que segura a balança comercial e a geração de empregos no Brasil.

É bom repetir: em 2003, no primeiro ano do Governo, sofrendo ainda os reflexos da safra plantada no Governo anterior, a participação do agronegócio na geração de empregos no País foi de 38%; neste ano, será de 20%.

E não é só isso: o Governo acaba de vetar – e fez isso comemorando o fato de estar contribuindo para o superávit primário e para a redução do déficit fiscal – tudo o que havia prometido para os agricultores durante o “tratoração”. Vetou, sem dó nem piedade, a renegociação das dívidas dos agricultores – R\$20 bilhões estavam em renegociação –, o seguro, a compensação para os Estados que perdem recursos com a Lei Kandir – só o Paraná vai perder R\$100 milhões no ano, em função do veto do Presidente – e o aumento de servidores. Vetou, enfim, tudo o que havia prometido, não durante a campanha eleitoral – porque, se formos lembrar das promessas que não foram cumpridas, vamos passar muito tempo falando sobre elas –, mas há dois meses. O Governo não consegue se lembrar do que prometeu há dois meses! É um Governo que não cumpre a palavra empenhada. É um Governo que não cumpre a palavra, porque a deu aos agricultores que aqui estiveram, naquele movimento conhecido como “tratoração”.

No entanto, cumpre, religiosamente, os seus compromissos com os banqueiros internacionais. Foram pagos US\$105,688 bilhões de juros da dívida apenas até agosto, neste ano. Isso significa 26% a mais que no mesmo período no ano passado. O pagamento de juros ultrapassa, portanto, US\$100 bilhões. Enquanto isso, nega renegociar R\$20 bilhões – não são dólares, mas reais – da dívida dos agricultores, que precisam da renegociação para financiar a próxima safra.

Aí, vem outro problema: mesmo que renegociem a dívida, os agricultores não vão encontrar crédito nos bancos, porque o Governo que prometeu o maior volume de recursos para a agricultura não os disponibiliza no momento em que o agricultor precisa comprar os insumos, preparar o solo e colocar em seus armazéns as sementes para plantar – a partir do próximo mês de outubro – as lavouras que serão colhidas no ano que vem. O Governo não está pensando, acredito eu, no desastre que ocorrerá no ano que vem caso não mude imediatamente de postura e passe não somente a cumprir as promessas, mas a seguir o calendário agrícola e a acompanhar aquilo que acontece no interior do País, onde Municípios quebram porque a agricultura está sem força e os agricultores estão colocando equipamentos e propriedades à venda.

O Governo Lula comemora o superávit primário, mas não baixa a taxa de juros para impedir essa enxurrada de dólares especulativos que ingressam no País. O Governo fala: “Ah, mas a agricultura ainda vai gerar um superávit de 30 bilhões, exportando 38 bilhões; ou serão 38 bilhões de superávit, exportando 45 bilhões”. Quero dizer que estamos naquilo que o caminhoneiro chama de banguela: a agricultura está

exportando o que colheu, mas no ano que vem não vai ter o que exportar.

Apenas em Mato Grosso, o maior produtor de soja, já se fala numa queda de área de plantio de 20%, e, no meu Estado, pode chegar a 10% a queda dessa cultura, que é, sem dúvida nenhuma, importante na balança comercial, porque gera divisas e empregos. Ouvi o presidente da Federação de Agricultura de Mato Grosso afirmar que, de cada 100 trabalhadores, 40 serão dispensados nas fazendas do Estado. Isso é gravíssimo, porque é um problema social que está sendo criado, mas o Governo só enxerga superávit primário, pagamento de juros da dívida e, na verdade, aquilo que é motivo de alegria e festa para os banqueiros brasileiros, os quais comemoraram, neste semestre, o maior lucro da história dos bancos, exatamente contradizendo tudo que foi pregado pelo Presidente eleito pelo PT.

Eu acredito, Sr. Presidente, que estamos diante de uma situação gravíssima.

Os Estados brasileiros que colaboram com a balança comercial, porque são produtores de matéria-prima e que têm, portanto, desconto nos impostos sobre as exportações, já deveriam estar sendo atendidos pela compensação prometida pelo Governo, a Lei Kandir.

Vou repetir o que perde o Paraná: R\$100 milhões. Farão muita falta ao Paraná R\$100 milhões. Um Estado não pode assim abrir mão, ele que contribui – e muito – para o desenvolvimento do País, com o seu trabalho, com a sua produção, e perder R\$100 milhões, porque o Governo deixa de cumprir a sua palavra.

O Governo deixa de cumprir a sua palavra com os Estados, com os agricultores, com os servidores públicos, que tiveram, com o veto, a frustração de ver atendido o seu pleito e não apenas o seu pleito, mas o acordo feito com o Governo de aumento linear, de acordo com a inflação anual. E agora o Governo se desmoraliza não apenas porque está praticamente envolvido nessas denúncias de corrupção, que não acabam mais e das quais também não se chega ao fim, pela investigação, pois cada dia surge uma nova. Vemos o Governo se perder cada vez mais e se esquecer de que o ano está para terminar. O ano que vem é ano de eleição, e, num ano de eleição, este Congresso Nacional terá dificuldades de votar, de aprovar, porque as disputas serão naturais.

O Governo tem de apressar a votação de medidas, projetos, propostas que os próprios Parlamentares estão fazendo para sanear a economia brasileira.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já vou encerrar, Sr. Presidente, mas antes gostaria de dizer que estou aqui na tribuna não apenas para criticar o Governo do Lula, não – isso já tem muita gente fazendo e é algo que o povo brasileiro tem feito com uma intensidade tão aguda que não há necessidade de um Parlamentar vir à tribuna para fazê-lo. Vim falar sobre a responsabilidade que tenho de ser no Senado representante de um Estado que tem na agricultura e no agronegócio a dependência de sua economia, que tem na agricultura familiar espalhados mais de 300 mil produtores, pequenos agricultores, que, somados, fazem uma grande produção de soja, de arroz, de milho, de feijão – ainda e apesar de todas as dificuldades –, de trigo, apesar de não se ter preço sequer para vender. São pequenos agricultores familiares que querem continuar em suas propriedades produzindo, porque desempregados o Brasil já os tem em número muito grande, problema que precisa ser resolvido.

E diz o Presidente Lula que o Brasil crescerá a 3,5% este ano. Um crescimento bom, segundo o próprio Presidente Lula. Isso é, sem dúvida, falta de conhecimento da realidade. Estamos perdendo uma grande oportunidade, porque os países emergentes estão crescendo a taxas de 8% a 9% e são aqueles que mais concorrem com o Brasil na matéria-prima que exportamos.

O Brasil não consegue crescer porque está amarrado por um Governo que não põe em prática as medidas que assumiu como compromisso ou como promessas há dois meses. A safra está para ser plantada e as conseqüências serão dramáticas a partir do próximo ano.

Estou aqui para cumprir o dever de cidadão, o dever de Senador de um Estado que depende, em termos de empregos, economia e crescimento, da agricultura, do agronegócio, do cooperativismo. Alerto o Governo: não só o Paraná, mas todo o País sofrerá por essa inconseqüente política econômica colocada em prática ou pela falta das medidas que o Governo prometeu e que deixa de adotar em momento crucial para a agricultura brasileira, setor que está sofrendo muito com essa incapacidade do Governo de se desvencilhar da crise e administrar o País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – O próximo orador é o Senador Valdir Raupp.

S. Ex^a disporá de dez minutos, mais cinco minutos de tolerância, para ocupar a tribuna.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, foi o Tratado de Roma, firmado em 1957, que deu o impulso vital, no pós-Guerra, ao conjunto de esforços de um pequeno grupo de países voltados para a integração regional. Estabelecia-se, assim, um modelo que viria a se transformar em paradigma para iniciativas semelhantes que se seguiram em todo o mundo. Com o tratado, teve início o processo, que se mantém já por várias décadas, de união das nações do Velho Continente, recobrando um espaço geográfico que vai do Atlântico aos limites da Rússia. Refiro-me, é claro, à União Européia e seus 25 países-membros.

Consagrada como o mais bem-sucedido exercício de superação das diferenças e de prevalência estrita dos interesses nacionais, dentro de um continente marcado por profundas diferenças, a Europa tornou-se o grande modelo para as demais regiões do mundo interessadas na formação de blocos econômicos e comerciais.

A América do Sul, território em que as idéias integracionistas remontam ao princípio do Século XIX, pela voz de Simon Bolívar, aguardou a segunda metade do Século XX para dar forma aos grupamentos de nações. Assim, Sr. Presidente, surgiram o Caricom, o Mercosul e a Comunidade Andina, três das mais destacadas instituições multilaterais de nosso subcontinente. Nos últimos meses, tivemos uma nova e mais ambiciosa iniciativa, o lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações – Casa.

É certo que os processos de integração comunitária, assentados sobretudo na contigüidade territorial, têm como vetor principal os interesses comuns, com destaque para os econômicos, manifestados no incremento das trocas comerciais. Eventualmente, contudo, esses processos desdobram-se também na descoberta e promoção de valores extra-econômicos confluentes, por exemplo, os culturais. E esse é um dos mais formidáveis ganhos adicionais da integração.

No imenso espaço dentro do qual se conforma a nossa América, envolvida e beneficiada pelos Oceanos Atlântico e Pacífico, finalmente o Brasil dá um passo decisivo para a concretização da tão esperada e necessária saída para o Pacífico.

Nós, que, por razões de disposição territorial óbvias, sempre estivemos voltados para o Atlântico, vamos descobrir, enfim, e utilizar o oceano Pacífico em suas inúmeras potencialidades para a vida dos nossos negócios. É a integração física do subcontinente que se amplia, possibilitando o aumento e a aceleração da integração econômica e comercial.

Para mim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que sempre fui um obstinado defensor da saída para o Pacífico, é uma satisfação muito grande registrar

o início das obras da rodovia Interoceânica. O gesto decisivo consumou-se em recente solenidade com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de seu colega peruano, Alejandro Toledo, e o boliviano Eduardo Rodrigues.

Ainda no ano passado, tive oportunidade de participar de uma solenidade em Cobijas, na Bolívia, onde estavam também o Presidente brasileiro, o Presidente peruano e o Presidente boliviano, tratando do mesmo assunto – a saída para o Pacífico –, inaugurando a última ponte de ligação do Brasil com o Peru. O lado brasileiro já estava pronto há algum tempo, restando, agora, realizar a construção do trecho no lado peruano.

No início deste mês, os três mandatários, reunidos em Puerto Maldonado, no Peru, lançaram a pedra fundamental, decretando o início efetivo das obras da rodovia que vai ligar o Brasil aos portos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan, no oceano Pacífico.

Enfim, brasileiros, rondonienses e acreanos, ao lado de nossos irmãos peruanos, pudemos celebrar o começo da concretização de uma antiga demanda, não apenas de nossa região, mas também de todo o Brasil. Somando 2,6 mil quilômetros de extensão, dos quais mais de mil quilômetros em território peruano, a nova rodovia será um verdadeiro corredor de escoamento para exportação de produtos brasileiros destinados aos prósperos mercados asiáticos, operando ainda o incremento das relações entre os mercados regionais de fronteira e dando força a inúmeras economias locais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como assinalou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a construção da rodovia Interoceânica promoverá a integração definitiva do Brasil com a América do Sul, em um processo de aproximação com os países vizinhos, que contribuirá para o desenvolvimento nacional.

É evidente que inúmeras lideranças políticas, empresariais e comunitárias de Rondônia, meu Estado, entre as quais modestamente me incluo, vêm defendendo a implementação dessa ligação do Brasil com o oceano Pacífico há muitos anos. Tomamos sempre em consideração o manancial de perspectivas que se abrem e o positivo impacto que a iniciativa trará para nosso Estado e região, e também para o Brasil, como assinalou o Presidente da República. Da mesma forma e em medida semelhante, o Peru e os peruanos terão de beneficiar-se com essa medida, que contribuirá para a prosperidade de nosso vizinho e parceiro.

Ilustrando a elevada importância da rodovia Interoceânica para a nossa região, menciono o excelente trabalho do Deputado Miguel de Souza, Deputado Federal do meu Estado, que liderou – e registrou em livro editado pelo Sebrae – a Caravana da Integração

Brasil-Peru-Bolívia, reunindo 25 pessoas, com o propósito de “demonstrar a importância, a viabilidade e a necessidade da ligação rodoviária entre Brasil, Peru e Bolívia, através dos Estados de Rondônia e Acre”. Com a participação de empresários, políticos, técnicos e jornalistas, a caravana, realizada num período de três semanas, derrubou, nas palavras de seu idealizador, mitos e preconceitos que se interpunham à construção dessa rodovia. Por certo, essa formidável iniciativa “bandeirante” contribuiu para que os governos acelerassem as negociações e dessem, enfim, início a essa grande obra.

No período em que tive a honra de governar o Estado de Rondônia – e vejo na Mesa dois ex-Governadores, o Senador Mão Santa e o Presidente Antonio Carlos Valadares –, entre 1995 a 1999, e mesmo antes disso, Senador Mão Santa, conforme registra a obra do Deputado Miguel de Souza, sempre enfatizei e desenvolvi gestões que evidenciavam a importância política, econômica e comercial da saída para o Pacífico.

Creio que V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, não hesitarão em concordar comigo a respeito do poder de transformação social e da genuína promoção econômica que uma iniciativa dessa envergadura representará para toda aquela região e, logo, para o Brasil.

A Secretaria de Investimentos Estratégicos, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão brasileiro, estima que a construção da rodovia Interoceânica se refletirá na vida de 12,3 milhões de habitantes do eixo Peru/Brasil/Bolívia. Vai gerar, inclusive, resultados a favor da inclusão social e da distribuição de renda, pois se trata de área com Produto Interno Bruto de US\$31 bilhões, mas cujo PIB **per capita** é de apenas US\$2,5 mil.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valdír Raupp, congratulo-me com V. Ex^a, que várias vezes veio à tribuna, para advertir o Governo brasileiro sobre a necessidade de estradas. Isso me faz lembrar Pedro II, que governou o País durante 49 anos – isto é bom lembrar ao Presidente Lula – e foi só uma vez à Europa. Mas de lá ele mandou uma carta: “Isabel, minha filha, o melhor presente que se pode dar a um povo é uma estrada”. Isso inspirou o Presidente Washington Luís, que disse que “governar é fazer estradas”. E o ícone da nossa geração, Juscelino Kubitschek, defendia a energia e o transporte. Dou meu testemunho de que o Senador Raupp foi um extraordinário Prefeito e chegou ao Governo do Estado, porque construiu muitas estradas – e o fez também quando Governador. Cumprimento V. Ex^a e faço votos de que o Governo ouça esse grande líder do PMDB, que se lhe tem mostrado até aliado. V.

Ex^a é um aliado, mas espero que suas palavras não fiquem no ar, sem ter um sentido de aceitação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte. V. Ex^a sempre tem contribuído para engrandecer os nossos pronunciamentos.

Gostaria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de enfatizar, mais uma vez, que a construção dessa rodovia teve início, Senador Mão Santa, no Governo de Juscelino Kubitschek. A BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, foi construída em um ano. Ele perguntou a seus assessores se a rodovia poderia ser construída nesse espaço de tempo, e creio que foi o Ministro dos Transportes que lhe falou: “Presidente, pode ser feita, mas isso é coisa para macho!” Ele disse: “Pois, então, será feita.” E a fez. Em um ano, ele a abriu – é claro que não-asfaltada –, colocou cascalho e a deixou transitável de Cuiabá a Porto Velho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quantos quilômetros?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – São aproximadamente 1.800 quilômetros de rodovias, atravessando selvas, rios imensos, pantanais. Ele conseguiu chegar, com essa obra, a Porto Velho. Se não me falha a memória, apenas a Porto Velho e, posteriormente, a Rio Branco, no Acre.

Assim, o lado brasileiro já está pronto até a divisa do Peru. O asfaltamento começou ainda no Governo Sarney e depois teve continuidade nos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso, que o levou até a divisa do Acre. Creio que Lula o está complementando com pequeno trecho, com pontes – ainda faltavam algumas – e, agora, com esse convênio com o governo peruano.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço apenas mais dois ou três minutos, para que eu possa concluir meu pronunciamento.

Essa obra, que, por um período de quatro anos, vai empregar cerca de 70 mil pessoas, tem um custo estimado de US\$810 milhões e será realizada por dois consórcios, que reúnem empresas brasileiras e peruanas. Os recursos são provenientes do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, bem como da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do governo peruano.

Creio ser também importante mencionar, neste momento em que saudamos o começo das obras, os projetos complementares ensejados pela construção da rodovia Interoceânica. Há uma série de desdobramentos, com impacto no médio e no longo prazo, para as populações vizinhas à rota internacional. Autori-

dades brasileiras e peruanas já realizam estudos em torno de projetos complementares, na medida em que há uma clara preocupação com a geração de benefícios à qualidade de vida das diversas comunidades locais. A Comissão Intergovernamental de Alto Nível, já instalada, deverá elaborar um Plano de Desenvolvimento dos Corredores Econômico-Produtivos do Sul. A idéia é fomentar o desenvolvimento setorial dentro de um modelo de sustentabilidade, enquanto a estrada avança, observada a vocação de cada região. Está prevista ainda a implantação de entrepostos, que serão pontos de carga e descarga de mercadorias ao longo da rodovia.

Por sua vez, novos projetos de agricultura familiar serão implementados, alcançando e beneficiando milhares de pessoas. Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores já firmou convênio de cooperação com a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, para que micro e pequenas empresas de engenharia e consultoria econômica ajudem na identificação e implementação de projetos. Novas iniciativas na área agrícola, de pecuária e de manejo de florestas serão igualmente estimuladas nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Agregando níveis inéditos de competitividade à economia brasileira, ao permitir a saída mais barata de exportações brasileiras pelo Oceano Pacífico, a nova rodovia proporcionará ganhos imediatos à exportação de carne e derivados, madeira e grãos. Além disso, vai facilitar o escoamento de produtos, com maior valor agregado, produzidos na Amazônia. Como contrapartida, vai favorecer o ingresso de produtos peruanos e asiáticos no mercado nacional. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores, a Interoceânica permitirá a integração com mercados da América Central, do México e do oeste norte-americano e canadense. Em uma perspectiva temporal mais ampla, facultará o acesso inclusive à economia da Oceania.

Concluindo, Sr. Presidente, como representante do Estado de Rondônia no Senado Federal, quero parabenizar o governo brasileiro e o governo peruano, as populações do meu Estado, do Acre e da Amazônia, bem como os brasileiros em geral, pelo início das obras dessa importante rodovia, cujo nome oficial é *Corredor Viário Interoceânico Sul*.

Finalmente, o Brasil e a América do Sul estão de parabéns por ingressarem em uma nova e promissora etapa de sua integração física e econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade, estendendo o prazo para que eu pudesse concluir meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à Senado-

ra Serys Slhessarenko, por 15 minutos, por permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares, que está no exercício da Presidência.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo falar sobre alguns assuntos que dizem respeito ao meu Estado de Mato Grosso. Um deles é o desmatamento. Nacionalmente, todos sabem da problemática do meu Estado de Mato Grosso, o que mais fez queimadas e mais cortou madeira no passado.

Temos um problema sério hoje em Mato Grosso: com a moratória decretada por seis meses, faz-se necessária a regularização do desmatamento. Há um período em que a árvore é considerada madura, devendo sua madeira ser cortada, sob pena de se deteriorar e de até estragar mais o meio ambiente. Para isso, precisamos realmente de um esforço grande tanto do Ministério do Meio Ambiente quanto do Ibama.

Na semana que passou, realizamos duas audiências públicas conjuntas de algumas comissões – a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e outras – em que foi muito discutida a concessão das florestas públicas. Trata-se de algo extremamente importante, mas que requer realmente que o Ibama tenha uma estrutura mínima.

Em seguida, concederei o aparte a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp.

Precisamos que o Ibama se estruture realmente para atender à avaliação dos projetos de manejo. Não adianta que as madeiras estejam regularmente estabelecidas e constituídas se o Ibama não der o devido suporte, e isso não tem ocorrido. É um absurdo o que está acontecendo! Trata-se de um problema social. Não estamos aqui defendendo grandes madeiras, que têm também um serviço a prestar. Entretanto, milhares de trabalhadores da indústria madeireira estão passando toda sorte de necessidade, de miséria mesmo, nos lugares mais longínquos, no meio da mata, sem a menor possibilidade de sobrevivência.

Pode-se, sim, proceder ao desmatamento de forma regularizada, principalmente com projetos de manejo, mas não é possível fazer cumprir projetos que englobem o manejo se não há, por parte do Ibama, a estrutura necessária para avaliação. Não é possível continuarmos nessa pendência, e recursos se fazem necessários para que o Ibama se estruture.

Sei, inclusive, que o meu Estado de Mato Grosso é o que tem a maior dificuldade. É preciso que o Ibama, tanto em nível estadual como federal, tenha uma injeção em termos de contratações, fazendo com

que se trate, com a seriedade devida e necessária, o desmatamento.

Não basta dizermos que isso não pode continuar. Obviamente, se não se consegue regularizar, isso vai continuar acontecendo. Não que o queiramos. Ao contrário, combatemos esse estado de coisas, mas vai continuar funcionando de forma irregular, porque não há condições para se trabalhar de forma regularizada.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a aborda assunto de vital importância para a região Norte do País. A nossa classe madeireira vem sofrendo nos últimos anos, não apenas neste Governo, mas há muito tempo. Quando eu era governador no meu Estado, prefeito, há oito, dez, vinte anos, a diminuição das madeiras nas áreas particulares, nas áreas privadas, já vinha acontecendo. E, hoje, só temos madeira nas reservas florestais, sejam elas federais ou estaduais. Acho que chegou a hora – já um pouco tarde eu diria – de se aprovar esse projeto de lei de concessão de florestas. V. Ex^a falava que já houve muitos debates nas comissões. Eu diria mais: aprovamos na semana passada, na CAE e, no mesmo dia, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, esse projeto que deve ser votado em breve pelo Senado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – E também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Perdão, exatamente. Eu diria que isso seria, sem dúvida alguma, a salvação das nossas empresas madeireiras que, no meu Estado, já demitiram nos últimos dois anos mais de 20 mil pessoas. No momento em que nos esforçamos para empregar mais gente, esse setor está demitindo em larga escala porque não tem mais de onde tirar madeira. E V. Ex^a tem razão quando diz que as árvores adultas não tem serventia alguma, nem mesmo para o meio ambiente. Com planos de manejo bem elaborados, poderemos explorar essas reservas sem agredir o meio ambiente, a exemplo do que vem acontecendo na Costa Rica, no Canadá, na Finlândia e em tantos outros países do mundo, onde, há décadas e décadas, vem sendo explorada a madeira sem agressão ao meio ambiente. Então, são planos que podem ser elaborados para 50, 100, 200 anos sem agressão ao meio ambiente. Eu pediria que esse fundo de floresta que está sendo criado pudesse ser investido no reflorestamento da Amazônia, para que, daqui a vinte ou trinta anos, esse reflorestamento diminua um pouco o impacto da retirada de árvores da floresta.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Os projetos de manejo são exatamente para este tipo de coisa: o corte e o replantio.

Além dessas ações relatadas tanto por mim quanto pelo Senador Valdir Raupp, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos também, na semana que passou, junto com o Deputado Ricarte de Freitas, Líder da nossa Bancada em Mato Grosso, uma conversa muito importante com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que se comprometeu a criar um grupo de trabalho composto pelo Ministério da Justiça, pela Advocacia-Geral da União, pela Casa Civil, enfim, por vários órgãos do Governo para discutir a questão do chamado direito adquirido – isso porque onde poderiam ser desmatados 20%, já foram desmatados 50% –, se já existia ou não.

Então, estamos compondo esse grupo para trabalhar e disciplinar a questão das áreas a serem desmatadas. Assim como também está sendo ultimada, com a participação do Líder da Bancada, Deputado Ricarte de Freitas, uma audiência com a Ministra Dilma Rousseff para tratar do mesmo problema.

Quero apenas dizer aos trabalhadores da indústria madeireira do meu Estado de Mato Grosso que não estamos aqui indiferentes à questão. Estamos trabalhando junto aos Ministros e aos órgãos competentes para que se busque uma solução.

Também queria registrar que, amanhã, teremos a Caminhada dos Prefeitos, em Brasília. Gostaria de lembrar que as suas reivindicações são da mais alta relevância. Inclusive, na semana passada, posicionei-me a esse respeito, principalmente no que tange ao aumento de 1% do FPM, de 22,5% para 23,5%, sempre dentro daquela nossa postura, daquele nosso posicionamento de que quem tem a possibilidade de fazer a transformação, a mudança no local, na comunidade são os prefeitos, são os vereadores, são as autoridades locais junto com a sociedade, porque é lá que a comunidade mora, lá que as pessoas vivem, lá que elas conhecem o que está acontecendo. Só quem conhece e compreende é capaz de transformar.

Então, precisamos de duas grandes mudanças: no poder de definição de políticas em nível municipal, para que esse poder, estabelecido municipalmente, tenha a possibilidade de definir políticas para si mesmo, bem mais do que acontece hoje. E uma outra mudança diz respeito à descentralização dos recursos. É muito importante! Eu defendo que o poder local tem que ser fortalecido, pois ele forte trará melhoria de vida à comunidade local.

Já estivemos, no dia 12 deste mês de setembro, uma reunião de toda a Bancada de Mato Grosso, sob

a liderança do Prefeito José Aparecido, Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Já concedo o aparte, Senador Mão Santa. E, nessa reunião, ficou definido o nosso apoio no sentido de que se ultime a votação desse projeto de lei, que está na Câmara, que aumenta o FPM, a fim de que haja essa possibilidade e esse recurso e o quanto antes ser deslocado para os Municípios.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora, eu queria ser solidário ao pronunciamento de V. Ex^a quando relata as dificuldades por que passam os prefeitos. Senadora Serys, fui eleito Prefeito quando foi feita esta Constituição. Então, governei o Município em que nasci durante o período de 1989 a 1992, e era mais feliz porque a Constituição, Antonio Carlos Valadares – acho que V. Ex^a era Deputado Federal na época –, dizia que a divisão do bolo de dinheiro, Senadora Serys, era assim: 54% para a União, para o Presidente da República; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. O que ocorre agora é que, desde outubro de 1988, a União, com gula, ganha mais de 60% e o Município diminuiu para 14%. Todos precisamos respeitar a Constituição. E quando Ulysses beijou-a disse: “Desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira.”

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Eu queria deixar aqui registrada essa mobilização dos prefeitos, que acho importante. O Congresso tem que estar atento. A Câmara tem que realmente aprovar o quanto antes o projeto que...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Serys...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – ...pode concluir o seu raciocínio.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu queria aqui saudar rapidamente alguns prefeitos que vão estar presentes, como o Prefeito Wilson Santos, da nossa capital, Cuiabá; José Aparecido dos Santos, o Cidinho, Presidente da AMM; Murilo Domingos, da Várzea Grande; Zózimo Chaparral, da nossa Barra do Garças; Adilson Sachetti, de Rondonópolis; Mauro Sérgio, nosso grande companheiro de Confresa; Robson Pazeto, de Nova Xavantina; Francisco Mendes, de Diamantino; Nilson Leitão, de Sinop; Maia Neto, de Alto Araguaia; Maria Izaura, de Alta Floresta; Aniceto Miranda, de Barra do Bugres; Ricardo Henry, de Cáce-

res; Max Joel, de Jaciara; Valdir Barranco, nosso grande companheiro de Nova Bandeirantes; Chiquinho, de Nova Ubiratã; Catarino, de Nova Guarita.

Gostaria de poder citar aqui todos os 142 prefeitos e prefeitas, mas, infelizmente, não é possível, porque o tempo urge.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senadora Serys Slhessarenko, também quero prestar a minha solidariedade ao discurso de V. Ex^a e ao movimento que será empreendido pelos prefeitos. E quero dizer a V. Ex^a que existe, nesta Casa, uma subcomissão voltada para os Municípios, a qual eu tenho a honra de presidir, que está em articulação com a Confederação Nacional dos Municípios, presidida por Paulo Ziulkoski, no sentido de fazer com que esse movimento chegue até os gabinetes ministeriais, possa sensibilizar as autoridades. É tanto que já está prevista uma audiência, na quarta-feira, entre os prefeitos e o Ministro Antonio Palocci, à tarde, e também prevista uma audiência com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. Também está se tentando uma audiência com o Ministro Jaques Wagner, para justamente tratar dessa pauta que V. Ex^a abordou no seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Garibaldi Alves Filho.

Com certeza vamos voltar a essa questão da importância da descentralização, de definição de políticas para os Municípios e, especialmente, na definição de recursos. Mas, independente dessa reforma tributária pingada e devagar, que o Congresso vem soltando a conta-gotas, precisaríamos que fosse aprovado o quanto antes pela Câmara o 1% de aumento no FPM.

Ainda gostaria de falar de um acontecimento para o meu Estado de Mato Grosso, no Município de Sinop. Agora, teremos realmente a implantação integral do **campus** da Universidade Federal de Mato Grosso. Gostaria de dizer do esforço do nosso proeminente Reitor Professor Paulo Speller, no seu segundo mandato como Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, na qual fui professora por 26 anos, e de toda a sua equipe para que se conquistasse a consolidação de dois **campi** já existentes – o de Sinop e o de Rondonópolis – é de muita relevância. Temos três, o de Barra do Garças, o de Rondonópolis e o de Sinop.

Queremos registrar aqui a determinação da Reitoria da Universidade Federal no sentido de conquistar esse avanço para essas duas regiões do meu Estado de Mato Grosso, o chamado “Nortão”, com o **campus** sediado em Sinop, e a região sul, com o **campus** sediado em Rondonópolis. A consolidação desses dois **campi** é da maior importância, uma vez que já está prevista a aula inaugural de ambos para agosto de 2006.

É um salto de qualidade muito grande. Rondonópolis vai abrir mais três cursos; tem hoje quatro, que serão consolidados, e mais três serão criados no próximo ano com a consolidação do **campus** de Rondonópolis.

Em Sinop, haverá a criação de seis novos cursos. Sinop é uma região bem localizada no nosso chamado Nortão, no Estado de Mato Grosso, à beira da BR-163. São muitos os Municípios dessa região, alguns bastante desenvolvidos, outros em desenvolvimento, graças ao agronegócio lá existente e também ao esforço de implantação da agricultura familiar.

É importantíssimo para os trabalhadores e seus filhos realmente contarem com uma universidade federal da qualidade da nossa de Mato Grosso, com pesquisa, com ensino e com extensão realmente funcionando para valer no nosso Município de Sinop, que teve a participação efetiva do Prefeito Nilson Leitão. Ele não é do meu Partido, mas realmente tem feito um esforço nesse sentido e em outros também, mas fundamentalmente na questão da nossa universidade.

Saúdo todos da região, tanto de Sinop quanto de Rondonópolis, e ressalto que é da maior importância a atuação que os Prefeitos de Sinop, de Rondonópolis e também dos Municípios do entorno venham a exercer, para que se efetive mais agilmente essa parceria Universidade Federal de Mato Grosso/Ministério da Educação. Trata-se, realmente, de determinação do Presidente Lula, que, aliás, quando esteve, no começo do mês, em Cuiabá, anunciou a consolidação desses dois **campi**, de Sinop e de Rondonópolis. E, no fim da semana passada, o Prof. Manuel Palácios, Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior, do Ministério da Educação, esteve em Mato Grosso, quando acabou de definir a instalação e a consolidação desses dois **campi**.

Esta é uma saudação muito especial ao esforço do Ministério da Educação, da nossa reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso e, principalmente, da população desses dois Municípios, Rondonópolis e Sinop, bem como dos Municípios do entorno, porque foi a mobilização da sociedade que fez com que se concretizassem essas ações da maior importância, da maior relevância, para o desenvolvimento do nosso Estado de Mato Grosso.

Temos a certeza de que só avançaremos em um projeto de desenvolvimento científico-tecnológico, com bases consolidadas, a partir da orientação de universidades públicas em qualquer Estado, em qualquer situação. É a universidade pública – com ensino público gratuito, de qualidade, democraticamente estabelecido – que tem realmente condições de dar direção ao desenvolvimento científico-tecnológico para

qualquer região, para qualquer Estado, especialmente no nosso País.

Acreditamos também no ensino privado, que tem seu espaço assegurado, funcionando como empresa. Mas existem aí interesses de grupos etc. Portanto, é a universidade federal que, com seu aparato de pesquisadores e de trabalhadores, é capaz de sinalizar, de formalizar, de formatar projetos de desenvolvimento científico-tecnológico, especialmente num Estado como o meu, o Estado de Mato Grosso. A consolidação desses dois **campi** contribuirá significativamente para isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL do Estado da Bahia. S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, saúdo V. Ex^a e meus companheiros que aqui estão presentes nesta sessão de segunda-feira.

Desejava a presença da ilustre Senadora de Santa Catarina, que, na última sessão, quando eu estava ausente, fez afirmativas mais uma vez – usarei o adjetivo mais leve que encontrei – levianas, não quero dizer mentirosas, mas que me obrigam a vir à tribuna desnecessariamente. Tenho tanta coisa importante para tratar, mas vou me lembrar da Senadora de Santa Catarina, que, nesta tribuna, declarou – aspas para ela, não para mim:

Tivemos a oportunidade de fazer um relato, no depoimento do Sr. Daniel Dantas, dos seus vínculos, das suas tentativas, das suas artimanhas, há mais de 20 anos, para sempre estar próximo, usufruindo das benesses do poder e dos poderosos, desde a época em que ele, muito novinho, já era um dos principais assessores, na Bahia, do Sr. Antonio Carlos Magalhães, bem como de toda a sua vinculação e intermediação no Governo Collor. Ele foi um dos principais sacadores quando houve o seqüestro da poupança no Brasil. Ele conseguiu sacar, exatamente pela proximidade que tinha.

Aqui não sei se continua, se era comigo ou não. No que recebi, não dizia.

Em primeiro lugar, Senadora Ideli Salvatti, a senhora procure saber dos fatos, para não ser leviana mais uma vez e não ficar com essa característica já no seu primeiro mandato. O Sr. Daniel Dantas nunca foi meu assessor, até porque, logo que se formou, foi

para o Rio de Janeiro e trabalhou com vários grupos e nunca teve qualquer ligação pessoal comigo.

Tínhamos um amigo comum, o inesquecível Prof. Mário Henrique Simonsen, que me dizia tratar-se o Daniel do melhor economista que ele conhecia e do seu melhor aluno.

Procurei ver se levava para a Bahia o Sr. Daniel Dantas, por intermédio do Sr. Mário Henrique, para ser Presidente do Banco do Estado. Não consegui. Ele já estava entrosado em negócios particulares, e eu não consegui.

Um dos seus tios foi meu fraternal amigo, Dr. José Augusto Tourinho Dantas, Procurador-Geral do Estado, excelente jurista e homem a quem dediquei muita amizade, uma amizade que prossegue com a sua família.

O seu pai foi meu colega de escola primária. Não tinha intimidade com a sua família, embora tivesse muito respeito pelos seus pais: o Dr. Luiz Raymundo Tourinho Dantas e Dona Nícia Valente Dantas.

Daniel foi para os negócios, e eu tinha uma queixa muito grande que sempre externei a ele: apesar de ter tido um grande êxito na sua vida, ainda jovem – era da geração do Luís Eduardo, hoje tem 50 anos –, nunca levou para a Bahia uma indústria, um empreendimento, algo dessa importância. Isso fazia com que eu não tivesse maior afeto por Daniel Dantas.

Entretanto, não posso negar tratar-se de um dos homens mais brilhantes do País, como economista e como homem de negócios. Se os seus negócios são regulares ou não, não tenho autoridade para dizê-lo. Cabe a investigação a quem de direito, inclusive a este Governo, da Senadora de Santa Catarina, apurar as denúncias.

A Senadora de Santa Catarina deve parar de dizer coisas que não são verdadeiras, porque isso a desmoraliza. Quem fala é que perde a credibilidade perante todos.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – V. Ex^a faz um pronunciamento que me enseja a fazer uma correção. A Senadora de Santa Catarina, Senadora Ideli Salvatti, é uma pessoa por quem tenho apreço pessoal, até gosto dela, dou-me bem com ela...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mau gosto!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...todos nós nos damos, mas, em um discurso que fez, na semana passada – acho que na quinta-feira –, S. Ex^a se referiu à filha do ex-Ministro José Serra, à A Sra. Verônica,

dizendo tratar-se de sócia de Daniel Dantas e querendo colocar a moça em situação difícil. Houve reação do Plenário, e o próprio Senador Mercadante manifestou-se contra a menção de filhos, parentes etc... O PSDB protestou e, em um dado momento, S. Ex^a disse que, se lhe fossem dadas informações sobre a impropriedade da acusação que ela fazia, sem nenhum constrangimento, ela a retiraria. V. Ex^a agora se refere a acusações feitas pela Senadora, sem provas. Isso é mais ou menos sinônimo de leviandade ou de prática da leviandade no pronunciamento de um discurso, o que é uma falta muito grave. Tenho informações de que a mencionada Dr^a Verônica era empregada de uma instituição financeira que teria recebido participação societária, num dado momento, do Banco Opportunity. Ora, tenho um filho que é empregado de um banco americano. Se esse banco americano, algum dia, fizer sociedade com o Banco Opportunity, o meu filho será sócio do dono do Banco Opportunity? Qualquer brasileiro de inteligência comum entende que isso é forçar a barra para se tentar desviar o foco das atenções e incriminar quem não tem culpa. A moça era empregada de uma instituição financeira que se supõe ter tido alguma participação societária, não sei se legítima ou ilegítima – provavelmente legítima –, com o Sr. Daniel Dantas. Mas já se coloca a filha do ex-Ministro como sócia para deixá-la mal. A Senadora Ideli Salvatti tem a obrigação de fazer os reparos decorrentes das colocações inapropriadas que vem fazendo ultimamente, inclusive essa a que se refere, com muita propriedade, V. Ex^a. Cumprimentos!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a.

Nesse discurso, a Senadora já nega essa sociedade que tanto alardeou, da irmã do Dr. Daniel Dantas com a filha do Ministro, hoje Prefeito, Serra. S. Ex^a não tem coragem de dizer: “Eu menti!” Mas, para nós, que entendemos o que não está escrito, a Senadora realmente deu um recuo. Mas dar um recuo dizendo que eu aconselhei o Sr. Daniel Dantas a tirar os seus recursos no tempo do Collor? Eu, que perdi os meus, numa época em que eu não podia perdê-los, pois tinha sido operado do coração e tinha de ir a São Paulo a toda hora?

S. Ex^a diz que esse homem foi meu assessor? Ele nunca trabalhou comigo e não tem afinidades maiores comigo – tenho apenas respeito pela sua inteligência brilhantíssima! Até porque ele não aceitou trabalhar no banco, e Mário Henrique havia me dito tratar-se de seu melhor aluno. Mas é assim!

O Sr. Jaques Wagner, homem educado, que sempre tratou bem as pessoas, agora vai à imprensa atacar

ACM Neto! Por quê? Por que o ACM Neto descobriu o Land Rover que foi dado ao seu colega de Governo?

Posso dizer que a GDK tem sido muito ajudada pelo Sr. Jaques Wagner. E não digo que é porque ele tem uma filha que trabalha lá, mas porque S. S^a ajuda mesmo a GDK, na Petrobras. Não entrarei em assuntos pormenorizados em respeito a todos os cidadãos que fazem política no País, inclusive ao Sr. Jaques Wagner.

Talvez a grande raiva do Sr. Jaques Wagner seja o fato de sua excelentíssima esposa – pelo menos durante grande parte da sua vida – ter sido minha eleitora. Isso deveria fazê-lo mais meu amigo, e não meu inimigo. Afinal de contas, não tenho culpa de ter uma eleitora tão qualificada. A culpa, talvez, tenha sido do Sr. Jaques Wagner.

Dito isso, S. Ex^a precisa esclarecer os casos da GDK. A CPMI dos Correios tem que ver os casos da GDK! O Tribunal de Contas já encontrou todas as irregularidades. É um escândalo o que aconteceu entre a GDK e a Petrobras, e o Sr. Jaques Wagner não pode dizer que não era partícipe, pelo menos para ajudar – e S. Ex^a vai dizer isso – uma empresa baiana.

Sr. Presidente, agora entro no assunto que, em verdade, me traz à tribuna.

Como eu ficaria feliz se os sinos das igrejas da Baía de Todos os Santos estivessem repicando com a chegada do Presidente da República para levar benefícios para o meu Estado! Levou decepção, até à sua militância, porque, em vez de deixar que os pescadores ficassem perto dele, ele colocou, no lugar, a sua militância, que, irritada, saiu; e o resultado foi que o Presidente da República falou para 240 pessoas, quando poderia ter falado para 40 mil.

Daí por que os sinos não dobraram em Salvador. Parecia Finados, e não uma festa para o Presidente da República.

O Presidente está numa fase difícil, ruim, numa fase em que se disputa a Presidência da Câmara, e o seu Ministro do Planejamento, meu amigo, a quem admiro – inclusive, quando perdeu a eleição, eu o convidei para trabalhar comigo –, Dr. Paulo Bernardo, libera R\$500 milhões – não se muda método no Brasil – para se empregarem na campanha eleitoral de quarta-feira, para a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados? Será possível que nem o exemplo Severino sirva para este Governo?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, essa campanha deveria ter tocado na Bahia, com a presença do Presidente, mas está tocando para terminar o meu discurso. Eu atenderei V.

Ex^a, pelo respeito que lhe devo, mas quero dizer que o Brasil não pode continuar com esses métodos.

V. Ex^a, que é da base do Governo, mas é um homem de bem – na base do Governo existem homens de bem, como também no Partido dos Trabalhadores –, não deve ficar feliz quando o Governo anuncia e o seu Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão diz: “É só coincidência”.

Chamo a atenção do Líder do nosso Partido, esse eminente Senador da República, que o Ministro disse que era só coincidência a liberação de 500 milhões, mas não é assim que o baixo clero está acreditando. É que eles podem enganar também o baixo clero: liberam, mas não pagam. São useiros e vezeiros nesse estilo, daí por que não contam com a unidade do maior Partido, que é o PMDB, e ainda ficam atacando violentamente o Presidente desta Casa porque teve uma outra preferência.

Não me imiscuo nos assuntos do PMDB. Acho que o PMDB pode decidir como quiser, aqui ou lá. Sei que decidirá sempre pensando no Brasil, e isso já me agrada. Agora, mesmo que não esteja com a tese do Presidente Renan Calheiros, eu acho que ele não merece, pelo que tem feito aqui e ao País, as qualificações que lhe têm sido dadas pelo Governo e por adversários do Governo.

O Sr. Renan Calheiros tem o direito de pensar como quiser, independente, até porque chegou à Presidência do Senado como poucas vezes isso acontece: pela unanimidade de seus membros. Ele tem o nosso respeito, apesar de divergirmos ou não de uma posição que tenha.

O que não queremos é que candidato do Governo use 500 milhões, conforme disse “essa coincidência” o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Que não haja essa coincidência agora, na quarta-feira. Espere mais tempo. Tenha mais calma. Não queira piorar a situação já grave do seu Governo.

Daqui para a frente, se os senhores quiserem achar que não é a CPI dos Bingos que deve apurar o caso de Santo André, que o Senado faça uma CPI especial para Santo André, aproveitando, é claro, os depoimentos já tomados nas diversas Comissões. Nós não vamos nos intimidar. Se estão pensando que vão nos intimidar, se enganam. Enganam-se porque nós já sofremos tudo. Sabemos o que é sofrer. Conseqüentemente, a intimidação é um estímulo para aumentar os nossos deveres para com o País, e a utilização desta tribuna é em defesa do Brasil e não em defesa da corrupção que tomou conta do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Líder do PFL, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, concordo com a permuta com o Senador Ney Suassuna, que falará pela Liderança do PMDB. Logo em seguida, falarei eu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Ney Suasuna, V. Ex^a falará como Líder do PMDB, por permuta com o Senador José Agripino.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu disse aqui, na última semana, que cada vez que fosse ao meu Estado – e aconselhei os demais Senadores a fazerem o mesmo – eu iria a uma repartição federal para ver o que estava acontecendo, porque nós, Parlamentares, não somos apenas representantes do povo para fiscalizar o Governo ou para fazer leis. Somos também os fiscais dos serviços que o povo recebe.

Naquela semana, eu falava do estado em que encontrei os hospitais universitários de João Pessoa e Campina Grande. Depois daquele dia, procurei os Ministros da Educação e da Saúde para que providências fossem tomadas no âmbito dos dois Ministérios. Para minha surpresa, constatei que no Ministério da Saúde não há verba específica para os hospitais universitários, sob a alegação de que essa seria uma obrigação do Ministério da Educação. Neste, ela também não existe, ou seja, os recursos para os equipamentos e aquilo que é necessário para os hospitais universitários estão soltos no espaço, pois não há obrigatoriedade nem de um lado e nem de outro a esse respeito, e nem uma divisão d’águas quanto à questão.

É claro que insisti com os dois Ministros e que vou continuar lutando, porque quero as verbas nos dois Ministérios, mas me causou mais espanto, nesta semana, o INSS.

João Pessoa tem no centro, na sua área mais valorizada, a lagoa Solon de Lucena, cercada de lindas palmeiras. Do seu lado, há um prédio enorme, construído para ser a reitoria da Universidade Federal da Paraíba. Com a ida, Senador José Agripino, da universidade para o **campus**, aquele prédio foi cedido ao INSS. E o que aconteceu? Usaram o prédio até que se deteriorasse a um grau que tiveram que tirar as pessoas de lá. Por não haver verba para a manutenção, outros prédios foram alugados na cidade, para a instalação do INSS.

Isso mostra o quão desleixado é o Governo Federal e como não se preocupa com os seus custos: um prédio enorme, com 14 andares, no centro da cidade,

fica inteiramente fechado, sendo corroído pelo tempo e deteriorado, sem nenhum uso, enquanto se pagam instalações para o INSS atender ao povo.

Não entendo. Como empresário, fico sem entender que lógica é essa a de usar um prédio público até o bagaço e, depois, largá-lo e alugar outras áreas. Se fossem contabilizados os custos para ser responsabilizado o gestor, com certeza seriam muitos milhões de prejuízo, do aluguel, da deterioração do prédio e da não utilização de todo aquele espaço. Não falo de um prediozinho, mas de um prédio enorme e maravilhoso, no ponto mais valorizado da capital do meu Estado, que está largado, abandonado. E isso me faz crer que outras instalações, por toda parte do País, devem ter o mesmo destino.

É preciso que o Governo faça as contas e entenda que tem de gerir olhando a produtividade, o custo/benefício e não simplesmente dizendo que não serve, que tem de consertar elevador, passando para outro. Não pode ser dessa forma. Esse é um mau exemplo para a nossa população, para os nossos funcionários. É um mau exemplo que não deve partir, principalmente, de um Governo que diz que veio para reformar.

Por isso, lamento a incúria nos hospitais universitários e nos prédios que estão largados mundo afora. Da Paraíba, onde estava ontem, fui atender a um compromisso no Rio de Janeiro. Hoje, passei na Ilha do Fundão. Olhei aquele hospital universitário, Senador, e veja o que está lá: metade do prédio é o Hospital Universitário da Ilha do Fundão; a outra, também está sem janelas, com infiltrações, deteriorando, estragando. Um prédio daquele tamanho...! O Senador José Agripino com certeza já viu o tamanho daquele prédio. É uma coisa gigantesca!

Então, cito dois exemplos e não consigo entender, Senador Mão Santa, como é que o Governo não faz um levantamento de suas propriedades. Houve uma época em que aqui falei sobre o que o Governo tinha para receber, que é uma infinidade de dinheiro. Fala-se de mais de dois milhões de processos nos subterrâneos do Ministério da Fazenda. Não dá tempo para analisá-los. Os Procuradores são poucos para analisar tantos processos.

No Tribunal de Justiça de São Paulo da 1ª Região, é uma coisa brutal também a quantidade de processos. A Justiça já reivindicou R\$100 milhões do Orçamento, o que não era muito, para se organizar e dar velocidade à análise dos processos, algo que, com toda certeza, traria para a República dez vezes mais resultado em termos de investimento, ou seja, retornaria dez vezes mais, pois a Justiça teria possibilidade de agilizar a análise dos processos que lá estão.

Na Caixa Econômica, há cerca de 1.500 imóveis, várias casas no Lago. São muitos os imóveis. No INSS, são mais de 5.000. E não sei por que razão o Governo Federal não faz um levantamento sério disso – se não serve, vende; ou, se serve, melhora e usa. O que acho incorreto é esse caso da Paraíba a que me referi: um prédio de 14 andares, no centro da cidade, fechado, inservível, quando sabemos que basta fazer uma reforma, enquanto se paga aluguel para que funcionem outras repartições.

Enquanto o Governo pensar dessa forma, vai faltar dinheiro, sim: para investimento, saúde, para os hospitais universitários. Isso porque o Governo não olha a conta e não olha o benefício. Lamento.

Nesta semana, a notícia que trago é a de um prédio inteiro, no centro da cidade, no local mais valorizado de João Pessoa, fechado, enquanto o Governo Federal paga aluguel para que a repartição do INSS funcione.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Líder do PMDB, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Líder do Partido da Frente Liberal, Senador José Agripino, do Estado do Rio Grande do Norte, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui a São Paulo na sexta-feira, convidado por um organismo internacional que promove investimentos no Brasil, para debater, com cerca de sessenta executivos que representam investidores, a crise brasileira, os caminhos de saída, os riscos que corremos. Enfim, queriam ouvir uma liderança política capaz de aconselhá-los. Eu tive essa oportunidade sadia de trocar idéias com um pedaço da elite. Eram todos brasileiros, todos jovens. Eram jovens brasileiros muito antenados na questão econômica, que está intrinsecamente ligada à questão política.

Depois disso, gravei um programa de televisão, fui a um outro debate em um portal da Internet. Tive oportunidade de circular bastante pelo principal pólo financeiro e centro político de muito interesse no Brasil, que é o Estado de São Paulo. Tive, mais uma vez, oportunidade de ter contato pessoal com cidadãos, indo a um lugar e a outro, na portaria do hotel, na própria rua, e de recolher, evidentemente, preocupações.

No fim de semana, Senador Garibaldi, saiu a notícia de que R\$500 milhões estariam sendo liberados do Orçamento da União para Deputados Federais, e a leitura era que esse dinheiro que não tinha sido antes liberado vinha agora com endereço certo para facilitar o processo eleitoral que vai produzir o novo Presidente da Câmara dos Deputados. E vem o questionamento. Questionaram-me muito com relação ao andamento, à celeridade das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito e das CPIs.

Muitas pessoas cumprimentam no café da manhã no hotel, muitas pessoas partem para cima como que dizendo: “Estou de olho em você e eu quero ver o que você, como Líder de Oposição, vai conseguir”, como que depositando nas mãos de quem interpreta a Oposição, que tem a obrigação de fiscalizar, de cobrar, de denunciar, de investigar, de debater, de questionar, como que exigindo de quem faz a Oposição a solução dos problemas, a identificação e a punição dos culpados. Entendo que, na verdade, é uma atribuição muito nossa, mas as pessoas estão começando a se inquietar e a cobrar com muita veemência.

Notícias como essa dos R\$500 milhões, Senador Mão Santa, liberados para, possivelmente, compra de Parlamentares – é o que a rua interpreta –, para a eleição do novo Presidente, são preocupações que se somam às que já existem. Amanhã – o Senador Antonio Carlos está aqui e é membro da CPI dos Bingos –, haverá uma reunião administrativa.

Senador Antonio Carlos, quando cheguei aqui hoje, uma repórter da **Folha de S. Paulo** me perguntou se eu estava sabendo que os integrantes do PT iriam propor amanhã, na reunião administrativa, a convocação de juízes de futebol com os empresários envolvidos na compra de resultado de jogo de futebol, que um Senador do PT iria fazer essa provocação, esse requerimento, e qual era a minha atitude, qual era a minha posição. Eu disse a ela o que vou dizer: Olha, se for para investigar mal feito, conte comigo no limite máximo. Agora, na devida gradação de prioridade. Pode-se aprovar e essas pessoas serão chamadas quando se impuser a necessidade de se investigar. Acho que muita coisa mais se impõe muito antes desse fato, que é grave e tem de ser investigado, mas tem muita coisa muito mais grave, muito mais antiga. A rua está pressionando a Oposição por provas para que sejam identificados os problemas e para que as causas apontadas produzam culpados, que poderão ser punidos com a cassação ou com a prisão, se houver prova para a formação de um processo penal.

Ouço, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem absoluta razão. Também fui abordado por esse tempo. O que me surpreendeu foi o Senador Tião Viana, que respeito por seu trabalho e por sua atuação, estar metido nisso, porque o que se deseja é desmoralizar a Polícia Federal. Se a Polícia Federal, com a confissão do juiz de que isso existiu, não provar, em 48 horas, passa a inexistir para o povo brasileiro. E a Polícia Federal merece o respeito até do Sr. Tião Viana. Embora, na Polícia Federal, também haja coisas inacreditáveis, como o furto de dois milhões lá dentro, de dinheiro de traficantes, aquela instituição tem feito um trabalho, de um modo geral, às vezes excessivo, mas oportuno. E já houve a confissão, a prisão – e tudo isso todos os brasileiros viram pela televisão. É preciso ainda que venha para o Congresso esse assunto? Querem, Senador, trazer a torcida do Corinthians, do Flamengo, do Fluminense, de todos os clubes, para que a CPI não funcione. Entretanto, temos o dever de fazê-la funcionar. Inclusive, se eles acham que Santo André não deve ser assim, vamos fazer uma CPI especial para Santo André. Penso que é isso que deveríamos fazer. Entretanto, V. Ex^a, como meu Líder, vai traçar o meu caminho.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a tem toda razão. A Polícia Federal é um instrumento de investigação e de apontamento de culpados, competências que lhe são reconhecidas.

Agora, no caso do futebol, o que tem de ser apurado é o envolvimento de recursos privados. A Comissão Parlamentar de Inquérito tem obrigação de investigar casos que envolvam recursos públicos. Evidentemente, se o Senador Tião Viana apresentar o requerimento, vamos examinar; se aprovarmos, vamos dar a gradação devida para a apuração, mas confiando em que, como houve a confissão do juiz apontado como culpado – é um caso claro de investigação policial –, a Polícia Federal tem sobradas razões para promover a investigação por inteiro, colocar os responsáveis onde eles devem estar, que é na cadeia, de forma rápida, justa e correta, e deixar que tenhamos tempo de fazer o que precisamos, porque estamos entupidos de denúncias de corrupção com dinheiro público.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a se lembra de que o irmão do ex-prefeito Celso Daniel, aqui mesmo, na CPI dos Bingos, declarou, com todas as letras – todas! –, que havia sido procurado pelo Sr. Gilberto Carvalho, que esteve aqui em seguida; que o Sr. Gilberto Carvalho lhe havia dito que o irmão dele, Celso Daniel, tinha permitido coleta de dinheiro entre prestadores de serviços no campo da limpeza pública e, quem sabe, da informática ou dos transportes coletivos – no caso, ônibus –, para que esse dinheiro,

transportado por ele, Gilberto Carvalho, chegasse ao Diretório Nacional do PT em São Paulo, às mãos do Sr. José Dirceu e de lá fosse distribuído para as mãos que o PT recomendasse.

O Sr. Gilberto Carvalho por isso foi chamado, veio aqui e, de certa forma, colocou sob dúvida a procedência do Sr. João Francisco, mas não a capacidade do irmão Bruno. É como se fossem duas figuras muito diferentes: um, ajuizado, e outro, desajuizado. O ajuizado era João Francisco; o desajuizado era o Bruno.

Gilberto Carvalho, quando veio e disse isso, negou peremptoriamente que tivesse procurado João Francisco e que jamais havia transportado um real sequer para o PT nacional, para o Sr. José Dirceu. Nunca! Nunca!

O que os fatos mostraram a seguir, Senador Antonio Carlos Magalhães? Em um programa de televisão de grande audiência, a que assisti e o qual gravei, os dois irmãos, Bruno e João Francisco, foram colocados um ao lado do outro, e o apresentador pediu que ficassem mais próximos. Ficaram colados, um ao lado do outro, quando um deles, que falava em nome dos dois, reafirmou toda a história. Um era o bom, o outro não era o bom, mas os dois declararam que a versão do Sr. Gilberto Carvalho, que, por um acaso, é Secretário particular do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Secretário particular, Senador Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a, que, como eu, foi Governador, sabe –, é a pessoa que está conosco o tempo todo e que não precisa bater na porta para entrar no gabinete: entra direto. Alguns secretários particulares entram até no quarto de dormir do chefe, para levar alguma providência, são pessoas da absoluta intimidade do chefe. Pois o Sr. Gilberto Carvalho, homem que suponho ser da absoluta intimidade do chefe, que é Luiz Inácio Lula da Silva, desmente frontalmente os dois irmãos, os quais dizem que o Sr. Gilberto Carvalho os procurou para dizer que, constrangido, levava o dinheiro que o irmão permitia que fosse coletado dentro do Município de Santo André.

Se o irmão estava assassinado, para quê? Talvez para dizer: “Não leve esse assunto a público, porque o seu irmão está comprometido; foi ele que autorizou a coleta do dinheiro”. Mesmo assim, os dois irmãos, para limpar a imagem ou a memória do irmão, estiveram com Gilberto Carvalho duas vezes, denunciaram o fato de público e vieram à Comissão Parlamentar de Inquérito trazer o fato.

Ouçõ novamente o Senador Antonio Carlos Magalhães e, depois, o Senador Tião Viana, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a está realmente expondo, de uma maneira perfeita, o que se passou – aliás, isso é habito de V. Ex^a. E mais ainda: quero dizer a V. Ex^a que nunca nenhum depoente foi tão bem tratado na Comissão quanto o Sr. Gilberto Carvalho. Nós o tratamos da maneira mais elegante, demos a ele todo o apoio, para que estivesse com a verdade. Infelizmente não estava.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É o que eu desejava, Senador Antonio Carlos Magalhães. Disse ao Dr. Gilberto Carvalho que gostaria que ele tomasse a iniciativa do que vou propor.

Mas, só para resumir e encerrar este capítulo, os dois irmãos, Bruno e João Francisco, confirmam que foram procurados pelo Sr. Gilberto Carvalho, que lhes disse que transportava dinheiro para o PT nacional. Gilberto de Carvalho nega, e os irmãos reafirmam e reafirmaram num programa de televisão.

O que mais me preocupa, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que, no depoimento do Toninho da Barcelona, que V. Ex^a e eu ouvimos, tive a oportunidade de perguntar – e V. Ex^a se lembra – se ele, na Barcelona, que era a corretora dele, recebia dinheiro miudinho, em notas pequenas de R\$1,00 ou R\$ 2,00 e se esse dinheiro era trocado em moeda estrangeira e remetido para o exterior. Ele me respondeu que sim. Perguntei se era algum dirigente do PT que levava, e ele disse: “nunca recebi dirigente do PT, mas notinhas miudinhas que vinham de Santo André” – repito: as notinhas miudinhas que vinham de Santo André – “recebi sim e troquei por dólar.” Perguntei: trocou por dólar e remeteu para onde, Sr. Toninho? Ele disse: “Não fale ‘Sr. Toninho’, pode chamar-me ‘Toninho’.” Eu disse “mandou para onde, Toninho?”. Ele disse: “Para o Banco Merchant, em Nova Iorque, e a conta é a Barret.

Senador Antonio Carlos e Senador Tião Viana, temos um fato: ou fico com cara de paisagem, olhando isso tudo acontecer e sujeito a ouvir de alguém, nas ruas de Natal, “Qual é, Senador? Amarelou, está com medo de investigar os fatos, porque está envolvido um crime nessa história, ou vai cumprir a sua obrigação? Vai pedir ou não a acareação entre os dois irmãos e o secretário particular do Presidente da República?” Agora, está claro que o dinheiro em Santo André foi extorquido. Dinheiro público de empresa concessionária de serviço público era objeto de propina transportada para o Diretório Nacional do PT e foi...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – (...) bater no exterior. Aí tem...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, já proroguei o tempo de V. Ex^a, mas, por uma questão de justiça e de contraditório, vou prorrogá-lo em homenagem à Oposição, que está querendo participar do debate.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É claro, Senador, mas vou completar o meu raciocínio.

Aí há claramente: um, evasão de divisas; dois, extorsão; três, envolvimento de autoridades do Partido dos Trabalhadores; quatro, autoridades da Presidência da República. Isso tudo gera o quê? Inelegibilidade, Senador Presidente. Houve remessa de dinheiro para o exterior para beneficiar um partido político. A Lei de Inelegibilidades fala em cassação de registro de candidato ou partido político quando há comprovação de recebimento de moeda estrangeira.

Portanto, Senador Antonio Carlos Magalhães, temos uma história com começo, meio e fim, faltando apenas a comprovação da origem, o que vai decorrer da acareação entre os dois.

O Banco Merchant e a conta serão investigados pela CPMI do Mensalão, que já contratou uma empresa especializada para fazer rastreamento de dinheiro no exterior. Eu tomei a providência junto ao Presidente Renan Calheiros, com o Senador Rodolpho Tourinho, e já está autorizada a contratação da empresa para que o dinheiro, que foi bater no Merchant Bank, saído de Santo André, a partir de Toninho da Barcelona, seja identificado claramente. Assim, obteremos a prova. Com prova, coloca-se corrupto na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu, pessoalmente,...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer – o prazer de sempre –, o Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concordo. Seria imperdoável deixar de ouvir S. Ex^a.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador José Agripino, estava no gabinete, ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a e o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães. Eu gostaria de deixar claro que apresentei, sim, um requerimento, solicitando a vinda do juiz envolvido na chamada “máfia da arbitragem” e também do dono da casa de bingos, patrocinador desse esquema de apostas e vícios em resultados de jogos. Por que o fiz? Porque a CPI dos Bingos está analisando exatamente a lavagem de dinheiro, o envolvimento do bingo como contravenção e com a contravenção, e o que possa estar indiretamente envolvido com esse tipo de atividade. Há necessidade de estabelecermos alternativas para um marco legal em relação ao que

está acontecendo com os jogos no Brasil. Qual é o meu entendimento? Diz respeito a um fato determinado, a um objeto da CPI. Se o dono de uma casa de bingos patrocina esse tipo de atividade, temos de trazer a devida contribuição. Caso a Polícia Federal diga à CPI que tem absoluto controle e alcance das investigações em relação à atividade do bingo e à máfia da arbitragem e que pede 30 dias para concluir mais alguma coisa, estarei plenamente satisfeito. Caso contrário, não vejo razão para que não haja a convocação desses senhores. Creio que é uma contribuição à Polícia Federal e ao Ministério Público no que diz respeito a essa atividade. Foi esse o meu propósito. Já em relação a Santo André insisto na opinião de que – e respeitando a maioria que entende o contrário – não é, de fato, um caso para a CPI dos Bingos, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães. Há que se pensar se é o caso ou não de uma CPI de Santo André. É respeitável e plenamente adequado esse raciocínio. No entanto, quando estamos caminhando para isso, há a suposta acareação do Sr. Gilberto Carvalho com os irmãos. São depoimentos tão antagônicos! Qual será a contribuição da acareação entre esses personagens de uma investigação? Acho que é um caso de polícia. É um caso para a Polícia Federal, para o Ministério Público. Eles podem colaborar e avançar nas investigações. Lamentavelmente, V. Ex^a não pôde ver o depoimento dos delegados. Tenho certeza de que sua conclusão, de que seu entendimento sobre o caso Santo André, seria de outra natureza que não a que está sendo enfocada. É a minha impressão. Creio que aquele caso é muito grave. Na minha manifestação durante a CPI, fui claro com o Sr. João Daniel. Eu não iria ali tratar de dúvidas sobre o desempenho pessoal, ético e da vida dele, porque preferia focar a dor da família pela perda de um irmão, que eles acham que tem de ser melhor elucidada. No entanto, há várias interpretações sobre tudo o que ocorreu e está ocorrendo ali. Agora, eu não quis, naquele momento...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, tomei a decisão de prorrogar por mais cinco minutos, pela importância do debate e do assunto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Então, eu jamais gostaria de transformar aquela CPI em um fato político para denegrir imagens, honras ou qualquer coisa. Meu propósito tem sido este: mesmo como minoria lá, tenho procurado, em vez de criticar as divergências que te-

nho com os Senadores, construir o entendimento, a sensibilização, para encontrarmos o melhor caminho para a CPI. V. Ex^a viu os jornais interpretando a CPI do fim do mundo e adjetivando. Não tenho participado disso, porque quero ajudar a CPI achar a melhor maneira de conduzir aquilo que é um fato grave da vida nacional. Santo André é tão ou mais grave do que a própria CPI dos Bingos, no meu entendimento, mas vamos investigar sem fazer confusão com fatos políticos. É só essa a preocupação que tenho tido. Agora, não estou entendendo por que não está apropriada a convocação do juiz e do dono da casa de bingo para a CPI dos Bingos, pois considero uma contribuição para a Polícia Federal e o Ministério Público. Por exemplo: a Polícia Federal e a delegacia de polícia de São Paulo disseram que o caso de Santo André estava concluído. Agora, porém, a Secretaria de Segurança de São Paulo diz que tem de ser reaberto. Então, que se reabra. Tenho pautado o meu raciocínio e o meu acompanhamento ali nesses termos. Não sei onde pode estar a divergência com os meus pares.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Tião Viana, concordo com V. Ex^a inteiramente. Não temos divergência quanto a isso, não. A convocação do juiz de futebol e dos empresários que estariam envolvidos cabe perfeitamente. No entanto, indignação da sociedade jamais permitiria que as nossas consciências priorizassem o depoimento dessas pessoas, que estão sendo investigadas, como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães, com propriedade e tempestivamente pela Polícia Federal, a qual pode chegar, nos próximos dez dias, a conclusões definitivas. Não pode um assunto rumoroso como o de Santo André que tem claras ilações... Senador Tião Viana, o dinheiro miudinho tanto pode vir de transporte coletivo como pode vir de jogo do bicho. Ninguém sabe ainda. A ilação está aí. Por isso, estamos investigando.

Esse assunto tem de ser suficientemente esclarecido, porque a população quer provas. Temos obrigação de buscar provas. Se não as encontrarmos, não há culpados, mas nós buscamos e cumprimos com a nossa obrigação.

Nesse caso, Senador Tião Viana, há claríssimos indícios de extorsão, de evasão de divisas e de inclusão...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já o ouço, Senador Garibaldi Alves Filho, Relator da CPI dos Bingos.

Há claríssimos indícios de prática de crimes que podem levar tranquilamente a candidaturas que não

possam ser postas, segundo a Lei das Inelegibilidades.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho, a quem peço desculpas pela demora na concessão do aparte.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, porque sei que o tempo está limitado, mas a tolerância do Presidente, Senador Mão Santa, prevalece. Nesse novo escândalo da máfia dos jogos de futebol com relação à arbitragem, acho que a primeira providência da CPI seria pedir a apuração que está sendo realizada pelo Ministério Público e pela Polícia Federal...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, aprendi em Medicina: *ni jamais et ni toujours*. A Matemática, toda vez que entra em Medicina é desmoralizada. E estou vendo que aqui também.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Ex^a é médico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas a sua inteligência sempre é respeitada. Então, pela sua inteligência e generosidade, lembro que há oradores inscritos pacientemente esperando: Senador Cristovam Buarque e o próprio Senador Garibaldi Alves Filho.

Eu, particularmente, gostaria de ouvi-lo dias e dias.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigando.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Já vou concluir, Presidente. É só para dizer que a primeira providência deveria ser esta: pedir ao Ministério Público que mande o que está sendo apurado. É o que vou solicitar amanhã à CPI.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo esclarecimento que seu aparte traz ao debate que ora travamos. É oportuno porque põe um fecho na discussão a que estamos procedendo, com a opinião do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Tião Viana, com a opinião de V. Ex^a e com a minha própria opinião.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela tolerância do tempo. Vejo-me na obrigação de mencionar a iniciativa que vou tomar de todo jeito, amanhã, porque temos a rara oportunidade de ver o começo, o meio e o fim num assunto que é uma espécie de súmula de tudo o que estamos investigando sobre corrupção, na CPMI dos Correios, na CPMI do Mensalão e na CPI dos Bingos, porque há uma alta autoridade do PT, o ex-Prefeito Celso Daniel e seus irmãos, que não são

filiados, mas são irmãos de alta autoridade do PT, que era uma estrela de primeira grandeza do PT, que permitia a coleta de dinheiro a partir de doadores que, extorquidos ou não, davam dinheiro, que chegava ao PT nacional, transportado pelo hoje Secretário particular do Presidente da República, um homem que está em contato o tempo todo com o Presidente. Assim, não é possível que não saiba como se comporta o seu secretário particular! Isso não é possível! E que se chegue a uma conclusão! Se a empresa contratada concluir que esse dinheiro chegava ao Banco Merchant e, desse Banco, irrigava contas do PT, há inelegibilidades claríssimas, evasão de divisas, tráfico de influência, extorsão, um saco cheio de práticas de crimes, com provas, com comprovações, com depoimentos e com papéis.

Para cumprir a minha obrigação, vou solicitar amanhã a acareação dos dois irmãos com o Dr. Gilberto Carvalho.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a fazer uso da palavra o orador inscrito Senador Professor Cristovam Buarque, do PDT, representando o Distrito Federal.

V. Ex^a, regimentalmente, tem 15 minutos para usar da palavra. Evidentemente, não vamos evitar que o povo possa ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 15 minutos serão suficientes. Antes, porém, quero agradecer ao Senador Garibaldi Alves Filho, que me cedeu a oportunidade de falar neste momento.

Sr. Presidente, vou falar de coisa rara neste País: heróis. V. Ex^a, que estuda História e conhece bem a história de outros países, sabe como é raro o fenômeno do herói no nosso País. Vou falar de dois heróis: um deles nasceu em Corumbá, em 1912; o outro nasceu em Marajó, em 1947. O primeiro queria ser médico, como V. Ex^a, mas terminou seguindo a carreira militar, em que ingressou em 1930. O outro herói entrou no seminário, mas, inquieto, depois, fez o curso de Engenharia Agrícola no Chile.

O primeiro herói, que nasceu em 1912, em 1935 foi preso por fazer parte da chamada Aliança Nacional Libertadora – ANL, que lutava contra a ditadura existente naquele momento. O segundo herói também entrou na ANL, aos 18 anos, para lutar contra outra ditadura que havia naquele momento, que era a ditadura militar.

O primeiro herói foi para a Espanha depois, onde lutou pelo Partido Comunista Brasileiro para tentar impedir a vitória da ditadura de Franco. Não se con-

formou em lutar pela liberdade na Espanha e foi lutar pela liberdade na França, contra os invasores nazistas. O outro herói, participando da Aliança Nacional Libertadora, fez a guerrilha no Bico do Papagaio, no norte do antigo Goiás, hoje Tocantins, lutando pela democracia no Brasil.

O primeiro herói, que nasceu em 1912, voltou ao Brasil em 1946 e, em 1968, fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Foi preso em 1970, tendo de se exilar na Argélia e, depois, na França. O outro herói, o herói mais jovem, o herói que nasceu em Marajó, foi preso também, no mesmo ano, em 1970, e teve de ficar dez anos no exílio. Foi exilado no Chile, de onde – após o golpe contra o Presidente Allende – foi obrigado a ir para o Canadá.

São duas carreiras, Senador Antonio Carlos Magalhães, distanciadas no tempo, mas extremamente semelhantes. Enquanto o primeiro herói estava na Argélia, o segundo herói teve de ir para Moçambique. Estava em Moçambique quando foi anistiado, da mesma maneira que estava na Argélia o outro herói.

O primeiro herói, o que nasceu em 1912, morreu aos 95 anos, no dia 23 de setembro, na semana passada. O outro herói de quem falo foi cassado como Senador da República, na quinta-feira, 22 de setembro. O primeiro herói tinha por nome Apolônio de Carvalho; o segundo herói chama-se João Capiberibe.

O primeiro herói saiu de cena, por vontade de Deus, aos 95 anos, depois de uma vida gloriosa, depois de uma luta heróica. O segundo herói saiu, aqui, da nossa companhia não pela vontade de Deus, mas por um voto, Sr. Presidente, por um voto de diferença no TSE. Se um juiz tivesse ficado ao lado dele, teria sido empate, e, certamente, o Presidente teria respeitado os eleitores.

Sr. Presidente, vim falar de dois heróis, mas vim falar também de uma grande preocupação: em nome da ética, foi cassado um companheiro nosso. Foi cassado, em nome da ética, porque duas pessoas denunciaram que ele teria vendido seus votos por R\$20,00. Essas duas pessoas, depois, disseram que não tinha ocorrido aquilo e que tinham sido usadas para que se criasse um constrangimento jurídico para cassar o companheiro Capiberibe, Senador da República pelo Estado do Amapá.

Isso não entrou no julgamento, porque a terrível palavra “tecnicidade”, de que a Justiça se envergonha, não permitiu que fossem levadas em conta essas decisões. Todos disseram, comentaram que o companheiro, o amigo, o Senador Capiberibe perdeu o seu mandato por tecnicidade, porque não foi bem defendido, porque, na Justiça, o seu processo não seguiu com o cuidado devido. Ou seja, a democracia brasi-

leira, cuja conquista se deu também pela luta desses dois heróis, depende de quanto se ganha e de quão competentes são os advogados.

Vim aqui, Sr. Presidente, falar de dois heróis e da democracia. Somos Senadores da República, temos de respeitar, sim, o Poder Judiciário, mas também temos de ser respeitados pelo Poder Judiciário. Dentro de algumas horas, de alguns dias, no máximo, chegará aqui a determinação da Justiça, para que nós, Senadores, por intermédio da Mesa, digamos ao Senador Capiberibe que ele não é mais Senador.

Será a primeira vez, Senador Antonio Carlos Magalhães, que isto acontecerá: a cassação vinda por lei recente, com boas intenções. Essa será a primeira vez em que isso ocorrerá. Quero saber se a Mesa vai pura e simplesmente despachar ou se a Mesa vai pelo menos dar, como está na Constituição, o direito de defesa ao Senador Capiberibe. E quero saber se, nessa defesa, o julgamento é apenas por technicalidades ou por uma questão, de fato, de ética e de justiça. Se fosse uma questão de ética e de justiça, eu não estaria aqui defendendo nem o Senador Capiberibe nem nenhum outro.

Não podemos, em nome de uma lei bem intencionada, que foi fruto, se não me engano, de um abaixo-assinado neste País inteiro, deixar que se abra uma brecha, pois, a partir de agora, qualquer um de nós aqui pode perder o mandato se duas pessoas disserem que vendemos o voto por R\$20,00 – poderemos perder os nossos mandatos por não sermos bem defendidos no processo de cassação.

Ainda mais grave, Sr. Presidente, é que faz poucos meses que outro político também ameaçado de cassação foi absolvido depois que se mostraram documentos em que teria usado milhões de reais dos cofres públicos para a sua campanha.

Não vou julgar a absolvição desse, que passou. Não, em nenhum momento me interessa julgar. O que eu quero julgar é a desigualdade na dimensão dos fatos, sobretudo a desigualdade na dimensão das decisões. É isso que temos de analisar.

Não estou dizendo – muito pelo contrário – que deixemos de cumprir. Ao contrário, temos de cumprir as decisões. Mas são dois Poderes. Vamos dialogar e saber por que, de fato, o nosso colega Senador Capiberibe foi cassado. Temos de cumprir as leis, temos de cumprir as decisões judiciais, mas temos de tomar conhecimento delas com cuidado. Não podemos ficar alheios e apenas ouvirmos, sem sermos informados corretamente e sem termos, aqui nesta tribuna, enquanto ele for Senador, a sua defesa.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares, que me solicitou.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)
– Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a está falando de um assunto que muito nos entristece, principalmente porque se refere à figura de um dos maiores Senadores da República e, como disse V. Ex^a, um verdadeiro herói, que colocou a sua vida e a de sua família em perigo, em defesa da liberdade e da democracia. Por isso, foi preso e exilado. Voltou a sua terra natal, o Estado do Amapá, para, depois de ser liberado em virtude da anistia geral concedida neste País, candidatar-se a Prefeito e, em seguida, a Governador do seu Estado e a Senador. E trouxe consigo, eleita a Deputada Federal mais votada no Estado do Amapá, a Deputada Janete Capiberibe, que também foi atingida por essa decisão da Justiça. É bom que se registre que os dois, tanto o Senador quanto a Deputada, não conheciam pessoalmente as testemunhas que foram a juízo acusá-los de compra de voto, mesmo porque, depois dessa acusação, dessa denúncia, as mesmas testemunhas foram flagradas numa gravação pedindo dinheiro para se arrependerem. E afirmaram nessa gravação, Senador Cristovam Buarque, que haviam participado de uma trama urdida por adversários de Capiberibe, e que teriam recebido benefícios para participarem desse projeto da cassação de mandato do casal Capiberibe. Logicamente que, como disse V. Ex^a, por uma fragilidade da defesa, essas provas tão contundentes não puderam constar da defesa do Senador; antes pelo contrário, isso foi utilizado como instrumento para acusar o Senador de que estaria pressionando as testemunhas, quando a gravação revelava que aquelas testemunhas estavam propondo uma negociata para darem um outro depoimento e afirmavam peremptoriamente que haviam participado de uma trama, urdida pelos seus adversários, para obterem a cassação do Senador Capiberibe e da Deputada Janete. Enalteço V. Ex^a pela coragem. V. Ex^a não é do nosso Partido e não teria nenhuma obrigação, como companheiro, de fazer isso. V. Ex^a faz isso em defesa da instituição, das prerrogativas do eleitorado, das prerrogativas do Senado Federal. De fato, uma ação direta de inconstitucionalidade seria da maior importância neste momento para provocar o Judiciário a respeito do art. 41-A, porque há Ministros do Supremo que, em votos concedidos em ações outras, têm demonstrado a incompatibilidade jurídica do art. 41-A com a Constituição, porque, como V. Ex^a assinou, o art. 55 da Constituição diz que, por uma decisão do Tribunal Eleitoral, o Deputado ou o Senador, antes de ser decretada a perda do seu mandato pela Mesa, tem direito à ampla defesa. Isso está na Constituição. Ora, se para cassar um Deputado ou um Senador é preciso que se obedecem aos trâmites constitucionais, como é que uma lei ordinária pode cassar o mandato

legitimamente conquistado de um Deputado ou um Senador, como foi o caso do Senador Capiberibe e da Deputada Janete? Eles fizeram uma eleição limpa e todos sabemos da pobreza do nosso Capiberibe. É um homem que terá dificuldades para sobreviver economicamente depois desse resultado. Saindo daqui do Senado Federal, o Senador e sua esposa terão que se virar para conseguir sobreviver, para comer, pagar aluguel da sua casa, manter a sua família, porque se trata de um homem pobre. Um homem que pregou, e colocou em prática no seu governo – inclusive aprovamos aqui no Senado um projeto de lei de sua autoria nesse sentido, V. Ex^a também acompanhou o trabalho dele –, uma maior transparência em relação à aplicação dos recursos públicos. Lá no Estado de S. Ex^a, tudo que se gastava no governo era registrado na Internet imediatamente – os empenhos e todas as despesas do Estado. Foi o primeiro Governador que fez isso na história do Brasil, em defesa da transparência, da ética, da decência e da boa aplicação. E, para terminar, Senador Cristovam Buarque, ele enfrentou no Governo forças poderosas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ... que se moviam na direção do narcotráfico, da corrupção...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vou conceder mais alguns minutos a V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, pela importância do tema.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – ...forças que queriam aprisionar o Governador do Estado. E ele enfrentou processo de *impeachment*, processo para tirá-lo do Governo. Certamente, por causa da sua coragem, ele arranhou muitos inimigos. Esses inimigos é que hoje estão comemorando a cassação do seu mandato. Eu sei que, há dois anos, quando começou esse processo, na casa de um parlamentar já se comemorava essa cassação pela Justiça. Antes de a Justiça tomar a decisão, já promoviam uma noite de queijos e vinhos – eu não fui convidado e não podia sê-lo –, na casa de um parlamentar, comemorando por antecipação a cassação e, vamos dizer assim, o ferimento político do casal Capiberibe, num desrespeito à Justiça do nosso País. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares, agradeço a V. Ex^a o seu aparte e concluo dizendo, mais uma vez, que precisamos respeitar o Poder Judiciário, mas temos, sim, a obrigação, como Casa, de ouvirmos o Senador João Capiberibe. Temos obrigação de fazer respeitar a Constituição, que dá ao Senador o direito de defesa.

Senador Antonio Carlos Valadares, vim aqui, mesmo sem ser do Partido, por causa da democracia, por causa desta Casa e por causa da História. Passados alguns anos, essa história será escrita e quero que saibam de que lado eu estava, quero que saibam que eu estava do lado do Senador João Capiberibe. Com toda responsabilidade que isso implica, porque defendo, sim, a ética. Mas não sei se estarão de um lado bonito aqueles que julgaram a cassação dele. Tenho certeza de que tanto o Senador quanto o outro herói a que me referi, chamado Apolônio de Carvalho, esses dois vão estar em boas companhias quando a história for escrita.

Há ainda um pedido de aparte, que consulto o Presidente se o autoriza.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabei de prorrogar, por mais cinco minutos, o tempo de V. Ex^a, devido à importância do tema e à coragem de V. Ex^a, que engrandece o Poder Legislativo e o Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Muito obrigado.

Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permita-me incluir no seu discurso uma reflexão, que é a seguinte: é preciso que as coisas andem rapidamente no País, no Poder Judiciário, principalmente porque o Poder Judiciário permite a uma pessoa se candidatar; ela se candidata, ganha a eleição. Depois de vencida a eleição, muito tempo depois, vem a punição? Creio que, positivamente, isso é uma injustiça. O povo não pode ser levado ao erro. É isso o que digo. O povo está votando no cidadão cuja documentação está devidamente registrada no Poder Judiciário. Então, nesse período, o Poder Judiciário já deve ter julgado todos os processos dos candidatos. Se, depois, ocorreu algum fato novo durante a eleição, temos de ter um prazo para apurar. Esse tempo não pode ser indeterminado, porque o crime, o ilícito, pode ser praticado, Senador Cristovam Buarque, durante o período da campanha. Nesse caso, está certo, não dá tempo para o Poder Judiciário apurar. Mas não dá tempo até a posse do cidadão? Eis a grande indagação. Penso que os fatos precisam ser julgados rapidamente. É só uma consideração que trago ao pronunciamento e à solidariedade que V. Ex^a empresta ao casal Capiberibe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido – DF) – Eu lhe agradeço.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que vou transformar o meu discurso em um requerimento, para que a Mesa assegure ao Senador o que a Constituição prevê, que é o amplo direito de defesa dele diante dos seus Pares.

Não entro com o requerimento neste momento, porque quero tentar colher a assinatura de outros Senadores e de alguns Líderes, mas, se eu não conseguir isso, entregarei o requerimento com a minha assinatura.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado pela generosidade de V. Ex^a em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, quero dizer a V. Ex^a que quero assinar o documento.

Senador Antonio Carlos, quis Deus que eu estivesse presidindo a sessão e que V. Ex^a estivesse presente. V. Ex^a, queira ou não, é um dos homens mais importantes desta Pátria, tanto em relação ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, porque V. Ex^a é o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Este assunto, trazido à baila, é deveras importante, e só uma pessoa com muita coragem, como V. Ex^a, tem de enfrentá-lo. Entendo bem desse assunto. Por isso, quis Deus, neste momento, que eu estivesse presidindo esta Casa.

A razão da existência dos Três Poderes é para um frear o outro. E, nesse caso, não está havendo freio, não. O Poder Judiciário está passando como um trator sobre o Poder Legislativo. Portanto, um Poder existe para frear o outro.

Senador Antonio Carlos, V. Ex^a tem relevantes serviços prestados a esta Pátria. Creio que é hora de se fazer uma lei boa e justa. As cassações injustas de prefeitos, que proliferam por muitos interesses, deveriam ter um freio. O Poder Legislativo existe para frear o Judiciário e vice-versa, assim como o Executivo. Deveria haver um “aprove-se” da Assembléia Legislativa. No caso de Governador de Estado, um “aprove-se” do Senado.

Digo-lhe isso com experiência. Fui prefeitinho, e havia abusos de ordens judiciais contra os sem-terra. No fim, eles iam buscar apoio junto aos políticos, em quem eles acreditavam. E havia erros, havia falcatruas. Como Governador do Estado, também freei os mesmos abusos.

Então, um Poder existe para frear o outro. O que está havendo neste instante não é um freio, mas a passagem de um trator sobre um Poder.

Essas são as nossas reflexões.

Está presente Antonio Carlos Magalhães, cuja coragem faz com que o povo brasileiro reflita sobre os Três Poderes. Temos de ter respeito em relação aos outros Poderes e deve haver harmonia entre eles.

Dando prosseguimento à sessão, concedo a palavra ao orador inscrito Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do Estado do Rio Grande do Norte.

V. Ex^a, regimentalmente, tem o direito de usar da tribuna por quinze minutos, mas jamais cortarei a palavra de um Senador tão brilhante e necessário ao Nordeste.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido.

Novamente, quero abordar um assunto que sempre nos traz a esta tribuna. Não apenas eu, mas todos os Senadores das Regiões Nordeste e Norte. Sempre fazemos questão de enfatizar o problema da desigualdade no Brasil e sempre com a esperança de termos a atenção devida por parte das autoridades, principalmente as federais.

Sr. Presidente, vou ler, de forma rápida, como já disse, trechos de uma entrevista do economista Guilherme Perry, precisamente o economista chefe do Banco Mundial para a América Latina. Ele afirma, para tristeza nossa, que: “ ‘é impossível esperar uma solução no curto prazo’ para o problema da desigualdade social no Brasil e defende o Programa Bolsa-Família como um dos mecanismos mais eficientes no combate à pobreza”.

Diz ele:

A diminuição das desigualdades é difícil e leva muito tempo. A desigualdade persiste na região desde o tempo colonial, com melhoras e pioras ao longo dos séculos. Isso mesmo em regimes econômicos completamente diferentes: fechados, abertos ou com muitos investimentos. A desigualdade não mudou. Por isso, é impossível esperar uma redução no curto prazo. No médio prazo, o principal fator de redução será o crescimento.

Mas é preciso atacar os fatores intrínsecos da desigualdade. O mais importante, hoje, é dar aos pobres mais acesso à educação, mas isso significa que os efeitos sobre a desigualdade acontecerão somente daqui a uma geração. Por isso, é preciso tentar dar mais acesso à infra-estrutura e aos serviços públicos, à terra, a melhores escolas básicas e a créditos.

O segundo ponto importante é o próprio Estado ter um plano para uma distribuição de renda mais igualitária. Esse nunca foi o papel do Estado na América Latina, onde os governos nunca usaram corretamente os dinheiro que arrecadam em impostos.

Sr. Presidente, há poucos dias, eu trouxe dados levantados pela Comissão de Desenvolvimento Regional. E é bom que se diga que esses dados foram levantados pela Comissão de Desenvolvimento Regional porque esta Comissão foi uma iniciativa das mais oportunas, adotada no Senado Federal. Eu trouxe dados que mostram que o BNDES aplicou 9% no Nordeste, em 2003, e 7%, em 2004, enquanto que nas outras regiões do País as aplicações superaram em muito tudo isso.

Outros dados que merecem ser considerados, para termos diante de nós essa travessia, esse hiato que nos separa – as Regiões Norte e, sobretudo, Nordeste – de um Brasil mais rico, que são as Regiões Sudeste e Sul, Presidente Mão Santa, são os de poupança e empréstimos para a construção de unidades imobiliárias. Também esses dados foram levantados na Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pelo Senador Tasso Jereissati e tem prestado uma grande contribuição ao estudo e ao debate dos problemas do nosso País, principalmente no que toca às desigualdades regionais.

Veja bem, Sr. Presidente, que na Região Nordeste, como depósitos em poupança, foram aplicados R\$13.055.138.000,00, que correspondem a 10,33% de 100% dos depósitos em todo o País. Mas saibam V. Ex^a e meus ilustres Pares que apenas 4,33% desses 10,33% foram aplicados no Nordeste, quer dizer, houve uma migração para onde já havia uma aplicação, como a Região Sudeste, de 81,4%.

Quero-me fazer entender: enquanto na nossa Região Nordeste 10,33% dos depósitos de poupança eram aplicados, apenas, em construção e aquisição de unidades habitacionais, num total de 4,33%, na Região Sudeste depósitos da ordem de 66,33% foram aumentados para 81,04%. De onde vieram esses recursos, esses depósitos? Foram das regiões mais pobres para as mais ricas. É uma espécie de Robin Hood ao avesso – conhecemos muito bem a lenda de Robin Hood, que tirava dos ricos para dar aos pobres.

Os representantes das sociedades de empréstimo e poupança que vieram à Comissão de Desenvolvimento Regional mostraram que a situação é, realmente, de grande disparidade. É um grande absurdo nós, do Nordeste, estarmos financiando a poupança do Sul do País. Só faltava mais essa para completarmos um quadro que é dos mais deprimentes, mas que não nos deve levar à atitude de lamentação. Deve-nos levar, sim, à atitude de protesto, para exigirmos das autoridades uma saída e uma solução para esse problema.

Então, eu não queria deixar que o que foi apresentado na Comissão de Desenvolvimento Regional ficasse registrado apenas nos seus Anais, mas que

se pudesse ter uma idéia de por que a nossa Região não cresce, não crescerá, nem fará cair as desigualdades no curto prazo. Essa situação inviabiliza e impede qualquer pretensão nossa. Por mais que venhamos a aumentar o nosso Produto Interno Bruto, jamais teremos condições de tentar uma equalização ou melhoria qualquer de índice de dados com relação ao desenvolvimento da nossa Região e à queda das desigualdades no nosso País.

Sr. Presidente, eu gostaria de patentear essa questão e esclarecê-la bem para que se veja, realmente, como a nossa Região e o nosso País não são pobres. O que acontece é o que chamamos de injustiça. O nosso não é um País pobre, mas injusto. Como é que se arrecadam, na nossa Região, 10% da poupança nacional, em termos de financiamentos de empréstimos habitacionais, e nela se aplicam apenas 4%, enquanto que no Sudeste do País há uma poupança de 66,33% e se aplicam 81,04% da poupança geral? São 83 bilhões sendo investidos, nesse total, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Deixo a tribuna, Senador Mão Santa, e digo que todos nós que defendemos essa Região devemos estar por demais atentos para o exame dessas questões.

Quero-me congratular porque esses são dados oficiais do Banco Central e da Sociedade Brasileira de Poupança, Empréstimo e Financiamentos Imobiliários, por unidade da Federação. Não falei dos dados por unidade da Federação porque seria número demais, mas citei os dados por Região, mostrando a existência dessa situação de absoluta injustiça para com a nossa Região.

Por último, Sr. Presidente, também não sou do Partido do Senador Capiberibe, mas fui seu colega no Senado durante esses meses. Nosso convívio me deixou a impressão de ser ele um homem voltado para os problemas da sua região, estudioso, esforçado, um ex-Governador como nós fomos, e só posso lamentar e me associar ao que disse o Senador Cristovam Buarque em seu discurso. Creio que esse não é um sentimento isolado meu, do Cristovam e até do Senador Antonio Carlos Valadares, que é o Líder do seu Partido, mas de todos aqueles que conviveram com o Senador Capiberibe e que lamentam esse desfecho adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, agora, essa decisão do Supremo Tribunal Federal de mandar arquivar o seu recurso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos nos solidarizar, em todos os aspectos, com o pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho. Primeiro, ao mandato do Senador João Capiberibe; segundo, quanto à desigualdade que se alarga. Em 1980, a diferença entre o Sul e o Nordeste era quatro

vezes o valor do salário mínimo. O IBGE anuncia que agora a diferença do maior salário, que é o de Brasília (renda **per capita**), e o menor, que é o do Maranhão, é 8,6 vezes. Então, cada vez se distancia mais, cada vez há uma desigualdade maior, cada vez nós temos dois Brasis: um rico e outro em dificuldade.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB e do Estado de Sergipe.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o uso da palavra, de acordo com o Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do Bloco/PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, falo pela Liderança do PSB. Ainda continua como Líder do nosso Partido nesta Casa, enquanto a Mesa não decretar a perda do mandato, o Senador João Capiberibe.

Aliás, Sr. Presidente, quero fazer um pequeno reparo, porque, no meu aparte e também no discurso do Senador Cristovam Buarque, não ficou muito claro a respeito de quem, por último, estava defendendo a causa do Senador Capiberibe e de sua esposa, a Deputada Janete.

Posso assegurar que os advogados que defenderam o casal Capiberibe, tanto no Tribunal Superior Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal, são da maior competência, do maior crédito intelectual e jurídico. Trata-se do ex-Ministro Paulo Saraiva da Costa Leite, que foi contratado pelo PSB quando a questão já estava no Tribunal Superior Eleitoral e as provas já haviam sido colhidas lá, no Estado do Amapá, onde o Dr. Costa Leite não teve nenhuma interferência inicialmente na formação do processo, que já estava em andamento. Ao lado dele, estava o Dr. Rollemberg, também um dos mais eficientes e jovens advogados, da maior respeitabilidade e também do maior conceito jurídico no âmbito local e nacional.

Faço esse reparo, Sr. Presidente, para que não se pense que o nosso Capiberibe não tenha sido bem defendido. Foi bem defendido. Conseguiram manter o debate jurídico em torno da questão, por meio de liminares, tanto no Tribunal Superior Eleitoral quanto no Supremo Tribunal Federal, por quase dois anos e meio, os seus constituintes, numa prova evidente de sua competência, da argumentação vasta, do ponto de vista jurídico, que conseguiram apresentar às instituições do Poder Judiciário em nosso País: o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo Tribunal Federal.

Aguardamos, portanto, que a Mesa receba a comunicação da Justiça. Somente após essa comunicação é que daremos conhecimento à Casa das

providências que iremos requerer à Mesa, no sentido de dar ao Senador Capiberibe a mais ampla defesa, conforme está inscrito em nossa Carta Magna, em nossa Constituição.

Esperamos, portanto, que esse pronunciamento da Justiça oficialmente chegue ao Senado Federal, para que o nosso Partido, ao lado de outros tantos, que estão somados ao Senador Capiberibe, possa instar e requerer o que entende de direito à Mesa do Senado Federal, que tem o Presidente Renan Calheiros agindo com a maior seriedade, probidade e espírito de justiça e que haverá de conduzir essa questão nos trâmites constitucionais e regimentais.

Mas, Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para falar sobre um assunto que está deixando os Municípios brasileiros numa situação verdadeiramente caótica, vexatória. Refiro-me à redução drástica da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios.

Tomei conhecimento, por exemplo, Sr. Presidente, de que, no meu Estado, a maioria dos Municípios está no coeficiente 0.6 e 0.8. Receberam a primeira parcela, em torno de R\$100 mil a R\$120 mil, do Fundo de Participação dos Municípios. Agora, na segunda parcela, receberam algo em torno de R\$11 mil. Isso significa, Sr. Presidente, atraso no pagamento de salários, atraso na prestação de serviços públicos indispensáveis, como saúde e remédio para a população mais carente. Significa um grande paradeiro, um grande desespero que se apossou das administrações municipais após a queda brusca e até agora inexplicável do Fundo de Participação dos Municípios.

Sr. Presidente, não é possível que os prefeitos municipais, sacudidos por essa verdadeira tragédia que se abateu sobre as suas finanças, não recebam as devidas explicações e não sejam devidamente orientados pelo Ministério da Fazenda. O Ministério deveria mandar a cada um dos mais de 5,5 mil prefeitos que existem em nosso País um detalhamento, um esclarecimento, uma carta, um ofício, seja lá o que for, porque eles merecem uma explicação, e essa explicação seria utilizada como instrumento para que também os prefeitos municipais prestem contas às suas populações, que estão sofrendo as conseqüências dessa queda, como eu disse, inesperada e inexplicada do Fundo de Participação dos Municípios.

A minha palavra, então, Sr. Presidente, neste instante é de solidariedade aos prefeitos municipais do Brasil inteiro, do meu Estado de Sergipe, que estão passando por agruras que não podemos traduzir em palavras e por uma crise financeira sem precedentes.

Um Município pequeno, que depende do Fundo de Participação como a sua maior receita para a realização de obras e serviços, ter uma redução tão descomunal como esta, de mais de 80% de sua receita num mês, significa dizer que todo um planejamento feito para a realização de gastos nas administrações municipais foi por água abaixo, e isso aconteceu em todo o Brasil. O prefeito que teve essa redução tão drástica e não recebeu uma explicação sequer do órgão responsável pela distribuição do Fundo de Participação, que é o Ministério da Fazenda, deve estar seriamente decepcionado com as autoridades constituídas deste País.

Portanto, aproveito o ensejo para fazer esse pedido ao Ministro da Fazenda, ao Ministro Antonio Palocci, que deve estar muito preocupado com a economia do nosso País, que deve estar cuidando do risco Brasil, da queda da inflação e de macroproblemas da economia brasileira. É preciso que S. Ex^a, a quem respeito muito pela forma equilibrada como vem conduzindo a economia do Brasil, se debruce também sobre os microproblemas, porque os Municípios brasileiros, principalmente os pequenos, que vivem quase exclusivamente da receita do Fundo de Participação dos Municípios, precisam de uma explicação, de um alento. E esse alento deve nascer, Sr. Presidente, por intermédio da reforma tributária, que está na Câmara dos Deputados – ainda não chegou ao Senado Federal – e que atribui um acréscimo, se não me engano, de 1% da receita do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Essa receita, sem dúvida alguma, contribuiria para amenizar o sofrimento dos Municípios brasileiros.

Por isso, aproveito a oportunidade para pedir ao nobre Líder do PMDB, uma pessoa identificada com os Municípios do Brasil, que promova algum meio de os prefeitos tomarem conhecimento sobre a razão dessa redução tão drástica, que os está deixando em verdadeira polvorosa, sem saber o que devem fazer este mês para pagar seus compromissos.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna, a providência que, tenho certeza, tomará junto ao Governo Federal. Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Se V. Ex^a me permite um aparte, diria que essa redução deveu-se à restituição do Imposto de Renda, que nos anos anteriores...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ney Suassuna, sei que V. Ex^a é como um

anjo, não tem costas, mas o Regimento diz não se pode falar de costas para a Mesa, para Cristo e para Rui Barbosa.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, realmente sei que o Regimento não permite que o Senador fale de costas. Eu estava meio de lado, mas assim fica melhor. Sei também que o Regimento permite falar sentado em caso de aparte. Quero dizer a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, que foi por causa da devolução do Imposto de Renda. Ela ocorria sempre escalonada, mas aconteceu de uma só vez, gerando uma enorme queda – 88%, para uma prefeitura 0,6. Ou seja, a prefeitura que tinha de receber R\$82 mil em média recebeu R\$5 mil, mas tinha de pagar R\$18 mil à Câmara de Vereadores na mesma data. Foi uma quebra geral. Mas isso não se aplica só aos Municípios: aos Estados também. Já votamos a favor daquele 1% que V. Ex^a está falando. O projeto está na Câmara dos Deputados, onde ainda não foi votado. Esta semana começa um protesto geral dos prefeitos, que vai ter o nosso apoio e tenho certeza de que o de V. Ex^a também, porque isso está errado. A Prefeitura de Catolé do Rocha, cidade com aproximadamente 32 mil pessoas, recebeu zero. E isso não basta; veja V. Ex^a que dureza: a prefeitura perde o fundo, não cumpre a Lei de Responsabilidade Fiscal por causa do aumento do salário mínimo, perde 30% dos subsídios como punição, porque a descumpriu, e o Município fica sem condições de receber emendas de Parlamentares. Quer dizer, é queda e coice, e o cavalo ainda atropela. Quero juntar-me a V. Ex^a e dizer que isso é algo despropositado; não é possível administrar dessa forma. Exalto o discurso que V. Ex^a está fazendo em prol dos Municípios. Esta será uma semana de protesto, e estaremos unidos. Tenho certeza de que V. Ex^a estará conosco. A Federação acabou; ela é como quer o Executivo Federal e não mais Estados e Municípios. Parabéns, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna. Vamos trabalhar para acelerar a reforma tributária. O benefício do aumento do Fundo de Participação está na Câmara e, como está havendo emenda, voltará para o Senado. Que possamos dar aos Municípios essa contribuição, amenizando o sofrimento das comunidades brasileiras.

Ouçó o nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Valadares, peço o aparte, apenas para ser testemunha da força e da luta incansável que V. Ex^a tem demonstrado em benefício dos Municípios do País,

não só da sua terra. Eu relatava ao Senador Heráclito Fortes uma reunião que aconteceu, a manhã inteira, em São Paulo, entre os Prefeitos do PFL e a Liderança, em que praticamente foram expostas as dificuldades e as propostas para se conseguir algum tipo de verba da União. É tudo na mão da União. Em tese, depois de um cálculo bruto, a União fica com mais de 70% do que se arrecada no País; o Estado, com 26%, e o Município, com 4%, que poderão ser reduzidos depois dos outros cálculos. Isso é o que foi apresentado. Falaram sobre a assistência médica à família, que o Governo Federal teria obrigação de pagar por inteiro para certos grupos. Um prefeito levantou e afirmou: “Negativo; pago mais de 50%, porque a União não me dá totalmente o que pago.”

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, uma idéia poderia ser aplicada nesse caso: o Governo Federal, sabendo da situação aflitiva que os Municípios estão passando neste momento, poderia providenciar o adiantamento do Fundo de Participação dos Municípios por alguns meses.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Inclusive, contando com essa que vai ser aumentada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente. Como vai haver um aumento, poderia fazer um encontro de contas futuramente com o aumento que vai haver de 1% naquelas receitas oriundas do Imposto de Renda ou do Imposto sobre Produtos Industrializados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, ouço V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PFL – SP) – Senador Valadares, eu faço coro...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Valadares, gostaria de ouvi-lo não por minutos, mas por horas, e todo o Brasil, mas lembro que há três oradores inscritos, que estão pacientemente aguardando.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já estamos terminando, Presidente. Peço mais dois minutos.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Reforço os meus cumprimentos e fico com pena. Sinto-me mal, Senador, quando um prefeito diz: “Senador, dá para pôr uma emendazinha para mim no Orçamento?” É revoltante para qualquer um de nós, desta Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a palavra do Senador Ramez Tebet, encerro meu pronunciamento, com muita honra.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Com a minha, Senador.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, falarei em trinta segundos, com a aquiescência sempre generosa de V. Ex^a. Senador Antonio Carlos Valadares, em primeiro lugar, faço coro com o Senador Romeu Tuma, no depoimento que traz a respeito da sua luta em favor dos Municípios brasileiros, que é nossa também. Esse tema que V. Ex^a aborda é muito importante. A Federação brasileira é artificial. Pela Constituição de 1988, os Municípios tinham 19% da receita, do bolo tributário; hoje esse percentual está reduzido a 14%, e ainda acontece isso que aconteceu, no mês de setembro, com o Fundo de Participação dos Municípios. Quero aplaudir V. Ex^a. Que haja pelo menos um adiantamento, porque não é possível, os Municípios estão sofrendo. Estou chegando de Mato Grosso do Sul, Senador Valadares, e os nossos Prefeitos estão apavorados, esse é o termo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Desesperados.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Estão desesperados com a situação dos seus municípios e com a condição em que se encontram. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a e ouço o Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, não poderia deixar de apartear V. Ex^a, porque me convocaram para uma subcomissão de assuntos municipais, e, em articulação com a Confederação Nacional de Municípios, estaremos, na terça e quarta-feira, reunidos no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, para apresentar os pleitos ao Ministro Antonio Palocci, ao Senador Renan Calheiros e ao Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, para tentar viabilizar essas reivindicações municipais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aos Senadores que me apartearam.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta, neste expediente de grande comunicação.

Aos Senadores que estão inscritos, comunicação vem de comunhão, é dividir o pão. Isso tudo é de Cristo, que fez o discurso do Pai Nosso em um minuto. Vamos conceder cinco minutos para cada orador inscrito, com

inteligências privilegiadas, sabendo que tamanho não é documento. V. Ex^a, que está na tribuna, não é grande de tamanho, mas nenhum é maior em desenvoltura. Então, o tempo será de cinco minutos para cada um dos quatro oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro a minha posição e o meu sentimento contra a cassação do Senador Capiberibe.

Vejam bem: numa época desta de mensalões, de Delúbios, de valeriodutos e de fraudes até no futebol brasileiro, tivemos a oportunidade de assistir a um companheiro ter seu mandato cassado por causa da acusação de que um funcionário seu teria passado R\$25,00 para um eleitor. É um absurdo para os dias de hoje, mas, infelizmente, este é o nosso País.

Apresento meus protestos e minha solidariedade ao Senador João Capiberibe.

Sr. Presidente, gostaria de falar ainda das reportagens publicadas na semana passada sobre o estado precário em que se encontram nossas rodovias. A reportagem mostrou, como todos sabemos, que 60% das nossas estradas estão completamente intransitáveis. Não adianta o cidadão pagar imposto e esta Casa aprovar um projeto como a Cide para colocar dinheiro nos cofres do Ministério dos Transportes, que nós não teremos a oportunidade, tão cedo, de ver nossas estradas recuperadas.

No meu Estado, Sr. Presidente, a BR-101, que liga o Município de Cariacica ao Município de Serra, contorna a Capital, o Município de Vitória. E a obra de duplicação daquela rodovia está paralisada há muito tempo. A Bancada vai ao Ministério conversar com o Ministro, promessas são feitas, e nada acontece.

Apelo ao Ministro e ao Presidente da República, para que tenham um pouco de modéstia, chamem o nosso Governador, entreguem aquele trecho da BR-101 ao Estado e estadualizem – o que seria uma vergonha – um trecho da BR-101. Tenho certeza de que o Governador Paulo Hartung faria essa duplicação em tempo recorde, atendendo nossa população e evitando que muitas vidas fossem ceifadas naquele trecho por irresponsabilidade total do Governo Federal e do Ministério dos Transportes.

Com relação à enorme quantidade de buracos, Sr. Presidente, quero dizer que não é mais possível que a categoria dos caminhoneiros conviva com esse estado de coisas. Há quebra-molas por todas as partes

da BR. É um total desleixo, uma total irresponsabilidade de nossas autoridades! Já não chegam as barreiras fiscais? O motorista, ao se deslocar de um Estado como o Espírito Santo para o Pará, tem de fazer mais de 20 paradas e tirar a lona do caminhão, e, em cada barreira, são contados quantos volumes há em cima do veículo. É uma vida insuportável, vergonhosa. Somam-se a isso os buracos e esse estado de coisas a que assistimos por esse Brasil afora.

Faço um apelo ao Presidente Lula e ao Ministério dos Transportes, para que as nossas autoridades tomem um pouquinho de juízo e tenham um pouco mais de responsabilidade com essa gente tão sofrida, que são os caminhoneiros brasileiros e aqueles pobres que moram ao lado dessas rodovias e que estão vendo seus filhos, todos os dias, serem atropelados e mortos, pela irresponsabilidade e pelo desleixo das autoridades federais. As rodovias municipais e estaduais, por onde passo por este Brasil afora, Sr. Presidente, estão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos mais um minuto a V. Ex^a, para concluir.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – ...quase todas recuperadas. Meu Estado tem hoje um projeto de recuperação de estradas, e praticamente todas as nossas rodovias estão recuperadas, em boas condições de tráfego.

Por isso, fiz um apelo: Presidente Lula, passe o trecho da BR-101 para o Governador Paulo Hartung, que a nossa rodovia estará com seu problema resolvido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós é que agradecemos a competência e o espírito de síntese do orador João Batista Motta.

Convidamos o Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro, a usar da palavra. Em seguida, farão uso da palavra os Senadores Heráclito Fortes, Ramez Tebet e Leomar Quintanilha. De acordo com o combinado, S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Será o bastante, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil ontem perdeu um dos seus heróis. Trata-se de Apolônio de Carvalho, essa grande figura de brasileiro revolucionário. Eu não poderia deixar de transmitir ao Senado a tristeza que captei e escutei no Rio de Janeiro, cidade em que ele viveu os últimos anos da sua vida.

Foi um socialista autêntico, um socialista na mais autêntica expressão do termo, um socialista de alma larga e generosa, como são os verdadeiros socialistas, capaz de oferecer a sua vida pela causa da justiça popular.

Apolônio viveu acontecimentos da História Mundial, da História da Humanidade. Lutou na Guerra Civil Espanhola ao lado dos republicanos, dos socialistas. Lutou na resistência francesa contra o fascismo. Em ambos os casos, deu a sua presença e ofereceu a sua vida na luta contra o fascismo que ameaçava o mundo nos anos 30 e 40 do século passado. Viveu as situações mais duras nessas lutas, mas nunca perdeu a ternura. Ele viveu situações duras, sem perder a ternura e a grandeza, sem cair na depressão e no pessimismo, sem deixar de acreditar na causa maior pela qual lutava.

Assim é, Sr. Presidente, que o mundo hoje, especialmente os velhos socialistas do mundo inteiro, pranteia a perda deste grande brasileiro, que foi Apolônio, esse verdadeiro socialista de alma grande.

Infelizmente, quando cheguei aqui, o requerimento da Senadora Ideli Salvatti já havia sido apresentado, mas fiz questão de também firmá-lo e, desta tribuna, render homenagem a Apolônio de Carvalho e transmitir meus sentimentos à sua família, especialmente à sua esposa, D. Renée, companheira de vida e de todos esses acontecimentos.

Sr. Presidente, nestes breves minutos que V. Ex^a me concedeu, queria fazer este registro em relação à grande figura de Apolônio e também manifestar, juntamente com tantos outros Senadores que conhecem o Senador João Capiberibe, a inconformidade com essa decisão do Supremo Tribunal Federal, uma decisão que atinge a todos nós, que convivemos com ele e que podemos atestar sua integridade moral e ética. João Capiberibe também tem uma vida de luta. Não chegou ao Senado sem episódios precedentes. Foi cassado, perseguido, exilado. Tem toda uma história de luta em favor da justiça, da justiça popular e da grande causa da humanidade, que é o socialismo. Portanto, essa cassação nos deixa a todos inconformados. Essa é a verdade.

Também firmei um requerimento do Senador Cristovam Buarque, solicitando uma oportunidade de defesa para o Senador João Capiberibe no Senado Federal.

Não poderia deixar de fazer estas duas referências, Sr. Presidente, tanto em relação a Apolônio de Carvalho quanto a João Capiberibe. Agradeço a V.

Ex^a pela generosidade e aos Colegas ainda inscritos pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência agradece o cumprimento do tempo, graças à inteligência e à capacidade de síntese do orador.

Concedemos a palavra ao Senador do PFL do Piauí, Senador Heráclito Fortes.

De acordo com a combinação, V. Ex^a tem cinco minutos, e mais um de prorrogação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Mão Santa, faço um registro aqui que, tenho certeza, também o farei em seu nome. Quero registrar, com o mais profundo pesar, o falecimento, nesse final de semana, na cidade de Piri-piri, no Estado do Piauí, do ex-Prefeito de Domingos Mourão, Aluiz Viana, que foi assassinado barbaramente, com oito tiros, quando saía de uma serenata em um bar daquela localidade.

V. Ex^a, como eu, conhecíamos demais o ex-Prefeito de Domingos Mourão, que governou aquele Município por duas vezes. Sem entrar no mérito, até porque quem está à frente do caso é a Polícia Militar e a Polícia Civil do Piauí, Senador Mão Santa, quero lançar aqui o meu protesto: tem sido uma constante no nosso Estado, infelizmente, eliminarem-se vidas de prefeitos e também de ex-prefeitos.

O caso a que me refiro hoje está sendo investigado.

Vim de Piri-piri, onde participei do velório e fiz visita à família de Aluiz, com a segurança de que, nesse caso, teremos uma solução rápida. Encontrei-me com o Coronel Prado, que é um militar respeitado, homem com muita sensibilidade em elucidação de crimes dessa natureza, e ele me disse que as medidas estavam sendo tomadas, que já tinha várias pistas e esperava que, nas próximas horas, os fatos fossem esclarecidos.

Agora mesmo, passei a vista em um jornal local que circulará amanhã e que já está com a matéria no seu *site*, que diz que alguns suspeitos já foram transferidos para Teresina.

Senador Mão Santa, no exato momento em que estamos empenhados em ter uma posição com relação a essa campanha do desarmamento, é inadmissível que crimes como esse aconteçam, tirando vidas. Estive na casa do Prefeito e vi a esposa, filhos, amigos e irmãos, inconsoláveis. Nada justifica se tirar a vida de um cidadão, por mais discordância e divergência que haja. Espero que encontremos o mais rápido possível os culpados e que tenhamos no Piauí, Senador Mão Santa, uma trégua com relação a crimes dessa natureza.

za. Afinal de contas, existe a Justiça para as demandas de qualquer natureza contra os adversários.

Não estou lançando aqui nenhuma acusação, nenhuma dúvida contra quem quer que seja, até porque, no Município de Domingos Mourão – e nisso eu tive a compreensão do próprio Aluiz –, na campanha de 1982, fui votado pelos dois lados. O lado que lhe faz oposição, eu conheço, não é composto de pessoas com capacidade para esse tipo de vingança, esse tipo de comportamento. E quero fazer justiça: em todo o tempo em que estive por lá, em nenhuma ocasião se lançou suspeita contra os adversários políticos com quem ele travou embate nas eleições de 2002.

Daí por que, em nome da nossa Bancada – apesar de o Senador Alberto Silva não estar aqui, tenho certeza de que também se solidariza –, quero enviar os nossos votos de pesar, já apresentados pessoalmente, também em nome dos piauienses que representamos nesta Casa, à família do Aluiz Viana, aos seus correligionários, aos seus admiradores, ao povo de Domingos Mourão e ao povo de Piripiri, onde ele tinha residência fixa, e pedir a Deus que faça com que se dê, no Estado, um basta nesse tipo de prática, que não resolve de maneira nenhuma pendengas ou questões dessa natureza.

Faço aqui este registro na confiança de que a Polícia Civil e a Polícia Militar do Piauí encontrarão os culpados para puni-los de maneira exemplar, coibindo de uma vez por todas essa prática, que já se torna tão comum, infelizmente, em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faço minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Ontem também estive visitando os familiares e, realmente, vi todo o Piauí consternado pela perda de Aluiz, uma figura jovem, com perspectivas de grande luta no seu trabalho empresarial e na política, pois foi Prefeito de Domingos Mourão por dois mandatos, com uma excelente administração. Atitudes como essa não traduzem o sentimento cristão do povo do Piauí.

Continuando a sessão, ouviremos a palavra do Senador Leomar Quintanilha e, em seguida, do Senador Ramez Tebet, a quem o País aguarda ansiosamente ouvir.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é imperativo registrar aqui a enorme preocupação que tomou de assalto a grande maioria dos Prefeitos do meu Estado, o Estado do Tocantins.

Estou seguro, Sr. Presidente, de que essa preocupação transcendeu as fronteiras do Tocantins. Estou seguro de que a maioria dos Municípios brasileiros, que tem como sua fonte maior, a mais importante fonte de receitas, o Fundo de Participação, levou um susto enorme com a redução brutal que se processou no pagamento das duas primeiras parcelas de cada um dos Municípios.

Há Municípios que experimentaram uma redução superior a 80%, deixando os Prefeitos de mãos atadas, sem alternativas, sem meios de cumprir e de honrar compromissos usuais de cada mês. E pior, Sr. Presidente, sem nenhuma explicação. Não se tem uma explicação por parte do Ministério da Fazenda das razões que o levaram a impor um corte tão brutal, tão forte nesses Municípios.

Tenho manifestado aqui, com certa insistência, a nossa preocupação, principalmente os Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, onde os Municípios, na sua grande maioria, não têm fontes alternativas de produção e vivem em razão da distribuição do Fundo de Participação. São as regiões apenas nessas distorções regionais que ainda persistem em nosso País.

Não sei que alternativas teremos de encontrar. É preciso que nos preocupemos com isto. Nessa distribuição de renda nacional as regiões mais pobres precisam merecer um mínimo de atenção, precisam de ter uma forma de compensação pela sua inesgotável paciência por uma necessidade permanente de equilibrar a vida de milhares de brasileiros com a vida de outros brasileiros que ocupam as regiões mais ricas.

Não sabemos porque houve um corte superior a 80% nas parcelas do Fundo de Participação dos Municípios. O que sabemos é que as prefeituras não têm como pagar seus funcionários, não têm como pagar fornecedores, não têm como atender às demandas básicas da população, como lixo, iluminação pública, questões relacionadas à saúde e educação.

Não é possível, Sr. Presidente, que isso continue dessa forma. Não vemos, a cada dia que passa, nenhuma ação efetiva para que essas regiões mais pobres tenham uma compensação, inclusive até encontrar uma alternativa de produção.

Veja o caso do Estado do Tocantins. Tenho reiterado as condições extraordinárias que o Tocantins tem para contribuir com a demanda nacional de energia. Hoje, temos uma usina que produz 900 megawatts. São cinco turbinas, sendo que apenas uma turbina já atende às necessidades do Tocantins, as outras quatro atendem às demandas das regiões mais ricas. É impe-

rativo que as regiões mais ricas transfiram um pouco dos seus recursos para haver uma compensação às necessidades da brava gente tocantinense.

Por isso, Sr. Presidente, o que traz à tribuna nesta tarde é registrar a preocupação, intensa, dos Prefeitos dos Municípios do Estado do Tocantins, que não têm como atender às necessidades e aos compromissos já assumidos.

Senador Ramez Tebet, é possível que os Prefeitos do seu Estado, o Mato Grosso do Sul, também estejam pensando, também estejam sem saber que atitude tomar, o que fazer para atender às demandas das suas cidades, de seus Municípios.

Quem sabe o Ministro da Fazenda possa, já que tem um superávit primário elevado, encontrar uma forma de antecipar pelo menos receitas para que os Municípios não fiquem inadimplentes, para que os Municípios não deixem de atender às necessidades da sua gente e encontre uma forma de equacionar essa situação, que é gritante, imperativa e não pode ficar sem solução.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Agrademos V. Ex^a pela obediência ao tempo.

Concedemos a palavra ao último orador desta sessão, Senador Ramez Tebet, do PMDB do Estado do Mato Grosso do Sul. V. Ex^a está de acordo com a assertiva bíblica: “Os últimos serão os primeiros”. V. Ex^a é o último orador, mas, sem dúvida nenhuma, o primeiro em sabedoria, em ética, em grandeza neste Senado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, vou-me dirigir primeiro a V. Ex^a para agradecer, porque não é a primeira vez que V. Ex^a me distingue com tão generosas palavras. Eu as recolho, até com emotividade, porque sei que partem do seu estilo de vida, sei que partem do seu coração.

Recordo-me quando V. Ex^a governava o Estado do Piauí. Eu lá compareci – era Ministro da Integração Nacional –, para inaugurar uma usina, e vi o trabalho de V. Ex^a. Saudei-o dentro da realidade porque vi a estima que o seu povo lhe dedicava e tenho certeza que ainda lhe dedica. Recebi a maior comenda do Estado do Piauí pelas mãos de V. Ex^a. De sorte que agradeço profundamente as sempre generosas palavras de V. Ex^a, produto, naturalmente, desse relacionamento que sempre tivemos.

Mas, Sr. Presidente, por que estou aqui hoje nesta tribuna? Todas as semanas vou ao meu Estado. É difícil eu passar, Senador Romeu Tuma, um fim de semana em Brasília. Sempre vou a Mato Grosso do Sul, sempre vou às cidades de Mato Grosso do Sul. E venho aqui fazer coro com as vozes que se manifestaram contra aquilo que considero foi uma usurpação da União. A União retirou, sem aviso prévio, recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Vamos tentar explicar isso didaticamente. Os Municípios vinham recebendo, Senador Romeu Tuma, uma determinada parcela. De repente, sem aviso prévio – isso é que é sério e lamentável e a responsabilidade é da Receita Federal, porque o Fundo de Participação dos Municípios tem como principal agente os recursos do Imposto de Renda –, a União reduz drasticamente esses recursos dos Municípios. Resultado: alguns Prefeitos ficaram até sem pagar a folha de pagamento dos seus servidores públicos, não puderam se planejar adequadamente.

Isso é muito ruim. Isso ocorre nos Municípios onde vivemos.

Tenho uma filha que dirige o Município onde nasceu e onde eu também nasci. Fui Prefeito da minha cidade natal, Três Lagoas, e, depois de 30 anos, Senador Romeu Tuma, a minha filha Simone Tebet se torna Prefeita da nossa cidade. E, hoje, ouvi na televisão – e não é porque é a minha filha nem porque é a minha cidade, mas porque foi o que ouvi na televisão do meu Estado –, a voz dos moradores, os munícipes se manifestando, em uma reportagem sobre a cidade. Perguntavam o que mais queriam para Três Lagoas. Diziam: “Eu quero saneamento básico.”; “Eu quero esgoto.”; “Eu quero asfalto.” E não é diferente nos outros Municípios de Mato Grosso do Sul nem de outros Estados do Brasil. São grandes reivindicações dos munícipes, incluindo, naturalmente, a saúde, que é um direito de todos e um dever do Estado.

Então, Sr. Presidente, qual é a culpa disso? A culpa está na concentração dos recursos nas mãos da União. A União está implacável. Na Constituição de 1988, 19% da arrecadação era dos Municípios. Hoje, já estamos com apenas 14% para os Municípios, o resto foi para a União.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que me conceda mais dois minutos,

Senador Mão Santa. A campanha soou, e o assunto é por demais importante.

Os Prefeitos vão se reunir aqui depois de amanhã. Virão Prefeitos do Brasil inteiro, convocados pela Confederação Nacional do Municípios, que tem como Presidente um Prefeito de um Município pequeno do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Paulo Ziulkoski, que tem sido um grande Presidente, que tem reivindicado os interesses dos Municípios, que tem até obtido alguma coisa por parte da União.

Mas, positivamente, é preciso descentralizar este País imediatamente. Não se pode mais continuar assim: os Prefeitos de pires na mão, tendo de reivindicar aquilo que, constitucionalmente, lhes é devido. Isso, positivamente, é um absurdo!

Quero dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que, na semana passada, compareci à Globo News, no programa do eminente homem de imprensa Alexandre Garcia, acompanhado do Dr. Carneiro Piquet, eminente advogado daqui, de Brasília, que preside uma Organização Não-Governamental. O programa era sobre desburocratização. O que fazer para desburocratizar este País? O primeiro ponto é fazer deste País uma verdadeira federação, porque, da maneira como está, não é possível; a federação brasileira é artificial! Se tudo acontece nos Municípios, como é que eles têm a menor parcela do bolo arrecadatório deste País?

Os papéis estão invertidos, Sr. Presidente. A União é a maior arrecadadora e, ainda, não repassa aos Municípios aquilo a que eles têm direito. Isso é triste, e nós, aqui, defendemos o quê? Qual é o papel do Senado da República? Defender a federação brasileira. Portanto, vamos fazer a verdadeira defesa.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sr. Presidente, já estou encerrando.

Essa federação só pode existir e só existirá no dia em que entendermos que o País deve ser descentralizado e que os Municípios devem ser os grandes destinatários dos recursos deste País. Em outras palavras, deve haver uma reforma tributária que atenda ao princípio da federação brasileira; e o princípio da federação só vai existir realmente, só vai sair da retórica, só vai sair do papel para se tornar uma realidade no dia em que os Municípios conseguirem caminhar com as suas próprias pernas, Sr. Presidente, sem necessidade de os prefeitos correrem a Brasília para apelar ao Senado da República, apelar ao Presidente da República, apelar à sensibilidade da equipe econômica do Governo que os tratem melhor.

Tratar melhor os Municípios, Senador Romeu Tuma – V. Ex^a que defende muito bem o municipalis-

mo nesta Casa –, significa o quê? Significa atender os municípios, atender o cidadão, significa melhorar a cidadania. É o que todos esperamos.

Este é um breve relato, Sr. Presidente, na esperança de que a situação melhore neste Brasil, que está tão sofrido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, o nosso patrono Rui Barbosa, Senador por 31 anos, disse: só há um caminho e uma salvação: é a lei e a justiça. E os livros da lei dizem que o Orçamento deve ser dividido da seguinte forma: 54% para a União, 22,5% para os Estados, 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. V. Ex^a acaba de dizer que os Prefeitos baixaram apenas para 4%.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.059, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a constituição de comissão especial para definir procedimentos relativos à perda de mandato de senadores da República.

Justificação

A inovação representada pela inclusão do art. 41-A na Lei nº 9.504/1997 criou um quadro jurídico cujos efeitos ainda não foram devidamente mensurados. Em que pesem as dúvidas sobre a constitucionalidade da Lei nº 9.840/1999, que procedeu a essa inclusão, seus efeitos já se fazem sentir. Criou-se inclusive uma nova realidade, com o processo de cassação de mandato do Senador João Capiberibe. Será o primeiro caso desse gênero na História do Senado Federal.

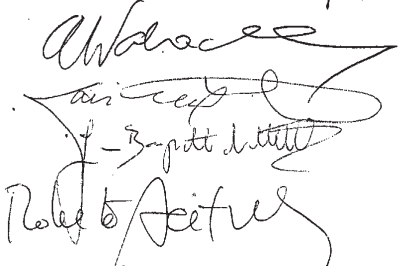
Registre-se que o parágrafo 3º do art. 55 da Constituição, que dispõe sobre a perda de mandatos de deputados ou senadores, garante ampla defesa aos que estiverem no caso previsto pelo inciso V desse mesmo artigo, ou seja, “quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição”. Nesse caso específico torna-se necessário definir a forma de seu cumprimento.

Acresce que existe sempre a possibilidade de ocorrer erro judiciário. No processo em pauta, mencionaram-se, em sessão do próprio Supremo Tribunal Federal, sinais claros de que haveria erro relevante.

Invocou-se, no acórdão relativo a recurso no Tribunal Superior Eleitoral, dispositivo que levaria à nulidade desse recurso, uma vez que foi aceito com base no inciso IV do parágrafo 4º do art. 121 da Constituição.

Todas essas dúvidas precisam ser devidamente examinadas, dentro dos princípios da autonomia e da interdependência dos Poderes, consagrados pela própria Constituição. A comissão especial que agora propomos terá a missão de estabelecer um rito para esses procedimentos, definindo em especial os direitos e deveres neles envolvidos. Deverá, outrossim, reunir juristas independentes para se manifestarem a respeito, dentro de prazo preestabelecido, de modo a elucidar as dúvidas que permanecem.

Sala de sessões, 26 de setembro de 2005 – Senador **Cristovam Buarque**.

Ministros de Amor de Moraes e Amery (Mão Santa)


O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A

Presidência comunica ao Plenário que o Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, designou Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, originário da Medida Provisória nº 253, de 2005, o Senador César Borges, e o da Medida Provisória nº 254, de 2005, o Senador Wellington Salgado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, a A Sra. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores João Batista Motta, Alvaro Dias, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro e Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apa-

nhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Contradições”, de autoria do ex-Ministro Jarbas Passarinho, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 30 de agosto do corrente.

O artigo trata dos sucessivos escândalos que envolvem o Partido dos Trabalhadores e da tentativa do seu atual Presidente, Tarso Genro, de “refundar” o Partido, extremamente desgastado com as denúncias

de corrupção que se abaterem sobre o PT. Trata, ainda, do benefício que é dado ao Presidente Lula de desconhecer os crimes que o PT praticou. Sobre isso, o autor conclui seu artigo com o seguinte pensamento de Bertold Brecht: “Quem não sabe a verdade é ignorante. Quem sabe e diz que é mentira, é um criminoso”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O segundo assunto, Sr. Presidente, é para registrar a matéria intitulada “As piores desculpas do mensalão”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente.

A matéria mostra como as meias verdades e mentiras dominam o debate político. Em destaque, são apresentadas as justificativas apresentadas pelas pessoas envolvidas no escândalo do “mensalão”, justificativas essas que, com o passar dos dias, se mostraram totalmente inconsistentes. A crise é grave, e não poderia ser tratada com essa irresponsabilidade.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado.

O terceiro assunto, Sr. Presidente, é também para comentar a matéria intitulada “Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 19 de setembro do corrente.

O Presidente Lula, ao deixar de votar na eleição para a nova cúpula do PT, tenta se distanciar do Partido e, assim, afastar o seu governo da atual crise política.

No entanto, a estratégia, além de não funcionar, pois não há como separar o governo do PT, causou enorme decepção entre os seus militantes, que esperavam que o presidente desse o exemplo de estar presente, votando, num momento tão difícil para o Partido.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Contradições.”

“As piores do “Mensalão.”

“Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido.”

Contradições

JARBAS PASSARINHO

Foi ministro de Estado, governador e senador

Tarso Genro luta para o que chama de refundar o PT. Realista, tem consciência da sucessão impressionante dos escândalos envolvendo o PT por sua direção afastada depois que provas indiscutíveis surgiram, à medida que os depoimentos na CPI da Que os depoimentos na CPI dos Correios expunham a podridão. Homem de esquerda limpa, horrorizou-se com a transformação do PT em um partido que feriu de morte a imagem ética de que se jactava e, pior, comprometeu historicamente a esquerda, rachou-a entre arrivistas e os seguidores sinceros que, mais marxistas que leninistas, viram perder-se a excelente oportunidade que tinham de provar, no exercício de um governo, que à sua teoria de igualdade e justiça social corresponderia uma prática irreparável.

A Tarso Genro, em reunião pública, perguntou-lhe uma adolescente que argumentos lhe poderia dar para votar no PT nas próximas eleições. Realista, diante dos escândalos dos dirigentes afastados do PT, que diariamente a sociedade conhecia, respondeu: "Neste momento não saberia lhe dar argumentos". Honesto, reconheceu o desencanto dos que acreditaram no PT ético, mas ressaltou: "Neste momento não saberia", o

que subentendia poder tê-los uma vez reorganizado o partido em termos éticos, e a volta à sua origem que arrebatou em 2002. parte da classe média saturada de desencantos com os partidos burgueses. O efeito da sinceridade de Tarso Genro foi péssimo no julgamento do presidente Lula, que o censurou publicamente, como se o coerente gaúcho fosse, mais que um pessimista, um derrotista.

Há poucos dias, no Ceará, em verdadeiro comércio a que se dedica o presidente na tentativa de recuperar a popularidade, ouviu de seu ministro Ciro Gomes, adversário em 2002, palavras duras de condenação a "coisa muito suja que pessoas próximas a Lula fizeram". O ministro referia-se aos que teriam traído a confiança do presidente. Descreveu-os: "Fizeram a besteira e depois pioraram tudo mentindo para o presidente e para o povo brasileiro". Mas em seguida às palavras do ministro, a contradição. O presidente que, a despeito de haver dito há pouco tempo que fora traído, não ratificou as palavras textuais do ministro. Preferiu reclamar da mídia que o faz "sofrer muito quando vê denúncias e mais denúncias, insinuações e mais insinuações, e nenhuma prova até agora que possa condenar qualquer pessoa".

O supremo magistrado é beneficiado pelo alegado desconhecimento dos crimes que o PT praticou. Quem lhe nega a igno-

rância da conduta ilícita na sua proximidade imediata são seus históricos aliados, entre eles o inatacável Hélio Bicudo. A imprensa deixa flutuar a dúvida. Favorece-o o cuidado de não comprometer-lo pessoalmente. Pois se dissera traído e exigiu do PT que se desculpasse com a nação e incluiu nesse pedido o próprio governo. Mas no momento em que um ministro honrado, candidato em 2002, que decidiu apoiar-lo no segundo turno (para o que teria recebido recursos ora revelados na CPI, para as despesas da campanha), condena os traidores, o presidente diz-se vítima de propagação iterativa de denúncias e insinuações "sem nenhuma prova para condenar qualquer pessoa".

Então são as CPIs responsáveis quando ouvem Sívio e Delúbio, aquele secretário-geral do PT e o outro o tesoureiro, que, blindados por habeas corpus, se negam a incriminar-se mas não resistem às provas documentais? Sívio pediu seu desligamento do partido. O outro, apoiado nos que se opõem à refundação do PT, continua soberbo a enfrentar e vencer os que desejam expulsá-lo do partido. Se o presidente não tomá conhecimento disso, se só há uma enxurrada maldosa de insinuações e denúncias sem prova, como pôde sentir-se traído? Já não basta o fato de dizer não saber o que se passava na intimidade do poder? Nem lhe satisfaz o silêncio obsequioso da

mídia e da oposição no parlamento, quando o assunto poderia magoá-lo como pai? Essa é a conduta de agourentos?

Raymond Aron, estudando a Revolução Francesa, escreve que a burguesia na sociedade pré-revolucionária era minoria privilegiada quando o proletariado surgia. A revolução deu aos burgueses o poder político e eles permaneceram burgueses. Já os proletários deixaram de viver como proletários no dia em que dirigiram uma fábrica, um truste ou um ministério. Os dirigentes fracassados do PT deram razão a Aron. Deixaram de viver como trabalhadores e se locupletaram no poder.

A esquerda, por seu turno, não desconhece o pensamento do anarquista Bakunin (*O Estado é a anarquia*) em que diverge do anarquismo de Proudon: "O governo escraviza a massa popular, mas operários que se tornam governantes cessarão de ser operários. Passam a olhar o mundo proletário de cima do Estado. Não mais representarão o povo mas a si mesmos". Assim fez a "classe dirigente", sem precisar estar no ministério gigantesco do presidente.

Plágio de um grande jornalista amigo, que já sofreu o golpe sordido da calúnia, esta citação de um dramaturgo festejadíssimo pelas esquerdas, Bertold Brecht: "Quem não sabe a verdade é ignorante. Quem sabe e diz que é mentira, é um criminoso".

A escolha...

"O dinheiro veio de verduras vendidas na Ceagesp, pois sou agricultor"

Desde 6 de junho, quando Roberto Jefferson apresentou o "mensalão" ao país, uma série de versões mancas, meias verdades e mentiras dominam o debate político. A seguir, cenas desse teatro

"Alguém está montando documentos falsos"

AS PIORES DO "MENSALÃO"

A HORTA DO EX-ASSESSOR PETISTA
O fator: José Edmarides (PT-CE), então assessor do deputado José Edmarides (PT-CE), em 10 de Setembro, é preso com R\$ 200 mil em uma mala e US\$ 100 mil na carteira ao tentar embarcar para Fortaleza.
A desculpa: O ex-assessor diz, em 6 de julho, que o dinheiro é referente a vendas de verduras em São Paulo. Após seus vizinhos em Azacari (CE) dizerem que o único negócio com que estava era pública, ele diz que o dinheiro na mala a abertura de uma fazenda de verduras.

ONDÓMOMO DE PROF. LUIZINHO
O fato: Em 17 de julho, Valério recebe que o assessor José Milton dos Santos, deputado (PT-PA), usou R\$ 20 mil no Ondómomomo.
A desculpa: Luizinho disse que o sacador era um homônimo de seu assessor. A documentação de posse da CPI dos Correios traz o nome e o número de identificação do assessor. Depois a empresa confirmou o saque e Luizinho admitiu a falta.

"Foi uma atitude imprudente, equivocada"

A TV A CABO DE IDÃO PAULO CUNHA
O fato: Marcos Valério recebe em lista que o melhor de Idão Paulo Cunha (PT-SP), Ministro Milton de Cunha, usou R\$ 50 mil no Banco Rural no dia 4 de setembro de 2003.
A desculpa: O ex-presidente da Câmara disse, em 19 de julho, que sua mulher esteve três vezes nesse dia no Banco para resolver uma pendência relativa a uma cobrança de TV a cabo, que só poderia ser paga lá.

Professora Luíza (PT-SP), em 20 de julho: "A informação que eu tenho, do próprio João Paulo, é que a Mariana está se no Rural para resolver um problema da TV a cabo dele".

"Cometi um erro. Não me esconderei sob o manto da hipocrisia"

A CARONA DE PAULO PIMENTA
O fator: Durante o depoimento de Valério à CPI do Mensalão, em 9 de agosto, Paulo Pimenta (PT-RS), vice-presidente da CPI, é acusado de "esquecer" uma lista de sacadores, que é dada como apócrifa e não traz recibos de pagamento. Depois, Pimenta recebe uma carona de Valério.
A desculpa: Pimenta disse que não sabia onde a lista tinha sido trazida por Valério. E afirmou ter acordado a carona com o intuito de obter informações para a CPI. Não previu da oposição sobre o contato entre o acusado e o parlamentar, Pimenta retornou ao cargo.

"Há uns 20 dias tinham me falado que não iria aparecer nada. Por isso eu havia mandado a seguinte explicação [sobre o contato da TV a cabo]. Foi um erro"

A LAND ROVER DE SILVINO PEREIRA
O fator: Executivo de vendas de loja em Filadélfia (PR) (PT) diz ter recebido de um Ipe Land Rover, em nome de Roberto Pereira, a pedido de um executivo da empresa GDK.
A desculpa: Silvio retrata-se a falar sobre sua evolução patrimonial e afirma sobre a origem da Ipe. Apenas depois de o vice-presidente GDK, César Roberto Oliveira, que trata a Ipe como a Petrobras, ter confirmado o presente, Silvio admite o fato e pede desculpas.
"De livre e espontânea vontade, para não causar constrangimento pessoal, resolvi admitir o presente [Land Rover] e apresentá-lo [a Silvio]."

"Tenho estreito relacionamento com Emerson Palmieri, que foi à Portugal (...) fugindo de presões do presidente de seu partido, Roberto Jefferson"

"Reconheço que já fiz muitas movimentações financeiras no Banco Rural. Tenho fazendas, comyros animais. Lido com gado. Há fazendeiros que simplesmente não aceitam cheque"

MARCOS VALÉRIO BOIADIEIRO
O fato: Relatório do Carf aponta saques em espécie de R\$ 20,6 milhões feitos por empresas do Banco Rural entre julho de 2003 e maio de 2005.
A desculpa: Valério diz, em 25 de junho, que a dinheiro — cujos saques coincidem com as datas apontadas por Jefferson como de pagamentos de "mensalão" — era para comprar gado e cavalos. Depois Valério nega ter comprado gado e diz que o dinheiro era usado para pagar, em espécie, fornecedores de suas empresas.

"Que eu saiba, a Anita foi uma vez ao prédio do Brasília Shopping para realizar exames numa clínica"

O ESTRESSE DE EMERSON PALMIERI
O fator: Jefferson diz que Palmieri, tesoureiro federal do PTB, são enviados a Portugal para negociar operação que saltava dívidas do PT e do PTB.
A desculpa: Valério diz, em 2 de agosto, que viajou a Lisboa para sondar contatos da Portugal Telecom e diz que Palmieri, seu amigo, o acompanhou porque estava "estressado". A viagem durou meses de dois dias e Palmieri nega ser amigo de Valério.

O NEUROLOGISTA DE ACESSORA
O fato: Em lista divulgada pela CPI dos Correios, consta nome da então assessora Anita Leocádia, do ex-líder do PT na Câmara, que usou R\$ 470 mil.
A desculpa: O deputado diz, em 18 de julho, que sua esposa foi ao shopping — onde há a clínica agenciada do Banco Rural em Brasília — apenas para consultar-se numa clínica neurológica. Depois ele diz que tem conhecimento de R\$ 300 mil sacados e se trata de liderança na Câmara.

"Quanta ansiedade era em empunhar o Delúbio. Estava há dois meses na presidência do partido"

"Essa foi a única forma de eu receber meu dinheiro. Nós sabíamos [que seria como caixa dois], mas não tínhamos outra opção, queríamos receber pelo trabalho"

A FALTA DE ALTERNATIVA DE DUDA
O fato: Duda Valério recebe transferência de R\$ 10 milhões de Valério em conta em uma offshore (paraiso fiscal), em 2003, para pagar dívidas de campanha do PT.
A desculpa: Duda afirma, em 11 de agosto, que precisava de dinheiro para pagar suas contas e conseguiu com a forma de pagamento proposta por Valério. O dinheiro não foi utilizado, cambus aplicado no exterior.

GENÍDIO EM CONFIANÇA A DELÚBIO
O fato: José Genídio, então presidente do PT, assina pelo menos dois contratos de empréstimo do partido, dos quais Valério era analista, um do BNB e um do Banco Rural.
A desculpa: Após divulgação dos factíveis dos documentos com a assistência de Genídio, o ex-presidente diz, em 4 de julho, que assinava sem conhecimento de conteúdo, em confiança a Delúbio, ex-tesoureiro.

O EMPRÉSTIMO DO PT A LULA
O fato: Dívida de R\$ 29.436,26 de LULA com o PT foi registrada na prestação de contas do partido ao TSE de 2003 e revelada em 19 de julho.
A desculpa: No dia 9, Paulo Okamoto, ex-tesoureiro do PT e presidente da Sebrae, disse ter quitado a dívida, mas disse não ter falado com Lula. Um dia depois, a ministra Bruna Wagner disse que a contabilização da dívida era fruto de um erro do partido.

"Todas as vezes que os cheques chegavam na minha mesa eram pilhas, até me incomodava"

"Ele [Lula] não tomou empréstimo do PT, não reconhece empréstimo do PT. (...) Ali é uma questão de contabilidade, de erro do PT. Se o PT lançou errado e depois corrigiu, a contabilidade do PT tem de explicar"

SÓCIO EM CONFIANÇA A VALÉRIO
O fato: Em 10 de agosto, Paz diz desconhecer as transações entre Valério e o PT e afirma ter assinado os cheques em confiança ao sócio.

Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido

Ausência simbolizou clima de desencanto em disputa que deve ter segundo turno entre Berzoini e nome da esquerda

PARTIDOS

Vera Rosa

Foi o dia de medir o tamanho da crise no partido do governo. Nem mesmo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, compareceu ontem à sede do PT para escolher a nova cúpula petista. Na eleição marcada para renovar as direções do PT em todo o País, com 825.461 filiados aptos a votar e sem militantes nas ruas, a ausência de Lula - fundador do partido - foi o símbolo do clima de desencanto.

Com uma disputa de resultado imprevisível, o Campo Majoritário, grupo do presidente, enfrenta seu grande teste nas urnas depois de 10 anos de hegemonia e do escândalo do mensalão, que há mais de cem dias vem destromando dirigentes do PT e do governo. Na noite de ontem, o comando petista já dava como praticamente certo um segundo turno, no dia 9 de outubro. A dúvida era com qual nome da esquerda o candidato do Campo, deputado Ricardo Berzoini (SP), iria disputar o novo round.

Mesmo apreensivo com os rumos do PT, Lula desistiu de votar na última hora, em São Bernardo do Campo, para mostrar que não pretende se envolver com o embate interno. Na prática, quer indicar o distanciamento entre governo e partido. No Palácio do Planalto, Lula chegou a dizer, em conversa reservada, que o PT errou ao não adiar a eleição diante da enorme crise política.

"O presidente está mais preocupado com o futuro do PT do que com a eleição interna", admitiu o ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner, que votou ontem em Berzoini. "A pergunta do Lula sempre é: como pôde acontecer isso com o partido que ajudamos a criar?" Para

Wagner, o debate no PT foi "engessado" e acabou perdendo espaço para "disputas de mandato e da máquina partidária".

A direção que for escolhida agora é a que comandará a provável campanha para a reeleição de Lula, em 2006. O resultado da apuração deverá ser conhecido em uma semana. Dos sete candidatos que concorrem à presidência do PT, cinco são das alas radicais. Defendem mudanças drásticas na política econômica e o fim das alianças com partidos de centro-direita. A esquerda acredita que o Campo Majoritário, hoje no comando de 60% dos cargos petistas, perderá a hegemonia.

Terceiro nome indicado para representar o Campo - ocupando na chapa a vaga do presidente interino do PT, Tarso Genro, que se desentendeu com o deputado José Dirceu (SP), e, antes, o lugar de José Genoíno -, Berzoini tentou amenizar a ausência de Lula. "Foi uma escolha dele e não vou julgar, mas é claro que eu gostaria que ele tivesse votado", afirmou o deputado, que foi ministro da Previdência e do Trabalho. O secretário de Mobilização, Francisco Campos - coordenador da eleição - adotou o mesmo tom. "Seria muito importante que Lula tivesse comparecido para ajudar a levantar o partido", disse.

BAIXAS

No tsunami que atingiu o PT depois de 25 anos de história, o deputado Dirceu - presidente do partido de 1995 a 2002, comandante da vitória de Lula e ex-chefe da Casa Civil - está hoje à beira da cassação na Câmara, acusado de ser o chefe do mensalão - denúncia que ele nega. O ex-tesoureiro Delúbio Soares só não foi expulso ainda do PT porque conseguiu uma liminar na Justiça. Silvio Pereira, o secretário-geral que organizou a última eleição no partido, em

2001, teve de pedir desfiliação depois de receber um Land Rover de uma empresa que tinha contrato com o governo. E José Genoíno, então presidente do PT, foi abatido em julho depois que um assessor de seu irmão, o deputado José Nobre Guimarães (PT), apareceu com US\$ 100 mil na cueca.

"Hoje sou apenas um militante", definiu um desolado Genoíno, após votar, sem esconder o abatimento. Para Tarso, que deixou o Ministério da Educação para assumir o PT, a crise revelou "um processo de deformação" do partido após a chegada de Lula ao Planalto. "Agora, estamos pagando o preço e enfrentando uma campanha de demolição política", constatou.

Esquerda estranha critica atitude

TAPA NA CARA: A ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não votou no Processo de Eleição Direta que renovará as direções petistas, surpreendeu os candidatos à presidência nacional do PT pelas tendências Articulação de Esquerda, Valter Pomar, e O Trabalho, Markus Sokol.

"O que nós esperávamos e o que os petistas esperavam é que o Lula também votasse", disse Sokol. Pomar afirmou que não gostaria de julgar a atitude do presidente, mas confessou ter ficado muito surpreso com a ausência.

Na avaliação do candidato da Articulação de Esquerda, o quôncio do PED superou as expectativas. "Foi um tapa na cara de

quem achava que o PT teria eleições esvaziadas", destacou ele, ao chegar à sede do partido.

Poras contas de Pomar, cerca de 200 mil militantes provavelmente votaram ontem. Ele tam-

bém disse acreditar que deverá ocorrer segundo turno na disputa pela presidência nacional da legenda. "Se houver, automaticamente declararei apoio a qualquer candidato de esquerda que esteja no segundo turno."

O candidato Plínio de Arruda Sampaio, da Ação Popular Socialista, disse que Lula sabe o que faz. "Ele, como presidente, tem a sua própria agenda e o direito de julgar se é adequado ou não participar da votação."

ANÁLISE

Entre a utopia e os dólares na cueca

LUIZ HIPOLITO
SECRETARIA POLÍCIA

Muito bem. Acabou a eleição no PT, e o País pode dormir tranquilo. Verdade? Mais ou menos. Em primeiro lugar, a eleição acabou, mas a apuração será manual. Na melhor das hipóteses, o resultado será conhecido em quatro ou cinco dias. Em segundo lugar, tudo indica que a eleição do presidente do partido vai para segundo turno, ou seja, só depois de 9 de outubro será conhecido o novo presidente do PT. Alguns poderão argumentar, e daí, o que é que o País tem com isso? Não é a hora de pensar para o caminho do PT? Todo mundo fica parado, a espera da definição para saber, afinal, se José Dirceu continua ou não mandando nos destinos do partido do governo. O País e disso que se trata: Embora o presidente Lula, símbolo maior do partido, não tenha considerado importante participar pessoalmente do processo eleitoral, como se ele não tivesse nada a ver

Com os destinos do PT, mesmo tendo passado o fim de semana em São Paulo, a eleição no partido é importantíssima para a construção do quadro político no qual vamos todos viver até as próximas eleições, em outubro de 2006. O que inclui uma saída minimamente negociada para a crise política que paralisa o governo e o Legislativo, engolindo a tudo e a todos. Uma vitória expressiva do Campo Majoritário, tendência que nomeia o PT, significa o fortalecimento do aparelho comandado por José Dirceu. Mas significa também um forte sinal para o início da diáspora petista. Militantes e parlamentares que ainda nutriam alguma esperança de renovação nos métodos e práticas do partido poderão entender que, se José Dirceu continuar mandando o PT como partido sancionador das práticas que o antigo grupo dirigente vinha adotando, sob o silêncio complacente e cúmplice de toda a estrutura partidária. Porque não há inocentes nesta história. Mesmo a esquerda petista, que hoje atira pedras em Dirceu, Delúbio e companhia, não pode pretender ignorar os sinais exteriores da riqueza em que nada vai a nomenclatura do partido. Não há utopia generosa bastante que abrigue jatinhos, charutos cubanos, automóveis blindados e tantos dólares. Em suma, trata-se de saber que PT sairá das urnas: o PT de Vladimir Palmeira ou de José Dirceu; o PT de Chico Buarque ou do Professor Luizinho; o PT de Betinho e Frei Betto ou o PT de Lula. Genoino é dos dólares nas roupas íntimas dos companheiros. Façam suas apostas.

A ausência frustra o PT de São Bernardo

Até o último minuto, militantes achavam que presidente apareceria para votar

Wilson Tosta

Quando faltavam pouco mais de dez minutos para o fim da votação no diretório municipal em São Bernardo do Campo, no qual o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está inscrito, cerca de 20 militantes se aglomeraram na esquina das ruas Tapajós e Vianas, onde fica a sede, com panfletos e bandeiras. "Vou lá para dentro, é lá que ele vai votar!", gritou um deles, já dando a chegada de Lula como certa e correndo para o imóvel, inutilmente. Às 17h, o presidente municipal do PT, José Albino de Melo, berrou: "Quem ainda não votou, vote, estamos fechando!". Logo depois, as portas vermelhas foram baixadas. Lula não apareceu.

"Acho ruim. Ele é o presidente da República, né? Gostaria muito que ele tivesse vindo votar. No entanto, respeito a decisão dele", resumiu José Albino, que concorre à reeleição pelo Campo Majoritário. Outro integrante do PT local, o vereador Tião Mateus, também do Campo, minimizou a ausência: "Oficialmente, ele não comunicou à Executiva que viria", explicou. "Lula não é presidente do PT, é

presidente do Brasil."

Foi um dia inteiro de espera inútil. Desde as 9h, quando as urnas foram abertas, ninguém dizia se Lula votaria. No sábado, uma equipe da Presidência da República visitara a sede do PT municipal, para examinar suas dependências. Ontem, a segurança presidencial ficou alerta para a eventualidade de Lula decidir votar. Um funcionário do partido contou que na véspera dava-se como quase certo na sede nacional que o presidente votaria no fim da tarde.

Com essa expectativa, o delegado regional do Trabalho em São Paulo e amigo do presidente, Heguibeito Guiba, foi à sede do PT em São Bernardo. Telefonou para o apartamento de Lula, a cerca de dez minutos de carro da sede, mas não conseguiu falar com ele. Foi embora.

"Eu, como militante, esperava que ele tivesse dado o exemplo de estar presente, votando", disse, decepcionado, o militante José Eudes Pinho. "É um momento difícil. Poderia trazer todo um simbolismo. Ele deveria ter votado na parte da manhã, para dar o exemplo aos 826 mil filiados. Não entendemos porque fez isso." ●

QUEM JÁ ESTEVE LÁ

Em 25 anos, a presidência do PT trocou de mãos nove vezes

1980 a 1987	1987 a 1988	1988 a 1990	1990 a 1993	1994 a 1995
Lula ● É o primeiro presidente do PT, cargo que já exercia na prática, a partir do 1.º Encontro Nacional	Olívio Dutra ● Substitui Lula em junho de 1978, por decisão do 5º Encontro. Fica até dezembro de 88	Luiz Gushiken ● Com a eleição de Olívio para prefeito de Porto Alegre, no final de 1988, Gushiken o sucede	Lula ● Derrotado por Collor em 1989, volta ao posto em 1990 e é reeleito em 93, para ficar até 1994	Rui Falcão ● Lula se licencia para nova campanha presidencial e Falcão assume o posto em maio de 1994
1995	1995 a 2002	2002	2005	2005
Lula ● Reassume em fevereiro de 1995, depois de perder sua segunda disputa presidencial	José Dirceu ● Eleito em agosto de 95, é reeleito por três vezes. Na terceira, em 2001, por eleição direta do partido	José Genoino ● Dirceu sai para ocupar a Casa Civil e Genoino herda a presidência, da qual saiu em julho último	Tarso Genro ● Indicado para substituir Genoino e administrar a crise do PT e organizar as eleições de ontem	????? ● O décimo nome na presidência do PT deve ser conhecido, segundo a direção, daqui a uma semana

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Sr. Duda Mendonça, marqueteiro de campanhas políticas do PT, numa atitude de muita correção, “correu” até a Receita Federal e apresentou uma retificação da sua declaração de Imposto de Renda referente ao ano de 2003. Para o seu advogado, o publicitário mostrou boa vontade em “fazer a coisa direito”. Faltou ao advogado explicar por quê o sr. Duda Mendonça levou tanto tempo para mostrar essa boa vontade.

Na verdade, o sr. Frederico Crissiúma de Figueiredo, advogado do sr. Duda Mendonça, já deu a resposta: “Isso quer dizer que o Duda não pode ser processado por sonegação fiscal”. Não houve boa vontade; houve, sim, o medo de ser processado.

É nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “Publicitário paga R\$4 mi de IR e se livra de processo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 15 de setembro do corrente, seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Publicitário paga R\$4 mi de IR e se livra de processo.”

Publicitário paga R\$ 4 mi de IR e se livra de processo

Renata Veríssimo

BRASÍLIA

O advogado do publicitário Duda Mendonça, *Frederico Crissiúma de Figueiredo*, informou ontem que a Receita Federal recebeu, na última segunda-feira, a retificação da declaração do Imposto de Renda de Duda referente a 2003. Segundo o advogado, também foi encaminhada à Receita cópia do comprovante de pagamento, de R\$ 4,334 milhões, como imposto devido.

Ele explicou que ao reconhecer espontaneamente o débito com a Receita, Duda Mendonça não poderá ser processado por sonegação fiscal. “A lei 9.249/95 prevê que se antes de recebida a denúncia o contribuinte se adiantar e confessar o débito com a Receita Federal, deixa de ser crime. Isso quer dizer que o Duda não pode ser processado por sonegação fiscal e

- ◆ mostra a boa vontade em fazer a coisa direito”, afirmou. “O Duda foi coagido a abrir a conta no exterior para receber o dinheiro da campanha do PT.”

- ◆ Segundo o advogado, a retificação incluiu a propriedade da empresa Dusseldorf Company, pela qual o publicitário recebeu parte dos recursos da campanha que fez para o PT, nas últimas eleições, e os rendimentos dessa empresa, o que resultou
- ◆ no pagamento de mais de R\$ 4 milhões como imposto devido.

Figueiredo disse ainda que uma cópia da retificação da declaração e do pagamento do IR foi entregue ao Supremo Tribunal Federal para que seja anexada ao inquérito que investiga as denúncias de pagamento de mensalação e no qual Duda Mendonça é citado. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC, Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer o registro da entrevista concedida pelo ex-prefeito de São Bernardo ao jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de setembro do corrente.

Na entrevista, o ex-prefeito Tito Costa afirma que “ficou claro desde o início que o PT não estava preparada nem tinha quadros para governar. Foi um desencanto, uma desilusão para todos que assistimos ao PT nascer”.

O ex-prefeito também afirmou: “Nunca me dei bem com o PT, que no início não aceitava nenhum tipo de

coligação, apresentando-se como dono da verdade, da pureza e da ética”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“PT tem sido arrogante desde que foi criado.”

‘PT tem sido arrogante desde que foi criado’

Tito Costa, que viu Lula despontar nos anos 70, se revolta com Marilena Chaui e contesta papel do partido na redemocratização

PARTIDOS

ENTREVISTA
TITO COSTA
EX-PREFEITO DE SÃO BERNARDO

Roldão Arruda

O advogado Antonio Tito Costa sentiu indignação quando abriu o jornal na terça-feira e viu a declaração da filósofa Marilena Chaui, atribuindo ao partido dela, o PT, a responsabilidade pela construção da democracia no Brasil – derivando daí o ódio hoje devotado à legenda. “Foi uma declaração típica da arrogância desse partido”, diz ele. “Quando o PT surgiu, a luta pela redemocratização já tinha começado há tempo.”

Tito Costa, como é mais conhecido, era prefeito de São Bernardo do Campo no final da década de 70, quando o operário Luiz Inácio Lula da Silva começou a ganhar projeção como líder sindical. O PT nem existia e quem enfrentava o regime militar para garantir o direito de operários como Lula se manifestarem nas greves eram políticos como Franco Montoro, Teotônio Vilela e o próprio Tito Costa, entre outros. Todos abrigados sob as asas do MDB – o único partido de oposição consentido pela ditadura.

Na entrevista abaixo, o ex-prefeito, de 82 anos, hoje filiado

REAÇÃO INDIGNADA

“Não aceito essa história de que ele (Lula) não sabia de nada do que acontecia ao seu redor”

“Nunca imaginei que quebrariam de outro lado, com essa roubalheira”

“Nunca me dei bem com o PT, que no início não aceitava nenhum tipo de coligação, apresentando-se como dono da verdade, da pureza e da ética”

“Ficou claro desde o início que o PT não estava preparado nem tinha quadros para governar. Foi um desencanto, uma desilusão para todos que assistimos ao PT nascer”

ao PSB e ainda firme em sua banca de advocacia, especializada em direito administrativo, relembra quando foi chamado a Brasília e lhe disseram que se arriscava a perder o mandato de prefeito se continuasse apoiando os movimentos operários na região do ABC. O advogado também mostra que, embora sendo amigo de Lula, não o poupava de críticas. “Ele foi uma ilusão”, desabafa.

Como o senhor viu a declaração feita pela filósofa Marilena Chaui, no ato de re fundação do PT?

Fiquei furioso e indignado. Foi uma declaração típica da arrogância desse partido. Tem sido assim desde que ele foi criado. Lembro da expressão dos três primeiros vereadores eleitos pelo PT para a Câmara de São

Bernardo, ao tomar posse em 1982: olhavam o mundo de cima, com ar petulante, como se dissessem “somos diferentes, chegamos para mudar tudo”. O tempo mostrou o contrário.

Por que ficou indignado?

Quando o PT surgiu, a luta pela redemocratização já tinha começado há tempo. Em 1977, eu estava no MDB, que era um repositório dos partidos de oposição existentes antes do golpe militar, quando fui eleito pelo voto popular para a prefeitura de São Bernardo. No ano seguinte, ao explodirem as greves, tomei o lado dos operários. Quando fecharam a sede do sindicato, ofereci o Estádio da Vila Euclides para que realizassem as assembleias e, quando lacram o estádio, fui à Justiça, por-

que se tratava de uma propriedade municipal, mas perdi.

Além do fechamento do estádio, enfrentou alguma outra represália? Fui chamado a Brasília para conversar com os generais Golbery do Couto e Silva, da Casa Civil, e Danilo Venturini, da Casa Militar. Disseram que eu estava pondo lenha na fogueira e arriscando meu mandato. Respondi que era o contrário, que eu estava pondo água na fervereira. Lembro que no dia 23 de março de 1979, depois de terem sido proibidos de se reunir no sindicato e no estádio, os operários marcharam para o Paço Municipal, onde houve um confronto com a polícia, com tijoladas de um lado, cachorros de outro. Não houve mortes porque fui apaziguar os ânimos, ao lado do bispo de Santo André, d. Cláudio Hummes, meu amigo, que também apareceu por lá.

Como era a relação com Lula?

Nunca me dei bem com o PT, que no início não aceitava nenhum tipo de coligação, apresentando-se como dono da verdade, da pureza e da ética. Mas as minhas relações com o Lula sempre foram boas. Em 1977, quando começava a se destacar como líder sindical, ele apoiou minha candidatura para a prefeitura. Em 1979, quando fecharam o sindicato e ele teve que fugir, eu o levei, com a Marisa e os filhos pequenos, para passar uma temporada na chácara que eu tenho em Torrinhã, no interior do Estado, onde nasci.

O senhor está dizendo que existia

um movimento de resistência democrática que ajudou o PT a nascer. Sim. O Teotônio Vilela quando chegou a morar em São Bernardo, de tão preocupado que ficava com a situação dos sindicalistas. Dormiu mais de uma vez em meu gabinete na prefeitura.

Fazíamos vigílias, varávamos madrugadas em reuniões no meu apartamento em São Paulo, em conversas com Franco Montoro, Fernando Henrique, Eduardo Suplicy, d. Cláudio. E agora vem a Marilena Chaui dizer que o PT começou tudo? Acho preocupante. Onde é que vai parar tudo isso?

O senhor manteve contatos com Lula depois que ele foi eleito?

Falei com ele rapidamente em duas ocasiões, durante as missas do Primeiro de Maio, em São Bernardo. Quando ele foi eleito em 2002, mandei de presente uma garrafa de pinga fabricada lá em Torrinhã, com um cartão, dizendo para ir degustar, sem esquecer do que aconteceu com o Salvador Allende, no Chile. Meu temor era de que ele cedesse à turma do PT que queria botar tudo pra quebrar e o seu governo não aguentasse. Nunca imaginei que iriam quebrar de outro lado, com essa roubalheira.

Como vê a crise do governo?

Ficou claro desde o início que o PT não estava preparado nem tinha quadros para governar. Foi um desencanto, uma desilusão para todos nós que assistimos ao partido nascer. Foi como uma taça de champanhe, com espuma até a boca, mas com pouco líquido. Hoje acredito que é pura verdade essa história de que o Zé Dirceu tinha o propósito de bem se apossar da máquina do Estado, para transformá-lo num poderoso instrumento de implantação do socialismo.

E como situa o Lula nessa crise?

Eu sempre o vi como um homem de luta, mas confesso que estou decepcionado. Não aceito essa história de que ele não sabia de nada do que acontecia ao seu redor. Que conversa é essa? Para mim foi uma desilusão. e

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Jovens lideram taxa de desemprego”, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 20 de setembro do corrente.

A matéria mostra que as altas taxas de desemprego do país atingem, especialmente, os mais jovens. Segundo estudo do Dieese, as pessoas com idades entre 16 e 24 anos representam 46,4% do total de desempregados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida: “Jovens lideram taxa de desemprego.”

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
CORREIO BRAZILIENSE	20	Setembro/05	Economia	1º	17

TRABALHO

Brasileiros com idade entre 16 e 24 anos representam 46,4% do total de desocupados em seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese. No DF, 36,7% das moças e rapazes estão em busca de uma vaga

Jovens lideram taxa de desemprego

MARIANA FLORES
DA EQUIPE DO CORREIO

Os jovens brasileiros são os mais prejudicados pelas altas taxas de desemprego do país. Um estudo divulgado ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese) mostra que as pessoas com idades entre 16 e 24 anos representam 46,4% do total de desempregados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. São mais de 1,6 milhão de jovens em busca de uma vaga de trabalho só no Distrito Federal, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte. A taxa de desemprego em algumas regiões chega a ser duas vezes maior que a média do restante da população (veja quadro). A situação é ainda mais grave em cidades do Nordeste e entre os mais pobres. Os dados, levantados a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), são referentes ao ano de 2004.

“Isso já era esperado. A falta de experiência conta muito na hora de o jovem ingressar no mercado de trabalho”, afirma Antônio Ibarra, coordenador da PED-DF. As taxas do Distrito Federal se aproximam dos índices verificados nas capitais nordestinas. O desemprego atinge 36,7% dos 432 mil jovens com esta idade, bem acima da média da população da cidade —

20,9%. A maior dificuldade de entrar no mercado de trabalho se deve a uma soma de fatores. “Em Brasília o serviço público é um grande empregador. Quem passa em concurso geralmente é um pouco mais velho e, no caso da terceirização, as pessoas com mais experiência acabam tendo preferência”, afirma Ibarra.

Uma outra justificativa está na migração de moradores de outras regiões para a capital federal, segundo Carlos Alberto Ramos, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. “Brasília recebe muita gente de outras regiões. E geralmente quem migra é homem e jovem, aumentando ainda mais o volume de desempregados em idade menos elevada”, afirma. O alto índice de desemprego entre os jovens é uma tendência mundial, segundo ele. A solução, aponta, é facilitar a transição entre a escola e o mercado de trabalho. “A dificuldade é maior entre as pessoas que estudaram no máximo até o ensino médio porque nas faculdades muitos fazem estágios. Mas quem não fez uma graduação não tem especialização nenhuma para entrar em um emprego”, afirma.

Quem ainda não terminou o ensino médio enfrenta ainda mais dificuldades. É o que tem vivenciado a estudante Núbia Pereira de Souza, de 16 anos. Além da falta de experiência, ela sai em desvantagem por ainda estar cur-

sando o segundo ano e não ter completado 18 anos. Nos últimos três anos distribuiu mais de 10 currículos. Só ontem foram cinco em lojas de um shopping da cidade. Até agora não foi chamada para nenhuma entrevista. “Tenho medo de não conseguir emprego porque eles querem experiência. E se ninguém me der uma chance eu nunca vou ter.”

A dificuldade é encontrada até mesmo por quem inclui no currículo um curso superior e várias especializações. Há quatro meses a nutricionista mineira Flaviana Franco Caixeta, de 24 anos, busca emprego em Brasília. Já deixou currículos em academias de ginástica, hospitais e partiu até mesmo para outras áreas. “Eu quero tanto trabalhar que acabo topando sair da minha área de atuação. Mas mesmo assim está muito difícil”, afirma. “É o pior é que além de não conseguir emprego, tenho que continuar investindo em cursos e especializações.”

O desemprego é ainda mais perverso com os jovens de menor poder aquisitivo. Em São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego dos 25% mais pobres chega a 58,5% enquanto entre os 25% mais ricos é de 22,1%. Em Salvador, que possui o maior número de jovens desempregados — 42,8% no total —, as diferenças sociais são maiores. No caso dos mais pobres o desemprego atinge 67,1% e cai para 34,3% entre os mais ricos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “São todos responsáveis”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 20 de setembro do corrente.

O artigo trata da eleição interna no PT e da ausência do presidente Lula naquele que está sendo chamado de “ato político mais importante da história da legenda”. Segundo o artigo, a ausência do presidente Lula foi uma tentativa de “passar aos brasileiros a idéia de que não devem confundir-lo com a agremiação que patrocinou o esquema de corrupção já visto no País – em benefício do seu governo”.

Ainda segundo o artigo, “O Partido dos Trabalhadores não mudou da noite para o dia. A corrupção – nas múltiplas formas em que pode se manifestar

– começou, no partido, na esfera municipal, ampliando-se e aperfeiçoando-se à medida que aumentavam o número e a importância das prefeituras sob o seu controle.” Essa estratégia visava a proporcionar ao partido as bases materiais necessárias ao seu projeto de poder em âmbito nacional.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“São todos responsáveis.”

JORNAL	DIA:	MES/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PAGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	20	Setembro/05	Notas & Informações	A	3

São todos responsáveis

A eleição interna no PT produziu um contraste revelador. Luiz Inácio Lula da Silva, o petista que desde a primeira hora foi a alma e a face do partido do qual é hoje presidente de honra, deixou de comparecer ao “ato político mais importante da história da legenda”, na definição do presidente interino Tarso Genro. Com a sua ausência, ele tentou passar aos brasileiros a idéia de que não devem confundir-lo com a agremiação que patrocinou o maior esquema de corrupção já visto no País – em benefício do seu governo. Como se ninguém soubesse que Lula e o PT continuarão a depender um do outro, embora em graus variáveis, e que, por isso mesmo, a sua relação é indissolúvel.

Faltou ao presidente a coragem de assumir o óbvio, cumprindo o seu dever de Primeiro Companheiro, quanto mais não seja para se mostrar solidário com os seus, perante a opinião pública, na hora de um infortúnio ao qual não conseguirá dar as costas. Já o seu ex-ministro José Dirceu, a quem ele entregara as alavancas do poder – talvez até para não precisar saber de certas coisas que se podem fazer com elas –, valeu-se da jornada eleitoral para admitir tacitamente o que também é de conhecimento geral: o mensalão, cuja concepção lhe é atribuída, não foi um empreendimento de uns poucos petistas excessivamente pragmáticos, mas uma realização coletiva.

Como já fizeram Gushiken e Genoio, Dirceu reconheceu, em entrevista no local onde foi votar, a sua “responsabilidade política” pela desmoralização do partido. “Ao contrário de muitos da executiva, da direção nacional e dos principais líderes do PT, eu não fujo das minhas responsabilidades.” No mesmo domingo, em outro evento – um almoço com amigos e simpatizantes –, deu nomes aos bois. Citou Tarso Genro, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante. “Erraram e acertaram como todos nós e agora fogem de tudo”, acusou. Usou as palavras “vilania” e “ignomínia” para se referir ao comportamento dos dois. A autocrítica tem um limite: ele usa o verbo errar de forma restrita, dando-lhe sentido apenas político.

Mas já é o bastante. Mesmo não assumindo a dimensão essencial do “erro” – a negação radical dos valores éticos que o partido passou a

vida alardeando serem seu monopólio, substituídos pela prática recorrente de delitos objetivamente configurados –, Dirceu desnudou o PT. A montagem e a movimentação do aparato corruptor petista, do que ele se diz inocente, não teriam ocorrido, ao menos com o alcance e a profundidade que assombram o País, sem a participação de uma parcela significativa de quadros dirigentes, aliada ao silêncio cúmplice de muitos mais. E não teriam ocorrido fosse o partido o baluarte da moralidade política que apregoava, antes da eleição de Lula.

O Partido dos Trabalhadores não mudou da noite para o dia. A corrupção – nas múltiplas formas em que pode se manifestar – começou, no partido, na esfera municipal, ampliando-se e aperfeiçoando-se à medida que aumentavam o número e a importância das prefeituras sob o seu controle. De todos, o caso de Santo André é apenas o mais notório, em razão do assassinio do prefeito Celso Daniel. Excepcional, literalmente, há de ser a administração petista em que não tenham ocorrido maracutaias – com ou sem o envolvimento pessoal e direto do prefeito ou governador – para proporcionar ao partido as bases materiais necessárias ao seu projeto de poder em âmbito nacional.

O que o Ministério Público já apurou e as CPIs tendem a confirmar nesse sentido, em relação a Ribeirão Preto, por exemplo, expõe a insofismável natureza do “erro” que Dirceu tem razão ao imputar “a todos os integrantes do PT, cada um no seu grau devido”, e omite quando o circunscreve à esfera política. Pois que erros terá a agremiação cometido que não constituam ilícitos penais?

A admissão do ex-ministro, aliás, tira o chão dos argumentos de Tarso Genro de que as CPIs perderam o foco e se tornaram instrumentos de destruição do governo Lula e do Partido dos Trabalhadores. As CPIs fazem o que lhes compete, sobretudo na análise circunstanciada da massa de documentos que requisitaram.

Neles, que não contém nenhuma suposta intenção de atacar, vilipendiar e caluniar, como afirma o presidente petista, estarão as evidências dos “erros” que o partido cometeu – porque quis – para se apropriar do Estado brasileiro e dar 8 anos de governo ao ingrato presidente Lula.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Mudanças só no papel”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A chamada da matéria, que trata da crise ética no Partido dos Trabalhadores, mostra que “Criado há 25 anos para mudar a ordem econômica, política e social, o PT minguiu em 30 meses no poder. Envolvido em escândalos, governo petista vive do apoio de quem condenou no passado”. Ao tratar da eleição interna no Partido, o jornalista Rudolfo Lago lembra: “O PT que elege hoje uma nova direção é um partido desfigurado. Sete das suas principais estrelas enfrentam um proces-

so de cassação na Câmara, acusados de envolvimento com um suposto esquema de corrupção”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Mudanças só no papel.”

CRISE ÉTICA

Criado há 25 anos para mudar a ordem econômica, política e social, o PT minguiu em 30 meses no poder. Envolvido em escândalos, governo petista vive do apoio de quem condenou no passado

MUDANÇAS SÓ NO PAPEL

RUDOLFO LAGO
DO CORREIO

No dia 10 de fevereiro de 1980, o PT apresentava-se à sociedade brasileira como uma grande novidade. A novidade do partido decorre, antes de tudo, da forma pela qual ele surgiu: do movimento social de trabalhadores, com base na classe operária e não a partir de bases congressuais ou de partidos preexistentes, o que, de resto, tem caracterizado a emergência de todos os partidos brasileiros, a exceção é o Partido Comunista, fundado em 1922”, escreve Cláudio Brasil de Lima Júnior, no verbete sobre o

PT no *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*. Naquele dia, dois mil simpatizantes reuniram-se no Colégio Sion, em São Paulo. “O PT nasce da vontade de independência política dos trabalhadores. Já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política”, diz o manifesto. “O PT nasceu com um forte discurso de esquerda. Em 1982, por exemplo, Luiz Inácio Lula da Silva, candidatou-se ao governo de São Paulo com o seguinte slogan: “Vote 3 (era o número do PT na época), o resto é burguês”. Bem parecido com o “Contra burguês,

vote 23” do PSTU nas últimas eleições, partido que surgiu de uma dissidência do PT.

A verdade é que o PT, para cair de fato no gosto do conservador eleitorado brasileiro, foi aos poucos fazendo concessões e aproximando-se do centro. As primeiras expulsões políticas ocorridas no partido foram em 1985, de três deputados que resolveram votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O vice de Tancredo era José Sarney. Hoje, com Lula no poder, Sarney é um dos seus maiores aliados. As últimas expulsões ocorreram porque os parlamentares recusaram-se a votar uma reforma previdenciária que tirava di-

reitos dos funcionários públicos. O PT que elege hoje uma nova direção é um partido desfigurado. Sete das suas principais estrelas enfrentam um processo de cassação na Câmara, acusados de envolvimento com um suposto esquema de corrupção. Entre os aliados do governo, estão partidos conservadores, como o PR, o PTB e o PL. E o PMDB de Sarney, que Lula recusou em seu parlamento em 1989. A novidade sumiu. O PT não é mais diferente. Os discursos de todos os candidatos a presidente falam em refundação e de retorno aos ideais originais da legenda. A pergunta, porém, é inevitável: a essa altura, essa volta será possível?

DO ABC A CPI

12 de maio de 1978 — 1.600 trabalhadores da Saab-Scania, em São Bernardo do Campo, entram em greve. O movimento logo se alastrou às outras fábricas. É a primeira das três greves dos metalúrgicos do ABC. **10 de fevereiro de 1980** — No colégio Sion, em São Paulo, cerca de dois mil simpatizantes fundam o PT e aprovam o Manifesto do Partido dos Trabalhadores. **1º de maio de 1980** — Os militares não estavam dispostos a aceitar com a mesma passividade a vitória dos metalúrgicos ocorrida nas duas greves anteriores. Quando os operários chegaram para a comemoração do Dia do Trabalho, encontraram São Bernardo tomada por oito mil policiais. Os sindicatos foram postos em intervenção e Luiz Inácio Lula da Silva, que então presidia o sindicato de São Bernardo, foi preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. A repressão reforçou definitivamente a convicção de que era necessário mesmo que os trabalhadores tivessem um partido político para lutar por seus direitos. **31 de maio de 1980** — O PT realiza seu primeiro Encontro Nacional e aprova seu programa e estatuto. **1982** — Primeira eleição após a abertura democrática para vereador, prefeito, deputado estadual, federal, parte do Senado e governadores. Candidato a governador em São Paulo, um Lula da Silva petista é eleito governador. **1989** — Nas eleições municipais, o PT conquista três capitais: Porto Alegre, Vitória e, principalmente, São Paulo, com **Luiz Inácio Lula da Silva** eleito governador.

seria praticamente copiado pelo ultra-esquerdista PSTU: “Vote no 3 (esse era o número do PT na época), o resto é burguês”. O PT tem um desempenho eleitoral fraquíssimo: oito deputados federais, 116 vereadores e dois prefeitos (sendo que um deles logo em seguida mudou de partido) **27 de novembro de 1981** — O PT organiza, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, o primeiro comício por eleições diretas para presidente **25 de abril de 1984** — A emenda Dante de Oliveira, que buscava restabelecer as eleições diretas, é rejeitada. Inicia-se a construção da candidatura oposicionista de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O PT resolve não encampar a campanha de Tancredo **15 de janeiro de 1985** — Três deputados do PT — Beto Mendes, Ailton Soares e José Eudes — resolvem desobedecer à orientação do partido e votam em Tancredo. Acabam expulsos do PT. Hoje, o vice de Tancredo, o senador José Sarney (AP), é um dos principais aliados do governo **1985** — O PT elege seu primeiro prefeito de capital, Maria Luíza Fontenelle. A administração **1986** — Na votação para a Assembleia Nacional Constituinte, Lula é eleito o deputado mais votado do Brasil. Depois de participar de todo o processo, porém, o PT, ao final, recusa-se a assinar a Constituição, em protesto à reação do Centrão (grupo de deputados conservadores), que conseguiu evitar a aprovação de algumas propostas mais de esquerda no texto **1988** — Nas eleições para prefeito, o PT conquista três capitais: Porto Alegre, Vitória e, principalmente, São Paulo, com **Luiz Inácio Lula da Silva** eleito governador. **1989** — Nas eleições municipais, o PT conquista três capitais: Porto Alegre, Vitória e, principalmente, São Paulo, com **Luiz Inácio Lula da Silva** eleito governador.

República, Lula surpreende e acaba chegando ao segundo turno contra Fernando Collor. Contra Collor, as forças de centro-esquerda tentam unir-se em torno de Lula. O PT, porém, recusa o apoio do PMDB de Ulysses Guimarães. Hoje, o PMDB é o principal partido aliado do governo Lula.

29 de setembro de 1992 — Collor sofre processo de impeachment, pela corrupção descoberta com o esquema FC. Numa coalizão dos partidos que promoveram o afastamento de Collor, assume o vice, Itamar Franco. O PT, porém, recusa-se a participar do governo Itamar. Acaba suspendendo Luiza Erundina por ela ter aceito ser ministra da Administração. Erundina acabará trocando o PT pelo PSB, e hoje faz oposição ao governo Lula.

1994 — Lula é novamente candidato à Presidência. Sai pelo país em um projeto batizado de Caravana da Cidadania. Seu vice, José Paulo Bisol, do PSB, porém, é denunciado por uma irregularidade orçamentária: apresenta uma emenda que destinava dinheiro para pavimentar uma estrada que passava em uma fazenda sua. Acaba sendo substituído por Aloizio Mercadante na chapa. Vence a eleição Fernando Henrique Cardoso.

1998 — Lula faz dobradinha com Leonel Brizola, do PDT, numa tentativa de união das esquerdas. Mas perde novamente a eleição para Fernando Henrique Cardoso.

2000 — Iniciado com o escândalo da compra de votos para aprovar a emenda da reeleição, o segundo governo Fernando Henrique não tem o vigor do primeiro. Nas eleições municipais de 2000, começa a ficar claro um desejo de mudar. O partido elege 187 prefeitos, incluindo Marta Suplicy, de São Paulo. Mas fica clara também uma opção por um discurso mais moderado — especialmente no caso de Marta — que foi apelidado à época de *PT cor de rosa*.

2002 — Comandado por José Dirceu, o PT prepara a nova candidatura de Lula na condição de favorito. Dirceu convence o partido da necessidade de uma estrutura profissional e cara, como a dos demais partidos. Contrata o marqueteiro Duda Mendonça, que já fizera campanha para o arqui-inimigo Paulo Maluf. Lula apar a barba, corta os cabelos, ameniza seu discurso; compõe o personagem *Lulinha Paz e Amor*. Compromete-se com a mesma política econômica adotada no governo Fernando Henrique na *Carta aos Brasileiros*. É eleito no segundo turno com a maior votação da história, e inicia seu governo com 80% de popularidade.

Janeiro de 2003 — Eleito com mais de 53 milhões de votos, Lúiz Inácio Lula da Silva finalmente assume a Presidência da República, depois de três tentativas frustradas.

2003 — As contradições começam a aparecer. O governo propõe uma reforma previdenciária e os ministros troçam de que lado e a rejeitam quando estava na oposição. Por não aceitar essas contradições, parlamentares de esquerda recusam-se a votar essa proposta. Por conta disso, o PT expulsa a sonadora Heloisa Helena (AL) e os deputados João Fontes (SE), João Batista Babá (PA) e Luciana Genro (RS).

13 de fevereiro de 2004 — Pareceu praga. A exatos 13 meses e 13 dias depois da posse de Lula, num dia 13, estoura o escândalo Waldomiro Diniz, então assessor parlamentar da Casa Civil, homem de confiança do todo-poderoso ministro José Dirceu. Waldomiro aparece em uma fita de vídeo pedindo propina ao empresário do grupo Carlinhos Cachoeira, quando presidia a Loterj. É o começo da derrocada do PT e do governo.

15 de fevereiro de 2005 — No Congresso, durante o ano de 2004, o PT insistirá numa tentativa de aprovar uma emenda que permita a reeleição dos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A emenda é derrotada e o PT sai tarde na discussão do sucessor de João Paulo. O governo impõe o nome de Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) para a Câmara, que não é aceito pela maioria dos deputados. Surge no partido uma candidatura dissidente: Virgílio Guimarães (PT-MG). A bagunça que se segue acaba permitindo que o baixo clero, com a ajuda da oposição, eleja como presidente da Câmara o deputado Severino Cavalcanti (PP-PE).

Mai de 2005 — O diretor da Empresa de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, é flagrado em um vídeo recebendo uma propina de R\$ 3 mil. Na conversa, ele diz que o dinheiro é para um esquema comandado pelo então presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ). Acuado pela denúncia, Jefferson resolve virar homem-bomba: denuncia a existência de um esquema pelo qual o PT pagaria uma mesada a partidos políticos em troca de apoio político, o chamado *mensalão*.

Julho de 2005 — Por mais que tente, o PT não consegue evitar o desdobramento das denúncias. Acabam sendo criadas três CPIs para investigar esquemas de corrupção no partido. José Dirceu, apontado como mentor do mensalão, deixa a Casa Civil.

Julho de 2005 — José Adalberto da Silva é flagrado no aeroporto de São Paulo tentando embarcar carregando dólares escondidos na cueca. Ele é assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães, irmão do presidente do PT, José Genoino. Pressionado pela denúncia, Genoino deixa o cargo e a candidatura para um novo mandato. Em seu lugar, assume Tarso Genro.

Agosto de 2005 — As investigações sobre o mensalão apontam para a responsabilidade de 18 deputados federais, incluídos em relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão. Sete são do PT: José Dirceu (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), Professor Luizinho (PT-SP), Paulo Rocha (PT-PA), José Mentor (PT-SP), Josias Gomes (PT-BA) e João Magro (PT-CE).

Setembro de 2005 — Surge a denúncia de que Severino Cavalcanti recebia uma mesada do empresário Sebastião Buani para explorar os restaurantes da Câmara. Praticamente isolado, o PT fica fora do pedido de abertura de processo de cassação contra ele.

14 de setembro de 2005 — A Câmara aprova a cassação de Roberto Jefferson. A votação aponta para a tendência de que os demais envolvidos, incluindo os sete petistas, também correm risco de perder os seus mandatos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Que se abra o mistério da esfinge”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 18 de setembro do corrente.

O artigo mostra que “depois de tantos anos de pregação moralista é hora de o povo brasileiro proscrever atitudes e comportamentos dessa espécie de gente e se acautelar com os pregões de falsos milagreiros. Quem suporia que atrás dessas promessas de ética e respeito à coisa pública se escondia o demônio plano de arrombamento do caixa da nação. É escusado dizer que o Senhor Lula não é o inocente que se posta como santinho do pau oco. Só um tolo acreditaria que o mar de lama que circundou o Palácio

do Planalto e o congresso Nacional não tenha sua gênese nele próprio, versátil no falatório da embromação e abstêmio no cumprimento do dever de seriamente governar o país”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Que se abra o mistério da esfinge.”

OPINIÃO

Que se abra o mistério da esfinge

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Com a eclosão das revelações oriundas das gravações das conversas de Maurício Marinho pego com a mão na massa recebendo propina de empresários, abriu-se caminho para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar as falcatruas dos Correios. Resultou o fato de um simples acidente de trânsito, graças ao qual se encanaram as portas para as descobertas da sujeira do governo federal. Em seguida, com depoimentos cada vez mais estrepitosos e bombásticos, chegou-se a imaginar que o país estava despenhando desfiladeiro abaixo. Na miscelânea de personagens, confundiam-se servidores do governo, o próprio presidente da República, parlamentares, o Partido dos Trabalhadores, representado, institucionalmente, por sua direção nacional.

A partir daí, sucederam-se duas outras CPIs — a da Compra de Votos e a dos Bingos. Apesar do desânimo que tomou muita gente, ninguém pode concluir que nada resultará do denso acervo de documentos reunidos nos três órgãos de investigação. O saldo positivo até agora contabilizado é, todavia, ainda muito modesto comparado ao tamanho do arrombamento feito nos cofres públicos do país. Uma coisa parece certa. Muita gente vai ter que responder pelo recebimento de valores que não constam de suas declarações de renda. O que não se sabe é se, quando for promovida a cobrança, ainda terão recursos em seus nomes para solver os débitos. Mas, pelo menos, valeu a pena que a sujeira tenha vindo a público.

Também não se pode negar que outras cassações de mandatos deverão ocorrer, além da de Jefferson. Como a todos é assegurado o direito de defesa, evidentemente que os processos terão que obedecer ao rito processual, que, exaurido, permitirá o julgamento final na esfera disciplinar. Em hipóteses como essas, mais comuns as violações éticas da quebra do decoro parlamentar do que propriamente a materialização do crime comum, que sujeita os infratores a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, por disporem do foro por prerrogativa de função.

Até aqui, dois deputados do rol dos que seriam levados ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados esperadamente renunciaram aos seus mandatos. Seguramente outros poderão seguir a mesma trilha. Só resta ao eleitor, doravante, caso os renunciantes disputem novamente o mandato, proceder ao julgamento final da cassação pelo voto. Além desse pequeno saldo colhido, não se pode esquecer que muita coisa tem vindo à tona exclusivamente no bojo da erupção de

circunstâncias nascidas das investigações em andamento.

Na semana passada, novo fato surpreendeu o país com relação ao financiamento das últimas eleições municipais em Goiânia, a envolver o então prefeito do PT, candidato à reeleição e, até mesmo, o próprio irmão do ministro da Fazenda, hoje diretor da Eletrobrás. Sem dúvida, o episódio deverá merecer apuração rigorosa para saber se há fundamento ou não a acusação de que a seguradora que cobria sinistros em companhias estatais de eletricidade teria liberado recursos do caixa 2 destinados a alimentar candidaturas petistas.

Se a situação do presidente Severino era ruim com as denúncias do ex-gerente do restaurante do Anexo IV da Câmara e com os depoimentos dos garçons e, mais, com a prova do insólito termo de prorrogação do contrato de arrendamento do estabelecimento, imagine-se agora como está ante o pagamento do cheque da multa comprovado mediante recebimento efetuado pela secretária. Se já havia material probatório suficiente à cassação do mandato por violação ao decoro e à dignidade parlamentar, não lhe resta mesmo mais nada senão a renúncia do mandato ou, então, a submissão ao traumático processo de cassação.

Malgrado tenham as CPIs possibilitado desvendarem alguns desses lamentáveis desvios de condutas dos que se achavam ou se acham investidos em funções públicas, a grande expectativa da sociedade brasileira está ainda no segredo que envolve o origem do origem do dinheiro que patrocinou a patifaria armada pelo bando do PT e seus prepostos. Esse pessoal precisa pagar o preço do grande mal causado ao país.

Depois de tantos anos de pregação moralista é hora de o povo brasileiro proscrever atitudes e comportamentos dessa espécie de gente e se acautelar contra os pregões de falsos milagreiros. Quem suporia que atrás dessas promessas de ética e respeito à coisa pública se escondia o demônio plano de arrombamento do caixa da nação. É escusado dizer que o Senhor Lula não é o inocente que se posta como santinho do pau oco. Só um tolo acreditaria que o mar de lama que circundou o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional não tenha sua gênese nele próprio, versátil no falatório da embromação e abstêmio no cumprimento do dever de seriamente governar o país. Que se revele o mistério da esfinge.

Seria a maior frustração do povo brasileiro se as investigações em curso não indicassem os verdadeiros responsáveis pela imolação da pátria no altar da traição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em dívida com a reforma agrária”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 18 de setembro do corrente.

O artigo mostra que mais uma vez o Presidente Lula deixará de cumprir uma promessa feita aos seus eleitores. “O governo federal está longe de atingir a meta anual de assentar 115 mil famílias, em 2005. Mais distante ainda está de assentar os 140 mil previstos para o ano que vem”.

Em dívida com a reforma agrária

O governo federal está longe de atingir a meta anual de assentar 115 mil famílias, em 2005. Mais distante ainda está de assentar os 140 mil previstos para o ano que vem. Boa parte dessa dificuldade está na falta de recursos para a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. No primeiro semestre de 2005, apenas 12 mil famílias ganharam terras. O número equivale a 10% do previsto inicialmente de 115 mil, e compromete a promessa feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de dar chão a 400 mil pequenos agricultores até o final do seu governo.

“Com a previsão do orçamento para o ano que vem, não temos dinheiro suficiente para cumprir a meta, assim como foi este ano”, afirma Fábio Pereira, assessor especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Os recursos para 2006 somam pouco menos de R\$ 1 bilhão para a desapropriação de terras. Seriam necessários pelo menos R\$ 500 milhões a mais. A equipe econômica teve que liberar mais recursos em 2005. Em julho, foram liberados R\$ 700 milhões. “Hoje temos condições de assentar 70 mil, mas ainda sobrou um dinheiro.”

De acordo com Pereira, a

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Em dívida com a reforma agrária.”

complementação de recursos e a única saída para o ano que vem. O ministério terá praticamente a mesma previsão orçamentária em 2006 que a deste ano. Houve uma queda de R\$ 100 milhões para o ano que vem dos quase R\$ 3 bilhões da pasta.

Crítica

Apesar da opção dos movimentos sociais de poupar o governo e o presidente, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) João Pedro Stedile cobrou o cumprimento dos compromissos fechados pelo Executivo. “É uma falta de ética. Estamos pedindo que o governo crie vergonha na cara e libere dinheiro para as desapropriações além de estabelecer uma nova linha de crédito rural”, provocou. “Este ano, seriam 115 mil famílias. Até agora, quase ninguém recebeu as terras.” O jeito é pressionar o governo.

No Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, os sem-terra deflagraram uma onda de invasões, batizada de “setembro vermelho”, como forma de pressão para acelerar a reforma agrária na região. As ocupações foram suspensas na quinta-feira passada, após a celebração de um acordo inédito que garantiu a libertação do líder José Rainha Júnior, preso no início do mês, e a revogação do mandado de prisão de outros coordenadores do movimento. (EK e PO)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo da última semana, a Bolsa de Valores de São Paulo experimentou sucessivos movimentos de alta, atingindo recordes históricos. Na quarta-feira, dia 21, a Bovespa ultrapassou a barreira dos 30 mil pontos – maior nível de todos os tempos. O volume de negócios foi extraordinário, o equivalente a 2 bilhões e meio de reais.

Tal desempenho pode ser explicado por um conjunto de fatores. Entre eles, destaca-se, com certeza, o bom momento do setor siderúrgico. Recentes relatórios de bancos de investimentos prevêm, por exemplo, um reajuste de mais de 10% para o minério de ferro nas próximas rodadas de negociação com siderúrgicas asiáticas, pois a demanda chinesa por esse minério continua a crescer.

De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, o cenário externo parece bastante favorável às empresas mineradoras. E não é possível falar de exploração mineral em nosso País sem mencionar a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), sobretudo no presente instante, que talvez seja o mais positivo de sua longa história de mais de 60 anos de existência. Justifica-se, portanto, o otimismo do diretor executivo da área de não-ferrosos, José Auto Lancaster de Oliveira, que assim se manifestou há alguns dias: “Estamos num céu de brigadeiro e temos de aproveitar essa fase”.

Mas qual é, exatamente, a atual “fase”? Nos últimos anos, a recuperação dos preços internacionais dos minérios tem sido expressiva. Nesse quadro, a maior empresa mineradora das Américas planeja investir cerca de 125 milhões de dólares em 2005. Trata-se de um valor que supera em 58,2% o orçamento de 2004. A Vale é a maior produtora e exportadora de minério de ferro e pelotas do mundo, mas pretende diversificar seu *portfolio* e ampliar a participação de outros minerais na sua geração de caixa. Se hoje, o minério de ferro responde por 80% da receita da Companhia, a projeção para 2010 é de que passe a corresponder a 65%.

Para se ter uma idéia do esforço e da ousadia pioneira da Vale do Rio Doce, menciono um dado divulgado por ocasião do XI Congresso Brasileiro de Mineração, ocorrido recentemente em Belo Horizonte, que dá uma noção do ritmo da pesquisa mineral em curso. Atualmente, os técnicos da empresa estão trabalhando em nada menos do que 400 mil furos de prospecção e sondagem de minerais nos 5 continentes! A Vale, conforme nota divulgada por sua assessoria de imprensa, tem interesse em 13 minerais, com destaque para níquel, cobre e carvão mineral.

Seguindo a estratégia de diversificação de produtos, em 2002 e 2003 a empresa realizou pesados investimentos na produção de cobre, na região de Serra dos Carajás, em meu estado natal, a ponto de inverter a posição do Brasil, que era a de importador do metal. O próximo passo da Vale é tornar-se um *player* mundial no mercado de níquel, estimado em 18 bilhões de dólares. De acordo com o presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, “a mineração é o foco da Vale e o níquel é um ativo importante para compor nossa carteira de produtos”.

Para consolidar tal objetivo, a CVRD acabou de fazer uma oferta de 669 milhões de dólares pela mineradora canadense Canico Resource Corporation. O principal ativo da Canico é o Projeto Onça Puma, de exploração de níquel no Sul do Pará. As reservas somam 168,9 milhões de toneladas e são consideradas as mais ricas em níquel do mundo. A produção prevista é da ordem de 60 mil toneladas/ano de ferro-níquel. Ao longo dos próximos quatro anos, serão requeridos investimentos totais de 1 bilhão e duzentos mil dólares, em duas plantas com capacidade para produzir 2,56 milhões de toneladas de minérios por ano. Esse valor equivale a todo o volume de recursos aplicado pela mineradora brasileira este ano no Estado do Pará.

As reservas nacionais de níquel são estimadas em 8,3 milhões de toneladas, o que coloca o País em oitavo lugar mundial. Quanto à produção efetiva, se somado o potencial do Onça Puma ao do Projeto do Vermelho, já desenvolvido pela Vale em Carajás, a empresa atingirá a marca de 106 mil toneladas/ano de ferro-níquel. Outros investimentos em níquel, a cargo de empresas nacionais e estrangeiras, em São Paulo, Piauí, Goiás e no Pará, no região do Araguaia, podem elevar significativamente a produção brasileira do metal, fazendo com que o País salte da décima para a quarta posição mundial.

Estudos dão conta de que a oferta internacional de níquel deverá ficar apertada pelo menos nos próximos três anos, o que torna estratégica sua produção. A demanda chinesa continua em alta, ao passo que os estoques permanecem enxutos. A combinação empurrou os preços da *commodity* para cima. Em 2000, estava em US\$8,6 mil a tonelada. Já em 2004 os preços chegaram a US\$13,8 mil. Senhor Presidente, se considerarmos que a cotação média do metal, até o ano de 2008, deverá oscilar entre US\$14 mil e US\$15 mil, com picos de até US\$20 mil, constatamos que a Vale realiza oportuno negócio ao investir em níquel.

Mais importante, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o fato de que ganha o Brasil. Até 2008, segundo levantamento realizado pelo jornal **Valor Econômico**, o País deve receber investimentos de pelo menos 2 bilhões e meio de dólares em projetos de exploração do níquel. Uma vez atingido o nível de produção almejado, as receitas com exportação irão contribuir sobremaneira com o esforço fiscal do Governo.

Cabe ressaltar, contudo, que a operação de compra da Canico ainda não está fechada. Executivos da empresa canadense deram declarações ambíguas na semana passada, ao passo que as ações da empresa na Bolsa de Valores de Nova York parecem ainda não ter chegado a um ponto de equilíbrio. Todavia, a intenção da CVRD de expandir seus negócios é louvável e merece nosso aplauso, além de reafirmar o compromisso assumido por seu presidente, Roger Agnelli, de aumentar o já considerável nível de investimento no Estado do Pará.

Sr. Presidente, tenho continuamente posto em relevo o papel fundamental da Companhia Vale do Rio Doce para o desenvolvimento da economia nacional e, em particular, para a economia do Estado do Pará. Porção significativa dos negócios da Vale está hoje sediada no Pará, e os investimentos da empresa tornaram-se vitais para o estado. Existe, portanto, uma situação de interdependência e, felizmente para ambas as partes, os propósitos têm convergido. Tal harmonia de interesses não se alcança sem comunicação, entendimento e cooperação constante entre a direção da empresa e o Governo. Com efeito, posso assegurar que é excelente o relacionamento entre a Vale e o Governo do Estado.

E nem poderia ser de outro modo, pois, de um lado, está uma empresa capaz de apresentar planos de investimento profundamente associados às metas de desenvolvimento social, que constituem, ao cabo, a função precípua do ente estatal. A Vale é uma empresa com responsabilidade social, e tem mostrado preocupação em instituir modelos de desenvolvimento sustentável e que permitam a inclusão social. Nas áreas onde atua, são feitos investimentos maciços em infra-estrutura, sobretudo em saneamento básico. A consequência é a melhoria da qualidade de vida das populações vizinhas, como se pode constatar, por exemplo, em Parauapebas, no sopé da Serra dos Carajás.

De outro lado, o Governo do Estado tem feito sua parte, sabendo ofertar as condições básicas para atrair investimentos e gerar riquezas. O Governador Simão

Jatene possui forte perfil empreendedor, ao mesmo tempo em que manifesta grande preocupação social. Trata-se de um dirigente experimentado, com perfil raro na vida política nacional, pois reúne a *expertise* do técnico e a sensibilidade política essencial para o exercício do cargo de Governador.

Sr. Presidente, quero congratular-me com a direção da Companhia Vale do Rio Doce, na figura de seu Diretor-presidente, Roger Agnelli, desejando-lhe sucesso no empreendimento. A CVRD é uma empresa que orgulha a todos os brasileiros, e certamente continuará a contribuir para o desenvolvimento econômico e social de nosso País. Quero, ainda uma vez, saudar o Governador de meu estado, Simão Jatene, exemplo de homem público e profundo conhecedor da realidade regional e nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar nesta sessão, de segunda-feira, 26 de setembro de 2005, coordenada pelo Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro da Silva, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA
Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2005
(Proveniente da
Medida Provisória nº 252, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos
termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de

dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney
Prazo final: 13.10.2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2005

**(Proveniente da Medida Provisória
nº 253, de 2005)**

**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos
termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que *prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

Relator revisor: Senador César Borges
Prazo final: 20.10.2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

**(Encontra-se sobrestando a pauta, nos
termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que *revoga a Medi-*

da Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26.10.2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62 DE 2005 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de*

julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos.)

Ata da 167ª Sessão Deliberativa Ordinária em 27 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, da Sra. Serys
Shlessarenko, dos Srs. Papaléo Paes, Aelton Freitas, Paulo Paim
Flexa Ribeiro e Augusto Botelho

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/9/2005 07:25:06 até 27/9/2005 20:52:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE		X	Bloco-PT	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PMDB	RO	AMIR LINDO		X	PMDB	MA	MAURO FECURY		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	AP	PAPALEO PAES		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRCÍLIO		X	-	CE	PATRICIA SABOYA COMES		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
-	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X	PFL	BA	ROGERIO TOURINHO		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	PMDB	RR	ROMERIG JUCA		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PMDB	RJ	SERGIO CABRAL		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PSDB	PE	SERGIO GUERRA		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PTB	RS	SERGIO ZAMBIASI		X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO		X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
Bloco-PT	SC	ICELI SALVATTI		X	PP	DF	VALMIR AMARAL		X
PMDB	OD	IRIS DE ARAUJO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X
PDT	AM	JEFFERSON PERES		X					
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X					
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PMDB	TO	LEONAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X					

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 230, de 2005 (nº 603/2005, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de dezenove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e dezoito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.177, de 19 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lida a seguinte:

Luiz Augusto Siqueira Bittencourt

CURRICULUM VITAE**DADOS PESSOAIS**

Nome.....: **Luiz Augusto Siqueira Bittencourt**
Filiação: **Augusto Bittencourt e Lady Siqueira Bittencourt**
Data de Nascimento.....: **12 de janeiro de 1947**
Nacionalidade.....: **Brasileira**
Estado Civil.....: **Casado**
CPF.....: **233.870.847-49**
Identidade: **803.406 IPFRJ**
Endereço.....: **SMPW – Quadra 12 – Conj. 03 – Lote 05 – Casa C**
Núcleo Bandeirante - DF - 71.741-203
Telefone.....: **(061) 3338-6028**
Celular: **(061) 9988-9571**
e-mail: **lasbittencourt@terra.com.br**

FORMAÇÃO ESCOLAR

Universitária

- **Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda - UFF - 1972 - Volta Redonda - RJ**
- **McGill University - Master of Engineering – Tese “Cold Shut Formation in Castings” - 1977/1979 Montreal – Canadá**
- **Universidade Presbiteriana Mackenzie - Pós-Graduação Lato Sensu em Comércio Exterior – Monografia “O Couro Brasileiro e o Desafio da Exportação” - 2003/2004 – Brasília – DF (inclui Didática de Ensino Superior)**

MENSAGEM Nº 231, DE 2005

(Nº 618/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado como art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Brasília, 22 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

E.M. Nº 17/MT

Brasília, 24 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Atendendo ao disposto na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, Parágrafo único do Art. 88, levo à consideração de Vossa Excelência o nome do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças, no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, com vistas à submissão da aprovação do Senado Federal, consoante alínea f, inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

- **Curso Políticas Públicas e Globalização – Mestrado da UnB – Instituto de Ciência Política - Prof. Ricardo Caldas – UnB – Brasília - Aluno convidado - 2004**

- **Pesquisa - Fatores de competitividade no Agronegócio: O caso da cadeia produtiva de couro e calçados – Instituto de Ciência Política – UnB – Aluno convidado – início em 2005.**

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Magistério

Professor de matemática nas quinta a oitava séries do ensino fundamental – Colégio Estadual de Pirai – RJ – 1967

Professor de Desenho Geométrico nas primeira e segunda séries do segundo grau – Colégio Estadual Nilo Peçanha – Barra do Pirai – RJ – 1968

Professor de Resistência dos Materiais no Curso Técnico de Edificações da Escola Estadual Prof. Manoel Marinho – Volta Redonda – RJ – 1974

Professor de Cálculo Infinitesimal na Escola de Arquitetura da Fundação Educacional Rosemar Pimentel – Barra do Pirai – RJ - 1975

Engenharia

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – 1972 a 1982

- **Pesquisador do Centro de Pesquisas – 1972 a 1979**

- **Adjunto de Informações Gerenciais da Diretoria de Produção – 1980 a 1982**

- **Coordenação do Planejamento Estratégico da Diretoria de Produção**

- **Criação e manutenção do sistema de informações gerenciais da Diretoria de Produção**

Siderurgia Brasileira S/A – SIDERBRÁS - 1982 a 1990

- **Assessor do Diretor de Operações - Brasília - DF.**

- **Chefe da Assessoria de Desenvolvimento Tecnológico - Brasília - DF**

- **Representante da SIDERBRÁS junto à Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais - ANPEI.**

- **Coordenação na SIDERBRÁS do Projeto “Tópicos Especiais em Siderurgia”, patrocinado pela Organização dos Estados Americanos.**

- **Coordenação de 9 Projetos Cooperativos de Pesquisa e Desenvolvimento do Sistema SIDERBRÁS junto a UNIDO (United Nations Industrial Development Organization).**
- **Coordenação na SIDERBRÁS do Acordo de Cooperação Técnica Brasil - URSS.**
- **Coordenação das atividades de desenvolvimento tecnológico e de inovação tecnológica das empresas do sistema Siderbrás.**

Companhia Siderúrgica Nacional – CSN - 1990 a 1992

- **Superintendente de Administração de Tecnologia - Volta Redonda – RJ**
 - **Atualização tecnológica e aquisição, administração e venda de tecnologia**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -

IBAMA – 1993 a 1994

- **Chefe do Departamento de Qualidade Ambiental – DEAMB**
 - **Gerenciamento das autorizações para produção de agrotóxicos e para importação de produtos controlados:**
 - **Representação do Governo Brasileiro em reuniões da Convenção de Basiléia (Resíduos Perigosos) e da Convenção de Londres (Disposição de Resíduos no Mar).**

Secretaria de Política Industrial do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – 1994 a 1998

- **Coordenador Setorial de Couro, Calçado, Têxtil, Vestuário, Mármore e Granito, Vidro, Móveis, Cosméticos, Material de Limpeza e Construção Civil,**
- **Análise de fatores de competitividade, avaliação dos “clusters” e de reestruturação industrial dos setores mencionados.**

- Participação em negociações sobre “ex-tarifário”, desenvolvimento tecnológico, alíquotas de importação e de exportação, reestruturação industrial, preservação da camada de ozônio e negociações no âmbito do Mercosul.

Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil – CICB – desde 1998

– Secretário Executivo do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil – CICB, entidade nacional que representa o setor curtidor brasileiro.

- Elaboração para apresentação ao governo de trabalhos sobre “Ex-tarifário”, Mercosul, União Européia, Tarifa Externa Comum, Sistema Geral de Preferência – SGP, Feiras Internacionais e Comércio Exterior

- Representação do setor curtidor na Coalizão Empresarial Brasileira, coordenada pela CNI.

- Representação do CICB na Câmara Setorial da Carne Bovina, coordenada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

- Representação do CICB no Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Couro e Calçados, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

- Elaboração e controle de convênio com APEX e respectiva prestação de contas.

ESTÁGIOS E REUNIÕES NO EXTERIOR

- Representação da SIDERBRÁS junto a SIDERSA da Bolívia - La Paz - 1984.

- Reuniões e visitas a Centros de Pesquisa de Moscou e negociações para Projetos Cooperativos e Acordos de Cooperação Técnica - URSS - 1989.

- **Negociação com UNIDO para financiamento de Projetos Cooperativos de Pesquisa e Desenvolvimento para a SIDERBRÁS - Áustria - 1989.**
- **Reuniões e negociações quadripartites com Argentina, Paraguai e Uruguai nas áreas de Tecnologia e Meio Ambiente no MERCOSUL - Buenos Aires, Assunção e Montevideu - 1993/1994.**
- **Participação em reuniões da Secretaria Executiva do Protocolo de Montreal sobre ações de preservação da Camada de Ozônio- Canadá - 1994.**
- **Representação do Governo Brasileiro na reunião da Convenção de Basiléia - Suíça - 1994.**
- **Representação do Governo Brasileiro,na reunião Técnica sobre a Decisão II/12 da Convenção de Basiléia - Senegal - 1995.**
- **Representação do Governo Brasileiro em reunião da Organização Marítima Internacional - Inglaterra - 1995.**
- **Reuniões e negociações quadripartites com Argentina, Paraguai e Uruguai sobre tecnologia e sobre setores de Couro, Calçados, Têxtil e Vestuário no MERCOSUL - Buenos Aires, Assunção e Montevideu - 1996/1998.**
- **Organização da participação de curtumes brasileiros nas Feiras de Bologna (Itália), Hong Kong e Miami. 1999/2001**
- **Participação e elaboração das propostas nas negociações sobre o setor curtidor para formação da ALCA e no acordo Mercosul e União Européia – em curso.**

REFERÊNCIAS

- **Prof. Ricardo Wahrendoff Caldas – UnB – fone celular 61 9214-7501**
- **Dr. Roberto Nogueira Ferreira – Consultor – fone escritório 61 326-5216**

Brasília, agosto de

LUIZ AUGUSTO SIQUEIRA BITTENCOURT

Aviso nº 1.019 – C. Civil

Brasília, 22 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luiz Augusto Siqueira Bittencourt, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 97/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 697, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 175/2005, de 15 do corrente, do Ministro do Esporte, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 718, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 408/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 413, de 2005, Arthur Virgílio;
- Nº 409/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 666, de 2005, do Senador Eduardo Azeredo;
- Nº 1.946/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 721, de 2005, do Senador José Jorge; e
- Nº 1.947/2005, de 19 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 699, de 2005, do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações referentes aos **Requerimentos nºs 718 e 721, de 2005**, encontram-se à disposição dos requerentes na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 27/2005, de 16 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 394, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 28/2005, de 16 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 399, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 162/2005, de 20 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 719, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 163/2005, de 20 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 682, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 216/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 720, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 217/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 624, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 219/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 648, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho;
- Nº 220/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 637, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 366/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 781, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 368/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em res-

posta ao Requerimento nº 717, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 931/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 416, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 932/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 476, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 933/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 779, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 934/2005, de 16 do corrente, do Ministro da Saúde, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 440, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 979/2005, de 16 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 429, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 980/2005, de 16 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 427, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

As informações referentes aos **Requerimentos nºs 440 e 717, de 2005**, encontram-se à disposição dos requerentes na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2005
(COMPLEMENTAR)**

Acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a rim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Capítulo IV da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigor acrescido da seguinte Seção IV e respectivos artigos:

**“CAPÍTULO IV
Da Despesa Pública**

.....
SEÇÃO IV

Das Despesas com Publicidade e Propaganda

Art. 24-A. As despesas com propaganda e publicidade não excederão:

I – 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente líquida da União;

II – 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Distrito Federal, dos Estados e Municípios.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, somar-se-ão todos os recursos gastos com a divulgação de políticas públicas, realizações, programas institucionais e sociais ou qualquer outra mensagem cuja concepção, elaboração ou difusão seja custeada com recursos públicos.

§ 2º Tais limites poderão ser excedidos na hipótese de decretação de calamidade pública, estado de defesa ou estado de sítio, unicamente para informar a população sobre condutas necessárias ao restabelecimento de sua segurança.

§ 3º Excluir-se-ão do cálculo previsto no § 1º os gastos realizados com a propaganda eleitoral gratuita prevista na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e com a instrução dos eleitores realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As investigações levadas a cabo por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios” trouxeram à tona o universo escabroso das relações dos governos com suas agências de publicidade, que ficaram caracterizadas pela ausência de transparência e de critérios objetivos para a escolha das prestadoras dos serviços de propaganda que serão contratadas.

Paralelamente a esses fatos, o crescente gasto público, com propaganda e publicidade, ao mesmo tempo em que alimenta esse sistema, gera um desvio de finalidade dos recursos públicos, que acabam por promover as realizações dos governantes, ao invés de favorecer uma melhor execução das políticas públicas em si.

Historicamente, o valor destinado aos gastos com propaganda e publicidade vem sendo definido pelas leis orçamentárias anuais, sujeitas a pressões já bem conhecidas e passíveis de comportar freqüentes aumentos em tais destinações de recursos. Dessa forma, amparados no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal entendemos devida a inclusão de norma na Lei de Responsabilidade Fiscal que venha a limitar as despesas com publicidade e propaganda, de modo a evitar o descalabro que hoje se vê.

Faz-se necessário que tal norma seja incluída na LRF em virtude de sua natureza complementar, pois, um dispositivo com esse teor vigente numa lei ordinária não vincularia a redação do orçamento, uma vez que ele também é lei formal, com possibilidades, portanto, de derogar uma norma anterior de mesmo nível que lhe contradiga. Embora cientes da ausência de hierarquia entre a lei ordinária e complementar, segundo entendimento dominante do Supremo Tribunal Federal, entendemos que dentre as faculdades conferidas pela Carta Magna à lei complementar no já citado Capítulo II de seu Título VI, está a possibilidade de orientar a confecção das leis orçamentárias, também no que diz respeito aos gastos com publicidade e propaganda.

Por esses motivos, estamos seguros da aprovação por esta Casa do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO IV
Da Despesa Pública**

**SEÇÃO I
Da Geração da Despesa**

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do **caput** constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

**ÍNDICE TEMÁTICO
Vide texto compilado
PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e

a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO VI
Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II
Dos Direitos Sociais

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000)*

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)*

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; *(vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)*

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal; *(Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)*

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhos urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; *(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25-05-2000)*

a) cinco anos para o trabalhador urbano, até o limite de dois anos após a extinção do contrato;

b) até dois anos após a extinção do contrato, para o trabalhador rural; (Revogado pela Emenda Constitucional nº 28, de 25-05-2000)

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no trabalho portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho profissional respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical

respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo

de direção ou representação sindical e, se eleita, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º – A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º – Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, Cabendo à última em Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2005

Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigor acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 46.

.....

§ 5º Para a contratação de serviços de propaganda e publicidade, será vedada a adoção de licitações do tipo “melhor técnica”, bem como as do tipo “técnica e preço”, sempre que o peso atribuído à valoração da proposta de preço referido no inciso II do § 2º deste artigo represente menos que 50% (cinquenta por cento) da média ponderada final.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As investigações levadas a cabo por ocasião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “dos Correios” trouxeram à tona o universo escabroso das relações dos governos com suas agências de publicidade, que ficaram caracterizadas pela ausência de transparência e de critérios objetivos para a escolha das prestadoras dos serviços de propaganda que serão contratadas.

Um dos maiores problemas no que se refere à contratação de tais serviços de publicidade pelo Poder Público é que as licitações são direcionadas na esmagadora maioria dos casos. Isso se dá porque elabora-se um edital de licitação do tipo “melhor técnica” onde os critérios para julgamento são subjetivos e direcionados para favorecer a agência de propaganda que de antemão já se deseja contratar. As diferentes concorrentes são usualmente instadas a apresentar projetos de comunicação que serão avaliados por uma comissão interna do órgão licitante e que, na prática, apenas formaliza a decisão política anteriormente tomada de escolher este ou aquele licitante. Eventualmente, são também realizadas licitações do tipo “técnica e preço” nas quais se atribui à proposta econômica (de preço) um peso tão reduzido na avaliação final que verdadeiramente demonstra ser aquela uma licitação do tipo “melhor técnica” mascarada.

A presente alteração na Lei de Licitações determina um peso mínimo de 50% (cinquenta por cento) para a proposta econômica nas licitações de serviços de publicidade, dificultando o direcionamento de tais contratos, aumentando a concorrência e aplicando o princípio da isonomia, que vem sendo fraudado em tais licitações. Ainda, em virtude da relevância do critério de preço, levaria necessariamente a uma economia nos gastos públicos que seria rapidamente percebida.

Por esses motivos, estamos seguros da aprovação por esta Casa do presente projeto de lei.

Saia das Sessões, 27 de setembro de 2005.
– Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.666, DE 24 DE JUNHO DE 1993

Texto compilado

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 46. Os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Nas licitações do tipo “melhor técnica” será adotado o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório, o qual fixará o preço máximo que a Administração se propõe a pagar:

I – serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas exclusivamente dos licitantes previamente qualificados e feita então a avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, definidos com clareza e objetividade no instrumento convocatório e que considerem a capacitação e a experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução;

II – uma vez classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço dos licitantes que tenham atingido a valorização mínima estabelecida no instrumento convocatório e à negociação das condições propostas, com a proponente melhor classificada, com base nos orçamentos detalhados apresentados e respectivos preços unitários e tendo como referência o limite representado pela proposta de menor preço entre os licitantes que obtiveram a valorização mínima;

III – no caso de impasse na negociação anterior, procedimento idêntico será adotado, sucessivamente, com os demais proponentes, pela ordem de classificação, até a consecução de acordo para a contratação;

IV – as propostas de preços serão devolvidas intactas aos licitantes que não forem preliminarmente habilitados ou que não obtiverem a valorização mínima estabelecida para a proposta técnica.

§ 2º Nas licitações do tipo “técnica e preço” será adotado, adicionalmente ao inciso I do parágrafo anterior, o seguinte procedimento claramente explicitado no instrumento convocatório:

I – será feita a avaliação e a valorização das propostas de preços, de acordo com critérios objetivos preestabelecidos no instrumento convocatório;

II – a classificação dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório.

§ 3º Excepcionalmente, os tipos de licitação previstos neste artigo poderão ser adotados, por autorização expressa e mediante justificativa circunstanciada da maior autoridade da Administração promotora constante do ato convocatório, para fornecimento de bens e execução de obras ou prestação de serviços de grande vulto majoritariamente dependentes de tecnologia nitidamente sofisticada e de domínio restrito, atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação, nos casos em que o objeto pretendido admitir soluções alternativas e variações de execução, com repercussões significativas sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade concretamente mensuráveis, e estas puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, na conformidade dos critérios objetivamente fixados no ato convocatório.

§ 4º (Vetado). (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra ao Plenário que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicada a reverenciar a memória do ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto, de acordo com o **Requerimento nº 918, de 2005**, do Senador Roberto Saturnino e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 34, de 2005** (nº 382/2005, na origem), de 23 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, nos meses de julho e agosto de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, anexado ao processado do **Avi-so nº 9, de 2005**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 113, de 2005-CN (nº 626/2005, na origem), pela qual o Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2005.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 114, de 2005-CN (nº 614/2005, na origem), pela qual o Presidente da República, encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição Federal, a proposta de modificação do Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006, com nova estimativa de receita.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a mensagem recebida:

(*) MENSAGEM Nº 114, DE 2005–CN

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Aviso nº 6658-GP/TCU

Brasília, 21 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimento cordialmente Vossa Excelência e em atenção ao Ofício nº 1912 (SF), de 18-8-2005, por meio do qual foi encaminhada cópia do Requerimento nº 861/2005, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a realização de auditoria pelo TCU na Casa da Moeda do Brasil, de 2003 até a presente data, com finalidade de investigar a gestão do Sr. Manoel Severino dos Santos, ex-Presidente da Entidade — infor-mo-lhe que este Tribunal já autuara processo (de nº TC-012.097/2005-2) referente a auditoria de escopo idêntico ao solicitado.

(*) Os Volumes I, II e IV, Tomo II, do Projeto de Lei nº 40, de 2005, serão republicados no Suplemento ao presente **Diário do Senado Federal**.

Decorrente dessa auditoria, em razão da constatação imediata de indícios de irregularidade em contratação realizada pela CMB, também foi autuado o TC-013.895/2005-6.

Ambos os processos estão, no momento, sendo analisados pela Unidade Técnica competente do TCU.

Assim, tão logo tais processos sejam apreciados por esta Corte de Contas, as respectivas decisões serão remetidas à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes, PSDB – AP)

– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do **Requerimento nº 861, de 2005**, que ficará na Secretaria-Geral da Mesa, para aguardar a decisão do Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

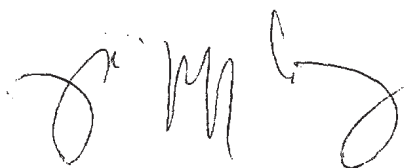
PARECER Nº 1.769, DE 2005

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005. –

,Presidente



,Relator

ANEXO AO PARECER Nº 1.769, DE 2005

Redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

Altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 60 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 60. Até o final do exercício de 2016, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o **caput** do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, a ser divulgado pelo Tribunal de Contas da União e que corresponderá à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas, ressalvado o disposto no § 8º.

§ 8º No primeiro, segundo e terceiro anos da vigência desta Emenda, o valor mínimo anual por aluno será, respectivamente, de 70%, 80% e 90% do valor calculado pelo Tribunal de Contas da União, segundo a regra prevista no § 3º (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005. _

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 29 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 22/09/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	
RELATOR:	<i>Sen. José Jorge</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB) ⁽⁴⁾	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) ⁽¹⁾	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
VAGO ⁽⁵⁾	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- (VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 15/09/2005.

(1) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17/08/2005 a 13/01/2006.

(4) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

(5) O Senador João Batista Motta deixou de integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em 15/09/2005.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2005-CN

MENSAGEM Nº 112, DE 2005-CN

(nº 616/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESPE	IND	PR	COM	OUTE	VALOR
		0461 PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO						2.500.000
		ATIVIDADES						
19 571	0461 4947	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA						2.500.000
19 571	0461 4947 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE CIENCIA E TECNOLOGIA - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	2.500.000
		0463 INOVACAO E COMPETITIVIDADE						36.244.072
		OPERACOES ESPECIAIS						
19 845	0463 0741	EQUALIZACAO DE TAXA DE JUROS EM FINANCIAMENTO A INOVACAO TECNOLÓGICA (CT-VERDE AMARELO)						17.040.010
19 845	0463 0741 0001	EQUALIZACAO DE TAXA DE JUROS EM FINANCIAMENTO A INOVACAO TECNOLÓGICA (CT-VERDE AMARELO) - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	17.040.010
19 845	0463 0743	SUBVENCAO ECONOMICA A EMPRESAS QUE EXECUTAM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL (PDTH) OU PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUARIO (PDTA - CT-VERDE AMARELO - LEI Nº 10.332/01)						1.000.000
19 845	0463 0743 0001	SUBVENCAO ECONOMICA A EMPRESAS QUE EXECUTAM PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO INDUSTRIAL (PDTH) OU PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AGROPECUARIO (PDTA - CT-VERDE AMARELO - LEI Nº 10.332/01) - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	1.000.000
19 845	0463 0745	ESTIMULO AS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA MEDIANTE PARTICIPACAO NO CAPITAL (CT-VERDE AMARELO)						16.004.062
19 845	0463 0745 0001	ESTIMULO AS EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA MEDIANTE PARTICIPACAO NO CAPITAL (CT-VERDE AMARELO) - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	16.004.062
19 845	0463 0748	INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM CIENCIA E TECNOLOGIA PELA IMPLEMENTACAO DE INSTRUMENTOS DE GARANTIA DE LIQUIDEZ (CT-VERDE AMARELO - LEI Nº 10.332, DE 2001)						500.000
19 845	0463 0748 0001	INCENTIVO AO INVESTIMENTO EM CIENCIA E TECNOLOGIA PELA IMPLEMENTACAO DE INSTRUMENTOS DE GARANTIA DE LIQUIDEZ (CT-VERDE AMARELO - LEI Nº 10.332, DE 2001) - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	500.000
		ATIVIDADES						
19 572	0463 6214	FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLÓGICA NAS AREAS DE MATERIAIS, DISPOSITIVOS AVANÇADOS E MICROELETRONICA						1.000.000
19 572	0463 6214 0001	FOMENTO A PESQUISA, AO DESENVOLVIMENTO E A INOVACAO TECNOLÓGICA NAS AREAS DE MATERIAIS, DISPOSITIVOS AVANÇADOS E MICROELETRONICA - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	1.000.000
19 572	0463 6434	FOMENTO A PROJETOS DE INCUBACAO, EXTENSAO E TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIAS						700.000
19 572	0463 6434 0001	FOMENTO A PROJETOS DE INCUBACAO, EXTENSAO E TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIAS - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	700.000
		0471 CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL						9.440.010
		ATIVIDADES						
19 572	0471 4147	FOMENTO A CAPACITACAO TECNOLÓGICA EM TEMAS DE IMPACTO SOCIAL						8.240.010
19 572	0471 4147 0001	FOMENTO A CAPACITACAO TECNOLÓGICA EM TEMAS DE IMPACTO SOCIAL - NACIONAL	F	3	2	90	0 300	8.240.010
19 572	0471 6256	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E						7.740.010
			F	4	2	90	0 300	500.000

19 572	0471 6256 0001	PESQUISAS DA DINAMICA DE INOVACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL								700.000
		FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS DA DINAMICA DE INOVACAO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		700.000
19 572	0471 6830	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E USO DE TECNOLOGIAS NA AREA DE TELEMEDICINA								500.000
19 572	0471 6830 0001	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO E USO DE TECNOLOGIAS NA AREA DE TELEMEDICINA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		500.000
1110 DESENVOLVIMENTO DA NANOCENCIA E DA NANOTECNOLOGIA										1.000.000
ATIVIDADES										
19 572	1110 6225	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM NANOCENCIA E NANOTECNOLOGIA								1.000.000
19 572	1110 6225 0001	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM NANOCENCIA E NANOTECNOLOGIA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		1.000.000
1112 DIFUSAO E POPULARIZACAO DA CIENCIA										700.000
ATIVIDADES										
19 573	1112 4148	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS PARA POPULARIZACAO DA CIENCIA								200.000
19 573	1112 4148 0001	APOIO A ENTIDADES PARA PROMOCAO DE EVENTOS PARA POPULARIZACAO DA CIENCIA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		200.000
19 573	1112 6021	FOMENTO A DIFUSAO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS								500.000
19 573	1112 6021 0001	FOMENTO A DIFUSAO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		500.000
TOTAL - FISCAL										49.884.082
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										49.884.082

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0273 LUZ PARA TODOS										3.773.519
PROJETOS										
25 752	0273 1379	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELETRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NAO-SUPRIDAS PELA REDE ELETRICA CONVENCIONAL (PRODEEM)								3.773.519
25 752	0273 1379 0001	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELETRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NAO-SUPRIDAS PELA REDE ELETRICA CONVENCIONAL (PRODEEM) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		3.273.519
25 752	0273 1379 0010	ATENDIMENTO DAS DEMANDAS POR ENERGIA ELETRICA EM LOCALIDADES ISOLADAS NAO-SUPRIDAS PELA REDE ELETRICA CONVENCIONAL (PRODEEM) - NA REGIAO NORTE	F	3	2	90	0	300		500.000
TOTAL - FISCAL										3.773.519
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.773.519

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0271 ABASTECIMENTO DE PETROLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATURAL E ALCOOL COMBUSTIVEL										3.121.060
ATIVIDADES										
25 753	0271 2379	GESTAO DO ACERVO DE INFORMACOES SOBRE BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS E DA INDUSTRIA DO PETROLEO E GAS NATURAL								1.192.782
25 753	0271 2379 0001	GESTAO DO ACERVO DE INFORMACOES SOBRE BACIAS SEDIMENTARES BRASILEIRAS E DA INDUSTRIA DO PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		1.192.782
25 130	0271 2380	OUTORGA DE CONCESSOES PARA EXPLORACAO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL								261.055
25 130	0271 2380 0001	OUTORGA DE CONCESSOES PARA EXPLORACAO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		261.055
25 130	0271 2381	GESTAO DAS CONCESSOES PARA EXPLORACAO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL								1.159.223
25 130	0271 2381 0001	GESTAO DAS CONCESSOES PARA EXPLORACAO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE PETROLEO E GAS NATURAL - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		1.159.223
25 665	0271 2388	REGULAMENTACAO DAS ATIVIDADES DA INDUSTRIA DO PETROLEO E DA DISTRIBUICAO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETROLEO E ALCOOL COMBUSTIVEL								508.000
25 665	0271 2388 0001	REGULAMENTACAO DAS ATIVIDADES DA INDUSTRIA DO PETROLEO E DA DISTRIBUICAO E REVENDA DE DERIVADOS DE PETROLEO E ALCOOL COMBUSTIVEL - NACIONAL	F	3	2	90	0	300		508.000
TOTAL - FISCAL										3.121.060
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										3.121.060

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
0052 EDUCACAO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTAVEIS										213.511
ATIVIDADES										
18 131	0052 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA								213.511
18 131	0052 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	50	0	300		101.964
			F	3	2	90	0	300		111.547
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS										142.695

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
		ATIVIDADES						
18 122	0104 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						142.695
18 122	0104 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	142.695
								142.695
		0498 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO PANTANAL						213.750
		OPERACOES ESPECIAIS						
18 541	0498 0768	APOIO A ATIVIDADES ECONOMICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTAVEIS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI						11.250
18 541	0498 0768 0051	APOIO A ATIVIDADES ECONOMICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTAVEIS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI - NO ESTADO DO MATO GROSSO	F	3	2	90	2	11.250
								11.250
		ATIVIDADES						
18 122	0498 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						202.500
18 122	0498 2272 0051	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NO ESTADO DO MATO GROSSO	F	3	2	90	0	101.250
								101.250
18 122	0498 2272 0054	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	F	3	2	90	0	101.250
								101.250
		0500 NACIONAL DE ECOTURISMO						1.085.655
		OPERACOES ESPECIAIS						
18 695	0500 0782	APOIO A IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA NOS POLOS ECOTURISTICOS						1.085.655
18 695	0500 0782 0001	APOIO A IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA NOS POLOS ECOTURISTICOS - NACIONAL	F	3	2	30	0	44.461
			F	3	2	90	0	812.978
			F	4	2	30	0	228.216
								1.085.655
		0506 NACIONAL DE FLORESTAS						1.319.064
		PROJETOS						
18 126	0506 12BW	IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES FLORESTAIS						504.000
18 126	0506 12BW 0001	IMPLANTACAO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMACOES FLORESTAIS - NACIONAL	F	3	2	90	0	504.000
								504.000
		ATIVIDADES						
18 122	0506 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						365.064
18 122	0506 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0	365.064
								365.064
18 131	0506 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						450.000
18 131	0506 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	450.000
								450.000
		0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE						493.632
		ATIVIDADES						
18 128	0511 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO						315.000
18 128	0511 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	315.000
								315.000
18 121	0511 8661	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM AREAS SELECIONADAS						178.632
18 121	0511 8661 0001	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM AREAS SELECIONADAS - NACIONAL	F	3	2	80	0	101.904
			F	3	2	90	0	75.248
18 121	0511 8661 0010	PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM AREAS SELECIONADAS - NA REGIAO NORTE	F	3	2	90	0	1.480
								1.480
		1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONVIVER						140.192

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
		PROJETOS						
18 126	0104 7379	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACAO SOBRE O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS IMPLANTACAO DO SISTEMA DE INFORMACAO SOBRE O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS - NACIONAL						78.000
18 126	0104 7379 0001							78.000
			F 3 2 90 0 300					78.000
		0499 AREAS PROTEGIDAS DO BRASIL						61.560
		ATIVIDADES						
18 541	0499 6381	REGULARIZACAO FUNDIARIA DAS UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS REGULARIZACAO FUNDIARIA DAS UNIDADES DE CONSERVACAO FEDERAIS - NACIONAL						61.560
18 541	0499 6381 0001							61.560
			F 3 2 90 0 300					61.560
		0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE						2.106.471
		ATIVIDADES						
18 122	0511 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL						2.106.471
18 122	0511 2272 0001							2.106.471
			F 3 2 80 0 300					404.245
			F 3 2 90 0 300					1.671.484
		F 4 2 90 0 300					30.742	
		0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS						141.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
18 212	0681 0285	CONTRIBUICAO A CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA - CITES CONTRIBUICAO A CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA - CITES - NACIONAL						141.000
18 212	0681 0285 0001							141.000
			F 3 2 80 0 300					141.000
		1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS						55.116
		ATIVIDADES						
18 128	1145 6060	CAPACITACAO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS CAPACITACAO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS - NACIONAL						55.116
18 128	1145 6060 0001							55.116
			F 3 2 90 0 300					55.116
		TOTAL - FISCAL						2.442.147
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						2.442.147

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE						1.058.400	

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
		PROJETOS							
18 122	0511 11TN	REFORMA DO BLOCO L DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS						756.000	
18 122	0511 11TN 0053	REFORMA DO BLOCO L DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - NO DISTRITO FEDERAL	F	4	2	90	0	300	
		ATIVIDADES							
18 128	0511 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO						302.400	
18 128	0511 4572 0001	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	
		1107 PROBACIAS							1.449.000
		ATIVIDADES							
18 544	1107 4980	FOMENTO A CRIACAO DE COMITES E AGENCIAS EM BACIAS HIDROGRAFICAS						1.449.000	
18 544	1107 4980 0001	FOMENTO A CRIACAO DE COMITES E AGENCIAS EM BACIAS HIDROGRAFICAS - NACIONAL	F	3	2	30	0	300	
			F	3	2	40	0	300	
			F	3	2	90	0	300	
		1304 CONSERVACAO, USO RACIONAL E QUALIDADE DAS AGUAS							189.000
		ATIVIDADES							
18 131	1304 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						189.000	
18 131	1304 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	
		TOTAL - FISCAL							2.696.400
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							2.696.400

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 UNIDADE : 44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U T	F T E	VALOR
		0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL							37.500
		PROJETOS							
18 391	0167 7720	REFORMA DO PREDIO DO MUSEU-SITIO CASA DOS PILOES						37.500	
18 391	0167 7720 0033	REFORMA DO PREDIO DO MUSEU-SITIO CASA DOS PILOES - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	90	0	300	
		0508 CONSERVACAO, USO SUSTENTAVEL E RECUPERACAO DA BIODIVERSIDADE							11.250
		OPERACOES ESPECIAIS							
18 541	0508 0774	APOIO A INTEGRACAO DE JARDINS BOTANICOS						7.500	
18 541	0508 0774 0001	APOIO A INTEGRACAO DE JARDINS BOTANICOS - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	
		PROJETOS							
18 541	0508 7448	CONSERVACAO DO ACERVO BOTANICO ESPECIALIZADO						3.750	
18 541	0508 7448 0033	CONSERVACAO DO ACERVO BOTANICO ESPECIALIZADO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	90	0	300	
		0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE							37.500

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
		ATIVIDADES							
18 128	0511 4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO							37.500
18 128	0511 4572 0033	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							37.500
						F	3 2 90 0 300	37.500	
1112 DIFUSAO E POPULARIZACAO DA CIENCIA								8.131	
		ATIVIDADES							
18 573	1112 6012	DIFUSAO E PRODUCAO TECNICO-CIENTIFICA							8.131
18 573	1112 6012 0001	DIFUSAO E PRODUCAO TECNICO-CIENTIFICA - NACIONAL							8.131
						F	3 2 90 0 300	8.131	
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA CIENTIFICA								2.850	
		ATIVIDADES							
18 128	1375 4909	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE POS-GRADUACAO EM BOTANICA E MEIO AMBIENTE							2.850
18 128	1375 4909 0033	FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE POS-GRADUACAO EM BOTANICA E MEIO AMBIENTE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.850
						F	3 2 90 0 300	2.850	
TOTAL - FISCAL								97.231	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								97.231	

ORGAO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
 UNIDADE : 44901 - FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTAVEIS							105.922
		ATIVIDADES							
18 541	0104 2963	FOMENTO A PROJETOS DE USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS							105.922
18 541	0104 2963 0001	FOMENTO A PROJETOS DE USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - NACIONAL							105.922
						F	3 2 50 2 300	82.053	
						F	3 2 90 2 300	23.869	
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF								951.000	
		ATIVIDADES							
18 606	0351 6462	FOMENTO A PROJETOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO PARA AGRICULTURA FAMILIAR							951.000
18 606	0351 6462 0001	FOMENTO A PROJETOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO PARA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL							951.000
						F	3 2 30 0 300	252.000	
						F	3 2 50 0 300	616.000	
						F	4 2 30 0 300	83.000	
0497 GESTAO DA POLITICA NACIONAL DE RECURSOS HIDRICOS								630.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
18 544	0497 0718	APOIO A ESTRUTURACAO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS							630.000
18 544	0497 0718 0001	APOIO A ESTRUTURACAO DOS SISTEMAS ESTADUAIS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HIDRICOS - NACIONAL							630.000
						F	3 2 30 0 300	588.000	
						F	4 2 30 0 300	42.000	
0506 NACIONAL DE FLORESTAS								199.743	

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
		PROJETOS						
05 244	0643 1211	IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS MAIS CARENTES DA REGIAO DA CALHA NORTE						430.000
05 244	0643 1211 0166	IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS MAIS CARENTES DA REGIAO DA CALHA NORTE - NO ESTADO DE RORAIMA						430.000
			F	4	2	99	0	300
								430.000
		1057 COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORCAS ARMADAS						1.000.000
		ATIVIDADES						
05 722	1057 2385	SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES VIA SATELITE						1.000.000
05 722	1057 2385 0001	SISTEMA DE COMUNICACOES MILITARES VIA SATELITE - NACIONAL						1.000.000
			F	3	2	90	0	300
								1.000.000
		TOTAL - FISCAL						1.430.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						1.430.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO						10.000.000	
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						10.000.000	
05 122	0750 2000 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						10.000.000	
			F	3	2	90	0	300	
								10.000.000	
		TOTAL - FISCAL						10.000.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						10.000.000	

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0620 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DO EXERCITO						5.000.000	

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
		ATIVIDADES						
05 153	0620 2890	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BELICO - NACIONAL						5.000.000
05 153	0620 2890 0001							5.000.000
			F	3	2	90	0	300
		0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO						5.100.000
		PROJETOS						
05 153	0628 3134	ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES - NACIONAL						850.000
05 153	0628 3134 0001							850.000
			F	4	2	90	0	300
05 153	0628 3142	INSTALACAO DE ORGANIZACOES MILITARES INSTALACAO DE ORGANIZACOES MILITARES - NACIONAL						4.250.000
05 153	0628 3142 0001							4.250.000
			F	4	2	90	0	300
		0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE						3.000.000
		ATIVIDADES						
05 572	0642 4403	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DA FORCA TERRESTRE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DA FORCA TERRESTRE - NACIONAL						3.000.000
05 572	0642 4403 0001							3.000.000
			F	3	2	90	0	300
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO						10.000.000
		ATIVIDADES						
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						10.000.000
05 122	0750 2000 0001							10.000.000
			F	3	2	90	0	300
		TOTAL - FISCAL						23.100.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						23.100.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO						10.000.000	
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL						10.000.000	
05 122	0750 2000 0001							10.000.000	
			F	3	2	90	0	300	
		TOTAL - FISCAL						10.000.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						10.000.000	

EM nº 00191/2005 - MP

Brasília, 12 de setembro de 2005,

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O Poder Executivo encaminhou, para apreciação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 7.188, de 2002, que trata de proposta de desvinculação de parte dos recursos de **Royalties** e de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural. Tais recursos destinam-se a estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, estudos de planejamento da expansão do sistema energético, estudos e projetos relacionados à preservação do meio ambiente, recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo, encargos da fiscalização e proteção das áreas de produção de petróleo, estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional, sendo que as restrições impostas pela legislação têm implicado na geração de sucessivos superávits financeiros na fonte específica e em questionamentos pela não aplicação integral dos recursos.

2. O art. 96 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005) estabeleceu que, na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária e da respectiva Lei para 2005, poderiam ser considerados os efeitos de propostas de alterações na Legislação tributária e das contribuições que fossem objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que estivesse em tramitação no Congresso Nacional.

3. Com base nessa norma, foram incluídas, no Projeto de Lei Orçamentária de 2005, dotações condicionadas à aprovação da alteração na Legislação da vinculação de recursos de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural, as quais constavam da Lei Orçamentária vigente no valor de R\$699.989.537,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e sete reais).

4. Entretanto, o § 3º do artigo acima mencionado determina que, se as alterações propostas não forem aprovadas, ou o forem parcialmente, até 28 de fevereiro de 2005, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas fontes condicionadas serão canceladas, mediante decreto, até 31 de março de 2005.

5. Desse modo, considerando que a proposta de alteração da referida vinculação não foi aprovada até a data estabelecida, as programações à conta dessa fonte foram canceladas, mediante edição do Decreto

de 30 de março de 2005, publicado no **Diário Oficial** da União do dia 31 de março de 2005, o que reduziu drasticamente as dotações dos Órgãos envolvidos.

6. Uma parcela da fonte de recursos condicionada, no valor de R\$ 10.266.900,00 (dez milhões, duzentos e sessenta e seis mil e novecentos reais), foi substituída por intermédio da Portaria nº 65, de 30 de março de 2005, desta Pasta, nos termos do § 6º do art. 96 da Lei nº 10.934, de 2004, por se tratar de despesas de caráter obrigatório.

7. Outra parcela, no valor de R\$ 544.511.700,00 (quinhentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e onze mil e setecentos reais), referente a programações imprescindíveis ao funcionamento dos Órgãos, cujo cancelamento sem a imediata recomposição poderia implicar a interrupção de suas atividades, foi atendida por intermédio da edição da Medida Provisória nº 247, de 15 de abril de 2005, convertida na Lei nº 11.165, de 18 de agosto de 2005.

8. Além disso, será atendida por meio de Decreto suplementação equivalente a R\$ 12.986.230,00 (doze milhões, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta reais).

9. Do montante remanescente das programações canceladas são necessários recursos no valor de R\$118,6 milhões para atender a despesas:

a) no Ministério da Ciência e Tecnologia, com produção científica e tecnológica, no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT;

b) no Ministério de Minas e Energia, com prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica em comunidades não supridas pela rede elétrica convencional, outorga e gestão das concessões para a exploração e produção de petróleo e gás natural, gestão do acervo sobre bacias sedimentares brasileiras, regulamentação da indústria de petróleo e da distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível;

c) no Ministério do Meio Ambiente, com educação ambiental, uso sustentável dos recursos pesqueiros, assistência técnica ao produtor rural em áreas de floresta, desenvolvimento sustentável do Pantanal e do Semi-Árido, desenvolvimento do ecoturismo, manejo sustentável das florestas brasileiras, gestão das políticas de recursos hídricos e de meio ambiente, conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos, prevenção e combate às emergências ambientais, tratamento dos resíduos sólidos urbanos, proteção das Unidades de Conservação Federais, participação em organismos internacionais de proteção ao meio ambiente, apoio às comunidades tradicionais brasileiras, preservação das bacias hidrográficas, con-

servação e uso adequado das águas, preservação do patrimônio cultural e a difusão da ciência ligados ao meio ambiente, manutenção de cursos de pós-graduação em botânica e meio-ambiente; e

d) no Ministério da Defesa, com implantação da infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da região da Calha Norte, sistema de comunicações militares via satélite, manutenção administrativa dos Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha, manutenção e suprimento de material bélico, adequação e instalação de organizações militares e pesquisa e desenvolvimento tecnológico da força terrestre.

10. Dessa forma, toma-se necessária nova atuação do Governo Federal, razão pela qual apresento a Vossa Excelência proposta de Projeto de Lei que abre, ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 118.610.131,00 (cento e dezoito milhões, seiscentos e dez mil, cento e trinta e um reais), conforme detalhamento a seguir:

Órgão/ Unidade Orçamentária	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério da Ciência e Tecnologia	49.884.082	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	49.884.082	
Ministério de Minas e Energia	6.894.579	
Ministério de Minas e Energia (Administração direta)	3.773.519	
Agência Nacional do Petróleo - ANP	3.121.060	
Ministério do Meio Ambiente	17.301.470	
Ministério do Meio Ambiente (Administração direta)	4.235.628	
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	2.442.147	
Agência Nacional de Águas - ANA	2.696.400	
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	97.231	
Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	7.830.064	
Ministério da Defesa	44.530.000	
Ministério da Defesa (Administração direta)	1.430.000	
Comando da Aeronáutica	10.000.000	
Comando do Exército	23.100.000	
Comando da Marinha	10.000.000	
Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004		118.610.131
Total	118.610.131	118.610.131

11. O presente crédito decorre de solicitações formalizadas pelos Órgãos à conta de recursos provenientes de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004, e está em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

12. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 - LDO - 2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) a suplementação de despesas primárias, com recursos de origem financeira, tem sua compensação no cancelamento de despesas primárias constantes do citado Decreto de 30 de março de 2005; e

b) o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

13. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, **Paulo Bernardo Silva.**

MENSAGEM Nº 616

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$118.610.131,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 22 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

LEI Nº 10.332, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio, para o Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde, para o Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos

– Genoma, para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico e para o Programa de novação para Competitividade, e dá outras providências.

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a desta lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

Art. 96. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º É vedada a utilização de receitas condicionadas ao financiamento de despesas com pagamento de pessoal e benefícios previdenciários, exceto quando vinculadas ao atendimento dessas despesas.

§ 2º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II – será identificada a despesa condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 3º Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, até 28 de fevereiro de 2005, de forma a não permitir a integralização dos

recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, até 31 de março de 2005, observados os critérios a seguir relacionados, para aplicação seqüencial obrigatória e cancelamento linear, até ser completado o valor necessário para cada fonte de receita:

I – de até 100% (cem por cento) das dotações relativas aos novos subtítulos de projetos;

II – de até 60% (sessenta por cento) das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento;

III - de até 25% (vinte e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção;

IV - dos restantes 40% (quarenta por cento) das dotações relativas aos subtítulos de projetos em andamento; e

V - dos restantes 75% (setenta e cinco por cento) das dotações relativas às ações de manutenção.

§ 4º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão procederá, mediante portaria, a ser publicada até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, à troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da lei orçamentária sancionada, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação foram aprovadas.

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na vinculação das receitas.

§ 6º Observadas as vinculações de receitas vigentes e o disposto no § 4º, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas de que trata este artigo, antes do cancelamento

previsto no § 3º, desde que destinadas ao atendimento de despesas obrigatórias relacionadas na Seção “I” do Anexo V desta Lei:

I - por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no caso das despesas à

conta de recursos decorrentes de alteração na vinculação das receitas;

II - somente por excesso de arrecadação, nos demais casos.

LEI Nº 11.165, DE 18 DE AGOSTO DE 2005

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$586.011.700,00, para os fins que especifica.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964)

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO**, 3-6-1964).

**DECRETO Nº 5.379,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 2/10 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 10/10 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 15/10 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 25/10 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, feito através do Requerimento nº 628, de 2005. – Cordialmente, – **Osmar Dias**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, feito através do Requerimento nº 686, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, feito através do Requerimento nº 695, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado do Turismo, feito através do Requerimento nº 698, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

Brasília, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de

Estado dos Transportes, feito através do Requerimento nº 700, de 2005. – Cordialmente, – **José Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, em nome da Mesa, defiro a reiteração, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de dez dias.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Ofício nº 102/05

Brasília, 27 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Tasso Jereissati, pelo Senador José Jorge, como membro titular, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

Ofício GSCB nº 8-231/2005

Brasília, 27 de setembro de 2005

Assunto: Comunica que colocou o cargo de Presidente à disposição da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em razão do meu desligamento do Partido dos Trabalhadores - PT, conforme cópia do Ofício GSCB nº 8-224/2005, de 7-9-2005, que faço constar em anexo, enviado ao Excelentíssimo Líder do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, Senador Delcídio Amaral, coloquei à disposição daquela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal o cargo de Presidente, para o qual fui eleito.

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Senador.

Ofício GSCB nº 8-224/2005

Brasília, 7 de setembro de 2005

Assunto: Comunica desligamento do Partido dos Trabalhadores — PT.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Excelência meu desligamento do Partido dos Trabalhadores - PT, a partir desta data, e aproveito para colocar à disposição da Bancada de

Apoio ao Governo o cargo de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.060, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano, na XV Conferência Ibero-Americano de Chefes de Estado e de Governo, com início da programação no dia 29 de setembro e término no dia 2 de outubro do corrente, em Bilbao, Espanha, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Requeiro, outrossim, a retificação do Requerimento nº 1057 de 2005, que com o mesmo intento, foi apresentado sem levar em consideração todos os dias da programação do evento.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 28 de setembro a 6 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.
– Senador **Leonel Pavan**, SDB/DC.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.061, DE 2005

Requerem voto de pesar pelo falecimento do economista José Lopes de Oliveira, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro.

requeremos nos termos do art 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de Pesar, pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro, do economista José Lopes de Oliveira.

Requeremos, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares do economista.

Justificação

O economista e também advogado José Lopes de Oliveira foi um dos mais eminentes técnicos do País, ocupando diversos cargos públicos, numa carreira que se iniciou como funcionário de carreira do Banco Brasil, para participar ativamente da estruturação do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, bem como de cargos nos gabinetes dos Ministros Carvalho Pinto e Sebastião Paes de Almeida. Além disso, foi o interlocutor do Governo do Brasil enviado a Paris com a missão de entregar ao Presidente Charles de Gaulle uma carta de reconciliação entre os dois Governos acerca do episódio que ficou conhecido como Guerra da Lagosta, suscitada pelo aprisionamento de barcos franceses que faziam pesca no mar territorial brasileiro. Em 1979, foi nomeado para presidir o Banco Nacional de Habitação, cargo que exerceu até 1983.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB - Senador **Sérgio Cabral**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.062, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinando com os art. 215, inciso IV, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social pedido das informações disponíveis na Secretaria da Previdência Complementar sobre a denúncia de que os Fundos de Pensão Previ, Petros e Funcef cujos patrocinadores são empresas estatais, teriam assinado contrato de “put” com o Citigroup em condições desfavoráveis aos referidos fundos, mediante qual teriam se comprometidos a comprar a participação acionária do Citigroup na empresa BrasilTelecom S.A..

Justificação

Através do Aviso nº 29, de 2005, o Tribunal de Contas da União (TCU) comunicou ao Congresso Nacional ter sido protocolizada, junto àquela Corte de Contas, Representação (TC-012.886/2005-2) do

Deputado Federal João Alberto Fraga Silva, denunciando irregularidades que estai-iam sendo perpetradas por Fundos de Pensão (Previ, Petros e Funcef), cujos patrocinadores são empresas públicas ou sociedades de economia mista.

A denúncia se refere a um contrato entre os três fundos de pensão mencionados e o Citigroup, determinando a compra da participação acionária do Citigroup junto à empresa Brasil Telecom S.A. ao preço de R\$ 1,045 bilhão, corrigido pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 5% ao ano. Tal negociação, cujo nome técnico é “put”, poderia gerar elevados prejuízos aos fundos de pensão e, por conseguinte, às estatais que os patrocinam, pois o preço das ações fixado no contrato corresponde a aproximadamente o triplo do preço atualmente praticado no Bovespa.

As informações disponíveis na Secretaria de Previdência Complementar poderão subsidiar ao Senado Federal na análise da mencionada denúncia.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 2005,
– Senador **Luiz Otávio**.

REQUERIMENTO Nº 1.063, DE 2005

Requer informação ao Ministro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acerca de apreensões dos produtos brasileiros de algodão diante de entendimentos do Governo brasileiro, conforme denúncia, de prováveis compensações do Brasil aos EUA no contencioso da Organização Mundial do Comércio.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior informações acerca de apreensão manifestada pela Associação Brasileira de Produtores de Algodão, ABRAPAI diante do encaminhamento de negociações do Brasil junto aos Estados Unidos, aos quais sejam concedidas compensações em troca do abandono, pelo Brasil, do contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio, OMC.

Requeiro, a propósito, esclarecimentos a respeito, sobretudo se há em curso, sob o comando pessoal do Ministro, as negociações que estariam gerando as apreensões manifestadas pelos produtores brasileiros de algodão.

Justificação

Por intermédio da Diretoria-Executiva da Associação Brasileira de Produtores de Algodão – ABRAPAI, tomei conhecimento de que no momento, sérias

apreensões entre os cotonicultores brasileiros, que consideram lesivos ao País entendimentos em curso no âmbito do MDIC e junto ao Governo dos Estados Unidos, para que o País desista do contencioso do algodão, numa vitória já conquistada na OMC.

Essa negociação, dizem os cotonicultores, não atende aos interesses do Brasil, mas tão somente, aos Estados Unidos, preocupados com as recomendações da OMC e de se livrarem da incomoda ameaça de retaliação pelo Brasil. Daí a razão deste Requerimento, para que o assunto se esclareça.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.064, DE 2005

Requeiro nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo — CELSP, entidade mantenedora da Universidade Luterana do Brasil — ULBRA, em face da comemoração neste ano de 2005 do seu centenário de fundação.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**
– Senador **Pedro Simon**

REQUERIMENTO Nº 1.065, DE 2005

Requeiro, nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Universidade Luterana do Brasil — ULBRA, pela sua destacada atuação especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde completou recentemente 33 anos de presença marcante. Além disso, a instituição vem consolidando sua presença, nos Estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins e Goiás, contribuindo significativamente para a qualificação do ensino superior em nosso país e se constituindo em um motivo de orgulho para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005.

– Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**
– Senador **Pedro Simon**

REQUERIMENTO Nº 1.066, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, aponta-

do em 9º numa lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, em pesquisa mundial, levantada na Inglaterra, pela revista “Prospect”, e nos Estados Unidos, pela revista “Foreign Policy”.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em pesquisa das revistas “Prospect”, da Inglaterra, e “Foreign Policy”, dos Estados Unidos, foi consagrado em nono lugar numa lista que elegeu os 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e das duas publicações que realizaram a pesquisa.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora proponho ao Senado justifica-se pela honrosa deferência com que o Brasil acaba de ser contemplado, ao ser divulgado o resultado de pesquisa realizada por duas importantes revistas, a americana “Foreign Policy” e a inglesa “Prospect”. Nela, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso figura em nono lugar numa lista que aponta os 100 mais influentes intelectuais contemporâneos em todo o mundo.

As revistas americana **Foreign Policy** e a inglesa **Prospect**, segundo publica a edição desta semana de “Veja”, divulgam uma lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, além da publicação de dezesseis artigos de “pensadores de destaque”. Nas duas frentes, como informa ainda a revista “Veja”, um único brasileiro: o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. “Seu artigo — diz a **Veja** — escrito no começo de maio, fala de partidos político e, vejam só, cita o PT como exemplo de adaptação aos novos tempos. “Como organização partidária, foi inovadora a forma como o PT se estruturou. O suicídio veio depois”, justifica. Já sobre a eleição na **internet**, revela seu voto. “No Indiano (Nobel de Economia) Amartya Sen”.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Paulo Paim.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.067, DE 2005**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista e humorista Ronald Golias, pioneiro da televisão brasileira, ocorrido no dia 26 de setembro de 2005.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido ontem, dia 26 de setembro de 2005, do artista e humorista Ronald Golias.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do artista.

Justificação

Ronald Golias era um dos mais conhecidos artistas do Brasil, com uma vida inteira dedicada ao humor, sempre sadio. Ele foi um dos pioneiros da televisão brasileira, iniciando uma longa carreira na TV-Tupi, de São Paulo, também pioneira. Criador de personagens que se tornaram célebres, sua biografia se confunde em muitos momentos com a própria história da televisão no Brasil.

Nascido em 1929 na cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, Golias começou a carreira artística nos anos 40, quando participou de um grupo de acrobacias aquáticas, os Aqualoucos. Antes disso chegou a trabalhar como alfaiate e funileiro. Nos anos 50 ingressou no rádio onde conheceu Manuel da Nóbrega (pai de Carlos Alberto da Nóbrega) que em pouco tempo o levou para a televisão, para trabalhar no programa humorístico “Praça da Alegria”. Pacífico, seu primeiro personagem marcante da televisão, nasceu em 1956 e se tornou famoso pela expressão chamativa de outro personagem: “ô Cride!”.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 2005**Requer Voto de Aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas. CEFET/AM, pelo seu 96º aniversário de criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas-CEFET/AM, pelo seu 96º aniversário de criação, em 23 de setembro de 2005.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos dirigentes do CEFET/AM, por intermédio de seu Diretor-Geral, Prof. Raimundo Vicente Jimenez.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e uma unidade de ensino de referência e em breve estará comemorando um século de existência. Sua presença em Manaus e no Amazonas e, ademais, poderoso instrumento de formação de mão de obra especializada, fundamental para o Pólo Industrial de Manaus.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.069, DE 2005**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do advogado José Martins Pinheiro Neto, um dos pioneiros da Advocacia no Brasil.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em São Paulo, no dia 21 de setembro de 2005, do Advogado José Martins Pinheiro Neto, conhecido em todo o País e um dos pioneiros da Advocacia.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do Advogado e à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Justificação

O Dr. Pinheiro Neto é um dos mais conhecidos advogados do Brasil, formado em 1938 na Faculdade de Direito da USP, no Largo de S. Francisco, também identificada como a “Faculdade das Arcadas”. Seu escritório é especializado em administração jurídica e empresarial de empresas do País e do exterior. Seu nome, sinônimo de Advocacia, orgulha o País no campo das Ciências jurídicas e da modernidade.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.070, DE 2005**Requer Voto de Aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pelo lançamento do filme Vlado – Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no período da ditadura militar.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pela produção do filme Vlado - Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog ocorrido durante o período de exceção, em 1975, nas dependências do DOI-CODI, unidade do Exército Brasileiro em São Paulo.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Senhora Clarice Herzog, viúva do jornalista.

Justificação

O Brasil vive hoje, felizmente, uma democracia construída com esforço e para que jamais se repita a barbárie de que foi vítima um jornalista brasileiro, que apenas trabalhava e foi preso injustamente, torturado e morto num quartel do Exército Brasileiro, na Rua Tutóia, em São Paulo, o então famigerado DOI-CODI, que acabou se tornando sinônimo da brutalidade cega do grupo que torturava e matava. Vladimir Herzog foi um deles. Foi preso por nada, mas isso pouco importava aos carrascos-torturadores de uma fase de obscurantismo vivida pelo País e que teve fim pela obstinação do povo brasileiro, que sempre repugnou excessos como aquele. Vlado, como era conhecido desde o final da década de 50, foi repórter de **O Estado de S. Paulo**, na Capital paulista. Em 1960, foi enviado para Brasília, juntamente com mais seis repórteres e dois fotógrafos, com o objetivo de realizar a cobertura jornalística da nova Capital do País. Aqui permaneceu por alguns meses, no cumprimento de sua missão de repórter, retomando para São Paulo, de onde se deslocou para Londres, para um curso na BBC de televisão educativa, que então começava a dar os primeiros passos como veículo educativo. No retorno, passou rapidamente por Brasília e, novamente em São Paulo, teve de se dedicar à televisão educativa na TV-Cultura, da Fundação Padre Anchieta.

Do grupo de repressão da ditadura que então vigia no Brasil, Vlado foi tratado como conspirador, quando, na verdade, era um brasileiro que se preparou numa área do ramo da comunicação social e desenvolvia meritório trabalho em favor da cultura e da educação.

Preso, foi encarcerado no DOI-CODI, torturado e morto pelos estúpidos mecanismos de repressão então existentes. O inconformismo dos brasileiros está expresso numa música de Geraldo Vandré, em que Clarice é citada, como símbolo de muitas viúvas de vítimas iguais a Vlado. A letra da canção ecoou as lágrimas de muitas Clarices que choravam a dor do exagero político-policialesco. Agora, chega o filme de João Batista de Andrade, que haverá de perenizar um passado que jamais voltará ao País, como veículo de informação às gerações novas. É pois, merecedor do aplauso do Senado o filme que conta essa história triste de uma Nação que afastou do seu convívio a possibilidade de repetição desses episódios que não são dignos do ser humano.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pela

ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável, como primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela or-

dem.) – Sr. Presidente, como segundo pela ordem de chegada, peço também a minha inscrição para um breve aviso à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O terceiro, por favor, pela ordem de chegada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para falar como Líder do PSDB, após a Ordem do Dia, mas gostaria de ser o primeiro, até porque hoje é o Dia Mundial do Turismo e gostaria de prestar uma homenagem ao *trade* turístico do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. Para que isso aconteça, é necessária a formalização da autorização devida do Líder do PSDB.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria também de me inscrever para uma comunicação inadiável como terceiro inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito de acordo com o Regimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PMDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PMDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever também para uma comunicação inadiável como primeiro suplente, na ausência de um dos três inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Na ausência de um dos três inscritos, V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta com a Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi o saudoso Mestre Hely Lopes Meirelles que nos ensinou, na Assembléia Nacional Constituinte, o importante papel do município como alicerce da democracia, a valorização do “governo Local”, consensual entre os partidos e movimentos políticos que nasceram do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e dos grupos de oposição à ordem autoritária, tomando forma em um conjunto de propostas descentralizadoras.

Essas propostas provocaram uma redefinição em regra da estrutura do Estado brasileiro: o federalismo centralizado, até então predominante, deu lugar a um modelo federativo descentralizado e em boa medida cooperativo.

O exame do modelo federativo resultante da Constituição de 1988, como a dinâmica de transferência de recursos e o desenho das políticas sociais, merece, nesse momento, a mobilização desta Casa, com atenção voltada para as dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros.

É possível até que alguém diga “mas sempre ouvimos esses recursos das dificuldades dos municípios brasileiros”, mas quem sabe esse momento apresente dificuldades ainda mais contundentes.

Mais de 500 prefeitos de todo o País estão em Brasília e promovem hoje e amanhã um grande encontro para reiterar a urgência e a necessidade de aprovação de vários projetos vitais para a sobrevivência do “espaço local”.

Atendendo o apelo de vários prefeitos do Paraná que estiveram, hoje, pela manhã, em meu gabinete, entre eles, o Prefeito Lísias de Araújo Tomé de Cascavel, a Prefeita de Campina Grande do Sul, Nelise Cristiane Dalprá, e outros.

Venho à tribuna manifestar nossa solidariedade e a do nosso Partido, Senador Papaléo Paes (PSDB), a todos os prefeitos de nosso País. Ressalto o apoio pleno a essa pauta urgentíssima apresentada pela Confederação Nacional dos Municípios juntamente com as entidades estaduais de municípios, como a Associação dos Municípios do Paraná, presidida pelo brilhante Prefeito Luiz Sorvos*, que é de um pequeno Município no noroeste do Estado, Nova Olímpia.

Entre os itens, Senador Leonel Pavan, que devem ser definidos no horizonte temporal de curtíssimo prazo, sessenta dias, no máximo, gostaria de destacar o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, passando de 22,5% para 23,5%, segundo redação dada pelo Senado. Esse acréscimo será repassado juntamente com a parcela do primeiro decênio de dezembro.

Há quase um ano, o Senado Federal aprovou essa medida em benefício dos Municípios, e a proposta ficou paralisada na Câmara dos Deputados. O Governo impediu que ela fosse aprovada no final do ano passado. O próprio ex-Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, prometera aos prefeitos do País que colocaria na pauta e em votação esta proposta. No entanto, as promessas não foram cumpridas, o compromisso não foi honrado.

Vale lembrar a importância do cumprimento desse cronograma que agora os prefeitos sugerem como forma de socorrer os Municípios no pagamento do 13º salário dos servidores. A estimativa é que essa medida gere uma transferência adicional de R\$1,4 bilhão aos Municípios brasileiros por ano.* Portanto, o prejuízo que os Municípios sofrem já neste ano pelo não-cumprimento desse compromisso é de R\$1,4 bilhão.

Concedo ao ilustre Senador municipalista, que foi o maior prefeito da história de Balneário Camboriú, Leonel Pavan, com muita satisfação, o aparte que ele solicita.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, primeiro quero cumprimentá-lo por trazer este tema à discussão. Centenas e centenas de Prefeitos estão hoje aqui, em Brasília, justamente pedindo socorro ao Governo Federal. Nós temos acompanhado o trabalho de V. Ex^a aqui no Senado, sempre voltado aos Municípios – sabemos que os Prefeitos conhecem a realidade –, reivindicando muito para os Prefeitos do Paraná e, conseqüentemente, para os Prefeitos do Brasil inteiro. Recebi, apenas na manhã de hoje, no meu gabinete, 26 Prefeitos de Santa Catarina. O pior é que os Prefeitos estão vindo aqui porque alardearam que, com a vinda deles, seria possível o Governo atendê-los, colocando em votação o projeto no dia de hoje ou de amanhã. Isso é impossível, até porque está sendo discutida a eleição do Presidente da Câmara Federal. Nós já aprovamos aqui no Senado o projeto de lei que propõe o aumento no Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5%, que está há mais de um ano parado na Câmara Federal e não está sendo votado por falta de vontade política do Governo Federal. Se o Presidente quisesse, mandaria que fosse votado. Infelizmente, o Governo faz o maior alarde na imprensa de que quer ajudar os Municípios, mas a verdade é que não dá contrapartida no Congresso, não atende aos nossos Municípios brasileiros. Isso é de responsabilidade única do Governo Federal, do Governo Lula.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente, Senador Leonel Pavan. Nós estamos chegando ao final do ano, quando os prefeitos se defrontam com a dificuldade de sempre de pagar o décimo terceiro salário. Há urgência nessa providência por parte da Câmara dos Deputados. Amanhã será eleito um novo Presidente naquela Casa, e nós esperamos que esse novo Presidente, seja quem for, coloque na pauta essa proposta para atender o compromisso que foi desonrado já há um ano. A Câmara dos Deputados, com essa proposta em suas gavetas, frustra os prefeitos que, mais uma vez, são obrigados a vir a Brasília, evidentemente na esperança de terem esse pleito atendido.

Além desse pleito, há outros que devemos apoiar: a justa reivindicação de fixação de um prazo para parcelamento de débitos junto ao INSS. É importante fixar um percentual de 9%, no máximo, do Fundo de Participação dos Municípios, para pagamento exclusivamente das dívidas, sem retenções de contribuições correntes.

É fundamental, Sr. Presidente, que a correção dos débitos tenha como parâmetro a TJLP – Taxa de Juro de Longo Prazo –, não apenas durante a amortização, mas principalmente na etapa de consolidação dos débitos.

A Confederação Nacional dos Municípios – CNM, com toda legitimidade, reivindica a isenção de IPI para aquisição de equipamentos de uso das prefeituras: máquinas rodoviárias, ambulâncias, caminhões. Os “equipamentos locais” estão sucateados. A Confederação negocia com o Confaz estender a isenção ao ICMs.

No rol da pauta urgentíssima, consideramos de suma importância reinserir a questão referente à regulamentação dos precatórios judiciais, fixando o limite em 2% do total da receita corrente líquida do município como teto para pagamento e, o restante, fixando em até cento e vinte meses o tempo para parcelamento.

Originalmente, Sr. Presidente, o Senado incluiu a regulamentação dos precatórios na PEC nº 74, de 2003, retirada em seguida, e na PEC nº 285, de 2004.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou concluindo, Sr. Presidente. A exigüidade do tempo não me permite enumerar todas as legítimas reivindicações dos Municípios.

Eu gostaria de lembrar, para finalizar, como registra a melhor doutrina, que no Brasil, durante bem mais de meio século, o Município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos.

Essa maneira de encarar o âmbito local da política mudou radicalmente durante a longa transição do autoritarismo para a democracia. O Município foi transformado em ente federativo, ganhou autonomia plena no âmbito político, administrativo, legislativo e financeiro.

É hora de repensar com profundidade o pacto federativo. Vamos atender os prefeitos, aos Municípios em caráter emergencial, mas devemos estar atentos porque na Constituição de 1988 o poder local ficava com algo em torno de 19% da arrecadação nacional. Atualmente mal recebe 14%. Estamos devendo, portanto, 5% aos Municípios do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e dois minutos de tolerância, Senadora.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reiteradas vezes tenho vindo a esta tribuna para buscar traduzir, no cotidiano das pessoas, a melhora significativa nos indicadores econômicos do nosso País. Muitas vezes, as pessoas não conseguem traduzir, entender o que significam determinadas palavras, conceitos, índices, mas as pessoas têm capacidade de identificar no seu cotidiano aquilo que está aparecendo com resultado positivo. E é muito importante sempre ligar a causa ao efeito.

Por isso, tenho muitas vezes vindo a esta tribuna para falar exatamente o que significa, qual é o resultado no cotidiano, na vida das pessoas, essa melhora significativa na economia brasileira que os especialistas no assunto não se cansam de afirmar que são os melhores indicadores das últimas décadas no Brasil. Ou seja, há muito tempo o Brasil não apresentava conjugação tão favorável de indicadores econômicos, como crescimento, estabilidade, controle de inflação, superávit em contas correntes – sobra dinheiro, em vez de exportarmos dinheiro aqui do nosso País. Esse quadro forma um círculo virtuoso que levará, com certeza, a resultados cada vez melhores e que serão progressivamente percebidos no dia-a-dia das pessoas, particularmente no que se refere a preços, a compras, a crédito, a poupança, a trabalho, a oportunidades.

Esse, portanto, é mais uma vez o objetivo do meu pronunciamento.

O IBGE anunciou, agora no final de semana, a alta recorde, descontada a inflação, do rendimento real médio do trabalhador brasileiro residente nas principais regiões metropolitanas. O aumento do poder aquisitivo em agosto foi de 3,7%, em comparação a igual mês do ano anterior, maior número desde que esse indicador passou a ser calculado pelo IBGE. Portanto, esse é um dado significativo. Ou seja, o rendimento, descontada a inflação, teve exatamente em agosto o melhor índice de todo o período em que o IBGE calcula esse indicador. Isso significa, portanto, uma renda que está sobrando no bolso do trabalhador, ou que o que ele está conseguindo fazer tem sido superior, cada vez melhor.

Tudo leva a crer também que, em 2005, haverá o primeiro aumento de poder aquisitivo dos trabalhadores nos últimos oito anos. Trata-se de resultado esperado diante do crescimento da economia conjugado à redução da inflação. Nós tivemos, inclusive, oportunidade de detalhar aqui como a redução da inflação tem se transformado em resultados extremamente positivos no cotidiano das pessoas.

O crescimento atual do Brasil levou ao aumento de emprego, o que, por sua vez, permite aos trabalhadores melhores condições de renegociar os seus salários com as empresas. Eu também tive oportunidade de dizer que este ano praticamente a ampla maioria das negociações salariais teve resultados acima da inflação. Inclusive no meu Estado, das oitenta e uma negociações salariais, oitenta foram superiores à inflação do período, e todos os indicadores da pesquisa realizada recentemente em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre confirmam essa negociação salarial dos trabalhadores com índices superiores à inflação.

Além disso, trata-se de emprego de qualidade, com carteira de trabalho assinada. Em relação a agosto do ano passado, o aumento do emprego formal foi de 6,2%. Também os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho apontam para a mesma direção: em agosto foram 136 mil novos postos de trabalho com carteira assinada. Quando a média, desde a posse do Presidente Lula, tem sido superior a 100 mil empregos com carteira assinada/mês, no mês de agosto, tivemos o número bastante expressivo de mais de 136 mil novos postos. Em Santa Catarina, reportagem do jornal **A Notícia** dá conta exatamente dos indicadores da última pesquisa: a quadruplicação do número de oferta de empregos com carteira assinada, no meu Estado, o que me deixa bastante feliz.

Vale ainda ressaltar que o pagamento de salários mais altos, juntamente com o aumento de emprego, resulta no acréscimo da chamada massa de salários da economia, ou seja, do total pago em salários no País. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em julho essa massa aumentou 5,6% em relação a igual mês do ano anterior. E esse crescimento dos dois últimos anos dependeu, num primeiro momento, das exportações no ano de 2003, que gerou essa possibilidade do aumento do emprego em 2004; depois, em 2004 e este ano, a partir do aumento do crédito. Mas, a partir deste ano, temos uma novidade que modifica significativamente essa questão do aumento do emprego e da massa salarial, que é o fato de as famílias estarem consumindo mais, por causa do aumento da massa salarial do emprego. Dessa forma, toda a economia passa a ter, no mercado interno, ou seja, a partir do consumo dessas famílias, um grande esteio, uma das grandes alavancas também do crescimento. E esse novo impulso do crescimento torna-se

mais sustentável, porque fica menos dependente do exterior ou do endividamento de nosso País.

Poderíamos ter ainda alguma preocupação de que o aumento das compras das famílias pudesse ter repercussão na inflação, mas há outro dado apresentado por pesquisas recentes e divulgado pelos noticiários dos últimos dias. Trata-se do fato de que o aumento do emprego, o aumento da massa salarial vem acompanhado do aumento da produtividade no trabalho, diferentemente de períodos do Governo anterior, quando a produtividade acabava gerando a demissão. Ou seja, quando as empresas tinham maior produtividade, acabavam transferindo isso para seus lucros, inclusive demitindo os seus trabalhadores.

No atual período, no atual Governo, o dado colocado pela pesquisa demonstra claramente que nós estamos tendo aumento da produtividade do trabalho com o aumento do emprego, o que é uma conjugação, Senador Paulo Paim, extremamente positiva, que há muito tempo não tínhamos, ou seja, a produção subiu, o emprego também subiu e a produtividade das empresas também subiu. Essa conjugação há muito tempo nós não a tínhamos.

Além disso, segundo outra pesquisa interessante, Senador Paulo Paim, feita pela Fecomércio, do Rio de Janeiro, houve um aumento de mais de sete pontos percentuais, entre maio e agosto, do número de famílias que puderam poupar parte das suas rendas. Ou seja, há um número maior de famílias que está conseguindo chegar ao final do mês com alguma sobra, invertendo aquela amarga curva ...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já vou concluir meu discurso.

Inverte-se aquela amarga curva, Senador Paulo Paim, sobre a qual os trabalhadores normalmente dizem: “Sobra muito mês no final do salário”.

A pesquisa da Fecomércio aponta para essa inversão, havendo modificação ainda pequena, obviamente, mas é uma tendência que para nós é bastante importante.

Eu teria ainda questões aqui para falar a respeito do aumento do crédito, da oferta, principalmente no setor da indústria imobiliária, das casas populares.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Nobre Senadora, V. Ex^a dispõe de mais dois minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu não vou ter essa oportunidade, porque são três páginas, e eu peço que meu discurso seja considerado como lido.

Agora, é muito importante que nós tenhamos a capacidade de identificar, no meio de uma crise política como a que estamos vivenciando, aquilo que para a população é de fundamental importância, ou seja, quais são as medidas de Governo, quais são as medidas na economia que efetivamente revertem em aumento de emprego, aumento de renda, aumento

de produtividade, aumento de poupança e aumento de oportunidades para que as pessoas possam ter vida mais digna.

Por isso, Sr. Presidente, todas as semanas eu faço questão de apresentar esse rescaldo das notícias positivas que estão colocadas, porque, se não for assim, a população que assiste à TV Senado pode ter a imagem de que, aqui, estamos única e exclusivamente preocupados com as investigações. Elas são necessárias, mas a nossa preocupação, além das investigações e das punições, tem que ser também a

de reforçar e de reafirmar os resultados positivos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo Lula e que repercutem no cotidiano, cada vez mais positivo, da população brasileira.

Então, Sr. Presidente, eu peço que seja dado como lido na íntegra o discurso, tendo em vista não ter tido a oportunidade de trazer todos os dados.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA
SRª SENADORA IDELI SALVATTI.**

Sr. Presidente, já deveria ser consenso o entendimento de que o desempenho da economia brasileira durante o governo Lula tem sido bastante superior ao ocorrido no governo anterior a despeito de o tempo disponível até agora corresponder a apenas 1/3 do tempo que tiveram aqueles que comandaram o país durante oito anos.

período

Os especialistas no assunto não se cansam de afirmar que há décadas o Brasil não apresentava conjugação tão favorável de indicadores econômicos, como crescimento e estabilidade. Este quadro forma um círculo virtuoso que levará a resultados cada vez melhores e que serão progressivamente percebidos no dia-a-dia das pessoas, particularmente no que se refere ao mercado de trabalho.

Este é o objetivo deste meu pronunciamento, mostrar o reflexo no dia-a-dia das pessoas do excelente desempenho da economia brasileira durante o governo Lula. Já tivemos a oportunidade de mostrar em outra ocasião os efeitos da queda da inflação sobre o aumento do padrão de vida da população.

renda

O IBGE anunciou, no final da semana passada, a alta recorde do rendimento real (descontada a inflação) médio do trabalhador brasileiro residente nas principais regiões metropolitanas. O aumento do poder aquisitivo em agosto foi de 3,7% em comparação a igual mês do ano anterior, maior número desde que este indicador passou a ser calculado pelo Instituto.

Tudo leva a crer que, em 2005, haverá o primeiro aumento de poder aquisitivo do trabalhador em oito anos. Trata-se de resultado esperado diante do crescimento da economia conjugada à redução da inflação. Em 2003, foi necessário fazer o “ajuste na economia” por conta dos problemas herdados do governo anterior. Em 2004, a economia voltou a crescer, com aumento recorde do produto de 4,9%. Em 2005, os efeitos aparecem claramente no mercado de trabalho

O crescimento leva ao aumento do emprego, o que, por sua vez, permite aos trabalhadores melhores condições para renegociar seus salários junto às empresas. Ainda segundo o IBGE, somente em agosto foram criados 81 mil empregos na

região pesquisada (São Paulo, Rio, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre).

Ademais, trata-se de emprego de qualidade, com carteira de trabalho. Em relação a agosto do ano passado, o aumento do emprego formal foi de 6,2%. Também os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho apontam para a mesma direção: em agosto foram 136 mil novos postos levando o total de 2004 e 2005 para cerca de 2,7 milhões de empregos formais,

a média no gov- Lula tem sido superior a 100 mil empregos com carteira assinada por mês.

Evidentemente, o pagamento de salários mais altos juntamente com o aumento do emprego resulta no acréscimo da chamada massa de salários da economia, ou seja, o total pago em salários no país. Segundo o IPEA, em julho, essa massa aumentou 5,6% em relação a igual mês do ano anterior.

Vale registrar que os dados do Dieese sobre emprego, desemprego, rendimento real e massa de salários referentes à região metropolitana de São Paulo e aos meses de julho e agosto também apontam claramente na mesma direção dos números do IBGE.

emprego

É preciso que se diga qual a importância destes indicadores para a evolução futura da economia. O crescimento dos últimos dois anos dependeu das exportações e do aumento do crédito, mas, a partir de 2005, e possivelmente com mais força em 2006, passará a depender principalmente do mercado interno, das compras das famílias. Trata-se de um novo impulso ao crescimento e que, ademais, o torna mais sustentável, pois menos dependente do exterior ou do endividamento.

Alguém poderia levantar a preocupação com os efeitos das compras das famílias sobre a inflação. receio, aliás, justificável frente a tantas decepções com as quais se defrontou a população nas últimas décadas.

Ocorre que há um dado favorável, mais um, e que traz grande reforço no combate ao aumento da inflação: trata-se da produtividade do trabalho. Este conceito consiste na produção gerada pela mão de obra com os instrumentos que lhe são fornecidos. Quando a produtividade aumenta, as empresas

Podem
conseguem aumentar os salários sem afetar os seus lucros e, portanto, ~~não precisam~~ repassar os custos extras aos preços.

Podem
 O trabalhador pode, com razão, se assustar quando se fala em produtividade. No ^{passado} governo anterior, diante da estagnação, as empresas só conseguiam ganhos de produtividade com cortes de emprego, levando ao progressivo aumento da taxa de desemprego. Na verdade, havia menos pessoas produzindo a mesma quantidade ou ainda quantidades menores.

Produtividade

Depois de manter-se estável no período 1998-2003, a produtividade aumentou 6% em 2004 e neste ano, até julho, o aumento é de 2,6%. Entretanto, a dinâmica agora é bastante diferente do passado. Desta feita, ocorre aumento da produção e do emprego, simultaneamente. No período já transcorrido de 2005, por exemplo, a produção subiu (4,3%) e o emprego (2,2%) *também* segundo o IBGE.

São
 Ainda com relação às perspectivas de controle da inflação, não se pode esquecer a importância da evolução dos preços administrados, entre os quais estão as tarifas de telefone, luz, aluguel e gás, conforme já comentado em outra oportunidade. Como estas tarifas são corrigidas pela inflação passada, a baixa inflação em 2005 resultará em baixa correção de tarifas em 2006, com aumento estimado inferior a 3%.

Poupança
 É por conta de todos estes acontecimentos, especialmente os verificados no mercado de trabalho, que os resultados de pesquisas relativas à situação das famílias, como a feita recentemente pela Fecomércio-RJ, não causam surpresas. A pesquisa registrou aumento de mais de 7 pontos percentuais entre maio e agosto do número de famílias que puderam poupar parte das suas rendas.

Já foi destacado anteriormente outro indicador econômico favorável, mas que merece menção mais detalhada: trata-se da evolução do crédito. O crédito com recursos livres, isto é, não direcionados pelo governo, subiu mais de R\$ 100 bilhões comparando-se os saldos de julho de 2005 e dezembro de 2002. Correspondem agora a R\$ 328 bilhões.

Cabe registro especial, entretanto, ao chamado crédito consignado, com desconto da prestação no contracheque, e ao crédito imobiliário. Nestes setores, há clara relação de causa e efeito entre medidas tomadas pelo governo Lula e seus efeitos benéficos para o conjunto da população.

O primeiro foi instituído pelo governo em 2003 e se difundiu rapidamente, permitindo à população substituir créditos com juros altíssimos, muitas vezes junto à agiotas, por juros mais civilizados, de cerca de 2% ao mês. Ao reduzir os pagamentos com juros feitos pelas famílias, houve evidentemente, liberação de renda para utilizar em outros fins.

Quanto ao crédito imobiliário, uma passagem de um artigo publicado recentemente pelo jornal Valor Econômico sintetiza a avaliação do atual estágio deste mercado, em um movimento que começou nos últimos anos, alimentado pelas medidas adotadas pelo governo:

“Grandes bancos privados estão voltando ao crédito imobiliário, financiando tanto empresas como mutuários, em um movimento que pode ser considerado o renascimento do setor depois de quase vinte anos de estagnação. “ (Jornal o Valor, 12/09/05, pg. C8).

Alguns números ajudam a dar a dimensão do processo que se encontra em seus anos iniciais: o número de habitações financiadas pela caderneta de poupança subiu para 54 mil em 2004, comparado aos 34 mil em média do período 1999-2002, quase 60% de aumento, portanto. Em 2005, as operações até julho já chegaram a 31 mil. Também no caso das unidades financiadas com o FGTS, o aumento é de dimensão similar.

Trata-se de fato de grande importância quando se considera o tamanho do déficit habitacional do Brasil, juntamente com os efeitos do mercado imobiliário para economia, pois este setor não somente absorve muita mão de obra pouca qualificada, como corresponde a importante parcela da construção civil e mesmo do conjunto da economia.

Há outros inúmeros indicadores que poderiam ser comentados para ilustrar o sucesso da política econômica do governo Lula, tais como aumento recorde da bolsa de valores,

redução recorde do risco Brasil, emissão de títulos em reais no mercado internacional, consistente aumento das reservas internacionais, grande aumento das exportações, redução da dívida pública, etc.

Não há, entretanto, espaço aqui para tratar de todos estes assuntos. Caberia apenas fazer um comentário final relativo à taxa de juros que, todos sabem, se encontra bastante elevada por conta da necessidade de controlar a inflação e por conta do exagerado tamanho da dívida pública herdada do governo anterior.

Depois dos aumentos iniciados há um ano, a taxa de juros estipulada pelo Banco Central iniciou movimento de queda na última reunião da diretoria deste Órgão. Aguarda-se que seja um processo de redução contínua para níveis compatíveis com os existentes em outros países emergentes. Evidentemente, este fato alimentará de forma acentuada o ciclo virtuoso aqui descrito, como novos e relevantes impactos sobre o emprego e a renda.

Juro ~~AD~~

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tem a palavra o Senador José Jorge, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria e, ao mesmo tempo, parabenizar o Governador Luiz Henrique, de Santa Catarina, Estado que, aparentemente, é o único que vai tão bem assim no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP)

– Senador José Jorge, V. Ex^a está inscrito para falar como Líder da Minoria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a é o segundo da lista inscrito.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr.

Presidente, só enquanto aguardamos a chegada à tribuna do Senador Paulo Paim, nós não temos problema nenhum em mandar alguns catarinenses – dos bem bons – lá para Pernambuco.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Inclusi-

ve na Presidência da República, para ver se ensina o Lula a governar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB AP)

– Já foi concedida a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

Nobre Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma

comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato é uma comunicação. É que hoje eu gostaria de cumprimentar a TV Senado pelo brilhante trabalho feito na exibição do documentário “Missões Jesuíticas: Os Guerreiros da Fé”, que teve a direção dos jornalistas Deraldo Goulart e Chico Sant’Ana; produção de Adriana Moreira e Laice Machado; fotografia de Jairo Brito e Marcos Feijó. Cumprimento também o Diretor desse órgão de comunicação, o jornalista James Gama.

Sr. Presidente, o documentário “Missões Jesuíticas – Os Guerreiros da Fé” integra a série “Senado Documento”, que tem por objetivo debater os grandes temas da história nacional. O programa procura analisar e dimensionar a influência dos jesuítas no território sul-americano, em especial na região dos Sete Povos das Missões. Foram ouvidos especialistas de todas as correntes e escolas: religiosos, historiadores, arquitetos, lingüistas, sociólogos, além de especialistas em patrimônio histórico e no folclore.

A criação das Missões Jesuíticas, Sr. Presidente, contribuiu para a construção de um modo de vida especial no sul do Brasil, no meu Rio Grande, mas também deixou raízes na economia, nas artes, na cultura e na identidade brasileira. É exatamente esta herança que o nosso Senado documentou. “Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé” busca resgatar para o conhecimento da sociedade essa bela história.

Quando o velho continente era dominado pelos sistemas feudais, existiu uma república no cone sul da América. A República Guarani, Sr. Presidente, como ficou conhecida, tinha entre seus mentores os padres jesuítas, que organizaram os índios guaranis e tapes num avançado sistema coletivo de produção.

Seu território chegou a abranger 30 cidades, que abrigava uma sociedade sem classes, ordeira e pacífica. Tamanha ousadia política e social era demais para as poderosas nações da península ibérica que dividiam o domínio do território sul-americano.

A decadência das reduções começa com o Tratado de Madrid, em 1750, assinado pelas coroas espanhola e portuguesa, que determina a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões.

Os índios guaranis se recusam a sair do noroeste do Rio Grande do Sul. A república é invadida pelos dois exércitos praticamente dizimada, gerando heróis como o cacique Sepé Tiaraju, que bradou a lendária frase: “Esta terra tem dono... Ela nos foi dada, por Deus e São Miguel”.

Sepé Tiaraju lutou até 1756, quando morreu em combate na batalha de Caiboaté, junto com mais de 1.500 índios, nunca chacina que, infelizmente, decretou o fim das Missões. Na história brasileira, nenhum outro episódio é tão pouco lembrado, como o massacre perpetrado por Portugal e Espanha contra os povos missionários do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, nestes dois minutos, lembro ainda a minha tristeza por mais um caso gravíssimo de racismo a que assistimos há poucos dias. Na semana passada, o goleiro do Vitória da Bahia, Sr. Luis Felipe Ventura de Santos, com razão, prestou queixa, numa delegacia da capital baiana, contra o ex-presidente do Clube, Paulo Carneiro.

Conforme o goleiro Luis Felipe, Paulo Carneiro o agrediu chamando-o de “negro safado, vagabundo” e acusando-o de facilitar o jogo com a Portuguesa.

O caso, embora até o momento tenha tido pouca repercussão nacional, como deveria ter tido, a exemplo do caso do Grafite, mostra que, infelizmente, a luta contra o racismo é uma luta à qual nós todos temos que, cada vez mais, nos dedicar, sejam brancos, sejam negros.

Lembro ainda de ações do Movimento Negro, como, por exemplo, do Secretário Municipal de Reparação Social, de Salvador, Gilmar Santiago; do Promotor de Combate ao Racismo no Ministério Público Estadual, Sr. Brito, e, agora, este Senador se soma nesta luta contra o racismo, no caso específico da Bahia, porque é uma luta que vimos travando há algumas décadas.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me, Sr. Presidente, apenas um minuto? O Senador Paulo Paim está falando da questão do racismo, que é de extrema importância. Lembro ao Senador Paulo Paim que hoje é Dia do Idoso. V. Ex^a tem sido aqui um batalhador, tanto do Estatuto da Igualdade Racial, como do Estatuto do Idoso, da Criança, assim como tantos outros Senadores. Eu queria aproveitar para justamente neste dia homenagear a todos os idosos, Sr. Presidente Papaléo Paes, que certamente está homenageando os idosos do Brasil. Senador Paulo Paim, que é um homem que luta pelas causas sociais, eu queria aqui homenagear todos os idosos do Brasil que precisam de políticas sociais que realmente lhes proporcionem atendimento eficaz. Quero deixar registrado nesse aparte que faço ao pronunciamento de V. Ex^a meus votos de parabéns aos idosos do Brasil por tudo que fizeram e que ainda poderão fazer por todos nós!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, como hoje, dia 27, é o Dia Nacional do Idoso, e, no dia 1º, comemora-se o Dia Internacional do Idoso, quero convidá-lo para, na sexta-feira, fazermos uma sessão de homenagem aos idosos, usando esse período de debate para saudar tanto os idosos do Brasil como os do mundo todo. Essa é a intenção do trabalho que estamos fazendo.

Por isso estou falando hoje sobre esse caso grave de racismo. Estive ontem, na Bahia, com o Senador Rodolpho Tourinho, em um belíssimo evento, discutindo o Estatuto da Igualdade Racial. Naquele Estado, a denúncia foi feita com muita força.

Sr. Presidente, se me permitir, concluirei o meu pronunciamento, cumprimentando o Ministério Público do Trabalho de Brasília, que está movendo ação contra cinco bancos da Capital pela forma como discriminam os negros no que tange ao acesso a postos de trabalho nos bancos. Os bancos que tanto lucram – parece que estamos, agora, em primeiro lugar no mundo em matéria de taxas de juros – se dão ao luxo ainda de discriminar os negros, que não são contratados para operarem nos bancos, conforme atesta o Ministério Público de Brasília, o qual quero cumprimentar. A não ser com raras exceções, o número de negros que trabalham nos bancos é praticamente insignificante, ou seja, é muito pequeno em relação àqueles profissionais

preparados que se apresentam nos bancos, mas que não são contratados por serem negros.

Parabéns ao Frei Davi, que está liderando essa campanha para que os negros também tenham espaço dentro dos bancos e, naturalmente, ao Ministério Público, pelo belíssimo trabalho que está realizando.

Eu gostaria que V. Ex^a considerasse como lidos, porque não pude fazê-lo, os meus dois pronunciamentos. Termino mais uma vez cumprimentando o Senador Rodolpho Tourinho, que é o Relator do Estatuto da Igualdade Racial, pelo brilhante movimento do qual participei com S. Ex^a na Bahia. Nós haveremos de aprová-lo ainda este mês. O movimento foi por S. Ex^a organizado, com a presença de lideranças daquele Estado, que, sem sombra de dúvida, tem uma história marcante na caminhada do povo negro.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais um caso de discriminação racial aconteceu no esporte brasileiro. Na semana passada o goleiro do Vitória da Bahia, Luis Felipe Ventura dos Santos, prestou queixa numa delegacia da capital baiana contra o ex-presidente do clube, Paulo Carneiro.

Conforme o goleiro Luis Felipe, Paulo Carneiro agrediu-o verbalmente, chamando-o de “negro safado” e “vagabundo” e acusando-o de facilitar o jogo para a Portuguesa, na última rodada da primeira fase da Série B, e que culminou com a queda do time baiano para a Série C. Há muitas testemunhas, inclusive familiares do goleiro.

O caso, embora até o momento, tenha tido pouca repercussão nacional está contando com apoio de entidades que lutam em defesa dos movimentos negros; do secretário Municipal de Reparação Social de Salvador, Gilmar Santiago; do promotor de Combate ao Racismo do Ministério Público Estadual, Lindivaldo Brito; e agora deste senador que fala.

O episódio é gravíssimo. Não é o primeiro, e sabemos que nem será o último. Posso lembrar aqui o caso do jogador Grafitte do São Paulo que também foi vítima de discriminação.

Quero insistir num ponto crucial. Precisamos denunciar amplamente e punir com o rigor da lei a prática do racismo. Mas precisamos também, educar para o respeito à diversidade racial e étnica.

Faço questão de registrar hoje também nesta Tribuna, uma ação inédita que o Ministério Público do Trabalho está movendo contra os cinco maiores

bancos privados em operação no Distrito Federal, por discriminação de gênero e raça na formação do quadro de funcionários.

O Ministério Público explica que, segundo dados do IBGE e do IPEA, que traçam uma radiografia dos trabalhadores de instituições bancárias, os negros no DF, por exemplo, representam apenas 19% dos quadros nos bancos. Só que os negros são metade da população economicamente ativa da capital.

As mulheres negras por sua vez, enfrentam dificuldades na remuneração e na ascensão funcional. Remunerações inferiores às dos homens e a falta de acesso aos cargos de confiança são fatores que agravam sua situação.

Os dados apresentados e também denúncias feitas por mulheres e por movimentos negros geraram essas importantes ações por parte do Ministério Público do Trabalho.

Mediante essas ações o Ministério está pedindo indenização por danos morais coletivos e multa diária, para que os bancos passem a contratar negros e possibilitem a ascensão profissional das funcionárias do sexo feminino.

Esse dinheiro será investido em um fundo que irá colaborar no financiamento de ações de combate à discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho.

A militância dos movimentos negros vibrou com esta importante vitória. E é assim que deve ser. Esmorecer na luta, jamais!

O Estatuto da Igualdade Racial, que considero a tão esperada carta de alforria da população negra será um forte instrumento de luta pelo fim da discriminação racial no nosso País e pela igualdade que tanto almejamos.

Tive a honra de participar, a convite do nobre Senador Rodolpho Tourinho, de audiência pública realizada na Bahia ontem, dia 26, para debater o Estatuto.

Sr. Presidente, quero apenas dizer que se insisto em trazer estes exemplos de atitude contra o preconceito e a discriminação é para mostrar o quanto o governo, as instituições, o movimento negro, a sociedade, enfim, cada um de nós, pode e deve colaborar para o despertar da consciência humana.

Sim porque, este despertar, é a única forma que nós temos de transformar o mundo, de gerar o bem do coletivo.

Não são somente os negros que alcançam seu lugar de direito no contexto social quando ações como as que descrevi são levadas a termo.

Na verdade quem ganha, é a sociedade, que recupera sua consciência adormecida e faz aflorar sua capacidade de justiça e de humanidade!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto eu gostaria de parabenizar a TV Senado pela exibição do documentário Missões Jesuíticas “Os Guerreiros da Fé” que teve a direção dos jornalistas Deraldo Goulart e Chico Sant’ana; produção de Adriana Moreira e Laice Machado; fotografia de Jair Brito e Marcos Feijó, bem como o diretor deste órgão de comunicação, jornalista James Gama.

O documentário – Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé – integra a série Senado Documento, que tem por objetivo debater os grandes temas da história nacional. O programa procura analisar e dimensionar a influência dos jesuítas no território sul-americano, em especial na região dos Sete Povos das Missões. Foram ouvidos especialistas de todas as correntes e escolas: religiosos, historiadores, lingüistas, arquitetos, sociólogos, além de especialistas em patrimônio histórico e folclore.

A criação das Missões Jesuíticas contribuiu para a construção de um modo de vida que caracteriza o Sul do Brasil, mas também deixou raízes na economia, nas artes, na cultura e na identidade brasileira. É exatamente esta herança que o Senado Documento, Missões Jesuíticas: os guerreiros da fé, busca resgatar para o conhecimento da sociedade.

Quando o velho continente era dominado pelos sistemas feudais, existiu uma república no cone sul da América. A República Guarani, como ficou conhecida, tinha entre seus mentores os padres jesuítas, que organizaram os índios guaranis e tapes num avançado sistema coletivo de produção.

Seu território chegou a abranger 30 cidades, que abrigava uma sociedade sem classes, ordeira e pacífica. Tamanha ousadia, política e social, era demais para as poderosas nações da península ibérica que dividiam o domínio do território sul-americano.

A decadência das reduções começa com o Tratado de Madrid de 1750, assinado pelas coroas espanhola e portuguesa, que determina a troca da colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões.

Os índios guaranis se recusam a sair do noroeste do Rio Grande do Sul. A república foi invadida pelos dois exércitos e praticamente dizimada, gerando heróis como o cacique Sepé Tiaraju, que bradou a lendária frase: “Esta terra tem dono ...Ela nos foi dada por Deus e São Miguel”.

Sepé Tiaraju, lutou até 1756, quando, morre em combate, na batalha de Caiboaté, junto com mais 1500 índios numa chacina que decretou o fim das Missões. Nenhum outro episódio da história brasileira é tão pouco lembrado como o massacre perpetrado por Portugal e Espanha contra os povos missionários do Rio Grande do Sul.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria.

V. Ex^a terá cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passados apenas 7 meses desde a última eleição para o terceiro cargo da República, que é o de Presidente da Câmara dos Deputados, estamos novamente envolvidos num clima pré-eleitoral.

E, mais uma vez, vemos a base governista dividida e o Poder Executivo usando de todos os artifícios para interferir nas decisões e prerrogativas do Poder Legislativo.

Os jornais desse fim de semana estamparam em suas manchetes a liberação de R\$500 milhões para as emendas parlamentares, com o objetivo explícito de tentar viabilizar a eleição do candidato ungido pelo Palácio do Planalto, o ex-Ministro Aldo Rebelo.

Os de hoje já falam em uma reforma ministerial para acomodar os partidos que vierem a apoiar o candidato do Presidente Lula. Os Ministros do PMDB foram convocados pelo Palácio do Planalto para apresentar suas listas de apoio. Até um possível apoio à queda da cláusula de barreira já foi prometido aos partidos menores.

Essa liberação de recursos deixou a todos surpresos, já que até então o discurso do Governo era de arrocho e de grandes contingenciamentos orçamentários para áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e saneamento público.

Só no mês de setembro, Sr. Senador Mão Santa, o Governo do Presidente Lula liberou mais emendas parlamentares do que nos oito meses anteriores.

A que será que se deve tanta presteza? A assessoria técnica da Liderança do PFL na Câmara divulgou levantamento da liberação de emendas parlamentares que confirmam o uso das verbas pelo Governo. O PFL, que é o terceiro maior partido, ficou apenas em sétimo lugar, e a maioria das emendas foram exatamente para os partidos da base do Governo.

Segundo uma declaração muito feliz do Deputado José Carlos Aleluia, essa tentativa de corromper os Parlamentares é uma forma de humilhação do Legislativo. Agora não tem mensalão, mas tem o que podíamos chamar de emendão.

De fato, sai o mensalão e entra o emendão. Tudo ao arrepio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que considera crime de responsabilidade usar as verbas

orçamentárias para negociar apoios políticos com Parlamentares. Isso já está na LDO. Foi incluído na LDO do ano passado, que vale para o orçamento deste ano. Mas o Governo não cumpre.

Mais uma vez o Governo Lula foi flagrado em uma tentativa indevida de interferir na autonomia do Congresso Nacional. O Partido dos Trabalhadores, que deveria buscar uma candidatura suprapartidária, acabou sendo atropelado até pelo Presidente Lula. Depois de reunir a bancada para indicar o nome do Deputado Arlindo Chinaglia, o PT foi forçado a renunciar ao candidato próprio para apoiar, compulsoriamente, o Parlamentar do Partido Comunista do Brasil, Deputado Aldo Rebelo.

O Deputado Aldo Rebelo é um parlamentar respeitável, com um passado limpo, mas o fato de ter exercido postos-chaves do Governo, como Líder na Câmara e Ministro da Coordenação Política, exatamente no período em que ocorreu o mensalão, acaba por colocar dúvidas sobre uma eventual isenção dele no exercício da Presidência da Câmara, especialmente no período em que os deputados envolvidos nos escândalos estão sendo julgados por seus pares.

É oportuno lembrar que o Deputado Rebelo foi citado por Roberto Jefferson como um dos que tinham informações ou que foram informados por ele, Roberto Jefferson, sobre o mensalão. Teria feito gestões no Congresso Nacional e concluído que não havia o citado esquema. Isto o torna em condições de ser chamado para depor em CPIs, na Comissão de Ética e na Corregedoria da Câmara dos Deputados.

Além disso, para reforçar essa dúvida que paira sobre o candidato do Planalto, devemos lembrar que ele foi arrolado como testemunha de defesa do Deputado José Dirceu há poucos dias. Seria possível o Deputado conduzir o julgamento do ex-Ministro sem que fique qualquer dúvida no ar?

A candidatura imposta do Ministro Aldo Rebelo deixa claro que o Governo decidiu comandar a Câmara dos Deputados sem intermediários, já que até há pouco tempo o candidato oficial do Governo foi coordenador político do Executivo.

Há de se ressaltar ainda que, em passado muito recente, Aldo Rebelo foi impiedosamente torpedeado por petistas quando ocupou o cargo no Palácio do Planalto, o que o levou a declarar “sou um sobrevivente” logo depois de sua indicação palaciana.

Entre seus torturadores, destaca-se o Deputado José Dirceu. Hoje, estes mesmos agressores estão sendo constrangidos a apoiar S. Ex^a.

Não é à toa que os Parlamentares do próprio PT têm vindo a público para criticar a escolha do Presidente Lula. O Deputado Walter Pinheiro, da Bahia,

disse: “Fizeram uma escolha sem consultar ninguém. A Câmara está se submetendo ao Senado, pois o nome veio sugerido de lá. O Aldo é uma boa pessoa, mas ele não ganha”.

O Governo Lula erra novamente ao não buscar um acordo no âmbito do Legislativo. E com a sua proverbial inabilidade coloca em risco a estabilidade política do País.

Finalmente, Sr. Presidente, eu gostaria de destacar a figura do candidato que, a meu ver, é o que tem melhores condições de representar a Câmara nestes dias negros que atravessamos: o Promotor de Justiça, Deputado há 23 anos, José Thomaz Nonô.

Não quero cometer o mesmo abuso do Presidente Lula de intervir na eleição da Câmara dos Deputados. Quero apenas de dar o meu testemunho sobre a figura pública do Deputado Nonô, com quem tive a oportunidade de conviver por 16 anos na Câmara, e agora por mais seis anos, ele Deputado e eu Senador, como Parlamentar da bancada do Nordeste na Câmara.

Portanto, Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados certamente reagirá à interferência indevida do Governo do Presidente Lula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, sem prejuízo da ordem de inscrição dos oradores.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e uma prorrogação máxima de dois minutos, se for necessário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, quis Deus esta sessão estar sendo presidida pelo Senador Papaléo Paes. Senador Leonel Pavan, o Senador Papaléo Paes foi prefeitinho lá do Amapá, como eu o fui e como V. Ex^a, que está ligado com o mundo.

Leonel Pavan, tenho uma grande admiração por V. Ex^a. Dos 81 Pares que aqui há – sei que aqui há ex-Presidente da República, ex-Vice-Presidente, Ministros, pessoas que foram duas ou três vezes governadores de Estado, como eu, juristas; há muita autoridade... Quando olho assim, ninguém supera o nosso Leonel Pavan, porque ele tem um título que a meu entender – e eu entendo bem, procuro entender as coisas por meio do estudo e das inspirações de Deus – é o mais importante instrumento da democracia: o de prefeito.

Senador Amir Lando, a presença de V. Ex^a, que simboliza o saber jurídico, faz reviver Rui Barbosa,

que disse só haver um caminho e uma salvação: a lei e a justiça.

Por que o Senador Leonel Pavan está aqui? Ele foi prefeito por três vezes, foi o único. Ele é o julgamento. Ele teve a sabedoria de administrar. O prefeito é o único que administra o povo, que não está na Alvorada nem na Granja do Torto. Só estão lá aqueles traquinos amigos do Lula. O povo, não. O povo está na cidade, mora na cidade.

Nós, que somos da ciência médica, aprendemos biologia, que a base de tudo é a célula do corpo. A célula da Nação é o Município. Lá começa a vida que se vive. Quero lhe dizer que somos privilegiados.

Por que o Leonel Pavan está aqui? S. Ex^a é conhecido. Foi um extraordinário Prefeitinho. Quando eu era Governador do Estado do Piauí, fui ao Estado dele buscar uma multinacional – era a Ceval, depois foi a Bunge – para desenvolver o Piauí na plantação de soja. E, na cidade de Uruçuí, implantamos a Bunge para beneficiar a soja. Fui ao Espírito Santo negociar, e hospedaram-nos na beleza da cidade de Camboriú – Gaspar fica próximo.

E vi o encanto, Senador Paim. Em um bar, comi um peixe muito bom – lembro que era salmão com maracujá –, e o povo me reconheceu. Na época, eu era Governador. Perguntaram-me: “Governador Mão Santa, o senhor não conhece o Leonel Pavan?” Lula é operário, Leonel Pavan foi garçom, não traiu ninguém e está aqui. E Deus nos aproximou. Vi o entusiasmo do povo, no bar, comentando: “Mas o senhor vem aqui e não conhece o Leonel Pavan? Ele foi um garçom como nós, um grande líder, um grande prefeito.” Eu disse: “Não, não conheço”. Fiquei com aquele trauma. E Deus nos coloca juntos no Senado.

Por que Leonel Pavan está aqui? Porque foi Prefeito, em 1989. Atentai bem! Milhares de Prefeitos estão aqui em marcha. E está aí o “Lulinha Paz e Amor”, sem estudo, sem saber, general da incompetência. Nunca dantes houve isso! Milhares e milhares estão aí em uma marcha – antigamente quem marchava era soldado, em 07 de Setembro, e o povo aplaudia; agora, o povo vaia o Presidente no Dia da Independência. E por que os Prefeitos estão aí, Senador Leonel Pavan? Eles poderiam ter vindo sós, mas há uma marcha de Prefeitos. Aprendi que marcha era feita por soldados, e havia música. Mas marcha de Prefeitos?

Senador Amir Lando, desobedecem à lei e à Justiça, à Constituinte, que Ulysses beijou. Senador Paulo Paim, desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira. A regra está lá na Constituição, “Lulinha Paz e Amor”. Leia pelo menos a Constituição. A Bíblia nunca leu. Deve-se obedecer ao que está na Constituição que Ulysses beijou. A regra está lá! Por isso, Senador Leonel

Pavan, V. Ex^a está aí e eu estou aqui. Fui Prefeitinho naquela época, em 05 de outubro de 1988. Homens como Amir Lando e Paulo Paim a fizeram.

Lula, está lá escrito! O bolo, o imposto é normal. Está na Constituição. É justo pagar a Cristo imposto? “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. É justo, mas o bolo a Constituição dividiu: 54% para a União, para o Governo Federal, para o Lula; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios; e 2% para os fundos constitucionais. E atentai para a gravidade: aumentou a quantidade de Estados. O seu Estado, por exemplo, Senador Papaléo, é novo, assim como Tocantins. Municípios, só eu criei 78. Então, a receita diminuiu.

Além disso, há a fome dos presidentes e a fome galopante desses famintos, larápios do PT. A União está levando mais de 60%, e os Prefeitos estão com 14%. Aumentamos 1%. Esse Governo – que não é “paz e amor” – é incapaz, incompetente, despreparado. E estão aí os Prefeitos. Leonel Pavan está aqui porque, quando ele governou, era exaltado pelo povo, e a cidade cresceu bela. O índice era de 21,5% e diminuiu para 14%. A fome, a roubalheira do PT.

Ouçó o aparte deste homem que simboliza Rui Barbosa no plenário, pelas suas virtudes e por seu saber jurídico, Senador Amir Lando, do meu PMDB dos autênticos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, quero alertar V. Ex^a de que o seu tempo já se esgotou.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas não se esgotou a paciência, a sensibilidade e a bondade do Presidente. E o apelo que fazemos é...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...por aqueles heróis da administração, que são os nossos Prefeitos, que V. Ex^a representou.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Peça ao Exm^o Senador Amir Lando que seja breve na sua intervenção.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero relembrar o passado de V. Ex^a, como Prefeito, que o trouxe aqui, para gastarmos um pouco mais de tempo para saciar a necessidade dos nossos Prefeitos e ver se esse Presidente tem sensibilidade e lê ao menos esse artigo da Constituição que divide as receitas da União.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Mão Santa, V. Ex^a, mais uma vez, brinda esta Casa com esse discurso vibrante por uma causa nobre. V. Ex^a tem toda razão. O Município é a **cellula mater** da República. No Município as pessoas moram e ali se resolvem as questões concretas do dia-a-dia da vida de cada um, das demandas sociais, das necessidades

mais prementes. Ali se responde à necessidade da população. V. Ex^a aqui traça esse libelo. Nós devemos prosseguir nisso e isso perseguir: a maior participação dos Municípios no bolo tributário, em que vemos cada vez uma redução maior. É um crime que se comete contra as instituições republicanas, porque, como sabemos, no Município a população fiscaliza. Ali o desvio é visualizado de maneira imediata, e as correções podem acontecer também de pronto e de maneira eficiente. Solidarizo-me com V. Ex^a e digo que realmente se governa de longe, mas – como disse Napoleão – se administra de perto. Nós queremos administração. Esse Brasil precisa de um choque de gestão, que começa no Município, porque a população participa. Hoje o Município é uma célula participativa, e não há dúvidas de que precisamos avançar no sentido de deslocar mais verbas para o Município. E com certeza serão mais bem aplicadas, porque ali a população está presente. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Corroboro com as sabedorias ditas aqui pelo nosso Senador Amir Lando e imploro para que também seja ouvido o aparte do Senador Leonel Pavan, que foi a fonte de inspiração do nosso pronunciamento. S. Ex^a foi Prefeito por três vezes e chegou aqui porque apenas se obedecia à Constituição e havia mais recursos na prefeitura.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente Papaléo Paes, agradeço sua gentileza por me conceder um tempo a mais. Quero cumprimentar o Senador Mão Santa, um dos homens públicos mais corajosos de nosso Congresso Nacional e do Brasil, uma pessoa que, desde o primeiro dia em que aqui estive, veio cobrando do Governo Federal mais transparência na distribuição dos recursos e no atendimento aos Estados, bem como o respeito aos Municípios. O Senador Mão Santa tem feito isso ao longo desses dois anos e meio – quase três anos –, avisando o Governo Lula de que, se não se mudasse a forma de governar, poderia chegar ao final com um índice de reprovação maior do que de aprovação. E o Senador Mão Santa está com a razão. Hoje, a reprovação supera a aprovação. Por quê? Porque não se respeitam as bases, não se respeita o povo que sofre, que precisa de saneamento, educação, saúde, investimentos na área social. E o elo dos recursos constitucionais do Governo Federal com os Municípios é o Prefeito, que é cobrado pelas entidades, pelas associações de moradores, pelas donas-de-casa, pelos idosos, pela juventude, por toda a sociedade. Na igreja, nas ruas, nas praças, em eventos como um casamento, o Prefeito, todas as horas, está sendo visto pela comunidade, que cobra, e ele não tem mais o que dizer. Por quê? Porque ele votou e acreditou num homem que disse que abriria a porta

do céu, que atenderia os Municípios, que seria um Presidente municipalista, sendo que, na verdade, abriu a outra porta: a da desgraça, da desesperança. Os Prefeitos estão aqui, Presidente Papaléo Paes e Senador Mão Santa, pedindo apenas que o Presidente cumpra o que prometeu em campanha eleitoral, distribuindo os recursos para os Municípios, pois eles não podem atender os seus Vereadores, não podem atender as suas comunidades se o Presidente, autoridade maior deste País, não distribuir os recursos como deve ser. Os Prefeitos estão pedindo socorro. Eles vêm para cá de “pires na mão”, pedindo migalhas, esmolas, e voltam mais pobres ainda, sem esperança e, principalmente, envergonhados por terem votado em um homem que prometia atender aos Municípios, mas que não está fazendo. Ainda é tempo. Esperamos que o Lula acorde. O projeto de lei está lá na Câmara; é só liberar para votar. Se ele for votado, vai-se dar o mínimo de atenção e respeito aos Prefeitos deste País. Parabéns, Senador Mão Santa, pelo seu brilhante pronunciamento, como sempre, respeitando o povo brasileiro!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, há necessidade que se compreenda, mas o núcleo duro não compreende nada e é difícil fazer o Lula aprender as coisas.

Então, eu diria o seguinte: a Constituinte aumentou as responsabilidades dos Prefeitos. Eles são responsáveis pela educação, pela saúde, pela assistência social. A Constituição lhes garantiu 21,5% do bolo do Orçamento.

Mas este governo foi esfomeado e irresponsável criando vários Ministérios. Havia 15 ou 16 e, de chofre, a incompetência aumentou para 38. Criou até Ministério das Cidades; mas se ele está acabando com as cidades... Bastaria devolver o que lhes manda a Constituição. Mas o que esperar de um Governante que não obedece nem às Leis de Deus e à Constituição. O que se vê é o “roubarás!”, ao invés do “não roubarás!”.

O caso deste Governo, Senador Eduardo Suplicy, não vamos resolver aqui nem com *impeachment*. A destinação deste Governo, a destinação de todos eles é o inferno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

V. Exª terá cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores, das lembranças mais vivas que tenho de meu pai, Paulo Cochrane Suplicy, falecido em 1980, aos 77 anos, destaco as suas

palavras sobre por que preferia nunca ter armas em casa, no automóvel ou mesmo ao seu alcance. Lembro que sempre recomendava aos seus onze filhos – eu sou o oitavo – que respeitassem os outros, evitando ficar com raiva ou furiosos com os interlocutores, por mais difícil que pudesse ser a situação. Ao mesmo tempo, recomendava que fôssemos assertivos, defendendo com firmeza o nosso ponto de vista, fosse qual fosse, garantindo, assim, o respeito dos outros.

Com freqüência, o meu pai relatava casos de vítimas de violência, de acidentes domésticos ou ocorridos na rua, pessoas que morriam ou eram gravemente feridas por armas de fogo que, se não estivessem próximas, a tragédia seria evitada. Para mim, seus ensinamentos foram fortes, tanto que, até hoje, aos 64 anos, nunca senti necessidade de ter arma de fogo em casa.

Com o passar dos anos, tornei-me, cada vez mais, um admirador dos defensores de transformações da sociedade por meios não-violentos. Aprendi a admirar as teses e os exemplos de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King Jr., de que devemos lutar pelo que acreditamos com toda a nossa força, sem nos conformar com a lentidão das transformações, mas sempre procurando enfrentar a força física com a força da alma.

É com entusiasmo e convicção que vou participar e registrar o meu voto a favor do desarmamento no Brasil no dia 23 de outubro. Em primeiro lugar, creio que é preciso saudar a utilização, entre nós, do instrumento de consulta popular, como o referendo e o plebiscito, para a tomada de decisões que afetam toda a população. É muito positivo que as recomendações nesse sentido de grandes juristas como Fábio Konder Comparato, Dalmo de Abreu Dallari e Celso Antônio Bandeira de Mello comecem a ser colocadas em prática.

Segundo, respeitando as vozes daqueles que acreditam ser necessária a liberdade de comercialização de armas de fogo, sobretudo, como dizem, para que possam defender-se de bandidos, de assaltantes ou até de estupradores de suas mulheres ou filhas, lembro os argumentos que têm sido expostos pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelos que vêm empenhando-se a favor do “sim” no referendo, como o Presidente do Senado, Renan Calheiros, e o Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

Os números demonstram bem: houve um aumento significativo do número de mortes por armas de fogo no Brasil nos últimos 13 anos. Em 1992, foram 16.729; em 98, 30.211; em 2003, 39.325. Foi então que se desencadeou uma forte reação com a aprovação do Estatuto do Desarmamento e da campanha de entrega de armas,

com resultados positivos. O número de homicídios por arma de fogo em 2004 caiu para 36.119.

O Estatuto do Desarmamento assegurou ao Poder Executivo os meios de se controlar o comércio e o uso de armas de fogo e ainda estimulou a população a entregar as suas para reduzir o estoque das existentes. De julho de 2004, quando se iniciou a campanha de recolhimento, até o início de setembro, o Governo já havia recolhido 451.542 armas. Espera poder completar mais de 500 mil armas recolhidas até a data do referendo.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Os números do Ministério da Saúde mostram que a maior diminuição de mortes por arma de fogo se deu exatamente nas regiões do Brasil onde as campanhas de recolhimento foram mais bem-sucedidas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Estima o Ministro Márcio Thomaz Bastos que essa campanha possa explicar as 5.563 vidas poupadas em 2004.

Na verdade, segundo levantamento do FBI, para cada sucesso no uso defensivo com arma de fogo, há 185 mortes com essas próprias armas. É uma questão, pois, de bom-senso. Basta lembrar quantas vezes observamos desavenças banais que, certamente, poderiam ser resolvidas por meio do diálogo e da negociação transformarem-se em tragédias irreversíveis. Diariamente, no trânsito pesado das cidades, por exemplo, muitos motoristas perdem a cabeça e passam a se xingar, por pouco não chegando a brigas físicas, que às vezes acontecem de fato. Se um deles tiver uma arma, a probabilidade de tragédia é altíssima.

Para viver num Brasil mais seguro, teremos de fazer muito mais para que a nossa sociedade se torne mais justa e, em consequência, resulte na paz social. O “sim”, pelo desarmamento, é um passo na direção correta.

Ao concluir, ressalto três pontos que o Ministro da Justiça considera importantes:

O referendo de outubro diz respeito à entrada em vigor do art. 35 do Estatuto do Desarmamento. Caso a população decida pela não-adoção da proibição de comércio de armas e munições, a política nacional de controle de armas de fogo permanece como está. Caso a população decida pelo “sim”, a política do controle de armas aprofunda-se e completa-se.

Completa-se, inicialmente, pelo fato de as armas continuarem disponíveis apenas àqueles diretamente ligados à segurança pública. As munições também estarão disponíveis apenas a esses órgãos, sendo nelas todas marcadas, por força de portaria do Governo Federal, a origem e a corporação de destino. As munições, que são hoje vendidas quase que livremente, passarão

a receber controle estreito, reduzindo ainda mais a letalidade do estoque de armas em circulação.

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Estou terminando, Sr. Presidente.

Eleições ditam mudanças políticas. O referendo de outubro busca saber da população se está preparada para uma mudança social de grande alcance, se seremos, em poucos anos, capazes de viver em um Brasil mais seguro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Supply, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes, por permuta com o nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar pela Liderança do PL antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a está inscrito, Senador Marcelo Crivella.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de inscrever-me como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB

– TO) – Sr. Presidente, chegará à Mesa uma delegação do meu Partido para falar antes da Ordem do Dia, e peço a V. Ex^a que me inscreva na ordem dos demais Líderes que estão inscritos, de acordo com o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa aguarda o documento e fará a devida inscrição.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por dez minutos, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Inicialmente, quero fazer uma saudação a todos os prefeitos presentes. Realmente, estamos apoiando as reivindicações muito justas dos prefeitos.

Não precisam agradecer. Fui prefeito, passei pelas dificuldades por que todos os prefeitos do País passam, principalmente das pequenas cidades, dos pequenos municípios, onde as arrecadações mal dão

para sustentar a limpeza da cidade. Sou solidário aos prefeitos e digo a todos que não percam a determinação em lutar por dias melhores para os municípios que representam.

Sr. Presidente, é com satisfação que comunico a todos que o Projeto de Lei nº 149/2003, de minha autoria, foi aprovado por unanimidade nesta Casa e na Câmara dos Deputados, transformando-se em lei no último dia 22. A Lei recebeu o número 11.179 e foi publicada na sexta-feira, dia 23. A mencionada Lei alterou os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 1994, que é o Estatuto da Advocacia da OAB.

A alteração, Sr^{as} e Srs. Senadores, corrigiu uma anomalia no processo eleitoral de escolha da Diretoria daquele Conselho Federal. No antigo processo, quem elegia os membros da Diretoria eram os Conselheiros Estaduais, que, na somatória dos votos, valiam um só voto por Seccional, ficando de fora os Conselheiros Federais.

Agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela Lei de que fui autor, a eleição da Diretoria se dará por votação secreta e individual de cada um dos Conselheiros Federais. Sendo assim, é o próprio colegiado que elegerá a sua Diretoria. Nada mais justo que os Conselheiros Federais elejam a sua própria Diretoria.

Só a título de comparação, é como se os Deputados Estaduais pudessem eleger os membros da Mesa do Senado Federal, ficando de fora da votação os Senadores. Nada mais justo que os Senadores elejam sua própria Mesa Diretora.

Portanto, a presente Lei, Sr. Presidente, corrigiu essa anomalia.

Aproveito a oportunidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, para, do Senado Federal, cumprimentar todos os advogados brasileiros reunidos na 19ª Conferência Nacional dos Advogados, na cidade de Florianópolis.

Faço votos de que a Conferência Nacional dos Advogados atinja seus objetivos e contribua com a Advocacia e com o Brasil.

Sr. Presidente, fiz questão de mencionar, neste meu pronunciamento, essa lei que foi sancionada pelo Senhor Presidente da República e aproveito para, no restante do meu tempo, fazer o registro de mais um escândalo que ocorre neste País e que, publicado em revista de grande circulação nacional, no domingo, vem realmente trazer mais momentos chocantes para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, sou representante do povo amapaense, mas não posso, de maneira alguma, deixar de lado a minha região, a nossa região, que é a Norte, muitas vezes sacrificada, muitas vezes mal olhada pelo Governo Federal. Realmente, nesta tribuna,

temos um ponto de apoio para chamar a atenção de todo o Brasil.

Venho a esta tribuna hoje para falar de um terrível fato que parece ser o elo de uma grande corrente, mas está sendo tratado como um fato isolado, que é o escândalo da arbitragem no futebol.

É importante esse tema? É sim. Esse tema envolve o povo, envolve o País pentacampeão do mundo, envolve o País que já usou, nos seus diversos momentos políticos, o futebol como grande dissimulador de graves questões internas. Então, o futebol é muito importante para todos nós, sim.

Refiro-me ao escândalo da arbitragem, contaminada para atender a interesses escusos, que visam ao ganho fácil, à vantagem financeira sem correr risco e ao enriquecimento ilícito.

Há um réu confesso, Senador Pavan. Pergunto: acabaram-se os problemas? Teria sido mesmo só um árbitro? Apenas árbitros foram envolvidos? A “análise” feita da atuação do árbitro aprisionado, naquilo que parece a primeira teia da atuação policial, concentra-se apenas em lances capitais. Mas será que apenas esses lances são representativos de uma ação direcionada ao cumprimento efetivo de um acordo espúrio?

Há suspeitas, e muitas, no ar. Há necessidade de se rever tudo, deixando de lado essa mania de “remover a sujeira para baixo do tapete”, só reconhecendo como verdadeiras, e mesmo existentes, as atitudes flagradas, confessadas, tornadas públicas. É preciso haver seriedade nas investigações feitas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, e a sociedade precisa de esclarecimentos comprobatórios de que houve apenas esse fato isolado.

Lances capitais! As autoridades esportivas falam em “lances capitais”, como se noventa minutos se resumissem e se condensassem em meros segundos.

Não vou me arvorar em analista esportivo, mas sou, como a grande maioria da população brasileira, amante e espectador de futebol. Ora, senhores, têm-se visto muitos lances neste campeonato brasileiro que são motivo de uma desconfiança generalizada. Por isso, apelo ao Poder Legislativo que fique atento, pronto a intervir caso as investigações se configurem direcionadas a uma grande acomodação, que só à elite futebolística interessa. Nosso País está passando por uma série de escândalos, e esses escândalos estão em todas as partes ou em quase todas as partes da sociedade; e, agora, chegam ao futebol.

Por isso, Senador Leonel Pavan, chamo a atenção para a necessidade de instalarmos até uma CPI do Futebol, para analisarmos com segurança e determinação mais um fato importante de cujo esclarecimento a sociedade brasileira precisa.

Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que me concedesse, uma vez que sou orador inscrito, mais dois minutos pelo menos, para eu encerrar o meu pronunciamento e conceder um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo Paes, primeiro, quero cumprimentá-lo porque V. Ex^a sempre demonstrou espírito público muito grande, sempre preocupado com as injustiças. E quer justiça neste caso.

O motivo que certamente levou muitos clubes à falência e à segunda divisão deve ter sido justamente essa máfia da arbitragem. Até gostaria de questionar se não foram os responsáveis por levar o meu Grêmio à segunda divisão. É possível que tenha ocorrido isso. No pronunciamento de V. Ex^a, que cobra justiça, também vou cobrar justiça. Acredito que o responsável pela segunda divisão do Grêmio foi a arbitragem.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos.

Como homem da Amazônia, repito, não me calarei ante as atitudes que, tudo indica, objetivam isolar a Amazônia do resto do Brasil, como se nós, que temos o orgulho de ter um único clube representando o Norte do Brasil, que é o Paysandu Sport Clube, não fôssemos brasileiros.

Basta, senhores! O tempo das ditaduras acabou. Os integrantes dos tribunais devem ouvir os seus pares e os reclamos da sociedade, que pugna por um esclarecimento real e definitivo. Se a reação das autoridades esportivas for tímida, que a Polícia Federal amplie a sua atuação para esclarecer os fatos.

Vamos ficar atentos, senhores; há suspeita de mais coisas podres. Não vamos deixar que clubes brasileiros, como o nosso Paysandu, que representa o Norte do País, sejam expurgados da competição em razão da máfia da arbitragem. Voltaremos ao assunto, Sr. Presidente, sempre que entendermos que não está sendo feito tudo o que precisa ser realizado, sempre que entendermos que a Amazônia, neste caso específico representada por um único clube, o Paysandu, estiver sendo esbulhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição na ordem de

oradores, pelo Partido da Frente Liberal, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a fica devidamente inscrito, em segundo lugar, logo após o Senador Leonel Pavan, para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência deseja registrar a presença de integrantes do Comando Nacional de Greve da Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior: Professor Althen Teixeira Filho, da Universidade de Pelotas; Professora Gírlene Alves, da Universidade Federal de Juiz de Fora; Professor Josevaldo Cunha, da Universidade Federal de Campina Grande; Professor Jacob Paiva e Professora Rosimê Meguins, da Universidade do Pará.

Para nós, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra a presença dos Srs. Professores, que fazem uma justa reivindicação. Tenho certeza de que esta Casa não apenas ouvirá, mas participará desta importante luta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito, de acordo com o Regimento desta Casa, o nobre Senador Marcelo Crivella, para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, o Senador Osmar Dias, para uma comunicação de interesse partidário, pelo PDT, e, como orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, neste momento, me associar às congratulações pelos 70 anos da Rádio Tupi.

Uma das primeiras grandes rádios do Brasil, a Rádio Tupi AM, inaugurada no meu Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1935, fruto da genialidade do líder do grupo Diários Associados, o jornalista paraibano Assis Chateaubriand, já nasceu pujante. Tanto que, dois anos depois, a Tupi chegava a São Paulo com força total.

O nome indígena surgiu da criatividade nacionalista de Chateaubriand. Aliás, a partir da rádio, ele criou outras cadeias – todas com nomes de tribos indígenas – e essa ficou conhecida como a “Taba Associada”.

À época da inauguração, o Brasil passava por um período de conflitos. Exércitos, rebeliões militares, revoluções, dentre outras atrocidades ocorridas no País, foram cenários pouco convidativos para a entrada da emissora no ar.

Porém, tantas idéias expostas precisavam ser divulgadas à sociedade. Os jornalistas não tinham a liberdade que gostariam de ter para colocar suas opiniões. Portanto, a Tupi surge como um importante veículo para articular as novas idéias que nasciam no

seio de nossa sociedade. E os jornalistas, mais do que ninguém, sabem disso.

Em meio àquela avalanche, o visionário Chateaubriand conseguiu fazer da Rádio Tupi um meio pelo qual as notícias eram mescladas com entretenimento, política e economia. A emissora analisava também o sentimento nacionalista que era colocado pelo Estado Novo. Uma mistura extraordinariamente perfeita.

Vendo como fonte proveitosa o carisma dos artistas e profissionais que tinham destaque na emissora, o Velho Capitão – como era chamado Chateaubriand – explorou de forma magnífica os talentos da música brasileira.

Na inauguração da rádio, por exemplo, foi executado o Hino Nacional Brasileiro pela Orquestra Sinfônica Brasileira, sob a regência do maestro Heitor Villa Lobos. Tocou-se pela primeira vez a música “Aquarela Brasileira”, de Ary Barroso.

Nomes famosos participaram dos primeiros anos da Tupi, como Marlene, Emilinha Borba e Ary Barroso, que estreou em 1936 como narrador de futebol tocando sua gaita na hora do gol. A emissora contou também com Luiz Gonzaga, compositor de “Asa Branca”, que se tornaria um clássico da música popular brasileira.

Até hoje, a Tupi tem seu lugar entre as emissoras, cumprindo importante papel na história brasileira. A Rádio Tupi está em constante crescimento e sua tecnologia avançou tanto que hoje alcança todas as “tribos”, como anteviu o seu criador.

Hoje, também, Sr. Presidente, comemoram-se os 52 anos da TV Record, que foi inaugurada em 27 de setembro de 1953. A Record, então “canal 7”, foi a terceira emissora de televisão a surgir na capital paulista, fundada pelo empresário Paulo Machado de Carvalho.

Num sentido estrito, a expressão “Jovem Guarda” designou programa da TV Record, estreado em setembro de 1965, comandado por Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléia. Hoje, todavia, a expressão define gênero musical também conhecido como iê-iê-iê.

Na década de 50, embora as três emissoras existentes (Tupi, Record e Paulista) produzissem todo tipo de programação, a TV Tupi caracterizou-se pela emissão de teledramaturgia, e a TV Record se definiu pela linha de *shows* humorísticos e musicais. A TV paulista realizava teleteatros, musicais, telejornalismo e humorismo, mas sem se caracterizar por um gênero preferido.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O aparte não diz respeito ao tema do brilhante pronunciamento de V. Ex^a, mas para comunicar ao Presidente Eduardo Siqueira Campos que está havendo um massacre contra os prefeitos. Eles estão sendo sufocados. São centenas de prefeitos que não conseguem subir as escadas. A Segurança tenta colocar ordem, mas é preciso que sejam tomadas providências urgentes, pois há prefeitos sendo pisoteados na subida da escadaria para o Salão Azul. É preciso que sejam tomadas providências urgentes quanto ao que está ocorrendo na subida para o Salão Azul. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, vou interromper V. Ex^a, já descontando automaticamente o tempo, para que esta Presidência possa responder ao Senador Leonel Pavan.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência já convocou o Diretor responsável pela Secretaria de Segurança da Casa, que estará aqui para prestar os esclarecimentos devidos a este Presidente, que pediu a adoção imediata de medidas que assegurem a livre manifestação e o devido respeito nos corredores e no recinto do Congresso Nacional.

Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Antes que V. Ex^a conclua o discurso, gostaria que me concedesse um aparte.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Com o maior prazer, Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Fala V. Ex^a sobre a TV Record.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ) – Tupi e Record.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Tupi e Record. E sobre o aniversário, mais de meio século. Eu estava no Rio de Janeiro, era estudante, quando surgiu a TV Tupi e, a partir daí, a TV Record, que foi um desmembramento posterior, a partir de determinado instante, em que se criaram algumas cadeias de televisão. Em verdade, a TV Record desde aquela época presta relevante serviço à nação brasileira não apenas por ser a terceira maior cadeia, mas porque a sua programação é de excelente qualidade. Quero cumprimentar, com a permissão de V. Ex^a que está na tribuna, todos os diretores, artistas e jornalistas que fazem a Record. Quem dirige o jornalismo da Record é Boris Casoy, que todos admiramos como um dos jornalistas mais

competentes, mais austeros e prestigiados deste País. Isso demonstra, Senador Crivella, o cuidado da Record para com a sua programação e os seus noticiosos. Quero dizer que estou sempre ligado na Record por tudo quanto ela representa, no convencimento de que ela presta, como disse no início, transcendental serviço social ao nosso país. Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa que tem de trazer este assunto ao plenário do Senado Federal.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito obrigado, Senador Lobão.

Sr. Presidente, concluo lembrando que, ao comemorarmos o aniversário da Tupi e da Record, lamentamos o falecimento de Ronald Golias, 76 anos, que fez parte da Família Trapo e de outros grandes programas da Record, ocorrido esta madrugada, vítima de infecção generalizada decorrente de infecção pulmonar. Vai Ronald Golias descansar ao lado do Pai, enquanto nós festejamos emissoras que permitem que talentos brilhem na constelação desta Pátria.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente, mais uma vez.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a fala em Ronald Golias, eu falo também em Raul Gil. É bom lembrar o nome desse artista extraordinário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Pois não. É que Ronald Golias faleceu esta madrugada de infecção pulmonar. Quis o destino que falecesse no dia do aniversário de duas emissoras que lhe deram abrigo e em cujos palcos brilhou. Refiro-me à Tupi e à Record.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – E merece nossos cumprimentos V. Ex^a por lembrar também Ronald Golias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Marcelo Crivella, eu me associo a V. Ex^a. Assim fazendo, é claro que me associo às comemorações do 52º aniversário da TV Record e refiro-me a quem faz a Record respeitada, a quem a faz ouvida, que são os seus dirigentes e atores. Como político, eu me permito saudar a Organização Rede Record de Televisão na pessoa daquele que eu mais ouço: Boris Casoy, que em seu tradicional noticiário para o Brasil, com firmeza, expressa a sua opinião, manifesta o seu ponto de vista. A TV Record, como disse V. Ex^a, também o Senador Edison Lobão, em aparte, presta relevantes serviços à sociedade brasileira. Devemos muito à organização que V. Ex^a, em bom momento, está saudando da tribuna. Sei que V. Ex^a também é um dos que contribui para a grandeza da Record. Quero cumprimentá-lo e

associar-me à sua manifestação, uma vez que V. Ex^a permitiu o aparte e, conseqüentemente, que essas modestas palavras fizessem parte de seu discurso. Muito obrigado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, peço que faça constar em meu pronunciamento os brilhantes apartes do Senador Edison Lobão e do Senador Ramez Tebet.

Agradeço muito a V. Ex^a a prorrogação do meu tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias, a Presidência registra a presença do Prefeito Júnior Bandeira, da cidade de Lajeado na tribuna de honra.

A Presidência deseja esclarecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, caso o assunto seja levantado novamente pela ordem, que, com o intuito de contribuir com nossos prefeitos, respeitados por todos nós e a cuja causa somos sensíveis, foi cedido, na negociação, o Auditório Petronio Portela, para que eles possam ouvir a palavra dos Srs. Senadores e também proceder a suas manifestações, de acordo com as normas da utilização dos espaços desta Casa. Assim, esta Presidência pede as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que contribuam para que possamos ter sempre esta Casa a serviço das boas causas em favor do povo brasileiro, dos Municípios brasileiros, mas dentro também do que estabelece nosso Regimento quanto ao uso das dependências do Senado Federal. Portanto, essa é uma tarefa de todos nós e não apenas desta Presidência.

A Presidência determinou que sejam assegurados todos os direitos aos Srs. Prefeitos. Colocou o auditório à disposição deles e pede a colaboração de toda a Casa para que tudo transcorra no clima de normalidade.

Senador Osmar Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tumulto está formado ali fora do plenário, e há uma preocupação dos Senadores que estão no plenário. Tanto a Câmara quanto o Senado foram tomados por prefeitos e vereadores de todos os Estados brasileiros. É um tumulto que preocupa, porque há irritação e até revolta por parte dos prefeitos, mas que não podem ser manifestadas dessa forma. Eu não sou daqueles que se utilizam de um momento de emoção para ir à tribuna e na gritaria tentar conquistar a simpatia daqueles que estão revoltados. Eu estou do lado dos prefeitos, mas quero falar com absoluta tranquilidade, serenidade, equilíbrio, até porque o momento exige isso.

O que leva os prefeitos a se revoltarem neste momento é a falta do cumprimento da palavra. Prometeram aos prefeitos 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios. Um por cento, Senador Jefferson Péres – V. Ex^a sempre fala muito duro e sem perder o equilíbrio e por isso eu o acompanho sempre –, é pouco dinheiro para a União, que poderia abrir mão dessa parcela, que garantirá aos municípios brasileiros a possibilidade de pagar o 13^o salário de seus funcionários.

Quantos funcionários dependem dessa decisão que a Câmara já deveria ter tomado! É bom lembrar que nós aqui no Senado já votamos e aprovamos o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Hoje os municípios recebem 22,5% e passariam a receber 23,5%. Cada 1% significa mais ou menos um bilhão de reais.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador, recentemente eu fui prefeito e quero dizer a V. Ex^a que a Constituição de 5 de outubro de 1988 divide o bolo da seguinte maneira: 54% para o Governo Federal – a União; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios e 2% para os fundos constitucionais. Para saciar a fome do Governo Federal, a União está levando mais de 60% e a quota dos Municípios baixou para 14,5%. Daí a revolta justa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Eu estou junto com os prefeitos nessa luta. Tenho lembrado aqui que os Municípios ficam com 14%, a União fica com 61% e os Estados, com 25%. Eles não estão aqui pedindo alguma coisa nova; estão reivindicando aquilo que o Presidente Lula lhes prometeu. Quando o municipalismo brasileiro se manifestou, o Presidente Lula e os Ministros da área econômica assumiram esse compromisso com o Senado Federal. Os Senadores se lembram de que, tendo em vista o compromisso assumido pelo Governo, nós aprovamos a Medida Provisória que tratava do PIS e do Cofins. Se não me engano é a de nº 135 – são tantas que não guardei o número. Acredito que aquele compromisso deveria estar sendo cumprido pelo Governo Federal e pela Câmara dos Deputados. A Câmara dos Deputados, que precisa levantar o seu conceito perante a opinião pública, não pode deixar de cumprir mais esse compromisso, porque também os Líderes daquela Casa assumiram o compromisso com os prefeitos de aumentar o FPM. E são os pequenos municípios que vão perder, são aqueles que dependem deste Fundo em 80% das suas receitas.

Então, estou aqui da tribuna para falar em nome do PDT, o meu Partido, que fechamos com os prefeitos, não na forma de manifestação que houve aqui, mas na reivindicação, que é justa e precisa ser atendida muito mais porque é um compromisso assumido pelo Governo Federal e pela Câmara dos Deputados, aliás, pelo Congresso Federal. O Senado já cumpriu a sua parte, aprovando aqui esse 1%.

Acabei de apresentar uma emenda constitucional que acredito será importante para os municípios, porque estabelece que 10% das contribuições serão destinadas aos municípios e 10% para o Estado. Se nós queremos um novo pacto federativo, se queremos uma distribuição melhor dos recursos arrecadados da sociedade, que paga os seus impostos para ver esses recursos voltar na forma de obras e de ação social, nós precisamos reformular o sistema tributário, principalmente no que se refere à distribuição do dinheiro.

Essa emenda constitucional está tramitando no Senado. Eu espero contar com o apoio de todos os Senadores.

E mais, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos: o Governo Federal cancelou o Censo e alegou não ter recursos, não ter dinheiro. Como é que os municípios brasileiros vão ser classificados para receber o Fundo de Participação dos Municípios se não for feito o Censo? Se o Governo não tem dinheiro para fazer o Censo, como é que explica ter pago 106 bilhões até agosto deste ano para pagar juros da dívida? Só em agosto, 13,5 bilhões foram pagos de juros da dívida, e não têm dinheiro para fazer o Censo, que poderia mudar a classificação e a receita de muitos municípios brasileiros? O Governo não ganha, matando de fome os municípios brasileiros. O Governo perde e muito porque, quando os municípios não têm condições financeiras para executar suas tarefas, acaba arrebentando na sociedade, principalmente nos trabalhadores, que recebem um péssimo serviço de saúde, de segurança pública, não têm creche para colocar os seus filhos. Enfim, nós estamos deteriorando os serviços públicos em nosso País por essa concentração faminta que faz o Governo Federal dos recursos arrecadados.

Têm razão os prefeitos em reclamar. O compromisso que foi assumido não está sendo cumprido. E espero que todos os Senadores que vierem à tribuna hoje cobrem do Governo e da Câmara dos Deputados o cumprimento do compromisso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Presidente, aproveitando da generosidade de V. Ex^a, vou me utilizar desses cinqüenta segundos que me restam... É porque essa campanha desconcentra. Inclusive, vou até propor a V. Ex^a que sugira à Mesa uma nova sis-

temática para controlar o tempo porque essa campanha desconcentra, tira o ritmo do discurso e, às vezes, esquecemos até o que estamos falando.

Mas eu estava falando dos municípios brasileiros e devo encerrar dizendo o seguinte: vejo que, no Auditório Petrônio Portella, estão mais de dois mil prefeitos reunidos. O que eles estão reivindicando é o cumprimento da palavra. Aliás, ontem eu falei aqui que o Governo já não está cumprindo a palavra com os agricultores brasileiros, com os empresários brasileiros, não cumpre com os prefeitos, não cumpre com os vereadores.

Estão brincando com a paciência do povo. E com a paciência do povo, Sr. Presidente, não se deve brincar.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem) – Sr. Presidente, após os oradores inscritos, conforme o mecanismo que estiver sendo estabelecido pela Mesa, quero me inscrever, pela Liderança do P-SOL, antes da Ordem do Dia. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência informa a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que fará uso da palavra como orador regularmente inscrito o Senador Ramez Tebet, Líder do PSDB. A Presidência inscreve de imediato V. Ex^a e aproveita para esclarecer ao Senador Osmar Dias que o dispositivo da campanha é, realmente, o resultado de uma automação, mas este Presidente, particularmente, concorda com a opinião de V. Ex^a

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a tem a palavra como orador inscrito.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho dar continuidade ao discurso que proferi ontem nesta tribuna. Ocupei esta tribuna, como outros Senadores o fizeram, para fazer um apelo, um chamamento ao Governo Federal, à Câmara dos Deputados, para que ouça a voz de mais de cinco mil prefeitos do Brasil.

Ao ouvir a voz de mais de cinco mil prefeitos do Brasil, Sr. Presidente, o Governo Federal estará ouvindo a voz de todo o Brasil, de todos os brasileiros. Porque, positivamente, o que estamos vendo hoje aqui? Estamos vendo hoje mais de mil ou dois mil prefeitos, acompanhados de vereadores, pedindo, como disse o Senador Osmar Dias, que me antecedeu, o cumprimento da palavra empenhada, de compromisso assumido,

Senadora Heloísa Helena, de 1% só! Querem 1% só! Isso não equivale a R\$2 bilhões, a R\$3 bilhões!

O Governo paga, só em um mês, R\$13 bilhões de juros e está dando uma prioridade, como nunca se deu na história do Brasil, para o ajuste fiscal. Nunca se teve um superávit tão grande. Quase que se bateu o recorde agora de superávit primário. Quem é que pode acreditar que todo esse dinheiro é só para pagar juros, num País de tanta desigualdade social?

Então, os prefeitos estão clamando, estão gritando. E quando eu digo 'clamando e gritando', não estou aplaudindo – se por acaso existir qualquer indisciplina, o que não acredito. Mas eles têm o direito de participar, o direito de reivindicar.

Isso já passou da conta. Há mais de um ano que nós estamos esperando o cumprimento dessa palavra, que estamos esperando o acréscimo só de 1% a mais nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, cuja receita, este mês de setembro, distribuída aos municípios foi sem aviso prévio. Há municípios que não receberam nada, absolutamente nada, e que estão com o funcionalismo em atraso.

Não posso admitir tanta insensibilidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Nós estamos aqui para defender os nossos municípios, para defender a Federação brasileira. É preciso acabar com esse artificialismo. É isso aí. Falam que o Brasil é uma República Federativa, mas de Federação não está tendo nada, absolutamente nada!

Como se explica um superávit na balança comercial, acumulando quase 30% em relação ao ano passado e chegando a aproximadamente US\$32 bilhões? Isso é recorde histórico. Acrescente-se a isso a falta de execução do Orçamento.

Precisamos de ser mais claros, mais didáticos quanto a esse 1% que se reivindica no Fundo de Participação dos Municípios, quanto a essa questão orçamentária de não estarmos liberando nada com relação ao ano passado, que já foi mingüado. Precisamos de entender que entre o empenho e a liberação de recursos, Senadora Heloísa Helena, vai uma distância muito grande. E aí se dá a impressão de que o Governo liberou recursos, quando não liberou. Ele apenas colocou no papel.

Então, dirão – e é preciso colocar isso, volto a repetir, Senador Sérgio Cabral, de forma didática: isso significa usurpar dos municípios, usurpar dos prefeitos aquilo que eles querem fazer em favor da sua população, que é levar saneamento básico, que é melhorar a educação, que é dar mais saúde, que é dar remédio para a população, que é dar tratamento médico, calçamento, asfalto para a população.

Então, data vênua, uma perspectiva econômica dessas, uma política econômica desse jaez significa quase que um atentado contra a sociedade, porque, efetivamente, é não pensar na dívida social deste País, é esquecer completamente as necessidades mais primárias, mais elementares da nossa população.

Eu diria até que isso se aproxima da insensibilidade governamental. Não é possível haver tanta insensibilidade nas decisões do Governo. Governar é estabelecer prioridades. A prioridade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há de ser o atendimento da nossa população.

É justo acertar as contas do Brasil, mas não é justo tentar acertar as contas do nosso País com um prejuízo tão grande para a população que chega a ser irrecuperável – aí não tem mais jeito, Sr. Presidente.

Agora os Prefeitos estão aqui. Eu fui Prefeito. Comecei a minha carreira pública como Prefeito da cidade que me viu nascer. Lá na barranca do rio Paraná, em Três Lagoas. Prefeito que andava na rua, cumprimentando a população, ouvindo os seus anseios, procurando atender às reivindicações do povo.

Já naquela época lutava tanto pelo municipalismo no Brasil. Ali, em contacto com o povo, eu me aprimorei e me estimei para a caminhada da minha vida pública. E, hoje, aqui no Senado, continuo com a mesma vocação municipalista, com a mesma vontade. Olhe, poucas vezes, a população do nosso Estado fala nos nossos discursos, Senador Leonel Pavan, mas o faz, e muito, quando conseguimos liberar nossas emendas individuais, quando chega uma parcela do orçamento lá para ajudar os Municípios, desde a Capital até os Municípios menores, os Municípios da fronteira, os Municípios do Pantanal, em suma, todos os Municípios sul-mato-grossenses!

E isso não é diferente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação aos outros Estados da Federação brasileira. É assim em todos os Estados brasileiros, inclusive naqueles que são mais ricos e que estão mais bem dotados, como os do Sul e do Sudeste, que têm de se encontrar aqui, têm de comparecer aqui com o pires na mão.

Sei que estamos vivendo uma crise política e social muito grande. Sei que há eleição na Câmara dos Deputados, mas haverá de haver sensibilidade. Vamos dar um jeito. Vamos votar ou retirar medidas provisórias que lá estão, para votar aquilo que é indispensável e que mais interessa à nossa população.

(O Presidente faz soar a campanha.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, essa campanha dói mesmo, como disse o Senador Osmar Dias, principalmente quando temos de

atender Senadores como esse brilhante Senador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que está lá com o seu microfone levantado, solicitando um aparte, que concedo com muito prazer, com a benevolência de V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – Eterno Presidente deste Senado, Senador Ramez Tebet, referência moral ética, política para mim e para o nosso Partido, o PMDB. V. Ex^a traz a esta Casa, a este plenário, um assunto fundamental antenado com centenas de Prefeitos que estão aqui do lado de fora fazendo sua manifestação em defesa dos interesses mais legítimos do povo brasileiro. As pessoas não moram na União; as pessoas não moram nos Estados; as pessoas moram nos Municípios, nos bairros, nas ruas. O que temos – e V. Ex^a descreveu com muita competência – é uma concentração de recursos da União nunca vista antes. E mais: para quê? O orçamento está contingenciado e, hoje, Senador Ramez Tebet, a manchete dos jornais refere-se à queda do dólar, mas há também uma submatéria – infelizmente não dada com a mesma eloquência – e V. Ex^a certamente deve ter atentado para ela. É que a dívida pública do Brasil chega, com o mês de agosto, a R\$ 900 bilhões: 51% do PIB brasileiro – 51% do PIB brasileiro é a nossa dívida pública! Quer dizer, estamos contingenciando verbas, dando resultados fiscais para quê? Para encher a pança do mercado financeiro, enquanto isso, como bem V. Ex^a disse, não existe dinheiro para creche, nem para escolas, nem para rodovias. Hoje é o Dia Nacional do Idoso. Sou Presidente da Subcomissão do Idoso no Senado. O que falta de recurso para a política de assistência ao idoso neste País é uma vergonha.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sérgio Cabral (PMDB – RJ) – O que falta de recursos para a Previdência Social é uma vergonha. Então, V. Ex^a está de parabéns por trazer à nossa Casa, ao Plenário, um tema tão relevante que interessa ao povo brasileiro: a míngua por que passam os Municípios brasileiros em detrimento de uma política fiscal absolutamente severa e que tem como consequência apenas o aumento da dívida pública e o pagamento de juros aos banqueiros nacionais e estrangeiros. Parabéns a V. Ex^a por trazer ao Plenário este tema tão importante!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Sérgio Cabral, evidentemente que as palavras de V. Ex^a só enriquecem o meu pronunciamento. Se este não tem colorido, tem sinceridade, porque falo tendo ouvido os Prefeitos do meu Estado e até de outros Estados.

Hoje mesmo, pelos corredores, vi o Senador Mão Santa acompanhado de vários Prefeitos do Piauí falando a mesma linguagem. Todos eles clamando por

maiores benefícios para os seus Municípios. E não é possível continuar assim. Isto é, vamos ficar pagando juros e vendo o povo sofrer? É vantagem isso para o Brasil? É conveniente isso para o Brasil, para os Estados, para os Municípios? Por isso uso a palavra sobre essa política que está aí. Isso demonstra insensibilidade com os reclamos da sociedade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, queremos aqui aplaudir e dizer que ninguém melhor do que V. Ex^a poderia usar da palavra, porque foi um Prefeito vitorioso. Aí nasceu a carreira brilhante de V. Ex^a – hoje tem até uma filha Prefeita –, mas V. Ex^a, como eu, no passado, obedecia à lei e à Constituição, cuja divisão é clara. O que falta ao Presidente da República é obedecer às leis; primeiro, à lei de Deus que diz: “Não roubarás” – e ô gente na maior da roubalheira está aí! –; segundo, à Constituição, às leis dos homens, à Constituição, que Ulysses Guimarães beijou em 5 de outubro de 1988 e disse: “Desrespeitar, desobedecer à Constituição – foi mesmo, Serys – é rasgar a bandeira”. E na Constituição, para os analfabetos que estão dirigindo este País, está claro: do bolo, da receita, 54% é para o esfomeado Governo Federal – e ele está levando 60% –; 22,5%, para os Governos dos Estados; 21,5%, para os Prefeitos; e 2% para...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – os constitucionais, e os pobres prefeitos... Os grandiosos, os extraordinários estão recebendo apenas 400%. Essa é a tradução do desgoverno que estamos vivendo.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a faz muito bem em invocar a Constituição. Vamos cumprir a Constituição. Em 88, o direito dos Municípios era a 19%, hoje está reduzido a 14%. Isso não dá certo!

Vou encerrar, Sr. Presidente, apenas citarei mais alguns dados: de janeiro a setembro deste ano, portanto em 9 meses, foram executados apenas 9% do montante de R\$22 milhões destinados aos investimentos no Brasil. Em 2004, Senador Sérgio Cabral, no mesmo período, já haviam sido gastos 15% de um orçamento de R\$13 milhões. Isso diz tudo. Significa cada vez menos dinheiro para investimentos, cada vez mais dinheiro para pagar juros e para fazer um acerto fiscal que não está trazendo benefício algum para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência esclarece ao Plenário que

os prefeitos já se encontram no auditório Petrônio Portela. Todas as providências para que seja garantida a livre manifestação e o respeito à democracia, principalmente aos Srs. Prefeitos, foram asseguradas por esta Presidência, em consonância com o que solicitaram as Sr^{as} e os Srs. Senadores. Todos os Senadores que desejarem dirigir sua palavra aos Prefeitos, apoiar sua causa e essa luta poderão se dirigir ao Plenário Petrônio Portela.

Solicito à Senadora Serys Slhessarenko que assumira a Presidência para que eu faça uso da palavra.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4^o Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos pela Liderança do PSDB, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko; Sr^{as} e Srs. Senadores presentes a este plenário, mais uma vez anuncio a presença do Comando Nacional da Greve dos Docentes do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a Andes.

Sr^a Presidente, meus nobres Pares, não deixa de haver certa semelhança entre a luta que travam os prefeitos do Brasil inteiro hoje, em Brasília, e aquilo que está ocorrendo com as instituições de ensino superior, as universidades públicas deste País.

A greve começou no dia 30 de agosto. Isso tem profundos reflexos no País inteiro, na nossa sociedade, nos nossos lares e principalmente traz graves prejuízos à categoria, às universidades e aos alunos.

Em primeiro lugar, Sr^a Presidente, registro a forma ordeira, democrática, a postura adotada pela Andes, por seus integrantes, pela Presidente Nacional, Marina Barbosa, da Universidade Federal Fluminense; do Vice-Presidente, Professor Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina. Registro a luta dos professores Jacob Paiva, Diretor da Andes da Universidade Federal do Amazonas; Josevaldo Cunha, da Universidade de Campina Grande; o professor Althen Teixeira Filho, da Universidade Federal de Pelotas, e da professora Gírlene Alves, da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Senadora Heloísa Helena, meus nobres Líderes, fiz um compromisso ontem, em meu gabinete: tendo em vista que as diversas categorias dos prefeitos, dos nossos professores, dos sindicatos não encontram um foro adequado, senão o Congresso Nacional, para ouvir suas justas reivindicações, cabe a nós, como um braço da sociedade, como legítimos representantes do povo brasileiro, fazer aqui uma trincheira, por intermédio das nossas Lideranças e da nossa representação no Senado da República, e dar todo apoio, principalmente à maior de todas as reivindicações: o direito de

negociação. Negociação essa que foi abandonada pelo Governo, principalmente com relação à Andes.

Trago aqui, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores – e quero antecipadamente pedir sua transcrição nos Anais da Casa – a carta do Comando Nacional de Greve dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior aos Parlamentares. Sem dúvida alguma, é uma carta dirigida à Nação brasileira.

Fiz um compromisso, Sr^a Presidente, com o Comando Nacional de Greve, de que nós, os Líderes – como estou usando o horário da Liderança do PSDB –, reuniríamos o Colégio de Líderes para que fizéssemos uma primeira reunião e, neste plenário, disséssemos ao Governo que haverá reflexos, sim, e repercussão nas nossas atividades. Se esta Casa tem o trancamento de sua pauta pela edição de medidas provisórias assinadas pelo Senhor Presidente da República, esta pauta poderá, sim, ser trancada pela falta de negociação, que deveria ser permanente, de acordo com o que foi estabelecido. Estipulou-se que haveria uma comissão de negociação permanente com o Comando Nacional de Greve, mas essa comissão está definitivamente interrompida, não está sendo estabelecida pelo Ministério da Educação.

Vejo aqui o professor Cristovam Buarque, falei com ele ontem, obtive de S. Ex^a, que é um ícone da educação neste País, também o compromisso, em nome do PDT, de estar com a liderança do PDT e os demais partidos, recebendo os professores na próxima semana. Eles já estão aqui hoje, mas vamos ter uma reunião de Líderes com o Comando Nacional da Greve, vamos encaminhar essas negociações e vamos dar o apoio que a Andes merece, o respeito que tem de todos nós, Sr^s e Srs. Senadores. Mantive também contato ontem com o Líder José Agripino. A Senadora Heloísa Helena está igualmente compromissada com esta causa, vai participar da reunião. O Comando está ali na tribuna de honra. V. Ex^a é parte mais que legítima como Senadora, líder e também professora.

Portanto, todos nós, Senadora Serys V. Ex^a também como professora, eu também como professor, vamos estar à frente, juntos, para que o Governo, no mínimo, sem falar de todas as justas reivindicações, estabeleça imediatamente um canal de negociação com o Comando Nacional da Greve.

(A Sr^a Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Encerro meu pronunciamento para cumprir meu tempo, Senadora Serys, ouvindo o professor Cristovam Buarque, que mais que ninguém pode falar sobre o assunto e também está empenhado nesta causa.

O Sr. Cristovam Buarque (Sem Partido – DF) – Senador Siqueira Campos, primeiro quero felicitá-lo por ter vindo à tribuna falar desse assunto. Segundo, é óbvio que a causa é absolutamente justa de parte desses meus colegas. Terceiro, quero dizer que me

solidarizo sobretudo com V. Ex^a por estar querendo apenas que haja diálogo. Estamos querendo apenas o óbvio: que Ministério e Andes dialoguem para saber não apenas como sair desse impasse como também retomar os trabalhos e fazer com que a nossa universidade cumpra o seu papel. Eu o felicito e quero dizer que estou a seu lado nessa luta que não deveria ser necessária, para que haja um diálogo entre a liderança sindical, a liderança dos professores das universidades brasileiras e o Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Senadora Heloísa Helena, eu não poderia encerrar de forma melhor o meu pronunciamento do que com um aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Somente saúdo o pronunciamento de V. Ex^a, Senador Siqueira Campos. Eu tive a oportunidade realmente de conversar, e o Comando disse que tinha entrado em contato com V. Ex^a. Eu até brinquei com eles, dizendo que era um absurdo que me pedissem audiência por intermédio do Senador Siqueira Campos. É ruim um negócio desse?! Eu sou da Base, sindicalizada. Somente não estou legislando em causa própria, aliás, nós todos, porque estamos afastados da universidade. Portanto, saúdo a proposta de V. Ex^a. Acho que é essencial que o Governo os atenda. Não é possível tanta arrogância. Será possível que o Governo não entendeu ainda que a arrogância não resolve nada? A arrogância já os cegou até agora, e chegamos a uma crise de dimensões profundas em função disso. Portanto, saúdo e parabeno V. Ex^a. Estou junto com o Senador Cristovam Buarque como S. Ex^a teve a oportunidade de dizer, para que possamos reunir as Lideranças para tentarmos, de alguma forma, superar os obstáculos para a reabertura das negociações. Eu sei que várias outras categorias que podem estar a nos assistir vão reivindicar o mesmo. Têm toda a nossa solidariedade a Fasubra, os funcionários da Advocacia da União, o Banco Central, todos os funcionários que estão ora paralisando, ora tentando buscar mecanismos para intermediar negociações. Todos têm, sem dúvida, a nossa legítima e obrigatória solidariedade. Portanto, parabeno V. Ex^a, Senador.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço o aparte, Senadora Heloísa Helena.

Sr^a Presidente, vou solicitar de V. Ex^a não só a transcrição da carta do Comando Nacional de Greve aos Parlamentares, como também todas as reivindicações que fazem, que, certamente, encontrarão o amparo desta Casa e, quero crer também, do Governo, que há de se sensibilizar. Agradeço por me ter dado a oportunidade de participar desta luta. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

SIQUEIRA E AMOS

Comando Nacional de Greve

CARTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CNG-ANDES-SN AOS PARLAMENTARES

A desrespeitosa decisão do governo de conceder reajuste de 0,1% ao servidor público federal levou a categoria docente a um processo de mobilização que culminou com a entrada em uma greve que já dura mais de 30 dias. Sabedores de que as iniciativas do governo para enfrentar a crise estão no caminho oposto ao da resolução do arrocho salarial a que estamos submetidos, os professores vêm fortalecendo a greve com a compreensão de que este é o caminho para se lutar pelo atendimento das reivindicações.

No sentido de reconstituir a luta do movimento e sua disposição ao diálogo, apresentamos a seguir um breve histórico das tentativas de negociação com o governo no decorrer dos últimos dois anos. No início de abril de 2004, quando a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF começava a campanha salarial daquele ano, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, convocou as entidades sindicais para uma reunião urgente da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP. Nesta, informou que o governo havia decidido que não concederia reajuste salarial para todos os servidores e que negociaria em separado com cada entidade. Praticamente dissolveu a MNNP. Dias depois, apresentou sua proposta para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que consistia em reajuste na Gratificação de Estímulo à Docência - GED, destinada aos docentes da carreira do ensino superior e na Gratificação de Incentivo à Docência - GID, destinada aos professores da carreira de 1º e 2º graus, que ficou conhecida como a "proposta de abril".

No início de junho de 2004, já havia uma evolução nas conversas, com os representantes do governo admitindo promover reajuste com a extinção da GED e da GID. No entanto, isso não se concretizou. Em julho, utilizando-se, mais uma vez, da tática de dividir as entidades sindicais, o governo firmou acordo com o SINASEFE e editou medida provisória extinguindo a GID e criando uma gratificação fixa e paritária, a GEAD. Isso se impôs como fato consumado para mais de dez mil professores da carreira de 1º e 2º graus das IFES e, portanto, da base do ANDES-SN, sem que esta entidade tenha sido convidada para participar do acordo firmado.

O ANDES-SN, respaldado pelas decisões das assembleias das seções sindicais, mostrou, uma vez mais, disposição ao diálogo e, deixando de lado temporariamente as principais reivindicações da sua pauta, propôs ao governo que, também para o magistério do ensino superior, fosse extinta a GED e criada gratificação fixa e paritária. O governo, alegando não ter recursos para isso, rompeu as negociações.

Mesmo reconhecendo as perdas e os anseios da categoria, o governo não apresenta nenhuma proposta efetiva e suas declarações de intenção já não encontravam eco na categoria, dada a experiência acumulada até então. A questão que o movimento docente debateu na ocasião era que, se o governo manifestava tal intenção, deveria traduzi-la imediatamente e não deixar para um futuro incerto a

SINDICATO

ANDES *Comando Nacional de Greve*

NACIONAL

implementação daquilo sobre o que afirmava estar de acordo: extinção da GED com paridade.

Desconsiderando as reivindicações da categoria, o governo responde de maneira unilateral com a introdução na MP 208 de dispositivo que afirma que a GED seria paga no valor de 140 pontos para todos os professores da ativa, até que o Executivo baixasse novas normas de avaliação de desempenho e novos critérios de pontuação. Estabeleceu a MP 208 o prazo de 180 dias para que o governo procedesse a tal ato, prazo este que expirou em 20 de fevereiro de 2005. A tese do governo foi reafirmada com a Portaria 4052, de 9 de dezembro de 2004, do Ministro da Educação, que instituiu grupo de trabalho *"com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)"*. Em que pese o prazo fixado pela MP 208, a portaria do Ministro fixou o prazo de 150 dias para a conclusão dos trabalhos do GT. Isto é, até 9 de maio de 2005.

A disposição de diálogo do movimento docente, mais uma vez, se expressou com a participação do ANDES-SN no referido GT. O ANDES-SN levou diversas contribuições para o GT, como propostas para avaliação do trabalho docente, análise sobre os impactos financeiros para o restabelecimento da isonomia entre as duas carreiras hoje existentes com a equiparação da GED e da GEAD.

Os trabalhos do GT evoluíram para o consenso de que a avaliação de desempenho do trabalho docente individual deveria fazer parte da avaliação institucional e ser componente para a progressão na carreira e não para a remuneração diferenciada, como é o caso da GED. Em junho de 2005, os representantes do MEC começaram a modificar o discurso, ignorando o consenso construído e defenderam que o GT viesse a trabalhar sobre proposta de nova carreira docente, ao mesmo tempo em que adotaram a proposta de aumentar os incentivos por titulação. A manobra consistia em que, sem sequer cumprir a tarefa que cabia ao GT, se iniciasse um processo, que todos sabem ser longo, de construção, negociação e implementação de uma nova carreira. Até mesmo propostas que o governo havia anunciado anteriormente como medidas que apontavam na direção de uma nova carreira, como a criação da chamada classe especial, para a carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor, associado para a carreira do 3º grau, foram abandonadas.

Nas reuniões da MNNP, ocorridas no primeiro semestre de 2005, os representantes do governo reafirmaram que o reajuste de 0,1% cumpria a Constituição e que negociações salariais não seriam objeto de discussão, uma vez que trataria cada setor separadamente. Deixou claro, no entanto, que não haveria recursos para nenhuma melhoria salarial. O novo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, em reunião com toda a bancada sindical, afirmou que todos os ministérios estavam autorizados a negociar com os servidores, desde que tais negociações não resultassem em impactos orçamentários para 2005.

Após a reunião do GT do MEC do último dia 31 de agosto, ficou clara a falta de disposição do governo. A definição sobre o destino da GED e a recuperação da paridade foram absolutamente abandonadas pelo MEC e este introduz um elemento

SINDICATO**ANDES** *Comando Nacional de Greve***NACIONAL**

que não faz parte da pauta de reivindicação dos docentes das IFES: o aumento de incentivos por titulação, que sequer seria para este ano.

Continuando a busca pela abertura de negociações o CNG-Andes, no dia 23 de setembro, protocolou pela terceira vez um pedido de audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad. Ao mesmo tempo, mantivemos contatos com vários parlamentares a fim de estabelecer canais de interlocução com o governo. No dia 26 de setembro o Ministro Paulo Bernardo em reunião com a Bancada Sindical informou que o governo está pensando os parâmetros na perspectiva de reajuste aos servidores, demonstrando, de maneira clara, a falta de disposição em negociar com os servidores públicos. Na mesma reunião o Sr. Sérgio Mendonça, ao ser questionado sobre o prazo para definição de tais parâmetros e o limite para alocação de orçamento, informou que o governo precisa de um tempo maior que duas semanas para definir o parâmetro central, e que após essa definição o governo agendará nova reunião com a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Apesar de todos os esforços envidados pelo movimento docente, o governo ainda não demonstrou qualquer disposição em receber a categoria para negociar efetivamente sua pauta de reivindicações, mesmo decorridos mais de 30 dias de greve.

Construída nas instâncias de deliberação do sindicato, a nossa pauta de greve é a seguinte:

- **Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial.**
- **Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia.**
- **Retomada dos anuênios.**
- **Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.**
- **Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES-SN (fevereiro de 2006)**
- **Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.**

A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social é o caminho para a conquista do apoio social à nossa greve.

Dessa forma, o CNG-ANDES solicita o apoio dos senhores parlamentares, por meio de suas intervenções no Congresso Nacional ou junto ao governo, com o intuito de superar o impasse que nos foi imposto durante o processo aqui descrito, tomando como base nossa pauta de reivindicações .

Brasília, 27 de setembro de 2005

CNG/IFES-ANDES-SN

COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS IFES – ANDES - SN

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Presidente: Prof^a Marina Barbosa – Universidade Federal Fluminense do RJ

V. Presidente: Prof^o Paulo Riso – Universidade Federal Santa Catarina

Reivindicações:

- Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial;
- Incorporação da GED (Gratificação de Estímulo a Docência- para professores que trabalham com 3º grau) e da GEAD (Gratificação de Estímulo a Atividade Docente- para professores universitários que atuam no ensino fundamental e médio) com equiparação pelos seus valores altos, e da GAE (Gratificação de Atividade Executiva), com paridade e isonomia.
- Retomada dos anuênios;
- Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.
- Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE (Sindicato Nacional das Escolas, dos Trabalhadores, das Escolas Técnicas, Agrotécnicas e dos Centros Federais de Ensino Técnico e Tecnológico), com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES (fevereiro de 2006).
- Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

Siguelina Campos

Pessoas que estiveram no gabinete:

Paiva : Diretor do Andes Universidade Federal Amazonas 92-99945415

→ Josevaldo Cunha – Universidade de Campina Grande 83-8804-2362

→ Rosimé^{MEGWIN} – Universidade do Pará 91-9166-6753

→ Althen – Universidade de Pelotas 53-8405-4034

ALTHEN TEIXEIRA FILHO

GIRLENE ALVES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será registrado, na forma do Regimento.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL, por cinco minutos, prorrogáveis por dois.

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Senadora Serys, V. Exª pode me auxiliar, para que eu faça uma permuta, pois recebi um documento que preciso analisar? Poderia ser o próximo inscrito o Senador Cristovam Buarque? S. Exª está inscrito? (Pausa.) Depois eu gostaria de ter o meu lugar para falar como Líder. Então, teria que ser uma permuta mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senadora.

A SRª HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp pela inscrição, por permuta com o Senador Papaléo Paes. (Pausa.)

Senador Valdir Raupp, com a palavra, por dez minutos. (Pausa.)

Por desistência do Senador Valdir Raupp, com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vim falar de transição. Oito anos atrás, Senadora Serys Slhessarenko, numa entrevista à revista **Veja**, declarei que o então candidato, companheiro Lula, se fosse eleito, deveria manter o então Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, por cem dias nos cargos que ocupavam. A minha idéia era que precisávamos de uma transição para que o novo governo pudesse começar a implantar a sua economia.

Hoje estou absolutamente convencido de que eu estava certo quando defendi aquela posição. Qualquer risco poderia levar a economia brasileira a perder a estabilidade que havia conquistado. Em 2002, eu já não defendi que fossem aqueles dois que continuassem, mas defendi que era necessário manter uma política econômica que não permitisse gerar desequilíbrios, e achava que eram necessários um pouco mais de cem dias.

Mas hoje, Senadora Serys, estamos completando mil dias. Mil dias do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! E em mil dias, precisamos trabalhar a idéia de uma transição. A economia tem que ser mantida em pé, mas tem que começar a caminhar. E não pode caminhar, como muitos desejam, correndo o risco de cair.

Por isso insisto em que comecemos a trabalhar a idéia de uma transição. Essa economia, que eu sempre disse que nenhum de nós gosta e não temos outra para colocar no lugar, precisa de uma transição. E essa transição, insisto, não virá de dentro da própria economia.

A economia segue certas regras no mundo, das quais não vai permitir abrir mão, relegar e desprezar certas características. Por exemplo, não há como acreditar que se pode mudar a economia voluntariamente, conforme se deseja, relegando as regras de mercado, fechando as fronteiras e estatizando setores. A transição tem que ser feita para que a economia caminhe e não para que a economia titubeie e caia na instabilidade.

Por isto, aproveitando esses mil dias que, aparentemente, não vêm sendo comemorados por nenhuma das instâncias políticas, nem mesmo pela mídia – eu não vi nenhuma referência a esta data de mil dias – eu quero insistir na necessidade de pensarmos numa transição de fora para dentro da economia, uma transição que venha da determinação do Governo de, através de um choque social, propiciar não apenas a reversão da desigualdade com que este País insiste em continuar, como também através de medidas de políticas econômicas que permitirão reverter a desigualdade e fazer a economia entrar em marcha. Não há dúvida de que se tomássemos medidas para fazer com que este País comece a lutar contra o quadro de pobreza, nós teríamos também, automaticamente, medidas que retomariam o crescimento. Um programa de habitação popular, um programa de construção de escolas, um programa de colocação de água e esgotos, não apenas têm o papel de reverter a desigualdade, mas também de dinamizar a economia, não por dentro dela, mas de fora para dentro.

Mais do que isso, é preciso saber que o que amarra a economia brasileira hoje não é exatamente o que está dentro dela, mas situações de fora. Por exemplo, não podemos esquecer que o quadro de pobreza restringe o mercado da economia brasileira. Medidas que dêem uma dinâmica na parte pobre da população tendem a gerar crescimento econômico.

Não há dúvida de que a falta de educação de uma população gera baixa produtividade, com a qual a economia pode até ficar em pé, mas não caminha. Não há dúvida de que um choque de gestão que quebre a burocracia que hoje emperra empresas de serem criadas teria um papel dinamizador de fora para dentro da economia.

É claro que o clima de violência em que vivem as cidades brasileiras impede o turismo de florescer e, por isso, impede o crescimento. Precisamos manter a eco-

nomia em pé, como o Presidente Lula vem mantendo, mas também fazer com que caminhe, marche, avance, porque, mesmo em pé, ela está ficando para trás.

Por isso, Sr^a Presidente, vim aqui para lembrar esta data dos mil dias de uma economia com duração muito longa, mas que, ao mesmo tempo, a meu ver, continua em condições de risco, a ponto de qualquer passo em falso poder trazer, pior do que paralisação, uma queda dessa economia, uma instabilidade.

Gostaria de insistir aqui não apenas com o Governo do Presidente Lula, mas com o Senado, para que comecemos a trabalhar, passados os mil dias, na necessidade de uma transição, que, a meu ver, não virá de dentro da economia, mas de fora dela. Uma transição que vai inventar a economia que o Brasil precisa para as próximas décadas, mas sendo dinamizada a partir do sistema social, a partir da educação, a partir da habitação, a partir de uma luta pela reversão das desigualdades.

Eu sempre disse da frustração que sinto com o fato de o Governo do Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores não termos dado a prova de que evoluíamos para uma mudança. Mas sempre defendi que essa mudança não poderia ocorrer jogando fora as conquistas que o Brasil e a economia brasileira tiveram nos últimos anos.

Por isso, fica aqui o meu registro. Defendi cem dias como necessários para a transição, e hoje estamos comemorando mil dias, sem dar salto ainda para a transição.

Há muitos que defendem não a transição, mas a mudança. Temo que, com a mudança rápida, possamos ter não a transição, mas um retrocesso.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena pela Liderança do P-SOL. (Pausa.)

Convido o Senador Aelton Freitas a assumir a Presidência, porque eu assumirei a palavra pela ordem de inscrição.

A Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com a palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de começar falando sobre a questão da paralisação das nossas universidades federais. Antes, porém, quero dar uma breve palavra sobre a mobi-

lização dos Srs. Prefeitos e Vereadores dos nossos Municípios brasileiros.

Durante a semana passada e no dia de ontem, eu falei sobre esses dois assuntos. Falei sobre a questão da paralisação das nossas universidades federais, porque sou professora – aliás, fui professora por 26 anos da Universidade Federal do meu Estado de Mato Grosso – e sempre estive nessa luta.

Quanto ao outro tema, a mobilização dos Prefeitos é, principalmente, pelo aumento de 1% do FPM, que passaria de 22,5% para 23,5%. Foram feitos, aqui, alguns discursos inflamados sobre esse assunto, importantes, convincentes, mas queria dizer que a solução para essa parte do problema é extremamente simples. Porque, infelizmente, a questão dos nossos Municípios não estará resolvida apenas com esse 1% do FPM, embora ele seja extremamente importante.

Eu queria esclarecer que está dependendo da Câmara, pois a nossa parte nós já fizemos, o Senado já fez, o Governo já fez. Depende da Câmara, depende dos Srs. Deputados Federais do nosso Congresso Nacional. Portanto, esperamos que, amanhã, o Presidente da Câmara seja escolhido e que os trabalhos lá consigam avançar.

Já disse aqui, na semana passada, num pronunciamento que fiz sobre esse tema, que estive, no dia 12 de setembro, na Associação Mato-Grossense dos Municípios, reunida com a Bancada e com um número muito significativo de Prefeitos, sob a liderança do Prefeito Aparecido, o Cidinho, que preside aquela Associação. Lá, discutimos uma série de questões, como a necessidade de aprovação de inúmeros projetos que tramitam no Congresso Nacional e que podem trazer a melhoria da qualidade de vida da população de cada Município.

Quando falamos em Municípios, estamos nos referindo à população do Município, é óbvio. Por isso digo sempre que é da maior importância, da maior relevância tratarmos a questão do municipalismo, porque é lá no Município que moram homens e mulheres; é lá no Município que as pessoas têm consciência e clareza dos seus problemas; é lá no Município que as pessoas sabem que está faltando remédio no posto de saúde, que está faltando merenda na escola, que há buracos nas ruas, além do problema de saneamento básico. Enfim, os problemas existem lá e as pessoas que lá estão conseguem chegar com facilidade às autoridades do Estado – Prefeitos, Prefeitas, Vereadores, Vereadoras –, o que é muito mais difícil conseguir em outras instâncias de poder.

Por isso, eu defendo dois aspectos com relação aos nossos Municípios: primeiro, que, cada vez mais, se outorgue aos Municípios ou que eles conquistem mais poder de definição política; segundo, que haja a descentralização de recursos. A partir desse momento,

espero que se dê maior importância ao aumento de 1% do FPM, a fim de que esse percentual seja repassado aos Municípios, aumentando de 22,5% para 23,5%, e seja votado, com a maior rapidez, pela Câmara Federal, pelos nossos Deputados e Deputadas Federais.

Dito isso, manifesto todo o meu apoio ao movimento dos Prefeitos e dos Vereadores que hoje se encontram em Brasília – todo o nosso apoio realmente.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Serys Slhessa-
renko?

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senadora Serys Slhessa-
renko, quero cumprimentar V. Ex^a e dizer que é mais do que justo que os Prefeitos estejam lutando também por mais recursos, apesar de sabermos que isso não basta. Estive, inclusive, outro dia, em uma reunião com a Associação de Prefeitos, e solicitei-lhes que também travassem uma luta por transparência, pelo bom uso dos recursos públicos. Amanhã mesmo, usarei da tribuna para falar sobre desvios de recursos do Fundef. Algumas associações de Prefeitos, inclusive, incentivam os Prefeitos a não assinar a carta compromisso que o Ministério do Desenvolvimento Social fez para que as prefeituras assumam também o compromisso. Quero dizer que nós apoiamos, fizemos realmente o nosso trabalho de garantir mais recursos e é importante que a Câmara dos Deputados vote a reforma tributária. Mas é importante também que as prefeituras possam fazer a sua parte, fiscalizando, e a sociedade fique com o controle social sobre a utilização dos recursos públicos. Então, o nosso apoio aos Prefeitos, à transparência e à boa utilização dos recursos públicos.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senadora Ana Júlia, endosso as palavras de V. Ex^a nesse sentido.

E eu gostaria de comentar, mais uma vez, a situação das nossas universidades federais. Como eu já disse, na semana passada eu fiz um pronunciamento sobre esse assunto e reitero, mais uma vez, que sou favorável ao movimento reivindicatório das nossas universidades federais. Até porque, como já disse, sou professora de uma universidade federal; estou Senadora e, como tal, tenho consciência da importância do nosso trabalho, tenho consciência do estado de dificuldade que as nossas universidades vivem hoje: falta de professores, salários aviltantes – é essa a palavra. São aviltantes os salários pagos hoje ao ensino superior em nosso País.

Quando falo da nossa universidade, refiro-me à universidade federal brasileira.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, tenho direito a mais cinco minutos, por favor.

Eu gostaria de dizer que já fiz vários encaminhamentos nesse sentido, tanto à Casa Civil, como ao Ministério da Fazenda, como ao Ministério da Educação, como ao Ministério do Planejamento. Ainda hoje reforcei o apelo e estou fazendo encaminhamentos da necessidade da abertura de diálogo e de negociação. Precisamos abrir a negociação imediatamente com o comando de greve das universidades federais. É imediato! Não dá mais para esperar! Aliás, não devia essa greve ter irrompido! Essa negociação teria de ter acontecido antes! Inclusive atuei nesse sentido e tenho aqui comprovação de documentos por meio dos quais, no mês de maio, já alertava o Ministério da Educação, o Ministério do Planejamento e a Casa Civil do nosso Governo para que abrissem esse diálogo e essa negociação, sem a necessidade de que irrompesse o movimento de greve. Infelizmente o movimento aconteceu.

Está aqui a pauta de reivindicações. E, para que fique registrado, vou lê-la, pela terceira vez, desta tribuna, conclamando as Sr^{as} e os Srs. Senadores para que realmente entremos nessa luta, a fim de que a negociação seja aberta imediatamente. Como já disse anteriormente, enviei novamente ao Ministro da Educação e à Ministra da Casa Civil o documento.

A pauta é a seguinte:

1. reajuste de 18% como parte de reposição salarial;
2. incorporação da GED e da Gead, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia;
3. retomada dos anuênios;
4. implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;
5. abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o Andes-SN e o Sina-sefe, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do Andes-SN;
6. realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas Ifes.

Sr. Presidente, tenho aqui um discurso pronto de seis páginas, mas, como não será possível falar sobre o assunto, porque o meu tempo está esgotado, eu gostaria que ficasse registrado nos Anais do Senado da República o meu discurso sobre a problemática que envolve hoje a nossa universidade federal.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senadora Serys Slhessarenko, a Mesa defere a inserção do pronunciamento de V. Ex^a.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT)

– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nos segundos que me restam, eu gostaria de repetir que só acredito que o desenvolvimento científico-tecnológico deste País terá uma linha, uma direção politicamente correta quando as nossas universidades federais forem implantadas e consolidadas, com ensino, pesquisa e extensão, por aqueles que acreditam na escola pública, no ensino superior público, democrático, laico, para todos e de qualidade.

É essa a universidade que segue na direção do desenvolvimento científico-tecnológico para este País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SR^a SENADORA SERYS SLHESSARENKO.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero hoje aqui fazer uma fala sobre a situação de nossas Universidades Federais, que como citei em meu discurso na semana passada, estão em greve. Declarar minha posição favorável às reivindicações da categoria, da qual também faço parte, digo isto porque me identifico mais como professora do que como Senadora, durante 26 anos estive em salas de aula e, por isso, não poderia ser diferente.

Estou atuando pela solução deste problema desde maio, quando encaminhei expediente aos Ministérios da Educação, do Planejamento e à Casa Civil, solicitando maior atenção para a questão das Instituições Federais de Ensino Superior, principalmente com relação a incorporação da GED.

Segundo alguns grevistas muitos foram os acordos e as promessas, mas nenhuma foi a solução. Não acredito que nenhuma tenha sido a solução, procuro acreditar que os problemas é que são muitos e as soluções estão sendo encaminhadas de modo lento, frente às urgências.

Não podemos permitir que o ensino superior no nosso país fique parado, assim como o sucateamento das Universidades Públicas. Hoje são 26 as universidades públicas paradas em nosso país.

A pauta de reivindicações é a seguinte:

1. reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;
2. incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;

3. retomada dos anuênios;

4. implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

5. abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;

6. realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.

As quais eu considero extremamente relevante e plausíveis. Vejo que atendendo a estas solicitações conseguiremos garantir a manutenção de um ensino público de qualidade em nossas universidades federais, possibilitando nossos professores de gozarem de uma situação laboral compatível com sua importância social.

Durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), ontem (26/9), a bancada sindical cobrou do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que confirmou reunião com o Presidente da República nesta terça-feira para discutir a situação dos servidores em 2006. O Ministro afirmou, ainda, que a proposta do governo é de reajuste diferenciado por categoria e que isto é o parâmetro.

O governo reservou R\$1,5 bilhão para os reajustes de 2006 do conjunto dos servidores, infelizmente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não pode apresentar, ainda, a proposta para a distribuição dos reajustes. Faço aqui um apelo para que o nosso querido Ministro Paulo Bernardo, consiga apresentar o mais urgente possível esta proposta e que seja justa com nossa categoria, precisamos ter um aumento real e que seja compatível com nossas expectativas.

Espero que o Ministério adote como critério para repor as perdas salariais a inflação, garantindo desta forma que todas as categorias tenham seus reajustes superiores à inflação do período adotado. Acatando assim reivindicações de outros seguimentos, não só a dos professores, mas outras categorias que também lutam por reposições salariais.

Precisamos ampliar as vagas e os recursos para as Instituições Federais de Ensino Superior, somente assim poderemos ter a sobrevivência de nossas Universidades públicas garantida, temos de uma vez por todas colocar a Educação como prioritária neste país. Vejo como extremamente relevante as reivindicações da ANDES em cobrar do MEC ações mais concretas, o ensino superior em nosso país não pode mais esperar a realização das promessas e sim a aplicação do que já temos na teoria. Sei de todas as dificuldades para

a implementação, mas a situação é urgente e não podemos mais aguardar.

Estou fazendo gestão junto ao Ministério da Educação para que sejam fortalecidas as negociações com o Comando de Greve, porque somente com o desenvolvimento destas negociações é que a paralisação poderá ter um prazo final de paralisação.

Além do ministério da Educação quero que seja incluída nas discussões a Casa Civil. Estou em diálogo com a querida Ministra Dilma Rousseff no sentido de viabilizar maior atuação da presidência na solução desta questão.

Somente com a atuação conjunta do governo federal e do parlamento é que vamos solucionar esta pendência histórica com os professores das universidades federais, não podemos esquecer que já é uma luta antiga e que a sua solução está sendo construída com muito sacrifício. Estive dos dois lados, do lado dos grevistas e do lado do governo e sei o quanto é complicado equacionar todas as demandas e apresentar uma solução concreta.

Mas a urgência da situação não nos permite mais postergar esta solução, o governo precisa encarar esta situação como prioritária para podermos de uma vez por todas colocar a Educação Superior em nosso país como um item de máxima atenção na pauta de discussão política.

Precisamos, sim, reforçar as negociações e com a participação de todos os seguimentos construir uma saída justa. E assim, valorizar o trabalho docente e pela defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade Socialmente Referenciada, garantindo o aumento da dotação orçamentária para as IFES.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Agradeço à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Quero fazer minhas as suas palavras, Senadora, de apoio a recursos para pesquisa, para transferência de tecnologia e para o reforço das universidades públicas brasileiras.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas para fazer uma comunicação inadiável.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro; Sr^{as} e Srs. Senadores, como sou um Senador do Bloco de apoio ao Governo, de um Partido aliado, venho a esta tribuna hoje, Sr. Presidente, com muita preocupação, porque já ouvimos aqui – sou ex-Prefeito também de um pequeno Município – as dificuldades que os Prefeitos do Brasil vêm enfrentando no segmento da educação: a greve nas universidades federais, por exemplo, é uma delas. No entanto, venho trazer um outro ponto: a situação calamitosa das rodovias federais do nosso País. Ou seja, em apenas um dia, três pontos muito críticos vêm sendo debatidos insistentemente por todos os Parlamentares todos os dias; e não estamos vendo não digo só ação, mas nem reação por parte do Governo.

A situação em que se encontra a malha rodoviária federal e, de um modo especial, as estradas do meu Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente, é precária. Infelizmente, uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), na última semana, comprovou a permanência de um quadro bastante ruim quanto à conservação, à sinalização e às condições de segurança das nossas estradas.

Para se ter uma idéia da gravidade da situação, a Confederação Nacional dos Transportes concluiu que 98,5% das estradas de Minas Gerais estão em condições péssimas, precárias ou ruins, sendo que, em termos de Brasil, 72% das rodovias também se incluem nesse patamar. O mais alarmante é que, entre os piores trechos, estão rodovias da maior importância para a integração nacional, tais como a BR 040 e a BR 381. Tais rodovias ligam o Rio a Brasília, passando por Belo Horizonte, e São Paulo a Brasília, passando por Belo Horizonte. As duas, em 834 quilômetros pesquisados, ganharam como conceitos “deficientes”. Outras também precárias são as BRs 116 e 262, que cortam o nosso Estado no outro sentido, de leste a oeste.

Em Minas Gerais, Sr. Presidente, dos 12.622 quilômetros pesquisados, divididos em 64 trechos espalhados pelo Estado, 31 estão classificados como deficientes; 21, como ruins, e 11, como péssimos. Estimativas da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) apontam um prejuízo anual para os industriais mineiros de nada menos do que R\$1,3 bilhão com custos de transporte.

Diante de números tão ruins, é preciso que haja uma profunda reflexão por parte dos órgãos do Go-

verno, para que identifiquem as reais causas disso e consigam adotar soluções eficientes. A grande verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, há muitos anos, as nossas estradas não têm recebido do Poder Público um tratamento condizente com a sua importância para o crescimento deste País. O alto custo das obras é um fator complicador, mas que poderia ser resolvido caso a recuperação de rodovias fosse encarada com **status** de prioridade administrativa.

Especialistas em transportes calculam que, para colocar a totalidade da nossa malha rodoviária em condições de tráfego aceitáveis pelo menos, seria necessário um investimento de R\$11,8 bilhões na restauração dos trechos comprometidos.

Tal investimento, Sr. Presidente, poderia até ser concretizado, caso os recursos provenientes da Cide (Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico), por exemplo, fossem aplicados para o fim a que eles foram destinados, ou seja, integralmente para a recuperação das rodovias. Mas, desde 2002, apesar desse imposto sobre combustíveis ter gerado R\$26,8 bilhões aos cofres públicos, apenas 14% do valor foi revertido em melhorias de estradas.

A realidade descrita pela Confederação Nacional dos Transportes, Sr. Presidente, é desanimadora e pode piorar ainda mais, caso não se encontre uma solução para se pôr fim à retenção dos recursos da Cide. De nada adianta o Governo Federal e os Governos Estaduais terem quadros profissionais competentes para cuidar das rodovias se estes não dispuserem de condições efetivas para reverter o verdadeiro caos instalado nas estradas, marcado por vidas perdidas precocemente e por incontáveis prejuízos econômicos.

A destinação integral dos recursos da Cide para obras rodoviárias tem de se tornar possível, pois somente assim as autoridades competentes poderão implementar as ações necessárias para conferir às nossas estradas a segurança demandada pela sociedade. Essa é uma bandeira que precisamos carregar.

Precisamos, cada vez mais, ser conscientes da limitação financeira do Executivo, mas se foi criado um recurso como a Cide, que seja usado da maneira devida e necessária, pois é insuportável o quadro em que nossas rodovias se encontram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Agradeço ao Senador Aelton Freitas.

O Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas; Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho satisfação em falar, por meio da TV Senado, a todas as minhas amigas e amigos do meu querido Estado do Pará e a todas as Prefeitas e Prefeitos do Brasil.

Sr. Presidente, há duas semanas, fiz desta tribuna um pronunciamento, apoiando a pauta de reivindicação do Movimento Municipalista Brasileiro, que agendava, para hoje e amanhã, uma marcha a Brasília para colocarem em discussão, no Congresso Nacional, essa pauta justa por que clamam os prefeitos dos nossos mais de 5.000 Municípios.

É impossível, Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, que não se reveja, que não haja vontade política para que seja feita uma revisão no pacto federativo. É impossível que a União, hoje, continue detendo mais de 60%, depois das distribuições constitucionais, do bolo de arrecadação da União, cabendo aos Estados pouco mais de 20% e aos Municípios, em torno de 15% ou 16%.

Perguntamos: quem responde pelo atendimento à saúde dos brasileiros? A base, o Município. Quem responde pelo atendimento à educação, seja básica ou fundamental? Os Estados e os Municípios. E cada vez mais esses recursos ficam concentrados nas mãos do Governo Federal.

É necessário que se faça uma revisão. Lamentavelmente, o que se vê é contingenciamento em cima de contingenciamento. Ainda agora, o Governo Federal está querendo contingenciar.

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, Senador Aelton Freitas, e chamar a atenção, mais uma vez, para o estado precário das rodovias brasileiras. Inicialmente, devemos lamentar as perdas de vidas humanas que ocorrem em função do esquecimento que este “desgoverno” tem em relação às rodovias brasileiras. Os recursos da Cide deveriam ser, como V. Ex^a bem disse, totalmente aplicados na construção e na recuperação das rodovias, mas apenas 14% foram usados para esse fim.

O outro contingenciamento que o Governo faz é nos recursos oriundos da iniciativa privada para a pesquisa e a tecnologia. É um absurdo que o Governo contigencie os recursos – os quais não fazem parte do caixa da União – destinados a uma área tão necessária para o desenvolvimento brasileiro, a fim de fazer o famigerado superávit primário.

O Ministro Palocci, quando quis fazer a pseudo-reforma, disse em alta voz que ela seria neutra, e o que vimos foi um aumento de carga tributária.

A reforma está paralisada na Câmara, por isso peço o apoio de todos para uma PEC que vou apresentar, Senador Antonio Carlos. Lamentavelmente, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, na LDO, os recursos necessários para a compensação aos Estados exportadores pela Lei Kandir. É um absurdo que a União queira usar recursos que são destinados a cobrir impostos de que os Estados exportadores abrem mão para fazer esse superávit primário que sustenta a economia brasileira.

Apresentarei essa PEC porque, hoje, 21 Estados brasileiros, Senador Aelton Freitas, são superavitários na balança comercial, na balança de exportação, e têm direito à compensação pelos impostos de que abrem mão. É evidente que não podemos exportar impostos, mas a União deve ressarcir esses Estados que estão combalidos. Falo, especificamente, do meu Estado do Pará, que tem uma balança superavitária há décadas. Ele, que contribuiu, somente neste primeiro semestre, com mais de R\$ 2,5 bilhões de superávit para a balança comercial, perde algo em torno de R\$ 500 milhões por ano, recursos que poderiam estar sendo aplicados na melhoria da qualidade de vida dos paraenses.

Com muita honra, concedo um aparte à nobre Senadora Heloísa Helena.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está sem som, Senadora.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Pronto! Agora, voltou. Pensei que estavam conspirando contra mim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Brasil inteiro quer ouvir, em alto e bom som, o seu pronunciamento.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Eu só grito às vezes. Eu detesto gritar, mas, infelizmente, há pessoas que só entendem no grito. Senador Flexa Ribeiro, quero saudar o seu pronunciamento e compartilhar da

sua preocupação. Na semana passada, tive oportunidade de fazer uma crítica a esse posicionamento do Governo, não apenas porque havia um acordo. O problema é que o Congresso Nacional faz tudo para não se respeitar. A Base de bajulação faz o que quer no Congresso Nacional e palavras dadas são palavras soltas ao vento, que acabam não dando em absolutamente nada. Eu quero, do mesmo jeito que V. Ex^a, condenar esse veto. O não-estabelecimento dos mecanismos de compensação para os Estados que têm perdas em relação à Lei Kandir é gravíssimo para o seu Estado e para o meu. No Estado de Alagoas, a agroindústria do açúcar está cada vez mais optando pela exportação, em função da isenção, ao invés de optar pelo mercado interno. O Governo Federal já deve para Alagoas mais de 40 milhões, que não lhe repassou, e corta da própria LDO os mecanismos de compensação, que já não adiantam nada para o Estado. Somente a existência da lei já cria problemas gravíssimos para o meu Estado e, agora, mais ainda. Portanto, a sua preocupação, Senador Flexa, é absolutamente legítima, porque o Governo Federal não pode ficar usando os Estados exportadores para fazer a sua cantilena.

(Interrupção do som.)

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Obrigada, Sr. Presidente. Não é possível que um dia não dê um “blecaute” nessa tal campanha, que sei que não é problema de quem está presidindo. Senador Flexa Ribeiro, é uma vergonha o Senado, que representa a Federação, não ter coragem de debater o comprometimento das receitas líquidas estaduais com o pagamento de juros e serviços da dívida, porque quem financia essa agiotagem internacional, esse rombo nas finanças públicas, são justamente os Estados e Municípios brasileiros. Os Estados exportadores são usados pelo Governo Federal para falar da estabilidade da balança comercial e acaba sobrando para o povo, especialmente para os pobres dos nossos Estados. Portanto, saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e espero que tenhamos coragem suficiente para garantir a derrubada do veto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, fico muito honrado e incluo o seu aparte em meu pronunciamento.

Senadora, usando apenas e tão-somente 30% do Imposto de Importação e do IPI sobre as importações geradas, vamos poder ressarcir, como bem V. Ex^a colocou, em parte, as perdas absurdas a que esses Estados exportadores estão sujeitos hoje. Os impostos

oriundos da importação, que o Governo usa para o caixa, para o superávit, deveriam ser usados para o seu princípio mais nobre, que é o incentivo à exportação. Usando-se apenas 30% do II e do Imposto dos Produtos Industrializados sobre a importação, repito, o querido Estado das Alagoas, de V. Ex^a, teria um ressarcimento da ordem de quase R\$ 80 milhões por ano.

Esse é um trabalho que foi executado por um economista do Pará, ex-Secretário da Fazenda, Dr. Clóvis Mácola. Há vários anos, ele vem estudando o assunto e o colocou, agora, de forma concreta, numa planilha que vou distribuir a todos os Senadores, para que apoiem essa PEC.

Somos 21 Estados brasileiros, Senadora Heloísa Helena, que teremos a compensação por meio desses 30% do II e do IPI sobre a importação. Como disse V. Ex^a, o Senado da República tem condições de derrubar o veto do Presidente para a compensação da Lei Kandir e de aprovar, em complementação, essa PEC. Aí, sim, serão atendidas às necessidades dos Estados exportadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Tem a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, em primeiro lugar, para solidarizar-me com os milhares de prefeitos que se encontram nesta Casa e que vivem sofrendo, como os Estados – eles mais ainda do que os Estados –, a má vontade do Governo Federal em relação aos recursos que arrecada dos próprios Municípios e dos Estados e não os devolve. Nem mesmo 1%, que combinou aumentar na reforma tributária, Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, está cumprindo.

Temos milhares de prefeitos. São milhares de cidadãos brasileiros que dirigem comunidades neste País e que estão em desespero, desespero mesmo, que o Presidente só entende quando é vaiado nas ruas. E é por isso que essas vaias vão se multiplicar; e é por isso que Sua Excelência vai perdendo, a cada dia, o respeito, até mesmo daqueles que nele votaram. Mais da metade dos brasileiros já não apoiam o Senhor Presidente da República. Portanto, que pelo menos atenuem o sofrimento das comunidades brasileiras!

Os prefeitos da minha terra e os prefeitos de todo o Brasil deveriam se unir e dar um chega-pra-lá em

Deputado e em Senador que não defendesse o interesse dos Municípios. O interesse dos Municípios é sagrado, pois o Município é a **cellula mater** do País.

Conseqüentemente, venho aqui, em primeiro lugar, para fazer o meu protesto e, ao mesmo tempo, trazer minha solidariedade aos prefeitos que se encontram na nossa Capital.

Além desse assunto, Sr. Presidente, tenho aqui um artigo do Dr. Theophilo Ottoni Filho – peço a sua transcrição – que mostra o absurdo que representa a transposição do rio São Francisco. Como obra pública, é criminosa – e aqui só há malefícios para o Nordeste –, enquanto que meia dúzia de nordestinos ainda acreditam que isso possa beneficiar a nossa Região.

Sr. Presidente, essa é a demonstração inequívoca do que é o Governo do Presidente Lula. Quanto Sua Excelência vai gastar com esse projeto? Quatro bilhões de reais. O articulista foi camarada em publicar a quantia de R\$2 bilhões, pois são mais de R\$4 bilhões – e vai ser muito mais –, inclusive nenhum banco internacional quer financiar a obra, porque sabe que é um mau projeto. Mas o Presidente teima, porque tem de fazer alguma coisa pela região dele, já que não fez absolutamente nada até agora!

Sr. Presidente, outro assunto que quero abordar é sobre as estradas no Brasil, que estão em situação calamitosa. E é o Dnit – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – quem nos dá essas informações, demonstrando que as estradas federais do meu Estado são as que estão em pior situação.

Sem qualquer condição de tráfego, a BR-242 tem inúmeros trechos em que o tráfego se dá parcialmente, com o uso de meia-pista. Há também segmentos interrompidos próximos a Paramirim, Javi e outros Municípios. O próprio Dnit informa estarem intransitáveis esses trechos. É o Dnit, é o órgão do Governo que informa que essas estradas estão intransitáveis! Eu estive com o Ministro há uns quatro meses, e ele disse que resolveria tudo isso. Já se passaram mais de quatro meses, e ele não resolve coisa alguma! Não resolve por quê? Ele é obrigado a empenhar emendas, que servem de mensalão para a eleição da Câmara dos Deputados amanhã. É essa a situação moral terrível em que o País se encontra.

A BR-135 é outro exemplo do descaso do Dnit.

Temos ainda a BR-101 e a BR-116, que estão em situação mais do que lamentável: não têm sequer uma parte da pista! Às vezes, ele ainda diz que é razoável a malha federal no Brasil. Na Bahia, é “ruim”, “muito ruim”, “intransitável”. São qualificações do próprio Dnit.

Eu quero dizer nesta hora que os caminhoneiros estão bloqueando a BR-116, no sul da Bahia, e que eles devem bloqueá-la mesmo, porque esse Governo

só atende com pressão: pressão dos trabalhadores, pressão dos Parlamentares, pressão dos homens de bem, que não aceitam, de modo algum, essa situação lamentável.

Enquanto isso, fica cego quando o Cade prova que o grupo Gerdau, tão beneficiado pelo Governo, obteve lucro de bilhões. Agora, graças a Deus, teve uma liminar cassada pelo TRF, que deu vitória ao Cade para julgar o cartel do aço.

Governo de trabalhador que facilita cartel! O Sr. Gerdau talvez seja um pobrezinho do Brasil que precisa ser apoiado pelo ex-torneiro mecânico! É a única coincidência do torneiro mecânico com o Gerdau. Mas essa é a situação em que nos encontramos, Sr. Presidente! Por isso, aqui estou para fazer esse protesto! Essa matéria está na **Folha**, no caderno Dinheiro.

Há outra manchete da **Folha Online**: “Cade aplica multas milionárias a siderúrgicas por formação de Cartel”. Eles, os poderosos, se entendem, seja os da Vale do Rio Doce, seja os da Gerdau, quando é para sugar o dinheiro da Nação, quando é para retirar dos pobres brasileiros aquilo que lhes pertence. Enquanto isso, os Municípios estão à míngua, não têm como fazer educação e muito menos saúde. Tudo isso esse Governo promete, com anúncios que se multiplicam na televisão, num cinismo inacreditável, porque ninguém pode mais aturar tanta perversidade.

Concedo o aparte ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, queria juntar-me a V. Ex^a, em solidariedade aos Municípios brasileiros, principalmente aos pequenos Municípios e aos Municípios pobres, que estão sendo, dia a dia, sufocados, tornando as administrações praticamente inviáveis. Essa política estabelecida pelo Governo Federal, que, a princípio, eu pensava ser inconsciente – apenas na busca de fazer superávit primário –, parece-me hoje inteiramente consciente. Não é questão de superávit primário; é uma questão política, de inviabilizar, de deixar os Municípios dependentes. O que está acontecendo com os Municípios, como V. Ex^a muito bem disse, está acontecendo com os Estados também, embora em menor escala. Os Estados e os Municípios brasileiros estão ficando cada vez mais dependentes da União para sobreviver e, dessa maneira, não podem fazer oposição política. Trata-se de uma forma antiga de clientelismo, que volta a ser feita de maneira muito mais perversa do que foi no passado. Não podemos aceitar isso, porque esse fato significa o fim da Federação também. Estamos caminhando, dessa forma, para o Estado unitário. Nós, representantes dos Estados nesta Casa, que tem por função representar os Estados, não podemos de ma-

neira alguma aceitar que as coisas continuem como estão. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Tasso Jereissati, por apoiar, com a sua experiência, com o seu valor e com seu mérito, as minhas palavras em defesa da pobre população brasileira, que é a que mais sofre no Governo dos Trabalhadores.

Quero chegar – e chegarei rapidamente – à conclusão de que este Governo veio para o mal, e esse mal tem de acabar; veio para o suborno, e o suborno tem de acabar. Temos de marchar! Tenhamos coragem para fazer o Orçamento impositivo! Quando tivermos o Orçamento impositivo, os Municípios e os Estados não estarão à míngua, como estão hoje. Estaremos numa situação em que saberemos como marchar e como alcançar os objetivos sadios de uma Nação.

Hoje o que se vê é uma máfia, é a GDK tomando conta da Petrobras. O que se vê é a GDK entrando também no Pará. A GDK – e falo à vontade – é uma empresa baiana, mas nenhuma empresa tem o direito de roubar, seja ela baiana, seja ela paulista.

Portanto, estou aqui defendendo o povo brasileiro. Esse é o meu papel. Esse é o meu dever. E o Congresso tem de se levantar, Sr. Presidente. E V. Ex^a, nas suas Minas Gerais, deve também fazer essa campanha. Enquanto não nos unirmos em defesa dos interesses maiores, vamos ficar pequenininhos, aceitando a mendigaçãõ junto ao Governo Federal: com o pires na mão, o Governador a solicitar recursos. Não, não é isso que queremos.

Ainda ontem, lia um artigo importante que mostrava como se modificou o Rio de Janeiro, quando o clientelismo acabou e quando, na realidade, o Governo tomou conta daquela grande cidade.

Por isso, quero, neste instante, pedir aos meus companheiros da Câmara e do Senado: vamos nos unir o quanto antes para forçar este Governo a trabalhar sério, a parar com as desonestidades e a caminhar o verdadeiro caminho que o povo deseja, que é o da solidariedade humana, do equilíbrio social e, sobretudo, do amor a esta Pátria!

Nós, Sr. Presidente, mais do que nunca, precisamos que este Governo, que dorme no erro, acorde para as necessidades do Brasil.

Agradeço a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Transposição: uma análise de controvérsias

O projeto do governo federal de transposição do Rio São Francisco para bacias hidrográficas da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte não é a melhor solução para o problema da seca no Nordeste. O projeto, que deve custar R\$ 2 bilhões, consiste na transferência de águas do rio para abastecer pequenos rios e açudes da região que possuem um déficit hídrico durante o período de estiagem.

Embora o desvio de 60 m³/s de água do fluxo do São Francisco para outras bacias traga pouco impacto negativo para a ecologia ou economia da bacia do São Francisco, já que a vazão fluvial média do rio supera 2.000 m³/s e o desvio representa apenas 3% desse total, a deterioração desses cursos d'água foram causados pela ação dos ocupantes de suas bacias. São estes moradores, e não a totalidade da população brasileira, que devem arcar com os custos dos impactos, conforme

THEOPHILO OTTONI FILHO

ENGENHEIRO

Sem dúvida, os nordestinos não precisam da transposição do Rio São Francisco

prevê, inclusive, a legislação brasileira.

O principal argumento usado por aqueles que defendem a transposição é que as bacias nordestinas não pertencentes ao Vale do São Francisco são carentes de água e que, por isso, como salvadora opção de engenharia hídrica, todos os estados deveriam concordar com a transposição. A falha desse argumento está na premissa de que não existe, no Nordeste, outras fontes de água significativas e confiáveis, senão o Rio São Francis-

co. Esse é um mito que foi criado e que precisa ser abolido. Na verdade, o mais volumoso manancial dos continentes (excluindo-se as geleiras) são as águas subterrâneas. Estima-se que no Planeta tal reserva exceda o volume dos rios na ordem de milhares de vezes.

Portanto, considerando a extensão continental do Polígono das Secas (1 milhão de km²), existe mais fluxo de água subterrânea desperdiçado no mar do Nordeste do que a soma de todos os fluxos dos rios nordestinos, incluindo o São Francisco. Além de ser mais volumosa, a disponibilidade hídrica subterrânea, em geral, é mais regular e confiável do que a dos mananciais de superfície. Esse é o principal motivo pelo qual as áreas áridas e semi-áridas, como o Oeste dos Estados Unidos, Austrália e Israel, baseiam sua política hídrica na utilização das águas de poços.

Sem dúvida, os nordestinos

não precisam da transposição do Rio São Francisco. O Nordeste precisa combater os desperdícios hídricos, reutilizar os esgotos sanitários (em Israel, 70% das águas servidas são reusadas), investir em prospecção e exploração dos aquíferos subterrâneos, utilizar melhor os mananciais de superfície e explorar mais amplamente as captações de chuva (pela utilização de cisternas e reservatórios protegidos). Os recursos financeiros utilizados na transposição deveriam ser direcionados para todos os estados nordestinos, visando à consolidação de uma política hídrica sustentada regional, mais democrática, abrangendo uma população maior, independente do Velho Chico.

Theophilo Ottoni Filho é professor do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às 17h05min, e ainda não tenho notícia da Ordem do Dia. Aqui, por diversas vezes, foi afirmado pela Mesa que às 16h teria início a Ordem do Dia. Portanto, eu gostaria de uma posição da Mesa com relação ao início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Levarei a sua posição ao Presidente titular, nobre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não ouvi, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nobre Senador César Borges, levarei sua reivindicação ao Presidente titular. Em breve, daremos a resposta a V. Ex^a, pois está acontecendo um encontro grande dos Prefeitos no Auditório Nereu Ramos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, sem querer discutir com a Mesa, quero dizer que foi o próprio Presidente Renan Calheiros que assumiu este compromisso com o Plenário: o de que, às 16h, impreterivelmente, teria início a Ordem do Dia. Estamos aqui, há uma hora e seis minutos, aguardando-a. Gostaria de saber da posição da Mesa com relação ao início ou não da Ordem do Dia. Estão em funcionamento algumas Comissões, de onde saímos. Estamos aqui para a Ordem do Dia, e ela não acontece.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Pedimos alguns segundos a V. Ex^a. Em breve, daremos uma posição a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan.

Por gentileza, respeite os cinco minutos. Abrimos um precedente e queremos pedir a compreensão de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço para falar após a Ordem do Dia, para que eu possa ter um tempo um pouco maior.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Como não houve a Ordem do Dia, a nobre Senadora Heloísa Helena pediu-me que fizesse a inversão com V. Ex^a, e acabamos atropelando.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Agradeço a sensibilidade de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Primeiro, quero deixar registrada a Moção da Radiodifusão Catarinense:

Os Radiodifusores de Santa Catarina reunidos no 12º Congresso Catarinense de Radio e Televisão, realizado de 21 a 23 de setembro, no Município de Chapecó, endossam a seguinte Moção, em respeito à sociedade brasileira e às instituições democráticas do País:

1) As Emissoras de Rádio e Televisão, associadas à Acaert, repudiam, com veemência, os atos de corrupção verificados nas mais importantes esferas políticas do Brasil e que são destacados diariamente pela imprensa. Esse fato abala as estruturas democráticas do País, tornando-se ameaça às conquistas soberanas da Nação.

A Moção da Radiodifusão Catarinense, assinada pelo Presidente Ranieri Moacir Bertoli, tem vários itens. Em um deles, defende “a redução drástica dos custos de produção dos programas, que devem ter um perfil simples e didático das propostas apresentadas”. Defende também a redução do horário político.

2) Radiodifusão Catarinense apóia alterações [bastante severas] nas campanhas eleitorais, principalmente na produção dos programas de televisão e de rádio, que acabam não cumprindo o objetivo de informar eticamente as propostas de atuação política dos candidatos.

3) Nesse sentido, defende que a propaganda deva ser mais “informativa” do que “ilustrativa”. O compromisso político de partidos e candidatos deve ser priorizado, diferentemente do que é praticado atualmente quando a informação é maquiada por técnicos de *marketing*.

São inúmeros os itens, Sr. Presidente, que quero deixar como lidos, já que o meu tempo é reduzido, da Moção da Radiodifusão Catarinense, por intermédio de seu Presidente, Ranieri Moacir Bertoli.

Também recebemos, Sr. Presidente, Carta do Comando Nacional de Greve dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior aos Parlamentares. É o sindicato de professores de todas as universidades do Brasil. Eles estão fazendo algumas reivindicações, que também quero deixar registradas nos Anais desta Casa, para que a sociedade brasileira delas tome conhecimento.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Mundial do Turismo. E, nesse dia, quero homenagear o nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Tasso Jereissati, bem como o próprio Ministro Walfrido Mares Guia.

Por causa do tempo, é impossível fazer um pronunciamento sobre esse tema, que é de grande importância. O turismo avança, o Brasil cresce nesse sentido, muito em função dos investidores, dos nossos empresários, mas também porque há uma política do Ministério do Turismo, a qual aprovo. O Ministro Walfrido Mares Guia presta um grande serviço, no meu modo de ver.

Fui Prefeito de uma cidade turística, Balneário Camboriú, por três vezes e dedico o tempo que posso justamente para defender projetos – no Senado, há inúmeros meus – que fortaleçam ainda mais a indústria do turismo. Por isso, deixo como lido o meu pronunciamento, neste Dia Mundial do Turismo.

Sr. Presidente, sei que tenho pouco tempo, mas ouvi os pronunciamentos do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador Mão Santa e de outros Srs. Senadores referentes à Marcha dos Prefeitos, e gostaria de abordar o assunto. Conheço a realidade deles, porque fui Prefeito três vezes, como disse. Não há como o Presidente da República resolver problemas sem investir nos Municípios. Não há como um Presidente falar, nos quatro cantos deste Brasil, que vai acabar com a fome – como dizia –, sanear todos os Municípios, melhorar o índice educacional, fazer com que o País e os Municípios cresçam, sem investir no Município diretamente.

O Prefeito precisa ser respeitado, pois é quem recebe os recursos. E é fiscalizado 24 horas por dia. Todos os Vereadores estão no cangote do Prefeito, cobrando investimentos, recursos. As associações de moradores, as donas de casa, os idosos, os jovens, os estudantes, os professores, todos fazem cobranças ao Prefeito. Não é possível que Lula, que se elegeu prometendo recursos para os Municípios, dizendo que era municipalista – apesar de nunca ter governado um Município –, hoje não atenda os quase cinco mil Prefeitos que estão em Brasília! Eles não vieram aqui para pedir esmola, mas socorro para seus Municípios. Hoje, alguns Prefeitos tiveram um confronto com a segurança do Senado, que tentou conter-lhes a fúria.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eles estão aqui pedindo, pelo amor de Deus, que suas comunidades sejam atendidas quanto a saneamento, educação, saúde, habitação, investimento para o meio ambiente, coleta de lixo. Querem ser socorridos por este Governo, que mente diariamente. Não é possível que nós, Senadores e Deputados Federais, que temos o poder do voto, que precisamos do Prefeito e das comunidades, façamos acertos com o Governo e não realizemos acordos com a nossa base eleitoral. Não é possível que o projeto que está na Câmara Federal para ser votado há mais de um ano não tenha lá a maioria;

não é possível que seja necessário pegar alguém pelo pescoço e dizer “bota o projeto em votação, porque os Municípios precisam e pedem socorro e atenção com a maior urgência”.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto – já que o projeto passou nesta Casa – contra a direção da Câmara Federal, que até agora não olhou para os Prefeitos, que estão pedindo para serem atendidos.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR LEONEL PAVAN.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a comemoração de mais um Dia Mundial do Turismo constitui excelente oportunidade para ressaltarmos, mais uma vez, a extraordinária relevância econômica e social dessa atividade, seja em âmbito global, seja no nosso próprio País.

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) prevê que o setor deve gerar, no corrente ano, nada menos que seis trilhões e duzentos bilhões de dólares em todo o mundo, correspondentes a 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. E se o turismo já é, hoje, um setor muito vigoroso, suas perspectivas de crescimento no futuro imediato são deveras impressionantes. As estimativas do WTTC indicam uma expansão, em termos nominais, para 10 trilhões e 600 bilhões de dólares até 2015.

De fato, esse crescimento já foi marcante no ano passado, quando as chegadas de turismo globais aumentaram em 10%, alcançando 760 milhões, de acordo com o relatório da Organização Mundial de Turismo (OMT). Esse aumento em 69 milhões no número de desembarques turísticos internacionais representa um volume quase equivalente ao total dos desembarques na França, principal destino no mundo. O mesmo relatório da OMT prevê, ainda, que o total de chegadas internacionais irá mais do que dobrar até 2020, passando de 1 bilhão 560 milhões.

No caso brasileiro, o espetacular potencial turístico de nosso País é sobejamente conhecido por todos nós. A boa notícia é que, finalmente, esse maravilhoso potencial começa a ter um melhor aproveitamento. Atualmente, um em cada dez brasileiros já trabalha direta ou indiretamente na área. O mercado turístico está em plena expansão e vem tendo reconhecida sua importância como grande gerador de empregos, divisas e renda. O Brasil é, hoje, um dos principais roteiros turísticos do mundo, já figurando entre os trinta maiores destinos no *ranking* da OMT. A atividade turística movimentou 52 setores econômicos e representa 4% do PIB nacional, parcela que deverá experimentar notável expansão nos próximos anos.

No ano passado, o País recebeu 4 milhões e 800 mil turistas estrangeiros, um crescimento de nada menos que 17% em relação a 2003, quando totalizamos 4 milhões e 90 mil visitantes. Para este ano, o Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia, espera um salto de igual magnitude, para 5 milhões e 600 mil turistas estrangeiros. A geração de divisas pelo turismo estrangeiro, no ano passado, foi da ordem de 3 bilhões e 900 milhões de dólares, segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Da mesma forma, as perspectivas no turismo interno merecem ser comemoradas. Mais de 50 milhões de brasileiros viajaram pelo Brasil no ano passado.

Para consolidar e dar sustentabilidade a esse crescimento, o Governo Federal esforça-se para implementar o Plano Nacional do Turismo para o período de 2004 a 2007. As ambiciosas metas do Plano apontam para a geração de 1 milhão e 200 mil novos empregos e para o aumento para 9 milhões do número de turistas estrangeiros, os quais deverão gerar 8 bilhões de dólares em divisas. No que diz respeito ao turismo nacional, a meta é ampliar para 65 milhões o total de turistas domésticos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos conhecem meu profundo envolvimento com a temática do turismo. Prefeito que fui, por três vezes, de Balneário Camboriú, o maior balneário do Sul do País, cidade onde se vive e se respira turismo os 365 dias do ano, minha paixão por esse assunto só faz aumentar na medida mesma em que conheço o extraordinário potencial do turismo como instrumento de crescimento econômico e de melhoria das condições de vida para milhões de cidadãos brasileiros.

Quando Deputado Federal, foi com grande satisfação que ajudei a criar a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados e exerci a Vice-Presidência da bancada parlamentar de turismo. Nesta Casa, em minha primeira participação, logrei ver aprovada a iniciativa de criação da Subcomissão de Turismo do Senado Federal – no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos –, cuja Presidência, posteriormente, assumi.

Já neste ano, formulei requerimento no sentido de que fosse criada, no quadro das Comissões Permanentes desta Casa, a Comissão de Turismo, proposta que acabou redundando na transformação da Comissão de Desenvolvimento Regional em Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Felizmente, esses órgãos colegiados têm prestado notável contribuição para a ampliação gradativa dos orçamentos nacionais e estaduais para o setor de turismo.

No momento presente, todos nós que pugnam pelo fortalecimento da atividade turística estamos acompanhando, com grande interesse, as discussões que estão sendo travadas no Ministério do Turismo acerca do Anteprojeto da Lei Geral do Turismo, que o Governo deve enviar ao Congresso Nacional ainda este ano. Esse Diploma Legal deve-se constituir num marco definitivo no sentido de fortalecer o Ministério do

Turismo e de garantir a continuidade da atual política pública para o setor, dando-lhe embasamento legal e a indispensável sustentação política.

Desejo pedir o apoio de todos para a proposta que venho defendendo, há cerca de dois anos, de unificação do período de férias escolares em todo o País. A idéia já tem o apoio da Comissão de Turismo da Câmara Federal e conta com a simpatia do Ministro Mares Guia, além de haver sido contemplada, em parte, no Anteprojeto da Lei Geral do Turismo. Evidentemente, um período unificado de dois meses de férias de verão servirá para minorar os efeitos da alta estação turística, caracterizada pelos altos custos decorrentes do excesso de demanda na temporada de férias, com maior deficiência dos meios de hospedagem, transportes e serviços.

Peço ainda, a colaboração dos meus pares a fim de que seja aprovado brevemente o PLC 24, de 2003, que dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo, cujo projeto relatei na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, há poucos meses, tendo sido aprovado e encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na oportunidade do transcurso de mais um 27 de setembro, Dia Mundial do Turismo, como também do Turismólogo, desejo deixar consignados nos anais desta Casa meus efusivos cumprimentos a todos aqueles que, no Brasil e em todo o mundo, constroem a pujança desse setor de tanta importância para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Em especial, apresento minhas homenagens à Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares pela passagem do seu quinquagésimo aniversário, reconhecendo o extraordinário trabalho sócio-econômico desenvolvido pela entidade em prol do turismo nacional. Uma das maiores entidades do País, agregando 58 sindicatos, representando quase 1 milhão e 200 mil empresas, que geram cerca de 8 milhões de empregos diretos, a Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares é credora da admiração de todos nós.

Outro dia comemorado hoje é o Dia Nacional do Idoso, instituído inclusive pela Comissão de Educação dessa Casa. Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos a essas pessoas vividas, experientes que com toda a sua sabedoria comemoram o dia de hoje e comemorarão muitos mais.

Essas, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as considerações que desejava trazer a V. Ex^a por ocasião do Dia Mundial do Turismo, Dia do Turismólogo e Dia do Idoso.

Muito obrigado!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

SINDICATO
ANDES *Comando Nacional de Greve*
NACIONAL *SENADOR LEONEC PAUAN*

CARTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CNG-ANDES-SN AOS PARLAMENTARES

A desrespeitosa decisão do governo de conceder reajuste de 0,1% ao servidor público federal levou a categoria docente a um processo de mobilização que culminou com a entrada em uma greve que já dura mais de 30 dias. Sabedores de que as iniciativas do governo para enfrentar a crise estão no caminho oposto ao da resolução do arrocho salarial a que estamos submetidos, os professores vêm fortalecendo a greve com a compreensão de que este é o caminho para se lutar pelo atendimento das reivindicações.

No sentido de reconstituir a luta do movimento e sua disposição ao diálogo, apresentamos a seguir um breve histórico das tentativas de negociação com o governo no decorrer dos últimos dois anos. No início de abril de 2004, quando a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF começava a campanha salarial daquele ano, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, convocou as entidades sindicais para uma reunião urgente da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP. Nesta, informou que o governo havia decidido que não concederia reajuste salarial para todos os servidores e que negociaria em separado com cada entidade. Praticamente dissolveu a MNNP. Dias depois, apresentou sua proposta para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que consistia em reajuste na Gratificação de Estimulo à Docência - GED, destinada aos docentes da carreira do ensino superior e na Gratificação de Incentivo à Docência - GID, destinada aos professores da carreira de 1º e 2º graus, que ficou conhecida como a "proposta de abril".

No início de junho de 2004, já havia uma evolução nas conversas, com os representantes do governo admitindo promover reajuste com a extinção da GED e da GID. No entanto, isso não se concretizou. Em julho, utilizando-se, mais uma vez, da tática de dividir as entidades sindicais, o governo firmou acordo com o SINASEFE e editou medida provisória extinguindo a GID e criando uma gratificação fixa e paritária, a GEAD. Isso se impôs como fato consumado para mais de dez mil professores da carreira de 1º e 2º graus das IFES e, portanto, da base do ANDES-SN, sem que esta entidade tenha sido convidada para participar do acordo firmado.

O ANDES-SN, respaldado pelas decisões das assembleias das seções sindicais, mostrou, uma vez mais, disposição ao diálogo e, deixando de lado temporariamente as principais reivindicações da sua pauta, propôs ao governo que, também para o magistério do ensino superior, fosse extinta a GED e criada gratificação fixa e paritária. O governo, alegando não ter recursos para isso, rompeu as negociações.

Mesmo reconhecendo as perdas e os anseios da categoria, o governo não apresenta nenhuma proposta efetiva e suas declarações de intenção já não encontravam eco na categoria, dada a experiência acumulada até então. A questão que o movimento docente debateu na ocasião era que, se o governo manifestava tal intenção, deveria traduzi-la imediatamente e não deixar para um futuro incerto a

SINDICATO

ANDES *Comando Nacional de Greve*

NACIONAL

implementação daquilo sobre o que afirmava estar de acordo: extinção da GED com paridade.

Desconsiderando as reivindicações da categoria, o governo responde de maneira unilateral com a introdução na MP 208 de dispositivo que afirma que a GED seria paga no valor de 140 pontos para todos os professores da ativa, até que o Executivo baixasse novas normas de avaliação de desempenho e novos critérios de pontuação. Estabeleceu a MP 208 o prazo de 180 dias para que o governo procedesse a tal ato, prazo este que expirou em 20 de fevereiro de 2005. A tese do governo foi reafirmada com a Portaria 4052, de 9 de dezembro de 2004, do Ministro da Educação, que instituiu grupo de trabalho *"com a finalidade de apresentar propostas para o aperfeiçoamento da estrutura salarial dos docentes, a paridade entre ativos, aposentados e instituidores de pensão, bem como do novo sistema de avaliação que deverá substituir a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)"*. Em que pese o prazo fixado pela MP 208, a portaria do Ministro fixou o prazo de 150 dias para a conclusão dos trabalhos do GT. Isto é, até 9 de maio de 2005.

A disposição de diálogo do movimento docente, mais uma vez, se expressou com a participação do ANDES-SN no referido GT. O ANDES-SN levou diversas contribuições para o GT, como propostas para avaliação do trabalho docente, análise sobre os impactos financeiros para o restabelecimento da isonomia entre as duas carreiras hoje existentes com a equiparação da GED e da GEAD.

Os trabalhos do GT evoluíram para o consenso de que a avaliação de desempenho do trabalho docente individual deveria fazer parte da avaliação institucional e ser componente para a progressão na carreira e não para a remuneração diferenciada, como é o caso da GED. Em junho de 2005, os representantes do MEC começaram a modificar o discurso, ignorando o consenso construído e defenderam que o GT viesse a trabalhar sobre proposta de nova carreira docente, ao mesmo tempo em que adotaram a proposta de aumentar os incentivos por titulação. A manobra consistia em que, sem sequer cumprir a tarefa que cabia ao GT, se iniciasse um processo, que todos sabem ser longo, de construção, negociação e implementação de uma nova carreira. Até mesmo propostas que o governo havia anunciado anteriormente como medidas que apontavam na direção de uma nova carreira, como a criação da chamada classe especial, para a carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor, associado para a carreira do 3º grau, foram abandonadas.

Nas reuniões da MNNP, ocorridas no primeiro semestre de 2005, os representantes do governo reafirmaram que o reajuste de 0,1% cumpria a Constituição e que negociações salariais não seriam objeto de discussão, uma vez que trataria cada setor separadamente. Deixou claro, no entanto, que não haveria recursos para nenhuma melhoria salarial. O novo Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo Silva, em reunião com toda a bancada sindical, afirmou que todos os ministérios estavam autorizados a negociar com os servidores, desde que tais negociações não resultassem em impactos orçamentários para 2005.

Após a reunião do GT do MEC do último dia 31 de agosto, ficou clara a falta de disposição do governo. A definição sobre o destino da GED e a recuperação da paridade foram absolutamente abandonadas pelo MEC e este introduz um elemento

SINDICATO**ANDES** *Comando Nacional de Greve***NACIONAL**

que não faz parte da pauta de reivindicação dos docentes das IFES: o aumento de incentivos por titulação, que sequer seria para este ano.

Continuando a busca pela abertura de negociações o CNG-Andes, no dia 23 de setembro, protocolou pela terceira vez um pedido de audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad. Ao mesmo tempo, mantivemos contatos com vários parlamentares a fim de estabelecer canais de interlocução com o governo. No dia 26 de setembro o Ministro Paulo Bernardo em reunião com a Bancada Sindical informou que o governo está pensando os parâmetros na perspectiva de reajuste aos servidores, demonstrando, de maneira clara, a falta de disposição em negociar com os servidores públicos. Na mesma reunião o Sr. Sérgio Mendonça, ao ser questionado sobre o prazo para definição de tais parâmetros e o limite para alocação de orçamento, informou que o governo precisa de um tempo maior que duas semanas para definir o parâmetro central, e que após essa definição o governo agendará nova reunião com a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Apesar de todos os esforços envidados pelo movimento docente, o governo ainda não demonstrou qualquer disposição em receber a categoria para negociar efetivamente sua pauta de reivindicações, mesmo decorridos mais de 30 dias de greve.

Construída nas instâncias de deliberação do sindicato, a nossa pauta de greve é a seguinte:

- **Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial.**
- **Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia.**
- **Retomada dos anuênios.**
- **Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.**
- **Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES-SN (fevereiro de 2006)**
- **Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.**

A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social é o caminho para a conquista do apoio social à nossa greve.

Dessa forma, o CNG-ANDES solicita o apoio dos senhores parlamentares, por meio de suas intervenções no Congresso Nacional ou junto ao governo, com o intuito de superar o impasse que nos foi imposto durante o processo aqui descrito, tomando como base nossa pauta de reivindicações .

Brasília, 27 de setembro de 2005

CNG/IFES-ANDES-SN



SENADOR LEONEL PAIAN

MOÇÃO DA RADIODIFUSÃO CATARINENSE

Os Radiodifusores de Santa Catarina reunidos no **12º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão**, realizado de 21 a 23 de setembro, no município de Chapecó, endossam a seguinte Moção, em respeito à Sociedade Brasileira e às Instituições Democráticas do país:

1) As Emissoras de Rádio e Televisão, associadas à ACAERT, repudiam, com veemência, os atos de corrupção verificados nas mais importantes esferas políticas do Brasil e que são destacados diariamente pela Imprensa. Este fato abala as estruturas democráticas do país, tornando-se ameaça às conquistas soberanas da Nação.

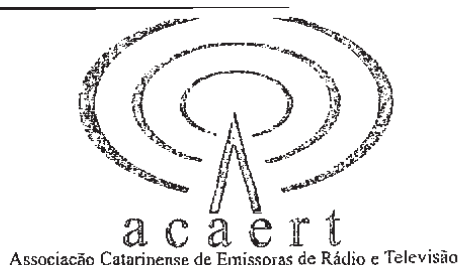
2) A Radiodifusão Catarinense apóia alterações nas campanhas eleitorais, principalmente na produção dos programas de televisão e rádio, que acabam não cumprindo o objetivo de informar eticamente as propostas de atuação política dos candidatos.

3) Neste sentido, defende que a propaganda deva ser mais "informativa" do que "ilustrativa". O compromisso político de partidos e candidatos deve ser priorizado, diferentemente do que é praticado atualmente, quando a informação é maquiada por técnicas de marketing.

4) Os Radiodifusores defendem a redução drástica dos custos de produção dos programas, que devem ter um perfil simples e didático das propostas apresentadas. Defendem também o fim dos chamados "showmícios".

5) As Emissoras de Rádio e Televisão de Santa Catarina, através da ACAERT, se dispõem a promover eventos, em parceria com as Instituições Políticas e Judiciárias, no sentido de provocar um momento especial de mudança na forma de se fazer campanha eleitoral no Brasil.

Presidente
Ranieri Proacin
Bertolin



SENADOR LEONEL RISSA

EM RELAÇÃO AO 12º CONGRESSO CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO:

1) A Diretoria da ACAERT agradece e reconhece o trabalho e dedicação dos Radiodifusores da Região Oeste, que souberam organizar, com competência, este Evento que já entrou para a história da Radiodifusão do estado.

2) A ACAERT destaca também, com orgulho, que a Rádio Vanguarda, de Xaxim, Emissora Associada, é a primeira Rádio do Brasil a receber a Certificação ISSO 9001/2000, que afere o Sistema de Gestão da Qualidade de uma empresa.

3) Os Radiodifusores de Santa Catarina reiteram o apoio à política de comunicação do Governo do Estado, que valoriza a Mídia Regional e democratiza o investimento estatal, garantindo, desta forma, a utilização ética dos recursos públicos.

4) A ACAERT e suas Emissoras Associadas enfatizam o compromisso da Radiodifusão de Santa Catarina com a sociedade. Renovam os votos de esperança em uma Nação mais justa, democrática e preparada para oferecer qualidade de vida aos brasileiros.

Chapecó, 23 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Senador Leonel Pavan, a Mesa agradece a compreensão de V. Ex^a com o tempo e deferirá a transcrição do pronunciamento de V. Ex^a na íntegra.

Com a palavra, a nobre Senadora Heloísa Helena, como Líder, por cinco minutos.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, gosto de ser dama. Só não sou dama quando há algum canalha pela frente. Por isso, às vezes fico muito abusada, sem querer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Geraldo Mesquita e vários outros Parlamentares já falaram sobre a Marcha dos Prefeitos e também desejo me pronunciar sobre o tema. Houve, inclusive, um inconveniente, há pouco: vários Prefeitos legitimamente repudiavam determinadas questões nacionais, e isso acabou sobrando para os nossos pobres responsáveis pela segurança. Infelizmente, mais uma vez, sobra para a parte mais fraca. E a parte fraca são os Prefeitos, que acabam descontando na parte igualmente fraca: os servidores da segurança, que aqui estão para cumprir ordem.

Nossas queridas Prefeitas e nossos queridos Prefeitos deveriam ter esse vigor quase físico em relação aos Parlamentares da base de bajulação do Governo, Senadores e Deputados, que os acolhem em seus respectivos Estados com demagogia e efetivamente nada fazem para que o Governo aprove aqui as medidas necessárias aos Municípios.

Quero falar especialmente sobre a pauta legítima de reivindicações das Prefeitas e Prefeitos, que será apresentada amanhã. Mas não poderia deixar de registrar, nesses poucos três minutos que tenho, nosso repúdio a essa forma desavergonhada de exercitar os podres poderes na relação promíscua entre Palácio do Planalto e Congresso Nacional.

Fico impressionada! Realmente, ainda consigo ficar surpresa. Já nem deveria mais me surpreender, não é, Senador Geraldo Mesquita Júnior? O meu limite de surpreendimento já deveria estar esgotado definitivamente.

Há alguns anos, o Senador Romeu Tuma, que se encontrava aqui presente, assim como outros Senadores que estavam no mandato passado viam como eu combatia, com ferocidade e veemência, o fato de o Governo Fernando Henrique Cardoso estabelecer a mesma metodologia perversa de distribuir cargos, prestígio, poder, liberação de emendas, conforme a agenda definida pelo Palácio do Planalto. O que está acontecendo agora consegue ser mais vergonhoso, mais vexatório, porque, embora as mulheres e homens de bem e de paz, espalhados pelo Brasil, que

querem continuar ensinando a seus filhos que é proibido roubar, tenham repudiado com veemência o esquema provado do mensalão, o atual Governo achou pouco a vergonha da promiscuidade Congresso Nacional/Palácio do Planalto e, na semana passada, fez pior: liberou R\$500 milhões, mas não para dar conta da necessidade dos filhos da pobreza, que precisam de investimentos em saneamento, moradia, segurança pública, abastecimento de água, espalhados pelos Municípios do Brasil. Em vez de liberar as emendas, os recursos previstos no Orçamento para facilitar a vida não de Prefeitos, Governadores, Senadores, enfim, de Parlamentares, mas dos filhos da pobreza, espalhados por mais de cinco mil Municípios, que precisam do aparelho público, do aparelho do Estado, funcionando de forma competente e disciplinada para todos, o atual Governo reproduziu a mesma metodologia que condenávamos com veemência, agindo de forma pior, irresponsável, cínica e dissimulada. No momento em que todo o povo brasileiro olha para esta estrutura desmoralizada chamada Congresso Nacional, que funciona como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses espúrios do Palácio do Planalto, o atual Governo não acha nada disso pouco e, publicamente, diz que está liberando R\$500 milhões para interferir nas eleições da Câmara dos Deputados.

Sei, Sr. Presidente, que o mundo da política é o melhor dos mundos para o bandido. Sei disso. Sei que quem é de bem e está na política vive quase enfartando todos os dias. Sei que o melhor dos mundos para quem quer roubar, enriquecer, patrocinar banditismo político impunemente é o mundo da política. Mas, pelo menos, não pisemos com tanta força nos corações das mulheres e homens de bem e de paz espalhados pelo Brasil, que estão angustiados, num misto de tristeza e indignação, em ver a desmoralização disso que foi conquistado com sangue, suor, vidas e lágrimas, que é a democracia representativa no Brasil, combatida, falida. Mesmo assim, isso foi conquistado por milhares de pessoas que dedicaram suas vidas para que pudéssemos estar aqui hoje.

Então, tudo aquilo foi conquistado com sangue, juventude e lágrimas por milhares de pessoas que lutaram pela democracia representativa, cuja simbologia é estarmos aqui no Congresso Nacional. Aí, o Congresso Nacional se presta a ser o outro lado do balcão de negócios sujos montado pelo Palácio do Planalto.

Portanto, deixo aqui meu repúdio. Queríamos nós que a liberação das emendas fosse feita conforme a realidade de cada Município. Eu, pelo menos, não tenho relações políticas com um ou outro prefeito; então, quando vou estabelecer as emendas no Orçamento, para liberar minhas emendas, tento identificar déficit

habitacional, doença de Chagas, mortalidade infantil, aquilo que pode significar melhorias objetivas para a vida das pessoas pobres que dependem da ação das prefeituras ou dos governos estaduais.

No entanto, nada disso conta. O que conta é ser da base de bajulação, ajoelhar-se covardemente diante do Palácio do Planalto e, portanto, ser omissor e cúmplice em qualquer esquema podre de corrupção.

Por isso, o povo brasileiro está sentindo não o cheiro de *pizza*, que é um alimento bom a ser compartilhado com as crianças nos domingos da família, mas o cheiro de lama cada vez maior, em função da “operação abafa” que está sendo montada, de forma sofisticada, às vezes, mas igualmente promíscua, entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente, aquilo que é – eu sei – apenas o exercício das minorias, quase o **ius sperniandi**. Sabemos que isso resolve muito pouco, até porque, enquanto estamos a exercitá-lo, outros estão, de forma ardilosa e sofisticada, mas igualmente vomitável, desprezível e nojentinha, articulando jogo sujo, para fazer, mais uma vez, o jogo do Palácio do Planalto, até na eleição do Presidente da Câmara dos Deputados.

Portanto, esse é apenas o nosso protesto. Espero que, um dia, mais cedo ou mais tarde, nem que demorem 200 anos, ainda que não estejamos a ver um mundo melhor, rico de pão, paz e felicidade para todos, façamos deste País uma Pátria soberana, ética, livre, igualitária e fraterna, como quer e sonha a grande maioria do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador César Borges, por cessão do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Senador Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordo hoje uma questão gravíssima que já estamos discutindo há muito tempo. Refiro-me à desastrosa iniciativa do Governo Federal no tocante à transposição do rio São Francisco, obra inviável economicamente, inconveniente do ponto de vista ambiental e que, sem sombra de dúvida, não resolverá nenhuma das graves questões do Nordeste brasileiro.

Enquanto isso, Sr. Presidente, o atual Governo procura fazer essa obra de qualquer maneira, como

que procurando um novo duto para irrigar as suas necessidades de campanha eleitoral, uma vez que se avizinha a campanha de 2006. Enquanto isso, o Nordeste brasileiro, em especial os Estados da Bahia, de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que amam e que vivem o São Francisco, chegam à situação de desespero. Não aceitam, portanto, ver a cada dia a pressão governamental tratorando todos aqueles que se opõem a essa obra, conseguindo, da forma mais insidiosa possível a autorização da ANA. A Agência Nacional das Águas concedeu definitivamente o direito de uso, que é a outorga, das águas do rio São Francisco pelo prazo de 20 anos. Resta agora apenas a licença ambiental do Ibama.

Agrava-se, então, a angústia daqueles que querem ver o rio São Francisco revitalizado, recuperado nos seus mananciais, as cidades ribeirinhas com recursos suficientes para fazer o tratamento de esgoto, visando não trazer prejuízos ao rio. Enfim, o Governo não faz nada pelo rio São Francisco, mas quer sangrá-lo de forma extremamente perniciosa a toda a população que vive às suas margens. Não destina recursos para os projetos de irrigação que estão paralisados, como o projeto Salitre, na região de Irecê, assim como o projeto Baixio de Irecê, o Jaíba, no Estado de Minas Gerais, e tantos outros que se encontram paralisados por falta de compromisso do Governo com a região nordestina.

Enquanto isso, Sr. Presidente, aqueles que estão desesperados tomam atitudes extremas, e uma dessas atitudes trago hoje ao conhecimento desta Casa e do Brasil, de um bispo católico da maior respeitabilidade, um clérigo que dedica a vida ao Nordeste, em especial ao rio São Francisco, o Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo da Diocese de Barra, cidade importantíssima do vale do rio São Francisco, que fica na confluência do rio São Francisco com o rio Grande.

Pois bem, está aqui noticiado nos principais jornais da Bahia, como o **Correio da Bahia** e **A Tarde**, que o bispo passará a fazer greve de fome em defesa do rio a partir do dia de hoje. E o bispo emitiu uma declaração que está não só nos jornais baianos, mas também nos principais jornais do País.

O Frei Luiz Flávio Cappio – volto a repetir –, bispo diocesano da cidade da Barra, assim como a Irmã Conceição, da congregação Imaculada Conceição da Mãe de Deus, e o sociólogo Adriano Martins começaram uma greve de fome, Sr. Presidente, na tentativa de impedir o início desastroso dessa obra que divide os irmãos nordestinos. E Dom Luiz Flávio Cappio emitiu a seguinte declaração que faço questão de ler neste momento:

Em nome de Jesus Ressuscitado, que vence a morte pela vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização;

2. Permanecerei em “greve de fome” até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição;

3. A “greve de fome” só será suspensa mediante documento assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República revogando e arquivando o Projeto de Transposição;

4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, chegue quando já não for senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.

5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda a minha vida, em Barra, minha querida diocese.

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim.”

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM

Sr. Presidente, conheço pessoalmente o Frei Luiz Flávio Cappio, sei do seu equilíbrio, uma pessoa sensata, de atitudes pensadas, de atitudes meditadas, nunca foi um homem de atitudes radicais. Quando ele toma uma atitude desse nível, Sr. Presidente, é porque, efetivamente, ele, que conhece todo o vale do rio São Francisco, que já percorreu da nascente à foz do rio, sabe a situação que vive o rio São Francisco e o descaso, o desprezo do Governo Federal por esse rio, que não faz nada pelo São Francisco e que está na iminência de iniciar esse perverso e desastroso projeto da transposição do São Francisco.

Por isso, alerta para essa decisão, que é uma decisão tomada em um momento de desespero, mas, com certeza, após reflexões feitas com profundidade por esse religioso a quem temos o maior respeito. Ele tem o respeito de todos aqueles que habitam a sua diocese e que estão ao longo do rio São Francisco.

Sr. Presidente, essa é a situação a que estamos chegando, lamentável, pela insistência de um Governo que quer transformar em realidade um projeto condenado pela grande maioria dos nordestinos, a grande maioria

absoluta. Se fizermos um plebiscito, como é proposto pelo Deputado Luiz Carreira, no Nordeste brasileiro, vamos ver qual é a posição dos nordestinos em sua grande maioria: contra esse projeto danoso. Não somos contra a que se leve água a nossos irmãos nordestinos, mas somos contra esse projeto que visa, antes de tudo, desperdício de recursos públicos. Recursos que faltam, como já foi dito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para a manutenção de nossas estradas.

Veja bem, Sr. Presidente, o próprio Ministro da Agricultura, que participa deste Governo, foi à Bahia e, na Associação Comercial da Bahia, disse que a agricultura brasileira tem imensas dificuldades por falta de infra-estrutura. Tem dificuldade nos portos... Palavras do Ministro: “Precisamos investir em ferrovias, em hidrovias, em portos, em energia, mas isso só será possível em parceria com a iniciativa privada. Espero que haja investimento externo nas rodovias”.

E por que o Ministro disse isso, Sr. Presidente? É porque ele sabe que o agronegócio está sofrendo e que vai ter uma perda de 16% do Produto Interno Bruto do setor agrícola, com prejuízo muito grande para o setor, que terá uma perda de bilhões de reais por falta de investimento na infra-estrutura. Enquanto isso, este Governo fala da famigerada transposição, que ele passou a chamar de integração de bacias. É mais ou menos como Delúbio, que chama caixa dois de dinheiro não contabilizado.

Mas a integração do Governo nada mais é do que um “integraduto”, para fazer um similar do “valerioduto”, para financiar o PT e a campanha do Presidente no próximo ano. Por isso somos contra e seremos sempre contra esse projeto.

E vejo aqui o Frei Luiz Flávio Cappio se transformar no verdadeiro mártir...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...mais um mártir, Sr. Presidente, para evitar essa transposição danosa ao País, danosa ao Nordeste e, principalmente, ao rio São Francisco.

O Governo mostraria sensibilidade social se investisse na necessária e inadiável revitalização desse rio tão importante para milhões de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância!

O SR. PRESIDENTE (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG.) – Com a palavra o nobre Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria inicialmente me dirigir ao Senador César Borges para dizer a S. Ex^a que não é só a transposição do rio São

Francisco que pode ser considerada como uma iniciativa desastrosa. Tem outras mais e muitas outras, nobre Senador César Borges. Uma delas – e vergonhosa – é um artigo que tem na 252, “PEC do Bem”, que está pautada em primeiro lugar para ser votada.

Nela, Senador, o Governo Federal, não satisfeito com o lucro daqueles que estão exportando minério, estão usufruindo lucros astronômicos, lucros de cinco bilhões/ano, recebem agora mais um prêmio. Enquanto o trabalhador paga 30% ou 40% de tributos sobre a comida que come, sobre a roupa que veste; enquanto pagamos 27,5% de Imposto de Renda, essas empresas pagam exatamente nada e estão acumulando riquezas incalculáveis!

A MP 252 traz embutida mais uma isenção, mais um ato absurdo, criminoso contra a economia brasileira. A MP 252 isenta de pagamento de tributos, na importação, aquele maquinário que se destina a produzir exportações, desde que a empresa exporte 80% daquilo que produz. É uma medida dirigida para só uma empresa no Brasil. É uma medida que visa enriquecer mais aqueles que não estão precisando em detrimento do povo brasileiro. É uma medida para que importemos vagões da China, locomotivas, máquinas pesadas para extrair nosso minério, nossa riqueza, e exportá-lo sem valor agregado.

Não sei onde está com a cabeça este Governo, e esta Casa pode referendar esse desastre. Podemos votar na MP 252 uma das medidas mais entreguistas já cometidas no País. Não basta ganhar tanto dinheiro na hora de exportar nossos minérios, sem nenhum valor agregado, sem reproduzir nenhum emprego para o nosso povo?! Agora, vamos isentá-los na importação, Presidente Aelton Freitas! É algo que me entristece, que me envergonha. Não é possível que a população brasileira não se levante contra isso; não é possível que a Câmara dos Deputados não veja passar uma proposta como essa; não é possível que esta Casa, hoje, amanhã ou depois, vote um monstro deste contra a economia brasileira sem protestos! Não acredito que deixemos isso acontecer.

Faço um apelo aqui aos meus Pares para que todos leiam essa MP nº 252, vejam o que está ali embutido. Quem importar máquinas para fazer sapatos não será desonerado, não gozará do benefício, porque aqui existe similar. Quando alguém for importar frigorífico para abater gado para exportação, não obterá os incentivos, porque aqui existe similar. Repito: só serão beneficiados uma, duas ou algumas empresas que trabalham com maquinário pesadíssimo, que não é produzido no Brasil; trata-se de uma medida elaborada, projetada no gabinete de alguém que apenas desejava usufruir para uso próprio para si, para

alguns parentes, para algum Partido. Não creio que esta Casa vá se curvar mais uma vez votando uma medida como essa.

Faço um apelo, novamente, neste momento em que o agricultor brasileiro acaba de produzir e não há comprador para o seu produto e, se encontrar, vai vendê-lo por 20% ou 30% do valor de custo. O agricultor brasileiro, o pecuarista brasileiro não tem condições, hoje, de exportar com o dólar a R\$2,30, não tem condição de vender no mercado interno a R\$1,10, R\$1,20, R\$1,30 o quilo de gado bovino. O produtor de arroz está entregando a R\$15,00 a saca. Esses produtores moram e participam de um País que não tem uma política agrícola, que não tem um seguro agrícola, que não tem nada que beneficie o pobre do cidadão brasileiro, o produtor brasileiro. Só são beneficiados aqui, repito, os que não precisam. Se as multinacionais estiverem cheias de carros nas praças, nos seus armazéns, por certo, vamos diminuir o IPI deles, nós vamos aumentar os prazos do CDC, vamos criar consórcios, vamos diminuir os impostos, para que a multinacional não seja prejudicada.

E o produtor nacional, que morra!

Agora, vejo e repito mais essa agressão a nossa economia, mais esse absurdo cometido contra o nosso povo, contra a nossa economia.

Faço um apelo para que tomemos juízo e não deixemos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)
– (...) não pisemos essa casca de banana que colocaram para que caíamos.

Fiz um apelo patético ao Senador Tião Viana, Líder do PT, Líder que sabe o que faz, homem competente e nacionalista: não deixemos que o Presidente Lula passe à História como o Presidente mais entreguista que este País já teve.

É o apelo que faço, Sr. Presidente Tião Viana. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

A Mesa esclarece ao Plenário que não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para votação das matérias em pauta.

Portanto, não haverá votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 23, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney

2

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 24, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória
nº 253, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005,

que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator revisor: Senador César Borges

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do
§ 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62 DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º,
da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353,
parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do Reque-
rimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos

e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen-Substitutivo): favorável.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substituto ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que*

exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001,

na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia

Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme previsto, encontram-se, hoje, no âmbito do Senado, milhares de Prefeitos, que vieram protestar pelo que eles chamam de descaso, com justa razão. Os Prefeitos têm perdido o Fundo de Participação de forma significativa. Comparado com números do ano passado, não é tão grande a diferença. O problema é o ordenamento dessa diferença. Eles recebem três cotas. A última cota foi reduzida, de forma imprevista – embora o Governo tenha dito que avisou pela Internet, sabemos que a grande maioria das prefeituras não possui Internet –, e a maioria dos Prefeitos nem chegou a tomar conhecimento dessa redução de 88% em relação à cota do ano passado.

O resultado é que as prefeituras, nessa terceira cota, têm de pagar os salários dos Vereadores e o dinheiro não dá sequer para fazer frente a isso. Seja uma prefeitura 0,6, seja uma prefeitura 0,8, seja uma prefeitura 1,2, seja qual for, o dinheiro era insuficiente. Estão, ainda, os Prefeitos acossados pelos precatórios. A toda hora e a todo instante, chegam mais precatórios. Não bastassem os precatórios, ainda há as dívidas do INSS. E por que não dizer do peso gigantesco do aumento do salário mínimo, que cria um mecanismo perverso?

As prefeituras do Nordeste chegam a ter 61% dos seus funcionários recebendo um salário mínimo. Quando aumenta o salário mínimo, é claro que eles explodem os níveis da Lei de Responsabilidade Fiscal. E ao descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, eles perdem 30% nos seus subsídios. E o que é pior, ficam sem condições de receber as emendas. Emendas que, faz tempo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não são pagas.

As emendas previstas como emendas dos parlamentares totalizavam R\$1.111.000.000,00. Até a semana passada tinham sido empenhados R\$76 milhões dessas emendas, ou seja, 6,7%. E só tinham sido pagos 0,36%, menos de R\$4 milhões. Agora, fala-se em liberar as emendas. Liberar as emendas, no jargão

do serviço público, significa empenhar as emendas. Empenhar não é pagar. Empenhar é apenas prometer que vai pagar.

Diante de tanto empurra com a barriga, de tanto desalento e de uma experiência tão difícil e ácida, ninguém crê. Então, o desalento dos Prefeitos é muito grande.

Houve estiagem ou enxurradas.

Quero interromper meu discurso apenas um minutinho para agradecer ao Senador Romeu Tuma por ter permutado comigo a ordem de inscrição para falar.

A verdade é que, nas enxurradas, várias passagens molhadas – que não chegam a ser pontes; são apenas passagens sobre as quais a água passa, mas dá para passar de carro ou a pé – foram levadas. E a insensibilidade do serviço público também é incrível! Porque foi tirada fotografia da passagem molhada na época, e o serviço público diz: “Tem de devolver o dinheiro, porque as chuvas levaram as passagens.”

São muitos os casos de insensibilidade. Estou dando um exemplo.

Na Prefeitura de Riacho dos Cavalos, por exemplo, na Paraíba, as casas foram construídas. Posteriormente, foi elaborada uma norma para se conhecer quem estava morando nas casas. Então, a fiscalização voltou as casas. Como os moradores não são os mesmos, virou-se para o Prefeito anterior e disse: “Devolva o dinheiro da construção das casas, porque os moradores não são os mesmos.” Ora, isso é querer tornar imutável uma situação que é mutável. A pergunta é: as casas foram construídas? Foram. Estão lá? Estão. Quem está morando? Não importa, porque já se passaram quatro anos. Famílias que perderam suas lavouras tiveram de ir para o Sul e cederam a casa para outros. Isso não é problema do prefeito!

Infelizmente, a burocracia, em Brasília, é insensível! O burocrata que está aqui, sob o aparelho de ar condicionado, revoltado por alguma razão, cria todo o tipo de problema para essas pobres prefeituras.

Então, não é só o não pagar; não é só a irregularidade do pagamento do Fundo de Participação, que é um direito constitucional; não é só esperar “x” e receber “x-10”; não é só a espada terrível do precatório; não são apenas as cobranças. Por “n” razões, esses prefeitos, hoje, são uns heróis e vieram ao Senado, Senador Arthur, para comparecer ao nosso auditório. E a norma é que eles entrassem por lá, mas todos os prefeitos de Goiás entraram por aqui, pela frente. Como houve um mal-entendido, quiseram vetá-los. Houve empurra-empurra daqui, houve tapa, houve empurrão! Se não houvéssemos pedido calma, eles iam quebrar o vidro do Cafezinho; se não os levássemos para o auditório,

com certeza, tinha sido muito pior, porque estava havendo um corpo-a-corpo.

Que imagem esses prefeitos não levam do nosso Congresso! Eles vêm para pedir justiça; eles vêm a esta Casa para pedir que consigamos o 1% a mais do Fundo de Participação que foi prometido a eles; eles vêm pedir que o Governo não lhes tire, de uma vez, a devolução do Imposto de Renda, como fazia antes; eles vêm conhecer os seus Senadores, chegam aqui e passam por um vexame desse!

Não é culpa da Segurança. Ela está desempenhando o seu papel. Não havia ordem. Tentaram proibir a passagem deles. Infelizmente, devíamos ter previsto isso!

Há, no auditório, mais de mil prefeitos. O Presidente da Casa agora foi lá, falar com eles.

Continuo imaginando o que faz um prefeito do sertão da Paraíba, cujo Município passou por uma estiagem! A população toda está triste, porque houve chuva para um pasto. É o que chamamos de seca verde. Conseguiu-se tirar umas espigas de milho, mas a safra se foi. Neste mês, a prefeitura não recebeu nada. A terceira parcela veio zero.

Hoje, no auditório, encontrei dezenas de prefeitos que disseram que suas prefeituras não receberam nada, receberam menos tanto, que serão descontados na próxima cota.

Coloquem-se na situação de um prefeito desse! Quem conhece as prefeituras sabe que o prefeito é quem resolve tudo. Se há um nascimento, é o prefeito que corre para providenciar o médico e para transportar a paciente para o hospital – e nem sempre há ambulância! Às vezes, a paciente vai no carro do prefeito. Se há morte, é o prefeito quem paga o caixão; se há uma doença, é o prefeito que coloca o paciente na ambulância e o manda para a capital, porque, provavelmente, na região dele, nas pequenas cidades, não há um hospital.

Sei o que é uma casa de prefeito. Às 5h da manhã, já está cheio de gente esperando que o prefeito acorde – quando não fazem barulho para ele acordar e comecem a pedir, porque ele virou o responsável por tudo!

Não é na Nação que o povo mora, não é no Estado que o povo mora; o cidadão mora no Município. Essa é a **cellula mater** da República. E como é que a Federação tem tratado os Municípios? A pontapés!

Eu me envergonho do tratamento que a República tem dado aos Municípios.

Nobre Senador Wellington Salgado, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Ney Suassuna, tive oportunidade de

receber aqui, no Senado, alguns prefeitos de Minas Gerais e os levei ao gabinete de V. Ex^a, meu Líder, para que também participasse e me desse mais força nessa luta por mais 1% do Fundo de Participação que eles pleiteiam. V. Ex^a recebeu muito bem esses prefeitos, apoiou-os e continua nessa luta até este momento; luta essa que também apóio. Estamos juntos. Mas há algumas coisas que não consigo entender, Senador Ney Suassuna. Por exemplo, diante de tudo o que está acontecendo, diante do momento histórico do País, diante da questão toda do Parlamento, há algo que procuro observar: eu sempre acreditei que o Presidente tivesse um bom coração. Desde que entrei no Senado, sempre acreditei nisso. O fato de ele não ter estudado e de ter se assessorado com pessoas que acabaram lhe criando grande problema, tudo isso é passível de acontecer. Ele mudou a equipe e está tentando acertar. Mas sempre acreditei que o Presidente tivesse um bom coração. Não é possível que eu venha a me enganar. Já lidei com muitas pessoas. Como vim de instituição de ensino, ouvi professores, alunos e pais de alunos pedirem; sabe-se diferenciar em quem se pode ou em quem não se pode acreditar. A cada dia que passa, vejo, cada vez mais, problemas desse tipo que V. Ex^a está abordando. São prefeitos que não têm condições, que não têm o nada-consta do INSS e que, por isso, não podem receber. No entanto, não há parcelamento. Se fizermos uma lei que propicie o parcelamento para as prefeituras, ela terá de ser para todos, porque a lei é igual para todos. Não sei se interessa o fato de eles não terem certidão e, por isso, não receberem mais dinheiro. Como não recebem a certidão, não podem participar dos outros projetos. Assim, Senador Ney Suassuna, hoje, realmente, sentimo-nos como se a cobra tivesse mordendo o rabo: ficamos rodando, rodando, rodando e não vamos a lugar nenhum. Temos de tomar uma decisão. Como sou novo na Casa, procuro sempre escutar os mais velhos e experientes, como V. Ex^a, o Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Romeu Tuma – é claro, separando um pouco o fato de ser Oposição ou não. Mas, sendo Oposição ou Situação, vejo todos caminhando, sempre, na mesma direção: para termos um Brasil melhor. Hoje, todos os prefeitos estão aqui, reclamando. Ou seja, na base, como V. Ex^a mencionou, não está chegando nada, ninguém está recebendo nada, não há como trabalhar! Como é que alguém pode receber? Ele ia receber 85?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Oitante e dois. A maioria recebeu cinco e muitos receberam zero; outros até negativo.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a, que está estudando bem o assunto,

esclareça-me uma questão: desses 85, ainda vai sair o dinheiro para a Câmara de Vereadores?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Era para isso. Normalmente, uma 06 tem de pagar R\$18 mil à Câmara de Vereadores.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Então, as Câmaras não receberam?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. A grande maioria, não.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Nesses 85, está incluído o dinheiro que deve ser aplicado em educação?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não. Esse, geralmente, sai da primeira parcela.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – O que mais sairia desses 85, Senador?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Se observarmos o périplo de um prefeito, verificaremos que ele paga 25% para a educação, 15% para a saúde, 15% para o INSS e 8% para a Câmara. No final, quando olhamos a folha – que estourou normalmente depois do salário mínimo –, não sobra praticamente nada para as prefeituras, principalmente para as do semi-árido, que engloba uma pequena área de Minas Gerais, uma grandiosa área do Estado do Senador Antonio Carlos Magalhães, que é o maior semi-árido do País, a Bahia, e todas as prefeituras do Norte e do Nordeste. Mas não são só essas. Ontem, eu pensava que era assim, mas as do Rio de Janeiro, as que não são grandes, estão na mesma situação.

É uma questão gravíssima, porque envolve um sem-número de prefeitos.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Para completar, Senador, há uma última dúvida que eu gostaria de tirar com V. Ex^a: quando não recebem o dinheiro que teriam de receber, e a folha de pagamento acaba sendo maior do que os 60%, naquele momento, eles estão descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com toda a certeza. E, aí, é queda e coice, porque eles passam a ficar fora da lei, perdem 30% dos subsídios e ainda não podem receber as emendas que colocamos. É difícil.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Quer dizer que não há saída?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Saída há, mas, infelizmente, ela não está sendo vista devido à preocupação da equipe econômica em guardar dinheiro para o superávit primário.

Concedo o aparte ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Em seguida, Senadora.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a tem toda razão na sua exposição, e tenho certeza de que o Senador Wellington não vai defender essas teses com os dois mil e tantos Prefeitos que estão aí. Achar que Lula tem bom coração a esta altura, quando o trabalhador não tem aumento, quando os estudantes não têm escola, quando a situação é cada vez mais grave e só o que se faz sempre, com impunidade, é roubar? E, ainda, isso é bom coração? Tenha paciência! Ele pode ter bom coração para si e para a sua família, mas para o povo brasileiro, tem um coração muito perverso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senador Antonio Carlos, respeito muito V. Ex^a, entendendo a situação dos Prefeitos, mas não posso concordar com grande parte do discurso de V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

Concedo um aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Em seguida, eu o concederei ao Senador Romeu Tuma.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Suassuna. Quero concordar com a sua fala no que diz respeito a essa política econômica. Quantas vezes subimos à tribuna e fizemos críticas, para, depois, ver a imprensa dizer que parte do PT critica aquilo que o Governo tem de melhor! Não consigo ver o contingenciamento de recursos que está atingindo as Prefeituras e impedindo a recuperação de nossas estradas como sendo o melhor. Eu não consigo ver nada de melhor numa política econômica e fiscal que não permite que o Governo dialogue e atenda, por exemplo, os professores e os funcionários das universidades federais. Não consigo ver nisso uma coisa positiva. Não consigo ver como algo positivo um Governo que contingencia recursos, não os liberando para a reforma agrária e para a construção de vicinais. Isso não é positivo, ao contrário. Não estou defendendo uma mudança radical ou um tipo de aventura na política econômica. Não estou querendo que, agora, simplesmente haja um tipo de política econômica em que a inflação seja absurda. No entanto, taxa de juros como essa e uma política econômica que prioriza o superávit e o contingenciamento de recursos, em detrimento do atendimento à população, merecem e devem ser alteradas. Acredito, sim, que o Presidente tenha bom coração, porque, se não o tivesse, não faria políticas públicas como o Programa Luz para Todos. Nesse final de semana, fui a um lugar chamado Vila Taboca, no Município de São Félix do Xingu, para inaugurar uma obra desse Programa, que beneficiou mais de mil famílias. Esses programas importantes levam cidadania para as pessoas que estão nos lugares mais longínquos, mas precisamos de muito mais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senadora. V. Ex^a, como eu, faz parte da base do Governo e está fazendo uma crítica que é produtiva. Não estamos pichando e dizendo: “Abaixo, quebra!” Não é isso. Estamos dizendo que não há um

planejamento de prioridades. Certas coisas necessárias, que são migalhas no contexto, não estão sendo atendidas, embora alavanquem enormemente o desenvolvimento ou a qualidade de vida do povo brasileiro. Também não concordo com isso que está acontecendo. Está errado.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sabe por que o Senador Wellington disse que o Presidente tem bom coração? Porque leu, hoje, a MP nº 252, que é a MP do Bem. Creio que isso o levou a ter um sentimento mais carinhoso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas, se V. Ex^a for examiná-la, verá que a MP do Bem é do mal.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Querido Líder Ney Suassuna, ontem, nós e vários oradores falamos sobre a crise por que passam os Municípios brasileiros. Prefeito era sinônimo de administrador, de pessoa que se dedicava diretamente ao cidadão, porque todos nós moramos no Município e dependemos da ação do Prefeito, para melhor ou pior, a fim de nos sentirmos mais próximos da cidadania. Hoje, porém, ele é sinônimo de depressão, de angústia, de sofrimento. É duro, Senador Ney Suassuna aqui estão vários Prefeitos, pedir a migalha de uma pequena emenda no Orçamento. Nós a fazemos, o Governo não a repassa, e a nossa mãe é xingada. Por isso, digo que o Governo deve saber que ele também mora no Município. É claro que está encastelado, tem todos os benefícios naturais, mas não pode esquecer o povo, porque, hoje, a responsabilidade constitucional dos Prefeitos é muito grande. Fomos delegando, delegando e esquecemos que o caixa deve ir atrás. Assim, a liderança de V. Ex^a e a exposição que faz devem receber o apoio de todos, buscando-se a aprovação de mais 1%, o que deverá resolver a situação, pelo menos em parte, com a migalha referida por V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Obrigada, nobre Senador. V. Ex^a representa São Paulo, o maior Estado da União, que também tem a maior concentração de nordestinos de todo o País. A Capital de seu Estado, que é a maior cidade brasileira, tem dívidas gigantescas. Não houvesse lá a presença da imprensa, dos grandes jornais e das grandes TVs, com certeza ela estaria numa situação tão caótica e difícil como a de qualquer Município do interior da Paraíba, porque a sua dívida é grandiosa, é maior do que a de muitos Estados.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Acredito que soma quase que a de todos os Municípios.

O SR. NEY SUASSUANA (PMDB – PB) – Quase que a de todos os Municípios, não. Quase que a de todos os Estados, exceto São Paulo, que deve o mesmo que a Califórnia, embora não tenha a mesma produção.

Ao encerrar pedindo justiça para os Municípios, Sr. Presidente, saúdo o Presidente da Famup (Federação das Associações dos Municípios da Paraíba) e

Prefeito de Picuí, Rubens Germano Costa, e o Presidente da Câmara Municipal de Picuí, Aldemir Alves de Macedo, ambos da nossa gloriosa Paraíba.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a e à Mesa pronunciamentos, enviando aos Anais entrevista concedida pela Senadora Heloísa Helena ao **Correio Braziliense** do último dia 25 deste mês, em que S. Ex^a afirma que seria impossível se montar tão aparatoso esquema de corrupção sem a ciência do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, V. Ex^a é o próximo orador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Do mesmo modo, encaminho para os Anais artigo do Deputado Plínio de Arruda Sampaio, intitulado “Por que não mais PT?”, publicado na seção Tendências/Debates do jornal **Folha de S. Paulo**, em que fala das suas desilusões para com esse Partido.

Finalmente, encaminho pronunciamento de apoio à iniciativa da empresa Manaustur, da Prefeitura Municipal de Manaus, transformando em museu o Paço Municipal de Manaus, que, aliás, foi sede do Governo municipal por muito tempo. Eu próprio tive a honra de ali atuar por quatro anos, Sr. Presidente.

Peço a palavra como orador, portanto, inscrito.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Por que não mais PT?”, de autoria de Plínio de Arruda Sampaio, publicado na seção Tendências/Debates do jornal **Folha de S. Paulo**, do último dia 27 de setembro do corrente.

O ex-petista, em seu artigo, apresenta uma série de razões que o levaram a tomar a decisão de deixar o Partido dos Trabalhadores. Entre tantas razões, destaca não reconhecer mais como sendo “traços do PT”: um programa de construção do socialismo democrático; preponderância de gente do povo entre os seus fundadores; subordinação da cúpula partidária às decisões dos núcleos de base.

Plínio de Arruda Sampaio afirma, ainda, que “nestes dois anos e meio, o assistencialismo substituiu a

luta contra a desigualdade, e o governo procurou frear a combatividade dos movimentos populares”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

Um segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para o qual ocupo a tribuna, neste momento, é para fazer o registro da entrevista concedida pela Senadora Heloísa Helena ao Correio Braziliense do último dia 25 de setembro do corrente.

Na entrevista, a Senadora do Partido Socialismo e Liberdade – P-SOL, ao criticar duramente o atual go-

verno e o Partido dos Trabalhadores, afirma que “seria impossível ter montado um esquema de corrupção com tantas ligações como esse, sem o conhecimento e a autorização do presidente Lula”.

A Senadora afirma ainda, que “o governo Lula e o PT já estão derrotados historicamente naquilo que foi a razão de suas existências”.

Para concluir, Senhor Presidente, requeiro que a referida entrevista passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Também quero registrar, Sr. Presidente, como terceiro assunto, o seguinte:

PAÇO MUNICIPAL DE MANAUS, JÓIA DA CULTURA AMAZONENSE, VAI VIRAR MUSEU

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
27 SET 2005.

Senhor Presidente, Senhoras e
Senhores Senadores,

Tal como a preservação da Floresta Amazôniã, a arquitetura urbana de Manaus merece cuidados e zelo assemelhados, em nome de um patrimônio cultural que tem seu mais representativo marco no Teatro Amazonas.

O acervo arquitetônico-urbanístico da Capital amazonense não se resume ao Teatro, datado de 1896. Vinte anos antes dele, foi construído o Paço Municipal, que já foi sede do Governo da então Província do Amazonas.

Esse prédio, remanescente da fase da borracha, está agora sendo restaurado, para júbilo do Amazonas e do Brasil. Sua preservação está assegurada. Vai virar museu.

O prédio está fechado desde 1997, quando se iniciaram as obras de restauração, para abrigar o futuro Museu Histórico de Manaus, com inauguração prevista para daqui a dois anos. Seria bom que ao nome desse futuro museu se agregasse a palavra *Paço*, como é conhecido o casarão da Praça D. Pedro II. Por que não *Museu Histórico do Paço de Manaus*?

A cultura de um povo se faz com idéias e realizações que precisam ser preservadas, em favor dos nossos ~~pósteros~~ ^{posteros}. Manaus e o Amazonas levam a sério esse compromisso com o amanhã.

Tão a sério que, do projeto do Museu, fazem parte iniciativas de preservação de riquezas históricas que, ademais, serão colocadas ao alcance da população.

É o caso das quatro urnas funerárias indígenas encontradas nas escavações feitas na Praça D. Pedro II e hoje guardadas no Museu Amazônico.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno)

ENTREVISTA //

HELOÍSA HELENA

Senadora de Alagoas critica projeto neoliberal do governo
e a direção do partido do qual foi expulsa

LUIZ CARLOS AZEVEDO
DA EQUIPE DO CORREIO

Se existe uma mosca na sopa da reeleição do presidente Lula, ela se chama Heloísa Helena, a senadora por Alagoas que deixou o PT e tornou-se a mais estridente e incômoda voz de oposição ao governo no Senado. "Seria impossível ter montado um esquema de corrupção com tantas ligações como esse, sem o conhecimento e a autorização

do presidente Lula. Isso é impossível", acusa nesta entrevista ao Correio.

Com cerca de 6% de preferência do eleitorado, Heloísa Helena critica duramente o governo e o PT, e, com isso, toma-lhe uma parte dos votos, o que pode provocar um segundo turno nas eleições presidenciais do ano que vem.

Na semana passada, o que parecia uma missão impossível, concluiu-se com êxito: o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSol), fundado por Heloísa Helena e outros dissidentes pe-

zistas, foi oficializado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"Nós não vamos ficar no falso dilema de escolher entre um projeto neoliberal do PT e o projeto neoliberal do PSDB", afirma Heloísa. Para ela, Lula e o PT já estão historicamente derrotados por abrirem mão daquilo que foi a razão de suas próprias existências. Na quarta-feira, ao comunicar a conquista do registro partidário, foi às lágrimas durante um aparte do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

"Ele disse que gostaria que eu fosse sua filha. Como perdi o pai aos três meses, me emocionei muito", conta.

Mãe de dois jovens, Sacha e Ian, e de uma "filha de leite", Fabrícia, que é cega, apesar do estilo duro e agreste dos discursos, conquistou o carinho e o respeito de seus colegas no Senado. Eles saem em defesa dela quando se mete em confusões, como a de quarta-feira passada, na CPI dos Correios, em que quase foi agredida pelo deputado Eduardo Valverde (PT-RO).

"Lula sabia da corrupção"

CORREIO BRAZILIENSE — O Partido do Socialismo e da Liberdade (PSol) acaba de obter o registro definitivo. Qual é a missão do novo partido?

HELOÍSA HELENA — O PSol nasce por uma circunstância histórica e por uma obrigação dos militantes que se identificam com a tradição socialista. O PT era o maior partido de esquerda da América Latina, mas rompeu com todas as concepções programáticas e ideológicas da esquerda socialista e democrática. Isso impôs o surgimento do PSol. O PT patrocinou uma traição às bandeiras históricas da classe trabalhadora, não podemos ficar no falso dilema de escolher entre os neoliberais do PT e os neoliberais do PSDB.

CORREIO — Nasceu como alternativa ao PT?

HELOÍSA — O maior partido

de esquerda da América Latina se transformou numa ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. O governo Lula e a cúpula palaciana do PT passaram a dar continuidade à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e ao projeto neoliberal. Nossas discordâncias se iniciaram em relação à política de alianças, que discordava dos objetivos estratégicos do PT, da formulação do programa discutido no último encontro nacional. A definição da política de alianças do governo Lula não se condiz nem com os objetivos nem com o programa do PT.

CORREIO — Desde a queda do Muro de Berlim há uma crise na esquerda mundial. O PT substituiu essa crise? Como o PSol trata essa questão?

HELOÍSA — O PT não foi herdeiro da experiência do socia-

lismo real, nasceu condenando a experiência totalitária do Leste Europeu. Mas, se formos comparar a degeneração do PT com a de outros partidos que se reivindicam de esquerda, o processo do PT é muito mais rápido. Foi uma degeneração precoce. Os partidos de esquerda da Europa demoraram cem anos para abdicar do socialismo e chegar às concepções programáticas que têm hoje.

CORREIO — É possível estabelecer um marco dessa ruptura?

HELOÍSA — Nós respeitamos a construção e a história da esquerda brasileira. Ela não começa, nem termina com o PT. O marco do PSol não será o PT, será toda uma experiência histórica. Seria até um desrespeito com tantos militantes que dedicaram sangue, suor e lágrimas para disputar no imaginário po-

pular outras alternativas à experiência capitalista, com o seu projeto neoliberal.

CORREIO — Para a opinião pública, o PSol é a senadora Heloísa Helena, os deputados Babá (PA) e Luciano Genro (RS) e os estudantes que os apóiam. Quantos militantes tem o PSol?

HELOÍSA — Nós temos agrupamentos em todos os estados brasileiros, articulados nos movimentos sociais, no campo e na cidade, mas ainda não temos filiados. Somente com o registro definitivo poderemos ter filiados. Nós conseguimos 920 mil assinaturas no Brasil pela generosidade das pessoas, que mesmo sem entender muito bem o que precisamos construir, foram capazes de assinar o nosso pedido de registro para que passemos a existir.

66

SOMOS SOCIALISTAS, MAS TEMOS A CLAREZA DE QUE HOJE NÃO HÁ UMA CORRELAÇÃO DE FORÇAS QUE POSSIBILITE UMA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

99

CORREIO — É possível estatizar o projeto socialista do PSol?

HELOÍSA — A luta pelo socialismo é uma concepção estratégica do PSol. Somos socialistas, mas temos a clareza de que hoje não há uma correlação de forças que possibilite uma revolução socialista. Não existe essa situação no Brasil, nem em outro lugar do mundo que possamos identificar. Quando nós falamos do projeto que nós temos a obrigação de apresentar em 2006, isso não significa que ele já está pronto, sequer se serei a candidata desse programa. Nós temos um programa provisório, concebido com concessões coletivas dos grupos que integram o PSol. Nós vamos fazer o nosso primeiro congresso em fevereiro de 2006. Vamos realizar vários fóruns para construção do projeto a ser apresentado em 2006. A idéia é elaborar uma proposta de defesa da soberania nacional, democratização da vida nacional, desenvolvimento econômico sustentável e inclusão social, todos no mesmo patamar, pois estão totalmente interligados. Isso significará discutir muitas coisas, propor uma revolução democrática em nosso país.

CORREIO — O PT também abriu mão de um projeto socialista e adotou a proposta de democratizar o capitalismo brasileiro. Então, foi uma decisão correta?

HELOÍSA — Houve um recuo programático na aprovação do projeto apresentado à sociedade na eleição de 2002. Mesmo assim, a política de alianças e o início da construção do gover-

no Lula em nada se relacionam com o que foi aprovado no congresso do PT. Nada disso foi implementado.

CORREIO — O que o PSol faria de diferente em relação ao PT e ao governo Lula?

HELOÍSA — O governo Lula mais do que deu continuidade à política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, ele aprofundou o projeto neoliberal. Quem analisou os memorandos técnicos, as cartas de ajustes e outros compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições multilaterais de financiamento, sabe que o governo Lula significa o aprofundamento desse projeto. Esse servilismo não foi visto no governo Fernando Henrique Cardoso, não por que ele não quisesse, mas porque havia uma oposição articulada tanto na institucionalidade como nos movimentos sociais. Os pontos que não foram executados no governo Fernando Henrique, pela oposição feita pelo PT e demais partidos de esquerda, foram todos implementados pelo governo Lula.

CORREIO — O governo desmobilizou a oposição ao neoliberalismo?

HELOÍSA — Ele legitimou a que chamo de "a verborragia da patifaria neoliberal" e implementou todo o programa das cartas de ajustes do FMI. É só analisar o que foi encaminhado pelo governo Lula para ser aprovado pelo Congresso. Quem se associou a esse projeto? O PSDB e o PFL, porque era o projeto deles. Os pontos pendentes eram a Lei de Falências, as Parcerias Público-

Privadas (PPPs) e a reforma da Previdência. A autonomia do Banco Central nem precisou ser feita, porque existe de fato devido à política monetária implementada por Henrique Meirelles.

CORREIO — Qual o papel do presidente Lula nessa crise política?

HELOÍSA — Sempre achei e continuo achando o presidente Lula um homem brilhante, que soube conduzir com mão-de-ferro a estrutura partidária, profundo conhecedor do Campo Majoritário e das relações com o capital e as instituições republicanas.

CORREIO — Para a senhora, o presidente Lula sabia o que estava se passando com o PT?

HELOÍSA — Eu não tenho dúvida. Tenho toda a paciência do mundo para entender a dúvida e a defesa que possa fazer um militante de base, longe das definições das instâncias partidárias. Mas, para achar que o presidente Lula não sabia, tem que se ter dele uma visão elitista e preconceituosa. Achar que ele é um ignorante, mandado por outras figuras políticas que em tempo dele estivessem. Seria impossível ter montado um esquema de corrupção com tanta ligações como esse, sem o conhecimento e a autorização do presidente Lula. Isso é impossível.

CORREIO — Tirando as críticas ao com portamento ético do PT, o PSol passa a idéia de que surge brandindo as bandeiras de uma esquerda tradicional. Se a história não acabou, o mundo não precisa de idéias novas?

HELOÍSA — O que é velho, o que foi derrotado, é esse modelo neoliberal. Por mais que nós, por enquanto, sejamos os vencidos, o que ainda vivemos é um modelo neoliberal, que não resolve os problemas da sociedade. Mas o pior é a traição de classe, a legitimação desse modelo por um retirante nordestino e representante do maior partido operário da América Latina, o presidente Lula. Estou falando de uma opção política que foi feita no sentido de se acovardar diante da alternativa mais fácil, que era essa que estamos vendo.

CORREIO — Sua candidatura à Presidência é irreversível?

HELOÍSA — Nós vamos discutir o projeto, depois quais as alianças que se identificam com esse projeto e, só então, quais são as pessoas que o representarão nas eleições de 2006, tanto nacionalmente como nos estados. A única coisa que é irreversível é que não vamos ficar atônitos entre o PT e o PSDB. Se eu fosse carreirista e oportunista, jamais assumiria uma tarefa de alta complexidade com chances de vitória praticamente nulas como essa.

CORREIO — A senhora acredita que o presidente Lula caminha para uma derrota eleitoral?

HELOÍSA — Eu não sei. Mas tenho uma certeza: o governo Lula e o PT já estão derrotados historicamente naquilo que foi a razão de suas existências. Eleitoralmente, pode até conquistar outras vitórias, mas perante a história estão derrotados.

FOLHA DE S. PAULO

OPINIÃO

TENHO, DIANTE de mim, o recorte amarelecido do artigo que publiquei na página 3 da Folha de S. Paulo, no dia 22 de maio de 1981, com o título: "Por que PT".

Alinhei nesse artigo as razões da minha opção por esse partido: um programa de construção do socialismo democrático; preponderância de gente do povo entre os seus fundadores; subordinação da cúpula partidária às decisões dos núcleos de base.

Após 24 anos e quatro meses de militância, sou obrigado a reconhecer que esses não são mais os traços do PT. O socialismo tornou-se mera referência retórica; a consulta às bases, uma ficção; e, a cada renovação dos quadros dirigentes, menos gente do povo é eleita para os postos de comando.

O pior, porém, veio com a vitória de 2002. Apesar das negativas dos atuais dirigentes, a verdade é que o partido se rendeu ao neoliberalismo. Não foi, como se alega, uma tática de transição. Lula e a cúpula petista convenceram-se de que a receita neoliberal de estabilidade do mercado a qualquer custo, de abertura comercial, de terceirização e de privilégios aos investidores estrangeiros é o melhor que se pode fazer para o Brasil.

Os interesses concretos do povo tiveram de ceder às exigências do capital. Nestes dois anos e meio, o assistencialismo substituiu a luta contra a desigualdade, e o governo procurou frear a combatividade dos movimentos populares.

Nesse contexto de crise moral e política, as eleições para a renovação das direções assumiram importância estratégica, pois a indignação dos autênticos petistas abriu a chance de derrotar a até então imbatível máquina eleitoral montada pela oligarquia que dirige o partido há dez anos. Por isso, aceitei o convite para disputar a presidência do PT.

Deixei claro, porém, a esses companheiros e aos que assistiram aos debates entre os candidatos, que a eleição seria um teste sobre a possibilidade de recuperação da legenda não pelo resultado da votação, mas pela forma como o processo eleitoral se desenvolveria.

O resultado foi desanimador: em vários Estados, houve transporte em massa de eleitores e a quitação de contribuições atrasadas (requisito indispensável para votar) pelos cabos eleitorais do candidato da situação e de dois candidatos que se proclamavam de oposição. O peso desses eleitores de cabresto, que, no melhor estilo da política de clientela, votaram sem saber em quem, foi decisivo para o resultado da eleição.

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Por que não mais PT?

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

*No atual Partido dos
Trabalhadores, a minoria
está reduzida à ingloria
tarefa de legitimar as
decisões da cúpula*

Essa é uma realidade que não pode deixar de ser considerada pelos socialistas que integram o PT. Eles existem e são muitos. Quarenta mil honraram-me com seu voto e outros tantos podem ser encontrados entre os que, conscientemente, preferiram outros candidatos. Mas o total não foi suficiente para derrotar a situação.

Se nem a trágica crise que se abateu sobre o partido e seu governo, nem a evidente divisão da cúpula dirigente, nem a denúncia dos oposicionistas e nem a vigilância exercida pela imprensa foram suficientes para romper a blindagem que assegurará a perpetuação do chamado Campo Majoritário (conjunto de correntes que compõem a direção) no comando da legenda, é preciso convir que o PT não mais oferece a possibilidade de que a minoria possa se tornar maioria, como é da essência do regime democrático. No atual PT, a minoria está reduzida à ingloria tarefa de legitimar as decisões da cúpula.

Todas essas razões levaram-me à decisão de deixar o PT. Bem sei que não se trata de uma decisão aceita por parte das pessoas que me acompanharam na disputa do PED. Compreendo essa atitude e respeito esses companheiros e essas companheiras com quem quero continuar dialogando. Mas estou con-

vencido de não ter outra alternativa para dar seqüência a uma opção socialista feita no longínquo ano de 1961 e que mantive até hoje.

As circunstâncias concretas da conjuntura impedem a reunião de todos os socialistas autênticos em uma única organização política neste momento. Não será, contudo, por longo tempo. Logo a existência da unidade se imporá, até como condição da presença da proposta socialista na agenda política do país. Por isso, surgiu, simultaneamente, em diversas vertentes, a idéia de realizar, com todos os núcleos da diáspora socialista, uma reflexão exaustiva sobre os novos caminhos que o socialismo precisa trilhar em uma sociedade que sofreu profundas mudanças nestas últimas duas décadas. Pretendo dedicar a esse diálogo o melhor dos meus esforços.

Para não nos rendermos à imposição de uma legislação eleitoral espúria, vários companheiros, entre os quais me incluo, estão aceitando generoso oferecimento de filiação ao PSOL. Esse partido ainda não estabeleceu, em definitivo, seu programa e sua estratégia, a fim de nos dar tempo para uma reflexão mais cuidadosa. Essa abertura é importante e dá condições para propor um diálogo político bastante aberto entre nós, os socialistas, hoje dispersos em vários partidos e movimentos populares.

Troco de instrumento para não abandonar tarefa. Pretendo continuá-la com a mesma fé e a mesma garra.

Plínio de Arruda Sampaio, 75, advogado, é presidente da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária). Foi deputado federal pelo PT-SP (1985-91) e consultor da FAO (Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação).



ANTIGA sede da prefeitura vai ser transformada em Museu Histórico de Manaus em dois anos

Paço vai virar museu

CÉLIA SANTIAGO

Da Redação

Sede dos governos do Estado do Amazonas até 1917 e do município de Manaus até 1997, e mais antigo que o Teatro Amazonas e o Mercado Adolpho Lisboa, o Paço Municipal está em processo de restauração. Dentro de 13 a 24 meses, será transformado no Museu Histórico de Ma-

naus, que vai abrigar, entre outras coisas, as urnas funerárias indígenas encontradas na Praça D. Pedro II, que faz parte do entorno do Paço e também deverá ser recuperado.

A presidente da Fundação Municipal de Turismo

(Manaus), Arminda Mendonça, ressaltou a importância do Paço com base na sua trajetória de vida, tendo sediado os Exerícios Estaduais e Municipais. "Ele é uma referência da trajetória histórica de Manaus", diz, acrescentando que é um monumento arquitetônico de alto valor histórico.

Com relação à futura destinação do prédio

o presidente da Prefeitura diz que o Museu Histórico de Manaus ainda está em projeto, mas que algumas coisas já estão definidas como a destinação do antigo salão nobre como sala de despacho especial, que será utilizada para despachar com visitas ilustres. O salão fica na parte da frente do prédio e tem nas paredes os quadros dos ex-pretitos da cidade.

Também já está definido que um outro ambiente abrigará as

quatro urnas funerárias indígenas, que foram encontradas em escavações feitas na Praça e que, hoje estão no Museu Amazônico. A transferência das urnas para o Museu Histórico de Manaus é reivindicada das organizações indígenas, segundo a presidente. "Elas (as urnas) são o registro da ocupação pré-colonial de Manaus", ressaltou Mendonça, lembrando que as urnas funerárias estavam no local muito antes da chegada dos colonizadores europeus e portan-

to fazem parte de um importante capítulo da história da cidade de Manaus.

A restauração do Paço faz parte do Programa Monumental, desenvolvido pelo Ministério da Cultura, que visa a recuperação dos prédios históricos da área central da cidade, na área compreendida pela avenida Joaquim Nabuco e o igarapé do São Raimundo. Além do Paço Municipal, outros patrimônios históricos devem ser restaurados pelo projeto, como o Mercado Municipal Adolpho Lisboa. O Monumental também prevê a restauração do entorno destes patrimônios públicos e o financiamento de restauração de prédios particulares que estejam dentro da área de interesse de preservação histórica.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra a V. Ex^a, por 20 minutos, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por cinco minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro Senador Mão Santa, o que me trouxe inicialmente a esta tribuna foi um assunto que abrange de maneira muito particular o nosso Estado, exatamente liberações e aplicações de recursos da Cide para a construção de estradas no Estado do Piauí.

No entanto, mudei o foco, em homenagem à Senadora Heloísa Helena. Mudei por um fato muito simples: esta Casa é a ressonância do pensamento nacional.

Eu testemunhei os fatos já narrados aqui, no dia do depoimento, na semana passada, do banqueiro Daniel Dantas. A Senadora Heloísa Helena começou a ser agredida até pelo silêncio. Foi algo desproporcional, Deputado João Fontes, que está aqui presente. Eu me assustei. Eu nunca vi, Senador Teotônio Vilela Filho, uma agressão desproporcional a uma pessoa, movida não sei por que força – talvez pelo desespero de quem a atingiu. Naquele momento, naquele plenário, várias pessoas, inclusive eu, merecíamos ter sido agredidos antes da própria Senadora, que tem seu estilo de ser, sua maneira de reagir, mas, naquele momento, foi vítima de uma ira desproporcional, e venho me perguntando até hoje o porquê daquele episódio.

Senadora Heloísa Helena, há um fato que me leva a entender algumas coisas. Na véspera do depoimento, um cidadão, usando um crachá de repórter fotográfico, distribuía dossiês no plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, e fui alertado por dois jornalistas profissionais que se sentiram incomodados – elogio a imprensa brasileira por isso – pelo fato de alguém, usando uma credencial vencida de fotógrafo, distribuir esses dossiês. Alertaram-me porque os dossiês apresentavam algumas citações a vários

Deputados e Senadores, inclusive contra mim. Qual era a acusação que me faziam? Que eu defendia, nessa contenda, um determinado grupo.

Senadora Heloísa Helena, vou enviar uma cópia do dossiê a V. Ex^a para que entenda um pouco do que lhe aconteceu. Era o dossiê detalhado; em algumas das perguntas, havia a resposta, uma suposição de reação à resposta e a contra-resposta. Foi uma das coisas mais bem feitas que já vi se fazer aqui desta Casa; e foi distribuído fartamente com a bancada do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não entendi por que a campanha, Sr. Presidente. (Pausa.)

Ah, não é comigo. Muito obrigado.

Ao ser avisado, chamei a Segurança do Senado e pedi que recolhessem 15 ou 20 desses dossiês. No entanto, no meio daqueles dossiês encontrava-se encaixado um gravador e um microcomputador. O rapaz responsável, com o crachá, correu atrás me pedindo – primeiro, de maneira arrogante e depois, de maneira humilde – a devolução do material. Aí, eu disse para o segurança: recolha tudo à delegacia do Senado ou coisa que o valha, para fazer a devida perícia, a devida avaliação.

Senador Wellington Salgado, no dia seguinte, vi uma das cenas mais cômicas e desmoralizantes já presenciadas neste Senado da República: eram cerca de 110 perguntas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Heráclito Fortes, a campanha é automática.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é o meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Inicialmente seriam dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a me disse 15 minutos, e eu fiquei feliz da vida. Estou com três.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está com sete. Vou prorrogar por mais dez minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fico feliz, porque é importante o registro que faço.

Eram aproximadamente 110 perguntas feitas no relatório. Das 110, 77 foram repetidas por representantes da Base do Governo, algumas de maneira vergonhosa – não trocaram nem a ordem, nem a seqüência. E vejam bem: todas elas defendendo o Citibank, Senadora Heloísa Helena. E V. Ex^a viu, ao longo da vida, os seus companheiros daquele PT de antigamente

dizerem que era o responsável, o dragão da maldade que carcomia, enquanto o brasileiro dormia, a nossa poupança, por ser o representante do FMI.

O dossiê tinha uma participação estranha, defendendo os interesses do Citibank, que responde a processo no Chile, na Argentina, no México, no Japão, por mau comportamento, e alguns Senadores da República, que antigamente ostentavam, de maneira orgulhosa, a estrela incorruptível e virgem do PT, hoje o defendem.

A partir do momento em que a oitava se iniciou e que os fatos começaram a ser esclarecidos, o desespero tomou conta. Aliás, Senadora Heloísa, era o mesmo PT que combatia o FMI e que, nesses três anos, já pagou mais juros e já antecipou mais débitos ao FMI do que o Governo que é, hoje, seu objeto de desejo: o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Aliás, vejo alguns Senadores que, em praça pública, condenaram a Alca, defenderam o rompimento do Brasil com a Alca e, para tanto, atraíram e enganaram a Igreja, e, hoje, defendem-na para angariar votos.

Senadora Heloísa Helena, o PT em que V. Ex^a militou era monopolista da honra e, acima de tudo, da gestão honrada da coisa pública. Hoje, no entanto, quando assume a tribuna se justifica dizendo que rouba porque o outro também rouba, faz caixa dois porque o outro também faz, ou seja, quer tornar uma prática comum o que combateu ao longo da vida.

Senadora Heloísa Helena, só tive noção da repercussão daquele debate no dia seguinte. À noite, quando peguei um avião para o Rio Grande do Sul, onde fui participar, como membro do Senado, em Camaquã, de uma audiência pública – e guarde isso para o seu currículo e para sua biografia – os pilotos, as comissárias, os passageiros, enfim, todos me pediram que lhe transmitisse solidariedade pelo que a senhora havia passado. Quando cheguei na distante Camaquã, ouvi coisas semelhantes. Algumas pessoas até questionavam onde estaria o grupo de Parlamentares mulheres, sempre unidas em torno de coisas fúteis, que, de maneira conjunta e solidária, não estavam a seu lado. Estou lhe transmitindo o que ouvi.

Peguei outro avião e fui a São Paulo. Fiquei algumas horas no aeroporto de São Paulo. Santa TV Senado, que faz com que o Brasil acompanhe, passo a passo, o que acontece: os nossos erros e as nossas virtudes! Fui abordado, também, por dezenas de pessoas que me pediram que lhe desse um abraço de solidariedade. E isso na fria São Paulo, que tem em seu aeroporto um entra-e-sai do Brasil inteiro. Voltei para Teresina, fui para o Piauí, visitei três Municípios. Em todos eles, ouvi a mesma coisa: “O senhor conhece a Senadora Heloísa Helena?” Ao que lhes respondia: “Claro que a

conheço.” “É sua amiga?” Eu respondia: “Não digo que é amiga, mas somos companheiros de Senado. Temos divergências, mas temos admiração – pelo menos eu em relação a ela.” Todos, então, diziam: “Diga que o Brasil todo sofreu com ela a injustiça, a agressão.” Ninguém estava discutindo, naquele momento, nada que envolvesse milhões e milhões de dólares...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É um Brasil hoje, infelizmente, “Jeany cornerizado”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é. E que o PT quer passar para baixo do tapete. Não adianta, Sr. Presidente, o PT está envolvido na república da Previ, do fundo de pensão... A corrupção do PT é essa! O que se apurou até agora é pinto. É pinto! Não adianta querer esconder e jogar debaixo do tapete!

Senadora Heloísa Helena, estava convocado para depor hoje o presidente do Citibank, um paraguaio de nome Gustavo Marin. Fugiu do Brasil. Alegou que foi convocado para uma reunião do FMI. Como se fôsse- mos idiotas e o FMI convocasse bancos privados...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, mais um minuto para V. Ex^a encerrar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Tenho certeza de que vão vir aqui para defender o FMI, o banco e os banqueiros. Não é mais aquele PT que conhecemos, mas estarão cumprindo a orientação de uma ala do PT que, hoje, tem duas facções: a dos endividados, dos que têm seus cheques no vermelho; e a dos monetaristas, que estão em cima, defendendo banqueiro, defendendo o FMI, defendendo o Citibank. E o povo brasileiro que vá às favas!

Como mudou esse Partido...! Mas quero ver no ano que vem, Senadora Heloísa Helena, a bandeira desse Partido que, por vinte anos, enganou o povo brasileiro. Eu quero ver quem vai estar ao lado do Presidente Lula, defendendo aquelas bandeiras de ontem, aquela venda de bótons, de estrelinhas e de camisetas nas praças públicas, substituídas pelo dinheiro do caixa dois, substituídas pelo entra-e-sai dos bilhões que se tenta apurar e que o próprio Partido dos Trabalhadores, por meio de mecanismos poderosos, boicota.

Se se convoca um presidente de um banco, dá-se cobertura para que não aconteça! Desqualificam-se as pessoas!

Gente, o que aconteceu em Santo André, com a desqualificação da família do Prefeito falecido, Celso Daniel, é um retrato desse Partido e é um retrato do Brasil hoje. Fizeram do irmão desse infeliz ex-Prefeito a figura do louco, do vigarista, do desacreditado, mas o que vimos foi um homem equilibrado, que veio aqui,

com a dor da família que perdeu um ente querido – e ninguém tem resposta para isso.

E o Governo, com o seu poder, com a sua força, Senador Teotônio Vilela Filho, transformou uma audiência pública do Chefe da Casa Civil, do Chefe de Gabinete do Presidente da República, numa audiência privada. Pede-se uma acareação...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Deu-se a ele o direito de escolher se queria pública ou privada, secreta ou reservada. Até hoje, ele não respondeu.

O irmão que até então tinha se manifestado, João Daniel, era doido. O Fábio era o “santo”. Pois o João e o Fábio foram para um programa de televisão e mostraram o que aconteceu...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, V. Ex^a já está com 17 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... com legista presente, e não se fala mais nesse assunto.

Senadora Heloísa Helena, fique tranqüila. O que fizeram, ou tentaram fazer com V. Ex^a, é uma amostra grátis do que são capazes de fazer.

Ouçó o Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, estou aqui como piauiense orgulhoso...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Mão Santa, S. Ex^a já passou em dois minutos o tempo de 15 minutos a que teria direito, e ainda há dois Senadores para falar. V. Ex^a tem dez segundos, Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O poder de síntese do Senador Mão Santa é conhecido no Brasil inteiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O orgulho de ser piauiense e ver o Heráclito representar tão bem, sintetizar... E a virtude de S. Ex^a em fazer amizades fez com que ele convivesse com Ulysses Guimarães, com Tancredo Neves na intimidade; com Renato Archer. Ninguém mais conviveu com Luís Eduardo. E S. Ex^a sintetiza toda essa sabedoria parlamentar e democrática prestando solidariedade à mulher brasileira, ao apresentar-se na defesa da Senadora Heloísa Helena. Quero dar o meu testemunho. Na reforma da Previdência, defendi os aposentados, que iam ao meu gabinete e diziam o que Heráclito aponta: que a grande vergonha se instala nesses fundos de pensão da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, da Petrobras, o que o Senador Heráclito Fortes, sábia e corajosamente, está denunciando no Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, vou finalizar meu pronunciamento.

Senadora Ana Júlia Carepa, desde jovem, tive a coragem de dizer que não sabia o que era ideologia. Sou de uma geração em que ideologia era a UDN e o PSD, que foram extintos por ato institucional. A Senadora Heloísa Helena acreditou em ideologia e quebrou a cara. São exatamente os companheiros que S. Ex^a julgou da Esquerda, colegas de luta e de convicção, que lhe agridem, que lhe acusam, que lhe atacam quando lhes faltam argumento e motivação.

E continuo com a minha fé santa: ideologia para alguns é a caneta. Dê a caneta e a ocasião, que você saberá quem é o ladrão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Vou prorrogar a sessão por mais dez minutos. Cinco minutos serão destinados à fala do Senador Leomar Quintanilha, e os outros cinco minutos, à fala da Senadora Ana Júlia Carepa. Espero respeitem esse tempo.

Tem a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste final de tarde, já começo de noite do dia 27 de setembro de 2005, vim a tribuna para lembrar que, hoje, em muitos Municípios e em muitos Estados da Federação, é comemorado o Dia Nacional do Idoso. Isso ainda não se transformou em lei nacional. Aprovada no Senado, a matéria está tramitando na Câmara. E, seguramente, ali aprovada, teremos definitivamente consagrado o dia 27 de setembro como o Dia Nacional do Idoso.

Efetivamente, é mais uma vitória a ser festejada, Sr. Presidente, porque estamos comemorando a ampliação da expectativa de vida do povo brasileiro. E isso ocorre graças aos investimentos públicos em saneamento básico, em moradia, em melhoria da alimentação, na elevação do nível de conhecimento, com, sobretudo, os avanços da ciência e da tecnologia em benefício da Medicina – e os avanços da Medicina se dão em benefício da saúde –, o que tem permitido o rápido aumento da expectativa de vida do brasileiro.

Só há uma razão para que as pessoas não envelheçam: morrerem jovens. Por isso, temos razões para comemorar, hoje, no Dia Nacional do Idoso, essas vitórias que temos conseguido, não apenas a ampliação da expectativa de vida, como a aferição da prática e das políticas públicas em benefício do idoso.

Graças a Deus, temos de comemorar o fato de que, do percentual de idosos no País, faixa da socieda-

de que cresce em progressão geométrica, apenas 1% depende de instituições públicas para a sua manutenção. Apenas 1% não dá conta de sobreviver com suas próprias forças, com seus próprios meios. A grande maioria, 99%, vive com sua família, no seio do seu lar ou por conta própria, lutando com as dificuldades que o envelhecimento naturalmente provoca.

Gostaríamos de destacar avanços que temos conseguido: a criação do Conselho Nacional do Idoso; a constituição de uma Subcomissão Permanente no Senado, destinada a se dedicar aos cuidados que essa faixa da população está a requerer; a aprovação do Estatuto do Idoso; a criação da Cidade Amiga da Terceira Idade. Enfim, são vários eventos e ações que promovem o idoso, para vê-lo definitivamente incluído no convívio social e, sobretudo, no mercado de trabalho. O idoso, há muito tempo, deixou de ser um estorvo na família e na sociedade, para ser um manancial inesgotável de conhecimento, de experiência e de sabedoria.

Então, é com muita alegria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que registro meus cumprimentos aos idosos no Brasil. Que eles continuem vivendo, e vivendo bem e com alegria, podendo dar uma contribuição inestimável ao aprimoramento da sociedade, para que o País encontre os trilhos do progresso, da prosperidade, da solidariedade e de uma vida mais humana e feliz!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Leomar Quintanilha, a Presidência da Casa se une às suas palavras em homenagem aos idosos deste País.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JULIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Quero também me unir ao Senador Leomar Quintanilha em relação à homenagem aos idosos.

Queria também fazer uma correção, para que quem nos assiste não fique com uma informação equivocada. Na semana passada, subi a esta tribuna, prestei minha solidariedade à Senadora Heloísa Helena – porque sou contra qualquer tipo de violência, de agressão – e citei nominalmente o meu repúdio à agressão, à violência sofrida por S. Ex^a. Também consta das notas taquigráficas o meu repúdio à violência que sofreu, aqui na tribuna do Senado, a Senadora Ideli Salvatti. Essas manifestações constam das notas taquigráficas. Para que não pareça que não o fiz, deixo esse registro. Acho que o Senador Mão Santa estava presente e viu.

Pretendo abordar também um fato importantíssimo, que, infelizmente, também foi um ato muito violento: o assassinato da Irmã Dorothy. Encontra-se no Brasil David Stang, irmão de Dorothy Stang. Pude estar presente quando ele foi ao Tribunal de Justiça do Estado

do Pará, com o Presidente daquele Tribunal, junto com um advogado americano contratado pela família, junto com a Comissão Pastoral da Terra. E fiquei extremamente orgulhosa em meu nome e em nome de todos os Senadores e Senadoras que fizeram parte daquela Comissão Especial do Senado que acompanhou as investigações do assassinato da Irmã Dorothy. O nosso relatório foi, inclusive, citado por eles como base para que pudessem, entre outras questões, solicitar a continuidade das investigações. Por quê? Porque, na verdade, o consórcio que ali financia violência e morte não foi desbaratado. Esse consórcio não foi achado.

No Estado do Pará, eles visitaram o Ministério Público Estadual, as pessoas que estão investigando – os procuradores e os promotores que estão fazendo as acusações –, a Polícia Federal e também o Ministério Público Federal. Em Brasília, foram ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, exatamente cobrar das diversas esferas de poder que cumpram com as suas responsabilidades.

E eu cobro há muito tempo – não há nenhum problema – e vou continuar cobrando que o Governo mude essa política de contingenciamento de recursos.

Quando se criticam os membros do PT que pedem a mudança da política econômica, dizem que nós estamos indo contra o que tem de melhor no Governo. Não tenho a menor dúvida de que não é melhor para ninguém no País o contingenciamento de recursos para a reforma agrária, de que não é melhor para ninguém no País o contingenciamento de recursos, que faz com que as prefeituras, por exemplo, não tenham acesso aos bilhões que estão na Caixa Econômica Federal para financiamento de habitação, por uma visão de política econômica que não permite que todos aqueles bilhões sejam utilizados.

Ora, onde já se viu dizer que é endividamento de uma prefeitura quando ela vai investir em habitação, em melhoria da qualidade de vida da população? Então, isso está errado! O Governo tem de mudar essa política.

Já não basta que a legislação em relação à reforma agrária não ajude nos casos de processo de desapropriação? Infelizmente, a nossa legislação faz com que seja lento, lerdo, esse processo; infelizmente, os nossos órgãos, como o Incra, foram sucateados e não foram recuperados para atender a todas essas necessidades.

Tirar recursos, contingenciar recursos, não liberar recursos suficientes, mesmo que se reconheça que houve um crescimento dez vezes maior em relação ao que se investia no governo anterior, não é justo, como ocorreu, por exemplo, no que diz respeito à reforma agrária na nossa região. No Pará, o investimento no Pronaf, por exemplo, que é um investimento para o agricultor familiar, um financiamento para o pequeno agricultor, cresceu mais de 500%.

Mas isso não é o suficiente. Há muitas estradas vicinais que ainda necessitam de reparos. Mesmo que

os recursos tenham aumentado cinco, dez vezes, isso ainda não é o suficiente; poderia ser mais, sim.

Então, quero, aqui, cobrar do Governo Federal que agilize a liberação dos recursos necessários.

Estive presente à inauguração de um projeto fantástico, que é o Projeto Luz para Todos, na Vila Taboca, no Município de São Félix do Xingu. Imaginem que só o Município de São Félix do Xingu vai receber R\$3 milhões do Projeto Luz para Todos, para alcançar vários assentamentos rurais. Mas vejam as dificuldades que eles estão tendo: como as vicinais não estão recuperadas e como não há recursos para recuperá-las, a empresa tem dificuldade de levar os postes, porque não há estrada. Como é que o caminhão vai passar para levar energia elétrica àqueles assentamentos?

É um projeto fantástico, mas o Governo precisa garantir inclusive que o projeto chegue aonde precisa chegar.

Portanto, estou cobrando do Governo Federal mais rapidez em relação à reforma agrária. Ele precisa ser mais ágil, para que esse clima de tensão que existe em Municípios como o de Anapu, naquela região, não continue.

Quero dizer, por outro lado, que o Ministro da Justiça – foi-nos informado hoje – assegurou que vai garantir a continuidade das investigações. Acho bom, porque a Polícia Federal não tem poder de investigar, a não ser que o Ministério da Justiça assim determine; se não o fizer, ela só pode auxiliar a polícia do Estado.

Quero abordar uma situação gravíssima que nos foi trazida pelo David Stang e pela família dele – é importante essa divulgação, porque expõe ao Brasil todo o risco da impunidade.

Há poucos dias, registrei desta tribuna – e aqui apresento um requerimento para que conste dos Anais o ofício que fiz ao Ministro da Justiça – a prisão de dois trabalhadores rurais: Miguel e Francisco Valentino dos Santos, na área do PDS Esperança. Essas prisões foram realizadas pela Polícia Civil do Estado do Pará com a utilização do carro de um madeireiro conhecido por Ungaratti da Serraria – Luiz Ungaratti. Além de terem prendido os dois utilizando o carro do madeireiro, lá no PDS, não realizaram a prisão com nenhuma ordem judicial e ainda estão ameaçando a população local. Os trabalhadores rurais estão denunciando que a Polícia Civil os está pressionando.

Mais do que nunca é necessário que o Ministério da Justiça determine que a Polícia Federal investigue, porque, infelizmente, a relação que existe entre a polícia local, os madeireiros e os grileiros de terra é muito forte.

Não há isenção nesse caso, o que justifica exatamente a abertura de novas investigações.

Trarei também o bilhete feito pelo Bida, à época em que estávamos investigando o caso – hoje, ele está preso. Ele mandou o bilhete para o Tato. Quem é o Tato? O intermediário, aquele que contratou os dois que apertaram o gatilho. O Bida diz que foram outras pessoas que atiraram, inclusive acusa o Luiz Ungaratti. E diz aqui que inclusive teria dado dinheiro para o delgado de polícia.

Sr. Presidente, fui criticada no meu Estado por delegados porque divulguei esse fato – divulguei, não, o bilhete foi divulgado; enquanto ele estava comigo, não o divulguei a ninguém; depois, ele foi divulgado, mas não por mim –, porque havia uma acusação a um delegado. Agora, meses depois, a Polícia Civil vai, no carro do próprio Luiz Ungaratti, ameaçar os trabalhadores, os pequenos agricultores.

Só esse fato mostra que, realmente, existe uma relação entre esse Sr. Luiz Ungaratti, um grileiro de terra que estaria aterrorizando os trabalhadores, e a Polícia Civil. Há, portanto, necessidade de investigação. Apelo ao Ministro da Justiça que tome as providências necessárias, porque só esse fato já justifica a investigação da Polícia Federal.

Sei que a Polícia Civil já disse ao David Stang e aos advogados dele que não é mais necessário abrir nenhum tipo de investigação, que ela já está encerrada e que já há cinco pessoas presas. Ora, sabemos muito bem que a verdade não é essa; sabemos que não querem continuar as investigações porque elas podem acabar chegando a outras pessoas, pessoas que demonstrem claramente a relação promíscua que existe, infelizmente, em vários lugares do interior do nosso Estado, entre a polícia e os grileiros e fazendeiros, que têm como método a violência e o terrorismo contra os trabalhadores, principalmente contra os pequenos agricultores.

Cobro do nosso Governo Federal que seja mais ágil na efetivação da reforma agrária. É, sim, também a lentidão que faz com que ainda estejam lá essas pessoas, que contam, infelizmente, com o apoio do Poder Público estadual. Tenho certeza de que não contam com o apoio do Governo do Estado, mas contam com o apoio de um aparato de Estado, que é a polícia, para praticar atos ilegais de terrorismo e violência absurdos.

Essa é a melhor homenagem que podemos prestar a todos aqueles que já morreram e, em especial, à Irmã Dorothy.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRª SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OF.357-GSAJC

Brasília-DF, 31 de agosto de 2005.

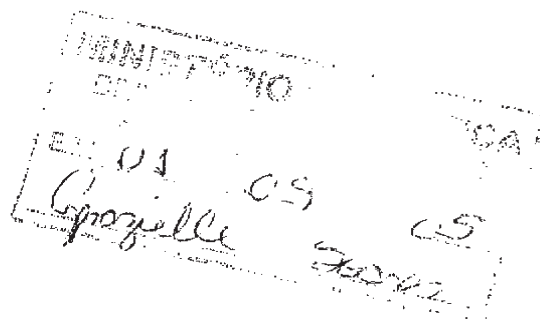
Senhor Ministro,

É com muita honra que venho à presença de Vossa Excelência cumprimentá-lo cordialmente, bem como manifestar a *minha preocupação* com a situação denunciada em matéria veiculada em jornais local e nacional, dando conta de que a forma com que ocorreu a prisão dos agricultores Miguel e Francisco Valentino dos Santos na área do projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Esperança, por parte da Polícia Civil do estado do Pará, acirrou o clima tenso há semanas em Anapu-PA, tendo em vista que se deu de maneira arbitrária e altamente suspeita.

Segundo os lavradores da região, os policiais usavam um Toyota branco pertencente ao fazendeiro Luiz Ungaratti, citado por Vitalmiro Moura, o Bida, como sendo um dos prováveis mandantes do assassinato da irmã Dorothy. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu acusa Ungaratti de pagar e usar policiais civis para proteger terras que possui.

Cumpre ressaltar que Miguel foi preso por quatro policiais civis em casa e sem mandado judicial, diante da mulher e dos filhos, enquanto Francisco foi abordado pelo mesmo grupo em um barraco vizinho, onde estava reunido com outros trabalhadores. Depois das prisões, os policiais ameaçaram as famílias do PDS Esperança, avisando que suas casas seriam incendiadas, caso elas não as desocupassem em duas semanas.

Exmº Sr.
Dr. MÁRCIO THOMAZ BASTOS
DD. Ministro de Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 4º andar
70064-900 / BRASÍLIA-DF



Diante da gravidade da situação, que causa não apenas inquietação e insegurança aos moradores locais, mas afronta sobretudo o estado democrático de direito, solicito a Vossa Excelência adotar todas as providências ao alcance desse Ministério, no sentido de apurar com a maior urgência as circunstâncias arbitrárias em que ocorreram as prisões daqueles trabalhadores rurais e as ameaças às famílias integrantes do PDS Esperança, bem como punir os responsáveis com todo o rigor da lei, a fim de amenizar o clima de tensão e medo que se apoderou daquela região. A atuação desse Ministério certamente irá evitar que ações ilegais, arbitrárias e criminosas continuem a denegrir a imagem do País, cuja região já foi palco recente do brutal assassinato da irmã Dorothy Stang.

Agradecendo, desde já, a valiosa atenção de Vossa Excelência, renovo expressões de consideração e elevado apreço.


Senadora ANA JULIA CAREPA

Ofício nº 1035/05–MJ/ASPAR

Brasília, 6 de setembro de 2005

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Ana Júlia Carepa
Senado Federal
70165-900 – Brasília–DF

Assunto: Prisão arbitrária de agricultores em Anapú

Senhora Senadora,

De ordem do Senhor Ministro de Estado da Justiça, comunico o recebimento do OF. 357-GSAJC, de 31 de agosto de 2005, referente ao assunto em epígrafe.

Informo a Vossa Excelência que o pleito foi enviado ao Secretário Nacional de Segurança Pública, para adoção das providências cabíveis.

Respeitosamente, – **Paulo Pires de Campos**,
Assessor Especial do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senadora.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, por cinco minutos.

Após o pronunciamento de S. Ex^a, encerraremos a sessão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronunciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Colegas Parlamentares, em primeiro lugar,

transmito ao Senado Federal, com pesar, o falecimento, na madrugada de hoje, da Sr^a Regina Fonseca Micheletti, Primeira-Dama de Londrina, esposa do Prefeito Nedson Micheletti, que foi nosso Colega no Congresso Nacional, como Deputado Federal.

Regina faleceu aos 42 anos de idade. Apresentava problemas sérios de saúde há dois ou três anos, problemas que a levaram à morte na última madrugada.

O fato consternou sobremaneira todo o Município de Londrina, pela juventude e pelo dinamismo da Primeira-Dama.

Gostaria, desta tribuna, de transmitir, em meu nome e em nome de tantos Parlamentares da Câmara e do Senado, a nossa solidariedade ao marido, Nedson Micheletti, e aos filhos, Rafael, de 19 anos, e Juliana, de 14 anos de idade. Que realmente levem, em sua caminhada pela vida, o exemplo da esposa e da mãe, uma pessoa guerreira, combativa, que teve grande penetração social. Que seu exemplo norteie também os passos não só da família, mas do Município de Londrina e de tantas pessoas por todo o Estado do Paraná.

Quero associar-me, em um segundo momento, às manifestações externadas desta tribuna pelo Dia do Idoso. Desejamos, não só em relação ao idoso, mas à pessoa com deficiência, à criança, ao adolescente,

enfim, a toda a área social, que a legislação existente realmente seja cumprida. O grande presente que todos poderíamos obter, e não dar – fruto do conhecimento da legislação, da discussão, da organização da sociedade –, a nossa grande conquista, seria a transformação dos direitos em realidade. Esse é o nosso grande desafio num conjunto de áreas do Brasil.

Finalmente, eu gostaria de encerrar meu breve pronunciamento lembrando a todas as pessoas do Brasil que, diante do quadro atual, temos grandes desafios também.

Sou um Parlamentar do Partido dos Trabalhadores – já fui do PSDB durante 12 anos e mudei para o PT na seqüência – e, diante do que vem acontecendo na vida nacional, tenho dito para as pessoas que devemos pensar em dois caminhos: o primeiro, sem dúvida, é o da investigação do que está acontecendo, punindo quem deva ser punido, quem apresente culpa em relação aos episódios, e criando mecanismos para que fatos semelhantes não se repitam.

O Partido dos Trabalhadores está muito enraizado nos movimentos sociais voltados para o idoso, para a criança, para os direitos humanos e para os agricultores. Muitas das pessoas envolvidas com essas causas não estão ligadas a Partidos políticos; outras estão, mas todos temos o desafio – e não se trata de bandeira exclusiva de um Partido político, mas, na verdade, meta que deve conduzir o caminho de toda a sociedade brasileira – de pensar, em primeiro lugar, na ética, na transparência e na aplicação adequada dos recursos.

Equivocaram-se as pessoas que diziam que essa bandeira era exclusiva do Partido dos Trabalhadores. Ela não foi e nunca deverá ser exclusiva de qualquer grupo, de qualquer Partido ou de qualquer pessoa, pois é uma bandeira da sociedade brasileira e o Partido político, cada vez mais, deve-se aproximar e sintonizar-se com ela.

Além dessa, há uma segunda bandeira: vamos trabalhar juntamente com a sociedade, pois ela sabe o que quer e como conduzir o processo. Nada melhor que uma caminhada co-responsável, em que as pessoas e os movimentos sejam também co-partícipes das conquistas que devem ser obtidas. Nada melhor, por exemplo, do que se falar com os agricultores para se saber o que é importante para essa área fundamental para o Brasil.

Então, além da ética, da transparência e dessa co-responsabilidade, devemos discutir sempre a questão dos direitos sociais, dos direitos humanos e da valorização do cidadão brasileiro, em primazia, em supremacia às questões econômicas. Quando discutirmos o superávit, o orçamento, o pagamento de juros, os serviços da dívida e os bilhões, sempre deveremos ter em mente a concretização dos direitos humanos fundamentais.

Neste momento de crise, que merece reflexão também por parte de toda a sociedade, os direitos humanos, a co-participação, a co-responsabilidade, a ética e a transparência devem ser caminhos a serem perseguidos, sem dúvida alguma, por todos os que fazem parte do Partido dos Trabalhadores, para que esta bandeira esteja sintonizada com os outros Partidos e também com os cidadãos.

Se formos capazes disso, investigando, punindo, criando mecanismos e defendendo bandeiras essenciais para a vida do País, tenho certeza de que, desses episódios todos, poderemos obter um Brasil melhor, desenvolvido e, principalmente, justo para com todos os brasileiros.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a deferência. É sempre uma alegria estar atuando nesse sentido com V. Ex^a, um batalhador não só na área da saúde, mas no campo dos direitos humanos de maneira geral, e um lutador por um Brasil melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT RR)
– Muito obrigado, Senador.

A Presidência defere o **Requerimento nº 1.060, de 2005**, lido no Expediente, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, em virtude de a pauta encontrar-se sobrestada por medida provisória e uma vez que o período para participar da missão inicia-se no dia 28 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT RR)
– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Romero Jucá enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Marta explica uso de jatinho e viagens”, publicada pelo jornal **O Estado de São Paulo**, em sua edição de 19 de setembro de 2005.

A matéria destaca a justificativa da ex-prefeita Marta Suplicy para o uso do Fundo Partidário, em 2003, para bancar as suas viagens e de seu marido: “viagens partidárias são pagas com o Fundo Partidário e é correto”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Marta explica uso de jatinho e viagens

Ex-prefeita diz que aplicação do Fundo Partidário foi correta; Favre garante que foi à Europa para tratar de assuntos partidários

PARTIDOS

Clarissa Oliveira

A ex-prefeita Marta Suplicy justificou ontem o uso do Fundo Partidário, em 2003, para bancar duas viagens de seu marido, Luís Favre, ao exterior e o aluguel de um jatinho no qual ela foi para Brasília e Florianópolis. "Viagens partidárias são pagas com esse fundo e é correto", justificou Marta, pela manhã, antes de votar nas eleições internas do PT, em Pinheiros.

De acordo com a ex-prefeita, os gastos – revelados em reportagem publicada ontem pelo Estado – são justificáveis e as viagens foram todas de interesse partidário. O PT gastou R\$ 26,9 mil do Fundo Partidário com o jatinho e R\$ 17,7 mil com uma das viagens de Favre, a Paris.

"Nesse mesmo dia (em que foi a Florianópolis), o PT organizou um evento em Brasília e insistiu na minha presença", justificou Marta. Ela explicou que, em razão do horário das atividades, não havia voos comerciais. "Eles (direção do PT) acharam necessário eu estar nas duas e o Fundo pode ser usado exatamente de acordo com o que o partido acha importante."

Marta se queixou de uma "onda de denunciismo" contra o PT. "Acho que tudo acaba tendo limite." E também comentou as denúncias contra Favre – que, além da visita à capital francesa, foi à Espanha bancado pelo Fundo. A informação está na prestação de contas apresentada pelo PT ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2003.

Marta disse que o marido foi à Europa "para representar o PT" e frisou que Favre atuou como "assessor internacional do partido por 20 anos."

Ela aproveitou para confirmar seu voto no secretário-geral Ricardo Berzoini e a Paulo Frateschi, que disputam respectivamente a presidência nacional e estadual do PT, representando o Campo Majoritário. S

'Não viajei para Madri', garante Favre

CARTA: Em carta ao 'Estado', Luís Favre diz o seguinte sobre a viagem a Madri: "O jornal incorre em erro factual. A bem da verdade solicito retificar a informação errônea. Fui designado para representar o PT na reunião do Conselho Mundial da Internacional Socialista em fevereiro de 2004. Legalmente e conforme a norma do Fundo Partidário, o PT comprou a passagem para Ma-

dri, onde seria a reunião. A último momento tive de desistir por conta de outros compromissos. O PT cancelou a passagem e recuperou o montante. Ou seja, contrariamente ao que foi publicado reiteradas vezes, sem tentar verificar comigo, não recebi passagem de cortesia; a viagem tinha claro caráter partidário e nem chegou a ser utilizada. Não viajei para Madri." ●

Suplicy cobra esclarecimento da ex-mulher

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou ontem explicações do PT, de sua ex-mulher, Marta Suplicy, e do marido dela, Luís Favre, sobre o uso do Fundo Partidário com viagens. Apesar de insistir em que as informações veiculadas precisam ser esclarecidas, ele destacou que a direção do partido e os citados nas denúncias devem se explicar.

Suplicy, que votou em Plínio de Arruda Sampaio nas eleições do PT, disse que após as investigações, se ficar comprovada qualquer irregularidade, o ressarcimento das despesas deve ser feito, conforme prevê a Justiça Eleitoral. Mais tarde,

ele informou que recebeu um telefonema de Marta explicando a natureza das viagens.

Ao falar sobre as denúncias que atingem o presidente Lula, o senador disse ser justificável que o PT tenha pago suas despesas antes de ele tomar posse e ter acesso às verbas governamentais. Com relação a gastos com viagens de familiares de Lula, no entanto, o petista acha que deve haver ressarcimento.

Segundo Suplicy, os recursos do Fundo Partidário devem ser usados de acordo com as exigências da Justiça Eleitoral e de forma justificada. O mesmo, indicou ele, deve ser feito com as verbas próprias do PT: "Faz quase 25 anos que colaborei significativamente", destacou o senador, lembrando que 20% de seu salário vai para os cofres do partido. "Quero que o PT faça gastos justificados." ● C. O.

CARTA

Favre, que acompanhava Marta, também defendeu o uso dado ao Fundo pelo PT. "Ontem enviei carta (ver ao lado) à redação do Estado contestando o teor de diferentes artigos e editorial sobre pagamento de passagem aérea, nos quais meu nome foi citado. A carta ainda não foi publicada e seu conteúdo não foi levado em conta. Hoje, o jornal volta ao tema sem me ouvir." ●

Favre garantiu que não há nada de estranho em pagar uma viagem com objetivos partidários com o Fundo. Segundo ele, a ida à França e à Espanha, em 2003, permitiu ao PT acompanhar o processo de criação da Organização Mundial de Cidades, em Paris, e do Fórum Cultural Mundial, em Barcelona. "Legalmente e conforme com as normas do Fundo Partidário, o PT cobriu os gastos com minha passagem aérea." ●

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para registrar a matéria intitulada “A decepção da militância”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 18 de setembro do corrente.

“As denúncias de pagamento de mensalão a parlamentares em troca de apoio a projetos de interesse do governo e da existência da caixa 2 afastarão filiados do PT das eleições internas de hoje em todo o país”. Enfim, a matéria mostra que grande parte dos militan-

tes do Partido dos Trabalhadores está decepcionada com o caminho que o Partido seguiu.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima relacionada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CRISE ÉTICA

As denúncias de pagamento de mensalão a parlamentares em troca de apoio a projetos de interesse do governo e da existência de caixa 2 afastarão filiados do PT das eleições internas de hoje em todo o país

A DECEPÇÃO DA MILITÂNCIA

DA REDAÇÃO

O professor Edilson Barbosa se filiou ao PT, militou e trabalhou pelo partido nos últimos seis anos. Hoje não esconde a decepção com o caminho que o partido seguiu. “Tenho vergonha porque o PT não está cumprindo o que defendeu”, desabafa, acrescentando que não vai escolher os dirigentes do partido porque já decidiu se desfiliar. O pastor Ivan Bomfim também garante que não vai votar hoje. Ainda não decidiu de ser petista, mas acredita que não está na hora de fazer eleições diretas no PT. Enquanto seus dois companheiros decidem ficar longe das urnas, o conselheiro tutelar Iram Magalhães faz questão de participar das eleições do PT. Em nome do Campo Majoritário, ele passou toda a semana tentando, pessoalmente, convencer militantes que não votar é o mesmo que concordar com o atual comando do partido, que manchou o PT ao ser acusado de corrupção. A história desses três petistas do Distrito Federal dá a dimensão exata do que o PT enfrenta hoje, no dia em que seus 826 mil filiados foram convocados a escolher a nova direção do partido. A pior crise dos 25 anos da história do PT tem provocado reações distintas entre os militantes. “Essa crise reduziu em muito a expectativa de votos. Nossa meta era que 40% dos filiados aptos a votar fossem às urnas no domingo (hoje), mas dificilmente atingiremos esse número”, avalia Francisco Campos, coordenador das eleições diretas do PT.

A desbandada e o desânimo de muitos militantes diante da crise, contudo, não será capaz de inviabilizar as eleições, que exigem quorum mínimo de 15%, de acordo com os candidatos e os coordenadores do processo eleitoral. No País, pelo menos 123,8 mil dos 825 mil filiados têm que votar e metade dos estados brasileiros precisam realizar eleição para que a escolha dos presidentes regional e nacional do partido seja sacramentada.

Regras

Ninguém sabe ao certo quantos vão votar. Todos os candidatos esperam por um número de eleitores parecido com o registrado na última eleição, quando participaram cerca de 230 mil filiados”, observa o candidato a presidente nacional, Valter Pomar.

Para votar, a única exigência é que o filiado pague a anuidade referente ao ano de 2005, o que pode ser feito até o dia da eleição.

Dívidas passadas não serão perdoadas apenas para quem concorre em chapas ou como candidato a presidente. Ainda assim, o PT enfrenta dificuldades para mobilizar filiados, especialmente no Norte do país. Os candidatos à presidência no Distrito Federal já seus aliados também têm se desafiado com resistência e falta de informação dos militantes nas cidades satélites. “Nosso trabalho está sendo ser didático. Além de convencer os eleitores, também estamos ensinando como votar, afinal são seis nomes numa única cédula”, observa Cláudio Santana, candidato regional no DF. Ele lembra que os petistas vão escolher chapas e presidentes municipal, estadual e nacional.

A resistência está diretamente relacionada à insatisfação com o governo e o grupo que manchou o nome do PT. “Não adianta colocar remendo novo em tecido podre. O PT precisa de uma cirurgia radical e isso só é possível com uma intervenção e punição exemplar dos culpados. Eleição deveria ser um segundo passo”, avalia Ivan Bomfim, que se filiou há quatro anos. A melhor forma que o pastor encontrou para protestar foi passar o domingo longe das urnas.

Já Iram Magalhães, há 13 anos militando pelo PT, promete vestir o uniforme do PT para hoje, “continuar convencendo as pessoas que, se o petista quer mudança, precisa votar. “Abandonar o barco antes ou depois das eleições é covardia com o próprio partido”, argumenta Iram.

PT local

A esquerda do PT se esforça para levar a disputa da presidência do diretório do Distrito Federal para segundo turno. Militantes apostam que, assim como na briga pela presidência nacional, as eleições no DF dificilmente terminam com um vencedor amanhã, quando os 25 mil filiados votam para escolher os novos dirigentes do partido. Incerto ainda, na avaliação dos próprios candidatos, é o nome de quem vai duelar nas urnas com o representante do Campo Majoritário, o deputado distrital Chico Vigilante.

Lutam por uma vaga no se-

gundo turno Antônio Sabino, Chico Machado, Cláudio Santana, Carlos Roberto e Chico Pereira. Pedro Rodrigues desistiu de participar da briga e anunciou apoio a Sabino, na quinta quarta-feira. Quem continua na disputa por uma vaga no segundo turno, usa estratégias distintas para angariar votos. Antônio Sabino aposta em reuniões com lideranças locais.

Cláudio Santana se esforça para orientar e ensinar aos eleitores a votarem em seis candidatos na mesma cédula. Chico Machado está visitando as cidades satélites e convocando pessoalmente os militantes a votar. Chico Vigilante e seis aliados também investem no

corpo-a-copo, entrando na casa e conversando com cada eleitor. O boca-a-boca é a arma mais forte de Carlos Roberto e Chico Pereira.

Entre uma conversa e outra, um pedido de voto e de ajuda para melhorar o PT, os candidatos têm enfrentado dificuldades. “O valor mensalidade ainda é um obstáculo. Muita gente está em atraso e não sabe que pode regularizar a situação até o dia da eleição”, observa Cláudio Santana. O empenho de Chico Machado e de Antônio Sabino e para mobilizar os mais desanimados com a crise em que o PT está mergulhado. “A não participação é nosso maior adversário”, avalia Machado.

NO DISTRITO FEDERAL

CANDIDATOS

ANTÔNIO SABINO

(chapa Bloco Popular e de Base)
 ● Defende a descentralização do PT e a democratização das instâncias partidárias para uma maior participação dos militantes e das lideranças intermediárias. Tem 47 anos, formou-se em Ciências Sociais, trabalha na Câmara e é ligado aos movimentos da Igreja Católica Progressista. Milita no PT desde a fundação do partido.

CARLOS ROBERTO

(chapa Socialistas no Movimento Popular)
 ● Nunca disputou cargo eletivo e critica o atual processo de eleições internas e a falta de transparência nas contas do partido. Fundador do PT, da CUT e da Central de Movimentos Populares. Vendedor de 48 anos, mora em Sambaíba e luta para que o militante resgate seu papel histórico na construção partidária.

CHICO MACHADO

(chapa O Partido que Queremos Socialista e Ética)
 ● Apresenta-se como alternativa da esquerda para derrotar o Campo Majoritário, corrente dominante do PT. Conta com o apoio dos deputados do DF Chico Leite, Paulo Tadeu, Maninha e Arlete Sampaio. Defende um PT ético e socialista, invocado pela militância. O economista de 57 anos prega a mudança na política econômica do governo.

CHICO PEREIRA

(candidato independente)
 ● Define-se como militante do bloco popular da centro-esquerda do PT. O radialista e jornalista de 55 anos começou sua atuação política no movimento estudantil em 1966 e foi administrador da Caudangolândia e do Recanto das Emas na administração de Cristovam Buarque. Defende uma rearticulação da militância do partido.

CLAUDIO SANTANA

(chapa Terra, Trabalho, Soberania)
 ● Defende o rompimento com o presidente Lula, por causa de sua política econômica e das alianças firmadas com o PT, PP e PFL e o relançamento do manifesto de fundação do PT. Tem 52 anos, é funcionário do Ministério das Relações Exteriores e começou a militância em 1974, num movimento contra o projeto para Amazônia.

CHICO VIGILANTE

(chapa Unidade na Base)
 ● Representante do Campo Majoritário, propõe uma reorganização do PT para as eleições de 2006 e defende o rompimento do partido com os distritais que aproximam o PT dos filiados, resgatar as lutas sociais e estruturar as relações do partido com os movimentos sindical, popular e estudantil. Fundador e ex-presidente da CUT-DF e do PT-DF, mantém ligações estreitas com o ex-ministro José Dirceu.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Gabeira e os outros”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** em sua edição de 21 de setembro do corrente.

O artigo relata a opinião do autor em relação ao candidato perfeito para ocupar o lugar do Severino na Presidência da Câmara. Segundo o articulista: “Gabeira merece a presidência da Câmara porque é o que me parece mais sólido entre os colegas, mesmo que não agregue apoios que resolvem eleições. É meu es-

querdista predileto porque brilha pelo contraste com os companheiros de viagem, avestruzes que enfiam a cabeça na areia para não enxergar a realidade”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA

Gabeira e os outros

Se me consultassem, eu indicaria o deputado Fernando Gabeira, do Partido Verde do Rio, para presidente da Câmara, no lugar de Severino Cavalcanti. Gabeira é inteligente, é um esquerdista darwiniano (evolui) e parece tão honesto como água de bica. Para mim, Gabeira representa o que de melhor a esquerda produziu no Brasil. Precisou dar uma volta imensa antes de se tornar o ideólogo equilibrado e flexível que conhecemos hoje.

Seqüestrou o embaixador dos Estados Unidos em 1969, converteu-se à “política do corpo” nos anos 70, desfilando seminu nas areias de Ipanema, defendeu a liberalização do uso da maconha, transferiu-se para o ambientalismo através do Partido Verde. Tudo isso para, finalmente, descobrir ao fim da linha o que eu já sabia sobre a esquerda nos anos 60. Não importa que tenha demorado. Adquiriu experiência e densidade. Neste momento, participa da ação de um grupo de deputados para livrar a Câmara de Severino Cavalcanti. Gabeira conquistou uma autoridade moral talvez sem par no Congresso hoje em dia.

Raramente um militante da esquerda tem uma máquina cerebral suficientemente forte para libertá-lo dos mitos que absorveu na juventude. Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, alguns integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas.

A filósofa Marilena Chauí, a musa cerebrina do PT, afirmou em cerimônia do partido na semana passada que o PT é odiado por puro despeito dos seus adversários. “Nós fomos o principal construtor da democracia neste país e não seremos perdoados por isso nunca.” E eu, pobre de mim, que estava

pensando no PT como o principal construtor da roubalheira “neste país”. Chauí é uma filósofa que se recusa a enxergar o óbvio.

Entre os intelectualmente desonestos, José Dirceu é o patrono. “O objetivo das forças que me atacam”, afirmou ele, “é interromper o processo de organização dos trabalhadores e de consolidação de uma alternativa popular para o país.” E eu, pobre de mim, que pensava em Dirceu como o chefe da quadrilha petista, conforme o definiu Roberto Jefferson.

Já Gabeira é um homem de esquerda com raciocínio próprio. Veja alguns exemplos numa recente entrevista à *Folha de S. Paulo*:

“A idéia da luta armada pressupõe a construção de um exército popular. Constituído o exército libertador, você fica sem saber depois quem vai te libertar do exército.”

“No Brasil, o Muro de Berlim está caindo com atraso.”

“A ausência de um mito messiânico da classe operária permite concluir que não temos salvadores, o que é um avanço.

A decadência moral em que parte da esquerda se meteu mostra que ela não é o bem absoluto. Fica demonstrado também que a direita não é o mal absoluto. Abre-se espaço para novas conformações políticas.”

“Temos de acabar com o elogio da ignorância.” (*sobre Lula*)

Gabeira merece a presidência da Câmara porque é o que me parece mais sólido entre os colegas, mesmo que não agregue apoios que resolvem eleições. É meu esquerdista predileto porque brilha pelo contraste com os companheiros de viagem, avestruzes que enfiam a cabeça na areia para não enxergar a realidade.

“Para justificar antigas crenças demolidas pelos fatos, muitos integrantes da esquerda se tornam intelectualmente desonestos. Mentem para se agarrar a teses já desmoralizadas”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para fazer o registro da matéria intitulada “Esqueçam de mim”, publicada na revista **Época** em sua edição de 19 de setembro do corrente.

A referida matéria trata da atual crise política e dos conseqüentes processos de cassação que estão aguardando julgamento na Câmara dos Deputados. Segundo a matéria, os parlamentares envolvidos nos escândalos querem ganhar tempo: “a estratégia ficou evidente na corrida ao Supremo Tribunal Federal, em busca de liminares para retardar o processo de cas-

sação”. “Os políticos apostam que, depois de julgados os casos mais rumorosos, como os de Jefferson e Dirceu, a cobertura da imprensa vai diminuir e as sessões podem se esvaziar”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESQUEÇAM DA GENTE

Essa é a aposta dos deputados que irão a julgamento depois de Roberto Jefferson

GUSTAVO KRIEGER E LEANDRO LOYOLA

Um grupo de deputados roeu nervosamente as unhas durante a apuração dos votos que cassaram o mandato do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Ameaçados de *degradação por envolvimento no escândalo do mensalão*, eles assistiram à contagem com olhos de quem avalia o próprio futuro. O resultado final, que apontou 313 votos contra Jefferson, era esperado, mas mesmo assim assustou. Ficou claro que a Câmara está decidida a atender à opinião pública para tentar recuperar sua credibilidade. Com poucas chances de vencer em plenário, os parlamentares querem ganhar tempo. A estratégia ficou evidente na *corrida ao Supremo Tribunal Federal*, em busca de liminares para retardar os processos de cassação. “Quem ficar no final da

fila pode se beneficiar com o cansaço da mídia e do país”, confessa um dos cassáveis. “Ninguém vai prestar muita atenção no julgamento do 14º ou do 15º acusado.” Ao todo, são 16 deputados a caminho da força.

Até Jefferson, que jurou ter “sublimado o mandato” em seus discursos, foi à Justiça para tentar suspender a cassação. No caso dele, as chances são praticamente nulas. O presidente do Supremo, ministro Nelson Jobim, autor da liminar que paralisou por alguns dias o processo contra seis deputados do PT, já disse em conversas reservadas que a corte pode interferir no andamento dos julgamentos, garantindo *mais prazo para a defesa*, mas não vai contestar o mérito das decisões.

“A porteira foi aberta”, afirma o deputado Luiz Antonio Fleury Filho

(PTB-SP). “Esse placar de 300 votos pela cassação deve se repetir na maioria das votações”, prevê o experiente deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). “Alguns votos vão mudar de lado a cada caso, mas vai prevalecer o instinto de sobrevivência da maioria da Câmara.” *Instinto de sobrevivência* é algo muito forte nos políticos envolvidos no caso do mensalão. Dois deles já se anteciparam ao julgamento. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, foi o primeiro a renunciar. Na segunda-feira 12, foi seguido pelo colega de bancada Carlos Rodrigues. Com isso, garantem a possibilidade de disputar as eleições do ano que vem e voltar ao Congresso como se nada tivesse acontecido. Quem for cassado perde os direitos políticos por oito anos.

Outros parlamentares já estão com a carta de renúncia pronta. O deputado ▶

Vadão Gomes (PP-SP) levou a dele no bolso durante boa parte da semana passada. "Estou esperando a melhor hora para decidir", conta. Ele temia que o processo contra ele fosse aberto pelo Conselho de Ética. Depois que isso acontece, não é mais possível renunciar. Na quinta-feira, montou plantão na liderança de seu partido na Câmara, aguardando notícias dos advogados que tentavam no STF uma liminar que lhe garantisse mais tempo para a defesa. Acabou beneficiado pela decisão da mesa da Câmara, que paralisou todos os processos e deu aos acusados prazo de cinco sessões para se explicarem na Corregedoria da casa.

"Tempo para defesa", no caso dos deputados envolvidos no mensalão, é um eufemismo para uma série de manobras. A principal é a ameaça de "contar tudo". Vadão é um bom exemplo. Na lista entregue pelo publicitário Marcos Valério ao Congresso e à Polícia Federal, ele aparece como destinatário de R\$ 3,7 milhões. Oficialmente, o deputado nega ter recebido um só centavo. Nos bastidores de seu partido, circula uma história bem di-

ferente. Presidente do PP em São Paulo, Vadão Gomes articulou a retirada da candidatura de Paulo Maluf à prefeitura de São Paulo em 2004. Seria um desastre para o PT, uma vez que Maluf dividia votos e atacava o tucano José Serra, adversário da petista Marta Suplicy.

Dirigentes do PT e do PP ouvidos por ÉPOCA dizem que as duas legendas fecharam um acordo sigiloso para manter a candidatura de Maluf. Por esse acordo, o PT ajudaria o "caixa de campanha" do partido de Maluf em São Paulo. Seria o pagamento dessa negociação que aparece nos registros do valerioduto. Pelo menos R\$ 2 milhões foram transferidos, segundo esses políticos. Se Vadão resolver contar essa história, aumentará o estrago na imagem do comando petista.

Outros parlamentares não escondem a vontade de renunciar se a abertura do processo de perda de mandato for inevitável. Na lista estão o ex-líder do PMDB José Borba (PR), Sandro Mabel (PL-GO), Vanderval Santos (PL-SP) e Josias Gomes (PT-

BA). O último tem sido pressionado a resistir, porque os petistas querem agir em bloco. A primeira iniciativa foi a liminar que seis deles obtiveram em conjunto no STF.

Os petistas fecharam uma estratégia comum, baseada em dois pontos. De um lado, a "defesa técnica". Todos juraram que o dinheiro recebido do valerioduto não foi para proveito próprio, mas para pagar contas de campanha eleitoral. Com isso, tentam um julgamento mais brando. A segunda estratégia é política. Querem a maior distância possível do mais ilustre réu nesse caso, o ex-ministro José Dirceu.

Na Câmara, não há dúvidas de que José Dirceu será o próximo a perder o mandato. Quando ele estava na fila para a cabine de votação, durante o julgamento de Jefferson, o inimigo não perdeu a chance de uma provocação. Jefferson aproximou-se de Dirceu e falou: "Eu sou você amanhã...". O petista não reagiu, mas sabe que a previsão tem grandes chances de se concretizar.









COMEÇOU A DEGOLA		Na semana passada a Câmara cassou o mandato de Roberto Jefferson. Outros dois deputados preferiram a renúncia. Ainda restam 15 aguardando julgamento	
PT	João Paulo Cunha Disse que sua mulher pagava contas no Rural. Mas descobriu-se que ela sacou R\$ 50 mil. Ele nega outros saques	PT	José Dirceu É acusado de ser o mentor do mensalão e suspeito de ter montado o esquema de caixa dois no PT. Ele nega tudo
PT	Professor Luizinho Um assessor seu sacou R\$ 20 mil no Rural. Ele disse que a papelada era falsa, mas depois reconheceu o saque	PT	Vadão Gomes Reconhece que recebeu R\$ 103 mil da Usiminas por meio de uma conta de Valério. A Usiminas nega
PT	Josias Gomes da Silva Disse que frequentava o Rural para checar câmbio. Mas depois apareceu como sacador de R\$ 100 mil	PT	José Janene Seu assessor João Cláudio Genu sacou R\$ 850 mil. Depoimentos indicaram que Janene recebeu R\$ 4,1 milhões
PT	Paulo Rocha Negou a ida de sua assessora ao Rural. Mais tarde descobriu-se saque de R\$ 470 mil. Listas indicam R\$ 920 mil	PT	Pedro Henry Segundo o assessor de Janene, também ordenava saques. Antes, já havia recebido acusação de Jefferson
PT	João Magno Recebeu R\$ 350 mil das empresas de Marcos Valério. O deputado diz que gastou em dívidas de campanha	PT	Pedro Corrêa Foi acusado por Jefferson de ser operador do mensalão no PP. O assessor de Janene disse que entregava dinheiro a ele

A situação de Dirceu é pior por vários motivos. Para começar, todos no Congresso acreditam que ele era o comandante de fato do PT ao longo do período em que foi ministro da Casa Civil. Assim, todos os atos da antiga direção partidária e especialmente do ex-tesoureiro Delúbio Soares entram em sua conta. Além disso, Dirceu é uma es-

pécie de muro de contenção para o Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer que a crise fique restrita ao Congresso. Para isso, avalia que é importante sacrificar cabeças coroadas. A de Dirceu inicia a lista, ao lado do ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha. Nas conversas particulares, Dirceu não esconde que está lutando sozinho, sem o apoio do governo. Pa-

ra piorar, nos anos em que foi o superministro, Dirceu criou imagem de arrogante e colecionou dezenas de desafeitos no Congresso. Isso não ajuda nada na hora da votação secreta.

"Sei que vou ser cassado", diz aos amigos. "Mas quero deixar claro que será um julgamento político, e não por corrupção." Sem perspectivas ►

	<p>Roberto Brant</p> <p>Reconhece que recebeu R\$ 103 mil da Usiminas por meio de uma conta de Valério. A Usiminas nega.</p>	<p>Roberto Jefferson</p> 	<p>Bispo Rodrigues</p>  <p></p> <p>Sacou pelo menos R\$ 150 mil da SMP&B. Segundo depoimentos, recebeu R\$ 400 mil no total. Ele nega.</p>
	<p>Sandro Mabel</p> <p>Acusado de participar do mensalão e de tentar comprar deputada por R\$ 1 milhão mais R\$ 30 mil mensais. Ele nega.</p>	<p>Acusado de liderar um esquema de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Roberto Jefferson foi cassado na quarta-feira 14 com o voto de 313 colegas da Câmara. Foi punido por ter acusado outros deputados sem apresentar provas e por ter embolsado R\$ 4 milhões de caixa dois, entre outras acusações. Recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas, por precaução, já pediu aposentadoria como deputado.</p>	<p>Valdemar Costa Neto</p>  <p></p> <p>Admitiu ter recebido R\$ 6,5 milhões dos R\$ 10,8 milhões atribuídos a ele. Disse que gastou em campanhas e renunciou.</p>
	<p>Romeu Queiroz</p> <p>Uma funcionária de Valério disse que ele sacou R\$ 350 mil. O deputado alega que entregou o montante ao PTB.</p>		

no plenário, ele aposta na estratégia jurídica. Vai tentar paralisar o processo no Supremo Tribunal, alegando que as acusações contra ele se referem ao período em que foi ministro. E, fora da Câmara, não poderia ter quebrado o decoro parlamentar. No STF, pouca gente acredita na eficiência da estratégia.

Os outros parlamentares engrossam a bancada nova, a do "esqueçam de mim". Apostam no tempo como tábua de salvação. Processos de cassação são lentos e a Câmara nunca lidou com tantos casos ao mesmo tempo. Boa parte dos julgamentos pode ficar para o ano que vem, quando o Congresso estará esvaziado pela campanha eleitoral. Para tirar o mandato de um parlamentar, é necessário maioria absoluta. Ou seja, 257 dos 513 deputados precisam votar pela cassação. Qualquer outra atitude, seja voto nulo, branco ou até a ausência na votação, conta a favor do par-

lamentar em julgamento.

Os políticos apostam que, depois de julgados os casos mais rumorosos, como os de Jefferson e Dirceu, a cobertura da imprensa vai diminuir e as sessões podem se esvaziar. No julgamento de Jefferson, 489 deputados marcaram presença. Com um quórum tão alto, ninguém escapa. Mas, se o número de presentes ficar em torno de 400, a salvação passa a ser possível. Por isso, insistem tanto em "tempo para defesa".

Se as liminares deram fôlego aos cassáveis, o STF lhes deu uma péssima notícia. Os ministros derrubaram a lei que concedia foro privilegiado a ex-autoridades. Isso significa que, se forem cassados, não terão o privilégio de responder a processos no Supremo. Aos olhos do Judiciário, se transformam novamente em cidadãos comuns e podem ser processados por juizados de primeira instância.

Boa parte dos acusados coleciona

processos em seus Estados de origem e não querem nem pensar em voltar a encarar os juizes e promotores de suas cidades. É o caso do líder do PP, José Janene. O Ministério Público do Paraná move dezenas de processos contra ele por acusações que vão de enriquecimento ilícito a fraudes com dinheiro público. Um levantamento concluído recentemente pelos promotores e revelado pela revista *IstoÉ* mostra que, entre 1997 e 1999, ele teria recebido R\$ 7,78 milhões. O dinheiro teria sido desviado da prefeitura de Londrina, em associação com o então prefeito, Antônio Belinatti. O dinheiro, repassado mensalmente, seria uma espécie de "avô do mensalão". Um problema velho, mas que pode voltar a incomodar. Para evitar isso e recuperar o foro privilegiado a partir do ano que vem, a melhor saída para os deputados pode ser a renúncia. ■

A CULPA É SEMPRE DO MORTO

Quando a situação apertou, eles jogaram a responsabilidade para cima de algum falecido

Alfama de Freitas O Globo

Kátia Rebello
Presidente do Banco Rural

Disse à CPI dos Correios que não tinha como dar detalhes sobre os empréstimos ao PT, pois quem cuidou disso foi o falecido diretor José Augusto Dumont

Alfama de Freitas O Globo

Roberto Jefferson
Ex-deputado, cassado na semana passada

Afirma que o primeiro montante recebido pelo PTB das mãos de Marcos Valério foi entregue ao finado deputado federal José Carlos Martinez

Sergio Amoral Faria

Severino Cavalcanti
Presidente da Câmara dos Deputados

Depois que apareceu o cheque do empresário Sebastião Buani para sua secretária, Severino e a moça disseram que o dinheiro era para Severino Júnior, seu filho morto

Gustavo Alfama O Globo

Pedro Corrêa
Deputado do PP acusado de ser operador do mensalão

Diz que quem entregou ao advogado Paulo Goiás o dinheiro apanhado com o assessor João Cláudio Genu foi o falecido deputado Valmor Giavarina

Alfama de Freitas O Globo

Rogério Buratti
Ex-secretário de Antônio Palocci em Ribeirão Preto

Garante que a pessoa que recebia a propina do PT na empresa Leão & Leão era o finado Ralf Barquete, outro ex-secretário da prefeitura

Rafaela Sato Kera Filho O Globo

Waldomiro Diniz
Ex-assessor da Casa Civil

Disse que a propina de 1% que ele estava pedindo ao empresário Carlinhos Cachoeira era para o amigo Armando Dilli, que depois acabou morrendo

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O resumo da ópera”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 7 de setembro do corrente.

Segundo o autor, “Daniel Dantas foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça, Dantas

encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal com o PT”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIOGO MAINARDI

O resumo da ópera

Estou tentando encaixar os fatos. Pelo que li até agora, parece-me que houve o seguinte:

Daniel Dantas foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça de sofrer uma perseguição num futuro governo Lula, por causa de sua ligação com o governo FHC, Dantas encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal de negociação com o PT. Em meados de 2002, Marcos Valério se aproximou de Delúbio Soares, que exigiu propina para financiar a campanha eleitoral e domesticar o partido.

Quando Lula foi eleito, o deputado

Júlio Delgado recolheu 189 assinaturas para instalar uma CPI sobre a privatização da Telebrás. João Paulo Cunha afundou-a imediatamente, obedecendo à orientação de José Dirceu. De acordo com a agenda da secretária Fernanda Karina Somaggio, poucos dias depois, em julho de 2003, Marcos Valério e Delúbio Soares se reuniram com Carlos Rodenburg, sócio de Dantas no Opportunity. Delúbio Soares cobrou ainda mais dinheiro de Dantas, porque o Palácio do Planalto queria financiar a compra de parlamentares de outros partidos, com o chamado “mensalão”.

Tudo correu direitinho até julho de 2004, quando Dantas foi acusado de contratar a empresa de espionagem Kroll para investigar seus adversários. Um dos alvos de Dantas era Luiz Gushiken, que mantinha uma disputa com José Dirceu pelo controle do PT. Gushiken retaliou por meio de seus subordinados nos fundos de pensão estatais, que fizeram um acordo secreto com o Citibank para afastar Dantas do comando da Brasil Tele-

com. Pelo acordo, sacramentado em janeiro de 2005, os fundos de pensão comprariam a participação do Citibank na Brasil Telecom por 1 bilhão de reais, o dobro do valor de mercado. A operação foi negociada pela Angra Partners, gestora dos fundos de pensão e formada por ex-funcionários do próprio Citibank. O que se comenta no mercado é que o superfaturamento da Brasil Telecom incluiria uma cota destinada ao PT, que permitiria desviar dinheiro dos fundos de pensão e substituir Dantas como maior financiador do caixa dois do partido.

Em fevereiro de 2005, o Citibank cumpriu sua parte do acordo e destituiu Dantas da gestão do fundo CVC, com o qual ele controlava a Brasil Telecom.

Exatamente no mesmo período, segundo Roberto Jefferson, começaram a minguar os recursos do “mensalão”. A explicação é simples: Dantas, passado para trás pelo governo, interrompeu o pagamento de propina aos parlamentares. O resultado foram a perda de controle do Congresso e a eleição de Severino Cavalcanti. Em defesa de Dantas, Roberto Jefferson procurou Lula e ameaçou denunciar o esquema de corrupção do governo. José Dirceu colocou a Abin em seu encaixo, para inti-

“Daniel Dantas foi achacado pelo PT. O achaque começou em 2002. Em maio daquele ano, João Paulo Cunha pediu uma CPI para investigar a privatização da Telebrás. Diante da ameaça, Dantas encarregou seu operador Marcos Valério de buscar um canal com o PT”

midá-lo. Começou também a procurar outras fontes de financiamento para o PT. A mais promissora previa a reestatização da Brasil Telecom e da Telemar, com o dinheiro dos fundos de pensão, operação bilionária que renderia uma boa comissão ao PT. José Dirceu já tinha sobre a mesa um projeto de lei que permitiria a fusão das duas empresas. Quando explodiu o caso de corrupção nos Correios, Roberto Jefferson, em vez de tentar uma composição, partiu para o ataque e mudou o jogo do governo, revelando o esquema de que havia sido beneficiário.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Estudo publicado pelo Banco Mundial e divulgado semana passada pelo jornal **Folha de S.Paulo** mostrou-me a necessidade de que nós, representantes da sociedade brasileira no Legislativo Federal, façamos uma profunda reflexão sobre a desigualdade social existente em nosso País.

Considerado campeão da desigualdade social na América Latina, o Brasil está melhor apenas do que quatro países africanos – Suazilândia, República Centro-Africana, Botsuana e Namíbia, segundo o estudo do Bird.

Segundo os autores do estudo, entre eles o economista brasileiro Francisco Ferreira, esta situação tende a se perpetuar, porque o Brasil reúne quase todos os ingredientes para não modificar o quadro atual.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, estamos vivendo um momento crucial na história de nosso País.

A cada dia fatos novos revelam a fragilidade de um governo que pretendia ter sido eleito para mudar exatamente esta alarmante desigualdade social que corrói nosso País.

Este Governo, no entanto, mostrou-se incapaz de atingir os objetivos a que se propôs e, pior, incapaz de assumir a responsabilidade que a Nação lhe outorgou há dois anos e nove meses.

É nesse sentido que venho hoje a esta Tribuna.

Quero propor aos senhores parlamentares que iniciemos uma reflexão profunda e responsável sobre a reconstrução de um Brasil mais justo e menos desigual.

Não podemos simplesmente passar os olhos por um estudo como este do Banco Mundial, sem refletir sobre a urgente responsabilidade desta Casa para romper com esse sistema que vem se perpetuando em nosso País.

É preciso que reconheçamos a importância do trabalho divulgado hoje, do qual destaco a seguinte afirmativa: “equidade são chances iguais a todos, independentemente de cor, raça ou nível social”.

Nossa população precisa ter chance de acesso à educação de qualidade, à saúde de qualidade, à moradia, ao saneamento básico, e a sonhar com uma vida mais digna para si e seus filhos.

Como seus representantes, nosso dever é trabalhar para garantir os seus direitos.

Nesse sentido, trago como colaboração a esta Casa, Proposta de Emenda à Constituição, de minha autoria, que já recebeu parecer favorável do Sena-

dor Tasso Jereissati, na Comissão de Constituição e Justiça.

Esta PEC é o primeiro passo para uma Lei de Responsabilidade Social, pela qual serão definidas metas macrossociais para o País e instituído um Índice Nacional de Responsabilidade Social para identificar os municípios onde essas metas serão mais bem aplicadas.

Os estados e a União também serão incluídos no Índice para medir a qualidade de vida da população, seu grau de inclusão social e a necessidade de aplicação das metas macrossociais.

Exemplos dessas metas são a geração progressiva de empregos, a erradicação da pobreza, a universalização do acesso à educação básica, a redução da mortalidade infantil e a imunização da população.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o resultado do estudo do Banco Mundial é por demais vexatório para nosso País.

Não podemos permitir que suas conclusões acerca do futuro do Brasil se confirmem.

Como integrantes do Legislativo nacional, podemos e devemos trabalhar para reverter esta “armadilha de desigualdades” apontada para nós, traçando um futuro de mais justiça e buscando o respeito que o Brasil realmente merece ter junto às demais nações.

Obrigada – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito tenho falado aqui neste Plenário, durante estes meus dois mandatos de Senador, da urgência e da importância de se solucionarem os entraves históricos que amarram, há mais de uma década, o desenvolvimento no nosso querido Estado de Roraima, que tenho a honra de representar nesta Casa.

Dentre os problemas centrais que aprisionam o nosso futuro promissor está, em posição de destaque e relevância, sem dúvida, a ausência de regularização fundiária e titulação das terras e a solução definitiva da pendência histórica referente à demarcação das terras indígenas e a definição da destinação de áreas produtivas para agricultura e pecuária.

Neste aspecto, apesar de outras demarcações registradas, tornou-se emblemática, sem dúvida, a questão referente à área indígena Raposa e Serra do Sol.

Esta área teve seu decreto de demarcação editado em 1998, sem que o Governo do Estado tivesse atuado para fazer as contestações necessárias, durante a elaboração do laudo antropológico, nem apresentar o contraditório que geraria o debate e a busca de uma solução negociada entre todos os segmentos envolvidos. Em decorrência deste fato, que tornou-se

preocupação para o Estado, me manifestei diversas vezes, na pregação de uma solução que garantisse a demarcação da área, mas, que também garantisse a continuidade da agricultura empresarial, uma atividade produtiva consolidada e tão importante para a nossa combatida economia.

Estas gestões culminaram com o Ofício nº 17/99, de 10 de fevereiro de 1999, encaminhado ao então Ministro da Justiça Renan Calheiros (anexo 1), que ponderava aspectos importantes de solução e apresentava proposta para pacificação da questão.

Com a mudança ministerial, encaminhei novamente, proposta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através do Ofício nº 087/00, de 7 de abril de 2000, (anexo 2).

Nesta nova proposta apresentada relatamos, tanto ao Presidente, quanto ao novo Ministro da Justiça José Carlos Dias, através do Ofício nº 085/00, de 7 de abril de 2000 (anexo 3), as medidas que entendíamos importantes para a solução do conflito e das pendências das demarcações no Estado.

Entre as propostas, estava a utilização das fazendas repassadas à União pela massa falida do Banco Bamerindus, conhecidas como fazendas Bamerindus, para relocação dos ocupantes de áreas indígenas já demarcadas, como a área de São Marcos. Junto com a proposta encaminhei Ofício nº 041/98, de 10 de março de 1998 (anexo 4), de tratativas de utilização das fazendas com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungman. Do mesmo modo, Ofício e proposta nº 045/98, de 10 de março de 1998 (anexo 5), encaminhado ao então Presidente da FUNAI, Sullivan Silvestre, acompanhados de Nota Técnica da Embrapa referentes às Fazendas Murupú, Cauamé e Truarú, conhecidas como Fazendas Bamerindus (anexo 6).

Acostamos também à proposta Ofício do Banco Central nº 98/0101, de 15 de dezembro de 1998 (anexo 7), direcionado à Embrapa que definia a transferência dessas fazendas para o patrimônio da União, anexamos, também, documento resposta da Embrapa ao Banco Central sobre a questão, através do Ofício 456/98, de 22 de dezembro de 1998 (anexo 8) e documento da Secretaria de Patrimônio da União, Ofício 275/SPU, de 5 de julho de 1999 (anexo 9), dirigido à Embrapa.

Assim procuramos, permanentemente, o diálogo e a proposição de ações concretas que ensejassem uma solução menos traumática para a questão.

Recebemos manifestações importantes neste período, como o documento da Associação Comercial e Industrial de Roraima – ACIR, de 01 de março de 2000 (anexo 10), assim como da Associação dos Arrozeiros de Roraima (anexo 11).

Permanentemente, continuamos buscando o diálogo sem que se conseguisse uma ação mais construtiva e propositiva do Governo do Estado de Roraima. Em 11 de fevereiro de 2003, logo após a posse do Governador Flamarion Portela, encaminhei Ofício nº 033/2003, (anexo 12), propondo uma pauta de ações a serem empreendidas pela Governo do Estado e me colocando à disposição para colaborar e ajudar na busca de soluções.

A Bancada Federal de Roraima também atuou em conjunto, debatendo, discutindo e encaminhando documentos ao Governo Federal e ao Presidente da República (anexo 13).

É importante esclarecer que tratei pessoalmente do assunto, por diversas vezes, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, com o Presidente Lula. Encaminhei ao Presidente Lula, uma carta pessoal, datada de 15 de abril de 2004 (anexo 14), quando já se tratava da homologação da demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, que havia sido demarcada em 1998.

Nesta carta, ponderava ao Sr. Presidente, que deveriam ser feitos alguns ajustes quando da homologação da área. Propunha uma pequena correção com a retirada das áreas produtivas de várzeas, onde existe hoje a cultura de arroz, a sede das vilas e a área de construção da Hidrelétrica do Cotingo, além disso, propunha a federalização das estradas estaduais que cortam a área. Algumas ponderações foram acatadas e outras não. A área indígena foi homologada e a população roraimense foi tomada de um temor real sobre o futuro do Estado.

Este é um desafio que temos que enfrentar.

Viabilizar Roraima, com suas terras produtivas e suas terras indígenas.

Retomar a confiança no Estado e na segurança jurídica da produção, com a titulação e a regularização Fundiária das áreas produtivas. Resolver o desafio da produção do arroz e tratar condignamente e com respeito esses produtores.

Quero encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, reafirmando que, apesar desses percalços, eu acredito cada vez mais no nosso Estado de Roraima, na nossa gente e no nosso futuro promissor.

Estamos na Amazônia e temos uma população indígena significativa. Estas são duas verdades inexoráveis. São verdades que mais do que conviver, devemos saber potencializar para gerar um desenvolvimento auto-sustentado que, respeitando o meio ambiente com inteligência, competência, compromisso político e responsabilidade, possa melhorar a vida de todos; produtores, índios e famílias de Roraima.

Tenho a certeza que é possível construir este caminho, caminho que, ao desenvolver o nosso Estado, estará sinalizando para todo o País o exemplo dado pelo nosso povo e pela nossa terra.

Era o que eu tinha a dizer, obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXO 1

Ofício nº 017/99, de 10/02/1999, Encaminhado ao Ministro da Justiça, Senador Renan Calheiros.

Of. nº 017/99 - GSRJ

Brasília, 10 de fevereiro de 1999

Senhor Ministro,

O Estado de Roraima vive um momento extremamente delicado, que poderá definir o seu futuro como região de desenvolvimento e progresso.

A demarcação de terras indígenas em Roraima é um fator decisivo para nortear, não só a ocupação geográfica dos espaços vazios, mas, principalmente, para definir a matriz de produção que deverá sustentar o crescimento do novo Estado.

Sabemos que é de fundamental importância a demarcação das terras indígenas, e registramos que deve, prioritariamente, ser definida esta questão, não só em Roraima, mas em todo o País.

No entanto, no nosso caso específico, em decorrência da portaria que definiu a demarcação da área indígena Raposa e Serra do Sol, no norte do Estado, gostaríamos de sugerir algumas reflexões, e encaminhar proposta de adaptação da demarcação, no intuito de colaborar e buscar a harmonia entre as populações de índios e não índios, além de propiciar o equilíbrio necessário para o setor econômico de Roraima, que sendo incipiente, poderá sofrer um golpe de difícil recuperação, caso se confirme a situação atual

Assim sendo, encaminhamos anexo, proposta de exclusão da maior várzea produtiva no Estado de Roraima, com ocupação e investimentos vultosos. A retirada desta área, possibilitada pela própria portaria desse Ministério, que prevê ajustes em áreas de conflito, permitirá o desenvolvimento imediato dos projetos agrícolas em andamento, que representam, hoje, a maior atividade produtiva do Estado.

Vale a pena ressaltar que os estudos anteriores e a antiga proposta, da própria FUNAI, já previam a retirada de grande parte desta área supra mencionada.

Registre-se, ainda, que além das várzeas de produção, que não são ocupadas por qualquer membro das comunidades indígenas da região, contêm a nossa proposição, também, a exclusão do complexo turístico do Lago Caracaranã, hoje, a principal estrutura de turismo existente no Estado, e em franca operação.

Certo da atenção de Vossa Excelência para esta questão, que é vital para o equilíbrio econômico de Roraima e para a pacificação de todo o nosso povo, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos, ao tempo em que renovamos protestos de consideração e apreço.

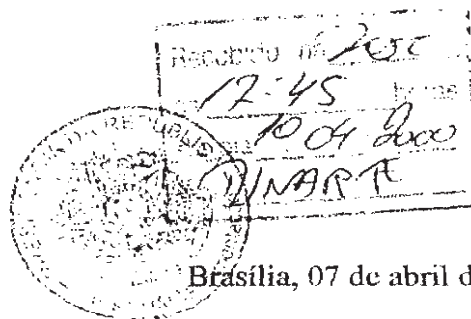

Senador Romero Jucá

Exmº Senhor
Senador Renan Calheiros
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília - DF

ANEXO 2

Ofício nº 087/00, de 07/04/2000,
Encaminhado ao Exmº Senhor Presidente da
República, Fernando Henrique Cardoso.

Of. Nº 087/00 – GSRJ



Brasília, 07 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Tenho, reiteradamente, manifestado através de correspondências, audiências e manifestações públicas a minha preocupação com os rumos tomados pelo processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima.

Como Senador pelo meu Estado, e com experiência de Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tenho procurado trazer a este processo, e ao debate em torno do tema, questões que considero relevantes e que acredito precisam ser explicadas, novamente, para tentar encaminhar soluções e entendimentos que, infelizmente, acredito estarem longe de serem efetivados.

Para a solução da questão de Roraima e a pacificação de sua população, entendo serem necessários as colocações de algumas premissas, e posteriormente de uma proposta com um conjunto de ações, que ao meu ver, se implementadas, tornariam a solução adequada aos diversos segmentos envolvidos, bem como ao nosso estado e país.

Preocupa-me não só o processo de demarcação e a solução em si, mas, principalmente, o dia seguinte. A continuidade da relação entre índios e não índios no nosso estado, e, em especial, nas áreas demarcadas.

Infelizmente, por parte de alguns, o nível do discurso e a truculência verbal têm sido ampliados, não colaborando em nada para uma solução pacífica e negociada.

Excelentíssimo Senhor

Doutor. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

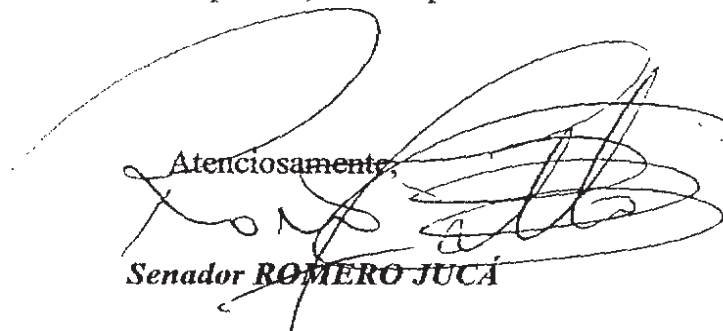
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

Esplanada dos Ministérios

Brasília - DF

Isto Posto, encaminho, em anexo, a Vossa Excelência cópia de correspondência enviada ao Ministro da Justiça e à FUNAI propondo ações que, entendo, surtiriam efeito na busca de um entendimento e de uma solução negociada.

Certo da preocupação de Vossa Excelência e da ação na busca de justiça almejada por todos os envolvidos nesta questão, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Senador **ROMERO JUCÁ**

ANEXO 3

Ofício nº 085/00, de 07/04/2000,
Encaminhado ao Ministro da Justiça, Dr.
José Carlos Dias.

Of. Nº 085/00 – GSRJ

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CÓDIGO 38000
393/17
10 ABR 17 27 000000
Brasília, 07 de abril de 2000

Senhor Ministro

Tenho, reiteradamente, manifestado através de correspondências, audiências e manifestações públicas a minha preocupação com os rumos tomados pelo *processo de demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima*.

Como Senador pelo meu Estado, e com experiência de Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, tenho procurado trazer a este processo, e ao debate em torno do tema, questões que considero relevantes e que acredito *precisam ser explicitados, novamente, para tentar encaminhar soluções e entendimentos que, infelizmente, acredito estarem longe de serem efetivados.*

Para a solução da questão de Roraima e a pacificação de sua população, entendo serem necessários as colocações de algumas premissas, e, *posteriormente, de uma proposta com um conjunto de ações, que, ao meu ver, se implementadas, tornariam a solução adequada aos diversos segmentos envolvidos, bem como ao nosso estado e país.*

Preocupa-me não só o processo de demarcação e a solução em si, mas, principalmente, o dia seguinte. A continuidade da relação entre índios e não índios no nosso estado, e, em especial, nas áreas demarcadas.

Infelizmente, por parte de alguns, o nível do discurso e a truculência verbal têm sido ampliados, não colaborando em nada uma solução pacífica e negociada.

Exmº Sr.
DR. JOSÉ CARLOS DIAS
DD. Ministro de Estado da Justiça
Esplanada dos Ministérios
Brasília - DF

Equívocos estão sendo cometidos, que só agudizam o problema. Não cabe, no entanto, procurar culpados, apontar falhas ou radicalizar o discurso político, usando este momento como plataforma eleitoral. Agir assim seria mais do que desconhecer a gravidade do problema, seria a tentativa de usar os segmentos envolvidos em manobras que comprometeriam o futuro de muitas vidas.

Isto posto, gostaria de registrar e propor um conjunto de ações, algumas delas já iniciadas por mim, e até explicitadas em documentos anteriores enviados a este Ministério e outras entidades.

1 – Discussão em bloco de todas as demarcações a serem realizadas no Estado de Roraima, com solução única e definitiva. (Este fato resolveria em um único processo de entendimento todas as pendências existentes no Estado, evitando soluções “conta gota”, que só contribuem para inflamar os discursos e municiar o nervosismo reinante. A população e o estado são sabem até onde vai o processo de demarcação, e fica parecendo, para alguns, que, a cada início de procedimento, vai se formando uma ação proposital para inviabilizar o estado, o que sabemos, não ser verdadeiro)

2 – Acolhimento de proposta da comunidade indígena de São Marcos/Pacaraima, que pretende a exclusão da área indígena, da zona urbana da sede do município de Pacaraima. (Esta proposta feita pela comunidade indígena demonstra equilíbrio e busca solução que evite conflitos já existentes. Ao encaminhar à FUNAI e ao Ministério Público Federal tal proposta, os índios demonstraram equilíbrio, sensatez e busca de pontos convergentes de entendimento. Hoje a sede de Pacaraima cresce em ocupação, estando situado em área indígena, na fronteira com a Venezuela, tendo, inclusive, um quartel do Exército em sua localidade. É de fundamental importância que se resolva esta questão, até pela posição geográfica estratégica da vila na área de fronteira, e a expectativa de ampliação da relação, inclusive comercial, do Brasil com a Venezuela, explicitada várias vezes pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso).

3 – Demarcação de área indígena de Raposa e Serra do Sol com a exclusão das vilas e povoados estratégicas, bem como a manutenção da áreas imprescindíveis à produção agrícola, em especial à cultura do arroz. (Existem, hoje, algumas fazendas produtivas nas áreas que são extremamente importantes para a economia do estado e estão localizadas em várzeas não ocupadas. Quanto às vilas, procura-se analisar cada uma por si, sua população, sua importância e suas perspectivas).

4 – Disponibilização imediata de recursos para a execução das indenizações correspondentes, dentro de um processo de avaliação leal e justo. (Em várias propriedades estão colocados vidas inteiras de trabalho, dedicação e amor à terra. Historicamente, inclusive, no estado de Roraima, as possíveis indenizações têm se arrastado por muitos anos, com processos intermináveis que vão de avaliações irrisórias e injustas, à burocratização legalista que atrasa e faz

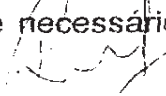
perder-se nos escaninhos da administração pública a vontade e o direito do cidadão. Seria necessário, inclusive, levantar as pendências de indenizações de anos, que existem sobre a demarcação de outras áreas indígenas realizadas anteriormente).

5 – Disponibilização imediata das áreas das fazendas do antigo Banco Bamerindus, a Murupú, a Cauamé e a Truarú, todas localizadas no município de Boa Vista. (Tais propriedades já estão à disposição da União, como pode ser visto por documento em anexo da Secretaria do Patrimônio da União, e teria sido disponibilizada para a EMBRAPA, que também, de acordo com contato mantido por mim, e documentos, também anexos, do Presidente Alberto Duque Portugal, estariam disponíveis para a realocação de várias fazendas que seriam indenizadas com o processo de demarcação. Proponho assim que este trabalho de realocação das fazendas seja coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário INCRA, inclusive já tendo também mantido contatos anteriores com o Ministro Raul Jungmann. (Desta forma, teria o Poder Público a condição de realocar a grande maioria de fazendas de gado das regiões demarcadas, possibilitando a retomada imediata da atividade pecuária, na maioria das vezes em condições iguais ou superiores a das fazendas antigas, tendo em vista, de um lado, a potencialidade das fazendas Bamerindus, com mais de 70 mil hectares, tendo grande parte já formada, e, de outro, a falta de condição e a insegurança dos proprietários das fazendas em áreas indígenas que há anos não conseguem investir ou realizar de forma tranqüila o seu trabalho. Sendo assim, com a utilização das fazendas Bamerindus, ganhariam o Estado, seus produtores, as comunidades indígenas, que teriam solucionada a ocupação de terras indígenas, e a própria União, que daria destinação a um patrimônio importante).

6 – Disponibilização, pela União, de novas áreas necessárias para a realocação de quaisquer famílias de produtores que tivessem direito, dentro do processo de indenização e deixassem de ser contempladas na utilização das fazendas Bamerindus.

7 – Articulação entre Ministérios do Governo Federal, Governo do Estado e Municípios para destinação de recursos para complementação de atividades necessárias ao apoio às populações indígenas e áreas de demarcação, notadamente, nos setores de saúde, educação e apoio à produção, inclusive com a implantação do PRONAF – Indígena, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Dessa forma, em conjunto com a demarcação e sua solução, viriam ações que contemplariam as comunidades, ampliando a presença do Poder Público em apoio e como respostas aos anseios indígenas).

Senhor Ministro, ao colocar estas proposições, já objeto de debates e entendimentos mantidos, anteriormente, com as equipes da FUNAI, do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da EMBRAPA e de outros segmentos, inclusive representações de comunidades indígenas de Roraima, venho novamente reafirmar a urgente necessidade de tomada de decisões que restabeleçam um equilíbrio salutar e necessário não só entre índios e não índios,



mas, também, entre as próprias comunidades indígenas que começam a se dividir, numa perspectiva histórica de tremendo prejuízo para aquelas populações. Cabe a todos nós, como representantes e ocupantes de cargos de autoridades do Poder Público, o equilíbrio e a abertura para busca de soluções que possam preservar as comunidades indígenas, suas tradições e suas condições de vida, ao tempo que os fortaleçam no convívio e na relação com não índios, permitindo uma Roraima digna e justa.

O Estado de Roraima tem um forte componente indígena no seu espaço geográfico e na sua formação étnica.

Cabe a todos nós zelar para que isto seja encarado de forma correta e contribua para o desenvolvimento e a grandeza de todos os brasileiros.

Ficando no aguardo da manifestação de Vossa Excelência, renovo-lhe a minha disposição de colaborar e os meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,



Senador ROMERO JUCÁ

ANEXO 4

Ofício nº 041/98, de 10/03/1998,
Encaminhado ao Ministro Extraordinário de
Política Fundiária, Raul Belens Jungmann.

Of. nº 041/98 - GSRJ

Brasília, 10 de março de 1998

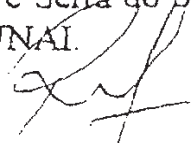
Senhor Ministro,

A demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima e, conseqüentemente, a retirada de fazendeiros e ocupantes históricos das referidas áreas, tem gerado um clima de insegurança e de desestabilização econômica na nossa região.

Se, por um lado, a lei garante aos índios o direito às suas terras imemorais, e isto não se discute, por outro lado, a mesma legislação determina que os ocupantes de boa fé dessas terras, quando demarcadas, sejam indenizados por suas benfeitorias, e reassentados de acordo com os critérios vigentes.

A ausência destes procedimentos nos processos de demarcação de terras indígenas em Roraima tem contribuído, sensivelmente, para o clima de tensão e conflito que tem se instalado no nosso Estado, inclusive pela omissão do seu Governo.

No intuito de contribuir com a solução destas questões, pacificando Roraima e, principalmente, fazendo justiça a dezenas de famílias que trabalharam e construíram um patrimônio que, de um dia para outro, se esvai com a demarcação indígena, proponho a Vossa Excelência a utilização, pelo INCRA, dos mais de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento dos fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas que estão sendo removidos, notadamente das áreas de São Marcos, Raposa e Serra do Sol e outras menores, cujos levantamentos já foram realizados pela FUNAI.



Exmº Sr

Dr. RAUL BELENS JUNGSMANN

DD - Ministro Extraordinário de Política Fundiária

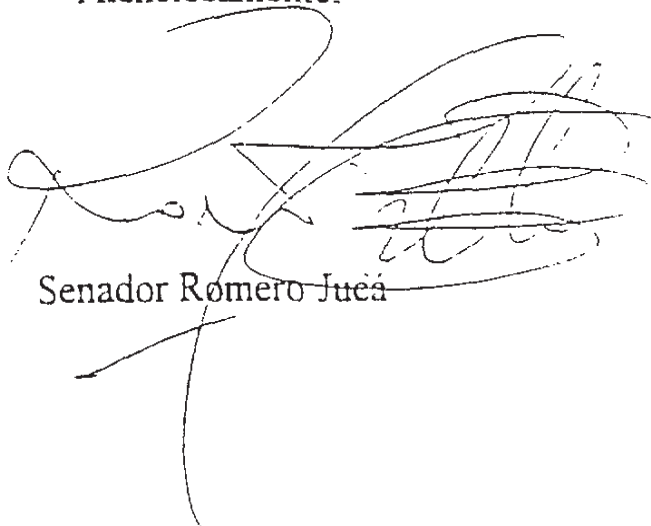
INCRA/BR

Recebido no Protocolo

Restaria, assim, com este reassentamento realizado, buscar os recursos junto à FUNAI, para as respectivas indenizações, fato este que seria tratado quando da elaboração da proposta orçamentária do próximo ano.

Certo da atenção de Vossa Excelência para o caso, e de sua sensibilidade na busca de uma solução que atenda aos índios e aos produtores rurais, coloco-me à disposição, ao tempo em que renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several overlapping loops and horizontal strokes, positioned above the printed name of the senator.

Senador Romero Jucá

ANEXO 5

Ofício nº 045/98, de 10/03/1998, Encaminhado ao Presidente da FUNAI, Sullivan Silvestre Oliveira.

Of. nº 045/98 - GSRJ

Brasília, 10 de março de 1998

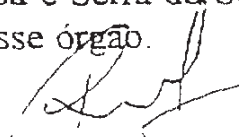
Senhor Presidente,

A demarcação de terras indígenas no Estado de Roraima e, conseqüentemente, a retirada de fazendeiros e ocupantes históricos das referidas áreas, tem gerado um clima de insegurança e de desestabilização econômica na nossa região.

Se, por um lado, a lei garante aos índios o direito às suas terras imemoriais, e isto não se discute, por outro lado, a mesma legislação determina que os ocupantes de boa fê dessas terras, quando demarcadas, sejam indenizados por suas benfeitorias, e reassentados de acordo com os critérios vigentes.

A ausência destes procedimentos nos processos de demarcação de terras indígenas em Roraima tem contribuído, sensivelmente, para o clima de tensão e conflito que tem se instalado no nosso Estado, inclusive pela omissão do seu Governo.

No intuito de contribuir com a solução destas questões, pacificando Roraima e, principalmente, fazendo justiça a dezenas de famílias que trabalharam e construíram um patrimônio que, de um dia para outro, se esvai com a demarcação indígena, proponho a V. S^a a utilização, pelo INCRA, dos mais de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento dos fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas que estão sendo removidos, notadamente das áreas de São Marcos, Raposa e Serra do Sol e outras menores, cujos levantamentos já foram realizados por esse órgão.



Ilm^o Sr

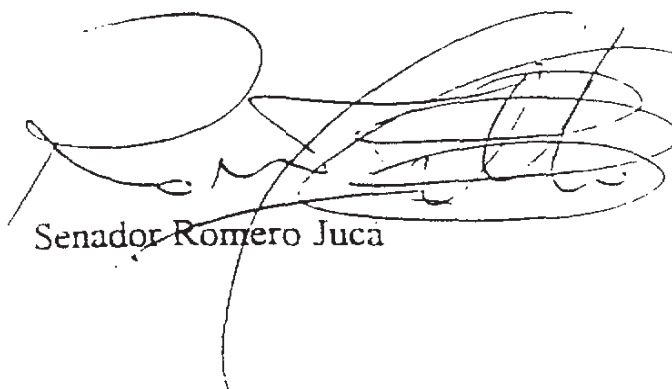
Dr. SULLIVAN SILVESTRE OLIVEIRA

MTD, Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Restaria, assim, com este reassentamento realizado, buscar os recursos junto a essa Fundação, para as respectivas indenizações, fato este que seria tratado quando da elaboração da proposta orçamentária do próximo ano.

Certo da atenção de V. S^a para o caso, e de sua sensibilidade na busca de uma solução que atenda aos índios e aos produtores rurais, coloco-me à disposição, ao tempo em que renovo protestos de consideração e apreço.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Romero Juca', is written over a large, faint, circular stamp or watermark. The signature is fluid and somewhat stylized.

Senador Romero Juca

Nota Técnica da Embrapa sobre a regularização das fazendas Mitacoré (PR), Murupú, Caumé e Truaru (RR).



NOTA TÉCNICA

REGULARIZAÇÃO DAS FAZENDAS MITACORÉ (PR), MURUPU, CAUMÉ E TRUARU (RR)

- ⇒ *Através do Banco Central, como pagamento com vistas à amortização de dívida perante as Reservas Monetárias por parte do Grupo Bamerindus, foi transferido ao Patrimônio da União as Fazendas Mitacoré, situada no Município de São Miguel do Iguaçu, PR, e Fazendas Murupu, Caumé e Truaru, localizadas em Boa Vista, RR.*

- ⇒ *Segundo documentos tramitados em função dos respectivos processos, tais bens seriam afetados à Embrapa, que se manifestou pela correspondência C.PR.Nº 189, de 19/5/99, de forma que a cessão de tais bens deveria ser procedida por meio de Decreto presidencial de incorporação, como integralização do Capital Social da Embrapa, consoante a Lei 5.851, de 7/12/72, não interessando à mesma a posse precária dos bens objeto.*

- ⇒ *Das tratativas e análise final da situação, como resposta a Embrapa recebeu da Secretaria do Patrimônio da União o Ofício nº 275/SPU, de 5/7/99, dando conhecimento que a Secretaria pretendia formalizar com a Embrapa tão somente a cessão das Fazendas, cuja utilização ficaria vinculada à destinação prevista para a consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo da Embrapa.*

- ⇒ *Diante dos fatos, foi expedida pela Embrapa, a correspondência C.PR.Nº 278, de 4/8/99, formalizando a desistência de utilização dos bens por não ser de interesse o recebimento dos mesmos na forma pretendida, caracterizando a inviabilidade face os problemas orçamentários por que passam as instituições em geral.*

ANEXO 7

Ofício DEPAD/GABIN-98/0101, de
15/12/1998, do Banco Central do Brasil.

OFÍCIO DEPAD/GABIN-98/0101
Pts. 9700784663 e 9800822097

Brasília (DF), 15 de dezembro de 1998.

Senhor Diretor,

Como é do conhecimento de V. Sa., o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 18.12.97 (Voto CMN nº 185/97, de 30.10.97), aprovou o recebimento de imóveis rurais pertencentes ao grupo Bamerindus, com vistas à amortização de dívida perante as Reservas Monetárias, dentre eles aqueles denominados Fazenda Mitakoré, situada no município de São Miguel do Iguaçu (PR), e Fazendas Murupu, Caumé e Truaru, localizadas em Boa Vista (RO).

2. Estabeleceu-se, ainda, que os imóveis citados seriam oportunamente transferidos ao Patrimônio da União e, após os procedimentos necessários a cargo daquela Secretaria, afetados à EMBRAPA, conforme interesse previamente demonstrado por essa empresa.

3. Todos os passos necessários à concretização do negócio encontram-se concluídos, conforme documentação encaminhada à Secretaria do Patrimônio da União, cuja cópia foi remetida a V. Sa., consoante expedientes DEPAD/CONOR-98/ 0566 e 98/0715, de 02.09 e 03.11.98, respectivamente.

A Sua Senhoria o Senhor

José Roberto Rodrigues Peres
Diretor Executivo da Empresa Brasileira
De Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
SAIN Parque Rural – W3 Norte
70770-991 – Brasília (DF)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

4. Entretanto, embora os imóveis já tenham sido oficialmente transferidos ao Patrimônio da União, permanecem sob posse e guarda do Banco Bamerindus do Brasil S.A., em liquidação extrajudicial. Além disso, ainda não recebemos dessa empresa, devidamente assinados, os contratos de cessão de uso daquelas fazendas, datados de 05 e 13.05.98.

5. Nessas circunstâncias, e considerando a preocupação estampada pelo Bamerindus no expediente BBB/LIQ/98-0499, de 25.11.98 (cópia anexa), preocupação essa levada ao conhecimento da Diretoria desta Casa, solicitamos a gentileza de suas providências quanto à assinatura e devolução a esta Autarquia dos contratos de 05 e 13.05.98, bem como à efetiva assunção do patrimônio destinado à EMBRAPA.

Aproveitamos o ensejo para renovar a V. Sa. nossos protestos de estima e consideração.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE PROCESSOS
ADMINISTRATIVOS E DE REGIMES ESPECIAIS



Francisco Munia Machado
Chefe

ANEXO 8

Ofício C.PR. nº 456/98, de 22/12/1998, do
Diretor-Presidente da Embrapa, Alberto
Duque Portugal.



C.PR. Nº 456 /98

Brasília-DF, 22 de Dezembro de 1.998.

Ilmº. Sr.

Dr. FRANCISCO MUNIA MACHADO

Chefe do Departamento de Controle de Processos

Administrativos e de Regimes Especiais do

Banco Central do Brasil

N E S T A

Prezado Senhor,

Reportando-nos ao vosso OFÍCIO DEPAD/GABIN-98/0101, de 15 do corrente, informamos a V.Sª. que a Cessão, à Embrapa, dos imóveis rurais denominados "Fazenda Mitakoré", "Fazendas Murupu, Caumé e Truaru", localizadas, respectivamente, nos municípios de São Miguel do Iguaçu (PR) e Boa Vista (RR), que pertenciam ao grupo Bamerindus, adquiridas pela União Federal com recursos das Reservas Monetárias, deverá ser procedida por intermédio de Decreto presidencial de incorporação, como integralização do Capital Social da Embrapa, consoante a Lei 5.851, de 07.12.72, não interessando a esta Empresa sua posse precária.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



ALBERTO DÚQUE PORTUGAL
Diretor-Presidente da Embrapa

ANEXO 9

Ofício nº 275/SPU, de 05/07/1999, do Secretário do Patrimônio da União, Pedro Clovis Santoro Arake.

12-22
14/07
MINISTÉRIO DO ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DO PATRIMÔNIO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Ofício n.º 275 / SPU

Brasília 05 de julho de 1999.

Senhor Presidente,

Faço referência à C.PR.nº 189, de 19.05.99, mediante a qual essa Empresa solicitou à Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio a regularização dos imóveis denominados Fazendas Mitakoré, Murupu, Caumé e Truaru, situadas nos Estados do Paraná e de Roraima.

2. A propósito, informo a V.Sa. que o pleito na forma apresentada, *"incorporação dos imóveis por Decreto Presidencial, com integralização no seu Capital Social"*, vem de encontro às diretrizes desta SPU, que pretende alienar apenas mediante contrapartida financeira, os imóveis que não se prestam para uso no serviço público. ✓

3. Lembro, por oportuno, que segundo o voto BCB nº 402/97, aprovado por voto do CMN nº 185/97, os referidos imóveis seriam incorporados ao patrimônio da União, mediante dação em pagamento, no contexto da liquidação extrajudicial do Grupo Bamerindus, para afetação à EMBRAPA, por se prestarem com perfeição na consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária. ✓


4. No entanto, considerando que a afetação dos imóveis à EMBRAPA não implica transferência de domínio, esta SPU, em cumprimento do que ficou determinado nos referidos votos e no expediente DEPAD/CONOR-98/0338, de 21.05.98, (anexos por cópia), pretende formalizar com a EMBRAPA, apenas a cessão das Fazendas, cuja utilização ficará vinculada à destinação prevista, ou seja, para consecução dos objetivos dos programas de pesquisa agropecuária, ficando os custos de administração dos imóveis a cargo dessa Empresa. ✓

À Sua Senhoria o Senhor
ALBERTO DUQUE PORTUGAL
Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
NESTA

(Continuação do Ofício SPU nº 2/5)

5. Diante disso, solicito a V.Sa. a gentileza de examinar o assunto e confirmar junto a esta Secretaria, com a urgência que o caso requer, se a EMBRAPA tem interesse pela formalização da cessão, na forma proposta ou, permanecendo a posição anterior de que só interessa a incorporação do imóvel com integralização no seu capital social, formalizar a desistência da utilização dos imóveis pelos motivos que a justifiquem.

Atenciosamente,



PEDRO CLÓVIS SANTARO ARAQUE
Secretário do Patrimônio da União, Substituto

ANEXO 10

Carta do Presidente da Associação Comercial e Industrial de Roraima – ACIR, de 01/03/00, Sander Fraxe Salomão.



Boa Vista/RR, 01 de Março de 2000.

CT/ACIR 34/2000

Ao Excelentíssimo
Sr. Romero Jucá Filho
SENADOR/RR

Sr. Senador,

A ACIR – Associação Comercial e Industrial de Roraima, preocupada com a indefinição da situação fundiária no Estado de Roraima, mostra a situação imposta por organismos internacionais, com a concordância da FUNAI, desestabilizando a convivência pacífica e ordeira dos brasileiros índios e a sociedade roraimense.


Vemos com grande preocupação a situação do Estado de Roraima, em especial no tocante ao desenvolvimento econômico e social, pois as fronteiras do nosso Brasil, notadamente aqui no extremo norte, correm grandes riscos de intencionalidades desestabilizadoras por parte de organismos alheios aos interesses do nosso povo.

Os empresários e a sociedade de Roraima estão apreensivos com tais medidas que o governo brasileiro vem adotando a respeito da questão fundiária, no tocante às demarcações das terras indígenas na Amazônia. A ACIR, ao longo dos anos de sua existência, vem mostrando tais fatos às autoridades de Roraima e do Governo Federal, alertando a todos para as graves e imagináveis consequências da implantação de verdadeiro “apartheid” étnico e social neste setentrão.

Outrossim, transmitimos a Vossa Excelência que a nossa Casa já está engajada, em alerta sempre, para a defesa do nosso Brasil e do desenvolvimento pacífico e ordeiro no Estado de Roraima.

Cordiais Saudações,


Sander Fraxe Salomão
Presidente


Derval da R. Furtado
Dir. Secretário

ANEXO 11

Carta do Presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima , de 29/01/99, Vicente Gianluppi.

Boa Vista(RR), 29 de janeiro de 1999.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
SENADOR: ROMERO JUCÁ FILHO
BRASILIA / DF

Senhor Senador.

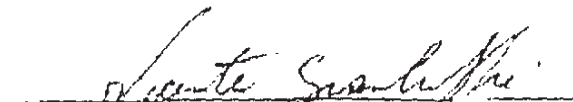
Surpreendidos com a publicação, no **Diário Oficial** da União, da Portaria n.º 820, declarando como posse permanente dos índios a área denominada Raposa/Serra do Sol fomos a protestar em praça pública em 31/12/98. Lá vociferamos contra tudo e contra todos. Não poupamos, em especial, os parlamentares que nos representam em Brasília. mas o fizemos, SENHOR SENADOR, convictos porque como diz aquele provérbio popular " em árvore que não dá fruto não vale a pena bater".

V. Excelência dissera ao Ministro da Justiça, Renan Calheiros, que Roraima não vai mais fazer, servilmente, tudo o que lhes é imposto por Brasília, quando lá se reuniram a quase totalidade de nossos parlamentares federais, produtores, tuxatus e Senadores. Acompanhamos, também, com muito interesse seu firme posicionamento em defesa do setor produtivo do Estado.

Parabenizamos a atuação de V. Excelência nessa estafante busca de uma solução que satisfaça a todos os roraimenses.

Que Deus ilumine e bendiga sua consciência e sua alma na certeza de que V. Excelência continuará a ser um zeloso vigilante do setor produtivo do Estado.

Ao ensejo, renovamos nossos protestos de elevada estima e apreço.


Associação dos Arrozeiros de Roraima
Eng.º. Agr.º. Vicente Gianluppi - Presidente

ANEXO 12

Ofício nº 033/03, de 11/02/2003, encaminhado ao Governador de Roraima, Francisco Flamarion Portela.

Gabinete do Senador ROMERO JUCA

OF 033-A/2003 GSRJ

Boa Vista, 11 de fevereiro de 2003.

Senhor Governador,

A solução pacífica da questão Fundiária e Indígena de Roraima, será fator determinante para a implantação de um processo de desenvolvimento sustentado que possa, melhorando a vida de todos, índios e não índios, construir aqui o estado que todos sonhamos.

Tenho ao longo de meu mandato de Senador, procurado defender uma solução negociada, que implante a paz como instrumento de transformação social.

Entendo que já passa da hora do Governo Estadual coordenar este processo, apresentando uma proposta que possa, diminuindo as resistências de todos, implantar uma realidade melhor para fazendeiros, índios e habitantes dos municípios afetados, principalmente Normandia, Uiramutã e Pacaraima.

Sendo assim e colocando-me a disposição, gostaria de registrar abaixo algumas sugestões como propostas para uma ação conjunta com o Governo Federal de todas as forças políticas do nosso estado, da sociedade organizada, entidades de representação Indígenas além de outros parceiros que queiram contribuir com este enorme desafio.

1º - Governo do Estado formaria grupo com representação de todas as forças políticas do Estado, Prefeitos, Vereadores e entidades envolvidas na questão fundiária. A Coordenação dos trabalhos ficaria a cargo do Executivo Estadual.

2º - O grupo credencia interlocutores junto ao governo Federal, para fluir as tratativas de modo célere e harmônico.

3º - O grupo apresenta proposta ao governo Federal para servir de base de discussão. Esta proposta deve conter algumas premissas:

Excelentíssimo Senhor
Francisco Flamarion Portela
M.D. Governador do Estado de Roraima
NESTA

*Recebido em: 11/02/03
15:31 h.
Gab. do Governador
Flamarion Portela
Hoerri*

- a) A definição das áreas indígenas a serem demarcadas no Estado seriam fechadas em conjunto num grande entendimento concluindo as demarcações e encerrando um processo complexo conflitivo e doloroso de ampliação de áreas. Roraima assim resolveria a questão indígena, um exemplo para o Brasil.
- b) A solução para a sede de Pacaraima, como será área de ampliação, deve fazer parte dos entendimentos. Faria-se a exclusão da área de Vila e de expansão urbana e ampliaria-se a reserva na mesma quantidade, excluída a oeste de Pacaraima, unindo a Reserva São Marcos e Ianomani.
- c) A demarcação da área Raposa Serra do Sol seria contínua, excluindo-se em ilhas as sedes dos municípios, suas áreas de ampliação, o Vale do Arroz, áreas inundáveis em produção ou com potencial para tal, o Lago do Caracaranã, a área potencial de Hidrelétrica do Cotingo, seriam tratadas ainda a situação dos vales do Mutum e Socó em Normandia e Surumu em Pacaraima.
- d) O grupo definiria proposta de apoio e desenvolvimento às comunidades indígenas, para ser financiado pelo Governo federal, como participação na busca da solução negociada. Estes recursos podem ser captados em diversos organismos do governo federal, possibilitando a aquisição de gado, tratores, construção de açudes e uma infinidade de atividade que sem dúvida beneficiaria muito as comunidades melhorando o perfil produtivo e a qualidade de vida.

Certo da atenção de Vossa Excelência, coloco-me a disposição para ajudar na busca de soluções que possam resolver este grave momento que poderá comprometer o nosso futuro como estado.



Senador Romero Jucá

ANEXO 13

Ofício da Bancada de Roraima, de 04/05/2004, encaminhado ao Exmº Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ofício Banc.Colet./2004

Brasília, 4 de maio de 2004

À Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
NESTA


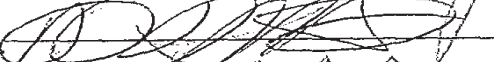
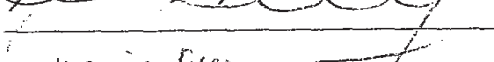


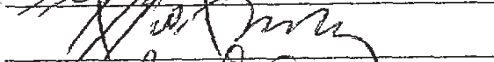
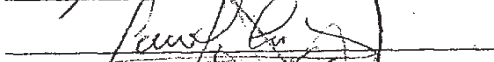
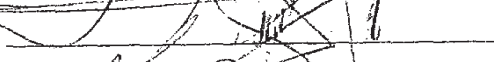
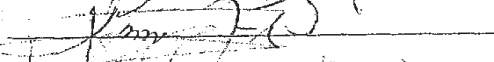
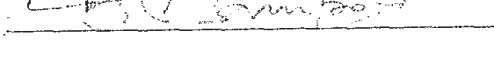

9:40
AÇÃO
ALC

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentamos cordialmente Vossa Excelência, ao tempo em que solicitamos ao eminente Presidente o acatamento das sugestões contidas nos Relatórios produzidos pelas Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em relação à terra indígena Raposa Serra, no Estado de Roraima, por tratar-se de um trabalho que procurou, além de propor soluções de cunho geral, a fim de atender à expectativa nacional de localização de alternativas de conflitos envolvendo interesses de índios e não-índios, apresentar medidas específicas e pontuais que tenham o condão de resolver as contendas que emergem naquele Estado da Federação.

Portanto, na expectativa de que esse justo pleito receba o apoio de Vossa Excelência, reafirmamos votos de consideração e apreço.

Respeitosamente, subscrevemo-nos,

- 1-  SEN. MOZARILDO CAVALCANTI
- 2-  SEN. AUGUSTO BOTELHO
- 3-  SEN. ROMERO JUCA
- 4-  MARIA HELENA
- 5-  ALCESTE ALMEIDA
- 6-  RONALDO PENN
- 7-  FRANCISCO RODRIGUES
- 8-  LUCIANO CASTRO PL-RR
- 9-  NELSON HENRI KNEBEL
- 10-  MARIA SÁ
- 11-  SUELLY CAMPOS

ANEXO 14

Carta pessoal, data de 145/04/2004,
encaminhada ao Exm^o Sr. Presidente da
República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Brasília, 15 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

Palácio do Planalto

Brasília – DF,

Caro Presidente,

A questão indígena no Brasil é um assunto dominado pelo emocionalismo e a boa intenção, mas controverso pela sua própria natureza e de difícil equação.

Se, de um lado, é fundamental garantir terra e proteção aos nossos índios, de outro, é fundamental fazer com que a sociedade envolvente, se conscientize que a questão indígena é uma questão de toda a sociedade. É um patrimônio do Brasil e da nossa brasilidade.

Os que têm compromisso com a causa indígena deveriam entender que esta relação entre índios e não índios precisa ser harmônica, respeitosa, a bem do próprio índio.

Ampliar conflitos e tensões pode servir para gerar notícia no jornal, e até para captar recursos no exterior com a intenção de proteger os índios, mas, com certeza, não será bom para a comunidade indígena afetada pelo conflito. Independente do resultado físico que se alcance, ao saírem da região, os antropólogos e até os membros da Polícia Federal, sobram ali os índios, o conflito, a discórdia e uma relação no futuro que, com certeza, não será boa para o índio, se ele é visto como invasor, ou motivo de espoliação e injustiça.

É difícil apontar, na história da humanidade, conflito que duradouramente tenha melhorado a condição de qualquer população indígena.

Sei como Vossa Excelência deve estar se sentindo neste momento de definição da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol. Sei das cobranças, das pressões, que considero legítimas, e das diversas contingências que envolvem esta questão.

Tenho defendido a demarcação da área, incessantemente, porque entendo, inicialmente, que os índios precisam da proteção do Estado e Roraima precisa ter definida o que de sua área pode ser produtiva, para, a partir daí, definir o seu projeto de desenvolvimento. Isto está atrasado, há 12 anos, empacando o crescimento do Estado e incentivando conflitos.

Sei que o Governo Federal precisa ter uma solução politicamente defensável. Por isto, tenho defendido, historicamente, a demarcação em área contínua, enquanto muitos em Roraima defendiam a demarcação em ilhas, ampliando o discurso de que Roraima queria segregar os índios. Conseqüentemente, esta cultura acirrava mais ainda a disputa e fez Roraima perder um tempo precioso.

Defendo a demarcação em área contínua por entender que este é o caminho para pacificar o Estado e dar condições confortáveis para que o Governo possa agir. Ao mesmo tempo, defendo que, na demarcação contínua, sejam excluídas algumas áreas que, sem implicar em prejuízo para os indígenas, dariam no entanto, uma sinalização para o futuro de Roraima e diminuiria a tensão da conjuntura atual.

Assim, seriam excluídas da demarcação:

- 1- As estradas estaduais de ligação com as sedes dos municípios e as fronteiras que seriam transformadas em estradas federais (Projetos de minha autoria que já foram aprovados no Senado com este objetivo e estão tramitando na Câmara dos Deputados);
- 2- As áreas urbanas das sedes dos municípios, que hoje não são ocupadas pela população indígena. Isto evitaria a necessidade de remoção e indenização a mais de 10.000 famílias e a conseqüente convulsão social que este fato causaria;
- 3- As áreas de produção de arroz nas várzeas que, sendo inundáveis, não detêm nenhuma ocupação indígena.

Vale registrar que hoje a atividade privada mais recolhadora de impostos e geradora de empregos é a produção de arroz nesses vales. São empresas instaladas e produzindo há anos, que ocupam espaço reduzido e insubstituível, já que não se pode realocar o rio e as condições de produção ali verificadas.

Vale ressaltar que estamos falando de áreas de campos naturais e não de florestas. A remoção desses produtores, ai sim, levaria à devastação de parte da floresta de Roraima, causando impacto ambiental desnecessário. A retirada desses produtores representa, também, uma alta soma de recursos federais para a indenização, o que na análise concreta da matéria, demonstraria ser uma insanidade. Tal solução acaba com a produção, diminui a arrecadação de impostos estaduais e municipais, gera desemprego, gasta uma fortuna com indenizações e realoca os produtores na floresta, com desmatamento, impactos ambientais e, o pior, sem reproduzir as condições de produção das áreas de várzeas.

Tudo isso para retirar os produtores dessa margem de rio, que não será na prática utilizada pelos índios, já que, por serem alagadiças, não permitirão outro tipo de aproveitamento nem ocupação, visto que, em Roraima pelo menos, índio não mora em palafitas.

É importante registrar que a demarcação da forma que querem as ONG'S e a Igreja representa mais de um milhão e setecentos mil hectares (algo em torno de 85% da área total do Estado de Sergipe), enquanto que, seguindo a proposta que estamos apresentando, a área demarcada será de um milhão e seiscentos mil hectares (cerca de 80% da área do Estado de Sergipe). Portanto, se vê que o ajuste é ínfimo, mas fundamental para o futuro de Roraima.

Analise Vossa Excelência este raciocínio:

Se a União está demarcando terras indígenas em área ocupada por produtores estruturados que, há anos, têm competitividade internacional, geram empregos e pagam impostos, o que garante que, no futuro, não pode acontecer o mesmo com outros empreendimentos produtivos? Quem investirá em Roraima, a partir daí?

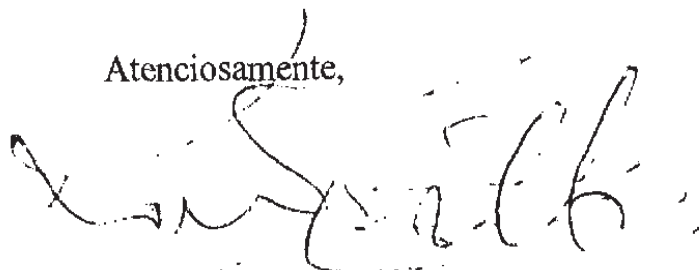
Esta demarcação é ponto decisivo para sinalizar o modelo e o futuro do Estado. Se o Estado falir, os próprios índios serão, também, prejudicados, já que o Poder Público não terá condições de prestar assistência de saúde, segurança, educação e produção que presta hoje.

A falência de Roraima é a falência de todos nós, índios e não índios e será, também, a falência da atual representação política que concordar com esses atos. Quero apelar a Vossa Excelência para que reflita e encontre para esse caso o caminho do equilíbrio, da pacificação e do respeito aos povos indígenas e a todos os outros brasileiros que dedicaram e dedicam suas vidas à Roraima.

Estarei, sempre, à disposição para debater este e outros assuntos com que possa contribuir.

O nosso povo, as instituições estaduais e municipais, as entidades organizadas da sociedade civil, empresários e parlamentares de Roraima confiam numa solução que atenda e preserve o Brasil.

Atenciosamente,



Senador ROMERO JUCA

O **SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo as bênçãos de Deus para este País e que ilumine as pessoas que aqui tra-

balham para que façam justiça, e lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que *institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13.10.2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que *prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20.10.2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que *revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26.10.2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 - art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior*

Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12,
DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen - Substitutivo): favorável.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante;

e

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união*

estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT
– RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

Ata da 168ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Romeu Tuma,
Rodolpho Tourinho, Ramez Tebet e Mão Santa

(ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS.
E OS SRS. SENADORES.)

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/9/2005 07:26:19 até 28/9/2005 20:22:31

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
-	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	

PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRYSLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 72 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a reverenciar a memória do ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto, pelo centenário de seu nascimento, de acordo com o Requerimento nº 918, de 2005, do Senador Roberto Saturnino e outros Srs. Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, caso haja sobra de tempo nesta sessão, eu solicitaria a palavra a V. Ex^a para fazer uma comunicação inadiável de caráter partidário.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Eduardo Suplicy, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Para uma comunicação inadiável inscrevo-me, para o momento adequado, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora Lúcia Vânia, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, assim que V. Ex^a achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Flexa Ribeiro, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senadora Ideli Salvatti, tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero pedir a inscrição pela Liderança do PT, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrita.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mão Santa, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Aelton Freitas, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cheguei em segundo lugar, após o Senador Eduardo Suplicy. Então, gostaria de pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Por norma regimental, Senador Aelton, a Mesa acolhe aqueles que se manifestam. Como eu não sabia, de todos os microfones levantados, quem havia chegado no prazo, a Mesa atende, pelo Regimento, quem fala ao microfone. Então, o primeiro que pediu a palavra foi o Senador Demóstenes Torres, depois, o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Lúcia Vânia. O Senador Flexa Ribeiro, o Senador Mão Santa e o Senador Aelton Freitas são os três suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, que é o primeiro orador inscrito para a homenagem.

Enquanto o orador ocupa a tribuna, a Mesa registra, com grata satisfação, a presença do Exm^o Sr. Contra-Almirante Carlos Afonso Fernandes Testoni, Comandante do 7^o Distrito Naval, e do Exm^o Sr. Mário Sérgio Marques Soares, Corregedor-Geral do Ministério Público Militar.

Com a palavra o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há cem anos, na Cidade de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, nascia Ernani Amaral Peixoto, personagem central da vida pública brasileira em grande parte do Século XX – eu diria, na maior parte do Século XX, dos anos 30 até o final do século, até os anos 80, pelo menos –, o nosso homenageado de hoje. Ao registrar desta tribuna a passagem do primeiro centenário de nascimento deste político que engrandeceu como poucos a história do nosso País e a história do Rio de Janeiro, muito em particular, cumpro o dever de homenagear alguém que honrou as melhores tradições do nosso Estado e que soube ser permanentemente fiel aos princípios que, desde cedo, abraçou.

Na trajetória de Amaral Peixoto, há dois aspectos que o singularizam, ambos convergentes na afirmação de sua superioridade intelectual, firmeza moral e competência na ação administrativa em particular. Refiro-me ao fato, não muito comum, de ter aliado à capacidade administrativa, sobejamente demonstrada nos cargos que exerceu no Poder Executivo, a vocação para o paciente jogo da negociação política, desenvolvido sob rigoroso balizamento ético, que fez dele um dos homens públicos mais respeitados na República brasileira.

Amaral Peixoto foi Senador nesta Casa, Deputado Federal, Ministro por duas vezes, Embaixador em Washington, Ministro do Tribunal de Contas, Almirante da nossa Marinha. Passou por todas as responsabilidades, as ocupações oficiais que a República brasileira pode oferecer a um cidadão seu, com exceção da Presidência da República, mas foi articulador de Presidentes como chefe do maior partido brasileiro dos anos quarenta, cinquenta, sessenta, o Partido Social Democrático, o PSD.

Homem de profundo bom senso, extraordinária capacidade de escolher, de selecionar os seus auxiliares, que, afinal, é a qualidade número um mais importante de qualquer administrador. Não era um homem carismático, não era uma personalidade a que se pudesse atribuir adjetivos como genial, extraordinário, porque era, acima de tudo um homem comum, de extraordinário bom senso, isso sim, e de apego às regras da moral e da ética muito profundo. Era um homem de imensa paciência.

Recordo-me, nos diálogos tantos que tive a oportunidade de manter com ele, de suas palavras, ao dizer que para ele a principal qualidade de um político não era nem o carisma, nem a inteligência, nem a capacidade de trabalho, de mobilização; era, sobretudo, a paciência, esta virtude que ele trouxe e praticou a vida inteira e que o fez presidente do maior partido político do País, articulador principal da vida política do Brasil naqueles tempos em que ele esteve presente.

Sua escolaridade básica foi marcada pela ação pedagógica dos jesuítas, aluno que foi do famoso Colégio Anchieta, em Friburgo, e do Santo Inácio, no Rio de Janeiro, onde foi aluno do grande Padre Leonel Franca. Moço ainda, ingressou na Escola Naval do Rio de Janeiro, em 1923. Penso ter sido esse o primeiro e decisivo contato do jovem Ernani com a realidade profunda do Brasil, a começar por seu interesse em acompanhar mais detidamente o cenário político nacional. Afinal, o Brasil vivia um período por demais turbulento, e aquele era o momento em que a jovem oficialidade militar – os tenentes – buscava combater os vícios de instituições consideradas “carcomidas”, na louvável e idealista pretensão de transformá-las.

Foi realmente o grande momento político deste País no século passado, um momento que gerou toda uma transformação, gerou a revolução política de 1930, que, por sua vez, desenrolou-se numa transformação profunda na vida econômica, social, cultural e política no Brasil.

Com a vitória da Revolução de 30, Amaral Peixoto vincula-se ao Clube 3 de Outubro, esteio das correntes tenentistas, comprometidas com as reformas de que o Brasil tanto carecia e pelas quais eles lutavam. Sua aproximação com Vargas se dá em 1933, quando foi nomeado seu ajudante-de-ordens por indicação do grande almirante brasileiro Protógenes Guimarães, figura de destaque, de grande prestígio na Marinha, que havia sido Governador do Estado do Rio de Janeiro e que foi o padrinho de espada de Amaral Peixoto por ocasião da sua formatura como Guarda Marinha. No mesmo ano, tinha início sua trajetória política ao se filiar ao Partido Autonomista, liderado pela grande figura de Pedro Ernesto, o extraordinário Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Às vésperas da decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, e em meio à crise profunda na qual estava mergulhado o Governo do Estado do Rio, foi nomeado interventor estadual.

Como interventor, posteriormente confirmado por Getúlio Vargas, Amaral Peixoto deu início ao processo de modernização do Estado, um processo profundo e amplo de modernização daquele Estado que estava em tendência decadente em razão da perda de importância do café na produção nacional com a Abolição da Escravatura, todo aquele processo que se desenrolou no final do século XIX e que atingiu profundamente a economia do Estado do Rio, que era enraizada na produção de café.

Pois bem, Amaral Peixoto deu início a um processo de modernização. A reforma financeira que comandou, reorganizando o sistema tributário e aprimorando os mecanismos de arrecadação, dinamizou, redinamizou a economia do Estado do Rio, que se encontrava – como eu disse – em decadência com a queda de produção de café. Conseguiu que fosse criada a Caixa Econômica do Estado e que fosse reaberta a Alfândega de Niterói. Instituiu a loteria estadual e criou a Secretaria Estadual de Educação e de Saúde, que não existiam.

Foi esse um período marcado pela construção de prédios escolares em todo o Estado, dezenas e centenas de prédios escolares, aumento considerável das matrículas, sem falar nos projetos de urbanização, mais freqüentes em Niterói, que era capital do Estado, de que resultaram a construção do Estádio Caio Martins, a criação do Museu Antonio Parreiras e do Clube de Menores Operários do Barreiro.

Por todos os méritos, vale a pena ressaltar a capacidade administrativa, sempre louvada e reconhecida, de Amaral Peixoto. Nesse sentido, lembro que partiu dele a iniciativa de adquirir em Petrópolis o palácio que o Governo Federal transformaria no Museu Imperial – hoje o tão visitado e admirado Museu Imperial.

Na área da saúde, afora dezenas de postos de atendimento inaugurados em todo o Estado, em sua administração foram criados o Laboratório Regional de Campos, o Hospital Psiquiátrico de Niterói, o Dispensário de Tuberculosos de Nova Friburgo, o Instituto Vital Brazil – o grande Instituto Vital Brazil –, além da construção do Centro Experimental de Saúde de Petrópolis e da constituição do Conselho Estadual de Serviço Social.

No setor agrícola, que então estava em quase total decadência, a ação de Amaral Peixoto se tornou realmente memorável, sob a coordenação de um dos seus grandes secretários, Rubem Farrula, deixando sua marca na economia do Estado, na economia agrícola do Estado. Entre outras medidas, fundou a Comissão Executiva do Leite, embrião da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL), que impulsionou a produção leiteira do Estado do Rio e foi fundamental para a eliminação dos intermediários, com o conseqüente benefício dos produtores e consumidores.

No campo industrial, seu Governo ficou marcado por uma arrojada política de incentivos, de que seriam exemplos notáveis a Companhia Vidreira do Brasil, em São Gonçalo; a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio; a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Duque de Caxias, e sobretudo a grande Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda.

Destaco, ainda, o monumental trabalho desenvolvido pelo Governo de Amaral Peixoto no setor rodoviário, sob a liderança do engenheiro Francisco Saturnino Braga cito aqui meu próprio pai. A Comissão de Estradas de Rodagem, então criada, dotou o Estado de cerca de 700 quilômetros de rodovias, interligando praticamente todas as suas regiões, a começar pela ligação da estrada para Friburgo, que depois continuou em direção ao meio oeste fluminense Cantagalo, Cordeiro, Carmo, etc; a rodovia de contorno da Baía, ligando Niterói a Rio de Janeiro, via Magé; a ligação de Rio Claro a Angra dos Reis, antiga estrada de Angra dos Reis, que foi a primeira rodovia no Brasil a ser construída com terraplenagem mecanizada. Até então, a abertura de estradas, a terraplenagem, o movimento de terras era feito à mão, com enxada, carrinho de mão e carroça de burro. Essa foi a primeira rodovia em que se usou trator, terraplenagem mecanizada. Finalmente, cita-se a importantíssima e fundamental ligação de Niterói a Campos, ou seja, a ligação da capital do

Estado à sua principal cidade, ao seu principal pólo urbanístico e de desenvolvimento econômico do norte do Estado que é a cidade de Campos.

Essa capacidade administrativa não inibiu, contudo, a vocação política de Amaral Peixoto. Casado desde 1939 com dona Alzira Vargas, Amaral Peixoto participou de toda a trama política brasileira que, iniciada na Era Vargas, desembocou no regime militar instaurado em 1964. Ao lado de Agamenon Magalhães, ele esteve à frente das primeiras reuniões que conduziram à criação, em 1945, daquele que viria a ser o maior partido político brasileiro entre meados dos anos 1940 e os primeiros anos pós 1964. Refiro-me ao grande Partido Social Democrático, o PSD, de quem Amaral Peixoto foi alma e coração.

Em todos os momentos de pronunciada crise política, Amaral Peixoto se fazia presente. Mestre da negociação, mostrando sabedoria extraordinária na condução desses entendimentos, sempre buscava a conciliação, sem, entretanto, jamais trair seu ideário ético-político. Foi assim em 54, quando a tormenta explode com o suicídio de Vargas. Foi assim em 55, quando os golpistas de sempre tentavam rasgar a Constituição e violar a vontade popular, impedindo a posse de Juscelino Kubitschek. Foi assim em 61, quando o gesto tresloucado de Jânio Quadros quase mergulha o País em guerra civil, ante a tentativa de impedir a posse de Jango. Foi assim na intervenção militar de 64. Sempre presente, Amaral Peixoto constantemente mostrava sua enorme competência de conciliar posições que pareciam inconciliáveis, usando sua paciência, seu bom senso, sua visão de estadista, seu interesse pelo País, pelo desenvolvimento do País, pela felicidade de seu povo.

Na resistência ao arbítrio, Amaral Peixoto assumiu a bandeira do velho MDB e, em terras fluminenses, liderou a luta para impedir que o partido que congregava o espírito oposicionista se conspurcasse nas práticas mesquinhas do fisiologismo adesista. É esse grande Amaral Peixoto, merecedor de nosso respeito e de nossa admiração, da nossa maior admiração, mesmo que posições contrárias possam nos ter colocado em fronteiras distintas em determinados momentos e situações, é precisamente esse Amaral Peixoto, essa grande figura da política nacional que reverencio desta tribuna. Essa passagem pelo MDB a que me referi há pouco é responsável pela minha presença no Senado.

A primeira eleição que disputei, em 1974, foi por insistência de Amaral Peixoto. Eu não pretendia ser candidato. Havia sido Deputado Federal anteriormente, mas tinha voltado ao BNDE, que é a minha casa profissional. Estava me sentindo muito bem no BNDE quando o can-

didato do MDB ao Senado, o então Deputado Affonso Celso Ribeiro de Castro teve um acidente cardiovascular cerebral e não pôde prosseguir na campanha. Faltava um mês e tanto para a eleição, havia uma proximidade muito grande, e o candidato adversário da Arena era o Senador Paulo Torres, que era então Presidente do Senado, havia sido governador, era considerado imbatível. Na falta de outro pretendente para disputar essa vaga ao Senado com o então Senador Paulo Torres, Amaral Peixoto convocou-me. Chamou-me pela liderança que exercia sobre mim, uma liderança que herdei de pai, porque ele foi líder político do meu pai, que foi Deputado pelo velho PSD do Estado do Rio. E invocou essa condição de liderança para me fazer aceitar um encargo que, naquele momento, era politicamente suicida, era um serviço ao Partido que eu estava ali prestando. Em 1974, houve uma virada política de grande envergadura no País: nos 22 Estados que então existiam, o MDB ganhou em 16 nas eleições majoritárias, as únicas eleições majoritárias que decorriam no País, naquele tempo, que eram as eleições do Senado, porque os governadores eram eleitos pelas assembleias. Essa é a razão de eu ter vindo pela primeira vez e, depois, ter repetido essa eleição e essa vitória pelo Senado em outras eleições subsequentes.

Ao lembrar a responsabilidade de Amaral Peixoto nessa minha eleição, eu gostaria também de lembrar um fato que considero muito importante neste momento. Ao discutir essa reforma eleitoral que foi aprovada no Senado e que está na Câmara em vias de receber o seu último julgamento, reforma esta que tem como fundamental objetivo reduzir os gastos de campanha, eu lembro que esta eleição de 1974, em que me elegei Senador, acabei me elegendo com dois terços. Eram dois candidatos, eu tive 66% dos votos, e o adversário, então imbatível, teve 33%. A razão foi que, naquele ano, naquela eleição deu-se, pela primeira vez, o uso da televisão, o programa gratuito do TRE, que, naquele ano, foi efetivamente, realmente gratuito, porque era ao vivo, não havia gravação, não havia ação de agente publicitário, de marqueteiro nenhum. Os candidatos chegavam lá espontaneamente e, no seu tempo marcado, quem passasse do tempo era cortado, davam o seu recado, diziam suas opiniões, suas propostas, seus programas. E, assim, foi uma eleição que resultou numa grande virada política, em que o MDB, como disse, ganhou em 16 Estados. Foi, sobretudo, uma vitória da democracia, porque, pela primeira vez, utilizou-se esse instrumento, mas de forma pura, que não foi viciada nem distorcida por nenhuma programação de *marketing*, nem de agência de publicidade, mas tão simplesmente a voz e as propostas dos candidatos postas diretamente diante do vídeo e dos eleitores.

Essa é uma recordação que considero extremamente válida neste momento em que estamos procurando reduzir gastos de campanha, acabando com a interferência dessas operações de *marketing*, de *marketing*, de *marketing*, como se diz, política. No fundo, se pensarmos bem, no âmago da coisa, no mais profundo dos significados, esses marqueteiros só têm uma função, que é enganar o povo, é apresentar os candidatos e os partidos de uma forma que não é aquela exatamente verdadeira, mais edulcorada, apresentada de forma distorcida, que seja mais simpática, que ganhe mais adesão, que ganhe mais emotivamente, a adesão dos eleitores. Há toda uma ciência do *marketing* que se desenvolveu com esse objetivo, que, no fundo, no fundo, é de enganar o povo. É importante que isso seja posto de lado, seja restringido de todas as formas, como, aliás, a proposta apresentada no Senado, que foi aprovada, consegue, na medida em que elimina as gravações sujeitas a todas essas manobras de apresentação, quando exige que o candidato espontaneamente lá apareça e dê seu recado e, sem todas aquelas cenas feitas hoje, que custam muito caro, cada vez mais caro, e sejam postas no vídeo. Para quê? Para iludir o eleitor e formar nele aquela propensão a votar no candidato do partido.

Lembro-me bem dessa eleição de 1974. Lembro-me das palavras de Amaral Peixoto, quando eu relutava em aceitar, e ele, com a sua sabedoria, com a sua profunda visão dos problemas, disse-me: "Não pense que você não tem senso de eleição, não. Nós vamos ter televisão pela primeira vez. E você tem capacidade de chegar à televisão e dar o seu recado, explicitar suas propostas. Isso não é um atributo que o nosso adversário tenha. Tenho certeza de que ele terá dificuldade, e você vai ter um grande fator a seu favor nesse processo."

Escutei aquelas palavras e passei a acreditar que o impossível era possível, isto é, derrotar o Marechal e Presidente do Senado, Senador Paulo Torres. E assim aconteceu. Comecei com Ibope zero e acabei tendo dois terços dos votos do Estado do Rio. Uma eleição que se processou ainda separadamente. Apesar de já ter ocorrido a fusão do Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, a eleição ainda se processou separadamente. Depois as bancadas se juntaram formando a grande Bancada do novo Estado.

Amaral Peixoto foi o grande líder do Estado do Rio antigo, de toda a chamada província fluminense de tão grandes tradições. E soube honrar essa liderança que lhe foi dada sem que nenhum concidadão nosso, fluminense, tenha posto sobre a sua condução o menor reparo do ponto de vista ético, moral e do ponto de vista de sabedoria, de bom-senso, de paciência, que era a grande virtude da sua personalidade.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a passagem do centenário de Amaral Peixoto é ocasião mais do que propícia para uma reflexão em torno de nossa experiência histórica, essa experiência do século XX, tão próxima ainda, quando ele repontou como uma extraordinária liderança.

De Amaral Peixoto permanecem vivos exemplos de retidão, de extraordinário espírito público e de devoção à causa que abraçou. Dele ficaram traços de alguém que fez política por amor profundo à sua terra e à sua gente. E isso, convenhamos, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é pouco.

Por essa razão, estamos aqui homenageando sua figura em seu centenário de nascimento. É o que faço desta tribuna, agradecendo a atenção e dizendo muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a, com conhecimento de causa e pela convivência tão profunda com o Almirante Ernani do Amaral Peixoto, deu-nos uma aula de História sobre o último século, que se comemora com essa homenagem que V. Ex^a prestou a Ernani do Amaral Peixoto.

V. Ex^a disse que ele começou a vida escolar sob orientação religiosa e dela partiu para a carreira militar, na centenária e mais antiga escola militar, a Escola Naval do Rio de Janeiro. Assim, mostra-se claramente o perfil que se formou na pessoa de Ernani do Amaral Peixoto através dessa cultura. Ele aprendeu a respeitar o ser humano pela religiosidade, a amar o País e a ser um homem de bem, com o perfil com que V. Ex^a encerrou o seu discurso, na carreira militar. E empregou toda essa cultura de respeito à sociedade, de amor à pátria, na sua carreira política.

A Mesa se associa a V. Ex^a nessa homenagem, agradecendo a presença do Contra-Almirante Carlos Afonso Fernandes Testoni, que nos honra, e do querido Corregedor-Geral do Ministério Público Militar, Mário Sérgio Marques Soares, e dos outros convidados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Os Srs. Senadores Renan Calheiros e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma grande honra presidir esta sessão de homenagem ao senador Amaral Peixoto, sem dúvida alguma um dos grandes políticos do Brasil no século XX. Amaral entrou na vida pública durante a revolução de 30 e somente deixou a política em 89, quando morreu. Nesse meio tempo, foi presença marcante na construção da modernidade política brasileira, da ascensão de Getúlio Vargas à eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral.

Político dos mais hábeis, Amaral Peixoto também foi um grande administrador e homem de visão estratégica. Estão indissociavelmente ligados ao seu nome empreendimentos que beneficiaram sobremaneira o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Fábrica Nacional de Motores.

Desde o início de sua vida profissional, Ernani do Amaral Peixoto demonstrou uma coragem sem par. Em 1930, já oficial formado na Escola Naval do Rio de Janeiro, deu apoio ao movimento político-militar que levou Getúlio Vargas à presidência da República pelo novo regime.

E em 32, quando estourou o Movimento Constitucionalista, voltou imediatamente da Europa, onde se encontrava em atividades profissionais, para lutar como voluntário ao lado das forças legalistas.

Em defesa do Rio, enfrentou com firmeza os militares durante o governo Médici. Lutou, primeiro, contra a fusão com o antigo Estado da Guanabara e, depois, pela maior racionalidade no encaminhamento da criação do novo Estado.

Era o período de seu primeiro mandato no Senado, onde chegou em 1970. Em 74, assumiria a liderança do então MDB nesta Casa. Entre suas maiores demonstrações de bravura, nesse período, deve ser citada a luta contra o fechamento do Congresso e o pacote de Abril, decretado pelo governo Geisel em 77.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de sua combatividade, Amaral Peixoto era um político de alto senso pragmático.

Diante da realidade inexorável das novas regras, além de contingências político-partidárias de seu Estado, acabou aceitando um novo mandato de senador, em 78, dessa vez escolhido indiretamente pela bancada de seu partido, majoritária na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Foram também disputas dentro do MDB que fizeram Amaral Peixoto ingressar no PDS, alinhado ao governo militar, com a reforma partidária promovida pelo presidente João Figueiredo no final da década de 70.

A flexibilidade e capacidade de adaptação do líder carioca não eram recentes. Em novembro de 37, pouco antes de se instaurar a ditadura do Estado Novo, foi no-

meado interventor federal no Rio de Janeiro, Estado que depois governaria pelo voto direto, a partir de 1950.

Homem e político conservador, Amaral Peixoto, era, no entanto, dotado de grande bondade e cavalheirismo. Sua ligação com Getúlio acabaria transbordando para o plano pessoal.

Em julho de 39, casou-se com Alzira Vargas, filha do presidente da República, a maior conselheira do pai e fundadora do Partido Trabalhista Brasileiro.

As qualidades de estrategista de muito lhe valem, no período em que passou nos Estados Unidos e em que cumpriu, informalmente, o papel de ligação entre Vargas e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt. Amaral Peixoto foi quem defendeu, juntamente com o ministro Osvaldo Aranha, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado das forças aliadas. Acabaria, mais tarde, nomeado embaixador nos Estados Unidos, por JK.

Já deputado federal pelo PSD fluminense, e diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, defendeu a solução parlamentarista para a posse do sucessor constitucional de Jânio Quadros, o vice João Goulart, de quem seria mais tarde ministro extraordinário para Assuntos da Reforma Administrativa.

Mais uma vez usando de realismo político, optou pela neutralidade diante do movimento militar que afastou Goulart da presidência. Manteve, inclusive, bom relacionamento com o novo regime até 65, quando foram cassados os direitos políticos do ex-presidente Kubitschek.

O “comandante” Amaral Peixoto buscava a excelência onde quer que estivesse. Dentro do PDS, já idoso, lutou com todas as energias para que o partido tivesse um candidato de grande estatura na eleição indireta para a Presidência da República, em 84. Viu frustrada sua batalha, com a indicação de Paulo Maluf, que perderia a disputa para Tancredo e Sarney. Absteve-se de votar no colégio eleitoral e ainda recomendou oposição moderada do PDS ao novo governo.

Nos últimos anos, dedicou-se a análises e declarações sobre o quadro político, tendo se manifestado a favor do parlamentarismo e contra as regras que permitiram a criação de um grande número de partidos.

A experiência e a visão política conquistadas em seis décadas de vida pública permitiram que Amaral alertasse para o risco de as primeiras eleições diretas levarem ao poder algum tipo de messias.

O velho comandante morreria em março de 89, depois de uma trajetória notável, sem ver o país inteiramente redemocratizado nem as primeiras eleições diretas depois de 25 anos de regime militar. É um nome que certamente a história política brasileira não esquecerá.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Amaral Peixoto foi um brasileiro de vida cheia de vitórias. Dedicou todos os seus momentos à política e ao País, passando por muitas e importantes funções. Lembro que esse notável homem público, também Senador, foi uma das nossas figuras de forte influência em episódios graves, tensos e importantes do Brasil.

Político de primeira linha, foi exemplar conciliador, que em muito contribuiu para o bom encaminhamento de questões delicadas em períodos conturbados da vida nacional.

Exemplos do que digo são:

- a eleição de Juscelino Kubitschek;
- o episódio decorrente da renúncia de Jânio Quadros;
- o cenário que envolveu o episódio do afastamento de Jango;
- a resistência ao regime militar que se seguiu;
- a passagem do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves;
- a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro;
- sua passagem por diversos cargos, inclusive como Ministro, Governador, Deputado e Senador.

Nesta sessão de lembrança de um grande nome da política brasileira, Sr. Presidente, evoco também dois outros pontos dessa notável trajetória de lutas de Amaral Peixoto.

Em 1970, foi ele eleito Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, na legenda do então MDB, com 467 mil votos. Foi um dos poucos senadores eleitos pelo partido naquele ano. Com uma circunstância: com 100 mil votos a mais do que o partido, o que demonstra prestígio maior que o da própria legenda.

Um ano depois, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1971, numa entrevista a **Veja**, Amaral chamou a atenção do Governo para a conveniência e a necessidade de densa revitalização da atividade partidária no Brasil.

Suas ponderações foram das primeiras no encaminhamento do processo que então se iniciava o que culminou com a revogação do AI-5. Daí resultou a chamada anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República, pelo voto indireto e em momentos subseqüentes, a outros eventos que, encadeados, terminaram por extinguir a ditadura militar.

A homenagem, portanto, é justa. Indispensável. Necessária. Histórica.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a homenagem ao ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 421, DE 2005**

(Nº 1.650/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Esperança de Promoção Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 37, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Nova Esperança de Promoção Social a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 886, DE 2004
TVR nº 389/04**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro do Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 21, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural Comunitária Rui Babosa, na cidade de Terra Nova do Norte – MT;

2 – Portaria nº 27, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural de Rádio comunitária de Central Carapina, na cidade de Serra – ES;

3 – Portaria nº 35, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati, na cidade de Cajati – SP;

4 – Portaria nº 37, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Nova Esperança de Promoção Social, na cidade de Malhada de Pedras – BA;

5 – Portaria nº 49, de 16 de janeiro de 2004 – Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos, na cidade de Brejo da Madre de Deus – PE;

6 – Portaria nº 57, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Artística Virtulino Antônio Mairink – Jovens Unidos de Iguaba Grande, na cidade do Iguaba Grande – RJ;

7 – Portaria nº 92, de 23 de janeiro de 2004 – Associação da Rádio Comunitária Migrantes São Felipe – ARCOMISF, na cidade de São Felipe D'Oeste – RO;

8 – Portaria nº 95 de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM, na cidade de Tacuru – MS; e

9 – Portaria nº 133, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Flexeiras – AL, na cidade de Flexeiras – AL.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 93 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Nova Esperança de Promoção Social, na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001146/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do

presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes Oliveira.**

PORTARIA Nº 37 DE 15 DE JANEIRO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001146/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0021/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Nova Esperança de Promoção Social, com sede na Rua Diógenes Santos, nº 67 – Centro, na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º23'21”S e longitude em 41º52'42”W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 434/2003-DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53640001146/98, protocolizado em 24-8-1998

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Nova Esperança de Promoção Social, localidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Nova Esperança de Promoção Social, inscrita no CNPJ sob o número 02.640.595/0001-75, no Estado da Bahia, com sede na Rua Diógenes Santos, 67, Centro, cidade de Malhada das Pedras dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 20 de Agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária

nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante possa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 14 de Dezembro de 1998, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando à distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Travessa Presidente Médici, s/nº, na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 14º23'21”S de latitude e 41º52'41”W de longitude. Ocorre que posteriormente o endereço e as coordenadas foram retificadas, constando em 14º23'21”S de latitude e 41º52'42”W de longitude e na Rua Diógenes Santos, 67, centro.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 125/126, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamentos do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de aná-

lise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 131 a 214).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 194, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 205/206. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 214, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma

Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Nova Esperança de Promoção Social

• quadro diretivo

Presidente: Ariade Barbosa Caetano Aguiar
 Vice-presidente: Suely Farias Monteiro Aguiar
 1º Secretário: Nivaldo Souza Coutinho
 2º Secretário: Antônio Caetano do Carmo
 1º Tesoureiro: Salvador Pereira
 2º Tesoureiro: Jadilson Fernandes Lopes

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio.

Rua Diógenes Santos, 67, Centro, cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia;

• coordenadas geográficas

14º23'21" de latitude e 41º52'42" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 205/206, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 194 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Nova Esperança de Promoção Social, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53640001146/98, de 24 de Agosto de 1998.

Brasília, 10 de dezembro de 2003. – **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 11 de dezembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviço de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 422, DE 2005**

(Nº 1.657/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza, a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 649, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 83, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 649, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itiúba, Estado da Bahia.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. –



MC Nº 625 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCML, na cidade de Itiúba, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, em uma demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.000653/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 649, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.000653/00 e do PARECER/CONJUR/MC nº 1425/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/Ba – ACSCMI, com sede na Rua São Gonçalo, s/nº – Bairro São Gonçalo, na cidade de Itiúba, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subse-

qüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 10º41'50"S e longitude em 39º50'55"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 284/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.640.000.653/00, protocolizado em 29 de dezembro de 2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Socio Cultural dos Moradores de Itiúba/BA – ACSCMI, localidade de Itiúba, Estado da Bahia

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Socio Cultural dos Moradores de Itiúba-BA –ACSCMI, inscrita no CNPJ sob o número 03.813.063/0001-55, no Estado da Bahia, com sede na Rua São Gonçalo, s/n – Bairro São Gonçalo, cidade de Itiúba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento sem data, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua São Gonçalo, s/nº – Bairro São Gonçalo, na cidade de Itiúba, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 10º41'50"S de latitude e 39º50'55"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 29-8-2002.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 62 e 63, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II e X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede e documento declarando que a Entidade não possui vínculos, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior

seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 66 a 149).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 69, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 107 a 109. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 149 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeri-

dos com intuito *de* confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/Ba – ACSCMI;

• quadro diretivo

Presidente: Edson Alves de Oliveira
 Vice-Presidente: Mauro Barbosa de Oliveira
 Secretária: Maria da Conceição Pereira da Silva
 Tesoureiro: Reumário Lacerda de Araújo
 Coord.Esportes: Edson Raimundo de Moraes
 Vice-Coord.Esportes: Jadson Batista Esteves

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua São Gonçalo, s/n – Bairro São Gonçalo, cidade de Itiúba, Estado da Bahia;

• coordenadas geográficas

10º41’50” de latitude e 39º50’55” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação”-fls.142 e 143, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 69 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Sócio Cultural dos Moradores de Itiúba/Ba – ACSCMI, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.000.653/00, de 29 de dezembro de 2000.

Brasília, 3 de outubro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica, Chefe de Divisão/SSR.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 423, DE 2005**

(Nº 1.658/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão a organizações so de comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.812, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão a Organizações So de Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 63, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.812, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Organizações So de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 10 de fevereiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 139 EM

Brasília, 24 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº-031/98-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de

1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que as Organizações So de Comunicação Ltda. (Processo nº 53.820.000176/98) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 2.812, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53820.000176/98, Concorrência nº 31/ 98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Organizações So de Comunicação Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento**.

ORGANIZAÇÕES SO DE COMUNICAÇÃO LTDA.

CONTRATO SOCIAL

SALVIO ROBERTO RIBEIRO, brasileiro, maior, desquitado, médico, residente e domiciliado em Joinville - SC., à Rua Tijucas, nº 50, apartamento 102, portador da Carteira de identidade RG nº 116.193-SSI-SC., e CPF nº 913.293.708-30, e **OSMAR HÉLCIAS SCHWARTZ JUNIOR**, brasileiro, maior, solteiro, advogado, residente e domiciliado em Joinville - SC., à Rua Eugênio Moreira, nº 153, portador da Carteira de Identidade RG nº 2/R - 370.861-SSI-SC e CPF nº 510.831.679-87, resolvem por esse instrumento particular de contrato, constituir uma Sociedade Mercantil por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pela seguinte legislação: Decreto-Lei nr. 3.708 de 10 de janeiro de 1919., Lei nr. 2.597 de 12 de setembro de 1955 e Decreto nr. 39.605-B de 16 de julho de 1956, e pelas demais disposições legais aplicáveis a espécie e pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade girará sob o nome comercial de "ORGANIZAÇÕES SO DE COMUNICAÇÃO LTDA.", tendo sua sede e foro na cidade de Joinville - SC., à Rua Tijucas, nº 210, conjunto 12, Centro, CEP. 89201-400.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Sociedade terá como principal objetivo a exploração de estações de radiodifusão com finalidades educacionais, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de propaganda comercial e atividades correlatas, mediante obtenção do Governo Federal de concessões, permissões e licenças, tudo de acordo com a legislação específica regedora da matéria.

CLÁUSULA TERCEIRA - A Sociedade será constituída por prazo indeterminado, observando-se, quando da sua dissolução, os preceitos da lei em vigência, iniciando suas atividades 30 (trinta) dias após a publicação do Ato de Deliberação sobre a outorga pelo Congresso Nacional.

CLÁUSULA QUARTA - O capital social, inteiramente subscrito e realizado na forma prevista, neste ato, na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150 (cento e cinquenta) quotas no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) cada uma, fica assim distribuído entre os sócios:

<u>Sócio</u>	<u>Valor (R\$)</u>	<u>Quotas</u>	<u>%</u>
Salvio Roberto Ribeiro	75.000,00	75	50
Osmar Hélcias Schwartz Júnior	75.000,00	75	50
	150.000,00	150	100

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E CONTROLE ADMINISTRATIVO
CONFERE COM O ORIGINAL
05 SET 2002

Salvio Roberto Ribeiro

ATTESTAÇÃO
Certifico que a cópia do presente documento é fiel do documento original que me foi apresentado.
Dou fé.
CTBA - UBERABA,
13 195 1998
Patrio - Luxemburgo - Escrivã
Fernanda Virginia Bez - Escrivã
Av. São João - Filho 2368 - Curitiba
F. (041) 276-2000 - Curitiba - P.R.

[Handwritten signatures and initials]

Parágrafo Primeiro - Cada sócio integraliza, neste ato, 60% (sessenta por cento) de suas quotas em boa moeda corrente do país, e o saldo será integralizado, também em boa moeda corrente do país, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Ato de Deliberação sobre a Outorga pelo Congresso Nacional.

Parágrafo Segundo - No caso de obtenção de mais de uma Outorga, o capital social será aumentado de modo a atender as exigências financeiras, econômicas, patrimoniais e legais do Poder Concedente.

CLÁUSULA QUINTA - As quotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto a participação de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exceder a trinta por cento do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - A Sociedade será administrada por um ou mais sócios gerentes, a quem compete, privativa e individualmente o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extra-judicial da sociedade, sendo-lhes entretanto, vedado o seu emprego, sob qualquer pretexto ou modalidade em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente a prestação de avais, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA SÉTIMA - A investidura no cargo dos administradores, somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA OITAVA - Os sócios que desejarem transferir suas quotas deverão notificar, por escrito, à sociedade, discriminando-lhe o preço, a forma e o prazo de pagamento, para que esta, através dos demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazer dentro de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da notificação ou em maior prazo, a critério do sócio alienante. Decorrido esse prazo sem que haja exercido o direito da preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas, desde que sejam observadas as normas da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA NONA - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Flaviano Klere

[Handwritten mark]

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE
 Certifico que a presente Ata foi aceita e reproduzida
 fiel do documento original que me foi apresentado
 Dou fé
 CTBA, UBERABA.
 13 MAI 1999
 Publica Lazzarotto - Escrivã
 Fernanda Virginia Bee - Escrivã de
 At. Z. S. Silva - Filho, 2369-Guabuloba
 Fone: 0411-276-2090 - Curitiba - PR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES
 CONFERE CEM C ORIGINAL
 Em 05 SET 2002

CLÁUSULA DÉCIMA - A responsabilidade dos sócios será limitada a importância total do valor do capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - As deliberações sociais ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - A sociedade, por todos os sócios, se obriga a cumprir rigorosamente todas as leis, regulamentos e as instruções vigentes ou que vierem a vigorar, referentes à Radiodifusão e à Segurança Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - As quotas da sociedade são individuais e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros sem o consentimento unânime dos demais sócios cabendo a estes o direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuem, e ainda com a aquiescência do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - Pelos serviços que prestarem à sociedade, perceberão os sócios, a título de pró-labore, quantia mensal fixada em comum até o limite da dedução fiscal, prevista na legislação do imposto de renda, a qual será levada à Conta de Despesas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - Fica investido na função de sócio-gerente da sociedade, o sócio **OSMAR HÉLCIAS SCHWARTZ JÚNIOR**, para a qual fica dispensado da prestação de caução, conforme preceitua o Artigo 12 do Decreto-Lei nº. 3.708 de 10 de janeiro de 1919.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - O sócio-gerente poderá fazer-se representar por procurador ou procuradores, que o representará em todos os atos de interesse da sociedade, gerindo e administrando, desde que com a aprovação prévia do Poder Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - O ano social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano, ser procedido o Balanço Geral da sociedade, obedecidas as prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados serão atribuídos aos sócios proporcionalmente às quotas de capital que

SENADO DO SENADO FEDERAL
 CONFERE COM O ORIGINAL
 Em. 05 SET 2002

Osmane Soares

Osmane Soares
 CTBA, UBERABA,
 13/09/2002
 Patricia Lazzarotto - Escrivã
 Fátima Regina Bez - Escrivã
 Av. São João's Filho, 2363 - Guaratiba
 F. (041) 275-2090 - Curitiba - P.R.

[Handwritten signatures and scribbles]

possuírem, podendo os lucros, à critério dos sócios, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender a despesas inadiáveis que impliquem no funcionamento normal da estação de radiodifusão. Suprida a deficiência financeira, os lucros líquidos restantes terão a destinação prevista na Cláusula Décima-Sétima deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - O falecimento de qualquer dos sócios não dissolve necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores subrogados nos direitos e obrigações do “de cujus”, podendo nela fazerem-se representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles, devidamente credenciado pelos demais.

Parágrafo Primeiro - Apurados por balanço, os haveres do sócio falecido, serão pagos em cinco prestações mensais e iguais, vencendo-se a primeira noventa dias após apresentada à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

Parágrafo Segundo - Fica, entretanto, facultada mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros, outras condições de pagamento, desde que não afete a situação econômico-financeira da sociedade.

Parágrafo Terceiro - Mediante acordo com os sócios supérstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto sua capacidade jurídica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA - A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA - Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem a matéria.

E, por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com duas testemunhas, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Joinville - SC, 12 de fevereiro de 1998.

Salvio Roberto Ribeiro

Osmar Hélcias Schwartz Júnior

Testemunhas:

1. Proença Beltrame

PROENÇA BELTRAME
CPF. 070.623.177-20
C.T. 270.2.950.001-330-30.

2. Marlene Vieira

MARLENE VIEIRA
CPF. 130.501.808-15
C.T. 270.1.061.900-900

Visto do Advogado:

Osmar H. Schwartz Jr.
ADVOGADO
OAB/SC 7616

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 05 SET 2002

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 424, DE 2005**

(Nº 1.664/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 309, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço da radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 29, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 309, de 24 de agosto de 2004, que outorga permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

Brasília, 14 de Janeiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 236 EM

Brasília, 27 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

2. A Comissão Especial Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela

outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. (Processo nº 53.640.000.353/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 309, DE 24 DE AGOSTO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53.640.000.353/2000, Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, e do PARECER/MC/CONJUR/MGT Nº 1.139-2-29/2004, de 3 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Gráfica e Editora Diário do Sudoeste Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de Radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Livramento do Brumado, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Os abaixo assinados, **MARTHA MARIA BRITO NOGUEIRA**, brasileira, divorciada, comerciante, residente e domiciliada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, à Rua João Pereira n.º 45, bairro São Vicente, portadora da Carteira de Identidade n.º 01147753 97 fornecida pela Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, CPF 441009065 87 e **ADRIANO SOUZA SALES**, brasileiro, divorciado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, à Travessa Fernando Spínola n.º 50, portador da Carteira de Identidade n.º 9.705.006 fornecida pela Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo, CPF 642.986.048-53, únicos sócios componentes da firma "**GRÁFICA E EDITORA DIÁRIO SUDOESTE LTDA**" ME, conforme contrato social arquivado na MM.Junta Comercial do Estado da Bahia sob o N.º 29202178948 em 02/02/2000, resolvem de comum acordo e dentro da lei fazer as seguintes alterações ao seu contrato social, na forma que segue:

- 1ª - São admitidos na sociedade **JOSÉ PINHEIRO SOARES**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Av.Braulino Santos n.º 1.125, Edif.Versales, Apto.401, Bairro Candeias, na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, portador da Carteira de Identidade n.º 065.955.102 fornecida pela Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, CPF 029.645.545-87; **FERNANDO ANDRADE BARBOSA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Vitória Da Conquista, Estado da Bahia, à rua "C" n.º 06, Inocop I, Bairro Candeias, portador da Carteira de identidade n.º 01.420.036-89, fornecida pela Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, CPF n.º 091.347.515-72 e **JÚLIO MONTEIRO SILVA**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, à Rua Siqueira Campos N.º 595, Apto.402, Bairro Recreio, portador da Carteira de Identidade n.º 01102547 67 fornecida pela Secretária de Segurança Pública do Estado da Bahia, CPF n.º 140.260.155- 72.

Continuação da alteração contratual da firma "GRÁFICA E EDITORA DIÁRIO DO SUDOESTE LTDA" ME.

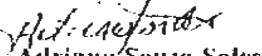
- 2ª - Retira-se da sociedade a sócia **MARTHA MARIA BRITO NOGUEIRA**, que cede as suas 7.500 - Sete mil e quinhentas - quotas no valor nominal de R\$1,00 - Um real - cada uma para o sócio **ADRIANO SOUZA SALES**, do qual já recebeu a respectiva importância em moeda corrente do País neste ato, nada mais tendo a receber ou reclamar, seja a que título for, nem do cessionário e nem da sociedade, dando-lhes plena, geral, rasa e irrevogável quitação.
- 3ª - A sociedade explorará serviços de comunicação e marketing, compreendendo planejamento e criação publicitária, acessória e agenciamento de propaganda, produção e veiculação de "out door" e similares, bem como produção de áudio e vídeo, jornais, revistas livros, cartazes e outros serviços correlatos.
- 4ª - A sociedade também terá por objeto a instalação e execução de serviços de radiodifusão compreendendo a transmissão de sons (radiodifusão sonora) mediante programas jornalísticos, educativos, informativos noticiosos, culturais e artísticos obedecidos aos preceitos da Lei nº 4.117, de 27.08.62, do Decreto nº 52.026, de 20.05.63, do Decreto nº 2108, de 24.12.96, da Lei nº 8666, de 21.06.93 e das normas básicas do Ministério das Comunicações, além, da execução dos serviços de radiodifusão sonora exploradas comercialmente.
- 5ª - A sociedade fica autorizada, também, a explorar serviços de transmissão de sons e imagens televisivos, inclusive a cabo, na forma disciplinada pelas leis e regulamentos vigentes.
- 6ª - O Capital que era de R\$15.000,00 passa a ser de R\$60.000,00 - Sessenta mil reais - dividido em 60.000 - Sessenta mil - quotas no valor nominal de R\$1,00 - Um real - cada uma distribuído e integralizado entre os sócios da seguinte forma: **JOSÉ PINHEIRO SOARES** sócio recém admitido integraliza a quantia de R\$15.000,00 - Quinze mil reais - dividido em 15.000 - quinze mil - quotas no valor nominal de R\$1,00 - Um real - cada uma em moeda corrente do país neste ato; **FERNANDO ANDRADE BARBOSA** sócio recém admitido integraliza a quantia de R\$15.000,00 - Quinze mil reais - dividido em 15.000 - quinze mil - quotas no valor nominal de R\$1,00 - Um real - cada uma em moeda corrente do País neste ato e o sócio **JULIO MONTEIRO SILVA** sócio recém admitido, integraliza a quantia de R\$15.000,00 - Quinze mil reais - dividido em 15.000 - Quinze mil - quotas no valor nominal de R\$1,00 - Um real cada uma em moeda corrente do País neste ato.


Martha Maria de Brito Nogueira


Fernando Andrade Barbosa


José Pinheiro Soares


Julio Monteiro Silva


Adriano Souza Sales

(Continua na fl.03)

Continuação da alteração contratual da firma "GRÁFICA E EDITORA DIÁRIO DO SUDOESTE LTDA" ME.

7ª - Tendo em vista as cláusulas anteriores fica agora o capital assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	N.º DE QUOTAS	VLR. NOMINAL	%
José Pinheiro Soares	15.000	15.000,00	25,00
Fernando Andrade Barbosa	15.000	15.000,00	25,00
Adriano Souza Sales	15.000	15.000,00	25,00
Júlio Monteiro Silva	15.000	15.000,00	25,00
TOTAIS	60.000	60.000,00	100,00

Parágrafo único - A responsabilidade dos sócios é limitada na forma da Lei, ao valor total do capital social.

8ª - A gerência da sociedade será exercida também pelos sócios, **JÚLIO MONTEIRO SILVA** e **JOSÉ PINHEIRO SOARES** os quais representará a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicial.

Parágrafo único - O uso da firma será feito isoladamente pelos sócios, exclusivamente para os negócios da própria sociedade, sendo-lhes proibido o seu uso para abonos, endossos e avais de favores, ficando os sócios dispensados de caução.

9ª - DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO

Os sócios **JOSÉ PINHEIRO SOARES**, **FERNANDO ANDRADE BARBOSA** e **JÚLIO MONTEIRO SILVA** declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal.

10ª - Continuam em vigor as demais cláusulas e disposições do contrato social aqui mencionado, que não tenham sido modificadas pela presente alteração contratual.

Martha Maria Brão Nogueira

Fernando Andrade Barbosa

José Pinheiro Soares

Júlio Monteiro Silva

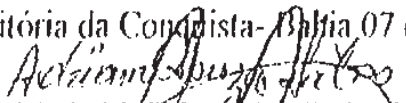
Adriano Souza Sales



Continuação da alteração contratual da firma "GRÁFICA E EDITORA
DIÁRIO DO SUDOESTE LTDA" ME.

É por estarem assim justos e contratados, assinam este documento particular de alteração contratual em 03 - Três - vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo assinadas, devendo a primeira via depois de devidamente legalizada, ser arquivada na MM Junta Comercial da Bahia, para que produza os efeitos legais

Vitória da Conquista - Bahia 07 de Junho de 2000.


ADRIANO SOUZA SALES


JOSE PINHEIRO SOARES


FERNANDO ANDRADE BARBOSA


JULIO MONTEIRO SILVA


MARTHA MARIA BRITO NOGUEIRA

Testemunhas :


Jose Carlos M. Perena Junior

Rua Sinhazinha Santos N.º 85 - 1º andar

Centro - Vitória da Conquista - Bahia

CPF 535.139.675-00 - CP 018957/0-0 Crc/Ba


Solange Ferreira de Avelar

Rua Sinhazinha Santos N.º 85 - 1º andar

Centro - Vitória da Conquista - Bahia

CPF 578.333.545-20 - CI 3848681-42 - SSP-BA

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 425, DE 2005**

(Nº 1.673/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Club FM de Nova Aurora Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade da Nova Aurora, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 148, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Club na de Nova Aurora Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

MENSAGEM Nº 821, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 148, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio Club em de Nova Aurora Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Brasília, 9 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 53 EM

Brasília, 12 de junho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 091/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997,

alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Club em de Nova Aurora Ltda. (Processo nº 53740.000809/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 148, DE 4 DE JUNHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000809/2000, Concorrência nº 091/2000-SSR/MC, e do PARECER CONJUR/MC Nº 386, de 16 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Club EM de Nova Aurora Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Nova Aurora, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º da Constituição.

Art. 3º o contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RADIO CLUB FM DE NOVA AURORA LTDA
CNPJ/MF 03.930.992/0001-44
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

ARI DE OLIVEIRA JUNIOR, brasileiro, menor assistido, solteiro, comerciante, residente e domiciliado no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná, na Av. São Luiz, 529 – centro, portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 6.536.837-4/PR., e do CPF/MF sob nº. 865.688.849-87 e **LOURDES DE OLIVEIRA**, brasileira, maior, casada, comerciante, residente e domiciliada no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná, na Av. São Luiz, 529 – centro, portadora da Cédula de Identidade Civil RG sob nº. 3.976.078-9/PR., e do CPF/MF sob nº. 847.424.889-20, sócios componentes da sociedade mercantil que gira sob o nome comercial de "**RADIO CLUB FM DE NOVA AURORA LTDA**", com sede e foro na Cidade de Nova Aurora-PR. na Rua Melissa, 520, com contrato social arquivado na MM Junta Comercial do Paraná sob nº. 4120437607-0, por despacho em sessão de 14/07/2.000, resolvem modificar seu contrato social primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O sócio **ARI DE OLIVEIRA JUNIOR**, que possua na sociedade R\$-58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais), divididos em 58.200 (cinquenta e oito mil e duzentas) quotas, no valor nominal de R\$-1,00 (um real) cada uma inteiramente subscritas e realizadas pelo sócio, sede e transfere pelo valor nominal a quantia de 1.800 (um mil e oitocentas) quotas, para a sócia ingressante na sociedade a Sra. **CRISTIANE DE OLIVEIRA SOUZA**, brasileira, maior, casada, residente e domiciliada na Av. São Luiz, 529 – centro, no Município de Nova Aurora, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade Civil RG sob nº. 6.536.833-1/PR, e do CPF/MF sob nº. 865.681.089-87, ingressando na sociedade nesta ato, e a quantia de 56.400 (cinquenta e seis mil e quatrocentas), quotas, para a sócia remanescente na sociedade a Sra. **LOURDES DE OLIVEIRA**, ficando assim distribuído o capital entre o sócio ingressante e remanescente na sociedade:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
LOURDES DE OLIVEIRA	58.200	R\$-58.200,00
CRISTIANE DE OLIVEIRA SOUZA	1.800	R\$- 1.800,00
TOTAL	60.000	R\$-60.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: O sócio cedente **ARI DE OLIVEIRA JUNIOR**, dá ao sócio ingressante **CRISTIANE DE OLIVEIRA SOUZA**, plena, geral e rasa quitação pela sessão de quotas ora efetuada, e o sócio ingressante declara conhecer a situação econômica e financeira da empresa, assumindo o Ativo e Passivo da mesma.

CLÁUSULA TERCEIRA: O sócio ingressante declara não estar incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis.

CLÁUSULA QUARTA: Em função da presente alteração de contrato social o nome comercial que era: **RADIO CLUB FM DE NOVA AURORA LTDA**, passa a ser: **RADIO CLUBE FM DE NOVA AURORA LTDA**

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes no contrato primitivo e posteriores alterações que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

RADIO CLUB FM DE NOVA AURORA LTDA
CNPJ/MF 03.930.992/0001-44
PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

E, por assim estarem certos, justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, juntamente com 2 testemunhas em 04 vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Nova Aurora - Pr., 01 de Agosto de 2.000



ARI DE OLIVEIRA JUNIOR



LOURDES OLIVEIRA

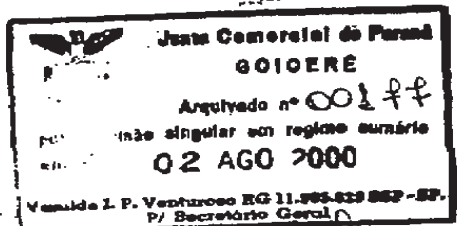

CRISTIANE DE OLIVEIRA SOUZA


MOISES CANDIDO BERNARTT
OAB - PR. 26.735

Testemunhas:


MARCELO JULIANO CENATTI
CPF/MF 831.405.499-20
RG: 5.495.306-2 SSP/PR


PAULO FERREIRA DO NASCIMENTO
CPF/MF 681.158.069-00
RG: 4.769.713-1 SSP/PR







(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 426, DE 2005**

(Nº 1.678/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 720, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Mãe Rainha a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra a vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 916, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 720, de 15 de dezembro de 2003, que outorga autorização a Associação Mãe Rainha para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC nº 566 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Mãe Rainha, na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações

permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53790.000022/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 720, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000022/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.599/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Mãe Rainha, com sede na Rua Senador Salgado Filho, 517 – Centro, na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º51'01"S e longitude em 54º11'25"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 360/2003-DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.790.000.022/99, protocolizado em 13 de janeiro de 1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Mãe Rainha, localidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Mãe Rainha, inscrita no CNPJ sob o número 01.235.876/0001-80, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Senador Salgado Filho, 517, Centro, cidade de Independência, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 12 de janeiro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Senador Salgado Filho nº 517, na cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul,

de coordenadas geográficas em 27°51'01"S de latitude e 54°11'24"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas, passando a estar em 27°51'01"S de latitude e 54°11'25"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-9-1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 126 e 127, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II e VII da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 130 a 177).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 133 e 134, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 170 e 171. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 177 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes devidamente Oregistradas e em conformidade com os preceitos deposto no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Mãe Rainha;

• quadro diretivo

Presidente: Nelson José Fonseca Smola
 Vice-presidente: João Carlos Sinhori
 1ª Secretária: Débora Beatriz Zimmermann
 2ª Secretária: Eliane Teresinha Cappellari Sinhori
 Tesoureiro: Marco Luiz Dal Forno
 Dir. Com. Soc.: João Luiz Oliveira
 Dir. Patrimônio: Maria Cristina Tiecker

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Senador Salgado Filho 517, Centro, cidade de Independência, Estado do Rio Grande do Sul;

• coordenadas geográficas

27º51'01" de latitude e 54º11'25" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 170 e 171, bem como "Formulário de Informações Técnicas" fls. 133 e 134 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Mãe Rainha, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº. 53.790.000.022/99, de 13 de janeiro de 1999.

Brasília, 18 de novembro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Chefe de Serviço/SSR, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2005

(Nº 1.679/2005 na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 610, de 6 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 919, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,
 Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 610, de 8 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara para executar, pelo prazo de dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 628 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara, na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só, no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53790.000745/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 610, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho

de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000745/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.525/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 293, conjunto nº 10 – Centro, na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º54'37"S e longitude em 51º46'10"W, utilizando a freqüência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 327 /2003-DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53790000745/01, protocolizado em 30/05/01.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de **Radiodifusão Comunitária.**

Interessado: Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara, localidade de General Câmara, estado do Rio Grande do Sul.

I – Introdução

1. A Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara, inscrita no CNPJ sob o número 04.406.10610001-40, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Avenida Duque de Caxias nº 293, conjunto 10, centro, cidade de General Câmara, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de maio de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da**

União – **DOU** de 24 de maio de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Avenida Eugênio de Mello nº 324, na cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 29°54'37.4"S de latitude e 51°46'9.8"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no D.O.U., de 24/05/02.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depende da memória do documento de folhas 48, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilizarão de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de armamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do

cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II, da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 50 a 92).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 85/86, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 91 e 92. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 93, dos autos, corresponde ao que se

segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o projeto técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara;

- **quadro diretivo**

Presidente: Roger Cristiano Nunes da Cunha
Vice-presidente: Cláudio Lucas Machado
Secretária-Geral: Miriam Leal Machado
2ª Secretária: Heliane Brandão dos Santos
1º Tesoureiro: José Antônio Teixeira dos Santos
2º Tesoureira: Carla Andréa Passos da Cunha
Diretor de Patrimônio: João Antônio da Conceição

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

RS 401 S/N, Ginásio Mun. Esportes, centro, cidade de General Câmara, Estado do Rio Grande do Sul;

- **coordenadas geográficas**

29°54'37"S de latitude e 51°46"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 91 e 92, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 85/86 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural de Difusão Comunitária de General Câmara, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53790000745/01, de 30 de maio de 2001.

À consideração do senhor diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 3 de novembro de 2003. – **Cristiane Cavalheiro Rodrigues**, Relator da conclusão jurídica,

Chefe de Serviço. – **Neide Aparecida da Silva** Relator da conclusão técnica, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 6 de novembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 428, DE 2005

(Nº 1.688/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 367, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 896, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 367, de 17 de julho de 2003, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Brasília, 16 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 321 EM

Brasília, 12 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI, na cidade de Ivaiporã,

Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.000894/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 367, DE 17 DE JULHO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000894/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 735/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 875, sala “A” – Centro, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24º14’41”S e longitude em 51º40’27”W, utilizando a freqüência de 104,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 134/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53.740.000.894-98, protocolizado em 18-8-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI, localidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI, inscrita no CNPJ sob o número 02.381.020/0001-85, no Estado do Paraná, com sede na Rua Rio Grande do Sul, 875, sala A, Centro, cidade de Ivaiporã, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 13 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 8 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Av. Paraná, nº 400, Centro, na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 24°14'47"S de latitude e 51°40'26"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados mediante solicitação datada de 9 de maio de 2001, passando a estar na Praça Yves Gueguem, 175, Centro, em 24°14'41"S de latitude e 51°40'27"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18 de março de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 137, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços das sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos X e 14.2.7.1.1 da Norma nº 2/98, comprovação do devido registro da Ata de Fundação e do Estatuto Social. Considerando o cumprimento das exigências e a re-

gularidade do processo, foi solicitada apresentação do projeto técnico.(fls 141–231)

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 195, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 224 e 225. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 232, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos do Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98,

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de todo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI,

- **quadro diretivo**

Presidente: Márcio Borzuk da Fonseca
 Vice-Presidente: Sérgio Campelo Spolador
 Secretário: Gilmar Antônio Alves Betto
 Tesoureiro : Humberto Simom Zanetti
 Dir. de Patrimônio: Benedito Pereira dos Santos

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Praça Yves Gueguem, nº 175, Centro, cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná.

- **coordenadas geográficas**

24º14'41" de latitude e 51º40'27" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 224 e 225, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 195 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã – ARCI, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.000.894-98, de 18 de agosto de 1998.

Brasília, 20 de Maio de 2003. – **Sibela Leandra Portela**, Chefe de Divisão/SSR, Relator da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço/SSR, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 23 de maio de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 429, DE 2005

(Nº 1.689/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 721, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 887, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.953, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 628, de 9 de dezembro de 2003 – Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, na cidade de Valença – PI;

2 – Portaria nº 530, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, na cidade de Lages – SC;

3 – Portaria nº 572, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária dos Moradores de Cacimba de Areia, na cidade de Cacimba de Areia – PB;

4 – Portaria nº 583, de 5 de novembro de 2003 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna, na cidade de Jaguaruna – SC;

5 – Portaria nº 653, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Esperança e Liberdade, na cidade de Candiba – BA;

6 – Portaria nº 688, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Candelariense – ACOM-CAN, na cidade de Candelária – RS;

7 – Podaria nº 721, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG;

8 – Portaria nº 768, de 22 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão, na cidade de Mantena, – MG; e

9 – Portaria nº 773, de 22 de dezembro de 2003 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, na cidade de José Boiteux – SC.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 544 EM

Brasília, 22 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, caiu a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53710.000276/00, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 721, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 99 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000726/00 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.625/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, com sede na Fazenda Boa Vista, localizada na Rodovia Pedro Luiz Cerize (LG 836) km 5, na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º53'07"S e longitude em 47º02'28"W, utilizando a frequência de 104,5MHz,

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 381/2003-DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53710000726/00, protocolizado em 20-7-2000.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, localidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, inscrita no CNPJ sob

o número 03.937.714/0001-19, no Estado de Minas Gerais, com sede na Fazenda Boa Vista, localizada na Rodovia Pedro Luiz Cerize (LG 836) km 5, cidade de São Sebastião do Paraíso, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 20 de julho de 2000, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do artigo 12, do regulamento do serviço de radiodifusão comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 23 de junho de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente o processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Fazenda Boa Vista, localizada na Rodovia Pedro Luiz Cerize km 5, na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 20°57'08"S de latitude e 47°02'29"W de longitude, conforme os dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 23-6-2000.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 61/62, denominado de “Roteiro de

Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena, planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII, da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 64 a 122).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 96, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 121 e 122. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 123, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e

em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiros adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso;

• quadro diretivo

Presidente: Luiz Oliveira Naves Júnior
Vice-Presidente: Edson Carlos da Silva
Secretário: Deivid Júnior Terloni
Tesoureiro: Elder Luiz da Silva

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Fazenda Boa Vista, zona rural, cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais;

• coordenadas geográficas

20°53'7"S de latitude e 47°2'28"W de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 121 e 122, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fl 96 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710000726/00, de 20 de julho de 2000.

Brasília, 20 de novembro de 2003. – Relatora da conclusão Jurídica – **Cristiane Cavalheiro Rodrigues**

De acordo.

Relator da conclusão Técnica **Ana Maria das Dores e Silva**, Chefe de Serviço/SSR.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 4 de novembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 430, DE 2005

(Nº 1.693/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Comunitária "Educar" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564, de 5 de novembro de 2003, que autoriza a Fundação Cultural Comunitária "Educar" a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 68, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 564, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Fundação Cultural Comunitária "Educar" para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 10 de fevereiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 504 EM

Brasília, 26 de novembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Encaminho a Vossa Excelência portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Fundação Cultural Comunitária “Educar”, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53710.000602/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira**.

PORTARIA Nº 564, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso

II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53710.000602/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.256/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Fundação Cultural Comunitária “Educar”, com sede na Rua Amazonas, nº 692, 3º andar, Lagoa Grande, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 18º35’59”S e longitude em 46º31’06”W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**.

RELATÓRIO Nº 159/2003-DOSR/SSR/MC

Referência: Processo nº 53710000602/99, protocolizado em 6-5-1999.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária.

Interessado: Fundação Cultural Comunitária “Educar”, localidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

I – Introdução

1. A Fundação Cultural Comunitária “Educar”, inscrita no CNPJ sob o número 02.330.911/0001-02, no Estado de Minas Gerais, com sede na Rua Amazonas 692, 3º andar – Lagoa Grande, cidade de Patos de Minas, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 5 de maio de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do serviço de radiodifusão comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 27 de março de 2000, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras quatro entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Fundação Comunitária Católica de Patos de Minas – Processo nº 53710000777/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: vínculo de subordinação com outra entidade e descaracterização como entidade de natureza comunitária, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 174, datado de 12-1-2001. (cópia anexa)

b) Associação Beneficente de Patos de Minas – Processo nº 53710000106/00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: vinculação de subordinação com outra entidade e irregularidades na documentação apresentada, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 577, datado de 23-1-2001. (cópia anexa)

c) Associação Educativa e Cultural Ondas da Liberdade – Processo nº 53710000092/00, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: devolução de correspondência, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 1.711, datado de 9-3-2001. (cópia anexa)

d) Associação de Integração Comunitária Educativa e Cultural de Patos de Minas – Processo nº 53710000519/99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: devolução de correspondência, conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 1.715, datado de 9-3-2001. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame

do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Amazonas 692 – Lagoa Grande, na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, de coordenadas geográficas em 18°35'59"S de latitude e 46°31'06"W e longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU** de 27-3-2000.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 65, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novo endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede e a apresentação do (fls. 67 a120).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 95, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 99 e 100. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização .do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equi-

pamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 04 a 120 dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Fundação Cultural Comunitária “Educar”;

• quadro diretivo

Presidente: Wilson Pereira de Lelis

Vice-presidente: Geraldo Coelho Piauí

1º Tesoureiro: Celestino Pedro de Carvalho

2º Tesoureiro: Vicente de Paula Cardoso

Secretário Geral: Elismar Caixeta de Medeiros

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Amazonas nº 770 – Lagoa Grande, cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais;

• coordenadas geográficas

18º35'59” de latitude e 46º31'6” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 99 e 100, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 95 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela

Fundação Cultural Comunitária “Educar”, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53710000602/99, de 6 de maio de 1999.

Brasília 18 de Junho de 2003.

Relator da Conclusão Jurídica **Alexandra Lucia-na Costa**, Coordenadora-Siape 1311638.

Relatora da Conclusão Técnica **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 23 de junho de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 23 de junho de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 155/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 24 de junho de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 431 2005**

(Nº 1.744/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão
à Rádio Magia Ltda. para explorar serviço
de radiodifusão sonora em frequência mo-
dulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado
do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.920, de 17 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Rádio Magia Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 129, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.817, de 11 de dezembro de 2002 – Rádio Paraíso de Camocim Ltda., na cidade de Jaguaribe – CE; e

2 – Portaria nº 2.920, de 17 de dezembro de 2002 – Rádio Magia Ltda., na cidade de Não-Me-Toque – RS.

Brasília, 9 de Março de 2005. – **Luiz Inácio da Silva.**

MC Nº 137 EM

Brasília, 24 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº-029/98-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada,

na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Magia Ltda (Processo nº 53790.000382/98) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tomando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 2.920 ,DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002.

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000382/98, Concorrência nº 029/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Magia Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

CONTRATO SOCIAL RÁDIO MAGIA LTDA

ADEMIR GEHRKE, brasileiro, casado, comerciante, portador da carteira de identidade de nº 1005798051, expedida pela SSP/RS, em data de 03.06.76, devidamente inscrito no CPF sob o nº 104 826 520-04, residente e domiciliado na rua Alferes Rodrigo nº 134, na cidade de Não-Me-Toque-RS; **LILIAN KRÜGER GEHRKE**, brasileira, casada, professora, portadora da carteira de identidade de nº 4004714236, expedida pela SSP/RS, em data de 25.05.82, devidamente inscrita no CPF sob o nº 274 067 250-00, residente e domiciliada na rua Senador Salgado Filho nº 307, na cidade de Não-Me-Toque-RS e **ADALBERTO EMÍLIO STEIN**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, portador da carteira de identidade de nº 5006674211, expedida pela SSP/RS em data de 26.04.76, devidamente inscrito no CPF sob o nº 199 414 390-87, residente e domiciliado na rua Victor Graeff nº 01, na cidade de Não-Me-Toque-RS, resolvem, de comum e mútuo acordo, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - TIPO, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

CLÁUSULA 1ª - A sociedade será por cotas de responsabilidade limitada, podendo ser transformada, a qualquer tempo, em outro tipo jurídico, desde que assim o decida a maioria do capital social.

CLÁUSULA 2ª - A sociedade girará sob a denominação social de **RÁDIO MAGIA LTDA.**, da qual fará uso o Diretor Gerente, porém exclusivamente nos negócios sociais, sendo-lhe vedado o seu emprego em avais, fianças, endossos, aceites de favor ou abonos em geral, a favor de terceiros e estranhos aos fins sociais.

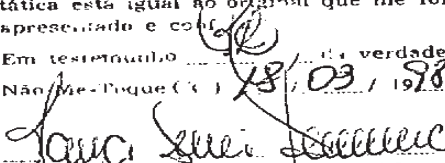
CLÁUSULA 3ª - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de **Não-Me-Toque-RS**, na **Rua Alferes Rodrigo nº 130**, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

II - OBJETIVOS E DURAÇÃO

CLÁUSULA 4ª - A sociedade terá como seus objetivos a execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério das Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CLÁUSULA 5ª - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMPARECE COM O ORIGINAL
Em 03 OUT 2002

FABRILIANO DORNELLES AV. ALTO JACUI, 762 99.470 - NÃO ME-TOQUE	AUTENTICAÇÃO
	Certifico que a presente Cópia Fotostática está igual ao original que me foi apresentado e conf.
	Em testemunho da verdade
	Não-Me-Toque (RS) 18/03/98
	 Fabriliano Dornelles - Tabelião Bel. Sérgio Dornelles - Oficial Adjunto Rua Maria de Fátima, Escrevente Aut. nº 10

III - CAPITAL E COTAS

CLÁUSULA 6ª - O capital social será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), dividido em 90.000 (noventa mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada cota, assim distribuídas entre os sócios:

<u>Sócios</u>	<u>cotas</u>	<u>valor</u>
ADEMIR GEHRKE	30.000	R\$ 30.000,00
LILIAN KRÜGER GEHRKE	30.000	R\$ 30.000,00
ADALBERTO EMÍLIO STEIN	<u>30.000</u>	<u>R\$ 30.000,00</u>
TOTAL	90.000	R\$ 90.000,00

CLÁUSULA 7ª - O capital social será integralizado da seguinte maneira:

- a) 50% (cinquenta por cento), em moeda corrente nacional, no ato da assinatura do presente contrato;
- b) 50% (cinquenta por cento), em moeda corrente nacional, no prazo de doze (12) meses, contado da data da assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA 8ª - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social

CLÁUSULA 9ª - As cotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

CLÁUSULA 10 - As cotas representativas do capital social são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, sendo que nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações.

IV - ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 11 - A sociedade será administrada por um dos seus sócios-cotistas, com a designação de **DIRETOR GERENTE**, agindo sempre na defesa da sociedade e dos interesses sociais, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando, desde já, aprovado o nome da cotista **ADEMIR GEHRKE**, para o exercício do referido cargo.

CLÁUSULA 12 - Os sócios que assumem a administração da sociedade ficam dispensados de prestar caução.

CLÁUSULA 13 - Os Administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, e a respectiva investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 14 - O Diretor terá direito a uma retirada mensal, a título de "pró-labore", até o limite fixado pela legislação vigente.

Serviço Público Federal
 Ministério das Comunicações
 Compete com o Original
 Em 03 OUT 2002

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente Cópia Fotostática está igual ao original que me foi apresentado e conferido.

Em testemunho..... da verdade

Não Me-Toque (R\$) 18/03/98

Luiza Leali Dornelles
 Luiza Leali Dornelles - Tabelã
 Bel. Sérgio Dornelles - Oficial Adjunto
 Rosemarli de Pádua - Escrivente Autorizada

TABELIONATO DORNELLES
 AV. ALFO JACUL, 762
 99.110 - NÃO ME-TOQUE

CLÁUSULA 15 - O Diretor poderá constituir procuradores, inclusive com poderes de administração e gerência, devendo, nesta hipótese, ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, e os respectivos nomes serão submetidos a prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 16 - As deliberações serão sempre tomadas pelos sócios que representem a maioria do capital social.

V - EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 17 - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão repartidos ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA 18 - No interesse social e a critério da administração os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

VI - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS


CLÁUSULA 19 - É permitida a cessão e a transferência de cotas entre os sócios, observando-se as exigências da cláusula 10 deste contrato social.


CLÁUSULA 20 - Qualquer cessão ou transferência de cotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios e desde que atendida a exigência do artigo 10 deste contrato social.

VII- RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA 21 - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do interdito ou do *de cujus*, com as cotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. Não desejando mais algum cotista permanecer na sociedade, esta igualmente não se dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, interdito ou falecido.

CLÁUSULA 22 - A apuração do capital do sócio que não mais desejar permanecer na sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em doze (12) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira trinta (30) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERTE Cópia ORIGINAL
Em 03 OUT 2002


AUTENTICAÇÃO	
TABELionato DORNELLES AV. ALTO JACUI, 76 94.470 - NÃO ME TOQUE	Certifico que a presente Cópia Fotostática está igual ao original que me foi apresentado e colado.
	Em testemunho _____ de verdade Não Me Toque (m. 1) 28/09/98
	 Maria Sueli Dornelles - Tabeleira
	Bel. Sérgio Dornelles - Oficial Ajudante Rosemar de Pádua - Escrevente Autorizada

VIII - EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 23 - A extinção da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que assim deliberem os sócios que representem a maioria do capital social.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 24 - Os casos omissos no presente instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor

CLÁUSULA 25 - Os sócios-cotistas declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e servirem de prova entre as partes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Não-Me-Toque, 12 de fevereiro de 1998.

[Handwritten signature]
ADEMIR GEHRKE

[Handwritten signature]
LILIAN KRÜGER GEHRKE

[Handwritten signature]
ADALBERTO EMÍLIO STEIN

Reconheço serem verdadeiras as firmas de Ademir Gehrke, Lilian Krüger Gehrke, Adalberto Emilio Stein, Zuleica Ellwanger dos Santos e Aristeu Kochem e dou fé.-

Em Testemunho da verdade Não-Me-Toque, 16/1998

TESTEMUNHAS:

[Handwritten signature]
Nome e nº C. Ident. 1001109011-SSSP/RS
ARISTEU KOCHER

[Handwritten signature]
Zuleica dos Santos
Nome e nº C. Ident. 4004091002-SSP/RS
ZULEICA ELLWANGER DOS SANTOS

VISTO *[Handwritten signature]*
LUIZ CARLOS SANTOS FERRAZ
Advogado OABRS 6694

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Em 03 OUT 2002

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente Cópia Fotostática está igual ao original que me foi apresentado e comparei.
Em testemunho da verdade
Não-Me-Toque (RS) 18/03/98
[Handwritten signature]
Márcia Sueli Dornelles - Tabela
Reg. Sérgio Dornelles - Oficial Ajudante
Rosemari de Pádua - Escrivã Autorizada

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 432, DE 2005**

(Nº 1.745/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a AMEI –
Associação Comunitária Municipal Edu-
cacional e Informática a executar serviço
da radiodifusão comunitária na cidade de
Aragarças, Estado da Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 307, de 20 de agosto de 2004, que autoriza a AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa a executar, por 10 (dez) anos, sem direito da exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aragarças, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 128, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 50, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Itaiense, na cidade de Itai – SP;

2 – Portaria nº 144, de 16 de abril de 2004 – Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, na cidade de Sobral – CE;

3 – Portaria nº 154, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural de Heliadora – ACHÉ, na cidade de Heliadora – MG;

4 – Portaria nº 162, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Beneficente de Lagoa dos Gatos, na cidade de Lagoa dos Gatos – PE;

5 – Portaria nº 167, de 16 de abril de 2004, alterada pela de nº 411, de 12 de novembro de 2004 – Associação Educacional e Cultural – Interativa, na cidade de Medianeira – PR;

6 – Portaria nº 248, de 31 de maio de 2004, alterada pela de nº 382, de 27 de outubro de 2004 – Associação Comunitária Beneficente do Município de Uiraúna, no Município de Uiraúna – PB; e

7 – Portaria nº 307, de 20 de agosto de 2004 – AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa, no Município de Aragarças – GO.

Brasília, 9 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 232 EM

Brasília, 24 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa, no Município de Aragarças, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.670.000.650/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 307, DE 20 DE AGOSTO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.670.000.650/98 e do PARECER/MC/CONJUR/MRD/Nº 0700 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa, com sede na Rua 412, Quadra 5, Lote 20, Vila Ceará, no Município de Aragarças, Estado de Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15º54'43"S e longitude em 52º14'33"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 129 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/ MC – SLP

Referência: Processo nº 53.670.000.650-98, protocolizado em 10-11-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa, localidade do Aragarças, Estado de Goiás.

I – Introdução

1. A AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa, inscrita no CNPJ sob o número 01.577.363/0001-57, no Estado de Goiás, com sede na Rua 412, quadra 05, lote 20, Vila Ceará, na cidade Aragarças dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 8 de janeiro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 18-3-1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. Os motivos do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontram abaixo explicitadas:

a) Centro Cultural Fundação Brasil Central, Processo nº 53.670.000.124-99, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: “Diante da impossibilidade da concretização do acordo proposto pelo Ministério das Comunicações, por meio do Ofício nº 5.046 de 4-6-2003 ... observou-se que esta entidade apresentou menor número de manifestações em apoio à iniciativa que a sua concorrente...” conforme comunicado à entidade por meio do Ofício nº 12072/03, datado de 17-12-2003 (cópia do ofício e do AR em anexo). A Entidade não apresentou pedido de reconsideração.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1Km, com centro localizado na Rua 412, nº 5, quadra 20, Setor Ceará, na cidade de Aragarças, Estado de Goiás, de coordenadas geográficas em 15º54'43" S de latitude e 52º14'33"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 237 denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal,

situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II e X da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica do processo nº 53.670.000.124-99 referentes às interessadas na localidade e em observância ao disposto no subitem 6.10.1 da Norma nº 2/98, foi encaminhado ofício para que se estabelecesse uma associação entre as mesmas, ocorre que, frente à negativa das entidades e considerando o decurso do prazo concedido, utilizou-se o critério de seleção apontado no subitem 6.10.2 da Norma nº 2/98, do qual constatou-se que a requerente conta com maior número de manifestações em apoio que a sua concorrente, em decorrência de tal fato a entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 237 a 311).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 297 firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 314 e 315. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 311 dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos

dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa;

• quadro diretivo

Presidente: Antônio Alberto Mendes Ferreira

Vice-presidente: Almir Oliveira Vitória

Secretário: Carlos Henrique Ferreira Foz

Tesoureiro: Donizete Pereira dos Santos

• localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua 412, Qd. 5, lote 20, Setor Ceará, cidade de Aragarças, Estado de Goiás;

• coordenadas geográficas

15°54'43" de latitude e 52°14'33" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 314 e 315, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 297 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela AMEI – Associação

Comunitária Municipal Educacional e Informativa no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.670.000.650-98 de 10 de novembro de 1998.

Brasília, 30 de abril de 2004. – **Sibela Leandra Portela**, Relator da conclusão jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relator da conclusão técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa).

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 433, DE 2005**

(Nº 1.748/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 228, de 3 de maio de 2004, que autoriza a Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 92, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 529, de 08 de outubro de 2003, alterada pela de nº 51, de 4 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, na cidade de Canoinhas – SC;

2 – Portaria nº 228, de 3 de maio de 2004 – Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO), no município de Cordeirópolis – SP.

Brasília, 17 de fevereiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº194 EM

Brasília, 26 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO), no Município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o grupo de trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53830.000900/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

PORTARIA Nº 228, DE 3 DE MAIO DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000900/01 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 527 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO), com sede na Rua Sete de Setembro, nº 621 – Centro, no município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º29'01"S e longitude em 47º26'45"W, utilizando a frequência de 106,3MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 95/2004 RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.830.000.900101, protocolizado em 6 de novembro de 2001.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO), localidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.

I – Introdução

1. A Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO), inscrita no CNPJ sob o número 04.721.850/0001-30, no Estado de São Paulo, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 621 – Centro, na cidade Cordeirópolis, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 29 de outubro de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do aviso de habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação Beneficente Comunitária de Desenvolvimento Cultural Educacional e Artística da Cidade de Cordeirópolis – Processo nº 53.830.000.270/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: impossibilidade da concretização do acordo proposto pelo Ministério das Comunicações por meio do ofício nº 9934/03 de 17-10-2003, utilizou-se o critério da Representatividade, do qual constatou-se que esta entidade apresentou menor número de manifestações em apoio à iniciativa que a sua concorrente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 11.660/03, datado de 28 de novembro de 2003. (cópia anexa)

b) Projeto Vida de Santa Gertrudes – Processo nº 53.000.003.866/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: o Ofício nº 7.714/02 datado de 20-12-02, foi devolvido pelos Correios pelo seguinte motivo: mudança de endereço. Por outro foi utilizado como referência o único endereço informado pela entidade requerente, constatando-se que não existe possibilidade de comunicação entre o departamento responsável pela análise dos processos e a interessada na prestação do serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 1.353/03, datado de 12 de março de 2003 (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente o processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma Complementar nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Manoel Beraldo nº 397, Vila Barbosa na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, de coordenadas geográficas em 22º29'01"S de latitude e 47º26'55"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na Rua da Saudade em 22º29'01"S de latitude e 47º26'45"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória o documento de folhas 714 e 715, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnica-jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 718 a 760).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls 743, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme se observa nas folhas 762 e 763. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 760, dos, autos corresponde ao que segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7, incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome:**

Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO),

- **Quadro Diretivo**

Presidente: José Adinan Ortolan

Vice-presidente: Luiz Claudemir Botteon

1º Secretário: Antonio Luiz Cicolin

2º Secretário: Sérgio Balthazar Rodrigues de Oliveira

1º Tesoureiro: Geraldo Batistela

2º Tesoureiro: Luiz Carlos da Silva

• **Localização do Transmissor:**

Sistema Irradiante e Estúdio Avenida Saudade, S/N, cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo;

• **Coordenadas Geográficas:**

22°29'01" de latitude e 47°26'45" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls.762 e 763, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls 743 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural, Recreativa e Educacional de Cordeirópolis (ACRECO), no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.000.900/01, de 06 de novembro de 2001.

Brasília, 17 de março de 2004. – **Vilma J.** Relatora da conclusão Jurídica, – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 434, DE 2005**

(Nº 1.752/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 166, de 16 de abril de 2004, que autoriza o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 84, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 89, de 23 de janeiro de 2004 – Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima "AMACCI", na cidade de Governador Valadares – MG;

2 – Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, na cidade de Caculé – BA;

3 – Portaria nº 135, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 140, de 16 de abril de 2004 – Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE), na cidade de Fortaleza – CE;

5 – Portaria nº 163, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, na cidade de Assaí – PR;

6 – Portaria nº 165, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo, na cidade de Inajá – PR;

7 – Portaria nº 166, de 16 de abril de 2004 – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, na cidade de Mauá da Serra – PR;

8 – Portaria nº 171, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi, na cidade de Tibagi – PR;

9 – Portaria nº 181, 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro, no Município de Jambeiro – SP;

10 – Portaria nº 218, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Porto União, no Município de Porto União – SC; e

11 – Portaria nº 302, de 3 de agosto de 2004 – Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE, no Município de Petrolina – PE.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC Nº 167 EM

Brasília, 17 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a V. Ex^a portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, da cidade de Mauá da Serra, no Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por V. Ex^a, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.001385/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 166, DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001385/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 321 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, com sede na Rua 66, s/nº – Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º53'42"S e longitude em 51º13'14"W, utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº0061/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC/SLP

Referência: Processo nº 53.740.001.385-98, protocolizado em 29-10-1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, localidade de Mauá da Serra Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM inscrita no CNPJ sob o número 02.797.500/0001-21, no Estado do Paraná com sede na Rua 66, s/nº, Centro, cidade de Mauá da Serra, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de novembro de 1998 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 22-12-1998 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com

petição de folha nº 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo, administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na rua 66, s/nº, Centro, na cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná de coordenadas geográficas em 23º53'42"S de latitude e 51º13'14"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas nºs 39-40, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração e coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilizarão de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, VI, VIII, X da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 43 a 258).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 246, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 253 e 254. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço,

diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 259 dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• nome

Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM

• quadro diretivo

Presidente: Paulo Lourenço da Silva

1º Vice Presidente: Arnaldo Lourenço da Silva

2º Vice Presidente: Cláudio Donizete dos Santos

3º Vice Presidente: Marcos Antônio de Macedo

Secretário: Hermes Witctaff

Tesoureiro: Nilson Gonçalves dos Santos

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua 66, s/nº, Centro, cidade de Mauá da Serra, Estado do Paraná.

• **coordenadas geográficas**

23º53'42" de latitude e 51º13'14" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 253 e 254, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 246 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.001.385-98, de 29 de outubro de 1998.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004. – **Sibela Leandra Portela**, Chefe de Divisão/SSR, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 435, DE 2005**

(Nº 1.753/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Assaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 84, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado

das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 89, de 23 de janeiro de 2004 – Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima "AMACCI", na cidade de Governador Valadares – MG;

2 – Portaria nº 91, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Atalaia de Comunicação e Cultura, na cidade de Caculé – BA;

3 – Portaria nº 135, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Agropastoril de Tuiutiba, na cidade de Campo Formoso – BA;

4 – Portaria nº 140, de 16 de abril de 2004 – Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (ASMOAPE), na cidade de Fortaleza – CE;

5 – Portaria nº 163, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, na cidade de Assaí – PR;

6 – Portaria nº 165, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária da Vila Rural Vereador Sebastião Vieira de Araújo, na cidade de Inajá – PR;

7 – Portaria nº 166, de 16 de abril de 2004 – Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social, Educacional e Econômico de Mauá – CODESEM, na cidade de Mauá da Serra – PR;

8 – Portaria nº 171, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Tibagi, na cidade de Tibagi – PR;

9 – Portaria nº 181, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jambeiro, no Município de Jambeiro – SP;

10 – Portaria nº 218, de 28 de abril de 2004 – Associação Comunitária e Cultural Porto União, no Município de Porto União – SC; e

11 – Portaria nº 302, de 3 de agosto de 2004 – Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina – FAEPE, no Município de Petrolina – PE.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. – **José Alencar**.
MC Nº 134 EM

Brasília, 11 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, situada na cidade de Assaí, no Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das rádios comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.740.000.145/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

PORTARIA Nº 163 DE 16 DE ABRIL DE 2004

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.740.000.145/02 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0238/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, com sede na Rua Vereador João Fulgêncio, 83, Fundos, Conjunto Paraíso, cidade de Assaí, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas ge-

ográficas com latitude em 23º22'52" S e longitude em 50º51'07" W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

RELATÓRIO Nº 051/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

Referência: Processo nº 53.740.000.145/02 prolocuzado em 25 de março de 2002.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, localidade de Assaí, Estado do Paraná.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, inscrita no CNPJ sob o número 04.932.625/0001-42, no Estado do Paraná, com sede na Rua Vereador João Fulgêncio, 83, Fundos, Conjunto Paraíso, na cidade de Assaí, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 14 de março de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 29 de agosto de 2002, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando o respectivo nome e processo, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação de Radiodifusão Comunitária de Assaí FM – Processo nº 53.740.000.660/02, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: A Entidade

foi notificada através do disposto no Diário Oficial da União, publicado em 17 de novembro de 2003 para apresentar a documentação necessária à instrução de seu processo vez que a comunicação entre este Ministério e a requerente não foi possível, por se encontrar em local incerto, não sabido ou sem possibilidade de entrega de correspondência, conforme motivo constante do AR Postal e considerando que esta entidade não se manifestou no prazo de 15 dias de acordo com determinação disposta no referido Edital de Notificação, conforme comunicado por meio de Despacho Jurídico, datado de 08 de janeiro de 2004. (cópia anexa)

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Vereador João Fulgêncio, 83 Fundos, Conj. Paraíso na cidade de Assaí, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 23º22'52"S de latitude e 50º51'07"W de longitude.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 85 e 86, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos X

da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, Certidão Cartorária, e declaração do endereço da sede. Diante da regularidade técnico-jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 89 a 142).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 122, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 143 e 144. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 142, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos depositos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos depositos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí;

- **quadro diretivo**

Presidente: Tania de Fátima dos Santos Tanno
Vice-presidente: Tizuyo Luzia Uno
Secretário: Edméia dos Anjos Dias
Tesoureiro: Marcos Cem da Silva

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio.**

Rua Vereador João Fulgêncio, 83 Fundos, Conj. Paraíso, cidade de Assaí, Estado do Paraná,

- **coordenadas geográficas**

23°22'52" de latitude e 50°51'07" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 143 e 144, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 122 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Assaí, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.000.145/02, de 25 de março de 2002.

Brasília, 9 de fevereiro de 2004. – **Vilma Ferreira Alvarenga**, Chefe de Serviço/SSR. – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR Relator da conclusão Técnica.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2005

(Nº 1.754/2005, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Itagi a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagi, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 724, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Itagi a executar,

por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagi, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 81, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 724, de 15 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Itagi para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagi, Estado da Bahia.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005. – **José Alencar**.
MC Nº 574 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural de Itagi, na cidade de Itagi, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001674/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

PORTARIA Nº 724, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001674/98 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.649/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural de Itagi, com sede na Praça São José s/nº – Centro, na cidade de Itagi, Estado da Bahia, para executar serviço de Radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º09'42"S e longitude em 40º00'20"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

RELATÓRIO Nº 382 /2003-DOSR/SSCE/MC

Referência: Processo nº 563.640.001.674/98, protocolizado em 16 de novembro de 1998.

Objeto: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Interessado: Associação Comunitária Cultural Itagi, localidade de Itagi, Estado da Bahia.

I – Introdução

1. A Associação Comunitária Cultural Itagi, inscrita no CNPJ sob o número 02.639.954/0001-74, no Estado da Bahia, com sede na Praça São José, s/nº, Centro, cidade de Itagi, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 10 de novembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária

nos termos do art. 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

II – Relatório

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado no Bairro Jardim de Alá, s/nº, na cidade de Itagi, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 70º30'19"S de latitude e 10º25'15"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na Praça São José, s/nº, Centro em 14º09'42"S de latitude e 40º00'20"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9 de setembro de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 71 e 72, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de Radcom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e con-

clusão. Vale salientar que no final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 77 a 143).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 81, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 138 e 139. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 143, dos autos, corresponde ao que se segue:

– Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

– ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

– comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

– manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

– planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos

XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o projeto técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

– declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

• **nome**

Associação Comunitária Cultural Itagi;

• **quadro diretivo**

Presidente: Esmael Ribeiro de Aguiar;

Diretor Substituto: Amaury Ribeiro dos Santos;

Secretário: Valdenice Fonseca de Oliveira;

Diretor Financeiro: Enios de Jesus Santos;

Diretor de Patrimônio: Sandra Santos de Jesus

• **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Praça São José, s/nº, Centro cidade de Itagi, Estado da Bahia;

• **coordenadas geográficas**

14º09’42” de latitude e 40º00’20” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 138 e 139, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 81 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária Cultural Itagi, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.640.001.674/98, de 16 de novembro de 1998.

Brasília, 20 de novembro de 2003. – **Lídia Souza El-Carab Moreira**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da Conclusão Técnica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 421 a 436, de 2005**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de 45 dias, de acordo com o art. 223, §1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.770, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento do Senado Federal nº 823, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de consternação pela tragédia, ocorrida há 60 anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

Relator Ad Hoc: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento nº 823, de 2005, de autoria do Ilustre Senador Arthur Virgílio, para que seja inserido em ata de voto de consternação pela tragédia, ocorrida há 60 anos, com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. O Requerimento toma por base o art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

Há cerca de sessenta anos, o mundo assistiu ao lançamento de duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Essa tragédia marcou o desfecho da Segunda Guerra Mundial e o início da chamada “era atômica”. Além da destruição das duas cidades, centenas de milhares de vidas foram ceifadas, de forma avassaladora e sem precedentes.

Seis décadas decorridas daquele fatídico mês de agosto, ainda são muitas as dolorosas lembranças. Não

só o povo japonês, mas toda a raça humana, carregamos a recordação em nossa história daqueles fatídicos acontecimentos que simbolizam a capacidade humana de destruir. E, infelizmente, depois de tantos anos, o homem ainda continua a desenvolver formas de matar seus semelhantes e destruir a natureza.

Entretanto, Hiroshima e Nagasaki também são sinônimo de esperança. Afinal, seus cidadãos superaram dificuldades indescritíveis e conseguiram reconstruir suas vidas, suas cidades e seu país. O exemplo de força e de vontade de viver dos sobreviventes de Hiroshima e Nagasaki simboliza o desejo de toda a humanidade pela paz e pelo progresso.

Hiroshima e Nagasaki jamais devem ser esquecidas. Nesse sentido, louvamos a iniciativa do presente requerimento. Cabem, não obstante, algumas breves observações formais.

De acordo com o art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, o voto de pesar só é admitido por “luto nacional decretado pelo Poder Executivo” ou por falecimento de pessoas expressamente citadas nos incisos daquele artigo. Assim, de acordo com o referido Regimento, para o caso em tela, vislumbramos ser mais apropriado o voto de solidariedade, na forma do art. 222.

III – Voto

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 823, de 2005, na forma apresentada a seguir.

REQUERIMENTO

Com fundamento no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos.

Requeiro, também, que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio da Embaixada em Brasília.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005.
– **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Marco Maciel** – **Romeu Tuma** – **Roberto Saturnino**, Relator Ad Hoc – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Flexa Ribeiro** – **Pedro Simon** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 1.771, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2005 (nº 1.023/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o tex-

to do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2005 (PDC nº 1.023, de 2003, na origem), que aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 7 de julho de 2005, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da então Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 412, de 2003, do Poder Executivo que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 00188/MRF/MCT, de 30 de julho de 2003, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia, da qual cabe destacar o seguinte:

(...) O presente Protocolo tem por objetivo estender o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS), por meio do desenvolvimento, lançamento, operação e exploração dos dados dos satélites CBERS 3 e 4.

A cooperação entre o Brasil e a China com vistas ao desenvolvimento do Programa CBERS ocorre num contexto internacional marcado pela crescente valorização das atividades intensivas em conhecimento e tecnologia. O CBERS representa, assim, a reação de dois países em desenvolvimento ao imperativo de conquistar novos espaços nessa realidade. Além de

synetizar a maturidade alcançada no relacionamento político bilateral, o CBERS consistiu, desde o início, em esforço no sentido de romper o bloqueio erigido por nações desenvolvidas à transferência de tecnologias avançadas e sensíveis. Os satélites construídos no âmbito desse Programa realizam atividades de sensoriamento remoto, colhendo dados e enviando imagens digitais da Terra. Convém ressaltar que, nesse contexto, não se vislumbra qualquer colaboração entre os dois lados no que diz respeito à tecnologia de vetores.

As fases 3 e 4 do CBERS buscam atender a amplo conjunto de aplicações em áreas como monitoramento florestal, impactos ambientais, avaliação de produção agrícola (previsão de safra), gerenciamento de desastres naturais (enchentes, queimadas, entre outros), monitoramento de oceanos e águas interiores, avaliação do crescimento urbano, bem como cartografia topográfica e temática. Os dados coletados por satélites poderão ser de grande relevância para a estrutura das estratégias do Governo para combate à fome e à erradicação da pobreza, constituindo-se numa importante combinação entre o investimento de recursos nacionais, a cooperação internacional em alta tecnologia e as prioridades sociais do Governo (...). Ao assegurar a continuidade do Programa, o Protocolo Complementar visa a garantir aos sistemas de monitoramento propiciados por meio desses satélites fluxo de dados com imagens ainda melhores e mais detalhadas.

A Exposição de Motivos ressalta, ainda, que o Programa CBERS, no qual se insere o presente Protocolo, permite ao Brasil passar de mero usuário a proprietário de um sistema de sensoriamento remoto.

II – Análise

Fica de todo evidente a necessidade de cooperação entre os países, com vista ao desenvolvimento. Em uma área de tecnologia de ponta, como a de satélites, é fundamental a constituição de parcerias, sem as quais fica muito difícil o empreendimento de qualquer avanço em condições eficazes e em tempo razoável. Daí a relevância de um Acordo de Cooperação entre dois grandes países como Brasil e China.

O Programa CBERS deverá trazer grandes ganhos aos dois países no sentido de alcançar uma maior autonomia com relação aos países desenvolvidos, no que concerne à utilização e desenvolvimento de tecnologias como a de monitoramento, produção e transmissão de imagens de satélite.

Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais e para o desenvolvimento do País, em especial em termos de aproximação com a China, bem

como para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2005.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005.

Eduardo Azeredo, Presidente em exercício – **Pedro Simon**, Relator – **José Agripino** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **Marco Maciel** – **Eduardo Suplicy** – **Flexa Ribeiro** – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma** – **Jefferson Péres** – **Mão Santa**.

LEGISLAÇÃO CITADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 1.772, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e de defesa Nacional, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005 (nº 1.298/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Parte do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005 (nº 1.298, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Parte do Mercosul,

República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.

Encaminhado por meio da Mensagem nº 1.123, de 17 de dezembro de 2002, o projeto foi aprovado, previamente, pela Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e pela Câmara dos Deputados, onde tramitou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da exposição de motivos que acompanha o projeto, formulada pelo Ministério de Relações Exteriores, cumpre destacar o seguinte:

À luz do objetivo de fortalecer os vínculos existentes entre os Estados partes do Mercosul, a Bolívia e o Chile, com vistas a conformação de um espaço jurídico integrado, apto a promover o adensamento das relações comerciais na região e aprofundar a assistência judiciária mútua, o acordo, negociado no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, da qual participaram os mencionados países como Estados Associados do Mercosul, estende à Bolívia e ao Chile o mecanismo de cooperação jurisdicional já existente entre os Estados Partes do Mercosul, por força do Protocolo de Las Leñas.

II – Análise

Trata-se de Acordo de alta relevância para a consolidação e o aprofundamento de nosso processo de integração regional, abrangendo área de vital importância para todos os países partícipes. A cooperação judicial permite maior dinâmica e fluidez comercial, provendo segurança jurídica a todos os parceiros comerciais, sejam os Estados, sejam as empresas ou os particulares.

O sucesso dos blocos econômicos está intimamente ligado ao volume e à qualidade do comércio intra-regional, sem o qual a integração é mero discurso, sem efetividade e eficácia. Prover meios político-jurídicos em prol da segurança jurídica é, por conseguinte, providência de primeira hora, a bem do sucesso de projetos de integração regional comprometidos com a realidade.

Nos termos do Acordo em apreço, os nacionais e residentes permanentes dos Estados signatários terão livre acesso à jurisdição de cada país, a bem da defesa de seus interesses, independentemente de caução ou depósito, sendo-lhes da mesma forma reconhecida a eficácia extraterritorial de medidas processuais, inclusive sentenças e laudos arbitrais.

Facilitando, ademais, o trâmite de certificações judiciais e de documentações processuais com fé pública, o Acordo prevê a dispensa de legalizações ou homologações nacionais, o que facilitará imensamen-

te a integração jurídica e comercial entre os países aderentes.

III – Voto

Por todo o exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2005 (nº 1.298 de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Parte do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005.
– **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Eduardo Suplicy**, Relator – **José Agripino**, **Marco Maciel**, **Wellington Salgado de Oliveira**, **Pedro Simon**, **Flexa Ribeiro**, **Roberto Saturnino**, **Romeu Tuma**, **Mão Santa**.

PARECER Nº 1.773, DE 2005

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residências para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (1.377 de 2004, na origem), que Aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residências para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Encaminhado por meio da Mensagem nº 181, de 19 de abril de 2004, o presente Projeto foi aprovado, previamente, pela Câmara dos Deputados, onde tramitou pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da exposição de motivos que acompanha o Projeto, formulada pelo Ministério de Relações Exteriores, cumpre destacar o seguinte:

O Acordo em apreço contempla a isenção do pagamento de taxas ou emolumentos referentes à expedição ou renovação de autorização de residência para nacionais das Partes signatárias – a saber, os Governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, que venham a fixar-se, temporária ou permanentemente, no território do Estado de qualquer das Partes.

II – Análise

Trata-se de Acordo de liberalização multilateral no que concerne à presença de cidadãos oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os ditos Países CPLP, o que traz benefícios recíprocos incontestes. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP dispõe de personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa, sendo de vital importância para a política externa brasileira.

A CPLP busca, dentre outras finalidades, a igualdade soberana de seus pares, a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, respeito pelas identidades nacionais e pela integridade territorial, promoção do desenvolvimento e da cooperação mutuamente vantajosa, princípios todos compatíveis com o que tem sido a conduta internacional do Brasil, com respaldo em nossa Constituição Federal, nos termos do art. 4º.

Vale salientar, com efeito, que a presença brasileira em tal Comunidade apresenta relevância proporcional ao peso político e econômico que o País ostenta. Exercendo liderança natural, o Brasil deve assumir as responsabilidades derivadas de tal posição, contribuindo para o aprofundamento e a consolidação de tão importante instituição internacional. Não é negligenciável que a CPLP pode contribuir para uma presença brasileira na África mais efetiva, trazendo para o nosso lado inúmeros Países potencialmente aliados a nossos pleitos em foros multilaterais.

Com relação específica ao conteúdo do Acordo em análise, simplificando os trâmites para a autorização da residência de súditos dos Países signatários, está versado em 7 artigos, e permite aos partícipes salvaguardas permissivas de sua própria denúncia, como previsto no art. 4º. O Acordo prevê ainda a possibilidade de suspensão temporária das liberalidades previstas, em razão de motivos de ordem interna, segurança nacional, saúde pública ou obrigações internacionais com terceiros países ou blocos econômicos, conforme se tem estatuído nos termos do art. 3.

III – Voto

Por todo o exposto, para ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e

versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (1.377 de 2004, na origem), que Aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residências para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2005.

– **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício – **Eduardo Suplicy**, Relator – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro** – **Roberto Saturnino** – **Marco Maciel** – **Wellington Salgado de Oliveira** – **José Agripino** – **Romeu Tuma** – **Mão Santa**

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos.
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;
- VII – solução pacífica dos conflitos;
- VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

x – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

.....
O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.770, de 2005**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o **Requerimento nº 823, de 2005**, do Senador Arthur Virgílio.

A matéria figurará na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 232, de**

2005 (nº 623/2005, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do § 4º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 2004, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, anexada ao processado da **Mensagem nº 116, de 2005**, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2003**, de autoria do Senador José Jorge, que altera o art. 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos;
- **Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2005** (nº 1.613/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Pedro Américo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura, o **Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2003**, vai à Câmara dos Deputados, e o **Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2005**, à promulgação. O **Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005**, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, DE 2005

Dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do artigo 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

- “Art. 39.
- I –
- II –

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, serviço ou disponibilidade de crédito;”

XIII –
Parágrafo único.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto que ora submetemos à apreciação dos ilustres pares objetiva completar uma lacuna num dos mais modernos e eficientes instrumentos normativos pátrio, que é a Lei nº 8.078/90, mais conhecida como Código de Defesa do Consumidor.

A regra vigente proíbe de forma enfática o oferecimento de serviços ou a remessa de produtos sem a expressa anuência e autorização do cidadão consumidor.

Entretanto, as empresas administradoras de cartão de crédito insistem em enviar, de forma abusiva, aos pretensos clientes ofertas de disponibilidade de crédito.

Talvez, por aproveitarem-se da imprecisão conceitual do objeto de seu negócio – não é bem um produto, não é bem um serviço, e também por contar que muitas vezes o consumidor não está apto ou preparado ou orientado em recusar tal oferta e daí sua inépcia em buscar seus direitos. Isso tudo acaba gerando obrigações e relações de consumo não desejadas e, na prática, impossíveis de serem desvinculadas senão pelo socorro do judiciário, onde o entendimento jurisprudencial é pacífico no sentido de

que tal oferta de crédito é uma relação de consumo imposta, draconiana e, portanto, ilegal junto ao CDC.

Com objetivo de trazer à Lei a pacificação judicial e colaborar com a

explicitação do direito do cidadão e poupar a justiça de ações inócuas, mas controversamente, trabalhosas para o consumidor, apresentamos esta proposta clarificando mais este conceito nas relações de consumo.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção de consumidor e dá outras providências.

.....

SEÇÃO IV das Práticas Abusivas

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

XI – Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22-10-1999, transformado em inciso XIII, quando da conversão na Lei nº 9.870, de 23-11-1999.

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério. (Incluído pela Lei nº 9.008, de 21-3-1995)

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23-11-1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 339, DE 2005

Dá nova redação ao § 6º do art. 180, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 180.

§ 6º Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Distrito Federal, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no **caput** deste artigo aplica-se em dobro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa suprir lacuna existente na legislação penal, com intuito de tipificar como qualificado o crime praticado contra bens e patrimônio do Distrito Federal, aplicando-se em dobro, dessa forma, a pena ali prevista.

É incontroverso que os bens do Distrito Federal são públicos. Mas o crime cometido contra os mesmos não é considerado qualificado, pelo simples fato de o Código Penal não relacionar no rol daqueles entes cuja propriedade de bens qualifica o crime. Não resta dúvida que, por serem considerados públicos, os bens do Distrito Federal merecem proteção idêntica aos da União, dos Estados e Municípios.

Assim, para ser considerada conduta típica, esta deve se adequar perfeitamente ao tipo previsto, não se admitindo interpretação extensiva de norma penal de forma a criar nova figura típica.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005 .
– Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940:

Art. 180. Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que

sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).

Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426.,de 1996)

Receptação qualificada (Redação dada pela Lei nº 9.426. de 1996)

§ 1º Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: (Redação dada Pela Lei nº 9.426. de 1996).

Pena – reclusão, de três a oito anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426. de 1996)

§ 2º Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência. (Redação dada nela Lei nº 9.426. de 1996).

§ 3º Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso: (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).

Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas. (Redação dada nela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 4º A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. (Redação dada nela Lei nº 9.426. de 1996)

§ 5º Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).

§ 6º Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no caput deste artigo aplica-se em dobro. (Incluído pela Lei nº 9.426 de 1996).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2005

Institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada anualmente entre os dias 12 e 18 de outubro, com o objetivo de conscientizar a população brasileira sobre a importância do período entre 0 e 6 anos para

a formação de um cidadão mais apto à convivência social e à cultura da paz.

Parágrafo único. Na Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, serão desenvolvidas atividades pelos setores públicos, juntamente com as entidades da sociedade civil, visando o esclarecimento e a conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto que ora submetemos à apreciação dos ilustres membros desta Casa

Legislativa, vem de motivação e inspiração de iniciativa semelhante da ilustríssima Deputada Iraê Lucena da Assembléia Estadual da Paraíba, cujos argumentos considero irretorquíveis e irrefutáveis, os quais passo agora a retransmitir:

“O projeto tem como principal objetivo mostrar a importância de implementar políticas sociais embasadas em ações nas áreas da saúde, educação e cidadania, voltadas para a prevenção da violência. Como também, conscientizar as autoridades investidas e a população sobre as verdadeiras causas da violência e explicitar que atrás de uma arma que mata há sempre um cérebro emocionalmente mau preparado.

O dia 12 de outubro foi o escolhido para se dar o início da semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, por ser este dia, no calendário de datas comemorativas, o Dia da Criança.

Como se sabe, a Primeira Infância é o período de vida que vai de zero a seis anos de idade. Quando se fala em desenvolvimento infantil tem-se que, obrigatoriamente, pensar no período de vida intra-útero.

No momento atual, graças às neurociências e à neurobiologia, toda a estrutura do ser encontra-se nesse período.

Segundo o pediatra e professor Laurista Corrêa Filho, da Universidade de Brasília (UnB): “As novas descobertas científicas mostram como se desenvolve o cérebro nas fases intra-útero e pós-natal. Até a 20ª semana de gestação já está todo formado, nascemos com cem bilhões de neurônios e, após o nascimento, a conexão entre eles (sinapses) é que vai proporcionar o aumento do cérebro, que chega a mil e cem gramas em uma criança de três anos”. De acordo com as experiências pós-natais é que se formarão os caminhos neuronais. Aí podem incluir as experiências físicas e afetivas. Positivas ou negativas, dependendo o meio em que vive o bebê. Laís Valadares, do Departamento Científico de Saúde Mental da Sociedade Brasileira

de Pediatria (SBP) e presidente do Comitê da Sociedade Mineira de Pediatria, lembra que nos primeiros meses a mãe troca estímulos com a criança, olhares, toques, sons, conversas, que são sinais para o cérebro e “esta comunicação é fundamental para as sinapses mentais”, ressalta.

Laurista cita também o especialista P. Nathaniel-sz (Ediouro, 2002), diretor do laboratório de pesquisas sobre gravidez e recém nascidos da Universidade de Cornell, nos EUA. “A conexão emocional entre pais e filhos, freqüentemente chamada de vínculo, ensina o cérebro da criança a decifrar pistas afetivas. O vínculo entre pais e filhos treina o cérebro para fazer conexões nervosas que permitem sentir calor e conforto vindo de outros. O cérebro da criança está aprendendo como processar emoções, decifrando interações que ele terá com outros seres humanos para o resto da vida”.

O pediatra e psiquiatra Salvador Célia, que presidiu o Departamento Científico de Saúde Mental da Sociedade Brasileira de Pediatra de 1998 a 2001, reforça essa tese. “O bebê nasce para se comunicar. Busca a interação. Um estímulo bem praticado é essencial nos primeiros seis meses, pois a criança já tem capacidade de abstração e de imaginação. Se a interação se pauta pela sintonia, o bebê faz contato com a empatia. Aos oito meses, quando vê outra criança chorando, vai para perto da mãe. Aos 15, quando o estado de vínculo é seguro, vai para junto do bebê que chora ou para junto da mãe deste.

É o que chamamos de angústia solidária explica. O psiquiatra acrescenta que estudos feitos no Canadá e nos EUA mostram que a grande maioria dos delinquentes sofreu algum problema de vínculo na infância. “A interação saudável gera capacidade de reagir com inteligência às adversidades. Sem violência”, finaliza.

O investimento na educação e oportunidade para as crianças de 0-6 anos, representa seguramente a prevenção da violência.

Sabe-se, pois que, os fatores geradores de violência, a insegurança e o medo merecem um destaque importante. De posse desses conhecimentos, urge tomarmos providências cabíveis para atacar a raiz da violência.

Aos 6 anos de idade, o número de sinapses atinge alguns quatrilhões. Podemos chamar estas experiências de epigenéticas, ou seja, se sobrepõem a genética do ser. Quando essas experiências são positivas e proporcionam uma interação conveniente ao desenvolvimento do bebê, há a oportunidade de desenvolver no mesmo um apego seguro. Se, ao contrário, o ambiente for hostil para o bebê, seja do ponto de vista físico ou afetivo, certamente haverá um “curto-circuito”; em toda sua organização neuronal.

Do apego inseguro gerado, a possíveis maus traços desde o início da vida a criança chega ao final da primeira infância como sobrevivente. O ser humano que não foi desejado e muito menos aceito será fatalmente o produto final de um futuro desajustado social.

Em nosso meio podemos identificar os grupos de risco. A gravidez na adolescência, por exemplo, é um problema de saúde pública. Em um país onde nascem de 3 a 3.500.000 de bebês por ano teremos em torno de 600 a 700.000 filhos de mães adolescentes (10-19 anos). Quais serão os riscos de termos um número enorme de “sobreviventes”?

Os estudos mostram ainda que o ser humano que não recebeu amor, que não foi amado e maternado, nesta fase da vida, certamente não terá capacidade para amar. Aquele que não recebeu a nutrição sensorial (sobretudo pele e ouvido) e as palavras com afeto e carinho, dificilmente escapará da marginalidade ou do difícil acesso à normalidade e segurança.

Desta forma, a violência, principalmente a social, deve ser levada em conta como, não só um problema de cidadania, mas também de Saúde Pública tendo em vista o número de homicídios e os incontáveis atos de violência que levam a problemas psicopatológicos importantes como o do “stress pós-traumático” que pode ocorrer desde o início da vida com profundas consequências no desenvolvimento da personalidade.

Recentemente, em 1999, Richard Rhodes importante estudioso americano publicou estudos com criminosos, onde salientou que todos falavam sobre sua primeira infância, quando passavam dificuldades, algumas até caóticas, como violência física, sexual e negligência.

Dorothy Lewis, em 1998, estudando jovens criminosos nos Estados Unidos também chegou à conclusão similar; todos tinham tido uma primeira infância muito carente e problemática.

Cada vez mais se vê que esses distúrbios não provêm do berço ou nascimento e sim de sua criação e educação. Essa falta de segurança, confiança e auto-estima, vem da falta de terem conseguido vínculos mais fortes, que são originados das primeiras relações com os cuidadores iniciais.

Tremblay, no Canadá em 1999, na província de Quebec, nos relata que já aos 17 meses a agressão física é manifestada num grande número de crianças. Ele também mostra que de 30 meses até a idade dos 5 anos, há um acentuado declínio no comportamento agressivo, mostrando que o controle da agressão física é possível. Para que isto ocorra, é necessário incentivarmos pesquisas, programas de intervenções que ocorram desde o pré-natal, com ênfase na humanização de parto e na atenção especial às famílias carentes e

seus bebês nos primeiros anos de vida. Ruther (Inglaterra), Werner (E. U), Cyrulnik (França) nos mostram que muitos seres humanos conseguem se adaptar à vida apesar de todos os fatores estressantes. Essa capacidade não é inata, nem mágica e se convencionou chamar de resiliência. Isto é adquirido pelas ações políticas integradas e com significativa participação da Comunidade, por suas lideranças, como Clubes de Serviços, organizações culturais e políticas.

Especial ênfase deve ser dada à capacitação de profissionais das áreas de saúde, educação, cultura e cidadania, desde o início de sua formação universitária. Essas ações visarão à construção de vínculos que levarão à formação de apegos seguros que capacitarão para o estado de resiliência.

Esse verdadeiro trabalho preventivo terá êxito se desenvolvermos condições para ações de psicoprevenção individual, institucional e comunitária.

Os especialistas explicam por que o investimento na primeira infância precisa ser encarado como prioridade de qualquer nação: e nos primeiros anos de vida de uma criança que ela aprende, por exemplo, a controlar sua raiva.

É nessa fase também que se ensina a ter confiança e auto-estima suficiente para não desistir quando, no processo de aprendizado, a criança se depara com alguma dificuldade. O investimento adequado na infância pode resultar, segundo os mesmos, numa sociedade menos violenta.

Para provar essa teoria, eles citam a pesquisa dos US\$7 feita pela organização não-governamental **Fight Crime: Invest in Kids** (Combata o Crime: Invest em Crianças) que provou que cada dólar gasto em um atendimento de qualidade na infância poupa US\$7 em gastos no sistema policial e prisional. São US\$7 para cada US\$1 gasto.

Com base em pesquisas com adultos que sofreram abuso quando crianças, a ONG estima que 3.100 dessas 77.860 crianças abusadas ou negligenciadas serão, no futuro, violentos criminosos que não teriam tomado esse caminho caso um bom atendimento em creches ou o sistema de saúde tivesse detectado o problema a tempo.

A importância de dar atenção e afeto às crianças, no entanto, não é exclusividade de famílias pobres. Brazelton, em um de seus artigos, listou 12 situações de estresse que pais de classe média sofrem hoje em dia.

Os dois especialistas alertam, entretanto, que a frustração dos pais com a falta de tempo para dedicar aos filhos tem alimentado uma indústria que lucra com essa ansiedade. O fundamental, ensinam os dois, é dar afeto e atenção à criança.

Por fim concluímos que, realmente, os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento da criança, e que o Brasil está cometendo um erro muito grave quando vem investindo tão pouco na infância, já que, segundo uma pesquisa da Unesco divulgada em 2000, informa que o gasto por aluno em pré-escolas públicas (voltadas para a faixa etária de 4 a 6 anos) é de US\$820 por ano. Na Alemanha, por exemplo, esse mesmo gasto é de US\$5.277 (em dólares PPP, cálculo que leva em conta o poder de compra de cada população e permite a comparação). Segundo o mesmo estudo, o gasto por aluno no ensino superior público brasileiro é 12 vezes maior do que o gasto com pré-escola.

Sendo evidente a relevância da matéria com o investimento na educação e oportunidade para as crianças de 0 – 6 para a prevenção da violência, esperamos contar com o apoio desta Casa a este Projeto de Lei.”

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005.
– Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.071, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao criador do Ultimate Fighting Championship, Róriom Gracie, premiado com a Medalha de Honra ao Mérito, que lhe foi outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Califórnia.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Mestre em Jiu-Jitsu Róriom Gracie, homenageado com a Medalha de Honra ao Mérito pela Câmara de Comércio Brasil-Califórnia, em reconhecimento ao seu esforço pela difusão dessa modalidade desportiva e de artes marciais nos Estados Unidos.

Requeiro, também, que, deste Voto de Aplauso, sejam cientificados o homenageado e a Câmara de Comércio Brasil-Califórnia, de Los Angeles, EUA.

Justificação

Filho de Hélio Gracie, o grande mestre brasileiro em Jiu-Kjitsu, Róriom Gracie foi, no dia 22 de setembro de 2005, condecorado com a Medalha de Honra ao Mérito, a ele outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Califórnia. A deferência é o reconhecimento da entidade e da própria Los Angeles pela iniciativa de

Róriom, responsável pela criação, na Califórnia, do Ultimate Fighting Championship, para a qual levou, havia 20 anos, o Brazilian Jiu-Jitsu. Com o Ultimate, o Jiu-Jitsu do Brasil ganhou ainda maior projeção. Hoje, Róriom treina diversas entidades do Governo do Estado Unidos, incluindo os Fuzileiros Navais, o FBI e a Polícia de Los Angeles. Essa iniciativa, ademais incentivou a prática do Jiu-Jitsu naquele país, tendo como inspiração as técnicas brasileiras de que os Gracies são mestres. A homenagem que ora formulo, justifica-se diante do que representa atualmente para as artes marciais no Brasil a condecoração outorgada a Róriom Gracie.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.072, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à TV-Record, de São Paulo, pelo transcurso de seu 52º aniversário de criação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à TV-Record, hoje Rede Record, que, no dia 25 de setembro de 2005, completou 52 anos de existência.

Requeiro, também, que, deste Voto de Aplauso, sejam cientificados a Rede Record e, por intermédio de seus dirigentes, toda a equipe que ali trabalha.

Justificação

Fundada por Paulo Machado de Carvalho, que já havia implantado em São Paulo uma das mais populares e mais potentes emissoras de rádio, a Rádio Record; a atual Rede Record é atualmente um marco no panorama brasileiro da radiodifusão. Por muitos anos, foi apenas a TV-Record, pela qual passaram nomes famosos da informação, da cultura e do entretenimento. Pelo seu trabalho correto, cresceu e hoje é a Rede Record, de alcance nacional. Sua presença, em mais de meio século, em todo o País, merece esse Voto de Aplauso do Senado da República.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.073, DE 2005

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Ronald Golias, nesta terça-feira de infecção generalizada, e apresentação de condolências a sua esposa Lucia Golias e à filha Paula Golias.

Justificação

“Ô Crides, fala pra mãe não esquentar a comida não, que eu não venho mais pra almoçar.”

Essa frase, uma das mais conhecidas do genial Ronald Golias, criada para o seu personagem “Pacífico”, vivido por quase 50 anos, marca o que todos nós estamos sentindo hoje. Ele não volta mais na hora do almoço ou na hora do jantar. Não vem mais alegrar os nossos sábados. Suas caretas vão ficar agora marcadas apenas nas brincadeiras de meninos, nas imitações feitas pelos mais alegres nas festas, nas palhaçadas de rua. Ele foi enterrado esta manhã no Cemitério do Morumbi, em São Paulo, depois de ficar vinte dias internado com infecção generalizada.

Ronald Golias fez rir várias gerações – e vai fazer ainda, através das gravações dos seu programas de TV, dos festivais que com certeza vão acontecer para mostrar seus filmes. Assisti, anteontem, a um antigo programa onde ele brilhava, o Família Trapo, da TV Record, que ia ao ar nos anos 60 mas ainda hoje provoca gargalhadas. Ali ele era o Bronco, o cunhado vagabundo, malandro, e ao mesmo tempo palhaço, ingênuo, de Otelo Zeloni, numa família trapalhona que tinha a hoje deputada carioca Cidinha Campos no papel de filha adolescente e Jô Soares no papel de mordomo, entre outros.

A Família Trapo até hoje é referência de programa humorístico na TV. Jogando bola com os meninos da rua, comprando um terreno de 4 x 4 no Mato Grosso, acampando na Praça da Sé para “viver um pouco ao ar livre”, Bronco vivia suas aventuras e fazia o país cair na gargalhada, já que seu humor era aquele da cumplicidade com quem ri. Todos entendiam. Impossível era ficar sério. E quando vinha a pausa, a necessária na narrativa do humor, ele simplesmente olhava para a câmera e fazia uma careta. Era o que bastava.

Além de Bronco e Pacífico, Ronald Golias criou o velho Bartolomeu Guimarães que, surdo, só ouvia o que

queria e só respondia coisas fora de hora ou propósito – sátiras daquele momento, todas compreendidas por qualquer telespectador. Isso lhe dava um “toque” de sabedoria, junto com a barba branca e o cajado. Bartolomeu Guimarães era a própria sabedoria popular.

Ronald Golias nasceu no interior de São Paulo, em São Carlos, em 1929. Foi alfaiate – como Pelé, um dos seus ídolos – e também funileiro, ou lanterneiro, como se fala em alguns Estados. Foi levado para inicialmente para o rádio, por Manoel de Nóbrega – pai de Carlos Alberto, seu amigo inseparável até o fim. Na Rádio Nacional, fazia o programa da hora do almoço, que todos acompanhavam. A TV estava no começo, era artigo de luxo de poucas casas. Pois Ronald Golias, junto com Carlos Alberto e seu pai, fazia a novela “A Fera do Mar”. Era o “Caçador”. Carlos Alberto era o “Águia Negra”. Suas aventuras deixavam os almoços mais gostosos, divertidos. Suas piadas eram copiadas imediatamente, principalmente nas famílias grandes, como a minha, onde as brincadeiras entre os irmãos começavam quando a gente acordava e só terminavam quando o último pegava no sono.

Depois, em 1956, na TV Paulista Canal 5, das Organizações Vitor Costa, antecessora da Globo em São Paulo, Golias, Manoel da Nóbrega e Carlos Alberto já viveram a deliciosa Praça da Alegria, hoje em dia levada ao ar pelo SBT, como A Praça é Nossa. Naquele banco da praça, Pacífico mostrava ao homem comum, vivido por Carlos Alberto, como a vida é irônica, como qualquer fato que gere perplexidade pode também provocar uma gargalhada se visto por outro ângulo. Uma espécie de escracho do sério.

Fazer rir é mais difícil, mais inteligente e muito mais duradouro, em termos de comunicação e arte, do que fazer chorar. Esse foi o caminho escolhido pelo genial Ronald Golias, que não vem mais pra almoçar, que não vai mais sentar no banco da escolinha ou da praça, mas vai ficar pra sempre na nossa lembrança.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.074, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a revogação do visto de permanência nos EUA do Sr. Antônio Celso Cipriani e sobre as providências que estão sendo tomadas por parte do Itamaraty.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a revogação do visto de permanência nos EUA do sr. Antônio Celso Cipriani e sobre as providências que estão sendo tomadas por parte do Itamaraty:

1) Qual foi a alegação apresentada pelos EUA para justificar a revogação do visto de permanência naquele para do Sr. Antônio Celso Cipriani?

2) O Itamaraty está tomando alguma providência no sentido de reverter a revogação do visto de permanência nos EUA do Sr. Antônio Celso Cipriani?

3) A intervenção do Itamaraty, nesse caso, corresponde a um procedimento comum ou representa uma ação de caráter extraordinário?

4) Se essa atitude não representa um procedimento comum, o que justifica a “pronta ação” do Itamaraty?

Justificação

O jornal Folha de São Paulo do último dia 9 de setembro do corrente publicou, na sua coluna PAINEL, que o Itamaraty estaria prestando colaboração ao Sr. Antônio Celso Cipriani, ex-dono da Transbrasil, para tentar reverter a revogação do seu visto de permanência nos Estados Unidos.

Sendo assim, as informações que ora solicito buscam esclarecer se a intervenção do Itamaraty nesse caso representa um procedimento comum ou se configura uma ação de caráter especial.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005 – Senador **Almeida Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Passo à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

S. Ex^a tem dez minutos, mais dois de tolerância.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, foi absolutamente lamentável o incidente ocorrido nessa terça-feira entre mais de cem prefeitos goianos e a Segurança do Senado.

Os prefeitos devem ser bem tratados no Congresso Nacional, porque são desrespeitados no Palácio do Planalto, são empurrados pela barriga nos ministérios e são roubados nos repasses federais.

Atualmente, está ocorrendo um verdadeiro confisco de verbas municipais pelo poder central, porque a máquina de arrecadar faz um verdadeiro “limpa” nas cidades e deixa o dinheiro em Brasília para o Governo gastar com mensalão, cueção, avião e outros aumentativos em forma de escândalo. De cada R\$100,00 tomados nos municípios por meio de tributos, apenas R\$14,00 retornam, ainda assim porque existem as obrigações legais do tipo Fundo de Participação dos Municípios, o FPM. E as senhoras e os senhores têm idéia de quantos reais as prefeituras recebem por mês com o FPM? Podem sentar-se para não cair de susto e de horror: em alguns casos, o repasse foi até negativo nos últimos meses. Mal comparando, é como se uma pessoa fosse roubada e ainda tivesse de indenizar o ladrão. Nas cidades menores, que recebem o famoso e absurdo 0,6 de FPM, a média de repasse foi de até R\$6.000,00. Seis mil reais! Não dá nem para comprar uma garrafa de vinho para as comemorações do Duda Mendonça quando embolsa caixa 2 do PT em paraísos fiscais.

Portanto, os prefeitos estão vazios de dinheiro e carregados de razão quando vêm a Brasília protestar. Eles têm de entrar no Congresso, sim. Têm de andar atrás de seus representantes, exigindo deles que coloquem sua voz na tribuna acerca dos assaltos sofridos em cada repasse. E os prefeitos têm de vir em turma, sim, porque unidos são mais fortes contra seu algoz maior: a indiferença do Governo Federal. Eles têm de vir às centenas, aos milhares, dando o recado de sua insatisfação. Têm de vir e soltar o grito de dor preso na garganta de seu povo, asfíxiado pela falta de benefício, arrebatado por impostos federais escorchantes, violentado pela incompetência, o desprezo e a rou-

balheira dos burocratas engavetadores do progresso dos municípios.

O líder municipal traz para Brasília um arquivo do que escuta no dia-a-dia. É no ouvido do prefeito, da primeira-dama, do vice-prefeito, do vereador e do secretário municipal que o povo registra seu lamento. Ninguém tem acesso ao Presidente da República, aliás, nem o ex-ministro José Dirceu consegue falar com o Lula, aí o cidadão leva seu sofrimento ao prefeito, e ele o transporta para as orelhas federais, essas que carregam brincos de diamante e ainda sobra espaço para um *piercing* de pérola.

Os cofres federais estão regurgitando dinheiro, porque o Governo fatura como nunca. Em agosto, o Governo Lula arrecadou mais de R\$29 bilhões apenas em tributos e contribuições federais. Essa fortuna representa um aumento de 8,4% em relação aos R\$26 bilhões arrecadados em agosto de 2004. Enquanto isso, os municípios passam a pão e água, quando panificadoras e companhias de saneamento ainda os fornecem. Por esse volume de injustiça e desrespeito, ontem e hoje, os chefes de Executivo locais mantiveram fechadas as portas das prefeituras, para evitar inclusive que alguém do Governo entre e leve as poucas coisas que sobram nos imóveis. Os prefeitos estão corretos, até porque é uma manifestação pacífica, como foi a vinda deles a Brasília e sua entrada no Senado. Tudo isso é perfeitamente bom. Parte da mídia e a totalidade do Governo tratam a vinda dos prefeitos à capital da República como se fossem extraterrestres. Não. São exatamente o contrário. Eles são o contato de Brasília com o mundo real. São eles que elegem os deputados e senadores, eles que ajudam o governo a arrecadar tributos, eles que mantêm o controle social.

Peço perdão aos prefeitos pela grosseria que sofreram nas dependências do Senado, assim como sei imperdoáveis os roubos que sofrem no Palácio do Planalto. Perdão ao presidente da Associação Goiana dos Municípios, George Moraes, Prefeito de Trindade, ex-Prefeito de Santa Bárbara, que muito honrou a Assembleia Legislativa de Goiás e a medicina brasileira. Que o Dr. George receba o humilde pedido de desculpas para todos os prefeitos que trazem as reivindicações do povo à Casa do Povo. Se os prefeitos não puderem reclamar aqui, vão poder reclamar onde? Se forem à Granja do Torto, o Presidente não vai interromper a pelada da manhã para atendê-los. Caso cerquem o Palácio da Alvorada, seus gritos serão abafados pelo pagode no último volume. No Palácio do Planalto, o filho chora e a mãe não vê. O prefeito só entra acompanhado de Parlamentar levando um pedido que não será atendido ou para alguma cerimônia chinfrim arquitetada em apoio ao Governo. Então, eles têm de

ocupar mesmo o Congresso Nacional, os gabinetes de Deputados e Senadores, as Comissões, o plenário da Câmara e do Senado, trazer os pés da realidade para os tapetes verdes e azuis.

Encerro com um convite: venham, prefeitos e vereadores! Venham mesmo. Venham pedir o que o seu povo precisa!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Demóstenes Torres...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a possui formação jurídica, e o povo de Goiás o mandou para cá para que respeitássemos as leis. Não bastaria o exemplo de Rui Barbosa, que disse só haver uma salvação: a lei e a Justiça. E aqui quero apresentar ao Brasil a Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988 e, na tribuna, beijada por Ulysses, que a chamou “Constituição Cidadã”. Ela traz, no Título VI, Capítulo I, Seção VI (Da Repartição das Receitas Tributárias), o art. 159. Ó, Lula, que diz que não gosta de ler, que não gosta de nenhum livro. Ó, Lula, esta é a mãe das leis brasileiras, é a Constituição. Ulysses disse: “Desrespeitar a Constituição é rasgar a Bandeira brasileira”. Lula, atentai bem! Sibá, que veio lá do Piauí, é a maior inteligência do PT, melhor do que todos os cabeças duras do núcleo duro. Sibá, que veio do Piauí – nós o emprestamos ao Acre –, com a coragem de piauiense, abra a Constituição e leia o art. 159, porque o Lula não o faz. Srs. Prefeitos, perdão! Rasgaram a Bandeira, desrespeitaram a Constituição. Diz o art. 159: “A União entregará: I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento (...)” Lula, Vossa Excelência, a União, o Governo Federal só têm direito de ficar com 53%. Com a fome do PT, a incompetência, a insanidade, eles estão comendo mais de 60%. E continua o inciso I: “(...) na seguinte forma: a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;” – Romeu Tuma, de 22,5%, garfaram, roubaram os Prefeitos, e estão pagando 14% – “c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento...”

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concederei mais um minuto para V. Ex^a encerrar, por favor.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – “...ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer.” Senador Demóstenes Torres, V. Ex^a simboliza aqui reviver Rui Barbosa. Então, desrespeitar a Constituição é um caso de *impeachment*. Essa marcha de Prefeitos... Senador Romeu Tuma, eu marchei em 07 de setembro. Quem marcha é soldado. Eu nunca vi, nesta Pátria amada, marcha de Prefeito. E eu faria de minhas últimas palavras as de Cícero: “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência?” Então, os Prefeitos do Brasil dizem: “Até quando Lula e PT vão abusar das paciências dos Prefeitos do Brasil?”.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito bem, Senador Mão Santa. Belíssimo aparte, enriqueceu muito este pronunciamento. V. Ex^a tem inteira razão.

Então, eu diria aos Prefeitos: venham pegar de volta o que o Governo nos surrupia nos Municípios. Venham batalhar pelo aumento de 1% no FPM (Fundo de Participação dos Municípios), tão necessário para os senhores que o Governo deveria ter vergonha de não conceder. Venham mesmo, venham todos, e sejam bem-vindos à Casa do povo, no templo da Federação, na capital cujas despesas os senhores e as senhoras trabalham tanto para pagar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu que agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares por dez minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco. Farei chegar às mãos de V. Ex^a a respectiva autorização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Assim que o próximo orador terminar, V. Ex^a fará uso da palavra pela Liderança.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Peço minha inscrição, pela Liderança do PFL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Em segundo lugar V. Ex^a está inscrito. A primeira é a Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois, se necessário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é possível que a sociedade civil brasileira ainda não tenha incorporado no seu espírito a importância para o momento da nossa vida política de uma reforma estrutural que venha de fato atender ao futuro do nosso País. Uma reforma política voltada, sobretudo, para a transparência na aplicação dos recursos de campanha, na igualdade da disputa ou da concorrência, para a coibição do abuso do poder econômico e para a adoção de medidas urgentes no sentido de proporcionar às lideranças políticas a possibilidade de ingressarem em legendas que não sejam de aluguel, mas que tenham o cunho de uma permanência efetiva na vida pública brasileira.

Infelizmente, Sr. Presidente, mergulhado nessa crise avassaladora, o Congresso Nacional, até o presente momento, não se debruçou para resolver essa situação que considero gravíssima, a qual poderia redundar numa reforma política que deveria ser prioritária em nosso País, ao lado de uma reforma tributária para fortalecer os Municípios. No entanto, essas prioridades vão sendo deixadas de lado, em torno de outras questões que também são importantes, mas não mais do que as que estou apontando neste momento.

Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, há algum tempo, existe uma gama de projetos cuidando da reforma política. E o Senado Federal cumpriu o seu papel recentemente: apresentou uma alternativa, no intuito de reduzir substancialmente os gastos nas campanhas eleitorais, a partir da proibição de *shows* milionários, realizados durante as campanhas dos candidatos mais ricos, que dispõem de mais dinheiro, que dispõem de um poderio econômico, em desfavor dos mais pobres, em detrimento da democracia. Considero fortalecimento das elites a forma como as campanhas eleitorais são feitas hoje em dia. Embora estejamos diante de escândalos que têm origem nas campanhas eleitorais – e isso está mais do que constatado, Sr. Presidente –, em que houve abusos não só agora, mas também no passado, com a aplicação de recursos de caixa dois, recursos não contabilizados, essa legislação permissiva, que admite a prática da ilegalidade sem nenhum limite, permanece de pé, in-

tocável, simplesmente porque o Congresso Nacional está quase parado.

Além das CPIs que estão rondando a vida dos que cometeram ilegalidades, surgiu a “crise Severino”, que se encerrou com sua renúncia, e hoje se realiza na Câmara dos Deputados a eleição do novo Presidente dessa instituição irmã do Senado Federal. Esperamos que, com a eleição do novo Presidente, as prioridades venham tomar corpo no âmbito da Câmara dos Deputados e que possamos discutir, em todos os seus pormenores, não apenas a reforma política, já aprovada pelo Senado Federal, e que já se encontra naquela Casa, e também efetivar estudos visando modelar um regime mais democrático, mais consentâneo com a nossa realidade, com o nosso País, que poderia ser, sem dúvida nenhuma, o parlamentarismo.

Sr. Presidente, o parlamentarismo serviria para barrar as crises de governo e dar maior estabilidade e permanência às nossas instituições e aos programas que são estabelecidos pelos Governos nas campanhas eleitorais.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Daqui a pouco, nobre Senador Sibá Machado, com muito prazer.

O que acontece é que alguém elege um Governador, alguém elege um Presidente da República e pouco tempo depois já está arrependido. O máximo que um Presidente da República pode fazer para agradar aos insatisfeitos é efetuar uma mudança de governo, mudando esse ou aquele ministro. Mas isso fica ao inteiro arbítrio do Presidente da República. Dependerá, única e exclusivamente, da vontade do Presidente, que detém o poder de mudar ou não o governo ou a política.

Já em um regime parlamentarista, o Parlamento, mostrando a sua desconfiança na programação governamental, seja rejeitando um projeto do Governo, seja rejeitando sua política econômica ou social, e poderá até destituir o Governo e convocar novas eleições, como também substituir os ministros com o “aprove-se” da população. E sabe-se o que vai acontecer se o Governo não tiver maioria no Congresso, como aconteceu recentemente no Japão, onde o Primeiro-Ministro foi contestado pelo Parlamento, numa programação de sua iniciativa que visava privatizar os Correios, que, naquele País, é um dos maiores bancos do mundo. O seu projeto, então, foi rejeitado. Ele, imediatamente, convocou novas eleições e aquela maioria que barrava as suas intenções e os seus objetivos foi substituída por uma outra maioria formada nas eleições. Nas eleições, ele conseguiu uma maioria esmagadora, traduzida, acima

de tudo, na vontade legítima do povo japonês de estabelecer uma política apoiada pelo Primeiro-Ministro e que o Congresso não deixava realizar.

O que acontece em nosso País? O Presidente se elege e não tem maioria. Como ele vai governar? Ele vai governar fazendo acordos.

Antes de encerrar as minhas palavras, ouço o aparte do Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Valadares, acho que V. Ex^a ainda tem direito a mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Por concessão da Mesa.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Por concessão da Mesa. Bem corrigido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a lembrança.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a pode usar os dois minutos, porque tenho certeza de que o Sr. Presidente será benevolente com o orador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que, sempre que venho à tribuna, tenho chamado a atenção para este tema. O Brasil, em 1993, ao fazer o plebiscito sobre o seu regime de governo, não teve tempo de se aprofundar sobre qual seria o melhor conceito social para o País em termos de administração pública. O Brasil já tem, na sua concepção, no seu subconsciente, uma visão do Presidente, a história do Presidente: o Presidente é para tudo e pode tudo. Vemos um erro de condução em todos os espaços da sociedade. Às vezes, visitando algumas comunidades rurais, entramos em uma comunidade com cerca de 150 a 200 moradores e encontramos de 6 a 10 presidentes: presidente do time de futebol, presidente da associação, presidente da Igreja, presidente do conselho escolar. Enfim, há presidente para tudo. Outro ponto: a coletivização do espaço de comando de coordenação dos institutos sociais não é, em nenhum momento, exercitada. Convivemos aqui, no Congresso Nacional, com essa crise que V. Ex^a acaba de trazer. Em primeiro lugar, não estou muito preocupado com o que a Câmara dos Deputados vai fazer com as idéias de reforma política. Não vejo muitas perspectivas, a não ser que se aprove aquele dispositivo constitucional que abriria um prazo mais elástico para se chegar até dezembro, avaliando melhor e podendo votar, pelo menos, as questões consensuais. Mas gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex^a. Não seria produtivo criar-se aqui – V. Ex^a poderia submeter o requerimento, que eu assinaria com a maior tranqüilidade – uma comissão especial do Senado para ir provocando debates, no âmbito da Casa ou externamente, fazendo audiências,

seminários sobre o regime de governo mais salutar para o Brasil neste momento? V. Ex^a não pode aqui se tornar uma voz solitária no deserto, é preciso que ela tenha eco e desdobramentos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Faço essa sugestão a V. Ex^a, um brilhante líder, preocupado com esta questão, um estudioso da causa e que deve ter maior apoio. E já me associo à iniciativa que V. Ex^a vier a tomar em relação a este tema.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex^a. De fato, essa questão tem que ser aprofundada porque, naquela época, o parlamentarismo foi derrubado porque era a vontade do Presidente, e sabemos como a figura do Presidente é forte. No dia em que tivermos um Presidente realmente parlamentarista, que desejar mudar o regime e dar maior consistência às suas decisões, às decisões do Congresso Nacional, naturalmente, ele se empenhará na realização de um plebiscito, a fim de que o parlamentarismo seja aprovado pela população, pelo eleitorado.

Sr. Presidente, para terminar, eu gostaria apenas de chamar a atenção para o fato de que se a reforma política não for aprovada no dia 30, a verticalização estará valendo. Isso significa que os Partidos que tiverem um candidato a Presidente da República não poderão se coligar com outros Partidos que não tenham a mesma aliança para Presidente da República. Essa verticalização prejudicou muitos que não chegaram aqui, apesar de terem tido muitos votos, porque ela proibiu, por meio do coeficiente eleitoral que não foi atingido, que eles chegassem aqui. A cláusula de barreira não está sendo levada em conta, que é de 5% – a Constituição estabelece 5%. O Partido que não atingir os 5%, que é a cláusula de barreira, a cláusula do desempenho, automaticamente não terá nenhuma representação no Congresso Nacional.

O Deputado pode se eleger, mas não toma posse, porque a cláusula não foi aprovada.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mais um minuto para V. Ex^a terminar, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, esse é motivo de grande preocupação para a classe política, mas a sociedade brasileira está totalmente desinteressada deste assunto, porque os políticos não procuraram conscientizá-la da importância da reforma que é a maior das reformas, aquela que conduz um país a se empenhar em favor de uma democracia forte, participativa e transparente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Peço licença para conceder a palavra ao Senador José Sarney, para completar as homenagens ao ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.

Em seguida, chamarei o próximo da lista de oradores.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero pedir desculpas à Casa porque equivoquei-me quanto ao horário da sessão comemorativa dos 100 anos do Senador Ernani do Amaral Peixoto. Mas não queria que esta sessão se encerrasse sem que eu também juntasse a minha palavra àquelas que foram aqui proferidas para recordar a figura extraordinária que foi Ernani do Amaral Peixoto na história do Brasil do século XX.

Na realidade, a história não se faz somente com os fatos, porque os fatos são construídos pelos homens: os homens fazem a história. Se analisarmos o século XX e a história do Brasil, veremos que ele foi um século rico em acontecimentos que marcaram a vida nacional. Ele começa com os primórdios da nossa República, que vinha de 1889 e começava a ser consolidada.

Mil novecentos e cinco é o ano de nascimento do político Ernani do Amaral Peixoto. Ele teve vida longa e pôde participar de todos os acontecimentos políticos do século passado a partir da Revolução de 30. Foi nosso colega aqui no Senado Federal, e eu, durante todo o tempo em que ele esteve aqui, fui seu colega nesta Casa.

Durante toda a sua vida política, Ernani do Amaral Peixoto foi um homem que não marcou a vida pública pela eloquência. Não foi um orador parlamentar, não foi um político de massas, mas, sem dúvida, foi um grande político, porque era um grande articulador.

Ele sabia construir o fato político, tanto é que, na paisagem dos grandes homens daquele tempo, ele se insere e não desaparece. Convivia com grandes oradores, tanto de seu Partido como do Partido que o combatia. Do lado oposto estavam Carlos Lacerda, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso, Prado Kelly, Otávio Mangabeira. De seu lado, Capanema – também grande orador, grande pensador político –, Lúcio Bittencourt, Vieira de Melo, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães.

Era um homem que falava baixo, que poucas vezes ocupava a tribuna, que ninguém conhecia por arroubo algum de natureza política, ele conseguia permanecer na maior evidência, sem ter essa atividade

muito pública e retórica de hoje, quando grande parte da política é feita com a palavra.

O Senador Roberto Saturnino já teve aqui oportunidade, como seu coestadano, de falar sobre a figura de Amaral Peixoto.

Mas ele também é uma figura singular, porque, sendo militar, ocupando todos os postos da política, ele não deixou de ter o tratamento de Comandante Amaral Peixoto. Sendo político, genro do Presidente Vargas, ele conseguia não ser o genro do Presidente Vargas, para afirmar-se pelas suas qualidades, pela sua competência e pelo que representou na história política brasileira.

Ninguém sabia, quando via o Dr. Amaral Peixoto, o Comandante Amaral Peixoto transitar no meio da política com absoluta tranqüilidade, com absoluta liberdade, que ele tinha sido um daqueles que tinham participado da rebelião dos tenentes. Ele era um tenente, ele era do Tenentismo, ele era da geração de Eduardo Gomes, ele era da geração de Agildo Barata, ele era da geração de Nunes Carvalho, de Cordeiro de Farias, de Siqueira Campos, de todos esses tenentes.

Ernani do Amaral Peixoto pertencia à Marinha, mas o seu irmão Augusto participava da luta tenentista, e ele se incorpora à luta tenentista. Ele é um daqueles que adere à Revolução de 30. Embora fosse oficial de Marinha e a predominância fosse de oficiais do Exército, ele adere ao pensamento tenentista. E o pensamento tenentista se consolidou. E dizem os historiadores, os que estudaram esse fenômeno ao longo da nossa história, que os tenentes tinham uma visão salvacionista, autoritária, mas juntavam à função militar uma visão de justiça social e um pouco daquilo que eles chamavam – o que, naquela época, era muito avançado – de trabalhismo europeu.

Em 1912, o Ministro Hermes da Fonseca era Ministro da Guerra e visitou a Europa, visitou a Alemanha, foi recebido, assistiu ao desfile militar com o Kaiser Guilherme III. Ele chega e incorpora aquelas idéias de modificação do Exército Brasileiro. As Forças Armadas Brasileiras tinham uma visão exclusivamente militar.

Então, vem a missão alemã, e eles fundam uma revista chamada de **Defesa Nacional**. E essa **Defesa Nacional** incorporava idéias de que o Exército não podia viver isolado, pois ele fazia parte do contexto nacional e não podia marchar ao largo das instituições políticas. Essa revista incorpora muito do que foi a evolução do pensamento tenentista ao longo do século.

Depois, vem a missão francesa, que Epitácio traz e que, em grande parte, formou a mentalidade dos tenentes. O que tinha essa missão francesa? Além daquele caráter de eficiência que os alemães haviam

trazido, no princípio do século, para os militares brasileiros, tinha a visão social. Os franceses, então, tinham a idéia de que o Exército, as Forças Armadas participavam da sociedade como promotoras do bem-estar social, de que não podiam ser forças isoladas, de que dependiam da própria sociedade. Se a sociedade não ia bem, se não era justa, se havia desníveis, se não podia conviver com os problemas sociais, não era uma sociedade que pudesse ser resguardada pela força. Portanto, as Forças Armadas tinham que ser propulsores das transformações sociais. Essa foi a mentalidade que a missão francesa incorporou aos tenentes.

Esses tenentes, quase todos, passaram um pouco à frente, foram socialistas. Os tenentes eram socialistas! Dali saiu Prestes. Agildo Barata era socialista; Joaquim Távora era socialista; Siqueira Campos era socialista; Nunes Carvalho era socialista; Juarez Távora era um homem de idéias muito avançadas, apenas divergindo dos socialistas do Movimento Tenentista porque tinha uma formação religiosa muito grande, que contrastava com o ateísmo, base da doutrina positivista, da visão dos tenentes.

E inserindo-se nessas idéias, quem olhava o Comandante Amaral Peixoto transitar por esta Casa, na sua tranqüilidade, não sabia que havia sido um revolucionário, um dos Tenentes de 30, que havia participado daquele movimento, feito a Revolução de 30 com os Tenentes que foram ao Rio Grande do Sul, com Oswaldo Aranha, para dizer a Vargas que eles aderiam à Revolução, mas pediam que Vargas criasse um projeto social. Portanto, o projeto social que Getúlio Vargas trouxe era o das idéias tenentistas, que vinham daquele tempo. E o primeiro item do manifesto que eles levavam ao Rio Grande do Sul era criar o Ministério do Trabalho.

Amaral Peixoto é um homem que vem no bojo dessas idéias. (Eu sempre o tratava de “Doutor”. Ele até dizia que não compreendia por que eu o tratava assim. Mas é certo que aquele homem provecto, a quem outros chamavam de “Comandante”, de minha parte era quase um tratamento majestático chamá-lo sempre de Dr. Amaral Peixoto. Dr. Amaral.)

E o Comandante Amaral Peixoto vai para 30. Em 30, ele se incorpora ao Clube 3 de Outubro, formado por militares que não queriam que a Revolução perdesse aquele lado radical, a pureza das idéias que a tinham causado. Para tanto, fundaram o Clube 3 de Outubro, que nada mais era do que manter sobre o Presidente Vargas o controle das idéias dos Tenentes.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Sarney?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Pois não, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Sarney, V. Ex^a estava há pouco a se referir ao Comandante Amaral Peixoto, dizendo que o chamava de “Doutor”. Eu sempre o chamei de “Comandante” porque ouvia meu pai chamá-lo assim. Meu pai foi liderado dele, foi deputado do PSD do Estado do Rio de Janeiro. Herdei essa liderança de meu pai, e aprendi a admirá-lo como homem de grande tirocínio, embora de personalidade modesta. V. Ex^a mesmo se referiu a isso – não era um homem carismático, não era um grande orador, não era uma personalidade que se pudesse dizer genial, nada; era um homem simples, modesto, mas de grande tirocínio e de enorme capacidade de visão administrativa. No período de interventoria e depois de governança, ele produziu uma fantástica modificação no Estado do Rio de Janeiro, que estava muito decadente com a perda da importância do café. O Estado produzia café e açúcar. Os dois produtos entraram em decadência, e ele vislumbrou que aquele poderia ser um Estado industrial. E ele, utilizando o prestígio de genro do Presidente e, depois, de Presidente do maior partido, trouxe para o Estado nada mais nada menos do que a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Autos, a Fábrica Nacional de Motores – ou seja, impulsionou o desenvolvimento –, e os grandes eixos rodoviários: a Rio–São Paulo, a Rio–Petrópolis, a Rio–Belo Horizonte, a Rio–Bahia. Ele possuía uma visão e um tirocínio administrativo fantásticos, era um homem com capacidade de articulação formidável, um homem modesto, simples, que gostava de ser chamado de “Comandante”, não de “Almirante”, que acabou sendo. Dessa forma, ouço com muita atenção e admiração o discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que fixa um dado da personalidade de Amaral Peixoto como administrador, o grande administrador que foi, quando Interventor no Estado do Rio de Janeiro, e, depois, como Governador eleito, quando teve a oportunidade de fazer uma administração brilhante.

Mas meu desejo é colocá-lo no contexto, pois as obras desaparecem. Ninguém sabe quem construiu as estradas de Roma, mas nós nos lembramos dos pensadores romanos. Portanto, quero colocá-lo no contexto da política brasileira do século XX.

Ele um homem extremamente modesto, mas de grandes convicções, e muito firme em suas convicções. E o que o afasta para a sua individualidade, de permanecer como própria dele mesmo, é o fato de ter sido genro do Presidente, casado com uma mulher de grande personalidade e de grande inteligência. Ele se distancia, porque nunca ninguém o julgou como genro

do Presidente. Ele era o homem que ajudava seu sogro, mas ajudava com muita independência.

Verificamos, por exemplo, lá no Estado do Rio de Janeiro, em 1942, em plena ditadura, que ele autoriza o congresso da UNE em favor dos aliados. Ele tinha seus pontos de vista, com os quais não transigia. Era o velho tenente a vida inteira, com aqueles ideais que trouxe para a política, mas era um grande articulador.

É essa a grande sombra. Ele transita na história dessas lutas políticas todas como grande articulador. Ele sabia envolver, possuía um jeito especial. Tinha, sobretudo, um respeito muito grande de amigos e adversários para que pudesse conduzir essa sua tarefa.

Dentro dessa mesma linha do que fez pelo Brasil, ele vai para os Estados Unidos, em 1939, se não me engano, e o que faz? Ele é a ponte que se faz para que o Brasil não se desvie, porque havia muitos brasileiros, militares e correntes de opinião que eram favoráveis a que o Brasil se ligasse à guerra em favor do Eixo. Amaral Peixoto vai para os Estados Unidos, e é a ligação com o Governo Vargas, que, de certo modo, era simpático – o Exército e os militares que serviam a Vargas certamente eram simpáticos – ao Eixo. Amaral Peixoto vai para os Estados Unidos e tenta construir essa ponte entre os aliados e o Brasil. Foi um serviço extraordinário que prestou ao País durante aquele tempo.

Lembro também que, em 1932, Amaral Peixoto estava em missão militar fora do Brasil e, ao saber da Revolução de 32, ele, que era do Clube 3 de Outubro, vem para o Brasil, alista-se nas forças legalistas, vai para São Paulo e participa da luta contra a revolução constitucionalista.

Além disso – já foi registrado aqui –, sua administração no Estado do Rio de Janeiro foi extremamente proveitosa. Lembro-me muito bem de que no jornal **Diário Carioca**, Macedo Soares, em artigos cáusticos, tentava todos os dias e em todo momento projetar a imagem do Comandante Amaral Peixoto como se ele apenas fosse um membro da família Vargas. E não conseguiu, porque o Comandante se afirmava cada vez mais e se afirmou de tal maneira que em 1945 organizou, por meio do PSD, as forças que iam dar sustentação ao Presidente da República e ao mesmo tempo à estabilidade dos tempos futuros, porque nascia a UDN com uma aliança forte de vários partidos. Eram confederações de partidos, de idéias, de tendências, e o Comandante Amaral Peixoto reúne velhos e antigos políticos, para que dessem sustentação ao país na transição entre a ditadura e a democracia. O que ele via era justamente isso.

Era um homem tão correto, de idéias próprias, que em 1950 ele é contra a candidatura de Vargas.

Embora seu sogro, ele não achava que ela fosse correta. Achava que não era conveniente que ele, tendo governado o Brasil durante tanto tempo, voltasse à Presidência da República. E o resultado é que ele tinha razão, porque o Presidente Vargas voltou e mostrou-se de certo modo – eu não digo incompetente, porque Vargas jamais seria incompetente – sem condições de lidar com as forças que emergiam no Brasil que surgia depois da guerra, com a mesma facilidade com que ele lidara com as forças de depois da Revolução de 30. E aí ele tromba com os militares, ele tromba com a sociedade civil e termina na tragédia que o levaria ao suicídio. Naquele tempo, o Presidente Getúlio vivia dificilmente; ele mesmo sabia das dificuldades em que vivia. Então, ele disse na sua carta-testamento que iria para a morte para entrar na História. Logo, tinha noção de que naquele momento ainda precisava entrar na história; e iria entrar pelo gesto maior, que era o do suicídio.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – O segundo mandato na História do Brasil não tem uma presença feliz, Senador Sarney. Eu era menino, mas me lembro bem do segundo mandato Vargas. Depois, vi o segundo mandato Brizola no Estado do Rio de Janeiro, que não foi igual ao primeiro. A reeleição, o segundo mandato, não costuma ter um desfecho feliz na História deste País.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – O nosso grande escritor José Américo, que foi candidato também à Presidência da República em 1937, tinha uma frase que contraria um pouco aquilo que V. Ex^a pensa e de certo modo nos leva a certa reflexão. Ele dizia: “Ninguém se perde no caminho da volta”. Talvez José Américo pensasse diferentemente.

Mas o que quero dizer é que depois o Comandante Amaral Peixoto continuou a exercer essa regência política sobre a imensa força conservadora, de tal modo que ele não saiu da política brasileira com a morte de Vargas e continuou crescendo e se mantendo como um grande político.

Ouçó, com muita satisfação, o nosso Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador José Sarney, V. Ex^a, como sempre, recorrendo a sua prodigiosa memória, faz justiça a um vulto proeminente da política brasileira do século passado. Eu o acompanhava de longe. V. Ex^a destacou alguns traços da vida e da personalidade de Amaral Peixoto, o reformista rebelde do tenentismo, o democrata que ajudou Osvaldo Aranha a evitar que o Governo Vargas enveredasse para o que teria sido uma trágica aliança com o Eixo nazi-fascista. O Senador Roberto Saturnino já realçou suas qualidades de administrador quando interventor

no Estado do Rio e eu gostaria de mencionar outra nestes tempos ominosos de “mensalinhos” e “mensalões”: a probidade pessoal. Senador José Sarney, Amaral Peixoto foi interventor no Estado do Rio, foi Ministro, era um homem todo-poderoso no Governo Vargas, casado com a filha predileta de Getúlio, que era a Alzirinha, poderia ter, mediante tráfico de influência, quem sabe, acumulado, talvez, uma fortuna espúria; no entanto era um homem de classe média alta que nunca se envolveu em escândalo. Portanto, era também um homem probo. V. Ex^a medirá: “Isso é obrigação de todo homem público”, mas infelizmente é uma obrigação que vai rareando. Meus parabéns por seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. V. Ex^a, como sempre, com sua grande autoridade nesta Casa, contribui para que este discurso tenha alguma relevância. E V. Ex^a tem grande razão. Uma das características do Comandante Amaral Peixoto era a sua probidade, a sua integridade, aliás, devo dizer a V. Ex^a, nós que já estamos ficando avançados em idade, que, naquele tempo, esses eram os valores da política. Ninguém tinha carreira política nem poderia almejar tê-la se não tivesse as virtudes humanas e os valores morais que devem embasar a vida pública.

Eu, quando vejo o que ocorre no Brasil e lembro o que testemunhei ao longo de 50 anos – o que foi a vida pública nacional – e o que era quando a comecei no Rio de Janeiro, em 1955, fico profundamente triste, perplexo com o que acontece com o Brasil hoje. Posso testemunhar a V. Ex^a que o Senador, interventor, Comandante Amaral Peixoto era um homem que tinha uma integridade moral extraordinária e um grande respeito de todo nós justamente pela sua conduta pessoal que teve ao longo de toda a sua vida.

Digo isto com muita tranqüilidade, porque fui seu adversário a vida inteira, sempre estivemos em campos opostos, ele no PSD e eu na UDN, ele de um lado e eu sempre do outro, mas nunca deixei de ter por ele o respeito, a admiração pessoal, a reverência. Juntos, muitas vezes, tivemos oportunidade de participar de episódios políticos da maior magnitude na História do Brasil.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Sarney...

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Já darei o aparte a V. Ex^a.

Vou terminar o raciocínio e dizer que Amaral Peixoto cresce, depois, com o tempo, a cada ano ele cresce mais. Nas crises de 60 – eu estava aqui no Congresso –, Amaral Peixoto, José Maria Alckmin e Gustavo Campanema, juntos, constituem um grupo sólido, tendo o

respeito da UDN e das forças revolucionárias, capaz de compor uma solução para que nós ultrapassássemos o que nós ultrapassamos no período da renúncia.

Vem 1964, e, uma vez mais, era ele quem estava junto para evitar que o Brasil se degradingolasse muito mais, para que aquele movimento não se transformasse numa quartelada. Então, para isso, os políticos se reuniram com grande sacrifício e asseguraram a continuidade desta Casa, que funcionava mal durante aquele tempo, a política quase desaparecendo; mas o Congresso continuou aberto. Nós devemos muito aos homens daquele tempo, que construíram as soluções que fizeram que nós fôssemos tolerados pelo processo militar. Aí, nós podemos ver a figura de Ulysses Guimarães, a figura de Raimundo Brito, a figura de João Agripino, de Daniel Krieger – eu levaria a tarde inteira, aqui, para fazer uma relação de todos eles –, para dizer que o Comandante Amaral Peixoto foi um homem dessa magnitude na História do Brasil. Era tranquilo, sério, sereno, probo, digno e sempre a serviço do Brasil, como uma das mais brilhantes personalidades políticas do seu tempo.

Ouçó o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente José Sarney, V. Ex^a, na vida, já entrou na História. Eu quero dar um testemunho: feliz do País que não precisa buscar exemplo em outras histórias. Aqui mesmo, temos grandes e extraordinários exemplos. Queria dizer o seguinte: Deus me permitiu conhecer com grande intimidade, porque fui prefeito e governei o Piauí, quatro Presidentes: o Presidente Sarney, o Presidente Collor, o Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quero dar o testemunho de que V. Ex^a foi o mais generoso, o mais sábio, ensinou ao Brasil paciência e teve a capacidade de conciliar este País num período muito difícil de redemocratização. De Getúlio Vargas, eu queria dizer também que, como nasci em 1942, em um período de guerra, ele deu um grande ensinamento, que é atual: honestidade. Presidente Sarney, é necessário que nos recordemos da História para ensinarmos o presente, nesta vergonha de corrupção que atravessamos. Getúlio Vargas, depois de quinze anos, voltou a sua fazenda, e não havia luz elétrica. Presidente Sarney, nós nos lembramos daquela geladeira à querosene, Electrolux. Getúlio não tinha uma geladeira; ele ganhou de presente. Na época, meu avó tinha três daquela Electrolux, que tinha uma chama à querosene – uma na firma, uma na sua residência e outra na sua casa de praia. Atentai bem, políticos do Brasil que não se envergonham! Getúlio Vargas não tinha uma geladeira, ganhou de presente de um empresário e não a quis receber. E aí um amigo o convenceu: aceite, se ele está... E ele depois disse,

nas suas memórias, nos seus diários, que até gostou, porque de noite tomava um sorvete da geladeira. Esses são os grandes exemplos que serviriam para orientar os políticos de hoje.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a falou em generosidade, mas V. Ex^a é, nesta Casa, o mestre da generosidade. Ninguém o excede em ser tão generoso, generoso nas palavras comigo e justo com as suas palavras sobre o Presidente Vargas, em quem todos sempre reconhecemos, por maiores que sejam as nossas divergências políticas, como homem de absoluta integridade, um exemplo dos valores morais de sua geração.

Sr. Presidente, para terminar, tenho absoluta certeza de que, na eternidade, o Comandante Amaral Peixoto está de certo modo admirado e, de outro modo, feliz por estar aqui na tribuna, rememorando os seus cem anos, um seu velho adversário, mas também grande admirador, que permanece até hoje e que proclama essa admiração e esse respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Presidente Sarney, ao cumprimentá-lo por esse brilhante discurso histórico, V. Ex^a, que foi o grande pacificador desta República em momentos difíceis, eu pediria autorização a V. Ex^a para retransmitir à Marinha o discurso proferido neste momento sobre o Centenário de Amaral Peixoto, porque tivemos, durante a solenidade, a presença do Contra-Almirante Carlos Afonso Fernandes Testoni e o Corregedor do Ministério Público da Marinha, que não tiveram oportunidade de ouvi-lo e conhecer os fatos históricos da participação de V. Ex^a durante o período da vida parlamentar de Amaral Peixoto e a sua história. Se V. Ex^a autorizar, a Mesa gostaria de encaminhar o seu discurso, além de cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento histórico.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a autoriza?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com grande honra para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida ao Senador Sibá Machado, V. Ex^a poderá fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu também estou inscrito. Quero dizer a V. Ex^a que já há sobre a mesa essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está inscrito, intercalado com os oradores, para uma comunicação urgente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe, Senador, nem marquei seu tempo porque V. Ex^a ainda não havia iniciado o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sempre que venho à tribuna do Senado evito tratar de assuntos que considero mais de ordem local, de interesse doméstico. Porém, em alguns momentos, algumas questões extrapolam os limites do Estado, e eu acho que vale a pena tocar no assunto.

Nessa segunda-feira que passou, uma visita, no mínimo inusitada, ao Estado do Acre, foi feita pelo Deputado Roberto Freire, Presidente Nacional do PPS, pelo Governador Blairo Maggi, do Estado do Mato Grosso, e pelo Governador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia. Estiveram lá, até então, no meu entendimento, fazendo uma visita política de seu Partido, conversando com as lideranças locais. Se não fosse pelo que consideramos uma afronta ao nosso perfil de Governo, à nossa metodologia de trabalho, às coisas em que também acreditamos e temos o direito de acreditar, eu não viria aqui hoje a esta tribuna para fazer também alguns comentários, Sr. Presidente.

Devo dizer que o Deputado Roberto Freire, ao abdicar de pessoas como o Ministro Ciro Gomes, como a Senadora Patrícia Saboya, e procurar, num ato de filiação, o Governador Ivo Cassol... devo dizer a V. Ex^a não compreendi absolutamente mais nada!

Nesse ínterim, eu preciso parabenizar a atitude do PSDB por ter promovido a desfiliação do Governador Ivo Cassol, tal é o grau de acusações, de problemas por que passa o Governador atualmente, não só por conta das investigações da Comissão Externa do Senado Federal, mas principalmente por atitudes promovidas pelo próprio Poder Judiciário, no qual responde já a processos, desde que foi Prefeito em um dos municípios do Estado, e assim por diante.

Pesa contra o Governador Blairo Maggi a acusação de ser o campeão do uso da motosserra em seu Estado, embora, pelo que parece, começam a haver mudanças nesse cenário. Mas são dois parâmetros

completamente distintos daquilo que é o perfil da história do nosso Estado.

Então, Sr. Presidente, foram lá e desafiaram o nosso modelo de investimento, o nosso modelo de desenvolvimento. Eles têm o direito até de desafiar, mas devo dizer que têm de ter um pouco mais de respeito com a história de nosso povo e de nossa gente.

A visita dos dois Governadores e do Deputado nos provocou um alerta, e esse alerta é: foram lá dizer que precisam transformar o nosso Estado, o Estado do Acre. Transformar em que direção, Sr. Presidente? É uma pergunta que eu faço. Se fizerem oposição daquela maneira, com certeza, nós haveremos de revirar à altura.

Eu faço esta pergunta: mudar para onde? Mudar em que direção o nosso Estado? Se for na direção do que foi no passado, de trinta anos do Estado do Acre, então haverá resistência, como houve nas quatro fases da história do nosso Estado. Haverá resistência, sim. Estamos dispostos ao debate em qualquer nível que for colocado. Se for uma antecipação do processo eleitoral, muito bem. Teremos, com segurança, o momento em que a sociedade do Acre vai poder nos julgar. Vai julgar os oito anos de investimento, de trabalho do nosso Estado, do nosso Governo; vai poder julgar e escolher outro caminho.

Então, devo dizer, Sr. Presidente – pediria a V. Ex^a a complacência de dois minutos –, que, ao longo desse período, a primeira fase do Acre foi a luta para anexar aquele território ao Território nacional, ao Território brasileiro. Isso é algo que pedimos todas as vezes que subimos a esta tribuna. E nós subimos com emoção para bradar o que foi o heroísmo daquelas pessoas. A segunda fase foi quando o governo central da época negou ao Estado do Acre o direito de ser Estado e implantou lá o sistema de território federal. Houve uma luta de mais de cinqüenta anos para transformar o Acre em um Estado independente. Depois, veio a luta de resistência dos bravos moradores da floresta, a luta de resistência contra o modelo da economia. Eles queriam a floresta em pé. E atualmente, como resultado disso tudo, há a marca do nosso Governo, que chamamos florestania. Portanto, temos um bom debate.

Digo, com toda tranqüilidade, que os extremos se encontram – essa é máxima da matemática. E saúdo aqui os líderes do PFL, que tiveram uma atitude elogiosa, Senador José Jorge. Eu já disse em *off*, e vou dizer agora de público: a atitude do PFL do nosso Estado foi elogiosa, porque negou filiação a algumas pessoas que só têm causado prejuízos, danos morais e econômicos, todas as outras formas de dano ao Estado do Acre. Essas pessoas foram rejeitadas pelo PFL

local. Parabenizo V. Ex^a pela decisão do seu Partido, Senador José Jorge.

A atitude do PSDB, da mesma forma, foi também elogiosa. Foi fazer oposição ao nosso trabalho, mas uma oposição que respeitamos, pelo tratamento que é dado.

Sr. Presidente, pessoas nefastas do passado – agora eu me assusto de ver – estão ao lado de figuras do PPS, que sonham com o socialismo. E eu não posso mais entender, não entendo mais nada de tudo o que li sobre sistema socialista, sistema capitalista, ou coisa parecida.

Nesse caso, devo apenas alertar que, se o debate for nessa linha, o Estado do Acre e nós estamos dispostos a enfrentar qualquer adversidade, da forma que já fizemos ao longo destes últimos 20, 30 anos. Com o vigor e com o rigor da energia do que foi a história de luta do nosso povo.

Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer este desabafo e este alerta. Se o Governador Blairo Maggi e o Governador Ivo Cassol pensam que podem entrar no Estado do Acre para desfazer um trabalho árduo de 20 anos, de muito suor e sacrifício, estão redondamente enganados. Estou disposto agora a entrar nos Estados deles também e fazer um debate à altura do que quiserem tratar daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, posso conceder a palavra ao Senador José Jorge, e, em seguida, a V. Ex^a? (Pausa.)

Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador José Jorge, por cinco minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tão logo seja possível, conceda-me a palavra pela Liderança do PDT?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em seguida, V. Ex^a terá o direito à palavra, Senador Jefferson Péres.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do Senador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Volto hoje a falar aqui sobre agências reguladoras, tema sobre o qual tenho me pronunciado regularmente, porque fico impressionado, Senador Jefferson Péres, com o desprezo com que o Governo as trata.

Temos as questões das nomeações dos diretores. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), uma das mais importantes, tem cinco diretores. Em maio, encerrou-se o mandato de dois deles e, desde lá, o Governo não os encaminhou ainda para o Senado.

Incluímos um artigo na LDB, proibindo que o Governo retirasse os recursos das agências, ou seja, que os contingenciasse. Foi aprovado aqui pelo Congresso, mas o Presidente vetou. Na realidade, o projeto das agências está tramitando na Câmara e não tem pai nem mãe, pois não há ninguém cuidando dele.

Mas agora apareceu um problema mais grave. Os jornais de hoje dizem o seguinte: a ANP – Agência Nacional de Petróleo – está sem presidente desde janeiro deste ano. Foi encaminhado um nome para o Senado, que foi rejeitado na Comissão de Infra-Estrutura e, até hoje, o Governo não fez a substituição nem trouxe para votar no plenário.

Tivemos uma questão que considero grave na ANP. Primeiro, uma portaria do Diretor-Geral, o ex-Deputado Haroldo Lima, que, por sinal, é meu amigo, foi meu colega na Câmara durante cinco mandatos, do PC do B. Fico até um pouco constrangido em falar do tema, mas, enfim, é a nossa obrigação. A portaria diz que qualquer denúncia anônima que chega à Agência deve ser sumariamente destruída. Quer dizer, se chegar uma denúncia anônima, ninguém pode lê-la, devendo destruí-la de imediato. De fato, a Constituição Federal, no inciso IV do art. 5^o, garante a livre manifestação do pensamento vedado, contudo, o anonimato.

Não quero discutir a ordem de destruir documentos anônimos, mas, sim, repercutir sobre o conteúdo das denúncias que atingem, no caso, a ANP. Segundo a cópia da circular que tenho em mão, há referência a “documentos apócrifos que demonstram intimidade com métodos e processos de nossos trabalhos que somente pessoas ligadas a eles poderiam ter”.

De fato, pessoas muito bem informadas divulgaram que a ANP teria convocado empresas petrolíferas a participar de um jantar em benefício do PC do B e que essas empresas teriam sido pressionadas a doar combustíveis a congressistas na União Nacional dos Estudantes. Essa denúncia, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda que anônima, é grave e merece uma apuração rigorosa e não ser simplesmente destruída.

Quem tem um mínimo de experiência em investigação sabe que as grandes denúncias – Senador Tuma não tem o mínimo, tem o máximo – vêm de maneira anônima, em especial quando envolvem atos internos de um órgão público, como é o caso da ANP.

Em que pese ser recente, a denúncia apresenta alguns fatores que sinalizam a sua consistência.

É pública a ligação dos comunistas do Brasil, do PC do B, com a direção da UNE, União Nacional dos Estudantes.

Na declaração em que nega ter pressionado as empresas reguladas e fiscalizadas pela ANP, o diretor-geral deixa margem para que acreditemos que isso realmente tenha acontecido, pois mencionou não ter partido dele a idéia de chamar representantes de empresas de petróleo e afirmou: “Não posso fiscalizar os subordinados. Ninguém foi convidado pela ANP”.

Além disso, num brilhante trabalho investigativo, o jornal conseguiu que uma das empresas petrolíferas confirmasse ter pago R\$ 2 mil para participar de um jantar de adesão no restaurante Porcão, no Rio de Janeiro.

O ingresso para o jantar, no dia 8 de setembro, custava de R\$ 500 a R\$ 5 mil. A arrecadação seria empregada na organização do congresso do PC do B em outubro.

A empresa Ale Combustíveis confirmou ter ido ao jantar após ter recebido telefonema da direção da ANP. Segundo o diretor-superintendente Cláudio Zattar, a empresa participou para ter “a oportunidade de conhecer o Partido que está comandando a ANP”.

E este é, a meu ver, um dos problemas que o Governo Lula tem ao indicar diretores para as agências reguladoras. Sua Excelência indica pessoas para atender aos interesses de Partidos aliados ao PT e não profissionais reconhecidamente competentes.

O Presidente Lula não entende, ou não quer entender, o que é uma agência reguladora, que em sua essência deve ser imparcial e tecnicamente embasada.

Por essa falta de iniciativa do Presidente em indicar os substitutos na direção das agências é que apresentei um projeto de lei, determinando que, decorridos 90 dias da vacância do cargo, a atribuição passa à competência do Senado Federal.

Gostaria também de pedir ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas e aos demais órgãos de fiscalização que levem em conta a denúncia que circulou na ANP, ainda que o seu autor não tenha tido condições de assumir sua autoria.

Portanto, Sr. Presidente, em resumo, é isso. A notícia é que a ANP convidou as empresas de petróleo para participarem de um jantar para arrecadar dinheiro para o PC do B. Isso é uma situação muito parecida com aquela que o PT fez aqui, em Brasília, quando queria arrecadar dinheiro e, no caso, foi o Banco do Brasil que vendeu ingresso. Por coincidência, a churrascaria é a mesma; nas duas vezes, a churrascaria foi a Porcão. A ANP convoca para arrumar dinheiro para o PC do B, e o Banco do Brasil convoca para ar-

ranjar dinheiro para o PT. Considero isso de extrema gravidade porque, primeiro, agência não é para entrar nesse jogo político; agência não é do Governo, ela é do Estado; em segundo lugar, a ANP fiscaliza as empresas de petróleo. Como posso fiscalizar uma empresa de petróleo e, ao mesmo tempo, pedir dinheiro para Partido político?

Então, Sr. Presidente, trago esta denúncia ao Senado e peço ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público que investiguem para ver se isso é realmente verdadeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Jorge, ontem fui procurado por uma comissão especial de funcionários das agências. São os gerentes de fiscalização, desesperados pela falta de atenção e o descaso do Governo com as agências, dando a entender claramente que eles se propõem praticamente à extinção delas.

Era esse o esclarecimento que eu queria prestar.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex^a.

Realmente tenho dito isso aqui. Praticamente todo mês tenho feito um discurso sobre esse tema. E na verdade é um discurso que não chega ao Governo. Não melhorou nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador César Borges, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro comunico a V. Ex^a que estou endereçando à Mesa 16 pedidos de reiteração de pedido de informações. Dezesesseis ministros não responderam a requerimentos de informação que lhes fiz. E quero avisar que a minha paciência e a do PSDB estão se esgotando. Daqui para frente, vamos tratar esses príncipes à base de pedido de enquadramento em crime de responsabilidade. Eles têm o dever de tratar o Senado com respeito. Não têm tratado, a maioria deles, com respeito a coisa pública, não têm tratado da questão da ética no País como coisa pública, mas não vão desrespeitar mais o Senado da República como têm feito.

Portanto, estou aqui reiterando o pedido de informações, mas, daqui para frente, aviso aos príncipes do Governo Lula que vão ser tratados à base de enquadramento em processo por crime de responsabilidade, que é o que eles merecem, pelo medo que têm

de dar as informações desse Governo pouco transparente ao Senado da República, Sr. Presidente.

E, em segundo lugar, peço a V. Ex^a que me inscreva para, antes da Ordem do Dia, pronunciar-me como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, a Mesa, com base no art. 5º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, reiterará os pedidos. Só queria dizer a V. Ex^a um detalhe: quando 1º Secretário desta Casa, eu achava que a falta de resposta do Ministro, que é obrigado constitucionalmente a responder aos quesitos dos Senadores, teria que ser imediatamente comunicada ao Ministério Público para processo correspondente à desobediência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Essa é uma boa sugestão que V. Ex^a dá à Mesa atual, até porque temos um exemplo que é simbólico, que é emblemático. Se a gente quer causar uma síncope nesses cidadãos desse Governo é falar em cartão de crédito corporativo, por exemplo. Eu não sei por quê. Qualquer pessoa normal tem, no máximo, dívida com cartão de crédito “Gastei mais do que devia”. Esse Governo começa a tremer, como se estivesse vítima de malária ou de impaludismo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou pedir a V. Ex^a para falar durante seu tempo para não deixar o...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sim, sim. É porque V. Ex^a fez uma provocação muito correta. Trata-se de falta de transparência, e ela é irmã da corrupção. E o que não falta neste Governo, a meu ver, é corrupção e falta de transparência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por dez minutos. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pelo PFL.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, é inegável que o Estado da Bahia hoje é um dos maiores responsáveis pelo parco crescimento que o Brasil tem, porque a Bahia tem um crescimento superior à média nacional. Nos últimos dois anos, 2003 e 2004, o PIB baiano cresceu 12,8%, Sr. Presidente, enquanto o País apresentou um crescimento de apenas 5,5%, acumulados os dois últimos anos.

Também em relação às exportações, a Bahia apresenta números extremamente favoráveis. De janeiro a agosto deste ano, as exportações do meu estado alcançaram o montante de US\$3,7 bilhões, o

que representa um crescimento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior, 2004. No ano de 2004, a Bahia fez um grande esforço de exportação, mas, em 2005, ela bateu um verdadeiro recorde. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras, que vêm crescendo, só cresceram 25%; a Bahia cresceu 49%. Dos US\$3,71 bilhões exportados pela Bahia, cerca de US\$3 bilhões, ou seja, 77,7% são relativos à venda ao exterior de produtos industrializados, com destaque para o setor automotivo, mostrando a assertiva daqueles que dirigiram a Bahia para levar para o Norte e para o Nordeste do País um complexo automotivo, o da Ford, que exportou US\$560 milhões neste ano.

Infelizmente, Sr. Presidente, apesar desse esforço do Estado em contribuir com o desenvolvimento do País, parece que o Governo Federal não tem interesse de atender a Bahia nas suas mínimas reivindicações. O Presidente Lula lá esteve na semana passada. E o que foi fazer? Fez a abertura de um encontro mundial do café, a 2ª Conferência Mundial do Café. Reclamou que as regras do comércio internacional somente beneficiam os países consumidores, mas nada de prático fez para apoiar a cafeicultura brasileira e a baiana em particular.

Mais do que isso, o que fez o Presidente Lula? Lançou um programa para recadastrar pescadores. Chegou com uma hora e meia de atraso à colônia de pescadores no Rio Vermelho e lançou um programa de cadastramento de pescadores. Exatamente, Sr. Presidente, nada mais do que isso!

Além disso, sem solenidade, o Presidente Lula assinou um compromisso para dar continuidade ao metrô de Salvador. Mas é o metrô que nós reivindicamos, cujo acerto com o Governo Federal, em contratos anteriores, estava firmado? Não. Agora, o Governo Federal disse que vai apoiar a construção de um metrô que os baianos apelidaram de “metrô calça curta”, porque inicialmente era programado para ter doze quilômetros e servir a uma população de duzentas mil pessoas diariamente; mas agora, na sua nova versão, passa a atender apenas a oitenta mil pessoas, num trecho de apenas seis quilômetros, o que significa que teremos, dentro dessa visão, o menor metrô do mundo, Sr. Presidente! O menor metrô do mundo! Ainda assim, o Governo Federal obrigou a municipalidade de Salvador, por meio do prefeito, a aceitar a responsabilidade de operar os trens suburbanos, que são notadamente deficitários. A Prefeitura agora recebe esse verdadeiro presente de grego. Esse é o tratamento que o Governo Federal dá aos baianos, Sr. Presidente, em especial aos moradores da cidade de Salvador.

Se olharmos o Estado como um todo, vejamos como o Governo Federal tem tratado a Bahia. Fala em privatizar a BR-101, no trecho do Rio de Janeiro ao Espírito Santo até a divisa da Bahia; em recuperar, através de concessão, esse trecho de rodovia, que só vem até o limite do Espírito Santo com a Bahia. Por outro lado, fala em fazer a duplicação do trecho norte da BR-101, o que viria da cidade de Fortaleza até a cidade de Maceió ou Aracaju. Ou seja, Sr. Presidente, no meio está o Estado da Bahia. Não entendo por que a sexta maior economia do Brasil, um Estado tão importante para a Federação é tratado dessa maneira pelo Governo Federal.

Se olharmos mais um exemplo, vamos verificar como o Governo lança vários projetos, muitos dos quais não se transformam em realidade. Aliás, nunca vi um Governo tão pródigo em lançar projetos, mas infelizmente sem viabilizar nenhum deles. Esse Governo lançou a possibilidade da construção da Ferrovia Transnordestina, que ligaria o sul do Maranhão e do Piauí aos portos de Suape, no Estado de Pernambuco, ou também ao porto do Pecém, no Ceará.

Sr. Presidente, são obras importantes. No entanto, o oeste da Bahia é hoje o maior produtor de grãos em toda a região Nordeste. O oeste da Bahia produz 6 milhões de toneladas de grãos, que é o que está sendo esperado para a safra deste ano, e temos necessidade urgente de um corredor que possa ligar o oeste do Estado aos portos do Atlântico, seja em Aratu, seja em Salvador, ou mesmo na cidade de Ilhéus. O transporte dessa soja atualmente é onerado porque se faz por rodovia. Precisamos desse corredor. Até as rodovias, Sr. Presidente, estão abandonadas no Estado da Bahia.

Mais uma vez, eu pergunto: por que esse tratamento com o Estado da Bahia? Sr. Presidente, hoje temos um déficit de 30% das necessidades baianas no abastecimento de gás natural. Entretanto, o Gasene, que a Petrobrás tinha o compromisso de realizar, foi adiado **sine die**.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador César Borges, apenas para consolá-lo, eu quero dizer que acontece o mesmo com o metrô de Belo Horizonte. Nós já estamos com dois anos e nove meses de Governo, e as obras estão praticamente paralisadas. Agora temos notícia semelhante na Bahia. O Governo quer passar o metrô para o Estado, mas sem concluí-lo devidamente, o que seria um encargo

a mais para o Estado de Minas Gerais e para o município de Belo Horizonte. O metrô de Belo Horizonte recebia críticas permanentes no governo passado – o PT criticava o governo, dizendo que ele estava devagar –, mas quando o Governo do PT entrou, aí é que parou mesmo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Essa é a prática deste Governo, que, lamentavelmente, não assume as suas responsabilidades e procura transferi-las a outros entes federativos, sejam municípios, sejam governos estaduais.

Mas eu falava do Gasene, Sr. Presidente, que está adiado **sine die**. Esse gasoduto, tão importante não só para a Bahia, mas também para o Nordeste como um todo, porque é a nova matriz energética, tão necessária não só na geração de energia, mas também como insumo para as indústrias que se instalam no Estado da Bahia e em todo o Nordeste, está adiado.

Sem falar nos projetos de irrigação, que foram uma verdadeira revolução no Nordeste brasileiro, que tem uma vocação excepcional, seja na Bahia, seja em Pernambuco, seja em qualquer Estado nordestino. Temos o projeto Salitre, na região de Juazeiro, paralisado por falta de recursos orçamentários. Temos também o projeto Baixio de Irecê, paralisado pelo mesmo motivo: não há recursos no Orçamento que veio do Executivo, nem o Executivo atende às emendas parlamentares, a não ser que haja uma eleição para Presidente da Câmara, quando então o Governo abre as burras para cooptar votos no Congresso Nacional.

Sr. Presidente, para encerrar, quero registrar o meu veemente protesto quanto à forma como o Governo Federal tem tratado o Estado da Bahia. Não sei se é porque o Estado da Bahia é governado pelo eminente Governador Paulo Souto, que faz uma administração digna, correta, honesta, competente e é reconhecido pelos baianos. Mas o Governo Federal não tem tratado a Bahia à altura da sua importância na Federação brasileira.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, eu já havia anunciado o Senador Antonio Carlos Magalhães, mas concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhar um pronunciamento com três pontos: o Governo nega R\$50 mil para o Centro de Educação Tecnológica do meu Estado; deixa em greve os trabalhadores, professores e

servidores das universidades federais; e se recusa a atender às reivindicações dos municípios brasileiros. Dinheiro para fazer fisiologia, para eleger presidente de Câmara, este Governo deslavado tem.

Resumidamente, este é o pronunciamento que vai na íntegra para as mãos de V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos:

1 – Enviei ofício ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, solicitando a liberação da verba de R\$50 mil para o Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET, do Amazonas.

A verba ainda não foi liberada. É verba de minha emenda individual e destina-se ao reequipamento dos laboratórios do Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

O CEFET-AM é uma instituição de ensino de referência na área tecnológica. Mantém, ademais e a duras penas, um excelente ensino de nível técnico e de terceiro grau. Seus cursos são fundamentais para atender às exigências de qualificação da mão de obra, inclusive, do Pólo Industrial de Manaus.

Cadê os bilhões liberados? Não chegaram ou não vão chegar ao MEC ?

O que houve? Será que do Orçamento da União apenas libera verbas, como esses bilhões para a compra de votos na eleição da Câmara?

2 – Os professores e servidores das Universidades Federais estão em greve. Reivindicam, justamente, melhoria salarial.

O Governo e especialmente o MEC até agora fazem ouvidos moucos ao clamor das nossas instituições de Ensino.

Até quando prosseguirá essa insensibilidade?

O Governo e o MEC não poderiam ser mais humildes e abrir canais de negociação? Afinal, é a Educação que está em jogo.

3 – E os Municípios brasileiros?

Os Prefeitos estiveram ontem no Senado, para chamar a atenção para a gravidade das finanças dos nossos Municípios. Estão todos à mingua, principalmente os pequenos municípios, mas, não obstante, o Governo ainda deu uma garfada no FPM e, para agravar o quadro, o projeto que dá mais um mísero 1% de acréscimo nessas transferências, dorme sono alto na Câmara dos Deputados.

Quando o Projeto foi aprovado aqui no Senado, houve o compromisso do Governo de aprovar a matéria também na outra Casa.

Os Municípios estão aflitos. Os Prefeitos, desesperados. O Governo permanece insensível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo pode acontecer neste Governo! E tudo está acontecendo. De bom? Não. De mau, sempre!

Estarrecido, venho à tribuna para dizer que um bispo do São Francisco, da tradicional cidade de Barra, faz uma greve de fome pela transposição do rio São Francisco. E tudo indica que esse bispo será morto, morrerá assassinado pelo Governo do Presidente Lula. Não digo que seja o Presidente o assassino, mas é o responsável pela morte.

Não estou, Sr. Presidente, fazendo demagogia. Aqui está uma declaração pela vida. O bispo quer viver, mas vai morrer. Assim ele diz:

Em nome de Jesus ressuscitado, que vence a morte pela vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização.

2. Permanecerei em “greve de fome”, até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição.

3. A “greve de fome” só será suspensa mediante documento assinado pelo Exm^o Sr. Presidente da República revogando e arquivando o Projeto de Transposição.

4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Exm^o Sr. Presidente chegue quando já não for senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.

5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda minha vida, em Barra, minha querida diocese.

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim.

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM

Trata-se de um bispo que está entregando a sua vida para evitar um erro grave do Governo, que

faz essa obra só para dar dinheiro aos empreiteiros, que certamente o passarão para novos mensalões neste Governo. Muda o nome, mas a atuação continua a mesma, como está se vendo agora, na Câmara dos Deputados, a entrega de carro e de dinheiro aos deputados que votarem com o Governo. Não muda nada esse Presidente! Ninguém tem esperança. Ele continuará sempre o mesmo, com os mesmos hábitos. Piorando-os até mesmo. Só faz beneficiar seus familiares, como o seu filho, pela Telemar, e ele próprio, que toma dinheiro emprestado para que Okamoto pague.

Tudo isso que está acontecendo neste País tem um responsável: Luiz Inácio Lula da Silva. Não é outro. Joga-se para Delúbio; Delúbio é coisa pequena! José Dirceu? Nada disso. O responsável – até José Dirceu já disse isso, em entrevista – é o próprio Presidente da República.

Estamos diante de um fato grave. Está aqui, Sr. Presidente. Pedirei a transcrição de toda essa matéria. Enquanto isso acontece com um bispo que dá a sua vida pela vida de um rio, os petistas ficam alegres e, provavelmente, irão ao enterro para chorar lágrimas de crocodilo, como sempre fazem com todos os homens pobres e famintos do Brasil. O projeto da fome está aí: a cada dia, aumenta o número de famintos; mas, a cada dia, engorda mais os homens do Governo, que pegam mensalões e coisa parecida.

Enquanto isso, já o Líder da Minoria, Senador José Jorge, chamou a atenção para o que está fazendo a ANP: jantar com todos aqueles que trabalham na área do petróleo para receber dinheiro para o PCdoB. Não está sendo digno da nossa atitude aqui. Mesmo sendo nosso adversário na Bahia, pedimos votos para ele, porque é um baiano, e toda a Bancada baiana votou nele. Porém, o resultado é que não consertam mesmo.

Aqui está a nota do jornal **Folha de S. Paulo**, que já foi lida pelo Senador José Jorge. Enquanto morre um bispo de fome, porque não quer a transposição do São Francisco, esse projeto de cinco bilhões de reais entra apenas na cabeça do Sr. Ciro Gomes, que é tão teimoso quanto o Sr. Lula e muito desastrado em suas considerações, como se percebeu na campanha passada, em que o apoiamos.

Ah, Sr. Presidente, isso não ficará assim! Os céus reclamam nova posição do Brasil. Os santos não ficam sossegados enquanto o Presidente estiver nas suas farras homéricas, tratando o País dessa maneira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos precisando salvar o Brasil, mas percebo – não quero usar a palavra covardia – certa temeridade dos Parlamentares brasileiros em uma reação, inclusive em relação ao que ocorre em todas as Prefeituras do Brasil, que estão à míngua e que não conseguem que se cumpra um acordo...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, dê-me som. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me. Peço a V. Ex^a que encerre sem apartes, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não estou dando apartes, mas o som cortado é pior do que um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não cortei o som. Isso é automático.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas já devia ter sido consertado para não ser automático, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Senador, o grande prazer é ouvi-lo. Fico tão atento à palavra de V. Ex^a que não consigo tirar os olhos de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu sei. É porque não quero cortar esse prazer que estou pedindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Já proroguei, por três vezes, a palavra de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se eu não soubesse que era um prazer para V. Ex^a, não estaria reclamando. Só estou reclamando porque sei que V. Ex^a gosta de me ouvir, porque pensa como eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pelo respeito pelo que o senhor fala e pelas lágrimas que o meu coração está derramando pelo bispo que se nega a viver em razão da transposição do rio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a é um homem sentimental, tem provado isso nesta Casa em todos os episódios.

Conseqüentemente, o sentimento do povo brasileiro é hoje de que esse bispo sobreviva e de que morra o projeto dos que querem roubar através do rio São Francisco.

Venho a esta tribuna mais uma vez exaltar o Senado, pedir para que o Senado venha, com coragem, reagir a tudo isso. Temos muita conversa das Lideranças, mas nada se resolve. Essa eleição de hoje é uma

demonstração inequívoca de que o dinheiro público será jogado fora na eleição de 2006.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Termino, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a que utilize todos os meios de que dispõe – e V. Ex^a dispõe de muitos – para tentar impedir que o País, mais uma

vez, venha a se sacrificar, em 2006, elegendo aqueles corruptos que o Governo patrocina.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Uma vida pela vida

DECLARAÇÃO



Em nome de Jesus Ressuscitado, que vence a morte pela vida plena, faço saber a todos:

1. De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização.

2. Permanecerei em “greve de fome”, até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição.

3. A “greve de fome” só será suspensa mediante documento assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República revogando e arquivando o Projeto de Transposição.

4. Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Exmo. Sr. Presidente, chegue quando já não for senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.

5. Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda minha vida, em Barra, minha querida diocese.

6. Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim.”

Bispo faz greve de fome em defesa do rio

MIRIAM HERMES

BARRA (SUCURSAL REGIONAL OESTE) – O bispo de Barra, dom Frei Luiz Flávio Cappio, está desde ontem em greve de fome em protesto contra o projeto federal de transposição do Rio São Francisco. Dom Luiz ficou conhecido nacionalmente pela sua dedicação à defesa do rio e aos moradores do seu entorno. Com ele, de acordo com informações da Diocese de Barra, estão a irmã Conceição (da Congregação Imaculada Conceição da Mãe de Deus) e o sociólogo Adriano Martins.

Em 1994, ele encerrou uma peregrinação de um ano, da nascente à foz do São Francisco, “com o objetivo de conscientizar o povo ribeirinho sobre a importância do rio para a vida de todos e a necessidade de preservá-lo”, descreveu em carta dirigida ao presidente da República, com data de ontem.

Na carta ele diz que foi contra a transposição logo que o projeto foi apresentado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. “Desde então acentuamos a necessidade urgente de revitalização do rio e de ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do Nordeste: uma política de convivência com o semi-árido, para todos, próximos e distantes do rio”, descreve.

Na carta (leia a íntegra ao lado), ele disse que esperava do atual presidente “um apoio maior em favor da vida do rio e do seu povo”. Ressaltou que em seu gesto não existe nenhuma atitude “anti-Lula, neste momento deli-

cado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender, pelo coração, aquilo que a razão não alcança”.

Segundo o administrador diocesano de Barra, José Bonifácio Araújo Silva, dom Luiz e os outros grevistas estão isolados no município de Cabrobó (PE). A equipe que trabalha com ele em Barra foi pega de surpresa com a decisão do bispo. “Ele saiu de Barra na última sexta-feira para participar de um retiro na diocese de Floresta (PE) e hoje recebemos, via fax, os documentos que ele havia preparado para este momento”, relatou José Bonifácio.

Junto com a carta endereçada ao presidente Lula, dom Luiz mandou a declaração “Uma vida pela vida”, reconhecida no cartório em 21 de março deste ano e uma carta escrita à mão e endereçada aos diocesanos, com recomendação que fosse encaminhada ontem ainda para todas as 11 paróquias da Diocese de Barra. “Além destes, enviou um envelope aos cuidados da administração da diocese, que só deverá ser aberta caso venha a óbito”, disse Bonifácio.

Um dos fatos mais marcantes da trajetória de dom Luiz até o momento foi a caminhada que fez, entre 1993 e 1994, da nascente do Rio São Francisco, em Minas Gerais, à sua foz no Oceano Atlântico. Neste percurso, ele esteve acompanhado do sociólogo Adria-

no Martins, da Irmã Conceição (ambos estão com ele em greve de fome) e de Orlando Araújo, da Brotas de Macaúbas.

Durante um ano os quatro fizeram um levantamento minucioso da situação do rio e das condições da população ribeirinha. Desta peregrinação foi editado o livro “O

Rio São Francisco, uma caminhada entre a vida e morte”, assinado por dom Luiz, Adriano e Renato Kirchner.

Natural de Guaratinguetá (SP), dom Luiz vive na cidade de Barra há 25 anos. Em 1998 tomou posse como bispo e através da sua posição firme e irreduzível em defesa do rio e dos ribeirinhos, tem o reconhecimento não só dos brasileiros, como é uma figura internacional com prêmios recebidos em diversos países, notadamente da Europa.

Apaixonado pelo rio, dom Luiz não se furtava às pregações de cunho ambientalista. Na Catedral de São Francisco das Chagas, em Barra, no último dia 6 de agosto ele fez um sermão voltado para a chegada de grande número de carroarias não só no município de Barra, mas em municípios adjacentes, onde criticou não só a exploração da mão-de-obra, mas também a devastação das matas. Como resposta, recebeu várias ameaças de morte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, eu gostaria de pedir a minha inscrição para falar, pela Liderança do PSDB, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex^a é o quarto inscrito, após a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a impressão que passaria a um marcialino é de que não há crise alguma no País. Está aqui a imagem do Presidente, vestido de quimono, fantasiado

de judoca. Como sempre, como não costuma fazer as coisas de maneira correta, ele confunde “tatame” com “tapume”, dizendo que está pronto para entrar no tapume. O que ele quer é se esconder atrás do tapume em relação aos malfeitos de seu Governo.

Sr. Presidente, aqui há algo extremamente revelador: em 1993, na rádio Jovem Pan, Milton Neves, comentarista esportivo, entrevista Lula:

M. N. – Meu negócio é futebol, meu negócio não é política. É a primeira vez que falo com você, lado a lado. Mas me diga uma coisa, uma curiosidade que tenho. Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, você tem pena de Fernando Afonso Collor de Mello?

Lula – Tenho... não é que tenho pena. Como ser humano, acho que uma pessoa que teve a oportunidade que aquele cidadão teve de fazer alguma coisa de bem para o Brasil, um homem que tinha o respaldo da grande maioria do povo brasileiro, e ao invés de construir um governo construiu uma quadrilha como ele construiu, me dá pena, porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor. Efetivamente, fico com pena, porque acho que o povo brasileiro esperava que essa pessoa pudesse pelo menos conduzir o País, se não a soluções definitivas, pelo menos a indícios de soluções para os graves problemas que nós vivemos. Lamentavelmente, a ganância, a vontade de roubar, a vontade de praticar a corrupção, fez com que Collor jogasse o sonho de milhões e milhões de brasileiros por terra. Mas, de qualquer forma, eu acho que foi uma grande lição que o povo brasileiro aprendeu e eu espero que o povo brasileiro, em outras eleições, escolha pessoas que pelo menos eles conheçam o passado político.

É impressionante como o Presidente Lula está atual! Basta trocar “Collor” por “Lula” e teremos um texto da maior atualidade.

Sr. Presidente, vou confessar aos meus companheiros de Oposição e aos meus colegas do Senado que, se formos levar em conta essa questão da intimidade pessoal, tenho muito mais com o ex-Ministro Aldo Rebelo do que com o meu companheiro de Oposição, Deputado José Thomaz Nonô.

Sou amigo de Nonô, mas não nos freqüentamos. Tenho por ele admiração. E sou amigo de Aldo Rebelo. A verdade verdadeira, porém, é que Aldo representa hoje – isso é até imerecido, do ponto de vista da correção com que ele se portou ao longo de toda a sua vida – as forças que querem a pizza, as forças que não querem a apuração cabal dos fatos, as forças que querem a impunidade. Ele é o candidato de Janene. É o candidato dos que estão pendurados, é o candidato dos cassáveis. Não é o candidato do partido desses cassáveis, mas o candidato dos cassáveis. É o candidato que, se for ouvir os seus

eleitores, terá dificuldades em possibilitar a agilização dos processos de cassação desses mandatos.

Nonô, neste momento, representa o viés da história, representa a fala da instituição, representa, para os Deputados individualmente, uma tábua de salvação, porque poderá, pelas suas mãos, renascer a Câmara dos Deputados, o que possibilitará aos Deputados que não têm nada a ver com essa história da corrupção dos “mensalinhos” e “mensalões” aparecerem de peito aberto e de cabeça erguida diante do povo na próxima eleição.

Nonô representa os que pensam não apenas em si mesmos, mas pensam na instituição como um todo. Ele representa os que imaginam que uma Casa Legislativa deve ser uma Casa respeitável e que, sendo uma Casa respeitável, Sr. Presidente, deve merecer que a sociedade a olhe com acatamento.

Portanto, a sorte está lançada. A Câmara saberá falar, dirá o que quer. O Senado tem que, como espectador, aguardar o resultado. Como brasileiros, os Senadores têm o dever de torcer, têm o dever de esperar pelo melhor, a depender da boa-fé de tantos de nós.

Aldo Rebelo, homem público correto, representa hoje as piores forças do Congresso Nacional, as forças mais negativas, mais atrasadas, mais vinculadas à idéia de que não deve haver punição a quem merece.

José Thomaz Nonô representa, neste instante, a perspectiva da história, representa a voz da instituição, uma instituição que está sufocada e que não deve ser confundida com os que malbarataram a coisa pública. Ela deve, ao contrário, retomar o seu melhor momento de construção da democracia no País.

Portanto, se Deputado fosse, eu votaria, tranqüilamente, com muita alegria, em José Thomaz Nonô. Como Senador, como brasileiro, torço para que se amplie esse resultado que já lhe aponta uma vitória parcial no primeiro turno. Confio na consciência dos Deputados que, no voto secreto, haverão de decidir com muita independência. E vamos mostrar, então, que a idéia de se recuperar a credibilidade da instituição está acima do bilhão de reais agora liberado, imaginando o Governo que poderia submeter os Deputados a seus desígnios ruins e perversos.

O Presidente Lula não tem mais por onde cair, está caindo pelas tabelas, está fazendo verdadeiro *strip-tease* moral, está perdendo a compostura cívica, desde que imagina que pode ganhar uma eleição na Câmara dos Deputados submetendo um homem de bem como o Sr. Aldo Rebelo a isso, pela liberação de emendas parlamentares. A maioria está dizendo neste momento que não aceita isso. A maioria entende que liberar emenda é dever do Governo. A maioria está entendendo, neste momento, que o importante mesmo, mais do que emenda para cá e emenda para acolá, é termos uma Casa

altiva, que volte a merecer o que hoje talvez ainda não esteja merecendo: o respeito do povo brasileiro.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres, pela Liderança do PDT, por cinco minutos.

Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia. Posteriormente, voltaremos à lista de oradores, estando inscrito em primeiro lugar o Senador Pedro Simon e, após, a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após os pronunciamentos dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio Neto, vou dizer o quê? Este Governo afundou num atoleiro do qual não vai sair mais. O Governo atual perdeu, definitivamente, a compostura.

Sr. Presidente, no momento em que o País vive, há três meses, uma grave crise, uma crise também moral, que atingiu profundamente o Governo e seu Partido, esperava-se uma mudança brusca de comportamento da parte de todos eles. Ao invés, voltam a repetir as mesmas práticas de antes.

A eleição de hoje na Câmara dos Deputados é um episódio vexaminoso. Todos esperavam, naquela Casa, uma reação cívica no sentido da escolha consensual de um nome capaz de resgatar a credibilidade da instituição. E o Governo deveria ter sido o primeiro a contribuir para isso. Diferentemente, ele lança o Sr. Aldo Rebelo e apela, de forma despuddorada, para os mesmos métodos que o PT sempre condenou: com a liberação de um bilhão em verbas, para comprar votos de Deputados, sem nenhum critério de prioridade dessas emendas e com a promessa de cargos no segundo e terceiro escalões do Governo.

O Presidente da República não se peja, Senador Pedro Simon, de chamar ao Palácio, para negociar, o Presidente de um desses partidos, um ex-Deputado, que renunciou para não ser cassado por quebra de decoro. Ele é chamado pelo Presidente da República ao Palácio do Planalto para negociar votos e dar a vitória ao candidato oficial.

Mil dias de Governo Lula! Mil dias de um governo que 53 milhões de brasileiros elegeram para começar o processo de transformação deste País.

A vergonhosa compra de votos na Câmara, professores federais em greve por reajuste de salários, Prefeitos desesperados invadindo o Congresso porque o Governo não cumpriu compromissos assumidos, o Senador Arthur Virgílio à espera da resposta aos seus requerimentos a respeito dos cartões corporativos. Quando vier à tona este escândalo, ele não vai apenas chegar perto, mas

vai atingir o Presidente da República. É este o Brasil novo que este Governo nos prometia.

Sr. Presidente, digo isso...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – ... com muita tristeza. Pela primeira vez na vida votei no Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Eu receava um pouco que Sua Excelência fosse destrambelhado e irresponsável na política econômica, mas tinha certeza de que faria um governo firmado em compromissos éticos. Enganei-me. O Governo está sendo responsável, graças, talvez, à atuação isolada, quase heróica, do Ministro Antônio Palocci, na condução da política macroeconômica, mas, ao reverso do que eu imaginava, o Governo mergulha fundamente numa crise moral da qual ele não vai mais se levantar.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Seja qual for o resultado dessa eleição na Câmara dos Deputados, o Governo já perdeu. O Governo, moralmente, está morto, Senador Mão Santa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Para concluir, ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a é um homem muito inspirado e iniciou suas palavras dizendo que faltava compostura. Quis Deus que eu tivesse às mãos uma nota de Cláudio Humberto, publicada no **Jornal de Brasília**, que tem o seguinte título: “Tá feia a coisa”. Diz a nota: “Lula foi a São Paulo, nas asas do Erário, para votar na eleição do PT. Mas não apareceu. Constrangidos, auxiliares próximos revelam o segredo: Sua Excelência não foi votar porque não se agüentava em pé. Não era cansaço.” Era aquela cachacinha. Ah, se ao menos fosse a mangueira do Piauí!

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Encerro aqui o meu pronunciamento.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na prorrogação da Hora do Expediente, passamos a palavra ao Senador João Batista Motta.

S. Ex^a terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero a com-

preensão do nosso Presidente, uma vez que, talvez, tenha que ultrapassar o tempo em alguns minutos.

Hoje vim tratar de um assunto muito importante para o meu Estado, já que não desejo tecer comentários, nesta oportunidade, sobre o Governo Lula, pois os três oradores que me antecederam já o fizeram. Apenas quero lembrar ao Senador que me antecedeu que o Valdemar Costa Neto foi chamado ao Palácio por se tratar de um campeão e não de um cidadão comum. Aliás, ele não recebeu 20 nem 30 mil, mas 12 ou 10 milhões. Portanto, ele é o campeão e, por isso, mereceu essa distinção por parte do Presidente.

Sr. Presidente, quero falar sobre um projeto que o Governador Paulo Hartung está desenvolvendo no Estado do Espírito Santo, muito importante para nossa gente, que recebeu o nome de Águas Limpas. Ele tem como objetivo ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto e melhorar a qualidade do abastecimento de água ofertado pela Cesan, inicialmente nos Municípios da região metropolitana: Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão. Juntos, eles concentram 58% da população urbana do Estado.

Na fase inicial, estão previstos investimentos da ordem de US\$ 62,3 milhões. Para garantir a realização do projeto, o Governo do Estado contraiu empréstimo no Banco Mundial no valor de US\$ 36 milhões. A contrapartida do Estado e da Cesan é de US\$ 26,316 milhões.

A meta do projeto é elevar a taxa de cobertura da coleta e do tratamento de esgoto dos atuais 23% para 60% da população, e da região de abrangência e de abastecimento de água dos atuais 95% para 100%. Estima-se que 350 mil pessoas serão beneficiadas com as obras de esgotamento sanitário e 1,2 milhão de habitantes, com a ampliação do sistema de abastecimento de água. Com o Águas Limpas, deixarão de ser despejados na baía de Vitória e nas praias vizinhas cerca de 70 milhões de litros de esgoto por dia.

Serão construídas 36 estações elevatórias, 5 estações de tratamento de esgoto sanitário e 435 km de redes coletoras. Estão previstas 53 mil novas ligações domiciliares, a ampliação da capacidade de produção de água tratada em 100 milhões de litros por dia, a construção de 7,65 km de adutoras e a ampliação dos reservatórios em 45%, o que equivale a mais 32.700 m³ de água. As obras em Guarapari já foram iniciadas.

Especificamente em esgotamento sanitário, estão previstas: a criação e complementação de redes para ampliar a capacidade das Estações de Tratamento de Esgoto de Mulembá (Vitória), Bandeirantes (Cariacica), Araçás (Vila Velha) e Praia do Morro (Guarapari); e a criação de sistema de esgoto nos bairros Ilha do Boi, Ilha do Frade, Jucutuquara e tantos outros bairros da capital e da região metropolitana.

No que diz respeito ao abastecimento de água, o projeto vai contemplar a melhoria do sistema de produção de Santa Maria, na Serra, beneficiando o Município da Serra e o norte de Vitória; a ampliação do sistema da Estação de Tratamento de Água de Caçaroca, em Vila Velha, beneficiando a região sul do Município e o bairro Castelo Branco, em Cariacica; a ampliação e a melhoria do sistema de produção de água de Guarapari, beneficiando os bairros Praia do Morro, Santa Mônica, Perocão, Setiba e Meaípe; a melhoria dos reservatórios de Santa Clara, em Vitória; Garoto, Araçás e Adutora do Ibes, em Vila Velha; Morro do Pico e Adutora de Carapina, no Centro da Serra.

As obras, Sr. Presidente, do Projeto Águas Limpas vão complementar o Programa de Despoluição e Saneamento (Prodesan), finalizado em 2003 com a conclusão de cinco estações de tratamento de esgoto (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Domingos Martins).

São tantas mais outras obras que eu gostaria de enumerar aqui, Sr. Presidente, mas, por falta de tempo, vou tentar sintetizá-las.

O Sistema de Esgotamento Sanitário de Manginhos – Serra. Objeto: 12.640 metros de rede coletora em PVC rígido, 1.300 ligações prediais, 4 estações elevatórias de esgoto bruto e 1 estação de tratamento de esgoto. Valor: R\$10 milhões. Recursos do Governo Estadual.

Em Nova Almeida (Serra), Praia Grande. Objeto: 78.200 metros de rede coletora, 5.828 ligações prediais, 8 estações elevatórias de esgoto bruto e 1 estação de tratamento de esgoto. Valor: R\$15 milhões. Recursos do Governo do Estado.

Sr. Presidente, essa é uma obra gigantesca até mesmo por sua natureza. Não se trata de fazer praças, quadras esportivas ou plantar flores em avenidas, ou seja, não se trata de obras eleitoreiras. Trata-se, isso sim, de obras que visam à melhora da saúde do nosso povo. Obras como essas mostram a estatura do Governador Paulo Hartung; mostram ao Brasil como se governa um Estado.

Enquanto isso, Sr. Presidente, estavam previstos para o Espírito Santo neste ano, no âmbito do Governo Federal, R\$ 314 milhões, mas conseguimos até agora, final de setembro, a liberação de apenas R\$ 8 milhões, o equivalente a 2,8%, sem falar que em 2004 o previsto eram R\$ 340 milhões e o Espírito Santo recebeu, apenas, R\$ 43 milhões do Governo Federal.

Muito obrigado pela compreensão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador João Batista Motta.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para uma comunicação inadiável, Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamentavelmente, perdi o momento de homenagem ao democrata que foi Ernani Amaral Peixoto. Por isso, peço que a Mesa receba discurso que eu gostaria de ver inserido nos Anais, juntamente com as demais peças correspondentes àquela sessão solene, porque aqui extravaso toda a admiração que eu tinha pelo homem paciente, correto, justo e democrata que foi Ernani Amaral Peixoto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O requerimento de V. Ex^a será deferido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, os últimos dados do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico apontam para uma necessidade premente de expansão do parque gerador de eletricidade no País e constata uma forte redução, a partir de 2008, dos acréscimos de novas usinas. Por conseguinte, já em 2009, os indicadores de risco de déficit exigem a tomada de providências.

O Governo do Estado de São Paulo anunciou o propósito de privatizar a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP –, única empresa saudável do setor elétrico daquele Estado, utilizando como justificativa que, com os recursos arrecadados na privatização da CTEEP, fará aportes de capital junto à CESP, para saldar parcela das dívidas vencidas da empresa.

Podemos pensar numa solução para a situação da CESP e CTEEP, possibilitando uma melhor condição de manejo dos instrumentos de planejamento da expansão do sistema elétrico nacional. É perfeitamente possível que o Governo Federal, por meio da Eletrobrás e de Furnas, assumam a condição de acionista controlador da CESP e da CTEEP. Basta, para tanto, considerarem-se as ações dessas empresas que a Eletrobrás já detém, adicionando-se uma parcela das dívidas que a CESP mantém – e anualmente renegocia – junto ao Governo Federal.

Essa medida proposta propiciaria:

1 – a coordenação dos investimentos em expansão da produção de energia elétrica;

2 – a coordenação dos investimentos em expansão e manutenção do transporte/transmissão de energia elétrica no território nacional; e

3 – o equacionamento econômico-financeiro sustentável para a expansão da geração e da transmissão de energia elétrica.

Assim, teríamos o alongamento e a reestruturação das dívidas da CESP, que não têm sido efetivados pelo atual controlador que, anualmente, busca socorro junto ao BNDES.

A venda da CTEEP pode-se transformar num entrave para o desenvolvimento regional e/ou setorial ou das ligações rurais. A falta de investimentos em transmissão de energia pode se constituir em relevante barreira à entrada de investimentos no Estado. Por esse motivo, o modelo inicial para o setor elétrico paulista sustentava que a CTEEP deveria ser pública, objetivando que não tivesse – e/ou não se vinculasse a – interesses comerciais.

O argumento oficial era que a competitividade entre os agentes geradores de energia elétrica somente seria garantida com uma empresa pública, pois o Estado seria o agente neutro nesse novo modelo, assegurando isenção no trato dos investidores de geração, de distribuição e dos chamados consumidores livres.

Sr. Presidente, na última segunda-feira, em audiência com o Governador Geraldo Alckmin, encaminhei o ofício do Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, Murilo de Celso de Campos Pinheiro, em que externa as preocupações de inúmeras entidades de engenheiros e trabalhadores do setor com respeito aos riscos da privatização das energéticas paulistas. O Governador, então, solicitou ao Secretário de Recursos Hídricos, Mauro Arce, que receba os representantes daquelas entidades na próxima segunda-feira, com o propósito de discutir alternativas.

Explicou-me o Governador Geraldo Alckmin que gostaria que o Governo Federal aceitasse que os créditos que o BNDES tem a receber da CESP fossem transformados em ações, de maneira semelhante a que ocorreu com a AES, pois, de outra maneira, sente-se obrigado a vender a CTEEP.

Será importante um esforço de entendimento entre os Ministros Antonio Palocci, da Fazenda, Paulo Bernardo, do Planejamento, e do Presidente do BNDES, Guido Mantega, com o Governador Geraldo Alckmin, visando a encontrar um caminho de bom senso para o setor elétrico paulista.

Não existem motivos relevantes que fundamentem a proposta de venda da CTEEP. A privatização dessa empresa poderá acarretar riscos à confiabilidade do atendimento de energia elétrica no Estado. O mais racional e oportuno, em face da situação da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, será um entendimento entre o Governo Federal e o Estadual, visando à federalização dessa empresa, ou alguma outra forma de entendimento.

Sr. Presidente, tendo em vista o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães e o fato de eu ter recebido a carta de Dom Frei Luiz Flávio Cappio, muito respeitosa, endereçada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quero aqui registrá-la, na íntegra, por considerar importante os termos, sobretudo de respeito, para com o Presidente. Obviamente, o Bispo Dom Frei Luiz Flávio Cappio coloca, com muita assertividade, aquilo em que acredita. Na defesa de suas idéias, nesta segunda-feira, ele entrou em greve de fome. Aliás, encontrei um sobrinho

do bispo que me falou da sua preocupação com o seu tio e inclusive foi ao local onde ele está fazendo greve de fome, para ali prestar sua solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sen. Eduardo Suplicy

Senador Suplicy,
Envio Carta de Frei Luis Cappio, Bispo da Diocese de Barra. BA.
Dom Frei Luis iniciou greve de fome dia 26 de setembro, segunda-feira, ao meio dia.
Em nome da comunidade ribeirinha do Velho Chico rogamos sua energia em defesa das Vidas do São Francisco.
Paz e Bem!
Pela Comunidade de Três Marias e Região.
Minas Gerais.
Brasil



Barra, 26 de setembro de 2005

Senhor Presidente

Paz e Bem!

Quem lhe escreve é Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM, bispo diocesano de Barra, na Bahia.

Tive a oportunidade de conhecê-lo por ocasião da passagem do senhor por Bom Jesus da Lapa, na Caravana da Cidadania pelo São Francisco, em 1994. Isto aconteceu pouco tempo depois que fizemos uma Peregrinação pelo Rio São Francisco, da nascente à foz, com objetivo de conscientizar o povo ribeirinho sobre a importância do rio para a vida de todos e a necessidade de preservá-lo. Fui-lhe apresentado por meu professor de teologia, Frei Leonardo Boff.

Sempre fui seu admirador. Participei ativamente em todas as campanhas eleitorais do PT, alimentando o sonho de ver o povo no poder.

Desde que o Governo Fernando Henrique apresentou a proposta de transposição do Rio São Francisco, fomos críticos acirrados deste projeto. Desde então acentuamos a necessidade urgente de revitalização do rio e de ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do nordeste: uma política de convivência com o semi-árido, para todos, próximos e distantes do rio.

Esperávamos do senhor um apoio maior em favor da vida do rio e do seu povo. Esperávamos que, diante de tantos e consistentes questionamentos de ordem política, ambiental, econômica e jurídica, o governo revisse sua disposição de levar a cabo este projeto que carece de verdade e de transparência.

Quando cessa o entendimento e a razão, a loucura fala mais alto. Em meu gesto não existe nenhuma atitude anti-Lula neste momento delicado da vida nacional. Pelo contrário. Quem sabe seja uma maneira extrema de ajudá-lo a entender pelo coração aquilo que a razão não alcança.

Tenha certeza, é um profundo testemunho de amor à vida.

Minha vida está em suas mãos.

Receba minha saudação fraterna e amiga,

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM

Cartas para Dom Frei Luiz Cappio
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
Regional Bahia/Sergipe
Rua General Labatut, 78 – Barris
40070-100
Salvador- Bahia – Brasil

Uma Vida pela Vida Declaração

Em nome de Jesus Ressuscitado que vence a morte pela Vida plena, faço saber a todos:

De livre e espontânea vontade assumo o propósito de entregar minha vida pela vida do Rio São Francisco e de seu povo contra o Projeto de Transposição, a favor do Projeto de Revitalização.

Permaneci em greve de fome, até a morte, caso não haja uma reversão da decisão do Projeto de Transposição.

A greve de fome só será suspensa mediante documento assinado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, revogando e arquivando o Projeto de Transposição.

Caso o documento de revogação, devidamente assinado pelo Exmo. Sr. Presidente, chegue quando já não for mais senhor dos meus atos e decisões, peço, por caridade, que me prestem socorro, pois não desejo morrer.

Caso venha a falecer, gostaria que meus restos mortais descansassem junto ao Bom Jesus dos Navegantes, meu eterno irmão e amigo, a quem, com muito amor, doei toda minha vida, em Barra, minha querida diocese.

Peço, encarecidamente, que haja um profundo respeito por essa decisão e que ela seja observada até o fim.

Barra, Bahia, domingo de Páscoa de 2005

Dom Frei Luiz Flávio Cappio, OFM

R.G.: 3.609.650

C.P.F.: 291.828.835-72

"Quando a razão se extingue, a loucura é o caminho".

Frei Luiz

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para uma comunicação inadiável.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna, nesta quarta-feira, para dizer da minha satisfação com a determinação do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, de incluir na Medida Provisória nº 252, conhecida como Medida Provisória do Bem, uma solução para as dívidas das prefeituras com o INSS.

Em 2003, tão logo assumi meu mandato de Senadora, iniciei minha luta a favor dos mais de mil municípios que perderam a oportunidade de renegociar suas dívidas com o INSS.

Nesses dois anos e nove meses, tenho me dedicado a demonstrar ao Governo a importância de uma solução para esse grave problema como única forma de garantir aos prefeitos que continuem a celebrar convênios, que são da mais alta importância para suas comunidades.

Esta manhã, reuni-me com o Senador Romero Jucá, Relator da Medida Provisória do Bem, para, mais uma vez, levar a S. Ex^a o apelo dos prefeitos. E recebi do Senador a promessa de que vai incluir em seu relatório a sugestão do Senador Renan Calheiros, bem como a sugestão por mim apresentada, e a de outros Parlamentares, visando equacionar definitivamente essa questão.

Essa emenda estende aos municípios os benefícios de parcelamento de suas dívidas, alterando, inclusive, a data de referência das dívidas, que era de junho de 2001, para dezembro de 2004. Também prevê a amortização fixa em 240 meses, ou 20 anos, e a incidência da TJLP, em vez da taxa Selic, que, em geral, é o dobro da TJLP.

Sr. Presidente, faço questão de assinalar que o Senador Romero Jucá está comprometido com a causa dos prefeitos, não só por ter sido Ministro da Previdência e por ter me recebido, em audiência, quando apresentei a crise enfrentada pelos Municípios, mas também porque S. Ex^a tem os conhecimentos necessários para encontrar a melhor solução que garanta aos prefeitos renegociarem suas dívidas e planejarem uma gestão adequada aos interesses de seus Municípios.

Sinto-me também esperançosa por uma boa solução, porque, na semana passada, mais precisamente no dia 20, estive em despacho com o Ministro da Previdência, Nelson Machado, a quem, mais uma vez, levei minha preocupação com essa questão das dívidas dos Municípios com o INSS. O Ministro demonstrou preocupação e afirmou que iria participar do debate sobre o assunto.

Espero que, a partir da atuação do Senador Romero Jucá e com a firme determinação do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, o esforço por mim despendido desde 2003 agora encontre ressonância. Naturalmente, o momento é extremamente propício, pois os prefeitos de todo o País estão em Brasília e trazem suas reivindicações, mostram suas dificuldades e contam com o apoio desta Casa e do

Congresso Nacional como um todo, para que vejam solucionados esses grandes problemas que afligem os Municípios brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao último orador antes da Ordem do Dia, o Senador José Agripino, como Líder do PFL.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é inacreditável, mas, apesar do requerimento assinado por quase todos os Líderes Partidários da Casa do Congresso Nacional, aliás, o Ministro da Educação se recusa a receber os grevistas das universidades federais, os grevistas da Andes.

Sr. Presidente, não estou dizendo para conceder nada, não sei se é possível conceder alguma coisa. Estou falando que é a negação da democracia não receber quem demanda atenção e diálogo para os seus pleitos. Portanto, o Governo se afunda na corrupção, e se afunda na prepotência, e se afunda no autoritarismo o tempo inteiro. Chega a ser um pouco demasiado isso.

Então, reivindicamos aqui, com a exigência de que o Governo abra suas portas para negociar com quem está em greve, porque o mínimo que se pode esperar é, basicamente, conversar. Se vai resolver ou não é outra estória. Mas conversar não faz mal. E não conversar é pecado brutal em uma democracia, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esperamos que o Governo o ouça, Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Arthur Virgílio acabou de pronunciar uma frase curiosa: “O Governo se afunda em corrupção”. O Governo se afunda em corrupção, não, Senador Arthur Virgílio. Ah, se fosse só isso! O Governo está afundando o País! Eu gostaria muito que isso não fosse verdade, mas eu preciso fazer uma apreciação sobre, pelo menos, os oito últimos meses desse Governo – de janeiro a agosto deste ano.

De janeiro a agosto deste ano, o País está, por culpa do Governo e do Partido dos Trabalhadores, que

é o Partido do Governo, afundado em uma crise política e moral inominável. São oito meses perdidos, na minha avaliação. O PT, o Partido dos Trabalhadores, perdeu o seu Presidente, o seu Secretário-Geral, o seu Tesoureiro. O Governo foi obrigado, por acusações, a defenestrar o “primeiro-ministro” do Governo, o Ministro José Dirceu. Investigações pesadas acontecem nos Correios, no IRB, na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica. É denúncia por toda parte. As denúncias de remessa de dinheiro para o exterior são uma constante, a partir de investigações nas prefeituras do PT, como é o caso de Santo André, de Ribeirão Preto. Há o Sr. Duda Mendonça. São investigações seguidas de prefeituras do PT, enlameadas com acusações de corrupção. É uma crise política inominável!

Mas não de dizer: não, mas a economia vai bem. E aí é onde quero fazer a minha apreciação, ainda que rápida, Sr. Presidente. Nos oito últimos meses, de janeiro a agosto, a República Federativa do Brasil, governada pelo Presidente Lula, no Ministério da Fazenda o Ministro Palocci, gastou por inépcia na calibragem da taxa de juros, Senador Mauro Fecury, R\$105 bilhões. Cento e quinze bilhões de reais! Em doze meses, de agosto a agosto, gastou R\$150 bilhões.

Vamos ficar com os R\$105 bilhões de janeiro a agosto. De janeiro a agosto, gastou R\$105 bilhões, que poderiam ser ter sido muito menos se a calibragem da taxa de juros tivesse sido eficiente. Mas este Governo parece desconhecer uma frase que todo brasileiro comum mais ou menos conhece: a diferença entre remédio e veneno é a dose. Vacina é a doença inoculada em dose conveniente para prevenir o doente de pegar a doença mais à frente. Só tem um detalhe: este Governo não conhece a diferença entre remédio e veneno e aplica a dosagem da taxa de juros como única forma de combater a inflação no limite em que está. Primeiro de tudo, segurando o crescimento econômico. Segundo, elevando a cotação do dólar. Muitos dizem: mas o Brasil é um país fantástico, a cotação do dólar está valorizada, o real valorizou-se perante o dólar. É evidente. A prática de juros atraindo dólar do mundo inteiro para ter uma remuneração real de 13% produz isso a que estamos assistindo, R\$105 bilhões, Sr. Presidente, de gastos com juros!

E aí vem a minha observação. Senador Alberto Silva, qual é a maior obra anunciada por este Governo? É a transposição do São Francisco. É uma obra cantada em prosa e verso. É a Transnordestina e a Transposição do São Francisco. Quando custará a transposição do São Francisco na sua inteireza? R\$4 bilhões! O Governo gastou só em juros, de janeiro a

agosto deste ano, R\$105 bilhões. Daria para fazer – R\$4 bilhões é o custo total da transposição – 25 transposições e ainda sobriam R\$5 bilhões. Daria para fazer 25 transposições do São Francisco, uma obra que é cantada em prosa e verso pelo Governo desde que assumiu. Em oito meses gastou 25 transposições do São Francisco com uma política econômica equivocada.

A minha palavra, Sr. Presidente, é de alerta. Vou morrer protestando, lamentando. Este Governo tem de acordar para essa taxa de juros perversa que está liquidando com a retomada de crescimento do País e acabando com as esperanças do povo brasileiro.

E venho, nesta tarde de hoje, trazer essa denúncia e alerta a um Governo que precisa aprender, primeiro, a ser audacioso e, depois, a cumprir os seus compromissos. Pagando R\$105 bilhões de juros nem vai fazer transposição, nem Transnordestina, nem coisa alguma, e vai levar mais brasileiros a um lamentável desemprego.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GLPSB OF. Nº 27/2005

Brasília, 27 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Com os nossos respeitosos cumprimentos, informamos ao insigne Senador que, por deliberação da Bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) com assento nesta Casa, ficou firmado o nome do Senador Antonio Carlos Valadares para exercer a Liderança do Partido no Senado Federal a partir desta data.

Ao ensejo, reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente, Senador **Antônio Carlos Valadares**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações à Secretaria Especial de Política para as Mulheres da Presidência da República, feito através do Requerimento nº 396, de 2005.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades, feito através do Requerimento nº 405, de 2005.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, feito através do Requerimento nº 418, de 2005.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, feito através do Requerimento nº 421, de 2005.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, feito através do Requerimento nº 428, de 2005.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, feito através do Requerimento nº 777, de 2005.

Cordialmente, Senador **Arthur Virgílio**.

Brasília, 26 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exª seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Defesa, feito através do Requerimento nº 428, de 2005.

Cordialmente, Senador **Athur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, solicito a V. Exª Seja reiterado o pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde, feito através do Requerimento nº 778, de 2005.

Cordialmente, Senador **Athur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco PT

– AC) – Nos termos do § 1º do art. 5º do Ato da Mesa nº 1m de 2001, em nome da Mesa, defiro a reiteração, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo de dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do Item 1 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPEs, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de

novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13-10-2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20-10-2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de

prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26-10-2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,

§ 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004-COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o*

segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justi-

ça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Volta-se à lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Sobre a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu soube que, ontem, o Senador Arthur Virgílio prestou homenagem ao Ronald Golias, apresentando requerimento de voto de pesar. Eu gostaria de me somar à iniciativa de S. Ex^a. Para tanto, apresentei hoje requerimento nesse sentido, que inúmeros Senadores também resolveram assinar.

Então, eu gostaria de também assinalar o requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Ronald Golias, ocorrido ontem. Hoje, pela manhã, em São Paulo, ele foi enterrado. Apresento esse requerimento para que a esposa Lúcia Golias e a filha Paula Golias possam receber esse sentimento de pesar com que, certamente, todo o Senado é solidário e numa homenagem a esse extraordinário artista do humor, que, desde a nossa meninice, nos encantou, nos fez sorrir e dar risadas extremamente gostosas. Ele, ali na Praça da Alegria, na Família Trapo, em tantas ocasiões, merece todas as nossas homenagens.

Peço, Sr. Presidente, que seja transcrito na íntegra o requerimento em homenagem a Ronald Golias.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO Nº DE 2005

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Ronald Golias nesta terça-feira de infecção generalizada, e apresentação de condolências à sua esposa Lucia Golias e à filha Paula Golias.

JUSTIFICAÇÃO

“Ô Crides, fala pra mãe não esquentar a comida não, que eu não venho mais pra almoçar.”

Essa frase, uma das mais conhecidas do genial Ronald Golias, criada para o seu personagem “Pacífico”, vivido por quase 50 anos, marca o que todos nós estamos sentindo hoje. Ele não volta mais na hora do almoço ou na hora do jantar. Não vem mais alegrar os nossos sábados. Suas caretas vão ficar agora marcadas apenas nas brincadeiras de meninos, nas imitações feitas pelos mais alegres nas festas, nas palhaçadas de rua. Ele foi enterrado esta manhã no Cemitério do Morumbi, em São Paulo, depois de ficar vinte dias internado com infecção generalizada.

Ronald Golias fez rir várias gerações – e vai fazer ainda, através das gravações dos seu programas de TV, dos festivais que com certeza vão acontecer para mostrar seus filmes. Assisti, ontem, a um antigo programa onde ele brilhava, o Família Trapo, da TV Record, que ia ao ar nos anos 60 mas ainda hoje provoca gargalhadas. Ali ele era o Bronco, o cunhado vagabundo, malandro, e ao mesmo tempo palhaço, ingênuo, de Otelo Zeloni, numa família trapalhona que tinha a hoje deputada carioca Cidinha Campos no papel de filha adolescente e Jô Soares no papel de mordomo, entre outros.

A Família Trapo até hoje é referência de programa humorístico na TV. Jogando bola com os meninos da rua, comprando um terreno de 4 x 4 no Mato Grosso, acampando na Praça da Sé para “viver um pouco ao ar livre”, Bronco vivia suas aventuras e fazia o país cair na gargalhada, já que seu humor era aquele da cumplicidade com quem ri. Todos entendiam. Impossível era ficar sério. E quando vinha a pausa, a necessária na narrativa do humor, ele simplesmente olhava para a câmera e fazia uma careta. Era o que bastava.

Além de Bronco e Pacífico, Ronald Golias criou o velho Bartolomeu Guimarães que, surdo, só ouvia o que queria e só respondia coisas fora de hora ou propósito – sátiras daquele momento, todas compreendidas por qualquer telespectador. Isso lhe dava um “toque” de sabedoria, junto com a barba branca e o cajado. Bartolomeu Guimarães era a própria sabedoria popular.

Ronald Golias nasceu no interior de São Paulo, em São Carlos, em 1929. Foi alfaiate – como Pelé, um dos seus ídolos – e também funileiro, ou lanterneiro, como se fala em alguns Estados. Foi levado para inicialmente para o rádio, por Manoel de Nóbrega – pai de Carlos Alberto, seu amigo inseparável até o fim. Na Rádio Nacional, fazia o programa da hora do almoço, que todos acompanhavam. A TV estava no começo, era artigo de luxo de poucas casas. Pois Ronald Golias, junto com Carlos Alberto e seu pai, fazia a novela “A Fera do Mar”. Era o “Caçador”. Carlos Alberto era o “Águia Negra”. Suas aventuras deixavam os almoços mais gostosos, divertidos. Suas piadas eram copiadas imediatamente, principalmente nas famílias grandes, como a minha, onde as brincadeiras entre os irmãos começavam quando a gente acordava e só terminavam quando o último pegava no sono.

Depois, em 1956, na TV Paulista Canal 5, das Organizações Vitor Costa, antecessora da Globo em São Paulo, Golias, Manoel da Nóbrega e Carlos Alberto já viveram a deliciosa Praça da Alegria, hoje em dia levada ao ar pelo SBT, como A Praça é Nossa. Naquele banco da praça, Pacífico mostrava ao homem comum, vivido por Carlos Alberto, como a vida é irônica, como qualquer fato que gere perplexidade pode também provocar uma gargalhada se visto por outro ângulo. Uma espécie de escracho do sério.

Fazer rir é mais difícil, mais inteligente e muito mais duradouro, em termos de comunicação e arte, do que fazer chorar. Esse foi o caminho escolhido pelo genial Ronald Golias, que não vem mais pra almoçar, que não vai mais sentar no banco da escolinha ou da praça, mas vai ficar pra sempre na nossa lembrança.

Sala das Sessões, em 25 de julho de 2005.


Senador Eduardo Matárazzo Suplicy

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa já encaminhou o voto de pesar à família, tanto o do Senador Arthur Virgílio quanto o de V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pelo Bloco de apoio ao Governo, por permuta com o Senador Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos acompanhando muito atentamente o Movimento Municipalista Brasileiro, a vinda dos prefeitos a Brasília, provenientes de todos os Estados, a preparação das Associações e das Federações Estaduais e dos Municípios que se organizaram para vir pleitear questões pertinentes aos interesses dos Municípios brasileiros.

Apesar de estarmos num dia como hoje, acompanhando atentamente a eleição do Presidente da Câmara, em que houve empate de 182 votos dos dois candidatos, que vão ao segundo turno, os Deputados Aldo Rebelo* e José Thomaz Nonô*, esse assunto das reivindicações dos Prefeitos e dos Municípios brasileiros não poderia deixar de ter a minha atenção. Mesmo porque tive oportunidade de participar, no dia 16 de setembro, da Mobilização Estadual dos Prefeitos, em Santa Catarina, promovida pela nossa querida Fecam, que é a Federação Catarinense de Municípios.

Em Santa Catarina, está uma das organizações municipalistas mais fortes do Brasil. Digna de registro, é reconhecida por todos que participam do movimento municipalista: a organização municipal em Santa Catarina e as associações regionais. E a Fecam vem desempenhando seu papel ao longo de vários anos, coordenando, organizando e articulando o interesse municipalista no Estado de Santa Catarina e junto à Federação.

No dia 16 de setembro, juntamente com vários outros Parlamentares catarinenses, tivemos oportunidade de participar desse debate. Os Prefeitos estavam exatamente se preparando para vir a Brasília. E é muito importante fazer o registro, porque tem havido, por parte do Governo Lula, em relação ao pleito dos prefeitos, postura muito diferenciada de outros períodos. Registro a presença do Senador Eduardo Suplicy, que teve um ataque canino ao participar de uma das marchas de prefeitos no governo anterior, que não recebia os prefeitos, não os atendia, não permitia o diálogo coerente, claro e propositivo sobre suas reivindicações, e até os reprimia.

Modificou-se de forma significativa a relação entre o movimento municipalista e o Governo Federal. Nas três marchas já ocorridas, desde a posse do Presidente

Lula, Sua Excelência os tem recebido pessoalmente, e os Ministros dialogam com eles sobre as principais reivindicações.

Constituiu-se um fórum permanente, chamado Comitê de Articulação Federativa, e, a partir de então, todos os pleitos, encabeçados pelas entidades representativas dos Municípios e Prefeitos brasileiros, têm sido permanentemente negociados, com grandes avanços.

Não poderia deixar de mencionar aquilo pelo qual os Prefeitos estão agora mais ansiosos, que é a distribuição dos recursos em termos do pacto federativo. Várias medidas foram bem-sucedidas, positivas, conquistadas exatamente com base nessa relação extremamente propositiva entre as entidades municipalistas e o Governo Lula. Entre as que implicam recursos para os Municípios, há o fortalecimento da base tributária própria dos Municípios, decorrente da aprovação e entrada em vigor, durante este Governo, da nova lei complementar do Imposto sobre Serviços, antiga reivindicação dos prefeitos, das prefeituras; a aprovação e sanção da Lei do Salário-Educação, que permite a distribuição automática aos Estados e Municípios da parcela proporcional ao número de alunos matriculados, eliminando-se os convênios, nos quais quem indica ou intermedeia é de fundamental importância – essa lei agilizou e tornou o repasse de recursos absolutamente proporcional ao número de alunos que cada uma das redes, seja no Município, seja no Estado, atende; a aprovação e sanção da Lei do Transporte Escolar, que define que a responsabilidade pelo custeio do transporte de alunos que residem ou estudam em escolas rurais é do ente governamental, Município ou Estado, que responde pela matrícula daquele aluno – antes, não havia essa definição, e a briga do transporte escolar era de foice, daquelas bem difíceis de serem definidas; a aprovação e sanção da Lei dos Depósitos Judiciais; e a inclusão de demandas e propostas de interesse dos Municípios no projeto de reforma da previdência.

Quanto à reforma tributária, há várias questões pendentes de votação final na Câmara. Entre elas, destaco a mudança na destinação da Cide, que este Governo conseguiu aprovar. Houve, obviamente, a participação, com muita força, do Congresso Nacional, para a transferência de 25% da Cide para Estados e Municípios, num primeiro momento, e, posteriormente, de 29%.

Portanto, inúmeras medidas referentes a verbas, algumas muito importantes, passaram por esta Casa e foram objeto de deliberação legislativa no Congresso Nacional. Houve também outras medidas que implicaram mais recursos para os Municípios e que foram

adotadas por políticas públicas do Governo Lula, como o reajuste do valor da merenda escolar para o ensino fundamental; a inclusão em creches mantidas por unidades filantrópicas que não pertencem à rede pública de crianças de zero a seis anos; a equivalência entre o valor-aluno da merenda escolar do ensino fundamental e da pré-escola. Tudo isso representou também mais recursos para os Municípios brasileiros.

Quando participei do debate com os Prefeitos da Fecam, em Balneário Camboriú, com base na pauta que apresentaram, fiz questão de fazer esta referência: em relação às principais reivindicações que os prefeitos e as entidades municipalistas estão apresentando ao Congresso Nacional, o Senado da República já cumpriu a sua tarefa; a maior parte está pendente de deliberação da Câmara. E até friso quais são esses itens. Por exemplo, o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, o Senado da República aprovou no final de 2003, e a matéria aguarda a deliberação da Câmara desde o início de 2004. Essa é, indiscutivelmente, uma das questões-chave que os prefeitos estão trazendo na mobilização. O Senado da República já cumpriu sua tarefa, com agilidade, com a responsabilidade que tem, tendo em vista a importância da reivindicação dos prefeitos.

A segunda reivindicação dos prefeitos e do movimento municipalista, que está relacionada com a reforma tributária, também o Senado já atendeu. Trata-se dos precatórios judiciais. Na PEC nº 74, o Senado incluiu a regulamentação dos precatórios judiciais, fixando o limite em 2% do total da receita corrente líquida do Município como teto para pagamento, e, quanto ao restante, estipulando o tempo para parcelamento em até 120 meses. Acontece que na Câmara isso foi modificado. Então, a reivindicação que o movimento municipalista traz para a mobilização, quanto aos precatórios judiciais, é exatamente aquilo que o Senado da República aprovou.

Uma das questões que está na pauta do movimento desta semana – para a qual será necessária a atenção do Senado, porque está aqui a matéria – relaciona-se à dívida ativa. O Projeto de Resolução do Senado nº 57/2003, que permite que os Municípios transfiram para as instituições financeiras todo seu estoque de dívida ativa, para que essas procedam à cobrança, apoiadas em seu conhecimento na área, mediante a antecipação de 30% do valor de face dos créditos para o Tesouro Municipal, essa resolução está ainda para ser deliberada pelo Senado, e é muito importante que estejamos atentos para atender, dentro das possibilidades, da legalidade, essa reivindicação dos prefeitos brasileiros.

Outra questão que já resolvemos e que diz respeito à reforma tributária é a do ITR. O projeto que regulamenta a mudança constitucional, transferindo para os Municípios a cobrança e a absorção da arrecadação do ITR já está na Câmara. Portanto, o Senado também já deu a sua contribuição. Esperamos que a Câmara o aprove, para que nós, no Senado, também o façamos em seguida.

Outro assunto que está na pauta de reivindicações dos prefeitos e que se encontra na Câmara – estamos muito ansiosos para que avance, a fim de que possamos rapidamente deliberar sobre ele nesta Casa – é o projeto de emenda à Constituição que trata do Fundeb. Nesse projeto há um pleito absolutamente pertinente, que foi motivo de uma manifestação até muito bonita e bem organizada, com carrinhos de bebê. Trata-se da inclusão no Fundeb de crianças de zero a três anos, o que exige a aplicação de muitos recursos. Atender crianças nessa faixa de idade é muito dispendioso, mas absolutamente necessário, principalmente para as famílias de menor renda. Por isso, é de muita importância que essa questão, que está na emenda e tem o apoio dos Prefeitos, seja aprovada na Câmara ou, depois, ser incluída aqui no Senado da República.

Com relação à principal reivindicação dos prefeitos, a votação da alteração do Fundo de Participação dos Municípios, ou seja, o acréscimo de 1% a mais, tenho a obrigação de fazer desta tribuna a mesma reflexão que fiz com os prefeitos no dia 16 de setembro em Santa Catarina: alterar o FPM em 1% a mais não vai resolver. Isso é um mero paliativo que sequer repõe a diminuição que o Fundo de Participação dos Municípios tem tido pela política de desoneração pontual do Imposto de Renda e do IPI, que o Governo Lula vem fazendo com o intuito de contribuir com os setores estratégicos da exportação para que haja sustentabilidade no nosso crescimento econômico.

Já que não temos possibilidade de fazer uma redução linear da carga tributária, essa redução tem sido feita pontualmente por medidas de desoneração tributária estrategicamente colocadas nos setores fundamentais de alavancagem do crescimento e da geração de emprego e de renda, como o de exportação e outros setores fundamentais da economia brasileira. Então, não tem jeito. Quando há a desoneração em determinados setores, quando se reduz IPI, quando se fazem modificações no Imposto de Renda, como foi feito, inclusive, para a construção civil, várias áreas de compra de equipamentos, e exportação, o Fundo de Participação dos Municípios é reduzido. Não há como. É impossível manter-se o nível do FPM, fazendo desoneração tributária em cima de IPI e de Imposto de

Renda – absolutamente correta, certa e que tem de ser feita, sim.

Precisamos ter alguma compensação. E eu disse aos prefeitos em Santa Catarina: a melhor maneira de contribuir para o aumento da arrecadação dos Municípios não é o paliativo de 1% a mais no FPM, porque a desoneração do IPI e do Imposto de Renda está diminuindo muito mais do que o acréscimo que esse 1% a mais produzirá.

Peço até o apoio do Senador Rodolpho Tourinho, um dos participantes muito ativos da reforma tributária.

Por isso, a arrecadação dos Municípios teria muito mais efeito se tivéssemos a capacidade, uma vez por todas, de votar a unificação do ICMS em cinco alíquotas, para acabar com a guerra fiscal e para que efetivamente tivéssemos capacidade de fiscalização mais ágil, mais eficiente e com arrecadação mais significativa do que esse 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios. Eu disse isso aos prefeitos.

Houve um grande esforço para trazer centenas e centenas de prefeitos e vereadores a Brasília, em uma semana muito difícil, porque coincidiu, infelizmente para eles, com a eleição do Presidente da Câmara. Digo isto de público, na tribuna: se esse esforço fosse feito no sentido de se cobrar dos governadores que acabemos com a guerra fiscal, que tenhamos uma única legislação para o ICMS, apenas cinco alíquotas, como o Senado da República aprovou em uma bem elaborada reforma, a arrecadação dos Municípios cresceria muito mais do que apenas o 1% a mais do Fundo de Participação.

Quero ouvir a Senadora Ana Júlia Carepa, com muito prazer.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Muito obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Parabéns pelo seu pronunciamento, que, primeiramente, recompõe a verdade. Às vezes, vejo algumas coisas serem ditas aqui que não correspondem à realidade. Uma delas é a utilização de violência e da desatenção do Governo e dos ministérios. Isso não tem relação alguma com a realidade, com o que tem acontecido nos últimos anos. Estive presente em um dos encontros de prefeitos, e o próprio Presidente Paulo Ziulkoski reconheceu publicamente na Subcomissão dos Municípios – da qual faço parte, da qual sou membro, como uma pessoa que defende as prefeituras – que foi este Governo o que mais deu ganhos, avanços e conquistas aos Municípios. Estes, ao longo dos últimos 15 anos, têm perdido recursos. Há um processo, nos últimos dois anos, de recuperação dos recursos para os Municípios. Concordo ainda, Senadora Ideli Salvatti, com a votação da reforma tributária. Quanto ao Fundo de Compensação,

o Governo chegou a fazer uma proposta, por meio do Ministério da Fazenda, de que iria ao encontro do desejo de muitos Estados exportadores, como o meu Estado, o Pará, que hoje não recebem a devida compensação – são Estados superavitários, que vendem mais para o exterior do que compram. Infelizmente, não se chegou a um acordo. Então, precisamos fazer uma reforma tributária, sim, e um melhor controle social também – daqui a pouco, vou falar sobre esse assunto. Os prefeitos têm de brigar, mas precisam, com certeza, brigar por uma reforma tributária mais justa: quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Rodolpho Tourinho, agradeço a V. Ex^a, e à Senadora Ana Júlia Carepa pelo aparte.

Concluo, dizendo que todos nós, União, Estados e Municípios, sairíamos muito melhores se tivéssemos a capacidade de, uma vez por todas, concluir a reforma tributária, principalmente porque a unificação do ICMS, como aprovamos aqui, era o caminho para construirmos o IVA, que seria o Imposto de Valor Agregado, que eliminaria uma série de outros impostos. Ou seja, devemos trabalhar na lógica da simplificação tributária, tão importante para todo o nosso País, inclusive em termos de modernização da nossa economia.

Então, lamento, pois, mesmo que a Câmara dos Deputados aprove o 1% a mais no FPM, isso não vai resolver em nada a situação dos Municípios brasileiros, porque estamos desonerando o IPI e o Imposto de Renda, visando a alavancar o crescimento econômico.

Então, dá-se de um jeito, tira-se de outro. E, no meu ponto de vista, a única maneira efetivamente de engrossar o caixa seria concluir a reforma tributária, principalmente com a unificação do ICMS.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa pronunciamento, Sr. Presidente, com três itens principais. O primeiro é – claro – corrupção. Não é possível falar deste Governo sem falar de corrupção. Seria um contra-senso.

O segundo é uma denúncia de **O Estado de S. Paulo** de que o Governo estaria “doidivamente” – não sei se estou criando uma palavra, porque doidivas

existe, mas “doidivamente” não sei – recriando as teles. É duplamente um perigo. Implica retrocesso na economia e daria para fazer um aparelhamento com repercussões funestas para tudo o que temos neste País de bom, de produtivo e de promissor.

E o terceiro é uma denúncia muito séria do jornalista Etevaldo Siqueira, do **Estadão**, que diz que o Governo está apressando um megaprojeto de satélite que custará US\$1,5 bilhão. Seria um satélite geoestacionário, e o jornalista não entende por que há tanto urgência nisso, pois há mais de 50 satélites geoestacionários.

Portanto, peço a V. Ex^a que solicite a inserção nos Anais do Senado deste material, na íntegra, que lhe encaminho e que trata deste três itens: primeiro, o de praxe, corrupção; segundo, tentativa de reestatizar as teles; e terceiro, a denúncia de Etevaldo Dias, sobre algo que pode bem ser uma farra, o megaprojeto de satélite geoestacionário, orçado em US\$1,5 bilhão.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem ouviu ontem a Délis Ortiz, no noticiário da noite, ficou, no mínimo estarecido. Eu a ouvi e vi, a Nação inteira também viu e ouviu. Todos nós quase chegamos a duvidar que pudesse ser verdadeiro o que estava sendo veiculado. Pior é que é!

A cena brasileira ainda não se purificou, as CPIs prosseguem investigando e, de chofre, vem a dura frase, **dura frase, sed frase**:

O Presidente Lula jogou pesado para tentar eleger o novo Presidente da Câmara!

Tem mais coisa, mas basta esta frase, para mostrar que nem chá de camomila consegue segurar a destemperança presidencial.

Hoje cedo, tudo confirmado, repisado, em letras de forma nos jornais, tudo muito explicado ou, como diz o articulista Clóvis Rossi, na **Folha**: Cenas explícitas de despudor.

Quem diria, **oh tempora, oh mores!** Um Presidente da República explicitamente tentando corromper a Câmara dos Deputados, tentando comprar votos...

Não foi exatamente por causa disso que aí estão as três CPIs?

Ainda mais estarecido, li logo cedo os jornais diários. A Nação toda, também estarecida, leu as manchetes do dia.

Pego uma ao acaso:

Quarta-feira, 28 de Setembro de 2005

O Estado de S. Paulo

LULA PROMETE MAIS R\$ 1 BILHÃO E CARGOS PARA ELEGER ALDO

Presidente obtém apoio do PL para 1º turno e Ajuda do PTB no 2º, com promessa de devolver postos retirados por conta da crise.

O que se pode depreender de toda essa lama, quando tudo está tão explícito?

A história se repete e tudo é tramado e vem da tornearia ali do outro lado da Rua. Será que essa gente não aprende?

Pelo jeito, não. E ainda ontem, diante dos nossos judocas campeões mundiais, mais besteira, com a frase, como sempre grotesca, com que Lula se deixou revelar no mínimo desatento ou troglodita de caverna, a ponto de confundir tudo, diante dos judocas. Ele disse aos campeões que estaria pronto para entrar no tapume. Eu prefiro tatame. E imagino que seria difícil ao Lula se equilibrar num tapume. Só peço que ele não vá com o uniforme que vestia ontem.

Estou achando que o noticiário de hoje, como o de ontem, é mais do que explícito. Revela uma confissão do Presidente. Essa falta de pejo, por si só, já mereceria a atenção do Ministério Público. É confissão pública.

Enquanto o MP não vem, a voz do povo vem na frente.

E a Voz do Povo é a Voz de Deus.

Ainda ontem lembrei aqui de Vieira, o Padre Antonio Vieira, com seus ensinamentos sempre atuais.

Relembro-o rapidamente também nesta tarde, para dizer:

Quando um dirigente governamental deixa de lado as quatro letras com as quais se escreve a palavra Deus, ele também se distancia do Povo, outra palavra com quatro letras, e se distancia, por consequência, do País, igualmente de quatro letras.

A Voz do Povo é refratária à corrupção, hoje infelizmente uma rotina do outro lado da Rua. A Voz do Povo não tem **blog** nem outros desses meios de propagação eletrônica. Mas está de olho na tornearia!

Ontem, chegou ao meu Gabinete um e-mail de uma pessoa simples de Natal, de uma pessoa desblogada, mas que, por e-mail, me chamou a atenção para a reportagem da Delis Ortiz.

O e-mail é de Regina Castanheira, que mora nas Rocas, um bairro simples da classe média sofrida, que o Líder Agripino me disse ser um bairro bem represen-

tativo de comunidades brasileiras de quaisquer outros pontos do País.

O bairro das Rocas, explica o Senador José Agripino, é o lugar onde Nasceu a cidade do Natal, às margens do Rio Potengi.

Portanto, essa mensagem eu a converto para uma espécie de bloc, o Blog das Rocas, que traduz o sentimento sufocado e o desalento do povo.

Desalento hoje é o que não falta. Das Rocas ao Bagé do Rio Grande do Sul. Do Rio Grande ao Grande Rio. Do Paraná ao Amazonas.

Em todos esses pontos, houve, às vésperas de 2003, um princípio de esperança, que logo se desfez, com o esgarçamento da Administração Petista do Presidente Lula, que vai passar à história como o Governo do Quatriênio Perdido.

Faço um parênteses para ler a versão escrita de uma entrevista de áudio, com Lula condenando tudo o que, depois, veio, ele próprio, a instrumentar no Brasil.

**MÍLTON NEVES (comentarista esportivo,
que já foi da Rádio Jovem-Pan)
ENTREVISTA LULA, EM 1993**

M.N. – Meu negócio é futebol, meu negócio não é política. É a primeira vez que falo com você, lado a lado. Mas me diga uma coisa, uma curiosidade que tenho. Lula, Luiz Inácio Lula da Silva, você tem pena de Fernando Afonso Collor de Mello?

LULA – Tenho... não é que tenho pena. Como ser humano, acho que uma pessoa que teve a oportunidade que aquele cidadão teve de fazer alguma coisa de bem para o Brasil, um homem que tinha o respaldo da grande maioria do povo brasileiro, e ao invés de construir um governo construiu uma quadrilha como ele construiu, me dá pena, porque deve haver qualquer sintoma de debilidade no funcionamento do cérebro do Collor. Efetivamente, fico com pena, porque acho que o povo brasileiro esperava que essa pessoa pudesse pelo menos conduzir o País, senão a soluções definitivas, pelo menos a indícios de soluções para os graves problemas que nós vivemos. Lamentavelmente, a ganância, a vontade de roubar, a vontade de praticar corrupção, fez com que o Collor jogasse o sonho de milhões e milhões de brasileiros por terra. Mas de qualquer forma, eu acho que foi uma grande lição que o povo brasileiro aprendeu e eu espero que o povo brasileiro, em outras eleições, escolha pessoas que pelo menos eles conheçam o passado político.

O que houve? O feitiço virou contra o feiticeiro?
Prossigo com a Voz do Povo:

Que surjam outros blogs como o das Rocas. O povo quer se expressar. É a Voz do País e, portanto, a Voz de Deus.

Justificou: a todo instante, a nossa população é surpreendida com notícias repletas de pontos de interrogação.

Pego o **Estadão** de hoje e leio, logo no alto, manchetes de bilhões. Bilhões dos dois lados.

De um lado, à esquerda, a notícia do bilhão que vai virar mensalão nessa frenética corrida pela Presidência da Câmara.

Pelo menos é o que pensa o povo.

Do outro lado, à direita, outra farra do boi. R\$1 bilhão e meio, para um megaprojeto estatizante do Presidente Lula. Mega e secreto. E se é secreto, já estou providenciando um requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que o Governo, mesmo que seja em sessão secreta, venha, explicar o significado disso que, por ora, não sei se é um megaprojeto ou se é mais uma megalomaia do Governo Lula.

Desde logo, estou anexando a este pronunciamento a primeira página do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje e a página A-14, com a notícia do projeto que tem tudo de estatizante, inclusive a idéia de ressuscitar a Telebrás. Talvez visando aos cargos para petistas.

A revelação desse plano mirabolante é assinada pelo jornalista Ethevaldo Siqueira, um especialista nessa área. Pela credibilidade desse repórter, que o Brasil conhece e admira, as informações têm tudo para que sejam consideradas verdadeiras.

Comecei com Delis Ortiz. Terminei com Ethevaldo Siqueira. O conteúdo é o mesmo: a perplexidade dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

Quarta-feira, 28 de Setembro de 2005

**GOVERNO APRESSA MEGAPROJETO DE
SATÉLITES QUE CUSTARÁ US\$ 1,5 BI**

Pedido de informações enviado a fornecedores, a que o 'Estado' teve acesso, indica interesse em começar programa até o ano que vem

Ethevaldo Siqueira

Um projeto estatal maior que o Sistema de Vigilância da Amazônica (Sivam) – podendo custar ao

País mais de US\$ 1,5 bilhão – está em marcha acelerada. Os maiores fornecedores mundiais de tecnologia, equipamentos e sistemas de satélites geoestacionários receberam recentemente do governo brasileiro um documento 34 páginas, formalizando o pedido formal de informações (Request for Information, RFI) sobre o projeto do Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB). Com base no documento, a que o Estado teve acesso com exclusividade, conclui-se que o governo quer tornar irreversível o processo de implantação do projeto até 2006.

Embora o País já conte potencialmente com mais de 50 satélites geoestacionários autorizados a operar em seu território, o governo brasileiro, por intermédio do Comando da Aeronáutica, defende a necessidade de levar avante o megaprojeto que prevê o lançamento de três satélites – sendo o primeiro deles em 2009.

O documento distribuído aos potenciais fornecedores internacionais solicita informações e comentários que permitam o aprimoramento do projeto do SGB – denominado também Sistema de Satélites de Múltiplas Missões. Esses satélites darão apoio a vários setores governamentais em áreas e aplicações como gerenciamento de tráfego aéreo, meteorologia, aplicações estratégicas nacionais, defesa, segurança nacional e vigilância da Amazônia.

Além desses objetivos, o projeto prevê a construção de centros e redes com outros objetivos, como: centro de controle de tráfego aéreo, rede de sistema de navegação via satélite (GPS), rede terrestre de circuitos de comunicações, redes terrestres e terminais móveis para cada aplicação e, finalmente, a construção de infra-estrutura, incluindo telefonia, energia e ar condicionado.

TRÊS SATÉLITES

No projeto inicial, era previsto o lançamento de dois satélites geoestacionários, com custo orçado em US\$637 milhões apenas no segmento espacial. Esse investimento deveria ser ressarcido em cerca de cinco anos, com base na suposta economia no pagamento dos serviços telefônicos e outros serviços de telecomunicações pela União.

Na fase atual, o projeto prevê o lançamento de três satélites, elevando o investimento no segmento espacial – incluindo satélites e foguetes lançadores -, que poderá chegar próximo de US\$1 bilhão. A esse montante, deve ser adicionado o investimento na infra-estrutura terrestre, que envolve centros de controle e estações terrestres, elevando o custo total do projeto a mais de US\$1,5 bilhão.

Segundo especialistas que trabalham no projeto, o satélite geoestacionário atenderá às necessidades dos serviços de tráfego aéreo, “com base em acordos internacionais e aplicações tecnológicas existentes” – além de ser utilizado em comunicações para fins de segurança nacional e defesa civil, entre outras. O satélite poderá operar em conjunto com dispositivos como sensores meteorológicos.

Os dois primeiros satélites deverão dispor de bandas de frequência C (largamente utilizadas para TV e telefonia), banda L (comunicação móvel) e banda X (comunicações militares). O terceiro satélite deverá contar com transponderes em banda Ku (para altas frequências, de 14 e 12 GHz), competindo diretamente com os satélites comerciais privados, além de sistemas produtores de imagens meteorológicas de redundância do satélite americano GOES.

Nos estudos de viabilidade econômica, foram considerados praticamente todos os gastos com telefonia e outras formas de telecomunicações das repartições públicas federais, Forças Armadas, de empresas estatais, governos estaduais e municipais. Esses serviços, hoje providos por empresas privadas de telecomunicações, deverão ser atendidos pelo SGB, em áreas como as de comunicações aeronáuticas, coleta e difusão de informações meteorológicas, comunicações militares e de segurança nacional.

O programa SGB faz parte do Programa Nacional de Atividades Espaciais, aprovado pela Agência Espacial Brasileira (AEB). A Atech Tecnologias Críticas – integrada por militares reformados – foi a empresa responsável pelo projeto de viabilidade do SGB, conforme contrato com a Aeronáutica. Seu presidente é Tarcísio Takashi Muta. A Atech trabalha agora na especificação, em parceria com a Fundação Casimiro Montenegro, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA).

INTERCÂMBIO

Além da prestação de serviços para a área estatal, os autores do projeto apresentam as vantagens e objetivos que, em sua opinião, justificariam o investimento. Essas vantagens se resumem ao desenvolvimento de competência brasileira em pelo menos três áreas estratégicas: tecnologia espacial, telecomunicações e meteorologia.

Um dos pontos de apoio tecnológico é a experiência da Atech, cuja competência não é posta em dúvida por ninguém nas áreas especializadas. A empresa, com 500 funcionários, é responsável pelo

desenvolvimento de sistemas que controlam 90% do espaço aéreo brasileiro.

Por seu trabalho em projetos estratégicos como o do Sivam, a Atech deverá ter papel relevante na absorção de tecnologia, tanto na área de satélites, de infra-estrutura de comunicações terrestres e foguetes lançadores. Nesse intercâmbio com os fornecedores e organismos internacionais, argumentam os defensores do projeto, “o Brasil deverá absorver conhecimento e competência em projetos de telecomunicações espaciais”, beneficiando instituições como o CTA, a Base de Lançamentos de Alcântara, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a própria Atech.

É claro que os maiores argumentos em favor do SGB dizem respeito à soberania do Brasil e a questões estratégicas e de segurança, já que, na visão dos líderes do projeto, “o País precisa reduzir seu grau de dependência de tecnologias importadas, em especial numa era em que a tecnologia da informação e do conhecimento desempenha papel crucial e decisivo”.

Quarta-feira, 28 de Setembro de 2005

TELEBRÁS PODERIA SER RESSUSCITADA PELO PLANALTO

O projeto do Satélite Geostacionário Brasileiro (SGB) suscita reações contraditórias entre os especialistas. No governo, ninguém quer falar sobre alguns pontos mais delicados do projeto, como o da operação do sistema. Esse é o grande mistério.

Para tanto, o Brasil teria que criar uma empresa estatal com perfil bastante complexo e diversificado, não apenas para cuidar das telecomunicações civis, comunicações militares e aeronáuticas e vigilância da Amazônia, além de atividades de meteorologia e atividades científicas.

Em fins de 2003, surgiu o plano de ressuscitar a Telebrás, com apoio entusiástico do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, de políticos da base de sustentação do governo Lula, de sindicalistas e de todos os que combateram a privatização das telecomunicações no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Outra questão difícil é justificar investimentos superiores a US\$1,5 bilhão diante da oferta e da disponibilidade cada dia maiores de serviços de telecomunicações e de satélites privados – brasileiros e internacionais.

Na verdade, o País já atende plenamente à demanda de telecomunicações das áreas governamentais.

No tocante às áreas militares e de segurança nacional, o País tem contado, até aqui, com a banda X dos satélites da Embratel, hoje operados por sua subsidiária, *Star One*.

Até recentemente, o SGB contava com o apoio ostensivo do ex-ministro José Dirceu, especialmente quanto à reativação da Telebrás.

Embora sem patrimônio, a antiga estatal das telecomunicações não foi extinta, permanecendo como uma mera personalidade jurídica nas gavetas de Brasília.

Clóvis Rossi

CENAS EXPLÍCITAS DE DESPUDOR

SÃO PAULO – Talvez se possa dizer da grande maioria da atual Câmara dos Deputados o que se dizia dos Bourbon: não esquecem, mas não aprendem.

Todos dizem estar conscientes de que o Parlamento vive seu pior momento em termos de credibilidade. E a repulsa do eleitor é totalmente justificada, depois do mensalão e do mensalinho.

Não obstante, os nobres representantes do povo insistem em repetir as piores condutas e em orgulhar-se dos seus piores momentos. Um dos candidatos à presidência da Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI), faz até elogios a Severino Cavalcanti, esquecendo-se de que ele acaba de renunciar para não ser cassado por falta de decoro. Quem tem um ídolo como esse já está confessando quem é.

Nem por isso deixa de ter chances de eleger-se e tornar-se, assim, segundo na linha de sucessão.

Como se fosse pouco, há a terrível ameaça de juntarem-se três partidos apanhados em cenas explícitas de falta de decoro para ver se conseguem a presidência.

Refiro-me a PTB, o já indigitado PP e PL. Vejamos a ficha desses partidos: o PTB é o partido que Roberto Jefferson presidia. Cassado por falta de decoro. Quem elege para chefia-lo um cidadão com esses predicados boa coisa não pode ser.

O PP é o partido não só de Severino, mas também de Paulo Maluf, ora preso, e de Pedro Henry, de José Janene e de Pedro Corrêa, os três últimos figuras maiúsculas no escândalo do mensalão, mas nem por isso menos dirigentes do PP.

O PL é o partido ainda presidido por Valdemar Costa Neto, outro que fugiu do mandato para não ser cassado, para não mencionar outros deputados igualmente na fila de espera para cassação.

A decência básica exigia que tais partidos buscassem algum recato. Nada: exibem-se impudicamente, coerentes de resto com o passado.

Pena que há poucas chances de terem a mesma sorte dos Bourbon.

Quarta-feira, 28 de Setembro de 2005

LULA PROMETE MAIS R\$1 BILHÃO E CARGOS PARA ELEGER ALDO

Presidente obtém apoio do PL para 1º turno e ajuda do PTB no 2.º, com promessa de devolver postos retirados por conta da crise

João Domingos

Colaborou: Tânia Monteiro

O governo pôs ontem à disposição do candidato do Palácio do Planalto à presidência da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), toda a artilharia pesada de que dispõe. Para vencer a eleição, que começa às 10 horas de hoje, prometeu liberar R\$1 bilhão para o Ministério dos Transportes – depois de ameaçar tomar a pasta do PL – e anunciou ao PTB que devolverá postos importantes retirados depois da crise gerada pelas denúncias de Roberto Jefferson (PTB-RJ). Com isso, ganhou o apoio do PL, já no primeiro turno da disputa, em negociação direta com o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, e garantiu a ajuda do PTB no segundo.

“Estou pronto para a briga”, avisou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao receber ontem um quimono de presente, no Planalto. A afirmação, diante de um grupo de judocas que ganhou medalha de ouro no campeonato mundial realizado há duas semanas no Cairo, Egito, foi interpretada como referência à eleição que definirá o sucessor do ex-deputado Severino Cavalcanti (PP-PE).

Depois de se referir à briga, Lula arrancou gargalhadas dos atletas trocando as palavras “tatame” por “tapume”: “Estou pronto para entrar no tapume.”

Para garantir a ida de Aldo para o segundo turno, o Planalto mandou cinco ministros para o Congresso. Deram expediente os titulares da Saúde, Saraiva Felipe, das Comunicações, Hélio Costa, do Turismo, Walfrido Mares Guia, do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência, Nelson Machado.

Um presidente da Câmara aliado ao governo representa a certeza de que medidas provisórias não serão devolvidas e projetos de interesse do Planalto vão ser incluídos na ordem do dia. Além disso, pode assegurar maior controle sobre relatores de comissões e sobre CPIs.

Correu ontem a informação de que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, telefonaria a Michel Temer (SP), candidato do PMDB, para lhe oferecer uma vaga na Corte em troca da sua desistência. Temer ironizou: disse que já tem um aluno no STF, o ministro Ayres Brito.

PROPINA

A sucessão de Severino – que renunciou na semana passada, depois de ser acusado de cobrar propina do empresário Sebastião Buani – é a mais disputada eleição da história da Câmara. Também a primeira por causa da desistência do titular.

Concorrem 10 candidatos: Alceu Collares (PDT-RS), Aldo Rebelo, Ciro Nogueira (PP-PI), Francisco Dornelles (PP-RJ), Jair Bolsonaro (PP-RJ), João Caldas (PL-AL), José Thomaz Nonô (PFL-AL), Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP), Temer e Vanderlei Assis (PP-SP).

Destes, teriam chances de ir para o segundo turno apenas Aldo, Nonô e Nogueira. Este último é o candidato de Severino, que passou o dia ao telefone, pedindo votos para seu pupilo. Nogueira pode surpreender, agregando os votos do baixo clero.

“Dessa vez o governo não está cometendo os erros da eleição passada. Não tenho dúvidas de que o candidato Aldo Rebelo já está no segundo turno”, comentou o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), um ferrenho adversário do Palácio do Planalto.

Para a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), ao pressionar PL, PP e PTB, o governo do presidente Lula “reeditou a coligação do mensalão”.

ARTICULANDO: Um dos principais acusados do caso do mensalão, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto (PL-SP), que renunciou ao mandato em agosto, participou diretamente das negociações pelo apoio de seu partido ao deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). Valdemar foi ao Palácio do Planalto com o líder do PL na Câmara, Sandro Mabel (GO). Os dois foram recebidos pelo ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner.

O PL diz que perdeu espaço com a saída do vice-presidente José Alencar – que deve ingressar no PMDB mas continua no Ministério da Defesa. A dupla citou, como opções, os Ministérios da Educação ou da Previdência.

Enquanto Costa Neto e Mabel pediam mais espaço no primeiro escalão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentava resolver outra pendência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, também do PL: a liberação de recursos para estradas federais que estão em condições precárias. O ministro tentou minimizar a negociação afirmando que há cerca de 15 dias falara com Lula sobre a liberação de pelo menos R\$680 milhões.

“São obras já iniciadas e importantes”, disse o ministro que se reuniu no início da noite com Aldo Rebelo depois de participar do ato de apoio ao candida-

to do governo. Segundo ele, na sua conversa de hoje, Lula quis saber como PL se comportaria na eleição da Câmara. “O bom senso prevaleceu, mas isso não tem relação com a liberação dos recursos pois não sei quando e quanto vai sair”, completou. “Se puser o nosso ministério para funcionar já é um avanço”, completou Mabel, acrescentando que as negociações com Aldo começaram no fim de semana.

Estou cada vez mais convencido da minha inocência’, diz Dirceu

Em novo depoimento no Conselho de Ética, ex-ministro afirma que não pode ser responsabilizado por erros cometidos pelo PT

PT TROCOU MILITÂNCIA POR PODER A QUALQUER CUSTO, DIZ VALENTE

São Paulo – “O PT tinha condições de mudar a lógica da governabilidade e não fez”, disse o deputado federal Ivan Valente, 59 anos, em entrevista ao *Programa do Jô*. Valente criticou o PT, partido que ajudou a fundar há 25 anos, dizendo que a legenda deixou a militância petista para chegar ao governo a qualquer custo.

Valente lembrou que, além de obter 52 milhões de votos, Lula, quando venceu as eleições de 2002, tinha apoio popular de 92%. Esse respaldo, na opinião do parlamentar, dava credibilidade a Lula para promover as mudanças que o partido “incendiou no imaginário popular”.

No lugar disso, lembra Valente, o PT optou pela política da continuidade, “além dos mensalões, mensalinhos e do hipermensalão, que é o pagamento dos juros da dívida pública brasileira”. Valente é mais um petista histórico que deixou a legenda. Ele ingressará no PSOL, partido formado por ex-membros do PT que, assim como ele, pertenciam à ala considerada radical da legenda.

Adriana Cardoso

PL QUER EDUCAÇÃO OU PREVIDÊNCIA POR APOIO A RABELO

Brasília – Um dos principais acusados do caso do mensalão participou diretamente das negociações que garantiram o apoio do PL à candidatura do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que renunciou ao mandato de deputado para evitar a cassação, esteve no Palácio do Planalto na companhia do líder do partido na Câmara, Sandro Mabel (GO). Os dois conversaram com o ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner. A dupla citou especificamente os Ministérios da Educação ou da Previdência como opções desejadas pelo PL.

Os dirigentes do PL argumentam que perderam espaço com a desfiliação do vice-presidente José

Alencar, que deve ingressar no PMDB mas continua no comando do Ministério da Defesa.

Enquanto Costa Neto e Mabel pediam mais espaço no primeiro escalão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentava resolver outra pendência com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, também do PL: a liberação de recursos para estradas federais que estão em condições precárias.

O ministro tentou minimizar a negociação afirmando que há cerca de 15 dias falara com Lula sobre a liberação de pelo menos R\$680 milhões. “São obras já iniciadas e importantes”, disse o ministro que se reuniu no início da noite com Aldo Rebelo depois de participar do ato de apoio ao candidato do governo.

Segundo ele, na sua conversa de hoje, Lula quis saber como PL se comportaria na eleição da Câmara. “O bom senso prevaleceu, mas isso não tem relação com a liberação dos recursos pois não sei quando e quanto vai sair”, completou. “Se puser o nosso ministério para funcionar já é um avanço”, completou Mabel, acrescentando que as negociações com Aldo começaram no fim de semana.

Cida Fontes

Quarta-feira, 28 de Setembro de 2005

PP PAGOU VIAGEM DE JOBIM PARA SÃO PAULO

Ministro do STF não quis comentar se considerava ético aceitar convite do partido

Diego Escosteguy, Marcelo de Moraes e Mariângela Gallucci

Autoridade máxima do Poder Judiciário no País, o ministro Nelson Jobim viajou de Brasília a São Paulo e ficou hospedado num hotel 5 estrelas a convite do Partido Progressista (PP), pouco antes de ser empossado como presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), em maio do ano passado. Bancado pela sigla cujos dirigentes acumulam vários inquéritos no STF, Jobim foi à capital paulista participar de um seminário sobre economia, promovido pela legenda.

As despesas com a viagem de Jobim estão registradas em faturas do PP obtidas pelo Estado. Elas foram confirmadas tanto pelo presidente do STF quanto pela presidência do partido.

Além dos processos que já corriam à época do seminário, a mais alta Corte do País é crucial para o destino dos dirigentes do PP no caso do mensalão. Os quatro deputados do partido que estão na fila de cassação da Câmara – Pedro Corrêa (PE), José Janene (PR), Pedro Henry (MT) e Vadão Gomes (SP) – jogam seu futuro político nas decisões do STF.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, e, em seguida, pela Liderança, ao Senador Efraim Morais.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, terminou em empate o primeiro turno na Câmara dos Deputados. Vamos ver a expectativa do segundo turno.

Na verdade, eu imaginava que essa eleição na Câmara dos Deputados fosse o primeiro gesto do Governo Lula demonstrando uma nova maneira de agir, demonstrando uma fórmula de buscar maioria com entendimento, com diálogo. Aliás, a convicção que se tinha no início é que haveria um candidato único, um candidato do entendimento, que poderia até ser do PT, e vários nomes, como o de Sigmaringa Seixas, foram levantados. Lamentavelmente, ocorreu como ocorreu. Os candidatos do PTB, do PP foram chamados ao Palácio e o Governo jogou, inclusive com as emendas.

No meio de três CPI's e uma Comissão de Ética funcionando, o Governo vem e abre novamente o caderno das emendas, oferecendo-o a quem quer se vender.

Ora, Sr. Presidente, não consigo entender por que o Presidente já está dando a demonstração de como vai terminar o seu Governo. Na Executiva Nacional, na hora da escolha do Sr. Tarso Genro, que queria fazer uma eleição pela qual se refundasse o PT, desse nova forma ao PT, em que o PT passaria a buscar cumprir os seus compromissos, refazer as suas idéias, deixaram o coitado do meu amigo Tarso falando sozinho. E o mesmo grupo se manteve e está no poder.

Agora, na eleição da Câmara, estamos às vésperas da sexta-feira, quando se encerra o prazo de votação da emenda que votamos aqui por unanimidade e que está lá na Câmara para ser decidida, que é o mínimo necessário para que possamos ir para a eleição com um mínimo de dignidade no ano que vem. Nenhuma palavra. Passará o dia 30 e não votaremos absolutamente nada no que tange a dar uma expectativa de esperança, a termos um pleito um pouco mais sério no ano que vem. Vamos ter que aprovar, provavelmente, a emenda do Senador Tasso Jereissati empurrando para o fim do ano a possibilidade de emendar a reforma eleitoral, porque cumprir os prazos já não se pode.

Juro que não posso entender como o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e os Líderes da Câmara e do Senado não chegam a um entendimento em uma matéria como essa. Não consigo entender como se pode, na Câmara e no Senado, ver o tempo passar. As Comissões Parlamentares de Inquérito a cada dia trazem um escândalo novo e partiremos para

eleição no ano que vem sem as mínimas, das mínimas, reformas necessárias para darmos uma chance de um pleito com um mínimo de seriedade.

O projeto do Senador Jorge Bornhausen é infinitamente menor do que imaginávamos, mas é alguma coisa, é o que era possível a esta Casa. E o Senado Federal aprovou, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde muitos abriram mão, como eu, por exemplo, que sou favorável a uma série de propostas, inclusive de minha autoria, que foram votadas nesta Casa, por unanimidade, e estão na gaveta da Câmara dos Deputados. Concordamos em recuar para votar uma medida de emergência para as eleições no ano que vem.

E há uma coisa impressionante em relação à eleição na Câmara dos Deputados: o primeiro turno terminou às 17 horas. Oradores falaram e falaram para empurrar, tencionando, exatamente, terminar o primeiro turno às 17 horas e 15 minutos para sobrar pouco tempo. Assim, o Presidente não chamaria ao Palácio para comprar os que ficaram em terceiro e quarto lugar, para, depois, decidir entre o primeiro e o segundo lugar. E isso é contado com naturalidade... A imprensa está publicando isso com a maior naturalidade. O esquema da Oposição foi falar bastante, falar bastante tempo, empurrar o pleito, para que, em vez de terminar às 16 horas, terminasse às 17 horas e 30 minutos. E, assim, sobrou pouco tempo... Está o Governo, correndo, agora, no Palácio (do outro lado), chamando os Líderes para ver o que é que dá para fazer. Para ver os votos do Fleury, para ver os votos do cidadão do Maranhão, que ficou em terceiro lugar, e para ver o PMDB e o que acontece, depois da competente e genial intervenção do nosso querido Presidente Renan que deu uma demonstração, realmente, de estadista, saindo aqui do Senado, entrando lá na Câmara, pegando o seu Partido e fazendo a jogada que, realmente, é a jogada mais mirabolante que eu vi ao longo da minha vida. O que é, sinceramente, não sei.

Mas no meio disso tudo, Sr. Presidente, o Governo joga do mesmo jeito. O que me impressiona é que não houve uma alteração, não houve uma vírgula, não houve uma modificação do Governo no sentido de dizer: agora vai ser assim! O mínimo necessário na reforma eleitoral: zero! Se depender do Governo, não sai nada, fica tudo igual!

Que se dê uma chance de ética, de moral ao permitir que a Câmara se recupere, se regenere! Que tenha a chance de aparecer com dignidade perante a sociedade! Zero. Chamou o Fleury, chamou o outro candidato, ofereceram céu, terra, ofereceram ministério, ofereceram 500 milhões de verba para repetir o que aconteceu na eleição anterior.

Este Governo merece o Severino e o Severino é demais pra ele! O Severino está acima da média que o Governo merece!

Depois de amanhã, sexta-feira 30, é o último dia em que poderemos aprovar a emenda da reforma eleitoral e não há uma movimentação, não há uma palavra. Os Presidentes da Câmara e do Senado não reúnem os Líderes. Não há nenhuma movimentação. E a coisa mais singela é votarmos aquela emenda do Senador Jorge Bornhausen, aprová-la e levá-la ao Presidente para sancionar. É isso que tem que ser feito. Não tem o que pensar. Aquela emenda que votamos, é claro que é infinitamente menor do que se quer, mas é o máximo que se pode nessa altura dos acontecimentos. E vai passar, vai chegar o dia 30 e ninguém vai fazer nada. E ninguém vai fazer nada!

Imaginar que vamos para um pleito no ano que vem sem mudar, sem alterar nada. Mas o Governo está conseguindo algo importante, meus amigos: botou na cadeia o Maluf, vinte anos depois, quando o Maluf já devia estar saindo. Teria cumprido vinte anos de cadeia e devia estar sendo solto. Quando ele devia estar sendo solto, depois de cumprir os vinte anos de cadeia, ele está preso!

Agora, vai dividir as manchetes com os juízes de futebol. Um dia, vai ser o Lula; outro dia, vai ser o juiz que apitou o jogo do Corinthians contra o São Paulo. Então, o Governo não vai ocupar as manchetes todas sobre corrupção.

No Jornal Nacional de segunda-feira, 80% das manchetes foram sobre futebol. E o Governo respirou tranqüilo: “Foi bom! Deixaram-nos de lado”.

As manchetes de hoje falam da disputa à Presidência da Câmara. As manchetes de sexta-feira serão: “Esgotou-se o prazo e não se votou nada com relação à reforma eleitoral”.

Sr. Presidente, sinceramente, o que me preocupa agora é que não estamos mais assistindo ao Presidente Lula, ao Governo Lula e às denúncias de corrupção. Estamos agora assistindo ao que é a segunda fase do Governo Lula, com as transformações, depois de tudo que aconteceu. E as transformações são zero. Não há um mea-culpa; não há um gesto de demonstração de altivez. Não se chamam os Líderes da Câmara e do Senado para, em uma reunião, ver quem vai ser o novo Presidente da Câmara. Não há um gesto de chamar o Presidente do Supremo, da Câmara, do Senado e as Lideranças para discutir como fazer as reformas para a eleição do próximo ano. Não há um gesto, não há uma ação, não há uma movimentação. Pelo contrário, chama-se o Dr. Fleury, chama-se um outro candidato a Presidente, promete-se um Ministério para um, lança-se o Presidente do PMDB com um longo e veemente

apelo para ele ser candidato a Presidente. Ele aceita e, quando aceita, deixam-no pendurado no ar, mudando o candidato do Governo, e os que estavam apaixonados pela candidatura do PMDB apóiam o outro.

O que o Governo quer, Presidente? Qual é a idéia do Governo? Qual é o simbolismo do Governo? Eu não sei. Sinceramente não sei.

Confesso que ocupei esta tribuna para elogiar o Sr. Tarso Genro, porque, quando ele teve coragem de renunciar a um Ministério em que se havia muito bem, o Ministério da Educação, e assumir a responsabilidade de pegar um “tijolo quente” na mão, que era a Presidência do PT, para recompor o PT, para reconstruir o PT, eu achei que era um momento histórico, importante e significativo.

E eu dizia: “O PT pode voltar por cima. Pode voltar por cima abrindo uma brecha naquilo que de mal e ridículo foi feito, recompondo-se, ainda que perdendo alguns ou até muitos, com a essência da beleza que foi a sua pregação, a sua vida e biografia”.

O PT está aí, com a mesma gente. Duvido que vença o Raul Pont, embora a nossa querida Senadora do Pará tenha certeza de que ele irá vencer. Queira Deus que ele ganhe! Acho difícil.

Mas não sei, quando olho de longe, com o carinho que eu tinha, alguns nomes saírem do PT – e, mesmo estando no PT, para mim, eram biografias de honra e dignidade. Quando vejo aquele professor, que foi Deputado Constituinte e que teve a humildade de se candidatar apenas para caracterizar o seu gesto, quando vejo ele sair e seguir outro rumo, eu não sei.

A nossa querida Senadora Heloísa Helena vai receber um contingente realmente de primeira grandeza; vai receber pessoas que têm história, que têm biografia e que, pelo gesto da escolha, percebemos que não fizeram a opção eleitoral do que pode ser melhor para eles. Não foi uma escolha, uma opção pessoal em nível de melhoria eleitoral na campanha, nem de vantagem de ordem pessoal. Foi um gesto de grandeza.

Realmente, como dizia meu amigo Eduardo Suplicy, que sofria com a saída dos seus companheiros e que dizia que hoje era um dia de luto para o PT, porque era o que havia de melhor dentro do PT, creio que sim. E essa gente sai sem uma lágrima, sem uma palavra de lamento. Parece que saem até com as pessoas dizendo: “Já vão tarde!”

Parece que essas pessoas, como a Senadora Heloísa Helena, ao querer lembrar, cobrar os princípios, a tradição, a biografia, a história, o programa, a luta, tornavam-se irritantes, um disco velho que não parava. Não entendiam que o mundo tinha crescido, tinha mudado.

Quando vejo grandes Líderes do PT argumentando: “A Senadora Heloisa não entende”... Eu assisti a um programa de televisão em que se dizia isto: “O que o senhor acha da Senadora Heloísa?” E respondia: “Ela não entende. Ela parou no tempo. Lamentavelmente, ela não entende que o PT está no Governo. Ela não entendeu que o Partido no Governo é outra coisa. O Partido no Governo tem que fazer aquilo que dá para fazer. Os sonhos, as ilusões, as promessas, a gente faz quando está na oposição; chegando ao Governo, a gente faz o que é possível e não o que a gente quer. Eu não digo que se renuncie ao sonho” – diz ele –, “mas que se renuncie à execução do sonho, porque isso é impossível”.

Então, quem acha que essas pessoas fazem bem em sair, porque aliviam as pressões internas... Sobra quem? Sobra quem para fazer o quê?

Olha, o PT não calcula o mal que está fazendo. O Lula não tinha o direito de fazer isso que está fazendo conosco, porque, na História do Brasil, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha se alimentava a esperança de coisas maravilhosas, e o Lula e o PT, com a sua vitória, foi quando o Brasil sonhou mais alto. Foi quando a sociedade, a gente simples, esses jovens universitários, os trabalhadores, essa gente pura das várias Igrejas, que têm sentimento e fé, jogaram mais alto. Essa gente acreditou que tinha chegado a vez deles.

Eu não nego que acreditei. Nos meus quase cem anos de vida, em que passei por todas as experiências, por todas as desilusões, fracassos e erros, vi um quadro fantástico, um deus, um herói, que, sete meses depois, fez uma renúncia ridícula e estúpida. Collor, um guri que vinha levantando o povo, sonhando com ideais, logo depois deu no que deu. Depois, a fatalidade com o Dr. Tancredo na hora de assumir. No entanto, com o Lula parecia diferente, porque o PT era diferente, naquele seu exagero de cobrar ao máximo a dignidade, a seriedade, a correção.

Fui Governador quando o PT, pela primeira vez, fez quatro Deputados estaduais no Rio Grande do Sul. Aquela gente cobrava, aqueles Deputados agiam, como eles funcionavam! Eles iam aos mínimos detalhes! Às seis horas da manhã estavam lá para ver se a coisa acontecia ou não.

Eu achava aquilo bonito, eu achava lindo e dizia à minha gente do PMDB, que ficava brava, que queria brigar, que eles deveriam ficar com inveja, porque aquela gente ainda tinha sonho, tinha vontade, tinha garra, tinha capacidade de fazer. Eu dizia: “Eles vão longe”.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe concederei um aparte.

E realmente foram longe; foram longe semeando essa esperança. Olha, que o Lula perdeu uma, duas, três, quatro vezes e, no entanto, se manteve. E se manteve sem se dobrar. Ele chegou à Presidência da República sem precisar se vender. Ele não precisou dos banqueiros, ele não precisou dos militares, ele não precisou de ninguém. Ele chegou com a sua gente, com o seu povo. Chegou lá, e parece que agora é outro! Parece que clonaram o Presidente!

Onde está o nosso Lula? Onde o colocaram? O que fizeram do Lula? Que cientistas diabólicos são esses que transformaram o nosso Lula nesse “Lula paz e amor” que está aí!

Isso não pode ser só fruto do Duda Mendonça. Deve haver mais gente por trás.

Observamos, no PT, mesmo os que estão calados, o sofrimento dos militantes.

Eu digo, com todo o carinho, à minha irmã, à minha filha, à Senadora Heloísa Helena: que bom o seu ideal!

Com Teotônio também foi assim. Ele era sonhador, mas conseguiu menos que V. Ex^a, porque não conseguiu fundar um partido. Ficou no MDB e morreu sem ver o MDB ser um pouco daquilo que ele achava que devia ser.

Que o Sol possa nascer e possa crescer! Mas é muito cedo para imaginar que Sol, Lua, Mercúrio, Marte...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu estava amargurado desde de manhã cedo. Tentei combinar com o meu Partido: “Vamos falar com o Presidente do Senado para não fazer esse esquema, vamos promover um entendimento dentro do nosso Partido.”

Se é para retirar a candidatura, retira-se a candidatura; se é para apoiar, apóia-se, mas não se deve fazer uma coisa dessa natureza! O Presidente do Partido, de um lado; o Presidente do Senado, do outro, numa atitude insólita que nos deixa mal perante a sociedade.

O Presidente vai até o fim. A sessão não vai começar às 18h. Podem escrever, porque, até às 18h, eles ainda estarão no Palácio, negociando. E, enquanto não terminarem as negociações, a sessão que dará início à votação não será aberta.

Não sei, mas acho que, quando a gente quer, a gente pode.

Vejo os Líderes, aqui, com muito respeito, mas me parecem um pouco acomodados. Parece-me que o Líder do PT está naquela de “o que se conseguir

aprovar, aprova-se; o que não se conseguir, deixa para depois”. O Líder do PSDB e o Líder do PFL são brilhantes: fazem as denúncias, mas ficam nas denúncias. Ninguém pensa em uma medida, por menor que seja, de ordem prática, no sentido de “vamos fazer alguma coisa, vamos fazer a nossa parte para equacionar o problema”.

Outro ponto: houve Presidência na Câmara mais ridícula do que a do Severino? A do Severino, pelo menos, alimentou a expectativa de alguém.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, o tempo de V. Ex^a está prorrogado por mais dois minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a sempre me emociona com essa generosidade, Sr. Presidente! Muito obrigado!

Sexta-feira encerra o prazo da reforma eleitoral, e ninguém diz nada, ninguém fala nada, ninguém toma providência, ninguém diz coisa nenhuma! É sexta-feira, depois de amanhã!

Se o nosso querido Presidente do Senado tivesse deixado um pouco de lado a eleição da Câmara e se tivesse cuidado um pouco mais da reforma eleitoral, da nossa emenda, teria agido melhor.

Por isso, agradecendo a tolerância, creio que o Presidente do Senado – seja quem for que ganhe a Presidência da Câmara hoje – deve reunir-se, hoje, com S. Ex^a, chamar as Lideranças e decidir sobre o que vamos fazer em relação à reforma eleitoral. Creio que, se se fizer isso, se se sentar à mesa, se se reunir as Lideranças, haverá condições de, até sexta-feira, a Câmara dos Deputados votar a emenda já aprovada no Senado para podermos dizer: “Vai ser diferente. A eleição, daqui a dois anos, vai ser diferente.” Por quê? Porque votamos medidas realmente moralizadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. PMDB – MS) – Concedo a palavra, como Líder da Minoria, ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fica bem claro! Depois da palavra do professor, do mestre Pedro Simon, para qualquer orador fica difícil expor as suas posições, principalmente quando se pretende seguir o mesmo rumo e o mesmo pensamento de S. Ex^a.

Porém, Sr. Presidente, quero fazer dois registros: primeiro, sobre o aniversário de 50 anos da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares. Hoje, esse segmento de empresários representa 60 sindicatos a ele agregados, gerando oito milhões de empregos no País.

No dia de hoje, aqui, na Capital Federal, vamos comemorar, com todos os sindicatos, essa data. Haverá uma festa, à noite, para mostrar a evolução, para mostrar o quanto esse ramo de empresários tem melhorado a qualidade do seu trabalho em relação à mão-de-obra, oferecendo melhores produtos aos consumidores.

Em nome desse grupo, convido todos para, hoje à noite, no Espaço da Corte, comemorarmos esses cinquenta anos de luta, de trabalho e de avanço nesse ramo empresarial.

Sr. Presidente, tenho acompanhado, desde ontem, o movimento e a manifestação dos Prefeitos brasileiros no Congresso Nacional à procura de entendimentos, de conversas e de audiências com o Executivo. E o que querem os Srs. Prefeitos? O que desejam os Srs. Prefeitos?

Entre os pontos que foram definidos como urgentes urgentíssimos, na pauta das reivindicações, os Prefeitos destacam dois itens previstos na reforma tributária: o primeiro é o aumento de 22,5% para 23,5% do FPM, aquele famoso 1%; o segundo é a negociação dos precatórios judiciais a serem pagos pelos Municípios.

Pois bem, Sr. Presidente, em discursos em auditórios desta Casa e na mídia nacional, ouvi membros do Governo e Líderes do Governo e de Partidos aliados dizerem que o Governo está de portas abertas. Recebe uma representação dos manifestantes, concede audiência – aquela que já conhecemos, com muitas fotografias, a imprensa presente, o cafezinho quente e a água gelada – e pára por aí mesmo. Solução, que é bom, nada, porque o 1%, que se encontra na Câmara dos Deputados, até agora não foi votado, porque Sua Excelência, o Presidente da República, não deseja levar mais recursos para os Municípios, tirando-os do seu bolo, porque a Oposição votou, nesta Casa, e o Governo sabia que perderia nesta Casa se não tivesse votado. E lá se encontra a reforma tributária parada.

A fim de se dar solução para as Prefeituras e para os Municípios brasileiros, aquilo que equivale, pelo menos, aos recursos suficientes para que os funcionários públicos municipais tivessem direito a receber o seu 13º salário seria liberado no dia 10 de dezembro, mas Sua Excelência, o todo poderoso imperador Luiz Inácio Lula da Silva, não deseja que o dinheiro saia de Brasília para os Municípios, esquecendo-se de que, no Município, mora o cidadão e de que esse dinheiro

é destinado, principalmente, ao pagamento do 13º salário do funcionalismo municipal.

Por que o PT e o Presidente Lula tão rapidamente, com tanta pressa, com tanto ódio, separaram-se do funcionalismo público? Primeiramente, distanciaram-se do funcionalismo federal, quando tentaram desmoralizá-lo perante a sociedade brasileira, concedendo-lhe um aumento de 0,01%; depois, fizeram-no em relação ao funcionalismo estadual, pois, ao prejudicarem o FPM, atingiram o Fundo de Participação do Estado, o FPE. Mas se separarem do funcionário municipal, acabando com o FPM, negando o reajuste que faz justiça aos Municípios?!

Pois bem, ouvi, de Líderes de Partidos aliados, que o Governo é insensível com os Prefeitos. O interessante é que, na hora de votar, os Parlamentares da base aliada são insensíveis com os Prefeitos, com os Municípios e com os funcionários. Quem vota não é o Presidente Lula, não! Quem vota são os Deputados e Senadores! Mas, nessa hora, preferem o mensalão ao voto pelo direito dos Municípios e dos cidadãos que neles moram.

O que dizer desse segundo item? Desse, falo com mais autoridade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando cheguei a esta Casa, vindo pelo voto livre e independente dos meus conterrâneos paraibanos, o primeiro projeto, a primeira PEC que apresentei foi sobre a negociação dos precatórios está nos Anais. Recebi, de todas as tendências da sociedade brasileira, o apoio a essa emenda, exatamente como está lá na reforma tributária. Consegui aprová-la na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e ela veio a este plenário, onde foi emendada por Senadores da base do Governo. A matéria voltou para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e lá “sentaram em cima”. O que fizeram? Em vez de ser votada a PEC, que já seria aprovada aqui, ela foi para a reforma tributária, que, como se sabe, o Governo tem facilidade de manipular. Conseqüentemente, ela não foi votada. E não era somente para as Prefeituras, mas também para a União e para os Estados: 2% da receita líquida dos Estados, dos Municípios e da União. Lamentavelmente, como se tratava de PEC de um Parlamentar da Oposição, não poderia ser aprovada. Esse é o Governo que estamos vivendo.

Pois bem, externo a minha solidariedade à luta dos Srs. Prefeitos, mas deixando bem claro: vamos ser coerentes, não venhamos à tribuna para agradecer os Prefeitos, que estão lutando, mais uma vez, pelos direitos dos seus Municípios. Os Líderes do Governo e os Parlamentares do Governo dizem que são favoráveis, que isso é um absurdo, que o Governo é insen-

sível, mas, na hora de votar, os companheiros, como são chamados, da base do Governo dão um pulinho ali na Câmara dos Deputados e dizem: “Não vamos votar, porque Lula não quer. Lula não quer mandar dinheiro para esse povo, não!”. E não votam.

Não me digam, membros do Governo, que não se vota 1% por causa da Oposição, a qual é favorável e vota unanimemente. Quem não aceita, Sr. Presidente, é o Governo, é a sua base. Portanto, devo deixar isso bem claro e desafio qualquer Parlamentar da base do Governo a tentar desmentir-me ou a falar que não estou dizendo a verdade.

Sr. Presidente, esse é um fato. O outro está a caminho, ao nosso lado, na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, passei doze anos naquela Casa. Fui eleito em 1990 e tomei posse em 1991. Confesso a V. Ex^a: é apaixonante a Câmara dos Deputados. É uma Casa que muito enriqueceu a minha carreira política, e lá aprendi muito, depois de ter passado oito anos na Assembléia Legislativa do meu Estado.

Fui eleito quarto Secretário; depois, com muita audácia, disputei uma Vice-Presidência, numa candidatura avulsa. Elegi-me Vice-Presidente e, com a renúncia do então Governador eleito Aécio Neves, assumi a Presidência daquela Casa, depois de uma eleição feita com os membros da Mesa, porque faltavam menos de 90 dias.

Participei, dentro daquela Casa, de momentos difíceis, como quando se votou a cassação de um Presidente da República e quando, cortando-se na pele, cassaram-se Parlamentares.

Vi decisões importantíssimas dentro daquela Casa, mas o que estamos vendo hoje é lamentável. A independência do Poder Legislativo está indo embora, principalmente na Câmara dos Deputados. O Governo quer legislar por todos nós e, mais uma vez, age como se não entendesse – e aí se encontram as pesquisas –, como se não observasse que a sociedade, que o povo brasileiro está consciente de que Sua Excelência usou o dinheiro do povo, o imposto pago, para comprar Deputados, para votar matérias de interesse do Governo, para aprovar o que queria o PT. Foi necessário não cumprir o compromisso com um dos Deputados, o Deputado Roberto Jefferson. Ele foi claro, denunciou porque não pagaram o que assumiram. Eram R\$20 milhões e só pagaram R\$4 milhões. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Deputado Roberto Jefferson foi cassado: por quebra de decoro parlamentar. Não foi só ele, foram vários Srs. Deputados – e não preciso nominá-los, porque todo o País sabe quem são.

V. Ex^{as} sabem quem está apoiando a candidatura do Deputado Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara? Não tenho nada contra a figura ou a pessoa

do Deputado Aldo Rebelo, mas quem o está apoiando, quem está no comando, quem está articulando essa candidatura são os que estão sendo ameaçados de serem cassados pelo mensalão. E, mais uma vez, o Presidente da República, o núcleo duro – aliás, núcleo duro que Senador Mão Santa já amoleceu, e muito, desta tribuna –, está aí chamando Deputados e Líderes para negociar novamente a liberação de emendas.

Sr. Presidente, deve ter dinheiro vivo também, assim como, com certeza, cargos estão sendo oferecidos – há, inclusive, informações de Ministérios – para colocar um substituto na cadeira de Severino Cavalcanti. Como disse o Senador Pedro Simon, Severino é muito maior do que este Governo. Severino estava muito maior do que este Governo. Porque aí está a prática de um Governo que está mostrando ao País que fez no passado e está fazendo novamente, como se não tivesse medo de nada. Mas este Governo se esquece de uma coisa: existe o povo. Em política, em primeiro lugar, existe Deus. Este é superior a todos. Depois, existe o povo; quem decide é o povo.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que o que está acontecendo neste momento nesta República, neste País, é mais um desrespeito à sociedade e, principalmente, ao Poder Legislativo.

O Executivo está com medo. O Executivo, que não teve a coragem de buscar um nome que estivesse acima dos partidos, um nome que pudesse, acima de tudo, elevar o Poder Legislativo, principalmente a Câmara dos Deputados, preferiu aplicar outro mensalão, desmoralizando os Parlamentares, desmoralizando a Câmara dos Deputados.

Sinceramente, digo a todos os senhores: é uma pena que não possamos, neste País, que tem mostrado uma democracia tão forte, ter um Poder Legislativo independente. Um Poder que tem de obedecer e se ajoelhar diante do Poder do outro lado da rua, o Executivo, é uma pena, Sr. Presidente! É uma pena!

Nós, aqui no Senado Federal, estamos fazendo a nossa parte, estamos exercendo o nosso direito democrático de legislar. Mas o Governo do Presidente Lula não aprendeu a lição. Informações obtidas por intermédio de companheiros da imprensa dizem que o Presidente Lula irá comemorar, com muita força, se ganhar a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados, porque, segundo Sua Excelência e seus assessores, Aldo Rebelo, Presidente da Câmara dos Deputados, significa um **habeas corpus** antecipado – preventivo e antecipado – para o Presidente Lula.

Será uma pena se o Poder Legislativo não der a vitória, não a um candidato da Oposição, mas a um candidato que não tenha compromisso com a corrupção; não a um candidato da Oposição, mas a um can-

didato que tenha compromisso com o Legislativo; não a um candidato da Oposição, mas a um candidato que queira realmente elevar a Câmara dos Deputados até onde ela merece estar.

O Brasil todo sabe: o ex-Ministro Aldo Rebelo demitiu-se ou foi demitido? Eu duvido que me respondam essa pergunta! O Sr. Aldo Rebelo demitiu-se ou foi demitido? Saiu de lá calado, saiu de lá sem ter a coragem de dizer o porquê de ter saído, saiu de lá sem condições de falar, porque não tem coragem de dizer ao Brasil o que vem acontecendo nesta República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, a Senadora Ana Júlia.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Nós poderíamos reduzir para dez minutos o tempo destinado a V. Ex^a, Senadora.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, se der, eu falarei em dez minutos; caso contrário, gostaria de não abrir mão do meu tempo, pois aqui estou aguardando para fazer este pronunciamento há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a tem a palavra por 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Hoje, nos moldes de outros Srs. Parlamentares, quero falar das prefeituras e também dar as boas-vindas aos Prefeitos de todo o Brasil, inclusive os do meu Estado, que se encontram em Brasília para dialogar, fazer suas reivindicações junto ao Governo Federal e obter avanços tanto do ponto de vista econômico quanto, e principalmente, do ponto de vista dos ganhos sociais que podem daí decorrer. Os cidadãos, antes de viverem na Federação, nos Estados, vivem no Município. Diz-se que é na cidade que o povo começa a ser feliz.

Sr. Presidente, gostaria também – disse que faria este pronunciamento desde a semana passada – de colocar algumas questões fundamentais acerca da responsabilidade dessas prefeituras. Já foi dito que nós, no Senado, aprovamos, entre vários pontos da reforma tributária, a ampliação de 1%. Mas isso não é suficiente.

Particpei de reunião lá no meu Estado, o Pará, com a Federação das Associações dos Prefeitos, oportunidade em que a Prefeita do Município de Medicilândia, Leni Trevisan, deu-nos um exemplo claro do quanto é fundamental a votação da reforma tributária. Dizianos a Prefeita que o seu Município, um dos maiores produtores de cacau do Estado do Pará, está sendo prejudicado pela guerra fiscal instalada neste País, em que os Governadores não permitem que se vote a reforma tributária. Parece que não querem acabar com essa guerra. Como o Estado vizinho cobra ICMS menor, eles não vendem absolutamente nada no Município; comercializam em outro Estado. Assim, não recolhem ICMS e ISS. Quem perde com isso? Perde o Estado, perde o povo, perde todo mundo.

Então, a reforma tributária precisa ser votada na totalidade. Essa é a verdade. É preciso encarar esse fato. Dito que apoiamos a ampliação dos recursos, quero dizer que também defendemos a votação da reforma para acabar com essa verdadeira farra relativa a tantas alíquotas de ICMS e a incentivos fiscais existentes em vários Estados brasileiros, que nada trazem de retorno para a sociedade. Nada! Não produzem a geração de um único emprego muitos desses incentivos, uma única geração de emprego novo. Nada! Mas alguns trazem muitos recursos para campanhas eleitorais de Governadores.

O meu Estado do Pará é um exemplo disso: há empresa de bebida alcoólica que recebe incentivos fiscais, quando sabemos, Senador Flávio Arns, que empresa de bebida alcoólica, em todo o mundo, é sobretaxada. Lá, não! Recebem incentivos, mesmo de forma irregular, e isso não gerou um único emprego novo, mas deu grandes contribuições para campanha eleitoral.

Coloco esse contexto para chamar atenção e apoiar a luta de prefeitos e prefeitas, que aponta para problemas e responsabilidades que têm esses gestores e essas gestoras, que devem assumi-los.

Hoje, vemos no País um quadro de descaso das prefeituras, em que, muitas vezes, há má administração e até má-fé. Quero deixar claro que jamais, em nenhuma situação, se pode generalizar. Como não se pode generalizar em relação aos políticos. Nós, que somos tão malvistos pela sociedade, jamais poderemos generalizar também em relação a prefeitos e prefeitas. Tenho certeza, inclusive, de que a maioria não tem esse tipo de prática. Mas, infelizmente, não raro nós nos deparamos com essa prática de má alocação de recursos públicos. Graças a Deus, a maior parte de prefeitos e prefeitas neste País trabalha muito arduamente para que a sua comunidade alcance re-

almente melhores condições e qualidade de vida em todas as áreas.

Citarei três exemplos, com especial referência ao meu Estado, o Pará. O primeiro diz respeito ao Fundef, que é um programa que contribuiu muito para a universalização do acesso das crianças ao Ensino Fundamental. Hoje, no Brasil, quase se conseguiu alcançá-la. Ou seja, quase todas as crianças têm acesso ao Ensino Fundamental. Mesmo não incluindo a Educação Infantil e o Ensino Médio, não podemos deixar de reconhecer o avanço que o Fundef trouxe para milhares e milhares de crianças neste País. Além de trazer acesso maior à educação, possibilitou a democratização e, uma coisa fundamental, maior controle das verbas públicas por parte dos cidadãos e cidadãs, por meio da formação dos Conselhos Municipais de Educação.

Agora, haverá ampliação do Fundef com o projeto do Fundeb, que abrange desde o ensino infantil até o Ensino Médio – espero que seja incluída a creche também. Ocorre que, em muitos Municípios, os Conselhos Municipais acabam sendo controlados pelos Prefeitos. O órgão que deveria fiscalizar os gastos dos recursos do Fundef, muitas vezes, tem o Secretário ou a Secretária de Educação como Presidente. Ou seja, aquele que deve ser fiscalizado passa a ser o fiscalizador. Com isso, perde o Município, perde a sociedade. Ganham somente aqueles interessados em manter o poder sob o seu estrito e exclusivo domínio.

Nos dias 10 e 11, estive em Marabá, Município do Estado do Pará, e, mais uma vez, ouvi denúncias com relação ao mau uso das verbas do Fundef. Professores, que, em assembléia geral, foram indicados para compor uma comissão para estudar o uso dos recursos do Fundef no Município de Marabá, entregaram-me um relatório parcial das irregularidades na educação daquela localidade. Esses professores se surpreenderam, pois o objetivo deles era extremamente louvável. Disseram estar sempre lutando por um salário melhor. No entanto, a Secretaria de Educação e a Prefeitura sempre lhes responderam que não era possível, que o Fundef não permitia. Então, decidiram, em assembléia geral da categoria, eleger uma comissão para fazer um estudo sobre a verdadeira realidade. Caso fosse verdade, não iriam discutir, em função das limitações apresentadas.

O relatório parcial das irregularidades na educação em Marabá foi encaminhado às autoridades competentes: Ministério Público Federal e Polícia Federal. Nele, são relatados problemas graves, entre os quais cargas horárias exorbitantes. Cita o relatório que existem professores do EJA – Programa de Educação Continuada de Educadores de Jovens e Adultos, cujas aulas, todos sabem, são no período noturno – com

cargas horárias completamente incompatíveis com aulas noturnas; a não ser que eles dessem aula de madrugada. Mas não só do EJA a carga horária era incompatível. Havia carga horária incompatível mesmo, impossível de ser realizada em outras situações. Alocação de carga horária paga a professores que não estão exercendo o magistério no Ensino Fundamental. A legislação do Fundef é clara: não poderiam receber os recursos, os 60%. A legislação do Fundef é muito clara com relação a isto: aqueles que não estão na sala de aula exercendo o magistério não podem ter os seus salários pagos pelos 60% de recursos do Fundef. Pagamentos indevidos para funções estranhas ao magistério, o que também não é permitido por lei. Existência de professores e gestores fantasmas. Parece absurdo, mas é verdade. Existência também de turmas e alunos fantasmas. Foram contabilizados mais de quatro mil alunos fantasmas no Município de Marabá. Por que isso? Para receber mais recursos em relação aos alunos e também à merenda escolar. Houve um inchaço na folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação.

Essas são apenas algumas, entre tantas irregularidades que foram encontradas. Há provas concretas, que foram apresentadas ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, que, acredito, estão investigando esse desvio. Foram também entregues à Controladoria-Geral da União. Ou seja, o que vimos é que existem os recursos, mas eles estão sendo mal administrados. Inclusive, estão além do limite da lei. Só para Marabá, este ano, estão garantidos R\$38 milhões: R\$29 milhões correspondem ao repasse do Fundef, e R\$9 milhões são de responsabilidade do próprio Município.

Essa situação de Marabá afeta aqueles que historicamente são os maiores prejudicados: as escolas rurais, os filhos dos trabalhadores rurais. Infelizmente, ela é paradigmática para muitos outros Municípios do País.

Citarei outro exemplo, o do Bolsa-Família no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que não diz respeito apenas ao Estado do Pará. O Bolsa-Família é um caso típico de co-responsabilidade, conforme estabelece a nossa Constituição. União, Estados e Municípios devem conjugar esforços diante da magnitude desse programa, não só pelas 8,7 milhões de famílias que serão atendidas até o final deste ano, mas, acima de tudo, pelo desafio colocado, que é o combate à fome e à miséria e a promoção da emancipação das famílias mais pobres do País. São recursos da ordem R\$6,5 bilhões para serem desembolsados até o final de 2005.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome solicitou aos Municípios o envio do Termo

de Adesão – documento que se encontra na Internet – ao Bolsa-Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais. O prazo foi estendido até 31 de outubro deste ano. O Termo de Adesão é pré-requisito para as Prefeituras receberem os recursos que o Governo Federal está enviando, a fim de que seja feita a atualização cadastral. Essa atualização é fundamental para a boa gerência do programa, ou seja, para se evitarem duplicações e irregularidades, muitas vezes apresentadas pela imprensa, pelas televisões, pelos jornais como a maioria dos casos. O recadastramento é fundamental, e o Governo Federal está ajudando as Prefeituras com recursos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, até o momento apenas 56% do total das Prefeituras enviaram de volta esse Termo de Adesão assinado – são 3.102 termos de adesão. O Ceará está de parabéns, pois 85% já o assinaram; no Piauí de V. Ex^a, Senador Mão Santa, 84%; em Alagoas, 81%. Esses são os Estados com mais Municípios que aderiam ao programa. Por outro lado, no Amapá, só um Município já o tinha enviado, e, no meu Estado, o Pará, 51%.

Se os Prefeitos não enviarem o Termo de Adesão, não vão receber os recursos para o recadastramento, que vai impedir as duplicações, as irregularidades. Os recursos existem, vão ser repassados: por que alguns Prefeitos resistem em assinar esse Termo de Adesão?

Nesse termo de compromisso, o Ministério se compromete não só a garantir os recursos financeiros, mas também a “desenvolver, e disponibilizar ao município, instrumentos e sistemas de gestão do Cadastro Único, de gestão de benefícios, de acompanhamentos de condicionalidades, dentre outros”; a “apoiar a capacitação dos agentes envolvidos na gestão e execução do Programa e do Cadastro Único, compreendendo os gestores, técnicos, profissionais das áreas de assistência social, saúde, educação, conselheiros, entre outros, em articulação com o município e, sempre que possível, com o Estado onde este se situa”.

É uma série de compromissos que o Ministério assume, de capacitação, de disponibilização, inclusive do controle desse Cadastro Único. Mas muitos Municípios citam o inciso VII, para justificar a não-assinatura.

Diz o seguinte o inciso VII:

O Município compromete-se a:

.....

VII. estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para a oferta de programas complementares aos beneficiários do Programa Bolsa Família, especialmente ações de alfabetização, de

capacitação profissional e de geração de emprego e renda desenvolvidas em suas esfera de competências.

O que é isso, senão exatamente o avanço? O que é isso, senão exatamente a saída do apenas dar o peixe para o ensinar a pescar?

Este é o mínimo de compromissos que se pode exigir de uma Prefeitura: que ela estabeleça parcerias. Isso é fundamental para esse programa. O objetivo dessa parceria é exatamente a emancipação das famílias. Ela impede que esse programa tenha apenas o caráter meramente assistencialista, aspecto que, inclusive, já foi criticado, várias vezes, neste Senado, Senador Cristovam. Fala-se que há apenas programas assistencialistas e que isso é um absurdo, mas, quando o Ministério dá um passo tão importante, Prefeitos orientam outros a não assinarem o Termo de Adesão. Considero isso um absurdo!

Parabenizo os 51% de Prefeitos do meu Estado que já fizeram a adesão e que estão demonstrando compromisso com a população, pois essas ações complementares visam a ofertar ações de alfabetização, de capacitação profissional e de geração de emprego e renda, algo que fará com que essas famílias, em pouco tempo, não mais precisem receber o Bolsa-Família e possam, com muito orgulho, dizer que se sustentam com o fruto do próprio trabalho.

Sabemos, sim, das deficiências dos Municípios, da enorme responsabilidade dos gestores municipais, mas não posso deixar de falar que é preciso avançar, que é preciso ir adiante, que é preciso aprofundar as parcerias. Isso exige compromisso dos dois lados, tanto das Prefeituras, quanto também das outras esferas de Governo, federal e estadual.

Trago também o exemplo do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No final de agosto, o Ministro Miguel Rossetto foi a Belém do Pará e anunciou o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar na Amazônia. Foi destinado R\$1 bilhão para os pequenos agricultores, agricultores familiares, da Região Norte do País. Após o anúncio dessa medida, foi espalhada uma versão inverídica de que seria retirada das Prefeituras paraenses a responsabilidade de realizar obras nos 400 projetos de assentamento existentes em nosso Estado.

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, solicito a prorrogação a que tenho direito.

A informação de que as Prefeituras não teriam direito não procede, é inverídica. O que tem ocorrido é que muitas Prefeituras estão inadimplentes. Sabe-

mos que não se pode fazer convênio com prefeitura inadimplente.

Para termos uma idéia, dos R\$30 milhões destinados à recuperação de estradas, R\$11 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, regimentalmente, a sessão se encerra às 18 horas e 30 minutos, mas vou prorrogá-la.

V. Ex^a usou todo o seu tempo, que considero ser até pouco. Por mim, V. Ex^a continuaria até o horário da Globo...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a V. Ex^a apenas mais três minutos. Tantas pessoas extrapolaram o tempo hoje, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – ... daquela novela América. Aí, com certeza, ganharíamos a audiência da Globo, da Sol, de tudo, porque V. Ex^a tem beleza e cultura a mostrar ao Brasil.

Prorrogo a sessão por 15 minutos.

Há três oradores, não tão encantadores quanto V. Ex^a, mas teremos que ouvi-los. São os três que estão aí sentados.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Concluo dizendo que, desses R\$30 milhões previstos para obras de infra-estrutura no Estado, R\$11 milhões são destinados às prefeituras, R\$8,4 milhões serão executados diretamente pelo Incra e R\$9,9 milhões serão contratados com entidades da sociedade civil. Há prefeituras que estão inadimplentes e não podem fazer convênios com o Incra. Nesses casos, o Incra, em vez de devolver os recursos para o Tesouro, como era normal, está procurando viabilizar as obras para os assentamentos, fazendo convênios com entidades da sociedade civil.

Segundo os dados do Incra, as metas constantes nos Municípios, por exemplo, de Rio Maria, Itupiranga, Floresta do Araguaia, Cumaru do Norte, cresceram 200% no plano de aplicação fiscalizado pelo Incra. Houve uma produtividade maior na aplicação dos recursos quando foi feito convênio com as entidades da sociedade civil, com as entidades de trabalhadores rurais.

Precisamos, portanto, dar apoio aos prefeitos, para que haja mais recursos e para que possam trabalhar melhor. A sociedade precisa ter controle sobre esses recursos, sobre todos os avanços que já conquistamos neste País em relação aos Municípios – como a Lei do ISS, que tive o prazer de votar nesta Casa após “dormir” por 14 anos. Não podemos mais ficar de braços cruzados e dizer...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu juro que agora vou concluir.

E dizer que apoiamos a luta dos prefeitos, mas temos de apoiar, em especial, a luta da sociedade. Portanto, temos de apoiar o maior controle social desses recursos, desses programas, dessas políticas públicas. Não posso admitir que, no ano de 2003, os R\$ 2,3 milhões repassados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Secretaria Estadual de Agricultura, para aplicação na agricultura familiar, tenham sido devolvidos ao Tesouro Nacional porque não foram utilizados. Isso é falta de compromisso, infelizmente, do Governo do Estado, que deveria cumprir a sua função de repassar esses recursos. Com certeza, milhares de trabalhadores deixaram de receber.

Então, Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância, dizendo que são necessários mais recursos, sim, e mais controle da sociedade também.

Obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa. o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senadora Ana Júlia Carepa, fui informado pelo Ibope de que o índice de audiência aumentou.

Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Demóstenes Torres, lembrando que V. Ex^a já falou muito e muito bonito nesta sessão. Agora, utilize a sua capacidade, que é grande, para reduzir o tempo. Cinco minutos para V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

“Nossa guerra continua, a memória de Samuel Wainer é uma arma do povo”, Jorge Amado.

A editora Planeta publicou recentemente uma obra há muito esperada. Trata-se da autobiografia completa do jornalista Samuel Wainer. Havia saído numa edição em 1987 de **Minha Razão de Viver**, mas cheia de lacunas, porque Wainer pretendia contar os detalhes da sua trajetória de vida somente 25 anos depois de morrer, quando todos os mencionados já teriam ido embora. A obra é dividida em duas partes. Na primeira, ele narra a sua trajetória de repórter; na segunda, fala da aventura como dono de jornal. Mesmo tendo sido autodidata, confessar que não tinha domínio da língua portuguesa, Wainer era um repórter extraordinário. Dono de furos espetaculares, foi o único brasileiro a cobrir o Tribunal de Nuremberg. Quando o mandato britânico na Palestina desabou, Samuel estava lá. Wainer foi

repórter em Buenos Aires, nos Estados Unidos, no México e na Europa. Conheceu Golda Meir, Salvador Allende e Mao Tsé-Tung. Era amigo de Orson Welles, Pablo Neruda e Di Cavalcanti. O repórter também foi notícia e, no auge, chegou a ser matéria da revista **Time**. Como todo grande jornalista, Samuel Wainer era compenetrado e tinha muita sorte.

A grande matéria da sua vida foi uma entrevista exclusiva com Getúlio Vargas, na qual o então Senador, no exílio da fronteira, garantiu que voltaria. Por intermédio da manchete nos Diários Associados, Samuel Wainer teve a oportunidade de se incluir no centro do poder durante três governos. Ele entrou para a história do jornalismo com a criação do **Última Hora**, jornal que virou a página da apresentação gráfica e da redação no Brasil. Era realmente muito inovador e veio na hora certa. O País vivia uma democracia vibrante, mas insegura, e possuía uma geração fantástica de jornalistas, que Wainer tratou de reunir. Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Nelson Rodrigues, Stanislaw Ponte-Preta e Paulo Francis foram alguns deles.

Minha Razão de Viver é um livro indispensável à compreensão da democracia brasileira, especialmente pelo fato de muitas das revelações guardarem semelhança com os escândalos atuais. Na sua trajetória de ascensão como repórter, e de glória e desgraça como empresário de comunicação, Samuel Wainer privou da intimidade dos presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mais do que uma testemunha privilegiada, Wainer narra na autobiografia a participação direta em atividades não-republicanas que resultaram em empréstimos irregulares no Banco do Brasil; na busca de dólares em paraíso fiscal; no favorecimento empresarial por meio de contrato publicitário com o governo; no recolhimento de malas de dinheiro em empreiteiras a título de mensalão; nas fortunas destinadas a comprar parlamentares e nas esplêndidas propinas destinadas a Ministros.

Observem, especialmente V. Ex^a, Sr. Presidente, que 51 anos depois do suicídio de Vargas e 41 anos após a deposição de Jango, o Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, mantém contemporâneas as mesmas relações corrosivas entre o público e privado que tanto atrasaram o desenvolvimento do Brasil. Por intermédio da organização criminosa, o Governo Lula se conectou com o pior da história e deu vazão para que os tais 500 anos de corrupção a que o presidente aludiu enlameassem as dependências do Palácio do Planalto. O Presidente Lula é mau leitor, como disse V. Ex^a; portanto, seria de balde recomendar **Minha Razão de Viver**, mas era um político que tinha uma biografia a zelar até a campanha eleitoral de 2002. Isso para ficar

na responsabilidade própria do candidato e do eleito Presidente.

As investigações do caso Celso Daniel, a máfia do lixo no Paraná e em Ribeirão Preto são um mostruário de irregularidades ainda não suficientemente apuradas. Os indícios sugerem que nas administrações municipais o PT operou um ensaio geral dos desvios de finalidade para preparar o grande assalto, quando o partido ocuparia a Presidência da República. Vamos entrar no quinto mês de crise política desde que a revista **Veja** mostrou o Sr. Maurício Marinho tomando...

(interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Um minuto mais, para que a sua grandiosa inteligência sintetize e conclua.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Peço mais dois ou três minutos, apenas para concluir. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A sua inteligência é extraordinária. Cristo fez o Pai Nosso em um minuto, com 56 palavras.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E

V. Ex^ª, tenho certeza, que, mal me comprando a Cristo, me dará mais algum tempo, apenas para concluir realmente, Sr. Presidente.

Continuando: (...) mostrou o Sr. Maurício Marinho tomando posse do carvão. A situação é angustiante, mas o componente cínico do comportamento petista diante da crise política torna as coisa mais enfadonhas. Como falar em erros, quando se tem a prática comprovada de um rosário de crimes? Podemos até dividir as irregularidades em três quantias: os R\$ 29 mil do Sr. Paulo Okamoto seriam uma benemerência miúda, espécie de troco. O investimento de R\$5 milhões da Telemar na empresa do filho do Presidente, uma sinecura intermediária, e os R\$2 bilhões do Sr. Marcos Valério, o grande prêmio Brasil.

Sr^ªs e Srs. Senadores, o princípio da ampla defesa assegura ao ex-Ministro e Deputado Federal, José Dirceu o aproveitamento de toda palavra e gesto, mas é preciso estar de bem com o razoável. Em depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, o ex-Ministro da Casa Civil forneceu material suficiente para compor um anedotário. Do mensalão ficou sabendo nos jornais. Com Marcos Valério nenhuma tratativa teve. O Presidente Lula é homem compenetrado no trabalho e se debruça na decisão dos grandes projetos nacionais, como o biodiesel e a transposição do rio São Francisco. O Deputado disse que pegou em armas para defender a liberdade de imprensa e confes-

sou admiração simpática pelo Ministério Público. José Dirceu afirmou que foi positiva ao Governo Lula a sua exoneração da Casa Civil, mas nunca foi chamado de Zé pelo ex-Deputado Roberto Jefferson.

Desconhecia a cobiça do Banco Minas Gerais pelos créditos consignados. Dos empréstimos, é claro, nada sabia. Voltou a argumentar que está sendo julgado por ter construído um projeto para o PT governar o Brasil, mas não tinha conhecimento das negociações com o PL, do ex-Deputado Valdemar Costa Neto. Fundos de pensão, então, não eram com ele. O Deputado José Dirceu sugeriu ser julgado pelas urnas em 2006 e confirmou desconhecer quem era o inspetor-geral do conjunto de falcatruas operadas pelo professor Delúbio Soares. Para resumir a ópera, o Deputado José Dirceu divagou que a crise política não existe no mundo material. É uma ficção criada pela imprensa com a finalidade de perseguir o PT. O tal golpe midiático mencionado pelos petistas na semana passada. Para não dizer que o depoimento do ex-Ministro foi um **bis in idem**, qualificaria apenas que as suas palavras, naquela ocasião, foram menos telúricas.

Sr. Presidente, ...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já

vou encerrar.

Os dias deveriam ser melancólicos para o Presidente Lula, mas têm sido de razoável regalo. Ontem, enquanto petistas do núcleo de fundação do PT deixavam o Partido, envergonhados pela falta de decência, o Presidente da República vestia um quimono de judoca. É um despropósito sem tamanho buscar o rumo em aparições circenses. O Presidente Lula, nos bons tempos, tinha a fonte de popularidade, hoje precisa do sucesso alheio para não se exaurir. Não desceu ainda ao fundo do poço, mas escada abaixo, está com o pântano nos joelhos. O pior: ninguém no Governo do PT se ruboriza com mais nada. A ordem é administrar a falta de vergonha. Sem o menor pudor, como se nada tivesse acontecido, o estande de aquisição da vitória do Deputado Aldo Rebelo à Presidência da Câmara dos Deputados...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Demóstenes, eu vou lhe conceder mais um minuto. Mas, tenha a certeza, que o Demóstenes, de Goiás, já superou em muito o orador grego, Demóstenes, em quantidade e qualidade de palavras.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O estande de aquisição da vitória do Deputado Aldo Rebelo à Presidência da Câmara dos Deputados foi montado no Palácio do Planalto. Para o PT só o fisiologismo é capaz de cimentar uma base de governabilidade, porque não há um projeto de administração a ser gerido, mas negócios com o Estado. Os mesmos do tempo de Samuel Wainer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias, do Paraná.

De acordo com o que foi pactuado aqui, V. Ex^a terá direito a usar cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Professor Cristovam Buarque.

Em seguida, falará o Professor Garibaldi Alves Filho, o último orador inscrito.

Professor Cristovam Buarque, de acordo com o que foi compactuado aqui, a sessão devia ter sido encerrada, mas todo o Brasil quer ouvi-lo. V. Ex^a, com sua inteligência privilegiada, tem a palavra por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido)

– DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pelo tempo e, sobretudo, pelos elogios.

Sr. Presidente Mão Santa, o jornal **O Globo** de hoje, ou melhor o *Globo online*, traz uma matéria sobre estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, mostrando que uma família brasileira média gasta 3,6% do orçamento com educação. Isso mostra que os pais e as mães de família estão dando uma lição em nós, dirigentes nacionais. As famílias estão mostrando que, para elas, a educação é importante. As famílias estão mostrando que o pai que educa seu filho faz tudo o que é preciso, e o filho faz o que ele precisa fazer. Um pai de família que educa um filho resolveu o problema

daquele filho, e aquele filho vai resolver os problemas dele.

Lamentavelmente, na hora de dirigir o Estado brasileiro, não fazemos o mesmo. O papel de um dirigente, assim como o papel de um pai de família, seria educar o seu povo, porque o povo educado faz o que falta fazer. Não estamos fazendo isso.

Mas o que é estranho é que essas famílias que gastam esse dinheiro – que chega, para surpresa mesmo daqueles que se dedicam à educação, ao valor de R\$35 bilhões por ano –, nós todos, o Brasil inteiro, dirigentes e povo, não estamos percebendo como seria muito mais eficiente que, em vez de deixar que as famílias fossem obrigadas a gastar esse dinheiro, tivéssemos um programa nacional de educação que permitisse que a escola pública oferecesse esse serviço, de maneira equitativa, a todas as crianças brasileiras.

Ao jogar nas mãos das famílias a responsabilidade da educação de seus filhos, estamos, em primeiro lugar, criando uma desigualdade brutal. E a desigualdade, como esse estudo mostra, é grave, porque as famílias de classe média gastam proporcionalmente mais do que as famílias de classe pobre, que são famílias de classe média baixa também.

Se gastássemos, em vez desses R\$35 bilhões que as famílias gastam, R\$7 bilhões agora, chegando a R\$20 bilhões de recursos federais, poderíamos dar um salto de qualidade na educação brasileira e, mais do que isso, dar um choque de igualdade na educação brasileira, acabando com o drama dessas famílias. Se o pai da família morre – ou se morre a mãe, no caso de ela ser a que tem a renda maior –, essas crianças ficam sem escola.

Não há saída para o Brasil, enquanto as famílias brasileiras forem obrigadas a gastar esses recursos todos na educação dos seus filhos e enquanto o Estado brasileiro não assegurar, independentemente do nível de renda familiar, a escola de qualidade para todos. Mas isso é tão óbvio, as famílias sabem tão bem, então, por que nós, dirigentes, não sabemos? E digo não apenas nós, do Governo, e não apenas essa geração. Ao longo de todo o tempo, o Brasil jamais estabeleceu a educação como prioridade e, com isso, planejou reservar os recursos necessários.

E não é muito o que é necessário. Mas não basta recurso, é preciso que os professores entendam que o papel deles é educar; é preciso que, ao lado dos governantes, as famílias entendam que não basta pagar a escola para o seu filho ser educado, mas que é preciso acompanhar o andamento da educa-

ção dos seus filhos. É preciso que a mídia entenda que, no mundo de hoje, não basta que as crianças fiquem por quatro ou mesmo seis horas na sala de aula se depois a mídia as deseduca por duas, três, cinco, dez horas.

Por que não descobrimos, como os pais de família já perceberam, e esse estudo mostra, que vale a pena o esforço nacional para nacionalizar a educação?!

V. Ex^a, Sr. Presidente, foi Prefeito e Governador e sabe que, nos ombros do Prefeito e do Governador, não dá para fazer uma educação de qualidade para as crianças daquele cidade, daquele Estado, sem falar que há uma desigualdade imensa de uma cidade para outra.

Como podemos deixar a educação para o Município?! Por que, para ser funcionário do Banco do Brasil e manejar o dinheiro, o cidadão precisa passar em concurso público federal e, para ser professor e cuidar das crianças, basta passar em concurso municipal? Por que municipalizamos as crianças e federalizamos a universidade? No mínimo, a responsabilidade e o cuidado deviam ser iguais.

Quero insistir que, quando aqui chegar o Fundeb, que transforma o Ministério da Educação em um banco, porque...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Sem Partido

– DF) – Dois minutos bastarão, Sr. Presidente.

Esse Fundo transforma o Ministério em um banco, e o Ministério deve ter a responsabilidade de intervir, de estar presente, de fiscalizar. O Fundo apenas transfere dinheiro. Quando chegar aqui o Fundeb, creio que esta Casa deverá se debruçar sobre o assunto e analisar com cuidado não apenas como jogar mais dinheiro na educação, mas como intervir na educação, não apenas no sentido de alocar R\$1 bilhão.

Vi, há pouco, que o aumento de salário para uma categoria de profissionais do setor público vai custar R\$4,5 bilhões, e não conseguimos os R\$7 bilhões necessários para dar um salto de qualidade no ensino, por meio da nacionalização da educação básica no Brasil; nacionalização mantendo a descentralização gerencial, nacionalização mantendo a liberdade pedagógica, para que possamos dizer: criança, quando nascer no Brasil, é, primeiramente, brasileira. Depois é que ela é pernambucana ou piauiense.

Esse é um desafio em relação ao qual esta Casa não pode ficar alheia.

Sr. Presidente, quando chegar aqui o Fundeb, teremos a chance de dar um salto, nacionalizando a educação básica no Brasil, criando e trazendo para nós, no plano federal, a responsabilidade pela educação das nossas crianças.

As famílias estão dando o exemplo. Está na hora de os dirigentes também darem o exemplo que é preciso, tratando a criança como um patrimônio fundamental de uma Nação, tal qual o filho é patrimônio fundamental da família.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço-lhe a sua paciência e tolerância por ainda estarmos aqui, em sessão, a esta hora da noite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os nosso aplausos.

Todo o País agradece a Deus por dotar V. Ex^a de uma inteligência tão privilegiada, que tem sido tão útil para a educação no Brasil.

Concedo a palavra, como último orador inscrito, ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

V. Ex^a, como os demais, tem direito a usar a tribuna por cinco minutos, e mais dois, concedidos generosamente por esta Presidência.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para dar conhecimento à Casa dos resultados obtidos pela movimentação municipalista, pela mobilização dos prefeitos, daqueles que vieram dos Municípios do Brasil inteiro para trazer os seus pleitos, as suas reivindicações ao Governo Federal. Quero dizer que a mobilização alcançou o êxito esperado, já que ela conseguiu juntar aqui, em Brasília, mais de mil prefeitos.

Reunidos no Auditório Petrônio Portella, Sr. Presidente, os prefeitos foram recebidos em audiência pela Ministra Dilma Rousseff e pelo Ministro Antonio Palocci. E é certo que, principalmente com o Ministro Antonio Palocci – já que participei dessa audiência com S. Ex^a, na qualidade de Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais –, finalmente se chegou a um entendimento quanto à votação dos artigos da reforma tributária, já aprovados no Senado, e que permitem que o Fundo de Participação dos Municípios seja aumentado em 1%, o que representa um sinal concreto de descentralização, um sinal concreto de que a nossa Federação precisa ir ao encontro das suas bases municipalistas.

Assim, há mais de dois anos esperando pela votação desses dispositivos da reforma tributária, que garantem um pequeno, mas importante, aumento no Fundo de Participação, os prefeitos tiveram a palavra do Ministro no sentido de que S. Ex^a vai marcar uma audiência, na próxima semana, com o novo Presidente da Câmara, que está sendo eleito neste momento, para que os Prefeitos voltem a Brasília e seja acertada a votação, na Câmara dos Deputados, desse aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

Eu destacaria ainda que, além desse resultado, o Imposto Territorial Rural também será votado nesse mesmo dia, de acordo com esse entendimento, e os Municípios passarão a cobrar, como também passarão a arrecadar, na sua totalidade, o Imposto Territorial Rural.

Houve, ainda, o entendimento de que, para o problema dos precatórios, deverá haver uma solução rápida e urgente. Recebemos a informação dos Ministros, principalmente do Ministro Palocci, de que o Ministro Nelson Jobim estudará uma solução para o caso e virá ao Senado discutir um projeto sobre os precatórios.

Destaco também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a informação que recebemos: a oportunidade de vermos também votado, na Câmara dos Deputados, o chamado Projeto da Saúde.

Diante da expectativa que se criou, no Senado Federal, a respeito desse encontro, eu gostaria de dizer que todos os prefeitos voltaram para os seus Municípios certos de que será feito o necessário esforço para se solucionar tudo aquilo que foi tratado em Brasília por S. Ex^{as}, em conjunto com as autoridades federais.

Foi um momento que considerei positivo.

Venho a esta tribuna para dizer que a solução para os Municípios já está traçada, por meio da ação da Confederação Nacional dos Municípios, sob a liderança lúcida de Paulo Ziulkoski, no sentido de que só a mobilização será um caminho para a solução dos problemas municipais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.075, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para compor a delegação do Parlatino na 113a Assembléia da União Interpalamantar, a realizar-se

nos dias 17 a 19 de outubro de 2005, em Genebra, Suíça, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período 14 a 24 de outubro de 2005.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2005.
– Senador **Mão Santa**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Teotônio Vilela Filho, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Leonel Pavan, João Batista Motta, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O mau humor de Lula Figueiredo”, de autoria do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal **O Globo**, edição de 21 de setembro do corrente.

O artigo trata das respostas dadas pelo presidente Lula às perguntas sobre o por quê de não ter votado nas eleições internas do PT e sobre o pagamento das viagens da sua família com recursos do fundo partidário. Segundo o jornalista Elio Gaspari, “As duas respostas dos últimos dias são um exemplo de uma confusa mistura de humor simplório a serviço de evasivas grosserias. Lula poderia ter dito qualquer coisa, menos fazer gracinha com um partido que está na lona muito mais por sua causa do que por culpa da militância anônima da estrelinha”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O mau humor de Lula Figueiredo

ELIO GASPARI

“**N**ão votei porque não votei” — essa foi a resposta de Lula quando lhe perguntaram por que não apareceu na eleição do PT que ajudou a fundar, cuja militância o levou à Presidência da República. Dias antes, quando lhe pediram que explicasse o uso de dinheiro do partido para custear seis passagens aéreas usadas por sua família numa viagem a Brasília, disse assim: “Eu estranharia se fosse o PSDB ou o PFL que tivessem pago a minha passagem, mas o PT tinha mais era obrigação de pagar.”

Lula continua se assemelhando ao general João Figueiredo (1979-1984). Têm em comum o gosto pela Granja do Torto, o recurso a palavrões em audiências institucionais e a paixão pelos improvisos delirantes.

Nada a ver com a viagem de Napoleão à China ou a descoberta de afrodescendentes na Nigéria. As duas respostas dos últimos dias são um exemplo de uma confusa mistura de humor simplório a serviço de evasivas grosseiras.

O “não votei porque não votei” ecoa Jânio Quadros explicando por que bebia uísque: “Bebo-o porque é líquido. Se fosse sólido, come-lo-ia.” Trata-se de desprezar a curiosidade da audiência. No mesmo dia em que Lula não votou porque não votou, 272 mil petistas votaram porque votaram. Lula poderia ter dito qualquer coisa, menos fazer gracinha com um partido que está na lona muito mais por sua causa do que por culpa da militância anônima da estrelinha.

Por mais que se estranhe a ausência de Lula, bem como sua explicação, o episódio envolve um petista e seu partido, e pode-se argumentar que os estranhos não têm nada a ver com isso. Já a segunda resposta, relacionada com as passagens, é diferente. Se o PT pagasse as viagens da

família Lula da Silva (inclusive das namoradas de dois de seus filhos) com reais arrecadados na militância, tudo bem. A boca-livre foi paga pelo Fundo Partidário, arca alimentada pelos impostos cobrados aos trabalhadores. Dinheiro público. A legislação não permite o uso desses recursos para cobrir gastos de familiares. A resposta brincalhona do “Nosso Guia” mistura humor de segunda com prepotência de primeira. Se o

PSDB ou o PFL quiserem pagar contas dos Lula da Silva sem recorrer ao dinheiro do Fundo Partidário, podem fazê-lo, mas não podem avançar sobre o Fundo Partidário.

Gritos de guerra como “ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu” se parecem com o brado de Figueiredo ameaçando os adversários da redemocratização: “Prendo e arrevento.” Na manhã de 1º de maio de 1981 o general foi informado de que explodira uma bomba dentro do carro de um capitão do DOI, estraçalhando um sargento. O tigrão miou. Figueiredo se julgou traído pelas pessoas que armaram a bomba do Riocentro. Pode-se acreditar que não teve nada a ver com aquilo, mas ele soube direitinho o que aconteceu naquela noite.

Ademais, sabia quem botava bombas em bancas de jornais. Em agosto passado, Lula disse o seguinte: “Quero dizer a vocês, com toda a franqueza: eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento.” Práticas não traem. Quem trai são pessoas. Figueiredo nunca disse os nomes de quem o traiu.

ELIO GASPARI é jornalista.

N. da R.: Zuenir Ventura volta a escrever neste espaço em outubro.

Cavalcante

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar a matéria intitulada “Brasil crescerá menos que o mundo, diz FMI”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 22 de setembro do corrente.

O FMI voltou a prever para 2005 uma taxa de crescimento para a economia brasileira abaixo da média mundial, dos principais países latino-americanos e de emergentes como China e Índia. Segundo a matéria, mais importante do que os percentuais de

crescimento “é a tendência de crescimento abaixo da média para o Brasil”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dólar livre R\$ 2,273/2,275
 Dólar paralelo R\$ 2,452/2,58
 Dólar turismo R\$ 2,24/2,38
 Ocupação 0,8009%
 Euro em Londres 1,2229 dólar
 Dólar em Tóquio 111,321enes

FOLHA DINHEIRO

Tel.: 011/3111-1224-1171
 E-mail: d-dinheiro@uol.com.br
 Fax: 011/3111-1224-7287

Serviço de atendimento ao assinante:
 Grande São Paulo: 011/3111-1224-3070
 Demais localidades: 0800-775-0700

PÁGINA B 1 ★ SÃO PAULO, QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 2005 ★ CONCLUÍDO ÀS 23H

ECONOMIA GLOBAL Fundo rebaixa a 3,3% previsão de alta do PIB do país neste ano, contra 4,3% do mundo e 4,1% da América Latina

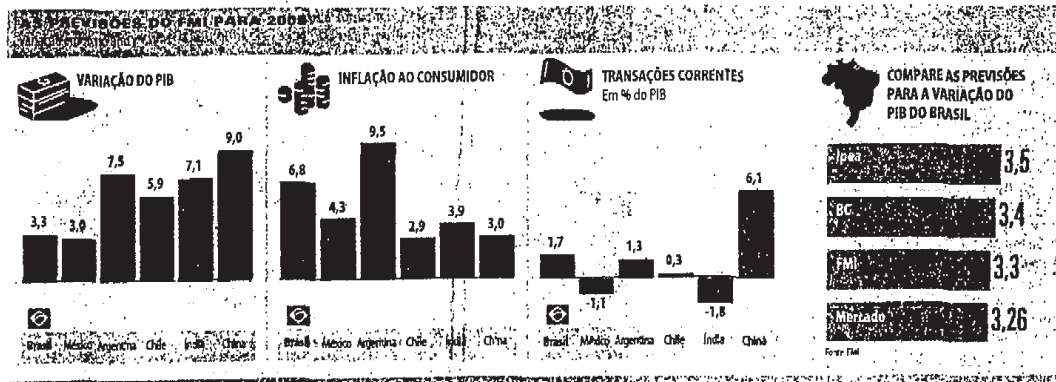
Brasil crescerá menos que o mundo, diz FMI

FERNANDO CANZIAN
 ENVIADO ESPECIAL A WASHINGTON

Assim como nos dois últimos anos, o FMI (Fundo Monetário Internacional) voltou a prever para 2005 uma taxa de crescimento para a economia brasileira abaixo da média mundial, dos principais países latino-americanos e de emergentes como China e Índia. Na contramão de vários institutos, bancos e do governo brasileiro, o FMI rebaixou para 3,3% a estimativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) deste ano — previa 3,7% em abril. Para 2006, a previsão é de 3,5%. O Fundo cita a crise política e os altos juros para reduzir a previsão.

No sentido inverso, o banco americano Bear Stearns revisou ontem de 3,2% para 3,7% sua estimativa para o Brasil, citando os efeitos da queda dos juros e da alta do consumo no país. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado à pasta do Planejamento, já havia mudado sua previsão, de 2,8% para 3,5%. Mas, mesmo que o FMI erre o número, mais importante é a tendência de crescimento abaixo da média para o Brasil, segundo as previsões do relatório “Perspectivas para a Economia Mundial”, divulgado ontem pelo órgão.

O mundo como um todo, segundo o FMI, deve crescer 4,3% no biênio 2005-06, tendo EUA e China como “motores”. Na média, a América Latina deve crescer 4,1% neste ano, com Venezuela (7,8%), Argentina (7,5%) e Uruguai (6%) à frente. Mesmo no cenário mais otimista,



ta, o Brasil ficará bem abaixo dos países que competem diretamente por investimentos diretos estrangeiros: China (9%), Índia (7,1%) e Rússia (5,5%). Além de EUA e China, o Fundo também começa a considerar a emergente Índia como um novo “motor” econômico. Segundo o relatório, a China responde hoje por 28% do crescimento mundial. A Índia já chega a 10%. No relatório, o FMI afirma que a inflação no Brasil deverá ficar próxima à meta de 5,1% do Banco Central, o que permitirá um aprofundamento da política monetária e uma retomada em 2006. O Fundo cobra, no entanto, uma nova rodada de reformas estruturais para que o país possa diminuir a “rigidez orçamentária”, melhorar a qualidade dos gastos e investir mais em infra-estrutura.

O Fundo afirma que o crescimento de Brasil e região transita para um “rítimo mais moderado e sustentado” na comparação com os “fortes resultados” de 2004 (quando a América Latina cresceu 5,6% e o Brasil, 4,9%). “A expectativa é que, desta vez, a recuperação seja mais duradoura do que em outras ocasiões”, diz o Fundo, pelo fato de a maioria dos países latino-americanos ter adotado políticas fiscais mais “consistentes”. O relatório, no entanto, alerta que a inflação na região pode continuar “volátil” e dependendo de variações de preços de commodities, cujas exportações também tendem a diminuir. O Fundo diz ainda que a região enfrentará em 2006 uma “fonte de riscos” políticos, já que vários países (casos de Brasil e México) terão eleições

presidenciais. **Mais investimentos** O IFC, o braço financeiro do Banco Mundial, também anunciou ontem a possibilidade de aumentar seus financiamentos para o Brasil, cujo estoque hoje é de US\$ 1,5 bilhão. Segundo o vice-presidente do IFC, Assad Jabre, a intenção é concentrar aportes nas áreas de portos, aeroportos e energia elétrica, que agora têm, diz ele, marcos regulatórios mais estáveis. Sem citar o Brasil, Jabre disse também que o IFC pretende ampliar seus investimentos em áreas que incluem PPPs (parcerias público-privadas), que devem ser adotadas no Brasil provavelmente no ano que vem.

→ LEIA MAIS à pág. B3

SAIBA MAIS
Previsão do Fundo em 2004 foi menor que resultado do PIB

As previsões do FMI (Fundo Monetário Internacional) para a expansão do Brasil, há um ano, ficaram quase um ponto percentual abaixo do resultado alcançado em 2004. O órgão previa crescimento de 4% para o ano, mas a economia brasileira registrou expansão de 4,9%. O Fundo também foi pessimista em sua previsão para o crescimento do conjunto dos países emergentes. O FMI pre-

via expansão de 6,6% em setembro do ano passado, mas o grupo cresceu 7,3% em 2004. Já as projeções para a economia global para os Estados Unidos e para a zona do euro ficaram bem próximas do resultado verificado. O mundo cresceu 5,1% no ano passado, ante previsão de 5% do FMI. O PIB (Produto Interno Bruto) dos EUA teve expansão de 4,2%. Já a zona do euro cresceu 4,3%. Já a zona do euro cresceu 2%, após previsão de 2,2%. Em setembro do ano passado, o FMI estava otimista em relação ao Japão, apostando que o país cresceria 4,4% naquele ano. O país asiático, no entanto, registrou expansão de apenas 2,7% em 2004.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar matéria intitulada “Procurador quer punição para mau uso de fundo” do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 26 de setembro do corrente.

O Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Mário Gisi, foi um dos responsáveis por provocar o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para tomar providências contra o desvirtuamento no uso de recursos do fundo partidário. Segundo Mário Gisi, “a Justiça Eleitoral tem que reprovar as contas dos partidos políticos que usam

dinheiro do fundo partidário para despesas que não são da legenda”. A pena para esses casos é a perda dos fundos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Procurador quer punição para mau uso de fundo

Mário Gisi defende reprovação de contas de partidos envolvidos em irregularidades

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

O vice-procurador-geral eleitoral, Mário Gisi, afirma que a Justiça Eleitoral tem de reprovar as contas dos partidos políticos que usam dinheiro do fundo partidário para despesas que não são da legenda. Como o **Estado** revelou, o PP gastou o fundo com DVDs infantis e revistas adultas, por exemplo. Sem falar em telefonemas do tesoureiro do partido para um bar na Suíça especializado em apostas.

A pena para esses casos é a perda do fundo partidário. Um dos responsáveis por provocar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tomar providências contra o desvirtuamento no uso de recursos do fundo partidário, Gisi diz que já estão em análise na Procuradoria Geral Eleitoral (PGE) processos que envolvem denúncias de má aplicação dos recursos. Segundo ele,

a culpa pelos desvios no uso do dinheiro é dos partidos, e ressaltou que há um projeto em tramitação no Congresso que propõe a proibição da utilização do fundo nas campanhas eleitorais. A seguir, trechos da entrevista concedida por Gisi ao **Estado**.

O senhor acha que está havendo um desvirtuamento no uso dos recursos do fundo partidário?

De um modo geral, não é possível se afirmar que esteja havendo um desvirtuamento no uso dos recursos do fundo partidário. Contudo, casos de aplicação incorreta de tais recursos acontecem. A PGE, inclusive, recebeu este mês, para emissão de parecer, alguns processos envolvendo denúncias de má aplicação dos recursos.

Na opinião do senhor, onde os recursos devem ser gastos?

Os recursos do fundo devem ser aplicados na forma precei-

tuada pela lei n.º 9.096/95 (manutenção das sedes e serviços do partido, pagamento de pessoal, propaganda doutrinária e política, alistamento e campanhas eleitorais e criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política).

O que poderia ser feito para evitar o desvirtuamento?

A lei n.º 9.096/95 já prevê mecanismos e sanções para que se dê correta destinação aos recursos do fundo partidário. Por exemplo, a lei confere poderes à Justiça Eleitoral para investigar sobre a aplicação dos recursos oriundos do fundo. Já existem na lei formas de combater o desvirtuamento.

A Justiça Eleitoral deve reprovar as contas do partido que não aplica corretamente os recursos?

Sim. Inclusive o TSE adota tal posicionamento, de reprovar

as contas do partido que não aplica devidamente os recursos do fundo.

Quem é culpado: a Justiça Eleitoral ou os partidos?

A culpa, evidentemente, é daquele partido que não aplica, nos termos do artigo da lei os recursos do fundo partidário. À Justiça Eleitoral somente cabe investigar acerca da aplicação de tais recursos e o julgamento da prestação de contas.

Esse poderia ser um tema da reforma política?

Já é um tema da reforma política. O projeto de lei n.º 2679/2003, da Câmara, prevê alteração no artigo 44 da lei n.º 9.096/95, e proíbe a aplicação dos recursos do fundo em campanhas eleitorais, o que hoje é permitido. Ainda prevê destinar parte destes recursos para o estímulo e crescimento da participação política feminina. ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Crise faz desabar confiança no presidente, mostra pesquisa”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 14 de setembro do corrente.

A matéria mostra que a última pesquisa CNT/Sensus revela queda na aprovação do Presidente Lula de 9,9 pontos percentuais (de 59,9% para 50%), em 2 meses.

que praticamente metade entende que o presidente tinha conhecimento dos atos de corrupção praticados pelo PT.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Crise faz desabar confiança no presidente, mostra pesquisa

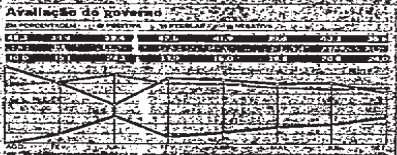
Levantamento CNT/Sensus revela queda na aprovação de Lula de 9,9 pontos percentuais (de 59,9% para 50%), em 2 meses

CRISE NO GOVERNO LULA

Carlos Marchi
Quatro meses depois de romper com a crise do mensalão, mostrou a sua força desafiando a baixa confiança que o povo tem no presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no exato momento de seu partido. A pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem em Brasília mostrou que a desaprovação de Lula pelo eleitorado chegou ao ponto de 40,1%, em 2 anos e 8 meses de governo. O índice de aprovação caiu de 59,9% em julho de 2003 para 50% em setembro de 2005. A pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem em Brasília mostrou que a desaprovação de Lula pelo eleitorado chegou ao ponto de 40,1%, em 2 anos e 8 meses de governo. O índice de aprovação caiu de 59,9% em julho de 2003 para 50% em setembro de 2005. A pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem em Brasília mostrou que a desaprovação de Lula pelo eleitorado chegou ao ponto de 40,1%, em 2 anos e 8 meses de governo. O índice de aprovação caiu de 59,9% em julho de 2003 para 50% em setembro de 2005.

IMPACTO DA CRISE

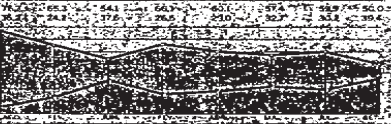
Cresce desaprovação a Lula



Corrupção no governo Lula



Avaliação de Lula



Corrupção no País

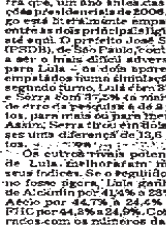


ANÁLISE

Os brasileiros não confiam no Estado

Em Brasília, a análise feita pela pesquisa CNT/Sensus, que investiga o Índice de Confiança do Cidadão, aponta para uma possibilidade de presidente Lula. O índice de confiança caiu de 40,1% em julho de 2003 para 30,1% em setembro de 2005. A pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem em Brasília mostrou que a desaprovação de Lula pelo eleitorado chegou ao ponto de 40,1%, em 2 anos e 8 meses de governo. O índice de aprovação caiu de 59,9% em julho de 2003 para 50% em setembro de 2005.

Simulação de 2º turno



Corrupção em Brasília



Simulação de 2º turno



GOVERNO TEM UM PLANO DE COMO SE QUISER RECUPERAR A CONFIANÇA

Para o presidente Lula, a confiança do cidadão é o maior patrimônio do poder público. Para a burocracia, a cidadania tem sempre culpa. Isso porque o cidadão não sabe o que é o governo. O governo não sabe o que é o cidadão. O cidadão não sabe o que é o governo. O governo não sabe o que é o cidadão. O cidadão não sabe o que é o governo. O governo não sabe o que é o cidadão.

Para 48%, PT aumentou corrupção
Metade dos consultados aposta que Lula sabia dos atos do partido

A crise, e bem mais precoce do que se esperava, já chegou aos brasileiros. Já acham que a corrupção no governo atual é maior do que no governo anterior (em 2003, 28,7% em maio), diz a pesquisa CNT/Sensus. A maioria dos brasileiros acredita que a corrupção no governo atual é maior do que a que havia no governo anterior. A maioria dos brasileiros acredita que a corrupção no governo atual é maior do que a que havia no governo anterior. A maioria dos brasileiros acredita que a corrupção no governo atual é maior do que a que havia no governo anterior.

Candidatura à reeleição corre risco, avalia Sensus

Uma pesquisa realizada pela CNT/Sensus, em parceria com o IUPERJ, aponta que a reeleição de Lula em 2006 está em risco. A pesquisa CNT/Sensus divulgada ontem em Brasília mostrou que a desaprovação de Lula pelo eleitorado chegou ao ponto de 40,1%, em 2 anos e 8 meses de governo. O índice de aprovação caiu de 59,9% em julho de 2003 para 50% em setembro de 2005.

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registra a matéria intitulada “Orçamento não prevê gastos com equipe de transição de governo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 21 de setembro do corrente.

A matéria mostra que o Governo Lula desrespeitou a Lei 10.609, ao não prever na proposta de orçamento de 2006, dotação de gastos específica para a equipe de transição. Cabe lembrar que o próprio presidente Lula, ao ser eleito, foi o primeiro a se beneficiar da Lei: o gasto com infra-estrutura e folha

de pagamentos da equipe chefiada pelo atual Ministro Palocci foi de aproximadamente R\$1 milhão.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

RÚMIO A 2006 *Proposta contrária a lei que beneficiou Lula*

Orçamento não prevê gastos com equipe de transição de governo

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal não estabeleceu na proposta de Orçamento de 2006 —encaminhada ao Congresso no dia 31 de agosto pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo— dotação de gastos específica para a equipe de transição, o que contraria a lei 10.609, de 20 de dezembro de 2002.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro a contar com recursos destinados exclusivamente para essa finalidade, devido ao instrumento implementado por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

Foram criados 50 cargos comissionados no final de outubro de 2002. A equipe de Lula, então chefiada pelo atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ocupou

conjunto de salas e escritórios cedidos pelo Banco do Brasil. O gasto com a infra-estrutura e a folha de pagamentos foi de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Procurado pela *Folha*, o Ministério do Planejamento alegou que foi um erro da SOF (Secretaria de Orçamento Federal), subordinada à pasta. A assessoria do ministério informou que os técnicos da secretaria desconheciam a lei.

No entanto, teriam previsto dotação para a equipe de transição de governo seguindo o mesmo princípio usado pelo governo passado, por meio de créditos suplementares. Até a conclusão desta edição, o Planejamento trabalhava com duas hipóteses para corrigir o erro. Primeiro, o presidente poderia incluir o ajuste na mensagem que ratificará a alíquota máxima do Imposto de Renda

da Pessoa Física. Na proposta orçamentária, o governo havia se equivocado, reduzindo a alíquota mais alta do IR de 27,5% para 25%. O governo manterá 27,5%.

Outra possibilidade seria recorrer ao relator do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC), que faria a correção destacando recursos para a equipe de transição. Ainda segundo a assessoria do Planejamento, a SOF teria previsto para esse fim recursos similares aos dotados em 2002, algo entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão.

Além da possibilidade de erro, o senador tucano Álvaro Dias (PR) levanta outra hipótese: “Omissão deliberada de alguém que prevê a reeleição do presidente Lula”. A maioria dos técnicos da SOF, que têm por obrigação conhecer a legislação sobre o tema, vem da gestão Fernando Henrique.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Excelentíssimo Presidente, Senhores Senadores e Senadoras, gostaria de homenagear o Dia Nacional do Idoso, instituído pela Comissão de Educação do Senado Federal e comemorado nesta terça-feira (27).

O Brasil, antes celebrado como o país dos jovens, atualmente tem cerca de 13,5 milhões de idosos, que representam 8% de sua população. Em 20 anos, o país será o sexto no mundo com o maior número de pessoas entre 60 e 65 anos.

Em 23 de setembro de 2003 foi aprovado, por unanimidade, no Plenário do Senado. O Projeto de Lei nº 57, do hoje Senador Paulo Paim (PT/RS), tramitava desde 1998 e beneficia pessoas entre 60 e 65 anos.

Entre os benefícios do Estatuto, pode-se citar:

1 – a proibição da discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados pelos Planos de Saúde em razão da idade. Determina ao Poder Público o fornecimento gratuito aos idosos de medicamentos, de uso continuado, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;

2 – para os transportes coletivos, intermunicipal e interestadual, ficam reservadas duas vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

O estatuto também prevê, entre outras medidas, seis meses de detenção para quem deixar de prestar assistência a idoso sem justa causa e pena de reclusão, de dois a cinco anos, para quem coagir o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração.

Apesar de hoje termos um Estatuto do Idoso, que é um grande avanço, aprovado durante o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), não podemos esquecer as aflições por que passam os idosos brasileiros.

A facilidade com que são oferecidos os empréstimos por consignação à terceira idade, na verdade, esconde juros abusivos e um ambiente bastante propício aos golpes de pessoas de má fé, noticiados constantemente nos veículos de comunicação.

O estatuto prevê que o idoso não deveria ser discriminado com valores diferenciados nos planos de saúde. Mas, Senhores Senadores e Senadoras, o que

vemos são verdadeiros absurdos cobrados por esses planos, e, quem não tem condições de arcar com esses valores, acaba tendo que enfrentar o sistema público de Saúde, uma vergonha neste País. Além disso, o nosso sistema de saúde também está preparado para atender à terceira idade, necessita de tratamentos mais prolongados e remédios caros.

Em relação à renda, o idoso brasileiro precisa se virar para viver com um salário mínimo de R\$300,00, que, na maioria dos casos, sustenta a ele e a toda a sua família. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que o idoso contribui com cerca de 53% da renda familiar. Se o salário mínimo já é pouco para uma única pessoa quanto mais para uma família inteira?

Não poderia deixar de esquecer aqui o desrespeito pelo qual passaram milhares de idosos brasileiros quando do recadastramento imposto pelo então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. O que víamos eram pessoas, sem a menor condição de sair de casa, chegando aos vários postos da Previdência em todos os lugares do Brasil.

Espero que essa data nos alerte para o que estamos fazendo pelos nossos idosos. Tenho certeza que todos nós queremos chegar a Terceira Idade da melhor forma possível e sermos tratados com dignidade.

Obrigado!

Senador **Flexa Ribeiro**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que trato diz respeito ao registro da matéria intitulada “Dinheiro sob o guardanapo”, publicada na revista **Época** do último dia 19 de setembro do corrente.

A matéria diz respeito ao assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, e mostra que depoimentos divulgados pelos Promotores que investigam o caso reforçam a tese do Ministério Público de que o ex-prefeito sabia da corrupção em sua administração e concordava com ela.

Sr. Presidente, tendo em vista a relevância do assunto, requeiro que a matéria acima citada passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Dinheiro sob o guardanapo

Depoimentos inéditos descrevem propina na prefeitura de Celso Daniel

Dois depoimentos divulgados na semana passada pelos promotores que investigam a morte de Celso Daniel, ex-prefeito de Santo André, reforçam a tese do Ministério Público de São Paulo de que Daniel sabia da corrupção em sua administração e concordava com ela. ÉPOCA teve acesso à íntegra dos dois depoimentos (*leia abaixo*). O nome das testemunhas não foi revelado por razões de segurança, mas uma delas é a faxineira que trabalhou três anos para Celso Daniel. Ela

contou à delegada Elisabete Sato e ao promotor Roberto Wider Filho que encontrou três sacolas de supermercado abarrotadas de dinheiro no apartamento do prefeito. O outro depoente é um ex-garçom do restaurante Baby Beef Jardim, onde o petista costumava se reunir com amigos. Entre eles o empresário Sérgio Gomes da Silva, que dirigia a Pajero blindada de onde Celso Daniel foi arrancado na noite do seqüestro, e o ex-vereador Klínger de Oliveira Sousa. O rapaz disse ter presenciado, no ano 2000, o empresário Ronan Maria Pinto passando dinheiro para Klínger. "Ronan tentou ocultar aquele valor sob um guardanapo de pano", disse o garçom. Em outra ocasião, Ronan teria recebido de uma subordinada uma sacola de papel lotada de dinheiro. Ronan nega as

acusações. Mas, para o MP, esses são indícios de corrupção.

A faxineira prestou depoimento no dia 9 de setembro. Disse que guardou o segredo durante quase quatro anos por medo. O relato do ex-garçom é mais antigo, de setembro de 2003. Mas ambos só foram revelados agora, logo depois do depoimento do chefe de gabinete de Lula, Gilberto Carvalho, à CPI dos Bingos. Carvalho não foi citado pelas testemunhas, mas foi acusado por João Francisco Daniel, irmão do prefeito, de levar o dinheiro do achaque a empresários de Santo André para o deputado José Dirceu. Carvalho negou as acusações e move um processo por danos morais contra João Francisco. ■

SOLANGE AZEVEDO

"REMOVEU O LENÇOL E SE DEPAROU COM TRÊS SACOS DE DINHEIRO"

Registros dos depoimentos de testemunhas revelados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo

TESTEMUNHA

Ex-garçom do restaurante Baby Beef Jardim, em Santo André

- "Alí travou contato com Ronan Maria Pinto, Klínger de Oliveira, Sérgio Gomes, Ozias e o falecido prefeito, que ocupavam na maioria das vezes a mesma mesa. (...) No ano de 2000, época da campanha eleitoral municipal, em que Klínger era candidato à vereança, o depoente viu quando Ronan tirou de sua bolsa um maço de dinheiro, com notas de R\$ 50 e R\$ 10, que estima no valor total de R\$ 2 a R\$ 3 mil, e entregou para Klínger. Inclusive o depoente reparou que Ronan tentou ocultar aquele valor sob um guardanapo de pano."
- "Uma semana mais tarde, aproximada-

mente, o grupo voltou a se reunir no restaurante. (...) Nessa reunião, compareceu Patrícia, (...) funcionária de Ronan, que trouxe uma sacola grande de papel, contendo uma grande quantia em dinheiro, dedução decorrente do volume que as notas faziam. (...) Esse dinheiro foi guardado pelo caixa do restaurante, junto com a pasta de Ronan."

- "O prefeito Celso Daniel, embora participasse com grande freqüência desses almoços, algumas vezes em companhia de sua namorada ou mulher dona Ivone" e uma filha da última, mantinha-se calado."
- "Em uma dada oportunidade, foi possível de se ver Klínger falando de forma dura e áspera com o próprio prefeito, fato que chamou a atenção dos presentes."

TESTEMUNHA

Faxineira de Celso Daniel

- "Próximo à Páscoa passada em relação à data da morte do prefeito Celso Daniel, ou seja, cerca de oito meses antes, ao chegar à residência do prefeito, a depoente se deparou com três sacos com o logotipo do hipermercado Pão de Açúcar, os quais estavam envoltos (sic) em um lençol na área de serviço. (...) Removeu o lençol e se deparou com três sacos de dinheiro em notas de R\$ 10, R\$ 50 e R\$ 100, fixados em vários montes com elásticos."

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a redemocratização que culminou com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988 representou um ponto de inflexão para a sociedade brasileira, não apenas quanto ao aspecto da representação política.

Da mesma forma, o encerramento do período autoritário deu início a um profundo esforço de reflexão da sociedade sobre si mesma e sobre suas injustiças, processo que até hoje perdura.

Superada a imobilidade e o silêncio impostos pelo regime de exceção, as demandas sociais reprimidas explodiram. Livre para se manifestar, o Brasil, ao se olhar no espelho, reconheceu seus erros, suas imperfeições e suas iniquidades.

Problemas já denunciados por autores como Euclides da Cunha e Monteiro Lobato, como a pobreza, a fome e a falta de educação e saúde, voltaram à tona, e temas como o racismo e a desigualdade de gêneros passaram a ser reconhecidos.

Naturalmente, o reconhecimento dos problemas é apenas o primeiro passo para solucioná-los. Idéias, palavras e intenções, somente, não podem substituir a ação.

O renascimento das demandas sociais provocou, e vem provocando, igualmente, profundas alterações na autocompreensão da sociedade civil brasileira e na dinâmica de suas relações com o Estado.

Convivemos ainda, é certo, com males já existentes nos tempos coloniais, porém, cada vez mais, o povo brasileiro demonstra o anseio de superar tais dificuldades e de estender condições adequadas de vida a todos seus componentes.

Um soberbo exemplo dessa alteração estrutural profunda das mentalidades pode ser observado no tocante ao trabalho infantil, sua evolução e sua aceitação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as imagens de crianças trabalhadoras submetidas a regimes desumanos de trabalho, como nas tecelagens e minas de carvão da época da Revolução Industrial, projetam, há tempos, perspectivas sombrias sobre o progresso industrial e o crescimento do comércio em nosso planeta.

Essas imagens exibem, claramente, como a crueldade, a indiferença e a ganância podem ser exacerbadas pelo crescimento econômico; como a gigantesca máquina da economia global pode arrastar os mais vulneráveis seres humanos a uma vida de desespero e abjeção.

Duzentos anos após o alvorecer da era da indústria e a intensificação do comércio mundial, ainda

convivemos com o horror da exploração de crianças e adolescentes. A Organização Internacional do Trabalho estimava que, em 2002, existiam no mundo 352 milhões de crianças entre 5 e 17 anos exercendo atividades remuneradas.

Apenas a Ásia respondia por 217 milhões de trabalhadores infantis, o maior número absoluto, ao passo que, em termos percentuais, a região do mundo que mais dependia do trabalho infantil era a África Sub-Saariana, onde aproximadamente 35% das crianças exerciam algum tipo de atividade econômica.

A América Latina não aparece muito melhor nessa estatística. Cerca de 20% das crianças latino-americanas exercem alguma atividade econômica.

Sr. Presidente, nos campos, florestas, aldeias e cidades, podemos encontrar trabalhadores infantis. Ao lado de formas tradicionais de produção, as quais envolvem, muitas vezes, a participação de toda a família, temos a produção de bens agrícolas, manufaturados e industrializados voltados para o mercado interno e internacional.

As plantações conhecem o trabalho infantil. As atividades extrativas também conhecem o trabalho de crianças. As oficinas de confecção de roupas e calçados de marcas internacionalmente reconhecidas se baseiam, muitas vezes, na mobilização de vastos contingente de mão-de-obra familiar, incluindo, na maior parte dos casos, crianças a ajudar seus pais.

O Brasil não deixa, infelizmente, de oferecer sua contribuição para tão vergonhoso quadro. O IBGE projeta, para o ano de 2003, o total de 5 milhões 370 mil trabalhadores de idades entre 5 e 17 anos, correspondendo a 6,38% da força de trabalho de nosso País.

Podemos observar, particularmente, que a maior parte das crianças trabalhadoras entre 5 e 14 anos exercem atividades agrícolas, pecuárias e de extração. Por sua vez, as atividades urbanas empregam um número maior, em termos absolutos e percentuais, de adolescentes entre 14 e 17 anos.

Esse número, embora sem dúvida excessivo, é, não obstante, um avanço nada desprezível em relação às condições anteriormente levantadas. Em 1992, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio estimava em 9,7 milhões os trabalhadores infantis, número que, em 1998, foi fixado em 7,7 milhões.

Houve, no período de 13 anos, uma redução da ordem de 45%, índice extremamente significativo sob qualquer ângulo e que reflete a mudança de paradigmas sociais, morais, legislativos e políticos ocorrida com a reconstrução da esfera pública decorrente da redemocratização e da promulgação da Constituição de 88.

Tradicionalmente, a sociedade brasileira sempre foi tolerante com a utilização de menores para a reali-

zação de diversos tipos de trabalho doméstico, agrícola ou industrial. O trabalho infantil sempre foi considerado natural, bem como o abandono da escola para o exercício de emprego em tempo integral.

O esforço efetuado no campo da educação, da saúde e da proteção à criança e ao adolescente apresentou e vem apresentando bons frutos. É cada vez menor a aceitação social do trabalho infantil e cada vez maior a consciência do valor da educação para o crescimento pessoal e do País como um todo.

O repúdio ao trabalho infantil nasce de um consenso social amplo e resulta da compreensão dos valores éticos que norteiam nossa civilização.

A proteção à criança e ao adolescente resulta não apenas da percepção de que o futuro de nosso País depende deles, mas também do reconhecimento de que a sociedade deve zelar pelos seus membros mais vulneráveis.

Cumprir dizer que reconhecemos hoje, plenamente, que o combate ao trabalho infantil, particularmente o de natureza árdua ou degradante, é uma questão essencial para a realização dos direitos humanos.

Signatário das convenções 138 e 182 da OIT, que regulam, respectivamente, a idade mínima de admissão ao emprego e a repressão às piores formas de trabalho infantil, e participante ativo do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, nosso país se insere, assim, em uma luta que ultrapassa suas fronteiras e se apresenta como um dos grandes desafios que se apresentam à comunidade dos povos.

No combate ao problema, nossas instituições não têm permanecido inertes. O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – vem permitindo, desde 2001, que crianças de todo o Brasil se dediquem aos estudos, recebendo bolsas para tanto.

O Ministério Público do Trabalho também desempenha eficientemente seu papel de defensor dos Direitos Humanos, por meio de ações judiciais e extrajudiciais.

O Congresso Nacional, por suas duas Casas, tem, igualmente, se mostrado atuante, quer pela fiscalização dos programas existentes e pela realização de audiências públicas, quer pela apresentação de proposições normativas.

Há hoje em tramitação no Senado e na Câmara, dezesseis projetos de lei que cuidam diretamente do assunto, tanto no sentido de combatê-lo quanto no sentido de oferecer proteção ao trabalho infantil, quando inevitável.

Sr. Presidente, se a sociedade brasileira, finalmente, despertou para a importância dos direitos humanos que prometera, por meio da Constituição, a todos os seus membros, é lícito dizermos que em nenhuma

outra área houve mais avanços que no combate à exploração do trabalho infantil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPESES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004,

e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13.10.2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 24, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que *prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.*

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20.10.2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que *revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.*

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26.10.2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003,*

5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de

congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão, coordenada pelo Secretário-Geral do Senado, Raimundo Carreiro Silva.

(Levanta-se a sessão às dezenove horas e nove minutos.)

(OS Nº 16706/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é sempre bom voltar às experiências e ações bem-sucedidas ou a falas e gestos de figuras que deixaram para a História exemplos a seguir. É sempre bom neles nos inspirarmos.

Se tivéssemos que retroceder ao 1º de janeiro de 2003 não seria para nada disso, muito menos para encontrar inspiração. Apenas, no máximo, para lamentar.

A inspiração, preferimos buscá-la nos exemplos do passado, nas lições de advertência que se perpetuam e acabam fazendo com que a Nação entenda os porquês de malogros na condução da vida pública.

Tantos e tenebrosos são esses desacertos, a partir de 2003, que procurei alguma interpretação na obra de sábios do passado.

É de um passado muito remoto o fabulista grego Esopo, que nasceu no século VI A C. Ele contava histórias simples, mas de forte fundo moral, e usava sempre animais como personagens.

Na atualidade, as coisas da política e da Administração Pública não estão dando certo. Por isso, chego o momento em que a Nação, perplexa, indaga

as razões de malogro ou de desvios de conduta na gestão pública.

Se agora quiséssemos interpretar esse espaço, que começa há dois anos e meio, e se recorréssemos a Esopo, a sua fábula da Raposa e das Uvas ajudaria a entender o desastre em que se vai transformando este quadriênio perdido.

A raposa, conta a fábula, não conseguiu as uvas no alto da parreira. E a frase que ela disse – “estão verdes” – passou a ser expressão sempre que alguém busca coisas impossíveis. A dúvida é saber “quem está verde”? Os que procuram algo, ou o algo procurado por alguém?

Com a ajuda de Esopo, pode-se concluir que provavelmente a Nação tenha sido levada a uma mera tentativa, em nada, em nenhum milímetro, regida pelos exemplos históricos. Pelo despreparo, sim; e, de quebra, sem programa.

A fábula é uma espécie de lição de inteligência, de justiça e de sagacidade, mas, também, e principalmente, é um conto de moralidade popular, perpetuado pela voz de Esopo e seus seguidores, entre eles o francês La Fontaine.

No Brasil desta fase de retrocessos, os Esopo se multiplicam na voz do povo, que é a voz de Deus.

Não é fora de propósito, pois, quando se fala em Deus, lembrar Vieira, o Padre Antônio Vieira, dos sempre atuais ensinamentos.

Como as lições de moralidade das fábulas de Esopo, lembrar Vieira é adaptar suas palavras ao cenário que hoje o povo brasileiro amarga.

Dizia o grande pregador nos séculos e séculos passados – e quem fala agora é Vieira:

Ao assentar o trono do reino [aí, digo eu: portanto, também, ao assumir um Governo, daí a atualidade], a primeira coisa que o Rei fará será escrever, por sua própria mão, para ler todo dia que se deve temer a Deus.

A boa interpretação sugere que ao governante impõe-se o cumprimento fiel do que está escrito na lei, começando pela construção do País.

Por que isso? De novo, tento interpretar Vieira: *Para ler todo o dia que se deve temer a Deus*. E respeitar e agir em favor do povo e do País, que, como ensina Vieira, são expressões de Deus.

Deus se escreve com quatro letras; povo também tem quatro letras. Com quatro letras também se escreve país. E o que é país senão o povo? O povo de Deus!

Esse trecho de um dos Sermões de Vieira, mais do que sugerir, adverte que, ao assumir – como o rei ao assentar-se no trono – o governante (o presidente, o governador, o prefeito) não se devem distanciar de Deus; portanto, não se deve distanciar do povo; portanto, não se deve distanciar do País.

Bem interpretado, eu diria que do dirigente o que se espera é, ao menos, atenção às quatro letras já mencionadas, às quatro letras com que se escreve Deus, significando povo e o País.

Para o brasileiro, a espera foi em vão. Em vão, sim!

Primeiro, porque, a despeito dos corretos conselhos de Vieira ao capítulo brasileiro iniciado quase três anos atrás, faltou a leitura. O protótipo local do rei nada lê. Nem ao menos a lei.

Vieira ensina: *Da lei não se aparte nem um ponto, nem para a mão direita nem para a esquerda para, desse modo, conservar o reino*, [no caso, o País]. Conservar e pulsionar.

Sigo, adaptando aos dias de hoje a semântica e a ortoépia que Vieira usava:

Esta é a arte de reinar, dizia Vieira, e eu interpreto: quer dizer, de governar. E esses são os documentos políticos e estas são as razões de Estado. Estas são e nenhuma outras...

Estas são a verdadeira e única sabedoria...

E, após, o conselho: *Estudem-se, aprendam-se e sigam-se as razões de estado, de Deus*.

Repito Vieira: *Estudem-se, aprendam-se!*

Sei que isso pode soar estranho a quem apenas assentou. Assentou e nada mais! Nada lê.

Volto a outra advertência de Vieira, insistente do bom conselho, que se torna atualíssimo:

Não digo que se não leiam os livros; mas toda política sem a lei (de Deus) é ignorância, é engano, é desacerto, é erro, é desgoverno, é ruína.

Pelo contrário, [prossigo com Vieira] a lei de Deus [portanto do povo, do País – volto às quatro letras –] só, sem nenhuma outra política, é política [a repetição é de Vieira, para maior ênfase], é ciência, é acerto, é governo, é acerto, é conservação, é seguridade.

Sigo, com mais conselhos de Vieira, atualíssimos e que caem como uma luva nos procedimentos que o Brasil tanto estranha, porque não merecedor do desprezo às quatro letrinhas: de Deus, de povo, de País:

Vieira observa que *o fim de toda política é o aumento* (no sentido, eu entendo, de desenvolvimento).

Ele, Vieira, faz uma interrogação, igual à que fazem os brasileiros de hoje: aí fala novamente, Senadora Heloísa Helena, o Padre Antonio Vieira: *Como se hão de aumentar os reinos, se não tiverem por si a Deus [aí eu acrescento: se não tiverem o povo, o País], que os dá?*

E aí volta Vieira com sua invejável didática: Se não tivermos contra nós a Deus, segura está a conservação; se tivermos por nós a Deus, seguro está o aumento (aumento, para nós, eu interpretaria como desenvolvimento, mais uma vez).

Ponha-me Deus, diz Vieira – e eu interpreto o povo, o País –, junto a si, e venha todo mundo contra mim, dizia Job, que também era rei.

Se tivermos da nossa parte a Deus [à Pátria, eu entendo], ainda que tenhamos contra nós todo mundo, todo mundo não nos poderá ofender: mas se tivermos a Deus [o povo, o País] contra nós [insatisfeita e maltratada], ainda que tenhamos todo mundo da nossa parte, não nos poderá defender todo o mundo.

À última frase de Vieira, acrescento uma interpretação, devidamente adaptada ao Brasil da atualidade:

Primeiro, a frase: *Fazer liga com Deus, ofensiva e defensiva, que estaremos seguros*, diz Vieira.

A interpretação e a adaptação: *Fazer liga com o povo, com o País, ofensiva e defensiva, que estaremos seguros*.

Vieira não foi ouvido. Era preciso.

Deus também não foi ouvido.

O povo também não foi ouvido.

O País também não foi ouvido.

E nem atendidos.

E era preciso!

Era. Já agora se revela tardiamente a ligação.

Senadora Heloísa Helena, eu, antes de mais nada, faço aqui o que já foi feito pelo meu Partido, pela palavra do Senador Alvaro Dias, a manifestação de solidariedade a V. Ex^a pela covardia que sofreu. E digo covardia com muita clareza, partiu de uma figura menor, mas as pessoas sempre dizem que não se briga para baixo, mas covardia é covardia. E digo covardia porque observei bem aquela cena deplorável pela televisão – e V. Ex^a não fez a não ser reagir –, e eu percebi muito mais valentia em relação a V. Ex^a do que em relação ao Deputado João Fontes.

Estranhei; eu estranhei. Eu me criei de outra maneira; eu teria sido mais valente com o Deputado João Fontes do que com V. Ex^a – V. Ex^a me conhece bem. Estranhei muito e lamentei.

Lendo os jornais de fim-de-semana, vejo coisas incríveis: José Dirceu disse que Lula sabia, do jeito José Dirceu de ser, mas disse. Acabei de encaminhar para os Anais entrevista de V. Ex^a, também dos últimos momentos, do dia 25, se não me engano, dizendo que não se poderia montar algo tão sistêmico, um esquema tão sistêmico de corrupção sem o Presidente saber. Encaminhei também aos Anais, ainda há pouco, artigo publicado hoje no jornal **Folha de S. Paulo**, pelo, para mim sempre Deputado, Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

Plínio de Arruda Sampaio Júnior, tanto quanto V. Ex^a, de mim discrepa quando nós pensamos o mundo, quando examinamos economia, quando nós examinamos a figura e a forma da administração pública. Mas Plínio de Arruda Sampaio Júnior, que não teve de

mim nenhum motivo para que ele não me respeitasse, e eu não encontrei nenhum motivo para desrespeitar Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Então, estou saindo no lucro, porque ele demonstrou claramente que já não respeita o Partido que integrava. Ele não precisa ser meu aliado, basta me respeitar. Ele poderia ser aliado ou ser adversário de quem já foi aliado, mas ele demonstrou claramente que, por eles, perdeu o respeito. Isso é um fato. Eu não faço questão da opinião a meu favor. Faço questão do respeito. É o que posso cobrar. Estive ontem no Grêmio Estudantil 11 de Agosto – aliás, pediram-me que transmitisse a V. Ex^a o convite deles para que V. Ex^a fosse lá. Querem que V. Ex^a faça a próxima palestra. Percebi que toda aquela agitação de quando foi um outro personagem da política lá há pouco tempo comigo não houve. Tratamento respeitoso, perguntas, algumas duras – e teria de ser assim, mas extremamente respeitosos do começo ao fim do debate, que teria ido noite a dentro se não tivesse havido a intervenção do Presidente da Mesa que disse: vamos limitar até tal hora da noite. Já estavam as pessoas voltando para fazerem mais perguntas, e percebi que foi um momento muito bom de encontro com pessoas tão mais jovens e que, no entanto, revelam tanto amadurecimento e tanta capacidade de estabelecer sua visão crítica sobre o mundo.

Mas estamos vendo de tudo no País. Vimos, por exemplo, a tentativa de transformarem o escândalo do futebol num *mix* com os assuntos da CPI dos Bingos. Então, falo agora até como flamenguista. O Flamengo ganha uma posição se essa roubalheira toda do futebol for decidida. Mas não quero emascular a CPI dos Bingos e tirá-la dos seus assuntos para cuidarmos agora de futebol. Podemos até pensar numa CPI para o futebol, outra se quiserem, a CPI do Apito, enfim, mas não entrarmos mais nesse jogo de permitirmos que atenções sejam desviadas do essencial, do fundamental. É o fundamental e essencial, sem dúvida alguma, são os casos que estão colocados ali.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, V. Ex^a me permite um aparte, somente para uma informação?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Se V. Ex^a me permitir, é sobre esse caso do futebol, do juiz e do Sr. Nagib Fayad. Falei, há pouco, com o Deputado Romeu Tuma Júnior, que tem conhecimento profundo do futebol paulista, e a Comissão das Lideranças da Assembléia Legislativa estava decidindo sobre a instalação já requerida de uma CPI Especial, objetivando a apuração deste caso. Acho que São Paulo, em razão dessa situação, se instalada a CPI, terá mais condições do que nós em aprofundar o levantamento total do que for necessário. Depois, poderemos colher informações caso apareçam problemas de interesse da CPI dos Bingos. Não sei se V. Ex^a concorda ou não, mas eu acho que São Paulo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Eu creio que essa é uma saída, sábia e legítima. É uma saída e legítima. Não caberia misturarmos os assuntos e, misturando os assuntos, perdermos o foco e deixarmos, assim, de maximizar, otimizar os objetivos da CPI e os resultados que ela pretende alcançar.

Mas continuo referindo-me a momentos que a imprensa registrou no último fim de semana: a entrevista de Paulo de Tarso Venceslau, a saída de Parlamentares da chamada “esquerda do PT”, desse partido às vésperas dessa decisão na Câmara. O PT saindo com um nome que reputo respeitável, tenho estima pessoal pelo Ministro Aldo Rebelo, mas o PT saindo com uma candidatura que não é do PT, recrutada num pequeno partido. O PT, portanto, sem condições de apresentar um nome seu. Ele, que tem tantos nomes bons, tantos nomes que poderiam até ter sido, quem sabe, aceitos por nós. Falamos no Deputado Paulo Delgado. E eles acham que o Deputado Paulo Delgado, por ser uma pessoa aberta, pertence aos nossos quadros. E não é verdade. Seria alguém independente – e talvez isso eles não queiram –, mas acredito até que Aldo Rebelo seria também alguém independente, e alguém que viria... Mas, enfim, eles disseram assim: nós não temos condição de apresentar um nome. E não apresentaram nenhum nome. E nós temos condições de apresentar um nome e apresentamos um nome, Deputado José Thomaz Nono, e vamos com ele para a decisão.

Quero apenas advertir o Governo de que eu cheguei de São Paulo ainda há pouco e vi, por várias pessoas que me abordaram no aeroporto, no BBRestaurant antes, o interesse que a sociedade brasileira tem, Senador Teotônio Vilela Filho, por essa eleição. Um interesse enorme. A sociedade está de olho. Está cada dia mais atenta.

Eu diria que este País vai sair melhor, sim, após o episódio da apuração de todos esses delitos cometidos sob inspiração deste Governo. A corrupção começou no Executivo e se espalhou para o Legislativo. Assim foi o movimento que abalou a estrutura moral do País. Vai sair um País mais exigente, vai sair um País mais cobrantino, vai sair um eleitor melhor, vai sair uma sociedade mais envolvida na expectativa e na figura de procurar evitar que joio e trigo se misturem a ponto de comprarmos joio como se fosse trigo. Eu sempre digo que a sociedade não se pode colocar, Senadora Heloísa Helena – já lhe concedo o aparte –, alienada deste momento, como se a corrupção fosse uma coisa dos de Brasília, como se a sociedade não tivesse nada a ver com isso, como se jabuti subisse em árvore sem ser pela mão de gente ou por enchentes.

É fundamental uma autocrítica também por parte da sociedade brasileira. Que ela não compre mais gato por lebre e que entenda a importância do seu voto. O voto é que será capaz de fazer uma Câmara dos Deputados ou um Senado, melhor a Câmara e pior o Senado, ou melhor o Senado e pior a Câmara ou melhor os dois, como gostaríamos tanto de ver.

Senadora Heloísa Helena, concedo o aparte a V. Ex^a, com muita alegria.

A Sr. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Arthur Virgílio, primeiro agradeço de coração pela solidariedade de V. Ex^a. Sabe V. Ex^a que nos respeitamos exatamente porque somos capazes de assumir nossas diferenças. V. Ex^a, com veemência, condena qualquer crítica que eu faça ao Governo que liderou. V. Ex^a sabe exatamente que eu estou convencida de que aconteceram crimes contra a administração pública no processo de privatização do Governo Fernando Henrique. Mas a minha estima por V. Ex^a é muito maior, porque V. Ex^a sabe combater com veemência quando faço crítica ao Governo que V. Ex^a liderou, mas sabe do respeito que tenho por V. Ex^a ter a coragem de ir à tribuna defender com veemência, como também faço. Acho que respeito, numa tentativa de democracia representativa, se dá exatamente dessa forma, da estima que tenho por V. Ex^a. Não confiaria o meu filho para estar com alguém se não tivesse estima, consideração e respeito, como tenho por V. Ex^a e por sua esposa, e o carinho que tenho, direta e indiretamente, pelos seus filhos. Então, agradeço-lhe pela generosidade, pela solidariedade de V. Ex^a. Chego a ficar emocionada, às vezes, porque tenho certeza de que se eu fosse uma Senadora da canalha do Senado ou da Câmara, ou mulher de banqueiro ou de Senador poderoso, de que ele acabaria não fazendo o que fez, mas, se alguém acha que esse tipo de atitude desrespeitosa é capaz... Fico emocionada porque sou mãe, sei a preocupação que dou aos meus filhos, aos meus amigos. Só por isso é que fico. Agora, em nenhum momento, significa uma única gota de medo ou de uma complicação. Nenhuma, porque sou desse jeito mesmo. O homem, o pai de família que aceitar que sua esposa, sua mãe, sua filha, sua irmã seja tratada de uma forma desqualificada, desprezível e desrespeitosa pode condenar a minha atitude. Uma mulher que aceita que alguém lhe dirija uma palavra de baixo calão e fica mansa, domesticada pode condenar a minha atitude. Mas quero deixar absolutamente claro que se, a minha atitude foi considerada violenta, ninguém nem viu o que é que sou capaz de fazer daqui para frente. Ninguém nem viu. Então, se alguém acha que esse tipo de atitude que acabou gerando reação do Deputado João Fontes e de outros Parlamentares, da minha querida companheira Luciana Genro, do Deputado Babá, se alguém acha que é capaz de, pela palavra desqualificada, de baixo calão, da ameaça sórdida... Sei que tem gente que é capaz de qualquer coisa, de roubar e de matar. Isto para mim é mais doloroso ainda conseguir identificar: do que essas pessoas são capazes. Porque, quando você encara alguém e vê que a pessoa é capaz de matar e de roubar, já imagina que as pessoas são absolutamente sem limites. Mas estamos naquela fase de que pode vir fervendo porque estamos feito larvas vulcânicas. Não adianta tentar atemorizar pela forma desqualificada, machista, desrespeitosa, pela ameaça,

pelo medo, porque não vai conseguir viabilizar nenhum passo para trás em nossas lutas políticas. Então, quero agradecer pela solidariedade de V. Ex^a, porque nos respeitamos exatamente pelo que somos. V. Ex^a defende um mundo completamente distinto do meu, e sei que defendo um mundo completamente diferente. Talvez estivéssemos em campos tão diferentes, tão opostos em um determinado momento da vida nacional que poderíamos ser considerados inimigos, adversários ou o que quer que seja. O importante é vivermos num mundo em que nos respeitamos não pela forma sórdida, cínica, dissimulada, às vezes sofisticada, mas igualmente desprezível. Olhamos o adversário no olho, sabemos que defendemos mundos distintos e fazemos o bom combate. Por isso, acho importante respeitarmo-nos. Agradeço a solidariedade de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a, na verdade, só fez reagir. Percebi que a figura menor tentou ser mais veemente com V. Ex^a do que com o Deputado João Fontes, que agora está aqui presente. Isso para mim é uma marca, porque sou de instinto. Assumo este meu lado animal com muita tranqüilidade: sou de instinto. Isso, para mim, é uma definição de caráter, afinal, meu pai me acostumou a ser mais valente com homem do que com mulher. E tenho sido assim ao longo do tempo, por isso estranho.

V. Ex^a não fez mais do que se defender. Também tenho muito orgulho da sua amizade, dos momentos de companheirismo que temos aqui, da sua bondade pessoal, já experimentada por minha família em determinado momento – V. Ex^a se lembra. Creio que o importante mesmo é todos saberem que uma figura como V. Ex^a não se deixa desrespeitar e não o fez. Não adianta tentarem dizer que houve baixaria, porque não houve. Insultada de maneira vil, V. Ex^a reagiu de maneira candente, com algumas hipérboles, e o Deputado João Fontes foi contido, porque, parece-me, ia reagir de maneira ainda mais candente, sem usar palavras. Foi o que percebi pela televisão.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Arthur Virgílio, interrompo V. Ex^a, para prorrogar a sessão por mais 15 minutos. São cinco minutos para V. Ex^a e 10 minutos para o Senador Heiráclito Fortes.

V. Ex^a continua com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quanto à visão de mundo diferente, já me acostumei com isso. Por exemplo, as privatizações: tenho certeza de que, com elas, o Brasil passou a ter uma economia mais produtiva, mais competitiva. Não é essa sua visão, mas há um ponto em que concordamos, tenho certeza. Imagine mais teles nas mãos dessa gente; imagine mais estatais nas mãos desse pessoal: ia ser uma farra, uma “jeanycornerização” político-econômica desta República, infelizmente já tão “jeanycorneracanalizada”. Enfim, quanto a isso, nós estamos de acordo, tenho certeza.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de registrar minha perplexidade diante desse quadro. Tenho falado com pessoas do Governo – pessoas que até estimo –, e dizem assim alguns: a coisa parou de piorar. Parar de piorar é agora um terço dos jornais falar de escândalo todos os dias e não mais a metade das revistas e dos jornais. Qualquer um desses casos de corrupção seria o bastante para desestabilizar qualquer Governo.

A revista **O Cruzeiro**, muita antiga, tinha um grande chargista, cujo nome não lembro, que fazia o Ministério das Perguntas Cretinas – meu pai repetia muito isso, por isso ficou marcado da minha infância para cá, Senador Teotônio Vilela Filho. Esse humorista brasileiro, por meio dessa seção, brilhava na revista **O Cruzeiro**. Então, o Ministério das Perguntas Cretinas teve, agora, a participação presidencial outra vez – ministério das perguntas, não, das respostas dessa vez. O Presidente, disse, achando-se o máximo: estou com uma cotação baixa nas pesquisas, mas não está ruim, porque, se fosse outro, estaria com zero. Ou seja, ele acha que merece zero, mas, por qualquer razão, o povo lhe dá alguma coisa. Foi uma auto-reprovação muito clara: ele se acha merecedor de zero e se considera uma figura tão simpática, tão fabulosa, dono de uma história que imagina tão superior à de todo mundo, que diz: *ainda bem que sempre me sobra alguma coisinha*.

Fico impressionado. O Brasil sabe que não pode repetir essa aventura, essa experiência; o Brasil sabe que não pode repetir esse caos. O Brasil sabe que, não fosse a conjuntura internacional tão favorável, que ainda garante certo suspiro econômico para este Governo, haveria algo parecido com a mazorca, com a anomia, em um Governo que não tem o controle da Câmara e que trabalha organizadamente sob a maioria que se constitui opositora nesta Casa. O Senado funciona muito bem: sob o comando da Oposição, e a Câmara hoje não está funcionando. A partir de amanhã, vai definir, Senador José Agripino, qual o entendimento que tem de maioria. Amanhã vamos saber disso ou, quem sabe, na madrugada, de depois de amanhã.

Senadora Heloísa Helena, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Será bem rápido, só para complementar uma coisa de que já havia falado. Em todos os momentos, é sempre bom – já que V. Ex^a está na tribuna – deixar registrado o repúdio. Como não bastasse o povo brasileiro olhar para o Congresso Nacional como uma Casa desmoralizada, porque ela funciona como base de bajulação para um Governo desmoralizado, liberar mais de R\$500 milhões para definir uma eleição da Câmara é contar muito com a impunidade. Como diz o Deputado João Fontes, em plena crise, com todo o olhar da sociedade, num misto de tristeza e indignação diante da postura do Congresso Nacional – é claro que, quando falo do Congresso Nacional, refiro-me a alguns que se submetem a esse jogo

sujo e sórdido –, o Governo confia tanto na impunidade e na mediocridade do Congresso Nacional em continuar sendo medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, que comete a ousadia de liberar mais de R\$500 milhões, para viabilizar os interesses da sua candidatura na Câmara dos Deputados. Faço esse aparte, apenas para, mais uma vez, registrar repúdio. Não é possível uma coisa como essa!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir. Demonstrarei agora, sociologicamente, por que confio na Câmara, com muita tranquilidade, Senador José Agripino.

As instituições, sobretudo as seculares, não nasceram para morrer, mas para se reproduzirem como modelo. A Igreja Católica, em algum momento, sentiu necessidade de algo mais ousado, e nasceu o Movimento Carismático; as seitas protestantes não deixam de ser uma tentativa de aumentar o proselitismo mais aguerrido em comparação com as igrejas protestantes, com as igrejas evangélicas tradicionais. Portanto, tudo que é mais tradicional é mais acomodado: a Igreja Católica, à qual me filio, as igrejas batistas. As mais antigas tendem a ser menos aguerridas que o movimento carismático, que as seitas evangélicas mais recentes, as seitas pentecostais, por exemplo.

O mesmo se aplica às Forças Armadas. As Forças Armadas hoje não se lembram mais de nada. Ninguém se lembra mais de tortura. Ninguém se lembra mais de nada. Elas souberam limpar-se, purificar-se.

Assim, a Câmara, que é uma instituição secular, tem dois caminhos. O Brasil é o terceiro país em funcionamento linear e extensivo do parlamento.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Em jornada de funcionamento, o parlamento do Brasil perde apenas para o da Inglaterra, a mãe do parlamento ocidental, e para o filho primogênito da tradição parlamentar anglo-saxônica, que são os Estados Unidos. Temos mais tradição de parlamento do que a Suécia. Esse é um fato estatístico e registrável por todos os livros que se interessam pelo tema.

A Câmara tem duas alternativas, se não quiser sucumbir como instituição: uma é mostrar que não se rende, nem se vende por R\$500 milhões; a outra é, sem dúvida alguma, afirmar a sua independência elegendo, primeiramente, alguém independente e, em um segundo momento, punindo quem tiver de punir, absolvendo quem for inocente e fazendo justiça, para que possamos olhar para o Congresso, como um todo, com o respeito de antes.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, eu e tantos outros companheiros nos temos revezado nesta tribuna, procurando levar uma palavra equilibrada, de denúncia, de cobrança, de fiscalização. A Senadora Heloísa Helena é outra que se junta à nossa palavra permanente de fiscalização. O que fazemos é nada mais nada menos do que alimentar a temperatura, para que o desfecho aconteça, sem que o ímpeto esmoreça. Vou chegar lá. Não existe nada que me irrite mais, Senador Arthur Virgílio, do que, na rua, em locais públicos, receber as seguintes perguntas, cada vez mais freqüentes ultimamente: Vai dar em pizza essa investigação toda? Fulano de tal vai escapar? Beltrano não vai ser cassado? Tudo isso está-se repetindo com freqüência. A nossa obrigação, como V. Ex^a está falando agora, ao recuperar fatos, fazer análises, dissecar com argumentos os problemas do Governo e do País, é a de levar à frente algo que aconteceu no primeiro placar. Daí minha confiança em que nem vai dar em pizza, nem Fulano, Sicrano e Beltrano vão escapar da cassação. É o placar de 313 a 158. O Deputado Roberto Jefferson, que teve o mérito de ser o denunciador de tudo o que estamos investigando hoje, foi cassado, num ato de autopurgação da Câmara dos Deputados, com 313 votos. Os mais otimistas esperavam que se chegasse a 300 votos, 290, e se chegou a 313 votos, surpreendendo até o próprio Deputado Roberto Jefferson. É a autopurgação da Câmara dos Deputados. O que digo a essas pessoas é o seguinte – e digo em tom fora do meu normal: quem criar expectativa, quem apostar em pizza vai perder o bonde da história, porque não há hipótese de isso dar em pizza. Se percebermos movimentos nesse sentido, vamos virar bicho, vamos sair do nosso normal, vamos elevar o grau das denúncias, dos debates, porque não é possível. Estamos vivendo a hora da verdade, e a banda podre do Congresso vai ter que purgar, vai ter que ser eliminada. Essa é a nossa hora também! Então, esse debate, esse tipo de declaração que fazemos, os argumentos que expomos aqui são nada mais, nada menos do que a manutenção da temperatura, para que o fato aconteça, para que a purgação ocorra e para que o Congresso repita 313 a 158 e coloque para fora desta Casa aqueles que desonram a vida pública no Brasil. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador José Agripino.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se eles se referem à palavra pizza de modo simbólico, também vou dizer que a exigência que se coloca pela Nação ao Parlamento agora é de modo simbólico também: alertando que pizza é calórico, partirmos pela condenação e pelo emagrecimento cívico de todos os gordinhos simbólicos que se locupletaram com a cor-

Ata da 169ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Sra. Ana Júlia Carepa,
e dos Srs. Ramez Tebet, Teotônio Vilela Filho, Rodolpho Tourinho,
Ribamar Fiquene, Luiz Otávio, Garibaldi Alves Filho e Pedro Simon*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Período : 29/9/2005 07:25:17 até 29/9/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PMDB	MA	MAURO FECURY		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MÓTTA		X	P?	DF	VALMIR AMARAL		X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					

Compareceram: 51 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler neste momento.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 612/2005-GSMC

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Ao cumprimentar V. Exa., comunico o meu desligamento do Partido Liberal, formalizado no dia 27 do corrente mês perante o Diretório Nacional, solicitando que seja determinada a adoção das providências de estilo, colhendo do ensejo para reiterar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Marcelo Crivella**.

OF. GLPMDB Nº 371/2005

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Wellington Salgado, como Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Cordialmente, – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 7 e 98/2005, de 20 e 19 do corrente, respectivamente, do Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 402, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 21/2005, de 20 do corrente, do Secretário de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 701, de 2005, do Senador José Jorge;

- Nº 96/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 397, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 99/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 404, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 100/2005, de 19 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 693, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 807/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 411, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 808/2005, de 20 do corrente, do Ministro da Ciência e Tecnologia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 683, de 2005, do Senador José Jorge; e
- Nº 23.967/2005, de 12 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.511, de 2004, do Senador Heráclito Fortes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 60/2005, de 21 do corrente, do Ministro do Turismo, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 408, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 169/2005, de 22 do corrente, do Ministro das Comunicações, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 412, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 218/2005, de 16 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 785, de 2005, do Senador José Jorge;
- Nº 221/2005, de 19 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 595, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;

- Nº 367/2005, de 19 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 713, de 2005, do Senador Tasso Jereissati;
- Nº 558/2005, de 8 do corrente, do Ministro do Controle e da Transparência, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 400, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 981/2005, de 19 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 606, de 2005, do Senador Álvaro Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações e as comunicações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

As informações referentes ao Requerimento nº 785, de 2005, encontram-se à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO
DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

- Nº 269/2005, de 8 do corrente, do Advogado-Geral da União, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 401, de 2005, do Senador Artur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.
Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**AVISOS
DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

- Nº 69/2005, de 20 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.407, de 2004, do Senador César Borges;
- Nº 71/2005, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 657, de 2005, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 73/2005, de 21 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 159, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2005

Altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.

.....

VII – o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. (NR)”

“Art. 103.

.....

IV – promover a substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas.

..... (NR)”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil assinou, em 16 de junho de 2003, a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, discutida e aprovada pela 56ª Assembléia Mundial de Saúde, que tem por objetivo a proteção das presentes e futuras gerações contra o consumo do tabaco e a exposição à fumaça gerada pelo tabaco.

Para ser ratificada, a Convenção precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional. Em virtude disso, tramita no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco.

A matéria deverá ser apreciada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores (CRE), antes de ser submetida ao plenário. Já foram realizadas 5 (cinco) audiências públicas no sentido de instruir a matéria desde o início de sua tramitação no Senado Federal. Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária foi designado Relator o Senador Heráclito Fortes (PFL – BA).

A Convenção apresenta medidas que devem ser adotadas pelos países signatários relativas à proteção da saúde e do meio ambiente, aos mecanismos institucionais e financeiros de controle do

tabagismo, à redução da demanda e da oferta de tabaco. Como medida de controle da oferta de tabaco, o artigo 17 da Convenção determina o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis, nos seguintes termos:

Artigo 17. As partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes, promoverão, conforme proceda a alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente os varejistas de pequeno porte.

Como forma de dar opção aos produtores rurais que desejarem substituir a cultura do fumo por atividades alternativas é que propomos, no presente projeto de lei, a alteração da Lei Agrícola brasileira (Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991), prevendo a possibilidade de concessão de incentivos especiais, bem como destacando o estímulo a essa substituição entre os objetivos do crédito rural. Esta é a proposta para a qual, por justa e meritória, solicitamos o apoio dos demais parlamentares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola.

Art. 48. O crédito rural, instrumento de financiamento da atividade rural, será suprido por todos os agentes financeiros sem discriminação entre eles, mediante aplicação compulsória, recursos próprios livres, dotações das operações oficiais de crédito, fundos e quaisquer outros recursos, com os seguintes objetivos:

I – estimular os investimentos rurais para produção, extrativismo não predatório, armazenamento, beneficiamento e instalação de agroindústria, sendo esta quando realizada por produtor rural ou suas formas associativas;

II – favorecer o custeio oportuno e adequado da produção, do extrativismo não predatório e da comercialização de produtos agropecuários;

III – incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada conservação do solo e preservação do meio ambiente;

IV – (VETADO)

V – propiciar, por meio de modalidade de crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos

pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais;

VI – desenvolver atividades florestais e pesqueiras.

Art. 103. O Poder Público, por meio dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que:

I – preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade;

II – recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas de sua propriedade;

III – sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, consideram-se incentivos:

I – a prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial, por meio da concessão de crédito rural e outros tipos de financiamentos, bem como a cobertura do seguro agrícola concedidos pelo Poder Público.

II – a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infra-estrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação;

III – a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento, por meio dos órgãos competentes;

IV – o fornecimento de mudas de espécies nativas e/ou ecologicamente adaptadas produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal; e

V – o apoio técnico-educativo no desenvolvimento de projetos de preservação, conservação e recuperação ambiental.

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – decisão terminativa)).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 342, DE 2005

Institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E instituído o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, que será celebrado no dia 7 de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A história do movimento indígena data de tempos remotos, inicialmente com simplicidade e menos ousadia, não obstante a isto, na atualidade tomou-se luta universal quando órgãos como a ONU abraça a causa dado o quanto excluído é esta parcela de seres humanos que povoa o nosso planeta terra.

Apoiadas por ampla divulgação veiculada nos meios de comunicação, as pessoas deste segmento, antes tidas como “silvícolas” ou “selvagens”, começam a ser tratadas sob uma nova ótica, a da cidadania.

Em nosso projeto, buscamos o dia 7 de fevereiro em face da extrema importância para a história do Brasil, para as comunidades indígenas e, por certo, para as entidades da sociedade civil que lutam em prol do reconhecimento dos direitos do índio.

Cabe informar que para o ano de 2006, exatamente no dia 7 de fevereiro, no Brasil, propriamente na cidade gaúcha de São Gabriel, haverá um conjunto de atividades em prol do resgate da memória da luta indígena.

Esta memória a resgatar reporta-se aos fatos narrados na década de 1930 pelo general Ptolomeu de Assis Brasil na obra “Batalha de Caiboaté”, baseada no diário do general português Gomes Freire de Andrade, onde cerca de 1.500 índios guaranis foram dizimados pelos exércitos português e espanhol.

Neste fato histórico, narra-se que em 7 de fevereiro de 1756 foi morto o líder da resistência, Sepé Tiarajú, às margens da Sanga da Bica, atual Município de São Gabriel (RS). Três dias depois, em torno de 1.500 índios são aniquilados pelo exército binacional, culminando com o fim da Guerra Guaranítica e o cumprimento do Tratado de Madri assinado, em 1750, pelos reis de Espanha e Portugal.

Tais fatos voltarão à tona em 7 de fevereiro de 2006 quando das celebrações da morte do índio Sepé Tiarajú, símbolo da resistência Guarani.

Agora, 250 anos depois da morte, num resgate histórico, pretendemos dar ao índio brasileiro uma data da qual possa se orgulhar por sua bravura e resistência.

Mais do que uma disputa por terras estava em jogo, nessa guerra, a hegemonia portuguesa sobre um modo de vida que se baseava num sistema igualitário e justo. O pensador francês Voltaire declara que “as Missões Jesuíticas na América do Sul representam um triunfo para a humanidade” e nisso nós concordamos.

Portanto, é com vistas ao reconhecimento pleno da cidadania deste seguimento da nossa sociedade e da valorização de quem primeiro chegou ao nosso País

que proponho o presente projeto, encarecendo os bons préstimos dos meus pares no sentido de aprová-lo.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.
– Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, 2005

Altera o art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 434, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 434. Os infratores das disposições deste capítulo ficam sujeitos à multa de trezentos reais, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei.

§ 1º Em caso de reincidência o valor discriminado no **caput** será elevado ao dobro.

§ 2º A utilização de mão-de-obra de menores de dezesseis anos, ressalvada a contratação, na condição de aprendiz, de menores a partir de quatorze anos, implicará, para os empregadores, em multa de três mil reais, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados.

§ 3º Os valores arrecadados com aplicação das multas previstos neste artigo serão destinados para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA, instituído pela Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Infelizmente, não é novidade para a nossa sociedade o drama do trabalho infantil. O Brasil, em 1980, contava com cerca de 6,9 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, trabalhando. Esse contingente chegou a alcançar 9,6 milhões em 1992, decrescendo para 9,5 milhões em 1995, mas, somente em 1998 houve uma redução significativa nesse número, o qual diminuiu para 7,7 milhões.

Segundo o IBGE, em 2003, a PNAD detectou 5,1 milhões de crianças e adolescentes com 5 a 17 anos de idade ocupadas no Brasil. Destes, 209 mil tinham de 5 a 9 anos e 1,7 milhão tinham de 10 a 14 anos, en-

quanto 3,2 milhões tinha de 15 a 17 anos. A atividade agrícola concentrava a maior parte desse contingente: 74,6% das crianças com idade entre 5 e 9 anos, 58,0% das com entre 10 e 14 anos e 33,4% dos adolescentes com entre 15 e 17 anos. Esse último percentual foi superior ao dos ocupados com 18 ou mais anos de idade (19,3%) na mesma atividade.

Em 2002, os percentuais de ocupados nesses dois grupos etários eram 1,7%, 11,3% e 31,8%, respectivamente, e caíram para 1,3%, 10,4% e 30,3% em 2003. Manteve-se a tendência de queda detectada de 93, quando aqueles percentuais eram 3,2%, 19,6% e 46,0%, respectivamente. O nível de ocupação das crianças e adolescentes é maior nas regiões onde a atividade agrícola se destaca.

O trabalho infantil ocorre na agricultura em geral, no trabalho doméstico, no comércio em feiras e ambulantes e nos lixões. A zona rural e o setor agrícola agregam mais trabalhadores com idade entre 5 e 15 anos, enquanto que a maioria dos trabalhadores com idade entre 16 e 17 anos estão na zona urbana.

Salientamos ainda que quase a metade dos trabalhadores infantis não percebe qualquer remuneração pelo trabalho que realizam. Além disso, as crianças e adolescentes que trabalham registram níveis de escolarização mais baixos e idade mais avançada para a série cursada em comparação com aqueles que não trabalham.

Este é um quadro aterrador, contra o qual não só os governos, mas também a sociedade civil organizada vem lutando aguerridamente. Isso porque o trabalho infantil perpetua a exclusão que ocorre no âmbito das populações em situação de precariedade econômica e social. Ele mantém e perpetua o círculo de vulnerabilidade e degradação no qual crianças pobres não freqüentam a escola porque são pobres e têm de trabalhar, tornando-se adultos sem qualificação profissional, permanecendo pobres e gerando filhos que, estando na mesma condição, também deixarão de ir à escola para trabalhar.

A erradicação do trabalho infantil tem que enfrentar o desafio da inclusão social não só das crianças, mas também de suas famílias, compreendendo a cidadania como pleno exercício dos direitos sociais, civis e políticos.

Sob esse enfoque estamos propondo a alteração do art. 434 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para atualizar o valor das multas aplicáveis em razão do descumprimento das normas protetivas do trabalho do menor, nas hipóteses em que ele é admitido pela nossa legislação: a partir de 16 anos; ou 14, para o contrato de aprendizagem.

Mais do que isto, estamos estabelecendo uma nova multa, diferenciada e mais pesada, aplicável aos que se utilizarem da mão-de-obra infantil (menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos).

Trata-se de mais um instrumento de luta contra o trabalho infantil. A presente multa é sanção que guarda correspondência com a gravidade da conduta, em razão do seu valor considerável e, também por isso, tem potencial disciplinar e preventivo.

Aliada a essas medidas, o montante arrecadado com a aplicação das multas referenciadas neste artigo é direcionado para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), que aplica seus recursos em:

- ações da Política Nacional de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente;
- apoio a programas e projetos de pesquisas, estudos e capacitação de recursos humanos necessários à execução das ações de promoção, defesa e atendimento à criança e ao adolescente;
- apoio aos programas e projetos de comunicação e divulgação das ações de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- apoio ao desenvolvimento e à implementação de sistemas de controle e avaliação de políticas públicas, programas governamentais e não-governamentais de caráter nacional, voltados para a criança e o adolescente;
- promoção do intercâmbio de informações tecnológicas e experiências entre o CONANDA e os Conselhos Estaduais e Municipais.

Dado o enorme alcance social da medida que propomos, esperamos contar com o apoio dos nossos pares, por serem justos os desígnios que norteiam o presente projeto.

Sala das Sessões 29 de setembro de 2005. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Constituição das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

.....
Art. 434. Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um)

salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência que esse total poderá ser elevado ao dobro.

.....
 LEI Nº 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991

Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências.

O Presidente da República,
 Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
 Art. 6º Fica instituído o Fundo Nacional para a criança e o adolescente.

Parágrafo único. O fundo de que trata este artigo tem como receita:

- a) contribuições ao Fundo Nacional referidas no art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- b) recursos destinados ao Fundo Nacional, consignados no orçamento da União;
- c) contribuições do governo e organismos estrangeiros e internacionais;
- d) o resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais;
- e) o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;
- f) outros recursos que lhe forem destinados.

.....
(A Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2005

Acrescenta o art. 207-A ao Código Penal, com vistas a criminalizar contratação de menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido seguinte art. 207-A: Contratação de menor para trabalho perigoso ou insalubre

Art. 207-A. Contratar, ainda que eventualmente, menor de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre, conforme legislação trabalhista:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal (CF) proíbe terminantemente o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos (art. 7º, XXXIII). Pretende-se assegurar, pois, a plena integridade da infância e da adolescência, que são as etapas mais fundamentais da formação do ser humano.

No Brasil, os números do trabalho infantil são ainda assustadores, mesmo considerando a queda decorrente da implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996. Tomando por base o período de 1995 a 2003, a Pesquisa de Amostra por Domicílios (PNAD) pôde observar um decréscimo de 47,5% no número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em atividade laboral. Estima-se que, o trabalho infantil nessa faixa etária tenha diminuído de 5,1 milhões; em 2003, para 2,7 milhões.

Ainda assim, não podemos nos contentar com o absurdo de que mais de dois milhões de crianças brasileiras estejam submetidas a regimes de trabalho, muitas vezes em condições aviltantes.

No plano internacional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgou a Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para a sua Eliminação (Convenção nº 182). Referido instrumento foi definitivamente incorporado ao direito pátrio por meio do Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000.

De acordo com o texto, entre as piores formas de trabalho infantil está “o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças”. Por sua vez, a Recomendação nº 190, da OIT rechaça o trabalho infantil de natureza perigosa, trazendo elementos mais precisos para a sua definição.

A presente proposição pretende oferecer maior concretude aos referidos documentos internacionais. Do ponto de vista da legislação penal brasileira, observamos uma lacuna quanto à punição daquele que contrata menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.

A rigor, o crime de “redução à condição análoga à de escravo” não alcança a hipótese aqui aventada. Evidentemente, se o trabalho perigoso/insalubre se transformar em trabalho degradante e desumano, teríamos, por força do princípio da subsidiariedade, a

aplicação do tipo penal mais grave, isto é, aquele previsto no art. 149 do Código Penal.

Vale lembrar que o trabalho perigoso, como também o trabalho insalubre, não são irregulares **per se**.

Tanto é que as leis trabalhistas definem tais modalidades para efeito de remuneração diferenciada (arts. 189 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho).

Mas a execução de semelhantes tarefas por menores de dezoito anos desafia qualquer noção de razoabilidade, já que compromete seriamente as possibilidades de saudável desenvolvimento do menor.

A caracterização da nova infração penal como crime contra a organização do trabalho suscitará, ademais, a competência da Justiça Federal, o que nos parece mais adequado em face das ações fiscalizadoras do Ministério do Trabalho.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.
– Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

TÍTULO IV

Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional

Art. 207. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena – detenção de um a três anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2004**, de autoria do Senador José Sarney, que institui o *Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.076, DE 2005

Requer voto de pesar pelo falecimento de Adamor Guedes, Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assinado no dia 28 de setembro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Adamor Guedes. Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assassinado no dia 28 de setembro de 2005.

Requeiro também que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Adamor e dele cientificado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas.

Justificação

Adamor Guedes era um cidadão brasileiro que, ao longo de sua vida, dedicou-se à defesa dos direitos homossexuais, criando, em 1992 o Grupo Gay do Amazonas. Em 2002 concorreu a uma vaga de Vereador em Manaus e sua intenção era a de concorrer, no próximo ano, a Deputado Estadual no Amazonas. Ontem, sua vida foi ceifada brutalmente, com uma facada no pescoço. Com ela, seus sonhos de se tornar político. O voto de pesar que ora requeiro justifica-se e, mais do que isso, serve como um alerta às autoridades. Sua morte, pelo testemunho de Léo Mendes, Presidente da Associação Goiana de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, nada teve de passional. Ele, pelo mesmo depoimento aqui mencionado, recebia ameaças de

morte pela sua luta em favor dos direitos humanos no Amazonas. Por isso, o voto de pesar sugere que o brutal assassinato seja apurado à exaustão. Não é possível que, na democracia brasileira, possam perdurar excessos desse tipo.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.774, DE 2005

Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004 (nº 3.070/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

Relator **ad hoc**: Senador Wellington Salgado.

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 505, de 2004 (nº 3.070, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprovam o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 505, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 505, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 505/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO <i>Maria do Carmo Alves</i>
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Marcelo Crivella</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>	RELATOR:
LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	8- SÉRGIO GUERRA
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	9- LÚCIA VÂNIA
	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO <i>(Relator Adj. H.C.)</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES <i>Gerson Camata</i>
SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 505/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDÉ	X				FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/09/2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 138, de 2005**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004**, cujo parecer foi lido anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o

prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. nº CE/138/2005

Brasília, 20 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, o Projeto de Decreto Legislativo de nº 505 de 2004.

Atenciosamente, – Senador **Augusto Botelho**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Educação.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o **Requerimento nº 1.075, de 2005**, de autoria do Senador Mão Santa, lido na sessão de ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição, que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
51, DE 2005**

Convoca Assembléia Nacional Constituinte.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º Os membros da Câmara dos Deputados eleitos em 2006, e do Senado Federal da Legislatura 2007 a 2011, se reunirão em Assembléia Nacional Constituinte, na sede do Congresso Nacional, no dia 10 de fevereiro de 2007.

Art. 2º O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação do seu texto pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, em dois turnos de discussão e votação.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição da República Federativa do Brasil tem sido objeto, desde sua promulgação, em 1988, de

vários movimentos de reforma. O primeiro deles, previsto no art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, se realizou em 1993 e resultou em seis emendas, que trataram da criação do Fundo Social de Emergência, de caráter provisório, de questões de nacionalidade e de novas regras políticas e eleitorais. As reformas mais profundas foram feitas pelo procedimento previsto no art. 60 da Constituição resultaram na aprovação, até o momento (setembro de 2005), de 48 Emendas Constitucionais sobre os mais variados assuntos, como novas regras para aposentadoria de servidores públicos, fixação de limites para a remuneração de vereadores, quebra de monopólios, reeleição, medidas provisórias, reforma do judiciário, alterações no sistema tributário, inclusão do direito à moradia como direito social, o fim do conceito de empresa nacional, entre outras. As editoras, inclusive a do Senado Federal, não consegue imprimir os exemplares atualizados da Carta Magna, pois a velocidade das sofisticadas máquinas é menor que a vontade de se aperfeiçoar a atrasada Constituição.

Essa necessidade de reforma da Constituição, evidenciada também pelo grande número de propostas em tramitação no Congresso Nacional, é fruto de características que fazem da nossa Carta Magna um documento abrangente e analítico. O constituinte queria preservar a Constituição de golpes, inscrever nela o maior volume de direitos possível e resguardar as conquistas democráticas nela inscritas. Do ponto de vista histórico, a Constituição foi um avanço, pois tomou essas precauções com a boa-fé característica de quem rejeita recaídas a regimes de exceção, mas privilegiou-se um defeito que só se agiganta, pois tudo é constitucional. Essa falha abarrotou os tribunais, notadamente a Corte Máxima, o Supremo Tribunal Fede-

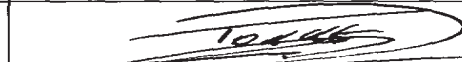


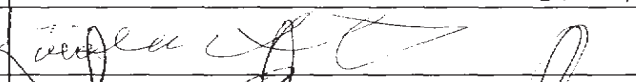




ral, que estatisticamente tem cem vezes mais trabalho que seus similares dos demais países civilizados. Daí a má-fama de que o Judiciário é lento, o Executivo legisla e o Legislativo produz leis inúteis ou que “não pegam”. O resultado é uma Constituição rígida, datada, em alguns casos específica para o período em que foi formulada, contendo matérias que poderiam ser objeto de legislação ordinária e que, para acompanhar a dinâmica da sociedade e as mudanças velozes que vêm ocorrendo no mundo globalizado de hoje, necessita de permanentes alterações.

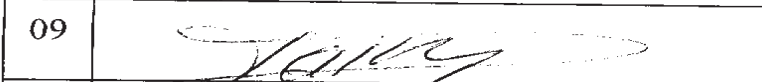
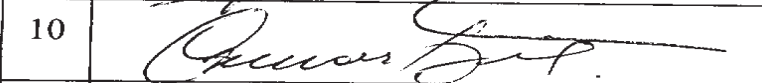



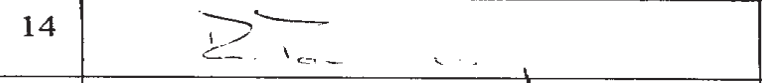
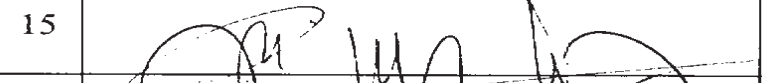


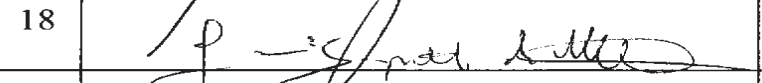

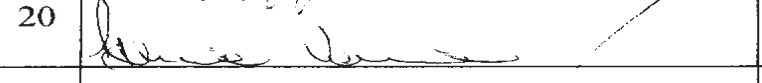
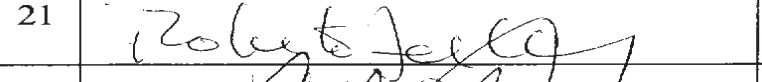
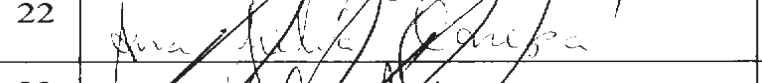

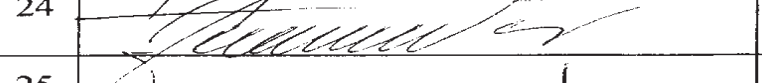

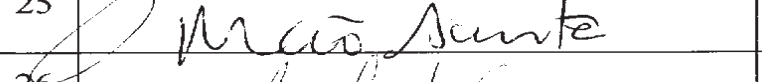
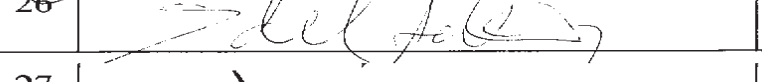
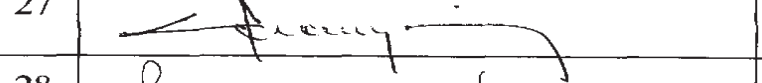
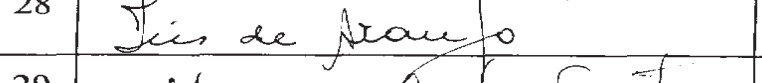
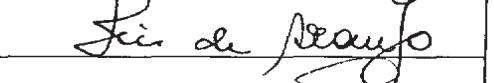
O aperfeiçoamento é natural e necessário, mas não se pode manter uma Constituição que necessita ser aperfeiçoada a cada mudança de Governo, ou diante de cada necessidade de implantação de medidas governamentais

relacionadas com impostos, com o monopólio de setores da economia, com a concessão de serviços públicos, com regras eleitorais. Em certa medida, como tudo está na Constituição, desde os princípios norteadores da sociedade brasileira até a manutenção de privilégios corporativos, todas as mudanças desembocam na necessidade de reforma da Constituição.

Uma nova Assembléia Nacional Constituinte, passados vinte anos da primeira, poderia provocar, de início, a discussão de uma nova ordem política para o País, findada mais em princípios gerais e não em regras específicas para cada situação da vida dos cidadãos, a começar pela revisão de padrões éticos e culturais, pela discussão do sistema político num grande fórum nacional que retomaria as questões fundamentais para a construção e consolidação das instituições democráticas em nosso País.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2005.

	Senador	Assinatura
01	DEMÓSTENES TORRES	
02	Sérgio Machado	
03	GERALDO MESQUITA JR	SI (PARA TRAMITAR) *
04	José Venício da Fonseca	
05		PAULINA BALDISSEROLINI
06		SENES
07		 PAULO OTAVIO
08		Sérgio Machado

09		PAULO KAIM
10		OSMAN DIAS
11		EDUARDO AZEVEDO
12		CÉSAR BORGES
13		Jefferson Peres
14		JOSÉ DORVAL
15		Romeu Torres
16		AGRIPINO
17		João B. Moreira
18		A.C. VALENÇA
19		LUÍZ VIANA
20		R. SATURNINO
21		ANA JÚLIA CAREPA
22		ELIAS RIBON
23		Ailton Freitas
24		
25		Idel Talenti
26		: Françoise
27		Luis de Paulo
28		
29		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 3º A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Há oradores inscritos, mas, antes, pela ordem, primeiramente, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Para uma comunicação inadiável no momento em que V. Ex.^a entender adequado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Em segundo lugar, de ofício, sou eu mesma também.

Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem.) – Pois não, era neste caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Na prorrogação do horário do Expediente ficam inscritos o Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Ramez Tebet. Nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno, os inscritos usarão da palavra por cinco minutos para uma comunicação inadiável.

Dando continuidade, eu gostaria de chamar o Senador Teotonio Vilela Filho. S. Ex.^a terá dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Enquanto o Senador Teotonio Vilela Filho se encaminha para a tribuna, eu gostaria de dar uma informação importante. Enviei hoje ao Tribunal de Contas da União um ofício diferente do que foi encaminhado pelo Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, no qual S. Ex.^a solicita que seja suspensa qualquer tratativa entre os Fundos de Pensão, Funcef, Previ, Petros, Citigroup em relação a Brasil Telecom.

Mandei um outro ofício, pois sou membro titular da Comissão, no sentido contrário a este encaminhado e a outros, solicitando ao TCU que deixasse correr o curso natural, porque não foi uma decisão da Comissão, que não deliberou e nem discutiu esse assunto.

Esse esclarecimento é importante.

Também encaminhei ao Presidente do Tribunal de Contas da União outro ofício solicitando que permitisse que os fatos acontecessem sem interferência desta Casa ou de qualquer pessoa no curso natural desse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Senador Teotonio Vilela Filho, V. Ex.^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prefeitos de todo o Brasil se encontraram esta semana em Brasília para reivindicar o que há de mais elementar: a sobrevivência financeira das prefeituras que administram e que foram surpreendidas com quedas sucessivas nas quotas do Fundo de Participação dos Municípios. Houve prefeituras que receberam menos de 20% dos repasses normais.

Sr^a Presidente, os prefeitos pedem a limitação dos gastos com precatórios, que hoje inviabilizam inúmeras gestões municipais Brasil a fora, e a regulamentação do ITR, mas a principal reivindicação dos prefeitos é que a Câmara dos Deputados vote o que o Senado já aprovou: a elevação em um ponto percentual, de 22,5% para 23,5%, dos repasses do FPM. Esse aumento representará um aporte suplementar de R\$1,5 bilhão para mais de cinco mil Municípios. Será muito para mais de cinco mil Municípios? Que nada! Esse volume de recursos, cuja reivindicação trouxe a Brasília mais de mil prefeitos, equivale a apenas dois dias úteis de juros da dívida pública. Menos de dois dias úteis seriam suficientes para essa reivindicação penosa que os prefeitos há meses reclamam, Sr. Presidente.

O Brasil está parando suas prefeituras por apenas dois dias de juros.

Vendo Prefeitos do Brasil inteiro, lembro outra cena dessa mesma peça encenada nos Estados Unidos, onde o Presidente do Banco Central está recebendo o título de banqueiro do ano e o nosso Ministro da Fazenda recebe elogios públicos do governo americano pelo superávit primário que conseguiu acumular nos primeiros oito meses do ano: 6,22% do PIB, praticamente o dobro do que pedira o FMI no último acordo assinado com o Brasil.

Poderíamos acrescentar a essa ópera duvidosa dois outros atos. Primeiro, o perdão de dívidas concedido pelo Governo brasileiro a países da África e da própria América Latina. Segundo, os altos investimentos do BNDES em países latino americanos.

Não faltará governista para explicar que, no último trimestre, aumentam os gastos públicos, mas o percentual do superávit de dezembro não será esse. Registre-se a resposta que o superávit dos últimos doze meses é de 5,1% do PIB, índice que nem o FMI ousou pedir e esperar.

Sr. Presidente, tal superávit foi montado em cima da penúria de Estados e Municípios brasileiros que praticamente não recebem mais qualquer transferência voluntária da União. A rigor, a União já não faz convênios, até porque sequer executa o orçamento geral. Há itens de execução muito próxima de zero, já transcorridos dois terços do exercício fiscal. O superávit foi montado, mais ainda, em cima da voracidade fiscal da União, que de 1988 para cá concentra a política tributária em cima de contribuições que não são compartilhadas com Estados e Municípios: a União arrecada cada vez mais, enquanto para Estados e Municípios sobra cada vez menos, sobretudo porque a União transferiu e descentralizou responsabilidades, mas concentrou recursos.

O superávit que o Ministro da Fazenda foi exibir aos banqueiros americanos é a expressão da absoluta insensibilidade do Governo Federal para Estados e Municípios. A União não admite sequer ouvir a palavra renegociação de dívidas quando se trata de Estados ou Municípios. Mas o mesmo governo que se recusa a repactuar condições impagáveis de dívidas decenárias anistia débitos de outros países. A diplomacia do lero-lero e da enrolação que há três anos orienta este País provoca absurdos que só a lógica petista consegue absorver.

No Brasil inteiro, sobretudo no Nordeste, as prefeituras se mobilizam numa espécie de greve branca. Em algumas, os prefeitos vieram aqui para Brasília esta semana. Noutras, se estuda a suspensão do expediente em alguns dias da semana. Noutras, até se pensa em fechar temporariamente portas e serviços das Prefeituras. Em todas, a mesma conclusão da ab-

solta impossibilidade de sobreviver com menos de um quinto dos repasses normais.

Lamentavelmente, como brasileiros não merecemos um décimo da atenção que este governo dispensa a países estrangeiros. Não se estranhou, Sr. Presidente, que o Presidente da República não tivesse dado a menor bola para o encontro dos prefeitos esta semana aqui, em Brasília. Ele caba de chegar de uma viagem internacional, já se prepara para outra. Dos 31 dias de outubro, o Presidente ficará fora do Brasil durante 14 dias – a metade do mês. Sua Excelência descobriu outra definição para governar. Para ele, governar é viajar ou se omitir diante das crises. Aos prefeitos e aos governadores endividados sobrarão apenas a constatação do registro da imprensa: os americanos escolheram nosso Presidente do Banco Central como banqueiro do ano. E nosso Ministro da Fazenda foi lá fora oferecer o superávit de 6,22% do PIB, construído com o sofrimento e a penúria do povo, dos Municípios e dos Estados brasileiros. Nem o FMI jamais ousou pedir tanto, Sr. Presidente. Não era preciso pedir. O PT deu de mão beijada.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Teotonio Vilela Filho, a Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Teotonio Vilela Filho.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho. PSDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet, por cinco minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que só tenho 5 minutos, mas não posso deixar de me dirigir a V. Ex^a, porque eu o ouvi com toda a atenção. V. Ex^a fez um pronunciamento em defesa dos municípios, como eu fiz, como outros fizeram, mas V. Ex^a retratou também o País. V. Ex^a trouxe dados interessantes, Senador Teotonio Vilela. Sabe por quê? Porque eu mesmo não tinha atinado que dois dias sem pagar juros resolve o problema dos municípios, e não resolvemos o problema. Positivamente, Senador Teotonio Vilela, só isso já valia o seu pronunciamento por inteiro. Quero cumprimentar V. Ex^a.

E quero dizer por que vim à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Vim à tribuna porque há poucos dias encaminhei – e a Mesa já remeteu para a Comissão de Constituição e Justiça – um projeto de emenda à Constituição, cujo primeiro signatário sou

eu, apoiado por mais 1/3 de Senadores da República, onde proponho que acabemos com um recesso parlamentar tão grande como o nosso. Isso é inaceitável! A sociedade está cobrando de nós.

Não é possível que continue em vigor o preceito constitucional que diz que ficamos sem trabalhar; começa em fevereiro e vai até 31 de dezembro, com interrupção no mês de julho. Isso está errado! Via de regra, o Congresso Nacional tem sido convocado extraordinariamente, e com isso há um gasto de milhões para o Tesouro.

Estou propondo que nos igualemos aos trabalhadores do Brasil e mudemos a regra constitucional imediatamente. Não é como muitos estão pensando, que será a partir de 2015, porque não souberam interpretar o texto constitucional que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. É para entrar em vigor tão logo seja aprovado o nosso texto constitucional.

Eu gostaria de lembrar, Sr. Presidente, que esse é o texto mais atrasado da Constituição. Por quê? Porque esse texto constitucional remonta a todas as constituições do Brasil. É que no tempo do Império, segundo alguns, havia receio de os parlamentares viajarem para a capital da República, Senadora Heloísa Helena, porque, quando chegava o verão, vinham junto muitas doenças. Então, com receio das doenças, os parlamentares somente vinham quando já não havia mais perigo para sua saúde. Isso foi ficando. Parece brincadeira! Os tempos evoluíram, entramos num mundo inteiramente globalizado, estou aqui em meu segundo mandato, e raras foram as vezes em que não houve convocação extraordinária do Congresso Nacional. Então, entendo que devemos nos igualar aos trabalhadores do Brasil. A atividade parlamentar tem que ser igualzinha, e não há nenhuma demagogia, não, Sr. Presidente, em dizer que a atividade parlamentar tem que ser igual à atividade do trabalhador brasileiro, que só tem 30 dias de férias. Devemos, também, nós, que o representamos, ter 30 dias de férias.

Era só o Poder Judiciário que gozava de excepcionalidade nessas férias, e o Poder Legislativo também. Agora, com a Emenda Constitucional nº 45, o Poder Judiciário diminuiu seu recesso. Aqueles 60 dias de férias da magistratura estão interrompidos. Há um dispositivo na emenda constitucional que diz que a atividade jurisdicional será ininterrupta, isto é, não pode parar, sendo proibidas férias coletivas.

Acredito que minha emenda tem que prosperar. Todos os Senadores a quem pedi que me honrassem com sua assinatura na apresentação desta emenda já o fizeram, exclamando que querem a aprovação deste projeto. Nesse mês de julho, por exemplo, trabalha-

mos. Porque a LDO não havia sido aprovada, ficamos trabalhando aqui normalmente.

Vim a esta tribuna fazer um apelo público para que façamos aquilo que a sociedade espera que façamos. O tempo passou. O mundo mudou muito, Sr. Presidente. Outra causa, isso permaneceu nas Constituições porque os meios de transporte eram difíceis. Hoje os aviões e os ônibus nos levam às nossas bases e nos trazem de retorno à capital semanalmente.

Por que um recesso tão longo, tão duradouro, como este que está previsto na Constituição da República, com um profundo desgaste para a imagem do Congresso Nacional? Porque toda vez que se fala em convocação extraordinária do Congresso Nacional, mexe-se no Tesouro, nos recursos financeiros, recebem-se salários, vencimentos, proventos, e isso tudo redundando em prejuízo para a imagem do Congresso Nacional – por que não dizer – num certo constrangimento para esse pagamento que acontece por ocasião das convocações extraordinárias.

Assim sendo, Sr. Presidente, faço este apelo público, querendo dizer o seguinte: se for aceito o projeto de minha autoria em que tive a honra de receber a assinatura de V. Ex^{as}, haverá uma diminuição de 27 dias para os eleitos no próximo pleito e no pleito de 2010 aqui para o Senado Federal. Sabe por quê? Porque aí se trata de legislatura, ou seja, a cada quatro anos. Mas, quanto às férias, é preciso deixar claro: aprovada a emenda constitucional, ela entra em vigor imediatamente, tal como consta de seu próprio dispositivo. Essa emenda constitucional entrará imediatamente em vigor, e é o que espero.

Eu ouço a campanha, e o assunto nem mesmo comporta um pedido de prorrogação a V. Ex^a. Quero apenas saudá-lo mais uma vez, Senador Teotônio Vilela Filho, pelo discurso que V. Ex^a fez antes de mim. Muito obrigado a V. Ex^a. Agradeço a atenção dos Srs. Senadores.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho. PSDB – AL) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do P-SOL, preservando, claro, os oradores que estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho. PSDB – AL) – Se V. Ex^a desejar, poderá usar a palavra de imediato, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu prefiro deixar para depois, Sr. Presidente, já que a Senadora Íris de Araújo é a próxima inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho. PSDB-AL) – Certo.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à nobre Senadora Íris de Araújo.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, depois dos acontecimentos que marcaram de maneira veemente a presença dos prefeitos em Brasília, com o seu protesto, com o seu grito, com as suas bandeiras que clamam sobretudo por socorro, cabe-nos uma reflexão sobre o que efetivamente podemos fazer para impedir o que já se desenha no cenário nacional: a falência de nossos municípios em decorrência de leis injustas e inaceitáveis, que concentram o grosso dos recursos nas mãos da União e dos Estados, deixando as cidades brasileiras *ao Deus-dará*.

Que não seja em vão o canto de desespero que veio do interior deste País de tantos contrastes e de tantos absurdos! Porque, de fato e de realidade, são as cidades o verdadeiro cenário em que reside o Brasil verdadeiro, com suas carências, com suas dores. Ali, onde residem dona Maria, seu José, os nossos pais, os nossos irmãos, os nossos vizinhos ou os nossos amigos, é justamente aonde não chegam os recursos suficientes para satisfazer a tamanhas e tantas necessidades!

É por isso que mais de 1.500 Prefeitos empreenderam aqui em Brasília aquela marcha de 4^a feira, às vezes marcada pela violência de uns, mas que teve uma mensagem transparente, aberta, forte e incisiva para demonstrar que existe um caos rondando os municípios.

Não queríamos que fosse este o retrato, mas nossos Municípios estão falidos, atolados em dívidas, sem condições de propiciar as respostas que suas populações esperam na forma de investimentos e serviços capazes de melhorar a qualidade de vida.

Aos prefeitos, por sua vez, é reservado um papel igualmente amargo. A República, da forma que foi concebida no Brasil, obriga-os sempre a perambular de chapéu na mão, à caça do níquel que garanta a sobrevivência da sua cidade. Vivem esses prefeitos de porta em porta, desde as Secretarias Estaduais até os Governadores, passando pelos Ministérios e pela Presidência da República.

Trata-se, Srs. Senadores, de uma jornada ultrajante. Quem deveria ser exaltado acaba por viver na humilhação de mendigar recursos, porque tudo foi construído para que exista essa dependência, fonte inesgotável de práticas que já deveriam ser sepultadas da Nação, como essa tal história de clientelismo, a horrível – devo ressaltar – troca de favores.

Agora, que perplexidade, essa pirâmide invertida! O fruto maior do dinheiro arrecadado vai mesmo para os cofres do Palácio do Planalto e dos Governos Estaduais. Imaginem aquela pequena cidade no interior da Bahia, ou do Pará, ou do Mato Grosso, Senador Ramez Tebet, do Tocantins, do Rio Grande do Sul ou do meu querido Goiás! Fica o mínimo do mínimo, logo ali onde as carências são maiores, onde a população é mais pobre.

Falamos muito – aqui em outros lugares e em outras reuniões – da democracia política, democracia institucional. Mas nos esquecemos da verdadeira democracia, aquela que saiba promover o equilíbrio na distribuição dos tributos, que são pagos com o suor de todos.

Da forma como está o Brasil não encontrará caminhos para vencer as gritantes disparidades sociais. Com isso, seu crescimento será como que perigosamente torto: os grandes centros urbanos funcionando como única tábua de salvação para milhares de interioranos que não encontram outro meio senão abandonar tudo para tentar a sorte lá onde estão as indústrias, o imenso comércio e a ilusão das oportunidades.

De fato, precisamos de uma reforma tributária ainda mais profunda para reparar tantas injustiças. Mas, de imediato, é preciso que a Câmara dos Deputados vote aqueles dois pontos fundamentais para as cidades. O primeiro é o aumento em um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), passando de 22,5%, para 23,5%. Segundo a redação dada pelo Senado Federal, esse acréscimo será repassado juntamente com a parcela do primeiro decêndio de dezembro, como forma de auxiliar no pagamento do 13^o salário dos servidores. A medida deve gerar a transferência adicional de R\$1,5 bilhão por ano.

O outro ponto trata dos Precatórios Judiciais: na PEC nº 74/03, o Senado incluiu a sua regulamentação, fixando o limite em 2% do total da receita corrente líquida do Município como teto para o pagamento e, o restante, fixando em 120 meses o tempo para parcelamento.

É também importante dar prosseguimento ao que foi acertado com as autoridades de Brasília: o Imposto Territorial Rural (ITR) deverá ser votado juntamente com a reforma tributária. No mesmo sentido, também está a elaboração de um decreto isentando o IPI das prefeituras para aquisição de máquinas e equipamentos, uma importante reivindicação dos Municípios.

Não custa nada lembrar que hoje 25% das prefeituras brasileiras deixam de receber repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido à inadimplência.

É bom citar ainda que essas medidas, mesmo que ainda tímidas, vão beneficiar 5.562 Municípios em todo o País. É muita gente à espera de um aceno positivo do Executivo e do Legislativo, agilizando a aprovação de leis que, diga-se de passagem, já estão há um bom tempo na Câmara Federal.

A marcha em Brasília organizada pela Confederação Nacional de Municípios, entidade comandada pelo Presidente Paulo Ziulkoski, espera por resultados práticos, não é mesmo, Senador Paulo Paim? Tenho certeza de que eles virão, porque o mais importante foi feito. Ou seja, a semente da consciência foi lançada.

Ninguém, Sr^{as} e Srs. Senadores aqui presentes, pode ficar fora da bandeira do municipalismo, porque ela é a nossa geografia, a nossa vida, a nossa origem, a nossa raiz. A esses brasis tão vastos e variados, belos brasis de tanta diversidade, gente bondosa e simples, povo trabalhador e sofrido, as chamadas leis do bem devem chegar o mais rápido possível.

Se fomos tão eficientes e rápidos para instalar um monte de CPIs, que sejamos assim igualmente competentes e céleres. Nossos Municípios têm sede e fome. Temos pressa! O Brasil, Sr^{as} e Srs. Senadores, está cansado de ser injusto.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Teotônio Vilela Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última quarta-feira, dia 21, venceu o prazo para que os Estados Unidos tomassem alguma medida para cumprir com a determinação da Organização Mundial do Comércio (OMC) de retirar seus subsídios aos seus produtores de algodão ou remover os efeitos adversos por eles causados. Essa foi a segunda vez que os Estados Unidos deixaram de acatar a decisão imposta pela OMC, após o Brasil ter ganho uma ação contra aquele País no âmbito da comercialização do algodão.

Na época, Sr. Presidente, a OMC condenou sete programas de subsídios norte-americanos destinados a beneficiar seus produtores, sendo que cinco deles tiveram seus prazos expirados em 1º de julho deste ano. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos chegou a anunciar algumas mudanças, mas nenhuma foi efetivada para eliminar esses subsídios, o que levou

o Governo brasileiro a formalizar o primeiro pedido de retaliação para não perder o prazo.

Na semana passada, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, propôs negociar eventuais benefícios comerciais com os Estados Unidos, a fim de compensar o não cumprimento das determinações impostas pela OMC.

Isso foi espelhado no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 24 de setembro, que destacava: “Protecionismo. Para o ministro do Desenvolvimento, é melhor negociar benefícios comerciais em vez de partir para a retaliação”. E com a grande manchete: “Brasil buscará acordo com EUA, diz Furlan”.

E no texto:

O Brasil prefere negociar eventuais benefícios comerciais com os Estados Unidos, como a facilitação do acesso de produtos de interesse nacional [que seriam outros produtos de interesse nacional que não o algodão] no mercado norte-americano, em vez de partir para a retaliação por conta dos subsídios concedidos aos produtores de algodão e já considerados ilegais pela OMC (Organização Mundial do Comércio).

Segundo o Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, o Brasil busca uma “solução negociada” que renda dividendos comerciais concretos.

Isto colocamos: e o algodão, a lavoura de algodão brasileira, a indústria têxtil brasileira, que utiliza praticamente 100% do algodão brasileiro? E a economia que o País está fazendo no valor de mais de um bilhão de dólares? E o superávit na balança de pagamentos? O algodão confere ao Brasil mais de US\$1,3 bilhão, que é o valor agregado dessa produção. Isso aí são R\$4 bilhões. Onde é que fica isso?

“Se os norte-americanos nos facilitarem a entrada de alguns produtos do nosso alto interesse [pergunta-se: e o algodão não é de alto interesse?], isso pode ser uma compensação razoável”, disse o Ministro.

Os subsídios concedidos ao algodão pelo Tesouro dos Estados Unidos prejudicam sensivelmente os produtores brasileiros. É o caso hoje do florescente desenvolvimento do algodão, Sr. Presidente, na sua terra, o oeste da Bahia. É um produto que está dando exemplo hoje. Os produtores estão dando exemplo de competitividade e de tecnologia produzindo algodão, como ocorre também em Estados do Centro-Oeste como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso que produz

mais de 50% do algodão brasileiro e Goiás, além de São Paulo e do Paraná.

Essa negociação de compensação por parte dos Estados Unidos ao Brasil, proposta pelo Ministro Furlan, vai frontalmente de encontro aos interesses dos produtores brasileiros, que, inclusive, investiram recursos na ação movida os produtores brasileiros auxiliaram o Governo, o Ministério das Relações Exteriores com mais de R\$5 milhões nesse contencioso, em grandes bancas de advogados internacionais, para que se vencesse esse contencioso. Ela significa também um grave retrocesso, pois aparenta um abandono da vitória conquistada na OMC sobre o algodão por parte do Governo brasileiro.

De acordo com o coordenador-geral de contenciosos do Ministério das Relações Exteriores, Roberto Azevedo, o Governo brasileiro já divulgou nota informando que pedirá ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC o direito de retaliar os Estados Unidos – menos mal – e concordou em aguardar até o fim do ano para que aquele país tenha as condições políticas domésticas para enviar ao Congresso norte-americano projetos de lei mais polêmicos, que vão reduzir a ajuda oferecida aos seus produtores de algodão.

Ora, Sr. Presidente, pela primeira vez, o Brasil poderá retaliar na área de propriedade intelectual, por exemplo, negando às empresas norte-americanas os direitos que detêm no País sobre marcas e patentes. A retaliação também deve incluir a previsão de aumento, pelo Brasil, de imposto de importação para produtos norte-americanos.

O Governo brasileiro ainda não sabe o valor das retaliações, que será afixado pela OMC, mas, no primeiro caso, podem chegar a US\$2,9 bilhões, valor desembolsado pelo Governo norte-americano com os programas de subsídio, apenas no último ano, à cultura de algodão.

Sr. Presidente, é questionável essa pretensão do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, de apresentar propostas ou negociar concessões que venham prejudicar os produtores brasileiros de algodão e toda a cadeia têxtil, pois ela pode invalidar as conquistas obtidas na OMC e comprometer um segmento que movimenta anualmente cerca de um US\$ 1,5 bilhão, o equivalente a R\$ 4 bilhões, e é responsável pela manutenção de mais de 250 mil empregos diretos em todo o seu segmento.

Tal posição parece não ter o aval dos Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores. Portanto, o Ministro Furlan está avançando o sinal. Isso é grave, pois desconsidera interesses da cotonicultura brasileira, evidencia a falta de uma linguagem única do Governo

e compromete a retomada de renegociações comerciais iniciadas na rodada Doha da OMC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pelo prazo de dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, eu não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a – sei que V. Ex^a vai falar sobre o assunto e, com certeza, farei um aparte – pelo brilhante relatório que V. Ex^a fez sobre o Estatuto da Igualdade Racial e também pela grandeza e generosidade.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Assuntos Sociais, o relatório foi aprovado por unanimidade. E V. Ex^a, no momento em que lia o relatório, dizia: “Fiz algumas dezenas de emendas, mas não fiz um substitutivo”. V. Ex^a, com essas palavras, fazia uma homenagem a mim, que sou o autor do Estatuto. V. Ex^a, com certeza, melhorou muito o projeto original. V. Ex^a criou um artigo específico contra a discriminação da mulher negra. V. Ex^a ampliou muito a redação que trata das religiões de matriz africana. Mas, além disso, olhando com carinho o seu relatório, percebi que V. Ex^a mexeu numa série de artigos, aprimorando e melhorando aquela redação que tinha sido dada, num primeiro momento, por aqueles que me ajudaram a construir o Estatuto.

Mas quero destacar o que disse V. Ex^a: “Não apresentarei um substitutivo. O autor é o Senador Paulo Paim; eu sou o Relator”. Tenho certeza de que esse relatório, pela qualidade com que foi configurado, feito pela lavra de V. Ex^a, tem muito a ver com a audiência de que participei, junto com V. Ex^a, no seu Estado, em Salvador, na Bahia. Foi uma belíssima audiência, na qual todos deram sua opinião e contribuíram para o relatório.

Lá, V. Ex^a disse: “Se depender de mim, na próxima quinta-feira – hoje –, ele será aprovado”. E hoje V. Ex^a, um homem de coragem, de princípio, que age com a razão e também com o coração, apresentou o relatório, após pedir pauta especial. O Senador Antonio Carlos Valadares, que também merece nossos cumprimentos e elogios, de imediato acatou o seu encaminhamento. Nem precisei fazer a defesa, feita por V. Ex^a.

Eu diria que um grande sonho da nação negra, da comunidade negra pode-se tornar realidade. Se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovar com rapidez, o projeto vai à Câmara e pode ser sancionado no dia 20 de novembro.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho. Não direi muito obrigado, pois o combate ao preconceito e ao racismo é dos homens de bem, brancos e negros.

A causa é a mesma, a luta é a mesma. Por isso, neste momento, só quero cumprimentá-lo dizendo que o seu relatório melhorou, e muito, o projeto original. Quem ganha com isso é o Brasil.

Eu dizia hoje pela manhã, e repito agora, que este País só será de Primeiro Mundo quando homens de coragem e mulheres enfrentarem a questão do preconceito racial, como faz V. Ex^a, permitindo, assim, que nunca mais ninguém seja qualificado ou desqualificado pela cor da pele. Pode ser por outro motivo, mas não pela cor da pele. Pode ser pela sua conduta, pela ética, pela forma de agir, pela sua história, mas não pela cor da pele.

Senador, também quero deixar registrada, no dia de hoje, a minha satisfação por ter participado de uma outra audiência pública, também neste fim de semana, na cidade de Camaquã, Rio Grande do Sul. Participei de um debate sobre a Convenção-Quadro Controle do Uso do Tabaco com os Senadores Heráclito Fortes – Relator –, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi. Foi uma audiência, Sr. Presidente, da qual participaram cerca de oito mil pessoas, com a presença de lideranças, trabalhadores e produtores.

Não vou descrever toda a audiência, mas quero dizer que me marcou muito ver alguns setores defendendo a Convenção-Quadro e outros falando contra ela. Naquela oportunidade, eu já dizia que aquele era um falso debate, porque quem é a favor da Convenção-Quadro está em defesa da saúde e da vida; quem é contra a Convenção-Quadro está a favor do emprego e do trabalho, que envolve dois milhões e meio de pessoas. Disse e repito que todos somos a favor do trabalho, da produção, da saúde e da vida. Então, não se deve jogar um contra o outro.

Naquele debate, vi inúmeros trabalhadores irem à tribuna sugerir que fosse dado ao cigarro o mesmo tratamento é dado ao álcool. Será que não se dá o mesmo tratamento porque, no caso do álcool, atingem-se as grandes cervejarias, os grandes produtores de uísque, os grandes produtores de cachaça, os grandes produtores de conhaque? Será que esses grupos econômicos têm uma força tão grande que não permitem que haja o mesmo movimento? O que destrói mais uma família: o cigarro ou o álcool? Alguém poderia dizer que os dois destroem igualmente. Concordo. Se são iguais na destruição, o tratamento deve ser igual para os dois.

Na questão do álcool, não se proíbe nem a propaganda que incentiva o seu consumo. No caso do cigarro, já avançamos. Mas vamos avançar também na questão do álcool.

Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul é, sim, o maior produtor do mundo – eu diria – de tabaco, do

fumo. Existe um ou outro Estado dos Estados Unidos da América que pode produzir o mesmo volume que o Rio Grande, mas não mais. O Brasil é o segundo maior produtor do mundo e, com certeza, fica em primeiro lugar em matéria de exportação.

Ora, deve haver esse debate? Sim. O que nós queremos? Que haja uma regra de transição, pois a produção foi tão incentivada que, no Brasão da República, há um ramo de café e um ramo de fumo, de tabaco.

Se é chegado o momento em que temos que enfrentar esse debate, vamos enfrentá-lo. Mas vamos ter uma regra de transição para permitir que aqueles que foram incentivados, ao longo do tempo, a produzir fumo possam migrar para outra cultura. Não se pode, de uma hora para outra, dizer para milhares de famílias que, de hoje em diante, elas terão que reduzir essa produção e migrar para outra cultura. Há toda uma operação de maquinário, de terra, de produção, de incentivo, de sistema que terá que ser alterada. Que venha, então, uma regra de transição.

Quero insistir, Sr. Presidente: seria muito bom que tivéssemos o mesmo tratamento para a questão do fumo e para a questão do álcool.

Sr. Presidente, não poderia deixar, terminando estes dois minutos, de dizer que não entendo por que a Câmara não aprova uma minirreforma, pelo menos, não da reforma política, mas da reforma eleitoral, que está naquela Casa para o debate e que vai tratar das convenções, das campanhas, dos gastos, das pesquisas eleitorais, da diminuição do horário eleitoral gratuito, da proibição de distribuição de brindes, da contratação de artistas, das doações ilegais.

Ora, há três CPIs que tratam do assunto. Se nada for feito – o tempo encerra-se amanhã –, daqui a dois anos, estaremos com outras CPIs tratando do mesmo tema: caixa dois, desvio de verba, corrupção nas campanhas eleitorais. As CPIs estão cumprindo o seu papel, mas há que haver uma ação concreta, definitiva, que interfira na forma como são feitas as campanhas eleitorais deste País, Sr. Presidente.

Não se trata apenas de punir este ou aquele Deputado ou aqueles que estão envolvidos. Que haja as devidas punições, mas vamos também tratar de uma outra fórmula de fazer a disputa eleitoral, daqui para frente. Ou nos submeteremos ao mesmo processo a partir de outubro deste ano? A campanha praticamente já se inicia. Em novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, o País estará em plena campanha com a fórmula antiga, resultante das eleições anteriores, que acabou, como todos estão vendo, nesse grande escândalo, com três CPIs tratando do mesmo tema.

Por isso, somando-me à posição que – tenho certeza – é de todos os Senadores ou da ampla maioria, peço que se faça pelo menos a reforma eleitoral – nem me refiro à reforma política –, para inibir, coibir a forma como se dá o processo eleitoral, que, como todos nós sabemos, permite esses desmandos que vão, infelizmente, fazer com que no futuro tenhamos aqui outras CPIs de combate à corrupção devido ao processo eleitoral.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a considerasse na íntegra os meus dois pronunciamentos, uma vez que o tempo não permitiu que eu aprofundasse os temas.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reformar é preciso e urgente!

Dentre as definições que o Aurélio nos dá para a palavra Reforma, encontramos: “pôr em bom estado” e “cobrar novas forças”.

Eu estou aqui hoje para cobrar novas forças, para pedir urgência na aprovação do substitutivo ao PLS 275/05 que promove uma reforma eleitoral.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, todos nós sabemos da necessidade de se fazer uma reforma política ampla, a fim de que a ética, a verdade, a transparência e credibilidade sejam os grandes sustentáculos do sistema político.

Como bem disse o Deputado Maurício Rands, no relatório A Hora e a vez da Reforma Política, da CCJ da Câmara dos Deputados: “...algumas patologias do atual sistema eleitoral emergem a reclamar soluções. ...Bairros e Municípios inteiros transformados em bocas-de-urna remuneradas, mero disfarce à compra de votos declarada. Uma mesma pessoa integrando mais de uma lista.

...como a ação do Estado ainda é lenta e burocrática, as pessoas inclinam-se a se valer da eleição para obter favor imediato dos políticos em quem identificam a culpa por aquela incapacidade do Estado.”

Mas, todos nós também sabemos da urgência de acharmos medidas para responder pelo menos em parte, à crise pela qual o País passa hoje. As CPIs mostram desvios de recursos para as campanhas eleitorais. Alguma coisa nós temos que fazer.

A proposta que esta Casa aprovou em 18 de agosto, o substitutivo ao PLS 275/05, é um projeto, uma espécie de mini-reforma, que poderá ajudar a dar maior transparência nas campanhas, na forma de fiscalização, na redução do tempo de propaganda, na

limitação do tipo de propaganda a ser usada, fazendo com que os gastos sejam menores e aumentando as penas para quem cometer irregularidades.

O projeto define ainda que:

As convenções para escolha dos candidatos, ocorrerão entre 20 e 31 de julho;

as campanhas iniciarão em 1º de agosto e não mais em 05 de junho;

os gastos realizados na campanha, identificando valores e fontes de recursos terão que ser divulgados pela Internet após 10 dias do resultado das eleições;

a divulgação de pesquisas eleitorais será proibida 15 dias antes do pleito.

Friso de novo, é um projeto importante para este momento que estamos vivendo. É importante que seja votado, se possível, até o final deste mês.

Se olharmos com urgência para pontos como:

Duração das campanhas – redução para 60 dias, veremos que a história de cada candidato irá prevalecer e desaparecerão os chamados produtos de **marketing**.

Horário eleitoral gratuito – 35 dias antes da antevéspera das eleições, Os espaços na mídia televisiva tem custos altíssimos para candidatos e partidos. Chega de cenas fantasiosas, chega de iludir o eleitor.

Programas eleitorais apenas com o candidato, Cada um terá que dizer a que veio.

Proibição de distribuir brindes, Acho excelente pois o brinde não deixa de ser uma forma de comprar o voto. Existe um comprometimento indireto entre você e a pessoa, uma compra de voto indireta.

Considero que a redação dada pelo Senado foi muito boa. Somos defensores das doações legítimas, registradas e legalizadas para as doações dos sindicatos às campanhas daqueles candidatos que, efetivamente, defendem os interesses do nosso povo, dos trabalhadores.

Esse tema, me causa algumas preocupações, embora seja oriundo do movimento sindical. A minha preocupação é que isso poderá levar a uma partidarização dos sindicatos.

Podemos ter uma investida dos Partidos nos Sindicatos para que façam doações para esse ou aquele candidato, quando na base, na categoria, entre os sócios, estão naturalmente homens e mulheres de todos os Partidos.

Temos que ser muito cuidadosos na regularização desse item, por exemplo, doações somente poderão acontecer se aprovadas em assembléia amplamente divulgada e convocada.

Mas certamente a redação dada moraliza e mostra que fora desses limites haverá cadeia para os que infringirem a lei.

Acredito que a Reforma Política pode e deve ser feita. Sou totalmente favorável à concretização de uma reforma que venha moralizar as campanhas políticas, não esquecendo da importância de que ela também assegure a liberdade de organização partidária.

Temos consciência de que a sociedade clama por transparência em todo processo eleitoral. Confio na relevância da luta pela democracia livre de qualquer tipo de corrupção, democracia estruturada na lisura e na transparência.

Nós precisamos sim, de uma Reforma ampla, mas o momento nos mostra que precisamos de medidas sérias que sejam implementadas já para as próximas eleições.

Caso contrário, como já disse há 3 meses, no ano que vem as eleições se darão com esta legislação e como consequência, em 2007 teremos mais meia dúzia de CPIs para investigar as campanhas, com desgaste para o Poder Legislativo e para a própria população.

Eu gostaria de enfatizar meu pedido: Vamos fazer o que podemos agora; já vamos pôr as coisas em bom estado, vamos votar este Substitutivo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é que tive a grata satisfação de participar de Audiência Pública na cidade de Camaquã/RS, juntamente com os Senadores Heráclito Fortes, Relator da matéria, Pedro Simon e Sérgio Zambiasi, relativamente à tema bastante controverso, a Convenção Quadro – Controle do uso do tabaco.

A audiência pública contou com a presença de cerca de 8 mil participantes entre Lideranças do setor e trabalhadores, Aconteceram manifestações a favor e contra a convenção Quadro.

Desde maio de 2004 tramita no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo – PDS 602/2004 – para aprovação do texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, causando muita polêmica nas comissões por onde tramitou.

De um lado estão os produtores rurais contra a falta de políticas públicas que assegurem regras de transição para a cultura do fumo e de outro as entidades antitabagistas que defendem a imediata ratificação da Convenção-Quadro.

Quero enfatizar que é falso dizer que quem é a favor da convenção defende a vida e quem não quer a convenção defende o emprego.

Todos querem renda, trabalho, saúde e vida. Deve haver uma regra clara, negociada com os empregadores, trabalhadores e com a área da saúde.

Ao meu ver não se trata de ser contra ou a favor da ratificação do texto assinado pelo Governo Brasileiro, em 16 de junho de 2003.

A Convenção-Quadro é sem dúvida um importante compromisso do governo brasileiro e dos demais países para com a saúde da população mundial. É um compromisso em que os Estados signatários reconhecem o tabagismo como um problema global, ao qual pode-se somar também, o alcoolismo, e se comprometem em empreender esforços para elaboração de políticas para a redução do consumo do tabaco.

Sabemos que, segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS o fumo mata a cada ano, só no Brasil, cerca de 200 mil pessoas e pelo uso do álcool o quadro é até de maior gravidade.

O Brasil ocupa a segunda posição mundial entre os produtores de tabaco e é o primeiro em exportação.

Claro que defendo a ratificação da Convenção-Quadro e que se dê também o mesmo tratamento para o álcool, que envolve grandes interessados, como os produtores de Whisky, cachaça, cerveja, vodka, conhaque, etc.

Defendo esta posição porque defendo a vida! Bem maior que deve ser preservado acima de qualquer interesse.

Ao meu ver, a discussão a respeito das demais formas de drogas lícitas, aceitas pela sociedade e estimuladas pelos meios de comunicação, pelas propagandas pagas, também deveria ser feita.

O consumo de bebidas alcoólicas, por exemplo, é responsável por mais de 90% da violência contra mulheres e da violência sexual contra crianças.

Acidentes de trânsito, suicídios, homicídios, agressões, atos violentos são todos consequências graves impostas à sociedade provenientes, muitas vezes, de comportamentos produzidos por indivíduos alcoolizados.

Estatísticas demonstram que mais de 90% dos pacientes internados em decorrência de acidentes de trânsito, incluindo os atropelamentos, apresentam graus variáveis de presença de álcool no sangue. Do total de colisões registradas mais de 60% tem como condutores motoristas embriagados.

É preciso restringir não só o consumo de fumo, mas, principalmente, o consumo de bebidas e de outras drogas.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, por outro lado, não posso, neste momento, desamparar os milhares de agricultores que vivem e que sustentam suas famílias com o cultivo do fumo.

Apóio sim a ratificação da Convenção, como já fizeram muitos países, mas apoio também, os agricultores no sentido de garantir regras claras, objetivas e seguras de transição da cultura do fumo.

Apóio também que seja dado o mesmo tratamento à questão do álcool. Todos sabemos que ele é um inimigo da saúde, da vida. Ele destrói o indivíduo, as famílias e como já dissemos, é grande fator gerador de violência no trânsito, nos lares.

Tenho cobrado do Governo Federal a definição de regras de transição que dêem aos agricultores as garantias que eles esperam antes da ratificação.

O tempo urge!

A causa é nobre!

O objetivo é sublime!

Queremos preservar as atuais e as futuras gerações das amargas conseqüências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco e ao consumo do álcool.

Assim, faço um apelo ao Governo Brasileiro no sentido de garantir aos fumicultores a transição para uma nova cultura, para que possamos aprovar o texto da Convenção-Quadro e, sobretudo, assegurar ao Estado Brasileiro a posição de destaque na promoção de ações para frear o consumo do tabaco e do álcool, protegendo assim a saúde e o direito ao trabalho de todo nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao eminente Senador Rodolpho Tourinho por dez minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal – entendo – deu hoje um passo importante para propiciar a melhoria da condição de vida da população negra, diminuir as desigualdades entre negros e brancos, proporcionar a igualdade de oportunidades entre eles, reconhecer o direito dos remanescentes dos quilombos e criar instrumentos para superar a discriminação de que são vítimas os afro-brasileiros.

Aprovamos hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, por unanimidade, o relatório ao Projeto de lei do Senado nº 213, de 2003, projeto esse de autoria do eminente Senador Paulo Paim, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Entendo que é uma longa luta que o Senador Paulo Paim trava, por muitos anos, tendo inclusive apresentado, quando Deputado, projeto semelhante na Câmara dos Deputados, cuja tramitação, até hoje, não se encerrou. Mas este do Senado terá sua trami-

tação concluída. Depois de passar por três Comissões, este importantíssimo projeto vai ainda à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde é terminativo. Nessa marcha, poderemos aprovar ainda neste mês, certamente, este projeto. Creio que o objetivo comum é aprová-lo antes de 20 de novembro, Dia de Zumbi, data muito importante para ser utilizada como marco dessa aprovação.

O projeto agrupa disposições que estabelecem os fundamentos do Estatuto, os direitos à saúde, à educação, a cultura, esporte e lazer, os direitos à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos, além de determinações que cuidam do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, definem os marcos de reconhecimento das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos, prevêm mecanismos indutores da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, instituem o sistema de quotas em favor da população afro-brasileira, disciplinam a contribuição dos meios de comunicação para a visibilidade dos afro-brasileiros, Sr. Presidente, no processo de superação da discriminação racial e, por fim, criam as condições de melhor acesso dos negros brasileiros à justiça.

Sabemos todos que o Brasil está longe de ser um País em que todos são iguais, prova desse fato são as inúmeras pesquisas que mostram as desigualdades existentes entre negros e brancos com respeito ao analfabetismo, à repetência, à evasão escolar, às oportunidades de trabalho e aos salários.

Diferentemente de países em que a desigualdade entre negros e brancos foi claramente sancionada em lei, no Brasil a discriminação contra os negros instituiu-se de uma maneira que, veladamente, tem escapado ao mandamento formal de que todos são iguais perante a lei.

Essa forma não legalizada de discriminação possui, contudo, raízes profundas. Apesar de ser expressão da cultura dominante no País, a segregação racial dos negros é dissimulada e não assumida. Se não forem levadas em conta tais características, não se consegue entender a contradição de uma mesma pesquisa de opinião constatar que a maioria dos brasileiros acredita na existência de discriminação contra os negros e que a maioria igualmente declara não discriminá-los.

Nesse contexto, é possível imaginar quão grande foi a luta dos negros para trazer a público o debate sobre o racismo. Um dos maiores feitos do movimento feito negro após à Constituição de 1988 foi, sem dúvida, ter logrado tornar pública a discussão da situação do negro na sociedade brasileira.

Conquanto o racismo seja dissimulado e não assumido, os dados oficiais mostram, com meridiana clareza, que os negros encontram-se em evidente

desvantagem em quase todos os indicadores sociais. A esse respeito, recorde-se que a desproporcional participação dos afro-brasileiros nos contingentes de pobre e indigentes do País levou pesquisadores a declararem que no Brasil a pobreza tem cor – o que é lamentável.

A condição de pobre ou indigente negro, ao mesmo tempo, tem contribuído para reforçar o tom dissimulado da discriminação mediante o argumento de que no Brasil não há discriminação contra o negro, mas contra o pobre. As estatísticas oficiais, por si só, demonstram o caráter falacioso desse juízo.

Outra forma de dissimulação é o argumento de que o racismo não existe porque a ciência já demonstrou não existirem raças puras. Esquecem os que se valem desse raciocínio do fato de que o racismo, como prática social, independe do substrato da raça para se impor como discriminação contra os afro-brasileiros.

Nesse contexto, a maior de todas as virtudes da proposição do Senador Paulo Paim é exatamente postular a superação do racismo mediante a criação de mecanismos de dois tipos: os que buscam reverter a condição de desvantagem socioeconômica em que se encontram os negros e aqueles que visam fundar uma nova sociabilidade, baseada na igualdade de todos por meio do reconhecimento da importante contribuição dos afro-brasileiros para a nacionalidade.

Assim, o Estatuto da Igualdade Racial pretende obrigar os serviços de saúde a cuidar das doenças prevalentes na população negra e visa instituir instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, mas, ao mesmo tempo, cuida da formação de docentes baseada nos princípios da equidade, tolerância e respeito às diferenças raciais, bem como do desenvolvimento de campanhas educativas destinadas a tornar a solidariedade social para com os negros um elemento constituinte da cultura brasileira.

Diz-se comumente que a Lei Áurea, de um só golpe, com um só artigo, pôs fim à escravidão. De fato, a rigor, a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, possui apenas um dispositivo, uma vez que seu art. 2º contempla a cláusula de revogação.

Diz a famosa Lei Áurea: “Art. 1º. É declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário”.

Possivelmente, dentro da legislação brasileira, é uma das poucas leis que contém um só artigo, desde que o art. 2º, Senador Paulo Paim, não vale, é apenas de revogação de disposições em contrário. Portanto, estamos, claramente, desde 13 de maio de 1888, à espera de algo que venha completar essa lei, pois

nenhuma lei poderia abolir a escravidão com apenas um artigo.

E isso chega neste momento, com o Estatuto da Igualdade Racial, da lavra do Senador Paulo Paim, que, numa luta grande, vem tentando, como disse anteriormente, há muito tempo, fazer com que isso se torne realidade. É preciso que seja dessa forma, a fim de que possamos diminuir as desigualdades raciais no País.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Exª me permite um aparte, Senador Rodolpho Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo, com muita satisfação, Senador Paulo Paim, e com muito orgulho de ter sido o Relator do projeto, o aparte a V. Exª.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, é importante para o Brasil o dia de hoje, em que o Senado Federal demarca mais uma vez sua luta contra os preconceitos. E vejo na tribuna V. Exª, que não é negro, mas um homem que entende que a luta contra o preconceito é de todos nós. Confesso que minha ida à Bahia com V. Exª demonstrou, primeiro, o carinho que V. Exª dispensa a negros e brancos, e, segundo, o carinho que recebe do povo da Bahia. Por isso, fiz questão de estar lá, de onde saí convencido de que, no dia de hoje, haveríamos de aprovar o projeto na Comissão de Assuntos Sociais, como de fato ocorreu. Por outro lado, Senador Rodolpho Tourinho, em 2005, século XXI, estamos ainda discutindo formas e leis a fim de combater o racismo e o preconceito. Como disse V. Exª, mais de 90% do povo brasileiro, consultado, reconhece que no Brasil existe racismo. Foi um dado que ouvi há pouco de V. Exª, que é um estudioso do tema. Ora, por que tanta dificuldade, então, para a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que está em debate, eu diria, há mais de dez anos? Foram sete anos na Câmara dos Deputados e, felizmente, dois anos e meio aqui no Senado Federal. A partir do momento em que V. Exª foi designado Relator, e com as audiências públicas realizadas, a matéria foi agilizada. Pode ser simbólico o que vou contar, mas recebi do Senador Mão Santa um Cristo negro. É pequeno, não sei se as câmeras conseguem filmar, mas demonstra que, somente agora, com o debate que estamos realizando, como eu diria antes, ninguém deve ser analisado, pensado ou mesmo qualificado ou desqualificado pela cor da pele. Poucas figuras de Cristo são negras. E vou além: quem já viu um anjo negro? Poucos anjos são negros. E qual é o problema? Não pode haver anjo negro? Cristo não pode ser negro? Claro, todos sabemos, que não tem nada a ver a cor da pele. Meu amigo Senador Rodolpho Tourinho, é um dia muito importante, pode ter certeza. Eu gostaria de

encerrar, dizendo a V. Ex^a que, em novembro, duas marchas virão a Brasília – não diria sobre Brasília, mas a Brasília. As duas da comunidade negra, e têm como eixo principal a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Tenho quase certeza, pelo brilhante trabalho realizado por V. Ex^a, de que o sonho da comunidade negra com a Carta de Alforria, como disse V. Ex^a, que não veio em 13 de maio de 1888, se realizará em 20 de novembro de 2005. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para concluir.

Eu gostaria, neste momento, de lembrar o que aconteceu na Bahia, e que foi muito importante. Não poderíamos votar um estatuto sem antes passar pelo Estado que possui a maioria da população negra e pela segunda maior cidade de população negra no mundo, que é Salvador. Houve uma participação muito grande das principais lideranças negras do Estado. Uma participação que não se resumiu ao dia da audiência pública; foram várias reuniões e estudos realizados, e boa parte deles incorporada ao projeto. Cito o exemplo do Professor Jorge Portugal, que coordenou todo esse trabalho. Isso foi importante para que a Bahia pudesse sentir que alguma coisa nova acontece nessa área.

Tenho certeza de que a população de Salvador também lhe será eternamente grata por isso, Senador Paulo Paim.

Como eu dizia, o Estatuto de que V. Ex^a é autor, jamais poderia ser substituído – recebeu emendas, em acordo com V. Ex^a. – porque ele contempla a lei de artigo único, a Lei Áurea, que deixou lacunas imensas, omissões enormes do Estado na instituição de um instrumento que colocasse fim à escravidão.

O projeto de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, contempla, de certa forma, a Lei Áurea, ao contribuir de forma notável para superar a discriminação racial que os negros brasileiros têm sofrido, motivo por que se impõe a sua aprovação.

Encerro, Sr. Presidente, mencionando uma frase muito importante citada pelo Senador Paulo Paim em nossa audiência em Salvador. Agradeço também ao Senador Antonio Carlos Valadares pela contribuição em relação ao que pôde ser feito na Bahia e também no que se refere à aprovação do projeto. Não podemos aceitar aquilo que foi dito por alguém e que o Senador Paulo Paim citou na Bahia: “Os negros estão condenados no Brasil a um ciclo de reprodução da pobreza não por serem pobres, mas por serem negros”. Isso nós não podemos aceitar.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Deferido o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra à eminente Senadora Heloísa Helena, pelo prazo de cinco minutos, como Líder do P-SOL.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acho que vou muito mais fazer um registro para não pecar pela omissão.

É claro que hoje é um dia muito especial, muito feliz para o P-SOL, porque novos parlamentares a ele se integram para a construção do Partido, como o Deputado João Alfredo, a Deputada Maninha, o Deputado Chico Alencar, o Deputado Fantazzini, o Deputado Ivan Valente, companheiros com os quais tivemos oportunidade de desbravar caminhos na luta pelo socialismo em muitos momentos da nossa história de vida. Então, sem dúvida, é um momento muito especial para o P-SOL este em que recebe esses Deputados Federais.

É claro que nós acolhemos, com generosidade, do mais simples catador de lixo ao mais conhecido parlamentar ou dirigente de outras estruturas partidárias, que nos possibilitam construir o P-SOL, construir um abrigo para a esquerda socialista e democrática, que não se vende para se lambuzar no banquete farto do poder e não se rende diante da verborragia neoliberal.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar, porque tive oportunidade de observar, a promiscuidade na relação entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, esse balcão de negócios sujos que foi instalado aqui no Congresso Nacional para viabilizar os interesses do Governo.

Eu sei que não é novidade a corrupção no País, eu já disse umas quinhentas vezes isso, mas tenho que repetir, porque sempre aparece algum, que eu não sei se por boa-fé, má-fé ou se por ser freguês do mensalão, que diz que ficamos criticando o Governo Lula e não criticamos o Governo Fernando Henrique. Se for para criticar a corrupção no País, criticamos até Pero Vaz de Caminha. Eu já disse aqui uma vez que Pero Vaz de Caminha, quando mandou a primeira carta para Dom Manuel, dizendo que estava vendo, pela primeira vez, a beleza da Terra de Vera Cruz, o Brasil, já estava havendo tráfico de influência. Ele tinha um genro que roubava igreja e dava em padre e estava cumprindo pena em São Tomé, na África. Então, Pero

Vaz de Caminha estava pedindo: faz um traficozinho de influência aí, tira o meu genro de São Tomé e o põe de volta na Corte portuguesa.

É claro que houve corrupção no Governo Fernando Henrique, não tenho dúvida disso, aliás, quando eu era Líder do PT e da Oposição a Fernando Henrique, estrebuchava aqui, apontando os indícios relevantes de crimes contra a administração pública, e contava, em muitos momentos, com disputas muito interessantes! Havia disputas com alguns que, hoje, são da oposição. À época não estava aqui o Senador Arthur Virgílio, o Líder era o Senador Artur da Távola, com a sua sofisticação, sua delicadeza, porque é um homem brilhante, e todo mundo sabe disso, apesar de defender idéias diferentes das minhas, é claro. Havia também o Senador Geraldo Melo e outros que eram da tropa de choque do Governo Fernando Henrique e eram capazes de colocar a cavalaria para nos esmagar, mas hoje são da tropa de choque do Governo Lula. É uma coisa engraçadíssima de se ver!

Um dia desses, eu estava vendo as notas taquigráficas de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e o que determinadas lideranças, do PMDB especialmente, mas de outros partidos também, diziam do Lula, do Zé Dirceu, do Mercadante, era uma coisa do outro mundo! E, hoje, estão lá de mala e cuia, juntinhos, enamorados! O amor é lindo! Realmente é superinteressante, impressionante!

Eu não poderia deixar de dizer, Senador José Jorge, Senador José Agripino, que é evidente que sabemos que havia isso, havia compra de voto para reeleição do Fernando Henrique! O cômico é porque o Deputado que estava lá naquela cena, a que os petistas se referem o tempo todo hoje, é o mesmo da base do Lula, amicíssimo do Presidente Lula!

É por isso que o povo odeia político! É por isso que o povo impõe uma generalização perversa! Porque é tanta “gentinha safada” que quem não é safado fica a ponto de enfartar todos os dias ao identificar inclusive o que aconteceu da semana passada para cá. É uma coisa impressionante! Senador José Agripino, estou impressionada! Aquela cena, ontem, da comemoração... E digo isso, porque a posição dos poucos parlamentares do P-Sol, que, hoje, são 7 deputados, era a de que apresentássemos outro nome, mas, infelizmente, como não foi possível chegar a um consenso, optamos pela abstenção, a fim de que não se legitimasse o processo da forma como estava sendo configurado. Mas vou dizer uma coisa: estou impressionada! Impressionada! O que fizeram da semana passada para cá, o balcão de negócios sujos que o Palácio do Planalto instalou aqui no Congresso Nacional, é uma coisa de outro mundo! E a forma cínica e dissimulada

como o Governo Federal articulou com o Congresso Nacional, onde havia uma prateleira de mercadoria parlamentar. Cada Parlamentar era etiquetado conforme o preço identificado ou pelas lideranças do Senado e da Câmara, ou pelo Presidente da República e seus Ministros, que escolhiam os parlamentares e davam-lhe preço. Alguns receberam cargo, prestígio, dinheiro, liberação de emenda, portanto, mecanismo para instalar o “propinódromo”, como eles continuam fazendo, e outros receberam a sinalização de que não serão punidos no Conselho de Ética. Estavam lá numa comemoração impressionante. Estavam comemorando todos juntos.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Por acaso V. Ex^a ainda acredita que alguém vai ser punido?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não. Olha, Senador José Jorge, tenho todos os dias de dizer para mim mesma: Heloísa, tenha fé em Deus e fé na luta do povo. Tenho que dizer isso para mim todos os dias, para agüentar o estado **ad nauseam**, náusea permanente, que estamos vivenciando aqui.

V. Ex^a tem razão ao fazer esse questionamento porque quem está participando das Comissões Parlamentares de Inquérito, quem está participando de alguma comissão de fiscalização e controle já identificou isto: foi montado um balcão de negócios sujos, onde se distribuiu cargos, prestígios, liberação de emenda, poder e também se negociou a ausência de medidas disciplinares e de cassação de mandatos. Vejam em que situação estamos. Atualmente um bispo baiano está em greve de fome, pedindo a rediscussão do projeto de transposição do São Francisco. O Governo não tem a menor sensibilidade de reabrir o debate sobre a transposição do São Francisco quando há um bispo em greve de fome, em Cabrobó, em Pernambuco. Ao mesmo tempo, o Governo monta um balcão de negócios sujos com uma sensibilidade sem-vergonha ao estabelecer o balcão das mercadorias parlamentares. Isso é o que foi estabelecido nesses dias.

Se Pero Vaz de Caminha era corrupto, se houve outros governos corruptos, se Fernando Henrique era corrupto, nada disso justifica o que o atual Governo faz. E o pior, Senadores José Agripino e Paulo Paim, é que fico pensando: quantos anos da minha vida dediquei a essa causa! Dos anos da minha vida que dediquei a essa causa não me arrependo, mas repenso, e muito, o que fiz porque não posso pegar de volta os melhores anos da minha vida que dei para construir algo que eu achava que era instrumento de luta a serviço da classe

trabalhadora e hoje vejo que é um partido como outro qualquer, que se vende e que compra conforme as conveniências das cúpulas partidárias vendidas.

Então, deixo aqui apenas aquilo que é o “jus esperniandi”, porque sei que não adianta nada, porque, como o melhor dos mundos para quem é vigarista é entrar na política. O político ladrão enriquece, fica bem na vida, depois se qualquer nervosismo acontece, ele vai para a pérgula da piscina, toma seu uísque, vai para a Europa passear e não está nem aí. Alguns de nós, que aqui estamos, é que ficamos neuróticos, nervosos, todos os dias das nossas vidas nos dedicando àquilo que é uma causa interessante, mas não é nada.

Então, a única coisa que eu peço tanto a nós, Parlamentares, que ainda estamos aqui tentando nadar contra a correnteza, quanto ao povo brasileiro é pressão, é controle, é fiscalização, porque a “operação abafa” que aqui está montada começa com o balcão de negócios sujos onde se distribuíram cargos, prestígio e poder, onde se negociou de forma safada – sofisticada, é verdade, mas desprezível e desrespeitosa – com os Parlamentares para que eles não fossem punidos por serem, objetivamente, ladrões ou fregueses do “mensalão”, se alguém assim quiser denominar.

Portanto, fica aqui só o nosso protesto.

Eu vou continuar ensinando aos meus filhos que é proibido roubar, e eu espero que todas as mulheres e homens de bem e de paz continuem ensinando aos seus filhos que é proibido roubar.

Agüentar esse jogo sujo, sórdido, sofisticado, mas vomitável e desprezível, montado nessa relação promíscua Palácio do Planalto-Senado da República-Câmara Federal é algo que realmente nos faz questionar muito o que é, de fato, essa tal democracia representativa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Agripino, Líder do PFL, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de rapidamente fazer uma retrospectiva do que está ocorrendo, em matéria de disputa, na Câmara dos Deputados.

O Deputado Aleluia, que era Líder do PFL e hoje é Líder da Minoria foi escolhido o terceiro Parlamentar mais ativo do Congresso, quando foi candidato a Presidente da Câmara, teve 53 votos – com todos os méritos dele, 53 votos. O Deputado José Thomaz Nonô, igualmente do PFL, igualmente da Oposição, com forças da Oposição, na eleição de ontem, no primeiro turno, teve 182 votos. No segundo turno, Senador Antonio Carlos Magalhães, ele era Oposição, só Oposição. O discurso dele era de Oposição. O outro era Governo.

Severino Cavalcanti ganhou a eleição sendo uma espécie de cobra de duas cabeças: era Governo e Oposição. Depois, aderiu ao Governo.

Na disputa de ontem, Nonô era só Oposição. Ele teve 243 votos contra 258 do Governo – quase ganha a eleição –, e o Governo, no primeiro turno, o que teve foram 182 votos. O resto é como a Senadora Heloísa Helena acabou de denunciar: é produto de transação que está em todos os jornais do Brasil de hoje.

Jornal **O Globo**, primeira página: “Negociação com partidos do mensalão elegem Aldo”. Olhem o tamanho das letras: garrafais. Na terceira página: “Fundos e mundos elegem Aldo”. Fundos – recurso, dinheiro – e mundos elegem Aldo. Isso é a imprensa livre do Brasil. Não, mas é só **O Globo**? Não! Vamos ver **O Estado de S. Paulo**: “Governo abre o cofre e elege Aldo por 15 votos”. Comprou a eleição. É o que o jornal, na primeira página, está dizendo: comprou a eleição. A eleição era 182 a 182. Se deixassem correr livre, ganhava Nonô.

Não, mas é só jornal de São Paulo e do Rio de Janeiro! Vamos a Brasília, **Correio Braziliense**: “Lula elege Aldo, mas no sufoco”. E dentro há um mundo de matérias: “Aposta pesada do Governo”, “Ufa! Aldo vence por apenas 15 votos” o que acabei de dizer.

E aí vem o que preocupa a mim e à Senadora Heloísa Helena. A sociedade brasileira deve estar estupefacta com o espetáculo da liberação de R\$1,5 bilhão a emendas na véspera da eleição, da presença de Ministros de Estado dentro do recinto das Comissões da Câmara dos Deputados, cabalando votos. Mas o que me preocupa mais...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Pessoas do “mensalão”!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – É o que me preocupa mais, Senador Antonio Carlos Magalhães. Aqui está a fotografia da primeira página da **Tribuna da Imprensa**: “Aldo é Presidente, mas Câmara está dividida”. Sabe quem está na primeira página? Aqui está Aldo fazendo o sinal do polegar para cima, da vitória. Quem está em volta dele com ar sorridente de vitorioso? João Magno, José Dirceu, Professor Luizinho, José Mentor. Todos os quatro cassáveis. Todos os quatro com ameaça de cassação, comemorando com Aldo a vitória. Comemorando com Aldo! O que me preocupa é esta fotografia, por exemplo: Aldo carregado nos braços, José Dirceu atrás batendo palma. Aldo foi testemunha a favor de José Dirceu no Conselho de Ética. Ele agora é Presidente da Câmara, ele tem o poder de receber ou não o pedido de *impeachment* e dar andamento ou não ao processo de votação para cassação dos cassáveis. Essa turma toda está aplaudindo a eleição de Aldo Rebelo.

Eu não tenho nenhuma razão para fazer críticas aqui ao Deputado Aldo Rebelo, em quem reconheço um cidadão decente. Até hoje, vi nele atitudes decentes. Mas me preocupa esse entorno. O que aconteceu ontem, o que foi a página negra que os jornais todos estão mostrando foi uma eleição – não sou em quem diz, é a sociedade, interpretada pelo pensamento dos jornais do Brasil – que foi adquirida. Pelo voto livre, o Governo teria perdido a eleição na Câmara. Mas quem é que atuou? Foram os “mensalões”. Está aqui a fotografia dos sorridentes, os que estão aplaudindo, os que estão enlouquecidos de alegria com a eleição de Aldo.

Será que Aldo vai comprometer o seu passado? Será que Aldo Rebelo vai proteger os cassáveis? Será que Aldo Rebelo vai, a partir de agora, agir sectariamente, em nome das piores causas do Brasil? Será que ele vai ser pior do que Severino? Se ele adotar essa postura, Senador Alvaro Dias, ele será muito pior do que foi Severino Cavalcanti. O que nos resta? Vigiar. Ah! Vigiar sim, Presidente.

Eu não quero fazer nenhuma acusação ao Presidente Aldo Rebelo, a quem desejo todo o êxito do mundo na sua gestão à frente da Câmara dos Deputados. Agora, dele o PFL vai querer que a Câmara, sob o seu comando, ande; que a Câmara vote a reforma política; que a Câmara complete a votação da reforma tributária. Estão os Municípios quebrados, falidos, e o 1% dos Municípios a mais no Fundo de Participação parado, por inércia da Câmara, que estava sem comando. O que agora nós vamos querer é que a Câmara entre em marcha. E nós vamos ficar de olho bastante vivo. Nós vamos ficar vigiando o tempo todo os passos do Presidente que é eleito e aplaudido pelos cassáveis, por aqueles que estão nas primeiras páginas dos jornais aplaudindo, exultantes.

Acho que o Presidente Aldo Rebelo, com as fotos e a vibração dos cassáveis, deve estar se sentindo um Presidente com a espada de Dâmoques na cabeça, porque a Oposição confia nele, desconfiando. A Oposição dá um voto de confiança a ele, desconfiando. A Oposição cobrará dele a ação de Presidente da Câmara dos Deputados que ganhou a eleição sob a ação direta e explícita do Poder Executivo interferindo dentro do Legislativo. E a Oposição não vai esquecer as fotografias daqueles que estão comemorando, com maior exaltação, a sua vitória. Aqui está José Dirceu; aqui está João Magno; aqui está José Mentor; aqui está Luizinho. Todos cassáveis acusados de corrupção.

Sr. Presidente, com essas palavras, quero dizer que o meu Partido teve, na figura do Deputado José

Thomaz Nonô, um soldado da melhor qualidade, de quem se orgulha e a quem cumprimenta com saudável entusiasmo e com o aplauso democrático de quem aplaude um homem decente, acima de qualquer suspeita.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, para solicitar a V. Ex^a minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

E, em segundo lugar, para solicitar à Mesa providências para que se coloque na pauta um requerimento que dela já constou e foi retirado e que solicita do Tribunal de Contas da União auditoria no BNDES no que diz respeito ao financiamento de obras no exterior.

Ainda no dia de hoje, o Tribunal de Contas da União apresenta a auditoria sobre a construção de uma ponte, a Acre – Peru, com irregularidades. Pretendemos que todos os investimentos pelo BNDES para obras no exterior – na Venezuela, na República Dominicana, no Peru, no Paraguai – sejam alvo de auditoria por parte do Tribunal de Contas da União, uma vez que são valores expressivos, da ordem de US\$ 2,9 bilhões, cujo questionamento é inevitável. Enquanto recursos são negados para obras em nosso País – obras de infraestrutura, obras no setor de energia elétrica, no setor de estradas, de portos, na área de hotelaria, do turismo –, portanto, recursos indispensáveis para a promoção de desenvolvimento no nosso País, em contrapartida há essa liberalidade do nosso Governo oferecendo recursos significativos para obras no exterior. Isso merece mais do que explicações. É necessário que se faça mais do que uma auditoria para verificar a lisura dos procedimentos relativos a esses empréstimos.

Daí a importância de se deliberar a respeito desse requerimento. Peço à Mesa respeitosamente que, naturalmente ouvindo o Presidente Renan Calheiros, o recoloca na pauta, uma vez que foi retirado pelo próprio Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dirijo-me a V. Ex^a, mas dirijo-me principalmente ao Presidente da Casa, Dr.

Renan Calheiros, e ao meu prezado amigo assistente, Dr. Raimundo Carreiro.

O Tribunal de Contas entregou ao Presidente da Casa ofício sobre irregularidades em obras públicas, no qual 84 obras públicas são citadas com favorecimento deste Governo corrupto presidido pelo Doutor Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero que o publiquem no Expediente de amanhã. Ninguém pode guardar documento na Presidência, nem o Dr. Renan Calheiros, porque eu nunca guardei quando fui Presidente desta Casa. Então, esse ofício não pode ficar nas mãos do Dr. Renan; ele tem que ser publicado oficialmente. O Tribunal de Contas da União não entregou para não ser publicado. Não é documento secreto. O Presidente da Casa, que é tão bom cabo eleitoral – e eu o respeito como cabo eleitoral –, não pode deixar de publicar o documento que lhe foi entregue pelo Presidente do Tribunal de Contas da União e pelo Dr. Valmir Campelo, conforme anunciou, hoje, o Dr. Lucas Furtado, em excelente depoimento na Comissão.

Dito isso, Sr. Presidente, eu me reservo também a dizer, corroborando outros oradores, principalmente o Líder do meu Partido, que os cofres da Nação se abriram ontem para eleger o Sr. Aldo Rebelo. Nada tenho contra ele, mas tenho contra os roubos nos cofres da Nação. Tenho eu e tem V. Ex^a, que também é Parlamentar. Nós não podemos deixar que se abram os cofres da Nação e que se negociem mensalões novamente pelo mesmo Presidente que disse que não tem nada com isso. Tinha, tem e terá sempre, porque não conserta. “Pau que nasce torto morre torto”, ou seja, não conserta. Vai praticar isso a vida inteira, e nós todos vamos ficar aqui aceitando isso. E o Presidente ainda ocultando obras irregulares.

Sou amigo pessoal do Presidente desta Casa, mas sou mais amigo da Nação brasileira. Conseqüentemente, quero a publicação desse ofício. Pode ser que ele não seja publicado amanhã, mas, então, vou fazer folhetos e distribuir pelo Brasil inteiro, já que o Senado não cumpre o seu dever. O Senado tem de cumprir o seu dever!

Sabemos que já foi negociado ontem o fato de não haver mais cassação. E a palavra tímida dita hoje pelo Dr. Aldo Rebelo – pessoa que estimo, mas que acho fraco, porque sofreu todas as humilhações na Casa Civil e nunca teve um gesto de altivez – já dá a entender que quer derrubar causas de barreiras, que quer facilitar a *pizza*, que o povo todo achava que ia ter, e que nós achávamos que não seria possível haver.

Vai ter *pizza*, sim, Sr. Líder José Agripino, porque assim está procedendo o Sr. Delcídio Amaral, que passou 15 dias como Presidente de uma Comissão sem vir aqui, para não dar andamento ao problema dos fundos. Ele não quer que se saiba dos fundos, porque ali muita gente será pega, inclusive Parlamentares e até Senador. O Sr. Delcídio Amaral tem de entrar numa linha de correção. Ele não é superior a ninguém. Eu posso provar que ele não é superior, e ele sabe disso.

Conseqüentemente, quero dizer nesta Casa que a reunião de hoje da CPI dos Correios foi uma decepção, nada se fez, porque este PT que é mancomunado com todas as coisas ruins deste País não deixou que se fizesse. Ou tomamos atitude – estou cansado de dizer isso aqui –, ou tudo vai dar realmente em *pizza*. E muitos jornalistas acham que isso é natural, que todos os Governos fazem, que é assim mesmo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Excelência.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a coloca de forma apropriada um fato da maior gravidade que eu ia mencionar, mas não o fiz. Na reunião de hoje da CPMI dos Correios, a Base do Governo, de forma deslavada, desabrida...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Cínica.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...retirou os seus para derrubar o quórum, evitando a votação de requerimentos e o andamento dos trabalhos daquela Comissão. Se é sinal dos tempos, talvez seja cedo. Quero dizer a V. Ex^a que já convoquei para terça-feira, às 9 horas e 30 minutos da manhã, uma reunião dos nossos, como fazemos habitualmente, entre Deputados e Senadores das CPIMs, a fim de reagirmos e protestarmos. Se querem fazer *pizza*, não vão conseguir, porque nós denunciaremos à Nação no limite máximo, como V. Ex^a está fazendo agora. Todos do PFL faremos o mesmo. Sabe por quê? Para termos o direito de ir às ruas. Se eles não têm o direito de ir às ruas porque estão mancomunados com os Srs. Delúbios, Silvinhos, Genoinos, José Dirceu, nós queremos ir. E iremos de peito lavado cumprimentar os cidadãos que hoje nos elogiam, dos quais não queremos perder o respeito que temos e que vamos continuar tendo. Cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a. Temos que fazer uma união séria, para salvar o Parlamento. As compras de ontem não vão ser todas pagas porque o governo também

é habituado a passar calotes. Eles estão habituados sempre voltam na mesma coisa: o governo, os maltrata, os xinga, os demite, faz tudo, mas eles continuam lulistas. O que significa: coniventes com a imoralidade no Brasil.

Sr. Presidente, preocupa-me a posição do Presidente da Casa, porque sou seu amigo. Dele, só tive distinções e só gostaria de fazer distinções. Entretanto, essa situação de o Tribunal de Contas trazer ofício e ficar fora da Mesa é grave, é grave! O Presidente não pode fazer isso. Vou ao Tribunal de Contas reclamar e pedir cópia. Ou publica aqui ou eu vou pedir cópia. Não podemos ficar na situação em que estamos. A Oposição tem responsabilidade, principalmente diante de um governo irresponsável.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A Nação brasileira está nos ouvindo. Os que não ouvem agora ouvem a retransmissão logo mais à noite. É preciso que se saiba exatamente e com muita clareza o motivo desse seu protesto. Eu mesmo fui indagado aqui do que acontece na realidade. É preciso que a Nação saiba que foi um documento trazido pelo Tribunal de Contas da União, denunciando as obras irregulares. A Nação quer saber que obras são essas e exatamente esse é o protesto que está sendo feito por V. Ex^a nesta Casa. Estou fazendo este alerta, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque algumas pessoas, ou que já pegaram a transmissão já tendo começado o discurso de V. Ex^a, ou porque não entenderam, estão curiosíssimas para saber o que está acontecendo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Inclusive, a GDK, que esteve por esses dias, no Gabinete do Presidente, está entre as obras irregulares da Petrobras, em mais de 14, no Brasil. Fico triste porque o Presidente teve contatos com a GDK – e ele pode ter contatos com todas as pessoas –, mas a GDK não pode ter a proteção de não ser anunciada por uma obra irregular. Quero que o Presidente saiba que estou na tribuna como seu amigo, mas também e principalmente como Senador. Cumprirei o meu mandato sempre dessa forma. Se agrada ou desagrade a alguém, que me levem, já que estão soltando muitos ladrões, para o Conselho de Ética.

Portanto, Sr. Presidente, venho aqui mais uma vez protestar e pedir que, pelo menos, o Presidente do Senado mantenha-se com a dignidade que lhe le-

vou ao cargo com o nosso voto, com o nosso apreço, e que ele não nos decepcione.

Ainda acredito no Presidente Renan Calheiros, mas, para isso, ele deve tomar atitudes que enobrecam o seu caráter.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, como Líder da Minoria, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar sobre o mesmo tema abordado pelos oradores que me antecederam.

As principais manchetes de hoje dos jornais são:

O Globo: Negociação com partidos do mensalão elege Aldo – veja bem, Senador José Agripino, negociação com partidos do mensalão elege Aldo;

Folha de S. Paulo: ‘Rolo compressor’ de Lula elege Aldo;

O Estado de S. Paulo: Governo abre o cofre e elege Aldo por 15 votos;

Jornal do Brasil: Governo vence e fica refém das barganhas no varejo;

Correio Braziliense: Lula elege Aldo, mas no sufoco;

Jornal do Commercio de Pernambuco: Governo sai vitorioso e elege Aldo Rebelo para presidência da Câmara;

Diário de Pernambuco – mesma manchete: Governo elege Aldo no sufoco.

A vitória do Deputado Aldo Rebelo, por apenas 15 votos, está-se mostrando uma verdadeira “vitória de Pirro”, dada a fragilidade que o resultado mostrou sobre a base aliada governista. Bastava que oito Deputados Federais mudassem o voto, para que o candidato que garantiria a independência da Câmara fosse eleito.

As manchetes da imprensa registram as graves interferências do Poder Executivo sobre o Legislativo e sinalizam que o Governo está fazendo os preparativos para instalar uma grande pizzaria nas dependências da Câmara dos Deputados.

Talvez não seja coincidência que a diferença favorável ao candidato do Palácio do Planalto seja exatamente o número dos que estão sob ameaça de cassação devido ao escândalo do “mensalão”. São quinze que estão sob ameaça; quinze foi o número de votos que Aldo Rebelo teve amais do que Thomaz Nonô.

A imprensa destacou a alegria desses acusados depois de proclamado o resultado, fazendo reforçar as notícias que circularam nos bastidores de que

haveria um acordo do Governo com os cassáveis, dando claras indicações de que a “cassação subiu no muro...”

Em que pese a opção de parcela da Câmara pelo Deputado Aldo Rebelo, não há como negar que, por ter sido Líder do Governo e Ministro da Coordenação Política, no período do “mensalão”, sendo testemunha de defesa de José Dirceu no Conselho de Ética, qualquer decisão que o novo Presidente vier a tomar poderá ser motivo de contestação alegando-se falta de isenção.

Quando afirmei que a vitória de Aldo Rebelo seria de Pirro, queria dizer que, a partir de agora, o Governo ficou refém dos “mensaleiros”, daqueles parlamentares e partidos que vivem da exploração das necessidades do Poder Executivo.

O Governo do Presidente Lula, que teria oferecido ministérios e até verbas para os partidos, vai pagar um alto preço se quiser continuar contando com o apoio desses aliados oportunistas.

O “mensalão” é apenas o que já veio a público de um sistema de troca de favores que macula a credibilidade do Executivo diante da população brasileira.

O que ficou claro, depois da eleição na Câmara, é que a crise continua em plena efervescência, já que as causas dos escândalos até então revelados, não foram combatidas, ao contrário, uma vez mais o Governo Lula fica devendo favores a partidos fisiológicos.

Ao concluir, gostaria de elogiar a maneira democrática e isenta como o Deputado José Thomaz Nonô conduziu o processo eleitoral e destacar a sua expressiva votação, o que mostra que a candidatura veio ao encontro do desejo de expressiva parcela da Câmara dos Deputados, que deseja manter a independência do Poder Legislativo, em meio à sanha controladora do Executivo Federal.*

Eu gostaria só de ler, para, de certa maneira, dar um pouco mais de detalhes do que estou dizendo sobre uma ligação que houve entre os Deputados Eduardo Campos e Renildo Calheiros, Líder do PCdoB, que cumprimentava com raro entusiasmo o Deputado José Janene, Líder do PT e um dos acusados do mensalão: “Você foi um gigante, Janene, um gigante”, disse Eduardo Campos, Presidente Nacional do PSB e ex-Ministro da Ciência e Tecnologia do Governo Lula. “Se não fosse você, não sei, não”, emendou Calheiros. Não custa repetir, Janene foi acusado pelo Deputado Roberto Jefferson de ser um dos operadores do mensalão e, até hoje, tinha

como certa sua cassação. Depois de ontem, ninguém sabe o que vai acontecer.

Portanto, Sr. Presidente, na realidade, penso que, de ontem para hoje, o clima mudou. Para todos que me perguntavam se haveria ou não as cassações, diria, sim, que haveria; hoje, digo que não acredito mais. Creio que o Dr. Aldo Rebelo, com a Presidência da Câmara na mão, pelos compromissos que tem com o Governo e pela forma como conduziu sua eleição, com o apoio de todas essas pessoas para ser eleito, tudo fará para que ninguém seja cassado e para que tudo termine em pizza.

Eu gostaria de comunicar à Casa que às 17 horas será assinado um protocolo no Palácio do Planalto, entre o Governo da Venezuela e o Governo brasileiro, para construção de uma refinaria de petróleo em Pernambuco, no porto de Suape. A refinaria é uma luta antiga dos pernambucanos, nossa e de muitos outros, do Governador Jarbas Vasconcelos, do Senador Marco Maciel, do Senador Sérgio Guerra, de toda a Bancada de Pernambuco. Portanto, hoje é um dia muito importante para nós, pernambucanos, pois é um grande investimento. Assim, eu gostaria de me congratular com todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Augusto Botelho, por dez minutos. Em seguida, terá a palavra o eminente Senador Alvaro Dias, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui firmar minha posição de que as CPMIs não podem terminar em *pizza*. O povo brasileiro não aceita mais falta de vergonha nesta Casa.

Mas o que me traz aqui, nesta tarde, é um problema regional.

O povo de Roraima e a maioria das pessoas que habitam a Raposa/Serra do Sol são contra a demarcação da forma como está sendo feita pelo Governo do Presidente Lula.

Há mais ou menos seis meses, foi emitida a portaria que homologou a demarcação. Para emitir a portaria, anularam todas as ações favoráveis na Justiça Federal e no Superior Tribunal de Justiça e as passaram para o Supremo Tribunal Federal. Na passagem de um para o outro, em dois dias, fizeram novas portarias, homologaram, atropelando os direitos do meu Estado.

Alertamos muitas vezes, antes que isso ocorresse, que essa homologação ia acirrar os ânimos

entre etnias inimigas em Roraima. Seis meses depois, quando seiscentas famílias estão sendo ameaçadas de serem expulsas de suas casas, nas quatro vilas, de Água Fria, Surumu, Socó e Mutum, vão fazer um festejo pela homologação da Raposa/Serra do Sol, com muitos estrangeiros, muitas ONGs, inclusive com a presença de uma Senadora italiana, que lá foi para dizer que estava defendendo os direitos humanos, quando o direito humano que estava sendo violado era justamente o dessas pessoas pobres que serão postas para fora de suas casas.

Nesse ínterim, nesse entrevero de vai-não-vai, acirraram-se os ânimos e queimaram a missão católica de Surumu. Disseram que cerca de 150 homens encapuzados invadiram e queimaram a missão. Houve acirramento das relações, e mais de cem policiais federais foram para lá, com passagem, diária, para garantir a paz no local.

O estranho é que os encapuzados foram apontados como sendo dois tuxauas, o tuxaua Genival Costa Silva, Vereador da Comunidade do Contão, e o tuxaua Fernando, da Comunidade de Taxi 2. Eles foram os acusados de cometer essa violência. Sou contra qualquer tipo de violência, não concordo, seja qual for a facção que tenha feito isso.

Acusaram também o Prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, e o Vice-Prefeito, o tuxaua Anísio. Porém, na noite de terça-feira, a Polícia Federal foi à aldeia do Contão. O Genival se entregou espontaneamente, foi preso e trazido para a cidade.

No Taxi, não houve nenhuma violência. No Taxi 2, a Polícia Federal chegou, jogou as pessoas no chão, ameaçou, prendeu o tuxaua Fernando e disseram que iam contar até três para as pessoas correrem. Essa é a história que contam os índios, e que estou transmitindo aqui, que está no jornal **Folha de Boa Vista**, cuja transcrição para os Anais do Senado solicito neste instante.

Então, eles se levantaram e começaram a correr, quando os policiais contaram até três, depois que prenderam o tuxaua Fernando. Só que um cidadão, um dos líderes, chamado Delton, custou mais a se levantar e levou um tiro na perna. Esse tiro, felizmente, pegou na perna, porque a bala de borracha entrou e se alojou na perna do cidadão. E o pior de tudo, deram um tiro na perna do cidadão, abandonaram-no lá e foram embora trazendo o outro tuxaua preso. Por sorte, alguém passou de carro lá – na minha região, nessas aldeias, não há luz elétrica definitiva, não existe condução normal – e, vendo-o ferido, trouxe-o para Boa Vista. Foi por ele que soubemos do fato.

Conversei com o médico que o atendeu, e ele disse que realmente havia um projétil de borracha no interior da perna do cidadão.

Estou trazendo isso aqui para denunciar e para reclamar porque a Polícia Federal não está agindo com imparcialidade. As etnias são inimigas, os grupos são inimigos. Aí o inimigo vai e acusa justamente o inimigo dele. Se ele estava de capuz, como sabia que era ele que estava queimando? Não estou defendendo o ato de queimar ou de bater, porque sou contra a violência.

Estou aqui a reclamar e pedir uma providência para evitar que isso aconteça. Se a Polícia Federal vai mandar alguém para lá, tem que mandar gente com experiência, não quem se emociona, se assusta e atira nas pessoas desnecessariamente, que maltrata as pessoas.

Outro problema está ocorrendo lá. Quando homologaram, disseram que dariam muita ajuda para os indígenas, que mandariam dinheiro para Roraima para melhorar a vida dos índios. Gastaram, na época da homologação, com a Polícia Federal e com o Exército, quase R\$1 milhão. Não foi nem um tostão para os indígenas da referida região. Dizem que têm dinheiro para indenizar as pessoas. Vão indenizar um pobre coitado cuja casa será avaliada em R\$10 mil ou R\$15 mil. Ele não terá condição de sobreviver em outro lugar.

Volto a afirmar o que já disse várias vezes: mortes vão ocorrer, e a responsabilidade pelo que houver na região da Raposa/Serra do Sol atribuo ao Ministro Márcio Thomaz Bastos e ao Presidente Lula, porque foram alertados de que isso ia ocorrer.

O primeiro aviso foi um tiro na perna. Rezo para que não haja morte. Quero que ninguém mais seja ferido, mas penso que não há jeito de não haver morte. A responsabilidade será do Ministro Márcio Thomaz Bastos e do Presidente Lula, porque a maioria dos indígenas que vivem na área Raposa/Serra do Sol não queria que a demarcação fosse feita dessa forma.

Peço que sejam registradas nos Anais as reportagens sobre os fatos ocorridos em Boa Vista.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Polícia Federal prende dois tuxauas

TIANA BRAZÃO

Na tarde de ontem, o vereador de Pacaraima, Tuxaua Genival Costa da Silva (PFL), foi conduzido à sede da Superintendência da Polícia Federal em cumprimento a um mandado de prisão. Ele deverá ser ouvido hoje pela delegada Fabíola Piovesan, para prestar declarações a respeito do incêndio na Missão Surumú, em pontes localizadas na reserva Raposa/Serra do Sol e até mesmo do seqüestro de policiais federais, na Operação Upatakon.

Ele passou a noite na sede da Superintendência da Polícia Federal. A reportagem da **Folha** conversou com o tuxaua por volta das 21h, quando ele estava esperando para ser encaminhado ao hospital, por ordem da delegada Fabíola, que observou fragilidade no estado de saúde do líder indígena.

Genival disse à reportagem que já sabia que a Polícia Federal estava à sua procura. Assim, ele se aproximou e se identificou para os policiais. "Eles pediram para que eu os acompanhasse até Boa Vista e como as denúncias são falsas, eu vim", declarou.

TAXI – Segundo informações de moradores da Comunidade do Surumú, que preferiram não se identificar, a Polícia Federal teria chegado na Comunidade do Táxi, por volta das 18h15 de ontem com um mandado de prisão para o primeiro tuxaua da Comunidade, Fernando do Táxi, que foi trazido para Boa Vista ainda na noite de ontem.

Conforme as denúncias, durante a operação, o líder indígena Delton do Táxi teria sido atingido por um tiro. O projétil ficou alojado em sua perna direita e ele foi atendido na unidade de saúde local.

Ainda ontem, a Polícia Federal seguiu para a região do Canta Galo, onde estão ocorrendo as festas em comemoração à homologação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol.

A reportagem da **Folha** conversou com o vereador Romão de Pinho (PTN), que estava no Surumú. Ele lamentou o ocorrido dentro de uma área indígena. "A situação está tensa. Acredito que isso ocorra porque aqueles que eram para promover a paz estão fazendo a desordem" declarou.

Até o fechamento desta edição, a redação recebeu a informação da existência de mandados de prisão para outros líderes indígenas. A Superintendência da Polícia Federal deverá se pronunciar hoje sobre o assunto.

Tuxauas dizem ser vítimas de injustiça

Em procedimento incomum, a Polícia Federal apresentou ontem à imprensa os tuxauas Genival Costa e Fernando Salomão. Algemados nos braços das cadeiras, de uma das salas da sede da superintendência, as lideranças disseram serem vítimas de acusações infundadas patrocinadas pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima) e Igreja Católica.

Fernando Salomão falou pouco, mas Genival afirmou que estava em Boa Vista na madrugada em que as instalações da Missão Surumu foram incendiadas. Ele disse que pode provar isso por meio das testemunhas que dividiam com ele a mesma casa.

A prova testemunhal é tudo que a Polícia Federal tem para sustentar a acusação contra o tuxaua. A delegada Fabíola informou que diversas testemunhas, principalmente jovens que estudavam no local, apontaram o indígena como comandante da ação em seus depoimentos. O laudo pericial com as provas materiais ainda não ficou pronto.

O tuxaua, por sua vez, argumenta como essas pessoas o teriam reconhecido se eles próprios afirmam que os incendiários estavam encapuzados. "Estou sendo vítima de uma injustiça. Não devo nada, tanto é que não fugi da Polícia", comenta. Ele acredita que as duas prisões podem aumentar a revolta entre os indígenas que ainda são contrários à homologação contínua da Raposa/Serra do Sol.

Ontem surgiram boatos de que os índios voltaram a bloquear a estrada que dá acesso ao Contão. Policiais federais que retornaram da reserva no final da tarde negaram a informação assim como moradores do local contatados por telefone.

Quartiero faz queixa crime contra coordenador do CIR

O prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, protocolou ontem uma queixa-crime contra o coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), Marinaldo Trajano, por tê-lo acusado, na mídia, de ser o coordenador do incêndio que destruiu a Missão Surumu, na madrugada do último dia 17.

Quartiero reclamou ainda de ser freqüentemente apontado pelos dirigentes do CIR como líder da resistência contra a demarcação "ilegal e injusta feita pelo presidente da República, cuja questão é indubitavelmente política e sendo política, o seu controle deveria ser político", conforme escreveu na ação o advogado Valdemar Albrecht.

A forma como a notícia foi veiculada pelos jornais, o advogado do prefeito diz que induz a uma falsa imagem do seu cliente, transmitindo um perfil de dúvidas quanto à sua honra e dignidade.

Tuxaua é acusado de dez crimes

LOIDE GOMES

Até a noite de ontem, a Polícia Federal ainda não havia tomado o depoimento do tuxaua da aldeia Contão, Genival Costa da Silva. Preso desde terça-feira, 27, o líder indígena é acusado de ter comandado pessoalmente o grupo de aproximadamente 150 pessoas que incendiou a Missão Surumu, na reserva Raposa/Serra do Sol. Ele responderá por crimes de extorsão mediante seqüestro, ameaça, seqüestro, cárcere privado, furto, roubo, porte ilegal de armas, incêndio e tortura.

Somente pela última acusação, o tuxaua que também é vereador do município de Pacaraima pelo PFL, poderá pegar oito anos de reclusão. O crime é considerado hediondo. Após a oitiva, que estava marcada para acontecer ainda ontem, Genival será encaminhado para uma cela comum da Cadeia Pública, onde já se encontra o índio Fernando da Silva Salomão, tuxaua da maloca Taxi 2, também acusado de liderar o grupo.

O indígena não responde a nenhum outro inquérito na Polícia Federal. Ao contrário dele, o nome de Genival aparece em seis inquéritos, inclusive no que investiga o seqüestro, em abril, de quatro agentes federais do Mato Grosso, que integravam a Operação Upatakon.

Em entrevista coletiva, o superintendente da Polícia Federal em Roraima, Francisco Mallmann, explicou que Genival seria ouvido ainda na noite de terça-feira, mas pediu adiamento do depoimento alegando fragilidade na saúde. A solicitação foi deferida pelo representante do Ministério Público Federal, que acompanhava o caso.

A prisão dos dois, segundo Mallmann, abre precedentes para a punição de indígenas assim como acontece a qualquer cidadão comum que comete crimes. Ele disse que o ato deverá amenizar o clima de tensão na Raposa/Serra do Sol e servir de exemplo. Apesar de indígenas, os presos não terão nenhuma regalia. "Eles não podem ser considerados inimputáveis, principalmente o tuxaua Genival, que é vereador em Pacaraima", destacou Mallmann.

A PF pretende manter os indígenas na cadeia até o julgamento. Para isso pediu a prisão preventiva e não a temporária, que vale por cinco dias apenas. A delegada Fabiola Piovesam, que preside o inquérito, disse que o pedido se baseou pela manutenção da ordem pública e conveniência da autoridade policial.

"Como ele é um líder, poderia continuar na prática desses crimes e causando medo às testemunhas prejudicando os depoimentos. Ele andou dizendo que índio não pode ser preso e que tem imunidade processual e criminal", afirmou. O mesmo entendimento não tiveram os três procuradores da República em Roraima, que assinaram a petição em conjunto com a delegada.

A delegada e o superintendente garantiram que, por enquanto, não há nenhum outro mandado de prisão a ser cumprido nesse caso. As investigações feitas até agora também não levantam suspeita concreta contra nenhuma outra pessoa. O tuxaua Fernando alegou inocência em seu depoimento e recusou a oferta de delação premiada - abrandamento da acusação para entregar os demais autores do crime.

HABBEAS-CORPUS - O advogado Valdemar Albrecht, que atua na defesa dos tuxauas, informou que vai aguardar o depoimento de Genival para depois conversar com a juíza que decretou a prisão, pedindo seu relaxamento. Caso não logre êxito, afirmou que ajuizará Habeas Corpus no Tribunal Regional Federal da 1ª Região para soltar os dois. Ambos alegam inocência.

Reservas ocupam 46,24% de Roraima

LOIDE GOMES

Com o reconhecimento da terra indígena Trombetas-Mapuera, na semana passada, o espaço destinado aos índios roraimenses ocupa 46,24% de todo o território do Estado. Essa última reserva decretada tem 3.970.418 hectares, divididos entre o Amazonas, Pará e Roraima.

Conforme dados da Funai (Fundação Nacional do Índio), esse percentual corresponde a uma área de 10.401.843 hectares, espaço em que vivem 38.625 índios das etnias wapixana, taurepang, ingarikó, wai-wai, patamona, saporá, ianomâmi e, predominantemente, macuxi.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) encontrou no seu mais recente censo uma população de 31.106 indígenas, exceto os yanomâmi, pois o conselho não trabalha com essa etnia. Por outro lado, a Funasa (Fundação Nacional de Saúde) estima a existência de doze a quinze mil yanomâmi. Uma conta que, se somada, não bate com os números da Funai, pois se estaria falando de um universo de mais de 40 mil indígenas.

Esses indígenas vivem em 32 áreas reconhecidas como terra indígena, das quais apenas a Trombetas-Mapuera, no sul do Estado e a reserva Anaro, no município de Amajari, ainda não foram homologadas pela Presidência da República – mas estão devidamente demarcadas.

Para o restante da população, cujo total passa dos 300 mil, sobram pouco mais de 12 milhões de hectares de terra. O problema é que de todo o território roraimense, 6,82% pertence a unidades de conservação – excluídas as áreas sobrepostas –, 3,17% é de área militar, 2,59% são formações rochosas e outros 7,92% é composto por áreas inundadas impróprias para a atividade econômica.

Esse comprometimento total chega a 66,74%. Para efeito de comparação, no final do ano passado o Amazonas possuía 21,63% do seu território ocupado por terras indígenas. O Pará tinha 19,28%, Rondônia 17,25%, Acre 11,85%, Amapá 7,85% e o Tocantins apenas 7,25%.

A área remanescente, então, é de menos de 7,5 milhões de hectares, segundo dados levantados pelo Grupo de Trabalho do Governo do Estado em 2003 e disponibilizados pela Femact (Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia), que mantém um quadro de mapas atualizado sobre o espaço territorial do Estado.

Em estudo mais recente, feito pelo geólogo, Salomão Cruz, a área disponível para a atividade econômica, com base na legislação ambiental vigente é de 12,37%. Sobreposto às terras indígenas, o mapa de riquezas minerais do solo roraimense desnuda uma situação, no mínimo, intrigante. As principais jazidas dos mais de trinta minérios abundantes na região estão justamente nos espaços destinados às reservas, sobretudo na Raposa/Serra do Sol e Yanomâmi. Esta última tem território maior que Portugal.

Esse é um dos principais argumentos dos defensores de uma conspiração internacional para tomada da Amazônia. Jonystaine Barbosa do Nascimento, chefe da Divisão de Monitoramento da Femact, diz que de todo o nióbio existente no mundo, 95% estão em solo brasileiro e desses, 90% na reserva Raposa/Serra do Sol e em uma área próxima a Boa Vista – também indígena. O metal, esclarece, forma uma liga resistente a altas temperaturas, usada na parte frontal de foguetes espaciais e armas bélicas.

Em estudo realizado no final do ano passado, técnicos do Estado concluíram que essa situação fundiária ameaça principalmente o setor primário da economia. Na projeção, afetada, sobretudo pela homologação da Raposa/Serra do Sol, o Estado perderia cerca de 21,5 mil empregos diretos, sendo mil da rizicultura, 2,8 mil da fruticultura, 11 mil da pecuária de corte, 4 mil da agricultura familiar e outros 2,7 mil do setor madeireiro e moveleiro.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que não cabe a V. Ex^a este assunto, mas eu gostaria de que chegassem as minhas palavras ao Presidente da Câmara, para que, já que vai haver *pizza* com os outros, torne sem efeito a renúncia daqueles que renunciaram pensando que iam perder o mandato, para ser uma *pizza* completa. Não pode ser uma *pizza* pela metade.

Peço, então, que essa minha questão de ordem seja transmitida ao Presidente Aldo Rebelo. Já que vai haver *pizza*, que S. Ex^a torne sem efeito a renúncia daqueles que iam ser cassados, que pensavam que iam ser e se precipitaram, renunciando.

Já que não obtive resposta da Mesa sobre o ofício do Tribunal de Contas, que eu esperava ter, porque é uma coisa fácil...

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – O ofício está sobre a mesa para ser lido.

Defiro o pedido de V. Ex^a para que o Presidente da Câmara dos Deputados tome conhecimento do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a pela publicação do ofício e, pela diligência, ao Dr. Carreiro, que é, sem dúvida, uma das melhores figuras desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco, na CPMI dos Correios, o Sr. Maurício Marinho, indagado sobre prejuízos que o patrimônio público teria sofrido em função desse esquema de corrupção denunciado no âmbito dos Correios, fez uma avaliação de que, apenas na área de franquias indicadas em atendimento a interesse político-partidário, o prejuízo anual seria de R\$1 bilhão. Sr. Presidente, R\$1 bilhão de prejuízo por ano apenas na área de franquias dos Correios.

Indaguei se ele tinha uma avaliação sobre o prejuízo total dos Correios em função desse esquema de corrupção. Ele fez uma avaliação não muito segura, mas informou que estaria em torno de R\$4 bilhões de prejuízo anualmente.

Isso por quê, Sr. Presidente? Porque o Presidente Lula admitiu essa relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Poder Legislativo, abastecendo alguns partidos políticos, e sobretudo políticos, com recursos públicos de forma espúria, estabelecendo um modelo de corrupção inusitado para que um projeto de poder de longo prazo pudesse ser sustentado.

O Senador Antonio Carlos Magalhães manifestou sua indignação em função da interferência indevida – indevida mesmo – do Presidente da República no Poder Legislativo, para eleger seu escolhido, a fim de que presida a Câmara conforme seus ditames. Foi, sem dúvida, uma interferência indevida, para a qual não encontramos parâmetro nem mesmo no período autoritário.

A pressão foi tal, o constrangimento foi ímpar, a ponto de um parlamentar de grande experiência afirmar que não passou por esse tipo de constrangimento nem mesmo no período ditatorial.

Mas, se os prejuízos nos Correios chegam a esses valores significativos, ainda indagam: Qual a origem dos recursos para sustentar este esquema de corrupção? Mas que indagação desnecessária. Está mais que comprovado que a origem dos recursos é o Poder Executivo, é o Erário, o Tesouro Nacional, o patrimônio público dilapidado de forma insana, com a conivência, a cumplicidade, a participação do Presidente da República. Não foi outro o modelo adotado ontem para eleger Aldo Rebelo. É o modelo anterior, operacionalizado por Marcos Valério sobretudo, sob a liderança de José Dirceu, Delúbio Soares e outros.

Mas ontem se institucionalizou o chamado “mensalão” com recursos do Orçamento da União. Não foi outra a modalidade do procedimento adotado pelo Governo para obter essa “Vitória de Pirro”. Ora, o Governo, na antevéspera, anuncia a liberação de R\$500 milhões, certamente para aplacar consciências e cooptar votos para vencer, adotando o mesmo procedimento do esquema anterior do “mensalão”. O fim justificando os meios. Para vencer e eleger Aldo, vale a corrupção e a utilização dos recursos públicos.

É evidente que esses recursos são destinados para obras, quem sabe. Mas de que forma? Quais os critérios? Estabeleceu-se a prioridade? Obedece-se à necessária relação entre custo e benefício do investimento realizado? Ou são recursos aleatoriamente liberados com o objetivo único e exclusivo de eleger o Presidente da Câmara? O País está em condições de desperdiçar recursos dessa forma?

As estradas brasileiras estão esburacadas, mas esse fato não foi suficiente para que o Presidente Lula liberasse recursos ao Ministério dos Transportes. Foi preciso o PL exigir do Presidente da República a libe-

ração de R\$1 bilhão para o Ministério dos Transportes em troca dos seus votos a Aldo Rebelo, para que o Governo anunciasse a liberação desses recursos ao Ministério dos Transportes. Isso é imoral e absolutamente indecente!

O Governo demonstra que não se emenda mesmo! Em meio às investigações, à indignação nacional, pratica o mesmo modelo de relacionamento com o Poder Legislativo. Vale vencer dessa forma? Na verdade, há um dito popular conhecido: “Há os que vencem perdendo e há os que perdem ganhando”. Certamente, o Presidente Lula e seu Governo, o PT, perderam, ganhando dessa forma. Perderam em imagem, respeito, credibilidade; enfim, contribuíram para aprofundar esse fosso construído pela ausência de ética entre o poder público no País e a sociedade brasileira. Esse fosso se aprofunda a cada passo, a cada atitude, a cada procedimento adotado pelo Presidente da República, que tem sido um dos elementos de perversidade incomum no que diz respeito a desgastar a imagem dos políticos brasileiros. Seu Governo tem sido o grande corruptor. E o Presidente da República, pela postura que adota, tem sido um instrumento a promover o desgaste da classe política em nosso País, já tão desacreditada, sobretudo entre os mais jovens.

No depoimento de Maurício Marinho, apenas a confirmação de que os recursos utilizados nesse esquema de corrupção são recursos públicos, sim, e, se hoje tivemos a obstrução da parte da base aliada do Governo para impedir que propostas fossem discutidas e deliberadas, que ocorresse a quebra de sigilo bancário em relação a pessoas físicas e pessoas jurídicas para aprofundar as investigações, tivemos pelo menos a aprovação da contratação de auditorias independentes, para que empresas de auditorias com técnicos juramentados possam oferecer laudo técnico com qualificação técnica capaz de significar documento de prova diante do Poder Judiciário, para que, ao final dos trabalhos da CPI, não fiquemos discutindo, interpretando se os recursos são de origem pública ou se são recursos privados utilizados nesse esquema de corrupção. É preciso que essa comprovação técnica que podem conferir as empresas de auditorias que serão contratadas nos permita oferecer uma conclusão inquestionável ao final dos nossos trabalhos.

E que os nossos desejos, Senadora Heloísa Helena, Senador Heráclito Fortes, não sejam transformados em uma grande frustração. Que a sociedade possa reconhecer no esforço que muitos realizam aqui um resultado final capaz de corresponder as suas expectativas, e que pessoas indiciadas poderão ser responsabilizadas civil e criminalmente. E, se os recursos públicos subtraídos não poderem retornar, que pelo os

corruptores, os beneficiados pela corrupção possam ser exemplarmente punidos para impedir que as veias do Tesouro Nacional continuem sangrando, golpeadas pelas mãos dos corruptos deste País.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Heráclito Fortes, por dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem coisas na vida que realmente nos pegam de surpresa e nos deixam intrigados pela maneira como acontecem. Observem que eu tenho procurado, o máximo possível, trazer à tribuna do Senado da República questões do Piauí, seja com reivindicação de obras para o Estado, seja na defesa de recursos, muitas vezes, inclusive, ajudando o próprio Governador Wellington Dias. Mas hoje, pelos jornais, com o *release* poderoso de quem detém o controle da máquina de comunicação, num comportamento pouco comum e pouco normal do Governador, ele questiona a minha atuação e a do Senador Mão Santa no Senado da República. O Senador Mão Santa não está aqui, mas é maior, vacinado e saberá responder quando retornar na próxima semana, quero crer até que melhor do que eu.

O Sr. Wellington Dias, na coluna Minuta, em que tem grande participação, porque o seu assinante é inclusive militante do PT – serviu ao PT em Brasília, trabalhando em Ministério –, diz que eu pouco trabalho: “O Senador Heráclito Fortes é um político experiente, mas parece estar sem os números das últimas pesquisas”.

O artigo trata de pesquisa. A psicose do PT é essa. A eleição é daqui a um ano, e digo todo dia a ele: fique tranquilo, pelo amor de Deus, não sou candidato. E ele fica preocupado comigo. Não sei que preocupação é essa do Wellington Dias. Vá caçar votos, Wellington! Se ele quer ser candidato, que vá atrás dos votos dele. Eu já disse que esse é um assunto que só tratarei no ano que vem, porque, numa crise como esta, Sr. Presidente, não se pode antecipar pleito. Já basta São Paulo paralisando o Brasil com a disputa do PT para ver quem vai suceder o atual Governador.

Ele diz que só tenho feito críticas, esquecendo o Estado, Senadora Heloísa Helena. Eu, que até com a ajuda de V. Ex^a, ano passado, aprovei recursos aqui no Senado para que ele pagasse aos servidores da Educação. E recebi dele os mais rasgados elogios. Uma das suas secretárias inclusive me chamou de estadista. Como esse povo muda o conceito sobre as pessoas de acordo com as suas conveniências!

Hoje, ele fugiu completamente do seu estilo. Ele, que é um pastor protestante, que fala com Deus sem-

pre, às vezes se considera o próprio, e muitas vezes não aceita concorrência, diz que eu não vejo a obra porque vivo nas nuvens aliás, porque ele não realiza obras nas nuvens. Seria o lugar ideal para ele ver alguma coisa, porque é lá onde vive, nas nuvens.

O Sr. Wellington Dias não tem nenhum compromisso com a realidade do Piauí. Pois, vejam, foi ele que aplaudiu e recebeu como uma grande obra – e protestamos – a construção de uma penitenciária de segurança máxima para abrigar no Piauí os bandidos de periculosidade nacional que o Rio de Janeiro não queria e São Paulo não aceitava. Depois os mandaram para Alagoas, que os colocou para fora. Pois era lá que ele queria! Era o primeiro palácio para guardar bandido do Brasil, com a chancela e o aplauso de S. Ex^ª.

Essa fase da ironia dele, para mim, é novidade. E tenho certeza de que não partiu do Sr. Wellington Dias. E eu aqui a interrogar o porquê. Será que não ficou satisfeito com a vitória que o seu Partido teve na Câmara? No princípio, achei que podia ser. O PT está tão dividido que não sabemos mais quem é quem, quem está com quem. Será que foi porque eu estava no Piauí na semana passada e disse que o PT daquele Estado tinha recebido caixa dois? Isso faz muito tempo.

Essas respostas são feitas geralmente de bate-pronto. Mas, há poucos minutos, eu descobri o porquê. Trata-se de uma maneira inteligente de desviar os fatos. O jornal **O Globo** de ontem mostra um relatório da CGU, presidida pelo Ministro Waldir Pires, que é do Ministério do Governo Lula e correligionário do Sr. Wellington Dias. Nessa matéria, mostra que, de maneira criminosa, algumas prefeituras usavam o acesso indevido, a chave do Siaf, para liberar recursos de maneira – repito – criminosa.

Quando se lê, quem está lá comandando uma dessas estruturas? O Governador Wellington Dias, para liberar recursos para obras no Estado. Aliás, a matéria não é nova. Há seis meses essa denúncia foi feita. E eu, até para defendê-lo aqui, pedi que o Ministro Waldir Pires esclarecesse os fatos. Agora, a conclusão: o Governo foi beneficiado exatamente com esse esquema. Mas S. Ex^ª, de maneira hábil, sorrateira, para que ninguém comente o fato, age de uma maneira agressiva, que não é o seu estilo, e vem atacar a mim e ao Senador Mão Santa.

Aí ele vai para a sofisticação: diz que, quando Deputado Federal, trabalhou muito pelo Piauí e fez muitas obras. Está na hora de apontá-las. A grande obra do Sr. Wellington Dias no Piauí – e ele fez isso na convicção de que a memória do brasileiro é fraca – foi denunciar, de uma canetada só, por corrupção, 164 prefeitos do Piauí. As denúncias eram as mais variadas. Sobre emendas orçamentárias, Senador Ge-

raldo Mesquita, a atuação foi tão grande que mandou recursos para o Maranhão e para a Bahia, recursos esses que recebe para atender ao Estado do Piauí – para estradas, para empreiteiras –, e nunca justificou isso de maneira clara. “Ah! Foi para atender o Partido”. Hoje, as coisas estão mais claras. À época, pensava-se que era por ideologia. Atualmente, já se sabe que o esquema de caixa dois campeava nas entranhas petistas. Aí, se for verdade, o Governador do Piauí, já como Deputado Federal àquela época, foi um dos pioneiros nesse esquema.

Acho muito esquisita a maneira como ele tenta desqualificar o trabalho que eu e o Senador Mão Santa realizamos. Aliás, desqualificar é uma característica do Partido dos Trabalhadores e que não me impressiona mais.

Percebi, Senador Geraldo Mesquita Júnior – V. Ex^ª era membro da Comissão –, a maneira como eles, durante dois anos, quiseram desqualificar os irmãos de Celso Daniel, dizendo que eram loucos, lobistas, irresponsáveis, mentirosos. Vimos lá algo completamente diferente. Essa técnica de tentar desqualificar as pessoas não existe mais. Isso ocorria na época em que o Partido era o monopolista da verdade e o Dom Quixote das boas intenções.

Quero até louvar o Sr. Wellington Dias, porque teve, em alguns momentos, o desejo de conseguir recursos para o Piauí. Ele recebeu em Teresina, com muita festa, em setembro de 2003, o Sr. Delúbio Soares.

O Governador recebeu, com banda de música, o Sr. Delúbio Soares, que comeu capote, pisou em tapete vermelho e prometeu uma série de obras para o Piauí, como estradas e saneamento. Falei do fato ao Jô Soares quando fui ao seu programa.

Qual era o poder que tinha o Sr. Delúbio e não os Ministros de ir ao Piauí prometer recursos? Em nome de quem? Em nome de empreiteira? Era Ministro? Os jornais noticiaram, ele foi recebido com festa, recebeu uma medalha. Essa visita ocorreu no ano de 2003, quando ele ainda era herói nacional, como dirigente partidário.

Aliás, eu sou da época, Senadora Heloísa Helena, em que, quando víamos os dirigentes partidários, principalmente os tesoureiros, Senador Marco Maciel, dobrávamos a esquina. Sabíamos que, quando eles nos procuravam, era para pedir dinheiro; era uma fachada, porque o Partido estava quebrado e precisava pagar a conta de luz.

De repente, isso mudou. Eles passaram a distribuir dinheiro pelo Brasil afora. Pois bem, anunciaram R\$ 400 milhões.

Aliás, Senador Fiquene, V. Ex^ª é do Maranhão e deve conviver muito com as histórias do Piauí. Sei

que o Maranhão tem folclore, tem entre sua gente umas pessoas de cabeça sã, outras nem tanto, mas que fizeram história e ainda hoje repousam no nosso imaginário.

No Piauí havia um velho que enlouqueceu depois de uma virada de caminhão. Imaginem a tristeza: um caminhão carregado de arame farpado e de cal. Esse velho passou dois dias embaixo dessa carga, levando o peso e o sacrifício do arame farpado e da cal. Ficou louco. E era impressionado com números. Sobre um empresário de Campo Maior, pequeno criador de gado, por quem ele tinha grande afeto, ele dizia que o Sr. Firmino tinha tanto boi que os números do mundo acabariam e os bois dele continuariam passando pela porteira.

Wellington é bem mais novo, não conviveu com isso. Mas, em alguns momentos, ele disse que encara o espírito do Jaime doido com os números que cria. Todo vôo que faz, de Teresina para Brasília, ou vice-versa, anuncia os milhões. A minha assessoria está somando, Senadora Heloísa Helena.

Hoje, se 10% do que S. Ex^a anunciou para o Piauí já fossem viabilizados, já teríamos recebido mais recursos do que São Paulo. Quando digo São Paulo, refiro-me à Prefeita Marta Suplicy, que foi a grande beneficiada pelo PT nos dois anos.

Há dinheiro para tudo! Megalomaníaco! Anuncia a construção de um teatro de eventos e anuncia a presença do Sr. Ohtake para fazer o projeto. Sem concorrência, sem licitação, sem nada, o seu chefe de escritório vai lá e anuncia como o melhor centro de convenções do planeta! Mentira tem perna curta!

Fui a uma audiência pública em Florianópolis e soube um pouco da verdade. Um assessor dele estava naquela cidade tentando informações sobre um centro parecido e muito bom de Florianópolis, com os pés no chão, diferentemente do seu sonho original.

Mas, de qualquer maneira, isso não diz respeito aos arquitetos do Piauí e, acima de tudo, à lei de concorrência, porque esse é o tipo de obra para a qual deve haver licitação. Não é capricho de governantes nem de políticos escolher quem vai construir ou não, mas a decisão deve passar por um processo licitatório.

E ele veio me dizer que eu estou nas nuvens e que ele não constrói obra nas nuvens. Estranhei e quero fazer este registro, porque não gosto de trazer para cá esses assuntos, mas não vou aceitar também ser provocado da maneira que fui.

S. Ex^a foi injusto comigo. Um dos poucos pontos positivos do seu Governo é a construção de estradas com o apoio da Cide, essa decisão fantástica do Senado, limitando e obrigando que o percentual arrecadado do setor de petróleo fosse aplicado na recuperação e

construção de estradas brasileiras. Se está fazendo por critério político, sem motivação econômica alguma, é problema dele, mas está fazendo, está fazendo! Mas esse fato não lhe dá o direito de se considerar o grande obreiro do Estado do Piauí. Aliás, daqui a pouco, ele vai querer ser o Juscelino piauiense. O Lula não já quis ser o Juscelino brasileiro?

Esse pessoal perdeu o juízo, Sr. Presidente! O Sr. Wellington Dias se esquece de que estamos em outubro – ele sabe como é o calendário brasileiro –, de que vem Natal, vem Carnaval e vem o período eleitoral, quando os recursos são suspensos por força de lei. S. Ex^a deveria estar tentando realizar aquilo que prometeu, os bilhões que prometeu – só de barragens, de hidrelétricas, são seis.

Nunca vi, Sr. Presidente, tanta vontade de acertar, mas tão pouca disposição para trabalhar e fazer com que esses sonhos se transformem em realidade.

Finalizando, sobre a questão dos números, estou à inteira disposição do Governador do Piauí. Evidentemente, ele terá que trazer alguém para auxiliá-lo, porque não conhece número, não conhece geografia, não conhece o que está sendo feito no Estado.

Uma vez tive uma discussão com ele sobre gasoduto, uma discussão positiva, e ele culpou o Ibama. O Ibama não tem relação com a história. Falamos sobre a Transnordestina, e ele disse a primeira etapa já foi iniciada, que é a recuperação da estrada Teresina–São Luís. É uma grande obra, e V. Ex^a sabe, Sr. Presidente, que o poeta maranhense João do Vale inspirou-se nela e fez uma canção que é sucesso no mundo inteiro.

Mas a Transnordestina é outra estrada que vai integrar o Piauí a Pernambuco e ao Ceará, abrindo espaço também para nos ligar com o Maranhão. É outra coisa completamente diferente.

E sou eu que estou nas nuvens.

Acho que é tempo de S. Ex^a acordar, porque conhecemos muito bem a hierarquia do PT. No comando petista do Piauí, ele hoje é o terceiro, foi o quarto. Com a morte da saudosa Deputada Trindade, ele ascendeu à terceira posição. Quem manda mesmo é o Secretário Antônio José, é a Secretária Regina Souza. Ele agora pode ir para o segundo ou terceiro lugar, porque o Nazareno Fonteles parece que está apeando desse cavalo, que não trota nem pula. É um cavalo imóvel que não realiza o sonho de ninguém. Pode ser que até o final do Governo S. Ex^a ocupe uma posição melhor.

Eu repetiria o nome de um filme, que fez muito sucesso no Brasil, apenas não usaria o termo final: “Vai trabalhar, Governador!”

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Romero Jucá. Em seguida, falará o eminente Senador Geraldo Mesquita Júnior, por dez minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro e também dar um esclarecimento a respeito de um debate que estava ocorrendo na Casa – estava ouvindo pelo rádio –, pois considero importante colaborar.

Em primeiro lugar, registro, com satisfação, que o Ministério da Educação aprovou a criação de mais dois cursos de mestrado para a Universidade Federal de Roraima, a qual tive o prazer de implantar quando Governador do então Território. Agora, a Universidade Federal de Roraima tem autorização para ministrar o Mestrado nos Cursos de Química e de Física. Portanto, uma vitória a mais para a população do Estado e para o nosso projeto, qual seja, transformar Boa Vista em uma cidade universitária, em uma cidade que poderá receber jovens de todo o Brasil e colaborar com a sua formação.

Quanto à informação que eu gostaria de dar sobre o debate que ouvi é exatamente sobre a questão de obras irregulares listadas. Todos os anos, o Tribunal de Contas da União encaminha a listagem delas ao Congresso Nacional, e quero dizer que isso é praxe, pois a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sempre solicita ao Tribunal de Contas da União a relação das obras que são consideradas irregulares e que, portanto, não devem ter seu andamento aprovado, ou não podem ter recursos alocados no Orçamento. Nessa questão específica, todos os anos, a Comissão de Orçamento e depois o Congresso Nacional aprova um anexo ao relatório do Orçamento, exatamente proibindo e listando as obras irregulares e que portanto, não devem ter recursos alocados enquanto não forem sanados todos os problemas. Isso ocorre todos os anos. Inclusive, no ano passado, fui Relator do Orçamento e também houve um anexo com mais de cem obras listadas como irregulares. São obras que fazem parte dessa lista e que, sucessivamente, há anos, vêm sendo discutidas, investigadas e, muitas vezes, punidas. Portanto, o levantamento dessas questões na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é matéria quase que cotidiana.

Por fim, gostaria de registrar – já que não pude fazê-lo no dia – nossa homenagem a todos os idosos do Brasil, especialmente aos de Roraima, pelo Dia do Idoso e pelas conquistas obtidas, ao longo dos últimos anos, na visão e no entendimento da sociedade brasileira para com o papel da Terceira Idade.

Parabenizo também o trabalho realizado pela Prefeitura de Boa Vista em prol do idoso e quero dizer que sempre estaremos aqui trabalhando no sentido de reforçar essa relação de respeito e de cidadania que todo idoso merece em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá listou os dois cursos de mestrado que tiveram início neste ano. Mas quero dizer que isso só foi possível em virtude de emenda apresentada por mim no ano passado, o que permitiu a realização do curso de especialização. Todos os Parlamentares de Roraima têm cooperado com a Universidade de Roraima. No entanto, a semente desse mestrado foi plantada pelo Senador que vos fala.

Fizemos um curso de especialização para adquirir livros e começar a formar a equipe. Brevemente, teremos também um doutorado em nossa Universidade. Anteriormente, na Universidade Federal de Roraima, montavam-se os cursos de mestrado comprando-se cursos fora. Ou seja, comprava-se o curso, que era aplicado na Universidade, e depois não se dava continuidade.

Agora, a Universidade Federal de Roraima terá, permanentemente, cursos de mestrado. Com esses dois, já são três os cursos de mestrado. Portanto, estamos priorizando a área de educação e nos dedicando a promover mestrados, porque acreditamos que o indivíduo só ascende na escala social, só melhora de vida com uma educação adequada e de boa qualidade.

Agradeço o registro do Senador Romero Jucá e reafirmo que todos nós, Parlamentares de Roraima, somos solidários e apoiamos as universidades, os cursos superiores, o mestrado e o doutorado em Roraima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Mesquita, por dez minutos. Em seguida, terá a palavra o Senador Marco Maciel, também por dez minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, vivemos dias nervosos. Ontem, o Senador Pedro Simon fez um discurso emocionante. S. Ex^a referiu-se ao fato de que um Governo que havia se envolvido, se engolfado, até as entranhas, em um

processo de corrupção jamais visto neste País, era de se supor que, ao menos, tivesse a humildade de refletir em cima de seus próprios erros e de evitar envolver-se em outras cambulhadas. Para surpresa do País, para estarrecimento de todos nós, o Governo, no auge de uma crise como esta — uma crise moral, política, ética —, abriu o balcão de negócios mais uma vez, escancarou esse balcão, envolveu-se, de corpo e alma, na eleição para Presidente da Câmara dos Deputados, tornando aquele processo, portanto, um processo absolutamente espúrio, porque viciado, eivado de vícios, que o contaminaram na essência. Tiraram inclusive a legitimidade de um processo que tinha tudo para ser transparente, um processo natural de eleição de um Presidente de Câmara. Desmoralizaram, já no nascedouro, a Presidência do Dr. Aldo Rebelo.

É uma pena! É lastimável que isso esteja ocorrendo! Mas a mim não me causa mais nenhuma surpresa a atitude de um Governo que se perdeu completamente nos desvãos da imoralidade, da corrupção, da bandalheira.

Hoje de manhã, a Senadora Heloísa Helena, a Deputada Luciana Genro, o Deputado Babá, o Deputado João Alfredo, que já havia se filiado ao P-Sol, e eu recebemos, com alegria solidária, militantes socialistas que foram às últimas instâncias na luta travada dentro de seu ex-Partido, o PT, na tentativa de fazer com que as coisas voltassem para um leito que, anteriormente, tinha-se por normal. Entretanto, foram vencidos e voluntariamente se retiraram do PT, reconhecendo o muito que foi feito, inclusive por eles, que são fundadores: Deputados Ivan Valente, Chico Alencar, Maninha, Orlando Fantazzini. Eles reconhecem o muito que foi feito na legenda, mas se retiraram e vieram alegrar mais ainda esta legenda forte, o P-SOL, que está surgindo no cenário político brasileiro agora, devidamente legitimado pela Justiça Eleitoral, como um Partido organizado neste País.

Faço aqui, portanto, uma saudação solidária a companheiras e companheiros que vieram se juntar a todos nós na tentativa de construirmos, junto com o povo brasileiro, uma Pátria justa, soberana, democrática e socialista.

Quero me referir, por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao episódio que se desenrola nesta Casa de alguns dias para cá, com a resistência do Senador Mozarildo Cavalcanti e a de vários Parlamentares, que agora resolveram se insurgir primeiro contra a forma, contra o “tratoração” que se instalou nesta Casa no sentido de fazer com que o Projeto de Gestão de Florestas Públicas fosse aqui aprovado na base do “tratoração” mesmo. Nesta Casa, agora não se pode sequer emendar um projeto, Senador Augusto

Botelho. É proibido ao Senado emendar. Nunca vi algo assim. Além disso, aqui não se pode mais convocar autoridades, tem de ser convite, porque as autoridades ficam melindradas caso sejam convocadas. Tem de ser convite.

Não se pode emendar um projeto de tamanha importância para a região amazônica, como este de gestão de florestas públicas. O Senado foi, simplesmente, proibido de emendá-lo. O projeto terá de ser aprovado do jeito que veio da Câmara dos Deputados. Trata-se de um projeto de enorme repercussão econômica e social para a região. Estamos todos constrangidos aqui, lutando de todas as formas a que temos acesso, para estender a sua discussão na Casa, mas a pressão está intensa. A pressão é imensa, assim como o constrangimento a parlamentares da base de sustentação do Governo que não concordam com a sua aprovação nos termos em que está formulado. Eles estão se rendendo à pressão enorme instalada nesta Casa, para que não se emende o projeto, para que não se aperfeiçoe o projeto.

Tenho a obrigação de fazer sérias reflexões. Senador Augusto Botelho, este projeto me remete à época em que o Brasil instituiu o soldado da borracha, quando um contingente enorme de nordestinos foram para a Amazônia colher borracha para o esforço de guerra e entraram nessa relação de produção como trabalho escravo. Poucas pessoas enriqueceram barbaramente na região, ganhando rios de dinheiro. As bravas seringueiras e os bravos seringueiros, mortos aos milhares, por bicho, por fome, pela miséria, pelo abandono, entraram nessa relação como trabalho escravo.

Temo que este projeto esteja nos levando a instituir o soldado da madeira, Senador Botelho. Mais uma vez, populações inteiras da Amazônia brasileira entrarão numa relação de produção como trabalho escravo, porque estão sendo alijadas do processo, ou, quando incluídas, têm de se contentar com aquela linha, com aquele limite da miséria; participam, mas têm de se satisfazer com aquele limite da miséria. Não podem sonhar com a perspectiva de uma renda melhor, de uma participação mais efetiva nos resultados econômicos da exploração, principalmente da exploração de madeira.

Este projeto condena a Amazônia inteira a permanecer na postura de exportadora de matéria-prima, porque não contempla a possibilidade de criarmos um grande ambiente produtivo naquela região; o projeto não contempla recursos para formação de mão-de-obra. O projeto, Senador Botelho e Senadora Heloísa Helena, lembra muito projetos desastrosos executados na Amazônia brasileira, na exploração de minério.

Serra Pelada! Que vexame, que vexame! A exploração de manganês, também, um projeto executado nos moldes em que este está sendo proposto, por concessão por dezenas de anos. Uma empresa, a Icome, tirou o que pôde daquela região, deixando-a degradada, os rios poluídos, a população mais miserável ainda do que estava quando ali chegou. A história que temos da exploração econômica na Amazônia é a história da exploração do povo amazônico, é a história da exploração de toda aquela região, do enriquecimento, por muitas vezes ilícito, de grupos econômicos em detrimento da sorte da população que ali vive.

Este projeto, Senadora Heloísa, traz coisas inacreditáveis. Durante todos esses anos de exploração de madeira na região amazônica, jamais se permitiu ao pequeno produtor, ao pequeno empresário, oferecer recursos florestais como garantia de exploração econômica, e hoje essa garantia é explícita neste projeto. Se não me engano, no art. 39, o projeto oferece a possibilidade para o concessionário, aquele que será vencedor no processo licitatório de lotes imensos de floresta, de oferecer a própria floresta como garantia. Que coisa absurda um negócio desses! Isso é um crime de lesa-pátria! É um projeto antipatriótico esse!

Não sou contra o desenvolvimento, principalmente da nossa região, Senador Botelho, uma região sofrida. Não sou contra. Anseio pelo desenvolvimento de toda aquela região. Agora, desenvolvimento a partir da população que ali está, população pobre, miserável, famélica, na sua grande maioria.

Torço para que encontremos maneiras, formas economicamente viáveis de introduzir processos de desenvolvimento sustentáveis, envolvendo a população da região, porque, do contrário, este projeto, se aprovado, remeterá essa população para o escaninho da miséria, mais uma vez, e abrirá espaço para que o grande capital financeiro, grupos internacionais inclusive, ocupem a Amazônia por 40 anos. Áreas imensas de floresta serão entregues, por licitação, por 40 anos, a grupos econômicos que estão de olho nas riquezas amazônicas e vão para lá com espaço cedido generosamente pelo Governo brasileiro.

Na última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sugeri a ida de um grupo de Senadores a um projeto em curso no meu Estado, próximo do Município de Bujari, dentro de uma floresta estadual, Antimari, onde se desenvolve um trabalho de pesquisa, levado a efeito por uma fundação estadual – a Funtag e também uma atividade de extração de madeira, entregue à iniciativa privada. Sugeri que uma comissão de Senadores fosse examinar **in loco** o que está acontecendo, porque aquilo ali é hoje o que aquele projeto fará, em escala ampliada naquela re-

gião. A população local, os seringueiros, estão sendo lesados. A madeira está sendo retirada em grande volume grande. O Governo e as empresas que ali operam estabeleceram um preço que já é vil pelo pagamento dessa madeira, e, mesmo assim, eles não o recebem integralmente. Estão, portanto, sendo lesados.

Por denunciar esses fatos aqui nesta Casa – e fazê-lo desta forma, contando fatos, sem agredir ninguém –, fui violentamente agredido hoje, no meu Estado, por jornalistas oficiais, porta-vozes de um Governo que, repito, se tem tornado cada vez mais truculento. Refiro-me ao chamado Governo da Floresta, ao qual já tive o prazer de servir, em um momento em que ele, em uma linha correta de atuação, se houve com propriedade, se houve com compromissos. Mas hoje se transformou em um governo de patota, um governo que se divorciou da sorte da maioria do povo acreano, mancomunado com pequenos grupos econômicos, aos quais se aliou.

Está lá o Ratinho, Senador Botelho e Senadora Heloísa – observem o que está acontecendo no Estado do Acre e que poderá acontecer em escala nacional, principalmente na nossa região amazônica. Esse apresentador de televisão comprou imensas áreas de floresta lá no Estado e pretende devastar aquilo tudo. Os habitantes tradicionais estão sendo colocados para fora daquelas áreas, inclusive comunidades indígenas estão sendo desalojadas. Alguns estão sendo lesados. Quem mora na floresta, Senador Botelho – V. Ex^a o sabe, porque é um homem da região –, não vai conseguir sobreviver. O Governo está tirando essas pessoas dessas áreas – que servirão à sanha, aos interesses de um homem de televisão – e oferecendo-lhes a possibilidade de viverem nos quintais florestais, uma titica de uma área de dois hectares, à beira de uma rodovia. Pessoas que vivem dentro da mata vão fazer o quê, num quintal florestal? Vão viver de quê? Por que um cidadão veio lá não sei de onde, com interesses que não sei quais são de fato – tenho o direito de desconfiar de que não são sadios –, ocupou áreas imensas do meu Estado, para promover projetos que não interessam à comunidade do meu Estado?

Portanto, quero repelir, Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, as agressões que tenho sofrido pela imprensa oficial do meu Estado, a mando de um Governo divorciado de argumentos. Quem tem argumento, Senador Augusto Botelho, vem aqui e os declina, como estou fazendo. Estou apontando fatos, não estou agredindo ninguém. Quem não tem argumento passa para a agressão pessoal, como está acontecendo no meu Estado. A imprensa chamada oficial, que um dia terá de prestar contas à população do meu Estado, dominada economicamente por um Governo que

perdeu completamente o rumo das coisas, investe-se violentamente contra este Parlamentar, com agressões pessoais.

Se estão tentando intimidar-me, já disse e vou dizer mais uma vez que ninguém vai calar a minha boca, ninguém vai deixar-me intimidado, nem nesta Casa, nem no meu Estado, em lugar nenhum! Vou continuar aqui reproduzindo as aspirações e os anseios dos moradores da minha terra, que estão cansados, já não agüentam mais. Reconhecem, sim, aquilo que foi feito de positivo, mas repetem no meio da rua, por onde ando, que o Governo começou sadio, mas apenhou-se e está jogando o que foi feito de positivo pela janela, quando envereda pela tentativa de controlar instituições, inclusive o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado, sem falar na própria imprensa, que, em grande parte, no meu Estado, é controlada pelo poder econômico, e na interferência de empresas de publicidade, cujo contrato, denunciado pela **Folha de S. Paulo**, está sabidamente eivado, cheio, viciado até a medula de impropriedades e irregularidades. É esse o quadro que se instalou no meu Estado.

Não estou aqui, como disse o Senador Sibá Machado um dia desses, antecipando processo eleitoral nenhum. Estou trazendo para esta Casa fatos graves, protagonizados por um Governo que se perdeu, que se apaixonou pelo Poder e que faz disso a razão de ser de sua administração. Estou falando de um Governo que se divorciou completamente do pequeno produtor na minha região, Senador Augusto Botelho, por isso o Estado perdeu sua capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos.

O Estado do Acre hoje importa mais de 70% do que come e não falo de computadores. O Estado, repito, importa mais de 70% do que come, porque o chamado Governo da Floresta se divorciou do compromisso estabelecido com o pequeno produtor. O pequeno produtor em nosso Estado é um ser abandonado, largado à própria sorte. As queimadas que o País inteiro hoje testemunha ocorrem no Acre mesmo; não é na Bolívia ou em Mato Grosso. Tentam mostrar que aquele fumaceiro* todo que tomou conta do Estado é fruto das queimadas que ocorrem em Rondônia, em Mato Grosso e na Bolívia. Coisa nenhuma! Balela! É lá no Acre mesmo que se queima a floresta. É ali mesmo, porque a queimada, Senador Augusto Botelho, é uma tecnologia que as pessoas utilizam milenarmente. Para que se evite a queima, tem-se de substituir a tecnologia. Uma substituição razoável seria a mecanização agrícola, por exemplo. Se as áreas derrubadas do Acre fossem trabalhadas com mecanização, com correção do solo, não seria preciso derrubar mais um

pedaço de pau nelas. A agricultura poderia sobreviver por anos e anos, sem que fosse necessário avançar na floresta, Senador.

Portanto, trago, mais uma vez, fatos reais. Sugeri à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a vinda de um seringueiro, morador de uma colocação lá no Projeto Antimari*, para que o Senador José Agripino, como Líder, possa ouvir um relato de quem está vivendo a questão na própria carne e para que não se diga que é o Senador Geraldo Mesquita que está falando de coisas que não conhece. A Comissão aprovou a proposta ontem. O Senado vai trazer um cidadão, um humilde seringueiro, que está vivendo esse processo atualmente. Repito, sugeri a vinda dele, para mostrar a esta Casa que esse projeto que se tenta aprovar aqui, no afogadilho, no “tratoração”, poderá reproduzir, em escala enorme, imensa, incomensurável, a exploração das populações na Amazônia, a instalação de atividade produtiva predatória, sem fiscalização, que já acontecem ali. É só irmos lá, para dar uma olhada no que está havendo, e tomaremos conhecimento e tento do que poderá acontecer em escala amazônica.

Portanto, Sr. Presidente, na terça-feira o Colégio de Líderes e Senadores interessados na discussão, como V. Ex^a, que é um profundo conhecedor dos problemas da Amazônia, terão a oportunidade da audiência. Tomara que venha a Ministra Marina Silva, tomara que venham muitas pessoas. Um projeto dessa natureza, dessa importância, dessa envergadura, não pode ser empurrado goela abaixo numa Casa como esta.

Espero que Deus ilumine o Senador José Agripino, que é uma pessoa de enorme liderança nesta Casa, para que S. Ex^a perceba que uma situação como essa não pode persistir, não pode vicejar, por dois motivos: primeiro, porque não podemos imolar-nos nesta Casa, violentar-nos, submeter-nos à determinação de não emendar seja o que for – isso é uma autoviolência que estaremos cometendo contra nós mesmos –; segundo, porque um projeto dessa envergadura não pode tramitar em regime de urgência, seja na Câmara, seja no Senado, porque é de enorme repercussão econômica, social e política, principalmente na nossa região.

Chamo atenção desta Casa. Não estou aqui na posição previamente determinada de ser contra o projeto; não sou contra o desenvolvimento da minha região. Pelo contrário, sou favorável, sim, a que se criem mecanismos de desenvolvimento, principalmente na Amazônia, que permitam, isto sim, que a população da Amazônia seja partícipe, o principal ator desse processo de desenvolvimento. Do contrário, repito, vamos, mais uma vez, viver um processo de exploração econômica em que largas parcelas da população amazônica, principalmente do meu Estado, entrarão

novamente no processo produtivo como trabalho escravo, como massa de manobra, como ocorreu na produção de borracha, no esforço de guerra, e poderá acontecer mais uma vez na produção de madeira na região amazônica.

Senadora Heloísa Helena, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – De fato, Senador Geraldo Mesquita, pedi um aparte a V. Ex^a muito mais para prestar a minha solidariedade, porque, em relação ao projeto, vamos precisar de espaço para discutir. Isso é essencial. Se vem o seringueiro ou o maior técnico reconhecido no Brasil e no mundo, que venham os dois, mas que o debate possa acontecer.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Quero a sua ajuda, para garantir que isso ocorra. E a do Senador José Agripino também.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Exatamente. O Senador José Agripino vai falar, em seguida, sobre isso, e também o Senador Augusto Botelho. Para nós, o importante é que sejamos convencidos pelos argumentos. Tenho a mesma posição de V. Ex^a, mas é claro que podemos ser convencidos do contrário pelo argumento. E o argumento pode ser apresentado pelo mais simples seringueiro ou pelo mais brilhante intelectual reconhecido no mundo todo. Agora, que possamos ter a oportunidade de problematizar, de sermos convencidos pelo argumento. Eu não poderia deixar de fazer o aparte e deixar minha solidariedade a V. Ex^a, que é muito mais do que um companheiro de Partido: é um homem digno, honesto e trabalhador. Sei exatamente o quanto custa a V. Ex^a tomar determinadas decisões políticas; sei na pele também, pelas cicatrizes que tenho na alma, no coração e no corpo, o que significa enfrentar oligarquias, seja da esquerda ou da direita. Eu sei exatamente o significado disso e não posso deixar de prestar a minha total solidariedade a qualquer ataque que esteja V. Ex^a sofrendo no Acre. Acompanhei o processo de saída de V. Ex^a, ainda nos meses de glória do Governo, quando não havia essas denúncias gravíssimas de corrupção que estamos vendo agora; todos têm de reconhecer as coisas graves que estão sendo apresentadas à opinião pública. Portanto, minha total solidariedade, meu carinho. Sua família sabe do carinho que tenho por V. Ex^a, por sua esposa, seus filhos, seu pai, toda a sua família. Meu carinho e total solidariedade.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a toca no assunto do Projeto das Florestas, que realmente estão querendo enfiar goela abaixo desta Casa. O projeto não foi dis-

cutido, e essa concentração de poder no Ministério do Meio Ambiente, numa riqueza como a floresta, é coisa séria. Não pode só o Meio Ambiente discutir as riquezas que estão lá em cima. Outra coisa que V. Ex^a fala coincide com o meu ponto de vista: que os pequenos não vão ter vez nessa nova Lei das Florestas, mesmo os madeireiros que atuam nos nossos Estados. No meu Estado, parecem grandes madeireiras, mas não são grandes quando comparadas às grandes empresas de madeira que virão do estrangeiro para entrar nisso. Farão licitações com proposta de divisão em várias áreas, podendo-se pegar apenas uma área e tal... Não haverá chance. Eles não terão chance nem de se organizar para concorrer numa licitação dessas. Existe alguma cooperativa de garimpeiros explorando minério? Fizeram isso na Constituição, dizendo que os garimpeiros se organizariam, mas até hoje isso não ocorreu, porque não há como se organizarem. Querem fazer o que fazem as grandes empreiteiras: pegam as grandes obras e criam sub-empreitadas. Como é na selva, vão ser escravos mesmo, como V. Ex^a fala, pois quem vai fixar o preço da madeira e as condições serão eles e vão acabar com as nossas... Lá, em Roraima, neste ano, na nossa pequenina indústria de madeira, que só exporta em torno de US\$6 milhões ao ano, duas mil pessoas perderam o emprego. As duas fábricas de compensado do meu Estado foram fechadas neste inverno. Lá, estamos terminando o inverno. Por quê? Porque o Ibama, há dois anos e seis meses, só está multando madeireiros e caminhoneiros. Há um proprietário lá cuja propriedade vale R\$15 mil e ele recebeu uma multa de R\$20 mil. Como é possível isso? Então, digo que está havendo a Síndrome de Estocolmo com os madeireiros, porque alguns acreditam que o Projeto da Floresta vai ajudar a vida deles, mas não vai. Com certeza, não terão mais chance de fazer nada. Estão sufocados e, se o Governo não tomar uma providência, o desemprego vai ficar muito grave. E principalmente para as nossas pessoas pobres, que vivem lá no meio da floresta, no meio da mata, como costumamos dizer. Esses, coitados, são os oprimidos; serão expulsos da sua terra e vão ser mendigos na cidade. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Eu que lhe agradeço, Senador Augusto Botelho. E, agradecendo à condescendência do Sr. Presidente, concedo um aparte ao ilustre Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Geraldo Mesquita, acabo de ouvir a opinião de dois amazônidas ilustres e homens de bem, que são V. Ex^a e o Senador Augusto Botelho. Não tenho razão alguma para colocar qualquer dúvida sobre a opinião de V. Ex^as com relação a uma questão importante para a

sua região, que é o manejo de floresta. Tenho obrigação, pelo contrário, de pautar a minha opinião sobre o que V. Ex^a acaba de dizer. Manifestei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na quarta-feira, a minha opinião, pedindo um prazo, porque me chegaram, por companheiros de Partido, denúncias muito graves que me preocuparam, denúncias de fatos que estariam contidos no projeto que está em apreciação em regime de urgência e que podem levar a desvios de comportamento no padrão ético e moral. Não poderia jamais agir de modo diverso, recebendo os alertas que recebi de companheiros de Partido, que nem amazônidas são, mas que estão atentos à probidade e ao padrão ético. E propus que se estabelecesse um debate, o que foi aceito. A Ministra Marina Silva se propôs a vir aqui debater com a sua equipe, mas eu, pessoalmente, tenho reunião marcada com a assessoria legislativa do Senado na segunda-feira. E, na terça-feira, levarei as preocupações daqueles que assistem para conhecimento da Bancada como um todo, por entender que essa é uma questão muito importante. Trata-se, na verdade, segundo o Governo, de apresentar, num piloto de 10 milhões de hectares, um esboço de comportamento de cessão de uso de floresta. Aí entram interesses econômicos de enorme magnitude, que vão desde a mineração até o corte da mata, a desmatamento, a problemas de ordem ecológica. Isso é nitroglicerina pura, envolvendo questão com silvícolas, com populações indígenas, com ocupação clandestina da terra. É uma questão da maior gravidade e que tem de ser tratada com o devido cuidado. Por isso, tomei a iniciativa – e em boa hora fizemos um acordo multipartidário, acordo de Líderes – para que a matéria voltasse à apreciação na quarta-feira, depois de um amplo debate que vai acontecer na quarta-feira pela manhã, reunindo os Líderes partidários. As dúvidas que vou levantar na segunda-feira e debater, em seguida, com minha Bancada deverão ser esclarecidas; do contrário, votaremos contra a matéria.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância.

Até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo, de forma rápida, fazer um protesto e gostaria que encontrasse eco nesta Casa. Protesto contra a renovação de uma

prática que não é democrática, nem aceitável por parte do meu Partido.

Todos os Srs. Senadores e Senadoras conhecem a **Mídia Impressa**, trabalho feito pela Radiobrás de compilação das notícias mais importantes dos jornais de circulação nacional, dos mais importantes do Brasil. É obrigação da Radiobrás colocar na **Mídia Impressa** as matérias mais importantes de cada jornal. Nada mais importante no jornal **Folha de S. Paulo** do que os artigos da terceira página, que, normalmente, são transcritos, porque fazem opinião; são artigos bem escritos por pessoas eméritas e transcritos com propriedade na **Mídia Impressa**.

Outro dia, Sr. Presidente, o Senador Heráclito Fortes, referindo-se à **Mídia Impressa** das revistas fez um protesto pela curiosa exclusão, por parte da Radiobrás, de matérias cuja publicação não eram do interesse do Governo. Foram curiosamente, Senador Marco Maciel, escoimadas da **Mídia Impressa**, e o Senador Heráclito Fortes, com muita razão, lavrou aqui um protesto, endossado por nós, seus companheiros de Bancada.

Agora, faço um protesto muito mais veemente, sobre o artigo intitulado “Raça, segundo São João”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, em que tratou de um assunto que o incomodou: a deturpação de suas palavras por segmentos do Partido dos Trabalhadores, que verbalizaram na imprensa, de forma distorcida, que S. Ex^a se referia de forma pejorativa à raça como menosprezando segmentos da sociedade. S. Ex^a, na verdade, respondendo a uma pergunta num debate, referiu-se ao que escreve no artigo.

Tentarei ler pedaços do artigo, mas quero lavar o protesto pela exclusão desse artigo na **Mídia Impressa** do dia de hoje. Por que razão? Quero conhecer a razão. Por que é que todos os dias esse tipo de artigo sai na **Mídia Impressa** e hoje não saiu? Porque o Senador Jorge Bornhausen recolocou o assunto com propriedade e isso não interessava ao Partido dos Trabalhadores? É porque ele coloca de forma clara qual é o seu conceito de Esquerda e o respeito que ele tem por petistas? Apenas faz diferenças entre petistas e petistas ou entre petistas e Esquerda? É porque não querem aqueles que podem operar – e a Radiobrás é uma estatal – a vontade da Radiobrás que este artigo seja do conhecimento democrático daqueles a quem chega a **Mídia Impressa**? Quero lavar o meu protesto, Sr. Presidente, e quero ler pequeno trecho do artigo de S. Ex^a o Senador Jorge Bornhausen intitulado “Raça segundo São João”.

A pergunta veio anônima, do auditório – claramente, de alguém que precisava de um sinal de esperança.

“O senhor não está desencantado com tudo isso que acontece no Brasil?”

‘Desencantado? Pelo contrário. Estou é encantado porque estaremos livres dessa raça pelos próximos 30 anos.’

Ele se referia ao Governo do PT, ao Go-ver-no do PT. Não era aos petistas nem ao Partido dos Trabalhadores na sua essência ou na sua formulação.

Surpreendi-me eu mesmo por ter respondido de bate-pronto. Quem me acompanha sabe que não costumo reagir precipitadamente a provocações. Mas fiquei satisfeito por ter dado aquela resposta, embora reconheça possível exagero. Trinta anos foi pura explosão de otimismo. Eu sei que a democracia adota limites humanos, e o humano abrevia as penas, esquece, compreende as contingências das quedas, oferece novas chances.

Além do mais, o petismo é representativo de parcela respeitável da sociedade. (...)

Escreve o Senador Jorge Bornhausen: “O petismo é representativo de parcela respeitável da sociedade.”

Livre dos fariseus, a camarilha que o arastou ao atoleiro, bem que pode se recuperar mais cedo. Desde que não insistam em destilar o veneno com que abriram o caminho ao poder, insultando, difamando, fingindo a indignação moralista que jamais tiveram. (...)

Mais para frente – considero importante ler –, S. Ex^a conceitua as Esquerdas e faz a distinção corretamente. O Senador Jorge Bornhausen deseja muito que seus Pares conheçam o seu pensamento.

Grandes malandros, querem se confundir com o pensamento socialista brasileiro!

Ora, os setores de maior representatividade da esquerda brasileira já estão na oposição. Desenganaram-se a tempo, antes que fossem conspurcados pela lambança. Ou aparece alguém para negar representatividade ao PDT, de Brizola? Sou testemunha pessoal, porque ouvi dele próprio seu desencanto. Ou também o PPS, liderado pelo deputado Roberto Freire, não representa a esquerda? Ou há dúvida sobre a autenticidade do emblemático Deputado Gabeira? Ou os petistas ideológicos expulsos do partido por cobrarem coerência e honestidade, insurgindo-se contra o grupo,

camarilha ou raça – o sinônimo que escolhi – não são esquerda? (...)

Neste momento, neste País, são conhecidos e notórios os políticos inescrupulosos a quem visei. Os políticos inescrupulosos de quem se fala, todo mundo os identifica pelo nome, profissão, endereços, fortunas recebidas, CPF, RG e até cacoetes. (...)

Confesso que falei “dessa raça” espontaneamente, sem premeditação, usando o meu modesto universo vocabular, a linguagem coloquial brasileira com que me expressei, embora meus adversários tentem me isolar numa aristocracia fantasiosa.” (...)

Tentaram colocá-lo como nazista. O seu artigo é intitulado “Raça, segundo São João”, Senadora Heloísa Helena. Muitas pessoas escreveram, justificando a posição do Senador, como que traduzindo o significado correto, o sentido reto da palavra raça, para evitar a deturpação – a que se refere o Senador – feita pelos petistas, que são a camarilha, como se refere, do Governo: os investigados, aqueles que estão levando o País à desgraça que estamos assistindo. O artigo intitula-se “Raça, segundo São João, Senador Marco Maciel. É um artigo muito bem feito. E termina referindo-se às manifestações sobre o vernáculo raça.

O melhor, porém, é a origem histórica desse uso da palavra. Outro amigo veio me abrir o Novo Testamento, no Evangelho de Mateus, capítulo 3º, versículos de três a dez. É um registro de São João Batista chamando de “raça de víboras” aos “fariseus e saduceus” (...)

A Senadora Heloísa Helena está rindo porque conhece bem a Bíblia, tem sempre uma Bíblia aberta, e sabe ao que o Senador Jorge Bornhausen está se referindo com essa citação da Bíblia.

Repito:

É um registro de São João Batista chamando de “raça de víboras” aos “fariseus e saduceus”, que, desconfio, deviam ser a camarilha corrupta da época, oportunistas e que pretendiam ser melhores que os outros. Raça de víboras. E bote víboras nisso.

Termina o Senador Jorge Bornhausen.

Ouçõ com muito prazer o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador e Líder José Agripino, quero cumprimentar V. Ex^a pelo protesto que faz na tarde de hoje sobre um tema

extremamente importante, que é a **Mídia Impressa** que recebemos diariamente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – E que não contém esse artigo precioso.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente, e que nos surpreende. Quer dizer, matérias estão sendo excluídas, fora, portanto, de uma rotina adotada pela Radiobrás. Tive a oportunidade de ler o artigo pela manhã, posto que assinante da **Folha de S. Paulo**. E quero, por intermédio de V. Ex^a, cumprimentar o Presidente do Partido, Senador Jorge Bornhausen, pelo artigo que produziu e pelos esclarecimentos que ofereceu. Mas acho também que o protesto de V. Ex^a devia ser o protesto dos demais Líderes, porque, se isso hoje aconteceu com o PFL, quem pode garantir que não ocorra com integrantes de outras agremiações? Então, eu deixaria com V. Ex^a esta questão: se esse não deve ser um protesto que envolva o Colégio de Líderes desta Casa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Marco Maciel, e faço aqui meu fecho, antes de ouvir a Senadora Heloísa Helena.

O Senador Jorge Bornhausen, que não é homem de se desculpar de coisas que não queira se desculpar, não se desculpa nesse artigo. S. Ex^a justifica e esclarece a quem ele se referiu no momento em que, de bate-pronto, como diz, respondendo a uma pergunta num debate, falou da raça. A raça são os Delúbios, os Silvinhos, os enganadores da Pátria, de quem se espera um fim próximo, para que não fiquem mais trinta anos no poder. S. Ex^a se refere a essa raça e respeita as Esquerdas e deixa claro isso, respeita até o petismo, Partido que tem história no País e que não é de todo ruim, apresenta uma banda boa que se está debatendo para se mostrar. Mas quem manda no PT e no Governo é a raça a que se refere o Senador Jorge Bornhausen.

Ouçó, com muito prazer, a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (PSOL – AL) – Senador José Agripino, vou até entrar na provocação legítima feita pelo Senador Marco Maciel, porque prefiro acreditar que foi um lapso. Respeito muito os trabalhadores da Radiobrás. Respeito-os muito mesmo. Já os defendi aqui várias vezes. Prefiro imaginar que foi um lapso, como muitas vezes também prefiro imaginar que é um lapso quando, às vezes, a própria estrutura de comunicação do Senado privilegia um ou outro Parlamentar governista em detrimento do outro. Então, prefiro pensar que foi um lapso dos trabalhadores e creio que não deve haver mesmo seletividade em relação a nenhum argumento. Sabem todos, inclusive V. Ex^a,

que o pensamento do Senador Jorge Bornhausen é completamente antagônico ao meu. Já o disse aqui várias vezes. S. Ex^a defende o mundo, a concepção liberal, que é absolutamente distinta da minha, e não sei ao certo onde é que entrou essa polêmica da raça, que podia até ser comigo, porque, freqüentemente, uso esta expressão: “essa raça de neoliberais”, seja do PSDB, seja do PFL ou do PT. Às vezes, eu digo isso. Então, eu nem sabia de toda essa turbulência criada. Nós, nordestinos, dizemos muito isso. Inspirados ou não em João Batista, às vezes, acabamos dizendo isso também. Muitas vezes, uso tal expressão – “essa raça de neoliberais” –, quer referindo-me aos de estrelinha ou aos de tucaninho ou a quem quer que seja, pois vivemos realmente para combatê-los. Ainda bem que não foi comigo. Mas quero igualmente deixar claro algo com relação a toda a seleção de textos a serem apresentados. Do mesmo jeito que ocorre em algumas colunas, notamos isso também, colunas de determinados jornalistas não entram aqui, como as do Cláudio Humberto. Se for para ser contra quem era da tropa de choque do ex-presidente Fernando Collor, há outros aqui nesta Casa que foram muito amigos dele, mesmo sabendo quem ele era, como o Senador Renan Calheiros e vários outros Senadores, além do jornalista Cláudio Humberto. Então, ele devia entrar também, porque todo mundo acaba lendo o que ele escreve. Seria até bom que ele entrasse também, porque, do mesmo jeito que lemos pela Internet, por que não podemos ler nessa seleção, já que vai para muitos órgãos de comunicação do Brasil todo? Portanto, a provocação do Senador Marco Maciel, que, pelo contrário, é incapaz de fazer qualquer provocação com ninguém, foi legítima. Não é nem provocação. Não sei qual seria o termo – talvez a repreensão ou o alerta. Eu acabaria não me sentindo no direito de reivindicar que um artigo de minha autoria constasse, se o artigo de uma outra pessoa, como o Senador Jorge Bornhausen, também não constasse. E volto a repetir, sabe V. Ex^a do carinho pessoal que lhe tenho, mas sabemos que representamos visões de mundo antagônicas, distintas. Se houvesse uma revolução socialista, estaríamos em mundos diferentes, completamente diferentes. Acho que o pouco que conquistamos aqui, é bom que seja assim, que em tantos momentos nós discutimos e aprovamos pautas semelhantes. Em tantos momentos estamos aqui – e algumas pessoas de fora até se surpreendem –, aprovamos determinadas matérias comuns e temos concepções de mundo completamente distintas. E o Senador Bornhausen, inclusive, Senador Agripino, uma vez quando eu estava passando uma proposta que tratava de plebiscito ou proposta relacionada à questão da exclusividade dos

recursos para universidade pública, e ele me disse – e podia ter feito demagogia comigo –: “Não, Senadora Heloísa, eu não posso assinar essa proposta que V. Ex^a está defendendo; respeito que V. Ex^a defenda, mas não vou assinar porque ela é completamente antagônica ao que defendo”. Disse-me, com delicadeza, com educação, mas realmente me disse. Até não acho que ele seria capaz de fazer um gesto como esse. Graças a Deus não fui eu que usei esse termo, senão, imaginem como iam bater em mim, porque falo termos que, para alguns, são fortes demais. Então só para dizer que também concordo com a observação feita pelo Senador Marco Maciel, no sentido de que possa ser excluído, não haja a seletividade. Sinceramente, prefiro pensar que não tem nada a ver, que foi um lapso dos trabalhadores da Radiobrás, por quem tenho o maior carinho e respeito, e sei inclusive o que sofreram em relação a processos que ocorreram por lá.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que me ensina a fazer uma observação.

A indignação do Senador Jorge Bornhausen, que me transmitiu inclusive, é que a **Mídia Impressa**, em enorme centimetragem, publicou em edições anteriores ou reproduziu em edições anteriores matérias e mais matérias que batiam no Senador Jorge Bornhausen, interpretavam de forma maldosa a questão referida como raça a que V. Ex^a se refere também como de uso corriqueiro por V. Ex^a.

Então, na hora em que ele repõe, por intermédio de um artigo – não foi nem uma entrevista, mas um artigo que ocupa espaço nobre no jornal –, curiosa e coincidentemente, na **Mídia Impressa**, que dedicou espaços e espaços à deturpação da colocação de S. Ex^a, a reposição do fato correto não sai.

Claro que S. Ex^a tem o direito de se indignar e, em não estando presente, como Líder do Partido, eu aqui faço o alerta e, mais do que o alerta, o protesto. V. Ex^a tem todo o direito a ter a dúvida. “Não; eu prefiro achar que houve um lapso”. Tudo bem; pode ter havido o lapso. Mas quem deseja fazer correção de rumo e correção de fatos e trazer a interpretação dos fatos para o que ele deseja e escreve tem o direito à indignação. Na hora em que a mídia dedica muitos centímetros a uma versão, e a versão correta não merece um só centímetro quadrado, a indignação é procedente, justa e razoável.

E em nome do Partido que o Presidente Jorge Bornhausen dirige, eu lavro aqui o meu protesto e a minha dúvida.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador José Agripino, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador José Agripino, sem querer polemizar, eu gostaria apenas de frisar o seguinte: não pretendo com as minhas palavras, fazer nenhuma acusação àqueles que operam a mídia. Eu apenas quero estranhar o ocorrido. Faço votos que tenha sido um mero equívoco, ou um acaso, ou um lapso, não quero fazer nenhuma acusação, mas acho que não deixa de ser um fato que não pode se repetir, que não deve se repetir. Espero, portanto, que os que fazem a mídia, do qual somos todos leitores, tanto no Senado quanto na Câmara, que os responsáveis por esse tão importante trabalho procurem ser mais cuidadosos para que fatos dessa natureza não se repitam.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Perfeito, Senador Marco Maciel.

O que colocaram em muitas matérias fabricadas, produzidas, com endereço certo, é que a menção à raça feita pelo Senador Jorge Bornhausen era uma forma de generalizar um Partido por inteiro e de forma nazista. É como se, de forma sectária e nazista, o Senador Jorge Bornhausen usasse o termo raça. Na hora em que ele recoloca os fatos e apresenta a sua versão verdadeira, pela sua própria pena, por intermédio de um artigo escrito e assinado por ele, sonega espaço.

Na dúvida, o protesto e a advertência que faço em nome do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, por dez minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Federação das Indústrias de Goiás realizou, na última segunda-feira, reunião-almoço para entregar aos parlamentares goianos o anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae com o apoio de entidades empresariais de todo o País.

Tive a honra de receber o documento das mãos do Presidente da Federação, Paulo Afonso Ferreira, para encaminhá-lo ao Congresso Nacional, contendo dezenas de milhares de assinaturas de apoio do empresariado goiano.

Cumprir lembrar que, no dia 8 de junho, o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, já havia recebido o anteprojeto do Presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto.

Desde o mês de maio, o Sebrae e as demais entidades do setor vêm informando o empresariado

sobre as vantagens da Lei para conseguir adesões à proposta.

O objetivo é atingir 200 mil assinaturas, e sensibilizar o Governo e o Congresso para a necessidade de aprovação da Lei ainda em 2005.

Até ontem, já haviam sido coletadas mais de 70 mil em todo o País.

Esta manhã, em companhia da Senadora Iris de Araújo e do Senador Demóstenes Torres, entreguei ao Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, documento contendo 21 mil assinaturas registradas, de empresários goianos, endossando o anteprojeto.

A partir da reunião almoço da última segunda-feira, a expectativa é de que este número poderá, inclusive, dobrar no Estado. A adesão do empresariado goiano foi muito significativa. Estiveram presentes representantes das entidades que integram o Fórum Empresarial Goiano.

Eu gostaria de citar a Federação das Indústrias de Goiás, a Federação da Agricultura do Estado de Goiás, a Federação do Comércio de Goiás, a Associação do Comércio e Indústria de Goiás, a Federação das Câmaras de Diretores Lojistas de Goiás, a Câmara de Diretores Lojistas de Goiânia e a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás e a diretoria do Sebrae de Goiás.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero esse anteprojeto uma das mais importantes iniciativas que o Legislativo terá a responsabilidade de analisar – quem sabe ainda em 2005.

Entre outros benefícios, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas poderá gerar mais emprego e renda, reduzir a informalidade e favorecer o crescimento da economia.

Em junho, quando o anteprojeto chegou ao Senado, pedi seu exame pelo corpo técnico da Casa, por entender que era matéria de alta relevância. A nota técnica que recebi mostrou-me que o anteprojeto de lei complementar é bem mais abrangente do que o previsto na reforma tributária de 2003, que já reforçava o tratamento específico para as micro e pequenas empresas, consagrado na Constituição de 1988.

Como se sabe, as micro e pequenas empresas são responsáveis por 60% dos empregos formais no País. Entre 1995 e 2000, as micro e pequenas empresas criaram um milhão e quatrocentos mil empregos, ou seja, 25,9% do total de empregos naquele período.

São dados que evidenciam a importância desse segmento empresarial para o Brasil e, portanto, que merecem ser considerados pelo Poder Legislativo.

O anteprojeto da Lei Geral contém dispositivos para simplificar procedimentos de criação e operação regular das micro e pequenas empresas. Com isso,

são diminuídos os controles burocráticos e simplificadas as obrigações dessas entidades para com o Poder Público.

Importante alteração no anteprojeto é o aumento significativo dos valores para enquadramento do conceito de micro e pequena empresa. Hoje, microempresa é aquela com receita bruta anual de até R\$433 mil. Empresa de pequeno porte é definida como sendo aquela com limite de receita bruta anual até R\$2 milhões, 133 mil.

De acordo com o anteprojeto defendido pelo Sebrae, as microempresas serão aquelas com receita bruta anual igual ou superior a R\$480 mil – portanto, amplia-se o conceito. As empresas de pequeno porte terão receita bruta anual entre R\$480 mil e R\$3,6 milhões.

Segundo o Sebrae, hoje, essas entidades já representam 99% das empresas do País e a sua participação na economia é de cerca de 20% do Produto Interno Bruto.

Essa elevação do limite de enquadramento com certeza aumentará a presença dessas empresas no cenário econômico.

Há outros fatores na proposta do Sebrae que mostram sua importância tanto para a atividade produtiva quanto para a economia nacional. O anteprojeto pretende tirar da informalidade as micro e pequenas empresas que hoje enfrentam pesada carga tributária e alto custo burocrático para a sua formalização.

Atualmente, dois terços dessas empresas operam na informalidade, numa competição desleal e predatória para com as legalmente constituídas.

A desburocratização é outra proposta importante a ser adotada. O objetivo é simplificar os procedimentos de abertura, funcionamento e baixa das empresas nas obrigações trabalhistas, além de adotar o CNPJ da Receita Federal como cadastro único para todos os entes federativos. Portanto, ela unifica os procedimentos entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

Por outro lado, o anteprojeto apresenta inovação que merece toda a atenção dos Srs. Parlamentares. É a tentativa de, por meio da criação de regime simplificado, denominado Simples Geral, atacar o problema representado pela complexidade e pela elevada carga do Sistema Tributário Nacional.

A adesão ao Simples Geral, segundo o anteprojeto, será mais flexível e inclui os prestadores de serviços e os profissionais liberais. Também estimula o crescimento das pequenas empresas por meio da aplicação de redutores, de forma a suavizar o impacto tributário na mudança de faixa, na transição do Simples para o lucro presumido.

O Simples Geral vai englobar contribuições, taxas e impostos de todas as esferas do poder, recolhidos mensalmente a partir de uma só base de cálculo em um só documento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, as micro e pequenas empresas representam a quase totalidade das empresas do País e participam com parcela significativa do PIB. Se aprovado o anteprojeto da Lei Geral, as mudanças na legislação brasileira vão gerar uma série de benefícios: mais empregos, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade, incentivo à inovação tecnológica e fortalecimento da economia.

Portanto, quero aqui dizer da nossa alegria em poder trabalhar este projeto. Hoje, estivemos com o Senador Renan Calheiros, que se comprometeu a criar uma comissão especial para que o estudemos profundamente.

Acredito que, embora o empresariado esteja a pedir urgência na tramitação da sua proposta, o dever do Legislativo é o de trabalhar com rigor para entregar

à sociedade uma lei que assegure o maior número possível de benefícios à sociedade.

É muito bom que haja, neste Congresso, essa agenda positiva, para que se mude um pouco o foco da discussão, que gira em torno das investigações que estão sendo feitas – que deverão ser feitas, para que sejam penalizados os responsáveis por desvios de recursos –, a fim de que esta Casa retome a agenda positiva no sentido de fortalecer principalmente a geração de emprego e renda, para dar à sociedade brasileira tranquilidade, mostrando que trabalhamos com seriedade e com responsabilidade, para que o País possa desenvolver e aproveitar essa onda de crescimento que hoje se observa em todos os países da América Latina e em todo o mundo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1077, DE 2004

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Embaixador Sergio Correa de Costa ocorrido no dia *nesta data, no fim de janeiro*

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.
- c) *Academia Brasileira de Letras; e*
- d) *Ministério dos Relações Exteriores.*

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 2004

[Handwritten signatures and names]
 [Signature] *Roberto de Melo*
 [Signature] *Belrose Ribeiro*

O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Em se tratando de matéria que depende de tramitação regimental, logo, também, de votação, concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel para encaminhar a votação aludida.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Ribamar Fiquene, Sr^{as} e Srs. Senadores, faleceu hoje, no Rio de Janeiro, conforme consta do requerimento que acaba de ser lido, o Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, um dos mais destacados diplomatas brasileiros do século passado.

Ele chefiou, entre muitas funções no Itamaraty, a representação brasileira no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos da América, e a Missão do nosso País junto à ONU.

Embora haja nascido no Rio de Janeiro, em 1919, seus ancestrais, Sr. Presidente, como é o caso de V. Ex^a, eram maranhenses, valendo observar ser ele neto do renomado poeta Raimundo Corrêa, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e um dos mais destacados intelectuais de seu Estado.

Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela hoje Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduado na Universidade da Califórnia (UCLA), fez, em 1951, o curso da Escola Superior de Guerra.

Ao lado dos seus afazeres profissionais, Sérgio Corrêa da Costa enriqueceu a bibliografia do nosso País como escritor, ensaísta, historiador e autor de vários livros, entre os quais eu mencionaria: **As quatro Coroas de D. Pedro I**, publicado em 1940; **A diplomacia brasileira na questão de Letícia** (1942); **A diplomacia do marechal – intervenção estrangeira na Revolta da Armada** (1945); **Brasil, segredo de Estado** (2001). Este último, como ele mesmo anotou, é uma incursão descontraída pela história do País. Isso sem citar palestras e conferências que proferiu em instituições nacionais e estrangeiras, e artigos publicados em jornais brasileiros e de vários países. Um dos seus últimos trabalhos, editado na França, onde residiu durante os últimos anos da década de 1990, intitulado **Mots sans frontières**, ou seja, “Palavras sem fronteiras”, obra talvez sem antecedentes no gênero, levou o prefaciador do livro, Maurice Druon, da Academia Francesa, a dizer:

“Eis uma obra inteiramente original, pesquisa pioneira, abrange aspectos a meu ver ainda inexplorados. Se teve precursores, o que sempre se poderá descobrir, permaneceram ignorados e não poderiam tê-la inspirado e, menos ainda, propiciado. Uma obra cuja idealização, repito, é original, fato por demais raro para que não insistamos em assinalá-lo. Trata-se de um livro de lingüística cujo autor não é um lingüista, mas antes um humanista, e um humanista do seu século.

Os lingüistas estudam uma língua, sob este ou aquele aspecto, ou então estudam um grupo, uma família de línguas, ou, ainda, comparam as línguas e respectivas estruturas. Nosso humanista as abarcou todas, para identificar os vocábulos que elas se ofereciam, umas às outras”.

Mais adiante, acrescenta Maurice Drumon:

“O que ele chama de “palavras sem fronteiras” são as que, originárias de uma língua, se foram insinuando em todas as demais e acabaram por se tornar de uso virtualmente universal. Podem designar tanto noções abstratas, funções, quanto objetos corriqueiros ou indicações da maior banalidade. Nosso autor as foi reunindo, ou melhor, colecionou cerca de três mil, abonadas por uma amostragem de 16 mil exemplos de uso dessas palavras, o que já constituiria, em si, um acervo bastante rico”.

Faço essa observação para destacar como é extenso o levantamento lexical feito pelo autor.

Sabemos que Camões, ao compor **Os Lusíadas**, talvez se tenha valido de um universo lexical de cerca de cinco mil palavras. Pelo que sei, o universo lexical do nosso Machado, escritor por excelência, aliás fundador da Academia Brasileira de Letras, não ultrapassa duas mil palavras. Esse trabalho do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, se bem que tenha peculiaridade que o distinguem de um livro convencional, consegue registrar mais de três mil anotações e dezesseis mil exemplos, friso, o que qualifica a obra e constitui uma contribuição muito interessante para todos que desejam, até por curiosidade, conhecer melhor vocábulos que migram de um território a outro.

Sr. Presidente, eu ainda gostaria de citar, mais uma vez, Maurice Druon, que diz:

“A quantidade de “*palavras sem fronteiras*” é, pois, impressionante, como impressionante se revela o seu campo de aplicação. (...) Cada palavra ostenta a sua marca de origem; tal como os seres humanos, cada uma delas conserva algo do seu país natal. Uma certa aura de exotismo envolve essas palavras, conferindo-lhes um encanto especial”.

A referida publicação, **Mots sans frontières**, foi traduzida para o Português e editada pela Record no ano de 2000. Sua leitura, ao tempo em que enriquece intelectualmente quem a lê, distrai prazerosamente quem a compulsava, exhibe, também, a universalidade da cultura do autor, a sua enorme acuidade mental, e demonstra vasta capacidade de observação.

No Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, **pari passu** ao agudo tino político, qualidade que é característica dos diplomatas, se junta um saber que se converteu camoneamente em “sabedoria do saber feito”.

Harold Bloom, escritor e crítico literário estadunidense, no recém lançado livro **Onde Encontrar a Sabedoria**, assevera que ela, a sabedoria, muitas vezes é inquilina da literatura e especialmente da poesia. A sabedoria não é companheira dos meros eruditos, nem tampouco se encontra apenas na filosofia, ciência ou mesmo na política.

“Na experiência que tenho de ser eu mesmo encontro o bastante para me tornar sábio”, explica Bloom, recordando a lúcida assertiva de Michel Montaigne, pensador francês de quatro séculos atrás, cuja obra está condensada em seus **Ensaaios**.

O Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, Sr. Presidente, cuja morte tanto entristece, parece confirmar as palavras e as observações de Harold Bloom.

O Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, de quem tive oportunidade de ser colega na Academia Brasileira de Letras, embora por pouco tempo, era cidadão do mundo e aliava uma densa formação intelectual a uma grande sabedoria.

Sr. Presidente, conforme sentenciou São Francisco de Paula, em suas **Cartas**, “A morte é certa; breve a vida, que se esvai feito fumaça”.

Cabe-me, como seu amigo e admirador, fazer memória de seu nome e de sua obra.

Interrogava Cecília Meireles: “De que são feitos os dias?” Para, a seguir, responder: “De pequenos dese-

jos, vigorosas saudades, silenciosas lembranças.” São essas saudades e lembranças que nos deixa o Embaixador recém-falecido, Sérgio Corrêa da Costa.

Por isso, Sr. Presidente, como V. Ex^a já anunciou, solicito que o voto de pesar que apresentei, subscrito por inúmeros outros colegas, seja comunicado à Academia Brasileira de Letras, ao Ministério das Relações Exteriores e aos familiares do ilustre Embaixador Sérgio Correia da Costa*.

Agradeço a V. Ex^a a palavra concedida.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

(*) AVISO Nº 35, DE 2005

Aviso nº 1.442-SGS-TCU-Plenário

Brasília – DF, 21 de setembro de 2005

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes – Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC nº 009.891/2005-0, examinado pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 21-9-2005, bem como dos Anexos de I a V do referido processo, do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação.

Respeitosamente, Adylson Motta, Presidente.

(*) Anexos I a V publicados em Suplementos “A”, “B”, “C”, “D” e “E” à presente edição.

ACÓRDÃO Nº 1.469/2005 - TCU - PLENÁRIO

1. Processo TC-009.891/2005-0 (com 5 anexos).
2. Grupo I, Classe V – Acompanhamento – Consolidação do Fiscobras 2005
3. Interessado: Congresso Nacional - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro Valmir Campelo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: SECOB.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas neste exercício de 2005, destinado a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e o que dispõe o art. 103 da Lei nº11.178, de 20/09/2005 - LDO/2006.

9.1. autorizar a remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional das informações constantes dos Anexos I, II, III, IV e V deste processo, dos relatórios sintéticos de levantamentos de auditoria, em meio digital, atualizados com os acórdãos proferidos até a presente Sessão Plenária, bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam;

9.2. encaminhar cópia dos referidos anexos, deste Acórdão e dos Relatório e Voto que o fundamentam aos Presidentes:

9.2.1. do Senado Federal;

9.2.2. da Câmara dos Deputados;

9.2.3. da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal; e

9.2.4. da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.3. determinar aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal que encaminhem ao TCU, no prazo de 15 dias, cópia do demonstrativo previsto no artigo 20, **caput**, da LDO/2006;

9.4. determinar à Segecex que, com o apoio da Adfis e da Secob, no prazo de 60 (sessenta) dias, realize estudos e formule proposta ao Plenário, no intuito de regulamentar o rito processual a ser observado em atenção aos prazos fixados pela LDO/2006 para o pronunciamento do Tribunal em processos concernentes a fiscalização de obras públicas;

9.5. determinar à Secob que dê seqüência aos trabalhos de planejamento e organização das fiscalizações de 2006, iniciando, para tanto, estudos sobre a proposta orçamentária da União para o próximo exercício;

9.6. determinar à Setec que, com o apoio técnico da Secob, implemente no Sistema Fiscobras as sugestões de melhoria colhidas em 2005;

9.7. arquivar os autos. *me*

10. Ata nº 37/2005 – Plenário

11. Data da Sessão: 21/9/2005 – Ordinária

12. Especificação do quórum:

12.1. Ministros presentes: Adylson Motta (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Benjamin Zymler e Augusto Nardes.

12.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.


ADYLSON MOTTA
Presidente

Fui presente:


VALMIR CAMPELO
Relator


LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

GRUPO I – CLASSE V – Plenário**TC – 009.891/2005-0** (com 5 anexos).**Natureza:** Acompanhamento – Consolidação do Fiscobras 2005**Interessado:** Congresso Nacional – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**Advogado constituído nos autos:** não há**Sumário:** Fiscobras 2005. Relatório consolidado dos levantamentos de auditorias realizados em obras públicas, no exercício de 2005. Cumprimento ao disposto no art. 103 da LDO/2006, Lei n. 11.178, de 20.09.05. Encaminhamento das informações à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Determinações a unidades técnicas. Arquivamento.**RELATÓRIO**

Cuida o processo da consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas realizadas pelo Tribunal de Contas da União neste exercício de 2005, destinando-se a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2006.

3. Passo a adotar, como parte deste Relatório, a instrução de fls. 39/62, da lavra do Analista de Controle Externo Pedro Ricardo de Almeida e Castro, com a qual colocaram-se de acordo o Diretor da 1ª DT, Carlos Sebastião Costa e o titular da Secob, Cláudio Sarian Altounian:

“I. INTRODUÇÃO

Trata-se da consolidação dos Levantamentos de Auditoria em obras públicas realizados por este Tribunal, em 2005, com o objetivo de prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2006, nos termos fixados pelo art. 103 da LDO/2006.

2. O Acórdão Nº 192/2005 - TCU - Plenário, de 02/03/2005, acolhendo as conclusões do Relator do TC – 012.684/2004-9, Excelentíssimo Senhor Ministro VALMIR CAMPELO, aprovou o plano de fiscalizações em obras públicas do primeiro semestre/2005, no qual se inserem 421 fiscalizações de empreendimentos constantes do Orçamento da União referente ao exercício de 2005, nos termos dos subitens 9.1 e 9.3.6, in verbis:

“9.1. aprovar a inclusão de 421 fiscalizações em obras públicas no plano de fiscalização do primeiro semestre de 2005, aprovado pelo Acórdão nº 2.113/2004-TCU-Plenário, sendo 225 levantamentos de auditoria (Fiscobras I) e 196 acompanhamentos de contratos, sob a metodologia do Reforme (Fiscobras II), conforme listagens constantes às fls. 19/35 e 37/51, respectivamente, do Anexo 13;

9.3.6. coordene a seleção, por parte das secretarias, de, no mínimo, 52 programas de trabalho entre os constantes dos 196 acompanhamentos integrantes do Fiscobras II, para a realização de levantamentos de auditoria in loco, sujeitos à prévia manifestação dos respectivos Relatores, cuidando para que essa seleção seja concluída até o mês de maio, observados os parâmetros estabelecidos pela Secob;”

3. As mencionadas folhas 19/35 contém a relação das 225 fiscalizações a serem realizadas na metodologia que o Tribunal vem seguindo desde 1997. Por seu turno, as folhas 37/51 relacionam 196 contratos a fiscalizar utilizando-se a sistemática do Projeto Reforme, dos quais as Secex selecionariam 52 Programas de Trabalho - PT a serem vistoriados in loco, conforme critérios previamente definidos no âmbito do mencionado projeto, e submeteriam essa escolha à aprovação dos respectivos Ministros Relatores. Os restantes 144 seriam objeto de acompanhamento via sistemas (ver Anexo V). Desse modo,

o total previsto de fiscalizações alcançava 421, sendo 277 in loco. Neste relatório serão abordadas as fiscalizações, de maneira consolidada (Fiscobras, Reforme, bem como as fiscalizações de obras registradas no módulo Outras Fiscalizações de Obras - OFO).

4. O envio das informações ao Congresso é disciplinado pelo art. 103 da LDO/2006, que estabelece a data máxima de 30 de setembro próximo para esse encaminhamento:

"Art. 103. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da proposta orçamentária, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras que tenham sido objeto de fiscalização, inclusive na forma de banco de dados."

5. A Constituição Federal prevê a aprovação da LDO pelo Congresso Nacional até 30 de junho de cada ano (art. 57, § 2º), o que implica a correspondente publicação no segundo semestre (a LDO/2006 foi publicada em 21/09/05). Desse modo, o Tribunal tem antecipado a definição do rol de obras a serem fiscalizadas no exercício, bem como a realização das respectivas fiscalizações. Esse procedimento objetiva viabilizar o encaminhamento tempestivo das informações ao Congresso Nacional, já que a realização dessas auditorias constitui-se tarefa de significativa expressão, envolvendo considerável esforço de planejamento, logística e execução, bem como a participação maciça da força de trabalho das Unidades Técnicas.

II - SELEÇÃO - FISCOBRAS E REFORME

II.1 FISCOBRAS

6. Evidenciou-se que os 225 Levantamentos de Auditoria (Fiscobras) foram selecionados mediante aplicação dos critérios previstos na LDO/2006 (materialidade e regionalização).

7. O primeiro passo foi o estudo do PPA 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004). A análise do conjunto de obras fiscalizadas pelo Tribunal nos últimos anos demonstra que a maioria delas é formada pelo que o PPA denomina "projetos de grande vulto". Esse fato torna ainda mais relevante a utilização daquele plano como base para a seleção de fiscalizações de obras no âmbito do TCU.

8. No entanto, não há como individualizar clara e diretamente se determinado Plano de Trabalho (PT) trata ou não de obra. Assim, com o objetivo de restringir as fiscalizações a subtítulos específicos de obras, a Secob desenvolveu os seguintes passos:

8.1 A pré-seleção baseou-se em duas fontes simultâneas principais: o OGU/2005 e o banco de dados do sistema Siasg. Primeiramente, foram selecionados os Programas de Trabalho - PT cuja dotação em 2005 superava R\$ 1 milhão no orçamento de investimentos (Grupo de Natureza de Despesa 4).

8.2 A seguir, procedeu-se à leitura da descrição de cada um dos PT, buscando-se identificar aqueles que se referiam a obras específicas, assim entendidos aqueles PT que:

- se referissem a uma obra de maneira clara e direta;
- restringissem a obra a uma Região Metropolitana ou município;
- no caso de rodovias e hidrovias, mencionassem explicitamente a BR ou o trecho da obra.

9. Com base no referencial de fiscalizações para o Fiscobras, estabelecido em reunião coordenada pela SEGECEX, com a participação da Adfis, Seplan e Secob, e com vistas à escolha de obras serem auditadas pelas Secex, estabeleceu-se o limite mínimo de R\$ 30 milhões de dotação orçamentária no OGU 2005 para os PT específicos a serem objeto de fiscalização obrigatória. Conseqüentemente, os PT com dotações inferiores àquele limite foram submetidos às secretarias para que tivessem a opção de escolher obras adicionais a fiscalizar, com base na disponibilidade de pessoal.

10. No OGU/2005, identificaram-se os PT específicos com dotações entre R\$ 5 milhões e R\$ 30 milhões. Esse conjunto foi submetido a pesquisa no Siasg e aqueles que não tinham contrato registrado no sistema tornaram-se candidatos a auditoria em 2005, integrando o grupo das fiscalizações eletivas, ou seja, relacionadas para as UTs, a fim de que, caso houvesse disponibilidade de HDF, fossem escolhidas aquelas a serem fiscalizadas em 2005. A esse segmento foram agregados os PT genéricos de obras com dotações superiores a R\$ 30 milhões na LOA/2005 e sem registro no Siasg.

11. Às obras assim selecionadas, acrescentaram-se os 78 PT elencados no Anexo VI da LOA/2005, com fiscalização obrigatória de acordo com o art. 103, § 2º da LDO/2006, 7 PT cuja fiscalização foi determinada por acórdãos do Tribunal e 14 PT da Petrobras com elevadas dotações orçamentárias em 2005.

12. O Anexo VI relaciona as obras nas quais foram apontados indícios de irregularidades graves nas fiscalizações de 2004 e cuja execução orçamentária, física e financeira permanece condicionada à adoção de medidas saneadoras pelo órgão ou entidade responsável, sujeita à prévia deliberação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO, segundo

determina o **art. 102, caput, da LDO/2006**. Cabe ressaltar que as informações a respeito das obras constantes do aludido anexo encontram-se disponíveis na página do TCU na Internet, atualizadas automaticamente à medida que evolui o andamento dos respectivos processos no Tribunal.

13. Desse trabalho, resultou o seguinte rol de obras a serem fiscalizadas em 2005 (Fiscobras):

- Fiscalizações Obrigatórias
- 78 PT relacionados no Anexo VI da LOA / 2005, com e sem dotação orçamentária em 2005;
- 7 PT cuja fiscalização foi determinada por deliberações do Tribunal;
- 68 PT específicos com dotações superiores a R\$ 30 milhões na LOA/2005.
- Fiscalizações eletivas;
- 57 PT específicos com dotações inferiores a R\$ 30 milhões, mas sem contratos registrados no Siasg;
- 2 PT escolhidos pelas Secex.
- Fiscalizações Especiais - Petrobras
- 14 PT de responsabilidade da Petrobras.

Total: 225 Programas de Trabalho.

II.2 REFORME

14. Embora se trate de metodologia já em seu terceiro ano de aplicação, convém resumir em que ela consiste. Em poucas palavras, o Reforme pressupõe o acompanhamento de um elevado número de contratos de obras via sistemas (principalmente Siasg e Siafi), e a fiscalização in loco de uma quantidade menor de contratos, norteada pelos dados obtidos nesse acompanhamento.

15. Para a seleção dos contratos a serem fiscalizados com a utilização dessa metodologia, os critérios experimentaram evolução de 2004 para 2005, como se detalha a seguir.

16. Utilização dos seguintes parâmetros para a obtenção da amostra inicial:

- registro do contrato vinculado no Siasg no Grupo de Serviço Obras Cíveis ou contrato firmado com empresa registrada no Siasg com ramo de atividade Indústria da Construção (uma ou outra ocorrência);
- e liquidação, em 2004, de empenho superior a R\$ 100 mil (elementos de despesa 51; uma vez atendido um dos parâmetros anteriores, esta condição é obrigatória).

17. Nessa amostra, identificaram-se 963 contratos em 196 PT. Esse grupo foi acompanhado via sistema, pela Secob, que passou a disponibilizar, a partir de fevereiro, informações às Secex com vistas a subsidiar a escolha das 52 fiscalizações a serem realizadas in loco.

18. Essa escolha, a cargo das Secex, baseou-se nos critérios estabelecidos pela Secob, os quais consistiam num conjunto de atributos associados a pesos. Citam-se, a seguir, alguns desses atributos:

- quantidade total de aditivos por contrato;
- aumento causado pelo aditivo sobre o contrato;
- quantidade de aditivos por ano; prorrogação do contrato original;
- valor empenhado no ano;
- comparação entre o valor empenhado e
- valor do contrato.

19. A pontuação de cada contrato foi obtida atribuindo-se um determinado peso a cada parâmetro, resultando daí a classificação dos contratos dentro da Secex. Das 52 fiscalizações resultantes, 5 foram canceladas pela Adfis, a pedido das Secex.

20. Pela inexistência de sistema implementado que efetivamente possibilite a importação de dados do Siasg e do Siafi, e o cruzamento de seus dados relevantes, essas operações foram, mais uma vez, realizadas manualmente. Com base nas informações disponibilizadas periodicamente pela Secob, as unidades escolheram, com base nos critérios definidos, os contratos a serem auditados in loco. Entretanto, o valor dos contratos (materialidade) constituiu-se em fator relevante para a escolha das auditorias in loco.

21. O presente relatório, com seus anexos, consolida as informações obtidas pelas Secretarias de Controle Externo responsáveis e encaminhadas aos respectivos Relatores, bem como as deliberações já prolatadas correspondentes aos referidos processos, extraídas automaticamente do sistema Radar e inseridas nos relatórios de cada fiscalização.

III. DIRETRIZES ESTABELECIDAS PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS

22. As diretrizes para a realização das fiscalizações foram fixadas no Memorando-Circular nº 05/2005-SEGECEX, de 03/03/2005 e detalhadas no Memorando-Circular nº 08/2005-Adfis, de 07/03/2005, do qual destacam-se as principais orientações:

- abrir processo específico para cada obra a ser fiscalizada e, caso haja processo em tramitação tratando de irregularidade na mesma obra, propor o apensamento do novo ao antigo;
- concluir os trabalhos de fiscalização até 29/07/2005;
- considerar indícios de irregularidades graves aqueles que motivem citação ou audiência dos responsáveis, subdivididos em IG-P (ensejando a paralisação de obra ou serviço), de acordo com a definição estabelecida no art. 102, § 1º, IV da LDO/2006 e IG-C (graves não ensejando a paralisação de obra ou serviço);
- considerar indícios de Outras Irregularidades aqueles de menor grau de gravidade e que ensejem medidas corretivas;
- atender aos prazos definidos pela Decisão 97/2002-Plenário para obras com indícios de irregularidades graves categoria "P" (IG-P);
- tramitar relatórios do sistema aos gabinetes dos Ministros-Relatores após a verificação da Secob.

IV. ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LDO/2006

23. Conforme abordado anteriormente, o Tribunal antecipa-se à publicação da LDO do exercício para concluir a tempo os trabalhos de fiscalização que subsidiarão a elaboração do orçamento do próximo ano. Assim, as fiscalizações atendem, a princípio, ao que prescrevia a LDO disponível entre março e julho/2005, no caso, a LDO/2005. Tão logo é publicada a LDO válida para o exercício seguinte, é necessário verificar as implicações desta com os trabalhos já desenvolvidos. É isto que se propõe realizar a seguir.

24. Com relação à fiscalização de obras pelo Tribunal de Contas da União, a LDO/2006 trouxe algumas inovações em relação à LDO/2005. Adiante, abordam-se as mais significativas.

25. Quanto ao art. 21 da LDO/2006, que trata do cadastramento dos contratos no Siasg, considera-se conveniente traçar um breve histórico.

26. A LDO/2005 teve vetados os §§ 2º e 5º do art. 19, que disciplinava o assunto. Após esses vetos, o mencionado artigo tomou a seguinte forma:

"Art. 19. Os órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social deverão disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg informações referentes aos contratos e aos convênios firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação.

§ 1º Os órgãos e entidades que decidirem manter sistemas próprios de controle de contratos e convênios deverão providenciar a transferência eletrônica de dados para o Siasg, mantendo-os atualizados mensalmente.

§ 2º (VETADO)

§ 3º O pagamento dos bens e serviços contratados diretamente pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dependerá de prévio registro dos respectivos contratos no Siasg, ou nos sistemas próprios, devendo, neste último caso, ser efetuada a transferência eletrônica de dados na forma do § 1º.

§ 4º As entidades constantes do orçamento de investimento das estatais deverão providenciar a transferência eletrônica de dados relativa aos contratos firmados para o Siasg, de acordo com regulamentação a ser editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 5º (VETADO)"

27. Ao final de 2004, a Lei nº 11.086, de 31/12/2004, alterou a LDO/2005 e, entre outros feitos, agregou ao art. 19 os §§ 2º-A e 5º-A:

"§ 2º-A No âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, devem ser mantidos atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos cujo valor seja três vezes superior ao limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

.....
 § 5º-A O disposto no § 2º-A deste artigo será aplicado trinta dias após à homologação, pelo Poder Executivo, do módulo do Siasg que permitirá a digitação e tratamento dos dados dos contratos executados no âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres."

28. Assim, em casos de falta de registro no Siasg de contratos decorrentes de convênios, não se configurava mais indício de irregularidade, pois não havia como registrar esse tipo de contrato no sistema antes de o Ministério do Planejamento disponibilizar o respectivo módulo, fato que só ocorreu no

início de julho do corrente, e mesmo assim, de forma parcial. Registre-se que à época, a maioria das fiscalizações já havia sido concluída. Em vista disso, para essas situações, orientou-se as equipes a não lançarem indício de irregularidade, mas proporem determinação para que os órgãos e entidades, nos quais se verificassem esse tipo de pendência, providenciassem os correspondentes registros de acordo com o disposto no § 5º do art. 21 transcrito acima.

28.1 Oportuno observar que a 2ª Secex acompanha, no TC 011.727/2004-3, a implantação do módulo previsto no § 5º-A.

29. Por sua vez, o já citado art. 21 da LDO/2006 sucedeu ao art. 19 da LDO/2005, mantendo, basicamente, a redação anterior modificada pela Lei 11.086/2004, e explicitando, no § 2º, as obrigações do concedente quanto ao registro dos instrumentos no Siasg, grifados a seguir:

"§ 2º No âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, o concedente deverá manter atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos, celebrados pelo conveniente, cujo valor seja três vezes superior ao limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."

30. Essa mudança em nada alterará os procedimentos de auditoria de contratos no Fiscobras, já que a responsabilidade de registrar os contratos sempre foi do concedente. A lei apenas explicita essa responsabilidade.

31. Já o art. 102 da LDO/2006, que sucede o art. 98 da LDO/2005, transforma o § 2º do art. 98 da LDO/2005 em inciso IV do § 1º do art. 102 da LDO/2006, alterando, de maneira sutil, a conceituação de indício de irregularidade grave e acrescentando o item IV-c:

"§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

.....
IV indícios de irregularidades graves, os atos e fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções orçamentária, física e financeira do contrato, convênio ou instrumento congênere, ou de etapa, parcela, trecho ou subtrecho da obra ou serviço que, sendo materialmente relevantes, enquadrem-se em alguma das seguintes situações, entre outras:

- a) tenham potencialidade de ocasionar prejuízos significativos ao erário ou a terceiros;*
- b) possam ensejar nulidade do procedimento licitatório ou de contrato;*
- c) configurem graves desvios relativamente aos princípios a que está submetida a administração pública." (grifos nossos nas alterações trazidas pela LDO/2006)*

32. As mudanças no caput do inciso IV não trazem maiores alterações em relação à LDO/2005, visto tratar-se, principalmente, de mudanças de redação e acréscimo de fases de obras ou serviços, que não trazem maiores impactos às atividades de fiscalização de obras no Tribunal.

33. Quanto ao acréscimo do item "c", não se identifica, tampouco, impacto nos trabalhos já realizados, pois que, ao se examinarem a legalidade, legitimidade, economicidade e técnica empregada na execução das obras, levam-se em conta os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, insitos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, entendem-se os itens "a", "b" e "c" como exemplos, já que a expressão "entre outras" caracteriza o rol não exaustivo do § 1º do art. 102.

34. Por seu turno, os §§ 7º a 10 do mesmo artigo trazem determinações de suma relevância ao Tribunal, principalmente em relação à fixação de prazos para o posicionamento desta Corte:

"§ 7º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízo ao erário, no prazo de até seis meses contado da comunicação prevista no § 5º do art. 103 desta lei. (grifos nossos)

§ 8º Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 7º deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades.

§ 9º Após a apresentação das medidas corretivas pelo órgão ou entidade responsável, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão, no prazo de até três meses. (grifo nosso)

§ 10 Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 7º e 9º deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso."

ME

34.1 Pela importância da alteração, a SEGECEX, em conjunto com a Adfis e a Secob, está estudando proposta a ser submetida ao Plenário para regulamentar o rito processual quanto à observância dos prazos fixados.

35. Por sua vez, o inciso VII do § 1º do art. 103 da LDO/2006 trouxe inovação extremamente relevante, na medida em que cria, para o TCU, obrigação expressa não contida nas LDOs anteriores:

"§1º Das informações referidas no caput constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal:

.....
VII - a manifestação prévia do órgão ou entidade fiscalizada e a correspondente avaliação preliminar do Tribunal de Contas da União."

36. Ocorre que os relatórios de auditoria foram concluídos no final de julho deste ano. A LDO/2006 foi publicada em 21/09/05, não restando, pois, tempo hábil para o cumprimento do dispositivo legal. Contudo, a Secob está incorporando a diretriz legal para todos os trabalhos em obras que serão realizados a partir da publicação da LDO.

V. ALTERAÇÕES NO SISTEMA FISCOBRAS

V.1 - ALTERAÇÕES EM 2005

37. Ao concluir os trabalhos de 2004, o Tribunal prolatou o Acórdão nº 1.408/2004-Plenário, com determinações à Setec voltadas a alterações e aperfeiçoamento do sistema:

"9.6.determinar à Secretaria de Tecnologia da Informação - Setec que, com o apoio técnico da SECOB:

9.6.1.proceda aos necessários ajustes no Sistema Fiscobras, visando atender às sugestões de melhoria colhidas em 2004;

9.6.2.promova o efetivo desenvolvimento do sistema computacional voltado à implementação da metodologia proposta no Projeto Reforme, de modo a colocá-lo em condições plenas de operação no decorrer do próximo exercício;"

38. Principais ajustes implementados no Fiscobras:

- importação dos indícios de irregularidades apontados em relatórios anteriores e ainda em apuração;
- no relatório de auditoria, no campo Indício de Irregularidade Grave, inserção de legenda identificando se o indício refere-se a IG-P ou IG-C;
- na folha-resumo do relatório, vinculação do indício à área de ocorrência (contrato, convênio, empreendimento, projeto básico);

39. Essas e várias outras alterações menores constituíram-se aperfeiçoamentos do sistema existente, preservando-se a estrutura básica do Fiscobras Web, que completou, assim, quatro anos de utilização.

40. Oportuno destacar que, em 2005, as intervenções da Setec visando a correções pontuais, sempre necessárias na operação de sistemas computacionais, ocorreram a tempo, não se tendo notícia de atrasos em entregas de relatórios resultantes desse tipo de situação.

41. No entanto, o subitem 9.2.6 do retrocitado acórdão, que se referia à efetiva implementação de um sistema computacional voltado para a metodologia Reforme, não foi realizado, estando suas diretrizes já submetidas à Setec, que deverá avaliar a oportunidade da respectiva implementação. Basicamente, esse novo sistema interligará os bancos de dados do Tribunal com bancos de dados externos, como Siasg e o Siafi, permitindo, entre outras, ações de cruzamento de dados, preenchimento de partes de relatórios, identificação de situações de risco. Mais uma vez, em 2005, esses cruzamentos foram feitos manualmente, com as limitações qualitativas, quantitativas e de prazo decorrentes desse método de trabalho.

42. Assim como ocorreu em 2004, foi utilizado para o Reforme o módulo Levantamento de Auditoria do Fiscobras, com pequenas adaptações, como supressão de alguns campos desnecessários para o Reforme.

43. Em 2005, em decorrência da edição dos Decretos Legislativos (DLN) por parte do Congresso Nacional e do advento da Portaria nº 14/2004-SEGECEX, utilizou-se com maior frequência o módulo Inspeções do Fiscobras WEB, que se destina a registrar as constatações das equipes frente ao que determinam os citados decretos (ver Capítulo X).

44. Cabe destacar que o item 8.6.1 da Decisão nº 97/2002 determinava o registro no Fiscobras de todos os procedimentos fiscalizatórios em obras públicas;

"8.6.1 promova, com o auxílio da Setec, adaptação do Fiscobras atual de forma a permitir que todos os trabalhos de fiscalização que contemplem o objeto "obras públicas" sejam cadastrados nesse sistema;"

45. O módulo foi implantado no início de 2004, tendo a SEGECEX editado o Memorando-Circular nº 15/2004-SEGECEX, de 09/03/2004, determinando que todas as fiscalizações que não se enquadrassem nos demais módulos do sistema fossem cadastradas no recém criado Outras Fiscalizações de Obras - OFO, a partir do início do exercício de 2004. Por sua vez, o Anexo III do mencionado Memorando-Circular nº 08/2005-Adfis orientou as equipes a respeito da utilização do módulo.

46. Dentre as fiscalizações registradas no OFO, apenas uma registrou indícios de IGP e, por essa razão, o respectivo relatório será encaminhado ao Congresso Nacional.

V.2 - CENÁRIOS PARA 2006

47. Para 2006, as alterações a serem feitas no sistema Fiscobras poderão ocorrer em dois cenários básicos:

1. Modificações pontuais visando a atender ao disposto na LDO/2006 e à melhoria do relatório

2. Integração dos sistemas Fiscobras e Fiscalis Execução

48. A escolha de uma das duas alternativas depende, basicamente, da disponibilidade da Setec para direcionar força de trabalho suficiente para implementação das alterações dentro do prazo e do nível de qualidade desejados. O primeiro cenário envolve operações mais simples, constituindo-se, basicamente, de aperfeiçoamentos do sistema Fiscobras WEB existente. Já o segundo implica profundas alterações nos sistemas:

- inclusão das matrizes de Planejamento, Procedimentos, Achados e Responsabilização no sistema Fiscobras;
- alteração do relatório já existente no Fiscalis Execução para que atenda as auditorias de obras públicas;
- atendimento à LDO/2006: inclusão de campos para transcrição da manifestação do gestor e da análise dessa manifestação.

49. A interligação do Fiscobras com o Fiscalis Execução representará considerável avanço nas atividades de auditoria de obras, na medida em que deverá conferir elevado nível de transparência às ações desenvolvidas pelas equipes, pelo registro, no sistema, dos procedimentos por elas desenvolvido durante a fiscalização.

50. Assim, SEGECEX, Secob, Setec e Adfis encontram-se, atualmente, trabalhando em conjunto para decidir qual dos dois cenários adotar, de modo que, a partir dessa definição, sejam estabelecidos procedimentos para a implementação da opção escolhida.

51. O Manual do Fiscobras 2006 conterá todas as alterações procedidas no sistema e deverá estar disponível para consulta das unidades técnicas até fins de fevereiro de 2006.

VI. LEVANTAMENTOS DE AUDITORIA

VI.1 RESULTADOS

52. A seguir, detalham-se os resultados obtidos pelos levantamentos de auditoria realizados em 2005, tanto na metodologia tradicional quanto na do projeto Reforme, totalizando 415 fiscalizações realizadas.

53. Dos 225 Levantamentos de Auditoria previstos para o Fiscobras foram realizados 220 pelas Unidades Técnicas da sede do Tribunal e dos Estados. O cancelamento dos cinco levantamentos foi justificado pelas Secex junto à Adfis. Quanto ao Reforme, dos 52 levantamentos previstos, 47 foram realizados, tendo sido cancelados 5 pela Adfis a pedido das regionais. Já no módulo OFO, foram realizadas 4 auditorias. A distribuição desses levantamentos, por Unidades Federadas, é mostrada no quadro a seguir:

LEVANTAMENTOS DE AUDITORIA (FISCOBRAS, REFORME e OFO) POR UF

FISCOBRAS – FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM 2005					
SECEX	FISCOBRAS	REFORME		OFO	TOTAL
		ACOMPANHAMENTOS	IN LOCO		
AC	4	0	0	0	4
AL	3	2	1	0	6
AM	10	8	2	0	20
AP	5	0	0	0	5
BA	15	5	2	0	22
CE	9	5	2	0	16

DF*	7	46	6	0	13
ES	8	0	1	0	9
GO	10	5	3	1	19
MA	6	4	1	0	11
MG	14	11	5	0	30
MS	3	0	0	0	3
MT	5	0	0	0	5
PA	9	0	0	0	9
PB	3	1	1	0	5
PE	7	7	2	0	16
PI	7	4	1	0	12
PR	8	2	1	0	11
RJ	20	28	11	1	60
RN	6	2	1	1	10
RO	8	0	0	0	8
RR	2	0	0	0	2
RS	14	4	2	0	20
SC	10	4	1	0	15
SE	7	1	1	0	9
SP	11	5	3	1	20
TO	9	0	0	0	9
Total	220	144	47	4	415

Obs.: *Incluídos no DF os acompanhamentos de abrangência nacional.

54. Como se pode observar, essas 415 fiscalizações abrangeram todos os estados da federação e o Distrito Federal, atendendo, pois, ao critério de regionalização das auditorias determinado pela LDO/2006. Além disso, contemplam as mais relevantes funções e subfunções orçamentárias detentoras de recursos Orçamento Geral da União - OGU em 2005, conforme demonstram os quadros a seguir:

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FISCOBRAS 2005

Função	%(Qtd. Fisc./Total)	Dotações 2005	%(Qtd. Fisc./Total)
Transporte	45,0%	R\$ 4.148.301.177,00	21,4%
Energia	13,3%	R\$ 11.885.517.335,00	61,4%
Gestão Ambiental	6,3%	R\$ 766.200.468,00	4,0%
Urbanismo	4,4%	R\$ 474.602.708,00	2,5%
Agricultura	2,6%	R\$ 97.248.547,00	0,5%
Saúde	2,2%	R\$ 164.783.780,00	0,9%
Defesa Nacional	1,5%	R\$ 241.670.632,00	1,2%
Ciência e Tecnologia	1,1%	R\$ 48.010.266,00	0,2%
Cultura	1,1%	R\$ 38.368.194,00	0,2%
Demais	22,5%	R\$ 1.483.045.206,00	7,7%
Total	100,0%	R\$ 19.347.748.313,00	100,0%

Obs.: a) Identificadas apenas funções com mais de 2 fiscalizações em 2005; b) "Demais: fiscalizações distribuídas em diversas funções, ex.: Administração, Organização Agrária, Judiciária, Direitos da Cidadania.

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES POR SUBFUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FISCOBRAS 2005

Subfunção	% (Qtd. Fisc / Total)	Dotações 2005	% (Qtd. Dotação / Total)
Transporte Rodoviário	40,6%	R\$ 3.650.281.477,00	18,9%
Energia Elétrica	8,9%	R\$ 2.065.718.314,00	10,7%
Recursos Hídricos	6,3%	R\$ 766.200.468,00	4,0%
Petróleo	3,7%	R\$ 9.482.777.781,00	49,0%
Administração Geral	3,7%	R\$ 1.244.427.376,00	6,4%
Transporte Hidroviário	3,7%	R\$ 465.789.400,00	2,4%
Transportes Coletivos Urbanos	2,6%	R\$ 372.993.908,00	1,9%
Irrigação	2,6%	R\$ 97.248.547,00	0,5%
Infra-Estrutura Urbana	2,2%	R\$ 110.256.800,00	0,6%
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1,1%	R\$ 48.010.266,00	0,2%

Demais	24,6%	R\$ 1.044.043.976,00	5,4%
Total	100,0%	R\$ 19.347.748.313,00	100,0%

Obs.: a) Identificadas apenas as subfunções com 3 ou mais fiscalizações; b) "Demais": fiscalizações distribuídas em diversas subfunções, destacando-se: Transportes Especiais, Transporte Aéreo, Transporte Ferroviário ; c) "Sem Dotação em 2005": fiscalizações de obras do Anexo VI da LOA/2005, obrigatórias em razão da LDO/2006, embora sem dotação na LOA/2005.

55. A exemplo de 2004, verifica-se que a função Transporte, com destaque para a subfunção Transporte Rodoviário, é a mais expressiva em quantidade de fiscalizações: 45% das auditorias foram realizadas na função "Transporte", correspondendo a cerca de R\$ 4,14 bilhões em dotações. Já a subfunção "Transporte Rodoviário" responde por mais de 40% das fiscalizações, alcançando cerca de R\$ 3,7 bilhões em dotações no OGU/2005.

56. A função "Energia" situa-se em segundo lugar, com mais de 13% das fiscalizações. No entanto, esse setor apresenta o maior volume de recursos em dotações orçamentárias fiscalizadas em 2005, R\$ 11,9 bilhões, resultado da inclusão, pelo terceiro ano consecutivo de projetos especiais detalhados adiante, cujas dotações alcançam R\$ 9,5 bilhões (10 fiscalizações na subfunção Petróleo). Esses valores evidenciam o atendimento ao critério de materialidade para as fiscalizações, determinado na LDO/2006.

57. As duas subfunções com maior número de fiscalizações em 2004 continuam responsáveis pelo maior número de fiscalizações em 2005: Transporte Rodoviário e Energia Elétrica. As demais alternam-se em número de fiscalizações ao longo do tempo. Outras subfunções de relevância nesse contexto (excetuando-se a já citada Petróleo) são as de Recursos Hídricos, Transporte Hidroviário, Administração Geral, Transportes Coletivos Urbanos e Irrigação.

59. Ainda acerca da distribuição das fiscalizações, agora sob a ótica dos programas orçamentários, verifica-se a seguinte disposição:

DISTRIBUIÇÃO DE FISCALIZAÇÕES POR PROGRAMAS - FISCOBRAS 2005

PROGRAMA	% (Qt. Fisc / Total)	Dotações
Manutenção da Malha Rodoviária Federal	18,8%	R\$ 1.645.172.937,00
Proágua Infra-estrutura	4,8%	R\$ 193.801.187,00
Corredor Mercosul	4,4%	R\$ 590.671.800,00
Corredor Araguaia-Tocantins	4,4%	R\$ 472.662.300,00
Corredor Leste	3,7%	R\$ 465.974.000,00
Corredor Nordeste	3,7%	R\$ 331.806.400,00
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	3,3%	R\$ 972.539.003,00
Corredor Fronteira Norte	3,0%	R\$ 209.903.000,00
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	2,6%	R\$ 372.993.908,00
Corredor Oeste-Norte	2,6%	R\$ 186.340.980,00
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	2,6%	R\$ 97.248.547,00
Oferta de Petróleo e Gás Natural	2,2%	R\$ 8.740.219.741,00
Apoio Administrativo	1,8%	R\$ 1.100.101.937,00
Corredor Transmetropolitano	1,8%	R\$ 144.699.960,00
Demais	24,4%	R\$ 3.823.612.613,00
Sem Dotação em 2005	15,9%	R\$ 0,00
Total	100,0%	R\$ 19.347.748.313,00

Obs.: * Os subtítulos sem dotação constam do Anexo VI da LOA/2005 e devem ser fiscalizados pelo Tribunal, em razão de comando inserido na LDO/2006.

1) Listados apenas programas com mais de 4 fiscalizações;

2) "Demais": fiscalizações em diversos programas, ex.: Refino de Petróleo, Energia na Região Norte, Energia na Região Nordeste, Energia nos Sistemas Isolados, Corredor São Francisco, Mobilidade Urbana.

60. São destaques em quantidade de fiscalizações: Manutenção da Malha Rodoviária Federal, Pró-Água Infra-estrutura, Corredor Mercosul, Corredor Araguaia-Tocantins, Corredor Leste e Corredor Nordeste, com dez fiscalizações ou mais.

61. O quadro a seguir demonstra a representatividade das Unidades Orçamentárias entre os subtítulos fiscalizados.

TC - 009.891/2005-0

COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS NAS FISCALIZAÇÕES DE OBRAS EM 2005

<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>% (Qtd. Fisc / Total)</i>
<i>Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT</i>	<i>48,3%</i>
<i>Ministério da Integração Nacional</i>	<i>9,6%</i>
<i>Petróleo Brasileiro S.A.</i>	<i>5,2%</i>
<i>Departamento Nacional de Obras Contra as Secas</i>	<i>3,7%</i>
<i>Companhia Brasileira de Trens Urbanos</i>	<i>2,6%</i>
<i>Ministério das Cidades</i>	<i>2,6%</i>
<i>Fundo Nacional de Saúde</i>	<i>2,2%</i>
<i>Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.</i>	<i>2,2%</i>
<i>Furnas Centrais Elétricas S.A.</i>	<i>1,8%</i>
<i>Demais</i>	<i>21,8%</i>
Total	100,0%

Obs: a) Identificadas apenas as UOs com mais de 4 fiscalizações; b) Demais: 59 fiscalizações em 39 UOs, ex.: Eletrobras Termonuclear S.A., CHESF, Ministério do Esporte, Agência Espacial Brasileira, VALEC, Fundo Aeronáutico e Fundação Oswaldo Cruz.

62. Completando a exposição sobre o perfil das obras fiscalizadas, pode-se visualizar, no quadro a seguir, a distribuição das fiscalizações considerando-se o tipo de obra :

Tipo de Obra	%
Rodovia - Construção	15,5%
Rodovia - Restauração	14,4%
Rodovia - Duplicação	9,6%
Obras Especiais	5,9%
Edificação - Edifícios Administrativos	5,5%
Infra-Estrutura Urbana	5,5%
Rodovia - Conservação	4,8%
Ferrovias, Metropolitano e Trem Urbano	4,4%
Irrigação	4,4%
Usina Termelétrica	3,7%
Adutora	3,3%
Linha de Transmissão/Distribuição de Energia Elétrica	3,3%
Porto	3,0%
Barragem/Açude	3,0%
Edificação - Hospitais	2,2%
Pontes e Viadutos	1,8%
Edificação - Outros Edifícios	1,8%
Aeroporto	1,5%
Edificação - Escolas	1,1%
Hidrovia	1,1%
Hidrelétrica	1,1%
Edificação - Presídios	0,7%
Dragagem e Derrocamento	0,7%
Canal	0,7%
Oleoduto/Gasoduto	0,4%
Outras Obras de Arte Especiais	0,4%
Total	100,0%

63. Conforme o quadro acima, as obras rodoviárias predominam (46,5%), seguidas das obras hídricas (15,5% - irrigação, barragens, adutoras, portos, hidrovias e canais), edificações (11,4%) e obras elétricas (8,1% - hidrelétricas, linhas de transmissão, subestações, usinas termelétricas). Essa distribuição vem-se mantendo nos últimos anos, observando-se, apenas, oscilações entre as posições ocupadas pelos tipos de edificações e obras elétricas.

TC - 009.891/2005-0

VI.1.1. INDÍCIOS APONTADOS

64. Realizados os trabalhos, os achados referentes aos Levantamentos de Auditoria (Fiscobras, Reforme e OFO) foram classificados em "com indícios de": "irregularidades graves" e "outras irregularidades". As fiscalizações em que não foram encontrados indícios ou falhas foram classificadas como "sem ressalvas". Essas classificações decorrem de comando inserido no já citado Acórdão N° 171/2003-TCU-Plenário e na Decisão n° 97/2002-Plenário. A distribuição da incidência desses indícios encontra-se demonstrada no quadro abaixo.

**Indícios de Irregularidades Fiscobras - 2005:
(Situação na data da conclusão dos levantamentos - 29/07/2005)**

Atendimento à LDO/2006	Indícios apontados	N° Fiscalizações	%
Indícios que atendem ao art. 102, § 1º, IV (LDO/2006)	Irregularidades Graves - P (IG-P) - que recomendam a paralisação da obra, contrato, etc.	81	19,5%
Indícios que não atendem ao art. 102, § 1º, IV (LDO/2006).	Irregularidades Graves - C (IG-C), que não recomendam a paralisação da obra, contrato, etc.	87	21,0%
	Outras Irregularidades	38	9,1%
Fiscalizações sem Ressalvas		65	15,7%
Acompanhamentos via sistema		144	34,7%
Total		415	100,0%

Obs.: 1) A subdivisão dos indícios de irregularidades graves foi instituída em 2003, atendendo ao item 9.2 do Acórdão N° 171/2003-TCU-Plenário que se baseou no art. 86, § 2º da LDO/2003.
2) A situação acima refere-se ao final das fiscalizações (29/07/2005) e vai sendo alterada, à medida que os processos são apreciados pelo Plenário do Tribunal.

65. Como se observa, foram apontados indícios de irregularidades graves (IG) em 168 fiscalizações, sendo 81 com indícios de irregularidades graves que recomendam paralisação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos (IG-P) e 87 com indícios que, apesar de graves, não recomendam essa paralisação (IG-C). Em 38 fiscalizações foram detectados indícios de outras irregularidades, e em 65 não houve registro de quaisquer indícios de irregularidades.

66. Convém lembrar que o cenário de indícios refere-se à situação existente em 29/07/2005. Em face da dinâmica que caracteriza os procedimentos do Tribunal em relação ao exame das matérias relacionadas com Levantamentos de Auditoria de obras, apreciando diversos feitos por sessão e podendo, inclusive, deliberar pelo saneamento dos indícios inicialmente apontados, necessário se torna atualizar a posição dos respectivos processos até a sessão que aprovar a remessa da documentação ao Congresso Nacional.

67. Os Levantamentos de Auditoria apontaram indícios de irregularidades graves (IG-P e IG-C) em 40,5% dos subtítulos examinados (19,5% IG-P e 21,0% IG-C), constatando-se a manutenção do patamar de indícios de irregularidades graves verificado no exercício anterior.

68. Especificamente em relação às Unidades Orçamentárias que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves, a relação entre o n.º de subtítulos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios pode ser observada na tabela a seguir, para as UOs de maior representatividade nas fiscalizações de 2005:

Unidade Orçamentária	Qtd. Fisc.	Qtd. Fisc. c/ IG	% IG	Qtd. Fisc c/ IGP	% de IGP	Qtd. Fisc c/ IGC	% IGC
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	9	9	100,0%	6	66,7%	3	33,3%
Ministério da Integração Nacional	26	18	69,2%	13	50,0%	5	19,2%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	7	3	42,9%	3	42,9%	0	0,0%

TC - 009.891/2005-0

Furnas Centrais Elétricas S.A.	5	4	80,0%	2	40,0%	2	40,0%
Fundo Nacional de Saúde	6	5	83,3%	2	33,3%	3	50,0%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	6	3	50,0%	2	33,3%	1	16,7%
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	131	75	57,3%	39	29,8%	36	27,5%
Ministério das Cidades	7	2	28,6%	2	28,6%	0	0,0%
Petróleo Brasileiro S.A.	14	14	100,0%	1	7,1%	13	92,9%
a) IG: indícios de irregularidades graves que englobam IG-P (recomendam a paralisação cautelar da obra, contrato ou serviço); IG-C (que não recomendam essa paralisação), conforme Acórdão 171/2003-Plenário.							
b) Identificadas apenas as UOs com mais de 2 fiscalizações.							
c) Relatório ordenado por % de IG-P.							
d) Legenda: % de IG = n° de fiscalizações da UO com IG / n° total de fiscalizações da UO (e assim por diante).							
e) Posição em 29/07/2005.							

69. Observa-se que os maiores percentuais de IG-P ocorrem nas obras de recursos hídricos (DNOCS e MIN). No entanto, em termos absolutos, o DNIT lidera a lista, com 39 obras com indícios de IG-P, que correspondem a um percentual de quase 30%. Em 2003 e 2004, as primeiras colocações nesse quesito se distribuíam entre DNIT, MIN e DNOCS. Já em 2005, o DNOCS assumiu a primeira colocação, seguido pelo MIN e pela CBTU.

70. Concluindo a exposição a respeito das ocorrências de indícios de irregularidades nas fiscalizações de obras em 2005, o demonstrativo abaixo apresenta a quantidade de fiscalizações em que foram apontados indícios de irregularidades graves que recomendam a paralisação, de acordo com o que prescreve o Manual do Fiscobras 2005, aprovado pela Portaria-SEGECEX N° 5, de 28 de março de 2005.

Fiscobras 2005 - Tipo de Irregularidade Grave Categoria "P" (IG-P) - Fiscobras 1, Reforme e OFO	N° de Fiscalizações
Sobrepço	32
Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental	20
Demais irregularidades graves no processo licitatório	20
Superfaturamento	17
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente	14
Alterações indevidas de projetos e especificações	12
Administração irregular de contratos	11
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário	10
Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente ocasionando possível nulidade do processo licitatório ou do contrato	7
Execução orçamentária irregular	7
Demais irregularidades graves na administração do contrato	6
Sub-rogação/ subcontratação irregular de contrato	6
Descumprimento de deliberações do TCU	6
Celebração irregular de contratos	6
Restrição ao caráter competitivo da licitação	6
Medição/ pagamento de serviços não realizados	6
Irregularidades graves em preços ou pagamentos	4
Contratação sem a regular licitação	4
Reajustamento irregular	4
Ausência de planilha orçamentária de quantitativos e preços unitários referentes ao projeto básico e/ou executivo	4
Ausência, no edital, de critério de aceitabilidade de preços máximos	4
Termo aditivo superior aos limites legais sem atendimento à Dc. 215/99-P	3
Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental com risco de dano ao erário	2
Acréscimo do valor contratual superior ao limite legal	2
Desvio de finalidade	2
Desapropriações ilegais com risco de dano ao erário	2
Modalidade indevida de licitação	2
Alterações indevidas de projetos e especificações com risco de dano ao erário	1

TC - 009.891/2005-0

Ausência de justificativa para preços acima dos de sistemas de referência, conforme determinado na LDO	1
Celebração irregular de convênios	1
Deficiência grave de fiscalização/supervisão	1
Execução irregular de convênios	1
Execução/pagamento de serviços não previstos no contrato	1
Irregularidade grave na execução do convênio com risco de dano ao erário	1
Omissão no dever de prestar contas	1
Desvio de objeto	1
TOTAL	228
Obs. Em uma fiscalização, o mesmo tipo de IGP pode ocorrer diversas vezes. Para o quadro acima, considerou-se um tipo de IGP por fiscalização, mesmo que essa fiscalização tenha mais de uma ocorrência por tipo, ex.: a fiscalização pode ter apontado três indícios de sobrepreço em contratos diferentes. Nesse caso, conta-se apenas um indício de sobrepreço nessa fiscalização.	

71. Os resultados acima expostos evidenciam o elevado custo de obras públicas como a principal vertente a ser atacada. Com efeito, nas 271 fiscalizações realizadas in loco, registraram-se 32 ocorrências de sobrepreço (maior número de ocorrências), e 17 de superfaturamento, perfazendo cerca de 21% do total de 228 IG-P identificadas. Esse fato demonstra a necessidade de empreender ações para dotar a administração pública de instrumental eficiente para a análise do custo de suas obras, restringindo esses custos aos limites do mercado. Entretanto, os instrumentos atualmente disponíveis precisam ser aprimorados, senão vejamos:

- SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil, da Caixa Econômica Federal, abrangendo basicamente edificações e saneamento. Embora as últimas LDO contenham determinação expressa para que o sistema abranja outros segmentos - rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, barragens, irrigação, linhas de transmissão -, na prática, o SINAPI continua como há cinco anos, ou seja, não ampliou sua base de dados.
- SICRO - Sistema de Custos Rodoviários do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT, versando sobre custos de rodovias (terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes, obras de arte especiais). Trabalhos realizados ultimamente no Tribunal têm identificado oportunidades de melhoria, como estudos atualizados para coeficientes de produtividade de equipamentos, inserção de novos serviços de modo a adequá-los às novas tecnologias de construção, entre outras.
- Obras Hídricas - Diversos órgãos não disponibilizam suas composições de custo para serem utilizadas como referências nas licitações que promovem. Diferente é o caso do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, que, atendendo a determinação do Tribunal, refez seu sistema de custos e passou a disponibilizá-lo na internet. Os resultados, entretanto, não foram considerados satisfatórios, como demonstra o voto do Exm. Ministro Relator, Augusto Sherman Cavalcanti, que instruiu o Acórdão nº 178/2005, em parte abaixo transcrito:

".....
 Ora, não basta que o referido sistema seja implementado se não houver meios de garantir a atualização constante de suas informações, dadas as dificuldades inerentes à capacidade administrativa dos setores envolvidos. E é exatamente nesse sentido que já havia sido determinado, na alínea I-b da Decisão 1.017/2001-P, que essa autarquia promovesse as condições necessárias à manutenção do serviço, incluindo recursos humanos e materiais
"

72. Preocupada com essa questão, a Secob deverá inserir entre suas prioridades a realização de auditorias operacionais nos principais sistemas de custos de obras públicas ora disponíveis, com o objetivo de diagnosticar a situação atual, levantar as deficiências e propor as correspondentes correções.

VII. ABRANGÊNCIA DAS FISCALIZAÇÕES

73. Em 2005, foi mantida a prática de incluir na seleção de obras a serem fiscalizadas os grandes empreendimentos na área de energia, a exemplo do que havia sido feito em 2004, e os chamados projetos genéricos, que abrigam diversas obras num só Programa de Trabalho (PT).

74. O primeiro grupo, denominado Projetos Especiais, é constituído de obras de maior complexidade, envolvendo elevadas dotações orçamentárias e executadas pela Petrobras. Em 2005, fiscalizaram-se 10 programas de trabalho desse tipo, com dotação total de R\$ 9,5 bilhões, representando

TC - 009.891/2005-0

cerca de 49% do valor total dos recursos auditados. O quadro a seguir relaciona essas fiscalizações em 2005:

Projetos Especiais - Petrobras	
Obra	Dotação/2005
Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD) - Na Região Sudeste	R\$ 5.179.520.070,00
Manutenção e Recuperação da Produção de Óleo e Gás Natural-Região Nordeste	R\$ 1.785.684.031,00
Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ)	R\$ 49.922.983,00
Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural - Marlim Sul /RJ	R\$ 564.828.084,00
Manutenção da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural	R\$ 595.274.457,00
Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional	R\$ 564.990.116,00
Obras na Refinaria Gabriel Passos - MG	R\$ 126.774.000,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria do Vale do Paraíba / SP	R\$ 227.094.000,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria Pres. Getúlio Vargas (REPAR)/PR	R\$ 98.690.000,00
Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional	R\$ 290.000.040,00
Total	R\$ 9.482.777.781,00

75. Com respeito aos PT genéricos, em 2005, mantendo a sistemática utilizada em 2004, o Tribunal selecionou cerca de 30 subtítulos contemplando elevadas dotações orçamentárias. O quadro a seguir mostra alguns desses subtítulos auditados neste exercício:

Descrição do Programa de Trabalho	Dotação 2005
Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional	R\$ 527.985.874,00
Manutenção de Serviços Administrativos - Nacional	R\$ 370.393.727,00
Projetos de Assentamento Rural em Implantação - Nacional	R\$ 140.300.000,00
Reforços no Sistema de Transmissão nas Áreas dos Estados do Rio de Janeiro (RJ) e do Espírito Santo (ES), na Região Sudeste	R\$ 138.115.663,00
Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA) no Estado da Bahia	R\$ 124.352.109,00
Instrução Militar e Adestramento do Exército-Nacional	R\$ 123.631.955,00
Total	R\$ 1.424.781.333,00

76. Pela própria premissa da metodologia Reforme - o cadastramento dos contratos no Siasg - a abrangência das fiscalizações realizadas com base nessa metodologia teve que ser adstrita aos contratos inseridos naquele sistema, o quê, a princípio, restringe a amostra a ser auditada aos contratos firmados pela Administração Direta, então disponíveis no sistema. Com a disseminação do uso do Siasg, deixará de ser necessário selecionar PT genéricos, pois eventuais contratos de vulto poderão ser selecionados pelo método do Reforme.

VIII. LEVANTAMENTOS DE PROCESSOS

77. Com vistas ao cumprimento do § 3º do art. 103 da LDO 2006, foi elaborado o Anexo III, que traz informações sobre indícios de irregularidades graves em obras públicas constantes de processos autuados no TCU, com o detalhamento de informações sobre a execução das respectivas obras.

78. Para cadastramento dessas informações, somente foram consideradas obras em andamento com valor superior a R\$ 2 milhões, apresentando indícios de irregularidades graves categoria "P" (IG-P - paralisação), cujos processos estejam abertos e que não façam parte dos Levantamentos de Auditoria do Fiscobras, Reforme ou OFO.

79. Em 2005, apenas um processo atendeu aos parâmetros citados: Barragem do Rangel, em Redenção do Gurguêia - PI. Observa-se redução em relação aos 3 processos informados em 2004.

80. Essa redução encontra-se dentro do esperado, pois os 3 processos informados em 2004 foram incluídos no Anexo VI da LOA/2005, tendo sido, por consequência, auditados no módulo Levantamento de Auditoria do Fiscobras I (Tradicional), por força do já mencionado § 2º do art. 103 da LDO/2006.

TC - 009.891/2005-0

IX. CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DO FISCOBRAS, REFORME, OFO e LEVANTAMENTO DE PROCESSOS

81. O quadro abaixo apresenta a consolidação dos resultados de 2005, com respeito aos indícios de irregularidades graves (situação em 31/08/2005).

Metodologia	Indícios de IG-P* (com paralisação)	Indícios de IG-C ** (sem paralisação)	Indícios de IG-P + IG-C
	Qt.	Qt.	Qt.
Fiscobras	79	60	139
Reforme	1	25	26
OFO	1	2	3
Levantamento de Processos	1		
Total	81	87	168

* Indícios de irregularidades graves que atendem ao disposto no art. 102, § 1º, IV, LDO/2006 (recomendam a paralisação de obra, contrato, etc.);

** Indícios de irregularidades graves que não atendem ao disposto no art. 102, § 1º, IV, LDO/2006 (não recomendam paralisação de obra, contrato, etc.);

*** Percentuais e totais calculados expurgando-se o Levantamento de Processos, por se tratar de fiscalização realizada em exercícios anteriores.

X. DECRETOS LEGISLATIVOS

82. O Congresso Nacional editou diversos Decretos Legislativos liberando a execução física, financeira e orçamentária de obras que constaram do Anexo de obras irregulares da respectiva Lei Orçamentária Anual. Esses decretos contêm determinação ao Tribunal para acompanhar o cumprimento das determinações que possibilitaram a liberação da obra, contrato, convênio, subtrecho ou parcela.

83. A Portaria nº 14-SEGECEX, de 23 de junho de 2004, definiu procedimentos a serem adotados pelas unidades subordinadas à Secretaria-Geral de Controle Externo para atendimento aos decretos legislativos do Congresso Nacional que fixam determinações ao Tribunal de Contas da União em matéria atinente à fiscalização de obras públicas.

84. Assim, com respeito aos decretos legislativos 7, 8, 9, 10, 11, 13 e 16 de 2004 e 1, 2, 3, 5, 6, 7, 11 e 13 de 2005, que contêm determinações ao Tribunal, as equipes de auditoria manifestaram-se a respeito e elaboraram os relatórios que se encontram no Anexo VI desta instrução.

XI. BENEFÍCIOS DAS FISCALIZAÇÕES

85. O trabalho de fiscalização em obras públicas realizado pelo Tribunal traz diversos benefícios para a sociedade, todos com vistas a possibilitar a conclusão dos empreendimentos nos padrões de prazo, preço e qualidade necessários.

86. No curso dos trabalhos, conforme relatórios em anexo, foram identificados diversos tipos de falhas e indícios de irregularidades que devem ser corrigidos de forma tempestiva, visando a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos.

87. Para cada indício de irregularidade, o Tribunal oferece o direito de defesa aos responsáveis envolvidos e às empresas contratadas, para, após a análise das justificativas, formular as determinações atinentes ao saneamento das questões suscitadas, dentre as quais destacamos: correção de valores de referência de serviços estabelecidos pela administração no edital de licitação; aprimoramento dos projetos básicos e executivos antes da execução dos serviços; ajuste de preços contratados aos preços de mercado; retenção de valores para serviços executados em desconformidade com as normas; e aprovação das licenças exigidas pelos órgãos competentes.

88. Consoante registro das equipes de fiscalização em sistema interno do Tribunal, o montante dos benefícios ao erário alcançados pelos trabalhos em obras no exercício de 2005 atinge centenas de milhões de reais.

88.1 Especial destaque deve ser dado às auditorias realizadas nos processos de contratação das obras da BR-101/Trecho Norte e da Transposição do Rio São Francisco, que resultaram em redução de R\$ 500 milhões no valor previsto para as obras em face das correções implementadas pelos gestores.

88.2 Cabe acrescentar que benefícios complementares deverão surgir no curso do processo legal, visto que o Tribunal aguarda a justificativa dos responsáveis para formular, caso necessário, determinações corretivas.

89. Além disso, existe uma série de outros benefícios de difícil quantificação, mas que são de extrema importância para o adequado andamento dos empreendimentos auditados. Devemos destacar as determinações corretivas tempestivamente feitas pelo TCU, que evitam posteriores pedidos de

TC - 009.891/2005-0

acréscimos contratuais pelas empresas, em face de alterações de projeto e de novos serviços, as quais, por vezes, chegam a inviabilizar a execução do empreendimento, ocasionando obras inacabadas.

XII. CONCLUSÃO

90. Como tem ocorrido desde 1997, o Tribunal concluiu dentro do prazo e atendendo a padrões adequados de qualidade, todos os levantamentos de auditoria de obras públicas integrantes da amostra de 2005. Foram mais de 400 fiscalizações, no período de 5 meses, envolvendo cerca de 350 analistas.

91. O quadro a seguir mostra a evolução do volume de recursos auditados entre 1997 e 2004, não considerados os valores referentes aos contratos do Reforme, mantendo-se a sistemática utilizada em 2003.

QUANTIDADE DE FISCALIZAÇÕES E VOLUME DE RECURSOS ENVOLVIDOS

ANO	Nº DE OBRAS FISCALIZADAS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANUAIS (R\$ BILHÕES)
1997	96	2,20
1998	110	1,97
1999	135	1,75
2000	197	4,29
2001	319	7,51
2002	435	14,3
2003	421	14,4
2004	414	19,5
2005	415	19,3

92. Observe-se que os 415 subtítulos objeto de Levantamentos de Auditoria respondem por, aproximadamente, R\$ 19,3 bilhões em dotações na LOA 2005, valor semelhante ao auditado em 2004 (R\$ 19,5 bilhões), que correspondeu a 414 subtítulos.

93. Encontram-se, pois, concluídos os trabalhos desenvolvidos em cumprimento ao Acórdão nº 192/2005-Plenário e ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO/2006, achando-se em anexo a este Relatório as informações detalhadas relativas à fiscalização de obras em 2005.

94. Para efeito de apresentação ao Congresso Nacional, os relatórios foram divididos em seis anexos com o seguinte conteúdo:

- Anexo I - Contendo os dados básicos sobre os Levantamentos de Auditoria de que tratam os Anexos II e III, contemplando o número, a descrição e a situação de cada programa de trabalho fiscalizado, a unidade orçamentária responsável, os valores orçados e liquidados no presente exercício, os valores que restam para completar a obra e a presença ou não de indícios de irregularidades graves e de outras irregularidades;
- Anexo II - Contendo os relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria nos quais foram apontados indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-P), inclusive de outros processos com irregularidades graves em tramitação no Tribunal (capítulo VIII);
- Anexo III - Contendo os relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria, nos quais não há indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006, divididos em 4 tomos:
 - Tomo 1 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações, nas quais, inicialmente havia indícios de irregularidades graves categoria "P", mas cujos indícios foram saneados por acórdão do Tribunal;
 - Tomo 2 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de irregularidades graves não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-C);
 - Tomo 3 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de outras irregularidades (OI), não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006;
 - Tomo 4 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais não foram apontados quaisquer indícios de irregularidades (SR);
- Anexo IV - Acompanhamentos de Obras via sistemas, por meio da Metodologia Reforme, contendo resumo das informações pesquisadas eletronicamente concernentes aos contratos não selecionados para fiscalização *in loco*.

TC - 009.891/2005-0

- *Anexo V - Relatórios de Inspeções realizadas em razão de Decretos Legislativos do Congresso Nacional.*"

3. Finalizando o relatório técnico, a Secob formulou propostas de encaminhamento conforme síntese que faço adiante:

a) autorizar a remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional das informações constantes dos anexos a este processo, dos relatórios sintéticos de levantamentos de auditoria, em meio digital, atualizados com os acórdãos proferidos até a presente Sessão Plenária, bem como do acórdão, relatório e voto a serem proferidos nestes autos;

b) encaminhar cópia dos referidos anexos, bem como do acórdão, relatório e voto a serem proferidos nestes autos, aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das comissões de fiscalização das Casas do Congresso Nacional;

c) determinar aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal o encaminhamento ao TCU de cópia do demonstrativo previsto no artigo 20, caput, da LDO/2006, no prazo de 15 dias;

d) determinar à Secob que dê seqüência aos trabalhos de planejamento e organização das fiscalizações de 2006, iniciando, para tanto, estudos sobre a Proposta Orçamentária da União para o próximo exercício;

e) determinar à Setec que, com o apoio técnico da Secob, implemente as sugestões de melhoria colhidas em 2005 no Sistema Fiscobras;

f) arquivar os autos.

É o Relatório.

VOTO

Trago à apreciação deste Plenário o trabalho que anualmente vem sendo desenvolvido em atendimento às disposições das sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, consistente na consolidação dos levantamentos de auditoria em obras públicas realizadas no curso do ano, objetivando encaminhar informações ao Congresso Nacional, como subsídio às atividades de alocação dos recursos orçamentários para o ano seguinte.

2. Essa incumbência decorre do disposto no art. 103 da LDO/2006, Lei n. 11.178, de 20/09/2005, publicada na data de hoje, em edição especial do Diário Oficial da União. Eis o teor do dispositivo legal:

"Art. 103. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da proposta orçamentária, informações recentes sobre a execução físico-financeira das obras que tenham sido objeto de fiscalização, inclusive na forma de banco de dados."

3. O trabalho ora trazido à apreciação do Plenário, fruto da confluência dos esforços do corpo técnico, de dirigentes e dos julgadores desta Casa, traduz uma atividade que considero das mais relevantes do Controle Externo, por meio da qual se expressa o importante papel do Tribunal de Contas da União no apoio prestado ao processo decisório legislativo, notadamente no campo da orçamentação pública.

4. Previamente ao exame das questões específicas tratadas nestes autos, gostaria de tecer breves comentários acerca da atuação do Tribunal no controle dos orçamentos públicos, área na qual se contextualiza a matéria trazida à apreciação do Plenário.

5. A fiscalização exercida pelo controle externo integra a estrutura de todos os Estados Democráticos de Direito, entendido esse como uma evolução histórica na forma de organização política da sociedade, decorrente da luta contra os estados absolutistas e ditatoriais.



TC – 009.891/2005-0

6. Imanente à existência de um Estado Democrático de Direito é a forma como se dá a distribuição e organização dos poderes, bem como a definição da parcela de atribuição que cabe a cada um. É a clássica teoria da separação dos poderes que, através da obra de Montesquieu, incorporou-se à noção de constitucionalismo e foi concebida para assegurar a liberdade dos indivíduos e a prevalência da vontade da maioria.

7. O sistema de separação dos poderes está intimamente associado à idéia de Estado Democrático, chegando-se mesmo a afirmar a impossibilidade da democracia sem essa separação, porquanto a acumulação de todos os poderes em uma mão única seria a negativa da própria democracia.

8. No contexto dessa separação de poderes, ou de funções do Estado, como preferem alguns doutrinadores, é que se justifica a especialização de um órgão para o exercício de uma das funções do Poder Legislativo, que, logo em seguida à atribuição principal de produzir as normas, é a importantíssima função do exercício do controle externo dos três poderes da União.

9. Como essa função de controle externo cabe originalmente ao Legislativo, que, como é sabido, reveste-se de essencial natureza política, necessário se faz amenizar essa influência, mediante a especialização de um órgão que garanta uma apreciação técnica das contas públicas. Por isso, o Poder Constituinte de 1988, reforçando a idéia original de Ruy Barbosa, ampliou as competências do organismo específico para essa atuação, ou seja, este Tribunal de Contas da União, conferindo-lhe os poderes e as atribuições que viabilizam o desempenho da função do controle.

10. No momento em que o Tribunal realiza os levantamentos de auditoria de obras públicas e, em especial relevo, quando aprecia a consolidação desses trabalhos e encaminha as informações ao Congresso Nacional, como está sendo feito nesta oportunidade, opera-se um relacionamento de caráter funcional entre a Corte de Contas e o Parlamento, em que as duas instituições adotam coordenação mútua de modo a buscar a plena eficácia no exercício da atividade fiscalizadora.

11. Cria-se, assim, um sofisticado mecanismo de controle que vem se mostrando capaz de coibir a malversação de recursos públicos em área de atuação governamental estratégica e materialmente relevante: as obras públicas. O mérito desse mecanismo, a meu ver, é a amplitude com que a fiscalização se opera, percorrendo todas as fases do ciclo orçamentário.

12. Efetivamente, desde a arrecadação até o gasto público existe um ciclo a ser cumprido, que se inicia com a elaboração e votação do orçamento, passando pela criação de leis que disciplinam a aplicação dos recursos e se consuma com a fiscalização legislativa quanto a regular aplicação desses recursos.

13. Assim, por esse sistema, o Poder Executivo tem a competência privativa de elaboração e envio ao Congresso das leis orçamentárias, nos termos do art. 84, inciso XXIII da Constituição, compreendendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

14. Ao Poder Legislativo é dada a competência de apreciar, discutir e votar esses projetos de leis, valendo-se, para tanto, da Comissão Mista, conforme expressa o art. 166, § 1º, da Carta Política.

15. Após aprovado o orçamento, ao Executivo incumbe executar a despesa no exercício financeiro, sujeitando-se, quando dessa execução orçamentária, à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.

16. Normalmente é na fase de execução orçamentária que se desenvolve a precípua ação fiscalizadora do Tribunal de Contas da União como órgão de controle externo, seja por meio de auditorias, seja por meio do exame dos processos de contas.

17. Mas no que diz respeito às obras públicas, essa atuação se amplia, na medida em que a Corte de Contas é chamada a colaborar com o Congresso na fase de exame da proposta orçamentária, oportunidade em que o Parlamento, valendo-se das informações produzidas pelo TCU no curso das fiscalizações ocorridas durante o exercício, decide acerca da paralisação da execução orçamentária.

TC - 009.891/2005-0

física e/ou financeira dos empreendimentos em que tenham sido verificadas irregularidades graves, até que as mesmas sejam saneadas, de acordo com o que venha a ser deliberado pelo Tribunal.

18. Outro fator que soma resultados ao controle dos gastos em obras diz respeito à publicidade e à transparência com que são conduzidos os trabalhos, seja no TCU, seja no Congresso Nacional. É a própria LDO que orienta essa publicidade, na medida em que determina a divulgação na internet das obras e serviços com indícios de irregularidades. Também o TCU disponibiliza em seu Portal Eletrônico informações detalhadas sobre os processos concernentes aos levantamentos de auditorias, numa postura que se harmoniza com o espírito de prestação de contas à sociedade das atividades de controle desempenhadas nesta Casa, fomentando a participação dos cidadãos por meio do controle social.

19. Nesse contexto, não tive dúvidas em pautar este feito em sessão ostensiva do Plenário, não havendo razão para tratamento sigiloso, mesmo porque se trata de consolidação de outras deliberações desta Casa, todas de caráter público.

20. Os bons resultados advindos dessa sistemática de fiscalização, com grandes economias para os cofres públicos e com a prevenção de potenciais danos ao erário, são mais uma vez retratados no trabalho que tenho a honra de trazer à apreciação de meus pares.

21. Feita essa digressão, concentro-me agora ao conteúdo específico da consolidação de dados e informações que consubstanciam o feito em exame.

22. Em essência, a questão central submetida a este Plenário trata de autorizar a remessa, à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, das informações consolidadas que consubstanciam os anexos a este processo, assim organizados:

Anexo I - dados básicos sobre os Levantamentos de Auditoria de que tratam os Anexos II e III, contemplando o número, a descrição e a situação de cada programa de trabalho fiscalizado, a unidade orçamentária responsável, os valores orçados e liquidados no presente exercício, os valores que restam para completar a obra e a presença ou não de indícios de irregularidades graves e de outras irregularidades;

Anexo II - relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria nos quais foram apontados indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-P), inclusive de outros processos com irregularidades graves em tramitação no Tribunal (capítulo VIII);

Anexo III - relatórios resumidos dos Levantamentos de Auditoria, nos quais não há indícios de irregularidades graves que atendam ao disposto no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006, divididos em 4 tomos:

Tomo 1 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações, nas quais, inicialmente havia indícios de irregularidades graves categoria "P", mas cujos indícios foram saneados por acórdão do Tribunal;

Tomo 2 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de irregularidades graves não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006 (IG-C);

Tomo 3 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais foram apontados indícios de outras irregularidades (OI), não enquadráveis no art. 102, § 1º, inciso IV da LDO/2006;

Tomo 4 - relatórios resumidos referentes a fiscalizações nas quais não foram apontados quaisquer indícios de irregularidades (SR);

Anexo IV - acompanhamentos de obras via sistemas, por meio da metodologia Reforme, contendo resumo das informações pesquisadas eletronicamente concernentes aos contratos não selecionados para fiscalização *in loco*;

Anexo V - relatórios de inspeções realizadas em razão de Decretos Legislativos do Congresso Nacional.

23. O trabalho assim composto atende, dentro do prazo e com os padrões de qualidade adequados, a determinação legal expressa na LDO/2006 e representa material informativo essencial.



TCU - 009.891.2005-0

para o processo decisório legislativo atinente à fixação do orçamento para o ano vindouro, estando em condições de ser aprovado por este Plenário, autorizando-se a sua remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e às demais autoridades de praxe.

24. Cumpre destacar os principais dados e números revelados pela consolidação *empreendida* pela Secob, o que passo a fazer em seguida, ressaltando, contudo, que os dados referem-se à posição de 29/07/2005, data em foram finalizadas as fiscalizações.

25. No período entre março e julho deste ano foram fiscalizadas 415 obras, de um total de 421 levantamentos e acompanhamentos inicialmente incluídos no Plano de Auditoria do 1º Semestre deste ano (Acórdão nº 192/2005-TCU-Plenário), o que representa um excelente índice de quase 99% de cumprimento do planejado. De se ressaltar que os cancelamentos ocorridos foram previamente justificados pelas unidades técnicas.

26. Desse total, foram identificados indícios de irregularidades graves em 81 empreendimentos, com indicação pela paralisação da execução orçamentária, física e/ou financeira. Em outras 87 obras também se verificaram indícios de irregularidades graves, mas sem paralisação. O percentual de fiscalizações em que o TCU logrou apurar a ocorrência de irregularidades graves situou-se, portanto, em 40,5%, sendo que 19,5% com indicativo de paralisação.

27. Tendo em vista, contudo, que a consolidação feita pela Secob referia-se à posição de 29/07, importa destacar que em razão de deliberações posteriores da Corte ou dos relatores, logrou-se identificar o saneamento de alguns contratos ocorrido em decorrência da atuação do Tribunal, o que reduziu o número de IG-P para 72, até o último levantamento constante dos anexos que serão encaminhados ao Congresso Nacional.

28. Essa circunstância, por si só, já reflete os benefícios advindos da sistemática do Fiscobras, porquanto as unidades orçamentárias vêm adotando as providências necessárias à correção das irregularidades identificadas nas auditorias. Exemplos desses benefícios são apontados pela Secob, em título específico do relatório técnico, onde se informa que *“destaque deve ser dado às auditorias realizadas nos processos de contratação das obras da BR-101/Trecho Norte e da Transposição do Rio São Francisco, que resultaram em redução de R\$ 500 milhões no valor previsto para as obras em face das correções implementadas pelos gestores.”*

29. A distribuição dos trabalhos pelo território nacional abrangeu todos os estados, atendendo a critério de regionalização determinado pela LDO/2006.

30. O volume dos recursos fiscalizados monta em R\$ 19.347.748.313,00, estando distribuído pelas seguintes funções e subfunções orçamentárias, consoante retratado nas tabelas adiante reproduzidas.

Recursos fiscalizados por função orçamentária

Função	Dotação 2005 (R\$ 1.00)
Energia	11.885.517.335,00
Transporte	4.148.301.177,00
Gestão Ambiental	766.200.468,00
Urbanismo	474.602.708,00
Defesa Nacional	241.670.632,00
Saúde	164.783.780,00
Agricultura	97.248.547,00
Ciência e Tecnologia	48.010.266,00
Cultura	38.368.194,00
Demais *	1.483.045.206,00
Total	19.347.748.313,00

* Administração, Organização Agrária, Judiciária, Direitos da Cidadania e outras

Recursos fiscalizados por subfunção orçamentária

Subfunção	Dotação 2005 (R\$ 1.00)
-----------	-------------------------

TC - 009.891/2005-0

Petróleo	9.482.777.781,00
Transporte Rodoviário	3.650.281.477,00
Energia Elétrica	2.065.718.314,00
Administração Geral	1.244.427.376,00
Recursos Hídricos	766.200.468,00
Transporte Hidroviário	465.789.400,00
Transportes Coletivos Urbanos	372.993.908,00
Infra-Estrutura Urbana	110.256.800,00
Irrigação	97.248.547,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	48.010.266,00
Demais*	1.044.043.976,00
Total	19.347.748.313,00

* Transportes Especiais, Transporte Aéreo, Transporte Ferroviário e outras

31. Merece destaque a expressiva materialidade das obras fiscalizadas no âmbito da subfunção “Petróleo”, que responde por 49% do total de recursos fiscalizados. Por essa razão, cumpre detalhar os programas que integram essa subfunção, o que é feito no quadro seguinte.

Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste (Capacidade Instalada de 1.560 mil BPD) - Na Região Sudeste	5.179.520.070,00
Manutenção e Recuperação da Produção de Óleo e Gás Natural-Região Nordeste	1.785.684.031,00
Manutenção da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural	595.274.457,00
Manutenção e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional	564.990.116,00
Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural - Marlim Sul /RJ	564.828.084,00
Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino - Nacional	290.000.040,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria do Vale do Paraíba / SP	227.094.000,00
Obras na Refinaria Gabriel Passos - MG	126.774.000,00
Modernização e Adequação da Produção - Refinaria Pres. Getúlio Vargas (REPAR)/PR	98.690.000,00
Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga (RJ)	49.922.983,00

32. A segunda subfunção mais expressiva foi “Transporte Rodoviário”, com 18,9%, o que reproduz situação também observada na consolidação de 2004.

33. Assinalo, pela relevância da informação, as unidades orçamentárias de maior representatividade nas fiscalizações de 2005, especificamente em relação àquelas que tiveram programas de trabalho com indícios de irregularidades graves, o que se encontra esquematizado na tabela seguinte, onde se pode observar a relação entre o número de empreendimentos fiscalizados e os que apresentaram tais indícios.

Unidade Orçamentária	Nº de Empreendimentos Fiscalizados	Nº de Empreendimentos com Indícios de Irregularidades Graves	Nº de Empreendimentos com Indícios de Irregularidades Graves	Nº de Empreendimentos com Indícios de Irregularidades Graves	%
Petróleo Brasileiro S.A.	14	1	13	14	100,0%
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	9	6	3	9	100,0%
Fundo Nacional de Saúde	6	2	3	5	83,3%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5	2	2	4	80,0%

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

TC - 009.891/2005-0

Ministério da Integração Nacional	26	13	5	18	69,2%
Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	131	39	36	75	57,3%
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	6	2	1	3	50,0%
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	7	3	0	3	42,9%
Ministério das Cidades	7	2	0	2	28,6%

34. Chama a atenção o fato de que todos os 14 programas de trabalho a cargo da Petrobrás apresentaram irregularidades graves, sendo que um com paralisação e treze com continuidade. A relevância dessa constatação ganha relevo considerando a materialidade dos recursos alocados na subfunção "Petróleo" que, como visto, representam 49% do total de recursos fiscalizados, perfazendo a expressiva quantia de cerca de R\$ 9,5 bilhões de reais. Essa situação mostra o acerto do Tribunal em continuar, a exemplo do ocorrido em exercícios passados, realizando seleção especial de obras nessa área, o que atende a duplo critério de seletividade: a relevância estratégica atinente à questão energética e a expressividade dos recursos envolvidos.

35. Também o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas apresentou 100% de obras com irregularidades graves, com situação até mais preocupante, ante o fato de que 66% desse total (6 programas de trabalho) são do tipo IG-P, ou seja, irregularidade grave com paralisação.

36. Finalizando esta parte do voto em que são apresentadas as informações mais relevantes obtidas com o trabalho de consolidação, listo a seguir, em ordem decrescente, os 10 principais tipos de irregularidades graves com indicativo de paralisação observados neste ano:

1º	Sobrepço	32
2º	Irregularidade graves concernentes ao aspecto ambiental	20
3º	Demais irregularidades graves no processo licitatório	20
4º	Superfaturamento	17
5º	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente	14
6º	Alterações indevidas de projetos e especificações	12
7º	Administração irregular de contratos	11
8º	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente com risco de dano ao erário	10
9º	Projeto básico/executivo deficiente ou inexistente ocasionando possível nulidade do processo licitatório ou do contrato	7
10º	Execução orçamentária irregular	7

37. A propósito desse rol, a Secob destaca em seu relatório que o elevado custo das obras públicas continua sendo a principal vertente a ser enfrentada pelos órgãos de controle. As ocorrências de sobrepreço e de superfaturamento respondem por 21% do total de 228 irregularidades com IG-P identificadas nos diversos contratos integrantes dos programas de trabalho fiscalizados.

38. Essa realidade, segundo registrado pela Secob e transcrito no Relatório que antecede este Voto, demonstra a necessidade de se dotar a administração pública de instrumental eficiente para a análise dos custos das obras, de modo a compatibilizá-los com os preços de mercado.

39. Visando adotar ações que contribuam para o aperfeiçoamento dessa análise de custos, a Secretaria de Obras anuncia que estará priorizando a realização de auditorias específicas nos sistemas da administração pública - SINAPI e SICRO - com o objetivo de diagnosticar a situação atual, levantar deficiências e propor as correções cabíveis.

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

TC - 009.891/2005-0

40. Com relação à inovações da LDO/2006 em relação à LDO/2005, ressalto as disposições dos parágrafos 7º a 10 do art. 102, que fixam prazos para os pronunciamentos do Tribunal em processos concernentes às fiscalizações de obras, **verbis**:

"§ 7º Os processos que tenham por objeto o exame de obras ou serviços nos quais foram constatados indícios de irregularidades graves serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a garantir decisão que indique, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízo ao erário, no prazo de até seis meses contado da comunicação prevista no § 5º do art. 103 desta lei.

§ 8º Caso o empreendimento não possa ter continuidade, a decisão mencionada no § 7º deste artigo deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades.

§ 9º Após a apresentação das medidas corretivas pelo órgão ou entidade responsável, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão, no prazo de até três meses.

§ 10 Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 7º e 9º deste artigo, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso." (Grifei).

41. Atenta a essas inovações, a Segecex, em conjunto com a Adfis e a Secob, está estudando proposta a ser submetida oportunamente ao Plenário, para regulamentar o rito processual a ser observado em atenção aos prazos fixados. Não obstante essa iniciativa anunciada no relatório técnico que informa estes autos, considero conveniente fazer constar do acórdão que vier a ser proferido, determinação específica nesse sentido, fixando prazo para que as unidades técnicas envolvidas finalizem os referidos estudos.

42. Com relação às demais propostas de encaminhamento formuladas pela Secob, manifesto a minha concordância.

43. Registro, por derradeiro, que as informações a serem encaminhadas ao Congresso Nacional, na forma dos anexos a este processo, contemplarão as deliberações do TCU proferidas até esta Sessão.

44. Não poderia, contudo, finalizar este voto sem antes parabenizar todos os servidores das unidades técnico-executivas que integraram as equipes de fiscalização engajadas nos trabalhos do Fiscobras 2005, bem como o corpo dirigente e de técnicos da Secob, pelo esforço e dedicação que permitiram a esta Casa concluir este trabalho no prazo legal.

Expendidas essas considerações, VOTO por que o Tribunal de Contas da União adote o Acórdão que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 21 de setembro de 2005.


VALMIR CAMPELO
Ministro-Relator

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou despachando à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e determinando a publicação do aviso recebido do Tribunal de Contas de União.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 181/2005 – GSPSG

Brasília, 28 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Faço uso do presente, na forma que determina o art. 7º, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, para comunicar que a partir da data de hoje passei a integrar o PSB – Partido Socialista Brasileiro.

Atenciosamente, – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não houve acordo para a Ordem do Dia. Esperamos avançar na próxima terça-feira, apenas na próxima terça-feira.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2005

(Proveniente da

Medida Provisória nº 252, de 2005)

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos*

termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 252, de 2005, que institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.833,

de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.363, de 13 de dezembro de 1996, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 9.985, de 18 de julho de 2000, 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.438, de 26 de abril de 2002, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador José Sarney

Prazo final: 13-10-2005

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 24, DE 2005

(Proveniente da

Medida Provisória nº 253, de 2005)

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos*

termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2005, proveniente da Medida Provisória nº 253, de 2005, que prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Relator revisor: Senador César Borges

Prazo final: 20-10-2005

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 254, de 2005

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 254, de 2005, que revoga a Medida Provisória nº 249, de 4 de maio de 2005, que dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, e o parcelamento de débitos tributários

e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Relator revisor: Senador Wellington Salgado de Oliveira

Prazo final: 26-10-2005

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e de leitura dos pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 87, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima

ma Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Slhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substituto), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

11

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o seguro de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e De-*

fesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guaja-*

rá-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continuamos com a lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante V. Ex^a estar na Presidência do Senado, Senador Renan Calheiros, neste final de tarde. V. Ex^a acabou de dizer que não houve acordo de Líderes e que, portanto, só haverá Ordem do Dia na próxima terça-feira.

Sr. Presidente, amanhã, 30 de setembro, encerra-se o prazo para qualquer mudança na legislação eleitoral a vigorar nas eleições do próximo ano. Pergunto à Casa e a V. Ex^a: como ficamos? Como ficamos para a eleição do ano que vem, depois de tudo aquilo que as três CPMLs, além da Comissão de Ética da Câmara – portanto, são quatro Comissões – vêm mostrando de erros e equívocos graves que aconteceram e que, modéstia à parte, o Senado, por meio de várias reformas, mostrou que pode e deve ser feito, e que, no entanto, parado está na Câmara e não aconteceu nada?

V. Ex^a pode ser candidato, mas V. Ex^a é Senador e tem mais quatro anos de mandato. Mas as pessoas como eu, se quiserem ser candidatas, serão candidatas de acordo com que legislação? Vão se basear em que, com tudo o que aconteceu, com tudo o que se contou, com tudo o que se fala da eleição do ano retrasado?

Eu não sei, mas a Câmara dos Deputados tinha a obrigação de votar alguma coisa que significasse um fio de esperança com relação à legislação que está aí.

Votamos uma grande legislação, modéstia à parte, no ano passado: voto distrital, fidelidade partidária, verba pública de campanha, cláusula de barreira – que termina com os partidos anões, que vendem suas legendas às vésperas da eleição –, a mais significativa. Uma profunda transformação nós fizemos, uma verdadeira nova legislação eleitoral! Está na gaveta da Câmara. Ficou na gaveta da Câmara sem substitutivo, sem modificação, sem alteração, sem absolutamente nada. Então, por iniciativa do Senador Jorge Bornhausen – justiça seja feita –, esta Casa votou, e o Sr. Presidente reuniu os Líderes e, por unanimidade, fomos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e conseguimos aprovar uma minirreforma. Não foi reforma política, como a imprensa publicou; não foi reforma eleitoral, mas foi uma minirreforma. Foi uma moralização de princípios que não poderiam continuar como estão agora. É uma satisfação que demos no sentido de fazer alguma coisa. Foi aprovada por unanimidade!

Pessoas como eu, que fui autor do projeto da verba pública de campanha – não que abrisse mão de que tem de ter a verba pública de campanha, mas concordamos com o fato de que, agora, para passar, teríamos que votar como votamos: limitar os gastos de campanhas, determinar a existência de alguém – o candidato –, e das verbas, que deveria ser em nome do candidato, em uma conta em seu nome. Não há paralelo, não há conta dois, não há conta paralela, não há ninguém por fora, não há gastos de campanha que se pague depois. É uma verba só, é uma conta

só. Aprovamos que o programa de televisão tem que ser público, aberto, sem o coordenador político, sem o homem da televisão fazendo uma programação fantástica que gaste um mar de dinheiro para esconder a figura do candidato; proibimos o showmício, proibimos a distribuição de camisetas, de brindes e tantas coisas mais. Alguma coisa foi feita e foi aprovada, e está lá na Câmara. Amanhã é o último dia. Amanhã é o último dia! Se não votar amanhã, não vale mais nada!

Não sei, sinceramente, não sei. O Presidente da República reuniu, chamou os Líderes, fizeram, elegeram, ganharam, mas ninguém teve uma palavra de entendimento no sentido de dizer: "Agora, vamos nos reunir para votarmos essa matéria". Já não digo votar o projeto do Senado Federal, que há dois anos foi votado, que é uma reforma eleitoral de primeira grandeza, moralizadora, séria, responsável, e que o Senado aprovou por unanimidade, mas está na gaveta da Câmara. Há dois anos está na gaveta da Câmara!

Mas esse projeto, que é um projetinho, que é o mínimo necessário, mas que serve para mostrar que alguma coisa foi feita, está na gaveta da Câmara. Nem esse a Câmara vota! Sinceramente, não consigo entender. Não sei...

Eu gostaria de ser candidato à reeleição ao Senado se a minha Bancada, o MDB do Rio Grande do Sul, me der legenda. Ele poderá querer fazer uma aliança e, nessa aliança, sobrar o Governo para o MDB e o Senado para um outro partido. Mesmo assim, eu não sei se posso aceitar. Como vou fazer campanha? Tenho um nome, tenho uma biografia, tenho uma história! Como vou aparecer por aí, me voltando para um lado e para o outro? De repente, seu nome está envolvido e você não sabe nem como nem por quê. Como é que você vai fazer? Como as empresas vão poder dar um auxílio a um determinado candidato? Como é que vai ser catalogado esse auxílio? Como a imprensa vai receber uma campanha eleitoral feita nos moldes da anterior? Eu não sei. Eu não consigo compreender.

Acho que o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente Lula, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados deveriam estar organizados, de mangas arregaçadas, reunindo os Líderes de todos os partidos e chegando à conclusão de que esse projeto tem de ser aprovado. Isso é o mínimo que tem de ser feito. Isso tem de ser aprovado.

Em meio à tristeza dos dias que estamos vivendo, em meio ao resultado da eleição da Câmara dos Deputados de ontem... Quero dizer que tenho muito

respeito pelo Deputado eleito, conheço-o de uma longa data, conheço sua biografia, conheço sua história, mas a eleição em si não foi um espetáculo que desse uma demonstração real de grandeza. Basta dizer o seguinte: são 20 os Deputados ameaçados de perder o mandato, e a diferença foi de 15 votos. O candidato que perdeu por 15 votos era do PFL e estava na linha de que as cassações devem ser feitas; o candidato que ganhou foi, inclusive, testemunha de defesa do Sr. Chefe da Casa Civil; e o Presidente da República chama ao Palácio para conversar o Sr. Antonio Fleury e um outro candidato, o do PP, comprometendo-os para o 2º turno. Como vamos sair desse episódio?

Esse episódio é muito importante, porque há meses se cogita se o Presidente Lula sabia ou não dos fatos. As coisas aconteceram, mas se dizia que o Lula não sabia de nada. O responsável seria o José Dirceu ou o Tesoureiro do PT ou o Secretário-Geral do PT, mas o Lula não sabia de nada. No entanto, ontem se via um novo PT. Não havia José Dirceu, nem tesoureiro, nem secretário-geral. Ontem se via o PT com a limpeza que teve; não havia o fulano do Banco do Brasil, não havia o pessoal de Furnas nem os membros da Casa Civil, que também foram afastados. Ontem se via um novo PT.

O método de escolha do Presidente deixou muito a desejar: promessa de R\$500 milhões de emendas de Parlamentares; garantia de que o PP vai ganhar o Ministério da Educação; promessas de troca entre o PTB do Sr. Antonio Fleury e o candidato que ficou em terceiro lugar, de que se daria apoio ao candidato oficial em troca sei lá do quê; e uma alegria enorme, estampada nas manchetes que a imprensa publicou, dos que têm seu mandato a perigo, com a vitória de Aldo Rebelo.

Que mensagem temos nós como fruto do que está acontecendo? Três CPIs, Comissão de Ética, além da TV Senado e da TV Câmara, Globo News, Band News, transmitindo ao vivo o que está acontecendo nesta Casa. Qual a expectativa de todos nós, do novo PT, do novo Lula? Agora, as coisas não acontecerão sem ele saber. Ele está comandando. A imprensa fez questão de dizer que Lula chamou a si o processo da condução da eleição do novo presidente da Câmara.

Ganhou o Lula. Ganhou o PT. Elegeram o presidente. Mas não se lembraram de que amanhã é o último dia da microrreforma eleitoral. Não se trata da reforma política, nem da reforma eleitoral, mas de um processo que nos dê condições para aparecer de cara limpa na frente do eleitorado ano que vem.

O que faremos, Sr. Presidente? Pode-se aprovar o projeto do Senador Tarso Jereissati e prorrogar até o dia 15 de dezembro o prazo para a apresentação de emendas. É o que resta. Então, vamos nos agarrar como náufragos e prorrogar o prazo, que termina amanhã, para 15 de dezembro.

Nesse caso, não sei como ficarão – V. Ex^a pode me explicar – os prazos. Por exemplo: amanhã se encerra o prazo de mudança de partido; será prorrogado esse prazo? Amanhã se encerra o prazo para que o candidato a Deputado esteja filiado a um partido; encerrar-se-á esse prazo? Se mudarmos o prazo e houver essa prorrogação até 15 de dezembro, todos os prazos serão prorrogados até essa data?

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, pelo que li, a PEC do Senador Tasso Jereissati, a PEC exclui mudanças nos prazos de filiação partidária e de domicílio eleitoral. Gostaria de dizer isso a V. Ex^a porque creio que seria muito ruim se reabríssemos tais prazos. Qual foi o objetivo do legislador constituinte originário ao estabelecer que a lei que alterasse o processo eleitoral deveria entrar em vigor um antes da data da eleição? Evitar o casuísmo, ou seja, alterações às vésperas do pleito para beneficiar um ou outro partido, para atender a interesse de um ou outro candidato. Então, o objetivo, a meu ver, do legislador constituinte originário foi evitar o casuísmo e consolidar algumas regras no campo eleitoral e partidário para ajudar a vertebrar os partidos. Considero que seria um grande retrocesso – porque não quero imaginar que isso venha acontecer – reduzirmos, por exemplo, o prazo de filiação partidária. Deveríamos fazer o contrário: ampliar o prazo de filiação partidária, aumentar o tempo de convivência do candidato no partido pelo qual disputa a eleição, além de outras regras, algumas das quais já consolidadas na legislação eleitoral e partidária. Penso que V. Ex^a tem razão quando demonstra certa perplexidade com o que está acontecendo, pelo fato de não termos avançado nas chamadas reformas políticas, embora o Senado tenha cumprido o seu dever e encaminhado os projetos tempestivamente à Câmara dos Deputados.

O Sr. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Enviamos os projetos, inclusive, com tempo suficiente para a Câmara reformá-los – porque tínhamos certeza de que haveria reformas – e devolvê-los para cá.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente. Então, sob esse aspecto, quero dizer que o Senado cumpriu o seu papel, mas fico muito triste ao verificar que deixamos de avançar em uma área essencial à

consolidação institucional do País. E vou além – de alguma forma subscrevendo o que V. Ex^a acabou de dizer: penso que, se a reforma política tivesse sido efetuada antes, certamente muitos fatos que estão acontecendo agora não ocorreriam. A verdade é essa, na minha opinião. Aliás, para ser claro, sempre considerei que a reforma política deveria ter sido a primeira das reformas, deveria ter precedido a todas as demais. Até vou lembrar – desculpe interromper V. Ex^a, mas breve encerrarei o meu aparte – que, em 1994, logo após a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com ele conversei, e ele entendeu que este era o caminho correto: fazemos logo a reforma política. Chegamos a ter uma proposta mínima que seria submetida à apreciação do Congresso. Mas eis que veio, tão logo empossado o novo Governo, em 1995, um forte ataque ao Real, feito por especuladores estrangeiros e nacionais. Isso fez com que o Governo tivesse de priorizar as chamadas reformas econômicas em detrimento das reformas políticas. Mas quero, para encerrar o meu aparte a V. Ex^a, dizer que lamento que a reforma política não tenha sido feita e que com ela não tenhamos conseguido avançar nesta Sessão Legislativa. Cumprimento V. Ex^a pelo seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Pedro Simon, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É com alegria que vejo o ilustre Presidente deixar a Presidência para me honrar com o seu aparte. Muito obrigado.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Obrigada a V. Ex^a. A exemplo do Senador Marco Maciel, eu gostaria também de cumprimentá-lo. Entendo que a Câmara – tive a oportunidade de dizer isso ao novo Presidente da Câmara, eleito e empossado, o Deputado Aldo Rebelo, e o faço com a responsabilidade de quem preside o Congresso Nacional – perdeu hoje uma grande oportunidade para se afirmar perante o País. Ninguém entenderá o fato de avançarmos nas investigações – e vamos nelas avançar –, de queimarmos etapas, como quer a sociedade – e vamos queimá-las –, e de punirmos exemplarmente as pessoas que precisam ser punidas exemplarmente, sem aprimorarmos a legislação político-partidária. Vamos fazer uma nova eleição com a velha regra e com os mesmos erros. Não tem mais sentido, absolutamente nenhum sentido, o caixa dois, como não o tem o custo de R\$20 milhões, R\$30 milhões, R\$40 milhões para a produção de um programa de televisão de um candidato a Governador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O preço de um capítulo de uma novela da Globo.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – São exatamente esses custos, essas coisas que fazem com que os candidatos, para serem competitivos, acabem tendo de ter acesso a todo tipo de financiamento, o que enseja oportunidade para que tenhamos que investigar no futuro. De modo que é uma pena. Concordo com V. Ex^a. Penso que o único caminho que nos resta agora é aprovar a emenda do Senador Tasso Jereissati. O Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, fez uma proposta sensata, para que votássemos hoje e para que os Líderes da Câmara definissem o que era para ser vetado e sancionado, mas dando a resposta que a sociedade cobrava de todos nós com relação ao aprimoramento da legislação, quer dizer, do ponto de vista da necessidade da ética, da transparência, tudo isso que, mais do que nunca, o Brasil quer que aconteça. Parabenizo V. Ex^a. Um dos grandes erros desse Governo – e o disse hoje à imprensa – é manter essa passividade, ficar pautado permanentemente pela mídia. Se o Governo não cuidar da agenda do País, não colaborar para que a reforma política, a reforma tributária, a Lei Geral da Micro e Pequena e Empresa, as agências reguladoras – telecomunicações, transporte, saneamento básico – andem; se não criar condições para que essa chamada agenda estática ande – todo mundo sabe que ela é do interesse do País e que não caminha pela inércia, pela passividade do próprio Governo –, não vai sair das cordas e vai continuar sendo pautado pela mídia. Do ponto de vista do Congresso, vamos dar as respostas que a sociedade cobra, sim. Mas só vamos recuperar o respeito e a confiança, quando cuidarmos da agenda do País. A Câmara dos Deputados, infelizmente, perdeu hoje uma grande oportunidade, sobretudo de concretizar a proposta do Senador Jorge Bornhausen. No Senado, votamos bastante, mas com a participação da Oposição. A correlação aqui é muito apertada também; o Governo não tem maioria sempre e, circunstancialmente, perde nesta Casa. Mas tivemos sempre a compreensão de trabalhar convergência, convergência, convergência, para que o Senado pudesse deliberar, com a participação decisiva da Oposição, sobre a reforma tributária, a reforma política e outras matérias que votamos, e que não tiveram consequência na Câmara dos Deputados. Entendo que perder o encaminhamento sugerido pela Oposição, neste momento de crise política e de confrontação no próprio Parlamento, é perder uma oportunidade da qual vamos ressentir-nos demais no futuro. Para-

béns a V. Ex^a. Tenho muito prazer em participar deste seu discurso, deste debate, neste momento em que o Brasil cobra realmente muita coisa de todos nós e tem muita razão de cobrar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Marco Maciel, porque acho que estamos tocando em um plano dramático. É quase incompreensível que nos tenha faltado a competência do diálogo para resolver essa questão.

Concordo com o Presidente, quando diz “o erro do Governo”. O Governo deveria ter feito primeiro as reformas política e eleitoral. Começou da pior maneira possível: com a Lei da Previdência, tomando providências e decisões contrárias a toda a sua vida. O PT e o Lula colocaram na reforma da Previdência princípios contrários aos 25 anos de luta e tradição do Partido. Disso resultou uma crise enorme, que o dividiu, rachou. Se ele tivesse começado com a reforma política, se tivesse iniciado com a reforma eleitoral, em que poderíamos facilmente encontrar o entendimento de toda a sociedade, de toda a Casa – tem razão V. Ex^a –, estaríamos vivendo um novo momento, e talvez o PT, em vez de iniciar sua caminhada de reformas com um racha no Partido, que não parou mais, teria começado com um ato de grande alcance político, e seria uma reforma política seria.

O Senado, modéstia à parte, conseguiu votar, praticamente por unanimidade, uma reforma político-eleitoral do maior conteúdo no seu primeiro ano. Votamos a fidelidade partidária; com grande dificuldade e esforço, votamos a limitação da cláusula de barreira, quer dizer, tivemos de resistir. Votamos a cláusula de barreira, o gasto público de campanha, uma série de artigos que transformaram e modificaram profundamente a vida brasileira. Lamentavelmente, na Câmara não houve interesse.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ficou nas gavetas e não foi aprovado.

Agora, a Oposição desdenha o Presidente. O Senador Jorge Bornhausen teve a iniciativa, mas ela era tão correta, que foi aprovada por unanimidade. Houve o trabalho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que modificamos aqui; todo mundo quis modificar para acertar. Por unanimidade conseguimos um borrão, um tapa-buraco, para apresentarmos um projeto que nos desse condições de ir para a opinião pública com dignidade. Nós o aprovamos tranquilamente, com o prazo necessário para ir à Câmara, e ele está na gaveta, naquela Casa.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Pedro Simon, serei breve nesta segunda intervenção, para fazer dois registros. Em primeiro lugar, como o Presidente Renan Calheiros observou e V. Ex^a também, o Senador Jorge Bornhausen fez um projeto que ajudaria, e muito, a melhorar o processo eleitoral já no próximo ano, pela redução dos custos da campanha, pela transparência maior que as eleições teriam, pela simplificação do processo eleitoral, inclusive pela redução da duração das campanhas, que ainda são muito longas no País. Pois bem, este registro não pode deixar de ser dado: o Senado acolheu esse projeto com celeridade e o encaminhou à Câmara. Em segundo lugar, o Presidente Renan Calheiros, desde sua posse, teve um interesse muito grande no sentido de que avançássemos nesse campo; fez sucessivas reuniões, muitas das quais participei, não somente aqui, no Senado Federal, mas na residência do Presidente do Senado, com Líderes do Senado e da Câmara e Presidentes de Partidos. Em que pese o esforço, o avanço foi pequeno. Enfim, não temos o que comemorar, quando já se aproxima o fim desta sessão legislativa. Agora, o que cabe a mim, talvez, lembrar é que o TSE fez uma comissão e concluiu seus trabalhos, com muitas propostas interessantes. Algumas não estão adstritas ao universo da legislação eleitoral e partidária, mas poderão ajudar a melhorar o processo, porque são mudanças no Código Penal. Por exemplo, uma das propostas do Tribunal Superior Eleitoral, se não estou equivocado, é a de que o candidato que tiver alguma condenação em primeira instância confirmada em segunda instância não poderá candidatar-se. Eu recorro – vou dar apenas um exemplo – que o Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Desembargador Marcus Faver, mostrou-me um recorte de **O Globo** sobre um levantamento que S. Ex^a tinha feito no Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2004. Nesse levantamento constava uma questão que mostra a necessidade de termos cuidado na escolha dos candidatos. Duzentos e vinte candidatos tinham anotações penais, e alguns desses, crimes de homicídio.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Meu Deus!

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Crime de homicídio. Então, talvez essa alteração que o Ministro Carlos Velloso sugere – alteração do Código Penal, que não diz respeito à legislação eleitoral partidária, não se aplicando, portanto, a vedação do art. 16 da Constituição – possa ser votada aqui, visto que independe do prazo prescrito na regra constitucional. Ago-

ra, avanço um pouco mais no território que não nos pertence, do Tribunal Superior Eleitoral. O Presidente Carlos Velloso é uma pessoa muito preocupada com essas questões – se não estou equivocado, é a segunda ou terceira vez que S. Ex^a preside o TSE e, em todas elas, sempre constituiu comissões e operou mudanças aprimoradoras em nosso processo político. Espero que o Presidente Velloso possa baixar resoluções que, de alguma forma, ajudem também a melhorar o processo eleitoral e partidário, isto é: resoluções que o Tribunal, a meu ver, está...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já que não fizemos a nossa parte.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Exatamente. E creio que o Tribunal pode fazê-lo, porque, quando se criou a Justiça Eleitoral, nos idos de 1932, entendeu-se que o Tribunal tinha a faculdade de legislar nos espaços em branco. Realmente, por um impasse aqui no Congresso, por exemplo, poderia não se fixar uma data de eleição e o Tribunal, por intermédio de resolução, pode regulamentar matéria, já que trata especificamente da questão eleitoral. Então, quem sabe o Ministro Velloso, isto é, o TSE poderia baixar algumas resoluções que independam de aprovação de lei e que, indiretamente, vão ajudar a melhorar o processo político no nosso País. Mais uma vez, louvo o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte, Senador Amir Lando.

Senador Marco, modéstia à parte, essa é uma das coisas de que me orgulho. Logo que cheguei aqui no Senado, foram anos de luta, mas conseguimos aprovar uma iniciativa minha que terminou com aquele escândalo de o Supremo pedir licença para processar um senador ou um deputado; o Senado e a Câmara não davam licença, não tinham coragem de negar e não queriam concordar. Então, ficava na gaveta. E o senador e o deputado, com crime de homicídio, crime de roubo, crime de vigarice, ficavam com os seus processos na gaveta. Nós aprovamos. Hoje, o Procurador-Geral da República entra no Supremo, e o Supremo inicia o processo contra o senador, contra o deputado federal, e não precisa de autorização nem da Câmara, nem do Senado. Acrescentaram um item ao meu projeto. Eu era contra, mas apresentaram: que a Câmara e o Senado podem, no decorrer do processo, sustá-lo, votando no Plenário o pedido para paralisar o processo. Até agora, nem na Câmara, nem no Senado, ninguém teve coragem de paralisar. O efeito não foi tão ruim como imaginava, e o efeito positivo existe. Imagine V. Ex^a como era. O cidadão com dois, três ou quatro processos ti-

inha de ser deputado e dizia: “tenho que me reeleger deputado. Se não me reeleger deputado, vou me submeter ao crivo do júri popular ou da polícia especial”. Isso, nós conseguimos. Agora tem razão V. Ex^a. Uma Justiça lerda, que não anda, um cidadão, que temos certeza absoluta de que é criminoso, de que cometeu o crime, tem seu processo em grau de recurso e fica em grau de recurso; e ele é candidato.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a aborda um tema muito importante. Diria, talvez, o tema mais importante para este momento no Congresso Nacional. Há poucos dias, talvez duas semanas, aqui, num lampejo de ingenuidade, propus ao Congresso Nacional...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a poderia ser ingênuo até quando pegou a relatoria da CPI do *Impeachment*; de lá para cá não poderia mais ser. Com o que V. Ex^a sofreu e aprendeu lá, já tinha condições de...

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Mas o entusiasmo sempre anda de braços dados com a ingenuidade, e eu, num lampejo de ingenuidade, propus uma vigília cívica ao Congresso Nacional, para que, daquele momento, da semana seguinte, exatamente na segunda-feira que iniciava esta semana, fizéssemos aqui sessão permanente para apreciar a reforma política. Evidente que o fiz num vazio, no ocaso também da sessão daquele dia, sem repercussão alguma. Coloquei que, se não fizéssemos isso, a crise, a preocupação, todo o movimento político no Brasil não passaria de uma farsa visível e inquestionável. Por quê? Se estamos diante dos males, os remédios estão expostos e nada se faz, significa que toda essa luta política nada mais é do que uma luta pelo poder. Então, não havia um propósito verdadeiro de assepsia moral, de modificação na estrutura. Concorro com a proposta que V. Ex^a acolheu, em parte, no seu discurso, do Senador Marco Maciel, mas é pouco, porque algumas modificações só poderiam ser feitas pela lei, e não estamos fazendo isso. Exemplo: financiamento público de campanha. Esse era um tema fundamental.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Que nós aprovamos no Senado e está na gaveta da Câmara.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – E começamos isso na CPI do PC, em 1992. Lembro que uma das questões que discutimos na sala de V. Ex^a foi o que poderíamos propor para mudar a cara do Brasil e toda fundamentação da corrupção. Seria o financiamento de campanha. Permanece, porque os que hoje estão fora do poder, muitas vezes, querem as

modificações, mas eles terão as rédeas e os cordéis para procederem como procederam os anteriores. É uma sucessão de erros, de equívocos que, infelizmente, não tivemos a coragem de mudar. Como disse V. Ex^a, o Senado o fez, mas o Congresso como um todo, o Poder Legislativo não o fez. Portanto, em nada mudou. Tudo permanece a mesma coisa: as mesmas dificuldades, as mesmas facilidades para a delinqüência, e o processo político eivado de ilegitimidade. Parabéns a V. Ex^a mais uma vez. Infelizmente, o que deveríamos fazer agora? Talvez sair em marcha cívica para exigir que, amanhã, a Câmara se reúna e aprove essas medidas urgentes e inadiáveis, e a Nação não pode esperar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É, mas, na verdade, o que V. Ex^a disse era viável. A Câmara poderia reunir-se – tinha o espaço e o tempo disponível – e, amanhã, poderia votar. Muitas vezes, por matéria muito menos significativa, em que se resolvem interesses de A ou de B, desse Estado ou daquela corporação, o Senado e a Câmara se reuniram correndo e votaram. Essa dava para fazer, mas eu não acredito. Lamentavelmente, eu não acredito.

Acho que vamos ter de esperar aprovar a proposta do Senador Tasso Jereissati e ficar aqui até o dia 15 de dezembro. Creio que, até o dia 15 de dezembro, vamos ter ainda que fazer uma pressão, uma pressão muito grande na Câmara dos Deputados, no sentido de que ela terá de assumir a responsabilidade se não votar, porque não votar significa um crime contra a coisa pública.

Agradeço pelos apartes e chamo a atenção de que, pelo menos nós, aqui, neste final de tarde de quinta-feira, estamos lembrando que amanhã encerra o prazo e que teremos, depois, de sonhar com uma possível emenda que abra o prazo até o dia 15 de dezembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Luiz Otávio e Garibaldi Alves Filho, respectivamente..

O Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para conceder tempo ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Pedro Simon, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tive a oportunidade de apartear o Senador Pedro Simon, mas quero declarar, no início deste rápido pronunciamento, o meu inteiro apoio às palavras de S. Ex^a e me associar a ele, que veio a esta tribuna colocar a necessidade da realização de uma verdadeira reforma política no nosso País.

A exemplo dos oradores que apartearam o Senador Pedro Simon, considero que essa reforma que aí está não é a reforma dos nossos sonhos, mas, principalmente, a reforma de emergência que nasceu de uma proposta do Senador Jorge Bornhausen. Mas se não é a reforma dos nossos sonhos, devemos ser pragmáticos e não permitir – e esse apelo está sendo feito à Câmara dos Deputados – em absoluto que se possa ter uma campanha com as mesmas deformações, com os mesmos equívocos e com os mesmos erros das campanhas passadas, principalmente como os da última campanha presidencial, a campanha de 2002, realizada no nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o chamado caixa dois está aí a desafiar a todos no sentido de que se possa tornar, com essas apurações, um procedimento inteiramente ultrapassado, superado e condenado – sobretudo condenado – e de que haja campanhas mais limpas, mais saudáveis, que levem o candidato a um confronto democrático entre eles e a um contato mais direto com o eleitorado.

Portanto, ao lado do Senador Pedro Simon, estou desejando que se faça algo em nosso País, que se produza alguma reforma, que se dê alento ao nosso povo de que haverá uma campanha política e que, depois dela, não haverá uma decepção, como ocorreu agora por ocasião desses fatos que estão sendo apurados. Mobilizar o povo brasileiro, levá-lo às urnas e depois vê-lo mergulhado nesse desencanto não podemos, de maneira nenhuma, permitir que aconteça novamente. Não vamos impedir que isso aconteça apenas com punições, com as CPIs cassando aqueles parlamentares que estão sendo considerados culpados. Além de condenar parlamentares e outros cidadãos, vamos ter que fazer reformas. Precisamos fazer com que a expressão “reforma política” ainda possa ser pronunciada ao longo dessas últimas horas de prazo, ou que as emendas à Constituição, de autoria do Senador Tasso Jereissati e do Deputado Ney Lopes, sejam promulgadas. Como são emendas à Constituição, terão o condão, em sendo aprovadas, de modificar o prazo

que é até amanhã à meia-noite. Permitirão que o prazo seja esticado até o dia 31 de dezembro.

Reformas, Sr. Presidente, nós as desejamos, bem como o povo brasileiro. Quando as teremos? Falo de reformas mais profundas. Queremos até discutir as reformas cujo projeto, cujas propostas de emenda à Constituição foram aprovadas e estão na Câmara dos Deputados. Já receberam a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e de uma comissão especial na Câmara dos Deputados, mas que, na verdade, não serão aprovadas assim de imediato. E nem poderiam ser, porque se aprova de emergência o que é de emergência. Emergência é para ser votada em 24 horas ou em 48 horas – o nome está dizendo. Mas que não se acenda um sinal de emergência para a votação de propostas mais profundas, que incluem aí o voto distrital, a lista de nomes para as candidaturas parlamentares, enfim, todo um acervo de reformas muito mais profundas que deveriam ser discutidas com muito maior profundidade.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago essa inconformação, a inconformação manifestada como muito maior brilhantismo, é claro, pelo Senador Pedro Simon, de que o Governo perdeu uma grande oportunidade quando não começou o roteiro das reformas, o caminho das reformas, pela reforma política e pela reforma eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Obrigado a V. Ex^a.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Teotonio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores João Batista Motta, Alvaro Dias, Arthur Virgílio e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, o Jardim Botânico de Brasília ficou em evidência e foi alvo de notícias da imprensa e da mídia eletrônica de todo o país. Depois de ficar fechada ao público por três meses, para reformas, a reserva seria reaberta com uma programação festiva, para alegria dos visitantes e dos frequentadores habituais.

Infelizmente, a mídia não destacou o reencontro com o público, mas um devastador incêndio que, durante a segunda e a terça-feira, dias 19 e 20, consumiu três quartos da reserva, dizimando numerosas espécies da flora e da fauna. Além de queimar 3.750 dos 5.000 hectares do Jardim Botânico, o fogo

devastou ainda 75% dos 1.400 hectares da Reserva Ecológica do IBGE e 25% dos 44.500 hectares da Fazenda Água Limpa, da Universidade de Brasília, reservas contíguas ao Jardim Botânico, e que também integram a Área de Proteção Ambiental Gama-Cabeça de Veado.

O incêndio começou na segunda-feira, por volta das 10 horas, na área do Jardim Botânico ou nas proximidades. Durante 14 horas, a reserva ardeu, com chamas de até dez metros de altura. O combate ao fogo durou cerca de 14 horas e exigiu a mobilização de 110 bombeiros militares, além dos brigadistas da reserva do IBGE e dos próprios funcionários do Jardim Botânico. Também o Grupamento Aéreo foi acionado, mas o helicóptero transporta apenas 540 litros de água em cada viagem. A espessa cortina de fumaça e a dificuldade de acesso a algumas áreas da reserva dificultaram ainda mais a ação dos bombeiros. O clima do cerrado, nestas épocas de estiagem, favorece a propagação de incêndios. “A seca, os ventos e o calor intenso fazem uma combinação explosiva. Qualquer foco pode sair do controle”, disse à imprensa o coordenador de Prevenção da Divisão de Fogo do Ibama, Guilherme Almeida. Naquele dia, Senhor Presidente, os instrumentos marcaram, no horário de maior calor, 24 graus de umidade do ar e 32,7 graus de temperatura, pouco menos que o recorde registrado em 1963.

Na terça-feira, a tragédia ecológica iria se agravar com a ocorrência de um novo e devastador incêndio no Jardim Botânico. Segundo explicou ao **Correio Braziliense** o coronel Epaminondas Figueiredo de Matos, do 4º Batalhão de Incêndio Florestal, o fogo do dia anterior queimou não apenas a vegetação de cobertura e as árvores, mas também a camada de material orgânico que fica logo abaixo da superfície. “Por isso – disse – o incêndio, que aparentemente estava extinto, reapareceu”.

As labaredas ressurgiram, na terça-feira, com maior intensidade, exigindo a mobilização, agora, de 240 homens do Corpo de Bombeiros e dos funcionários das reservas atingidas. Lembrando que há sete anos o parque não sofria incêndio de tamanhas proporções, a diretora Anajúlia Heringer Salles disse que o fogo atingiu áreas de difícil recuperação e lamentou não ter condições de proteger os animais daquele **habitat**. Além de devastar mais de 70% da área do Jardim Botânico, o fogo atingiu, no segundo dia, a Fazenda Água Limpa, da UnB, e a reserva do IBGE.

Na área do IBGE, técnicos e pesquisadores se esforçam para recuperar os dados de pesquisas perdidos no incêndio. “Entre projetos de curta, média e longa duração, graduação, mestrado e doutorado, são 46 temas relacionados com a fauna e a flora do Planalto Central”, revelou o *Correio Braziliense*. Também na Fazenda Água Limpa, os trabalhos de pesquisa foram prejudicados, em alguns casos de forma irreversível. Mestrandos da UnB, que usavam a reserva há sete anos para pesquisar o efeito da fertilização no ecossistema do cerrado, ficaram desolados: “Foram anos de pesquisa perdidos”, informaram.

O periódico brasileiro, fazendo um balanço dos estragos, no dia 22, registrou: “As labaredas transformaram em cinza o equivalente a 3.800 campos de futebol”. As três reservas, segundo informou, abrigam um terço da fauna do cerrado, inclusive espécies ameaçadas de extinção. Os relatos dão conta de que os bombeiros presenciaram a agonia de muitos animais, mas só conseguiram salvar alguns deles. O zoólogo Jader Marinho, professor da UnB especialista em mamíferos – relata o periódico – teme pelo futuro da fauna nas três reservas queimadas. Os que sobreviveram devem sofrer com a escassez de alimentos, perdendo peso e se enfraquecendo. Além disso, ficam agora mais ameaçados pelos predadores e correm o risco de atropelamentos ao deixarem a área dizimada.

O pior, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o incêndio, que devastou uma área total de 51 quilômetros quadrados, não é uma novidade para nós. Trata-se, na verdade, de uma tragédia anunciada, pois os focos de incêndio ocorrem em grande número, todos os anos, no período da estiagem. Este ano, com o registro de mais de 4.800 focos até o momento, o índice de queimadas representa quase o dobro do ocorrido no ano passado.

Se é impossível evitar os focos de incêndio, precisamos, pelo menos, debelá-los com maior eficiência, a fim de poupar tamanhos prejuízos ao nosso ecossistema. Em 1998, todos devem se lembrar, aconteceu no Parque Nacional de Brasília o maior incêndio florestal de nossa história. O parque ardeu durante três dias, ao fim dos quais restou destruída uma área de 86 quilômetros quadrados. Também naquele ano ocorreu o incêndio em Roraima que destruiu 40 mil quilômetros quadrados, numa devastação jamais vista em nossa história recente.

Os fatos se repetem, Sr^{as} e Srs. Senadores, e, ao que parece, nós continuamos incapazes de proteger nosso ecossistema. Há três anos, o Corpo de Bombeiros inaugurava, no Jardim Botânico, um posto

avançado destinado a detectar queimadas e prevenir incêndios. Na verdade, reinaugurava o posto avançado, uma vez que tal equipamento ali já havia sido instalado e, depois de algum tempo, desativado. A reinstalação do posto foi cercada de muito otimismo, mas em que pesem toda a abnegação e todo o heroísmo dos bombeiros militares, o recente incêndio ocorrido naquele parque demonstrou, mais uma vez, que não estamos preparados para proteger o ecossistema.

A esse propósito, assim se pronunciou o **Correio Braziliense** no editorial “Tragédia Evitável”, em sua edição do último dia 23:

“É evidente o despreparo das autoridades brasileiras no combate aos desastres ambientais causados pelo fogo, como demonstra o grave incêndio dos últimos dias no Jardim Botânico de Brasília. Mais de 80% da reserva foram atingidos, incluindo matas ciliares. Dramas similares ocorrem, simultaneamente, nos estados do Centro-Oeste e no sul da Amazônia, e não há nada que os bombeiros possam fazer diante das dimensões do problema. Sobram disposição e coragem para enfrentar as chamas, mas faltam equipamentos eficientes para atuar no cenário florestal. Agindo em locais de difícil acesso, os homens lutam contra a natureza com pás, galhos verdes, bombas de água portáteis e a ajuda ocasional de um helicóptero de pequeno porte, meios insuficientes diante dos imensos desafios encontrados”.

O editorial cita possíveis soluções para esse grave problema, sendo a principal delas a criação de uma frota de aviões-bombeiros, como ocorre nos Estados Unidos e em diversos países da Europa, lembrando que esses aparelhos poderiam ser utilizados, também, no combate ao fogo em ambientes urbanos de difícil acesso, como as favelas. E conclui: “É importante destacar que o território brasileiro abriga a maior diversidade biológica em ecossistemas, que vão de florestas tropicais úmidas a ambientes semi-áridos. Protegê-la é tarefa do Estado. Perder 80% da superfície de uma reserva ecológica é trágico, principalmente quando existe uma solução viável para o problema”.

A propósito, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de lembrar que no Estado de Minas Gerais foi montado um esquema que parece dar bons resultados. Os mineiros também enfrentam o problema de incêndios por ocasião da estiagem, bastando

dizer que, no ano passado, de acordo com o Instituto Estadual de Florestas, foram queimados 2.800 hectares de matas em unidades especiais de conservação. Diante disso, o Instituto montou, no Município de Curvelo, na região central do Estado, uma base para combater incêndios em parques florestais. A unidade conta com 20 homens, um helicóptero e três aviões equipados com tanques cheios de água que podem se deslocar rapidamente para qualquer parte do Estado para apagar focos de incêndios nos parques florestais. Acredito que o Distrito Federal pode tomar providência idêntica, isoladamente ou em sistema de parceria, a fim de preservar nosso ecossistema para a geração atual e para as gerações futuras.

O aprimoramento dos serviços de prevenção de incêndios e de combate ao fogo, Senhoras e Senhores Senadores, deve ser uma prioridade efetiva e inadiável de nossos dirigentes e das autoridades ambientais. Do contrário, o cerrado, que reúne nada menos que um terço da biodiversidade nacional, pode sofrer um processo grave de empobrecimento da biota e ficar com sua capacidade de regeneração comprometida. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de comentar a respeito do artigo intitulado “A China e a diplomacia brasileira”, de autoria do deputado federal pelo PSDB de São Paulo, Antônio Carlos Mendes Thame, publicado no jornal **Correio Braziliense** do último dia 21 de setembro do corrente.

O Deputado, em seu artigo, mostra que o fato do Brasil reconhecer a China como “economia de mercado” foi apenas “mais uma derrota no rosário das trapalhadas da diplomacia brasileira”.

“A diplomacia brasileira precisa tomar consciência de que liderança não se impõe nem se apregoa. Liderança se conquista e se exerce. O exemplo do acordo com a China é didático: o Brasil fez, na verdade, um negócio da China para os chineses, às custas da produção e do nível de emprego no Brasil”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

A China e a diplomacia brasileira

ANTONIO CARLOS DE MENDES THAMF

Deputado federal (PSDB/SP)

A China conseguiu, em novembro de 2004, arrancar do Brasil o que até então nenhum país com peso econômico semelhante lhe concedera: ser reconhecida como "economia de mercado".

Para os chineses, esse reconhecimento é relevante. A China foi aceita na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, como "economia em transição", por 15 anos, porque o determinante peso do Estado na economia e no sistema financeiro, reforçado por um sistema político ditatorial, torna os subsídios uma prática cotidiana, influenciando forte e decisivamente na formação dos preços.

Ao reconhecer a China como "economia de mercado", o Brasil abriu mão do direito à única exceção provisória antidumping contida no acordo que permitiu a entrada daquele país na OMC: poder para determinar o valor normal do produto chinês, usar a formação de preços de um terceiro país, porque, na China, eles são distorcidos pela intervenção estatal. Trata-se de uma salvaguarda, pela qual, enquanto a caixa-preta da formação dos preços na economia chinesa não for aberta, processos para defesa dos países prejudicados ficam muito mais rápidos e menos sujeitos a contestações.

Agora, tendo-a reconhecido como "economia de mercado", abre-se mão dessa salvaguarda. Portanto, daqui para a frente, ao fazer investigações antidumping para abrir um painel contra a China na OMC, o Brasil precisará levar em conta os preços e as informações coletadas na própria China. Na prática, vai ficar impossível comprovar que produtos chineses exportados

para cá estejam com os preços artificialmente baixos, o que deixa a indústria brasileira em posição muito vulnerável.

A China, usualmente, pratica dumping em 17 setores, entre os quais máquinas e equipamentos, autopeças, material elétrico, laminados de aço, tecidos, confecções, calçados e brinquedos.

Não se trata, portanto, de prejuízo futuro, um prejuízo potencial para a economia. É algo concreto, que hoje já ocorre. Aliás, não é uma competição desleal somente no preço. Produtos de qualidade inferior entram em nosso país sem se submeter às normas de certificação a que estão sujeitos os similares aqui fabricados. É, pois, uma dupla covardia, que arrasa setores da indústria nacional.

Se a China é o país contra o qual existe o maior número de medidas de defesa comercial aplicadas pelo governo brasileiro, por que o Brasil reconheceu a China como economia de mercado? Por motivação puramente política: para receber em troca o compromisso, assumido pelo governo chinês, de apoio à reivindicação brasileira de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Compromisso que acaba de ser descumprido: a China manifestou-se, recentemente, contra o aumento de cadeiras no referido Conselho. Isso significa que a deplorável, a insipiente declaração do governo brasileiro, no final do ano passado, que considerou a China como economia de mercado, causando prejuízos concretos à economia nacional, não conseguiu, como contrapartida, nem mesmo o discutível ganho político de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse, pateticamente, que está decep-

cionado com a China, por não ter honrado o compromisso, mas que, mesmo assim, não devemos voltar atrás no reconhecimento daquele país como economia de mercado, porque corriamo o risco de represálias comerciais!

É mais uma derrota no rosário das trapalhadas da diplomacia brasileira, a qual, com a posse do presidente Lula, proclamou uma ruptura em relação à política externa do governo FHC. A nova idéia força do nosso Itamaraty, a partir de 2003, tem sido a de mudar a geografia econômico-comercial do mundo, criando uma ordem internacional alternativa, onde ficasse ostensivamente clara a liderança do Brasil.

Os resultados têm sido nulos: o Mercosul e o projeto sul-americano não avançam — ao contrário, cresceram os problemas e as divergências; as negociações Mercosul-União Européia patinam; nenhum acordo de comércio bilateral relevante foi firmado pelo Brasil nestes 37 meses; as relações Sul-Sul não correspondem aos interesses de nossas exportações. Perto de toda essa nulidade, ficou até previsível que o Brasil perdesse, como perdeu, as eleições na Organização Mundial do Comércio e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A diplomacia brasileira precisa tomar consciência de que liderança não se impõe nem se apregoa. Liderança se conquista e se exerce. O exemplo do acordo com a China é didático: o Brasil fez, na verdade, um negócio da China para os chineses, às custas da produção e do nível de emprego no Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 26 de setembro de 2005, intitulado “O PT e a imprensa”, de autoria do professor Carlos Alberto Di Franco.

O artigo destaca a resolução aprovada, por unanimidade, pela Executiva Nacional do PT, dirigindo fortes críticas à imprensa e à oposição. Para eles, é uma “reação ao golpismo midiático que pretende inviabilizar o mandato legítimo do Presidente Luiz Inácio

de Lula da Silva”. Mais uma vez a imprensa e a oposição são os culpados pela crise do PT e do governo do presidente Lula.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

O PT e a imprensa

Carlos Alberto Di Franco

Numa resolução de 13 itens, aprovada por unanimidade, a Executiva Nacional do PT iniciou o que chama de “reação ao golpismo midiático que pretende inviabilizar o mandato legítimo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, dirigindo fortes críticas à imprensa e à oposição. O documento fala em processo de “criminalização do PT” e diz que os petistas não podem “assistir a esta formidável chantagem pública contra sua existência, que hoje alcança uma dimensão manipulatória só semelhante àquela que eleger Collor em 89”.

Para a direção do PT, o momento aponta para um “festival denunciante com finalidades claras”. Tais finalidades, segundo a cúpula petista, são “excluir o PT do cenário político nacional, esgarar as esperanças de que partidos de esquerda podem governar com sucesso e fazer o povo esquecer a corrupção sistêmica que eles (a oposição), como elite, implantaram historicamente no país”. A teoria conspiratória, lançada pelo ex-ministro José Dirceu e repetida no palanque do presidente Lula, rebrota com novo vigor.

O documento do PT pode parecer surrealista. Mas não é. Trata-se, na verdade, de uma peça de notável coerência. A ética do PT é a ética do poder a qualquer preço. O fim justifica os meios. Daí o despudor com que se mente nas CPIs e a tranquilidade com que, mais uma vez, se investe contra a imprensa, instituição básica da sociedade democrática. É curioso, raro leitor, como o pragmatismo político acaba unindo os contrários. O vitimismo do ex-prefeito Paulo Maluf se aproxima, e muito, da síndrome conspiratória petista. Sentem-se, malufistas e petistas, perseguidos pelo Ministério Público e pela mídia. Ambos, no fundo, convergem para um denominador comum: o afã de poder. Independentemente de quaisquer balizas ou limites éticos. Há no Partido dos Trabalhadores, como é lógico, pessoas sensíveis e com valores. É uma pena que suas vozes não sejam ouvidas e que prevaleçam os critérios da prática.

Há menos de dois meses, o presidente do PT, Tarso Genro, numa discurso firme e moralizante, prometeu promover a “refundação” do partido. Ora, a expressão indicava a consciên-

cia da extrema gravidade da situação. O PT chegara ao fundo do poço. Agora, Genro, redator da recente resolução de contra-ataque, afirma que o partido é vítima de “chantagem pública” promovida pelo “golpismo midiático”. A autocritica foi substituída pela urgente necessidade de “lançar mobilizações regionais articuladas” para “esclarecer a opinião pública sobre os objetivos dos denuncismos em curso, inclusive estabelecendo diálogo com órgãos de comunicação que não estejam inseridos voluntariamente nesta campanha de massificação totalitária da opinião contra o governo Lula e o PT”. Quer dizer: a proposta de “refundação” foi arquivada. O PT continua imaculado. Tudo não passa de uma orquestração da mídia, do Ministério Público e das elites. E, ademais, se quisermos estar bem informados, não devemos ler este ou qualquer outro jornal, revista ou telejornal dos grupos chamados conservadores. *A Voz do Brasil* pode ser a solução. Eis a receita do PT. É fantástico, caro leitor, mas é assim.

A cúpula petista está subestimando duas coisas: a inteligência do povo e a força da democracia brasileira. Alguns críticos do partido se comportam com a mentalidade que, há décadas, tem dominado a política nacional. Dai a boa convivência com os inimigos do passado. Dai o vazio-tudo em nome da governabilidade. Encenam o que sempre criticaram. O poder matou o sonho. O pragmatismo matou a consciência. Tais comportamentos, no entanto, estão destinados ao fracasso. A sociedade brasileira não suporta mais a mentira. Venha do onde vier.

O artigo denunciado à imprensa é uma clara demonstração de fraqueza. Sabem, no fundo, que os indícios de crime praticados por inúmeros integrantes da agremiação acabaram se transformando em evidências irrefutáveis. E só uma questão de tempo. Na verdade, o partido está desabando. O País, queiram ou não os poderes de turno, está virando uma página de sua História.

A imprensa brasileira, sem as mordanças que alguns têm defendido e livre de quaisquer tentativas de cooptação, tem um papel decisivo no processo de purificação dos nossos costu-

mes políticos. A mídia não é antinada e não está a serviço de nenhuma legenda partidária. Causam-nos profunda repugnância quaisquer tentativas de engajamento. Nosso compromisso é com a verdade e com a liberdade. Como já sublinhei neste espaço opinativo, nosso cliente não é o poder. É você, caro leitor.

Corrupção, intriga, vingança e mentira, muita mentira, compõem a receita de um enredo policial. No Brasil, a vida superou a ficção. Os escândalos envolvendo membros do gover-

A SOCIEDADE NÃO SUPORTA MAIS A MENTIRA, VENHA DE ONDE VIER

no Lula e do PT reinem os ingredientes de um best seller. O presidente da República, chefe do governo, e não apenas do Estado, se protege com o manto de uma omissão clamorosa. Não sabe nada. Na viu nada. E ninguém no partido do presidente discute seriamente o caminho para aprofundar a investigação dos delitos. Debate-se, ao contrário, a estratégia mais adequada para uma operação de abafa.

A transparência informativa, de que a cúpula do PT não gosta, representa, contudo, o elemento essencial para a renovação do Brasil. O eleitor, certamente frustrado, vai ganhando crescente discernimento. O ostracismo das urnas já será um grande passo, mas não basta. A consequência do delito, independentemente da ideologia e da manipulação semântica das velhas raposas, deve ser a punição cabal e exemplar. A imprensa, no cumprimento de sua missão de informar, não frustrará a expectativa de milhões de brasileiros. Buscará a verdade. E nada mais. ●

Carlos Alberto Di Franco, diretor de Master em Jornalismo, professor de Ética da Comunicação e representante da Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra no Brasil, é diretor da Di Franco - Consultoria em Estratégia de Mídia Ltda. E-mail: dfranco@cebrasa.com.br

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para comentar a decisão do presidente Lula de 23 diversos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, de 2006. Os dispositivos vetados previam, por exemplo, a revisão de carreiras de servidores, a renegociação de dívidas do setor agropecuário, o reajuste geral com base no PIB per capita e a compensação financeira a Estados e municípios pelas perdas provocadas pela Lei Kandir.

É nesse contexto que destaco a matéria intitulada “Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo

Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006

Presidente rejeita 23 itens da proposta e desafia governadores ao dificultar compensações para perdas da Lei Kandir

GOVERNO

Ribamar Oliveira
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desagradou a governadores, prefeitos, parlamentares, ruralistas, servidores e diretores das agências reguladoras ao vetar 23 dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006. O veto mais importante dificulta a compensação financeira a Estados e municípios pelas perdas provocadas pela chamada Lei Kandir.

Aprovada em 1996, a Lei Kandir libera os exportadores de produtos agrícolas e semi-elaborados do pagamento do principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com isso, Estados e municípios perdem receita, o que é compensado com o repasse de recursos federais. Em 2005, foram repassados R\$ 5,2 bilhões para isso.

Para 2006, a LDO prevê que tal compensação – cujo valor ainda não foi definido – não seria incluída nas despesas correntes primárias da União, conceito que corresponde a todos

os gastos do governo menos pagamento de juros e investimentos. Ou seja, a compensação não

Posição faz parte de estratégia para forçar governadores a aceitar unificação do ICMS

entraria no cálculo dessas despesas, cujo limite será de 17% do Produto Interno Bruto (PIB). Com isso, o governo ficaria com mais folga para indenizar Estados e municípios.

Com o veto, o Congresso terá de cortar outros gastos previstos no orçamento da União se quiser atender aos Estados e municípios sem desrespeitar o limite de 17%. A decisão do governo faz parte de uma estratégia para forçar os governadores a aceitar uma reforma tributária que unifique a legislação do ICMS. Hoje, cada Estado tem suas regras de cobrança desse imposto, mas o Planalto pretende estabelecer normas gerais que valham para todos.

Lula vetou ainda a previsão de despesas com planos de carreira dos funcionários da Câmara,

do último dia 23 de setembro do corrente. A matéria destaca que o governo, com essa decisão, descumpriu acordos firmados previamente.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

ra, do Senado, do Ministério da Cultura e das Forças Armadas. Não foi mantida nem a revisão dos salários dos servidores pelo percentual equivalente à estimativa de crescimento real do PIB per capita. Esse índice corresponde ao crescimento do PIB dividido pelo crescimento da população. Se o PIB crescer este ano 3,4% em termos reais, como prevê o governo, e a população 1,6%, como se projeta, o aumento do PIB per capita ficaria em torno de 1,8%.

Também foi vetado o dispositivo que os parlamentares tinham incluído na LDO para evitar bloqueio de verbas destinadas a suas emendas – que reservam dinheiro para obras em suas bases eleitorais. Igualmente caiu o item que impedia o bloqueio de recursos para as agências reguladoras, que têm reclamado com frequência da baixa execução de seus gastos.

O veto evitou que fossem previstas no orçamento da União despesas com a renegociação de dívidas do setor agropecuário. Na mensagem que enviou ao Congres-

so para explicar os vetos, Lula diz que derrubou o dispositivo porque ele “representaria a institucionalização da inadimplência do crédito rural”. Ele argumenta que o saldo das dívidas renegociadas anteriormente já alcança R\$ 20 bilhões e informa ainda que “não estão previstas” renegociações de dívidas rurais para o próximo ano.

A mensagem explica que o veto às revisões de carreiras de servidores da Cultura, do Congresso e das Forças Armadas era necessário para evitar “tratamento discriminatório em relação aos demais servidores”. O reajuste geral com base no PIB per capita foi rejeitado por causa da “inequívoca repercussão negativa sobre as contas públicas” provocada pela indexação dos gastos da União.

Quanto às emendas parlamentares e despesas de agências reguladoras, Lula não quis deixá-las de fora do contingenciamento porque isso provocaria “grandes dificuldades para o gerenciamento das finanças públicas no tocante ao alcance da meta de resultado primário”. ●

No Rio, mil fazem passeata contra o governo

Manifestantes pediam saída de corruptos e gritavam: “Lula sabia, PT ladrão”

Rodrigo Moraes
RIO

Mil pessoas, na avaliação da Polícia Militar, participaram ontem de uma passeata contra a corrupção e o governo Lula. A manifestação foi dominada por bandeiras do PSOL, do PSTU e do PDT, e seguiu o percurso tradicional dos atos políticos realizados no centro do Rio, partindo da Candelária, pela Avenida Rio Branco, até a Cinelândia.

À frente da manifestação havia uma grande faixa com a frase: “Contra a política econômica de Lula/PMI – Fora todos os corruptos. ‘Lula sabia/PT ladrão’ rouba do povo pra botar no cangaço”, cantavam os militantes.

Participaram do protesto também aposentados, diversos sindicatos e representantes de

‘A crise se chama Lula’, responde PFL

vezado, o PFL rebateu ontem uma nota elaborada durante a reunião da Executiva do partido, em Brasília, às críticas do PT, que em resolução na segunda-feira acusou a mídia e a oposição de denuncismo e golpismo. “A crise tem nome e se chama Lula”, respondeu o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). “O PT está traduzindo o desespero em desafio. ‘Não somos os responsáveis pela festividade de denuncismo.’”

A nota diz que as crises política e ética “nascem e têm seu principal foco propulsor no governo Lula, que foi obrigado a demitir ministros, dirigentes de estatais, detentores de cargos de confiança respon-

sáveis diretos ou indiretos por atos delituosos”. “Foi culpa do governo, impedindo a instalação da CPI dos Bingos em fevereiro de 2004 – época do caso Waldomiro Diniz –, que a corrupção se sentiu estimulada, tornou-se arrogante, apostou na impunidade e mostrou-se incontrolável, impedindo correções de rumo e a punição de culpados.”

O PFL destaca que “é evidente que as instituições estão fortes e que a economia, graças aos trabalhadores, aos empresários e ao crescimento mundial, continua com números razoáveis, apesar de o governo atrapalhar o setor produtivo com o aumento de tributos e juros escorchantes”. ● Ana Paula Scinocca

categorias em greve, como os funcionários da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Colégio Enders Humanas e da Agência Bancários, que ontem decretaram paralisação de 24 horas, engrossaram a passeata.

Estiveram presentes ao ato o ex-deputado Milton Temer e o deputado João Batista de Araújo, o Babá, dois ex-petistas que hoje estão no PSOL. Babá defendeu a convocação de um plebiscito para decidir sobre a permanência de Lula no cargo.

“O Congresso não tem moral para votar o impeachment do Lula, que já merece”, discursou Babá no protesto. “Lula tem de sair”, acrescentou. Cem PMS do Batalhão de Trânsito e do 13º Batalhão (Praça Tiradentes) acompanharam a passeata sem registrar incidentes. ●

Governadores dizem que exigirão cumprimento da lei

Alckmin, Aécio, Rigotto e Requião reagiram com dureza ao veto do presidente que dificulta compensações pela Lei Kandir

Guilherme Evelin
Carlos Marchi

Os governadores de Estado reagiram com dureza ao veto do presidente Lula às compensações previstas na Lei Kandir para Estados e municípios. "É inadmissível", queixou-se em Minas Aécio Neves (PSDB). "É absurdo e ridículo", bradou em Porto Alegre Germano Rigotto (PMDB). "Vamos exigir o cumprimento da lei", frisou Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo. "É o fim do mundo", bateu Roberto Requião, do Paraná. "É um absurdo", afirmou Rosinha Garotinho (PMDB), do Rio de Janeiro.

Em Recife, o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) disse que o governo "é useiro e vezeiro em não cumprir acordos pré-arranjados". Aécio lembrou que este ano o governo federal mantém sob contingenciamento R\$ 900 milhões do total devido a Estados e municípios exportadores em 2005 como compensação prevista na Lei Kandir. "Havia o compromisso de liberação a partir do aumento

da arrecadação. Houve o aumento, a meta fiscal foi alcançada, mas não houve a liberação", reclamou Aécio.

DESRESPEITO

Rigotto falou no mesmo diapasão: "Há um desrespeito crescente do governo federal com os Estados", disse. Ele registrou que no fim de 2004 o governo federal fez um acordo com Estados: as compensações para Estados e municípios exportadores aumentariam na mesma proporção do aumento da arrecadação.

Aécio confirmou o que Rigotto disse: "Havia o compromisso de liberar as compensações a partir do aumento da arrecadação. Houve o aumento, a meta fiscal foi alcançada, e não houve a liberação", assinalou o governador mineiro. "Essas decisões representam um enfraquecimento da federação. O governo federal, além disso, não demonstra nenhum interesse em dar andamento à reforma tributária", afirmou Rigotto.

Todos se disseram perplexos com o veto de Lula: "O veto

do presidente surpreende a todos nós e sinaliza uma incorreção do governo federal na relação que pretende manter com os Estados", disse Aécio. "A alma do Lula foi dominada pelo Fernando Henrique Cardoso. Agora, só resta fazer exorcismo", replicou o governador Requião. Segundo o governador paranaense, a decisão de Lula se enquadra "num modelinho de paralisação do Brasil".

O QUE FAZER

Aécio disse que os governadores vão mobilizar suas bancadas no Congresso para derrubar o veto. A governadora Rosinha Garotinho disse que vai conversar com os governadores do PMDB e com o presidente do PMDB, deputado Michel Temer, para iniciar uma mobilização pela derrubada do veto.

Os governadores dos Estados exportadores devem aderir à derrubada do veto. Rigotto prometeu conversar com outros governadores e estabelecer uma negociação para rece-

ber os repasses atrasados. Ele quer criar mecanismos para evitar que a cada ano se repita a queda de braço entre os Estados e o governo federal para incluir no orçamento os recursos referentes às compensações.

Aécio Neves anunciou ontem que já acertou com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reunião para tratar do assunto na próxima semana, depois que o ministro retornar de Washington. Até Jarbas Vasconcelos, que não comanda um Estado exportador, disse que ficará solidário com seus colegas e vai mobilizar as bancadas que influenciam para agir contra o veto.

Em 2005, o total devido a Estados e municípios era de R\$ 9,4 bilhões, mas só foram liberados R\$ 5,4 bilhões (R\$ 900 milhões continuam contingenciados). O Paraná reclama dívidas de R\$ 7 bilhões; o Rio Grande do Sul diz que em 2005 teria direito a R\$ 900 milhões, mas só deve receber R\$ 480 milhões. ●

Oposição ameaça obstruir comissão

Em retaliação aos vetos, parlamentares podem paralisar discussão do Orçamento

Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

A oposição reagiu ontem aos vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ameaçando obstruir todos os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento, inclusive a votação de créditos pedidos pelo governo. O que mais irritou os parlamentares foi o fato de que os próprios integrantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento participaram das negociações e, agora, orientaram o veto presidencial. "Eles desfizeram os acordos

que tinham fechado conosco. Com essa conduta, o governo nos leva a obstruir tudo na Comissão de Orçamento. Isso vai paralisar o Congresso", disse o líder do PSDB na Câmara, Alberto Goldman (SP). "Vamos fazer as ações de sempre, como obstrução de qualquer tipo de votação que interesse ao governo", completou o deputado Pauderney Avelino (PFL-AM).

Pauderney acha que o veto ao artigo que excluía das despesas correntes o ressarcimento aos Estados pelas perdas com a Lei Kandir é "emblemático". Já

que o governo não prevê recursos no orçamento e com o veto obriga o Congresso a cortar outros gastos para atender aos Estados e respeitar o limite de 17% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Parece que há algo mais que um simples esquecimento da Lei Kandir. O veto pode representar uma pressão sobre os governadores e o Congresso", disse Pauderney. Para Goldman, o episódio mostra que a oposição não pode acreditar em mais nenhum acordo com o governo.

"É absurdo, irresponsável, muito pouco respeitoso."

Em 2004, por outros motivos, a comissão adiou até o fim de novembro a votação de créditos orçamentários dos quais dependiam áreas vitais do governo. O Executivo depende de autorização do Legislativo para fazer mudanças na alocação de recursos do orçamento, como a suplementação de verbas para alguns ministérios. Outra arma da oposição é atrasar e até encerrar o ano sem aprovar a LDO de 2006. ●

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o governo do presidente Lula teve que enfrentar mais um constrangimento no exterior, dessa vez em Washington, nos Estados Unidos, durante uma discussão sobre comércio na Câmara Brasil-Estados Unidos. O presidente da seção americana da Câmara Brasil-EUA, Tom Catania, disse que o escândalo de corrupção no Brasil hoje é tão grave quanto foi Watergate.

O caso Watergate representou o maior escândalo de política interna na história dos Estados Unidos. As investigações indicaram que colaboradores do presidente Richard Nixon tinham planejado uma operação

de espionagem contra os democratas, em 1972. O escândalo resultou na renúncia de Nixon para evitar um processo de impeachment pelo Congresso.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que a matéria intitulada “Mensalão é comparado a Watergate”, publicada no jornal **Valor Econômico** de 28 de setembro do corrente, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mensalão é comparado a Watergate

Tatiana Bautzer
De Washington

Depois do constrangimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a assembléia das Nações Unidas em Nova York, quando teve que discutir a corrupção em seu governo, ontem foi a vez do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, passar por uma saia justa durante uma discussão sobre comércio na Câmara Brasil-Estados Unidos. O escândalo do mensalão no Brasil foi comparado a Watergate por um empresário americano.

Ao apresentar o ministro e falar sobre a situação da economia brasileira em meio a crise política, o vice-presidente de relações governamentais da Whirpool, Tom Catania, disse que o “escândalo de corrupção no Brasil hoje é tão grave quanto foi Watergate”. Catania é presidente da seção americana da Câmara de Comércio Brasil-EUA. O escândalo de Watergate resultou na renúncia do presidente Richard Nixon para evitar um processo de impeachment pelo Congresso. Uma investigação do Congresso comprovou que o presidente sabia e ordenou uma invasão do escritório do Partido Democrata no edifício Watergate, em Washington.

“Não acho que os nossos problemas pareçam com Watergate, a situação é totalmente diferente”, disse o ministro logo no início da palestra aos empresários.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PT terá nova debandada antes mesmo do 2º turno”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 26 de setembro do corrente.

A matéria destaca que até sexta-feira, antes do término do 2º turno da eleição para presidente do PT, o partido dos trabalhadores assistirá a uma nova de-

mandada de parlamentares e dirigentes. Insatisfeitos, os petistas estão deixando o partido.

Sr. Presidente requero que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT terá nova debandada antes mesmo do 2.º turno

Grupos ligados à chapa Esperança Militante devem se filiar ao PSOL

CRISE NO GOVERNO LULA

Mariana Caetano

O PT assiste, a partir de hoje e até sexta-feira, uma nova debandada de parlamentares e dirigentes descontentes com os rumos do partido. Parte das correntes ou grupos que disputaram a eleição interna ao lado de Plínio de Arruda Sampaio, na chapa Esperança Militante, costura a saída da legenda em bloco. “Estamos divididos, metade quer sair, metade ficar. Não comando ninguém, mas anuncio minha decisão amanhã (*hoje*)”, afirmou Plínio, quarto colocado na corrida pela presidência do PT, com 13,4% dos votos.

A corrente Ação Popular Socialista (APS), à qual é ligado o deputado federal Ivan Valente (PT-SP), tende a deixar o PT sem fechar nenhum apoio no 2.º turno da sucessão petista. A APS tem deputados estaduais, vereadores e dirigentes em 20 Estados. Chico Alencar (PT-RJ) e outros 6 ou 8 deputados do Bloco Parlamentar de Esquerda também devem sair.

Na semana passada, o deputado federal João Alfredo (CE) devolveu a estrela vermelha, assim como dois vereadores em Niterói e militantes do Movi-

mento de Unidade Socialista, do Rio. Integrantes da tendência Fórum Socialista, a mesma do líder do PT na Assembleia de São Paulo, Renato Simões, já deixaram a sigla. Nem o resultado da eleição, que ampliou o espaço da esquerda no comando do PT, impediu as baixas.

Os dados finais do pleito serão divulgados até amanhã; Raul Pont, da Democracia Socialista, deve ir ao 2.º turno presidencial contra Ricardo Berzoini, que é do Campo Majoritário. Pont ainda tenta obter o apoio de Plínio.

O caminho da maioria dos dissidentes será o mesmo de João Alfredo, o recém-nascido PSOL, que flexibilizou a filiação para recebê-los. “A ‘filiação democrática’ é tradicional na esquerda europeia”, explicou o ex-petista Milton Temer, dirigente do PSOL. “Como há identidade com essas personalidades, elas podem disputar a eleição sem se submeter ao estatuto e ao programa partidário.” O desejo dos dissidentes é construir um novo partido. Mas quem quiser concorrer no ano que vem precisa estar filiado à legenda pela qual será candidato até sexta, dia 30. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fato que o governo do presidente Lula investe pouco; o nível de investimentos públicos é muito baixo. Mas a justificativa para isso não pode ser somente o superávit primário que, aliás, está bem acima da meta prevista. O problema maior está mesmo é na falta de competência do governo federal para planejar e executar políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País.

O artigo intitulado “Precisa-se de gerentes”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 28 de setembro do corrente, ilustra muito bem a situação. Segundo o artigo, “o governo brasileiro investe pouco, hoje, não somente porque economiza muito, mas principalmente porque não sabe planejar, preparar projetos, definir prioridades e cuidar

de obras. De modo geral, falta mais competência para administrar políticas do que dinheiro para investir. Falta gerência, no governo federal, para definir prioridades e articular a ação dos ministérios”.

Após dois anos e meio de governo Lula continuamos assistindo a um governo que, definitivamente, não tinha um projeto de governo mas, sim, apenas um projeto de poder.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS & INFORMAÇÕES

Precisa-se de gerentes

Não adianta amaldiçoar o pãdurismo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por causa do baixo investimento público. O ministro pode ser pãduro. Seus críticos podem acusá-lo, provavelmente com injustiça, de preferir o resultado fiscal à construção de estradas e centrais elétricas. Que o Brasil tenha hoje um bom superávit primário e esteja além da meta não é segredo. Mas o governo brasileiro investe pouco, hoje, não somente porque economiza muito, mas principalmente porque não sabe planejar, preparar projetos, definir prioridades e cuidar de obras.

De modo geral, falta mais competência para administrar políticas do que dinheiro para investir. O PT chegou ao governo com a promessa de implantar políticas de crescimento econômico e de criação de empregos. Pretendia, pelo menos na propaganda, recuperar para o Estado um papel de liderança no desenvolvimento. Na prática, ficou longe disso. O governo não conseguiu surpreender com uma política fiscal muito séria e com uma política monetária de grande severidade, mas falhou em quase todo o resto.

Levou mais de um ano para lançar a política industrial e de tecnologia e nem essa está sendo plenamente executada. A política de inovação, por exemplo, ainda é uma promessa.

Na área de infra-estrutura, demorou nas primeiras definições de regras para os investidores. Poderia ter iniciado pelo menos uma série de investimentos próprios, independentes da participação privada. Mas também não foi capaz de fazê-lo. Faltou capacidade para definir os objetivos centrais de um plano, criar uma carteira de projetos e avançar na sua execução.

Dentro do governo essa falha é hoje reconhecida. O novo secretário-executivo do Ministério do Planejamento, João Bernardo Bringel, prometeu numa entrevista ao jornal *Valor* uma “quebra de paradigma” na gestão de investimentos. Atualmente, explicou o secretário, as etapas anteriores ao empenho de verbas para projetos são cumpridas no ano de execução do orçamento.

A idéia, agora, é cumpri-las no exercício anterior. Hoje, a maior parte dos empenhos – o efetivo comprometimento de verbas – ocorre

no segundo semestre. O atraso é geral. Projetos de obras municipais financiadas com recursos da União são entregues aos ministérios no meio do exercício fiscal e isso é apenas parte do festival de incompetência administrativa. Não surpreende o governo federal ter empenhado, até agora, pouco mais de um quarto das verbas orçamentárias para investimento e realizado menos de um décimo das despesas previstas. Fala-se muito no contingenciamento de verbas, isto é, no congelamento temporário de recursos determinado em todo início de ano. Mas esse tipo de reclamação fica longe das questões mais importantes.

O primeiro ponto é a estrutura do orçamento. A maior parte das verbas tem destinação obrigatória e corresponde a despesas com crescimento em grande parte automático. É mais fácil cortar os gastos livres e estes incluem normalmente os investimentos. É preciso, portanto, eliminar ou reduzir as vinculações constitucionais.

Em segundo lugar, nem todo investimento previsto no orçamento brasileiro contribui de fato para o desenvolvimento econômico e social. Boa parte dos gastos associados a emendas de parlamentares é mero desperdício, do ponto de vista das prioridades federais. Esses gastos seriam contados estatisticamente como investimentos, mas estatísticas não bastam para fortalecer a economia.

Em terceiro lugar, falta gerência, no governo federal, para definir prioridades e articular a ação dos ministérios. Um mínimo de coordenação impediria, por exemplo, o corte de verbas para programas de sanidade animal e deslocaria o arrocho para outra área. O custo de um novo surto de aftosa, numa zona exportadora, seria enorme. Não é essa a maneira inteligente de economizar dinheiro. Mas é possível podar outros gastos e ainda elevar o padrão do serviço público.

O governo poderia realizar o mesmo superávit primário e gastar muito mais, e muito melhor, em projetos de investimento. A economia de dinheiro é parte do problema, evidentemente. Principalmente quando se economiza R\$ 96 bilhões em 12 meses e se paga R\$ 105 bilhões em juros da dívida em 8 meses. Mas o problema maior está no orçamento irracional e na baixa competência para planejar, projetar e executar políticas.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Desculpas não bastam”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 27 de setembro do corrente.

O artigo se baseia na última entrevista do ex-ministro José Dirceu, concedida à **Folha de S. Paulo** do último dia 25 de setembro do corrente, para afirmar que a atual crise ético-política pode ficar marcada pela “tentativa de minimização de culpas, pela via da deturpação (ou ‘criação’) de conceitos, por parte dos que dela emergem indelevelmente maculados. Procura-se, por exemplo, transformar em simples erros o que, notoriamente, são crimes a punir; para tanto, inventam-se conceitos como ‘créditos não contabilizados’ para explicar ‘dinheiro sujo’; ou se inventa a

anódina expressão ‘responsabilidade política’ como se esta pudesse substituir responsabilidades concretas, de maiores conseqüências, tais como as de natureza legal, administrativa ou penal”.

O artigo conclui: “Tudo bem, desde que o deputado tenha consciência de que, nesse assunto escabroso, além de erro há crime, além de correção tem que haver punição – e aí desculpas ao País não bastam”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS & INFORMAÇÕES

Desculpas não bastam

É possível que no longo das próximas décadas a grande crise ético-política que o País atravessa fique marcada, entre outras coisas, por algo estranhável e inédito: a tentativa de minimização de culpas, pela via da deturpação (ou “criação”) de conceitos, por parte dos que dela emergem indelevelmente maculados. Procura-se, por exemplo, transformar em simples erros o que, notoriamente, são crimes a punir; para tanto, inventam-se conceitos como “créditos não contabilizados” para explicar “dinheiro sujo”; ou se inventa a anódina expressão “responsabilidade política” como se esta pudesse substituir responsabilidades concretas, de maiores conseqüências, tais como as de natureza legal, administrativa ou penal.

O deputado e ex-ministro José Dirceu instituiu como “prato de resistência”, na defesa de seu mandato parlamentar, o argumento da distribuição de culpas. Disse ele (em entrevista à *Folha de domingo*): “Parece que eu fui presidente do PT sete anos sozinho, secretário-geral cinco anos sozinho, né? O PT não foi construindo assim. Tem dezenas de dirigentes importantes que hoje são prefeitos, governadores, ministros, deputados e senadores, que participaram de toda essa estratégia comigo.” Ora, ninguém jamais duvidou disso. Apesar de o País inteiro reconhecer a importância da liderança de José Dirceu na conquista que Lula e o PT fizeram do Poder – especialmente na montagem de alianças partidárias que levaram à vitória nas urnas presidenciais, depois de três tentativas frustradas –, é claro que dessa estratégia José Dirceu não foi, nem poderia ter sido, o único operador. O de que se duvida é justamente o contrário, ou seja, de que, como presidente e secretário do partido por tantos anos, assim como na qualidade de todo-poderoso ministro de Lula, não tenha mais do que “responsabilidade política” por toda essa estratégia de compra de poder político desnudada pelas CPIs, Polícia Federal e Ministério Público.

Nessa distribuição de culpas o deputado não deixou de incluir o presidente Lula – o que, aliás, foi coerente, pois sempre disse que o presidente da República “sabia de tudo”, embora ressaltando agora, ao que parece sem faltar à verdade, que a sua foi meramente uma

“responsabilidade política”. Em termos éticos a responsabilidade de José Dirceu se revela de forma até curiosa, quando a certa altura da mencionada entrevista revela: “Eu sempre disse ao presidente que o governo não podia perder a maioria na Câmara e no Senado. Que perder a maioria seria caminho para CPI e que CPI é caminho para tentar desestabilizar e inviabilizar governo.” Não se duvida da sinceridade destas palavras, especialmente por virem de quem sabia dos riscos que correria, com CPIs, um governo que parava “não roubar nem deixar roubar”...

Ao negar a existência do mensalão, apesar de admitir a “legalidade” do caixa 2 para financiamento partidário, e ao insistir em apontar os empréstimos burocráticos como origem de toda a colossal dinheirama de origem escusa, circulada entre entidades, partidos e pessoas públicas, o deputado Dirceu se coloca contra os indícios mais evidentes que têm surgido nas CPIs, com seu vasto estoque de documentos e depoimentos, assim como de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público, todos no sentido de apontar tais recursos como provenientes do desvio de dinheiro público, por meio de superfaturamento, licitações fraudulentas e outros mecanismos de arrecadação, via corrupção.

As vezes José Dirceu demonstra desprezo pela lógica, como se, por conveniência, fosse possível admitir a culpa só dos que são corrompidos, e não a dos que corrompem. Por exemplo, ele diz: “Os partidos (PL, PP e PTB) assumiram que receberam dinheiro. Mas isso não quer dizer que o governo é corrupto e que o PT é corrupto.” Não quereria dizer isso, de fato, se houvesse uma outra entidade indefinível, infalível – que não o governo ou o PT – que, por alguma razão misteriosa, pretendesse abastecer, generosamente, partidos políticos, com dinheiro “não contabilizado”... De qualquer forma, aquele que foi, pelo menos, o segundo dirigente petista mais importante (admitindo-se que Lula tenha sido o primeiro) não deixa de fazer sua confissão de culpa ao dizer: “Esse é um erro e o PT vai pagar por ele. Nós vamos ter que pedir desculpas ao País.” Tudo bem, desde que o deputado tenha consciência de que, nesse assunto escabroso, além de erro há crime, além de correção tem que haver punição – e aí desculpas ao País não bastam.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 36 minutos.)

(OS Nº 16752/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que essa informação não é pra valer porque o Senador Mão Santa é um regimentalista e saberá respeitar o Regimento, mas eu, em consideração aos demais colegas, não vou usar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Na ONU há um Secretário-Geral. Aqui há um mais enérgico e austero que é o Raimundo Carreiro.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... o tempo regimental.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de manifestar também o meu repúdio a essa postura incrível do Presidente Lula e do seu Governo, patrocinando uma candidatura na Câmara dos Deputados de forma a interferir indevidamente no Poder Legislativo.

Aliás, o articulista Fernando Rodrigues, da **Folha de S.Paulo**, qualificou de forma precisa a eleição de hoje para a Presidência da Câmara. Diz Fernando Rodrigues: “Marcará a mais aberta operação recente de intromissão do Poder Executivo sobre o Congresso”. Sem dúvida, Sr. Presidente.

Sem dúvida, Sr. Presidente, não há como deixar de manifestar indignação diante desse comportamento que revela relação de promiscuidade com o Poder Legislativo. Aliás, uma espécie de institucionalização do mensalão com recursos do Orçamento da União.

Quando o Governo, a pretexto de uma coincidência incrível, anuncia, na antevéspera da eleição, a distribuição de R\$500 milhões, certamente o faz com o propósito de orientar a votação na Câmara dos Deputados a favor do candidato escolhido. Uma forma de convencer, uma forma de cooptar, uma forma espúria de orientar o voto na Câmara dos Deputados, uma operação chapa branca.

Sr. Presidente, o Governo coincidentemente libera recursos orçamentários da mesma forma que liberava

recursos o “Valerioduto”, para aplacar as consciências em momentos de votação considerada impopular, para conquistar parlamentares que mudavam para o partido da base aliada.

Por exemplo, em fevereiro, março, abril e maio de 2003, houve prodigalidade do Sr. Marcos Valério na distribuição de recursos sacados na boca do caixa do Banco Rural. Exatamente nos meses em que tivemos a maior movimentação de transferência de parlamentares de um partido para outro. Depois, no mês de setembro, repetiu-se a prodigalidade quando tivemos votação de matérias importantes do interesse do Governo: a reforma da Previdência e a reforma tributária.

O Presidente Lula segue os passos de Marcos Valério e de Delúbio Soares e manda distribuir recursos orçamentários no momento em que depende do apoio de Parlamentares na Câmara para eleger o seu Presidente preferido.

Esse rolo compressor para eleger o candidato a Presidente da Câmara oferece cenas explícitas de despudor. Eu ouvi, hoje, no restaurante do Senado, o depoimento de um Deputado Federal da base de apoio ao Governo, um Deputado de muitos mandatos que afirmou jamais ter visto tanta pressão em toda a história da sua permanência em Brasília na Câmara dos Deputados, nem mesmo no período autoritário. O constrangimento ficou explicitado em função da contundência com que operou o Governo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedi mais dois minutos a V. Ex^a. Sei que isso era desnecessário, pois trinta segundos já seriam suficientes pelo tamanho da sua inteligência.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...para assegurar, Senador Mão Santa, a vitória de Aldo Rebelo, que certamente ocorrerá. Daqui a pouco, teremos a votação em segundo turno e, certamente, o vitorioso será o candidato do Governo.

É inconcebível que a liberação das verbas ocorra em função desses critérios. Não há uma relação entre custo e benefício do investimento; não são os melhores projetos os escolhidos; enfim, o que há é a prática do “é dando que se recebe”. Há quanto tempo se cunhou esta frase: é dando que se recebe. Em Brasília, o Presidente Lula é aquele que mais segue essa orientação desse incrível filósofo. Esse franciscanismo da era petista valeriana parece que foi concebido a partir do bernal do ex-tesoureiro Delúbio Soares.

O Governo Lula consegue, a cada momento, perpetrar novos ataques à ética. Aliás, é uma gestão manca que se arrasta da maneira mais patética.

Aliás, no próximo dia 31 de outubro, o Governo deverá render homenagens especiais ao inesquecível personagem de Monteiro Lobato, o Saci Pererê. No dia consagrado ao personagem do rico folclore brasileiro, instituído, aliás, por um projeto do futuro Presidente da Câmara...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Já vou concluir, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedi mais um minuto em respeito à grandeza do Paraná e a liderança de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não me concedeu, não, me tomou o último minuto, Senador.

Aliás, um projeto de autoria do Deputado Aldo Rebelo. A artilharia do Palácio do Planalto utiliza esse grosso calibre para atingir os seus objetivos.

E o Presidente, ainda trajando um quimono, declarou que estava pronto para luta e confundiu tatame com o tapume. Aliás, é de um tapume que o Governo precisa para acobertar os atos ilícitos praticados atualmente pela sua gestão lamentavelmente ímproba.

Vou concluir agora, lembrando que, na sociologia goiana...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...há algo de autoria de Gilberto Mendonça Teles, do início da década de 30: uma trova muito pitoresca que eu deixo como registro caricato do momento que vivemos:

Saci é bicho danado,
pula até nos convencer.
Precisa ser dedurado.
Precisa um dia perder o seu charme
E ser cassado de sua graça e de seu poder.

Ata da 170ª Sessão não Deliberativa, em 30 de setembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Paulo Paim, Heráclito Fortes e Rodolpho Tourinho

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.775, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2005 (nº 1.404/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 392, de 2005 (nº 1.404, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 392, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 392, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

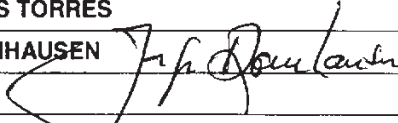
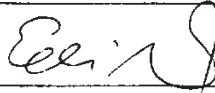
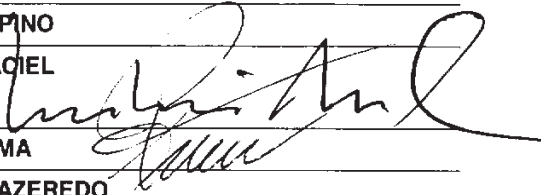

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 392/2005 NA REUNIÃO DE 21/09/05.
OS SENHORES SENADORES:

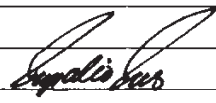
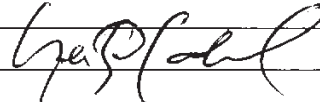
PRESIDENTE:





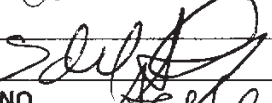
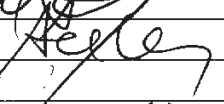
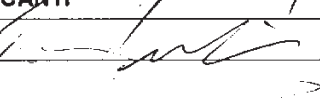
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN 	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO 	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES 
SÉRGIO CABRAL 	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BÉZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI 	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 392/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
IRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOÍZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 36 SIM: 35 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 29

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 09 / 2005



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002.

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 1.776, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2005 (nº 1.540/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 396, de 2005 (nº 1.540, de 2004, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão

de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 396, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 396, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

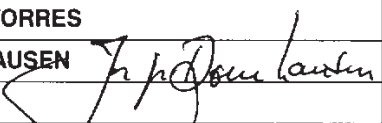
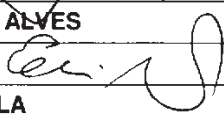
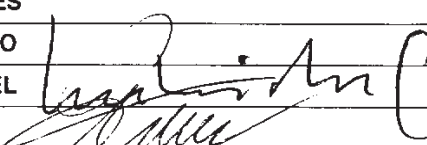

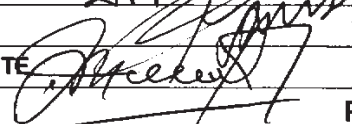
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 396/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:

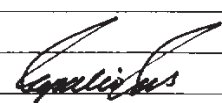
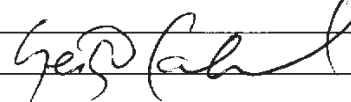
PRESIDENTE:




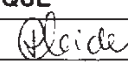
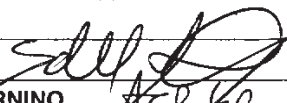

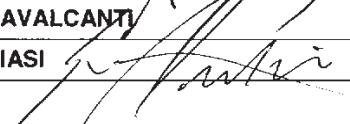
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN 	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO 	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
RELATOR:	2- GARIBALDI ALVES FILHO
ÍRIS DE ARAÚJO	3-(VAGO)
VALDIR RAUPP	4- PAPALÉO PAES 
GERSON CAMATA	5- MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL 	6- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	7- ROMERO JUCÁ
NEY SUASSUNA	8- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI 	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 396/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				VAGO				
JORGE BORNHAUSEN					GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: ~ ABS: ~ AUTOR: ~ PRESIDENTE: 01



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 09 / 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 1.777, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2005 (nº 1.574/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 397, de 2005 (nº 1.574, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Co-

missão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 397, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizenses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 397/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	RELATOR: <i>Romeu Tuma</i>
GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	8- SÉRGIO GUERRA
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	9- LÚCIA VÂNIA
	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>	4- PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>
SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE <i>Aloízio Mercadante</i>
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 397/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				VAGO				
JORGE BORNIAUSEN					GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LINDO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE					VAGO				
GERSON CAMATA	X				PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL					MÁO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/09/2005



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002).

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

PARECER Nº 1.778, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de

2005 (nº 163/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Leonel Pavan**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 404, de 2005 (nº 163, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem servi-

ços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 404, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

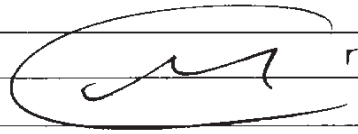
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 404, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005

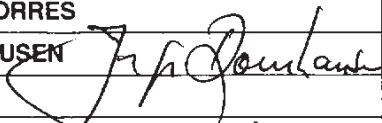
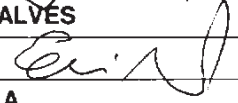
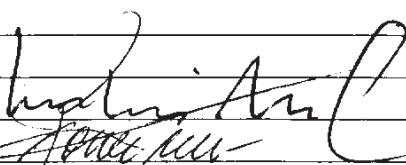
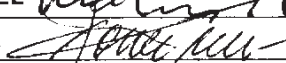
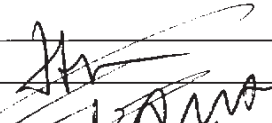
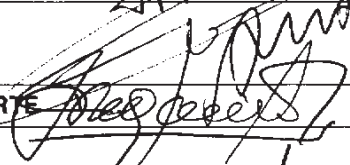
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 404/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:**


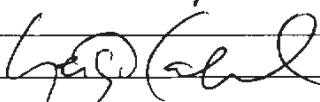
PRESIDENTE:




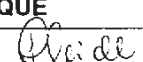
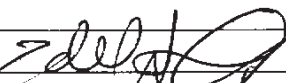
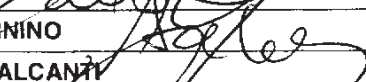
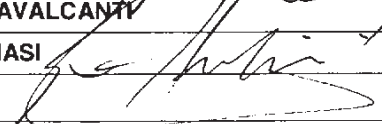
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN 	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO 	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR:	
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES 
SÉRGIO CABRAL 	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI 	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 404/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO FERREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/09/2005



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.779, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2005 (nº 1.122/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 405, de 2005 (nº 1.122, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Co-

missão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme precei-

tua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto


Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 405, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 405/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	RELATOR: <i>Teotônio Vilela Filho</i>
GERALDO MESQUITA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	9- LÚCIA VÂNIA
	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>
SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 405 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
IRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 09 / 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
PARECER Nº 1.780, DE 2005
.....

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2005 (nº 1.592/ 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 408, de 2005 (nº 1.592, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodi-

fusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão. O ato foi submetido á apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.6115, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 408, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 408, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 20 de setembro de 2005

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 408/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
RELATOR: MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT


AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 408/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGÉ					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM; 15 NÃO; - ABS; - AUTOR; - PRESIDENTE: 01


SENADOR GERSON CAMATA
 Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 20/09/2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por

igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.”(NR)

PARECER Nº 1.781, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2005 (nº 1.618/2005, na Câmara dos

Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator **Ad hoc**: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 409, de 2005 (nº 1.618, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 409, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

À matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

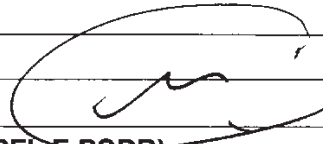
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 409, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

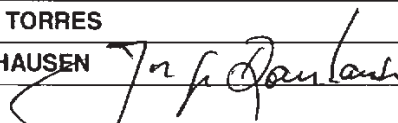
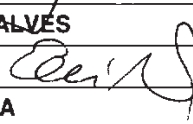
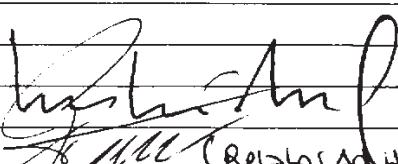

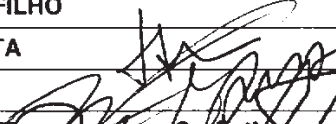
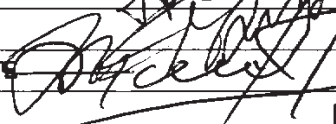
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 409/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05
OS SENHORES SENADORES:

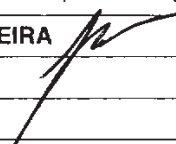

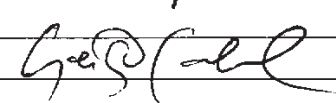
PRESIDENTE:




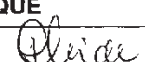
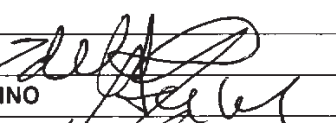
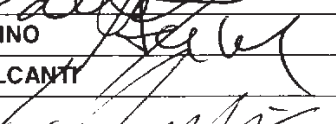
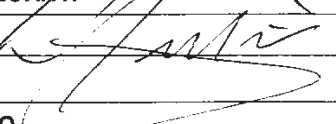
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN 	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO 	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA  (Relator Ad Hoc)
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES 
SÉRGIO CABRAL 	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM 
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
RELATOR:	
IDELI SALVATTI 	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO 	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

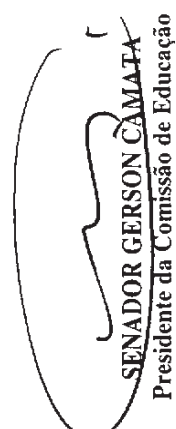
AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 409/05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
IRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SÉRGIO CABRAL	X				MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01


SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 09 / 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

PARECER Nº 1.782, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2005 (nº 1.680/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 410, de 2005 (nº 1.680, de 2005 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 410, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legis-

lativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

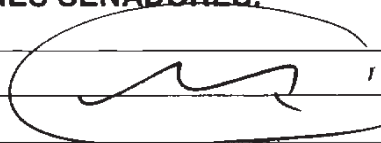
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 410, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 20 de setembro de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 410/2005 NA REUNIÃO DE 20/09/05.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN <i>J. Bornhausen</i>	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison</i>	5- MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
TEOTÔNIO VILELA FILHO	RELATOR:
GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	9- LÚCIA VÂNIA
	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3-(VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>
SÉRGIO CABRAL <i>Sérgio Cabral</i>	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM <i>Paulo Paim</i>
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO <i>Roberto Saturnino</i>	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 410 / 05

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					VAGO				
JORGE BORNHAUSEN	X				GILBERTO GOELLNER				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
ÍRIS DE ARAÚJO					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALÉO PAES	X			
SERGIO CABRAL	X				MAO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM	X			
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO	X				MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO					JUVÊNCIO DA FONSECA				



SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 09 / 2005

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....
CAPÍTULO V
Da Comunicação Social
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....
O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 136, de 2005**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 392, 396, 397, 404, 405, 408, 409 e 410, de 2005**.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado

pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Há oradores inscritos.

O primeiro inscrito é o Senador Teotonio Vilela Filho.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para seu pronunciamento.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique foi a Alagoas na última sexta-feira para uma conferência em Maceió sobre sua visão de Brasil e de mundo. E não deu para quem quis: quase 400 cadeiras extras, dois telões, mas não foram suficientes. Muita gente não conseguiu ver, nem ouvir, e muito menos entrar no prédio da Associação Comercial de Maceió para ouvi-lo.

Alagoas, de alguma forma, fez justiça a Fernando Henrique, que foi ao mesmo tempo o mais alagoano de todos os presidentes da República e o mais operoso de todos os governadores de Alagoas.

Que outro presidente investiu em Alagoas mais de R\$1 bilhão a preços históricos? Qual outro governador terá um saldo tão expressivo de obras estruturantes em todas as regiões do Estado? Quem mais fez adutoras? Quem mais fez saneamento? Quem iniciou projetos tão vitais como o de revitalização das lagoas? Quem iniciou a concretização de sonhos tão antigos quanto o canal do sertão? Quem iniciou a expansão e a internacionalização do aeroporto inaugurado na semana passada?

Presidente alagoano, governador operoso, Fernando Henrique foi também o mais eficiente e presente de todos os prefeitos de algumas das nossas maiores cidades, como Arapiraca, por exemplo. Que outro levou água a 100% da área urbana de Arapiraca? Que há 10 anos tinha somente 10% de água encanada, e Fernando Henrique colocou água na sede e em praticamente todos os povoados rurais. Que outro fez lá o maior Programa Bolsa-Escola do Brasil? Que outro fez tantas e tantas ações em Arapiraca e lá no agreste das Alagoas?

Quantas perguntas mais se poderiam fazer para uma mesma resposta: nenhum Presidente da República até hoje dispensou mais atenções a Alagoas que o paulistano carioca ou o carioca paulistano Fernando Henrique Cardoso.

Quem iniciou a revitalização do baixo São Francisco, criando em Penedo, por exemplo, importante pólo de piscicultura e rizicultura? Quem fez as adutoras do

Sertão e do Agreste? Quem comandou o maior projeto de engenharia ambiental de todo o nordeste, beneficiando 90 municípios alagoanos? Fernando Henrique, Fernando Henrique, Fernando Henrique.

Em Pão de Açúcar, um município lá do sertão das Alagoas, há água encanada e tratada com cloro e flúor na sede do município e em todos os povoados rurais. Obra de Fernando Henrique. Começou a barragem para o abastecimento de Palmeira dos Índios. Obra de Fernando Henrique. Começaram tantas outras obras e, encerrado o governo, todas tiveram o mesmo destino: pararam. À exceção do aeroporto, cujas obras continuaram com os recursos da Infraero, todas as outras obras, em Alagoas, iniciadas no Governo Fernando Henrique pararam. O canteiro de obras virou cemitério de obras. Parou tudo.

O governador-presidente ou o presidente-governador foi decisivo para a reversão de índices sociais cruéis, que então se registravam nos Municípios de Teotônio Vilela e São José da Tapera, por exemplo. Quem não lembra que o próprio Fernando Henrique foi a São José da Tapera lançar o programa nacional da bolsa-alimentação? Foi um símbolo para o Brasil. E hoje se percebe, com muita clareza, que essa viagem foi também uma prova irrefutável de que o compromisso com uma região não depende de certidão de nascimento, mas de sensibilidade política e compromisso social.

Depois de Fernando Henrique, Alagoas já viveu secas e enchentes. Os prefeitos decretaram estado de calamidade, mas antes de vê-los referendados pelo Governo Federal, já têm de trocar a razão da emergência, que ora é seca, ora é enchente. Só não muda a postura do Governo Federal: nada faz, nada providência, nada libera. E na chefia do governo, além de nordestino, há um retirante, um retirante de seca que não tem dado a menor importância para as agruras dos sertanejos alagoanos.

O próprio Governador Ronaldo Lessa, presente à conferência, fez questão de testemunhar, de público, o quanto a gestão FHC ajudara sua administração. E o Governador Ronaldo Lessa era de oposição ao Presidente Fernando Henrique. Foi mais de R\$1 bilhão em investimentos em obras e projetos estruturantes, praticamente todos paralisados pela incompetência que o sucedeu.

A razão maior da fantástica afluência à conferência de Fernando Henrique em Maceió, no entanto, foi menos sua ação administrativa em Alagoas e muito mais sua postura política no exercício da Presidência e fora dela.

Fernando Henrique já teria seu nome na história somente pela implantação e consolidação do Plano

Real, pela estabilização da moeda e da economia e pelo controle da inflação, sem se falar na universalização do ensino fundamental e do fantástico esforço de transferência de renda e inclusão social, representado por programas como o Bolsa-Escola, por exemplo.

Na Presidência, ele deixou uma preciosíssima lição de como manter a máquina do Estado longe da eleição. Ele foi o Presidente da Lei de Responsabilidade Fiscal, que até quiseram revogar. Foi o líder que, mesmo partidário, não usou a máquina do Governo para fazer seu sucessor.

Resuma-se em poucos itens: mesmo agressivamente atacado pela Oposição de então, comandou o processo de transição mais civilizado de nossa história. Como raro, deixou o Governo e sua estrutura à margem do processo eleitoral, o que os tempos atuais mostram que não é pouca coisa. Combatido como nunca em todos os pilares de sua política econômica e social, viu seus opositores adotarem os mesmos programas, apenas com outros nomes. A diferença é a reconhecida ineficiência que marca a execução de alguns programas. Não pareça cinismo, Sr. Presidente, ou deboche registrar que, de original mesmo, o atual Governo só tem as malas de dinheiro e as cuecas de dólares...

Fernando Henrique deu ao Brasil um rumo que nem seus críticos mais duros conseguiram modificar.

Uma segunda grande lição ele vem repetindo ao País nos últimos meses, quando a Administração que o sucedeu patina num lodaçal que parece não ter limites. Quando estava na Oposição, o PT tinha duas ocupações favoritas: a primeira era denunciar todo mundo por qualquer coisa, em qualquer circunstância, utilizando-se até de expedientes escusos, como o uso de documentos fiscais e bancários sigilosos. A segunda grande ocupação do Partido dos Trabalhadores era pedir a deposição do Presidente.

Nunca se viu tanta lama como ocorreu agora. Mas a Oposição, liderada por Fernando Henrique, jamais gritou "Fora, Lula". Ao contrário, tem administrado a crise com exemplar responsabilidade.

Na conferência em Maceió, Fernando Henrique falou do Brasil e do futuro, sem travos, sem ranços, absolutamente desarmado, como sempre o foi. Mais ainda, falou sem quaisquer críticas a seu sucessor, por mais fácil que seja falar mal do atual Governo. Não surpreende que tantos alagoanos de Maceió tenham disputado um lugar para ouvir Fernando Henrique. Ele é diferente. Nem precisa dizer, todo mundo sabe.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Teotônio Vilela Filho.

Passamos a palavra à Senadora Iris de Araújo.

S. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os acontecimentos que formam hoje o explosivo ambiente nacional apenas reforçam a necessidade imperiosa de se repensarem os estilos e os métodos que caracterizam a prática política no País.

O momento é, sim, decisivo para a tomada de novas posições. A credibilidade dos agentes públicos, Sr. Presidente, pode estar sendo afetada de maneira cabal, o que seria um verdadeiro desastre de dimensões históricas, com conseqüências imprevisíveis no que se refere à inteira preservação das instituições democráticas.

Mudança de comportamento significa, de fato, retomar o sentido puro de agir em face da ação pública, o que significa dar um basta à política como mercadoria, como objeto de troca, como balcão de negócios, como satisfação dos interesses pessoais em detrimento das causas maiores da sociedade.

As atitudes de alguns poucos que se enveredaram pelos caminhos dos atos ilícitos têm, infelizmente, esse poder da dimensão da mídia, de tal forma que o conjunto do segmento político acaba sendo vítima da insensatez dos que usurparam suas relevantes funções para servirem à mesquinhez de suas ambições.

No lado oposto ao curso dos acontecimentos, está a dignidade do povo brasileiro, que, naturalmente, não abrirá mão da mais absoluta justiça, com a punição exemplar de todos aqueles que feriram de morte a ética.

O Brasil é palco de inúmeros movimentos sociais de dimensão universal, conta com uma população criativa e sempre aberta a influências. Ao contrário das sociedades mais tradicionais e fechadas, vivemos num cenário marcado pela própria diversidade, com suas inúmeras manifestações culturais, políticas e religiosas, com a abrangência das idéias e das perspectivas. Uma nova prática política necessita refletir a profundidade desse ambiente, agir de maneira plural e se apresentar como instrumento aberto para o debate e para a prática da crítica. De fato, Sr. Presidente, a sociedade brasileira vive um processo avançado de amadurecimento de sua consciência coletiva e saberá, no momento certo, separar joio e trigo.

Esse alto nível de consciência política, social e econômica tem o poder de um furacão para destruir mitos, de tal forma que não ficará pedra sobre pedra no edifício da corrupção. O eleitor será infinitamente mais criterioso a partir de agora. E saberá distinguir, com

muito mais clareza, o que é propaganda enganosa do que é realmente sincero e verdadeiro. Assim, a reforma política precisa ser feita impreterivelmente.

Hoje abri os jornais e fiquei preocupada, porque algumas manchetes falam, já, da impossibilidade de se votar agora essa reforma eleitoral. Isso precisa ser transformado. O horário político de televisão, por exemplo, tem que se transformar em um debate aberto e franco, sem roteiros nem truques de imagens, com cada candidato expondo suas idéias de maneira espontânea e autêntica. E o mais importante: com todos obrigados a apresentar semanalmente a prestação de contas dos custos da campanha, especificando item por item os recursos arrecadados e as despesas. Se há boas intenções, por que não fazer isso de maneira clara? Deve-se usar o horário da televisão inclusive para esclarecer ao eleitor como está se processando a arrecadação de recursos da campanha, o que é perfeitamente lícito quando feito às claras, para que todos tenham conhecimento.

Este é o momento para avançar. Enganam-se os que pensam que o mensalão e o mensalinho surgiram agora. Essa é uma prática já viciada, antiga e que se manifesta sob diferentes formas, Senador Rodolpho Tourinho. Uma das mais sutis é esse superpoder que se delega ao governante de nomear milhares de pessoas por meio das vagas comissionadas. Esse instrumento legal, na verdade, acaba se tornando em método de compra de votos. São cargos públicos usados para calar consciências. Essa herança se torna ainda mais indecente porque envolve dinheiro público.

A política, daqui para diante, deve ser a prática que revele como realmente somos, com defeitos, qualidades e sonhos. São inaceitáveis, portanto, as atuais regras de financiamento de campanhas: elas tornam a disputa injusta e desproporcional. São necessários mecanismos que dêem condições de igualdade aos participantes. O dinheiro não pode jamais ser determinante, mas sim as idéias, aquilo que pensamos e que podemos transmitir, aquele conhecimento que adquirimos ao longo de nossa vida pública, bem como a vontade de fazer, de realizar.

Sr. Presidente, as autoridades deste País precisam, urgentemente, redescobrir o sentido da seriedade e da transparência tão fundamentais ao perfeito exercício da atividade pública. O esclarecimento de quaisquer dúvidas que parem sobre suas funções não pode jamais ser realizado por meio de atitudes emocionais. Não! Este esclarecimento é obrigatório: que seja olho-no-olho, direto, objetivo, claro, preciso – e submetendo-se às imprescindíveis regras democráticas. Afinal, a sinceridade é o oxigênio que dá vitalidade e força ao organismo institucional.

Na verdade, vivemos uma disparidade dramática. No momento em que os vetores da economia nacional exibem números positivos em diversos fundamentos, a eclosão da crise política dissemina incertezas e, mais uma vez, nos coloca diante de um cenário de interrogações a respeito de nossas perspectivas, de nosso futuro.

Este é um País com imensas potencialidades. Uma Nação que possui um povo laborioso e trabalhador. Uma terra que produz frutos generosos. Está na hora de acreditarmos no Brasil, Senador Paulo Paim. Sei que V. Ex^a acredita, todos que estamos aqui acreditamos, senão, não teria sentido a nossa presença neste palco. No entanto, Senador Sibá, para atingirmos nossos mais caros ideais, é imperativa a recondução do País à normalidade política – antes que esta crise passe, de fato, a afetar a estrutura da economia com conseqüências imprevisíveis.

Queremos o País passado a limpo, mas limpo mesmo.

As CPI, que hoje fazem tanto sucesso de público, devem ser, acima de tudo, capazes de apurar com rigor as responsabilidades e de indicar à Justiça os fatos para o devido desfecho. Nada de pizza, nada de pacto!

Que a verdade possa ser revelada sem retoques e que os punidos sirvam de exemplo para que a ética não seja outra vez destroçada, como ocorreu agora neste período.

Acredito ainda, A Sra. e Srs. Senadores, que é da dimensão da crise, que é do fundo do poço que pode surgir um Brasil melhor.

Concedo um aparte, com o maior prazer, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senhora Iris de Araújo, faço questão de fazer este aparte a V. Ex^a, cumprimentando-a pela firmeza, pela clareza do pronunciamento, característica que a acompanha desde o primeiro momento. Durante aquele período em que estive no Senado, bem como agora, quando retornou, V. Ex^a sempre fala com convicção, com firmeza, mas com muita sensibilidade e de uma forma didática, apontando para o amanhã, para o futuro. Neste momento, V. Ex^a toca no assunto das CPIs, da Corrupção. Quero somar-me ao seu pronunciamento e dizer que a minha preocupação, que entendo também ser a de V. Ex^a, é que o prazo para a reforma eleitoral – nem é a reforma política – termina neste fim de semana. O Senado cumpriu a sua parte. Fizeram algumas críticas, que são legítimas, aqueles que discordaram da proposta por nós aqui aprovada por unanimidade, que veio, inclusive, com o cunho de um Senador da própria Oposição e foi para a Câmara dos Deputados.

Ora, entendo que é um equívoco não se aprovar, pelo menos, a reforma eleitoral. Por outro lado, todos nós que colaboramos para que esse processo acontecesse, vamos dizer: tudo bem; ano que vem, as regras serão as mesmas, e que venham outra CPIs. Continuaremos o debate interno nas CPIs, com a proposta concreta para que, efetivamente, não tenhamos mais meia-dúzia de CPIs em uma manhã, num período pós-eleitoral. A essa questão o Congresso Nacional não respondeu. V. Ex^a coloca muito bem: vamos punir todos os que forem culpados, se for efetivamente comprovado o crime cometido. Seja com cassação, com punição, enfim, doa a quem doer – frase já cunhada não por mim, mas por toda a sociedade. Porém, seria fundamental que, pelo menos, mudássemos os critérios para a campanha eleitoral. Vamos continuar com os mesmos *shows*, com quantias fabulosas de gastos em cada campanha, em que se elege, em muitos casos – claro que não em todos –, quem mais investe no *marketing* e não quem, efetivamente, tem programa, tem conteúdo, tem proposta, sabe o que quer e por que é candidato? Desculpe-me pelo aparte longo, mas a provocação feita por V. Ex^a, de forma positiva e apontando caminhos, fez-me tomar essa liberdade. Cumprimento não apenas o seu pronunciamento de hoje, mas todos que faz da tribuna – e observo que hoje V. Ex^a usa a tribuna da direita, enquanto normalmente usa a da esquerda, prova de como assisto a todos os seus pronunciamentos. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – É verdade, Senador Paulo Paim. A presença de V. Ex^a é constante aqui nas discussões que se fazem neste plenário. Hoje, nesta manhã de sexta-feira, que me pareceu, logo cedo, pelo sol, uma manhã de sábado – não sei se essa foi também a sua impressão –, de alguma forma, coincidentemente partilhámos da mesma angústia, porque, ao ler hoje os jornais, me assaltou esse sentimento que V. Ex^a descreve. Será que vai ficar o dito pelo não dito, Senador? Será que, depois de toda essa movimentação das CPIs, de tudo o que aconteceu, de todo esse envolvimento da sociedade, dessa consciência nova que se forma, vamos passar um atestado de incompetência? Nós somos lideranças e representamos milhões de pessoas que esperam que providências sejam tomadas, que, ao término dessas CPIs, cheguemos a uma conclusão e que se parta para uma prática diferenciada a partir das próximas eleições.

Sinto isso realmente e foi por esse motivo que hoje assumi a tribuna para fazer este pronunciamento. Fico feliz por ter recebido o apoio de V. Ex^a e gostaria de ouvir também o aparte do Senador Sibá Machado, que, certamente, acrescentará um pouco mais a

este nosso pronunciamento nesta tão bela manhã de sexta-feira.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Iris de Araújo, primeiramente, quero dizer que V. Ex^a tem sido realmente um exemplo muito bom de Parlamentar. Embora a conheça há pouco tempo, foi muito bom conviver com V. Ex^a, já naquele momento, e agora o é novamente, com a experiência também de vida que traz ao Senado. V. Ex^a aborda um tema que também procurei, ao longo desse tempo, compreender um pouco melhor. Estudei alguns assuntos, investiguei uma série de posturas do Congresso Nacional, ao longo dos últimos dez anos, e digo a V. Ex^a que o grande salto que toda essa crise poderia trazer seria uma mudança profunda no regime eleitoral brasileiro. Começo a ficar, digamos assim, constrangido, preocupado com o fato de não conseguirmos fazer nenhum tipo de alteração no processo eleitoral para o próximo ano. Isso é muito ruim, porque, se os métodos, apesar de tudo que acontecer, não são suficientes para que todos nós possamos fazer uma melhor avaliação, mudar o processo – não digo radicalmente, mas pelo menos em parte – e experimentar coisas novas no processo eleitoral brasileiro, não sei se valerão a pena. V. Ex^a está de parabéns pelo seu pronunciamento, assim como o Senador Paulo Paim pela sua preocupação. Se não for feito nada, creio que vou ficar mudo em relação a esse tema, porque todos os esforços que tenho visto no Senado de todos os Partidos, de todas as concepções ideológicas, estão em um mesmo sentido; todas as pessoas estão pensando igualmente, neste momento, sobre o procedimento que deve ser adotado. A Câmara é outra Casa, tem outro pensar, outra lógica, que, no final das contas, acho que temos que respeitar. Ela passou por uma grande atribulação, pesam contra a Câmara dos Deputados os maiores indícios de suspeita quanto a esses problemas, mas o que me preocupa é que, mesmo havendo algumas punições, por mais que elas possam ser exemplares, se não houver mudança no processo eleitoral brasileiro, nós poderemos, novamente, como disse o Senador Paulo Paim, conviver com novas crises, que maculam, cada vez mais, a experiência da democracia brasileira. Mas vale continuar lutando, continuar insistindo para que, talvez, no momento adequado, a razão caia sobre todos e que possamos assistir à grande mudança do regime eleitoral nacional, pela qual V. Ex^a, com certeza, faz coro neste momento. Todos nós abraçamos as suas preocupações. Parabéns!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – A nossa preocupação, Senador Sibá Machado, é que, se a

razão não cair sobre nós, todos fiquem contra nós. Se essa consciência que acabei de citar aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Eu pediria a V. Ex^a mais um segundo para poder terminar, Sr. Presidente.

Essa consciência já se formou. A sociedade toda acompanha esse processo, como nunca aconteceu na história política do País. Em todos os lugares a que vamos ouvimos a opinião dos mais variados segmentos, que estão participando de o que está acontecendo. Temo que sejamos encarados...

(Interrupção do som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Mais um minutinho, Sr. Presidente. Já estou terminando.

Nós poderemos ficar na contramão da grande sociedade brasileira, que já adquiriu a consciência de que precisa haver mudanças.

Logicamente, fico muito feliz de receber de V. Ex^a esse apoio.

E termino o meu pronunciamento pedindo a Deus que ilumine todas as cabeças pensantes deste Congresso.

Muito obrigada.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Iris de Araújo.

Com a palavra o Senador José Jorge.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em maio último, estive nesta tribuna comentando uma notícia aguardada pelos pernambucanos desde a década de 60.

Trata-se da instalação da uma refinaria de petróleo no porto de Suape, em Pernambuco. Esse porto vem sendo construído também desde essa época com grande sacrifício pelo Governo do Estado, com o apoio do Governo Federal.

Ontem, estive no Palácio do Planalto para a cerimônia de assinatura do contrato entre a Petrobras e a PDVSA, empresa venezuelana, para a construção dessa refinaria.

A refinaria a ser instalada no porto de Suape é uma parceria entre a Petrobras, estatal brasileira, e a estatal venezuelana de petróleo, PDVSA, e deve se chamar Abreu e Lima.

Foi o Presidente venezuelano, Hugo Chávez, quem sugeriu que a refinaria recebesse o nome do

general pernambucano Abreu e Lima, que lutou ao lado do libertador Simon Bolívar na independência da Venezuela. Na realidade, o General Abreu e Lima foi o braço direito do libertador Simon Bolívar na luta pela independência da Venezuela.

E mais do que isso. Ontem ficamos sabendo que a refinaria, que era reivindicada por pelo menos sete Estados, não vai ficar em Pernambuco por decisão do Governo brasileiro. Segundo declarou o próprio Presidente Lula naquela oportunidade, a localização foi escolha do Presidente Hugo Chávez em homenagem ao General Abreu e Lima.

A refinaria é um projeto de US\$ 2 bilhões e deve criar milhares de empregos diretos e indiretos. Mais empregos indiretos, porque uma refinaria hoje é completamente automatizada e, portanto, a quantidade de empregos diretos não é tão grande.

A capacidade de refino prevista é de 200 mil barris diários de petróleo, com a criação, na época da construção, de quase 10 mil empregos. É de se ressaltar que desde 1980 que não se inaugura uma refinaria aqui no Brasil. No mundo também a quantidade de refinarias construídas é relativamente pequena tendo em vista que, em todo o processo, desde a exploração até a comercialização do petróleo, o refino é aquela parte em que o lucro é menor, é aquela parte em que o lucro se faz na quantidade e não no lucro por barril refinado.

Essa refinaria é importante porque, em primeiro lugar, será localizada no Nordeste. A refinaria mais próxima de Pernambuco está localizada na Bahia. No restante do Nordeste não há nenhuma refinaria e o consumo do Nordeste é relativamente grande – mais de 200 mil barris diários – e, em segundo lugar, porque ela será projetada para utilizar petróleo pesado, que é produzido tanto no Brasil quanto na Venezuela, que tem um preço inferior no mercado internacional, cerca de 15% menor. Quando essas refinarias forem inauguradas, daqui a cinco ou seis anos, o Brasil já será auto-suficiente em petróleo e, portanto, terá alguma capacidade de exportação.

Tanto o Brasil quanto a Venezuela, que é uma das maiores exportadoras do mundo, ficam prejudicados porque exportam um petróleo mais barato. Essa refinaria, mais especializada, mais moderna, permitirá ao Brasil exportar o que sobrar, os produtos finais – gasolina, nafta, diesel, etc –, a um preço de mercado.

A decisão de implantar a refinaria em Pernambuco teve como base estudos das PDVSA e da Agência Nacional de Petróleo, ANP. Por esses estudos, em 2010 o Brasil terá um déficit de 610 mil barris/dia, e a maior carência estaria nas regiões Norte e Nordeste,

de 330 mil barris/dia. Déficit no sentido do refino, não da quantidade de petróleo.

Ao final da cerimônia, fui abordado por um engenheiro aposentado da Petrobras que me declarou que, em estudos desenvolvidos, de maneira reservada, por aquela companhia, ainda nos anos 60, a localização ideal para o empreendimento já era o Estado de Pernambuco.

Na verdade, havia pouca diferença entre os Estados do Nordeste quanto à localização da refinaria. O Estado de Pernambuco tinha toda a infra-estrutura necessária, inclusive com o Porto Suape, mas outros Estados também tinham. Portanto, a participação do Presidente Hugo Chávez foi decisiva.

É uma pena que o Presidente Lula nada tenha feito pelo seu Estado natal. Quando eu me dirigia para a cerimônia, imaginei que, pelo menos, Sua Excelência fosse alegar que a escolha do Estado tivesse alguma participação do Governo brasileiro. Mas, para minha surpresa, descobri que uma decisão estratégica como essa, que estava plenamente confirmada por estudos técnicos da Petrobras, dependeu da decisão de um Governo estrangeiro.

O que o Presidente Lula promete para Pernambuco é a transposição do Rio São Francisco.

Já estive nesta tribuna, por diversas vezes, para reclamar a forma açodada e autoritária como o Governo Lula tem conduzido uma questão que divide os Estados brasileiros, que é a transposição do Rio São Francisco.

Mesmo com o parecer contrário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e dos Governadores dos Estados à foz do rio, o Executivo insiste na implantação da transposição.

O Diário Oficial da União publicou, nesta segunda-feira, a concessão da outorga pela Agência Nacional de Águas – ANA, do uso da vazão de 26,4 metros cúbicos por segundo para bombeamento dos canais e dutos que farão à transposição do “Velho Chico”.

Com esta outorga, a vazão do rio ainda disponível acabará sendo 100% utilizada, não se permitindo quaisquer outros aproveitamentos das potencialidades hídricas. Ou seja, o São Francisco estará “seco” para novos empreendimentos de interesses dos Estados banhados pelo rio.

O projeto não é consensual nem no âmbito do Governo Federal. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, tem sérias restrições ao projeto pretendido pelo Ministério da Integração Nacional.

Até o bispo da cidade de Barra, no interior da Bahia, encontra-se em desesperada greve de fome para impedir o início da transposição do Rio São Francisco. O frei Luiz Flávio Cappio começou seu protesto ao

meio-dia desta segunda-feira instalando-se numa pequena capela da cidade de Cabrobó, próximo de onde sairá uma das tomadas de água. Em carta enviada ao Presidente da República, informa que só suspenderá a greve se o Lula assinar o documento desistindo da obra ou pelo menos adiando a obra, para que estudos mais detalhados possam ser realizados.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Jorge, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, congratulo-me com V. Ex^a e com o Estado de Pernambuco por acolher a nova refinaria da Petrobras, extremamente importante para o Nordeste e para o Estado de Pernambuco. V. Ex^a frisou bem que poucas refinarias têm sido construídas ultimamente. Nós estávamos precisando de uma refinaria, o tempo indicava novo consumo, nova necessidade de produção, dadas as diferenças do nosso petróleo. Enfim, por tudo o que se conhece em relação a todas as particularidades técnicas, sabíamos que ela tinha de ser instalada no Nordeste. Congratulo-me com V. Ex^a. Quero também deixar muito clara, mais uma vez, nossa posição. Tenho certeza de que falo por toda a Bahia e pelos Senadores da Bahia, que são contrários ao projeto de transposição do rio São Francisco. Alerto, pelo que conhecemos do Bispo, que não se trata de simples ameaça. A ameaça que ele faz é verdadeira e não vai voltar atrás. Temos essa convicção pelo que conhecemos dele, o que torna mais grave o problema. Entendo que é preciso pelo menos reanalisar o projeto. Congratulo-me com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a.

O projeto é polêmico e divide o Nordeste. O Estado de Pernambuco está no meio da polêmica. Os Estados diretamente beneficiados serão Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O Estado de Pernambuco será o fornecedor da água, que será retirada das margens do rio localizadas no meu Estado. Há um pequeno benefício para Pernambuco, que é o local por onde a água passará. Trata-se de um projeto muito grande, quando muitos outros projetos menores e mais simples poderiam ser realizados neste momento.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, sobre a refinaria, também quero me congratular com V. Ex^a. Considero importante e estratégico pensar cada vez mais em descentralização dos espaços, não só interiorizando tecnologia, como investindo no setor produtivo de ponta do País

inteiro. Essa é uma luta gloriosa, que vale a pena e que é salutar para se pensar o Brasil gigante do futuro. Quanto à questão da obra de transposição, não posso entrar em detalhe, porque realmente não a conheço. Limito-me a falar de uma expectativa. Pelo que consta, é uma obra pensada ainda no governo de D. Pedro II, se não me engano. Realmente há que se imaginar como aplacar as dificuldades do semi-árido brasileiro, utilizando recurso hídrico do rio São Francisco. Visitei o rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, onde há uma experiência de transposição, que – claro – deve ter características completamente diferentes, mas vale para se ter uma idéia do que é transposição. Vi lá dois grandes ganhos com a transposição: um refere-se ao abastecimento de água para a Grande Rio de Janeiro, pois o complexo abastece quase 95% da cidade; o segundo grande ganho é a geração de energia elétrica por conta da topografia, que permite quedas d'água de mais de 300 metros. Tenho dúvida com relação ao projeto, porque, no Rio de Janeiro, a transposição gera a energia que deve ser utilizada no seu complexo. No momento em que a água tem que subir a relevos mais altos, ela, depois, na queda, gera uma quantidade de energia numa proporção de seis para um, mais ou menos – para cada megawatt consumido, seis megawatts são produzidos. Fico imaginando que, no momento em que se tiver que elevar uma certa quantidade de água, que depois deve descer por gravidade, se deve precisar de energia elétrica. Nesse caso, a água será voltada apenas para o consumo das pessoas ou também para o setor produtivo, para que possa haver rendimento para pagamento dessa conta de energia elétrica? Quero conhecer melhor o projeto e até, quem sabe, percorrer algum dos trechos que estão prometidos para a execução dessa obra. V. Ex^a poderia me honrar com a companhia, e poderíamos visitar algum trecho do Estado de Pernambuco previsto para a água passar. Preciso conhecer melhor o projeto para me posicionar. Talvez essa pudesse ser a tônica de uma comissão, não falo de uma comissão formal do Senado, mas de um conjunto de Senadores interessados no projeto, para que também possam conhecer, ouvir bem os dois lados e até discernir melhor e contribuir mais para o debate. Num primeiro momento, vale a intenção de resolver um grave problema de abastecimento de água para consumo humano e para a produção agrícola daquela região. Se V. Ex^a concordar, eu gostaria de visitar pelo menos os trechos prometidos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sem dúvida, ficaremos muito honrados com a presença de V. Ex^a. Infelizmente não há nada feito; V. Ex^a poderia visitar os locais de onde a água sairá, que será no Municí-

pio de Cabrobó, no Estado de Pernambuco. São dois canais que atravessarão o Estado de Pernambuco para chegar aos Estados da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará.

A idéia da transposição é antiga. Esse projeto específico está sendo feito de forma apressada. Foi uma promessa. Não foi feito um estudo, nem foi feita a discussão no sentido de que pudéssemos ter uma unanimidade ou pelo menos uma maioria de Estados e da população favorável ao projeto.

A Confederação Nacional de Bispos do Brasil publicou nota condenando a obra pretendida pelo Governo Lula. A obra orçada em R\$4,5 bilhões parece ser o único projeto que o Presidente Lula tem para o Nordeste. Durante a campanha eleitoral, Sua Excelência vendeu a transposição como sendo a solução definitiva para o drama da seca na nossa região.

Sem consenso no Governo e sem respaldo técnico para garantir essa afirmativa, o Ministro Ciro Gomes mudou o discurso inicial e agora diz que a obra não resolverá o problema da seca, “mas dará segurança de abastecimento para parte da população do semi-árido”.

A transposição é um tema que divide os maiores especialistas em hidrologia do País. Integranes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos afirmam que, em muitos dos Estados beneficiados pela transposição, não existe de fato falta de água; o que há é um mau gerenciamento dos recursos hoje disponíveis.

Para o Governador João Alves, de Sergipe, “a obra somente servirá para beneficiar criadores de camarão e a agricultura irrigada”, ou seja, grandes produtores agrícolas, contrariando o discurso do Governo de que a transposição seria para o consumo humano e animal e para os pequenos empreendimentos agropastoris.

Como comentei no meu último pronunciamento sobre este assunto, dia 30 de novembro, precisamos definir uma política efetiva de combate à seca que dê fim à indústria de exploração das famílias desassistidas.

Há que se definir uma política envolvendo os interesses de pelo menos sete Estados da Federação, não se deixando de lado a Casa que os representa, o Senado Federal.

Os órgãos técnicos e os ministérios devem se pronunciar, mas a palavra final tem que ser do Congresso Nacional, em especial desta Casa, que quem tem a função constitucional de defender a Federação.

Ao concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que o rio São Francisco precisa urgentemente de ações que garantam a sua revitalização. O Jornal Nacional,

da Rede Globo de Televisão, está muito oportunamente fazendo esta semana uma série de reportagens que mostram o descaso e o abandono do “Velho Chico”. O rio está morrendo!

Antes de “sangrar” o rio, é preciso restabelecer a pujança daquele que é considerado o Rio da Integração Nacional e não permitir que ele se transforme em motivo de discórdia entre os Estados federados, como o Governo Lula está fazendo.

Sr. Presidente, parabênzo o Governador Jarbas Vasconcelos, a Bancada de Pernambuco no Senado Federal e na Câmara dos Deputados e o Governo Federal pela iniciativa e pela decisão de construir essa refinaria em Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho aprendido muito com o Senador José Jorge, sempre nessa didática de voltar sempre aos temas de que trata com muita propriedade. Refiro-me especificamente ao caso da transposição do rio São Francisco. E creio ser função nossa, talvez de nordestinos, Senador José Jorge, essa persistência, ter que voltar sempre aos temas, para sermos ouvidos pelo Presidente da República, sobretudo pela área econômica, por quem muitas vezes não somos ouvidos. Baseado nesse princípio e nas lições que tenho recebido do Senador José Jorge, volto a um tema que falei na semana passada, a respeito dos mais de mil prefeitos que aqui estiveram.

Trata-se da péssima situação financeira das prefeituras. E chamo a atenção para um aspecto especial, que, aliás, foi um dos pontos da mobilização dos prefeitos: o problema dos débitos municipais junto ao INSS. É uma reivindicação legítima de todas as prefeituras, e nós, aqui no Senado Federal, na análise da MP nº 252, a chamada “MP do Bem”, deveremos atender, já na próxima semana. Tenho participado de debates a esse respeito, e o Governo, sobretudo a Liderança do Governo, o Senador Aloizio Mercadante, tem tido uma sensibilidade grande para com o problema. Temos observado, ao longo das longas discussões, a disposição de muitos Senadores, entre os quais me incluo, de apresentar uma emenda ao texto aprovado na Câmara dos Deputados que resolva definitivamente a questão.

A matéria tem que ser aprovada de forma definitiva, pois o problema dos prefeitos, das prefeituras, é estrutural, e em sua raiz está a mudança de posi-

ção do Governo Federal, não apenas deste, mas de governos anteriores, quando passou a dar todo tipo de incentivo em cima do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são impostos compartilhados com Estados e municípios, concentrando sua força de atuação nas contribuições sociais, sobretudo no PIS-Cofins. Quer dizer, o Governo arrecada mais PIS-Cofins, fica com 100%, e não repassa nada aos municípios.

Em 1988, na época da Constituinte, cerca de 77% do que a Receita Federal arrecadava era compartilhado, ou seja, pertencia aos Estados, municípios e ao Governo Federal. Atualmente, esse número baixou para 44%. A diferença, trinta ou mais pontos percentuais, reflete o tamanho da crise por que passam os municípios brasileiros. Portanto, nada mais justo do que, neste momento, tratar a questão de forma muito clara e definitiva, como disse, mas também de forma a resolver o problema do INSS. São cerca de 3.400 municípios – dos 5.500 – que não têm regime próprio de Previdência Social e, portanto, ainda estão inseridos no regime da Previdência Social do INSS.

O valor da dívida previdenciária dessas prefeituras subiu de R\$3,8 bilhões para R\$12 bilhões em menos de oito anos. Praticamente triplicou, em oito anos. Trata-se, portanto, pelo próprio volume, de uma dívida impagável, e todos nós, Legislativo, Governo Federal e prefeitos, sabemos disso. Aliás, como o principal motivo da explosão das dívidas municipais é o fato de serem corrigidas pela taxa Selic, nada mais natural que o Governo Federal – que é o responsável pelas altas taxas de juros – compreenda e aceite a reivindicação dos prefeitos; ou seja, na medida em que o Governo fixa a taxa Selic em 19,5%, 19,25% e 19,75% – altíssimas, são as taxas de juros mais altas do mundo, tanto em termos reais quanto em termos nominais –, isso afeta diretamente a dívida dos municípios em relação ao INSS. E quem tem uma dívida corrigida na base de 19,75% ao ano – só para que se tenha idéia, não vou pegar os últimos oito anos a que me referi, em que a dívida triplicou; já era alta antes, mas vou pegar só a deste ano –, no final do ano de 2004, dá uma média de 16,4%, 17%, 17,5%. Entra 2005, na base de 17,89%, 18,41%, 18,94%, 19,33%, 19,75%, dando, até agora, uma média de 18,20%.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Rodolpho Tourinho?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Uma dívida corrigida a 18%, a 20%, é impagável. Todo mundo deve reconhecer que isso não pode ser feito.

Os prefeitos não deveriam ter aceitado a taxa Selic, mas eles não têm poder de barganha, e nenhum governo poderia, em sã consciência, honestamente, ter proposto corrigir dívida por taxa Selic. A melhor hipótese que poderia ocorrer seria a TJLP. Lamento ter de ficar falando nesses termos técnicos, mas não há outra forma de explicar.

A TJLP é outra taxa, que o BNDES utiliza, por exemplo, em seus empréstimos de longo prazo, mas está dez pontos percentuais abaixo, e ainda dentro da realidade. É isso que os prefeitos pretendem, e que considero justo. Não se pode pensar em taxa Selic. Deve-se pensar, no máximo, em TJLP, que é a Taxa de Juros de Longo Prazo.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de apoiar o que V. Ex^a está dizendo, Senador Rodolpho Tourinho. Quando, na área econômica, se tomam decisões esdrúxulas, artificiais, como esse valor tão alto da taxa Selic, muitas pessoas vão sair ganhando, mas a maioria vai sair perdendo. No caso, ganham os bancos, as pessoas que têm dinheiro para emprestar, mas perdem os órgãos públicos, enfim, todos que devem. Nesse caso específico, é uma taxa absurda. A receita das prefeituras não cresce na mesma proporção; ao contrário, muitas vezes até diminui. Portanto, creio que é uma reivindicação mais que justa que a taxa Selic não seja tão alta. Quando ela foi escolhida, de certa maneira, os prefeitos aceitaram, porque pensaram que seria baixa. Teoricamente, era para ser a taxa mais baixa, porque é a taxa básica. Por outro lado, houve também aquele aumento do Fundo de Participação dos Municípios, que compensa, em parte, todo o incentivo concedido apenas em cima do Imposto de Renda e do IPI, que é exatamente aquele 1% a mais em favor dos municípios, aprovado pelo Senado há mais de um ano e que o Governo não deixa que seja aprovado na Câmara dos Deputados. Entendo que todos nós, Senadores, temos que nos engajar para que duas coisas sejam feitas: a mudança da taxa Selic nos financiamentos de INSS, e isso pode ser feito na “MP do Bem”; e pressionar a Câmara dos Deputados para que aprove 1% de aumento no Fundo de Participação dos Municípios. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador José Jorge.

Com relação à taxa Selic, entendo que não deve ser utilizada. E o maior argumento de que não deve ser utilizada é que reflete a liquidez diária do sistema financeiro, ou deveria refletir; portanto, não pode ser utilizada a fim de que seja firmado um contrato entre

prefeitura e Governo Federal para repactuação de uma dívida de longo prazo. Ela é completamente inadequada, e temos que lutar por isso. Do contrário, todas as prefeituras quebrarão, e não apenas por isso. Existem outros motivos. Os prefeitos pedem um prazo de 240 meses para a renegociação dos débitos, o que também não adianta, pois foram acumulados muitos anos de débitos. Não adianta imaginar que isso vai ser resolvido em curto prazo. Eles querem que a retenção do Fundo de Participação dos Municípios seja razoável e que haja uma renegociação também razoável, a fim de que possa ser cumprida.

Outro ponto que entendo perfeitamente defensável é a questão a que também se referiu o Senador José Jorge: o 1% a mais que aprovamos aqui. Na verdade, essa situação parece-me um pouco mais complicada, porque ela está embutida num projeto de reforma tributária que não é o melhor – nem sempre se chegará ao melhor projeto que se possa ter de uma reforma tributária –, mas está dentro de outros conceitos que foram analisados e aprovados na época. Mas temos que lutar é por uma coisa maior, não só pelo 1% a mais do FPM, mas também pela própria reforma tributária. Vamos perder, se não o fizermos, a oportunidade única de unificar as 27 legislações do ICMS. Vamos perder a oportunidade única de acabar com a guerra fiscal. Vamos perder a oportunidade única de os Estados abrirem mão de legislar. Vamos abrir mão de uma oportunidade única, repito, de fazer alguma coisa para melhorar o sistema tributário do País.

Não tenho dúvida de que hoje o problema não reside nos Estados; ele está na mão do Governo, que, se quiser... Garanto e já garanti aqui desta tribuna, em nome dos Estados e em virtude de conversas que tive com o Presidente do Confaz, que essa reforma é viável, pode ser feita. O empecilho, neste momento, é a implantação do fundo de desenvolvimento regional, que substituiria o impedimento que passa a vigorar para os Estados, ou seja, o de concederem incentivos fiscais. Quer dizer, na hora em que se termina com a guerra fiscal, os Estados perdem a capacidade de atrair investimentos. Então, teriam como alternativa esse fundo, que foi discutido e construído com o Governo Federal, discutido aqui, aprovado pelo Senhor Presidente da República e, de repente, não foi implementado, talvez em razão de discussões de concepção filosófica no âmbito do próprio Governo, quando parte dele achava que esses recursos não deveriam ir diretamente para a mão dos Governadores, mas, sim, passar por um Ministério. Foi errada a forma pela qual o Governo viu isso, na medida em que, em sua concepção, esse fundo foi construído para ser

um substituto da não possibilidade de concessão de incentivo fiscal.

Então, essa questão do 1% a mais para os Municípios está inserida nessa reforma tributária e será de boa valia para esses Municípios. E entendo que deveríamos lutar neste momento não só pelo 1%, mas também por toda a reforma tributária, que, volto a repetir, pode ser feita.

Também considero importante chamar a atenção para os precatórios judiciais. Esta Casa, o Senado, incluiu a regulamentação dos precatórios judiciais, fixando o limite em 2% do total da receita corrente líquida do Município como teto para pagamento de precatórios, fixando em até 120 meses o prazo para parcelamento, mas, na PEC nº 285, em tramitação na Câmara, esse assunto foi retirado. O que os Municípios querem é retomar essa discussão e retornar à posição que havia sido obtida nesta Casa.

Entendo que todas essas solicitações dos Municípios são extremamente importantes. Teremos outras discussões, sobretudo, creio, ao longo do próximo ano, sobre saneamento e outros pontos, mas, neste momento, precisamos concentrar as atenções naquilo que essa mobilização dos prefeitos pretende. Ela contou com a presença de inúmeras pessoas de prefeitos, de vice-prefeitos, de parlamentares, de vereadores, de integrantes das comunidades, que aqui vieram e reivindicaram melhores condições financeiras e, o que é pior, ameaçaram fechar as prefeituras por determinado tempo para chamar a atenção da União e dos Congressistas, para que venhamos a solucionar o problema dos Municípios.

Precisamos ter sensibilidade, precisamos ter a determinação e a vontade política de ajudá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

O próximo inscrito é o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, amanhã, dia 1º de outubro, é o Dia Internacional dos Idosos. No dia 27 próximo passado, comemoramos o Dia Nacional do Idoso. Como amanhã é sábado, faço do meu pronunciamento no dia de hoje uma homenagem aos mais de 20 milhões de idosos do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tanto já foi dito sobre envelhecer que acabamos, por certo, principalmente eu, aqui da tribuna, sendo repetitivos; mas a repetição não deixa de ser uma forma eficiente de insistir e de transformar; transformar conceitos,

atitudes e sentimentos, criar novas possibilidades. É disso que estamos falando, mesmo que o discurso, talvez, para muitos se repita; mas, se ele puder acender novas chamas, podem ter certeza de que terá valido a pena.

Os idosos no Brasil fizeram uma grande mobilização no dia 27 de setembro, lembrando o Dia Nacional do Idoso. Eles estão repetindo essa mobilização nesta semana, culminando amanhã, dia 1º de outubro, no Dia Internacional do Idoso. No mundo todo, amanhã, as pessoas terão de parar, pensar, refletir sobre política para os idosos.

Envelhecer, alguém já disse, é um privilégio. E o medo de envelhecer que invade os mais jovens, apesar de ser compreensível, pois implica a finitude, precisa ser desmistificado, a fim de que a terceira idade possa ser vista com um olhar mais positivo.

Para envelhecer bem, devemos respeitar cada um dos nossos dias, cada uma de nossas experiências, pois somente assim vamos saber dar valor à vida que nos cabe a cada momento. Viver não é um verbo restrito a quem tem dez, vinte, trinta ou quarenta anos. Viver é dedicar-se a cada dia até a finitude.

Para os mais jovens, eu sempre digo: “Se você nega vida e direitos aos mais velhos, está negando a si mesmo o direito de ter mais vida e envelhecer com dignidade. O tratamento que você concede hoje ao idoso pode ser o tratamento concedido a você amanhã”.

Sr. Presidente, o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE publicou uma atualização do perfil demográfico do País. Já somos 182 milhões de indivíduos, quase o dobro da população que existia em 1970, que era de 93 milhões de pessoas. Sem dúvida, houve um crescimento notável, mas o que realmente chama a atenção é o envelhecimento da população brasileira, reflexo, com certeza também, de um fenômeno mundial.

Conforme as estatísticas em nosso País, os maiores de 60 anos totalizam hoje, Senador Sibá Machado, cerca de 20 milhões, representando quase 11% da população. No Brasil e em praticamente todos os países, assiste-se a um acontecimento inédito em toda a história da humanidade: a explosão numérica dos idosos. As projeções mostram que a população de idosos, que em 2000 era de somente 4,8%, será de 14,3%, em 2050. A população menor de 15 anos, que em 2000 era em torno de 47 milhões, em 2050, será somente de 35 milhões. Esses dados mostram que no Brasil as pessoas estão vivendo muito mais. Será o quinto maior País do mundo em população idosa.

O declínio da fecundidade no Brasil, em trinta anos, é maior que o da Inglaterra em 120 anos. O re-

corde demográfico mostra que a taxa de fecundidade caiu de 6,3 em 1960 para 2,3 em 2000.

Mesmo que eu não possa estar dizendo aos mais velhos que uma revolução de pensamento aconteceu no mundo inteiro e todas as pessoas resolveram respeitar a história, o conhecimento da vida, as limitações do direito dos idosos, eu quero dizer a eles que a construção desse sonho tem que continuar, tem que ser perseguida.

Ora, Sr. Presidente, nós sonhamos e conquistamos aqui no Brasil o Estatuto do Idoso, que amanhã fará aniversário de dois anos. Projeto de nossa autoria, sancionado pelo Presidente Lula, exatamente no dia 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso.

Sr. Presidente, por exemplo, preparar os jovens para o processo de envelhecimento, é uma das formas de praticar mudanças. O art. 22, do Estatuto do Idoso, propõe que nos currículos mínimos dos diversos níveis do ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre matéria tão importante: a vida.

O Estatuto prevê ainda o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho, preparação profissional, tendo em vista suas condições físicas, intelectuais e fundamentais, pois eles podem e devem contribuir com a sua experiência para o crescimento do país.

O Estatuto do Idoso faz constar em seu bojo o direito à educação formal e profissional.

Dados do INEP registram que, no ano de 2000, foram 1.637 ingressantes com mais de 60 anos nas universidades. Já em 2001, foram 1.661; no ano de 2002, foram 2.292; em 2003, 2.886. Com isso, vimos um aumento de 60% de idosos que passaram a estar na universidade.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, o grau de escolaridade entre os idosos ainda é muito pequeno.

O Estatuto do Idoso é lei. Ainda que a aplicação de algum dos seus artigos esteja sofrendo resistência por parte de alguns setores, entendo que é só uma questão de tempo, pois, sem sombra de dúvida, o Ministério Público está ajudando muito para que o estatuto seja cumprido na íntegra.

No art. 40 do Estatuto do Idoso, está prevista, por exemplo, a gratuidade de duas vagas no transporte interestadual para maiores de 60 anos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Lamentavelmente, esse direito por algumas empresas de ônibus não está sendo concedido. Entraram com medida liminar no STJ, onde foram vitoriosos.

Apesar das dificuldades, quero dizer que não desistimos da batalha. Ingressamos com um recurso

junto ao Supremo. Para que não se tenha mais dúvida, apresentei, no Senado, emenda constitucional. Pois bem. Se a lei ordinária não é respeitada, fruto do Estatuto, vamos agora, então, mexer na Constituição. Vamos aprovar emenda constitucional garantindo ao idoso transporte gratuito intermunicipal, semi-urbano e interestadual. Aí, de uma vez por todas, essa polêmica vai acabar.

Quero lembrar também que cabe à sociedade, às associações de aposentados e pensionistas, às federações e confederações como a Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas –, enfim, a cada cidadão e cidadã, mediante a lei, exigir o cumprimento dos seus direitos. A participação de cada um é fundamental para que o Estatuto do Idoso, que juntamente com vocês, da terceira idade, seja efetivamente respeitado e aplicado. Foi uma luta transformá-lo em lei, mas nós, Senadores e a sociedade organizada, conseguimos. A nossa força, nossa união e essa determinação fizeram isso acontecer. A lei tem que ser cumprida.

A Anvisa, Sr. Presidente, publicou, no último dia 27 de setembro, como uma forma de comemorar o Dia Nacional do Idoso, a Resolução nº 283, que regulamenta o funcionamento de instituições que cuidam dos idosos. O objetivo dessa resolução, que quero aqui elogiar, é garantir à população idosa moradia com qualidade, serviços e direitos assegurados na Lei nº 8.824, ainda de 1994, e também previstos no Estatuto do Idoso.

Essa nova legislação garante a prevenção e a redução de riscos sanitários à saúde, aos quais ficam expostos os idosos que se utilizam ou que vivem nessas instituições.

Quero dizer, Sr. Presidente, aos nossos idosos, ao nosso povo, também, que eu sei que, à medida que a idade avança, ela exige maiores cuidados físicos em relação ao organismo. Tais cuidados incluem uma série de questões, por exemplo, caminhada diária, que traz benefícios, possibilitando desfrutar da natureza e de melhores condições físicas do próprio corpo.

Sr. Presidente, ontem a Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de nossa autoria que diz que todo idoso que não puder caminhar, transitar sozinho, ele terá direito, uma vez aposentado, a um adicional de 25% à sua aposentadoria para pagar o acompanhamento.

Senador Alvaro Dias, quero de público dizer que falei para V. Ex^a que também ontem iríamos aprovar na Comissão um projeto relatado pelo Senador Eduardo Azeredo, pelo qual tenho o maior respeito, pela sua história e sua caminhada – e disse a S. Ex^a

também –, que só não foi aprovado porque nós, a pedido do Ministério da Economia e do Ministério da Previdência e Assistência Social, pedimos vista para ver a repercussão econômica. Já olhei e informo a V. Ex^a que devolvo, na próxima terça-feira, com parecer favorável, seu projeto, que vai garantir que aquele cidadão que ganha somente um salário mínimo não tenha esse salário usado para efeito de cálculo, para que ele possa receber aquele auxílio de um salário mínimo sem ter que comprovar que a renda **per capita** da família não ultrapassa um quarto do salário mínimo. Pelo menos, se um ganha um salário mínimo, o outro também poderá ganhar. E posso dizer que entrego dando parecer favorável. Tenho projeto semelhante, mas entendo que o seu projeto é mais abrangente, por isso o devolverei sem nenhuma restrição, com parecer favorável. E anuncio aqui, como homenagem também aos idosos, já que neste dia V. Ex^a está presidindo a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, ainda quero dizer também que esta luta continua. Avançaremos, com certeza, ano a ano, até que consigamos alcançar um salário mínimo que dê a nossa gente o direito a envelhecer com dignidade. Como sempre digo, 100 milhões de brasileiros dependem do salário mínimo. Continuamos empenhando-nos na recuperação da defasagem salarial que atinge os proventos dos aposentados e pensionistas.

Quero dizer que apresentei no Senado o Projeto de Lei nº 58, de 2003. O Senador Mão Santa, que não está presente, é Relator da matéria e já deu parecer favorável. Também o Senador Delcídio Amaral, que é Relator em uma outra comissão, tem entendimento favorável ao Projeto de Lei nº 58 e pediu agora que fosse ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que entendo também deve dar parecer favorável, para que os aposentados e pensionistas voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram.

Então, anunciamos que, pelo relatório do Senador Mão Santa e do Senador Delcídio Amaral, o Projeto de Lei nº 58, que é o grande sonho dos aposentados e pensionistas, poderá ser aprovado se as Comissões correspondentes acompanharem o parecer.

Sr. Presidente, concluo, porque o tempo efetivamente terminou, dizendo que é fundamental que continuemos sonhando e lutando para que os nossos idosos possam envelhecer com dignidade.

Digo: o tempo de cada um é agora, não é amanhã.

Meus sonhos, eu escrevo no papel, em forma de projetos e discursos, assim como foi o Estatuto do Idoso. Com meus sonhos, com minhas mãos de trabalhador, com essa vontade de colaborar no campo social, Sr. Presidente, e com muito carinho que eu reafirmo essa união permanente com os idosos e pensionistas na busca da sua cidadania.

Sr. Presidente, permita-me apenas mais um minuto. Peço que V. Ex^a receba como lido um pronunciamento cujo assunto volto a tratar mais uma vez desta tribuna: a greve dos trabalhadores das universidades federais. A paralisação é legítima, começou há 45 dias e conta com a adesão de 40 instituições em todo o País.

Desde quarta-feira, cerca de mil trabalhadores estão reunidos na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Educação, discutindo e buscando a retomada das negociações.

Então, encerro pedindo, Sr. Presidente, que seja inserida no meu pronunciamento a Carta do Comando de Greve da Andes, em que estão todas as reivindicações e a argumentação do motivo da greve. E peço ao Ministério da Educação, Sr. Presidente, que receba o comando de greve e estabeleça um processo de negociação, para que busquemos uma saída, vendo atendidas as justas reivindicações dos professores e dos funcionários das universidades, bem como mais investimento na Educação.

Então, fica ao Ministro da Educação, mais uma vez, um pedido para que restabeleça o processo de negociação e se busque um grande entendimento, que será bom para os alunos, os professores e o País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tanto já foi dito sobre envelhecer que acabamos por certo nos tornando repetitivos. Mas a repetição não deixa de ser uma forma eficiente de transformar!

Transformar conceitos, atitudes, sentimentos. Criar novas possibilidades. É disto que quero falar hoje, mesmo que o discurso talvez se repita, mas se ele puder acender novas chamas, então terá valido a pena!

Os idosos do Brasil fizeram a festa dia 27 de setembro, em comemoração ao Dia Nacional do Idoso. Eles estão repetindo a festa hoje, junto com os idosos do mundo inteiro. E se não estão, deveriam

estar, pois hoje é o seu Dia. É 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso!

Envelhecer é um privilégio e o medo de envelhecer que invade os mais jovens, apesar de ser compreensível pois implica na finitude, precisa ser desmistificado a fim de que a terceira idade possa ser vista com um olhar mais positivo.

Para envelhecer bem, devemos respeitar cada um dos nossos dias, cada uma das nossas experiências pois somente assim vamos saber dar valor à vida que nos cabe a cada momento. Viver não é um verbo restrito a quem tem 10,20,30 ou 40 anos. Viver é dedicar-se a cada dia, até a finitude.

Para os mais jovens eu sempre digo: Se você nega vida e direitos aos mais velhos, você está negando a si mesmo o direito de ter mais vida. O tratamento que você concede hoje ao idoso pode ser o tratamento concedido a você amanhã.

Sr. Presidente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicou uma atualização do perfil demográfico do país. Já somos 182 milhões de indivíduos, quase o dobro da população existente em 1970, que era de 93 milhões de pessoas. Sem dúvida, um crescimento notável. Mas, o que realmente chama a atenção é o envelhecimento da população brasileira, reflexo de um fenômeno mundial.

Conforme as estatísticas, em nosso país os maiores de 60 anos totalizam hoje cerca de 20 milhões de indivíduos, representando quase 11% da população. No Brasil e em praticamente todos os países do mundo, assiste-se a um acontecimento inédito em toda a história da humanidade: a explosão numérica dos idosos.

As projeções mostram que a população de idosos que em 2000 era de 4,8 será de 14,3 em 2050. A população menor de 15 anos em 2000 era de 46.180,07 e em 2050 será de 35.057,3. O Brasil será o 5º maior país em população idosa no mundo.

O declínio da fecundidade no Brasil em 30 anos é maior do que na Inglaterra em 120 anos.

O recorte demográfico mostra que a taxa de fecundidade caiu de 6,3 em 1960 para 2,3 em 2000.

Mesmo que eu não possa estar dizendo aos mais velhos que uma revolução de pensamento aconteceu no mundo inteiro e todas as pessoas resolveram respeitar a história, o conhecimento de vida, as limitações, os direitos dos idosos, eu quero dizer a eles que a construção desse sonho deve continuar a ser perseguida.

Ora essa, nós sonhamos e conquistamos o Estatuto do Idoso.

Por exemplo, preparar os jovens para o processo de envelhecimento é uma das formas de praticar mudanças. O art. 22 do Estatuto do Idoso propõe que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

O Estatuto prevê ainda, o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e a profissionalização, tendo em vista suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, pois eles podem e devem contribuir com a sua experiência para o crescimento do país.

O Estatuto do Idoso faz constar em seu bojo o direito à educação formal e profissional.

Dados do INEP registram que:

No ano de 2000 foram 1637 ingressantes com + de 60 anos nas Universidades. No ano de 2001 foram 1661. No ano de 2002 foram 2292. No ano de 2003 foram 2886. De 2000 para 2003 o aumento foi de 60%.

Mas infelizmente os idosos ainda têm um grau de escolaridade muito baixo e as oportunidades de ensino são escassas.

O Estatuto do Idoso é lei e ainda que a aplicação de alguns de seus artigos esteja sofrendo resistência por parte de certos setores da sociedade, é só uma questão de tempo, porque perseverança nós temos de sobra!

No artigo 40 do Estatuto do Idoso está prevista a gratuidade de duas vagas no transporte interestadual para os maiores de 60 anos, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Lamentavelmente este direito ainda não está sendo concedido, mas apesar das dificuldades não desisti da batalha e irei apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição que abranja transportes intermunicipais e interestaduais, além do urbano que já existe.

Mas, cabe também à sociedade, às Associações, Federações, enfim a cada cidadão e cidadã, mediante a Lei, exigir o cumprimento de seus direitos. A participação de cada um é muito importante para que O Estatuto do Idoso, que, juntamente com vocês meus amigos da terceira idade, é o grande aniversariante que hoje está completando dois anos, seja respeitado e cumprido.

Foi uma luta transformá-lo em lei, mas nós conseguimos, nossa força, nossa união e determinação fizeram por onde.

E lei é para ser cumprida!

A ANVISA publicou no dia 27 de setembro em comemoração ao Dia Nacional do Idoso, a Resolução 283 que regulamenta o funcionamento de instituições que cuidam de idosos.

O objetivo dessa Resolução é garantir à população idosa moradia com qualidade, serviços e direitos assegurados na Lei 8842/94 e também previstos no Estatuto do Idoso.

Essa nova legislação garante a prevenção e a redução de riscos sanitários à saúde, aos quais ficam expostos os idosos que se utilizam dessas Instituições.

Quero dizer aos nossos idosos também, que eu sei que a medida que a idade avança, ela exige maiores cuidados físicos em relação ao organismo. Tais cuidados incluem coisas simples, como por exemplo, uma caminhada diária, que traz inúmeros benefícios, possibilitando desfrutar da natureza, ou então coisas um pouco mais complexas, como a mudança de hábito alimentar objetivando alcançar melhor qualidade de vida, ou ainda, o uso regular de certos medicamentos, a fim de garantir a integridade física.

O dinheiro certamente não tem relação direta com todos os cuidados que poderíamos aqui transcrever, mas é fato que, a viabilização de alguns deles está diretamente ligada ao fator econômico.

Neste sentido, a luta pela recuperação do salário mínimo é absolutamente imprescindível.

E continuo na luta, tentando avançar ano a ano até que consigamos alcançar o salário mínimo que nossa gente merece e até que o mesmo percentual seja estendido a todos os aposentados.

Continuo me empenhando na recuperação da defasagem salarial que atinge os proventos dos aposentados.

Sei que vocês seguem nesta luta comigo. Vi o orgulho nos olhos dos aposentados que vieram dos mais diversos lugares do País, marchando rumo a Brasília no dia 14 de abril, pedindo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 58/2003 que apresentei e que busca recompor as aposentadorias pelo mesmo número de salários mínimos recebidos à época de sua aposentadoria.

Digo para todos nós: Quando a sociedade como um todo encara de frente a realidade do envelhecimento, ela parte para um novo comportamento, ela inclui os excluídos, ela cria uma nova sociedade disposta a formar um grande elo entre as gerações, ciente dos frutos maravilhosos que serão colhidos com esta atitude.

Digo para vocês, meus amigos da terceira idade: Continuem exercitando sua cidadania, continuem se respeitando e exigindo respeito. Sigam a construção de sua história sem dar ouvidos aqueles que querem fazer crer que só se constrói história até uma certa idade. Isso é bobagem e todo aquele que recebe a dádiva de envelhecer é testemunha disso.

Lutem pelos seus direitos, pelos seus sonhos. O tempo de cada um é o agora!

Meus sonhos eu escrevo no papel em forma de projetos, assim como foi com o Estatuto do Idoso. Com meus sonhos, com minhas mãos de trabalhador, com meu coração eu reafirmo minha união com vocês na empreitada pelos seus direitos e pela sua cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a falar, como segundo assunto, mais uma vez, sobre a greve dos trabalhadores das universidades federais. A paralisação, que é legítima, começou há quarenta e cinco dias e já conta com a adesão de quarenta instituições em todo país. Desde quarta-feira, cerca de mil trabalhadores estão reunidos na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Educação, discutindo e avaliando a situação.

Os trabalhadores das universidades federais estão reivindicando a implantação da segunda etapa do Plano de Carreiras, nos níveis de capacitação e incentivo de qualificação; mudança na estrutura de tabela do Plano de Cargos, auxílio à saúde e reajuste do vale alimentação, entre outras. Também querem mais recursos para a manutenção das universidades públicas e hospitais universitários.

Ontem, no final da tarde, recebi do Comando Nacional de Greve, documento intitulado Carta Aberta, onde os trabalhadores expõem os motivos da greve e situação atual, o qual peço que seja registrado nos anais da casa.

Para finalizar, volto a fazer mais uma vez aqui desta tribuna um apelo para que o governo federal e o Ministério da Educação voltem a negociar com o comando nacional de greve dos trabalhadores das universidades federais para encontrar uma solução para o fim da greve.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

COMANDO DE GREVE DO SETOR DA EDUCAÇÃO FEDERAL

CONVITE

Excelentíssimo(a) Sr.(a) Parlamentar

Os Comandos de Greve do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE convidam V. Excia. para participar de Ato em Defesa da Educação/Universidade Pública, nos dias 28,29 e 30/09/05, em frente ao Ministério da Educação, de 8 às 18 h. Durante o período do evento haverá um carro/palco aberto a pronunciamentos de personalidades exigindo a imediata abertura de negociações do MEC com as categorias em Greve.

Aguardando contar com sua indispensável colaboração para pensarmos uma mudança na forma como o governo vem tratando a educação em nosso país, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

CNG-ANDES

CNG-FASUBRA

CNG-SINASEFE

SINDICATO

ANDES *Comando Nacional de Greve*

NACIONAL

CARTA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - CNG-ANDES-SN AOS PARLAMENTARES

A desrespeitosa decisão do governo de conceder reajuste de 0,1% ao servidor público federal levou a categoria docente a um processo de mobilização que culminou com a entrada em uma greve que já dura mais de 30 dias. Sabedores de que as iniciativas do governo para enfrentar a crise estão no caminho oposto ao da resolução do arrocho salarial a que estamos submetidos, os professores vêm fortalecendo a greve com a compreensão de que este é o caminho para se lutar pelo atendimento das reivindicações.

No sentido de reconstituir a luta do movimento e sua disposição ao diálogo, apresentamos a seguir um breve histórico das tentativas de negociação com o governo no decorrer dos últimos dois anos. No início de abril de 2004, quando a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF começava a campanha salarial daquele ano, o Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Mendonça, convocou as entidades sindicais para uma reunião urgente da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP. Nesta, informou que o governo havia decidido que não concederia reajuste salarial para todos os servidores e que negociaria em separado com cada entidade. Praticamente dissolveu a MNNP. Dias depois, apresentou sua proposta para os professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, que consistia em reajuste na Gratificação de Estímulo à Docência - GED, destinada aos docentes da carreira do ensino superior e na Gratificação de Incentivo à Docência - GID, destinada aos professores da carreira de 1º e 2º graus, que ficou conhecida como a "proposta de abril".

No início de junho de 2004, já havia uma evolução nas conversas, com os representantes do governo admitindo promover reajuste com a extinção da GED e da GID. No entanto, isso não se concretizou. Em julho, utilizando-se, mais uma vez, da tática de dividir as entidades sindicais, o governo firmou acordo com o SINASEFE e editou medida provisória extinguindo a GID e criando uma gratificação fixa e paritária, a GEAD. Isso se impôs como fato consumado para mais de dez mil professores da carreira de 1º e 2º graus das IFES e, portanto, da base do ANDES-SN, sem que esta entidade tenha sido convidada para participar do acordo firmado.

O ANDES-SN, respaldado pelas decisões das assembléias das seções sindicais, mostrou, uma vez mais, disposição ao diálogo e, deixando de lado temporariamente as principais reivindicações da sua pauta, propôs ao governo que, também para o magistério do ensino superior, fosse extinta a GED e criada gratificação fixa e paritária. O governo, alegando não ter recursos para isso, rompeu as negociações.

Mesmo reconhecendo as perdas e os anseios da categoria, o governo não apresenta nenhuma proposta efetiva e suas declarações de intenção já não encontravam eco na categoria, dada a experiência acumulada até então. A questão que o movimento docente debateu na ocasião era que, se o governo manifestava tal intenção, deveria traduzi-la imediatamente e não deixar para um futuro incerto a

SINDICATO

ANDES *Comando Nacional de Greve*

NACIONAL

que não faz parte da pauta de reivindicação dos docentes das IFES: o aumento de incentivos por titulação, que sequer seria para este ano.

Continuando a busca pela abertura de negociações o CNG-Andes, no dia 23 de setembro, protocolou pela terceira vez um pedido de audiência com o Ministro da Educação Fernando Haddad. Ao mesmo tempo, mantivemos contatos com vários parlamentares a fim de estabelecer canais de interlocução com o governo. No dia 26 de setembro o Ministro Paulo Bernardo em reunião com a Bancada Sindical informou que o governo está pensando os parâmetros na perspectiva de reajuste aos servidores, demonstrando, de maneira clara, a falta de disposição em negociar com os servidores públicos. Na mesma reunião o Sr. Sérgio Mendonça, ao ser questionado sobre o prazo para definição de tais parâmetros e o limite para alocação de orçamento, informou que o governo precisa de um tempo maior que duas semanas para definir o parâmetro central, e que após essa definição o governo agendará nova reunião com a Mesa Nacional de Negociação Permanente. Apesar de todos os esforços envidados pelo movimento docente, o governo ainda não demonstrou qualquer disposição em receber a categoria para negociar efetivamente sua pauta de reivindicações, mesmo decorridos mais de 30 dias de greve.

Construída nas instâncias de deliberação do sindicato, a nossa pauta de greve é a seguinte:

- **Reajuste de 18%, como parte de recomposição salarial.**
- **Incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia.**
- **Retomada dos anuênios.**
- **Implementação imediata da classe especial, para professores da carreira de 1º e 2º graus, e da classe de professor associado, para docentes do ensino superior.**
- **Abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os professores das IFES, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º CONGRESSO do ANDES-SN (fevereiro de 2006)**
- **Realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES.**

A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social é o caminho para a conquista do apoio social à nossa greve.

Dessa forma, o CNG-ANDES solicita o apoio dos senhores parlamentares, por meio de suas intervenções no Congresso Nacional ou junto ao governo, com o intuito de superar o impasse que nos foi imposto durante o processo aqui descrito, tomando como base nossa pauta de reivindicações .

Brasília, 27 de setembro de 2005

TeP:
(61) 3307-1804
3322 7561

CNG/IFES-ANDES-SN

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Paulo Paim.

V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Com a palavra pela ordem o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr.

Presidente, encaminhei a V. Ex^a e à Mesa um requerimento de pesar e peço que seja lido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pois não.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.078, DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento de uma das ialorixás mais importantes da religião afrobrasileira, Olga Francisca Régis, ou Mãe Olga do Alaketu:

a) Inserção em ata de Voto de Pesar; e

b) Apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho** – Senador **Antônio Carlos Magalhães** – Senador **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Para justificar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assinado por mim, mas também representando neste momento os Senadores Antonio Carlos Magalhães e César Borges, encaminhei o requerimento de pesar pelo falecimento de Olga de Alaketu. E é com grande pesar que comunico à Casa o falecimento de uma das ialorixás mais importantes da religião afro-brasileira, Olga de Alaketu.

A mãe-de-santo faleceu por volta das 22h de ontem, no Hospital da Sagrada Família em Salvador. Trata-se de uma das personalidades que influenciou grandes nomes ou quase todos os nomes da cultura baiana.

Mãe Olga sofria já de diabetes, há algum tempo, e vinha enfrentando sérios problemas renais. Ela deixa seis filhos carnais, 22 netos, bisnetos e centenas de filhos-de-santo no Brasil e no exterior.

O corpo será velado até às 15h, no Terreiro Ilê Maroíá Láji, e o sepultamento está previsto para as 17h no Cemitério Bosque da Paz.

Olga Francisca Régis ou Mãe Olga de Alaketu representou a quinta geração da princesa Otampê Ojarô e é herdeira da família real Arô, da região de Keto (África Ocidental), de onde foram trazidos quase todos os fundamentos dos terreiros baianos mais tradicionais. No final do século XVIII, durante a expansão do Daomé sobre o reino de Keto, no reinado de Akibiohu, duas netas do rei foram seqüestradas e vendidas como escravas na Bahia. Uma delas era Otampê Ojarô, que teria fundado já livre o Terreiro de Alaketu em Salvador, no Bairro de Matatu de Brotas.

O Terreiro de Alaketu, há cerca de 57 anos, era governado pela ialorixá Olga Francisca Régis, sucessora de Dionísia Francisca Régis, também uma das mais conhecidas mães-de-santo, na Bahia. Ela representa a quinta geração e nesse caso poderia ser considerada herdeira da família real Arô e uma legítima princesa africana na Bahia.

Olga nasceu em 9 de setembro de 1925 e assumiu Alaketu ainda muito jovem, aos 23 anos de idade. No último dia 9, mesmo debilitada participou das comemorações dos seus 80 anos no terreiro tombado agora pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Eu gostaria de prestar a minha solidariedade à família em meu nome e em nome dos Senadores baianos, e, como baiano, lamentar a perda de uma figura tão importante para a cultura e para a vida do meu Estado. Ela faleceu em uma última sexta-feira do mês, quando alguns terreiros reverenciam Oxalá. É um dia de paz, de tranquilidade e de harmonia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência subscreve as homenagens póstumas.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
MD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. VII – § 2º do Regimento Interno desta Casa, que passarei a integrar a Banca de Parlamentares do Partido Social da Democracia Brasileira – PSDB – a partir desta data.

Cordialmente,

Brasília, 30 de setembro de 2005. – Senador **Juvêncio da Fonseca**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2005

Altera a Lei nº 6.681, de 16 de agosto de 1979, para submeter o profissional de saúde militar, no exercício dessa profissão, à jurisdição do respectivo conselho regional de fiscalização, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 6.681, de 16 de agosto de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Os médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos militares, no exercício dessas atividades técnico-profissionais estão sujeitos à ação disciplinar dos Conselhos Regionais nos quais estiverem inscritos.

Parágrafo único. No caso de instauração de processo por infração à ética profissional contra médico, cirurgião-dentista ou farmacêutico militar, o Conselho Regional no qual o profissional estiver inscrito deve comunicar o fato à autoridade militar a que estiver subordinado o infrator. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o parágrafo único do art. 1º, o § 3º do art. 2º e o § 2º do art. 6º da Lei nº 6.681, de 16 de agosto de 1979.

Justificação

Este projeto de lei foi de motivado pelas denúncias recebidas de pessoas inconformadas com o fato de os profissionais de saúde militares não estarem sujeitos à fiscalização por parte de seus conselhos profissionais.

No nosso entender, nem mesmo em situações tipicamente decorrentes de suas condições de militares, não se justifica perpetuar a exclusão desses profissionais da jurisdição dos órgãos capazes de zelar para que sua atuação seja calcada pela ética e possa ser avaliada nos casos em que se suspeite de impropriedade ou imprudência.

Também não se justifica mais perpetuar algumas regalias na época dos governos militares, como a isenção das previstas nas normas dos conselhos de regulamentação profissional.

Assim sendo, apresentamos este projeto de lei com o intuito principal de garantir que os médicos, os cirurgiões-dentistas e os farmacêuticos militares estejam sujeitos à jurisdição dos conselhos de regulamentação profissional, da mesma forma como o fazem os profissionais de saúde não militares.

Sala das Sessões, 30 de setembro de 2005.
– Senador **Rodolpho Tourinho**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.681, DE 16 DE APOSTO DE 1979

“Art. 1º

Parágrafo único. A inscrição será efetuada no Conselho Regional sob a jurisdição do qual se achar o local de atividades do médico, cirurgião-dentista ou farmacêutico a que se refere o presente artigo, independente de sindicalização, do pagamento de imposto sindical e da anuidade prevista no respectivo Regulamento.”

“Art. 2º

§ 3º Os médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos, a que se refere o parágrafo anterior, terão lançada em suas Carteiras Profissionais a qualificação “médico militar”, “cirurgião-dentista militar” ou “farmacêutico militar”, e ficarão isentos da sindicalização, do pagamento de imposto sindical e de anuidades.”

“Art. 5º Os médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos militares, no exercício de atividades técnico-profissionais decorrentes de sua condição militar não estão sujeitos à ação disciplinar dos Conselhos Regionais nos quais estiverem inscritos, e sim, à da Força Singular a que pertencerem, à qual cabe promover e calcular a estrita observância das normas de ética profissional por parte dos seus integrantes.”

“Parágrafo único. No exercício de atividades profissionais não decorrentes da sua condição de militar, ficam os médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos militares sob a jurisdição do Conselho Regional no qual estiverem inscritos, que, em caso de infração da ética profissional, poderá puni-los dentro da esfera de suas atividades civis; devendo em tais casos comunicar o fato à autoridade militar a que estiver subordinado o infrator.”

“Art. 6º

.....
 § 2º Fica assegurada, aos que usarem da faculdade prevista no parágrafo anterior, a isenção do pagamento de quaisquer imposto ou anuidades correspondentes ao período em que estiverem inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina, Odontologia ou Farmácia, nas condições previstas no art. 1º desta Lei.”

.....
 (À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes

**OFÍCIOS
 DE MINISTROS DE ESTADO**

- Nº 101/2005, de 23 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 324, de 2005, do Senador Arthur Virgílio;
- Nº 106/2005, de 23 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 611, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior;
- Nº 108/2005, de 23 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 566, de 2004, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nºs 759 e 772/2005, de 16 e 26 do corrente, respectivamente, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 403, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As informações referentes ao **Requerimento nº 566, de 2004**, encontram-se à disposição do Requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

As demais informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes e os respectivos requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

**AVISO
 DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE
 PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
 DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

– Nº 180/2005, de 23 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 694, de 2005, do Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido de apreciação pelo Plenário das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002**, de autoria do Senador Ademir Andrade, que inclui §§ no art. 2º da Lei nº 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontram em entidades hospitalares não-autorizadas a realizar transplantes pelo Sistema Único de Saúde; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Tendo sido aprovados, terminativamente, pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, orador inscrito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de registrar que amanhã, 1º de outubro, é o Dia Nacional do Vereador.

Há pouco, estivemos tratando da situação por que passam as prefeituras municipais. É muito importante chamar a atenção, neste momento, para a importância do vereador na vida pública brasileira. Considero muito

importante a comemoração que ocorrerá amanhã do Dia do Vereador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Compartilhamos das homenagens prestadas pelo Senador Rodolpho Tourinho aos vereadores de todo o País.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero tratar de vários assuntos nesta manhã de sexta-feira.

Um deles refere-se à eleição da Presidência da Câmara dos Deputados. Assisti, pela televisão, à votação do novo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. Fiquei, naquele momento, duplamente feliz. Em primeiro lugar, pelo resultado democrático que a Câmara demonstrou naquele processo, apesar das turbulências e de todas essas denúncias que envolvem vários parlamentares daquela Casa do Congresso Nacional. Porém, no meu entendimento, foi um sinal muito forte da democracia viva que o Brasil possui. O Deputado Aldo Rebelo, com uma vitória por 15 votos, superior ao segundo concorrente, o Deputado Nonô, demonstra que valeu o diálogo, o esforço da conversa entre os 507 parlamentares presentes naquele momento. O *quorum* era parecido apenas com aquele do momento da posse dos parlamentares. Além disso, no meu entendimento, Aldo Rebelo representará a força do diálogo, da negociação, pois é uma pessoa – não posso escamotear – que recebeu críticas de membros do meu Partido, o PT, quando exercitava, muito bem, o papel de Ministro da Coordenação Política do Governo. Foi líder do Governo, líder do Pcdob e defendeu, com muita competência, as causas de apelo nacional pelas quais tanto lutou. Acredito que seja uma pessoa preparadíssima para colocar a Câmara dos Deputados no rumo que todos estão aguardando.

A vitória de Aldo Rebelo nos traz à lembrança o que aconteceu em 1946, quando foram eleitos vários deputados federais com a abertura constitucional após o primeiro Governo Getúlio Vargas, e Luiz Carlos Prestes, também por esmagadora maioria de votos, se elegeram Senador da República.

Aldo Rebelo coloca a história brasileira no seu devido lugar. É inconcebível imaginar que apenas um setor da sociedade se ache no direito de governar o Brasil, de ter o poder político, de deter o comando, e o nosso País passe por experiências tão nefastas, tão ruins, como foram as ditatoriais de cerceamento de di-

reitos das pessoas. Nesse aspecto, Aldo Rebelo também empunha esta vitória. Há poucas experiências no mundo em que um comunista esteve no comando de uma Casa legislativa, como a Câmara dos Deputados, e de um País que hoje ostenta também um papel tão importante no cenário político mundial.

Estão de parabéns o novo Presidente da Câmara e a democracia. Parabenizo o meu partido, o PT, por ter abdicado da pretensão de fazer o Presidente da Câmara, como é o caso do Arlindo Chinaglia, que também respeito muito, considero-o um militante à altura da direção daquela Casa, preparado para a missão, mas, neste momento, o que valia era o diálogo, e não a pretensão da tradição que se tem na Câmara dos Deputados e no Senado de que a maior Bancada indica o Presidente.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para tratar de um assunto que muito me chocou. Embora eu não tenha assistido pessoalmente, mas vi pela imprensa e ouvi comentários de um pronunciamento do Senador Jorge Bornhausen, que disse uma frase que vi escrita em muitos lugares, que queria se ver livre dessa raça – e se referia ao PT – por 30 anos.

Tenho dito em todos os meus pronunciamentos, não só aqui no Senado, mas quando sou entrevistado por algum veículo de comunicação, ou mesmo nos debates internos do PT, ou em outros lugares que eu tenha participado, que a crise em que o PT se enfiou tem que ser respondida, pois não podemos tampar o Sol com a peneira e fingir que não existe. Isso é o tipo de coisa que procuro combater.

Também acredito que o PT, no momento em que receber uma punição, não pode deixar o dito pelo não dito, e as coisas ficarem como se fosse uma normalidade, nem ficar fazendo comparação entre os que cometeram delitos parecidos com esse no passado. A história do Brasil está cheia desses maus exemplos que podemos transmitir para a militância nacional, para a juventude principalmente, que não pode enxergar no papel do político sempre a visão do pior comportamento que alguém pode assumir na sociedade.

Então, essa frase me chamou muito a atenção, Sr. Presidente, e eu queria, antes de comentá-la, dizer do resultado que o PT teve nessa experiência, que me parece única no Brasil, de transferir, de a decisão pela presidência das suas instâncias de comando e coordenação ser feita por eleição direta, e não mais de forma congressual. O PT inaugurou esse instituto em 2001, quando participaram da eleição 227.461 pessoas filiadas ao nosso Partido. Neste ano, com tudo o que ocorreu, com todos esses problemas, participaram da eleição 314.926 filiados e filiadas. Participaram 3.653 municípios, nos 27 Estados. É um exemplo da grandeza

da militância do nosso Partido, com a nossa estrela, com a nossa simbologia. As bandeiras que sempre empunhamos ao longo desses 25 anos da nossa história são bandeiras sentidas, são bandeiras construídas a duras penas, pelas pessoas que vieram dos mais diferentes setores da nossa sociedade.

Agradeço pelo que ocorreu no Estado do Acre. Fizemos chapa única ao diretório estadual. Houve eleição em 21 municípios, e apenas três municípios não apresentaram chapa única; apresentaram duas candidaturas a presidente. Mas, no restante, houve chapa única e a presidência foi reeleita por mais três anos. Crédito isso ao entendimento, ao amadurecimento, sem esconder as diferenças. Isso mostra, Sr. Presidente, que o PT reagiu, que o PT quer, com certeza, resolver os problemas. Eu participei de muitas reuniões, é claro, fazendo campanha, acompanhei o desenrolar das eleições no plano nacional também, visitei outros Estados fazendo campanha para a chapa que eu defendia, que é a Construindo um Novo Brasil, defendendo a chapa do Ricardo Berzoini e também respeitando as demais candidaturas, como sempre procuro fazer na minha vida.

Mas a frase me chamou muito a atenção, Sr. Presidente. Acredito que “se ver livre de uma raça” é um escorrego, um deslize de expressão. Não posso acreditar que esse é o pensamento real do Partido da Frente Liberal, o PFL. Não posso acreditar que os partidos que hoje fazem oposição ao nosso Governo trilhem esse caminho e queiram determinar quem deve ou não participar do processo democrático brasileiro. Aí, no meu entendimento, estão querendo reeditar em lei o que a população brasileira procura esquecer, que é a marca do cerceamento das liberdades individuais. Isso não pode ocorrer. Isso me preocupa, e espero que essa frase seja retirada do Anais desta Casa. Solicito ao PFL e à Presidência desta Casa que, tendo sido dita a partir desta tribuna, seja retirada das notas taquigráficas, seja retirada dos Anais desta Casa. É perigoso expressarmos algo com esse grau de profundidade.

Tenho conversado bastante por onde tenho andado e ainda bem que pelo menos os petistas compreendem e têm a interpretação de que o Senador estava com uma emoção muito forte e deixou escapar um deslize de um pronunciamento dessa natureza.

Outro assunto que quero tratar, Sr. Presidente – e vou pedir que V. Ex^a o considere lido –, é o artigo de Emir Sader. Não poderei lê-lo, pois o tempo está curto, mas peço a V. Ex^a que o incorpore ao meu pronunciamento, porque é muito importante para uma melhor interpretação do que foram os resultados das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental quanto ao pedido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O terceiro assunto é o que a Senadora Iris de Araújo trouxe, que tenho sentido ser uma preocupação de todos nesta Casa. Hoje, 30 de setembro, é o último dia que teríamos para fazer qualquer iniciativa no sentido de melhorar o perfil das eleições no ano que vem. São duas iniciativas: uma é a reforma política e a outra é a reforma eleitoral.

Eu fiz uma crítica ao Senador Jorge Bornhausen e vou agora fazer um elogio a uma medida positiva que S. Ex^a apresentou, a chamada mini-reforma, que é uma modificação nas eleições do ano que vem. Não é uma reforma política, e sim uma reforma no processo eleitoral. Achei brilhante aquela idéia, com a qual concordamos por unanimidade.

Entretanto, vence o prazo hoje, Sr. Presidente. O que pode ocorrer? Ainda cabe um novo esforço, que é o Presidente Renan Calheiros procurar o novo Presidente da Câmara, o Deputado Aldo Rebelo, diante do que foi esse esforço, diante da grandeza que foi a sua eleição, e chamar-lhe a atenção para que possamos, o mais rápido possível, na semana que vem, avaliar aquele dispositivo constitucional que pode prorrogar o prazo que seria hoje, 30 de setembro, para 31 de dezembro, em caráter único, para termos tempo de fazer essa modificação, que é muito importante.

Sr. Presidente, sei que o Brasil inteiro quer a punição dos culpados. Quer e tem que ter, no meu entendimento, inclusive algumas cassações de mandatos. Agora, eu acredito que isso por si só não resolve o problema, porque todos aqui concordaram que a forma de o Brasil fazer eleição está muito complicada, está muito complexa, prioriza demasiadamente imagens em detrimento de idéias, de ideais, de sonhos, de capacidade de diálogo.

Se esse dispositivo constitucional puder resolver o problema, então, acredito que possamos inaugurar, em 2006, um novo perfil de eleitos no Congresso Nacional e um novo perfil de partidos políticos.

A chamada dança das cadeiras não pode mais ocorrer, pois os partidos têm de ter o tamanho que a população lhes deu. Quem fez uma, duas, três dezenas de parlamentares tem que ficar com esse grau de representação. No meu entendimento, e creio que é o de todos, a reforma política poderia resolver de uma vez por todas o perfil de regime de governo que escolhemos em 1993, diante de um plebiscito – o presidencialismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Mais um minuto para concluir, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado.

Naquele ano, escolhemos o regime de governo. O Brasil teve tempo para começar um diálogo, mas creio que não foi suficientemente maduro. Ao se dizer hoje que o parlamentarismo responderia pelo grau de democracia que vivemos, há aqueles que criticam dizendo que com o perfil de parlamento que temos hoje seria entregar o poder do País ao parlamento, o que é uma ambigüidade para o momento que vivemos.

Não podemos mais viver à mercê da conjuntura do momento. Não podemos mais viver assim. É preciso colocar algumas coisas de longo prazo, algumas

coisas estruturantes, e que, de fato, todos possamos enxergar as regras do jogo para o País, pelo menos de médio e longo prazos, para que a sociedade brasileira possa se configurar melhor num perfil ideológico de convivência com os seus representantes.

Para encerrar, solicito que os dados contidos nos documentos sejam publicados na íntegra como parte do meu pronunciamento.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância quanto ao meu tempo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SIBÁ MACHADO

PED: Resultados finais do primeiro turno das eleições

O Processo de Eleições Diretas 2005 representa mais um grande avanço na vida democrática do Partido dos Trabalhadores. O comparecimento dos filiados às urnas ultrapassou todas as expectativas da direção nacional, representando um aumento de 38,3% em relação ao 1º PED nacional, em 2001. Confira os dados:

- 1) O primeiro turno das eleições internas do PT levou às urnas **314.926** petistas provenientes de **3.653** municípios, em 27 Estados brasileiros e em dois locais de votação no exterior (Boston–EUA e Lisboa–Portugal). Em 2001, votaram 227.461 petistas na eleição nacional — houve, portanto, um crescimento de 38,3% em 2005.
- 2) Os resultados apontam para uma participação média de **40,7%** dos filiados aptos a votar, o que corresponde a **2,5 vezes** o quorum mínimo previsto pelo estatuto partidário.
- 3) O resultado define a realização de segundo turno, no dia 9 de outubro, entre os candidatos à presidência nacional **Ricardo Berzoini** (42%) e **Raul Pont** (14,7%). A diferença entre Pont e o terceiro colocado, Vaiter Pomar (14,6%), foi de apenas 279 votos. Confira a votação final:

Nº	CANDIDATO	VOTOS	%
180	Ricardo Berzoini	123.537	42,0%
140	Raul Pont	43.190	14,7%
120	Vaiter Pomar	42.911	14,6%
170	Ofínio de Arruda Sampaio	39.342	13,4%
150	Maria do Rosário	39.059	13,3%
110	Markus Sokol	3.966	1,3%
160	Gegê	1.968	0,7%
Votos válidos		293.973	100,0%
Branco		16.579	
Nulos		4.374	
TOTAL		314.926	

- 4) Confira a votação das chapas nacionais (falta ainda a apuração de 0,5% dos votos para as chapas, o que, segundo a COEN, não deve alterar os resultados):

Nº	CHAPA	VOTOS	%
280	Construindo o Novo Brasil	116.339	41,9%
240	Coragem de Mudar	33.794	12,2%
220	A Esperança é Vermelha	32.767	11,8%
250	Movimento	32.039	11,5%
270	Esperança Militante	25.158	9,1%
230	Socialismo e Democracia	16.207	5,8%
290	O Partido que Muda o Brasil	8.591	3,1%
210	Terra, Trabalho e Soberania	5.398	1,9%
260	Movimento Popular	5.105	1,8%
235	O Brasil Agarra Você	2.361	0,9%
Votos válidos		277.759	100,0%
Branco		30.487	
Nulos		4.953	
TOTAL		313.199	

CONSTRUINDO UM NOVO BRASIL

58% = 9 CHAPAS

5) O candidato Ricardo Berzoini foi o primeiro colocado em 24 estados, perdendo apenas no Espírito Santo, Santa Catarina (Valter Pomar saiu vitorioso nesses dois Estados) e Rio Grande do Sul (onde Raul Pont venceu).

Confira a votação dos candidatos à presidência nacional em cada estado:

UF	Aptos	Sokol	Pomar	Pont	Rosário	Gegé	Plínio	Berzoini	Branco	Nulos	Votos Válidos	TOT
AC	3.902	62	129	213	177	1	100	893	51	25	1.575	1.651
AL	6.105	103	383	362	76	9	181	1.971	104	45	3.085	3.234
AM	7.707	49	193	277	600	19	234	2.554	267	67	3.926	4.260
AP	6.801	16	352	69	44	25	188	2.018	150	49	2.712	2.911
BA	34.545	134	1.981	3.551	2.698	79	1.724	5.083	769	212	15.250	16.231
CE	26.406	106	247	2.104	2.829	44	684	6.431	512	224	12.445	13.181
DF	25.781	209	415	992	1.459	312	665	2.784	454	119	6.836	7.409
ES	9.260	53	2.199	487	44	8	621	1.030	121	47	4.442	4.610
GO	14.552	75	131	1.439	762	31	639	2.829	362	83	5.906	6.351
MA	11.166	66	599	403	1.295	50	1.026	2.875	277	144	6.314	6.735
MG	66.266	340	1.235	4.209	5.833	132	5.499	7.194	1.472	360	24.442	26.294
MS	34.600	234	2.224	1.532	957	99	753	7.782	116	56	13.581	13.753
MT	14.484	150	930	572	1.444	34	409	2.522	262	70	6.061	6.393
PA	22.872	33	47	1.384	205	40	1.121	5.515	449	148	8.345	8.942
PB	20.993	110	697	256	2.351	105	717	3.794	0	0	8.030	8.030
PE	33.856	166	3.076	3.225	476	32	1.028	7.440	703	299	15.443	16.445
PI	11.268	86	1.499	330	305	40	1.096	2.734	391	111	6.090	6.592
PR	46.426	225	178	2.136	2.265	80	3.087	8.728	744	205	16.699	17.648
RJ	63.742	135	1.555	2.221	5.130	146	4.241	7.206	1.236	265	20.634	22.135
RN	4.980	12	23	261	721	18	664	1.072	88	32	2.771	2.891
RO	5.426	21	81	101	363	22	358	872	66	15	1.818	1.899
RR	997	1	3	115	7	0	11	293	21	11	430	462
RS	72.149	89	5.108	10.740	3.969	54	722	4.940	870	283	25.622	26.775
SC	26.462	318	3.658	2.006	411	38	1.402	2.112	63	20	9.945	10.028
SE	11.081	31	1.192	637	1.018	213	341	2.167	389	192	5.569	6.180
SP	186.680	1.099	14.120	3.446	3.440	329	11.636	28.667	6.489	1.217	82.737	70.443
TO	6.335	43	621	72	147	6	165	1.948	152	55	3.002	3.209
ZZ¹	303	0	35	50	33	2	30	83	1	0	233	234
TOTAL	776.145	3.966	42.911	43.190	39.059	1.868	39.342	123.637	16.579	4.374	293.973	314.926

Legenda

Primeiro colocado
Segundo colocado
Terceiro colocado

¹ZZ – representa os dois locais de votação no exterior (Boston – EUA; Lisboa - Portugal) e a uma do escritório nacional do PT em Brasília, onde puderam votar petistas que não tinham condições de viajar a seus estados de origem para participar da eleição

- 6) A chapa "Construindo o Novo Brasil" foi a mais votada em 24 estados, perdendo apenas no Espírito Santo, em Santa Catarina (em ambos os estados, saiu vitoriosa a chapa "A Esperança é Vermelha") e no Rio Grande do Sul (onde a mais votada foi a chapa "Coragem de Mudar").

Confira a votação das chapas nacionais em cada estado:

UF	Aptos	210	220	230	235	240	250	260	270	280	290	BR	NL	VV	TOT
AC	3.902	64	120	19	11	182	128	22	85	741	17	192	21	1.389	1.602
AL	6.105	112	354	37	15	286	47	40	116	1.906	36	187	57	2.949	3.193
AM	7.707	63	192	134	69	237	626	171	63	1.761	51	556	58	3.367	3.981
AP	6.801	23	337	30	14	39	40	55	144	1.052	28	289	68	2.562	2.919
BA	34.545	221	1.907	495	147	3.240	2.280	266	1.183	4.695	142	1.509	246	14.476	16.231
CE	26.406	118	227	158	55	2.023	2.496	105	382	6.066	203	1.094	234	11.833	13.161
DF	25.781	389	376	111	33	863	1.003	380	505	2.746	74	772	157	6.480	7.409
ES	9.260	53	2.186	50	18	395	52	43	472	959	32	306	44	4.260	4.610
GO	14.552	181	121	104	40	1.225	634	52	355	2.873	108	586	72	5.693	6.351
MA	11.166	70	570	75	62	311	1.278	174	762	2.480	157	539	168	5.939	6.646
MG	66.266	505	1.297	576	416	2.953	5.047	583	1.856	6.569	3.218	2.918	356	23.020	26.294
MS	34.600	226	2.112	1.960	70	1.462	632	216	364	6.348	584	189	57	12.974	13.220
MT	14.484	237	956	165	149	443	1.129	169	228	2.082	185	565	90	5.744	6.399
PA	22.872	37	33	279	49	1.127	153	156	878	4.928	57	1.051	194	7.697	8.942
PB	20.993	129	797	88	231	298	2.048	127	498	3.070	109	0	0	7.395	7.395
PE	33.856	187	2.914	735	58	2.412	345	105	770	7.009	193	1.373	346	14.728	16.447
PI	11.268	70	1.389	167	67	207	252	148	737	2.401	187	811	156	5.625	6.592
PR	46.426	322	202	486	180	1.701	1.775	258	2.376	8.236	223	1.625	262	15.759	17.646
RJ	63.742	272	1.281	266	63	1.524	3.940	318	2.885	8.311	655	2.348	250	19.515	22.113
RN	4.980	18	20	59	44	223	586	26	586	1.006	33	242	48	2.801	2.891
RO	5.426	48	74	43	51	77	299	130	170	661	87	261	19	1.640	1.920
RR	997	2	1	5	0	113	5	10	5	236	2	59	24	379	462
RS	72.149	222	5.688	980	114	7.180	2.845	329	476	5.234	327	3.019	359	23.395	26.773
SC	26.462	336	3.573	257	67	1.593	234	98	1.021	2.151	98	149	42	9.428	9.619
SE	11.081	48	1.131	45	41	569	1.002	51	83	1.952	237	783	224	5.159	6.166
SP	186.680	1.414	4.256	8.816	268	3.042	3.018	950	8.047	29.383	1.501	8.777	1.331	60.695	70.803
TO	6.335	29	618	60	28	25	109	122	90	1.713	44	274	68	2.838	3.180
ZZ	303	2	35	7	1	44	36	1	21	70	2	13	2	219	234
TOTAL	776.146	6.398	32.767	16.207	2.361	33.794	32.038	6.106	25.158	116.338	8.591	30.487	4.953	271.759	313.199

Legenda

Primeiro colocado

Segundo colocado

Terceiro colocado

- 7) O percentual de comparecimento às urnas foi maior no Maranhão (60,3%), no Piauí (58,5%) e no Rio Grande do Norte (58,1%). A participação foi menor, embora ainda muito superior ao quorum mínimo, no Distrito Federal (28,7%), no Rio de Janeiro (34,7%) e em Rondônia (35%).

Confira a participação dos filiados em cada estado:

UF	Mun. particip.	Filiados nos mun. particip.	VOTOS	% PART
ZZ¹	3	303	234	77,2%
MA	127	11.166	6.735	60,3%
PI	152	11.268	6.592	58,5%
RN	84	4.980	2.891	58,1%
SE	70	11.081	6.180	55,8%
AM	58	7.707	4.260	55,3%
AL	67	6.105	3.234	53,0%
TO	84	6.335	3.209	50,7%
CE	146	26.406	13.181	49,9%
ES	65	9.260	4.610	49,8%
PE	147	33.856	16.445	48,6%
BA	293	34.545	16.231	47,0%
RR	13	997	462	46,3%
MT	121	14.484	6.393	44,1%
GO	120	14.552	6.351	43,6%
AP	16	6.801	2.911	42,8%
AC	21	3.902	1.651	42,3%
MS	75	34.600	13.753	39,7%
MG	416	66.266	26.294	39,7%
PA	93	22.872	8.942	39,1%
PB	136	20.993	8.030	38,3%
SC	191	26.462	10.028	37,9%
PR	272	46.426	17.648	38,0%
SP	460	186.680	70.443	37,7%
RS	307	72.149	26.775	37,1%
RO	38	5.426	1.899	35,0%
RJ	77	63.742	22.135	34,7%
DF	1	25.781	7.409	28,7%
TOTAL	3.653	775.145	314.926	40,6%

Artigo Emir Sader

SIBA MACHADO

O PT morreu? Viva o PT!*EMIR SADER*

O PT sai fortalecido do primeiro turno das eleições internas. Diante de seus detratores e dos que, mesmo dentro da esquerda, decretaram prematuramente sua morte. Triste papel terão feito alguns que eventualmente abandonem o PT neste momento.

- Só o petismo salvará o PT -

O cadáver goza de boa saúde. Depois do anúncio fúnebre reiterado em manchetes, colunas, programas de auditório, editoriais e no horário nobre dos jornais televisivos, produzidos pela mídia mercantil, o PT mostra o vigor que a esquerda precisa para se reconstruir. 315 mil militantes do partido compareceram para votar no primeiro turno das eleições internas, na maior demonstração de força organizativa e política de um partido na história brasileira, em meio à mais furiosa campanha bushista da mídia, com caráter totalitário, contra o PT.

Atacam o PT, não pelos erros que cometeu. Se valem destes erros - graves, que pedem punições exemplares pelos danos que permitem que a direita cometa contra o partido e contra toda a esquerda -, para tentar destruir a esquerda e, em primeiro lugar o PT, como principal força da esquerda brasileira. Atacam o PT com o rancor dos privilegiados, que temem pelos seus privilégios. Atacam, com a alegre adesão de jornalistas, colunistas, midiólogos, que adoram concordar com seus patrões, nos jornais, revistas e televisões, contando com a conivência de partidos que se pretendem de esquerda, mas só usam suas energias para atacar o PT.

Atacam, elevando dissidentes do PT a novos queridinhos da mídia, cedendo-lhes o espaço que negam para o MST, para o ataque ao neoliberalismo e ao capitalismo, contra o imperialismo e suas guerras, os bancos e os especuladores. E essas pessoas se deixam manipular, comparecem graciosamente aos programas, se deixam entrevistar, pautados pela grande mídia, com a condição implícita - atacar o PT - e não tocar em nenhum outro tema. Somam-se aos que ainda são ou foram queridinhos da imprensa - Roberto Jéferson, Severino (agora caído em desgraça), Bornhausen, Tasso Jereissatti, FHC. Têm em comum com a direita o objetivo de destruição do PT. A direita tradicional, porque sabe que a esquerda ficaria debilitada por muito tempo, sem o PT. Os dissidentes, porque sabem que, enquanto o PT

existir como partido de esquerda, o espaço que podem ter é muito pequeno - mesmo se incensados pela grande mídia.

Mas o cadáver goza de boa saúde. Tomara que partidos como o PSDB, o PFL, o PMDB, o PPS, o PDT, entre outros, pudessem dar demonstrações assim. Submeter à militância - teriam antes de tudo de dizer quantos são, como foram alistados, etc. etc. -, a eleição de todas as direções dos partidos, em todos os níveis. Nem precisaria ser diante de campanha tão furiosa quanto a feita contra o PT - do que, aliás, estão livres, porque ou são da maior confiança das classes dominantes brasileiras ou tem a cautela de não incomodá-la -, bastaria que demonstrassem que têm militantes, que se mobilizam, quantos são, quem são. Mas se escondem atrás de siglas, enquanto apóiam os ataques ao PT, numa frente ampla que recebe o beneplácito da grande mídia monopolista.

O PT vai para o segundo turno, com um candidato que representa a continuidade da antiga direção e um candidato da esquerda partidária. Esta, pela primeira vez, disputa realmente a possibilidade de se tornar hegemônica no partido. Sua candidatura necessita da demonstração unitária de todas as correntes que não apenas criticam os métodos da antiga direção, mas também lutam contra o neoliberalismo e seu eixo fundamental - a política econômica do governo.

Triste papel terão feito alguns que eventualmente abandonem o PT neste momento. Terão demonstrado que só se interessavam na vitória da candidatura que apoiavam. Terão demonstrando que instrumentalizam a democracia - da mesma forma que a esquerda do partido acusa a antiga direção: se ganham, ficam, se perdem, se vão. Terão demonstrado que não são solidários com a esquerda, porque não ficam para apoiar o candidato da esquerda no segundo turno. Terão demonstrado que não possuem espírito unitário - acusação que sempre foi feita à esquerda e que nestas eleições é superada positivamente pelo acordo de apoio mútuo entre os candidatos da oposição à antiga direção. Terão contribuído para tornar mais difícil a vitória do candidato da esquerda, o que lhes parece incomodar muito, porque demonstraria concretamente que existe a possibilidade real de resgate do PT.

Terminariam promovendo uma profecia auto cumprida: fogem da raia e depois dirão que sabiam que o candidato da esquerda não ganharia, após ter sabotado suas possibilidades de vitória.

Terão, além disso, tomado uma posição eleitoralista, submetendo sua decisão de saída do PT ao calendário eleitoral, para poder inscrever-se em outra sigla e eventualmente conseguir se reeleger como parlamentares. Não aguardam a eleição interna mais importante do mais importante partido da esquerda

brasileira. Confirmam o que muitos temiam: acumulavam força para sair, embora às vezes negassem verbalmente que se tratava disso. Dificultam a vitória da esquerda, mas saem muito mal do PT, não augurando que possam ter uma trajetória futura positiva para a esquerda, que necessita de empenho democrático, de dirigentes que agreguem e não que a dividam ainda mais, que saibam construir consensos de esquerda, precisa de confiança nas palavras dos dirigentes, de espírito de unidade, de solidariedade e de tenacidade. A ética na política se faz com dirigentes nos quais se possa confiar e nas crises alguns multiplicam sua estatura, precisamente por enxergar a floresta mais além das árvores, enquanto outros revelam não estar à altura das necessidades da esquerda.

Claro que é possível fazer um trabalho de esquerda sério na esquerda, estando fora do PT. Mas supõe que não se torne o PT alvo prioritário, desencadeando uma luta fratricida dentro da esquerda e desviando para ela as energias que não costumam utilizar contra a direita, o neoliberalismo, o capitalismo, o imperialismo. Mas abster-se da decisão que as eleições internas do PT propiciam neste momento, revela um grave erro na ótica da situação da esquerda e do enfrentamento com a direita. A esquerda não ganharia com a destruição do PT. Não se constrói algo novo positivo sobre as ruínas do que foi construído. Não foi assim na Alemanha, não foi assim no Chile, não será assim no Brasil.

O PT sai fortalecido do primeiro turno das eleições internas. Diante de seus detratores e dos que, mesmo dentro da esquerda, decretaram prematuramente sua morte. Mas este é apenas o primeiro round da primeira batalha - a de resgate do PT. Este não é um fim em si mesmo. É um passo fundamental para o resgate da esquerda como um todo, para sua reunificação, o que só pode se dar numa frente anti-neoliberal e anti-imperialista.

Mas é um bom começo. Uma vitória da esquerda, com um comparecimento ainda maior de militantes, pode ser o eixo para chamar a uma frente de todos os setores de esquerda do Brasil, de dentro e de fora do PT, de dentro e de fora do governo - porque a divisão fundamental é entre direita e esquerda, que cruza o governo e não entre governistas e opositores, que costuma confundir direita e esquerda ao invés de polarizá-los claramente - na luta contra o neoliberalismo e as guerras imperiais. Um seminário que congregue a todos, para elaborar um modelo pós-neoliberal e as vias de sua realização, assim como a aprovação da lei de consulta popular por referendos e plebiscitos, que possibilite uma consulta em 2006 sobre a política econômica que os brasileiros desejam, é um caminho possível para essa reunificação.

Um PT fortalecido e renovado é um patrimônio da esquerda. A obrigação da esquerda é lutar para que esse objetivo seja conseguido no segundo turno das eleições internas, como um passo para o resgate da esquerda brasileira e do Brasil. Muito obrigado pelos votos de condolências prematuramente enviados ao PT. Utilizem seu tempo para fazer pelo menos alguns editoriais e colunas louvando a força da militância petista. Não se livrarão tão cedo desta. Seus privilégios não estão a salvo! A luta de classes que vocês produzem e reproduzem cotidianamente, que aboliram no papel e tenta esconder as imagens, volta inevitavelmente como bumerangue e como fantasma, para impedir que durmam sossegados nos seus bunkers. Os vossos mortos lhes saúdam.

Emir Sader, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), é coordenador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj e autor, entre outros, de "A vingança da História".

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, com a aquiescência do Senador Alvaro Dias, gostaria de solicitar a palavra pela Liderança do Governo para um breve aviso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a pode fazer uso da tribuna de imediato, conforme entendimento feito com o Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não gastarei esse tempo. Agradeço a gentileza do Senador Alvaro Dias em me propiciar antecipadamente fazer essa comunicação

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar que se encontra trancando a pauta a Medida Provisória nº 252, conhecida como “MP do Bem”, porque abaixa impostos, incentiva programas de exportação, enfim, aglutina uma série de medidas que são benéficas para a economia e melhoram a condição de produção do País.

O Relator dessa Medida Provisória seria o Presidente José Sarney. Como S. Ex^a está fazendo uma

viagem ao exterior, pediu-me que funcionasse como Relator **ah doc**.

Eu gostaria de registrar a importância desta Medida Provisória, mas, ao mesmo tempo, também registrar a preocupação de que esta Casa precisará votar a MP na próxima terça-feira. Como vamos fazer algumas modificações e potencializar a “MP do Bem”, ou seja, vamos ampliar os seus efeitos benéficos com alguns novos mecanismos, é importante que essa medida seja votada na terça-feira, porque, na quarta-feira ou na quinta-feira, terá de ser votada pela Câmara dos Deputados, senão, na semana seguinte, perderá a validade. Perdendo a validade, caem por terra todos os benefícios que ela enseja.

Faço esse registro ao Plenário, dizendo a cada Senador e a cada Senadora que estou à disposição para receber contribuições, qualquer tipo de informação ou qualquer tipo de demanda para que possamos discutir.

Na próxima segunda-feira, no final da tarde, faremos uma reunião na Liderança do Governo para discutir esta medida provisória, a fim de possibilitar a sua votação na terça-feira.

Peço que meu pronunciamento fique registrado nos Anais da Casa e que os órgãos de comunicação do Senado dêem a publicidade necessária para que cada Senador e Senadora possa efetivamente dar sua contribuição a esta medida, se assim o desejar.

Terça-feira, apresentaremos em plenário o texto final com algumas modificações para que esta medida

possa ser votada em tempo hábil de ser sancionada, até o dia 12, pelo Presidente de República.

Ao concluir, faço minhas as palavras do Senador Sibá Machado, quando falou da necessidade, da urgência, da premência de aprovarmos a emenda constitucional que prorroga até dezembro as mudanças, as adaptações a serem feitas na legislação eleitoral. Não basta punir os culpados, não basta cassar quem tiver de ser cassado, prender quem precisa ser preso. Temos de mudar o modelo para não ensejar que comportamentos como esses sejam repetidos nas próximas eleições. Penso que esse é um teste de fogo para o Congresso brasileiro e espero que o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, tenha a condição política de costurar uma grande aliança, um grande entendimento para que possamos evoluir na mudança da legislação eleitoral, porque esse é um assunto cobrado por toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Romero Jucá, V. Ex^a será atendido, na forma regimental, com a divulgação solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GSVAMA – 199/2005

Brasília, 30 de setembro de 2005.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho o prazer de me dirigir a Vossa Excelência, para comunicar-lhe que, nesta data, me filiei ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, em conformidade com a Lei nº 9.096/95 (documentação anexa).

Assim, requero as anotações necessárias, junto à Mesa desta egrégia Casa.

Cordialmente, – **Valmir Amaral**, Senador

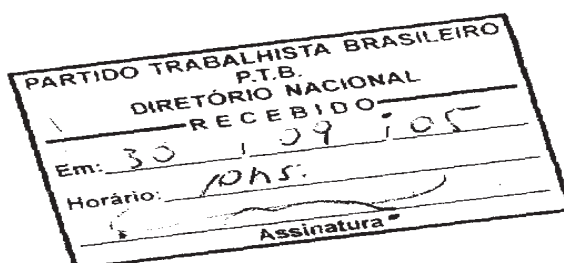
Brasília, 30 de setembro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral,

Comunico a Vossa Excelência que, nesta data, filiei-me ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e, por conseguinte, solicito-lhe a gentileza de mandar tomar nota desta comunicação, para que surta os efeitos legais necessários.

Com meus cumprimentos cordiais, subscrevo-me, – **Valmir Amaral**, Título Eleitoral nº 4189782070, 1ª Zona, Seção 0574

FICHA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA				PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO			
SIGLA PTB	NOME VALMIR ANTONIO AMARAL			DATA DE NASCIMENTO 15/11/1961			
VIA	ZONA	SEÇÃO	NÚMERO DO TÍTULO	MUNICÍPIO E ESTADO			
	001	574	4189782070	BRASÍLIA - DF			
NATURALIDADE		ESTADO CIVIL		PROFISSÃO			
PATOS DE MINAS		SOLTEIRO		SENADOR DA REPÚBLICA			
NOME DO CÔNJUGE						DATA DE NASCIMENTO	
FILIAÇÃO PAI MÃE	DALMO JOSUÉ DO AMARAL			TELEFONE COMERCIAL FAX	TELEFONE RESIDENCIAL CELULAR		
	ANA AMÂNCIA DO AMARAL			3311-1967 3311-1877	3311-5410		
ENDEREÇO RESIDENCIAL				CEP			
395 309 - BLOCO G - AP. 401				70362-070			
ENDEREÇO COMERCIAL				CEP			
SENADO FEDERAL - PCA TRÊS PODERES				70165-900			
DATA DE FILIAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	OBSERVAÇÃO					
TIPO DE FILIAÇÃO: <input type="checkbox"/> NORMAL <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA <input checked="" type="checkbox"/> OUTRO PARTIDO							
ASSINATURA DO ELEITOR FILIADO				ASSINATURA DO ASSINANTE			
DECLARO QUE ESTOU DE ACORDO COM O PROGRAMA E ESTATUTO DO PARTIDO							



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Concedo a palavra, por dez minutos, com a devida tolerância de mais cinco, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na quarta-feira, o Fórum Econômico Mundial divulgou um *ranking* de competitividade apresentando uma queda significativa do Brasil. A avaliação negativa se dá exatamente em função da corrupção e do desperdício de recursos públicos. E, exatamente nesta semana, o Tribunal de Contas da União divulga relatório de auditoria em que aponta irregularidades em obras públicas realizadas no País.

Desde 1999, o Tribunal de Contas realiza, anualmente, a fiscalização e o acompanhamento dos contratos de obras públicas custeados com recursos federais, com o objetivo de subsidiar o Orçamento da União, em atendimento a dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Ontem, o Presidente do TCU, Ministro Adilson Motta, entregou ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, o relatório consolidado, que reúne a conclusão dos mais de 400 levantamentos de auditoria realizados pelo Tribunal de Contas da União em obras públicas executadas em todo o território nacional.

De um total de 415 empreendimentos fiscalizados, no total de R\$19,3 bilhões, o Tribunal apontou indícios de irregularidades graves em 168 fiscalizações, que somam R\$2 bilhões.

Das 168 obras com indícios de irregularidades graves, em 81 delas o TCU recomendou a paralisação do empreendimento. Assim sendo, essas obras não poderão receber recurso do Orçamento da União no ano de 2006.

Em 87 obras, o Tribunal identificou indícios de irregularidades que, apesar de graves, não suscitaram a recomendação de paralisação do contrato. Em 38 fiscalizações foram detectados indícios de outras irregularidades, e em somente 65 não houve registro de quaisquer indícios de irregularidades.

Portanto, os dados apresentados mostram que as fiscalizações do Tribunal de Contas da União apontam indícios de irregularidades graves em 40,5% dos contratos examinados, patamar praticamente idêntico ao verificado nas fiscalizações realizadas no exercício anterior.

Por outro lado, das 415 obras fiscalizadas, apenas 65 delas, o equivalente a 16%, não apresentam qualquer tipo de irregularidade. Ou seja, quase 85% das obras apresentam irregularidades. Esse é um dado grave, considerando o montante dos recursos destinados a obras no Orçamento da União.

Entre as obras que apresentam irregularidades graves com paralisação, listam-se a ampliação do Sistema de Transmissão Tucuruí; a modernização do Sistema Furnas, em Minas Gerais; a expansão de linhas de transmissão no Mato Grosso, exatamente quando especialistas informam que, por volta de 2010, 2009, poderemos estar vivendo no Brasil mais um apagão, em função exatamente da omissão do atual Governo em matéria de obras no setor de energia elétrica. Esta é uma previsão. É claro que há tempo ainda para o Governo agir com velocidade para evitar que um novo apagão ocorra com prejuízos ao País.

Outra obra com irregularidades citada pelo TCU é a da ponte Brasil–Peru, na BR-317. Já estive nesta tribuna pronunciando-me a respeito de irregularidades na concessão do financiamento do BNDES às obras de construção da ponte Brasil–Peru, que faz parte da conhecida Estrada do Pacífico, que promoverá a ligação entre os dois países.

Estamos, inclusive, Sr. Presidente, requerendo auditoria relativamente aos empréstimos do BNDES para obras no exterior. Apelamos ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, para que faça retornar à pauta o requerimento de nossa autoria dela recentemente retirado, a meu ver indevidamente.

Chamei a atenção, também, Sr. Presidente, para o fato de se priorizar a construção de uma estrada, quando existem outros modais, mais especificamente o ferroviário, que poderiam atender melhor às necessidades de transporte entre os dois países a um custo bem mais baixo que o previsto para a construção da rodovia.

Não me causa surpresa, portanto, agora verificar que o relatório de auditoria do TCU revela irregularidades escandalosas na obra que há pouco tempo o Presidente Lula fez questão de inaugurar no Peru, levando com ele toda a claqué trazida do Acre – Estado do meu caro amigo Senador Sibá Machado – com as despesas de locomoção pagas.

A construção da ponte sobre o Rio Acre interligará as cidades de Assis Brasil, no Brasil, e Iñapari, no Peru, com 240 metros de extensão, incluindo acesso rodoviário e instalações de alfândega.

Eu havia recebido antes, em meu gabinete, Senador Paulo Paim, um dossiê com recortes de jornais

do Peru que destacavam exatamente irregularidades na realização de obras públicas daquele país com recursos brasileiros do BNDES. Havia denúncias de superfaturamento e de outras irregularidades. E agora o Tribunal de Contas da União confere veracidade àquelas denúncias com esse relatório ao qual estamos nos reportando neste momento.

Essa obra é executada pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Acre em decorrência de convênio firmado com o Dnit (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte)*.

Sr. Presidente, creio que cometi um deslize ao dizer que o Presidente Lula foi inaugurar a obra. Sua Excelência não foi inaugurar a obra, mas lançá-la, tendo em vista que ela ainda está em execução. Foi anunciar a obra, porque na verdade ela já estava sendo executada. Foi lá realizar uma solenidade.

Depois concederei um aparte ao Senador Sibá Machado.

O relatório de auditoria aponta inúmeras irregularidades graves na execução do contrato que suscitam a recomendação de paralisação do empreendimento. Entre as irregularidades graves, destacam-se:

- projeto básico inexistente e projeto executivo inadequado, com risco de dano ao erário;
- desapropriações ilegais com risco de dano ao erário;
- sobrepreço;
- medição/pagamento de serviços não realizados – é muito grave essa medição arremada, desonesta, que implica pagamentos indevidos;
- restrição ao caráter competitivo da licitação; e
- superfaturamento.

Além dessas irregularidades, ainda foram identificadas irregularidades graves em preços ou deficiência grave no controle interno e de pagamentos, bem como execução orçamentária irregular.

Quanto à inexistência de projeto básico, saliento que tal fato caracteriza grave afronta ao art. 7º da Lei nº 8.666/93, o qual proíbe, expressamente, a licitação de obras sem que o correspondente projeto básico esteja devidamente elaborado e aprovado pela autoridade competente.

Fato curioso é que, apesar de o Departamento de Obras e Rodagens do Acre informar à equipe de auditoria que não havia projeto básico, os técnicos encontraram um esboço de projeto sem assinatura e

um contrato com a empresa Outec cujo objeto era a elaboração do projeto básico da ponte, ao custo de R\$125 mil.

Essa mesma empresa, coincidentemente, foi contratada para realizar acompanhamento técnico da obra, desta feita com “licitação”, porém ao custo de R\$723 mil.

Ocorre que a equipe de auditoria não identificou documentos que comprovem a execução desses serviços pela Outec, haja vista que o projeto mostra-se apócrifo.

Os contratos firmados com a OUTEK foram firmados exclusivamente com recursos estaduais, razão pela qual o Tribunal de Contas da União não pôde tomar providências no sentido de ressarcir os cofres públicos.

No entanto, fica a nítida impressão de que houve direcionamento do projeto básico para a empresa.

Ressalto, Sr. Presidente, que um projeto mal elaborado pode representar graves danos aos cofres públicos durante a execução da obra, visto que o contrato poderá sofrer uma série de alterações de quantitativos e inclusão de novos serviços não licitados inicialmente.

Além disso, pode haver, inclusive, conluio entre o projetista e o executor da obra, o que pode ter ocorrido neste caso, visto que a equipe verificou que o Projeto Executivo é incompleto e inadequado. Falta detalhamento de partes da obra, bem como não constam do projeto os estudos técnicos de viabilidade, de sondagens do local da obra, de desapropriações, de vazões do rio Acre, inexistindo o registro de autoria do seu projetista.

Além do projeto, existem fortes indícios de superfaturamento de serviços.

O relatório da equipe técnica do TCU conclui que a continuidade da obra poderá representar um prejuízo aos cofres públicos de, aproximadamente, R\$14 milhões, na medida em que há sobrepreço de preços unitários da ordem de R\$7 milhões e propostas de glosa, em virtude de superfaturamento de serviços, no mesmo montante.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, a respeito das preocupações com essa obra, prometo a V. Exª que, nas próximas semanas, retornarei a esta Casa com informações precisas so-

bre o que está acontecendo. Neste momento eu não as tenho e, portanto, não posso falar sobre o assunto. Mas vale a preocupação de V. Ex^a, porque temos mesmo que fiscalizar e ficarmos atentos a qualquer coisa que não esteja satisfatoriamente entendida. É comum, no Tribunal de Contas da União, quando se trata de investimentos no meu Estado, haver muitas preocupações. Eu estava até comentando com V. Ex^a aqui que há outras atividades que somente são compreendidas depois de uma visita, **in loco**, do Tribunal, somente depois de ele saber de fato como é que as coisas acontecem em nosso Estado. Todo o terreno do nosso Estado é formado por deposição que vem dos Andes. Não temos pedra para nada. Não existe pedra, não existe areia, é uma verdadeira obra de arte construir uma rodovia, construir uma obra de grande porte no Estado. Nesse caso, é comum que o Tribunal interprete determinadas atitudes daquela natureza como irregularidades em um empreendimento que é comumente visto em outros lugares do Brasil. Assim sendo, vou-me certificar disso e garanto a V. Ex^a que trarei informações mais detalhadas no momento oportuno, para dirimir qualquer dúvida que envolva o processo. Quero apenas dizer que confio totalmente no trabalho que está sendo feito. O Governador é tido no Estado como quem costuma baixar bastante o preço, pagar muito pouco e exigir bastante das pessoas que trabalham lá. Portanto, a taxa de lucro dessas empresas é muito baixa. São exigidos prazo, qualidade e condições para que as obras, de fato, estejam em conformidade com o que o projeto determina. Dessa forma, coloco-me à disposição para informá-lo melhor sobre essas questões na próxima semana.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço ao Senador Sibá Machado.

A nossa preocupação é, sobretudo, com a aplicação de recursos públicos do nosso País em obras no exterior, exatamente possibilitando irregularidades gritantes, razão da nossa solicitação de auditoria específica relativa a obras no exterior com recursos do BNDES, que chegam a US\$2,9 milhões. São empréstimos concedidos pelo BNDES, em prejuízo, inclusive, de projetos nacionais, que são relegados a um plano secundário, não sendo devidamente considerados. Sobretudo, não se prioriza a relação custo-benefício social desses investimentos, porque, obviamente, num país carente de oportunidades de trabalho, não poderíamos, de forma alguma, relegar a segundo plano projetos nacionais geradores de empregos a trabalhadores brasileiros. Estamos optando por gerar

empregos na Venezuela, na República Dominicana, no Paraguai, no Peru, em detrimento de empregos que poderiam ser gerados em nosso País, com o financiamento de projetos que ofereçam oportunidades de trabalho a milhares de trabalhadores desempregados em nosso País.

Essa auditoria que estamos solicitando tem este objetivo: verificar os procedimentos adotados para a concessão desses empréstimos e, eventualmente, desvios que possam ter ocorrido, já que obras no exterior, em que pese o fato de serem realizadas por empresas empreiteiras de obras públicas do nosso País, não podem estar à frente de prioridades como, por exemplo, a recuperação da malha rodoviária, destruída pela inoperância governamental ao longo do tempo.

Vemos especialistas prevendo a possibilidade de um “apagão” no setor de energia elétrica por volta de 2009 ou 2010, as nossas estradas destruídas, um patrimônio público inestimável sendo comprometido. Enfim, o corredor de exportação, com todas as deficiências que nos colocam diante do risco de um “apagão” de infra-estrutura, vai estabelecer um cenário em que o Brasil produz, vende e não pode entregar.

Não podemos nos conformar, Sr. Presidente, com essa prioridade estabelecida de se financiar obra no exterior, em que pese o fato de estarmos vivendo este cenário de preocupações a médio e longo prazo, no que diz respeito a nossa infra-estrutura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero registrar, rapidamente, que estiveram conosco aqui os meus amigos da APAE de Brasília e também da Escola Municipal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que vieram participar de um torneio de basquete.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Brasília, 29 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

com a designação de V. Ex^a para Relator Revisor da Medida Provisória nº 252, de 2005, e, em virtude de compromissos anteriormente assumidos, declino do encargo, sugerindo o nome do Senador Romero Jucá.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e apreço. – Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Senador José Sarney declina do cargo e indica o Senador Romero Jucá para relatar a Medida Provisória nº 252.

O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, ainda temos um orador, o Senador Heráclito Fortes. Como tenho em mão nota técnica do Governo do Estado, diante da preocupação do Senador Alvaro Dias, quero saber se, por uma questão de ordem, posso fazer os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –

RS) – Senador Sibá Machado, vou apenas fazer um esclarecimento, porque o Secretário-Geral da Mesa não acompanhou.

Logo que assumi a Presidência, acostumado com o tempo de dez minutos para cada Senador de terça a quinta, quando V. Ex^a foi à tribuna, dei-lhe somente 10 minutos, sendo que o tempo hoje dos oradores é de 15 minutos. Por questão de justiça, V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, mediante o equívoco da Mesa, tem direito a mais cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mui-

to obrigado.

Pode ser de imediato, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Pode ser de imediato.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para uma

comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – O Senador Heráclito Fortes não se incomoda. (Pausa.)

Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, as preocupações do Senador Alvaro Dias referem-se às obras que a União repassou para uma execução via Governo do Estado do Acre. São duas obras: uma é o asfaltamento da BR-364, que liga Cuiabá ao Município de Cruzeiro do Sul, no Acre, passando por Porto Velho e Rio Branco – hoje, o Governo do Estado é quem realiza essa construção, essa obra; outra é a ponte Binacional, que liga o Brasil ao Peru sobre o rio Acre.

Passo a ler a nota técnica do Governo, que, depois, gostaria fosse incluída nos Anais da Casa:

NOTA TÉCNICA

Ref: Inclusão pelo Tribunal de Contas da União – TCU na lista das obras com possíveis irregularidades: da BR-364 trecho Sena Madureira–Cruzeiro do Sul e ponte Binacional Brasil/Peru – BR-317.

1 – O Tribunal de Contas, através da SECEX/AC, realiza anualmente auditoria nas obras das rodovias federais que foram delegadas pelo Governo Federal ao Governo do Estado do Acre;

2 – Os relatórios emitidos pela auditoria são encaminhados diretamente ao Tribunal de Contas em Brasília. O Governo do Estado toma conhecimento do teor desses relatórios, através de um monitoramento constante no *site* do TCU ou nas constantes visitas na SECEX/AC;

3 – No caso das obras em referência, no ano de 2005, após conhecimento do teor dos relatórios, verificamos inconsistências, incongruências e análises superficiais que redundaram em conclusões precipitadas e inverídicas sobre a execução das referidas obras;

4 – Imediatamente após o conhecimento dos processos (TC 006.861/2005-8 e TC 010.662/2005-0, respectivamente Ponte Binacional e BR-364), a equipe técnica do Governo do Estado do Acre, sob o comando direto dos Secretários das áreas envolvidas, decompôs e rebateu cada irregularidade suposta pela auditoria SECEX/AC-TCU. Relativo à Ponte Binacional, pronunciou-se através de requerimento ao TCU em Brasília, formalizado no dia 22 de agosto de 2005. No que se refere à BR-364, a análise do Governo do Estado do Acre já está concluída, e da mesma forma será encaminhada ao Tribunal de Contas na próxima semana.

5 – A título de exemplo sobre a fragilidade do relatório dos auditores SECEX/AC-TCU, que apontaram possíveis irregularidades, podemos ilustrar alguns dos principais itens:

BR – 317 – Ponte Binacional Brasil-Peru

a) *“Irregularidade grave inclusive determinando paralisação da obra pela inexistência de acordo entre o Brasil e o Peru para construção da ponte”.*

Como é do conhecimento de todos, o Decreto Legislativo nº 196/2004 foi publicado no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2004, Seção 1, página 01, onde o Congresso Nacional aprova o Acordo específico entre o Brasil e

o Peru para a construção da Ponte Binacional, sobre o Rio Acre, na rodovia BR-317.

b) “Sobrepço em diversos serviços, não recomendando o prosseguimento da obra.”

Em resumo os auditores concluíram sobrepreço, pois compararam o custo do metro linear de uma ponte comum (estruturas pretendidas convencionais), com o custo do metro linear da Ponte Binacional com vão livre de 110 m, concebida em estrutura estaiada e emprego de alta tecnologia (*extradosed*). Desconsideraram ainda as especificidades de construções rodoviárias na Amazônia, especificamente no Estado do Acre, as distâncias e a localização da própria obra. Não aprofundaram a análise sobre a complexidade técnica para execução dos serviços e a particularidade do projeto. Além do mais, a obra também exige diariamente especial monitoramento e supervisão. Importante ressaltar que o projeto de engenharia foi aprovado pelo DNIT e que a SECEX/AC-TCU recebeu formalmente toda a documentação do projeto antes mesmo da licitação da obra.

BR – 364 – trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul

a) “Desapropriações ilegais com risco de dano ao erário”

A Lei nº 5.917, de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências, no seu art. 18, inciso III, declara indispensável à Segurança e ao Desenvolvimento Nacional, na Amazônia Legal, as terras devolutas na faixa de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo da rodovia BR-364, do trecho Porto Velho–Abunã–Rio Branco–Feijó–Cruzeiro do Sul–Japiim. Portanto, todas as irregularidades constantes no relatório dos auditores da SECEX/AC-TCU sobre as desapropriações de áreas envolvendo esta obra são improcedentes e comprovam o total desconhecimento sobre a legislação vigente.

b) “Sobrepço em diversos serviços”

A análise dos auditores da SECEX/AC-TCU desconsiderou decisões anteriores do próprio TCU, através do Acórdão Plenário nº 2.017/2004, que julgou e aprovou os preços reais de construção por quilômetro de

rodovia praticados pelo DERACRE na região do Vale do Juruá (BR-364 no Estado do Acre) e que são calculados de acordo com metodologia e parâmetros do Sistema de Custos Rodoviários de Referência do DNIT (SICRO2-DNIT).

Ademais os auditores, no relatório de 2005, compararam o preço do quilômetro no Acre com o preço médio praticado nacionalmente. Não é correto fazer uma simples média aritmética para determinar custos rodoviários na Amazônia Ocidental, especialmente no Acre. Se assim o fosse, não teria nenhuma utilidade a existência do SICRO2-DNIT.

Cada obra tem sua complexidade e peculiaridade de diversas ordens, tais como: logística e transporte; condições de solo; topografia da região; ocorrência e preços de materiais e insumos na região. Inadvertidamente, os auditores desconsideraram esses aspectos e outras peculiaridades para construção das obras rodoviárias no Acre, embora, constasse farta documentação nos autos do processo.

6 – O Governo do Estado do Acre, sabedor dos cronogramas e das atribuições legais afetas ao TCU, quando da tramitação do Orçamento Geral da União – OGU no Congresso Nacional, reivindicou também a retirada da lista das obras com indícios de irregularidade a ser encaminhada ao Poder Legislativo da União, tendo em vista a não conclusão e julgamento final das supostas irregularidades. (...)

7 – Conclusão

Ressaltamos que as obras em questão são marco referencial para a integração do Brasil, Peru e Bolívia, através do Acre, e beneficiarão milhares de pessoas, impulsionando o desenvolvimento fronteiriço e fortalecendo o comércio exterior entre países. A rodovia BR-364 é estratégica e fundamental para a integração interna dos municípios acreanos e ao centro-sul do País.

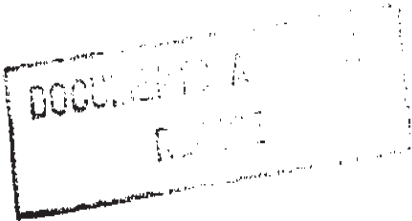
A nota técnica do Governo é uma explicação que gostaria de fazer chegar às mãos da Presidência.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º do Regimento Interno.)

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração
Departamento de Estradas de Rodagem do Acre



NOTA TÉCNICA

Ref: Inclusão pelo Tribunal de Contas da União – TCU na lista das obras com possíveis irregularidades: da BR-364 trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul e ponte Binacional Brasil/Peru – BR-317.

- 1** – O TCU através da SECEX/AC realiza anualmente auditoria nas obras das rodovias federais que foram delegadas pelo Governo Federal ao Governo do Estado do Acre;
- 2** – Os relatórios emitidos pela auditoria são encaminhados diretamente ao TCU em Brasília. O Governo do Estado toma conhecimento do teor desses relatórios através de um monitoramento constante no site do TCU ou nas constantes visitas na SECEX/AC;
- 3** – No caso das obras em referência no ano de 2005, após conhecimento do teor dos relatórios, verificamos inconsistências, incongruências e análises superficiais que redundaram em conclusões precipitadas e inverídicas sobre a execução das referidas obras;
- 4** – Imediatamente após o conhecimento dos processos (TC 006.861/2005-8 e TC 010.662/2005-0, respectivamente, a Ponte Binacional e BR-364) a equipe técnica do Governo do Estado do Acre, sob o comando direto dos Secretários das áreas envolvidas, decompôs e rebateu cada irregularidade suposta pela auditoria SECEX/AC-TCU. Relativo a Ponte Binacional, pronunciou-se através de requerimento ao TCU em Brasília, formalizado no dia 22 de agosto de 2005. No que se refere a BR-364 a análise do Governo do Estado do Acre já está concluída, e da mesma forma será encaminhada ao TCU na próxima semana.

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração
Departamento de Estradas de Rodagem do Acre

5 – A título de exemplo sobre a fragilidade do relatório dos auditores SECEX/AC-TCU, que apontaram possíveis irregularidades, podemos ilustrar alguns dos principais itens:

BR-317 - Ponte Binacional Brasil-Peru

- a) *"Irregularidade grave inclusive determinando paralisação da obra pela inexistência de acordo entre o Brasil e o Peru para construção da ponte."*

Como é de conhecimento de todos, o Decreto-Legislativo n.º 196/2004 foi publicado no Diário Oficial da União de 07 de maio de 2004, Seção 1, página 01, onde o Congresso Nacional aprova o Acordo específico entre o Brasil e o Peru para a construção da Ponte Binacional, sobre o Rio Acre, na rodovia BR-317.

- b) *"Sobrepço em diversos serviços não recomendando o prosseguimento da obra".*

Em resumo os auditores concluíram sobrepreço, pois compararam o custo do metro linear de uma ponte comum (estruturas protendidas convencionais), com o custo do metro linear da Ponte Binacional com vão livre de 110m, concebida em estrutura estaiada e emprego de alta tecnologia (*extradosed*). Desconsideraram ainda as especificidades de construções rodoviárias na Amazônia, especialmente no Estado do Acre, as distâncias e a localização da própria obra. Não aprofundaram a análise sobre a complexidade técnica para execução dos serviços e a particularidade do projeto. Além do mais, a obra também exige diariamente especial monitoramento e supervisão. Importante ressaltar que o Projeto de Engenharia foi aprovado pelo DNIT e a SECEX/AC-TCU recebeu formalmente toda a documentação do Projeto antes mesmo da licitação da obra.

BR-364 – trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul

- a) *"Desapropriações ilegais com risco de dano ao erário"*

A Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973 que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências, no seu artigo 18, inciso III declara indispensável à Segurança e ao Desenvolvimento Nacional, na Amazônia Legal,

Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração
Departamento de Estradas de Rodagem do Acre

as terras devolutas na faixa de 100 quilômetros de largura em cada lado do eixo da rodovia BR-364 – Trecho: Porto Velho – Abunã – Rio Branco – Feijó – Cruzeiro do Sul – Japiim. Portanto, todas as irregularidades constantes no relatório dos auditores da SECEX/AC-TCU sobre as desapropriações de áreas envolvendo esta obra são im procedentes e comprovam o total desconhecimento sobre a legislação vigente.

b) *"Sobrepço em diversos serviços"*

A análise dos auditores da SECEX/AC-TCU desconsiderou decisões anteriores do próprio TCU, através do Acórdão Plenário n.º 2017/2004, que julgou e aprovou os preços reais de construção por quilômetro de rodovia praticados pelo DERACRE na região do Vale do Juruá (BR-364 no Estado do Acre) e que são calculados de acordo com metodologia e parâmetros do Sistema de Custos Rodoviários de Referência do DNIT (SICRO2-DNIT).

Ademais os auditores no relatório de 2005, compararam o preço do quilômetro no Acre com o preço médio praticado nacionalmente. Não é correto fazer uma simples média aritmética para determinar custos rodoviários na Amazônia Ocidental, especialmente no Acre. Se assim o fosse não teria nenhuma utilidade a existência do SICRO2-DNIT.

Cada obra tem sua complexidade e peculiaridade de diversas ordens, tais como: logística e transporte; condições de solo, climáticas e hidrológicas; topografia da região; ocorrência e preços de materiais e insumos na região. Inadvertidamente, os auditores desconsideraram esses aspectos e outras peculiaridades para construção das obras rodoviárias no Acre, embora, constasse farta documentação nos autos do processo.

6 – O Governo do Estado do Acre sabedor dos cronogramas e das atribuições legais afetas ao TCU, quando da tramitação do Orçamento Geral da União – OGU no Congresso Nacional, reivindicou também a retirada da lista das obras com indícios de irregularidade a ser encaminhada ao Poder Legislativo da União, tendo em vista a não conclusão e julgamento final das supostas irregularidades.

Apesar do Governo do Estado do Acre ter apresentado justificativas e esclarecimentos visando afastar os indícios de irregularidades apontadas e requerido novas audiências para melhor análise da documentação apresentada, o TCU não se manifestou oficialmente até a presente data.



Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável
Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Integração
Departamento de Estradas de Rodagem do Acre

7 - Conclusão

Ressaltamos que as obras em questão são marco referencial para a integração do Brasil, Peru e Bolívia, através do Acre, e beneficiarão milhares de pessoas, impulsionando o desenvolvimento fronteiriço e fortalecendo o comércio exterior entre esses países. A rodovia BR-364 é estratégica e fundamental para a integração interna dos municípios acreanos e ao centro-sul do país.

Empreendimentos de tamanha relevância jamais poderão ter sua continuidade comprometida por análises superficiais e precipitadas. Também não poderão expor desnecessariamente o Brasil nas relações internacionais com o Peru.

O Governo do Estado do Acre agendará no início da próxima semana uma reunião com o Ministro-relator do TCU para expor a gravidade do assunto e solicitar celeridade na análise das justificativas e argumentos apresentados por sua equipe técnica, nos autos do processo.

Rio Branco-AC, 23 de setembro de 2005.

Gilberto Siqueira

Secretário de Estado de Planejamento e
Desenvolvimento Econômico Sustentável

Sergio Yoshio Nakamura

Secretário de Estado de Infra-Estrutura e
Integração
Diretor-Geral do DERACRE

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento relativamente ao documento que encaminha.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no

mérito do meu discurso, quero fazer uma pergunta ao Senador Sibá Machado.

A acusação a que o Senador Alvaro Dias fez referência sobre o Governo do Estado a que V. Ex^a pertence foi nesta sessão?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Foi nesta sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) –V. Ex^a recebeu essas informações do Governo do Estado ainda nesta sessão?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Coincidentemente, a nota técnica já estava de posse do

meu gabinete. A Assessoria apenas me entregou em mãos agora.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Governo do Estado já sabia das acusações e antecipou para lhe municiar das informações?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, porque a nota técnica já foi em resposta ao próprio Tribunal. Apenas recebi a cópia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu quero elogiar o PT, Senador. V. Ex^a já pensou se, no Brasil inteiro, o PT fosse assim? Não quisesse colocar debaixo do tapete os escândalos, as corrupções, a malversação dos recursos, e tivesse pessoas responsáveis como o Governador de seu Estado? Que não escondesse os Waldomiros, que não escondesse as Land Rovers, que não escondesse o dinheiro do bingo, do caixa dois? Foi por isso que o Governo não aceitou o Governador de V. Ex^a como Chefe da Casa Civil.

Peço que V. Ex^a parabeneze o Governador. Faz-se é assim, quando não se tem o rabo preso, Senador, quando se é honesto. Não conheço pessoalmente S. Ex^a; conheço o irmão, Tião Viana. Mas o simples fato de responder e de enviar ao gabinete de V. Ex^a a sua versão, já é um bom indício de propósitos. Porque existem Governadores que querem cobrir sua incompetência com ironias, com agressões, colocando os erros debaixo do tapete.

Digo isso porque ontem fiz um registro da triste situação em que se encontra o Estado do Piauí. O Governador respondeu que não vejo suas obras porque só viajo de avião e que ele não faz obras nas nuvens. Se não faz obras nas nuvens, é um ingrato, pois é onde ele vive. Nunca vi um Governador, Senador Alvaro Dias, tão nas nuvens como ele. Basta ver quanto o Estado do Piauí gasta todo mês com aluguel de avião, tendo até frota própria.

O Governador de V. Ex^a, Senador Sibá Machado, deveria servir de exemplo para os Ministros. Quando esta Casa envia, por exemplo, pedido de informação, respondem em três meses ou depois, quando querem, geralmente sem discorrer sobre o que se pergunta, diferentemente do Governo Federal. O Presidente não sabe que o filho montou empresa, não sabe que o gabinete vizinho recebia políticos e comandava caixa dois; o Presidente do Partido não sabe de empréstimo, assinou sem ver. Que coisa, não é, Senador? Que coisa!

O Estado de V. Ex^a, um pequeno Estado, honra Chico Mendes. Finalmente aparece alguém no PT que podemos elogiar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com muita alegria, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, o Governador do Estado, Jorge Viana, exerce seu segundo mandato, e os desafios têm sido cada vez maiores. Colocar o Estado na rota do desenvolvimento nacional tem sido muito custoso, muito trabalhoso, muito difícil. É claro que tem sido um trabalho de todos: do Governador, de sua equipe, mas também de todo o Parlamento estadual e também federal. Ainda bem que o nosso debate tem sido na construção das idéias. Os números são espantosos. Geralmente, o Tribunal de Contas da União faz uma avaliação muito, digamos, linear para o País, não costuma olhar as especificidades. E o Acre é sempre prejudicado com as decisões do Tribunal, que não vê, *in loco*, que dificuldade a mais temos para realizar uma obra dessa natureza, em comparação a um Estado do centro-sul do País. Portanto, penso que cabe, sim, a preocupação, Senador Alvaro Dias. Espero que a nota possa ser esclarecedora, a mesma nota que já foi emitida ao próprio Tribunal de Contas da União. Mais uma vez, esperamos que a sensatez prevaleça, e eles entendam. Quanto à situação do PT, é algo que também tenho defendido no Partido: qualquer acusação que venha, que nós nos adiantemos e esclareçamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero fazer justiça: V. Ex^a é daqueles que, no fim do mês, está com o cheque ouro no vermelho.

(Risos.)

Aliás, a maioria do PT. V. Ex^a pode ficar tranqüilo que o Brasil todo sabe: V. Ex^a não é daqueles do caixa dois, não é daqueles que combatiam o FMI, que combatiam o Citibank, que combatiam a Alca, e que mudaram de discurso não; V. Ex^a tem autoridade para falar sobre isso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Acredito que é preciso se adiantar aos fatos. Eu também não gosto de conviver com dúvidas, é algo que não me apetece. Se há dúvidas, esclareçam-nas. Espero que tudo isso também nos dê uma lição de que, se há dúvidas, que nos adiantemos, expliquemos e esclareçamos as pessoas. Com certeza, é isso que engrandece, que enaltece e que leva para o caminho do positivo, do bom viver, da boa regra a imagem que todos esperam de nós. Não quero dizer que essa é uma experiência que deve ser copiada por todos, mas pelo menos estamos tentando fazer a nossa parte, insistindo cada vez mais nos foros internos do PT, porque esse é um caminho que tem dado muito certo por onde temos passado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Aliás, eu vinha para o Senado e peguei uma publicação antiga, em que havia algumas queixas que Chico Mendes

fazia dos sofrimentos do Acre, e uma das acusações que fazia era exatamente ao Citibank, por ser o porta-voz do capitalismo americano e que estaria financiando empresários no Acre para massacrá-lo e aos seus ideais, esse Citibank com o qual o Governo de V. Ex^a se associa agora de maneira desavergonhada, embora sabendo que é um Banco que tem costume de praticar, pelo mundo afora, algo não convencional, como, por exemplo, ser o depositário fiel das contas de Pinochet, de Salinas e assim por diante.

A memória do PT, Senador Alvaro Dias, está no lixo. O Partido, que aterrorizava a todos nós com sua bandeira, seu grito de guerra, jogou tudo fora. Entrou na barganha, no “mensalão”, no caixa dois, no fisiologismo político, e por aí vai.

Agora mesmo, estamos aqui como que em um velório, próximos a enterrar o caixão, que é a reforma partidária, a reforma política. Se o Senador Alvaro Dias lembrar bem, S. Ex^a vai ver que o PT, no auge, só discutia recurso de campanha, só queria o recurso oficial de campanha. Era o carro chefe, era a bandeira: arrecadar. Tio Patinhas, aquele que nos encantou na infância, é miniatura, é pinto na frente da volúpia e da ânsia do PT por dinheiro. Faltou a eles apenas aquela velha moeda da sorte. Ah, se o PT tivesse o Tio Patinhas arrecadando, Senador Alvaro Dias! Estaria milionário, e o Brasil todo pensando que, no quintal do Partido dos Trabalhadores, dinheiro dava cria. Os empréstimos do Valério, tal qual o milagre dos peixes, multiplicavam-se.

Senador Alvaro Dias, ontem estava na reunião da CPMI. Bastou queremos apurar a ação de algumas corretoras que, por meio dos fundos de pensão, abasteciam o “propinoduto” do antes virgem no que se diz respeito à corrupção Partido dos Trabalhadores, para vermos a ação enérgica da Senadora Ideli Salvatti, com um poder de comando como há muito tempo eu não via nesta Casa, mandando seus Colegas se retirarem de plenário. Alguns saíram de maneira obediente e cabisbaixos. Quero registrar aqui, por apreço e por respeito, o Deputado Maurício Rands, que já chegou nesta Casa estrela, presidindo Comissão de Constituição e Justiça, e que se curvou ao comando da Senadora Ideli Salvatti.

Eu quero ser justo e separar os fatos. A Senadora Ideli, a semana passada, disse aqui desta tribuna que há escuta no telefone dela. Eu acho que esta Casa precisa mandar apurar, para saber quem está querendo ouvir os segredos da Senadora Ideli. É dever do Senado, porque segredo S. Ex^a deve ter e muitos. É quem mais fala com o Palácio e quem mais defende o Governo no indefensável.

Toda vez que o Governo se mete numa encrenca nós não vemos o Senador Aloizio Mercadante. Sabemos de antemão que V. Ex^a não defende erros, pois pela sua formação e origem tem horror a safadeza. Mas há quem faça determinados tipos de serviço. Foi assim desde a CPMI do Banestado, aliás, naquela CPMI o PT jogou um cesto de pedras para cima e se esqueceu de sair debaixo; elas caíram todas na cabeça dele.

V. Ex^a se lembra das afirmações do tipo: “Todo brasileiro que tem conta no exterior é ladrão, é lavanderia, é caixa dois”, que se combate. V. Ex^a se lembra quem foi o primeiro alcançado? Um tal de Cassio Casseb, que era Presidente do Banco do Brasil. Ele possuía uma conta bonita num paraíso fiscal. Corre para cá, corre para acolá, e afirmou-se que aquelas contas eram certas, corretas. Os mesmos que acusavam. Foi um susto, um impacto! Logo em seguida apareceu o Luiz Augusto Candiota, do Banco Central. E foi um bafafá. O Governo, agindo de maneira inteligente, como fez com o Presidente do Banco Popular – como era o nome do Presidente do Banco Popular, aquele que gastou mais em propaganda do que para atender os pobres?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ivan Guimarães.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ivan Guimarães tirou de fininho. E aí ninguém apurou, o dinheiro de Cassio Casseb Lima que estava lá era correto, o que ninguém sabia era a origem, de onde saíram os 3,5 milhões de dólares para um assalariado empregar lá. E agora estão aí as CPMIs, estão querendo ouvir o Sr. Casseb, e é um deus-nos-acuda. V. Ex^a se lembra quando quiseram, na CPMI do Banestado, investigar a Transbrasil. Aí apareceu o dono, compadre do Lula – como era o nome do compadre do Lula, aquele que emprestou a casa a ele? (Pausa.) Estão gritando aqui: “Roberto Teixeira”. Aí foi um deus-nos-acuda: acaba a CPMI, troca tapa, e ninguém apurou. É uma vaca sagrada do Partido. Penso até que tem seus méritos, é generoso. Quando o Lula não tinha onde morar, ele lhe deu uma casa. O PT tem obrigação de protegê-lo, de acabar com a Comissão, Senador; o Brasil, jamais.

E aí, vejam só, minhas senhoras e meus senhores, o paradoxo em que nos encontramos: fecharam a CPMI, criada por idéia brilhante da Senadora Ideli Salvatti porque via coisas erradas no Paraná e em Santa Catarina, para apurar evasão de divisas. Por coincidência, os mesmos bancos acusados naquela época em que foram investigados – entre aspas – vejam os senhores, são os bancos que o PT usou agora no “propinoduto”. Partido sabido!

Lembra-se V. Ex^a como é que a gente aprendia no Piauí a tabuada? Dois mais dois, dois vezes cin-

co... Aquela cantiga da professora. Com uma semana, automaticamente, aprendíamos a tabuada. Com uma semana automaticamente você aprendia a contar. Então, quando você ia para a tabuada do cinco – cinco vezes cinco, vinte e cinco –, você ia até cinqüenta. Era uma beleza. Foi assim que o PT aprendeu!

E hoje descobriu o que nós não sabíamos, Senador, que a Ilha da Madeira é paraíso fiscal.

O Maluf uma vez descobriu um paraíso chamado Ilha de Jersey, que em nossa infância – V. Ex^a é do Sul, e o frio ajuda muito – era nome de um gado leiteiro muito bom. De repente aparece uma ilhazinha, deste tamanho, como paraíso fiscal. Naquela época – estou falando da CPI –, como Maluf já estava acenando com a possibilidade de apoiar Dona Marta, colocaram debaixo do tapete a Jersey. Já pensaram se o PT tivesse permitido a apuração daqueles fatos dois anos atrás, Senador? Nós não tínhamos passado por isso aí.

Bom! A Ilha da Madeira nós conhecemos pelo vinho, pelo licor, pela comida, mas Paraíso Fiscal?!

Por que os “políglotas” do PT escolheram a Ilha da Madeira com uma língua tão difícil?

E fiéis à Santíssima Trindade, foram atrás do Espírito Santo, um Banco Português.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) (Fora do microfone.) – Com todo o respeito ao Espírito Santo!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E aos portugueses. Pensaram que o Espírito Santo – o lá de cima – iria proteger a safadeza dos daqui debaixo. Qual nada! E, aí, meu amigo, estamos nesta embrulhada.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me conceda mais dois minutos para que eu conclua.

Senadora Heloísa Helena, em boa hora V. Ex^a chega a esta Casa. Eu conheci o PT monopolista da seriedade, virgem no ato das más intenções e incorruptível. Hoje, o PT, sem nenhuma sem-cerimônia, vem a esta tribuna e diz: “Ah, nós fizemos caixa dois e nós roubamos porque lá atrás roubaram também. O outro roubou”. Onde é que está o discurso?

Aquele nosso bispo lá de São Paulo, cujo nome não quero citar, emprestou vários anos da sua boafé e da sua boa vontade recebendo os petistas. O PT sempre gostou de negociar. Acho louvável isso. Lula é um grande negociador, hábil negociador, daí por que é o Presidente da República. O único defeito do Lula foi não ter se livrado dos maus companheiros que o acompanharam. A teoria diz que “amigos você pode ter bons ou maus; agora, governar só com os bons”. Fez alguns lançamentos na vida pública, como o do Banco Popular e outros mais, que ainda hoje nos estarrecem e começou a fazer alianças com o capitalismo.

Sr. Presidente, eu e a Nação esperamos que o Presidente da República consiga explicar-nos essa

situação. Quando começou o acordo do Lula com o mecanismo financeiro internacional? Antes ou depois das eleições?

Senadora Heloísa Helena, nós todos estamos anestesiados pelo processo eleitoral, mas, se prestarmos atenção e voltarmos ao passado, de setembro de 2002 para frente, verificaremos que o terror dos banqueiros com o Governo Lula acabou, as ajudas chegaram e houve um mar de tranqüilidade.

V. Ex^a deve lembrar-se, Senador Sibá Machado, de que até um acordo de transição foi feito com o tão criticado Governo Fernando Henrique. A partir daí, em nome da governabilidade, fez-se o tal governo da transição, e ninguém sabia quem mandava: se o que saía ou o que entrava. Para coroar com chave de ouro tudo isso, foi-se buscar no PSDB um tucano de plumagem nova, o Sr. Henrique Meirelles...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...para presidir o Banco Central. O restante da história nós sabemos. Transformar assuntos privados em questão de governo é consequência disso tudo.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, numa homenagem ao Governador de vosso Estado, pelo que vi, pela presteza com que V. Ex^a trouxe respostas ao Senador Alvaro Dias, é que mudei totalmente o meu discurso. Resolvi improvisar para mostrar a V. Ex^a que o cinismo do PT com o Brasil é uma coisa decepcionante. A falta de compromisso do PT com o Brasil é de fazer vergonha. Poucos são os petistas que podem, Senador, como V. Ex^a, de cabeça erguida, chegar ao seu Estado.

Senadora Heloísa Helena, imagine V. Ex^a as pessoas vendo a fotografia do Presidente Aldo Rebelo, por quem tenho o maior respeito – que acho que é vítima desse processo, o futuro vai dizer –, confraternizando-se após a eleição com cassáveis, os pré-cassados, os denunciados!

Será que este preço vale para se voltar o Poder na Câmara? Será que vale a pena tudo isso? O futuro vai dizer.

Senador Sibá Machado, eu quero ver os amigos de coragem do Lula subir com ele no palanque o ano que vem. Eu quero ver o que vão dizer, se vão olhar de cabeça erguida para o povo com o salário mínimo dobrado, segundo promessas, com a fome zerada, o brasileiro comendo pelo menos quatro vezes por dia. Enquanto o Brasil passa fome, ele voa naquele avião de R\$180 milhões. Para reflexão de vocês, petistas. E para toda regra, é claro, tem exceção. Parabéns ao Governador de vosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena. V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

Eu solicitaria ao Senador Heráclito Fortes que assumisse a Presidência, porque pretendo ainda fazer uso da palavra pela Liderança do PSDB.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando eu ouço essa história do balcão de negócios sujos, ou melhor, do balcão de negócios podres em que se transformou essa promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional, chegamos a ter vontade de voltar ao tema. Mas eu, mais uma vez estou aqui tentando solicitar agilidade do Governo Federal, porque o Governo Federal é tão ágil para fazer do Congresso Nacional uma prateleira de mercadorias parlamentares, em que cada um vai botando uma etiqueta na testa conforme o preço de mais ou menos vendido, que realmente é muito difícil falar sobre o que vou falar.

Estou solicitando, mais uma vez, que o Governo Federal tenha sensibilidade diante da greve de fome, que já está passando do quinto dia, do Frei Luiz Flávio, bispo de uma cidade chamada Barra, na Bahia. Ele está numa capelinha em Cabrobó, Pernambuco, solicitando a reabertura do debate, das audiências públicas sobre a transposição do rio São Francisco.

Realmente, eu não consigo acreditar. Sei que nessa relação promíscua Palácio do Planalto/Congresso Nacional todo dia é uma nova patifaria. Na vida do pobre é todo dia uma agonia. Na relação promíscua, é todo dia uma nova patifaria. Então, realmente, fica muito difícil até escolher o que falar. Mas nós estamos fazendo um esforço grande. Vários Parlamentares já falaram sobre isso. Amanhã, uma comissão de Senadores estará junto ao Frei Luiz Flávio, que está em greve de fome. Irão o Senador César Borges, o Senador Teotônio Vilela Filho, eu e várias lideranças da região Nordeste, para de alguma forma, Senador Alvaro Dias, estabelecer uma nova discussão política, uma nova audiência, algo que demonstre um mínimo de sensibilidade do Governo em relação à transposição do São Francisco.

Eu já tive oportunidade de várias vezes tratar do tema nesta Casa. Se nós, do P-SOL, fôssemos movidos pela demagogia eleitoralista e pela vigarice política, jamais estaríamos debatendo um tema de alta complexidade, além de técnica política, porque é um tema que, de fato, divide o nordeste. Nós, nordestinos, que sempre fomos tão unidos – o Senador Rodolpho Tourinho sabe disso –, às vezes, quando falamos com o sotaque mais arrastado, que é o nosso sotaque nordestino, e quando alguém não sabe exatamente onde

nascemos diz logo: é baiana, é paraibana, é nordestina. Até diz isso. Eu, que sou alagoana, ou os meus filhos, tantas vezes ouvimos isto: paraibano! Baiano! De alguma forma, essas acabam sendo as denominações mais conhecidas no Nordeste. E sempre respondemos assim: tenho muito orgulho, teria muito orgulho de ser baiana, pernambucana, paraibana, mas sou alagoana. Sempre dizemos isso, porque o Nordeste sempre foi muito unido.

Em todas as regiões do País, é difícil dizer que alguém é do sul. Geralmente, diz-se de que Estado é, do Norte, ou do Centro-Oeste, ou do Sul. Mas, no Nordeste, não, geralmente dizemos que somos nordestinos. Até brincamos dizendo que somos a nação Nordeste.

O tema da transposição das águas do São Francisco gerou polêmica pela postura infame, desrespeitosa, irresponsável do Governo Lula. O Governo Fernando Henrique tentou fazer esse projeto, houve realmente uma grande mobilização, um grande debate. Acabou não havendo condições objetivas de fazer. Aliás, ele acabou não fazendo mais pela crise do setor elétrico do que por sensibilidade política. Hoje, o atual Governo faz a mesma coisa.

Nós, do P-SOL, se fosse por oportunismo, jamais entraríamos nesse debate, porque esse debate divide o Nordeste. Muitos militantes do P-SOL de outros Estados, que supostamente seriam beneficiados com a transposição das águas, dizem: Heloisa, não fale sobre isso não, porque gera problema nos Estados que supostamente seriam beneficiados. E eu tenho todo o tempo dito: eu não estou falando contra a transposição das águas do São Francisco. Simplesmente é porque eu, nascida na beira do rio São Francisco, em Pão de Açúcar, sei que Alagoas e Sergipe vivem uma situação extremamente dramática. Em função da diminuição da força da água, existe uma cunha de salinidade entrando na foz do rio São Francisco.

Uma música de Luiz Gonzaga diz que “o rio São Francisco vai bater no meio do mar”. Mas não vai mais, não, por causa da diminuição da força da água, quer seja pelos reservatórios de geração de energia, quer seja pelo desmatamento das matas ciliares e, portanto, mais assoreamento do rio, menos profundidade do rio, menos força da água, causando impacto ecológico, uma situação gravíssima do rio São Francisco.

O Governo, de uma forma desrespeitosa, rasgou a legislação, a lei nacional de recursos hídricos, que democratizou, através dos Comitês de Bacias Hidrográficas, o debate sobre o uso da água. Mais de dezesseis anos para conseguir estabelecer uma legislação por concessões coletivas de entidades ambientalistas e populações ribeirinhas, de técnicos respeitados

no Brasil e no mundo na área de recursos hídricos, e depois que conseguimos a legislação, o Governo simplesmente a rasga.

Senador Tourinho, V. Ex^a, eu e muitos outros Parlamentares tivemos a oportunidade de participar de muitas audiências públicas, dando conta do que manda a legislação em vigor do País. Todas as audiências públicas do Comitê de Bacias Hidrográficas aprovaram, por mais de 90% dos votos, contra esse projeto de transposição. A decisão do Comitê de Bacias Hidrográficas foi até inteligente, porque, para mostrar que o Governo estava fazendo uma farsa técnica e uma fraude política, dizendo que o projeto de transposição era para matar a sede dos nossos irmãos pobres do Nordeste setentrional. Portanto, de outros Estados do nosso Nordeste, no Comitê da Bacia Hidrográfica, disse “se for para viabilizar o abastecimento humano, a gente aceita a obra de transposição das águas”. Mas não era para isso. Era para fazer um grande negócio. O debate da transposição do São Francisco não é nem para atender aos filhos da pobreza do semi-árido do Nordeste setentrional, nem às populações pobres das periferias das cidades do Ceará, da Paraíba ou de outros Estados. Não é! É para fazer o jogo sujo das grandes empreiteiras, das grandes construtoras, dos seus serviços do mundo da política que vão ganhar propina com isso e para fazer o jogo dos grandes latifundiários do Nordeste setentrional e da agricultura de exportação.

Não se está fazendo um debate técnico sobre o impacto disso no rio São Francisco, sobre os projetos que poderiam ser viabilizados dentro da própria bacia hidrográfica para dinamizar a economia, gerar emprego e gerar renda. Não se está apresentando as alternativas técnicas de baixo custo e mais eficácia que poderiam ser feitas no Nordeste setentrional para beneficiar as populações pobres e para promover recursos hídricos para irrigação para essas regiões também.

Há várias propostas concretas e eficazes, vários projetos que estão dormindo nas gavetas do Governo Federal e que poderiam solucionar o problema da falta de água no Nordeste setentrional. Existe água disponível. O **per capita** que é exigido mundialmente é muito maior. Existe água disponível no Nordeste setentrional. O que falta é a utilização democrática e com um mínimo de razoabilidade dessa água. E absolutamente nada é feito. Eu realmente nunca vi tanta insensibilidade.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senadora Heloísa Helena, quero apoiar o seu pronunciamento. Quero declarar mais uma vez – acho que precisamos continuar declarando – que a Bahia é contra a transposição do São Francisco, e digo isso também

em nome dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges e de todos os Parlamentares da Bahia. Existem dois aspectos do discurso de V. Ex^a sobre os quais gostaria de comentar rapidamente. O primeiro é em relação à questão energética. O São Francisco é a única fonte de energia que o Nordeste tem. Já estou cansado de ir à tribuna para chamar a atenção para o problema de energia no Nordeste. Operador Nacional do Sistema já aponta que, a partir de 2009, poderemos ter problemas de energia no Nordeste. Dependemos de gás única e exclusivamente. Não podemos mexer naquilo que temos e que garante o mínimo, que é o São Francisco. É absolutamente incoerente mexer nisso numa hora dessa. Não há a menor possibilidade. Tem que se tratar do rio São Francisco para que possamos ter essa energia garantida. Não temos, Senadora, nenhuma outra possibilidade de transportar mais energia de outro lugar através de linha de transmissão, a não ser que novas e grandes usinas venham ser feitas no Tocantins ou em outros lugares. O segundo ponto que me toca muito é quando V. Ex^a comenta que, pela primeira vez na vida, é possível que consigam nos dividir. Consigam dividir o povo sofrido do Nordeste. Isso é muito ruim para a Nação, porque pensamos ainda no caminho grande que temos que construir para reduzir a pobreza do Nordeste, reduzir a miséria do Nordeste. V. Ex^a foi muito feliz ao tocar nesse ponto dessa provocação e desunião no Nordeste. Parabéns V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tourinho. Realmente, como V. Ex^a diz, eu fico impressionada com isso, porque, para mim, seria impossível não defender uma obra, se eu tivesse a convicção de que ela iria auxiliar os filhos da pobreza, os pobres nordestinos, que estão nos Estados do Nordeste setentrional. Eu jamais dormiria de consciência tranqüila se eu soubesse que a minha posição estaria impedindo uma obra a ser feita para minimizar a dor e o sofrimento dos nordestinos dos outros Estados do Nordeste que não têm o rio São Francisco. Seria impossível para eu fazer uma coisa dessas. Sinto-me na obrigação de fazê-lo, porque me sinto na obrigação de ser movida pelos argumentos técnicos que estão sendo apresentados, tanto em relação à revitalização do São Francisco, como em relação a outras obras. E existem outros projetos, de menor custo, de maior eficácia, para minimizar a dor e o sofrimento dos Estados que supostamente seriam beneficiados e não serão. Os filhos da pobreza não serão beneficiados com essa obra faraônica, que é a transposição do São Francisco.

Então, mais uma vez, fica aqui o nosso apelo. O Governo teve tanta agilidade, durante esses dias, para comprar parlamentares que se vendem para fazer a

eleição na Câmara; o Governo tem tanta agilidade para estabelecer, no Congresso Nacional, um balcão de negócios sujos, por que não pode ter agilidade, sensibilidade, para reabrir o debate, promover uma audiência pública, pelo menos pensando na vida e na dor de Dom Frei Luiz Flávio que está em greve de fome?

Sr. Presidente, mais uma vez, faço este apelo à Bancada de Parlamentares da Bahia. Como o Senador Rodolpho Tourinho falou, vários Parlamentares estarão fazendo uma visita de solidariedade a Dom Frei Luiz, mas a solidariedade não pode se encerrar na visita. A atitude de solidariedade que devemos ter é fazer o Governo reabrir o debate. Uma comitiva do Governo deve ir até lá para solucionar esse impasse. Dom Frei é uma pessoa de idade que não suporta mais do que já está agüentando, dando, da sua forma, uma verdadeira declaração de amor ao rio São Francisco.

A próxima terça-feira, dia 4, é o Dia de São Francisco. Este ato simbólico é a mais bela declaração de amor que Dom Frei Luiz Flávio encontrou para dar ao rio São Francisco: a greve de fome. E exige sensibilidade, solidariedade e ações concretas do Governo para reabrir o debate, para fazer audiências públicas em todo o Estado nordestino.

Apresentei proposta de realização de plebiscito. Se fizéssemos esse plebiscito, teríamos a oportunidade de debater na televisão, quem é contra e quem é a favor. E todos votariam, inclusive os Estados que supostamente seriam beneficiados e que não vão ser. Pelo menos, todos estaríamos participando para não promover isso que é gravíssimo. Além de termos de agüentar a farsa técnica e a fraude política do Governo em relação a essa obra, a divisão triste e perversa entre nós nordestinos, ainda temos de ficar lutando para reabrir o debate diante de uma situação extremamente triste por que passa Dom Frei Luiz Flávio na sua greve de fome.

Assim sendo, Sr. Presidente, mais uma vez o nosso apelo ao Governo Federal, mais vez o apelo ao Presidente Lula, ao Ministro Ciro Gomes: desçam das suas redomas de vaidade e estejam lá para discutir alternativas para que possamos minimizar essa situação de dor e sofrimento por que passa o povo nordestino de uma forma geral em função dessa confusão que está criada e, de uma forma muito especial, o D. Frei Luiz Flávio, que está em greve de fome.

Durante o discurso da Sra. Heloisa Helena, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Tem V. Ex^a a palavra, como Líder do PMDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, A Sra. Senadora Heloísa Helena, em respeito ao Tribunal de Contas da União, já que o Senador Sibá Machado apresentou uma nota técnica do Governo do Acre, apresento e encaminho à Mesa a análise do custo da ponte Brasil/Peru realizada pelo Tribunal de Contas da União.

A comparação do custo dessa obra com uma outra obra assemelhada mostra uma diferença brutal de preços. Os valores pagos pelos empreendimentos são muito diferentes. Para executar a obra referente à ponte, localizada na cidade de Rio Branco, Acre, o Departamento de Estradas de Rodagem do Acre celebrou um contrato no valor de R\$6.778.641,00. A mesma autarquia firmou contrato no valor de R\$23.978.484,00, sendo que, desse total, R\$16 milhões e 128 mil referem-se exclusivamente à Ponte Binacional*. Portanto, fica evidenciada a expressiva diferença de preços pagos por empreendimentos semelhantes, o que reforça a tese levantada pelo Tribunal de Contas da União relativamente ao superfaturamento, ao sobrepreço dessa obra à qual nos referimos há pouco, a ponte ligando o Brasil, no Acre, ao Peru.

Portanto, Sr. Presidente, encaminho esse documento à Mesa em homenagem a esse esforço de moralização que realiza o Tribunal de Contas da União.

E quero encaminhar também e pedir a V. Ex^a que considere como lido na íntegra o pronunciamento que faço em nome do meu Partido, o PSDB, relativamente ao discurso do Presidente Lula em homenagem ao seu colega, Hugo Chávez. O Presidente da República fez a seguinte avaliação do regime político de Hugo Chávez: “Eu não sei se a América Latina teve um presidente com as experiências democráticas colocadas em prática na Venezuela”. E foi adiante, ao dizer que ninguém poderia acusar a Venezuela de não ter democracia. “Poder-se-ia até dizer” – disse Lula – “que tem em excesso”. E olhe, Sr. Presidente, que o Governo de Chávez é conhecido internacionalmente por suprimir liberdades democráticas, a começar da liberdade de opinião e de imprensa. E eu estive recentemente em Caracas observando essa realidade. Lula fez essa avaliação durante solenidade de assinatura de um acordo entre as estatais de petróleo do Brasil e da Venezuela. Para o Presidente brasileiro, Chávez foi demonizado no Brasil, mas seria, na opinião dele, um companheiro da integração da América do Sul.

O Presidente Lula evidencia mais uma vez sua tendência e admiração por regimes totalitários. O elogio a Chávez não é o primeiro que faz a ditadores. Todos nós nos lembramos da admiração que ele de-

monstrou ao referir-se ao ditador do Gabão, que está há 37 anos no poder. Lula tentou implantar um modelo semelhante no Brasil.

E temos aqui uma seqüência das medidas autoritárias que o Presidente Lula e o seu partido pensaram para o Brasil. Como há tempo, vou ler.

O Governo inicialmente começou a defender o projeto de lei que institui a Lei da Mordança para os procuradores da república.

Na seqüência, encaminhou ao Congresso um projeto de lei que dispõe sobre a mordança para os jornalistas, o famoso projeto de lei que dispunha sobre a Fenage e impunha o dirigismo para ao setor, que foi rejeitado pela Câmara.

O governo também pensou na mordança para as produções culturais, por meio do projeto da Ancinav, que se encontra ainda em fase de estudo, no âmbito do Poder Executivo, apesar de ter sido noticiado que o governo desistiu desta agência.

Depois, pensou na possibilidade, por meio de decreto, de impedir que servidores públicos falassem com a imprensa. Essa brilhante idéia não vingou.

Também pensou num decreto que permite à Abin e à Polícia Federal acessar o sigilo bancário e fiscal dos investigados.

Depois o PT tentou cassar o direito de expressar dos Senadores. Foi à justiça para processar o Senador Tasso Jereissati por ter “ofendido” o tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio Soares. Imagina o que poderia ser feito com o Presidente Lula quando ele falou dos trezentos picaretas do Congresso! Essa atitude evidência o “ranço” autoritário do PT que não sabe conviver com a crítica e traz para a vida política brasileira experiências que ele anda absorvendo no mundo, principalmente Cuba e Gabão, e na Venezuela com o Coronel Chávez.

Para completar, o viés autoritário do Governo continuou e chegou ao mês de janeiro de 2005 impondo a censura prévia ao IBGE na divulgação de seus dados, com a portaria do Ministério do Planejamento.

A simpatia do Presidente Lula pelas ditaduras. Além de Cuba, Gabão e Venezuela, vemos notícias sobre as ligações do PT com as FARC. Foi noticiado que o Governo do PT também encaminhou medicamentos para essa organização criminosa da Colômbia.

Agências reguladoras. Depois de ter aparelhado o Estado Brasileiro nomeando petistas derrotados para cargos no Poder Executivo, o Governo do Presidente Lula começou a aparelhar as agências reguladoras nomeando os derrotados nas últimas eleições municipais.

Houve a intervenção federal nos hospitais do município do Rio de Janeiro e exagero na utilização das medidas

provisórias, retirando prerrogativas do Poder Legislativo, além da expulsão, por exemplo, da Senadora Heloísa Helena e de Deputados Federais do PT, revelando esse viés autoritário instalado sobretudo depois da posse do Presidente Lula na Presidência da República.

E o que é mais triste e deplorável é que esse projeto de poder autoritário de longo prazo passou a ser custeado com recursos espúrios, ou seja, recursos públicos utilizados num esquema sofisticado e complexo de corrupção que se implantou no País a partir de uma relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, partidos políticos e parte do setor empresarial privado. Isso estamos investigando e certamente continuaremos a ouvir: não provaram ainda a origem dos recursos. Vamos ter que conviver com essa ilação. Para nós está já explicitado, de forma cabal, absoluta, que a parte maior, substancial, dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção são recursos públicos, sim. E neste momento o Presidente da CPMI dos Correios, Senador Delcídio Amaral, conclui reunião com as empresas de auditoria, para receber propostas, a fim de, escolhendo a mais adequada, contratar empresa de auditoria que confira qualificação técnica a essa investigação, com laudos comprobatórios da origem dos recursos públicos utilizados nesse esquema de corrupção.

Tenho esperança, Sr. Presidente, de que, ao final dos trabalhos desta CPI, com essa providência administrativa de qualificar tecnicamente a investigação, contratando empresas de auditorias competentes e autorizadas, capacitadas a oferecer laudos técnicos com valor de prova material perante a Justiça, possamos cumprir o nosso dever, em que pese o esforço de alguns, no sentido de fazer com que essa Comissão Parlamentar de Inquérito frustrasse as expectativas da Nação.

Nós não podemos evidentemente prometer, porque não nos cabe que haverá responsabilização civil e criminal de todos e que haverá uma punição exemplar para todos, porque isto cabe ao Ministério Público inicialmente e posteriormente ao Poder Judiciário. Mas temos o dever de oferecer ao final um relatório conclusivo indiciando pessoas e permitindo ao Ministério Público, no desdobramento, cumprir esta missão e exigência da Nação de se responsabilizar, civil e criminalmente, todos os envolvidos nesse esquema de corrupção.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Solicitação
per 6/11/05
30-09-2005*

ANÁLISE DO CUSTO DA PONTE BRASIL/PERU

A fim de demonstrar que os indícios de irregularidade de sobrepreço identificado pelo TCU são consistentes, passo a examinar o custo da construção do Anel Rodoviário de Rio Branco.

A obra relativa ao Anel Viário de Rio Branco possui extensão de 15,90 Km, divididos em 4 lotes, a saber: lote 1: do Distrito Industrial até o entroncamento da CILA/CFAP (2,89 KM), lote 2: do entroncamento da CILA/CFAP até o Rio Acre (6,25 KM), **lote 3: ponte sobre o Rio Acre (0,20 KM)** e lote 4: do Rio Acre até a rotatória da corrente, no entroncamento com a Rodovia AC-40 (6,56 KM).

A comparação do custo dessa obra com o da ponte Peru/Brasil justifica-se pelo fato de que a ponte sobre o Rio Acre possui projeto de engenharia bastante assemelhado ao da ponte Brasil/Peru, pois empregam o mesmo método construtivo (estaiada e protendida). A título ilustrativo, a ponte binacional, que ligará as cidades de Assis Brasil/AC e Iñapari (Peru), é 40 metros mais extensa do que a construída na cidade de Rio Branco.

Em que pesem tais fatos, os valores pagos pelos empreendimentos são muito diferentes. Para executar a obra referente à ponte localizada na cidade de Rio Branco/AC, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Acre – DERACRE celebrou o Contrato nº 4.02.124D, no valor de **R\$ 6.778.641,91 (data base: 14/06/2002)**. Já em relação à Ponte Binacional, ao acesso rodoviário e às instalações da alfândega, a mesma Autarquia firmou o Contrato nº 4.04.149A, no valor de **R\$ 23.978.484,00 (data base: 01/06/2004)**, sendo que deste total **R\$ 16.128.978,16** referem-se exclusivamente à ponte binacional.

Quadro Demonstrativo de Custo da Ponte Binacional Brasil/Peru

Item da Planilha	Valor Orçado (R\$)
Infra-Estrutura da Ponte	3.570.326,25
Mesoestrutura da Ponte	610.491,21
Superestrutura da Ponte	10.104.080,36
Instrumentação/Monitoração	320.286,20
Contenção de Barrancas	1.099.757,60
Acompanhamento Técnico	325.988,80
Corpo BDTC D = 1,0 M	98.047,74
TOTAL	16.128.978,16

Diante do exposto, fica evidenciada a expressiva diferença de preços pagos por empreendimentos muito semelhantes, o que reforça a tese levantada pelo TCU de ocorrência de sobrepreço/superfaturamento.

C:\Documents and Settings\mnelmag\Configurações locais\Temporary Internet Files\OLK2B\Comparacao_ponte.rio_branco1.doc

Por fim, importa destacar que a cidade de Assis Brasil/AC, local onde está sendo construída a ponte Binacional, é ligada à capital do estado e, por conseguinte, ao restante do país por rodovia asfaltada, fato este que mitiga eventuais justificativas em relação a complicações decorrentes da logística para o transporte de insumos.

Conclusão: A Ponte sobre o Rio Branco com apenas 40 metros a menos de extensão, custou menos de R\$10 milhões que o previsto para a construção da Ponte Brasil/Peru

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa agradece a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa concede a palavra a V. Ex^a, Senador Sibá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvi atentamente as preocupações do Senador Alvaro Dias e encaminhei à Mesa a nota técnica do Governo do meu Estado respondendo as preocupações do Tribunal de Contas. Mas como o Senador levantou novamente essas mesmas preocupações, devo dizer a V. Ex^a que tenho em mão o relatório do Tribunal de Contas sobre todas as obras, em todo o Brasil e em todos os Estados, com o parecer sobre cada tipo de problema encontrado em cada uma dessas obras.

Eu me coloco à disposição – e sei que assim também agirá o Governador Jorge Viana – para explicar qualquer preocupação de qualquer um dos Srs. Senadores sobre o exercício do seu Governo.

O que me estranha é não darem a mesma atenção aos mais de cinquenta problemas que existem nos 27 Estados, inclusive nos Estados governados pelo PSDB, como São Paulo e Minas Gerais, que têm vários aqui. E agora vou me dar a preocupação de ler sobre todos, porque toda vez que se trata de pontos de vista do Tribunal de Contas da União quanto ao exercício de obras públicas a Comissão de Orçamento trata dessas questões cotidianamente. Ela estuda os problemas e, às vezes, manda equipe de Senadores ou de Deputados para analisá-los e emitir parecer sobre essas irregularidades que o Tribunal de Contas da União considera.

Neste caso, Sr. Presidente, eu não quero entrar no debate para fazer uma reclamação meramente política. Volto a insistir que estamos preparados para prestar qualquer esclarecimento que se fizer necessário. Do nosso Estado, pode ter certeza de que haverá. Entretanto, fico muito apreensivo em fazer disto apenas uma preocupação política.

Assim sendo, eu vou investigar os problemas concernentes aqui ao Estado de São Paulo, portanto à conduta do Governador Geraldo Alckmin, e ao Estado de Minas Gerais, portanto à conduta do Governador Aécio Neves. Prometo trazer, na próxima semana, se for para o debate político, algo dessa natureza. Volto a dizer que há 56 problemas a serem discutidos no Tribunal de Contas e não posso considerar que apenas façam uma espécie de reclamação política a respeito da condução do Estado do Acre.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras. Espero que façamos um debate mais positivo, digamos assim, no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a oportunidade de falar de imediato.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo do meu pronunciamento é fazer aos Parlamentares um relato muito rápido dos trabalhos da CPMI dos Correios sobre algumas decisões que foram tomadas ou que estão sendo encaminhadas.

Ontem, nós não pudemos deliberar sobre requerimentos importantes na CPMI dos Correios por uma questão de quórum. Realizaremos uma reunião administrativa emergencial na terça-feira para aprovarmos os requerimentos necessários, especialmente as quebras de sigilo das corretoras que operaram com os fundos de pensão.

É importante registrar, Sr. Presidente, que a CPMI dos Correios está estruturada agora em quatro sub-relatorias. Uma já é bastante conhecida: a Sub-relatoria de Movimentações Financeiras. V. Ex^a também representa uma sub-relatoria na CPMI da Compra de Votos. Outra sub-relatoria é a dos Contratos. Há também a Sub-relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), porque, em um acordo com o Presidente do Senado Federal, Senador

Renan Calheiros, criamos uma sub-relatoria para não instalar mais uma CPI no Congresso Nacional. E há a Sub-relatoria dos Fundos de Pensão, que é fundamental para que, com base nas informações que a CPMI dos Correios já tem sobre essas operações dos fundos com as corretoras e com algumas instituições financeiras, tenhamos um quadro muito claro das movimentações constatadas, principalmente no que se refere aos recursos que irrigaram o valerioduto.

Sr. Presidente, a CPMI dos Correios apresentou o seu primeiro relatório parcial com relação aos 18 parlamentares. Ontem, exatamente por falta de quórum, não pudemos apresentar os primeiros relatórios parciais da CPMI dos Correios, que serão apresentados semana que vem.

O nosso compromisso é com a verdade e com a apresentação de relatórios que, primeiramente, esclareçam a origem dos recursos que alimentaram todo esse sistema rastreado pela CPMI dos Correios. Apresentaremos um relatório claro sobre os contratos dos Correios e de outras empresas que prestaram serviços a esse sistema todo de distribuição de recursos. Um relatório claríssimo sobre as aplicações dos fundos de pensão, que poderiam estar atrelados também a esse sistema, e sobre a questão dos resseguros, do IRB.

Sr. Presidente, uma CPI não vai única e exclusivamente punir ou detectar as irregularidades, mas vai apresentar propostas para a melhoria e aperfeiçoamento dos controles do sistema financeiro. O próprio Banco Central reconhece que teremos uma excelente oportunidade, Senadora Heloisa Helena, Senador Sibá Machado, de aprimorar esses controles, com tudo aquilo que foi identificado. E com certeza – eu conversei com o Ministro Antonio Palocci a respeito – também apresentaremos uma proposta para o Instituto de Resseguros do Brasil.

Também é fundamental destacar que eu tive uma reunião ampla com o movimento que surgiu no Largo de São Francisco, comandado pelo ilustre Dr. Miguel Reale, e a CPI trabalhará em uma proposta de reforma política, com base na experiência já vivenciada e nas propostas que estão sendo apresentadas. Evidentemente, isso não é para curto prazo, mas para longo prazo. Mas este é o outro lado da CPMI: apresentar propostas de aperfeiçoamento

na gestão pública. Por isso, os relatórios são fundamentais.

Sr. Presidente, a CPMI não termina enquanto os relatórios não ficarem prontos. E se esses relatórios das Sub-relatorias não ficarem prontos até o dia 15 de dezembro, a CPMI será prorrogada, porque este é o nosso dever perante a opinião pública. Por isso peço empenho dos Parlamentares da CPMI para que não atrasemos, não venhamos a procrastinar os trabalhos por falta de quorum. Isso não pode acontecer. Espero que nas próximas reuniões isso não mais ocorra.

Temos um compromisso com o Brasil, com a opinião pública brasileira, que espera de nós um bom trabalho. Se a CPMI não andar direito, o desgaste é de todos os Parlamentares da CPMI e também do Congresso Nacional, que precisa sinalizar um Brasil diferente, e a opinião pública espera isso de nós.

Sr. Presidente, para concluir, aproveitando essa oportunidade que V. Ex^a me dá nesta sexta-feira, eu gostaria de fazer um relato rápido. Inclusive nós combinamos conversar, porque V. Ex^a é um especialista em sistema financeiro.

Acabei de me reunir, pela manhã, com as empresas de auditoria que ontem nós aprovamos, a fim de consultá-las para que apresentem uma proposta ou propostas que serão discutidas na CPMI dos Correios na próxima semana, para que tragamos expertos para nos ajudar na elaboração desses relatórios e nessa investigação.

Temos de ter humildade, Sr. Presidente, e reconhecer que os Parlamentares, por mais especialistas que sejam, precisam ter um fundamento técnico forte. E a contratação dessas auditorias, por unanimidade, na CPMI dos Correios, é exatamente para garantir a profissionalização de que a CPMI dos Correios precisa para executar um bom trabalho.

Na terça-feira, essas empresas apresentarão um termo de referência com o escopo do serviço, que servirá como o documento-mãe para pautar as propostas que serão apresentadas. Nós nos reuniremos, na semana que vem, para aprovar uma ou mais empresas que trabalharão conosco para que, a partir da segunda semana de outubro, efetivamente tenhamos velocidade, celeridade e qualidade, não só na análise dos dados, mas, acima

de tudo, na apresentação das conclusões. Fizemos um trabalho intenso, principalmente de seleção dessas empresas.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem um papel fundamental nesse processo, até pela experiência que possui na área. Tenho absoluta certeza de que V. Ex^a vai nos ajudar e vai trabalhar nessas atividades, na coordenação dessas empresas de auditoria. Acredito que demos um passo importante.

Efetivamente, ficamos prejudicados por essas reuniões em que houve falta de quórum. Mas espero que isso não se repita e que realmente tenhamos condição de desenvolver os trabalhos à altura do que a população brasileira espera de todos nós.

Ouçoo o aparte do Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Delcídio, eu gostaria de cumprimentá-lo por essa providência, que considero essencial porque, a partir de agora, vamos ouvir demais o seguinte questionamento: e a origem dos recursos? De onde vieram os recursos utilizados nesse esquema de corrupção de tanta complexidade e sofisticação? E é evidente que temos que oferecer respostas. Sabemos que, depois que as crianças nascem, algumas demoram mais do que outras para falar. E há aquelas que até, infelizmente, nunca falam. Entre nós ocorre o mesmo. Alguns, desde o início, chegaram à convicção plena de que os recursos eram públicos; não há necessidade de mais nada para comprovar que os recursos são do Erário. Outros demoraram um pouco mais para concluir, e ainda há os que nunca chegam a essa conclusão. Então, V. Ex^a toma uma providência, contratando empresas de auditoria, competentes, autorizadas, capacitadas a oferecer laudos técnicos comprobatórios, que podem ser utilizados inclusive como prova perante a Justiça, e, dessa forma, resguarda a imagem da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Queremos cumprimentá-lo e dizer que estou, sim, à sua disposição para colaborar, acompanhando de perto o trabalho dessas auditorias.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, temos aí uma semana grande de trabalho. Vou procurar V. Ex^a para promover essa integração...

(Interrupção no som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ...com a CPMI do Mensalão, que muito nos ajudou também, principalmente no que se refere ao primeiro relatório parcial, aprovado por unanimidade em uma sessão histórica, pelas duas CPMI's reunidas. Não tenho dúvida alguma de que, pela complexidade dessas Comissões, especialmente da CPMI dos Correios, entramos em uma fase de profissionalização, com muita gente competente nos ajudando.

Como disse o Senador Alvaro Dias, algumas crianças levam um pouco mais de tempo para falar, outras falam com menos idade, mas o fundamental é que estamos tratando de uma CPI complexa, que não é parecida com a CPI do Collor ou com a do Orçamento, que tinham um foco definido e ações absolutamente bem delimitadas. Estamos tratando de uma CPI que discorre sobre os mais variados temas, inclusive com operações internacionais, e precisamos de profissionalização para apresentar os resultados que a população espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer um brevíssimo registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Além de saudar a fala do Senador Delcídio, quero dizer que todos sabemos que a agilidade e a isenção do processo das investigações dar-se-ão se houver pressão da sociedade, porque isso não depende, isoladamente, do Senador Delcídio, nem do Senador Alvaro, nem de mim. Isoladamente, não depende de nenhuma personalidade política.

Há necessidade dessa pressão para evitar qualquer operação abafa, que, sabem todos, está aqui montada de forma sofisticada ou de forma desprezível nessa promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional. Então, é preciso vigilância da sociedade e contundência para que possamos, de fato, viabilizar uma investigação.

Sr. Presidente, como tanto V. Ex^a como eu acabamos falando sobre o tema, eu gostaria de deixar registrada uma carta que foi encaminhada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no dia

28 de setembro, ao Presidente Lula dando conta da preocupação daquela entidade em relação à situação de Dom Frei Luís Flávio.

Passo a ler a carta, neste momento:

Excelentíssimo Senhor

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

Dirigimo-nos a Vossa Excelência com a saudação de “paz e bem”!

Estamos impressionados e preocupados com a atitude do nosso irmão no episcopado, Dom Frei Luís Flávio Cappio, OFM, Bispo da Barra, Bahia. Trata-se de um apelo extremo em defesa da vida do rio São Francisco e do povo ribeirinho.

Somos interpelados por este gesto profético, fruto de um discernimento espiritual feito ao longo de anos de convívio com a realidade de pobreza e sofrimento das populações que sobrevivem do rio São Francisco.

Sem entrar no mérito dos aspectos técnicos do projeto, a atitude do nosso irmão expressa o grito angustiante das populações ribeirinhas e as divergências de opinião sobre o projeto.

Senhor Presidente, apelamos para que reconsidere a decisão política que, ainda longe de um consenso na região nordestina a respeito da viabilidade e dos resultados sócio-ambientais da transposição do rio São Francisco, divide as mentes e os corações. Esperamos uma atitude sua em favor da unidade do povo nordestino. É preciso intensificar o diálogo capaz de superar as divergências que existem na região e construir um projeto que seja do conjunto da sociedade.

Apelamos para a sua responsabilidade de Presidente da República, para adiar o início das obras de transposição do rio e garantir, antes de tudo, a sua revitalização.

Confiados em Deus, esperamos contar com a sua compreensão e solidariedade, para olhar com carinho o nosso irmão e nos ajudar a preservar-lhe a vida.

Com o nosso respeito.

Assinam: Cardeal Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de São Salvador da Bahia, Presidente da CNBB; Dom Antônio Celso de Queirós, Bispo de Catanduva – SP, Vice-Presidente da CNBB; Dom Odilo Pedro Scherer, Bispo Auxiliar de São Paulo, Secretário Geral da CNBB.

Sr. Presidente, registro, assim, a carta encaminhada e o apelo que faz a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde do dia 28 de setembro, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, João Batista Motta e Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada: “Em carta a alunos, Chauí explica seu silêncio”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 21 de setembro do corrente.

A matéria se refere à carta que a filósofa Marilena Chauí endereçou a alunos da USP explicando o seu “silêncio” diante da crise ético-política que envolve o atual governo do presidente Lula. Merecem destaque o ataque à atuação da mídia e as críticas à imprensa e aos jornalistas.

A matéria destaca, também, que “a professora já havia provocado controvérsias no mês passado, quando disse no ciclo de debates sobre ‘o silêncio dos intelectuais’ que não comentaria a crise do governo Lula por que, entre outras coisas, não dispunha de conhecimentos suficientes sobre o que estava acontecendo”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO" / INTELLECTUAIS

Filósofa petista defende governo Lula, ataca atuação da mídia e compara o tratamento que diz receber da imprensa a uma 'tortura'

Em carta a alunos, Chaui explica seu silêncio

DA REDAÇÃO

A filósofa Marilena Chaui, 51, endereçou a alunos da USP, onde leciona, uma carta na qual dá satisfações a respeito de seu comportamento diante do escândalo do "mensalão". Segundo Chaui, o "silêncio" que a ela se atribui é uma "consequência" dos meios de comunicação, os quais ela critica, numerando as razões que a fizeram encerrar sua manifestação pública por meio da imprensa". Chaui diz que decidiu escrever a carta porque soube, por alegas, da "perplexidade" de alunos com sua atitude.

A carta data de 31 de agosto. É, portanto, anterior à participação da filósofa num debate sobre a "refundação do PT", realizado em São Paulo no último dia 12. Nele, Chaui afirmou que o partido foi o grande responsável pela construção da democracia no país e, por isso, seria vítima de "ódio" inédito da direita. Concluiu então com o grito de guerra "No pasarán!" —usado pelos comunistas espanhóis nos anos 30, contra a escalada fascista. A fala de Chaui, registrada pela Folha, dividiu opiniões dentro e fora do PT.

A professora já havia provocado controvérsias no mês passado, quando disse no ciclo de debates sobre "O Silêncio dos Intelectuais" que não comentaria a crise do governo Lula porque, entre outras coisas, não dispunha de conhecimentos suficientes sobre o que estava acontecendo.

A carta da filósofa, que a Folha reproduz abaixo na íntegra, está circulando pela internet no ambiente acadêmico. Nela, Chaui diz que "a mídia está enviando a seguinte mensagem: 'Somos onipotentes e fazemos seu silêncio falar. Portanto, fale de uma vez!'".

Além de criticar a imprensa e jornalistas, sem no entanto nomeá-los, Chaui mobiliza pensadores de sua predileção, como Merleau-Ponty e La Boétie, para sustentar a tese de que não se submeterá à "vontade dos dominadores", isto é, da mídia.

Filiada ao PT desde os anos 80, do qual se tornou uma das principais ideólogas, Chaui foi secretária da Cultura na gestão de Luiza Erundina (1989-1992). Suas teorizações sobre a democracia, influenciadas pelo pensador e amigo francês Claude Lefort, tiveram forte impacto na formação do partido.

'A mídia diz: somos onipotentes e fazemos seu silêncio falar'

"Prezados alunos, soube, por alguns colegas professores, que muitos de vocês estão indagados ou perplexos com meu suposto 'silêncio'. Digo suposto porque, como lhes mostrarei a seguir, essa imagem foi construída pelos meios de comunicação, particularmente pela imprensa. Na verdade, tenho falado bastante em vários grupos de discussão política que se formaram pelo país, mas tenho evitado a mídia e vou lhes dizer os motivos. Antes de fazê-lo, porém, quero fazer algumas observações gerais.

1. Vocês devem estar lembrados de que, durante o segundo turno das eleições presidenciais, a mídia (imprensa, rádio e televisão) afirmava que Lula não iria poder governar por causa dos radicais do PT, isto é, pessoas como Heloisa Helena, Babá e Luciana Genro. Você não acha curioso que, de meados de 2003 e sobre tudo hoje, essas pessoas tenham sido transformadas pela mesma mídia em portadores da racionalidade e da ética, verdadeiros porta-

vozes de um PT que foi traído e que teria desaparecido? Como indagava o poeta: "Mudou o mundo ou mudei eu?". Ou deveríamos indagar: a mídia é volúvel ou possui interesses muito claros, instrumentalizando aqueles podem servi-los conforme soprem os ventos?

2. Vocês devem estar lembrados de que, desde os primeiros dias do governo Lula, uma parte da mídia, manifestando preconceito de classe, afirmava que, o presidente da República, não tendo curso universitário nem sabendo falar várias línguas, não tinha competência para exercer a presidência de forma íntegra, que não surtiu resultado, passou-se a ironizar e criticar os discursos de Lula e seus improvisos. Não tendo isso dado resultado, passou-se a falar o populismo presidencial, isto é, a forma arcaica do governo. Como isso também não deu resultado, passou-se a falar num país à beira da crise, alguns chegando a dizer que estávamos numa situação parecida com a de março de

1964 e, portanto, às vésperas de um golpe de Estado! Como o golpe não veio (ele veio agora, sob a forma de um golpe branco), passou-se a falar em crise do governo (as divergências entre Pallocci e Dirceu) e em crise do PT (as divergências entre as tendências).

Penso que um dos pontos altos dessa seqüência foi um artigo de um jornalista que dizia que, na arma do policial que matou o brasileiro em Londres, estava a impressão digital de Lula, pois não criando empregos, forçara a emigração! Além de delirante, a afirmação ocultava: a) que aquele brasileiro estava na Inglaterra há cinco anos (emigrou durante o governo FHC); b) estavam publicados os dados de crescimento do emprego no Brasil nos últimos dois anos. Eu poderia prosseguir, mas creio ser suficiente o que mencionei para que se perceba que estamos caminhando sobre um terreno completamente minado.

3. As duas primeiras observações me conduzem a uma terceira, que julgo a

mais importante. Vocês sabem que, entre os princípios que norteiam a vida democrática, o direito à informação é um dos mais fundamentais. De fato, na medida em que a democracia afirma a igualdade política dos cidadãos, afirma por isso mesmo que todos são igualmente competentes em política. Ora, essa competência cidadã depende da qualidade da informação cuja ausência nos torna politicamente incompetentes. Assim, esse direito democrático é inseparável da vida republicana, ou seja, da existência do espaço público das opiniões. Em termos democráticos e republicanos, a esfera da opinião pública institui o campo público das discussões, dos debates, da produção e recepção das informações pelos cidadãos. E um direito, como vocês sabem, é sempre universal, distinguindo-se do interesse, pois este é sempre particular. Ora, qual o problema? Na sociedade capitalista, os meios de comunicação são empresas privadas e, portanto, pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado; por conseguinte, não são propícios à esfera pública das opiniões, colocando para os cidadãos, em geral, e para os intelectuais, em particular, uma verdadeira aporia, pois operam como meio de acesso à esfera pública, mas esse meio é regido por imperativos privados. Em outras palavras, estamos diante de um campo público de direitos regido por campos de interesses privados. E estes sempre ganham a parada.

Apesar de tudo o que lhes disse acima, há, como os demais (no mundo inteiro, aliás), uso dos meios de comunicação, consistente dos limites e dos problemas envolvidos neles e por eles. Exa-

quatro motivos principais para isso. O primeiro, é de ordem estritamente pessoal. Os que fizeram meu curso no semestre passado sabem que mal pude ministrá-lo em decorrência do gravíssimo problema de saúde de minha mãe. Aos 91 anos, minha mãe, no dia 24 de fevereiro, teve um derrame cerebral hemorrágico, permaneceu em coma durante dois meses e, ao retornar à consciência, estava afásica, hemipléjica, com problemas renais e pulmonares. De fevereiro ao início de junho, permaneci no hospital, fazendo-lhe companhia durante 24 horas. Cancelei todos os meus compromissos nacionais e internacionais, não participei das atividades do ano Brasil-França, não compareci às reuniões do Conselho Nacional de Educação, não participei das reuniões mensais do grupo de discussão política e não prestei atenção no que se passava no país. Assim, na fase inicial da crise política, eu não tinha a menor condição, nem o desejo, de me manifestar publicamente.

O segundo motivo foi, e é, a consciência da desinformação. Vendo algumas sessões das CPIs e noticiários de televisão, ouvindo as rádios e lendo jornais, dava-me conta do bombardeio de notícias desencontradas, que não permitiam formar um quadro de referência mínimo para emitir algum juízo.

Além disso, parece a priori, tornar-se claro não só que as notícias eram desencontradas, mas que também eram apresentadas como surpresas diárias: o que se imaginava saber na véspera era desmentido no dia seguinte. Mas não só isso. Era também possível observar, sobretudo no caso dos jornais e televisões, que as manchetes ou "chamadas" não correspondiam exatamente ao conteúdo da notícia, fazendo com que se desconfiasse de ambos. A desinformação (como disse alguém outro dia: "da missa, não sabemos a metade"), não permitindo análise e reflexão, pode levar a opiniões levianas, num momento que não é leve e sim grave.

Além disso, a notícia já é apresentada como opinião, em lugar de permitir a formação de uma opinião. Por isso mesmo, a forma da notícia tornou-se assustadora, pois indícios e suspeitas são apresentados como evidências, e, antes que haja provas, os suspeitos são julgados culpados e condenados. Esse procedimento fere dois princípios afirmados em 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, quais sejam, todo cidadão é considerado inocente até prova em contrário e ninguém poderá ser condenado por suas idéias, mas somente por seus atos. Ora, vocês conhecem o texto de Hegel [filósofo alemão, 1770-1831], na "Fenomenologia do Espírito", sobre o Terror (em 1793), isto é, a transformação sumária do suspeito em culpado e sua condenação à morte sem direito de defesa, morte efetuada sob a forma do espetáculo público. Essa perspectiva, como vocês também sabem, é também desenvolvida por Arendt [Hannah Arendt, filósofa alemã, naturalizada norte-americana, 1906-1975] e Lefort [Claude Lefort, filósofo francês] a respeito dos totalitarismos e seus tribunais, e para isso ambos enfatizam, na Declaração de 1789, o princípio referente à não criminalização das idéias, assinalando que nos regimes totalitários a opinião dissidente é tratada co-

mo crime.

Assim, na presente circunstância brasileira, a impressão geral deixada pela mídia é da mescla de espetáculo e terror, tornando mais difícil do que já era manifestar idéias e opiniões nela e por meio dela.

Meu terceiro motivo será compreendido por vocês quando lerem os artigos de jornal que inseri no final desta carta. Um artigo foi escrito antes da posse de Lula ["Desconfiança saudável", na Folha, em 8.dez.2002], alertando para o risco de uma "transição", isto é, um acordo com o PSDB. Os outros dois foram escritos em 2004, quando do "caso Waldomiro" [ambos na Folha: "A disputa simbólica", em 18.fev.2004, e "Em prol da reforma política", em 11.mar.2004]. Ambos insistem na necessidade urgente da reforma política. Os fatos atuais (ou o que aparece como fato) não modificam em nada o que escrevi há quase um ano, pelo contrário, reforçam o que havia dito e por isso não vi razão para voltar a escrever, pois eu escreveria algo ridículo, do tipo: "Como já escrevi no dia tal em tal lugar...". Ou seja, se meu segundo motivo me leva a considerar que não há a menor condição para opinar no varejo sobre cada fato ou notícia, o meu terceiro motivo é que, no que toca ao problema de fundo, já me manifestei publicamente.

Resta o quarto motivo. Aqui, há duas ordens diferentes de fatos que penso ser necessário apresentar. A primeira, se refere ao ciclo "O Silêncio dos Intelectuais"; a segunda, à atitude da mídia. Há 20 anos, Adauto Novais organiza anualmente ciclos internacionais de conferências e debates sobre temas atuais. Sempre com um ano de antecedência, Adauto se reúne com alguns amigos para discutir e decidir o tema do ciclo. Participo desse grupo de discussão. Em abril de 2004, quando nos reunimos para decidir o ciclo de 2005, alguns membros do grupo (entre os quais, eu) preparavam-se para um colóquio, na França, cujo tema era "Fim da Política?", outros iam participar de um seminário, nos Estados Unidos, sobre o enclausuramento dos intelectuais nas universidades e centros de pesquisa, e outros iniciavam os preparativos para a comemoração do centenário de Sartre, símbolo do engajamento político dos intelectuais.

Nesse ambiente, acabamos propondo que o ciclo discutisse a figura contemporânea do intelectual e Adauto propôs como título "O Silêncio dos Intelectuais". Uma vez feitos os convites nacionais e internacionais aos conferencistas, recebidas as ementas e organizada a infra-estrutura, Adauto fez o que sempre faz: com muitos meses de antecedência, conversou com jornalistas, passou-lhes as ementas, explicou o sentido e a finalidade do ciclo.

Ou seja, no início de 2005, a imprensa tinha conhecimento do ciclo e de seu título. E eis que, de repente, não mais que de repente, durante a crise política, alguns falaram do "Silêncio dos Intelectuais", referindo-se aos intelectuais petistas! Curiosa escolha de título para uma matéria jornalística... ["O silêncio dos inocentes", reportagem da Folha em 19.jun.2005] Vejo assim, sem mais nem menos, por pura inspiração, mais curiosa ainda foi essa escolha, se se considerar que, ao longo de 2005, praticamente todos os intelectuais petistas

(talvez com exceção de Antonio Candido e de mim) se manifestaram em artigos, entrevistas, programas de rádio e de televisão!! Onde o silêncio? Como eu lhes disse, notícias são produzidas sem ou contra os fatos. E com as notícias vieram as versões e opiniões, os julgamentos sumários e as desqualificações públicas, culminando no tratamento dado ao ciclo, quando este se iniciou.

A mídia decidiu que o ciclo se referia aos intelectuais petistas, apesar de saber que fora pensado em 2004, de ler as ementas, de haver participantes que não são petistas, para nem falar dos conferencistas estrangeiros. O ciclo virou espetáculo.

Uma revista afirmou que, entre os patrocinadores (Minc, Petrobras e Sesc), estavam faltando os Correios.

'NÃO FALO'



"(...) A servidão voluntária é o desejo de servir os superiores para ser servido pelos inferiores. É uma teia de relações de força, que percorrem verticalmente a sociedade sob a forma do mando e da obediência. Mas vocês se lembram também do que diz La Boétie da luta contra a servidão voluntária: não é preciso tirar coisa alguma do dominador; basta não lhe dar o que ele pede. NÃO FALO"

Uma outra afirmou que os participantes eram intelectuais do tipo "porquinho prático" (não explicou o que isso queria dizer). Um jornal colocou a notícia da primeira conferência (a minha) no caderno de política, sob a rubrica "Escândalo do Mensalão", com direito a foto etc.

A segunda ordem de fatos está diretamente relacionada comigo. Quando publiquei o artigo sobre o "caso Waldomiro", um jornalista escreveu uma coluna na qual me dirigiu todo tipo de *impropérios e usou expressões e adjetivos* com que me desqualificava como pessoa, mulher, escritora, professora e intelectual engajada.

Não respondi. Apenas escrevi o segundo artigo, sobre a reforma política, e dei por encerrada minha intervenção pública por meio da imprensa. A partir de então, além de não publicar artigos

IMPRESSA



"Deixo de lado o fato de ser mulher, intelectual e petista (embora isso conte muitíssimo), para considerar apenas o núcleo da relação estabelecida comigo. A mídia está enviando a seguinte mensagem: 'Somos onipotentes e fazemos seu silêncio falar. Portanto, fale de uma vez!' É uma ordem, uma imposição do mais forte ao mais fraco. Não é uma relação de poder e sim de força"

tamente por isso, hoje, vocês perguntam por que não os usei para discutir a difícil conjuntura brasileira. Tenho

em jornais, decidi não dar entrevistas a jornais, rádios e televisões (dei entrevistas quando tomei posse no Conselho Nacional de Educação porque julgo que, numa República, alguém indicado para um posto público precisa prestar contas do que faz, mesmo que os meios disponíveis para isso não sejam os que escolheríamos). A seguir, veio a doença de minha mãe e, depois, a crise política como espetáculo.

No entanto, paradoxalmente, não fiquei fora da mídia: houve, por parte de jornais, revistas, rádios e televisões, solicitações diárias de entrevistas e de artigos; a matéria jornalística "O silêncio dos intelectuais", não tendo obtido entrevista minha, citava trechos de meus antigos artigos de jornal; matérias jornalísticas sobre o PT e sobre os intelectuais petistas traziam, via de regra, uma foto minha, mesmo que nada houvesse sobre mim na notícia.

Finalmente, quando se iniciou o ciclo sobre o silêncio dos intelectuais, um jornal estampou minha foto, colocou em maiúsculas NÃO FALO (resposta que dei a um jornalista que queria uma entrevista quando da reunião dos intelectuais petistas com Tarso Genro, em São Paulo) e o columnista concluía a matéria dizendo que o silêncio dos intelectuais petistas era, na verdade, o silêncio

de Marilena Chaui, o qual seria rompido com a conferência ["Ciclo expõe mal-estar e silêncio da academia", reportagem da Folha em 21/08/2005].

Resultado: jornais e revistas, com fotos minhas, não deram uma linha sequer sobre a conferência, mas pinçaram trechos dos debates, sem mencionar as perguntas nem dar por inteiro as respostas e seu contexto, transformando em discurso meu um discurso que não proferi tal como apresentado.

E entrevistaram tucanos (até as vestais da República, Álvaro Dias e Artur Virgílio!!!), pedindo opinião sobre o que decidiram dizer que eu disse! E os entrevistados opinaram!!! Num jornal do Rio de Janeiro e num de São Paulo, FHC disse uma pérola, declarando que por não entender de Espinosa, não fala nem escreve sobre ele e que eu, como não entendo de política, não deveria falar sobre o assunto. Como vocês podem notar, o princípio democrático, segundo o qual todos os cidadãos são politicamente competentes, foi jogado no lixo.

Qual é o sentido disso? Deixo de lado o fato de ser mulher, intelectual e petista (embora isso conte muitíssimo), para considerar apenas o núcleo da relação estabelecida comigo. A mídia está enviando a seguinte mensagem: "So-

mos onipotentes e fazemos seu silêncio falar. Portanto, fale de uma vez!" É uma ordem, uma imposição do mais forte ao mais fraco. Não é uma relação de poder e sim de força.

Vocês sabem que a diferença entre a ordem humana, a ordem física e a ordem biológica (para usar expressões de Merleau-Ponty [filósofo francês, 1908-1961]) decorre do fato de que as duas últimas são ordens de presença enquanto a primeira opera com a ausência. As leis físicas se referem às relações atuais entre coisas; as normas biológicas se referem ao comportamento adaptativo com que o organismo se relaciona com o que lhe é presente; mas a ordem humana é a do simbólico, ou seja, da capacidade para relacionar-se com o ausente.

É o mundo do trabalho, da história e da linguagem. Somos humanos porque o trabalho nega a imediateza da coisa natural, porque a consciência da temporalidade nos abre para o que não é mais (o passado) e para o que ainda não é (o futuro), e porque a linguagem, potência para presentificar o ausente, ergue-se contra nossa violência animal e o uso da força, inaugurando a relação com o outro como intersubjetividade.

Num belíssimo ensaio sobre "A Experiência Limite", Blanchot [Maurice Blanchot, escritor e crítico francês,

1907-2003] marca o lugar preciso em que emerge a violência na tortura de um ser humano. A violência não está apenas nos suplícios físicos e psíquicos a que é submetido o torturado; muito mais profundamente ela se encontra no fato horrendo de que o torturador quer forçar o torturado a lhe dar o dom mais precioso de sua condição humana: uma palavra verdadeira.

NÃO FALO.

Vocês já leram La Boétie [Stienne de la Boétie, filósofo francês, 1530-1563, amigo do filósofo Michel de Montaigne]. Sabem que a servidão voluntária é o desejo de servir os superiores para ser servido pelos inferiores. É uma teia de relações de força, que percorrem verticalmente a sociedade sob a forma do mando e da obediência. Mas vocês se lembram: também do que diz La Boétie da luta contra a servidão voluntária: não é preciso tirar coisa alguma do dominador; basta não lhe dar o que ele pede. NÃO FALO.

A liberdade não é uma escolha entre vários possíveis, mas a fortaleza do ânimo para não ser determinado por forças externas e a potência interior para determinar-se a si mesmo. A liberdade, recusa da heteronomia, é autonomia. Falarei quando minha liberdade determinar que é chegada a hora a vez de falar." (Marilena Chaui)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não prescindo dos conselhos de Vossa Excelência. Sempre os recebi no passado. Quero recebê-los no presente. Quando me sentir deles carente, irei a sua casa, como sempre o fiz, para receber do seu senso político, da sua ponderação, da sua lucidez, a palavra tranquilizadora, a sua palavra iluminada.

Essa afirmação do Senador Tancredo Neves, em aparte ao brilhante discurso de despedida do Senador Amaral Peixoto, do Senado Federal, no dia 10 de março de 1983, conseguiu, em poucas palavras, definir a essência e a síntese de um homem extraordinário,

com visão de estrategista político e administrador, com grande capacidade de liderança, com qualidade como prudência, competência, paciência e experiência.

O Comandante Ernani do Amaral Peixoto, profeta da política, neste ano do Centenário do seu nascimento, deveria ser não apenas lido, mas ouvido e seguido.

Vivemos em tempos de insensatez, em tempos de idolatria, de falsos profetas, falsos líderes, subprodutos da farsa, do engodo, da mentira, da corrupção e do uso inescrupuloso das técnicas de manipulação da propaganda.

Nem todos conseguem ler os sinais dos tempos, poucos têm o dom de ouvir os profetas, muitos olham

mas não vêem, escutam mas não ouvem nem entendem, pois são cegos de espírito.

Vivemos em tempos de grande cegueira no campo da política, no campo da ética, no campo da racionalidade. As mentes parecem embotadas e entorpecidas, sem conseguir ver a luz e os caminhos.

Os faraós modernos também morrerão afogados no Mar Vermelho com todos os seus homens, com todos os seus carros e todos seus exércitos.

Não parece coincidência o ano de 2005 ser o ano do centenário de nascimento de Amaral Peixoto, pois ele, com seu temperamento fino, educado, perspicaz, estrategista, com sua experiência e visão crítica, olho clínico e amor ao Brasil, parece ter escolhido 2005 para nos dar lição de política, de sabedoria e de prudência.

Amaral Peixoto parece nos dizer: quem tem ouvidos para ouvir, ouça! Amaral Peixoto parece nos dizer que os políticos sem a ética não passa de um bando de malfeitores e salteadores.

O Comandante Amaral Peixoto parece dizer aos políticos de hoje que o Brasil merece um melhor tratamento, o Brasil de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek, o Brasil de Tancredo Neves, de Ulysses Guimarães, esse Brasil está chorando por causa de tantos falsos líderes, subprodutos do marketing político-eleitoral.

O Presidente Juscelino Kubitschek costumava dizer que “o Brasil não sabe o homem público que possui em Amaral Peixoto”. O Comandante não era homem de marketing, de enganações nem de bravatas.

Seu caráter firme, sua personalidade marcante e segura, que não se desviava para a direita nem para a esquerda, deixava transparecer a modéstia e a humildade verdadeiras.

A estrela política de Amaral Peixoto continuou brilhando por mais quatro décadas, após a morte do Presidente Vargas, demonstrando que seu valor pessoal ultrapassava, em muito, a simples condição de gênero daquele presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os longos anos de vida política de Amaral Peixoto nos levariam a analisar, a refletir e a retirar muitas e muitas lições e doutos ensinamentos de sua rica atuação como homem público, como protagonista e testemunha privilegiada dos mais importantes acontecimentos políticos do século XX.

Não é fácil resumir uma vida que recebeu educação dos jesuítas, passou pelo movimento tenentista, pelos tempos de ajudante-de-ordens de Getúlio Vargas, como Interventor Federal no Rio de Janeiro, como destacado adversário do fascismo e do comunismo.

Amaral Peixoto nunca se deixou contaminar por nenhum desses dois flagelos da humanidade: nunca se deixou enganar pelos efeitos pestilenciais dessas falsas doutrinas.

“Não sou reacionário nem conservador.

Sou um homem de centro, e a tendência do centro é caminhar para a esquerda”, dizia Amaral Peixoto.

Não teria tempo para falar do papel desempenhado por Amaral Peixoto na construção do novo sistema partidário que se organizou com a redemocratização do País, após o Estado Novo.

Amaral Peixoto atuou ao lado de figuras de grande importância na vida política nacional, como Agamenon Magalhães, Nereu Ramos, Benedito Valadares e Fernando Costa, e presidiu o Partido Social Democrático (PSD), de 1951 até sua extinção por força do regime autoritário, em outubro de 1965.

Amaral Peixoto, como grande negociador político e herdeiro espiritual das habilidades de Vargas, deu grande colaboração para conferir estabilidade à frágil democracia brasileira que se instaurou no pós-Guerra. Defendeu a aliança PSD-PTB, idealizada por Vargas para o pacto de transição que tornaria viável a passagem, sem grandes traumas, de uma sociedade predominantemente rural para uma sociedade industrializada e urbana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito ainda poderia e muito ainda teria a dizer sobre a personalidade ímpar de Amaral Peixoto.

Gostaria de encerrar estas minhas palavras citando o trecho final da entrevista de Amaral Peixoto concedida à cientista política Aspásia Camargo.

O senhor sempre pareceu um homem realista, pragmático. Apesar das enormes dificuldades, o senhor tem alguma esperança de que o Brasil dê certo?

“Tenho muita! Posso avaliar a transformação do Brasil através da minha vida. Durante os últimos 50 anos o Brasil mudou muito, e não só nos grandes centros. Nas cidades

do interior você encontra a mesma transformação: estradas, energia elétrica, água ... Apesar de nossas falhas. Temos avançado bastante.

Nesses 50 anos de vida pública tenho visto no Brasil enormes possibilidades, gente muita dedicada e muito capaz. É preciso aproveitar essa gente. Talvez o que falte mesmo seja organizar finalmente os partidos políticos, para se poder organizar o país. Eu costumo dizer que os políticos estiveram de castigo durante 20 anos, mas infelizmente nem todos aprenderam a lição ...”.

Nada mais atual. Nada mais profético.

Faço votos para que os homens de bem deste País sejam capazes de abrir os olhos, as mentes e os corações para entender o momento grave por que passa o Brasil, para que possamos, com a verdade, com mais verdade e ainda com verdade, combater a corrupção e colocar nossa Pátria no caminho do desenvolvimento econômico e social.

Vamos ouvir Amaral Peixoto. Vamos fazer aquela que deveria ser a Primeira das Reformas: a Reforma Política.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “ex-tesoureira de prefeitura petista é presa”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 21 de setembro de 2005.

A matéria destaca a decretação da prisão de Valdirene Dardin Albuquerque, ex-diretora do Tesouro da prefeitura de Mauá-São Paulo, durante a gestão Osvaldo Dias (PT). Valdirene foi acusada de desvio de R\$ 230 mil dos cofres públicos entre 2003 e 2004 para proveito próprio.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-tesoureira de prefeitura petista é presa

●●● A Justiça decretou a prisão de Valdirene Dardin Albuquerque – ex-diretora do Tesouro da prefeitura de Mauá (Grande São Paulo) durante a gestão Osvaldo Dias (PT) –, acusada de desvio de R\$ 230 mil dos cofres públicos. A decisão é do juiz Dirceu Brizola, que acolheu denúncia dos promotores Adriana Ribeiro Soares de Moraes, Amaro Thomé e Roberto Wider. Especialistas em investigação sobre corrupção e repressão ao crime organizado, os promotores descobriram que entre 2003 e 2004 Valdirene sacou o dinheiro “em proveito próprio” da conta da prefeitura. “A gravidade dos delitos é patente”, assinalou o juiz.



O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O escândalo Interbrasil”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 16 de setembro do corrente.

O artigo mostra que “À medida que a Polícia Federal vai aprofundando as investigações sobre as fontes de recursos ilícitos por meio das quais o PT financiava suas campanhas eleitorais, fica evidente que a agremiação não se limitou a atuar apenas nos setores de coleta de lixo, publicidade, bingos e fundos de pensão. Agora se sabe que seu esquema mafioso também manteve uma relação promíscua com uma companhia seguradora sem lastro financeiro para pagar os sinistros por ela segurados”.

Segundo o artigo, o “esquema” montado pela seguradora Interbrasil e as explicações sobre o caso “são mais uma prova das ‘práticas delinqüenciais’ utilizadas pelo PT para financiar seu projeto eleitoral”.

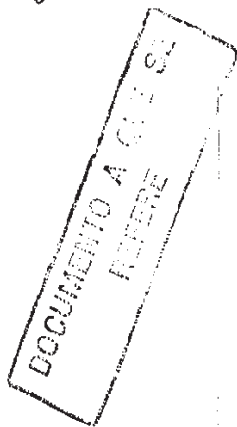
Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

J. B. MOTTA

O escândalo Interbrazil



A medida que a Polícia Federal vai aprofundando as investigações sobre as fontes de recursos ilícitos por meio das quais o PT financiava suas campanhas eleitorais, fica evidente que a agremiação não se limitou a atuar apenas nos setores de coleta de lixo, publicidade, bingos e fundos de pensão. Agora se sabe que seu esquema mafioso também manteve uma relação promíscua com uma companhia seguradora sem lastro financeiro para pagar os sinistros por ela segurados. Trata-se de uma iniciativa irresponsável que por pouco não pôs em risco a continuidade de um serviço estratégico, como o fornecimento de energia para algumas das principais regiões do País.

Essa empresa é a Interbrazil, uma seguradora absolutamente desconhecida no mercado até a ascensão do PT ao poder, em 2002. Registrada nesse ano na Junta Comercial de São Paulo com um patrimônio de apenas R\$ 14 milhões, montante insignificante para lastrear uma seguradora, entre 2003 e 2004 ela foi a companhia escolhida pelo governo federal para fazer o seguro das usinas nucleares de Angra I e Angra 2, no valor de R\$ 2,5 bilhões; da Companhia Energética do Paraná, no valor de R\$ 1,2 bilhão; e da Companhia Energética de Goiás, no valor de R\$ 1 bilhão.

Diante da magnitude do valor dessas três coberturas, totalizando R\$ 4,7 bilhões, custa crer que o governo tenha deixado a segurança de parte do setor energético nacional sob a garantia de uma seguradora

de dimensões tão modestas, com menos de um ano de vida e com diretores desconhecidos no setor securitário. Além da escolha da Interbrazil contrariar as mais elementares regras de prudência e bom senso em matéria de seguro, a formalização do contrato se deu de modo irregular.

Os documentos de comprovação de lastro financeiro apresentados pela seguradora, por exemplo, eram falsos – algo fácil de ser detectado, diante do pequeno porte da companhia e de sua falta de tradição no mercado. Por isso, as apólices por ela emitidas jamais seriam

SEGURADORA SEM LASTRO OBTEVE CONTRATOS DE QUASE R\$ 5 BILHÕES

aceitas por qualquer contratante de médio ou grande porte, no âmbito da iniciativa privada. Mesmo assim, os contratos foram assinados e os prêmios dos seguros foram pagos, o que permitiu à Interbrazil registrar um lucro de R\$ 24 milhões, em 2003, e de R\$ 62 bilhões, em 2004. Depois de receber o primeiro alerta de que a empresa vinha falsificando certidões e demonstrações contábeis, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), o órgão responsável pela fiscalização do setor securitário, demorou mais de um ano e meio para decretar seu fechamento, o que ocorreu há um mês.

Tão ou mais espantosos do que a lentidão da Susep, nesse caso, são os argumentos apresentados em sua defesa pelo proprietário da Interbrazil, An-

dré Marques da Silva, que vem sendo investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público de dois Estados e pela Procuradoria-Geral da República. Ele admitiu publicamente que se aproximou do PT, nas eleições de 2002, com o objetivo de aproveitar a ascensão do partido ao poder para obter informações privilegiadas e se valer do tráfico de influência para fazer negócios. E, em entrevista à TV Globo, disse que financiou a campanha eleitoral de vários candidatos petistas em Goiás, no mesmo pleito, em troca de apoio para conseguir assinar um contrato de seguro com a Companhia Energética daquele Estado.

Essas palavras são uma confissão de culpa. “A gente procurou estar inserido ali (no PT de Goiás) para poder obter informações”, alegou Marques da Silva. Foi uma “estratégia comercial” especialmente concebida “para sair à frente e buscar nosso mercado”, declarou ele, depois de tentar se apresentar como “vítima de perseguição” por ter quebrado o monopólio das grandes seguradoras no setor de energia.

Embora a Eletrobrás e a Susep tenham distribuído nota refutando essas declarações, a ascensão meteórica e o fechamento da Interbrazil, juntamente com as explicações de seu proprietário, que com base nelas poderá ser condenado por incorrer em artigos do Código Penal, são mais uma prova das “práticas delinqüenciais” (*apud* Paul Singer) utilizadas pelo PT para financiar seu projeto eleitoral.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** do último dia 20 de setembro do corrente intitulado “Cabresto vermelho”, e que trata da eleição interna do PT para escolha de seu presidente.

Segundo o editorial, “bastou a votação de domingo ser acompanhada mais de perto pela imprensa para um festival de práticas irregulares emergir”. E conclui: “Depois desse triste espetáculo, que revela maneiras atrasadas de a liderança tratar seu eleitor direto, fica

mais difícil acreditar que o partido esteja determinado a mudar”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 2ª terça-feira, 20 de setembro de 2005

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIZ ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uof.com.br

CABRESTO VERMELHO

NADA DO outrora chamado “patrimônio ético” do PT parece resistir a uma pequena investigação. Neste fim de semana, caiu por terra mais um mito da série: o de que a democracia petista se exibiria, mais do que em qualquer outro partido político brasileiro, no seu processo de eleição direta de dirigentes.

Bastou a votação de domingo ser acompanhada mais de perto pela imprensa — interessada no efeito sobre a continuidade da legenda do escândalo de corrupção que envolve lideranças do partido — para um festival de práticas irregulares emergir.

Um motorista de van disse que, a R\$ 100 e mais R\$ 1 a cabeça, transportava militantes até o local do voto. O preço mínimo de compra de sufrágios foi R\$ 5 — caciques pagaram esse valor para quitar a contribuição de filiados, que assim ficavam aptos a votar em seu benfeitor. Cola com o número do candidato fazia parte do “kit”. O serviço foi personalizado; veículos buscavam filiados em casa.

A reportagem da *Folha* perguntou a uma dessas pessoas agraciadas com um “city tour” até o local da vo-

tação qual seria sua escolha na urna. Resposta: “Deixa eu olhar aqui no papel (...) Não acompanhei nada dessa eleição. Não estou sabendo”.

Os termos que definem essa prática — coronelismo, curral eleitoral, voto de cabresto — vêm de longe no tempo e no espaço. São ecos do atraso do Brasil rural da primeira metade do século passado. Mas foram adaptados pelos coronéis de subúrbio da caciquia petista ao país urbano de periferias superpovoadas e igualmente desprovidas.

E basta o leitor atento do noticiário perguntar-se quem financia essa cabrestagem toda para começar a entender as conexões entre o modo petista de conduzir seu rebanho e o de negociar nas altas esferas da política nacional — este tão bem expresso no neologismo “valerioduto”. Afinal, o dinheiro do aluguel da van e da compra do voto dificilmente constará de contabilidades oficiais.

Depois desse triste espetáculo, que revela maneiras atrasadas de a liderança tratar seu eleitor direto, fica mais difícil acreditar que o partido esteja determinado a mudar.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL
– BA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Rodolpho Tourinho. PFL
– BA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 27 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
52ª Legislatura -2005

Resenha Mensal das matérias apreciadas
referente ao mês de setembro de 2005
(Período de 1º a 30/09/2005)

I – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À
SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República ..	2
De iniciativa da Câmara dos Deputados ...	5
De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	8

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808/2003, na Casa de origem), que *obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.*

Sessão: 15.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, na Câmara dos Deputados), que *altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.*

Sessão: 15.09.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

Sessão: 15.09.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (nº 276/2003, na Casa de origem), que *altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.*

Sessão: 15.09.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguuaia.*

Sessão: 20.09.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido* (restringe hipóteses de agravo retido às audiências de instrução e julgamento e estabelece hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido).

Sessão: 21.09.2005

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003 - Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN e dá outras providências, para incluir a manutenção das casas de abrigo.*

Sessão: 21.09.2005

**II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À
CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

De iniciativa do Senado Federal	16
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Total.....	17

Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2005, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições (reduz custos, confere maior transparência aos financiamentos de campanhas eleitorais e aumenta as penas por irregularidades).*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 1º.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que *altera o caput do art. 983 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), dilatando o prazo para o requerimento do inventário e da partilha.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 02.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *dispõe sobre bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 12.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 12.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 12.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.09.2005

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Sessão: 15.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2002, de autoria do Senador Teotônio Vilela Filho, que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que *dispõe sobre incentivos fiscais para projetos ambientais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *modifica o art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que “estabelece normas para as eleições”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2003, de autoria da Senadora Íris de Araújo, que *altera o art. 36 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, para proibir a captação de receitas*

contendo prescrições magistrais e oficinais por outros estabelecimentos de comércio de medicamentos que não as farmácias e vedar a intermediação de outros estabelecimentos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que *altera o inciso IV do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que *altera o art. 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 28.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2004, de autoria do Senador José Sarney, que *institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá.*

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: 29.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2002, de autoria do Senador Ademir Andrade, que *inclui parágrafos no art. 2º, da Lei 9.434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontram em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 30.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 223, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *institui o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.09.2005

**III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À
Sessão: 13.09.2005 PROMULGAÇÃO:**

De iniciativa do Senado Federal	6
De iniciativa da Câmara dos Deputados .	79
Total.....	85

Projeto de Resolução nº 74, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos, de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.*

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Resolução nº 75, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operadora de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor total equivalente a sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao NIB.*

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Resolução nº 76, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até doze milhões, cento de vinte mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE).*

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 813, de 2004 (nº 249/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Municipal de Amparo Aos Sem Casas de Betim – Amuascab a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.281, de 2004 (nº 65/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Melos – Ascom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 2005 (nº 1.228/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Padre Paraíso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Paraíso, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2005 (nº 3.084/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural e Artística “Padre Victor Coelho de Almeida” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2005 (nº 1.400/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cristã de Formoso – ABCF a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formoso, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2005 (nº 1.490/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2005 (nº 1.386/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Monte Aprazível a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Aprazível, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2005 (nº 1.503/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Romeu Marsico para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taquaritinga, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2005 (nº 1.505/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária - ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imaculada, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2005 (nº 1.519/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Alagoa Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alagoa Grande, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2005 (nº 1.531/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Farol do Saber a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2005 (nº 1.534/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Esportiva de Manoel Vitorino a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Vitorino, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2005 (nº 757/2000, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança de Ruy Barbosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2005 (nº 980/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Divina*

Providência de Amparo Social e Cristão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brumado, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2005 (nº 1.511/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Prado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prado, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2005 (nº 1.812/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Camaçariense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2005 (nº 1.821/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itamaraju, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2005 (nº 1.457/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária e Cultural de Nina Rodrigues a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nina Rodrigues, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2005 (nº 1.458/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Guaraniaçu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2005 (nº 1.477/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural dos Comunicadores de Gandu e Região a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gandu, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 284, de 2005 (nº 1.481/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2005 (nº 1.533/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural "Rádio FM" de Mirangaba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirangaba, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2005 (nº 2.367/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Família Fonte de Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guanambi, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2005 (nº 1.313/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu (Arco) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 294, de 2005 (nº 1.409/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Major Izidoro FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Izidoro, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 297, de 2005 (nº 1.438/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Rádio Comunitária – ACRC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 301, de 2005 (nº 1.504/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Parapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parapuã, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2005 (nº 1.511/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Bonito Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 304, de 2005 (nº 1.518/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Arapuá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2005 (nº 1.522/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Irecê, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2005 (nº 1.530/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Comunidade dos Amigos de Santa Adélia - C.A.S.A. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2005 (nº 1.542/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Acci - Associação Comunitária e Cultural Ibititaense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibititá, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2005 (nº 1.502/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio*

Comunitária Atividade de Juquiá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juquiá, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2005 (nº 1.296/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação de Rádio de Fusão Comunitária Carlos Pereira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2005 (nº 1.441/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Caldeirões a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Conselho, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2005 (nº 1.515/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária “Ondas de Paz” FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbituva, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2005 (nº 1.564/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Vermelho Novo (ACCVN) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vermelho Novo, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2005 (nº 1.565/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Estância de Poá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poá, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 317, de 2005 (nº 1.566/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Penapolense Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico*

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2005 (nº 1.568/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga a Associação Comunitária de Cachoeira Paulista de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2005 (nº 1.476/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Mandaguáçu - Acam a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mandaguáçu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 372, de 2005 (nº 1.581/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2005 (nº 2.314/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Panamá sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de ambos os Países, firmado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2005 (nº 2.410/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos da Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e do Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança de Plataformas Fixas Localizadas na Plataforma Continental, concluídos em Roma, em 10 de março de 1988.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2005 (nº 301/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação*

da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 353, de 2005 (nº 987/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2005 (nº 988/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia, assinado em Brasília, em 5 de dezembro de 2002.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2005 (nº 989/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2005 (nº 1.025/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova os textos da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” do Brasil, aprovada pela Decisão nº 9/98 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 23 de julho de 1998, e a nova “Lista de Compromissos Específicos” do Brasil, resultante da Primeira Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, adotada pela Decisão nº 1/00 do Conselho do Mercado Comum do Sul, em 29 de junho de 2000. A lista recém-aprovada amplia a oferta original em telecomunicações e substitui as páginas 14 a 19 da “Lista de Compromissos Específicos Iniciais” adotada em 1998. Ambas as Listas foram negociadas ao amparo do Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2005 (nº 1.252/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Brasília, em de 30 de julho de 2003.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2005 (nº 1.300/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do Mercosul, celebrado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2005 (nº 1.302/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002, por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2005 (nº 1.355/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, em 24 de outubro de 2003.*

Sessão: 14.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2002 (nº 1.617/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga a permissão da Rádio Minduri FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Minduri, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2004 (nº 318/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária do Distrito e Subdistritos de Florália a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.260, de 2004 (nº 661/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema 103 de Rádios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Descanso, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.289, de 2004 (nº 573/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Nambá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.319, de 2004 (nº 1.006/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Joinville Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.436, de 2004 (nº 1.257/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultura Rio Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.466, de 2004 (nº 1.156/2004 na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da Fundação Charitas para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.482, de 2004 (nº 770/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rural Nova Guaranésia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2005 (nº 1.411/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio Estrela de Ibiúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Valente, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2005 (nº 2.344/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de*

Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Ribeira do Pombal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeira do Pombal, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2005 (nº 1.460/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Cruzeiro FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tucano, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2005 (nº 1.494/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Cidade do Clima FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2005 (nº 1.537/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Pedra Branca para o Desenvolvimento e Assistência Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2005 (nº 1.569/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duartina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2005 (nº 1.577/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Lagoense – Ascolago a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2005 (nº 1.609/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio e TV Educativa COC para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2005 (nº 24/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2005 (nº 1.435/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Araucária de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2005 (nº 1.512/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária “Semente de Amor e Fé” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2005 (nº 1.575/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Volta Redonda a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2005 (nº 1.576/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Educacional e Ecológica de Capanema – “Acec” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capanema, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2005 (nº 1.589/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Maria Mãe de Deus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2005 (nº 1.608/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Super Rádio Cravinhos Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cravinhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2005 (nº 1.614/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade Salto do Jacuí FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Jacuí, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2005 (nº 1.210/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Educativa de Goiatuba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiatuba, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 16.09.2005

Projeto de Resolução nº 78, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 149,750,000.00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - Banco Mundial - BIRD, destinado a financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará.*

Sessão: 20.09.2005

Projeto de Resolução nº 77, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social.*

Sessão: 20.09.2005

Projeto de Resolução nº 69, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Paragua e dá outras providências.*

Sessão: 20.09.2005

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2005 (nº 1.613/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Pedro Américo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 28.09.2005

IV - REQUERIMENTOS DIVERSOS:

Total.....9

Requerimento nº 945, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 487, de 2003, e 108, de 2005, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 953, de 2005, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90, de 2002, e 120, de 2005, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 954, de 2005, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 394, de 2003, e 98, de 2005, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 959, de 2005, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 76 e 305, de 2004, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 964, de 2005, do Senador Jefferson Péres, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 269, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 965, de 2005, do Senador Tião Viana, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 266 e 274, de 2005-Complementares, por regularem a mesma matéria.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 969, de 2005, do Senador Flexa Ribeiro, *que solicita o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 285 e 346, de 2004, por tratarem de matérias distintas.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 981, de 2005, do Senador João Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2005, além das Comissões*

constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 966, de 2005, do Senador Pedro Simon, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, dos Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605, de 1999, a fim de que tenha tramitação autônoma.*

Sessão: 15.09.2005

V – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	3
Total.....	3

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2003 (nº 5.101/2001, na Casa de origem), *que acrescenta à Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e à Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, dispositivos relacionados com a segurança de turistas.*

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 08.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2002, de autoria do Senador Ricardo Santos, *que acrescenta parágrafo ao art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos Estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, deverá vigorar apenas a modalidade de serviço local, no serviço telefônico fixo comutado.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 22.09.2005

Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, *que dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados.*

(Decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

Sessão: 28.09.2005

VI - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	37
Total.....	37

Requerimento nº 967, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Saulo Ribeiro, seis vezes campeão mundial de Jiu-Jitsu, pelo seu gesto de passar sua faixa a Roger Gracie, em luta memorável.*

Sessão: 1º.09.2005

Requerimento nº 978, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Inês Maria Lyra Benzecry, ocorrido em Manaus.*

Sessão: 02.09.2005

Requerimento nº 980, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira de Futebol pela classificação para a disputa da Copa do Mundo de 2006, em Berlim.*

Sessão: 05.09.2005

Requerimento nº 983, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando a aprovação de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio dos Santos Cirilo, Diretor-Geral da TV Cataratas.*

Sessão: 06.09.2005

Requerimento nº 985, de 2005, de autoria do Senador Paulo Octávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rosental Ramos da Silva, ocorrido no dia 06 de setembro de 2005.*

Sessão: 08.09.2005

Requerimento nº 986, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Fernando Castelhão Pereira, ocorrido no dia 27 de agosto de 2005, na cidade do Recife – PE.*

Sessão: 08.09.2005

Requerimento nº 988, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, *solicitando seja registrado nos Anais do Senado Federal voto de lembrança ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira pelos seus 103 anos de nascimento.*

Sessão: 12.09.2005

Requerimento nº 989, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, Distrito Federal, pela realização do passeio ciclístico destinado a esclarecer a população acerca do referendo de outubro deste ano.*

Sessão: 12.09.2005

Requerimento nº 990, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à jovem tenista brasileira Thalita Rodrigues, que venceu dificuldades físicas e se tornou campeã de tênis.*

Sessão: 12.09.2005

Requerimento nº 991, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no dia 8 de setembro de 2005.*

Sessão: 12.09.2005

Requerimento nº 992, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Médico João Marcelo Villas Boas, ocorrido no dia 8 de setembro de 2005.*

Sessão: 12.09.2005

Requerimento nº 1.000, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta Maurício Shogun, novo campeão mundial de Mixed Martial Arts, na categoria dos Pesos Médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão em 28 de agosto de 2005.*

Sessão: 14.09.2005

Requerimento nº 1.001, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao lutador Ricardo Arona, novo vice-campeão mundial de Jiu-Jitsu, na categoria Pesos Médios, no Pride Grand-Prix, realizado no Japão.*

Sessão: 14.09.2005

Requerimento nº 1.012, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta brasileiro João Derly, pela conquista da Medalha de Ouro no Mundial de Judô.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 1.013, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de homenagem aos 100 anos da arquidiocese de Belém do Pará.*

Sessão: 15.09.2005

Requerimento nº 1.027, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio

e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de aplauso à população do Rio Grande do Sul, pelo transcurso do 170º aniversário da Revolução Farroupilha.*
Sessão: 20.09.2005

Requerimento nº 1.029, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ator Paulo Autran, pelo lançamento de livro em que narra sua vida e sua carreira.*
Sessão: 20.09.2005

Requerimento nº 1.030, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jogador Ronaldinho Gaúcho, eleito o melhor jogador de futebol do mundo.*
Sessão: 20.09.2005

Requerimento nº 1.031, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à cantora Sun Heiligtag, coreana, radicada em Manaus, pela conquista do prêmio de Melhor Interpretete no 21º Festival da Canção de Itacoatiara, no Amazonas.*
Sessão: 20.09.2005

Requerimento nº 1.038, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao futebolista amazonense Nilo Pereira Maranhão, pelos seus 66 anos.*
Sessão: 20.09.2005

Requerimento nº 1.039, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao atleta amazonense Caio Costa, pela ascensão ao 1º lugar no ranking brasileiro de wakeboard.*
Sessão: 20.09.2005

Requerimento nº 1.044, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao jornal “Correio Braziliense” pela iniciativa em favor da cultura e do pensamento, com a publicação de imortais obras poéticas e literárias em seu Caderno “C”.*
Sessão: 21.09.2005

Requerimento nº 1.045, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de lembrança pela passagem do 80º aniversário de nascimento do ex-Presidente do Senado Federal, Petrônio Portella.*
Sessão: 21.09.2005

Requerimento nº 1.046, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à escritora Nélida Pinõn, vencedora do Prêmio Jabuti-2005, com o livro “Vozes do Deserto”.*

Sessão: 21.09.2005

Requerimento nº 1.048, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando voto de aplauso e congratulações às 52 brasileiras incluídas no projeto “Mil mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”.*

Sessão: 21.09.2005

Requerimento nº 1.052, de 2005, de autoria do Senador Ramez Tebet, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Deputado Estadual do Estado de Mato Grosso, Itálvio Martins Coelho, ocorrido em 21 de setembro de 2005.*

Sessão: 22.09.2005

Requerimento nº 1.058, de 2005, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Roberto Saturnino, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.*

Sessão: 26.09.2005

Requerimento nº 1.061, de 2005, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Sérgio Cabral, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista José Lopes de Oliveira, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 27.09.2005

Requerimento nº 1.067, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista e humorista Ronald Golias, pioneiro da televisão brasileira.*

Sessão: 27.09.2005

Requerimento nº 1.068, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas CEFET/AM, pelo seu 96º aniversário de criação.*

Sessão: 27.09.2005

Requerimento nº 1.069, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do advogado José Martins Pinheiro Neto, um dos pioneiros da Advocacia no Brasil.*

Sessão: 27.09.2005

Requerimento nº 1.070, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pelo lançamento do filme VLADO - Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinado do jornalista Vladimir Herzog, no período da ditadura militar.*

Sessão: 27.09.2005

Requerimento nº 1.071, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao criador do Ultimate Fithing Championship, Sr. Rócion Gracie.*

Sessão: 28.09.2005

Requerimento nº 1.073, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do comediante Ronald Golias, ocorrido no dia 27 de setembro de 2005, em São Paulo.*

Sessão: 28.09.2005

Requerimento nº 1.076, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Adamor Guedes, Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assassinado no dia 28 de setembro de 2005.*

Sessão: 29.09.2005

Requerimento nº 1.077, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa.*

Sessão: 29.09.2005

Requerimento nº 1.078, de 2005, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho e outros Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Olga Francisca Régis, ou Mãe Olga do Alaketu.*

Sessão: 30.09.2005

VII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total..... 4

Ato nº 33, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 256, de 21 de julho de 2005, que “*abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$ 425.950.734,00, para os fins que especifica*”.

(publicado no Diário Oficial da União de 13.09.2005 , seção I)

Ato nº 34, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 257, de 21 de julho de 2005, que “*abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 1.214.000.000,00, para os fins que especifica*”.

(publicado no Diário Oficial da União de 13.09.2005 , seção I)

Ato nº 35, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, que “*dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências*”.

(publicado no Diário Oficial da União de 13.09.2005 , seção I)

Ato nº 36, de 2005 – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, a vigência da Medida Provisória nº 259, de 21 de julho de 2005, que “*altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei no 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências*”.

(publicado no Diário Oficial da União de 13.09.2005 , seção I)

VIII - ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Total..... 1

Ato nº 79, de 2005 – Dispõe sobre o Grupo de Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas.
(publicado no Diário do Senado Federal de 20.09.2005, pág. 31205/6)

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de setembro de 2005)	
Deliberativas Ordinárias	10
Não Deliberativas	10
Especial	01
Total	21
Reuniões	1

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 30 de setembro de 2005)

MATÉRIAS APROVADAS	119
I – Proposições aprovadas e enviadas à sanção	8
II - Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	17
1 – Por decisão do Plenário.....	1
1.1 - Proposições do Senado	1
2 – Por decisão terminativa.....	16
2.1 - Proposições do Senado	16
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	85
1 - Concessões de telecomunicações	67
2 - Operações de crédito	5
3 – Acordos internacionais	12
4 – Outros.....	1
IV – Requerimentos diversos.....	9
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	3
V – Matérias rejeitadas	3
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	122
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	4
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL CRIANDO GRUPO DE TRABALHO DA DESBUROCRATIZAÇÃO	1

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 15 DE
FEVEREIRO A 30 DE SETEMBRO DE 2005**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 3ª
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA
(15 de fevereiro a 30 de setembro de 2005)**

Deliberativas Ordinárias	80
Não Deliberativas	65
Deliberativas Extraordinárias	15
Especial.....	9
Total	169
* Reuniões	6

MATÉRIAS APROVADAS 1.424

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 19

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção.....	9
2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação	5
3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados ...	5
4 – Aprovada na forma de Medida Provisória e devolvida à Câmara dos Deputados	1
5 – Inadmitidas.....	1

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 43

III – Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados..... 85

1 - Em decisão terminativa.....	61
1.1 Projetos de Lei do Senado Federal.....	61
2 - Por decisão de Plenário.....	24
2.1 - Do Senado Federal.....	14
2.2 – Da Câmara dos Deputados.....	10

IV - Projetos aprovados e enviados à promulgação 1.029

1 - Concessões de telecomunicações	931
2 - Acordos Internacionais	32
3 - Operações de crédito.....	14
4 – Propostas de Emenda à Constituição	3
5 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais.....	44
6 – Outros.....	5

V – Mensagens relativas à escolha de Chefes de Missão Diplomática 53

VI – Pareceres referentes a Mensagens de Escolha de Autoridade	44
VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante	11
VIII – Requerimentos de Informações Sigilosas.....	1
IX – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária	4
X – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União.....	6
XI – Requerimentos Diversos	129
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	29
XII - Matérias prejudicadas	11
XIII - Matérias rejeitadas.....	7
XIV - Matérias retiradas pelos autores	10
XV – Medida Provisória inadmitida.....	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	1.453
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	31
ATO DO PRESIDENTE DECLARANDO A REJEIÇÃO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS DE MEDIDA PROVISÓRIA	1
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL CRIANDO GRUPO DE TRABALHO DA DESBUROCRATIZAÇÃO	1
REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS	2

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES NO MÊS DE SETEMBRO DE 2005 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.

REUNIÃO REALIZADA EM 13/08/2005 – CONUNTA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA CONJUNTAMENTE COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLC Nº 62, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO. **CONVIDADOS:** Sr. José Carlos de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ubiratam Cazetta – Procurador da República em Belém / PA; Sr. Antônio Herman Benjamin – Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo / SP; Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA; Sr. Jonas Moraes Correa – Presidente da Associação de Servidores do IBAMA / DF; Sr. Justiniano Neto – Uniflor-CNI; Sr. José Natalino da Silva – Pesquisador da EMBRAPA; Sr. Aziz Ab’Saber – Professor da USP / SP; Sr. André Lima – Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Sr. Luiz Gonzaga Lessa – General da Reserva. Resultado: Reunião realizada com a presença dos Senhores João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro Florestal e Analista do Ibama (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **RESULTADO: REALIZADA.**

ITEM DOIS: REQUERIMENTO Nº 36/2005-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPPLY, REQUERENDO NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJAM ENCAMINHADOS AO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA - CADE, OS OFÍCIOS NºS 2005028 E 2005030, DE AUTORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CITRICULTORES – ASSOCITRUS, E REQUERENDO, TAMBÉM, QUE O CADE ADIE O JULGAMENTO DO CASO DA VENDA DA CARGILL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 - CONJUNTA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ECONOMIA, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLC Nº 62, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO. CONVIDADOS: Sr. José Carlos de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ubiratam Cazetta – Procurador da República em Belém / PA; Sr. Antônio Herman Benjamin – Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo / SP; Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA; Sr. Jonas Moraes Correa – Presidente da Associação de Servidores do IBAMA / DF; Sr. Justiniano Neto – Uniflor-CNI; Sr. José Natalino da Silva – Pesquisador da EMBRAPA; Sr. Aziz Ab’Saber – Professor da USP / SP; Sr. André Lima – Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; **RESULTADO: Reunião realizada com a presença dos Senhores Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, João Paulo Sarmento, Assessor do Instituto Estadual de Florestas – IEF (representando José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais), João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Divino Teixeira (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, e Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace (representando André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).**

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 226, DE 2005 - NÃO TERMINATIVA - Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 149,750,000.00 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - Banco Mundial - BIRD, destinado a financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social no Ceará. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.**

ITEM 02 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 225, DE 2005 - NÃO TERMINATIVA - Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador FLEXA RIBEIRO. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado Requerimento de Urgência para a matéria.**

OBSERVAÇÃO: OS DEMAIS ITENS CONSTANTES NA PAUTA TIVERAM SUA APRECIACÃO ADIADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relator: Senador JEFFERSON PERES. Parecer: Favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas apresentadas. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas apresentadas.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - Concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos. Autoria: Senador MARCOS GUERRA. Relator: Senador FERNANDO BEZERRA. Parecer: Pela rejeição do Projeto. OBS: A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 03 - AVISO Nº 40, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO - Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão de Plenário nº 45, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, 175, 246, 270 e 343, situadas no Estado de Mato Grosso (TC-011.185/2000-1). Autoria: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relator: Senador JONAS PINHEIRO. Relator Ad Hoc: Senador GILBERTO GOELLNER. Parecer: Pela comunicação ao Governo do Estado no intuito de que se abstenha, doravante, da emissão de certidões de crédito ou de instrumentos congêneres de crédito, exceto nos casos em que a operação de crédito se opere sob o controle do Senado Federal; e que, também, seja solicitado ao Governo do Estado de Mato Grosso a adaptação do Decreto nº 4.296, de 1994, aos termos da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 04 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO - Modifica a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual), elevando a alíquota do imposto retido na fonte relativo a remessas ao exterior de rendimentos da exploração de obras audiovisuais estrangeiras. Autoria: Deputado WILSON SANTOS. Relator: Senador JEFFERSON PERES. Parecer: Pela rejeição do Projeto. OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - Institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior. Autoria: Senador MARCOS GUERRA.

Relator: Senador GILBERTO MESTRINHO. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO - Revoga o art. 57 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 - "Lei de Falências" (Dispõe sobre a apresentação de certidões negativas de débitos tributários). **Autoria:** Senador PEDRO SIMON. **Relator:** Senador RAMEZ TEBET. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir a atribuição de destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos. **Autoria:** Senador TIÃO VIANA. **Relator:** Senador SÉRGIO CABRAL. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto. OBS: - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; - A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com decisão terminativa. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre repatriação de valores depositados no exterior, originados de atividades lícitas. **Autoria:** Senador MARCELO CRIVELLA. **Relator:** Senador RODOLPHO TOURINHO. **Parecer:** Pela rejeição da Matéria. OBS: A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 09 - AVISO Nº 18, DE 2005 (Nº 137-MF, NA ORIGEM) NÃO TERMINATIVO - Encaminhado em atendimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. **Autoria:** MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relator:** Senador OSMAR DIAS. **Parecer:** Pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior arquivamento. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 10 - AVISO Nº 27, DE 2005 (Nº 291-MF, NA ORIGEM) NÃO TERMINATIVO. Encaminhado em atendimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 2004, referente ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. **Autoria:** MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Relator:** Senador OSMAR DIAS. **Parecer:** Pelo conhecimento da Matéria à Comissão e posterior arquivamento. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO - Concede anistia das dívidas de custeio de produtores rurais referentes a contratos celebrados desde a safra 1997/98, cujas atividades financiadas foram afetadas por fenômenos climáticos atípicos e institui crédito de manutenção para mini e pequenos produtores do semi-árido e de outras regiões, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora HELOISA HELENA. **Relator:** Senadora ANA JÚLIA CAREPA. **Parecer:** Por audiência prévia da CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade. OBS: A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com decisão terminativa. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e, pela União, aos seus inativos e pensionistas. **Autoria:** Senador PAULO PAIM. **Relator:** Senador DELCÍDIO AMARAL. **Parecer:** Por audiência prévia da CCJ para análise da constitucionalidade e juridicidade. OBS: A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. **Resultado:** **Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2004 – TERMINATIVO - Revoga o inciso II do art. 2º da Lei nº 9.311/96, que Institui a Contribuição Provisória de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, e dá outras providências.

Autoria: Senador MARCOS GUERRA. Relator: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES. Parecer: Requerimento solicitando informações à Secretaria da Receita Federal para instruir a Matéria, com base do art. 90, inciso XIII, do R.I.S.F. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação. Autoria: Senador PAULO PAIM. Relator: Senador MÃO SANTA. Parecer: Pela aprovação do Projeto. OBS: A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999 - NÃO TERMINATIVO - Altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que "dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências". **Autoria:** CPI DO SISTEMA FINANCEIRO (SF). **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO** - Altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. **Autoria:** Senador PAULO HARTUNG. **Relator:** Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Parecer:** Pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999. OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 16 - EMENDA Nº 01-PLEN OFERECIDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 10, DE 2001 - NÃO TERMINATIVA - Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 99 da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970, para estabelecer que o Presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária. Autoria: Senador PAULO HARTUNG. Relator: Senador EDUARDO SUPLICY. Parecer: Pela aprovação da Emenda nº 01-PLEN oferecida ao Substitutivo apresentado ao Projeto de Resolução nº 10, de 2001. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO - Altera a Lei nº 9.745, de 15 de dezembro de 1998, para instituir, nas regiões afetadas pela seca, o Programa Especial de Garantia de Renda Mínima. Autoria: Senador RONALDO CUNHA LIMA. Relator: Senador NEY SUASSUNA. Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo), com a Subemenda nº 01 que apresenta. OBS: - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais; A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre as condições exigíveis para a identificação do couro e das matérias-primas sucedâneas, utilizados na confecção de calçados e artefatos. Autoria: Deputado OSVALDO COELHO. Relator: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Parecer: Pela aprovação do Projeto. OBS: A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: Aprovado o Parecer do Relator.**

REQUERIMENTOS APROVADOS:

REQUERIMENTO Nº 37/2005-CAE, que requer, nos termos regimentais, a retirada das Emendas nºs 01, 03, 05, 07 a 10, 13, 14, 16, 17, 19 e 22, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável”.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

REQUERIMENTO Nº 38/2005-CAE, que requer, nos termos regimentais, a retirada da Emenda nº 20 ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável”.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

REQUERIMENTO Nº 39/2005-CAE, que requer, nos termos regimentais, a retirada das emendas de autoria do Senador Gilberto Goellner apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005. Autoria: Senador Gilberto Goellner.

REQUERIMENTO Nº 40/2005-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, com a participação dos Senhores Wagner Pinheiro, Presidente do Fundo de Pensão da Petrobrás (Petros), Sérgio Rosa, Presidente do Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ), Guilherme Lacerda, Presidente do Fundo de Pensão da Caixa Econômica Federal (Funcef), e Gustavo Marín, Presidente do Citigroup no Brasil, com o objetivo de tratar do contrato assinado, no dia 9 de março deste ano, entre os fundos de pensão Petros, Previ, e Funcef, e a empresa Citigroup. Autoria: Senador Luiz Otávio.

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

REUNIDA A COMISSÃO, TODOS OS ITENS DA PAUTA TIVERAM SUA APRECIACÃO ADIADA.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 01/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2002. - TERMINATIVO - “Inclui parágrafos no artigo 2º, da Lei nº 9434, de 1997, com a finalidade de permitir o procedimento de retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em entidades hospitalares não autorizadas a realizar transplantes, pelo Sistema Único de Saúde”. Autor: Senador ADEMIR ANDRADE. Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO. Parecer: favorável na forma do substitutivo que apresenta. Obs: Aprovado em primeiro turno, em 25.08.2005. Votação em Turno Suplementar – Art. 282 e 92, do RISF. **Resultado: Não sendo oferecidas Emendas na Discussão Suplementar, a Emenda nº 01-CAS (SUBSTITUTIVO) é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, de 2003 - Tramitando em Conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, de 2004 - NÃO TERMINATIVO - PLS Nº 353/03 - “Acrescenta parágrafo único ao artigo 107 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1977, que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, visando remeter ao CONTRAN competência para determinar os tipos de veículos passíveis de utilização no transporte público de passageiros. Autora: Senadora FÁTIMA CLEIDE. **PLS Nº 108/04** – “Regulamenta o disposto no art. 107 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, quanto à prestação do serviço individual de transporte urbano de passageiros ou de bens por motocicletas e veículos similares”. Autor: Senador MARCELO CRIVELLA. Relator “ad hoc”: Senador AUGUSTO BOTELHO. Parecer: contrário ao PLS nº 108/04, e favorável ao PLS nº 353/03, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

OBSERVAÇÃO: AS DEMAIS PROPOSIÇÕES CONSTANTES NA PAUTA TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 15/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar nova redação ao art. 62 e introduzir o art. 63-A, com vistas a incriminar novas modalidades de dano ao patrimônio cultural”. Autora: Senadora ROSEANA SARNEY. Relator: Senador LEONEL PAVAN. Parecer: Favorável. **Resultado: APROVADO.**

ITEM 02 - EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, de 2004 - NÃO TERMINATIVO - “Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Enólogo e Técnico em Enologia”. Autores: Senador LUIZ OTÁVIO. Relator: Senador ROMEU TUMA. Relator “Ad hoc” Senador REGINALDO DUARTE. Parecer: contrário às emendas. **Resultado: APROVADO O PARECER CONTRÁRIO ÀS EMENDAS.**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 33 DE 2005 -CAS - Requer audiência pública, no âmbito desta Comissão, a ser realizada no dia 26 de setembro do corrente, com a presença da sociedade civil na cidade de Salvador, e com objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2003, de autoria do eminente Senador Paulo Paim, que “Institui o Estatuto da Igualdade Racial”. Autores: Senador RODOLPHO TOURINHO e Senador PAULO PAIM. **Resultado: APROVADO.**

OBSERVAÇÃO: AS DEMAIS PROPOSIÇÕES CONSTANTES NA PAUTA TIVERAM SUA APRECIÇÃO ADIADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 22/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA: Atendendo ao Requerimento nº30, de 2005 – CAS que requer a realização de audiência pública para instruir proposições que tratam da realização de exames de suficiência para o exercício de profissões, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes e do Senador Flávio Arns. **Convidados:** Dr. GODOFREDO DE OLIVEIRA NETO – Diretor de Política da Educação e Secretário Substituto - representante do Ministério da Educação; Dr. PAULO THOMPSON FLORES – Presidente da Comissão de Exame de Ordem da OAB-DF e Presidente do Conselho Seccional OAB-DF – representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Dr. ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL – Presidente do Conselho Federal de Medicina; Dr. JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO – Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Dr. WILSON LANG – Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Sr. BENEDITO DIAS DE OLIVEIRA FILHO - Representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária. **RESULTADO: REALIZADA.**

ITEM DOIS: REQUERIMENTO Nº 34, DE 2005. Requer nos termos regimentais, a inclusão de representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária, na audiência pública para instruir as proposições que tratam de exame de suficiência para o exercício de profissões. **Autores:** Senador Antônio Carlos Valadares e Senadora Lúcia Vânia. **Resultado: Aprovado**

2ª PARTE - APRECIÇÃO DE PROJETOS: RESULTADO: ADIADA.

REUNIÃO REALIZADA EM 26/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - Atendendo ao Requerimento nº 33 de 2005-CAS, de autoria dos Senadores Rodolpho Tourinho e Paulo Paim, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213/2003, que “Institui o Estatuto da Igualdade Racial”. **Convidados:** JORGE PORTUGAL – Líder Comunidade Negra; MARGARETH MENEZES – Cantora; OLÍVIA SANTANA – Secretária Municipal de Educação; GILMAR SANTIAGO – Secretário Municipal da Reparação; WALMIR ASSUNÇÃO – Deputado Estadual (PT-BA); JAIME SODRÉ – Ogan do Tanuri Junçara; ANTONIO CARLOS DOS SANTOS “VOVÔ” – Presidente do Ilê Aiyê; AGNALDO “GUIGUIL” – Cantor do Ilê Aiyê. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 29/09/2005 - ORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2004 - TERMINATIVO - “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.” **Autor:** Senador PAULO PAIM. **Relatora:** “ad hoc” Senadora Patrícia Saboya Gomes. **Parecer:** favorável com uma Emenda aditiva. **Resultado: Aprovado com 10 votos**

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO – “Dá nova redação ao art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Técnico em Contabilidade, e dá outras providências”. **Autor:** Deputado Átila Lira. **Relator:** Senadora Patrícia Saboya Gomes. **Parecer:** Favorável. **Resultado: Aprovado.**

ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2004 - TERMINATIVO - “Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, para dispor sobre a exigência de aprovação em Exame Nacional de Certificação Profissional para o exercício da profissão de Médico Veterinário e dá outras providências”. **Autor:** Senador Tião Viana

Relator: Senador Gilberto Goellner. **Parecer:** Favorável. **Resultado:** Aprovado com 10 votos.

ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO – “Institui o Estatuto da Igualdade Racial”. **Autor:** Senador Paulo Paim

Relator: Senador Rodolpho Tourinho. **Parecer:** Favorável com 51 Emendas. **Resultado:** Aprovado, a matéria vai à CCJ para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 05 - REQUERIMENTO Nº 35, DE 2005 – CAS - “Nos termos do disposto no inciso V do artigo 90 e inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2005, convidando o médico Dr. Delson José da Silva, Secretário do Departamento de Transtornos do Movimento da Academia Brasileira de Neurologia e Vice-presidente da Sociedade Goiana de Neurologia, a musicoterapeuta Dra. Lia Rejane Mendes Barcellos, Professora do Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro, e um representante do Ministério do Trabalho.”. **Autores:** Senadora Íris de Araújo e Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado.

ITEM 06 - REQUERIMENTO Nº 36, DE 2005 – CAS - “Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Proteção e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais, no dia 10 de novembro, para abordar a Deficiência de Biotinidase, doença autossômica recessiva, que causa deficiência recessiva, que causa deficiência auditiva, visual, mental e principalmente morte súbita em recém nascidos, pelas crises convulsivas que provoca. No Brasil, somente o estado do Paraná realiza o teste da doença, que é diagnosticada na Triagem Neonatal – Teste do Pezinho. Para a audiência pública deverá ser convidado o Dr. Barry Wolf, por ocasião do Congresso Brasileiro de Triagem Neonatal.” **Autores:** Senador Flávio Arns e Senador Antônio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 13/08/2005 – CONUNTA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA CONJUNTAMENTE COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O **PLC Nº 62, DE 2005**, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO. **CONVIDADOS:** Sr. José Carlos de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ubiratam Cazetta – Procurador da República em Belém / PA; Sr. Antônio Herman Benjamin – Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo / SP; Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA; Sr. Jonas Moraes Correa – Presidente da Associação de Servidores do IBAMA / DF; Sr. Justiniano Neto – Uniflor-CNI; Sr. José Natalino da Silva – Pesquisador da EMBRAPA; Sr. Aziz Ab’Saber – Professor da USP / SP; Sr. André Lima – Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Sr. Luiz Gonzaga Lessa – General da Reserva. Resultado: Reunião realizada com a presença dos Senhores João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro Florestal e Analista do Ibama (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 14/09/2005 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2004 - TERMINATIVO NA CAE - “Acrescenta § 6º ao art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”. Autoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Relatoria: Senador GARIBALDI ALVES FILHO. Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta, acolhendo a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, e pela rejeição da Emenda nº 2, de autoria do Senador Arthur Virgílio. Obs: - Durante a discussão, o Senador Garibaldi Alves Filho reformula o relatório concluindo pela aprovação do Projeto, acolhendo a Emenda nº 1, de autoria do Senador Antero Paes de Barros e rejeitando a Emenda nº 2, de autoria do Senador Arthur Virgílio; e retirando a Emenda de Relator; - A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003 - TERMINATIVO NA CDH - “Dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal”. Autoria: Senador

RODOLPHO TOURINHO. Relatoria: Senador MAGNO MALTA. Relatoria “ad hoc”: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. Parecer: Favorável ao Projeto, com a Emenda que apresenta; e pela aprovação da Emenda nº 1, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Obs: - Em 31/08/2005, foi concedida vista ao Senador Ney Suassuna, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação; - A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado: Aprovado o Parecer, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.**

ITEM 3 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 1999 - “Dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados”. Autoria: Senador MAGUITO VILELA e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES. Parecer: Pela aprovação da Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Obs: - Em 31/08/2005, foi concedida vista ao Senador César Borges, nos termos regimentais, que devolveu com Voto em Separado que conclui pela Rejeição da Proposta. - Matéria em reexame na CCJ. **Resultado: A Comissão rejeita o Relatório do Senador Demóstenes Torres. É aprovado o Relatório do Vencido apresentado pelo Senador César Borges que passa a constituir o Parecer da CCJ, concluindo pela rejeição da Proposta (art. 128 do RISF).**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2003 - TERMINATIVO - “Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências”. Autoria: Senadora SERYS SLHESARENKO. Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Parecer: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A matéria será submetida a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 5 - REQUERIMENTO (SF) Nº 933, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedido voto de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação”. Autoria: Senador SÉRGIO CABRAL. Relatoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. Parecer: Favorável. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

ITEM 6 - PARECER DA CCJ OFERECENDO A REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003 “Altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia)”. Autoria: Senadora FÁTIMA CLEIDE e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

ITEM 7 - PARECER DA CCJ OFERECENDO A REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DO SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004 “Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios)”. Autoria: Senador LUIZ OTÁVIO e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador RODOLPHO TOURINHO. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

REQUERIMENTOS APRECIADOS

1) REQUERIMENTO Nº 13, DE 2005-CCJ - Requer, nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 16, de 2004-CCJ (aprovado em 24/11/2004), que solicitava a realização de Audiência Pública para debater a proibição ou não da circulação de mensagens não autorizadas, de autor não identificado e de conteúdo não necessariamente de interesse dos usuários brasileiros da rede mundial dos computadores, conhecidas pelo nome de SPAM”. Autoria: Senador EDUARDO AZEREDO. **Resultado: Aprovado.**

2) REQUERIMENTO S/Nº , DE 2005 - “Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados, para comparecer em audiência pública neste Órgão Técnico, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2003, de autoria do Nobre Senador Paulo Octávio, que ‘dispõe sobre a venda de lotes de terreno da União, por interesse social, aos ocupantes de boa fé, alterando a Lei 9.636/93’, e o Projeto de Lei do Senado 259/03 de autoria dos Senadores Valmir Amaral e Eurípedes Camargo que trata de alterações na Lei 8.666/93, que tramitam em conjunto por versarem assuntos semelhantes, as seguintes especialistas: Sra. Alessandra Rescke- Secretária de Patrimônio da União; Sra. Raquel Rolnik - Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades”.
Autoria: Senador EDUARDO SUPPLY. **Resultado: Rejeitado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 - CONJUNTA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ECONOMIA, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLC Nº 62, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO. CONVIDADOS: Sr. José Carlos de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ubiratam Cazetta – Procurador da República em Belém / PA; Sr. Antônio Herman Benjamin – Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo / SP; Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA; Sr. Jonas Moraes Correa – Presidente da Associação de Servidores do IBAMA / DF; Sr. Justiniano Neto – Uniflor-CNI; Sr. José Natalino da Silva – Pesquisador da EMBRAPA; Sr. Aziz Ab’Saber – Professor da USP / SP; Sr. André Lima – Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; **RESULTADO: Reunião realizada com a presença dos Senhores Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, João Paulo Sarmiento, Assessor do Instituto Estadual de Florestas – IEF (representando José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais), João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Divino Teixeira (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, e Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace (representando André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/08/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - SUBSTITUTIVO AO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2003 - (TURNO SUPLEMENTAR) - TERMINATIVO – “Define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências”. Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO. Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO. Obs: Em 14/09/2005, foi aprovado o Projeto, na forma do Substitutivo, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art.

92, do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003 - (PL nº 39/1999, na origem) - NÃO TERMINATIVO – “Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências”. Autoria: Deputado PAULO ROCHA. Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA. Relatoria “ad hoc”: Senador ALVARO DIAS. Parecer: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2, de autoria do Senador César Borges, e pela rejeição da Emenda nº 1, de autoria do Senador Demóstenes Torres. Obs: - Em 14/09/2005, foi concedida vista à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Aprovado o Parecer com a Emenda nº1-CCJ (de iniciativa do Senador César Borges).**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2003 - TERMINATIVO – “Altera o artigo 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispensar de licitação a transferência de imóveis aos destinatários de programas habitacionais”. Autoria: Senadores VALMIR AMARAL e EURÍPEDES CAMARGO. Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES. Parecer: Pela aprovação do Projeto nº 294, de 2003, com a Emenda que apresenta, ficando prejudicado o PLS nº 259, de 2003. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, DE 2003 - TERMINATIVO** - “Dispõe sobre a venda direta de lotes de terreno da União, por interesse social, aos ocupantes de boa-fé, altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”. Autoria: Senador PAULO OCTÁVIO. Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES. Parecer: Pela aprovação do Projeto nº 294, de 2003, com a Emenda que apresenta, ficando prejudicado o PLS nº 259, de 2003. Obs: - Em 14/09/2005, foi concedida vista coletiva ao Senador Aloizio Mercadante e à Senadora Serys Slhessarenko, nos termos regimentais, tendo o Senador Aloizio Mercadante oferecido cinco Emendas, que receberam parecer favorável; Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Resultado: Aprovado o PLS nº 294, de 2003, com as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ, ficando prejudicado o PLS Nº 259, de 2003.**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 10, DE 2005 - (PL. 00062 de 2003, na origem) NÃO TERMINATIVO- “Acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação)”. Autoria: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME. Relatoria: Senador JOSÉ MARANHÃO. Parecer: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.**

ITEM 5 - PARECER DA CCJ OFERECENDO A REDAÇÃO PARA O SEGUNDO TURNO DO SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 que “Inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)”. Autoria: Senador FRANCISCO ESCÓRCIO e outros Senhores Senadores. Relatoria: Senador JOSÉ JORGE. **Resultado: Aprovado o Parecer.**

REQUERIMENTOS APRECIADOS

1) REQUERIMENTO Nº 14, DE 2005-CCJ - Requeiro que Vossa Excelência considere a possibilidade de convidar as personalidades abaixo relacionadas para audiência pública de instrução, na Comissão de Constituição e Justiça, do PLS 116/2000, que “exclui de ilicitude a ortotanásia”. EDSON DE OLIVEIRA ANDRADE – Presidente do Conselho Federal de Medicina; HENRY SOBEL – Rabino; DOM ODILO

PEDRO SCHERER – Secretário Geral da CNBB. **Autoria:** Senador JOSÉ MARANHÃO. **Resultado:** **Aprovado.**

2) REQUERIMENTO Nº 15, DE 2005-CCJ - Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada da Emenda nº 20, de minha autoria, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. **Autoria:** Senador FLEXA RIBEIRO. **Resultado:** **Aprovado.**

3) REQUERIMENTO Nº 16, DE 2005-CCJ - Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada das Emendas nºs 01, 03, 05, 07 a 10, 13, 14, 16, 17, 19 e 22, de minha autoria, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. **Autoria:** Senador FLEXA RIBEIRO. **Resultado:** **Aprovado.**

REUNIÃO REALIZADA EM 28/09/2005 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 2004 - TERMINATIVO - “Altera o art. 1.211-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), estendendo a prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais aos portadores de doenças graves”. **Autoria:** Senador CÉSAR BORGES. **Relatoria:** Senador JOSÉ JORGE. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Obs:** - Em 22/09/2005, foi concedida vista ao Senador Aloizio Mercadante, nos termos regimentais, que devolveu sem manifestação. Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Resultado:** **Aprovado o Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2003 - (PL nº 735/2003, na origem) - NÃO TERMINATIVO – “Altera a redação dos artigos 165, 276, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para penalizar os condutores de veículos automotores, sob a influência de bebida alcoólica”. **Autoria:** Deputado BETO ALBUQUERQUE. **Relatoria:** Senador PEDRO SIMON. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Obs:** Em 22/09/2005, foi concedida vista ao Senador Sibá Machado, nos termos regimentais, tendo os Senadores Sibá Machado e Aloizio Mercadante oferecido a Emenda nº 1, que recebeu Parecer favorável durante a discussão da matéria. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2004 - TERMINATIVO - “Altera os artigos 60 e 61 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o artigo 2º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal”. **Autoria:** Senador DEMÓSTENES TORRES. **Relatoria:** Senador ALOIZIO MERCADANTE. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** **Aprovado o Projeto.**

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, DE 2003 - TERMINATIVO NA CDH - “Dispõe sobre a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar da localidade, nos termos do artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente”. **Autoria:** Senadora LÚCIA VÂNIA. **Relatoria:** Senadora SERYS SLHESSARENKO. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Obs:** A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Resultado:** **Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.**

COMISSÃO DE DE EDUCAÇÃO - CE

REUNIÃO REALIZADA EM 13/08/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2005 - "ALTERA O INCISO III DO ART. 31 DA LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995, E INCLUI PARÁGRAFO NO ART. 35 DA LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, PARA PREVER PUBLICAÇÃO, NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), DAS INFORMAÇÕES ACERCA DA GESTÃO DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS E DISCRIMINA QUAIS INFORMAÇÕES DEVEM SER PRESTADAS PELAS CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS". AUTORIA: SENADOR JOÃO CAPIBERIBE. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO. PARECER: FAVORÁVEL. OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 02 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2005 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FEDERALIZAR A UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA, NA CIDADE DE BAGÉ, NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL". AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM. RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA. PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS. OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 03 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 223, DE 2005 - "INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL". AUTORIA: SENADORA LÚCIA VÂNIA. RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 151, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASCOCAVE - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE CANA VERDE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CANA VERDE, ESTADO DE MINAS GERAIS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE MANTENA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE MANTENA, ESTADO DE MINAS GERAIS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA - ACCE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE LAMBARI, ESTADO DE MINAS GERAIS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLAIVO Nº 253, DE 2005 - "APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ANGELÂNDIA, ESTADO DE

MINAS GERAIS". AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 286, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE ÁGUA QUENTE DE RADIODIFUSÃO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ÁGUAS FORMOSAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO JOÃO DO MORRO GRANDE A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE BARÃO DE COCAIS, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 10 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 326, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA REDE JOVEM DE CULTURA E EDUCAÇÃO SOCIAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA LUZIA, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 11 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 327, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE SANTA RITA DE JACUTINGA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SANTA RITA DE JACUTINGA, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 12 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SISTEMA SANTAMARIENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PEDRA AZUL, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 13 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 379, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO EM RAPOSOS A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RAPOSOS, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 14 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 330, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ONDAS DA PAZ DE ALTO RIO NOVO - ES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALTO RIO NOVO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 15 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 381, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO GABRIEL DA PALHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2003 - “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA: SENADOR DELCÍDIO AMARAL. RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS. **RESULTADO: APROVADO O REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SENADOR JOSÉ JORGE (ITEM 04 DA PAUTA), PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VISANDO INSTRUIR O PROJETO. A DELIBERAÇÃO DA MATÉRIA FICA SOBRESTADA NA COMISSÃO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 29, DE 2005 – CE - “NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, COM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PARA DISCUTIR E INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, DE 2003, QUE “DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CORREIO ELETRÔNICO, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES – INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. AUTORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 03 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2003 - “MODIFICA O ARTIGO 61 DA LEI Nº 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, COM A FINALIDADE DE DISCRIMINAR AS CATEGORIAS DE TRABALHADORES QUE SE DEVEM CONSIDERAR PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.” AUTORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE. RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI. PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 004, DE 2005 - “ALTERA O INCISO III DO ARTIGO 36 DA LEI Nº 9.394, DE 1996, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PARA INSERIR O ESTUDO DA FILOSOFIA E DA SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS DO ENSINO MÉDIO”. AUTORIA: SENADOR ALVARO DIAS. RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM. PARECER: FAVORÁVEL, ACATANDO A EMENDA DE AUTORIA DO SENADOR JOSÉ JORGE, APRESENTADA NA REUNIÃO DO DIA 09/08/05. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 040, DE 2005 - “ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 3º DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. (ACRESCENTA AO PRINCÍPIO DA GRATUIDADE DO ENSINO PÚBLICO A VEDAÇÃO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO E TAXAS DE QUALQUER NATUREZA)”. AUTORIA: DEPUTADO WILSON SANTOS. RELATORIA: SENADOR GERALDO MESQUITA. PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA. **RESULTADO: APROVADO O REQUERIMENTO DE AUTORIA DO SENADOR ROBERTO SATURNINO, PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA VISANDO INSTRUIR O PROJETO. A DELIBERAÇÃO DA MATÉRIA FICA SOBRESTADA NA COMISSÃO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA.**

ITEM 05 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2005 - “DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO, PELO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO, DE ANUIDADE EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DE 3º GRAU”. AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: PELA REJEIÇÃO. RESULTADO: REJEITADO.

ITEM 06 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2005. “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA - ARC A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITAPETIM, ESTADO DE PERNAMBUCO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 07 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 409, DE 2005. “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO AO SISTEMA SYRIA DE COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CATANDUVAS, ESTADO DO PARANÁ”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 08 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 397, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL PARA DIFUSÃO DAS TRADIÇÕES E HÁBITOS LUIZENSES A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA, ESTADO DE SÃO PAULO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 09 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 405, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA RÁDIO METROPOLITANA SANTISTA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SANTOS, ESTADO DE SÃO PAULO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 10 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 410, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO DA TV VALE DO PARAÍBA LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, ESTADO DE SÃO PAULO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 11 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 505, DE 2004 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À MATA DA CORDA COMUNICAÇÕES LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE PATOS DE MINAS, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA AD HOC: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 12 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 396, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO PHOENIX FM NOVO CRUZEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE NOVO CRUZEIRO, ESTADO DE MINAS GERAIS”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 13 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 408, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE AUTORIZA A UNIÃO ASSOCIATIVA COMUNITÁRIA DE PÉ DO MORRO A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA, ESTADO DO MARANHÃO”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR EDISON LOBÃO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 14 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2005 - “APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À RÁDIO ONDA JOVEM FM LTDA., PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FORQUILHINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA”. AUTORIA: PODER EXECUTIVO. RELATORIA: SENADOR LEONEL PAVAN. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 15 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 030, DE 2005-CE - “NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA DISCUTIR E INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA 40, DE 2005, QUE 'ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VI DO ART. 3º, DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 (ACRESCENTA AO PRINCÍPIO DA GRATUIDADE DO ENSINO PÚBLICO A VEDAÇÃO DA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO E TAXAS DE QUALQUER NATUREZA)”. AUTORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 16 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 031, DE 2005-CE - "COM BASE NOS ARTS. 90, II, IV, IX E 93, II, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PARA DEBATER O ASSUNTO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: O PAPEL DO SETOR PÚBLICO- UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS- E DO SETOR PRIVADO- FAMÍLIA E EMPRESAS- TANTO NO ENSINO BÁSICO QUANTO NO ENSINO SUPERIOR". AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2005 – CONJUNTA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA CONJUNTAMENTE COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E COM SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL. EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, HÉLIO COSTA. ASSUNTO: IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL NO BRASIL. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 28/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA. ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 030/2004, QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE PUBLICITÁRIO. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR LEONEL PAVAN. AUTORIA DO PROJETO: SENADOR LEONEL PAVAN. RELATORIA DO PROJETO: SENADOR GILBERTO GOELLNER. CONVIDADOS: 1. HUMBERTO ALVES MENDES, Vice-Presidente Executivo da Federação Nacional das Agências de Propaganda – FENAPRO; 2. PAULO GOMES DE OLIVEIRA, FILHO, Assessor Jurídico da Associação

Brasileira das Agências de Publicidade – ABAP; 3. PETRÔNIO CUNHA CORRÊA, Presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão – CENP; 4. ELOY SIMÕES, Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina - UniSul/SC. **RESULTADO: REALIZADA.**

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 28/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO - “REQUEIRO, NOS TERMOS ART. 90, INCISOS V E IX, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, PARA HOMENAGEAR A 'SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA', CRIADA PELO DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 2004, QUE *‘INSTITUI A SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA’*, A SER COMEMORADA NO PERÍODO DE 03 A 09 DE OUTUBRO PRÓXIMO, COM A PRESENÇA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, SÉRGIO MACHADO REZENDE”. AUTORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS. **RESULTADO: APROVADO.**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

REUNIÃO REALIZADA EM 14/09/2005 – CONJUNTA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. ASSUNTO: APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES (FUST). AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES DEMÓSTENES TORRES E PAULO PAIM. CONVIDADOS: JOÃO TRANCHESI JÚNIOR, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet –ABRANET; LUIZ CLÁUDIO ROSA, Diretor da área de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; ROGÉRIO GONÇALVES, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuários de Acesso Rápido – ABUSAR; JOANILSON BARBOSA, Secretário de Comunicação Eletrônica – Ministério das Comunicações. **RESULTADO: REALIZADA**

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2005 – CONJUNTA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA CONJUNTAMENTE COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, HÉLIO COSTA. ASSUNTO: IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL NO BRASIL. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. **RESULTADO: REALIZADA.**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

REUNIÃO REALIZADA EM 14/09/2005 – CONJUNTA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL. ASSUNTO: APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES (FUST). AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES DEMÓSTENES TORRES E PAULO PAIM. CONVIDADOS: JOÃO TRANCHESI JÚNIOR, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet –ABRANET; LUIZ CLÁUDIO ROSA, Diretor da área de Telecomunicações da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; ROGÉRIO GONÇALVES, Diretor de Assuntos Regulatórios da Associação Brasileira de Usuários de Acesso Rápido – ABUSAR; JOANILSON BARBOSA, Secretário de Comunicação Eletrônica – Ministério das Comunicações. **RESULTADO: REALIZADA**

REUNIÃO REALIZADA EM 27/09/2005 – CONJUNTA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA CONJUNTAMENTE COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL. EXPOSITOR: MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, HÉLIO COSTA. ASSUNTO: IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL NO BRASIL. AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 13/08/2005 – CONUNTA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA CONJUNTAMENTE COM AS COMISSÕES DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O **PLC Nº 62**, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO. **CONVIDADOS:** Sr. José Carlos de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ubiratam Cazetta – Procurador da República em Belém / PA; Sr. Antônio Herman Benjamin – Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo / SP; Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA; Sr. Jonas Moraes Correa – Presidente da Associação de Servidores do IBAMA / DF; Sr. Justiniano Neto – Uniflor-CNI; Sr. José Natalino da Silva – Pesquisador da EMBRAPA; Sr. Aziz Ab’Saber – Professor da USP / SP; Sr. André Lima – Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; Sr. Luiz Gonzaga Lessa – General da Reserva. Resultado: Reunião realizada com a presença dos Senhores João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Paulo José Prudente de Fontes, Engenheiro Florestal e Analista do Ibama (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 - CONJUNTA

ITEM UM: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE ECONOMIA, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA E DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O **PLC Nº 62**, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO. **CONVIDADOS:** Sr. José Carlos de Carvalho – Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais; Sr. João Paulo Capobianco – Secretário de Biodiversidade e

Florestas do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Ubiratam Cazetta – Procurador da República em Belém / PA; Sr. Antônio Herman Benjamin – Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo / SP; Sr. Marcus Barros – Presidente do IBAMA; Sr. Jonas Moraes Correa – Presidente da Associação de Servidores do IBAMA / DF; Sr. Justiniano Neto – Uniflor-CNI; Sr. José Natalino da Silva – Pesquisador da EMBRAPA; Sr. Aziz Ab’Saber – Professor da USP / SP; Sr. André Lima – Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; **RESULTADO: Reunião realizada com a presença dos Senhores Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, João Paulo Sarmento, Assessor do Instituto Estadual de Florestas – IEF (representando José Carlos de Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais), João Paulo Ribeiro Capobianco, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Divino Teixeira (representando o Presidente da Associação de Servidores do Ibama, Sr. Jonas Moraes Correa), Justiniano de Queiroz Netto, Diretor da Federação das Indústrias do Estado do Pará – Fiepa e Vice-Presidente da União das Entidades Florestais do Pará – Uniflor, e Sérgio Leitão, Diretor de Políticas Públicas do Greenpeace (representando André Lima, Advogado do Instituto Sócio-Ambiental – ISA e representante do ISA no Fórum Brasileiro de ONG’s e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento).**

ITEM DOIS: REQUERIMENTO Nº 29/2005-CMA, DE AUTORIA DO SENADOR AUGUSTO BOTELHO, REQUERENDO NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA CONVIDADO O SR. EDERSON AUGUSTO ZANETTI, ENGENHEIRO FLORESTAL, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA DE HOJE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLC Nº 62/2005.

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 – ORDINÁRIA

REUNIDA A COMISSÃO, NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

PRIMEIRA PARTE - ITEM ÚNICO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. Autoria: Presidência da República. Relatora: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. Parecer: Pela aprovação do projeto e rejeição das emendas oferecidas. Obs1: Concedido pedido de vista ao Senador MOZARILDO CAVALCANTI, até às 09:30 horas de quarta-feira, dia 21.09.2005. Obs2: Apresentado voto em separado pelo Senador MOZARILDO CAVALCANTI. **Resultado: Aprovado o parecer.**

SEGUNDA PARTE - ELEIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO. RESULTADO: POROCEDIDA A ELEIÇÃO E APURADOS OS VOTOS, FOI ELEITO, POR 11 VOTOS FAVORÁVEIS, O SENADOR GILBERTO GOELLNER (PFL-MT).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS A ESCLARECER A CRISE DE ATENDIMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS AOS SEUS SEGURADOS, CONFORME O REQUERIMENTO CDH Nº 13, DE 2005, COM A PRESENÇA DO SENHOR VALDIR MOYSÉS SIMÃO, PRESIDENTE DO INSS, E ACESSORIA. AUTOR DO REQUERIMENTO: SENADOR SÉRGIO CABRAL. RESULTADO: REALIZADA.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL—CRE

REUNIÃO REALIZADA EM 01/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA.

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA (CD) Nº 74, DE 2005 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DOAR 6 (SEIS) AERONAVES T-25 À FORÇA AÉREA BOLIVIANA E 6 (SEIS) À FORÇA AÉREA PARAGUAIA. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO (SF) Nº 256, DE 2005 - DISCIPLINA O USO DE EQUIPAMENTOS PELOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL. AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA. RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL, COM APRESENTAÇÃO DE EMENDAS Nº 01, 02 E 03. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 348, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DO PANAMÁ SOBRE COOPERAÇÃO ENTRE AS ACADEMIAS DIPLOMÁTICAS DE AMBOS OS PAÍSES, FIRMADO EM BRASÍLIA, EM 21 DE AGOSTO DE 2001. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES. RELATOR “AD HOC” SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 349, DE 2005 - APROVA OS TEXTOS DA CONVENÇÃO PARA A SUPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS CONTRA A SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E DO PROTOCOLO PARA A SUPRESSÃO DE ATOS ILÍCITOS CONTRA A SEGURANÇA DE PLATAFORMAS FIXAS LOCALIZADAS NA PLATAFORMA CONTINENTAL, CONCLUÍDOS EM ROMA, EM 10 DE MARÇO DE 1988. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DE TECNOLOGIAS MILITARES DE INTERESSE MÚTUO, CELEBRADO EM MOSCOU, EM 9 DE ABRIL DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 353, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA INTERNA DE CIDADÃOS DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE, CELEBRADO POR OCASIÃO DA XXIII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM, REALIZADA EM BRASÍLIA, NOS DIAS 5 E 6 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. RESULTADO: APROVADO.

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 354, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO PROTOCOLO DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL PARA A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NO NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E DA REPÚBLICA DA BOLÍVIA, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA. RELATOR "AD HOC" SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE RESIDÊNCIA PARA NACIONAIS DOS ESTADOS PARTES DO MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE, CELEBRADO POR OCASIÃO DA XXIII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM, REALIZADA EM BRASÍLIA, NOS DIAS 5 E 6 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ÁLVARO DIAS. RELATOR "AD HOC" SENADOR PEDRO SIMON. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2005 - APROVA OS TEXTOS DA "LISTA DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS INICIAIS" DO BRASIL, APROVADA PELA DECISÃO Nº 9/98 DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO SUL, EM 23 DE JULHO DE 1998, E A NOVA "LISTA DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS" DO BRASIL, RESULTANTE DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÃO DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS EM MATÉRIA DE SERVIÇOS, ADOTADA PELA DECISÃO Nº 1/00 DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO SUL, EM 29 DE JUNHO DE 2000. A LISTA RECÉM-APROVADA AMPLIA A OFERTA ORIGINAL EM TELECOMUNICAÇÕES E SUBSTITUI AS PÁGINAS 14 A 19 DA "LISTA DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS INICIAIS" ADOTADA EM 1998. AMBAS AS LISTAS FORAM NEGOCIADAS AO AMPARO DO PROTOCOLO DE MONTEVIDÉU SOBRE O COMÉRCIO DE SERVIÇOS DO MERCOSUL. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR GERSON CAMATA. RELATOR "AD HOC" SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 10 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUIANA SOBRE ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 30 DE JULHO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 11 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA INTERNA DE CIDADÃOS DO MERCOSUL, CELEBRADO POR OCASIÃO DA XXIII REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM, REALIZADA EM BRASÍLIA, NOS DIAS 5 E 6 DE DEZEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 12 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 366, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE CONCESSÃO DE VISTOS DE MÚLTIPLAS ENTRADAS PARA DETERMINADAS CATEGORIAS DE PESSOAS, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 30 DE JULHO DE 2002, POR OCASIÃO DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR ÁLVARO DIAS.

RELATOR "AD HOC" SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 13 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNÃ, CELEBRADO EM HANOÍ, EM 24 DE OUTUBRO DE 2003. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO. RELATOR "AD HOC" SENADOR MÃO SANTA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 14 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 372, DE 2005 - APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DE ISRAEL DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM RELAÇÃO AO IMPOSTO SOBRE A RENDA. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 15 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 759, DE 2005 - REQUEREM, NOS TERMOS DO ART. 222 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, VOTO DE SOLIDARIEDADE À JORNALISTA JUDITH MILLER, DO JORNAL THE NEW YORK TIMES, QUE FOI PRESA EM NOVA YORK POR DEFENDER A LIBERDADE DE IMPRENSA. AUTORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO E OUTRO(S). RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLYCY. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 16 - NÃO TERMINATIVO - OFÍCIO "S" Nº 05, DE 2004 - INFORMANDO QUE, TENDO EM VISTA O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DO HAITI, DETERMINOU O ENVIO DE UM AVIÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA ÀQUELE PAÍS, BEM COMO DE UM DESTACAMENTO DE FUZILEIROS NAVAI, A FIM DE PROMOVER A RETIRADA DE BRASILEIROS E DAR SEGURANÇA ÀS INSTALAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL EM PORTO PRÍNCIPE. AUTORIA: GABINETE DO MINISTRO DA DEFESA. RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 15/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 208, DE 2005 - SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE *EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA LIBANESA*. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. RELATOR "AD HOC": SENADOR GERSON CAMATA. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 210, DE 2005 - SUBMETE À APRECIACÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR DANTE COELHO LIMA, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE *EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À SÉRVIA E MONTENEGRO*. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO. RELATOR "AD HOC": SENADOR JEFFERSON PÉRES. PARECER:

A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 209, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR FAUSTO MARTHA GODOY, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO AFGANISTÃO. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. RELATOR "AD HOC": SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 350, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DA INDÚSTRIA DE ENERGIA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA UCRÂNIA, CELEBRADO EM KIEV, EM 16 DE JANEIRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. RELATOR "AD HOC": SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 352, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE ISENÇÃO DE VISTOS EM PASSAPORTES COMUNS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUATEMALA, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 359, DE 2005 - APROVA O TEXTO DA NOVA LISTA DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS DO BRASIL, RESULTANTE DA SEGUNDA RODADA NEGOCIADORA DE COMPROMISSOS ESPECÍFICOS EM MATÉRIA DE SERVIÇOS, APROVADA PELA DECISÃO 56/00 DO CONSELHO DO MERCADO COMUM DO SUL, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2000. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR AELTON FREITAS. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 361, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO REGIONAL DE COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NUCLEARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE - ARCAL, CELEBRADO NO ÂMBITO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA - AIEA, ASSINADO EM VIENA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1998. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, DE 2005 - APROVA O TEXTO DA CONVENÇÃO CONJUNTA SOBRE O GERENCIAMENTO SEGURO DE COMBUSTÍVEL IRRADIADO E DOS REJEITOS RADIOATIVOS, CELEBRADA EM VIENA, NO ÂMBITO DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA - AIEA, EM 5 DE SETEMBRO DE 1997. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD).

RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO RESOLUÇÃO DO SENADO (SF) Nº 69, DE 2005 - INSTITUI O GRUPO PARLAMENTAR PARAGUAI-BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTORIA: SENADOR RENAN CALHEIROS. RELATORIA: SENADOR ÁLVARO DIAS. RELATOR “AD HOC”: SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 22/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO NOME DO SENHOR CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO TURCOMENISTÃO. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 164, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÍNDIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DO NEPAL. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA. RELATOR “AD HOC” SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO.**

ITEM 04 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO (SF) Nº 56, DE 2005 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIA DE CELEBRAÇÃO DA AMIZADE BRASIL-ISRAEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELLA. RELATORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO. RELATOR “AD HOC” SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 356, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO PROTOCOLO COMPLEMENTAR AO ACORDO-QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA SOBRE COOPERAÇÃO EM APLICAÇÕES PACÍFICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DO ESPAÇO EXTERIOR PARA A CONTINUIDADE DO DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DE SATÉLITES DE RECURSOS TERRESTRES, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 360, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE ESTABELECIMENTO DE REQUISITOS COMUNS MÁXIMOS PARA A INSTRUÇÃO DE PROCESSOS DE VISTO DE CURTA DURAÇÃO, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 30 DE JULHO DE 2002, POR OCASIÃO DA IV CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA. RELATOR "AD HOC" SENADOR FLEXA RIBEIRO. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 364, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA JURISDICIONAL EM MATÉRIA CIVIL, COMERCIAL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVA ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, REPÚBLICA DA BOLÍVIA E REPÚBLICA DO CHILE, ASSINADO EM BUENOS AIRES, EM 5 DE JULHO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPPLY. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, DE 2005 - APROVA O TEXTO DO ACORDO SOBRE ISENÇÃO DE TAXAS E EMOLUMENTOS DEVIDOS À EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE RESIDÊNCIAS PARA OS CIDADÃOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, ASSINADO EM BRASÍLIA, EM 30 DE JULHO DE 2002. AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (CD). RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPPLY. PARECER: FAVORÁVEL. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO (SF) Nº 823, DE 2005 - REQUER, NOS TERMOS DO ART. 218 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, INSERÇÃO EM ATA DE VOTO DE CONSTERNAÇÃO PELA TRAGÉDIA, OCORRIDA HÁ 60 ANOS COM O LANÇAMENTO DE BOMBAS ATÔMICAS EM HIROSHIMA E EM NAGASAKI, NO JAPÃO, OCASIONANDO A MORTE DE CENTENAS DE MILHARES DE PESSOAS. AUTORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO. RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE. RELATOR "AD HOC" SENADOR ROBERTO SATURNINO. PARECER: FAVORÁVEL, NA FORMA DO REQUERIMENTO QUE APRESENTA. **RESULTADO: APROVADO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 29/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 227, DE 2005 - SUBMETE À APRECIÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ADHEMAR GABRIEL BAHADIAN, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ITALIANA, E, CUMULATIVAMENTE, OS CARGOS DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE SAN MARINO E NA REPÚBLICA DA ALBÂNIA, DESDE QUE OBTIDO OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES. AUTORIA: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. RELATORIA: SENADOR JOSÉ JORGE. PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO. **RESULTADO: APRECIADO**

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

REUNIÃO REALIZADA EM 01/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA. ASSUNTO: EXPOSIÇÃO SOBRE TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO. EXPOSITORES: DR. CLÁUDIO SALLES – PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DOS INVESTIDORES EM ENERGIA ELÉTRICA – CBIEE; DR. GILENO BARRETO – GERENTE SENIOR DA PRICE WATERHOUSE COOPERS. AUTOR DO REQUERIMENTO: SENADOR VALDIR RAUPP. **RESULTADO: REALIZADA.**

REUNIÃO REALIZADA EM 13/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 172, DE 2005 – TERMINATIVO - “Dispõe sobre o aproveitamento do asbesto/amianto e dos minérios e rochas que contenham silicatos hidratados”. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Teotônio Vilela Filho. Parecer: Pela rejeição da matéria. **Resultado: Aprovado.**

ITEM Nº 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - Ementa: “Acrescenta parágrafo ao artigo 103 da Lei 9.472, de 1997 para o fim de vedar a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel.” Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Delcídio Amaral. Parecer: Conclui pelo pedido de audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado: Aprovado.**

ITEM Nº 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2005 – TERMINATIVO - Ementa: “Altera a Lei nº 10.233 de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de políticas de Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências”, para modificar atribuições do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).” Autor: Senador Francisco Pereira. Relatoria: Senador Paulo Paim. Parecer: Favorável a aprovação do projeto com 2 Emendas que apresenta. **Resultado: Rejeitado o parecer do relator e aprovado o voto em separado do Sen. Roberto Saturnino.**

REUNIÃO REALIZADA EM 20/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA. ASSUNTO: ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS SEGUINTEs QUESTÕES: 1- A AVALIAÇÃO DA ANATEL SOBRE O AUMENTO EXPRESSIVO NAS CLONAGENS NA TELEFONIA MÓVEL; 2- AS PROVIDÊNCIAS QUE A AGÊNCIA TÊM TOMADO NO COMBATE A ESTA PRÁTICA; 3- AS PERSPECTIVAS DA ANATEL PARA A EFETIVA SOLUÇÃO DO PROBLEMA. CONVIDADO: DR. ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL; PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. AUTOR DO REQUERIMENTO: SENADOR RODOLPHO TOURINHO. **RESULTADO: REALIZADA.**

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 15/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2003.(PL 1830 DE 1999, na origem) NÃO TERMINATIVO - Dispõe sobre o exercício da profissão de Turismólogo. Autoria: Deputada MARIA ELVIRA. Relatoria: Senador LEONEL PAVAN. Parecer: FAVORÁVEL, COM A EMENDA Nº 1 – CCJ. Observação: A matéria será apreciada posteriormente pela Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Aprovado o parecer com a Emenda nº 1 - CCJ**

ITEM Nº 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2004. DECISÃO TERMINATIVA - Institui o Plano de Desenvolvimento Regional dos Municípios do Entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá.” Autoria: Senador JOSÉ SARNEY. Relatoria: Senador CÉSAR BORGES. Parecer: PELA APROVAÇÃO DO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1, 2, 3, 5 E 6, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, E COM A SUBEMENDA À EMENDA Nº 4, E COM UMA EMENDA DE REDAÇÃO APRESENTADA. **Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3, 5 e 6 – CCJ, com a Subemenda nº 01 - CDR à emenda nº 04 – CCJ e a Emenda nº 07-CDR.**

ITEM Nº 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2003.NÃO TERMINATIVA - Dá nova redação ao inciso I do artigo 5º da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989, acrescenta-lhe um parágrafo único, e dá outras providências. (Acrescenta a área de abrangência da Amazônia Legal com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social, mediante a execução de programas de financiamento dos setores produtivos, aplicados por meio das instituições financeiras federais). Autoria: Senador JONAS PINHEIRO. Relatoria: Senador GILBERTO MESTRINHO. Parecer: PELA REJEIÇÃO DO PROJETO. **Resultado: Aprovado o parecer.**

Requerimentos Aprovados:

Requerimento nº 05, de 2005 – CDR, que requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal combinado com o art. 93 do RISF, audiência pública nesta Comissão com a finalidade de verificar a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste do País, conforme disciplina a Resolução 3.259 do Banco Central, a qual determina que os bancos apliquem 65% dos depósitos de poupança em financiamentos habitacionais. Com esse intuito, solicito que instruem esta questão os representantes de tais instituições: SINDUSCON/PE (Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Pernambuco) – Drª Maria Elisabeth Cacho do Nascimento – Diretora Executiva; SINDUSCON/CE (Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Ceará) – Dr. Carlos Roberto Carvalho Fujita – Diretor Executivo; MINISTÉRIO DAS CIDADES – Drª. Maria Emília Correia Lima – Diretora de Produção Habitacional do Ministério das Cidades; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO (ABECIP) – Dr. Décio Tenerello - Presidente; CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC) – Drª. Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves – Consultora técnica e; BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Dr. Jorge Hereda – Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano. Autoria: Senador Sérgio Guerra

Requerimento nº 06, de 2005 – CDR, que requer, nos termos do art. 93, II, do RISF a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir o tema relativo à recriação da SUDAM e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com a presença de representantes do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa, do IBAMA, dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional e de setores voltados à exploração dos recursos naturais da Amazônia. Autoria: Senador Tasso Jereissati

Requerimento nº 07, de 2005 – CDR, que requer, nos termos do art. 93, II, do RISF a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir tema relativo à política de isenção de visto de entrada para turistas estrangeiros de países considerados prioritários para o turismo receptivo brasileiro, com a presença de representantes do Ministério do Turismo, Ministério das Relações Exteriores, da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, Associação Brasileira de Turismo Receptivo – BITO, do Dr. José Ernesto Marinho Neto, Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA. Autoria: Senador Tasso Jereissati

REUNIÃO REALIZADA EM 22/09/2005 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A FINALIDADE DE VERIFICAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE POUPANÇA NOS FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS NO NORDESTE DO PAÍS, CONFORME DISCIPLINA A RESOLUÇÃO 3.259 DO BANCO CENTRAL, A QUAL DETERMINA QUE OS BANCOS APLIQUEM 65% DOS DEPÓSITOS DE POUPANÇA EM FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS. EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 05-CDR/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SÉRGIO GUERRA. CONVIDADOS: Dra. Maria Elisabeth Cacho do Nascimento – Diretora Executiva do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE; Dr. Carlos Roberto Carvalho Fujita – Presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Ceará – SINDUSCON/CE; Sra. Marta Garske, representando a Dra. Emília Correia Lima – Diretora de Produção Habitacional do Ministério das Cidades; Dr. Osvaldo Correia Fonseca, Diretor Geral – ABECIP, representando o Dr. Décio Tenerello – Presidente da Associação Brasileira de Poupança e Empréstimo - ABECIP; Dr. Adalberto Cleber Valadão, Presidente Interino – CBIC, representando a Dra. Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves – Consultora Técnica da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Dr. Teotônio Costa Rezende, Gerente Nacional de Controle e Acompanhamento da Área de Habitação da Caixa Econômica Federal, representando o Dr. Jorge Hereda – Vice-Presidente de Desenvolvimento Urbano do Banco Caixa Econômica Federal. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM DOIS: Requerimento nº 08/2005 – CDR - que requer realização de audiência pública, com os representantes dos Ministérios da Educação, da Saúde, da Integração Nacional, das Cidades, o Professor Marcelo Néri, diretor da Área Social da Fundação Getúlio Vargas, a Dra. Felícia Madeira, Presidente da Fundação Seade de São Paulo, Professor Marcos Holanda, Diretor Geral do Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará, o Dr. Ricardo Paes de Barros, Técnico de Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA e Dr. Carlos Lopes, Diretor, Coordenador-Residente do PNUD no Brasil, no âmbito desta Comissão, para discutir critérios de definição de metas sociais, visando a redução das desigualdades regionais. Autoria: Senador Tasso Jereissati e Senadora Lúcia Vânia. **RESULTADO: APROVADO.**

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 14/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2001 - (TERMINATIVO) - Dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais. AUTOR: Senador Luiz Pontes. RELATOR: Senadora Serys Slhessarenko. RELATÓRIO: Pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1, 2, 3 e 4 - CDH. **RESULTADO: APROVADO O PROJETO E AS EMENDAS 1, 2, 3 E 4 CDH.**

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004 - (NÃO TERMINATIVO) - Define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000. AUTOR: Deputada Edna Macedo. RELATOR: Senador Marcelo Crivella. RELATÓRIO: Pela aprovação. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2004 - (NÃO TERMINATIVO) - Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005, e dá outras providências. AUTOR: Senador Jonas Pinheiro. RELATOR: Senador Leonel Pavan. RELATOR AD HOC: Senador Gilberto Goellner. RELATÓRIO: Pela declaração de prejudicialidade. **RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA PREJUDICIALIDADE DO PROJETO.**

REUNIÃO REALIZADA EM 23/09/2005 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO: Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2004, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2005-CRA de autoria do Senador Heráclito Fortes. **CONVIDADOS:** Sr. Carlos Humberto Spezia – Consultor da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde e Membro da Comissão de Implantação da Convenção-Quadro (Coniq) - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; Sr. José Oscar Miranda Pacheco – Chefe de Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; Sra. Emma Siliprandi – Assessora da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) - REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; Sr. Érico Leonardo Ribas Feltrin – Assessor da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - REPRESENTANTE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; Sra. Érica Cavalcanti - Coordenadora Nacional DO PROGRAMA DE CONTROLE DO TABAGISMO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; Dr. Ricardo Meirelles – Médico Pneumologista – Representante da COMISSÃO DE TABAGISMO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOTERAPIA; Sra. Paulas Jonhs - ONGs – REDEH e TABACO ZERO; Sr. Hainsi Gralow – Presidente da AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL; Sr. Dorval Knak, Presidente da FENTIFUMO - FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHORES NAS INDÚSTRIAS DE FUMO E AFINS; Sr. Sérgio de Miranda – Vice-Presidente da FETAG – RS – REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES – CONTAG; Sr. Irineu Berezanski – Consultor – REPRESENTANTE DA FETAESC - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA; Sr. Ezídio Pinheiro – Presidente da FETAG - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL; Sra. Josenita Souza Salomão – Presidente do SINTIFA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO FUMO E ALIMENTAÇÃO DE CRUZ DAS ALMAS – BA; Sr. Germano Rigotto - GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; Sr. João Carlos Fagundes Machado – PREFEITO DE CAMAQUÃ - RS; Sr. Osmar Gasparini Terra - SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; Sr. Odacir Klein - Secretário DE AGRICULTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; Pres. Iradir Pietroski – PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL; Sr. Marco Antônio dos Santos – REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA) na Cadeia Produtiva do Fumo; Sr. Luiz Carlos Heinze - 1º Vice-Presidente da COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS; Sr. Albino Gweher – Representante da FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na Região Sul; Sr. Carlos Rivaci Esperotto – Presidente da FARSUL; Sr. Marco Antônio dos Santos – CÂMARA SETORIAL DA CADEIA PRODUTIVA DO FUMO - REPRESENTANTE DA CNA; Sra. Glaci Costa – Presidente da Câmara Municipal de Camaquã – RS. **RESULTADO: REALIZADA.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

– SETEMBRO/ 2005 –

**Reuniões Convocadas e Realizadas na 3ª Sessão Legislativa
Ordinária da 52ª Legislatura**

REUNIÕES REALIZADAS

Ordinárias	
Extraordinárias	3
Conjuntas	2
Total	5

PARECERES APRECIADOS

MSF	SETEMBRO
APROVADO NOS TERMOS DO PRS	2
APROVADO NOS TERMOS DO PDS	
INDICANDO AUTORIDADES	
PELO ARQUIVAMENTO	
TOTAL	2

PLS TERMINATIVO	SETEMBRO
APROVADO COM EMENDA	
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	
REQUERIMENTO SOLICITANDO INFORMAÇÕES PARA INSTRUIR A MATÉRIA	1
TOTAL	1

PLC	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	2
PELA REJEIÇÃO	1
REMESSA À CCJ	
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	
PELA PREJUDICIALIDADE	
APROVADO COM EMENDA	
PELO ARQUIVAMENTO	
TOTAL	3

PLS NÃO TERMINATIVO	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	6
REMESSA À CCJ	2
NOS TERMOS DE SUBSTITUTIVO	2
PELA PREJUDICIALIDADE	
APROVADO COM EMENDA	
PELO ARQUIVAMENTO	
TOTAL	11

AVS	SETEMBRO
PELO ARQUIVAMENTO	2
PELA APROVAÇÃO DE RQS DE INFORMAÇÕES	
PELO ENVIO DE EXPEDIENTE	1
TOTAL	3

EMENDA DE PLENÁRIO OFERECIDA A PRS	SETEMBRO
PELA APROVAÇÃO	1
PELA REJEIÇÃO	
TOTAL	1

REQUERIMENTOS	SETEMBRO
APROVADOS	5
REJEITADOS	
TOTAL	5

**SABATINAS, AUDIÊNCIAS, DEPOIMENTOS
E COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES REALIZADOS NA CAE NA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA**

DATA	ASSUNTO
<p>25ª Reunião da CAE</p> <p>28ª Reunião da CCJ</p> <p>20ª Reunião da CMA</p> <p>13/09/05</p>	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM A PRESENÇA DOS SENHORES JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO, SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, PAULO JOSÉ PRUDENTE DE FONTES, ENGENHEIRO FLORESTAL E ANALISTA DO IBAMA (REPRESENTANDO O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DO IBAMA, SR. JONAS MORAES CORREA), JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO, DIRETOR DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA E VICE-PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ENTIDADES FLORESTAIS DO PARÁ – UNIFLOR, E ANDRÉ LIMA, ADVOGADO DO INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL – ISA E REPRESENTANTE DO ISA NO FÓRUM BRASILEIRO DE ONG'S E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLC Nº 62, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO.</p>
<p>26ª Reunião</p> <p>30ª Reunião da CCJ</p> <p>21ª Reunião da CMA</p> <p>20/09/05</p>	<p>AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM A PRESENÇA DOS SENHORES MARCUS BARROS, PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA, JOÃO PAULO SARMENTO, ASSESSOR DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF, REPRESENTANDO O SR. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO, SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS/MG, ÉDERSON ZANETTI, PRESIDENTE NACIONAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA BIOTECNOLOGIA E BIOENGENHARIA – IOBB; CONTANDO, AINDA, COM A PRESENÇA DOS EXPOSITORES DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA, SENHORES JOÃO PAULO CAPOBIANCO, SECRETÁRIO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DIVINO ETERNO TEIXEIRA, REPRESENTANDO O SR. JONAS MORAES CORREA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE SERVIDORES DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA/DF, JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO, DIRETOR DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ/PA-FIEPA E VICE-PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ENTIDADES FLORESTAIS DO PARÁ/PA-UNIFLOR, E SÉRGIO LEITÃO, DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO GREENPEACE, REPRESENTANDO O SR. ANDRÉ LIMA, ADVOGADO DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA E REPRESENTANTE DO ISA NO FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PLC Nº 62, DE 2005, QUE “DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL; INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF; ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972, 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, EM ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS Nº 33-CAE/2005, DE AUTORIA DO SENADOR SIBÁ MACHADO, Nº 28-CMA/2005, DE AUTORIA DOS SENADORES SIBÁ MACHADO E FLEXA RIBEIRO E DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, E Nº 12-CCJ/2005, DE AUTORIA DA SENADORA SERYS SLHESSARENKO.</p>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza ¹³	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. (Vago) ¹²		
PT ¹					
Heloísa Helena (P-SOL) ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros ¹⁷	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 4.8.2005)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1º.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 1º.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 3.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 1º.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. e pela Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE), no período de 18.9.2003 a 29.6.2004.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.9.2003. O Senador João Alberto Souza encontra-se licenciado do cargo durante o período de 1º.6.2005 a 8.10.2005.

¹⁴ Na Sessão de 29.1.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores. Em 4.8.2004, a Senadora filiou-se ao partido P-Sol.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.4.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 3.8.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

¹⁷ O Senador Antero Paes de Barros encontra-se licenciado do cargo durante o período de 31.5.2005 a 28.9.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 8.7.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – P-SOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – (sem partido)

Atualizada em 21.06.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALTON FREITAS			
A situação em que se encontra a malha rodoviária federal e, em especial, as estradas de Minas Gerais, quanto à conservação, sinalização e condições de segurança das estradas.	142	Transcrição da matéria intitulada “PT terá nova bandada antes mesmo do 2º turno”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , em 26 de setembro de 2005. .	461
ALMEIDA LIMA			
Requerimento nº 1.074, de 2005, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a revogação do visto de permanência nos EUA do Senhor Antônio Celso Cipriani e sobre as providências que estão sendo tomadas por parte do Itamaraty.	296	Transcrição do artigo intitulado “Precisa-se de gerentes”, publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S. Paulo de 28 de setembro de 2005.....	462
ALVARO DIAS			
Apresenta críticas às declarações do Presidente Lula a respeito da crise política no País, e cita Afonso Arinos de Melo Franco.	23	Manifestação de repúdio à postura do Presidente Lula, o qual patrocinou candidatura na Câmara dos Deputados, de forma a interferir indevidamente no Poder Legislativo.....	464
Transcrição de matéria intitulada “Mudanças só no papel”, de autoria do jornalista Rudolfo Lago, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 18 de setembro de 2005.	63	Queda na competitividade do Brasil, conforme ranking divulgado pelo Fórum Econômico Mundial.	527
Importância do papel do município como aliado da democracia.	109	Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União acerca de obras públicas inacabadas. ..	527
Transcrição do artigo intitulado “Gabeira e os outros”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja em sua edição de 21 de setembro de 2005.	183	Comentários acerca dos trabalhos desenvolvidos pela CPMI dos Correios.	541
Solicita à mesa que se coloque na pauta o requerimento de auditoria do Tribunal de Contas da União no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	395	Custo da ponte que liga o Brasil ao Peru, segundo análise realizada pelo Tribunal de Contas da União.	541
Comentários acerca do depoimento do Senhor Maurício Marinho à CPMI dos Correios.	403	Comentários ao discurso do Presidente Lula em homenagem ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez.	541
Comentários acerca da eleição para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.....	403	Comentários acerca da origem dos recursos nos esquemas de corrupção. Aparte ao Senador Delcídio Amaral.	546
AMIR LANDO			
		Comentários acerca da participação dos Municípios no bolo tributário. Aparte ao Senador Mão Santa.	122
		Considerações a respeito do projeto que trata da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Pedro Simon. .	452
ANA JÚLIA CAREPA			
		Comentários acerca da utilização dos recursos públicos pelos Prefeitos. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	140

	Pág.		Pág.
Críticas ao contingenciamento de recursos que atingiu as Prefeituras. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	165	Protesto pela redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios.	46
Cobrança de liberação de recursos para a reforma agrária.	176	Solicitação à Mesa de ampla defesa no processo de cassação do Senador João Capiberibe pelo Tribunal Superior Eleitoral.	46
Considerações concernentes ao assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. ..	176	Reflexões concernentes à reforma eleitoral em curso e reclamação pela falta de atenção com a reforma eleitoral.	298
Considerações acerca das reivindicações dos prefeitos que vieram a Brasília em 27 de setembro de 2005. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	329	ARTHUR VIRGÍLIO	
Boas vindas aos prefeitos de todos os Estados do Brasil, que se encontram em Brasília em busca de uma solução para suas reivindicações e considerações sobre questões fundamentais de responsabilidade das prefeituras.	341	Transcrição de matéria intitulada “Publicitário paga R\$ 4 mi de IR e se livra de processo”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 15 de setembro de 2005.	59
A importância do programa Bolsa Família. .	341	Requerimento nº 1.061, de 2005, que solicita Voto de Pesar pelo falecimento do economista José Lopes de Oliveira, ocorrido no dia 17 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro.	104
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		Requerimento nº 1.063, de 2005, que requer informação ao Ministro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, acerca de apreensões dos produtos brasileiros de algodão diante de entendimentos do Governo Brasileiro, conforme denúncia, de prováveis compensações do Brasil aos EUA no contencioso da Organização Mundial do Comércio, OMC.	105
Questionamentos acerca do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti acerca das investigações que levam à origem do dinheiro que abasteceu o chamado “valerioduto”.	33	Requerimento nº 1.066, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apontado em 9º numa lista dos 100 mais influentes intelectuais contemporâneos no setor público, em pesquisa mundial, levantada na Inglaterra, pela revista “Prospect”, e nos Estados Unidos, pela revista “Foreign Policy”.	106
Considerações a respeito da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à capital do Estado da Bahia.	33	Requerimento nº 1.067, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do artista e humorista Ronald Golias, pioneiro da televisão brasileira, ocorrido no dia 26 de setembro de 2005.	107
Comentários acerca da necessidade de CPI especial para Santo André. Aparte ao Senador José Agripino.	37	Requerimento nº 1.068, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET/AM, pelo seu 96º Aniversário de criação.	107
Reivindicação de recursos federais para recuperação das rodovias do Estado da Bahia.	145	Requerimento nº 1.069, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do advogado José Martins Pinheiro Neto, um dos pioneiros da Advocacia no Brasil.	107
Comentários a respeito da greve de fome do bispo Frei Luiz Flávio Cappio, da cidade de Barra, na Bahia, a fim de impedir a transposição do Rio São Francisco.	310	Requerimento nº 1.070, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao cineasta João Batista de Andrade, pelo lançamento do filme Vlado – Trinta Anos Depois, documentário sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no período da ditadura militar.	107
Exaltação ao Senado Federal e apelo no sentido de que se empenhe para solucionar os problemas que estão acontecendo no País.	310	Transcrição de entrevista da Senadora Heloísa Helena concedida ao jornal Correio Braziliense em 25 de setembro de 2005.	166
Pedido de publicação oficial de expediente do TCU, dirigido ao Presidente do Senado, acerca de irregularidades em 84 obras públicas.	395		
Solicita à Mesa que envie questão de ordem, de sua autoria, ao Presidente eleito na Câmara dos Deputados, na qual pede que torne sem efeito a renúncia dos Deputados Federais.	403		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			
Considerações à cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	42		

Pág.	Pág.		
<p>Transcrição de artigo intitulado “Por que não mais PT?”, de autoria de Plínio de Arruda Sampaio, publicado no jornal Folha de São Paulo, edição de 27 de setembro de 2005.....</p> <p>Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.....</p> <p>Requerimento nº 1.071, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao criador do Ultimate Fighting Championship, Rórion Cracie, premiado com a Medalha de Honra ao Mérito, que lhe foi outorgada pela Câmara de Comércio Brasil-Califórnia.</p> <p>Requerimento nº 1.072, de 2005, que requer Voto de Aplauso à TV Record, de São Paulo, pelo transcurso de seu 52º aniversário de criação.</p> <p>Solicita à Mesa a reiteração dos dezesseis requerimentos de informações endereçadas aos Ministros de Estado.</p> <p>Considerações a respeito da falta de liberação de verbas destinadas ao Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/AM.</p> <p>Considerações a respeito da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.</p> <p>Críticas ao Ministro da Educação pela recusa em dialogar com os professores grevistas das universidades federais.</p> <p>Transcrição de matéria intitulada “Lula promete mais R\$ 1 bilhão e cargos para eleger Aldo”, publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 28 de setembro de 2005 e registro de matéria intitulada “Governo apressa megaprojeto de satélites que custará US\$ 1,5 Bi”, de autoria do jornalista Ethevaldo Siqueira, publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em 28 de setembro de 2005.</p> <p>Considerações à Senadora Heloísa Helena acerca do episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2005.</p> <p>Considerações concernentes ao desempenho do Governo Lula.</p> <p>Requerimento nº 1.076, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Adamor Guedes, Presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, assinado no dia 28 de setembro de 2005.</p> <p>AUGUSTO BOTELHO</p> <p>Considerações acerca da problemática do Trabalho Infantil.....</p>	<p style="text-align: right;">166</p> <p style="text-align: right;">229</p> <p style="text-align: right;">294</p> <p style="text-align: right;">294</p> <p style="text-align: right;">307</p> <p style="text-align: right;">309</p> <p style="text-align: right;">313</p> <p style="text-align: right;">317</p> <p style="text-align: right;">320</p> <p style="text-align: right;">329</p> <p style="text-align: right;">361</p> <p style="text-align: right;">361</p> <p style="text-align: right;">374</p> <p style="text-align: right;">357</p>	<p>Denúncias de violência na reserva indígena Raposa Serra do Sol, em razão da demarcação da terra.</p> <p>Agradecimento aos Parlamentares que cooperaram para que a Universidade Federal de Roraima pudesse abrir os seus cursos de Mestrado.</p> <p>Comentários a respeito do projeto sobre gestão de florestas públicas. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....</p> <p>CÉSAR BORGES</p> <p>Posicionamento contrário ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.</p> <p>Questionamentos a respeito do tratamento de descaso que é dado pelo Governo ao Estado da Bahia.</p> <p>CRISTOVAM BUARQUE</p> <p>Protesto pela cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>Requerimento nº 1.059, de 2005, que solicita, nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de comissão especial para definir procedimentos relativos à perda de mandato de senadores da República.</p> <p>Comentários acerca do diálogo entre o Ministério da Educação e liderança do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.</p> <p>Considerações a respeito da necessidade de transição, após mil dias do Governo Lula, a fim de que a economia seja dinamizada a partir da educação, do social, e da igualdade.</p> <p>Parecer nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento do Senado Federal nº 823, de 2005, que requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal inserção em ata de voto de consternação pela tragédia, ocorrida há 60 anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.</p> <p>Comentários acerca da matéria do jornal <i>O Globo</i>, que mostra estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, acerca dos gastos de uma família brasileira com a educação.</p>	<p style="text-align: right;">398</p> <p style="text-align: right;">407</p> <p style="text-align: right;">411</p> <p style="text-align: right;">157</p> <p style="text-align: right;">308</p> <p style="text-align: right;">41</p> <p style="text-align: right;">53</p> <p style="text-align: right;">133</p> <p style="text-align: right;">138</p> <p style="text-align: right;">285</p> <p style="text-align: right;">347</p>

IV

	Pág.		Pág.
DELCÍDIO AMARAL		EDUARDO SUPPLY	
Considerações acerca das atividades desenvolvidas pela CPMI dos Correios.	544	Manifestação em favor do desarmamento no Brasil, que será avaliado por meio do referendo de 23 de outubro de 2005.	123
DEMÓSTENES TORRES		Parecer nº 1.772, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 364, de 2005 (nº 1.298/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto de Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Parte do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile, assinado em Buenos Aires, em 5 de julho de 2002.	287
Incidente ocorrido, em 27 de setembro de 2005, entre prefeitos de Goiás e a Segurança do Senado.	296	Parecer nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residências para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.	288
Homenagem de Pesar ao jornalista Samuel Wainer.....	345	Requerimento nº 1.073, de 2005, que requer inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Ronald Golias, em 27 de setembro de 2005, de infecção generalizada, e apresentação de condolências a sua esposa Lúcia Golias e à filha Paula Golias.	295
Comentários acerca da publicação da autobiografia completa do jornalista Samuel Wainer. ..	345	Possibilidade de privatização da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, CTE-EP.	317
Proposta de Emenda à Constituição nº 51 de 2005, que convoca Assembléia Nacional Constituinte.	378	EFRAIM MORAIS	
EDISON LOBÃO		Manifestação de solidariedade às reivindicações dos prefeitos de todo o País, que vieram a Brasília, em 27 de setembro de 2005.	339
Homenagem aos setenta anos de fundação da Rádio Tupi e aos cinquenta e dois anos da TV Record. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.	127	Considerações a respeito da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados.	339
Parecer nº 1.780, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2005 (nº 1.592 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a União Associativa Comunitária de Pé do Morro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Luiz Rocha, Estado do Maranhão.	485	Homenagem ao aniversário de 50 anos da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.	339
EDUARDO AZEREDO		FLÁVIO ARNS	
Comentários acerca do tratamento de descaso que é dado pelo Governo ao Estado de Minas Gerais. Aparte ao Senador César Borges.	309	Homenagem de Pesar pelo falecimento da Senhora Regina Fonseca Micheleti, esposa do Prefeito de Londrina, Paraná.	179
Parecer nº 1.774, de 2005, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2004 (nº 3.070 de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mata da Corda Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.....	375	Reflexão a respeito da ética, transparência e direitos humanos.	179
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		Parecer nº 1.781, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo	
Considerações concernentes à greve das universidades e elogios à postura adotada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).	132		

	Pág.	V	Pág.
n° 409, de 2005 (n° 1.618 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Syria de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná.	488	Considerações acerca da votação na Câmara dos Deputados do chamado “Projeto da Saúde”. .	348
FLEXA RIBEIRO		Manifestação de apoio ao pronunciamento do Senador Pedro Simon a respeito da necessidade de uma reforma eleitoral.	453
Transcrição de matéria intitulada “Em dívida com a reforma agrária”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 18 de setembro de 2005.	66	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Apoio à pauta de reivindicação do Movimento Municipalista Brasileiro e saudação a todos os prefeitos que se encontram na Capital Federal. ...	143	Considerações acerca do projeto sobre gestão de florestas públicas.	407
Transcrição de matéria intitulada “Marta explica uso de jatinho e viagens”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo , em sua edição de 19 de setembro de 2005.	180	Saudação aos cinco parlamentares que se filiaram ao P-SOL.	407
Transcrição de matéria intitulada “Dinheiro sob o guardanapo”, publicada na revista Época do dia 19 de setembro de 2005.	355	GILBERTO GOELLNER	
Homenagens ao Dia Nacional do Idoso.	355	A falta de acatamento, pelos Estados Unidos, de determinação imposta pela Organização Mundial do Comércio (OMC), no tocante à retirada de subsídios dos produtores de algodão.	385
Transcrição do artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo , de 26 de setembro de 2005, intitulado “O PT e a imprensa”, de autoria do professor Carlos Alberto Di Franco.	457	HELOÍSA HELENA	
Transcrição de matéria intitulada “Ex-tesoureira de prefeitura petista é presa”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 21 de setembro de 2005.	550	Comentários acerca do diálogo entre o Ministério da Educação e liderança do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.	133
Homenagem ao centenário do nascimento de Amaral Peixoto.	550	Comentários sobre o comprometimento das receitas líquidas estaduais e municipais com o pagamento de juros e serviços da dívida externa brasileira. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	144
GARIBALDI ALVES FILHO		Apoio às reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília.	156
Comentários acerca da presidência de S. Exa. na subcomissão voltada para os Municípios, em articulação com a Confederação Nacional dos Municípios, presidida por Paulo Ziulkoski. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	32	Considerações acerca do episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2005. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	364
Solidariedade ao Senador João Capiberibe pela decisão da Justiça na cassação de seu mandato parlamentar.	44	Considerações a respeito das relações do Governo Federal com o Congresso Nacional.	392
Comentários acerca da questão da desigualdade social no Brasil, a partir de trechos de entrevista do colombiano Guilherme Perry, economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina. ..	44	Registro da filiação de cinco novos integrantes ao P-SOL.	392
Considerações acerca dos resultados obtidos pela movimentação municipalista dos prefeitos que vieram, de todo o país, para trazer seus pleitos e reivindicações até Brasília.	348	Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior em relação ao projeto de gestão de florestas públicas. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	411
		Considerações acerca das matérias excluídas do jornal Mídia Impressa . Aparte ao Senador José Agripino.	414
		Requerimento n° 1.077, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, ocorrido no dia 29 de setembro de 2005, no Rio de Janeiro.	417

	Pág.		Pág.
Considerações acerca da greve de fome realizada pelo Frei Luiz Flávio, bispo da cidade de Barra, na Bahia, para impedir a transposição do Rio São Francisco.	539	Comemoração pela melhoria dos indicadores econômicos do País.	110
Comentários acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas CPMI's e a importância do posicionamento da sociedade no acompanhamento dessas atividades.....	546	Reflexões acerca das reivindicações dos prefeitos que vieram a Brasília no dia 27 de setembro de 2005.	327
Leitura de carta da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil endereçada ao Presidente da República, a respeito da greve de fome realizada pelo Frei Luiz Flavio de Cappio, bispo da cidade de Barra, na Bahia.	546	Considerações a respeito da votação para a eleição do Presidente da Câmara dos Deputados.	327
HERÁCLITO FORTES		ÍRIS DE ARAÚJO	
Homenagem de Pesar pelo assassinato do ex-Prefeito de Domingos Mourão - Piauí, Aluiz Viana.	50	A falência dos municípios, em razão de leis inaceitáveis.	384
Comentários ao episódio ocorrido em sessão da CPMI dos Correios, entre os dias 18 e 24 de setembro de 2005, envolvendo a Senadora Heloísa Helena.	173	Necessidade de se repensar as práticas políticas no Brasil.	498
Considerações a respeito do pedido de publicação oficial de expediente do TCU, dirigido ao Presidente do Senado, acerca de irregularidades em 84 obras públicas. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	397	Considerações a respeito da reforma eleitoral.....	498
Notícias divulgadas pela imprensa que questionam a atuação de S. Exa. e do Senador Mão Santa no Senado Federal.	404	JEFFERSON PÉRES	
Considerações acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas atuais Comissões Parlamentares de Inquérito.	536	Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Aparte ao Senador José Sarney.	303
Comentários acerca da diferença no procedimento dos governos do Acre e do Piauí com referência às denúncias de irregularidades ocorridas no Governo Lula.	536	Considerações a respeito da eleição para Presidente da Câmara dos Deputados.	315
IDELI SALVATTI		Manifestação de tristeza ante a grave crise que assola o país, após 1000 dias de Governo Lula.	315
Requerimento nº 1.058, de 2005, que solicita, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento de Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.	9	JOÃO BATISTA MOTTA	
Encaminha à votação o Requerimento nº 1.058, de 2005, que solicita homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Apolônio de Carvalho, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores.	9	Protesto pela decisão do Tribunal Superior Tribunal sobre a cassação do Senador João Capiberibe.	49
Considerações acerca das investigações que suscitam provas a respeito da origem do dinheiro que abasteceu o chamado "valerioduto".	10	Consternação pela deterioração das rodovias brasileiras.	49
		Transcrição do artigo intitulado "São todos responsáveis", publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S. Paulo , edição de 20 de setembro de 2005.	62
		Críticas à Medida Provisória nº 252, de 2005.	158
		Destaque para o Projeto que o Governador Paulo Hartung está desenvolvendo no Estado do Espírito Santo, intitulado "Águas Limpas", que objetiva ampliar o serviço de coleta e tratamento de esgoto e a ampliação do sistema de distribuição de águas.	315
		Transcrição de matéria intitulada "Crise faz desabar confiança no presidente, mostra pesquisa", publicada no jornal O Estado de S. Paulo do dia 14 de setembro de 2005.	353

	Pág.		Pág.
Transcrição da matéria intitulada “Mensalão é comparado a Watergate”, publicada no jornal Valor Econômico , em 28 de setembro de 2005.	460	Críticas ao Governo pelo uso de verbas orçamentárias para negociar apoio político, com vistas à eleição do Presidente da Câmara dos Deputados.	120
Transcrição do artigo intitulado “O escândalo Interbrazil”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 16 de setembro de 2005.	552	A questão das agências reguladoras, o desprezo com que são tratadas pelo Governo com relação à indicação de seus dirigentes e exigência de apuração de denúncias sobre evento da Agência Nacional do Petróleo, ANP.	306
JOSÉ AGRIPINO		Considerações acerca da repercussão na imprensa do ocorrido durante as eleições para a Presidência da Câmara dos Deputados.	397
Comentários acerca do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti acerca das investigações que levam à origem do dinheiro que abasteceu o chamado “valerioduto”. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	33	O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e a instalação da refinaria de petróleo no Porto de Suape, em Pernambuco.	500
Ratificação da necessidade do aprofundamento na investigação das denúncias de irregularidades ocorridas no Governo Lula.	36	Considerações a respeito do crescimento da taxa Selic. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	504
Participação de S. Exa. em eventos em São Paulo para debate sobre os reflexos econômicos da atual crise política, motivada pelas denúncias de corrupção.	36	JOSÉ SARNEY	
Alerta à taxa de juros perversa que arrasa a economia do País.	320	Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.	300
Comentários a respeito das investigações da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	366	LEOMAR QUINTANILHA	
Reflexões acerca das eleições para o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e a repercussão na mídia.	394	Discute o posicionamento de S. Exa. em relação à redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.	51
Considerações acerca do andamento das investigações da CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	396	Comemoração, em 27 de setembro de 2005, do Dia do Idoso.	175
Comentários acerca do projeto sobre gestão de florestas públicas. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	411	LEONEL PAVAN	
Protesto pela exclusão do artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, intitulado “Raça segundo São João”, que seria publicado na Mídia Impressa , edição de 29 de setembro de 2005. ...	412	Transcrição da entrevista concedida pelo ex-prefeito de São Bernardo, Tito Costa, ao jornal O Estado de S.Paulo , edição de 18 de setembro de 2005.	60
JOSÉ JORGE		Requerimento nº 1.060, de 2005, que solicita, nos termos do inciso II, “a”, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para representar o Senado Federal no Foro Parlamentar Ibero-Americano de Chefes de Estado e de Governo, com início da programação no dia 29 de setembro e término no dia 2 de outubro de 2005, em Bilbao, Espanha. Comunica também a ausência do País, no período de 28 de setembro a 6 de outubro de 2005.	104
Parecer nº 1.769, de 2005, que dá redação, para o segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, que altera o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2016, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno. ..	86	Comentários a respeito do Projeto de Lei que propõe o aumento no Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% para 23,5%. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	109
		Homenagem ao Dia do Idoso. Aparte ao Senador Paulo Paim.	118

VIII

	Pág.		Pág.
Críticas ao Governo do Presidente Lula sobre a não distribuição de recursos para os Municípios. Aparte ao Senador Mão Santa.	122	Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	371
Comentários a respeito do escândalo da arbitragem no futebol. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	126	Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2005, que acrescenta o art. 207-A ao Código Penal, com vistas a criminalizar a contratação de menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.	373
Comentários aos pronunciamentos proferidos em 27 de setembro de 2005, acerca das reivindicações da marcha dos prefeitos.	148	Registro de participação no almoço em reunião, patrocinado pela Federação das Indústrias de Goiás, destinado à apresentação do anteprojeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, elaborado pelo Sebrae.	415
Homenagem ao Presidente da Comissão de Turismo e ao Ministro do Turismo, no transcurso do Dia Mundial do Turismo.	148	Transcrição de matéria intitulada “Veto de Lula na LDO complica finanças de Estados em 2006”, publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo , em 23 de setembro de 2005.	458
Registro de Moção da Radiodifusão Catarinense, que reivindica alterações na atual legislação a respeito das campanhas eleitorais.	148	LUIZ OTÁVIO	
Transcrição de matéria intitulada “Esqueçam da gente”, publicada na revista Época em sua edição de 19 de setembro de 2005.	184	Importância da diversificação nas atividades de exploração de minérios, especialmente o níquel, pela Companhia Vale do Rio Doce, sediada no Estado do Pará.	67
Transcrição de matéria intitulada “Procurador quer punição para mau uso de fundo”, do jornal O Estado de S.Paulo , edição de 26 de setembro de 2005.	352	Requerimento nº 1.062, de 2005, que solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os art. 215, inciso IV, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social pedido das informações disponíveis na Secretária da Previdência Complementar sobre a denúncia de que os Fundos de Pensão Previ, Petros e Funcef cujos patrocinadores são empresas estatais, teriam assinado contrato de “put” com o Citigroup em condições desfavoráveis aos referidos fundos, mediante qual teriam se comprometidos a comprar a participação acionária do Citigroup na empresa Brasilelecom S.A.	105
Parecer nº 1.778, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2005 (nº 163 de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Onda Jovem FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina.	477	MÃO SANTA	
Transcrição de matéria intitulada “Em carta a alunos, Chauí explica seu silêncio”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 21 de setembro de 2005.	547	Comentários concernentes ao programa de carcinicultura implantado no Piauí, que trata da exportação de camarão. Aparte ao Senador Papaléo Paes.	5
LÚCIA VÂNIA		Reflexões acerca da democracia no Brasil atual e críticas ao Presidente Lula.	7
Transcrição de matéria intitulada “Jovens lideram taxa de desemprego”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 20 de setembro de 2005.	61	Comentários acerca da importância do bloco econômico que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico pelo Corredor Viário Interoceânico. Aparte ao Senador Valdir Raupp.	28
Reflexão acerca do estudo publicado pelo Banco Mundial a respeito da desigualdade social.	189	Considerações sobre as dificuldades por que passam os prefeitos no Brasil. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	31
Satisfação em razão do Presidente Renan Calheiros incluir uma solução para as dívidas das prefeituras com o INSS, na chamada “MP do Bem”... ..	319		
Transcrição de matéria intitulada “Brasil crescerá menos que o mundo, diz FMI”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 22 de setembro de 2005.	351		
Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2005, que altera o art. 434 da Consolidação das Leis do			

	Pág.		Pág.
Alerta ao Governo no que concerne à insatisfação dos prefeitos ante a redução gradual dos repasses de recursos da União para os Municípios.	121	ção de Rádio Comunitária – ARC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapetim, Estado de Pernambuco.	466
Comentários acerca das reivindicações dos prefeitos sobre o Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Osmar Dias.	129	NEY SUASSUNA	
Comentários sobre o repasse de verbas para os Municípios. Aparte ao Senador Ramez Tebet. .	132	Comentários acerca da visita de S. Exa. a repartições públicas no Estado da Paraíba destinadas ao INSS.	35
Comentários acerca das reivindicações dos prefeitos. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	297	Comentários acerca da redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	47
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Aparte ao Senador José Sarney.	304	Comentários às reivindicações dos prefeitos municipais.	163
Considerações a respeito do governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Jefferson Péres.	315	OSMAR DIAS	
Requerimento nº 1.075, de 2005, que solicita licença para desempenhar a missão de compor a delegação do Parlatino na 113ª Assembléia da União Interparlamentar, a realizar-se entre os dias 17 e 19 de outubro de 2005, em Genebra, Suíça; comunica também sua ausência no período 14 a 24 de outubro de 2005.	349	Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. .	1
MARCELO CRIVELLA		Comentários acerca da necessidade de que o Governo apresse a votação de matérias visando o saneamento da economia para o Setor da Agro-negócio.	25
Homenagem aos setenta anos de fundação da Rádio Tupi, emissora que já nasceu pujante, graças ao visionário Assis Chateaubriand.....	126	Considerações acerca da crise que abala a economia brasileira.	25
Homenagem aos cinquenta e dois anos de fundação da TV Record.	126	Manifestação sobre as reivindicações dos prefeitos que se encontram nas dependências do Senado Federal e apelo no sentido do cumprimento do compromisso que foi feito com os mesmos e não foi cumprido.	128
Homenagem de Pesar pelo falecimento do humorista Ronald Golias.	126	PAPALÉO PAES	
MARCO MACIEL		Justificativas aos Projetos de Lei que tratam de preservação da natureza.	4
Considerações em relação ao protesto pela exclusão do artigo de autoria do Senador Jorge Bornhausen, intitulado “Raça segundo São João”, que seria publicado na Mídia Impressa de 29 de setembro de 2005. Aparte ao Senador José Agripino.	414	Saudação aos prefeitos presentes em Brasília e apoio às suas reivindicações.	124
Encaminha à votação o Requerimento nº 1.077, de 2005, que trata de Homenagem de Pesar pelo falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa da Costa, ocorrido em 29 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro.	418	Manifestação referente ao escândalo da arbitragem no futebol.	124
Comentários a respeito da Proposta de Emenda Constitucional que trata da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	449	Comunicação a respeito da aprovação do Projeto de Lei 149, de 2003, de autoria de S. Exa., que foi transformado na Lei 11.179/05, que altera o Estatuto da Advocacia da OAB.	124
Parecer nº 1.775, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2005 (nº 1.404 de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que autoriza a Associa-		PAULO PAIM	
		Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2005, Complementar, que acrescenta a Seção IV e respectivos artigos ao Capítulo IV da Lei Complementar	

	Pág.		Pág.
n° 101, de 4 de maio de 2000, a fim de estabelecer um teto para os gastos com a contratação de serviços de propaganda e publicidade.	80	Projeto de Lei do Senado n° 339, de 2005, que dá nova redação ao § 6° do art. 180, do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	291
Projeto de Lei do Senado n° 337, de 2005, que acrescenta o § 5° ao art. 46 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” na contratação de serviços de propaganda e publicidade.	83	Projeto de Lei do Senado n° 340, de 2005, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.	291
Homenagem à TV Senado pelo brilhante trabalho realizado no documentário “Missões Jesuítas: Os Guerreiros da Fé”.	117	Considerações acerca do resultado do primeiro turno nas eleições para Presidente da Câmara dos Deputados.	336
Projeto de Lei do Senado n° 342, de 2005, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.	370	Manifestação acerca da necessidade da aprovação do projeto sobre a reforma eleitoral.	447
Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho, que é o relator do projeto sobre o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado, em 29 de setembro de 2005, na Comissão de Assuntos Sociais.	386	RAMEZ TEBET	
Realização de audiência pública em Camaquã, no Rio Grande do Sul, acerca da Convenção-Quadro Controle de Uso do Tabaco.	386	Considerações à cassação do mandato do Senador João Capiberibe por determinação do Tribunal Superior Eleitoral. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	43
Considerações acerca da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	391	Comentários acerca da redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	48
Comentários acerca da aprovação da reforma eleitoral. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	499	Protesto contra a redução pela União, sem aviso prévio, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.	52
Homenagens ao Dia Nacional do Idoso.	505	Homenagem aos cinquenta e dois anos de fundação da TV Record. Aparte ao Senador Marcelo Crivella.	128
Paralisação dos servidores das universidades federais.	505	Apelo ao Governo Federal no sentido de que ouça a voz de mais de 5.000 prefeitos do Brasil que, acompanhados de vereadores, clamam pelo cumprimento da palavra que lhes foi dada no tocante aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.	130
Transcrição de carta da ANDES, Comando de Greve do Setor da Educação Federal.	505	Comentários a respeito da Proposta de Emenda Constitucional de autoria de S. Exa. e outros Senadores, que propõe a redução do recesso parlamentar.	382
PEDRO SIMON		REGINALDO DUARTE	
Parecer n° 1.771, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 356, de 2005 (n° 1.023/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre a Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior paz a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2002.	285	Transcrição do artigo intitulado “Que se abra o mistério da esfinge”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 18 de setembro de 2005.	65
Projeto de Lei do Senado n° 338, de 2005, que dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	289	Transcrição de matéria intitulada “A decepção da militância”, publicada no jornal Correio Braziliense , edição de 18 de setembro de 2005.	182
		Transcrição de matéria intitulada “Orçamento não prevê gastos com equipe de transição de governo”, publicada no jornal Folha de S. Paulo do dia 21 de setembro de 2005.	354
		Transcrição do artigo intitulado “Desculpas não bastam”, publicado na seção Notas & Infor-	

	Pág.		Pág.
mações do jornal O Estado de S. Paulo de 27 de setembro de 2005.....	463	ROMERO JUCÁ	
Transcrição do editorial intitulado “Cabresto vermelho”, publicado no jornal Folha de S. Paulo , edição de 20 de setembro de 2005.	554	Entraves históricos que amarram o desenvolvimento de Roraima.	189
RENAN CALHEIROS		Comentários a respeito do registro da criação de dois cursos de Mestrado na Universidade Federal de Roraima.	406
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.	228	Homenagens ao Dia Nacional do Idoso.	406
Considerações acerca do projeto que trata da reforma eleitoral. Aparte ao Senador Pedro Simon.	449	Comentários acerca da relação de obras irregulares enviada pelo TCU ao Congresso Nacional.	406
ROBERTO SATURNINO		Defesa da votação da Medida Provisória 254, de 2005, em 5 de outubro de 2005.....	525
Homenagem de Pesar pelo falecimento de Apolônio de Carvalho.	49	Considerações acerca da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição que trata da legislação eleitoral.	525
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto.	224	ROMEU TUMA	
Manifestação de apoio à proposta de reforma eleitoral.	224	Comentários acerca da redução da segunda parcela do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	47
Homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Ernani do Amaral Peixoto. Aparte ao Senador José Sarney.	302	Comentários acerca da crise que passam os Municípios Brasileiros. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	166
RODOLPHO TOURINHO		Comentários concernentes à instalação de CPI Especial para apurar caso de manipulação de resultados no futebol brasileiro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	363
Registro da aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, do Estatuto da Igualdade Racial, de projeto que institui o Estatuto da Igualdade Racial.	390	Parecer nº 1.777, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 397, de 2005 (nº 1.574 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural para Difusão das Tradições e Hábitos Luizeses a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo.	474
Considerações a respeito da instalação da refinaria da Petrobrás. Aparte ao Senador José Jorge.	502	Parecer nº 1.779, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2005 (nº 1.122 de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Metropolitana Santista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.	481
Considerações acerca da transposição do Rio São Francisco.	503	Parecer nº 1.782, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2005 (nº 1.680 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Vale do Paraíba Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo. .	492
Requerimento nº 1.078, de 2005, que requer Homenagem de Pesar pelo falecimento de uma das ialorixás mais importantes da religião afrobrasileira, Olga Francisca Régis, ou Mãe Olga do Alaketu. ..	513		
Projeto de Lei do Senado Federal nº 345, de 2005, que altera a Lei nº 6.681, de 16 de agosto de 1979, para submeter o profissional de saúde militar, no exercício dessa profissão, à jurisdição do respectivo conselho regional de fiscalização, e dá outras providências.	514		
Homenagens ao Dia Nacional do Vereador.	515		
Considerações acerca da transposição do Rio São Francisco. Aparte à Senadora Heloisa Helena.	540		

	Pág.		Pág.
SÉRGIO CABRAL			
Comentários sobre o repasse de verbas para os Municípios. Aparte ao Senador Ramez Tebet. .	131	Consolidação, nos municípios de Sinop e Rondonópolis, do Campus da Universidade Federal de Mato Grosso.	30
SÉRGIO GUERRA			
Transcrição do artigo intitulado “Contradições”, de autoria do ex-Ministro Jarbas Passarinho, publicado no jornal Correio Braziliense , edição de 30 de agosto de 2005.	54	Considerações acerca da mobilização dos prefeitos, principalmente pelo aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios.	139
Transcrição de matéria intitulada “As piores desculpas do mensalão”, publicada no jornal Folha de S. Paulo , edição de 14 de agosto de 2005.	54	SIBÁ MACHADO	
Transcrição de matéria intitulada “Lula não vota na eleição do PT e marca distanciamento do partido”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo , edição de 19 de setembro de 2005.	54	Comentários acerca da reforma política em curso. Aparte ao Senador Antônio Carlos Valadares.	299
Transcrição do artigo intitulado “O resumo da ópera”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista Veja em sua edição de 7 de setembro de 2005.....	188	Questionamentos sobre a visita ao Estado do Acre, feita pelo Deputado Roberto Freire e os Governadores Blairo Maggi e Ivo Cassol.	305
SÉRGIO ZAMBIASI			
Requerimento nº 1.064, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Comunidade Evangélica Luterana de São Paulo – CELSP, entidade mantenedora da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, em face da comemoração neste ano de 2005 do seu centenário de fundação.	106	Comentários acerca da aprovação da reforma eleitoral. Aparte à Senadora Íris de Araújo.	500
Requerimento nº 1.065, de 2005, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Louvor à Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, pela sua destacada atuação especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, onde completou recentemente 33 anos de presença marcante.	106	Considerações a respeito da instalação da refinaria da Petrobrás. Aparte ao Senador José Jorge.	502
Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2005, que altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, entre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas. ...	369	Eleição do Deputado Aldo Rabelo para a Presidência da Câmara dos Deputados.	516
SERYS SLHESSARENKO			
Apoio à caminhada dos prefeitos, prevista para o dia 27 de setembro de 2005, em Brasília. .	30	Comentários às críticas do Senador Jorge Bornhausen a respeito do PT.	516
Debate acerca da problemática do desmatamento do Estado do Mato Grosso.	30	Eleição para a executiva do PT.....	516
		Considerações acerca da reforma política e a reforma eleitoral.	516
		Considerações a respeito da fiscalização feita pelo Tribunal de Contas da União no Acre. Aparte ao Senador Alvaro Dias.	528
		Comentários acerca de nota técnica que trata de obras inacabadas no Estado do Acre.	530
		Considerações acerca das decisões do Tribunal de Contas da União com referência ao Estado do Acre. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	536
		Relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da União a respeito das obras públicas inacabadas. ..	544
		TASSO JEREISSATI	
		Comentários acerca da dependência dos Municípios Brasileiros em relação à União. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	146
		TEOTONIO VILELA FILHO	
		Transcrição do artigo intitulado “O humor de Lula Figueiredo”, de autoria do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal O Globo , edição de 21 de setembro de 2005.	349
		Considerações a respeito das reivindicações dos prefeitos de todo o País, que vieram a Brasília em 27 de setembro de 2005.	381

	Pág.		Pág.
Transcrição do artigo intitulado “A China e a diplomacia brasileira”, de autoria do Deputado Federal Antônio Carlos Mendes Thame, publicado no jornal Correio Braziliense , do dia 21 de setembro de 2005.	455	Comentários acerca da problemática do desmatamento na Região Norte do País. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko.	30
Paralisação de obras iniciadas no Governo FHC.	496	VALMIR AMARAL	
Conferência realizada na Associação Comercial, em Maceió, no Estado do Alagoas, com o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.	496	O aprimoramento dos serviços de prevenção de incêndios e de combate ao fogo, como prioridade efetiva e inadiável dos dirigentes.	453
Ações desenvolvidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em Alagoas.	496	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
TIÃO VIANA		Apoio às reivindicações dos prefeitos. Aparte ao Senador Ney Suassuna.	164
Considerações a respeito da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador José Agripino.	39	Parecer nº 1.776, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2005 (nº 1.540 de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro para o Desenvolvimento Artístico Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.	470
VALDIR RAUPP			
Comentários acerca da importância do bloco econômico que ligará o Brasil ao Oceano Pacífico pelo Corredor Viário Interoceânico.	27		